TEMPO: bom. TEMPERATURA: em elevação. VENTOS: Sul, fracos. VISIB.: boa. MAX.: 31.1. MINIMA: 21.2. (Mais detalhes na 1.ª pág. do Caderno de Classificados)

JORNAL DO BRASIL

Rio de Janeiro — Quinta-feira, 16 de fevereiro de 1967 — Ano LXXVI — N.º 38

O JORNAL DO BRASIL publica hoje na página 15 a relação dos 85 candidatos aprovados no concurso de habilitação à Faculdade de Farmácia e Bioquímica da Universidade Federal do Rio de Janeiro, cujas matrículas para a primeira série estarão abertas até o dia 25.

S. A. JORNAL DO BRASIL — Av. Rio Branco, 110/112 — End. Tel. JORBRASIL — GB. — Tel. Rede Interna 22-1818. — Sucursais: S. Paulo — Rua Barão de Itapetininga, 151, conj. 21/22, Tel. 32-6702, Brasília — Setor Comercial Sul, Ed. Central, 6.º and. gr. 602/7, Tel 2-5860. B. Horizonte — Av Afonso Pena, 1500, 9.º and., Tel. 2-5348. Niterói — Av. Amaral Peixoto, 195, gr. 204, Tel. 5-509. P. Alegre — Av. Borges de Medeiros, 915, 4.º and. Tel. 4-7566. Recife — Rua União, Ed. Sumaré, s/1003, Tel. 2-5793. B. Aires — Florida, 142, lojas 10 e 14, Tel. 40-3855. Correspondentes: Belém, S. Luís, Fortaleza, Natal, João Pessoa, Maceió, Salvador, Curitiba, Montevidéu, Washington, N. Iorque, Paris, Londres. PREÇOS — VENDA AVULSA — GB e E. do Rio: Dias úteis, Cr$ 200 ou NCr$ 0,20 — Domingos, Cr$ 300 ou NCr$ 0,30; SP, DF e BH: Dias úteis, Cr$ 300 ou NCr$ 0,30 — Domingos, Cr$ 400 ou NCr$ 0,40; Estados do Sul: Dias úteis, Cr$ 300 ou NCr$ 0,30 — Domingos, Cr$ 500 ou NCr$ 0,50; Nordeste (até PB): Dias úteis, Cr$ 300 ou NCr$ 0,30 — Domingos, Cr$ 500 ou NCr$ 0,50; Norte (RGN até AM): Dias úteis, Cr$ 500 ou NCr$ 0,50 — Domingos, Cr$ 800 ou NCr$ 0,50; Oeste (GO [illegible]): Dias úteis, Cr$ 300 ou [illegible] — Domingos, Cr$ 5[illegible] NCr$ 0,50; SERVIÇO POSTAL (BRASIL): Ano, Cr$ 45 000 ou NCr$ 45,00; Semestre, Cr$ 23 000 ou NCr$ 23,00; Trimestre, Cr$ 12 000 ou NCr$ 12,00 — ENTREGA DOMICILIAR: Trimestre, Cr$ 18 000 ou NCr$ 18,00; Semestre, Cr$ 36 000 ou NCr$ 36,00. — EXTERIOR (V. AÉREA) — EUA: Mensal US$ 10; Trimestre US$ 30; Argentina: PA$ 60 e PA$ 100; Uruguai: $8, dias úteis e $15, domingos.

Dario insiste em que jôgo tem de ser legal

O Secretário de Segurança, General Dario Coelho, insistiu ontem na legalização do jôgo do bicho como o único processo para combatê-lo e defendeu a reabertura de cassinos em locais como a Barra da Tijuca e o Recreio dos Bandeirantes, confirmando que "deputados federais estão comprometidos em apresentar no Congresso um projeto oficializando os jogos de azar".

A Polícia entrou em pânico com a notícia de que alguns juízes pretendem denunciar o escândalo da omissão, por dinheiro, na captura de cêrca de 30 mil condenados que circulam livremente pela Cidade.

O Bispo da Zona Sul, D. José de Castro Pinto, que guardou as reportagens do JORNAL DO BRASIL sôbre a Avenida Prado Júnior, disse ontem que só um trabalho de moralização da Polícia permitirá promover a curto prazo a diminuição da onda de crimes em certos pontos de Copacabana, como o Leme e a região da Avenida Prado Júnior.

A Rua Belfort Roxo, que até hoje é ponto de lambretistas e motociclistas, está também incluída no perímetro do crime em Copacabana, apesar de residirem perto dois delegados. Nela está o Bar do Alfredão, ponto de anormais e viciados, onde os vendedores de narcóticos trabalham tranqüilos valendo-se da amizade com policiais.

O General Jaime Ribeiro da Graça, em resposta ao desmentido e às acusações da Secretaria de Segurança, disse ontem que confirma tôdas as suas declarações sôbre a corrupção policial, acrescentando que não procurou fazer sensacionalismo e que denunciou o mínimo, "apenas o necessário para servir de base à reformulação policial".

Soldados da Radiopatrulha e da Polícia Militar do Estado do Rio espancaram até mulheres e crianças, ontem à tarde, na Avenida Amaral Peixoto, ao tentarem prender uns rapazes que haviam dado baixa do Serviço Militar e comemoravam o acontecimento nos bares do Centro da Cidade. Uma jovem de 15 anos foi pisoteada durante a confusão. (Pág. 16 e Editorial na pág. 6)

A VEZ DE CADA UM

Passarinho leva a doutrina cristã para o Trabalho

Falta um no Ministério Costa e Silva

Com a confirmação oficial, ontem, dos Srs. Jarbas Passarinho, para o Trabalho; Costa Cavalcânti, para a Pasta das Minas e Energia; e Magalhães Pinto para o Exterior, o Ministério do Marechal Costa e Silva ficou pràticamente concluído, restando o preenchimento da Pasta das Comunicações, a ser criada com a reforma administrativa.

Os Ministros da Aeronáutica e da Marinha, Brigadeiro Márcio de Sousa e Melo e Almirante Rademacker, não foram oficialmente confirmados, mas sua nomeação continua sendo apontada como provável.

Depois de aceitar o convite do Presidente eleito, o Coronel Jarbas Passarinho antecipou para a imprensa as linhas gerais de seu plano de atuação na Pasta, definidas segundo os princípios do solidarismo cristão, um dos quais dá primazia ao trabalho sôbre o capital. Anunciou que defenderá a participação dos empregados na direção das emprêsas. (Noticiário, página 3, e Editorial, página 6)

Povo carrega Zé Kéti e o faz cantar

O compositor Zé Kéti, após ter pedido garantia de vida à Polícia por ter recebido várias ameaças telefônicas ontem no IAPETC, onde trabalha, foi carregado por uma multidão ao sair da Delegacia da Avenida Marechal Floriano e levado até a Praça Mauá, onde teve de subir num banco e cantar a sua *Máscara Negra*, campeã do carnaval.

O ator Jorge Coutinho, os compositores Donga e Bola Sete e vários amigos de Zé Kéti depuseram favoràvelmente a êle na polêmica que se formou em tôrno da autoria de *Máscara Negra*. Participa da mesma opinião o Sr. Ricardo Cravo Albin, Presidente do Conselho Superior de Música Popular e Diretor do Museu da Imagem e do Som. (Página 10)

Hallyday acha que é o maior

O francês Johnny Hallyday considera-se o maior cantor jovem do mundo, como afirmou na entrevista coletiva de ontem, no Copacabana Palace, à qual compareceu em trajes onde predominavam o exotismo e a côr preta, traço que marca seu "temperamento triste". Louro, de olhos verdes e com longas costeletas, fêz suspirar as môças que lhe pediam autógrafos.

Um revoltado, Hallyday diz gostar das canções de protesto, embora ache que apenas três composições seriam suficientes para esgotar o seu ciclo: "Uma contra a guerra, outra contra a miséria e a terceira contra a burguesia". Explica sua escolha do *iê-iê-iê* afirmando que "de outra forma jamais seria um grande ídolo". (Página 10)

Nordeste defende suas verbas

Os Governadores do Nordeste entregarão no próximo sábado ao Presidente Castelo Branco, em Natal, um documento em que protestam contra o decreto-lei que permite a aplicação, no Sul do País, de 20% dos incentivos do Impôsto de Renda destinados ao desenvolvimento da região nordestina.

O Superintendente da SUDENE, Sr. Rubens Costa, disse aos Governadores que o assunto é fato consumado e que os cálculos iniciais revelam que o Nordeste terá um prejuízo anual da ordem de NCr$ 70.000.000,00 (setenta bilhões de cruzeiros antigos) se o decreto-lei fôr realmente aplicado. (Página 11)

Magalhães exercerá uma diplomacia de sentido econômico

Mínimo que aumenta 25% não agrada

O Conselho Nacional de Política Salarial não divulgou, após a reunião de ontem, os novos índices de salário mínimo que vigorarão a partir de março próximo, mas o reajustamento deverá ser mesmo de 25%. Em São Paulo, Minas e Pernambuco, representantes dos trabalhadores já formularam críticas ao aumento de 25%.

O Diretor do Departamento Nacional do Trabalho, Sr. Jorge Mafra, baseado na informação de que alguns sindicatos pretendem combater a política salarial do Govêrno, divulgou ontem nota oficial afirmando que não será permitida qualquer ação dos dirigentes sindicais, "pois não há mais lugar para manifestações do tipo CGT". (Pág. 4)

Inimigos de Mao vão pedir ajuda à URSS

O assistente militar do General Wang En-mao, Comandante do Distrito de Sinkiang, na China Popular, reuniu-se em Ulan Bator, Capital da República da Mongólia Exterior, com emissários do Kremlin, a fim de pedir ajuda soviética para a derrubada do Govêrno de Mao Tsé-tung, segundo informou ontem o jornal Star, de Hong-Kong.

Disse ainda o Star — cujas informações não puderam ser confirmadas em outras fontes — que surgiram em Cantão jornais-murais, de origem não identificada, anunciando que as fôrças antimaoistas recorreriam à ajuda da URSS, caso Mao não suspendesse o atual expurgo de dirigentes governamentais e partidários e de comandantes militares.

Em Moscou, um despacho da Agência Tass anunciou a destituição do General Wang, numa lista de 25 comandantes militares regionais expurgados. Além de Wang, também teriam sido destituídos o Vice-Ministro da Defesa Hsiao Nhin-khuang, e o Comandante e principal dirigente político da Mongólia Interior, Ulanfu.

Em Tóquio, a Agência Kyodo informou que os jornais-murais de Pequim revelaram a descoberta, há um ano, de um complot para derrubar o regime de Mao. Segundo os murais, o Ministro da Defesa, Lin Piao, denunciou como cabeças da conspiração quatro dirigentes já expurgados, entre êles o ex-Prefeito de Pequim.

Horas após violento discurso anti-soviético pronunciado em Pequim pelo Ministro do Exterior Chen Yi, o Pravda afirmou que Mao e seus partidários tramaram o rompimento com Moscou e tentaram promover uma revolução maoista na União Soviética.

Segundo reconheceu o jornal Washington Post, "personalidades oficiais de Washington consideram que Mao serve aos interêsses norte-americanos, pois seus esforços de galvanização das massas chinesas arrastam a China a um conflito com a URSS em maior grau que a uma guerra com os Estados Unidos". (Página 2)

Costa Cavalcânti vai tratar das riquezas do subsolo

Chanceleres tratam dos Presidentes

Para surprêsa geral, as 21 nações presentes à III Conferência Interamericana Extraordinária resolveram, ontem, começar a debater os detalhes para a Reunião dos Presidentes do Hemisfério, e os representantes dos Estados Unidos, Chile e Colômbia informaram que apresentarão projetos para a agenda do encontro, a ser definida pela Comissão Preparatória.

A III CIE foi oficialmente aberta com um discurso do Presidente da Argentina, Juan Carlos Onganía, enquanto o Chanceler Juracì Magalhães, falando em nome de tôdas as delegações presentes, fêz um apêlo para que se evite o aparecimento de cisões. "Tudo devemos fazer para preservar a unidade continental", disse o representante do Brasil.

O Chanceler do México, Antônio Carrillo Flores, voltou ontem às pressas para seu país, ao receber um telegrama informando que seu irmão, Nabor Flores, estava agonizando. (Página 8)

Oposição chinesa pede apoio russo para depor Mao

DESTINO ESPINHOSO

Um prisioneiro vietcong tenta escapar aos americanos que o conduzem, lançando-se sôbre uma formação de cactos perto de Bong Son (UPI)

Hong-Kong, Moscou e Tóquio (UPI-JB) — O assistente militar do General Wang En-mao, Comandante do Distrito de Sinkiang, reuniu-se em Ulan Bator, Capital da República da Mongólia Exterior, com emissários soviéticos, para pedir a ajuda da URSS à derrubada de Mao Tsé-tung, informou ontem em Hong-Kong o jornal **Star**.

Diz ainda o jornal — cujas informações não tiveram confirmação em outras fontes — que em Cantão surgiram murais, de origem não identificada, anunciando que as fôrças antimaoístas recorreriam à ajuda soviética a menos que Mao suspendesse o expurgo em andamento de dirigentes governamentais e partidários.

CENTRO NUCLEAR

Os observadores de Hong-Kong, que encaram com certa reserva as notícias do **Star** sôbre a China, não deixaram de lembrar, apesar disso, que o General Wang En-mao tem sido sistemàticamente mencionado, nas informações de tôdas as fontes, como firme opositor da revolução cultural. Seu primeiro pronunciamento, quando começavam a generalizar-se os conflitos entre maoístas e antimaoístas, foi uma advertência à Guarda Vermelha para que não perturbasse o trabalho nos centros de pesquisas e provas nucleares no Sinkiang, sob pena de seus militantes serem de lá expulsos à fôrça.

Em janeiro, Wang teria ameaçado apoderar-se das instalações nucleares da província, caso Mao estendesse ao Sinkiang a campanha de expurgos. Já em fevereiro, os órgãos de propaganda maoísta anunciaram a derrota da oposição no Sinkiang-Uigur, região autônoma da província, habitada pelas tribos uigurs e populações afins, mas Wang permaneceu no pôsto.

Esta semana, seu nome voltou ao noticiário dos jornais de Hong-Kong. Wang teria mandado representantes a uma reunião de comandantes militares provinciais antimaoístas.

EXPURGADO

Em Moscou, um despacho da Agência Tass anunciou a destituição do General Wang, numa lista de 25 comandantes militares regionais expurgados. Além de Wang, também teriam sido destituídos o Vice-Ministro da Defesa Hsiao Nhin-khuang e o comandante militar e principal dirigente político da Mongólia Interior, Ulanfu.

O despacho da Tass não menciona a fonte da informação, mas foi recebido pelos peritos de Hong-Kong como sintoma de que existe pelo menos um fundo de verdade nas notícias sôbre a suposta participação do General Wang na campanha antimaoísta.

"COMPLOT"

Em Tóquio, a Agência Kyodo informou que os jornais murais de Pequim revelaram a descoberta, há um ano, de um complot para a derrubada de Mao Tsé-tung. Segundo os murais, o Ministro da Defesa Lin Piao denunciou como cabeças da conspiração quatro dirigentes já expurgados: Peng Chen, ex-Prefeito de Pequim; Lo Jui-ching, ex-Chefe do Estado-Maior do Exército; Lu Tingi, ex-Secretário de Propaganda do Partido, e Yang Chang-kun, ex-suplente do Comitê Central.

Lin teria dito, ainda, que "se não agisse contra êsses articuladores de um golpe contra-revolucionário Mao teria sido esmagado por êles".

"Pravda" acusa Mao de subverter URSS

Moscou, Hong-Kong (UPI-JB) — O **Pravda** afirmou ontem, em resposta a violento discurso anti-soviético pronunciado horas antes em Pequim pelo Ministro do Exterior Chen Yi, que Mao Tsé-tung e seus partidários tentaram promover uma revolução maoísta na URSS, para derrubar seu govêrno e "hastear na Praça Vermelha a bandeira de Mao".

Pela primeira vez nesta fase do conflito, a reação de Moscou foi mais veemente que o ataque chinês, pois Chen Yi, embora usando têrmos pesados, limitou-se na prática a denunciar "a sangrenta repressão" a atividades de estudantes e diplomatas chineses em Moscou, como causa do virtual rompimento entre os dois governos.

Chen Yi, que discursou num banquete em homenagem a uma delegação da Mauritânia, queixou-se também — segundo a Rádio Pequim, em transmissão ouvida em Hong-Kong — das declarações, feitas em Londres, pelo premier soviético Alexei Kossiguin que acusou Mao Tsé-tung de chefiar um regime ditatorial.

Kossiguin — disse Chen Yi — "insultou nosso Presidente Mao" e "caluniou pùblicamente nossa grande revolução cultural, além de interferir violentamente em nossa política interna" (alusão às simpatias à resistência antimaoísta manifestadas por Kossiguin em Londres, e pela imprensa soviética nos últimos dias).

Em sua resposta, o **Pravda** alimentou a crescente xenofobia da opinião pública soviética em relação aos chineses, usando imagens — como a da bandeira de Mao hasteada na Praça Vermelha — mais de sentido patriótico que de sentido ideológico, às quais os pronunciamentos soviéticos ainda não tinham recorrido.

O **Pravda** afirmou também que Mao e seus seguidores lançam mão de todos os recursos — um dos quais seria a campanha anti-soviética — para conquistar o poder na China, e que com êsse fim os maoístas tramaram o rompimento de relações com a URSS.

Macau volta a abrir seus cassinos

Lisboa (UPI-JB) — Com o início do Ano Nôvo Lunar, os famosos cassinos de Macau voltaram a funcionar completamente lotados, resplandescentes em sua tradicional atmosfera festiva.

À medida que chegam os visitantes de Hon-Kong, é difícil acreditar que a minúscula província portuguêsa tenha sido o cenário recente de conflitos sangrentos, que causaram a morte de oito pessoas e ferimentos em 123 outras.

Em Lisboa, considera-se que a questão já foi resolvida e que pertence ao passado. As autoridades portuguêsas, que permaneceram numa calma estóica durante a crise, exprimem agora sua confiança quanto ao futuro daquele enclave de 10 quilômetros quadrados.

Os observadores políticos da Capital portuguêsa declaram-se surpresos pelo que consideram de "reportagens sensacionais" sôbre os acontecimentos em março, que foram publicadas na imprensa internacional.

Documentados com a experiência de quatro séculos em problemas asiáticos, os portuguêses sabem perfeitamente que Macau ainda existe porque Pequim decretou que deve existir. Eles sabem também que a existência da província serve não só ao interêsse dos portuguêses, mas também ao dos chineses.

Na realidade, Macau não é econômicamente rentável para Portugal. Apesar de suas prósperas indústrias de chá, peixe, de sedas e de fogos de artifício, seu balanço de comércio registrou um deficit de 18 milhões de dólares nos primeiros oito meses de 1966. Mas a província de Macau é ainda um valioso centro de comércio exterior e de trocas para a China Popular. E esta é uma das principais razões pelas quais os observadores mais experimentados dizem que ainda não soou a hora de Macau.

Considerando esta realidade, as autoridades da província de Kwangtung mostraram-se mais pressurosas do que os líderes esquerdistas de Pequim em chegar a um acôrdo. Os líderes esquerdistas também compreenderam que, após o compromisso, êles têm que viver segundo a lei portuguêsa.

Compromisso é atualmente a palavra decisiva para a sobrevivência de Macau. Segundo as linhas de uma política cuidadosa de neutralidade, as autoridades locais se comprometeram com seus [illegible]cessivos vizinhos — a China nacionalista, o Japão, durante a guerra, e, finalmente, a China popular.

Um dos maiores argumentos dos portuguêses é que Macau pode ser comparada a Hong-Kong ou outras colônias em todo o mundo. Isso porque Macau foi dada aos portuguêses, em 1557, pelo imperador chinês Ming, em sinal de agradecimento por [illegible] ação contra os piratas.

Após os [illegible] dezembro do ano [illegible], as negociações for[illegible] em ambos os [illegible] [illegible] jamais [illegible] [illegible]

[illegible] a cerca [illegible] China popul[illegible] quase 300 mil [illegible]. Dois terços da popu[illegible] constituídos de cidadão[illegible] Govêrno de Pequim e menos de 100 mil têm a nacionalidade portuguêsa. Portanto, o compromisso celebrado no dia 29 de janeiro é considerado realista, em comparação com outros compromissos entre outros países.

Vietcong acusa EUA de usarem gases venenosos

Tóquio, Cidade do Vaticano, Saigon (UPI-JB) — O Vietcong acusou ontem os Estados Unidos de terem causado a morte de "muitos civis, na maioria mulheres e crianças", com o lançamento de "gases venenosos" em refúgios antiaéreos nas províncias de Gia Dinh e Bia Dinh, a 21 e 23 de janeiro dêste ano.

A denúncia, formulada pela Frente Nacional de Libertação do Vietname do Sul e transmitida pela Rádio Hanói (em boletim ouvido em Tóquio), acrescenta que desde o fim de 1965 as tropas americanas usam gases venenosos e muitas vêzes lançaram granadas de tais gases nos refúgios usados pelas populações civis.

INTENSIFICAÇÃO

Na Cidade do Vaticano, o semanário **Osservatore della Domenica** afirmou ontem, em editorial, que a culpa de qualquer intensificação da da Guerra do Vietname recairá sôbre aquêles que a iniciarem.

— Procurar a solução no terreno militar, embora os resultados nesse campo talvez não tenham sido até agora os esperados — diz o **Osservatore** — significaria o perigo mais grave. Quando os problemas políticos são vistos numa perspectiva exclusiva ou predominantemente militar, a lógica dos homens infelizmente muda; se o resultado não se mostra decisivo, o imperativo de tal lógica é dobrar o esfôrço.

—Não é necessário explicar o que isso significa, mas também devemos observar que em certas condições as vitórias táticas ou estratégicas acabam voltando-se contra os que as obtém.

A GUERRA

No Vietname do Sul, ocorreram violentos combates em três pontos: a 400 quilômetros ao norte de Saigon, fuzileiros sul-coreanos enfrentaram uma formação de cêrca de mil guerrilheiros, em batalha de várias horas, que causou baixas moderadas aos primeiros; cem quilômetros ao sul dêsse ponto, a infantaria americana entrou em choque com regulares norte-vietnamitas, que, ao contrário de seu comportamento habitual, não tentaram esquivar-se; perto da costa, aproximadamente à mesma altura, soldados da cavalaria aerotransportada americana entraram pela noite combatendo um regimento norte-vietnamita de elite, sem que se tivesse conhecimento do número de baixas, aparentemente pesadas.

A aviação americana voltou a atacar o Vietname do Norte, chegando a 35 quilômetros de Hanói. Não foram revelados de imediato os alvos da nova operação.

Vietnamitas esperam sorte no Ano do Bode

Saigon (UPI-JB) — Este ano deve ser o ano dos Don Juans — e provàvelmente o ano da paz, segundo o calendário em uso no Vietname.

Lá, o ano do cavalo terminou a 8 de fevereiro. Foi caracterizado pela intensificação da guerra, pela subida dos preços e pelas enchentes. Mas, na maneira de ver dos vietnamitas, o ano do bode, que se iniciou a 9 de fevereiro, deve ser melhor.

O bode é considerado em todo o país como um símbolo de boa sorte. Para os vietnamitas sua característica mais importante são "as façanhas inigualáveis em matéria de amor".

A reputação do animal é tão famosa que os homens muito mulherengos passam logo a serem conhecidos como **Senhor Bode**.

Um colunista de Saigon divulgou que o ano do bode "deve ser melhor, pelo menos porque o bode é menor e mais fraco do que o cavalo, menos famoso, menos impetuoso e, por conseguinte, mais fácil de se lidar com êle".

Segundo o horóscopo, escreveu o colunista, "o bode é bem conhecido pela sua paciência — uma qualidade que pode levar ao sucesso. Esperemos que o bode nos traga paz e prosperidade."

O sistema de dar aos anos nomes de animais vem da China antiga.

Em vez do sistema ocidental de séculos de 100 anos, o calendário lunar é dividido em períodos de 60 anos. Cada período de 60 anos é composto de ciclos menores, de 10 e de 12 anos.

O ciclo de 10 anos compõe-se de 10 troncos celestiais: o da água na natureza, água no lar, fogo incandescente, fogo latente, madeira de todos os tipos, lenha posta a queimar, metais de todos os tipos, metal trabalhado, terra virgem e terra cultivada.

O ciclo de 12 anos tem doze troncos terrestres, representados pelos 12 nomes de animais do zodíaco: rato, búfalo, tigre, gato, dragão, cobra, cavalo, bode, macaco, galo, cachorro e porco.

O ano vietnamita é designado segundo uma combinação de um nome de tronco celestial e outro do tronco terrestre. A mesma combinação ocorre apenas uma vez em cada 60 anos.

O tronco de dez anos geralmente não é mencionado quando se fala no nome do ano.

Este ano é na realidade uma combinação do fogo latente com o bode. Mas para todos é simplesmente o ano do bode.

EUA deram em Londres ultimato a Hanói

K. C. Thaler
Especial para o JB

Londres (UPI-JB) — Os Estados Unidos deram a Hanói um virtual ultimato para que realizasse gestões efetivas de paz ou enfrentasse o reinício imediato dos bombardeios norte-americanos no Vietname do Norte, informaram ontem fontes diplomáticas.

O dilema proposto pelos norte-americanos foi comunicado a Hanói através do Primeiro-Ministro Harold Wilson, que aproveitou a visita de Alexei Kossiguin, pedindo-lhe que êle transmitisse esta mensagem a Ho Chi Minh.

Este acontecimento assinalou o ponto alto da última fase do esfôrço de paz desenvolvido pelos norte-americanos e britânicos. As gestões decisivas ocorreram na noite do último domingo, depois que Wilson e Kossiguin concluiram um encontro de cinco horas na residência oficial do Primeiro-Ministro britânico, em Chequers, quando foi assinado um comunicado conjunto sôbre as longas discussões mantidas durante a semana passada.

O encontro de Chequers terminou às 11 horas da noite de domingo, com indícios de que um "progresso" havia sido alcançado nos esforços para a paz no Vietname. Duas horas depois, já a uma hora da madrugada de segunda-feira, Wilson pediu uma entrevista urgente com Kossiguin, que havia se recolhido ao hotel, cansado de um dia de viagem, visitas oficiais e conversações políticas.

Os dois estadistas voltaram a estar juntos e Wilson, depois de ter mantido nôvo contato com Washington, informou a Kossiguin que o bombardeio seria reiniciado se não houvesse um sinal imediato e convincente de boa-fé, como um gesto recíproco para a cessação dos bombardeios.

Wilson disse a Kossiguin que os bombardeios seriam reiniciados logo após sua partida de Londres, aproximadamente ao meio-dia de segunda-feira. Segundo informam fontes diplomáticas, Kossiguin reiterou a posição de Moscou — coincidente com a linha de Hanói — de que os bombardeios norte-americanos devem ser suspensos incondicionalmente, para que possam ter início negociações de paz. Ele acrescentou que não há garantia de qualquer gesto recíproco antes da cessação dos bombardeios.

Contudo, segundo os informantes diplomáticos, Kossiguin deu a entender que faria o que fôsse possível. O objetivo da intervenção de última hora do Primeiro-Ministro Harold Wilson foi o de impressionar Kossiguin quanto à importância de dizer a Hanói que deveria tomar uma decisão na manhã seguinte.

Tudo indica que o estadista soviético não agiu ou não recebeu uma resposta de Hanói. É possível também que a resposta de Ho Chi Minh tenha sido uma clara rejeição da exigência norte-americana.

Os informantes diplomáticos dizem que Hanói esperou, até o último momento, por um sinal de Hanói que estimulasse as negociações. Mas o sinal esperado não veio.

Na têrça-feira passada, Harold Wilson disse ao Parlamento que estivera ao par dos planos americanos para reiniciar os bombardeios após a partida de Kossiguin de Londres. Ele e seus auxiliares recusaram-se, até o momento, revelar quaisquer detalhes das dramáticas 12 horas de conversações do último domingo.

Nos círculos mais bem informados de Londres, não se acredita que Wilson tencione fornecer, num futuro próximo, qualquer informação quanto às suas conversações confidenciais, pois continua decidido a manter contatos com Moscou para uma possível negociação sôbre o Vietname, no curto prazo.

O papel desempenhado por Kossiguin nas conversações de paz em Londres tem servido para tema de especulações diplomáticas nos círculos oficiais e extra-oficiais de Londres.

Harold Wilson deu a entender que deposita plena confiança no líder soviético e que teve a firme impressão de que o estadista soviético está realmente interessado em ajudar a pôr fim à guerra do Vietname.

As conversações de Londres versaram longamente sôbre o problema da China, que pode ter reforçado as conclusões de Wilson. Ele recusou-se a revelar qualquer aspecto das opiniões de Kossinguin sôbre a China e sôbre os objetivos políticos dos dirigentes dêstes país. Mas as fontes diplomáticas insistem em que a ameaça de Pequim exerce, de fato, grande influência sôbre as atuais diretrizes políticas de Moscou.

Wilson declarou pùblicamente desde a partida de Kossiguin que a maquinaria estabelecida para obter a paz no Vietname voltará a ser usada, e êle espera conseguir êxito na próxima vez. Com isso, o Primeiro-Ministro Wilson quis exprimir sua confiança na cooperação soviética em qualquer esfôrço de paz.

PACIFICAÇÃO

Médicos militares percorrem as aldeias em missão de boa vontade (UPI)

Albânia começa sua revolução cultural

Munique (UPI-JB) — Foi divulgado ontem que uma versão dos guardas vermelhos da China comunista, incluindo os cartazes murais, apareceu na Albânia.

O movimento albanês aparentemente foi lançado pelo Partido Comunista por ordem de seu chefe Enver Hoxha em discurso proferido no princípio dêste mês, no qual pediu mais críticas a partir das bases e disse que "as massas de trabalhadores devem esmagar a cúpula de qualquer Partido ou funcionário do Govêrno que ajam de uma maneira antipartidária".

O discurso foi transmitido pela Rádio Tirana e captado pelo Rádio Europa Livre, em Munique. Desde então, tem havido freqüentes referências nas transmissões da estação a um movimento revolucionário da Juventude até agora sem nome. Mesmo os cartazes murais estão sendo usados.

A primeira descrição do movimento foi feita pelo jornal Zeri I Populit, órgão do Partido albanês, na quarta-feira da semana passada. Um artigo afirmou que a "iniciativa revolucionária" contra "fenômenos negativos" fôra tomada em seu distrito pelos estudantes e professôres da Escola Naim Frasheri, em Durres.

O título do artigo era Com a Espada Afiada da Ideologia do Partido contra a Ideologia Religiosa, as Superstições e os Costumes Retrógrados, **o qual era ilustrado com fotografias de estudantes lendo cartazes murais, alguns com o título "Boletim de Última Hora".**

O artigo dizia claramente que a organização estudantil estava sob contrôle do Partido, o qual, em Durres, é chefiado por um membro do Bureau Político, Rita Narko, uma das mais altas autoridades partidárias designada para novas tarefas em vários distritos desde a reorganização, no ano passado.

O artigo diz que a juventude revolucionária estava agindo contra os outros jovens da região que trocam presentes durante as festas religiosas, vestem suas melhores roupas durante êsses festejos e são batizados com nomes de santos em vez de terem nomes puramente albaneses ou muçulmanos. A Albânia é um país predominantemente islâmico e o único aliado da China na Europa.

O jornal informa que a luta está sendo travada através de "palavras de ordem, boletins, caricaturas e jornais murais, numa profusão nunca dantes vista no país".

Os cartazes, que são substituídos no intervalo de poucos dias, criticam os "fenômenos negativos" nas vidas dos pais dos estudantes, fenômenos tais como querer perpetuar as coisas mais retrógradas.

Os cartazes são colados à porta das pessoas que têm "mentalidade burguesa" e o artigo diz que algumas delas já se arrependeram, aceitando a crítica. Informa ainda que o movimento se disseminou pelo distrito, incluindo críticas a autoridades do Partido.

"Isto é apenas o comêço", diz o artigo, acrescentando que "êste grande ataque está sendo feito em prol da grande causa do Partido".

O artigo diz que a crítica está sendo conduzida pela juventude "claramente, com agudeza e não é contra ninguém" e que os cartazes murais pertencem "às massas e aos estudantes e não a alguns escritórios de editorialistas obsoletos".

Evtushenko faz poemas contra Mao

Moscou (UPI-JB) — A União Soviética lançou ontem a poesia de Evgeny Evtushenko, o outrora **jovem rebelde** da poesia soviética, em sua batalha de palavras com a China.

Evtushenko, que há apenas poucos dias atrás atacou os Estados Unidos, moveu sua pena novamente, escrevendo desta vez dois poemas anti-chineses, que saíram publicados na **Gazeta Literária**, de Moscou.

SATIRAS

Os dois poemas — **Marcha dos Guardas Vermelhos** e **Ouça a Música da Revolução Cultural** — constituem severas sátiras sôbre a destruição de tesouros culturais pelos guardas vermelhos.

A Marcha dos Guardas Vermelhos inclui alguns trechos desta ordem:

Homero era cego... politicamente cego.
Shakespeare foi um inibido afeminado.
Rato musical, como, coma discos de Beethoven às refeições
Coma Shostakovich, mastigue Mozart...

Ouça a Música da Revolução Cultural tem trechos como êstes:

Guardas vermelhos, tomar armas.
Carabinas contra Rubens, armas contra Picasso.
Ainda está na tua moldura, Mona Lisa? Bem, queremos a moldura para Mao.
Bem expresso é nosso respeito pelas mulheres, com uma cusparada.
Nosso lema é cuspe no invés de manteiga.
O problema de comer é mínimo para nós.
A água em que Mao nada é mais nutritiva que o leite.
O amor corrompe as massas.
Doravante, substitua a pergunta tu me amas? por amas Mao?

Lede o Grande Mao. E se necessário, bem, surra-io também, porque êle pouco lê de si mesmo.

Costa e Silva só tem dúvida na Pasta das Comunicações

Govèrno só cassa até o fim do mês

O Presidente Castelo Branco, segundo revelavam ontem setores governamentais, pretende encerrar até o fim dêste mês o ciclo de suspensões de direitos políticos iniciado anteontem e que deverá atingir mais algumas dezenas de pessoas, com exceção de membros do Congresso.

Até ontem continuavam a chegar ao Ministério da Justiça diversos processos de suspensões de direitos políticos elaborados pelo Serviço Nacional de Informações, que atingirão, principalmente, elementos vinculados a atos de subversão e corrupção sem expressão nacional, conforme os já punidos pelo Presidente da República anteontem.

MAIS DE CEM

De acôrdo com essas revelações, desde a aprovação da nova Constituição já passaram pelo Ministério da Justiça mais de cem processos de suspensões de direitos políticos elaborados pelo SNI, sendo que anteontem, por exemplo, foram entregues à assessoria do Ministro Carlos Medeiros Silva mais dois processos.

Salientam, contudo, as fontes governamentais que, apesar do volume de processos, é difícil saber o número de punições a serem decretadas pelo Presidente Castelo Branco, pois êsses processos após receberem o parecer do Ministro da Justiça, são encaminhados à Secretaria do Conselho de Segurança Nacional que, posteriormente, os entrega ao Presidente da República para a decisão final.

A HORA E A VEZ

As novas punições serão decretadas antes do fim dêste mês, desde que o Govêrno pretende dedicar a primeira quinzena de março à decretação das novas de Leis de Segurança Nacional e Reforma Administrativa, além de se preparar para transmitir o Poder ao Marechal Costa e Silva.

A propósito da Lei de Segurança Nacional, o Ministro da Justiça já tem o seu anteprojeto pràticamente concluído, devendo encaminhá-lo à apreciação do Marechal Castelo Branco já na próxima semana.

Com a confirmação feita pelos Srs. Jarbas Passarinho e Costa Cavalcânti de que haviam aceitado o convite do Marechal Costa e Silva para ocuparem os Ministérios do Trabalho e das Minas e Energia, resta apenas uma dúvida na equipe do futuro Govêrno: o Ministério das Comunicações.

Mesmo assim, são dadas como quase certas as indicações do Brigadeiro Márcio Melo e Sousa (Aeronáutica) e o Almirante Augusto Rademacker (Marinha). Quase todos os futuros Ministros estiveram ontem com o Presidente eleito e o General Adalberto Pereira dos Santos, Comandante do I Exército, foi uma das primeira pessoas a se avistarem ontem com o Marechal.

CONFIRMAÇÃO

Na parte da manhã, o Deputado Magalhães Pinto estêve no escritório, recebeu muitos cumprimentos por sua indicação para o Ministério das Relações Exteriores e mostrou um largo sorriso quando foi chamado de Chanceler. Estava acompanhado do Prefeito de Belo Horizonte, Sr. Osvaldo Pierucetti. Quinze minutos depois de ter chegado, o ex-Governador de Minas dirigiu-se à residência do Marechal, onde ficou meia hora.

Às 11h30m, quando o Sr. Magalhães Pinto saiu do apartamento do Marechal, encontrou-se com o Sr. Jarbas Passarinho, que já havia estado no escritório e tinha hora marcada com o Presidente eleito. Abraços, cumprimentos e muitos sorrisos foram trocados por ambos.

A movimentação no escritório era intensa, com inúmeras pessoas aguardando vez para falar com o Coronel Andreazza e com o General Portela. Lá estavam também o Deputado Rondon Pacheco (Casa Civil), o General Edmundo Macedo Soares (Indústria e do Comércio), Costa Cavalcânti (Minas e Energia) e o Sr. Mário Trindade, Presidente do Banco Nacional da Habitação, que deverá permanecer no cargo no próximo Govêrno.

MOVIMENTAÇÃO

A parte da tarde também foi muito movimentada, apesar do corte de energia e da conseqüente paralisação dos elevadores.

O General Afonso Albuquerque Lima (Organismos Regionais), e os Srs. Delfim Neto (Fazenda) e Leonel de Miranda (Saúde), além dos Srs. Jarbas Passarinho, Costa Cavalcânti e Rondon Pacheco, que voltaram na parte da tarde, estiveram em contatos com o Coronel Andreazza e o General Portela.

O Deputado Costa Cavalcânti, ao confirmar a sua ida para o Ministério das Minas e Energia disse que poucas deverão ser as modificações dos nomes que comporão os quadros de chefias dos inúmeros departamentos que compõem o Ministério. Lembrou o Sr. Costa Cavalcânti que "o próximo Govêrno, por ser um prosseguimento do atual, não está preocupado com mudanças".

— Explicou que a época das perseguições, quando um Govêrno empossado procurava prejudicar os elementos que haviam servido o Govêrno anterior, já passou.

AFINAÇÃO

O futuro Ministro do Trabalho, Sr. Jarbas Passarinho, disse que relutou muito em aceitar o convite do Marechal Costa e Silva para aquela pasta, pois preferia ir para o Ministério das Minas e Energia, uma vez que se encontrava mais afinado com os problemas de minérios e petróleo. Explicou que, diante dos argumentos usados pelo Presidente eleito, que lhe prometeu tôda a cobertura, não pôde mais recusar.

A sua ação no Ministério do Trabalho, segundo revelou, terá três pontos fundamentais: 1) Sindicalismo livre; 2) Fortalecimento dos sindicatos, para que possam agir como instrumentos de pressão para o equilíbrio do regime democrático e; 3) solidarismo cristão, acrescentando, depois de citar Lebret, que não concorda na divisão da produção em trabalho e capital, pois "o trabalho tem primazia sôbre o capital".

Para o futuro Ministro do Trabalho, a participação dos empregados nas gestões das emprêsas é fundamental para a produção.

Revelou o Sr. Jarbas Passarinho que a sua tese sôbre a participação dos empregados na direção das emprêsas foi defendida nos Estados Unidos sem sucesso.

— Lá não poderia ser de outra forma, mas, aqui no Brasil, acho que a democracia cristã permite que nós cheguemos mais longe — acrescentou.

Depois de elogiar a ação do Ministro Nascimento Silva e de citar a Reforma Administrativa como instrumento para desemperrar os órgãos federais, o Coronel Jarbas Passarinho disse que nas suas novas funções iria encontrar uma área muito traumatizada, mas está esperançoso com a descompressão que se vai verificar com a adaptação do Ministério à política do nôvo Govêrno.

RELUTÂNCIA

O futuro Ministro da Saúde, Sr. Leonel de Miranda, revelou ao JORNAL DO BRASIL que relutou também muito em aceitar o nôvo encargo, pois isto o obrigará a manter-se afastado de suas inúmeras atividades, inclusive a Casa de Saúde Dr. Eiras, onde se encontra desde 1936.

Para êle, sòmente a velha amizade que o liga ao Marechal Costa e Silva poderia fazer com que aceitasse as novas atribuições. As insinuações de que êle teria financiado a campanha do Presidente eleito com intensões de beneficiar-se foram consideradas "muito maldosas" por êle e por diversas pessoas que servem ao Marechal.

— Só quem não me conhece poderia dizer tais coisas. Já realizei um grande trabalho. Minha Casa de Saúde é hoje uma das maiores da clínicas particulares da América Latina. Em 1936, quando comecei a trabalhar nela, só havia 120 leitos. Hoje, temos 1 100. Sou um homem inteiramente realizado na vida. Acredito na Revolução de 31 de março e, por isso, fiz o que pude para que o Marechal Costa e Silva pudesse continuá-la. Fiz por êle, porque êle era justamente o revolucionário que estava mais próximo de mim. Para a realização das suas metas — saúde, educação e bem-estar — darei todos os meus esforços — disse.

BANCO CENTRAL

Ao que tudo indica, o Sr. Dênio Nogueira deverá deixar mesmo o Banco Central. Para o seu lugar, o nome do Sr. Rui Aguiar da Silva Leme é apontado como o mais provável, em meio à enxurrada de nomes que surgiram nos últimos dias. Da mesma forma, os Srs. Ari Burger, que ontem estêve no escritório, e Aldo Batista Franco estão sendo cogitados para diretores do mesmo Banco, devendo permanecer os Srs. Gastão Vidigal e Rui Magalhães como representantes privados. O Sr. Jaime Magrassi de Sá deverá ser o nôvo Presidente do BNDE.

O Sr. Arno Fetter, ex-Secretário de Agricultura do Rio Grande do Sul e um dos integrantes dos grupos de trabalho do futuro Govêrno, não quis aceitar o convite do Marechal Costa e Silva para o Ministério do Abastecimento. Alegou o Sr. Arno Fetter que, como agrônomo, só se sentia em condições de ocupar o Ministério da Agricultura, recusando qualquer outra oferta.

Sepultado fundador da Real

São Paulo (Sucursal) — Foi sepultado, ontem, no Cemitério São Paulo, o suplente de Senador Lineu Gomes, um dos pioneiros da aviação civil no País e fundador da Real. Faleceu de madrugada, em Guarujá.

Geradores de S. Paulo vão para Niterói

O Governador Negrão de Lima comunicou ao Governador Abreu Sodré que a Guanabara se sentia bastante sensibilizada com o oferecimento de 20 geradores para atenuar a crise no fornecimento de energia, mas abria mão em favor do Estado do Rio, considerado em pior situação.

No telegrama enviado ao Sr. Lucas Garcez, que fêz o oferecimento em nome do Govêrno de São Paulo, o Sr. Negrão de Lima esclarece que a Guanabara já está com seu problema de energia pràticamente solucionado, "sem precisar de refôrço".

OBEDIÊNCIA

A Rio Light reafirmou ontem que sòmente com a reintegração da Usina Nilo Peçanha estará totalmente normalizado o abastecimento de energia elétrica à Cidade, com a extinção do racionamento. Informou a emprêsa que dezenas de técnicos e trabalhadores continuam entregues à tarefa da recuperação da usina, acentuando que a obediência às instruções das autoridades tem permitido a redução dos cortes de circuitos em certos períodos.

Segundo a emprêsa concessionária, a maior colaboração que, em benefício geral, os consumidores poderão prestar é não manter ligados, simultâneamente, aparelhos eletrodomésticos, lâmpadas, motores, elevadores etc.

Intelectuais elaboram um Plano Nacional de Cultura

A Assessoria do Marechal Costa e Silva já recebeu o Plano Nacional de Cultura, elaborado por cinco intelectuais, que propõe ao futuro Govêrno a implantação do Plano e sua execução pelo Ministério da Cultura, cuja criação deve ser pedida pelo futuro Presidente através da Reforma Administrativa.

O Plano Nacional da Cultura, de acôrdo com sua elaboração inicial, prevê a integração do desenvolvimento cultural no desenvolvimento político e econômico, a fim de corrigir "o desenvolvimento hemiplégico", que vem se verificando no País.

A FORMULAÇÃO

De acôrdo com a exposição dos responsáveis pela elaboração do Plano Nacional da Cultura, as distorções que se verificaram no desenvolvimento do País deveram-se à ausência do estímulo às atividades culturais, através do qual acreditam ser possível corrigir essas deformações.

O Plano prevê sua execução em três frentes distintas, atingindo em primeiro lugar o estímulo ao criador de cultura — artistas eruditos e populares — "por intermédio de medidas que lhe dêem melhores condições de criação, como a redução dos impostos — principalmente o Impôsto de Renda — que incidem sôbre as mercadorias culturais.

Sob o aspecto relacionado com os instrumentos transmissores de cultura, o plano prevê o estímulo financeiro às instituições culturais, dando ênfase aos meios de comunicação de massas — jornais, revistas, televisão, teatros, bibliotecas — que passarão a receber um tratamento especial, com a preservação da liberdade cultural.

A propósito dos assimiladores de cultura, os quais o plano relaciona diretamente com os meios transmissores, está prevista a disseminação de bibliotecas, praças de cultura populares, teatros, jornais e revistas em todo território nacional, a fim de facilitar o acesso do povo aos meios de cultura.

Entre as medidas preconizadas pelo Plano Nacional de Cultura, elaborado pelos Srs. Américo Jacobina Lacombe, Humberto Pelegrino, José Paulo Moreira da Fonseca, Afrânio Coutinho e Eduardo Portela, é ressaltada a necessidade de centralizar em apenas um órgão — no caso o Ministério da Cultura — a execução da política cultural do futuro Govêrno, para evitar as falhas verificadas no funcionamento do atual Ministério da Educação e da Cultura.

A ELABORAÇÃO

Para elaboração do Plano Nacional da Cultura, seus autores ouviram profissionais de tôdas as atividades culturais, de cujos depoimentos retiraram as diretrizes previstas no plano, que teve boa receptividade por parte do Marechal Costa e Silva. Êsses trabalhos foram realizados durante dois meses a pedido dos assessôres diretos do futuro Presidente da República.

Exterior é de Magalhães apesar das restrições

A designação do Deputado Magalhães Pinto para o Ministério do Exterior está consolidada, segundo declaração feita ontem ao JORNAL DO BRASIL por fonte parlamentar ligada ao Marechal Costa e Silva e que vem acompanhando a evolução dos entendimentos para a composição do Ministério do Govêrno a instalar-se a 15 de março.

A escolha já foi oficializada, apesar de reservas feitas ao Presidente eleito Costa e Silva por figuras identificadas com o Marechal Castelo Branco, que observaram ser o ex-Governador de Minas representante de uma linha de pensamento não ortodoxa da Revolução.

PROJEÇÃO

Como expressões políticas, os Ministérios da Fazenda e do Exterior vão adquirir consistência: através de ambos vão-se exprimir certas reivindicações políticas civis.

O Sr. Magalhães Pinto é, sabidamente, candidato à Presidência da República, em 1970, e o Sr. Delfim Neto, futuro Ministro da Fazenda recrutado dentro da equipe do Govêrno de São Paulo, deverá refletir de algum modo a aspiração também do Sr. Abreu Sodré de suceder o Marechal Costa e Silva.

— O Ministério do Planejamento, a partir de março, perderá o caráter do santuário que lhe foi dado pelo Ministro Roberto Campos — observou a fonte parlamentar situacionista —, frisando que "o Ministro do Planejamento, Sr. Hélio Beltrão, trabalhará mediante solicitação e não por sua iniciativa exclusiva e irrecorrível".

PREVISÃO

Por ter uma visão própria do problema econômico-financeiro e suas implicações mundiais, prevê-se que o Sr. Magalhães Pinto, no Ministério do Exterior, organizará o plano de uma política de comércio e de ajuda econômica de caráter agressivo, procurando novas fontes de recursos externos para o desenvolvimento brasileiro e a conquista de mercados para produtos brasileiros, que já têm características competitivas no mercado mundial.

A ampliação dos canais abertos pelos Ministros do Planejamento, Sr. Roberto Campos, e da Indústria e do Comércio, Sr. Paulo Egídio, na área socialista, é dada como uma fatalidade: os países do Leste demonstram evidente interêsse em ampliar suas relações comerciais e econômicas, bem como de assistência técnica, com os países em desenvolvimento e, particularmente, com o Brasil.

Igualmente, a alteração das diretrizes políticas do Brasil com relação aos continentes africano e asiático é prevista, sem que, entretanto, essa mudança implique em mutilação nas relações tradicionais do Brasil com Portugal.

PRIMEIRO PLANO

Pela política exterior dada como sendo cogitada pelo Sr. Magalhães Pinto, tem-se que sua atuação terá a virtude de transportá-lo para o primeiro plano, no mesmo tempo em que o Sr. Delfim Neto — a quem se atribui o desejo de liberalizar e humanizar a política econômico-financeira, dentro da conceituação dada pelo Marechal Costa e Silva — também se projetará como inovadora.

Essas mudanças de orientação do Govêrno deverão coincidir com o surgimento de pregações políticas, como as que reclamarão o restabelecimento do sistema direto de eleição a partir de 1970, quando será escolhido o sucessor do Marechal Costa e Silva.

Lira Tavares já convidado para Ministro da Guerra

O Comandante da Escola Superior de Guerra, General Aurélio de Lira Tavares, foi ontem convidado pelo Presidente eleito Costa e Silva para ocupar o cargo de Ministro da Guerra, por ser o oficial-general mais antigo da ativa do Exército.

O Governador Alacid Nunes informou ontem, após a solenidade de inauguração da filial do Banco do Estado do Pará no Rio de Janeiro, que o ex-Governador Jarbas Passarinho aceitou o convite do Presidente eleito Costa e Silva para assumir o Ministério do Trabalho.

ARZUA SATISFEITO

Curitiba (Correspondente) — Logo depois de regressar do Rio de Janeiro, o Governador Paulo Pimentel recebeu o Prefeito Ivo Arzua, comunicando-lhe a escolha do seu nome, pelo Presidente eleito Costa e Silva, para o Ministério da Agricultura.

Em seguida, o Governador conduziu o Prefeito à Secretaria de Imprensa, onde o apresentou aos jornalistas ali credenciados como futuro titular da Pasta da Agricultura.

Ao fazer a apresentação, o Governador Paulo Pimentel informou que o Ministério da Agricultura, no próximo Govêrno, vai ganhar extraordinária importância, pois passará a subordinar diversos órgãos nacionais, como a SUNAB, CIBRAZEM, INDA, IBRA e outros, que são autônomos atualmente.

O Sr. Ivo Arzua declarou que o Marechal Costa e Silva o convidara para ocupar o Ministério, em retribuição ao carinho do Paraná, do Governador e do seu povo, por ocasião das visitas que fêz ao Estado.

Aceito a convocação do Marechal Costa e Silva e do Governador Paulo Pimentel. Não será Ivo Arzua no Ministério. Será o Paraná e seu Govêrno no Ministério, afirmou o Prefeito, acentuando: "Ficarei muito satisfeito se puder representar bem o Paraná e seu Govêrno."

FETTER DESMENTE

Pôrto Alegre (Sucursal) — O Sr. Adolfo Fetter desmentiu a notícia de sua nomeação para Ministro da Agricultura do futuro Govêrno. Disse que apenas foi solicitado a colaborar no campo da agricultura pelo Presidente eleito Costa e Silva.

Israel vem tratar da participação mineira

Belo Horizonte (Sucursal) — Fontes do Palácio da Liberdade anunciaram ontem que o Governador Israel Pinheiro deverá viajar a qualquer momento para a Guanabara, a fim de avistar-se com o Marechal Costa e Silva e acertar detalhes sôbre a participação de Minas na futura administração federal e sôbre um esquema de ajuda financeira ao Estado, que o Governador considera mais importante do que qualquer Ministério.

O Governador de Minas manteve, nas últimas horas, contatos telefônicos com os Srs. Daniel Krieger, Ernâni Sátiro e Eurico Dutra, conversando sôbre problemas diretamente ligados à composição do Ministério do futuro Govêrno e reafirmando sua decisão de não fazer reivindicações nem sugerir nomes ao futuro Presidente.

Segundo entende o Governador Israel Pinheiro, a presença de elementos diretamente ligados ao Palácio da Liberdade em órgãos dos chamados escalões médios da administração federal poderá ser muito mais proveitosa para o Estado. Assim, dá muito mais importância a organismos como o BNDE, o Banco Central, Cia. Vale do Rio Doce, Comissão do São Francisco, DNER, e outros órgãos cuja atuação interessam diretamente a Minas.

O Sr. Israel Pinheiro, ainda segundo as fontes oficiais, considera que o Presidente eleito da República reconhece a importância política de Minas e não iria relegar o Estado a segundo plano.

Ex-PSD insatisfeito com sua posição no Govêrno

Brasília (Sucursal) — O setor ex-pessedista da ARENA continua insatisfeito com a participação que lhe é oferecida no futuro Ministério, considerando fato consumado, a esta altura, que aquela participação não irá além da anunciada escolha do Deputado Tarso Dutra para a Pasta da Educação.

Fonte altamente credenciada do Partido governista disse ontem que continua de pé a preocupação, sobretudo entre os ex-pessedistas que integram o Partido, quanto ao caráter militarista — ou militarizado, conforme alguns preferem — de que se reveste o conjunto das indicações até agora, consideradas como mais ou menos definitivas.

EXAGERO RACIONALISTA

A mesma fonte denunciou a existência de "certo exagêro racionalista" na alegação de que alguns dos militares incluídos na lista provisória do nôvo Ministério não podem mais ser considerados militares no sentido estrito da palavra, de vez que deixaram a farda para abraçar a vida pública.

— Êsses cidadãos, em geral — disse o informante — são do mais alto gabarito, podendo servir à administração com a maior proficiência e elevado patriotismo. Há, entretanto, o aspecto político da questão, que não pode ser minimizado. Êsse aspecto exige conceituar precisamente quem é militar e quem deixou de sê-lo. Não basta deixar a farda e assumir um mandato parlamentar para que um cidadão perca inteiramente a sua condição de homem vinculado ao pensamento e ao meio militar. Sobretudo nos casos em que essa vinculação continua a revelar-se nítida em suas atitudes. Da lista colocada nos jornais, temos que o futuro Govêrno, incluído o Marechal Costa e Silva, será comandado por nove oficiais das Fôrças Armadas. Isso não há de deixar-nos bem ante os milhões de brasileiros que esperam ver normalizada a vida democrática do País, objetivo em nome do qual se fêz a Revolução de março de 1964.

Ramos não crê no 3.º Partido

Brasília (Sucursal) — O Presidente da Câmara dos Deputados, Sr. Batista Ramos, disse ontem no Palácio do Planalto, depois de uma entrevista com o Marechal Castelo Branco, que a hipótese de surgimento de um nôvo partido político "se é teòricamente possível, na prática é desnecessária e politicamente inviável, pois não há interêsse de se criar um pêndulo entre a ARENA e o MDB".

— O que vejo, pelo contrário, é a necessidade da ARENA tomar precauções, porque nesse início de Govêrno, depois de 15 de março, ela irá sofrer um inchaço, tal o número de adesões que irá receber — explicou o deputado.

MORADIA PARA DEPUTADOS

Nesse encontro com o Presidente Castelo Branco, ontem à tarde, o Sr. Batista Ramos garantiu que o problema de moradia em Brasília para os deputados recém-eleitos deverá estar resolvido até maio, o mais tardar. Segundo explicou ao Presidente, a Câmara se dispõe a aplicar os NCr$ 6 milhões (seis bilhões de cruzeiros antigos) que possui em caixa na compra ou na locação de imóveis já construídos em Brasília, de propriedade de Institutos de Previdência, do Banco do Brasil e da Petrobrás.

Serão necessários 120 apartamentos, em sua maioria de três e quatro quartos para atender aos deputados ainda desalojados em Brasília.

"Frente" se estrutura em Minas

Belo Horizonte (Sucursal) — O Deputado Aníbal Teixeira (MDB), um dos principais porta-vozes do juscelinismo em Minas, anunciou ontem que a **frente ampla**, depois do seu lançamento pelo ex-Governador Carlos Lacerda, ainda êste mês, será mobilizada, a partir de março, para a realização de um ciclo de estudos, que terá como objetivo principal a revisão da nova Constituição brasileira.

O Sr. Aníbal Teixeira disse que as aparentes dificuldades em se obter no Congresso número suficiente de membros para transformar a **frente** em Partido político poderão ser fàcilmente superadas, principalmente se considerar-se que o Marechal Costa e Silva parece interessado no assunto, "como demonstra a escolha de elementos ligados ao movimento para o Ministério, como é o caso dos Srs. Magalhães Pinto e Hélio Beltrão."

UNIÃO POSSÍVEL

Observou ainda que, a seu ver, nada impedirá uma união do MDB à **frente ampla**, pelo menos na fase de mobilização popular, já que as diretrizes de atuação são coincidentes, sendo natural, entretanto, que, em fase posterior, quando se tratar objetivamente da formação de um terceiro Partido, cada um dos seus integrantes faça opção diferente.

Os responsáveis pela **frente ampla** em Minas já começaram, segundo o Sr. Aníbal Teixeira, a efetuar as primeiras reuniões, visando a preparar o lançamento oficial da **frente**.

Castelo visitará a Europa

O Marechal Castelo Branco deverá viajar para a Europa e Estados Unidos logo depois que passar o Govêrno ao Presidente eleito Costa e Silva, a 15 de março próximo.

Estão no roteiro do Marechal Castelo Branco, em primeiro lugar, Espanha e Portugal. A sua viagem aos Estados Unidos se dará no retôrno da Europa.

NO NORDESTE

Natal (Correspondente) — Chegou ontem ao Aeroporto Militar de Natal o destacamento precursor que veio preparar a visita do Marechal Castelo Branco ao Rio Grande do Norte, programada para o próximo sábado.

Fazem parte do destacamento os Majores Lívio Silva e Luís Pouman, o Tenente Amber Proença Castelo Branco e quatro sargentos encarregados das comunicações, além de jornalistas da Agência Nacional.

PROGRAMA

O Marechal Castelo Branco deverá presidir a inauguração do edifício da Escola Industrial de Natal, de 100 casas populares construídas pelo Banco Nacional de Habitação e do conjunto residencial do IPASE, com 100 residências.

"Frente ampla" pode apoiar Costa e Silva se êle fizer Govêrno de paz, diz Lacerda

São Paulo (Sucursal) — O Sr. Carlos Lacerda disse ontem que a *frente ampla* poderá apoiar o Govêrno do Marechal Costa e Silva "se êle retomar o desenvolvimento nacional, restituir as liberdades democráticas, prometer a pacificação política do País e retomar uma linha de nacionalismo democrático."

Essa pacificação, que compreende a revisão das punições políticas efetuadas nos últimos três anos, é, na opinião do ex-Governador da Guanabara, "um ato político de congraçamento nacional que se impõe, pois ninguém pode ser punido sem ter o direito de defender-se, não constituindo por isso, nenhum favor, mas um dever do Govêrno em defesa da dignidade nacional".

DOIS GOVERNADORES NA "FRENTE"

O Sr. Carlos Lacerda fêz essas declarações depois de encontrar-se no Palácio dos Bandeirantes com o Governador Abreu Sodré, que hoje receberá a visita do Governador do Paraná, Sr. Paulo Pimentel, e concordou com a informação de que dois governadores apóiam a **frente ampla**, mas recusou revelar seus nomes, "para evitar que o Marechal Castelo casse seus mandatos".

Durante entrevista coletiva que concedeu no Hotel Jaraguá, o ex-Governador informou que vários contatos foram mantidos ontem em São Paulo com políticos ligados ao Sr. Ademar de Barros, "pois não há razão para excluir ninguém da **frente ampla**. Nesse sentido, disse que ainda não foi ao encontro do ex-Presidente João Goulart, no Uruguai, porque "até agora não foi necessário, pois os entendimentos com sua área estão sendo realizados através de pessoas ligadas a êle". Disse também que êsse encontro poderia causar problemas diplomáticos e "servir de pretexto para desencadear o ódio do Govêrno".

Informou que, depois de encontrar-se com o Deputado Mário Covas, concluiu que, "se êle não fôsse líder do MDB, já estaria na **frente ampla**. Prefere, entretanto, consultar primeiro seus liderados, o que não será entrave para seu ingresso, pois os liderados já estão vindo".

A ADESÃO DE SODRÉ

O Sr. Carlos Lacerda disse compreender a tarefa do Governador Abreu Sodré no Govêrno do Estado, da mesma forma que compreende "ter êle, por fôrça da situação, ingressado numa ficção política chamada ARENA, que se diluirá com o tempo por não ter nenhuma base popular". Argumentou que os únicos "arenosos" que conhece são os que "tiveram de submeter-se ao jôgo nesse cassino ditatorial instalado pelo atual Govêrno".

— Quando desaparecerem êsses arremedos de Partidos políticos, surgirão Partidos verdadeiros. E eu e o Sr. Abreu Sodré dificilmente estaremos em Partidos diferentes. Era o que esperava e o que trago do encontro que tivemos — disse.

As recusas do ex-Presidente Jânio Quadros para ingressar na **frente ampla** são recebidas pelo Sr. Carlos Lacerda "com paciência", pois espera que "mais cedo ou mais tarde êle se defina, já que não receberá seu perdão das mãos do General Golberi".

Considera que a **frente ampla** interessa não só a êle, mas a todo o povo e ao Marechal Costa e Silva, que "deve ter em mente que nenhum Govêrno deve esquecer a opinião pública". É nesse sentido, segundo esclareceu, que o terceiro Partido deve interessar ao futuro Presidente, "pois não será através da ARENA que [illegible] rá êsse apoio, que deve ser procurado entre o povo, e não onde a ARENA diz que êle se encontra".

Informou que a campanha de mobilização da opinião pública em São Paulo em tôrno da **frente ampla** será lançada no início de março, antes da posse do Marechal Costa e Silva, numa conferência na Universidade Mackenzie. O povo, a seu ver, "está com nojo de tudo e, portanto, formará na **frente ampla**, principalmente as classes mais expoliadas".

Citou como exemplo de sintonia com os sentimentos populares a oportunidade que o Marechal Costa e Silva terá de efetuar a revisão das punições revolucionárias e disse que "um gesto de grandeza fica muito bem para um comêço de Govêrno". Lembrou a história do Presidente Washington Luís, em 1927, que tinha podêres para anistiar políticos, mas não o fêz para não entrar em choque com o Govêrno anterior. Isso, segundo disse, provocou grandes crises políticas, que terminaram com a deposição de Washington Luís.

— Pessoalmente, não quero que o Marechal Costa e Silva tenha o mesmo destino — comentou.

Quanto à possibilidade de ter suspensos seus direitos políticos, disse não ver razões para tal medida por parte do Govêrno, "a não ser para demonstrar que essa comédia de cassações serviu apenas para provar que vivemos num regime militarista".

— Nunca fui acusado de corrupto, e os que me qualificam de subversivo [illegible] interessados em tirar-me os direitos de cidadão [illegible] esquecendo que êsse direito não me foi dado por ninguém, muito menos pelo Sr. Castelo Branco. Esquecem também que a violência geralmente dura mais que os violentos — acrescentou o Sr. Carlos Lacerda.

O FUTURO MINISTÉRIO

Quanto à composição do Ministério do Govêrno Costa e Silva, comentou que de modo geral parece bom, "mas forma um quadro de formatura em que se notam bacharéis de direito e normalistas de cidades do interior, não se sabendo, ao final, se os formandos são advogado ou professôres". Acredita, entretanto, que "parece ser um ministério nacionalista, mas os grupos de pressão antinacional estão prontos para entrar em ação e multiplicarem os seus braços".

— As "fôrças ocultas" de que o Sr. Jânio Quadros falava já não estão ocultas, e sem apoio da opinião pública não haverá condições de enfrentá-las — concluiu.

Sodré recebe Lacerda em reunião secreta

São Paulo (Sucursal) — O Sr. Carlos Lacerda e o Governador Abreu Sodré estiveram reunidos durante duas horas no Palácio dos Bandeirantes, sem que fôsse permitida a entrada de qualquer assessor do Governador paulista ao Gabinete. O ex-Governador da Guanabara estava acompanhado do Deputado Veiga Brito, que não estêve presente no encontro.

À saída, o Sr. Carlos Lacerda disse que veio rever um grande amigo, que admira muito, e que teve grande satisfação com o encontro. O Governador de São Paulo, declarou que a "um homem com as qualidades de Lacerda não se pode nem pensar na suspensão de seus direitos políticos, pois é um homem que vem prestando grandes serviços ao Brasil".

A FRENTE QUE SE AMPLIA

Pode-se divergir dêle — prosseguiu o Governador — mas jamais negar suas qualidades de patriota e os serviços que vem prestando ao País. Revi meu velho amigo Carlos Lacerda, de quem fui e continuo sendo grande admirador.

Ao ser perguntado sôbre o terceiro partido, respondeu o Sr. Abreu Sodré:

— Vivemos num regime democrático que permite a formação de partidos e o Sr. Carlos Lacerda tem o direito de formar o seu. Eu tenho o meu Partido e tudo farei para fortalecê-lo, com o grande Govêrno que farei.

Enquanto aguardava a saída do Sr. Carlos Lacerda, o Deputado Veiga Brito disse aos jornalistas que a **frente ampla** não se trata de um movimento em têrmos de oposição ao futuro Govêrno, mas fixará princípios em todos os setores, para inclusive dar ao Govêrno apoio popular de que necessita. O parlamentar afirmou, ainda, que dois governadores já deram seu apoio à **frente ampla**, mas não quis revelar os nomes.

Leia Editorial "Educação"

Coluna do Castello

Todos são técnicos inclusive Magalhães

Brasília (Sucursal) — O Ministério Costa e Silva, malgrado as modificações que lhe possam ainda imprimir aqui ou ali, está com a fisionomia definida. Em substância, está êle completo e acabado, pois a introdução de um nome ou outro não lhe afetará o sentido global nem os ajustamentos políticos, que visam menos à realidade do que às aparências, lhe retirarão o caráter técnico-militar, com que o futuro Presidente afirma desde já sua independência em relação aos Partidos e às correntes de poder civil, e sua própria concepção de Govêrno.

Os Governadores de São Paulo e do Paraná já lhe deram o óbvio endôsso, e o de Minas terá, ainda esta semana, a oportunidade de o fazer, com a ressalva de que lhe será dado substancial ajuda financeira a seus planos administrativos, a fim de que não veja hostilidade na inclusão do Sr. Magalhães Pinto no Ministério.

O Sr. Magalhães, de resto, não entrou na equipe do Marechal Costa e Silva pròpriamente como político, mas como um técnico em negociação, com a missão específica de negociar acôrdos econômicos e financeiros. O Presidente como que necessitou dessa justificativa para introduzir no Gabinete um político tão ativista e importante quanto o ex-Governador de Minas.

O Sr. Tarso Dutra terá sido a única concessão do Marechal ao critério político, muito embora se apresse sua assessoria em justificá-la com a inovação da qualidade de relator do Orçamento do Ministério da Educação que terá tido o antigo concorrente ao Govêrno do Rio Grande do Sul.

É claro que os demais nomes civis não representam politicamente as situações dos Estados de que são filhos, ainda que expressamente referendada sua escolha pelos Governadores. O Sr. Delfim Neto vai como técnico e não como representante do Sr. Abreu Sodré ou da política de São Paulo e o Sr. Arzua terá se recomendado por qualificações outras que não sua proximidade política do Governador Paulo Pimentel. O Sr. Beltrão não é, por sua vez, a ARENA da Guanabara. Os Srs. Gama e Silva e Leonel de Miranda jamais terão pensado em sua vida em filiação partidária.

Dos militares não se pode negar situação política aos Srs. Jarbas Passarinho e Costa Cavalcânti, que assim terão casado o agradável ao útil, pois não resta dúvida de que, civis, seus nomes dificilmente teriam atingido o Olimpo ministerial.

A Presidência do Congresso

A reivindicação do Senador Auro de Moura Andrade, de presidir as reuniões conjuntas da Câmara e do Senado, exercendo, assim, de fato, a Presidência do Congresso Nacional, tornou-se possível pela falta de sistemática dos dispositivos constitucionais que tratam da matéria.

O Artigo 29 da Constituição declara que o Poder Legislativo é exercido pelo Congresso Nacional, que se compõe da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. O Artigo 31, Parágrafo 2.º, determina que a Câmara e o Senado, "sob a direção da Mesa dêste", se reunirão conjuntamente para desempenhar tôdas as funções atribuídas ao Congresso. O Artigo 79, Parágrafo 2.º, determina que o Vice-Presidente da República exercerá as funções de Presidente do Congresso Nacional, "tendo sòmente voto de qualidade, além de outras atribuições que lhe forem conferidas em lei complementar".

A antinomia prossegue em outros dispositivos. Assim é que o Artigo 12 manda que o decreto de intervenção num Estado seja submetido à apreciação do Congresso, o qual (Parágrafo 1.º), caso não esteja funcionando, será convocado extraordinàriamente. Presume-se que a convocação seja feita pelo Presidente do Congresso. Na mesma linha, a Constituição dispõe (Artigo 47, Parágrafo único) que o Poder Executivo enviará ao Congresso Nacional, até 15 dias após sua assinatura, os tratados celebrados pelo Presidente da República.

No entanto, no Artigo 62, Parágrafo 1.º, estabelece que, vetando um projeto de lei, o Presidente da República comunicará ao Presidente do Senado Federal os motivos do veto. Recebendo a comunicação, o Presidente do Senado "convocará as duas Câmaras para, em sessão conjunta, dêle conhecerem". E no Parágrafo 4.º, do mesmo artigo, acrescenta que, rejeitado o veto e não promulgando a lei o Presidente da República, dentro de 48 horas, o Presidente do Senado a promulgará.

E, finalmente, no Artigo 153, enquanto o Parágrafo 1.º manda que o Presidente da República, em caso de decretação do estado de sítio, comunique o ato ao Congresso Nacional, o Parágrafo 2.º dispõe que, se o Congresso não estiver reunido por ocasião da comunicação, o Presidente do Senado o convocará.

O Presidente do Senado tem, portanto, atribuição expressa, em caso de veto e de decretação de estado de sítio, de convocar o Congresso e, por extensão, êle reivindicará o poder de convocação em qualquer caso, tanto mais que, como Presidente da Mesa do Senado, êle se julga no direito de presidir as sessões conjuntas para qualquer fim.

Sondagens feitas junto a Ministros do Supremo Tribunal indicam que há ali a expectativa de que o caso se resolva politicamente, questão política que é, decorrente de falhas na elaboração da Carta Magna.

Sabe-se que a intenção do Govêrno, na preparação constitucional, foi atribuir ao Vice-Presidente da República a chefia efetiva do Congresso Nacional e, inicialmente, até mesmo a Presidência do Senado, coisa de que recuou, quanto ao último item, precisamente para atender à reivindicação do Senador Moura Andrade, que não pretendia ser despojado de tôdas as suas atribuições. Dada a solução política, ela não foi perfeitamente traduzida no texto da Constituição, disso originando-se nova questão política, previsível nas escaramuças no plenário do Congresso entre o Senador em ofensiva e o Vice-Presidente em escrupulosa defensiva.

Carlos Castello Branco

Dênio garante que política cambial fêz a exportação atingir um recorde em 1966

O Presidente do Banco Central, Sr. Dênio Nogueira, afirmou que "com a política cambial posta em vigor tornou-se possível atingir em 1966 um recorde de exportação sòmente superado em 1951, em plena guerra da Coréia".

O discurso foi pronunciado após o banquete que lhe ofereceram ontem à noite, no Hotel Glória, as entidades financeiras e de crédito do País, ao qual compareceram cêrca de mil pessoas, inclusive delegações dos Estados.

HARMONIA

Agradecendo a homenagem que lhe era prestada, o Sr. Dênio Nogueira afirmou que "nos últimos três anos autoridades e instituições financeiras passaram a conviver mais harmônicamente, numa demonstração inequívoca de terem reconhecido em tôda a extensão a importância de libertar o País do caos econômico e social".

Ressalvou entretanto que, após ter feito um balanço comparativo da situação econômico-financeira encontrada pelo Govêrno em abril de 1964 e a atual, "a vida das instituições, como a dos homens, sempre se passa numa sucessão de erros e acertos".

— Mas essa realidade, à qual não escapa o nosso Banco Central não é motivo para se esmorecer no cumprimento das tarefas ainda por se completarem, nem para se deixar de reconhecer que o saldo dos acertos parece ter sido largamente positivo e compensador.

SOLIDEZ

— Pode-se afiançar — continua — que o sistema bancário do País desfruta hoje de uma solidez possivelmente não superada em seus melhores dias do passado. Em seu conjunto as reações das instituições financeiras às modificações estruturais empreendidas em decorrência da chamada reforma bancária e outras que se lhe seguiram sempre excederam às espectativas, evidenciando uma compreensão, pelos meios empresariais, da necessidade das reformas. Puderam, assim, as instituições financeiras aperfeiçoar métodos de trabalho, modernizar equipamentos, aprimorar sistemas de contrôle operacional e ampliar a formação de quadros técnicos adequados.

O Sr. Dênio Nogueira, na ocasião, foi saudado pelo Presidente da Bôlsa de Valôres de São Paulo, Sr. João Osório de Oliveira Germano, que teceu longos elogios à sua conduta na direção do Banco Central, sendo seguido pelo Sr. Lucas Nogueira Garcez e pelo Sr. Clemente Mariani, que falou em nome da rêde bancária nacional. Além dos nomes citados, compareceram ao banquete os Ministros do Planejamento, Sr. Roberto Campos e da Fazenda, Sr. Gouveia de Bulhões; e o Diretor Executivo do Banco Interamericano do Desenvolvimento no Brasil, Sr. Vitor Silva, além de vários Presidentes de sindicatos e associações de bancos.

SUNAB afirma que dólar não afeta pão, e preço do leite vai no máximo a NCr$ 0,30

Sôbre possíveis aumentos do preço do pão e do leite a SUNAB esclareceu ontem que de forma alguma ocorrerá elevações, porque os estoques de trigo são suficientes para garantir o fornecimento do produto sem nenhum ônus provocado pela alta do dólar, pelo menos até abril, e quanto ao leite disse que a elevação de seu preço não poderá ultrapassar a NCr$ 0,30 (trezentos cruzeiros antigos).

As informações desencontradas que vêm circulando na SUNAB sôbre assuntos de abastecimento, especialmente sôbre a carne e o leite, deixaram obscuro mais uma vez ontem o exato preço do leite no varejo, que é atualmente de NCr$ 0,275 (275 cruzeiros antigos), importância tida como já onerada com a taxa de 15 por cento do ICM.

NOVO RACIOCINIO

Ao desmentir a possibilidade de o leite elevar-se para..... NCr$ 0,34 (trezentos e quarenta cruzeiros antigos), a SUNAB considerou o seu preço atual como isento do ICM, o que contraria suas informações anteriores, e no caso de não ser aprovada a isenção solicitada pelos produtores, o produto chegará a NCr$ 0,30, conforme previsões anteriores.

Qualquer elevação de preço acima do índice previsto pelo Decreto-Lei 38, segundo assessôres do Sr. Guilherme Borghoff, implicará na prisão dos infratores, de acôrdo com dispositivos da Lei Delegada, e na multa de dois por cento sôbre o montante das transações da firma infratora pelos têrmos do decreto governamental.

TRIGO

Esclarecendo a impossibilidade de se verificar qualquer aumento no preço do pão com justificativa na elevação da alta do dólar, porta-vozes do Superintendente da SUNAB disseram ontem que sòmente no próximo Govêrno poderá haver alterações de preços. Ao ser esclarecido que os estoques de trigo assegurarão o abastecimento até o mês de abril, informou-se ainda que um carregamento de 90 mil toneladas deverá chegar brevemente no Brasil, procedente da Bulgária e da Hungria.

Quanto aos preços das 100 mil toneladas a serem adquiridas no exterior, cuja concorrência foi feita ontem, nenhuma informação foi fornecida, a não ser que a transação será feita, possivelmente, de acôrdo com a nova taxa cambial, o que poderá onerar o produto.

Nenhuma informação oficial da SUNAB explicou ontem o cancelamento da ida do Sr. Guilherme Borghoff a São Paulo, onde faria hoje uma conferência sôbre abastecimento em geral, quando estava prevista inclusive um encontro com o Governador do Estado, Sr. Abreu Sodré.

Extra-oficialmente sabe-se que o Superintendente da SUNAB, até o término de sua gestão à frente do órgão que dirige há mais de dois anos, evitará, "por questão de ética", pronunciamentos sôbre assuntos de sua área.

AÇÚCAR

A nota de ontem da COBAL sôbre problemas de irregularidade que vêm ocorrendo no fornecimento de açúcar ao mercado carioca pelas refinarias, deixou transparecer que a crise foi provocada mais por problemas financeiros entre as refinarias e as usinas de Campos, do que pròpriamente pelo racionamento de energia.

A COBAL diz na nota que "está estudando uma fórmula de pagamento de matéria-prima warrantada, pela qual adquirirá açúcar em rama às usinas de Campos para vender às refinarias do Rio, atendendo às necessidades de refino do produto e afastando a possibilidade de escassez de açúcar refinado".

Na mesma nota a COBAL coloca em plano secundário a aquisição de açúcar em São Paulo, conforme se havia noticiado anteriormente, afirmando que a aquisição de açúcar às refinarias de Campos "solucionará, em parte, a crise de capital de giro que a indústria açucareira do Estado do Rio vem enfrentando".

ARENA de S. Luís reconhece que MDB ganhou legalmente a eleição da Mesa da Câmara

São Luís (Correspondente) — A ARENA reconheceu a Mesa da Câmara Municipal de São Luís, eleita no dia 1 do corrente, quando surpreendentemente foram eleitos os candidatos apresentados pelo MDB, muito embora o Partido situacionista contasse com uma bancada de oito vereadores contra sete do Partido oposicionista.

Aberta a crise no Legislativo municipal com os arenistas acreditando que a apuração dos votos havia sido fraudada, surgiu no *Jornal Pequeno* um manifesto do Vereador José Ribamar Reis (ARENA), através do qual foi fácil reconhecer ter sido êle o elemento da bancada majoritária que votou nos candidatos do MDB.

PACIFICAÇÃO

Depois de realizadas duas sessões extraordinárias em que permanecia o impasse no Legislativo municipal, a bancada arenista compareceu à sessão de hoje, ocasião em que foi lida a ata da instalação dos trabalhos e, submetida à votação, verificou-se um empate, tendo o Presidente votado pela aprovação e ficando assim confirmada a Mesa eleita pelo MDB.

Os trabalhos tiveram prosseguimento normal e foi lida e aprovada mensagem do Prefeito Epitácio Cafeteira, convocando a Câmara Municipal para um período extraordinário de 30 dias e justificado com a apresentação de vários expedientes de conformidade com a Lei Orgânica do Município. Ficou assim encerrada a crise depois que a ARENA, com uma bancada de oito vereadores, perdeu a eleição da Mesa para o MDB, cuja bancada é constituída de sete vereadores.

PODERÁ PERDER O MANDATO

O Vereador José Ribamar Reis poderá perder o mandato, por êstes dias, uma vez que existe na Justiça Eleitoral um pedido de verificação de contagem de votos, já marcada pelo Juiz Eleitoral para ser efetuada no dia 20 do corrente. Teriam sido computados votos do candidato José Cupertino dos Reis em favor do Sr. José Ribamar Reis.

CNPS não divulga os novos índices do salário mínimo, mas o aumento será de 25%

Embora o Conselho Nacional de Política Salarial não tenha divulgado os novos índices do salário mínimo após a sua reunião de ontem, "pois depende da sanção presidencial", deverá ser mesmo de 25 por cento o reajuste a ser concedido a partir de 1 de março, o que significará NCr$ 105,00 (cento e cinco mil cruzeiros antigos) para a Guanabara e São Paulo e NCr$ 60,00 (sessenta mil cruzeiros antigos) para o Piauí.

Após a reunião de ontem, que durou apenas meia hora e teve como fato interessante a retirada discreta dos Ministros Roberto Campos e Gouveia de Bulhões, que ludibriaram os jornalistas, o Ministro Nascimento e Silva afirmou que "não poderia adiantar nada sôbre o assunto, pois o Conselho Nacional de Política Salarial tem apenas a função de assessoramento, cabendo ao Presidente da República a resolução final".

EXTRA-OFICIAL

São os seguintes os novos níveis de salário mínimo, em caráter extra-oficial, e que poderão ser sancionados pelo Presidente da República nas próximas horas, para vigorar a partir do dia 1 de março:

Estados do Acre, Amazonas, Pará e Territórios de Rondônia, Roraima e Amapá, NCr$ 76,25 (setenta e seis mil e duzentos cruzeiros antigos); Estados do Maranhão, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas e Sergipe, NCr$ 63,75 (sessenta e três mil setecentos e cinqüenta cruzeiros antigos); Estado do Piauí, NCr$ 60,00 (sessenta mil cruzeiros antigos), o salário mais baixo; Estados de Pernambuco, Bahia, Espírito Santo, Mato Grosso e Goiás, NCr$ 81,50 (oitenta e um mil e quinhentos cruzeiros antigos); Estado de Minas Gerais e Distrito Federal, NCr$ 93,25 (noventa e três mil duzentos e cinqüenta cruzeiros antigos); Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, NCr$ 95,60 (noventa e cinco mil, seiscentos cruzeiros antigos). Nos Estados do Rio de Janeiro, Guanabara e São Paulo irá para NCr$ 105,00 (cento e cinco mil cruzeiros antigos).

REUNIÃO

À reunião de ontem compareceram, além do Ministro Nascimento e Silva e do Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Salarial, Sr. Francisco de Paula Castro Lima, os Ministros Roberto Campos, do Planejamento, Gouveia de Bulhões, da Fazenda, Juarez Távora, da Viação e Obras Públicas, e Srs. Rui Pinho, representando o Ministro das Minas e Energia, e Luís Marcelo, do Ministério da Indústria e do Comércio. Como representantes das classes empresariais compareceram os Srs. Carlos Arnaldo Ferreira Silva e Agostinho José Neto, e representando os empregados os Srs. Maurício de Carvalho e Nério Battendieri.

Mafra diz em nota que punirá quem protestar

O Diretor do Departamento Nacional do Trabalho, Sr. Jorge Mafra da Silva Filho, através de nota oficial divulgada ontem, afirmou que "a disposição de alguns dirigentes sindicais de agir contra a política salarial do Govêrno não será permitida, pois não há mais lugar para manifestações do tipo CGT, e se tal disposição fôr concretizada determinará a aplicação das penalidades previstas em lei".

A advertência do Diretor do DNT baseou-se na informação de que os representantes dos Sindicatos dos Marceneiros, Securitários, Aeroviários, Têxteis e outros vão-se reunir para agir contra a atual política salarial, "o que não irá acontecer, pois as prerrogativas concedidas a cada entidade sindical habilitam-na a representar, apenas, os interêsses gerais, além da colaboração com órgãos técnicos e consultivos".

Empresário mineiro quer ajudar os trabalhadores

Belo Horizonte (Sucursal) — Enquanto os líderes dos trabalhadores permaneciam indiferentes ao índice de reajustamento do salário mínimo por entenderem "que é um fato consumado", as entidades empresariais mineiras prometiam, ontem, abrir uma campanha junto ao comércio e à indústria para que não elevem com exagêro os preços de seus produtos, pois reconhecem que "o trabalhador, mesmo com os novos níveis, continuará sacrificado".

Segundo os dirigentes dos Sindicatos e Federações de Trabalhadores Mineiros, a principal preocupação das entidades não se refere ao índice de aumento do salário mínimo, pois "no atual Govêrno nunca adiantou fazer êsse tipo de reivindicação de novos critérios de zoneamento, a fim de que não se repitam as injustiças ocorridas, quando da decretação do atual salário mínimo".

ESPÍRITO DO GOVÊRNO

Entende o Presidente da Associação Comercial de Minas, Sr. Avelino Meneses, que o espírito que norteou a determinação do Govêrno em não permitir aumento do salário mínimo em mais de 25% "é o mesmo que orientou sua decisão ao permitir que os aumentos de vencimentos para os funcionários públicos não ultrapassem aquela percentagem". Pretende o Govêrno, guardando esta proporção, segundo se depreende, mostrar que existe uma orientação na sua política salarial".

SALÁRIO PEQUENO

Recife (Sucursal) — O aumento de apenas 25 por cento do salário mínimo foi considerado insuficiente pelos trabalhadores de Pernambuco, cujos líderes admitiram que só o percentual de 60 por cento atenderia às necessidades mínimas, mas os dirigentes patronais acharam bom o índice, dizendo que o aumento será pago sem grandes dificuldades.

Segundo os dirigentes dos Sindicatos dos Bancários, Trabalhadores em Açúcar, Construção Civil e Indústria Têxtil, o teto não acompanha a elevação do custo de vida no Estado e apenas revela a disposição do Govêrno de prosseguir a política de compressão salarial, impondo sacrifícios aos trabalhadores e reduzindo seu poder de compra.

Paulista acha que nôvo salário acompanha moda

São Paulo (Sucursal) — Já que estamos na época da minissaia, mini-táxi, — o Govêrno resolveu instituir para os trabalhadores o mini-salário-mínimo ao dar apenas um aumento de 25%, afirmou ontem ao JORNAL DO BRASIL o Vice-Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, Sr. Orlando Malvesi.

Para o Sindicato dos Trabalhadores em Construção Civil, categoria que possui o maior número de operários ganhando salário mínimo, na proporção aproximada de 70% do total, o nôvo índice de NCr$ 105,00 (cento e cinco mil cruzeiros antigos) é prejudicial porque "dentro de 60 dias o aluguel subirá cêrca de 65%, além dos aumentos nos transportes e nos produtos em geral", segundo a opinião do Secretário do Sindicato, Sr. Elpídio Pereira Bezerra.

NÃO DÁ

O Sr. Orlando Malvesi declarou ainda que o aumento de apenas 25% está de acôrdo com a política econômico-financeira do Govêrno federal, que determinou todos os reajustes salariais na mesma base. "Dêste modo, o nôvo mínimo é tão mínimo que não dá para viver", disse.

Os metalúrgicos estão preocupados ainda com outro fato: a queda relativa dos salários da categoria. Segundo o Vice-Presidente do Sindicato "cada vez é maior o número de trabalhadores que são incluídos na faixa do salário mínimo. Atualmente, cêrca de 40% da categoria já recebem o salário-mínimo, e acreditamos que êsse número será elevado para 50%, com a decretação do nôvo nível, na base de NCr$ 100 (cem mil cruzeiros antigos), ou NCr$ 105 (cento e cinco mil cruzeiros antigos), segundo anunciam os jornais".

O Secretário do Sindicato dos Trabalhadores em Construção Civil disse que o Govêrno deveria era baixar o custo de vida, ou então aumentar o salário mínimo para um nível condizente com as necessidades reais dos operários.

BALÃO DE ENSAIO

Na opinião do Diretor do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários, Sr. Jesus Dizzioli, as notícias sôbre o aumento do salário mínimo para NCr$ 105,00 (cento e cinco mil cruzeiros antigos) constituem balão de ensaio do Govêrno para ver a reação das classes trabalhadoras.

— Esse aumento — comentou — é irrisório e significa um nivelamento por baixo. Não estamos surpresos, entretanto, pois a medida está dentro das diretrizes do atual Govêrno para a fixação de salário.

Brasil assina convênio com ONU a fim de estudar bacia hidrológica do Rio Paraguai

Um convênio sôbre Estudos Hidrológicos da Bacia do Alto-Rio Paraguai, entre o Brasil e a Organização das Nações Unidas, através do Programa para o Desenvolvimento foi assinado ontem, às 12 horas, em cerimônia realizada no Palácio do Itamarati, presidida pelo Ministro interino das Relações Exteriores, Embaixador Pio Corrêa.

O projeto, aprovado em janeiro do ano passado pelo Conselho de Administração do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento — Setor Fundo Especial —, tem como agência executora a UNESCO e como entidade beneficente o Departamento de Obras e Saneamento, estando prevista uma contribuição da ONU no valor de .. US$ 1 420 400 e de US$ 879 191 do Govêrno federal.

ASSINATURAS

Assinaram o acôrdo, em nome do Govêrno brasileiro, o Ministro interino Pio Corrêa e o Sr. José Luís Ottoni, Diretor do Departamento de Obras e Saneamento, e, em nome do Fundo Especial da ONU, o Sr. Eduardo Albertal, representante do Brasil no Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

De acôrdo com as informações divulgadas pelo Itamarati, o Fundo Especial das Nações Unidas tem demonstrado grande interêsse na região central da América do Sul, como evidenciam as missões efetuadas por assessôres do administrador do Programa, nos anos de 1964 e 1965, objetivando estudos que pudessem, coordenando os esforços de todos os países envolvidos, produzir projetos de recuperação e desenvolvimentos de uma área superior a 2 milhões de quilômetros quadrados, como é a bacia do Rio Paraná.

Por iniciativa da administração do Fundo, as missões que estiveram estudando o assunto apresentaram à deliberação dos países interessados um certo número de anteprojetos. Dentre êles, interessava especificamente ao Brasil o que se referia ao estudo de modificação do regime do Rio Paraguai, segundo revela a informação do Itamarati.

ESTUDOS

Esclarece a nota do Itamarati que a expansão dos serviços do Departamento Nacional de Obras de Saneamento levou a região da bacia do Rio Paraguai a ser considerada como área prioritária para estudos que possibilitem o conhecimento de suas possibilidades hídricas, necessárias ao desenvolvimento daquela região brasileira e melhoria da navegação.

Após os estudos, o DNOS elaborou o pedido de assistência técnica ao Fundo Especial, tendo em vista a obtenção de dados hidrológicos básicos, homogêneos e precisos. Um trabalho desta natureza teria, com certeza, um lugar apropriado nos quadros do Decênio Hidrológico Internacional, patrocinado pela UNESCO, cuja colaboração é fundamental para o bom êxito do projeto.

AMPLITUDE

Com o nome de Estudos Hidrológicos da Bacia do Alto Rio Paraguai, o projeto terá amplitude considerável e deverá dividir-se em duas fases, num total de cinco anos de trabalho. Durante a primeira fase, serão coordenados todos os trabalhos dos diversos órgãos brasileiros interessados na bacia e efetuados contatos através das comissões nacionais para o Decênio Hidrológico do Paraguai, Bolívia e Brasil, com a finalidade de interessar aquêles países no problema e permitir o desenvolvimento dos estudos hidrológicos nas fronteiras comuns.

A segunda fase tratará da complementação do estágio anterior e será empreendida em função dos resultados já obtidos. O projeto terá como objetivos básicos: 1. instalação de rêde hidrometereológica básica; 2. compilação e análise dos dados existentes; 3. execução de mosaicos e reconstituição aerofotogramétricos de alguns pontos selecionados da bacia que possibilitem projetos de recuperação ou regularização imediatos; 4. execução de cartas especializadas, tendo como base os estudos hidrológicos e geomorfológicos previstos; 5. instalação de um centro de recepção automática em Corumbá; 6. tentativa de colocação de um método para a previsão eventualmente a partir de um modêlo que servirá de base ao método para a previsão com meses de antecipação, o que irá ocorrer na região conhecida como Pantanal e nos campos de inundação, o que será especialmente conveniente para o grande rebanho da região.

Imposição de advogado a Gregório Bezerra poderá anular o processo todo

Recife (Sucursal) — O julgamento do Sr. Gregório Bezerra e mais 29 pessoas acusadas de subversão, suspenso até sexta-feira, poderá ser anulado caso a defesa continue a cargo de advogado indicado pelo Presidente do Conselho Permanente de Justiça da 7.ª Região Militar.

O veterano líder comunista, que quer para advogado o Sr. Sobral Pinto, recusa-se a ter como seu constituinte o 1.º Substituto do Advogado de Ofício da Auditoria da 7.ª RM, e segundo o jurista Cândido Oliveira Neto "a decisão do Conselho de impor-lhe um advogado resultará na anulação de todo o processo pelo STM".

A SUSPENSÃO

O julgamento foi suspenso pelo Conselho, por 4 votos a 1, depois que a advogada Mércia Albuquerque renunciou à defesa de Gregório Bezerra, que só aceita como defensor o advogado Sobral Pinto impedido de vir a Recife por motivo de saúde e que havia solicitado o adiamento do julgamento para março.

Com a renúncia da advogada, o Presidente do Conselho de Justiça da 7.ª Região Militar, Coronel João Batista Baere, suspendeu o julgamento até sexta-feira e nomeou como defensor o 1.º Substituto do Advogado de Ofício da Auditoria da 7.ª RM, fato considerado ilegal pelos advogados presente, "já que se choca com a vontade do réu".

CONDENAÇÃO

O Sr. Gregório Bezerra, que se manteve tranqüilo e de semblante altivo durante tôdas as seis primeiras horas do julgamento, disse que mesmo com a sua defesa a cargo do Sr. Sobral Pinto, uma das maiores figuras jurídicas do país, sabe que será condenado.

O veterano líder comunista, prêso desde abril de 1964, justificou sua insistência em ter como advogado o Sr. Sobral Pinto "como uma maneira de se tentar, pelo menos, que se faça um pouco de justiça".

SOBRAL

O jurista Sobral Pinto enviou do Rio ao Presidente do Conselho Permanente de Justiça um atestado médico, segundo o qual foi operado na garganta e não poderia comparecer ao julgamento.

O Sr. Sobral Pinto recebeu ontem a notícia de que o Sr. Gregório Bezerra se recusara a aceitar a indicação do jurista Cândido de Oliveira Neto para defendê-lo, mas, segundo seus familiares sòmente depois de receber alta é que se pronunciará sôbre o assunto.

Cruzeiro do Sul inaugura com vôo de Caravelle sua linha São Luís–Teresina

São Luís (Correspondente) — A Cruzeiro do Sul inaugurou ontem a sua mais nova linha aérea, ligando Piauí e Maranhão, com um vôo de Caravelle que trouxe de Teresina para São Luís uma comitiva de 60 pessoas, entre as quais o Vice-Governador João Clímaco de Almeida e o Secretário de Justiça, Professor Manfredi Cerqueira.

O acontecimento foi comemorado com um coquetel, no restaurante Palheta, a que compareceram o Capitão Albérico Ferreira, representando o Governador José Sarnei, o Comandante da Guarnição Federal de São Luís, Coronel Alberto Liége, e o Prefeito Epitácio Cafeteira. O jornalista José Ferreira representou o JORNAL DO BRASIL.

MEMBROS DA COMITIVA

Além do Vice-Governador e do Secretário de Justiça do Piauí, vieram de Teresina no primeiro vôo da Cruzeiro do Sul — quase todos acompanhados de suas espôsas — o secretário particular do Governador, o Subchefe da Casa Militar, Coronel Jerônimo Alves, o Interventor em Teresina, Coronel Jofre Castelo Branco, o Governador do Distrito 449 do Rotary, Sr. Renato Paz, o Diretor-Geral da Rádio Difusora de Teresina, jornalista José Lopes dos Santos, o Diretor da FRIPISA, Sr. Francisco das Chagas Mendes, o Presidente do Banco do Estado do Piauí, Sr. José Patrício Franco, o Presidente da Câmara dos Vereadores de Teresina, Vereador Tarso Rodrigues de Carvalho e outros elementos de destaque da indústria, do comércio e da administração do Estado.

Municipal venderá decoração

A decoração do baile de gala do Municipal, avaliada pelo seu autor, o desenhista Fernando Pamplona, em NCr$ 20 mil (vinte milhões de cruzeiros antigos), será vendida êste ano pelo Diretor do teatro, Sr. Antônio Vieira de Melo, em concorrência pública cujo edital deverá ser publicado dentro de três dias.

Tempo é bom e mar fica mais calmo

O tempo continuará bom na Guanabara, com instabilidade passageira à tarde e na noite de hoje, segundo a previsão do Serviço de Meteorologia, que anuncia ainda temperatura em elevação com visibilidade boa e ventos variáveis fracos. A máxima ontem foi de 31,4 em Bangu e a mínima de 21,2 no Alto da Boa Vista.

A melhoria do tempo, de acôrdo com a Meteorologia, deve-se a uma frente fria que ultrapassou, na sua marcha para o norte, a região da Guanabara, atingindo o Sul do Estado do Espírito Santo, deixando em sua retaguarda, sob a ação de uma alta, o bom tempo. No Paraná vai chover porque se está formando nova frente fria na região.

MAR CALMO

Os técnicos da Meteorologia esclarecem que com o tempo bom e os ventos variáveis fracos do quadrante Sul o mar deverá acalmar-se nos próximos dias, diminuindo o impeto das ressacas. Se a tendência do tempo se confirmar, o fim de semana será com tempo bom e mar calmo, desde que o tempo instável do litoral de São Paulo não se desloque para a região da Guanabara.

Pará estende seu Banco ao carioca

O Governador Negrão de Lima inaugurou às 17h de ontem a agência da Guanabara do Banco do Estado do Pará, à Rua Buenos Aires, 29, em solenidade que contou com a presença do Governador Alacid Nunes, do ex-Governador do Amazonas, Sr. Artur César Ferreira Reis e de grande parte da colônia paraense radicada na Guanabara.

O ex-Governador Jarbas Passarinho, cuja presença na inauguração fôra anunciada, não compareceu porque foi almoçar com o Presidente eleito Costa e Silva para acertar os últimos detalhes do seu ingresso na Pasta do Trabalho. Entre outros, discursou o Governador Alacid Nunes, ressaltando o papel que representa o BEP para o desenvolvimento da região Amazônica.

Nova Holanda volta a ser habitável

As obras de reconstrução da favela Nova Holanda deverão estar concluídas entre têrça e sexta-feira da próxima semana e para lá serão transferidas imediatamente as famílias que perderam as casas com o incêndio.

O Diretor do Departamento de Recuperação de Favelas, Sr. Vitor Pinheiro, informou que já estão sendo colocadas as coberturas e arremates nas casas de alvenaria. As obras foram retardadas em conseqüência das chuvas caídas no Estado do Rio, de onde é trazido o material de construção.

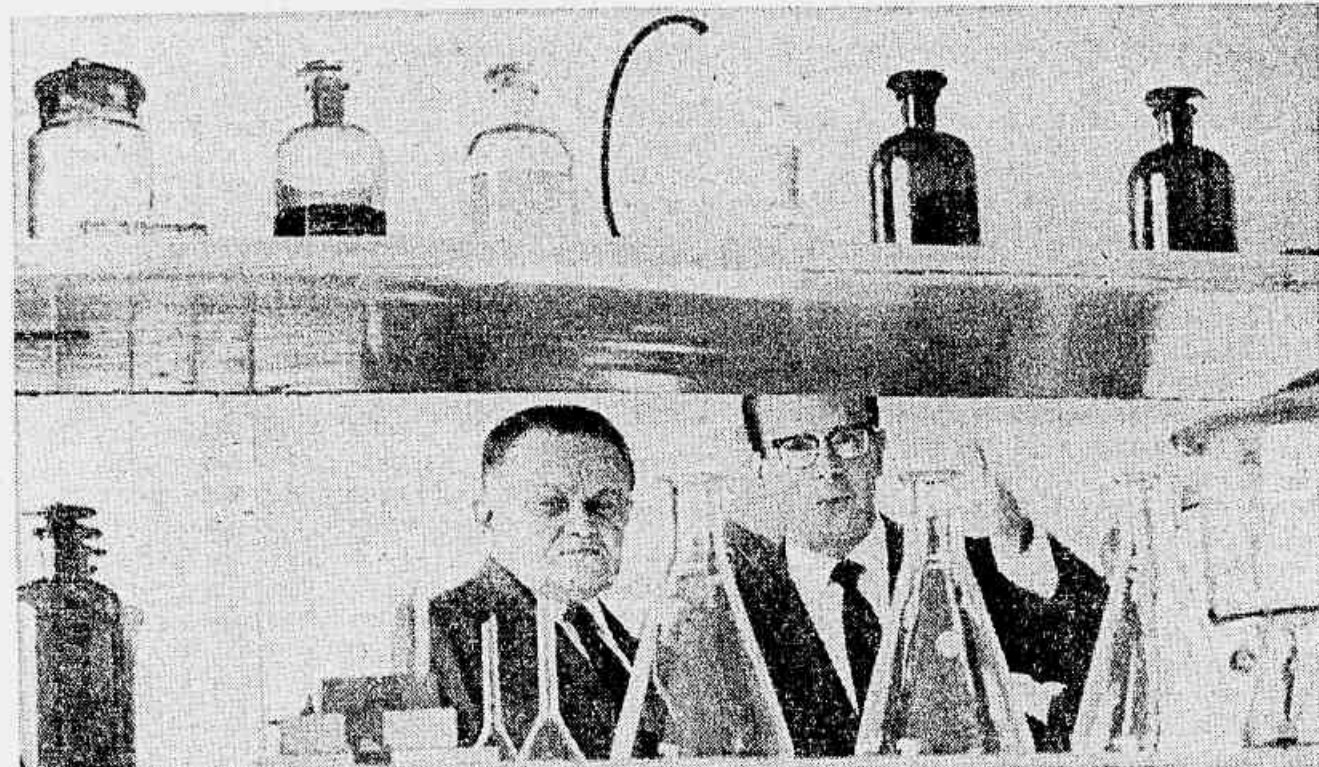
Vila Kennedy terá lojas livres hoje

Apenas duas das 24 lojas que foram invadidas por algumas famílias na Vila Kennedy estão ainda ocupadas e, ainda hoje, segundo informou o Administrador da Vila, Sr. Savaré Pôrto, serão desimpedidas pela COHAB com o auxílio do pôsto policial local, que está guardando tôda a área para evitar novos problemas.

O Sr. Savaré Pôrto afirmou que "as famílias que invadiram as lojas são agregadas e parentes de algumas que possuem casas na Vila Kennedy, e que se dizem prejudicadas pelo Govêrno passado, que as tirou da Favela de Ramos sem lhes garantir novas moradias".

COMO ESTA

Ontem, apenas as lojas quatro e 16 da Vila Kennedy estavam ainda ocupadas por pessoas estranhas ao núcleo residencial da Vila. Um acôrdo entre a Administração da Vila Kennedy e funcionários da COHAB permitiu que as famílias lá permanecessem por mais 24 horas.

POR UMA SAÚDE MELHOR

O Dr. Rocha Lagoa explicou que os novos pavilhões possibilitarão pesquisas destinadas a preservar a saúde humana

Presidente da Câmara Jr. Internacional vem ao Rio e será recebido por Negrão

O Presidente da Câmara Júnior Internacional, Sr. Clifford Myatt, chega hoje ao Rio, onde deverá cumprir programa de visita às câmaras associadas do Estado. Manterá também encontro com o Governador Negrão de Lima, a quem pretende expor um plano para ampliar a cooperação das Câmaras Júniors com órgãos administrativos.

O Sr. Clifford Myatt permanecerá no Rio até amanhã, e parte em seguida para Belo Horizonte. O Presidente da Câmara Júnior do Rio, Sr. Márcio Coelho Neto, informou que a visita do Sr. Myatt visa a "uma troca de informações sôbre as últimas conquistas dessas entidades na prestação de serviços de âmbito comunitário e na formação de líderes jovens".

As Câmaras Júniors são entidades autônomas entre si e não há dependência hierárquica em relação ao órgão internacional. Congregam como membros pessoas de 21 a 41 anos, e sua função principal é promover a formação de líderes recrutados em todos os setores da comunidade.

O Presidente internacional será informado no Rio sôbre os programas a curto prazo da Câmara Júnior de Copacabana, e ouvirá um relato das atividades desenvolvidas recentemente.

Decreto de Castelo cria condições para CETEL ser incorporada pelo Govêrno

A Companhia Estadual de Telefones (CETEL) poderá passar para o Govêrno federal — que, pelo Decreto n.º 162, será a partir de 15 de março o único poder concedente dos serviços de telecomunicações —, a fim de centralizar na Companhia Telefônica Brasileira os serviços telefônicos da Guanabara.

Surpreendida pelo decreto, a Diretoria da CETEL reuniu-se à tarde, a portas fechadas, para examinar as conseqüências do decreto para a emprêsa, da qual o Estado da Guanabara passa agora a ficar como simples concessionário. Antes lhe cabia o poder de concessão, além de ser acionista majoritário.

POUCO MUDA

Segundo o engenheiro Rômulo Vilar, Chefe do Gabinete do Presidente do CONTEL, Comandante Euclides Quandt de Oliveira, pouca alteração haverá para a CETEL, bem como para tôdas as demais companhias de telecomunicações, estaduais ou municipais, em conseqüência do decreto.

— Na verdade — declarou o engenheiro —, essas emprêsas continuarão a explorar os serviços de telecomunicação que lhes foram concedidos, ficando a concessão como poder do Govêrno federal. Qualquer plano de expansão ou outros projetos terão de ser aprovados por êle, o que aliás já vinha sendo feito através do CONTEL. No caso da CETEL, o Govêrno do Estado continuará como acionista majoritário, uma vez que se trata de uma emprêsa de economia mista. Até agora, os planos, projetos, majorações de tarifas, etc., eram submetidos ao CONTEL, mesmo após serem aprovados pelo Govêrno estadual. Do 15 de março em diante, quando entrará em vigor o Decreto n.º 162, tudo isso dependerá exclusivamente do CONTEL.

O Departamento de Relações Públicas da CETEL informou que a diretoria da companhia está examinando ainda as modificações trazidas para a emprêsa, não se tendo manifestado, por enquanto, a respeito.

ALCANCE

Nos cálculos ligados aos problemas de telefones, foi bem recebida a transferência para a União do poder de concessão, que até agora cabia ao Estado ou ao Município, "o que complicava extremamente a exploração dos serviços".

Segundo um especialista em telecomunicações, a centralização do poder concedente no Govêrno federal dará unidade à política e orientação para os serviços, eliminando as dificuldades que existem, por exemplo, com relação à aprovação de tarifas, que antes de serem submetidas ao CONTEL dependiam de prefeitos e veradores ou de governadores e deputados, variando de município para município e de Estado para Estado.

A mesma fonte acha improvável que, na Guanabara, continuem a coexistir duas companhias concessionárias dos serviços telefônicos — a Companhia Telefônica Brasileira e a Companhia Estadual de Telefones —, devendo a concessão ser entregue a uma delas, pela aquisição do acervo da outra.

— Após a vigência do Decreto n.º 162 — acrescentou —, nenhum Governador ou Prefeito poderá repetir o que fêz o ex-Governador Carlos Lacerda, que criou a CETEL para resolver um problema de telefones sôbre o qual não se entendeu com a CTB.

NOVAS TARIFAS

Brasília (Sucursal) — O **Diário Oficial** da União publicou o texto da decisão em que o CONTEL autoriza a Companhia Estadual de Telefones da Guanabara a elevar as tarifas das assinaturas mensais, de acôrdo com a seguinte tabela: telefone residencial — NCr$ 8,00; telefone não-residencial — NCr$ 12,00; tronco PBX — NCr$ 16,00; extensão interna — NCr$ 6,00; extensão externa — NCr$ 8,00; ramais privilegiados de PBX ou PABX — NCr$ 2,80; serviço médico (cada ligação) — NCr$ 0,30; telefone público — NCr$ 0,05; e ligação para a área da CTB — NCr$ 0,10 por três minutos.

Negrão quer as gaiolas para morros

O Governador Negrão de Lima determinou, ontem, ao Instituto de Geotécnica do Estado, que estude a viabilidade da aplicação de gaiolas de pedras para a sustentação dos morros cariocas, processo que vem sendo aplicado com êxito na Itália. A decisão foi adotada depois de exposição feita pelo representante da firma Macaferri, no Brasil.

As gaiolas, todavia, terão de ser importadas, porque no Brasil não se consegue arame que suporte a pressão a que são submetidas.

A VOLTA DA ESCRITORA

Eneida reapareceu ontem, depois de um longo afastamento

Falta de energia suspendeu depoimento de Eneida para o Museu da Imagem e do Som

A falta de energia fêz terminar, cinco minutos depois de começado, o depoimento da escritora Eneida de Morais para o Museu da Imagem e do Som, no Ciclo de Intelectuais Brasileiros. Após uma interrupção de dez minutos, a luz voltou, para tornar a apagar-se, até as 9 horas. A escritora, bem disposta e muito alegre, fêz, assim, sua primeira aparição, após o longo período em que estêve isolada e doente.

A casa de Eneida compareceram os escritores Miécio Tati e Dalcídio Jurandir e o Diretor do Museu da Imagem e do Som, Sr. Ricardo Cravo Albim, que protestou contra o corte, pois marcou para as 16 horas o início do depoimento, após ter sido informado pelo Serviço de Relações Públicas da Light, de que faltaria energia naquela área entre meio-dia e 15 horas.

OUTRA ENTREVISTA

Uma nova entrevista ficou acertada para a próxima quarta-feira, depois que o Sr. Ricardo Cravo Albim ligou inúmeras vêzes para a Light, procurando informações acêrca da mudança do horário dos cortes na área em que mora a escritora.

Eneida respondia a uma pergunta de Dalcídio Jurandir, quando faltou energia pela primeira vez:

— Minha infância foi a mais feliz possível e eu gostaria que tôdas as crianças do mundo tivessem uma igual. Nasci em Belém do Pará, com honra e glória, e sou filha de pai índio. Aprendi a ler aos quatro anos, e a casa onde nasci, na Rua Benjamim Constant, foi comprada especialmente para o meu nascimento.

Castelo inaugura pavilhão de Microbiologia em Manguinhos

O Presidente Castelo Branco inaugurou na manhã de ontem o Pavilhão de Microbiologia e Imunologia do Instituto Osvaldo Cruz, em Manguinhos, tendo usado as escadas para percorrer tôdas as dependências do nôvo prédio de seis pavimentos, demonstrando sempre grande interêsse pelas explicações que lhe iam sendo dadas pelo médico Francisco de Paula Rocha Lagoa, Diretor do Instituto.

Iniciada sua construção em 1954 e paralisada dez anos depois, ainda na sua estrutura, o pavilhão foi levantado numa área de 6 330 metros quadrados. A obra foi reiniciada logo após a posse do atual Govêrno e agora concluída, já funcionando suas três grandes seções: bacteriologia, micologia e produção de soros e vacinas.

SEM DISCURSOS

O Presidente da República descerrou ontem a placa comemorativa da inauguração do Pavilhão de Microbiologia e Imunologia na presença do Governador Negrão de Lima, Ministro Raimundo de Brito, oficiais-generais e grande número de médicos, em solenidade rápida e sem discursos.

Durante a visita ao pavilhão, o Diretor do Instituto Osvaldo Cruz, médico Francisco de Paula Rocha Lagoa, esclareceu ao Presidente que as novas instalações permitiriam realizar pesquisas científicas puras e aplicadas no campo da Microbiologia e da Imunologia e promover investigações científicas e tecnológicas, em colaboração com outras instituições nacionais e estrangeiras, visando, sobretudo, à solução dos problemas relativos à saúde humana. Serão ainda ministrados cursos de formação e especialização.

A fabricação de soros e vacinas, de aplicação curativa ou preventiva necessários à preservação da saúde pública, será feita também no pavilhão e sua produção será aumentada, sempre que sua fabricação por outros órgãos do Govêrno ou por organizações particulares fôr insuficiente.

INTERESSE

O Presidente mostrou-se interessado no laboratório de cultura de células e tecidos, tendo inclusive observado por meio de um moderno microscópio uma coleção de cultura de bactérias. Nesse mesmo andar, o terceiro, visitou laboratórios, escritórios, salas de aparelhos e de esterilização, biotério e dependências para pessoal auxiliar.

Na seção de Micologia, o Presidente e sua comitiva visitaram várias unidades, observando os laboratórios especiais para o estudo da morfologia, fisiologia e genética dos cogumelos, imunidades das micoses, fermentação, concentração e purificação de antígenos (substâncias introduzidas no organismo para a formação de anticorpos).

Também foram à seção de soros e vacinas, no segundo andar e em parte do andar térreo. Seus laboratórios preparam sôro antitetânico, antidiftérico, soros concentrados, vacina antitífica, anticolérica, antipiógena, antipertussis, anatoxinas tetânicas, diftéricas e tuberculinas.

Além das seções, tôdas com salas espaçosas e apropriadas para reuniões periódicas do pessoal técnico, há um anfiteatro amplo e modernamente aparelhado, destinado a conferências, simpósios, seminários e mesas-redondas.

Depois de descer a pé todos os andares do pavilhão, dispensando o elevador, o Presidente Castelo Branco, já no lado externo do pavilhão, tomou o automóvel rumando para o Aeroporto do Galeão, de onde embarcou para Brasília.

ENTREGA DE MEDALHAS

Uma hora depois de encerrada a solenidade de inauguração do Pavilhão de Microbiologia e Imunologia, o Ministro da Saúde, Sr. Raimundo de Brito, se dirigiu, ainda em Manguinhos, para a Escola Nacional de Saúde Pública, a fim de presidir o ato da entrega das 75 medalhas, em quatro classes, da Ordem do Mérito Médico.

Em seu discurso, o Ministro Raimundo de Brito disse que durante sua permanência no Ministério da Saúde, "fizemos o que nos foi possível fazer, pois, para nós, o Brasil não termina no obelisco da Avenida Rio Branco. E a prova está nesta Escola Nacional de Saúde Pública, que representa a concretização de velho sonho dos sanitaristas brasileiros. Daqui é que partirão novas equipes constituídas por aquêles que irão juntar-se aos médicos do interior na redenção dos nossos patrícios minados pela doença, aos quais, um dia, se reconhecerá o direito à felicidade".

Em nome dos médicos agraciados com a Medalha da Ordem do Mérito Médico falou o Professor Edgar Magalhães Gomes, que fêz um histórico da medicina brasileira desde o tempo do Brasil Colônia até a época atual. Entre os 75 homenageados — o Ministro da Saúde fêz questão de condecorá-los um a um — estavam os médicos José Albano da Nova Monteiro, Pedro Bloch e Velto Mourão Crêspo, êste, médico particular do Presidente Castelo Branco.

JORNAL DO BRASIL

Rio, 16 de fevereiro de 1967

Diretor-Presidente: C. Pereira Carneiro — Diretor: M. F. do Nascimento Brito — Editor-Chefe: Alberto Dines

Elói, o crítico

Josué Montello

Em dezembro de 1938, quando cheguei ao Rio de Janeiro, Elói Pontes assinava diàriamente uma coluna de crítica literária. O que me espantava é que êle sempre escrevia sôbre um livro nôvo. E livro de trezentas, de quatrocentas páginas, sem distinção de gênero, prosa ou verso.

Confesso que essa instantaneidade de leitura me assombrava. Como o crítico podia multiplicar o seu tempo, a ponto de ler um livro por dia e escrever sôbre êle, aplaudindo ou condenando? Elói Pontes realizava êsse milagre. E o mais estranho ainda é que lhe sobrava lazer para andar pelas ruas do Centro da Cidade, parar nas livrarias, conversar com os amigos na esquina do **Jornal do Comércio**, inteirar-se dos mexericos urbanos da vida literária, realizar exaustivas pesquisas em jornais, revistas e manuscritos na Biblioteca Nacional.

Quando li **Tendresse**, de Henri Bataille, encontrei ali um personagem que me fêz lembrar Elói Pontes: é aquêle que se aprimorou de tal modo na leitura que, para ler um livro, não precisa percorrer-lhe as páginas, uma a uma — basta abri-lo ao acaso e sentir-lhe o cheiro.

Sòmente por êsse processo, supunha eu, poderia Elói Pontes inteirar-se, todos os dias, de um nôvo livro, e descobrir-lhe, num relance, as qualidades e os defeitos.

Não era Elói, no exercício da crítica, um juiz complacente. Pelo contrário: atacava muito, e com muita veemência.

Lido nos mestres franceses, não quis seguir a recomendação de Vigny, em **Journal d'un Poète**, no trecho em que faz o reparo de que o escritor, ao ficar surdo às novas idéias, não deve ser apenas surdo, mas surdo-mudo.

O Modernismo contou, desde a primeira hora, com a hostilidade bravia de Elói Pontes, que o atacou de rijo, sem tréguas. Anos e anos, fêz-lhe guerra sistemática, na persuasão de que a poesia de Manuel Bandeira, de Carlos Drummond de Andrade ou de Murilo Mendes não passava de mistificação literária que lhe cumpria denunciar e combater.

Manuel Bandeira, cansado de levar pancada sem motivo, decidiu um dia darlhe um susto, como se fôsse aceitar polêmica com êle. Colaborador de **A Manhã**, ao tempo em que o jornal era dirigido por Cassiano Ricardo, o poeta tinha os seus artigos anunciados de véspera, no destaque de uma cercadura, suponho agora que na primeira página. O título do artigo destinado a assustar Elói Pontes era êste: **Elói, o Herói.**

O artigo de Manuel Bandeira nada tinha a ver, entretanto, com seu crítico. Tratava-se de uma crônica sôbre Artur Azevedo que assinara os seus escritos joviais, durante largo tempo, na imprensa carioca, com o pseudônimo de Elói, o Herói.

Não obstante a falta de compreensão dos novos valôres literários, Elói Pontes tem de ser respeitado como biógrafo e pesquisador. Quatro grandes livros asseguram-lhe um lugar de destaque no panorama da cultura brasileira: **A Vida Inquieta de Raul Pompéia, A Vida Dramática de Euclides da Cunha, A Vida Contraditória de Machado de Assis e A Vida Exuberante de Olavo Bilac.**

Essas obras, pela soma de documentos que divulgaram, abriram caminho à melhor compreensão de quatro figuras pinaculares das letras brasileiras. Não se pode escrever sôbre elas sem uma referência honesta e reconhecida aos estudos de Elói Pontes, principalmente ao que dedicou ao mestre de **O Ateneu.**

Pouco antes do carnaval, Elói Pontes voltou, de repente, ao noticiário dos jornais. Fazia alguns anos que não se falava dêle. Como não publicava novos livros, nem reeditava os antigos, andava esquecido. A notícia nova dizia que o escritor morrera na véspera, num quarto de hospital.

Carta do leitor

Transporte moroso

O Sr. José Fernandes reclama da Secretaria de Serviços Públicos "providências urgentes para melhorar o transporte, à noite, dos moradores das cercanias do Jóquei Clube", e explica que "durante o dia o bairro é servido por cinco linhas regulares de ônibus, fora os trólei da Companhia de Transportes Coletivos. À noite, entretanto, os ônibus desaparecem, ficando apenas em operação a linha 176, com um ônibus por hora".

São Paulo

Em sua passagem pelo Rio, o Sr. Abreu Sodré fêz uma série de declarações que destoam, felizmente, da monótona e enfadada rotina com que os figurões de nossa política se vangloriam de esconder a sua falta de pensamento e de posição. Os jornalistas ouviram uma voz de timbre nítido e, por isto, insólito, que não fugiu aos temas propostos, nem se esquivou às definições que julgou de seu dever tornar públicas.

O fato é alvissareiro porque, mais do que uma voz, o Sr. Abreu Sodré é, neste momento, um porta-voz. Cabe-lhe a tarefa importantíssima de restaurar, na Federação, o prestígio de São Paulo, tão malfadadamente alcançado pelo *populismo* demagógico e inescrupuloso que, por tantos anos, envenenou o nosso ambiente democrático. Apesar de não ter sido eleito pelo sufrágio universal e direto, como seria de desejar — ou talvez por isto mesmo —, o nôvo Governador paulista, desde o seu discurso de posse, decidiu-se por uma atitude que exprima de fato a sua condição de mandatário do grande Estado que passou a representar e a liderar.

Ninguém tem dúvida de que o Brasil não encontrará o caminho da normalidade institucional e da estabilidade política sem a cooperação de São Paulo. À sua importância econômica, à sua liderança do processo de industrialização, ao seu pioneirismo na grande causa do desenvolvimento nacional, é preciso corresponder, sem demora, uma presença política à altura de contribuir para o encaminhamento das soluções que a crise brasileira ainda está a reclamar. Nada disto seria possível enquanto o Estado bandeirante estivesse entregue à desfaçatez dos velhos caciques da corrupção. E nada disto seria também possível enquanto de São Paulo não se erguesse uma voz com autoridade bastante para reivindicar o direito de ser ouvida em todo o País.

É nesse quadro de renovação e de afirmação que se situa a missão do Governador Abreu Sodré. Òbviamente, é muito cedo para antecipar qualquer julgamento sôbre sua conduta. É tempo, porém, de reconhecer que o Chefe do Executivo paulista, mais do que qualquer outro governante estadual, tem o duplo dever de governar bem o seu Estado e de contribuir para a normalização da vida nacional, a partir do fortalecimento do poder civil, tão duramente comprometido pelas intervenções a que foram chamadas as Fôrças Armadas, nestes últimos anos. Não se trata, é claro, de negar ou hostilizar os ideais que inspiraram o movimento de 31 de março de 1964. Pelo contrário, trata-se de realizá-los, de implantá-los, em têrmos definitivos, enquanto exprimem a aspiração nacional de um regime de liberdade com responsabilidade, de autoridade com moralidade administrativa.

Ainda que se possa entrever nas atitudes e nas palavras do Sr. Abreu Sodré uma ponta de açodamento, já que apenas mal iniciou a grande caminhada que o espera, o fato é que o Governador paulista, pronunciando-se com nitidez e com indisfarçável coragem, mesmo diante de problemas políticos que, em princípio, aconselham certa cautela, veio oxigenar o ambiente com a afirmação de uma liderança à altura das responsabilidades de seu grande Estado. Condenando o cerceamento da Imprensa, alertando os responsáveis contra os perigos da desnacionalização de nossa economia, pedindo a punição dos especuladores, anunciando um plano racional para ajudar os investimentos na área da SUDAM e da SUDENE, o sr. Abreu Sodré fêz ecoar pelo Brasil uma voz de que andávamos justamente saudosos — a voz autêntica de São Paulo.

Educação

O Coronel Mário Andreazza, assistente e principal porta-voz do Presidente eleito da República, repetiu em declarações de ontem que o Ministério futuro está sendo escolhido sem pressões ou injunções de quem quer que seja.

Disto o País está sobejamente informado. As circunstâncias anômalas da escolha do Marechal Costa e Silva tiveram a grande virtude de deixá-lo livre para escolher um grande Ministério. Nomeado, de certa forma, pelo Congresso Nacional, o Presidente eleito não ficou devendo favores a partidos políticos ou a personalidades da vida pública. O Marechal Costa e Silva não foi sequer o candidato do Marechal Castelo Branco, que, segundo a impressão geral, só aceitou seu nome bastante a contragosto. Assim o Marechal Costa e Silva tem realmente as mãos livres para compor um Ministério inatacável. Em relação aos escolhidos, disse na mesma ocasião, ontem, o Coronel Andreazza: "Os nomes se impuseram pelo espírito de equipe demonstrado e pela capacidade dos escolhidos".

Assim devia ter sido, mas o que é que se vê? Um Presidente eleito inteiramente livre para escolher seu Ministério devia, sem dúvida, ter pensado em primeiro lugar na Pasta da Educação. O atual Ministro da Educação dizia ontem, perplexo, que a explosão demográfica brasileira anula o esfôrço governamental de dar educação ao povo. E sem um povo educado jamais haverá o Brasil com que todos sonhamos. Ora, quem foi o Presidente eleito escolher para a Pasta-chave? Que grande educador? Que grande mestre e que grande administrador de assuntos educacionais? O Presidente eleito foi escolher o Deputado Tarso Dutra, que tem funcionado na Comissão de Justiça e que nunca, ao que se saiba, versou um problema de educação. Onde está, então, a equipe e onde a capacidade dos escolhidos?

A maior prova da falta de educação que se pode dar a um estudioso das coisas brasileiras é a incapacidade governamental de se convencer de que o maior problema do Brasil é o da educação. A Pasta, quase que invariàvelmente, é preenchida como se fôsse um prêmio de consolação, um imperativo de política miúda ou uma questão de amizade. E no entanto jamais nos industrializaremos, jamais faremos as reformas estruturais, jamais levaremos o Brasil ao convívio das grandes nações do mundo sem educarmos o povo brasileiro. Que vai o Deputado Tarso Dutra fazer dos cinqüenta por cento de analfabetos que existem no País?

Está faltando audácia ao Presidente eleito para formar sua equipe. O Marechal não precisa perder tempo com um *Ministério de experiência*, para pagar dívidas eleitorais. Construa desde já seu Ministério, permanente, com boa e sólida madeira de lei. É sua grande e digna maneira de retribuir uma Presidência da República tão cômodamente conquistada.

Simplismo

A nota oficial da Secretaria de Segurança Pública e as providências anunciadas pelo General Dario Coelho sôbre as irregularidades na Polícia carioca antes reforçam do que desacreditam, sequer de leve, as denúncias formuladas pelo General Jaime Ribeiro da Graça em entrevista ao JORNAL DO BRASIL. Os argumentos polêmicos do Secretário de Segurança nem atingem a autoridade do denunciante, nem conseguem alterar, por exemplo, o negro panorama da Avenida Prado Júnior, onde a prostituição agressiva, o tráfico de entorpecentes e tantas outras atividades ilícitas ou criminosas continuam em pleno exercício, para quem quiser ver e ouse enfrentar o risco.

Além da nota oficial, o Secretário de Segurança Pública anuncia providências de minúsculo porte para o tratamento de um complexo de problemas de tamanha gravidade. Anuncia, por exemplo, uma comissão de inquérito para apurar evidências que saltam aos olhos e que se projetam, todos os dias, em atos de violência e gangsterismo. O General Dario Coelho ainda ignora, a esta altura, que numerosos policiais trabalham como *leões de chácara* dos *inferninhos* da Zona Sul, fato que já faz parte da crônica da cidade: será preciso, então, que um longo, e certamente interminável processo, cumpra os seus trâmites, para que o Secretário de Segurança chegue a conclusões já sabidas de tôda gente e cuide de afastar de suas funções os policiais envolvidos.

Discípulo e seguidor do General Dario Coelho, o Delegado da 12.ª Delegacia Distrital promete levar na devida conta as denúncias do JORNAL DO BRASIL, fazendo deslocar uma viatura para o patrulhamento noturno da Avenida Prado Júnior. Eis aí a que ponto chegamos em matéria de repressão policial e de moralização da própria Polícia: entende a autoridade responsável que pode eliminar um foco de criminalidade da Guanabara, onde se acumpliciam delinqüentes fichados e agentes da Secretaria de Segurança, com a simplória providência de uma viatura a mais ou a menos em trânsito. O Delegado vai adiante, nesse festival de incompetência, tentando transferir culpas, seja para a Polícia Federal, seja para o Serviço de Diversões Públicas. Verifica-se, assim, que dentro das pequenas dimensões de uma rua de Copacabana há uma espécie de crime para cada uma das nossas muitas Polícias, sem que entretanto o policiamento certo coincida com o delito da respectiva jurisdição. Noutras palavras, o crime é livre na Guanabara, correndo sôlto nas malhas de um aparelhamento policial dividido e viciado.

Outra alegação do Secretário de Segurança, de igual precariedade, refere-se à insuficiência das leis vigentes para o enquadramento da atividade criminosa multiplicada e até sofisticada, no Rio de Janeiro de hoje. Trata-se, porém, de mais outro biombo do comodismo estéril, pois as leis não são imutáveis e devem ser reformuladas de acôrdo com as necessidades. Ao Govêrno, ou a seus agentes responsáveis, cumpre pedir essa reformulação.

Coisas da política

Responsabilidade dos líderes no Congresso

O caráter apolítico do Ministério Costa e Silva deverá ser compensado por uma reformulação cuidadosa das relações entre o Executivo e o Congresso, capaz de colocar o nôvo Presidente da República em condições de demonstrar que a marginalização dos políticos, na formação de sua equipe de Govêrno, correspondeu às peculiaridades da missão que lhe está destinada nos próximos quatro anos e não representou um ato de desapreço aos homens de partido que o vão apoiar no Senado e na Câmara.

Está previsto, aliás, que o Marechal Costa e Silva abra oportuna e pròximamente conversações com seus futuros líderes, para vencer desde logo as preliminares da delicada questão que consistirá, para êle, em manter a solidariedade da organização política que sustentará sua administração, sem entregá-la aos políticos profissionais.

Neste sentido, a responsabilidade que recairá sôbre os ombros dos líderes governamentais no Congresso terá pêso equivalente à que vai ser atribuída aos ocupantes dos postos mais altos do Executivo. Sua grande tarefa, acima da rotina da vida parlamentar, é conduzir a ARENA à compreensão de que a plena normalidade institucional, a ser nominalmente restabelecida com a vigência da nova Constituição em 15 de março, estará condicionada ao êxito do próximo Govêrno, que não disporá de Atos Institucionais mas ainda terá compromissos revolucionários que serão invocados a todo passo.

A constituição do nôvo Govêrno deve ser tomada, objetivamente, como uma solução de compromisso entre a fase puramente militar da revolução e outra na qual a vida política do País começará a evoluir para a restauração completa, e de fato, do Poder Civil. Com a formação de Ministério que obedecesse aos critérios clássicos para a distribuição de Pastas entre as correntes partidárias ofereceria o risco de uma reversão violenta no processo de normalização institucional, pelo inevitável retôrno à atmosfera das desconfianças que imediatamente se criaria nos meios militares e os levaria à extremação de reivindicações do tipo das que conduziram o Presidente Castelo Branco ao golpe de estado de 27 de outubro, com a edição do Ato Institucional n.º 2.

O Govêrno Costa e Silva será um Govêrno de transição, espelhando-se claramente esta sua característica principal no Ministério que está sendo formado mas cujas linhas definidoras já se encontram completamente traçadas. No quadriênio a se iniciar em 1971, com eleição direta ou indireta, será possível formar um Govêrno de características clássicas, constituído de Ministros recrutados exclusivamente entre os quadros partidários. Mas para que isto aconteça com segurança, o próximo quadriênio ainda terá de exibir alguns sinais do predomínio técnico-militar sôbre o domínio da liderança civil, tomada esta em seu sentido e em suas dimensões nacionais.

Vista assim, objetivamente, a bertura da fase constitucional da revolução, as lideranças parlamentares inserem-se nela como instrumentos da mais alta importância, de cuja eficiência dependerá, mesmo, em grande parte, a segurança com que se passará em 1971 aos métodos clássicos da democracia representativa.

Audiências

O Marechal Costa e Silva provàvelmente restabelecerá o sistema das audiências concedidas aos parlamentares, em um dia certo da semana, sistema que lhe permitirá manter contato direto com senadores e deputados, tanto da ARENA como do MDB. Em qualquer hipótese, é sua intenção examinar com os seus líderes a forma de estabelecer relações harmônicas com o Congresso, em benefício do desenvolvimento normal do processo administrativo e até do processo político.

Constituição dos ponteiros

Tristão de Athayde

Anos atrás ficou famoso o tal incidente com os relógios da Câmara Municipal do Rio, quando era Presidente o nosso Jorge de Lima. Enquanto o poeta, no dia 31 de dezembro, presidia a sessão de encerramento, vendo, no relógio da Assembléia, o galo da igrejinha de Maceió, como êle próprio me contou — e portanto em pleno devaneio onírico —, espertinhos atrasaram de horas os ponteiros, para que as *marmeladas* da famosa *cauda do orçamento* pudessem vingar para o ano seguinte!

O episódio foi glosado em prosa e verso e considerado como o símbolo do nosso atraso político.

Passaram-se os anos. Fizeram-se *revoluções salvadoras*, mormente uma em 1 de abril, destinada a ser a revolução que porá fim a tôdas as revoluções, como a guerra de 14 poria fim a tôdas as guerras... Eis senão quando — no momento solene em que um dócil Parlamento, modêlo de solidariedade governamental (ressalvados os que salvaram a dignidade da instituição), vota a nova Constituição da República do Brasil — a mesma manobra escusa dos ponteiros é praticada, para que sejam respeitadas as formalidades "institucionais" do nôvo diploma!

O nôvo episódio, recebido pela maior gargalhada coletiva que até hoje, simbòlicamente, já deu um povo inteiro, é sem dúvida extremamente representativo do fenômeno mais típico dos tempos tristes que estamos vivendo. O que caracteriza o momento político brasileiro, desde 1964, é o *artificialismo*. Como é igualmente a substituição do principal pelo acessório. O principal, na elaboração de uma nova Constituição, é que ela nasça dos *fatos para* a lei, e do povo para os juristas. Uma Constituição não é um poema, cuja autoria cabe a um poeta. Será, quando muito, um poema popular, cuja autoria pode ser de poucos ou mesmo de um, mas cuja inspiração e cuja aceitação é de todos. No caso dessa nova Carta — outorgada por um Parlamento decapitado a um povo silenciado —, o que se viu foi exatamente o oposto. Em vez de um documento sedimentado pelo tempo e de cuja elaboração participasse a coletividade, temos aí um documento que reproduz em grande parte tudo o que os anteriores continham (e é o que tem de melhor), mas feito precisamente para que nêle fôssem inseridos alguns dispositivos de caráter ditatorial, estatista e autoritário, entregando em última análise ao arbítrio do Poder Executivo o destino de 100 milhões de brasileiros.

Não levemos o episódio ao trágico. Nada mudará na aparência e mesmo em profundidade, sem dúvida. Pois a verdade é que a lei fundamental da evolução política do Brasil, como dizia Calógeras, é o *paralelismo entre a lei e o fato*. A nova pseudo-constituição pode dizer o que disser. A verdade é que as grandes linhas de fôrça da civilização brasileira, no que têm de grandiosas até mesmo para a história do mundo (pois sou um crente no *humanismo brasileiro*), continuarão a manifestar-se. E romperão os quadros mesquinhos da nova Carta, como romperam o do falso "institucionalismo" da pseudo-revolução de 64. O que não impede que passemos a viver agora, enquanto a *revisão* inevitável não vier, a viver como desde 64, sob a ameaça de uma espada de Dâmocles, especialmente se essa Carta do quase arbítrio fôr confirmada pelo autoritarismo da lei contra a imprensa e sobretudo da lei contra a Segurança Nacional.

Mas o *granum salis* da história é que foram respeitados, religiosamente, os prazos estabelecidos. A Carta pode ser uma reprodução *piorada* da Constituição de 46. Mas foi votada, à meia-noite do dia 23 de janeiro, rigorosamente, com o auxílio dos ponteiros... maliciosamente parados! Se não temos, pois, uma nova Constituição *da pontinha*, temo-la *dos ponteiros*...

Cientista brasileiro confirma que isolou vírus do câncer

Walder de Góis
(Correspondente do JB em Goiânia)

— O senhor isolou o vírus do câncer?

O Dr. Bernardino Manente, gordo e vermelho, considera a pergunta radical do ponto-de-vista científico, sorri contrafeito e confirma — pedindo antes que no texto não se transmita dêle a imagem de um imodesto — que realmente as experimentações que efetuou ao longo de 14 anos de estudos contínuos levantaram uma preliminar de importância vital para a descoberta da cura do câncer: foi isolado experimentalmente um vírus que surge nos espécimes vegetais ao se inocular nêles extratos cancerígenos de um pulmão humano.

ANTIDOGMATICO

Todo o processo de pesquisa e experimentação teve início e se desenvolveu mediante contestações das teorias científicas sôbre o câncer, e o Dr. Bernardino começa por dizer que não teria chegado a parte alguma se não tivesse se insurgido logo contra o conceito dogmático de que o vírus animal só acomete animais e o vírus vegetal só acomete vegetais. A bibliografia científica mundial não menciona um só caso de contestação da tese, que se dogmatizou sem amparo em experimentações de qualquer natureza — afirma.

Partindo do princípio de que não se pode estabelecer uma regra científica sem experimentação, o Dr. Bernardino Manente injetou extratos cancerosos em plantas de pequeno porte e ao cabo de três dias verificou que por todo o caule brotavam formações tumorais, rigorosamente idênticas às manifestações do câncer no pulmão humano. A planta morria em seu quarto dia de infectação, mas, com o fenômeno, se contestava um dogma científico e se dava o primeiro grande passo do que o cientista brasileiro considera hoje uma base segura para o isolamento completo do vírus e, mais adiante, para a fabricação de vacinas contra o câncer humano.

AS EXPERIÊNCIAS

Formado pela Faculdade de Medicina Veterinária da Universidade de São Paulo, em 1947, hoje Diretor do Hospital São Francisco de Assis — Veterinária Sumaré — em São Paulo, o Dr. Bernardino Manente começou sua pesquisa há 14 anos. Durante todo êsse tempo valeu-se dos Institutos Adolfo Lutz (do qual é estagiário), Butantã e Biológico de São Paulo, e se lhe pedirem testemunhas cita os cientistas Paulo Bueno, Aniz Saad, Nílson, Washington Sugai, Rufino Antunes Alencar (Instituto Biológico de São Paulo), Dálton Wichgi (Instituto Adolfo Lutz) e Brunner (Instituto Butantã de São Paulo).

Vindo a Goiânia, de ônibus, para o X Congresso Brasileiro de Veterinária, reunido nesta Capital sob o patrocínio da repartição regional do Ministério da Agricultura, expôs sua tese para veterinários de todo o País e verificou que causava espanto na platéia. A partir dêsse momento passou a ser a figura central do congresso e a dividir o seu tempo entre os debates do plenário, dos quais participa mais para explicar a sua pesquisa, e os reivindicações da imprensa, que o assedia intermitentemente.

Agora, falando ao JORNAL DO BRASIL, está um pouco confuso por ter a imprensa descoberto suas experiências e anuncia que seu trabalho ainda está pelo meio, é vasto e complexo, e por isso não autoriza sensacionalismo jornalístico à base dos resultados da pesquisa efetuada. Mas explica tudo e enfàticamente faz uma afirmativa: o vírus animal é transmissível experimentalmente a vegetais e já tem comprovada a transmissibilidade do vírus da aftosa, da bouba aviária, do variólico modificado (vacínico), da raiva, da poliomielite e do sarampo.

CANCER EM VIRUS ISOLADO

Partindo para o exame objetivo da questão do vírus do câncer, onde se concentra o fundamental de suas atividades de pesquisa, explica o Dr. Bernardino Manente:

— Isolamos um vírus que sempre surge nos espécimes vegetais nos quais inoculamos extratos de câncer pulmonar humano e de outros espécimes, também vegetais, nos quais inoculamos cânceres de animais domésticos, plantas estas em cujo caule, depois das inoculações, surgiram formações tumorais semelhantes àquelas de onde procediam os tumores humanos e animais. Estamos investigando atualmente se tais vírus, que se apresentam sempre nos pontos onde produzimos os tumores, serão capazes, quando inoculados em animais, ovos embrionados de galinha e em cultura de tecidos animais e humanos, de produzir cânceres.

— Se lograrmos produzir cânceres em animais e em culturas de tecidos humanos a partir dos vírus isolados de plantas, nas condições da pesquisa referida, estaremos possivelmente armados de um vírus que utilizaremos na elaboração de uma dupla arma terapêutica, qual seja: a) o preparo de um sôro hiper-imune, obtido através de inoculações progressivas em animais apropriados, com o vírus isolado nessas circunstâncias, e após numerosas passagens nas plantas, para atenuarmos a possível ação carcinogética que estamos tentando demonstrar; e b) o preparo de vacina com êsse vírus, atenuado com o concurso de substâncias químicas, após testes preliminares, efetundos em animais de laboratório.

ALEMAES VERAO

A primeira comunicação dos resultados da pesquisa foi feita ao Congresso de Veterinária, atualmente reunido em Goiânia, mas dentro dos próximos dias o Dr. Bernardino Manente entregará, para publicação, um texto completo à revista científica alemã **Nature Wisenchaft**, de Berlim. Serão publicadas fotos de plantas nas quais, ao longo do caule e das ramificações do caule, a inoculação de vírus do câncer produziu necroses e cloroses.

O cientista espera, contudo, que até o fim do ano possa dar à ciência um resultado definitivo de suas pesquisas, apresentando conclusões qualitativas das experimentações iniciais. Pessoalmente, está convencido de que, seja através de seu trabalho, seja através das pesquisas que no mundo inteiro estão sendo realizadas, a humanidade conhecerá em breve a vacina contra o câncer e portanto a cura completa da doença.

COMUNICAÇAO INÉDITA

Perante o X Congresso Brasileiro de Veterinária, o cientista Bernardino Manente fêz a seguinte comunicação, que disse ser inédita e "patrimônio intelectual do conclave":

— Até a presente data, sabemos que um dos maiores obstáculos que se antepõem à demonstração de que as neoplasias malignas sejam possìvelmente produzidas por vírus está representado pela dificuldade de reproduzir experimentalmente tais processos, a partir da inoculação de extratos neoplásicos filtrados e isentos de células tumorais em animais de experimentação. Êsses últimos apresentam intricados dispositivos defensivos, capazes de bloquear um possível agente viral ongogênico com manifestas propriedades carcinogenéticas. Partindo de tal preconcepção, procuramos eleger para nossas inoculações um ser vivo de arquitetura histológica bastante rudimentar, qual seja o organismo vegetal.

— No presente estudo, empregamos extratos tumorais provenientes da suspensão de um triturado de adenocarcinoma pulmonar humano (procedente da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo) e outro proveniente de gânglios linfáticos de um cão acometido de linfoadenose aleucêmica (cujo estudo anátomo-clínico constitui tema de outro trabalho que estamos apresentando). Êsses extratos tumorais foram filtrados em velas Chamberland e a seguir inoculados separadamente em vários espécimes de feijão, via intracaule, na quantidade de 0,2 cm3 em cada planta. Provas-contrôles foram efetuadas, procedendo-se a inoculação de plantas de feijão-testemunhas com o mesmo material anterior, inativado pelo calor.

O PRIMEIRO INDÍCIO

— Após três a oito dias surgiram áreas cloróticas e necroses foliares nos espécimes inoculados com material ativo. A partir do 15.º dia colhemos fôlhas contendo as lesões acima descritas, as quais foram trituradas, tendo o suco das mesmas sido inoculado em outras plantas de feijão (segunda passagem). Repetiram-se sistemàticamente as mesmas lesões da primeira passagem, o que não ocorreu com os contrôles inoculados com o material inativado; procedeu-se a várias passagens sucessivas, utilizando-se sempre o material infectante obtido das várias passagens seguintes, as quais atingiram o número de dez. Tivemos a oportunidade de observar a constância da repetição das mesmas lesões e de outros fenômenos degenerativos, também já observados nas inoculações iniciais, inclusive retardos ou parada do crescimento e desenvolvimento das plantas, como também o aparecimento de formações tumorais sugestivas e características que não logramos obter com nenhum dos outros vírus animais ou humanos que utilizamos em outras inoculações, que constituíram motivo de outros trabalhos. Tais formações tumorais se produziram ao longo do caule principal das plantas ou em suas ramificações colaterais e apicais, sendo as mesmas variáveis em número e proporções, demorando o seu aparecimento e desenvolvimento pelo menos de dois a três meses após as inoculações. A sua duração e persistência também foi variável, comprovando-se que atualmente ainda temos espécimes cujos tumores já persistem há mais de dois meses, constatando-se curiosamente o aparecimento de verdadeira aparência de metastização que invade progressivamente as várias ramificações do caule, ocorrendo a morte total das fôlhas, restando o esqueleto desnudo da planta bordado de tumores.

AS MONSTRUOSIDADES

— Os espécimes nascidos de vagens contaminadas apresentam aberrações teratológicas as mais variadas, desde a simples coalescência das fôlhas até a assimetria, espessamento e deformações foleares, constatando-se igualmente grande rapidez de crescimento, presença de fôlhas cotiledonares supranumerárias e, por vêzes, a morte prematura do próprio vegetal. Outras plantas lograram também atingir um certo desenvolvimento, com alterações iniciais menos pronunciadas, embora posteriormente produzissem caules anômalos, distorcidos, eriçados de nodosidades ou de formações tumorais. As sementes obtidas dessa planta deram origem a novos espécimes, que apresentaram as mais curiosas modificações disgenéticas, sugestivas da presença de um possível agente transmissível, com provável interferência sôbre o mensageiro genético celular, capaz de produzir essas alterações teratológicas, bem como as neoplasias tumorais observadas.

— De todos os espécimes doentes obtidos no decorrer das dez passagens sucessivas em plantas, tivemos ocasião de homogeneizar as fôlhas dos mesmos, numa mistura contendo freon e bufxer-citrato-de-Mac-Ilvaine, nas proporções adequadas conforme preconiza Gessler. A seguir submetemos êsse homogenato a uma baixa rotação de 1 500 RPM e colhemos o sobrenadante, o qual foi colocado numa ultracentrífuga Sharples do Instituto Adolfo Lutz de São Paulo e submetido a uma rotação de 20 mil RPM, durante hora e meia. A seguir, o *pelet*, convenientemente corado com os corantes apropriados para microscopia eletrônica, foi utilizado em pequeninas telas dêsse aparelho e examinado no microscópio eletrônico Siemens do Instituto Butantã de São Paulo. Constatamos a presença de um vírus de aspecto filamentoso e flexível, de proporções aproximadas ao vírus da doença **new castle**, com o qual guarda relações de aparente semelhança.

OUTRAS COMPROVAÇÕES

— Cumpre lembrar que a presença dêsse vírus foi sempre invariàvelmente comprovada no decorrer de tôdas as dez passagens em plantas de feijão, constantando-se sempre a sua ausência nas fôlhas normais dêsses espécimes, antes de serem inoculados, tendo tais provas sido feitas através de tentativas de extrair qualquer vírus presente nas mesmas no período antiinoculatório.

— Igualmente, procedemos a cortes histológicos de tumôres e das fôlhas das plantas enfêrmas, conduzindo seu estudo no microscópio, o qual acusou presença dos vírus filamentosos apenas no interior das células foliares, não tendo sido comprovado, porém, no interior das células tumorais. Fato idêntico foi confirmado também com a tentativa que fizemos de extrair êsse vírus a partir do estroma tumoral, com o emprêgo de freon.

— Por outro lado, obtivemos resultados animadores ao tentarmos transplantar fragmentos tumorais obtidos por seccionamento dos tumôres vegetais, enxertando-os em outras espécimes normais de feijão. Atualmente êstamos estudando maiores detalhes estruturais e dimensionais sôbre os vírus filamentosos, objetos do presente estudo, os quais esperamos divulgar pròximamente, bem assim como as tentativas de reproduzir experimentalmente neoplasias e manimais e em membranas cório-alantóide, utilizando o suco de plantas de feijão infectadas com êsse vírus, fechando-se assim o seu círculo evolutivo nas células hospedeiras originais de onde procederam.

— Comprovamos também, por último, que o vírus extraído das plantas inoculadas com extratos de gânglios linfáticos de cão acometido de linfo-adenose aleucêmica apresentam grande semelhança de forma e tamanho com os vírus isolados a partir do adeno-carcionoma pulmonar humano.

A TESE ANTIDOGMÁTICA

O cientista Bernardino Manente explica no Congresso de Veterinária que sua tese só foi possibilitada pela rejeição de alguns dogmas pseudocientíficos (Telefoto UPI-JB)

Reunião de cúpula já tem três projetos de agenda

Buenos Aires (UPI-JB) — A Colômbia, Chile e Estados Unidos vão apresentar projetos para a agenda da Conferência dos Presidentes, que começou a ser debatida desde ontem, tornando mais difícil o trabalho da Comissão Preparatória, que terá agora de conciliar os três textos com o projeto preliminar preparado pela Organização dos Estados Americanos.

Os Chanceleres do Hemisfério decidiram ontem iniciar imediatamente a discussão sôbre o futuro da reunião dos Chefes de Estado, reconhecendo implicitamente que o assunto mais importante a ser debatido é o de sua convocação. Mais tarde, após a sessão preliminar da III CIE, os Ministros se reuniram e decidiram que a XI Reunião de Consulta, encarregada do encontro dos Presidentes, deverá ser iniciada hoje ou amanhã.

PRESSA

Segundo fontes oficiosas, a maioria dos Ministros é de opinião que a XI Reunião de Consulta deverá começar logo, a fim de dispor de tempo suficiente para debater todos os problemas surgidos com a possibilidade de convocação da Conferência de Presidentes.

Até o momento, o único documento que poderá servir de base à agenda da Conferência dos Presidentes é o relatório apresentado pelos nove economistas que se reuniram em dezembro na Capital norte-americana a pedido da Organização dos Estados Americanos.

O texto da declaração dos economistas é teòricamente confidencial, mas suas linhas gerais já são conhecidas. Trata sôbre a maneira de impulsionar os programas da Aliança para o Progresso e sugere aos Presidentes que adotem a decisão política de pôr em execução a integração econônima latino-americana.

CRISE À VISTA

Os Chanceleres do Chile, Gabriel Valdés, e da Colômbia, Germán Zea Hernández, reuniram-se ontem para compararem os projetos que prepararam para a agenda da Conferência dos Presidentes. Antes, o representante colombiano havia se reunido com o Secretário de Estado norte-americano, Dean Rusk, para conversar sôbre o encontro dos Presidentes. Sôbre a reunião Rusk-Zea Hernández, nada foi relevado oficialmente.

Tanto o Chile como a Colômbia vão exigir uma série de vantagens no campo do comércio exterior do Govêrno norte-americano. Há poucos dias, em Washington, um observador político chegou a admitir que a Conferência dos Presidentes estará sèriamente ameaçada se não se conseguir uma fórmula que satisfaça à maioria das nações latino-americanas, que exige um melhor tratamento por parte dos EUA.

Porta-vozes da delegação norte-americana deixaram claro, assim que chegaram a Buenos Aires, que o Presidente Johnson não abrirá mão de nenhuma das regalias norte-americanas no comércio exterior dos EUA com seus vizinhos do Sul. Tudo que o Govêrno norte-americano poderá fazer — afirma-se — será elaborar um plano de reativamento da Aliança para o Progresso, idéia que nem de longe satisfaz às exigências de nações como o Chile, Venezuela, Colômbia e México.

REAÇAO

As perspectivas de uma crise entre o bloco liderado pelo Chile e os Estados Unidos aumentaram ontem à noite com a informação de que tanto o Ministro Gabriel Valdés como o Chanceler colombiano Germán Zea Hernández estão contra a sugestão dos nove economistas, cujo plano foi considerado pelos dois Ministros como "fraco e pouco avançado".

— Por diversas vêzes — afirmou um porta-voz da delegação chilena — deixamos claro que a Conferência dos Presidentes sòmente poderá se realizar se todos os Chefes de Estado do Hemisfério receberem a garantia de que se reunirão para discutir algo de concreto e capaz de justificar perante seus povos os gastos com viagens e deslocamento de delegações.

Oficiosamente, informa-se que o Chanceler colombiano, German Zea Hernandez, trouxe um memorando escrito pelo próprio Presidente Carlos Lléras Restrepo com a base da política a ser seguida durante a III Conferência Interamericana Extraordinária de Chanceleres.

Muitos observadores políticos que leram os textos dos projetos colombiano e norte-americano chegaram à conclusão de que suas diferenças não são insuperáveis. Acham também que do êxito que se tiver em conciliar as divergências depende a decisão final dos Chanceleres reunidos em Buenos Aires sôbre o futuro da reunião dos Presidentes. É quase certo, no entanto, que o Secretário de Estado norte-americano, Dean Rusk, terá que usar todo seu arsenal de argumentos para convencer os representantes de Frei e Lleras Restrepo a mudarem seus pontos-de-vista.

O CÊRCO DE AMIGOS

O Subsecretário Lincoln Gordon e o Secretário Dean Rusk conversam com o Chanceler da Colômbia, Zea Hernández

Chanceler argentino preside a III CIE

Buenos Aires (UPI — JB) — Os ministros das relações exteriores do continente concordaram em eleger o chanceler argentino, Nicanor Costa Mendez, para presidente da Terceira Conferência Interamericana Extraordinária. Designaram ainda o ministro das relações exteriores do Brasil, Juraci Magalhães, para responder ao discurso pronunciado pelo Presidente Juan Carlos Onganía, da Argentina, na sessão de abertura da Conferência.

Essas medidas foram tomadas na sessão preparatória, quando os chanceleres aprovaram também o regulamento e o temário geral elaborado pela Organização dos Estados Americanos (OEA).

SUPRESSÃO DO DEBATE GERAL

A fim de que a Conferência possa ser encerrada na quarta ou quinta-feira da próxima semana, foi suprimido o debate geral que consistiria em 20 discursos a serem pronunciados pelos chanceleres, assinalando as teses de cada país sôbre os temas a tratar.

Com a supressão do debate as comissões devem ser instaladas hoje mesmo e assim terão início os trabalhos normais da Conferência.

Ainda na sessão preliminar foi aprovado o acôrdo para criação de duas comissões principais de trabalho. A primeira examinará as normas e princípios do sistema interamericano, enquanto a segunda estudará seus aspectos estruturais.

Os ministros também criaram as comissões usuais de estilo e de credenciais, e determinaram por sorteio a ordem de preferência das delegações.

CONFERÊNCIA DE CÚPULA

Apesar de se referirem às decisões à Terceira Conferência Extraordinária, o foco da atenção dos chanceleres já é a 11.ª reunião de consulta que deve preparar a "conferência de cúpula" dos presidentes americanos.

Os ministros que já tinham chegado a Buenos Aires realizaram uma primeira reunião informal no gabinete do Chanceler argentino Nicanor Costa Mendez. Informaram alguns funcionários que parte desta reunião foi dedicada à discussão em têrmos gerais de alguns aspectos do que será o temário da conferência de cúpula.

Nos primeiros contatos isolados, mantidos pelos chanceleres, o tema da reunião de cúpula foi o mais destacado.

O Secretário de Estado dos Estados Unidos, Dean Rusk, entrevistou-se com o Ministro das Relações Exteriores do Chile, Gabriel Valdes, e um dos pontos tratados pelos dois altos funcionários foi a próxima reunião dos presidentes.

CARTA DA OEA

O projeto de reforma da carta da OEA foi distribuído em duas comissões de trabalho da Conferência Interamericana e a elas foram indicados os seguintes temas concretos:

Comissão A: capítulos primeiro a nono e 22.º ao 25.º da Carta de Bogotá, com os títulos: Natureza e Propósitos da OEA, Princípios, Membros, Direitos e Deveres Fundamentais dos Estados, Solução Pacífica das Controvérsias, Nações Unidas, Disposições Várias, Retificação e Vigência das Disposições Transitórias.

Comissão B: Capítulos 10.º ao 21.º da Carta de Bogotá, sob os títulos: Órgãos, Assembléia-Geral, Reunião de Consulta, Conselhos à Organização, Conselho Permanente, Conselho Econômico e Social, Conselho Cultural, Comitê Jurídico Interamericano, Comissão Interamericana de Direitos Humanos, Conferências e Organismos Especializados.

Temas econômicos prevalecem nos debates

José Rafael Fernandes

Buenos Aires (Do Bureau-JB) — A redução dos armamentos na América Latina, em favor de aplicação de maiores somas em projetos ligados ao desenvolvimento econômico-social, e o fortalecimento dos sistemas de transportes e comunicações, bem como a concentração em estudos básicos para metas de complementação industrial e eliminação de entraves no incremento do intercâmbio comercial entre os países do Hemisfério, são alguns dos pontos que começam a ser alinhados para a Conferência de Chefes de Estados do Continente, cuja agenda será fixada pela XI Reunião de Consulta.

Essa reunião, instalada em Washington há três semanas e que decidiu-se reabrir agora em Buenos Aires, aproveitando-se o encontro dos Chanceleres do Continente para a III CIE, está sendo objeto de conversações informais, em debates prévios promovidos pela Chancelaria argentina, acreditando-se que ao ser aberta formalmente, a qualquer momento (decidiu-se não esperar o final da III CIE para instalá-la) já terá um projeto acordado unânimemente sôbre agenda, sede e datas para a Conferência dos Presidentes.

BASTIDORES

Tanto as discussões programadas para a III Conferência Interamericana Extraordinária como para a XI Reunião de Consulta de Chanceleres entraram, nas últimas horas, em fase de intenso exame nos bastidores: no Palácio San Martín, sede da Chancelaria argentina, ou nas respectivas Embaixadas, onde se instalaram grupos de trabalho ou mesmo em dependências do Teatro Municipal General San Martín, os Ministros do Exterior procuram desenvolver conversas que possibilitem eliminar discordâncias e estabelecer um consenso geral sôbre as questões que determinaram a convocação da OEA.

Os observadores estão considerando que o ritmo sùbitamente ágil e intenso assumido pelos entendimentos fazem parte de um plano traçado pelos Chanceleres com vistas a dinamizar os trabalhos e dar um sentido de vitalidade ao enfoque dos problemas, que, para muitos, têm um tratamento muito lento e dificultado pelas limitações ou pela burocracia dos instrumentos que acionam a OEA.

O QUE EXISTE

O que se afigura como pràticamente pacífico, até o momento, é a escolha da sede para a chamada Reunião de Cúpula continental: tudo indica que se optará por Punta Del Este. As pretensões do Peru, que propõe Lima (com o particular apoio do Brasil) ou do Chile, que tenciona indicar Viña Del Mar, dificilmente terão chance de reunir a maioria das preferências. No que se refere a datas, continua-se a falar nos dias 12, 13 e 14 de abril próximo.

A agenda, que é o ponto mais delicado, está sendo o capítulo mais discutido, pois há países como a Venezuela, México, Colômbia e Chile que continuam a esboçar resistência à simples idéia de adiantar entendimentos se não se fixar, de início, o temário para os Presidentes. Existem vários projetos, acreditando-se que, com novas conversações, ao longo das próximas horas, poderá chegar-se a um acôrdo.

DO BRASIL

O Brasil tem um projeto de agenda, segundo se informou em círculos ligados à delegação brasileira, mas suas linhas gerais têm sido mantidas em reserva, ponderando o Chanceler Juraci Magalhães que seus pontos fundamentais não devem ser divulgados antes de se esgotar a troca de opiniões que se processa.

Atendência brasileira é bater-se pelo máximo de objetividade, ou seja, que se faça figurar na pauta apenas temas de importância realmente transcendental e de interêsse coletivo, sobretudo os que possibilitem maior avanço na direção dos projetos de integração continental.

Maioria quer evitar divisão em blocos

Otávio Bonfim
Enviado Especial

Buenos Aires — Embora algumas nações estejam dispostas e levantar questões capazes de acirrar os debates sôbre a reforma da Carta da OEA, a maioria dos países americanos está decidida a evitar que a III CIES se transforme numa oportunidade para agravar as divergências de pontos-de-vista sôbre os problemas políticos e econômicos interamericanos.

Aparentemente os "grandes" dos continentes concordaram em que essa reunião extraordinária deve decorrer num ambiente de amplo entendimento, deixando-se de lado qualquer proposição ou projeto que reabra os assuntos controvertidos já examinados na reunião preparatória do Panamá e na reunião extraordinária do CIES, em Washington, ambas no ano passado.

JURACI

Dentro dessa expectativa, o Ministro Juraci Magalhães, escolhido para responder à saudação do Presidente Onganía, declarou, em seu discurso, estar "convicto de que nenhum dos delegados faltará à consciência do dever comum de não suscitar controvérsias desnecessárias e procurar, com verdadeiro espírito de conciliação, soluções que correspondam aos anseios que ensejam essa reunião".

Afirma-se mesmo que será exercida uma forte pressão sôbre os "recalcitrantes", para que não provoquem a centelha capaz de levar a III CIES a um impasse ou a uma demora maior do que os sete dias em que os chanceleres esperam concluir os trabalhos da mesma.

Desta forma, a Conferência de Buenos Aires seria simplesmente uma reunião ratificadora dos encontros do Panamá e Washington, aprovando-se as modificações estruturais e políticas acordadas no primeiro, e as normas econômicas e sociais debatidas no segundo, com as modificações de redação julgadas convenientes, mas sem alternção de substância.

Não obstante essa expectativa pacífica, os observadores diplomáticos emprestam grande importância a esta conferência, que se propõe a realizar ampla reformulação da entidade regional, adaptando-a às necessidades e realidades atuais e dotando a OEA de uma estrutura mais dinâmica. Foi o que acentuou o Sr. Juraci Magalhães no discurso de agradecimento ao Presidente Onganía: "Temos a convicção de que a III CIE não será apenas um encontro histórico de chanceleres, mas haverá de constituir, tal como a Conferência de Bogotá, em 1948, um acontecimento de maior transcendência para a convivência pacífica, a segurança política e a melhoria das condições de vida dos povos dêsse Hemisfério".

O espírito conciliatório desejado pelos chanceleres resultou do ponto-de-vista expressado pela delegação norte-americana, no sentido de que a reabertura da discussão sôbre as normas econômicas e sociais, visando a obrigar os Estados Unidos a se comprometer contratualmente a ajudar no desenvolvimento da América Latina, forçaria Rusk a reapresentar o projeto americano referente à solução pacífica de controvérsias no Continente e sôbre o qual houve uma oposição forte e unânime dos latino-americanos no Panamá.

Diante dessa circunstância parece definitivamente eliminada a possibilidade de o Brasil apresentar seu projeto institucionalizando a Junta Interamericana de Defesa, o qual, além de ainda sofrer forte oposição do México, Chile e Venezuela, é uma inovação ao anteprojeto discutido no Panamá.

Chile e Colômbia lideram desafio aos EUA

Os porta-aviões da delegação norte-americana à III Conferência Interamericana Extraordinária deixaram claro, oficiosamente, que Washington sòmente atenderá as reivindicaçós latino-americanas dentro dos esquemas da Aliança para o Progresso e da Agência para o Desenvolvimento Internacional.

O bloco de nações liderado pelo Chile e Colômbia, no entanto, está disposto a fincar pé na posição que assumiu durante a Conferência de Bogotá, no ano passado: os Estados Unidos terão que rever o tratamento usado até agora para com a América Latina, não mais se admitindo novas versões da fórmula que vem sendo utilizada há muito tempo e que teve na Aliança para o Progresso seu maior fracasso.

PLATAFORMA

O que o grupo de Bogotá exige é uma revisão da política comercial norte-americana na América Latina. Há pouco menos de uma semana, anunciou-se em Washington o rompimento da crise adiada, desde a reunião do Panamá em que o Chile exigiu que a ajuda americana não mais fôsse feita a base de pedidos, mas em caráter obrigatório. A idéia chilena foi rejeitada pelo Senado dos EUA que a considerou inconstitucional.

Desde então, o Chile vem tentando com ajuda da Colômbia, Venezuela, Equador e Peru equacionar de forma definitiva uma solução nova para o problema, partindo do ponto-de-vista de que os créditos nos EUA não deverão continuar como um auxílio, mas como conseqüência de um "entendimento franco entre Washington e seus vizinhos do sul".

Onganía rompe relações com os sindicatos

Buenos Aires (UPI-JB) — As relações entre os militares argentinos e os poderosos sindicatos de trabalhadores no país tiveram rompimento quase total, quando o Presidente Juan Carlos Onganía decidiu "interromper tôda espécie de diálogo" com a Confederação Geral de Trabalho (CGT).

O Govêrno federal argentino declarou que o "Plano de Luta" anunciado pela CGT foi elaborado sob influência de grupos comunistas e determinou a interrupção de todos os contratos com a poderosa organização enquanto persistir a determinação de realizar as atividades programadas para o próximo mês.

MEDIDAS DE PRECAUÇÃO

Em comunicado divulgado após a reunião do Presidente Juan Carlos Onganía com os membros do Conselho Nacional de Segurança do Estado, ficaram também proibidas as manifestações de rua. Anuncia-se que fôram tomadas "tôdas as precauções para assegurar a tranqüilidade da população".

Ao mesmo tempo foram bloqueadas as contas bancárias da União de Estradas de Ferro e dos sindicatos da Federação Trabalhista de Tucuman, da indústria açucareira.

A Federação de Tucuman lidera os movimentos de trabalhadores naquela província que é o principal centro açucareiro argentino. A posição vem do tempo em que o Govêrno resolveu fechar vários engenhos ali.

AMEAÇAS DA CGT

A CGT havia anunciado que entre 20 e 24 de fevereiro realizaria manifestações na via pública, para protestar contra a política econômico-social do Govêrno. Há dois meses a organização se prepara para manifestar desagrado contra a alta nos preços dos artigos de primeira necessidade, o aumento nas tarifas das estradas de ferro, luz, gás e telefone.

O último comunicado do Govêrno acusa "grupos minoritários comunistas" de perturbar o movimento trabalhista, em união com outros grupos que o povo repudiou ao aceitar a revolução argentina.

O congelamento dos fundos dos dois grandes sindicatos foi explicado pelo Ministro da Economia, Adalber Krieger Vasena, simplesmente como uma medida adotada pelo Conselho Nacional de Segurança.

CGT enquadrada na Lei de Segurança

Buenos Aires (Do Bureau do JORNAL DO BRASIL) — A aparente disposição do Govêrno Juan Carlos Onganía de responder ao desafio que lhe lançou a CGT, começando por enquadrar a entidade na Lei de Segurança Nacional e ameaçando reprimir enèrgicamente qualquer iniciativa do seu chamado "plano de luta", depois, inclusive, de determinar o bloqueio de tôdas as contas de sindicatos nos bancos do país, representa a mais dura ofensiva dirigida contra o órgão de cúpula dos trabalhadores argentinos, nos últimos oito anos.

Desde 1958, quando as primeiras eleições convocadas depois da queda de Perón elevaram Arturo Frondizi ao poder, iniciando-se então uma tentativa de normalização da atividade sindical, inclusive com liberdade à CGT, esta entidade vinha sendo preservada. Suas diversas campanhas de oposição foram contornadas pelas autoridades do momento, que sempre procuraram evitar que se interrompesse o diálogo com os trabalhadores e, conseqüentemente, houvesse qualquer precipitação nas crises provocadas.

RESPOSTA

Em comunicado oficial divulgado com grande destaque pela imprensa argentina, ontem, o Govêrno informa que, depois de reunido o Conselho de Segurança Nacional, decidiu-se cessar qualquer contato com a CGT enquanto perdurar sua ameaça de execução do "plano de luta" (destinado a mostrar, com greves e manifestações de rua, o descontentamento dos trabalhadores com a política econômico-social do Govêrno). Várias medidas, que vão desde prisão ante qualquer tentativa de manifestação até o contrôle total das atividades da CGT e sindicatos-membros, inclusive bloqueio de suas contas bancárias, para evitar mobilização de fundos, foram decididas na reunião, numa demonstração de que a cúpula revolucionária resolveu enfrentar enèrgicamente o desafio recebido da central trabalhista.

Ao atribuir a grupos comunistas que manobram dentro da CGT a inspiração do desfecho, agora, — coincidindo com a realização das reuniões de chanceleres do continente em Buenos Aires — do "plano de luta", o Govêrno confirmou, indiretamente, versões extra-oficiais divulgadas nos últimos dias e que indicavam estar a CGT, com seu plano, integrando-se no esquema de subversão-continental previsto pela Conferência Tricontinental realizada em Havana. Fidel Castro, aliás, anunciou há poucos dias, falando do paradeiro de Che Guevara, que êste poderia ressurgir na Argentina, onde estaria sendo preparado "um plano de inspiração contra-revolucionária". Os fatos estão sendo ligados agora pelo Govêrno Onganía.

ENCONTRO MARCADO

Dean Rusk cumprimentou o Presidente Juan Carlos Onganía após seu discurso abrindo a reunião de Chanceleres

Imprensa argentina elogia Roberto Campos

Buenos Aires (de José Rafael Fernandes, do Bureau — JB) — A recondução do Ministro Roberto Campos ao Comitê Interamericano da Aliança para o Progresso (CIAP), decidida por unanimidade na recém-encerrada V Reunião Especial do Conselho Interamericano Econômico e Social (CIES), foi destacada pela imprensa de Buenos Aires, ontem, atribuindo-se sua reeleição, que constitui fato inédito, a contribuição excepcional que o técnico brasileiro vem oferecendo ao CIAP para o equacionamento e solução dos problemas do desenvolvimento continental.

Realçando as conclusões da reunião do CIES, o **La Nacion**, por exemplo, lembrou "atividade incessante do Sr. Roberto Campos no estudo e elaboração de projetos afetos ao CIAP", tendo o **La Imprensa**, por outro lado, se referido ao Ministro do Planejamento brasileiro como um dos "articuladores" da criação do CIAP e responsável por boa parte das sugestões que garantem um bom ordenamento dos seus trabalhos, enquanto que o Clarin, em texto ilustrado com foto do Sr. Roberto Campos no plenário da Conferência, apresentava-o como "técnico de renome internacional".

OPINIÃO

Também o Sr. Carlos Sanz de Santamaria, que foi igualmente reconduzido à presidência do CIAP nas eleições que se destinavam a decidir sôbre o seu mandato e os dos representantes dos grupos Brasil—Equador—Haiti, Bolívia—Paraguai e Argentina—Peru, (os representantes dêstes dois últimos grupos foram substituídos), em entrevista a televisão, congratulou-se com o CIES pela decisão de reeleger o Sr. Roberto Campos. Falando ao Canal 13 durante 15 minutos, para um programa de notícias que vai ao ar diàriamente às 23 horas, o Embaixador Santamaria frisou que o Brasil tem estado à frente de muitas iniciativas em prol do desenvolvimento continental e, no CIAP, tem emprestado particular colaboração através do seu Ministro do Planejamento.

O Ministro Roberto Campos, segundo antecipou ao JB, ao chegar a Buenos Aires, aguardará a sua substituição na Pasta pelo Sr. Hélio Beltrão, apontado como o candidato do Govêrno Costa e Silva para o cargo, para transmitir-lhe a missão, pois considera que melhor cabe ao Ministro do Planejamento a tarefa de cuidar dos interêsses brasileiros no CIAP.

CIAP aceitará a entrada do Peru

Buenos Aires, (UPI-JB) — A aspiração peruana de ter um representante no Comitê Interamericano da Aliança para o Progresso poderá realizar-se em junho, segundo disseram ontem fontes diplomáticas.

Acrescentaram as fontes que, por sugestão do Presidente do CIAP, Carlos Sanz de Santamaría, está sendo estudada a ampliação do número de representantes no Comitê, para permitir o ingresso de um peruano.

Até anteontem, o Peru aspirava à eleição de Emilio Castanón para substituir o Almirante argentino Francisco Norberto Castro, cujo período vence em maio.

A Argentina postulara simultâneamente outro argentino para a mesma posição, o economista Alberto Sola, antigo Secretário-Executivo da Associação Latino-Americana de Livre Comércio.

Após algumas conversações entre os dos Países, a delegação peruana retirou a candidatura de Castanón e apoiou a de Sola, que foi eleito na última sessão do CIAP, à tarde de anteontem.

Mas, enquanto isso ocorria, Carlos Santamaría apresentou à consideração dos governos americanos umas sugestões no sentido de modificar a estrutura do CIAP. Uma dessas reformas seria a ampliação do número de representantes no organismo.

Votação do Partido dos Fazendeiros surpreende nas eleições da Holanda

Haia (UPI-JB) — O Partido dos Fazendeiros — de extrema direita — obteve vitória parcial nas primeiras urnas abertas ontem na Holanda, ao término das eleições gerais realizadas com a participação de sete milhões de eleitores e 20 Partidos políticos.

O nôvo Parlamento fornecerá os quadros para o Gabinete que sucederá o Govêrno interino "apolítico", que assumiu o Poder em outubro, após a queda da coalizão católico-socialista do Primeiro-Ministro Joseph Cals, dissolvido por causa de divergências sôbre política econômica.

FRACASSO

Segundo os primeiros resultados, os Partidos Socialista e Católico — tradicionalmente vitoriosos — estão perdendo cadeiras para os fazendeiros e o nôvo Partido D-66, que fêz campanha defendendo a reforma do Parlamento.

A Netherlands News Agency prevê que os católicos obtenham 44 cadeiras, os socialistas 36, os liberais 17, os dois Partidos Protestantes 28 e os fazendeiros sete. Há 150 cadeiras vagas no Parlamento, devendo as restantes serem divididas entre os Partidos menores.

Mesmo dentro desta previsão que assegura a vitória aos católicos e socialistas, os tradicionais Partidos demonstram uma perda de prestígio na opinião pública, uma vez que em eleições anteriores obtiveram maior número de cadeiras.

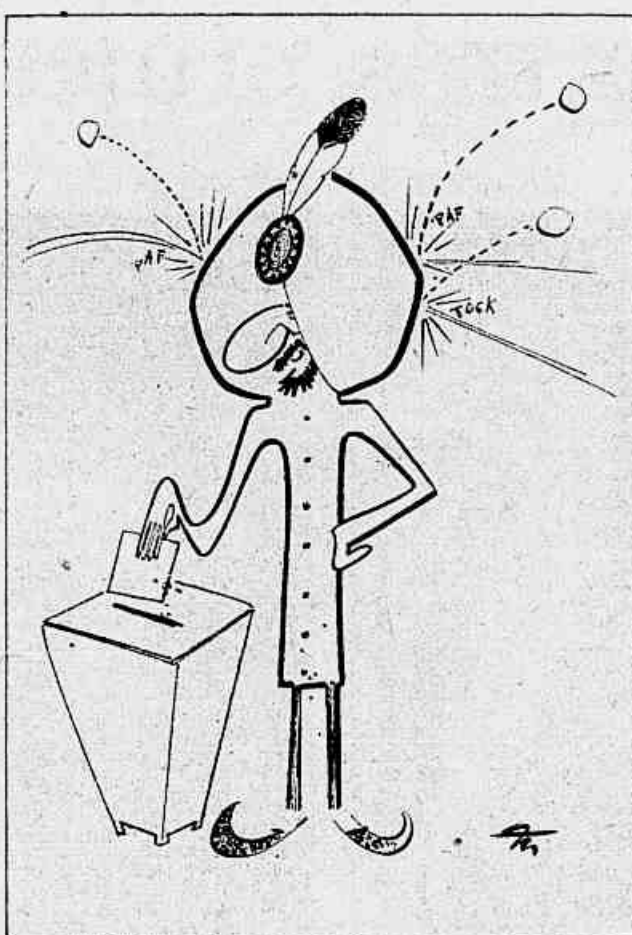
O líder do D-66, Frans Van Mierloo, prevê que seu Partido consiga cinco cadeiras. "Nossa estréia foi espetacular" disse. "os resultados mostram que os grandes Partidos fracassaram".

AS ELEIÇÕES

As mesas receptoras de votos foram abertas ontem às 8h e fechadas às 19h, e apesar da temperatura baixa — quase zero grau — o comparecimento às urnas foi maciço. Por volta do meio-dia, o Primeiro-Ministro Jelle Zijlstra apresentou a renúncia do Gabinete à Rainha Juliana que lhe pediu que permanecesse no cargo até a formação do nôvo Govêrno.

Economista por profissão, Zijlstra assumiu o Poder após crise de 39 dias que se seguiu à queda do gabinete de coalizão. Segundo anunciou ontem não pretende aceitar nenhum cargo no nôvo Govêrno. Falava-se em seu nome para o Ministério de Economia, um dos maiores alvos dos ataques da Oposição.

COALIZÃO

Os observadores acreditam que os líderes parlamentares levarão algum tempo para chegarem a um acôrdo e formarem a nova coalizão de Govêrno, que provàvelmente será integrada por mais de dois Partidos políticos, em virtude do grande número de organizações que concorreu com candidatos nestas eleições.

Sete dias de eleição na Índia

Nova Déli (UPI-JB) — Dezenas de pessoas saíram feridas e várias foram presas durante os choques ocorridos ontem em tôda Índia, no primeiro dos sete dias de eleições gerais para a escolha do nôvo Parlamento.

O Primeiro-Ministro Indira Gandhi, que semana passada levou uma pedrada no nariz durante um comício do Partido do Congresso, votou às primeiras horas de ontem, enviando sua cédula pelo Correio até Allahabad, onde está inscrita.

A MAIOR

Calcula-se que apenas ontem 20% dos 250 milhões de eleitores inscritos tenham comparecido às urnas. A eleição que se realiza esta semana na Índia é a maior de que se tem notícia em todo mundo, considerando o número de votantes.

Apesar das numerosas patrulhas que guardam as urnas, ocorreram vários choques às primeiras horas de votação. Dois candidatos da situação foram feridos a pedradas em Atting, no Estado de Assam.

França põe em órbita seu 5.º satélite

Hammaguir, Argélia (UPI-JB) — A França realizou ontem seu último lançamento espacial desta base, que no futuro será substituída pelas instalações construídas na Guiana, mas sua tentativa de colocar em órbita seu quinto satélite teve êxito apenas parcial, pois falhou o terceiro segmento do foguete propulsor.

O pequeno satélite Diadema-2 foi disparado com a finalidade de fazer medições cartográficas de grande exatidão usando raios laser, mas sòmente alcançou uma órbita com uma altura máxima de 1 600 quilômetros, inferior em 500 quilômetros à altura pro-

Apesar de a operação ter sido considerada "um êxito" pelas autoridades espaciais francesas, os diretores do programa ficaram decepcionados, segundo se afirma, porque o foguete não atingiu uma órbita tão elevada quanto a que se projetou.

O mesmo ocorreu quarta-feira passada, quando o Diadema-2 foi pôsto em órbita, alcançando, porém, um apogeu de apenas 1 260 quilômetros, ou seja 480 quilômetros menos do que o planejado.

Candidatura é surprêsa para Bidault

São Paulo (Sucursal do JB) — O ex-Primeiro-Ministro francês Georges Bidault mostrou-se ontem surprêso com a notícia do lançamento de sua candidatura à Assembléia Nacional de seu país, como suplente de Jean Dubois.

Em Campinas, onde vive exilado, o ex-Primeiro-Ministro não quis comentar o fato mas sua mulher disse que se tratava de "uma surprêsa para o casal porque o registro da sua candidatura foi feita à revelia de Bidault".

A Senhora Bidault disse que seu marido só falará sôbre o assunto depois de entrar em comunicação com seus amigos na França que, segundo amigos do casal, aconselharam o ex-Premier a candidatar-se para poder regressar à França com imunidades parlamentares.

Georges Bidault não chegou a ter os seus direitos políticos cassados na França, mas há um processo contra êle na Justiça francesa como sucessor do General Salan na chefia do CNR, organização contrária à independência da Argélia.

Defunto congelado matou-se

Moscou (UPI-JB) — O americano canceroso que permitiu que seu corpo fôsse congelado depois da morte na esperança de que pudesse ser ressuscitado no futuro, quando houver uma cura para o câncer, simplesmente cometeu suicídio, disse ontem um cientista soviético.

O Dr. N. Timofeyev, em artigo no jornal **Gazeta Literária**, de Moscou, afirmou que o corpo do paciente foi congelado "antes da morte", apesar das informações dos cientistas encarregados da experiência de que o congelamento se deu imediatamente após a morte.

Condenando o experimento como "imoral e inexequível", Timofeyev frisou que "não podemos falar sèriamente de refrigeração inofensiva. Por isto, esta ação é simplesmente um suicídio".

"Se todos os líquidos fôssem removidos do corpo, os órgãos ficariam secos", acrescentou o cientista soviético. "Mas se os líquidos fôssem deixados, êles se expandiriam depois do congelamento, destruindo as delicadas estruturas celulares".

Assimilação forçada ameaça sobrevivência dos judeus da URSS, jornalista denuncia

O jornalista israelense Jacob Sharett afirmou, ontem, que a cultura e as tradições judaicas na União Soviética estão com a sua sobrevivência ameaçada por causa do processo de assimilação forçada impôsto pelas autoridades daquele país, que restringem as atividades culturais dos judeus e fazem discriminação para limitar o seu ingresso nas universidades.

Filho do ex-Primeiro-Ministro de Israel, Moshe Sharett, e redator do vespertino *Ma'ariv*, de Telaviv, Jacob Sharett especializou-se em estudos soviéticos na Universidade de Colúmbia e serviu um ano como Primeiro-Secretário da Embaixada de Israel na URSS — segunda comunidade judaica do mundo — de onde foi expulso em 1961, acusado de espionagem.

O PROBLEMA

De passagem pelo Rio a caminho de Nova Iorque, onde vai pronunciar uma série de conferências sôbre o problema dos judeus na União Soviética, Jacob Sharett disse ao JB que hoje os judeus russos já não estão sob a ameaça de extermínio físico, como no período de Stalin, quando tôda uma elite cultural — escritores, diretores de teatro, de cinema, atôres, cientistas — foi dizimada pela simples razão de serem judeus.

— O problema hoje — explicou Sharett — é o da sobrevivência da cultura judaica, negada às novas gerações e dificultada às gerações mais velhas, através da proibição de publicações de obras judaicas, textos religiosos, livros de história, de atividades teatrais, comemorações de datas religiosas, da inexistência de escolas onde os jovens possam aprender ao menos o idioma hebraico.

MUDANÇAS

Jacob Sharett reconhece que os judeus vivem relativamente bem na União Soviética, que seu nível de vida é mais elevado do que o da média da população, mas sofrem restrições para deixar o país — só podem fazê-lo os que recebem convites de parentes no exterior — e discriminação para entrar numa universidade, o que não ocorria até recentemente. E explica porque:

— Devido à crescente competição pelas vagas nas Universidades, os judeus foram os primeiros a sentirem as conseqüências. São várias as razões mas a principal é o fato de na carteira de identidade de todo judeu é registrada a sua origem judaica, o que o coloca de saída em posição discriminatória. Por isso, muitos judeus negam sua origem, passando-se por russos, ucranianos ou georgianos.

Afirmou Sharett que os judeus são submetidos a um processo de assimilação forçada, ao contrário do que ocorre com outras minorias étnico-religiosas, como os alemães da região do Volga — que têm dois jornais, um programa de rádio e escolas onde se ensina o alemão —, os poloneses, e os ciganos, que têm inclusive um teatro permanente, enquanto o teatro judaico foi fechado em 1948.

— Os muçulmanos — acrescentou — publicam o Corão em árabe mas os judeus, além de não poderem publicar obras religiosas, não editam a Bíblia desde a Revolução de 1917. A única publicação permitida é uma revista mensal em ídiche. Quando o regime comunista na Rússia era fraco e exposto a ameaças internas e externas, a precaução do Govêrno com os judeus era compreensível, mas agora que o regime está sòlidamente estabelecido não se compreende como uma escola, um jornal ou a correspondência com parentes no exterior possa constituir ameaça à integridade institucional.

A VOLTA

Sharett manifestou a esperança de que a situação melhore depois da declaração do Primeiro-Ministro Alexei Kossiguin em Paris (publicada pela imprensa soviética), de que "Quem quiser pode sair da URSS", e referiu-se, em seguida, aos judeus soviéticos que não quiseram ficar em Israel e voltaram a seu país.

— É uma questão de adaptação. Nem todos são absorvidos normalmente por uma nova sociedade. Esta é uma realidade sociológica. Há sempre os que voltam ao seu país de origem e isso não ocorre só com os judeus russos. Como em geral, há pouca informação sôbre Israel na União Soviética e a visão que se tem de nosso país é geralmente idealizada, irreal, a desambientação é natural.

Informe JB

Bahia sem vez

Com a ausência de dois destaques no primeiro nível nacional — as sucessivas missões do Ministro Juraci Magalhães ao exterior e a ida do Governador eleito Luís Viana aos EUA — a Bahia acabou ficando de fora no Ministério Costa e Silva. Não há mais lugar a ser disputado pela Bahia, que jamais estêve ausente de qualquer Ministério, nos bons como nos maus tempos.

Havia expectativa de que o Governador Lomanto Júnior pudesse ser convocado para um dos muitos Ministérios, ordinários ou extraordinários, tendo em vista sua bem sucedida administração estadual, reconhecida de público pelo Marechal Costa e Silva.

Na Bahia, aliás, o Sr. Lomanto Júnior é considerado o único político em condições de tomar parte no nôvo Govêrno, porque as outras figuras estão ocupadas, como é o caso do Sr. Luís Viana Filho, ou marginalizadas.

Mesmo assim, os baianos não perderam a esperança, pois restam, entre outros postos importantes, a Petrobrás (a Bahia produz 98% do nosso petróleo) e a SUDENE (que destina à Bahia a maioria dos seus recursos).

Ê, ê, ê — São Paulo

Ôlho vivo em São Paulo, aconselham os dotados de visão de profundidade: o Governador Abreu Sodré já deu a pala de sua disposição em situar-se no centro dos acontecimentos e influir no curso da vida brasileira, de forma decisiva.

O futuro Ministro da Fazenda vem de São Paulo, onde mal chegou a se iniciar nos misteres de Secretário da Fazenda do Govêrno ali empossado a 31 de janeiro. Com seus 38 anos de idade, o Sr. Delfim Neto está intimamente identificado com a causa da recondução de São Paulo ao seu grau de importância na vida brasileira, como nos tempos da primeira República.

São Paulo foi também contemplado, em plano de destaque, com a ida de duas figuras de seu mundo político para o comando das duas Casas do Congresso: o Deputado Batista Ramos na presidência da Câmara e o Sr. Auro de Moura Andrade na presidência do Senado são peças valiosas no jôgo da redenção paulista.

O Paraná, criação paulista, vem a reboque do mesmo esquema, para reforçar a busca da hegemonia perdida em 30. Quem duvidar espere pela mudança da política do café, reivindicada pelo Governador Paulo Pimentel, e defendida pelo futuro Ministro Delfim Neto. O Brasil vai dar um passo atrás, para garantir o faturamento alto dos cafeicultores, para São Paulo dar um passo à frente em sua atuação política.

O nôvo Governador de São Paulo desponta com ímpeto, segurança e presença no cenário nacional, com reflexos rápidos e descortínio político. É possível que o paulista perca então o seu desinterêsse pela política e abdique da superioridade com que olha o Brasil, embora sem lhe desejar mal.

Eco português

Da Europa chegam ecos da viagem do Presidente eleito. Além das declarações formais, para utilização na imprensa, o Marechal Costa e Silva teve outras reações que não figuraram nos despachos. É assim que ficou, quando de sua passagem por Lisboa, a vocalização da simpatia calorosa revelada pelo Presidente eleito, no que diz respeito ao modêlo português de Govêrno. O Marechal Costa e Silva teria manifestado por lá o desejo de ver o Brasil aproximar-se do modêlo que o conquistou.

Equívoco

Aposentando-se como ministro de 2.ª classe, o Embaixador Davi Mont ro de Barros Lins está sendo vítima de acusação que é, no mínimo, equivoca e infundada. Como Chefe da Missão brasileira na Guatemala, êle enfrentou uma situação delicada, a que não faltaram episódios que caracterizam, sobretudo em certos países, a inquieta paisagem latino-americana. Assim é que, com sinal de protesto pela presença do Brasil na Fôrça Interamericana de Paz que ocupou a República Dominicana, terroristas guatemaltecos fizeram explodir na Embaixada brasileira na Guatemala uma bomba que, felizmente, não fêz vítimas pessoais. O episódio, que ficou esclarecido a seu tempo, reaparece agora numa versão que procura deixar mal o antigo Embaixador brasileiro naquele país. A verdade, porém, é que o Embaixador Davi Monteiro de Barros Lins não teve qualquer implicação pessoal com a bomba terrorista com que os guerrilheiros manifestaram a sua inconformação com a política externa do Brasil. O que fugir desta evidência não passa de uma deformação cruel dos fatos, a serviço dos que desejam agravar a reputação do nosso ex-Embaixador na Guatemala.

Central de especulações

Tanto quanto se sabe, tôda a diretoria do Banco do Brasil vai sobrar, porque o futuro Govêrno quer mudar tudo. Não ficará ninguém que tenha servido a Governos passados, o atual inclusive. Anuncia-se que a média de idade dos novos dirigentes do Banco do Brasil andará no máximo por volta dos 50. Em meio à multiplicidade de informações, anuncia-se que o Sr. Luís Paula Figueira, no bôlo, sairá da Superintendência do Banco do Brasil para um alto cargo no Banco Central. Para isso, desistirá agora do restante do seu mandato.

As mais contraditórias suposições são feitas, aliás, em relação ao Banco Central, para cuja presidência é também falado o Sr. José Luís Moreira de Sousa, com insistência crescente desde o princípio da semana, quando foi visto em almôço com o Sr. Dênio Nogueira. Além da amizade e da estima que os unem há muito tempo, as testemunhas de vista depõem sôbre um halo de entendimento, por sôbre os dois, à mesa no MAM.

O candidato de S. Paulo à presidência do Banco Central é o Sr. Rui Leme, defendido pelo futuro Ministro da Fazenda, como peça reivindicada pelos Campos Elíseos. Parece, contudo, que o cuidado em evitar a hegemonia paulista no comando financeiro bloqueia a iniciativa.

Em meio à diversificação de candidatos, aparece um nome de procedência gaúcha, credenciado também pelas possibilidades políticas: é o Sr. Ari Burguer. Por sua vez, os funcionários do Banco Central rejubilam-se com o aparecimento, nas especulações generalizadas, do nome do Sr. Hélio Marques Viana, gerente da Fiscalização Financeira, apontado também nos cálculos de probabilidades.

Quem foi Taggief

Morreu na União Soviética o cientista Eiub Taggief, um nome que não figura no rol dos dirigentes políticos nem foi vítima de expurgos. Teve, em vida, uma relação importante com o Brasil, quando por aqui andou em 1963, na condição de engenheiro especializado em petróleo.

Como integrante da missão técnica soviética, convidada pela Petrobrás para pesquisar as nossas possibilidades no campo petrolífero, Taggief concluiu, em trabalho recentemente publicado na imprensa soviética, que "existem no Brasil condições objetivas para elevar razoàvelmente a produção de petróleo".

A conclusão da missão técnica soviética contraria frontalmente a observação da missão americana, que muitos anos antes havia constatado a insuficiência de jazidas econòmicamente exploráveis. O relatório de Walter Link, chefe do grupo de técnicos americanos em petróleo, fêz época e foi duramente combatido pelos nacionalistas, que acabaram premiados, em seu otimismo, pela conclusão oposta dos soviéticos.

Taggief era catedrático do Instituto de Petroquímica da Universidade de Moscou. Nasceu em 1911, no Azerbaijan, e dedicou 35 anos de sua vida aos estudos do petróleo — motivo de três condecorações do Govêrno soviético.

Iniciativa retrógrada

Qualquer coisa que não seja gasolina ou óleo de consumo nos automóveis está com sua venda rigorosamente proibida nos postos da Guanabara, por decisão do Departamento de Fiscalização.

É desconhecido o objetivo da medida fiscalizadora, mas na verdade se trata, de qualquer forma, de iniciativa que contraria o sentido da política econômico-financeira, concebida para aproximar o Brasil dos costumes de comercialização consagrados nos países desenvolvidos.

No Brasil, ainda existe o absurdo de farmácia vender apenas remédios e produtos de perfumaria, para as emergências, quando o caminho para baratear os custos seria a diversificação dos produtos. Nos EUA remédios são comprados nos *drug-stores*, onde se encontra de tudo, noite e dia.

Os economistas assinalam que uma das razões dos preços altos da carne é o fato de os açougues funcionarem, pràticamente, apenas pela manhã, para vender carne. Outros produtos, na mesma linha de consumo, poderiam dar maior movimento de venda nos açougues e contribuir para reduzir os custos de aluguel, se êles funcionassem mais tempo.

No momento em que o Brasil desperta para formas evoluídas de comerciar, o Departamento de Fiscalização resolve agir no estilo retrógrado da proibição que cerceia os postos de gasolina. É incrível.

Lance-livre

● Almoçaram juntos ontem o Brigadeiro Eduardo Gomes e o Senador Vitorino Freire. Vitorino encontrou no Brigadeiro um homem tranqüilo, pronto para transferir o Ministério da Aeronáutica na mais completa ordem e sem problemas internos.

● Está no Rio o Sr. Lelivaldo Brito, Presidente do Banco do Estado da Bahia, para tratar de assuntos do estabelecimento com a direção do Banco Central. Lelivaldo transformou um banco modesto, quase inexistente, num órgão hoje básico para o desenvolvimento baiano. O nôvo Governador do Estado, Sr. Luís Viana Filho, fechou questão em tôrno de sua permanência no cargo.

● Continua na ordem do dia o projeto de unificação das Caixas Econômicas Federais. A Caixa Econômica do Brasil teria apenas seis diretores, para todo o País.

● Os produtores de mate em Mato Grosso aprovaram de pé moção de repúdio ao que qualificam de "política discriminatória posta em prática pelo Instituto Nacional do Mate". Isto aconteceu durante o II Congresso Ruralista de Mato Grosso, na Cidade de Dourados, quando estava em discussão a crise da economia ervateira naquele Estado. Mas, em sua exaltação de protesto, fizeram um parêntese, para louvar a ação do Governador Pedro Pedrossian e de seu Secretário da Indústria e Comércio, Sr. Agripino Bonilha: reconhecem os esforços dos dois para encontrar uma solução para a crise do mate.

● Esclarece o Secretário da Prefeitura de Teresópolis, Sr. Deraldo Portela, notícia referente ao Serviço Médico Rural: "Não se pode afirmar ser pensamento do Exm.º Sr. Prefeito a destruição do atendimento que vinha sendo feito, apenas o assunto requer estudo, verba própria e sobretudo planejamento.

● De volta ao Brasil o prof. Cleanto Rodrigues Siqueira, antigo Secretário de Educação de Brasília e atual coordenador do Programa Especial de Bôlsas-de-Estudos, do Ministério do Trabalho. Seu esfôrço maior é para que não fiquem sem aplicação os grandes recursos de que dispõe para estudantes filhos de operários.

● Começou a reunião do Bureau Internacional de Educação, em Genebra. O Ministro da Educação está representado pelo Diretor do INEP, prof. Carlos Correia Mascaro.

● O Senador Jarbas Passarinho avistou-se ontem com o Marechal Costa e Silva: à saída confirmou o convite, que aceitou, para ser Ministro do Trabalho. Volta hoje ao Pará.

UM DADO DE PÊSO

Jorge Coutinho é testemunha ocular e auditiva pró-Zé Kéti

CONFISSÃO DE UM TRISTE

Johnny Hallyday diz ter uma "profunda tristeza de viver"

Jorge Coutinho lembra do dia em que "Máscara Negra" nasceu

O ator Jorge Coutinho revelou ontem ao JORNAL DO BRASIL que realmente viu nascer há dois anos, na esquina de Presidente Vargas com Uruguaiana, a marcha-rancho *Máscara Negra*, quando "eu mesmo anotei alguns versos para que Zé Kéti — o compositor agora acusado de furtar a música — não perdesse depois o fio da meada, pois a música ficou inacabada".

Além de Jorge Coutinho, os compositores Donga, Bola Sete e outros amigos de Zé Kéti enumeraram ontem várias razões para provar que êle é realmente o único compositor da música, entre as quais o fato de ela constar, ao ser inscrita para um festival paulista que a desclassificou, ano passado, como sendo exclusivamente de autoria de Zé Kéti.

POR TRAS DA MÁSCARA

O ator Jorge Coutinho, contrariando várias insinuações de pessoas que pretendem que Deusdedith Pereira Matos seja o único autor da **Máscara Negra**, revelou, revoltado, que assistiu ao nascimento da música em um bar no Centro da Cidade. E explicou:

— Zé Kéti e eu saímos à procura do crítico de música popular Sérgio Cabral. Como não o encontramos, paramos nesse bar e, conversa-puxa-conversa, comentamos sôbre o samba **Mascarada**, de sua autoria. Zé Kéti então lembrou que precisava fazer a continuação daquela música, argumentando que "no carnaval passado a colombina não havia tirado a máscara", o que teria de acontecer segundo êle. Foi quando nasceram os primeiros versos de **Máscara Negra**.

Afirmou que existe, realmente, uma grande identidade entre as duas músicas, e que **Máscara Negra** é exatamente uma seqüência de **Mascarada**. E cita porque:

— Em **Mascarada**, Zé Kéti diz, a certa altura: "Na esperança de que/ tirasses essa máscara,/ que sempre me fêz mal,/ mal que findou só/ depois do carnaval". E em **Máscara Negra** diz: Foi bom te ver outra vez,/ está fazendo um ano,/ foi no carnaval que passou./ Eu sou aquêle pierrô,/ que te abraçou,/ que te beijou, meu amor./ Na mesma máscara negra/ que esconde teu rosto,/ eu quero matar a saudade. Vou beijarte agora, não me leve a mal, hoje é carnaval".

OUTRAS PROVAS

Ao lado do ator Jorge Coutinho, outros amigos do compositor Zé Kéti mostravam-se ontem indignados com "a onda de calúnia que estão formando com o bom-crioulo". Um dêles foi o compositor Bola Sete, que, na porta de entrada da Sociedade Brasileira de Autores, Compositores e Editôres Musicais — SBACEM — comentava numa roda de amigos, que, apesar de freqüentar bastante a casa de Deusdedith, nunca ouvira, "nem sequer por assobio, a marcha-rancho que dizem ser de sua autoria".

Outros compositores associados da SBACEM afirmaram que Zé Kéti realmente é o único autor da música e que Hildebrando Pereira Matos — irmão de Deusdedith — só entrou na parceria para "trabalhar a marcha-rancho para o carnaval", porque, além de ser "trabalhador", era funcionário da sociedade arrecadadora, tendo grandes facilidades para divulgação. Esta opinião veio se juntar à de Zé Kéti, que revelou a mesma coisa durante o seu depoimento no Museu da Imagem e do Som.

O compositor Donga, da velha-guarda, disse não acreditar que Zé Kéti tenha "roubado a música de Pereira Matos" argumentando que o compositor da Portela tem um passado que não deixa provar o contrário'. Depois afirmou: "Eu preferia não me meter no assunto, porque quando parente xinga parente de ladrão — o caso dos dois irmãos — ninguém deve comprar o barulho".

Além dessas existem mais algumas provas, levantadas por colegas de Zé Kéti, segundo as quais Pereira Matos só entrou na parceria para promover a música para o carnaval:

1. Existe em poder do compositor o documento de inscrição da marcha-rancho para o festival de música da TV Record, de São Paulo, em que só figura o seu nome. Esse festival foi realizado em setembro do ano passado.

2. Na Sociedade Brasileira de Autores Teatrais — SBAT — no **bordereau** de pagamento só consta o nome de Zé Kéti, como autor de **Máscara Negra**, que participou do espetáculo **Os Desclassificados**, no Teatro Miguel Lemos. Essa apresentação foi feita em outubro do ano passado, logo após a desclassificação da marcha-rancho em São Paulo.

Segundo os compositores da SBACEM, isso veio provar que Zé Kéti só deu a parceria a Pereira Matos, em novembro, conforme o compositor vem afirmando.

3. Dona Cora, que viveu com Hildebrando Pereira Matos durante 27 anos, confirma que realmente Zé Kéti é o único autor da música, o que, inclusive, será dito outra vez, amanhã, na televisão, no programa de Flávio Cavalcânti.

DESMENTIDO DE ALBIN

O Presidente do Conselho Superior de Música Popular, Sr. Ricardo Cravo Albin, desmentiu a notícia publicada em um matutino carioca afirmando que a sua entrevista foi totalmente distorcida. Em vista disso, declarou o seguinte ao JORNAL DO BRASIL:

— Em relação à notícia ontem divulgada de que eu teria declarado que Zé Kéti tera de devolver o primeiro prêmio que lhe coube no concurso de música de carnaval, promovido pela Secretaria de Turismo e julgado pelo Conselho Superior de Música Popular, quero esclarecer que isso não corresponde plenamente ao que declarei. Primeiro, porque ao Conselho Superior coube tão sòmente julgar as músicas que se inscreveram na Secretaria de Turismo e proclamar as vitoriosas e as demais recomendadas.

— Evidentemente — continuou — se alguma medida fôsse tomada no que concerne à parte de organização do concurso, não poderia ser tomada apenas pelo Conselho, mas sim, dentro de um acôrdo mútuo, que o mínimo de boa ética exige, entre o Conselho e a Secretaria de Turismo. O que posso declarar pois é que o Conselho **premiou Máscara Negra** com o primeiro lugar e que o julgamento foi feito pela unanimidade soberana dos 15 conselheiros juízes.

— Segundo, porque o prêmio de NCr$ 2 mil (dois milhões de cruzeiros antigos) foi repartido entre os dois autores que assinaram oficialmente a música. Parece-me perfeitamente descabido que se fale agora em devolução de prêmio pelo simples fato de se ter estabelecido uma polêmica quanto à autoria da música. Na verdade, aos autores oficiais o prêmio é devido, desde que êles sejam ainda os autores oficiais. E a mais ninguém.

Em caráter particular, o Sr. Ricardo Cravo Albin acredita que a polêmica não traga resultado prático, até mesmo porque considera extremamente difícil chegar-se à verdade quando dois dos três envolvidos já estão mortos. Afirmou que os dois principais polemistas são dois amigos seus e, inclusive, membros do Conselho Superior de Música Popular, que são Sérgio Cabral e José Ramos Tinhorão.

— Ainda em têrmos pessoais, quero dizer que não vejo nenhuma razão para um compositor da qualidade de Zé Kéti, autor de algumas das mais famosas obras-primas do cancioneiro popular, assinar uma música que não tivesse sido, com efeito, produzida por êle. Por que lançar mão de outros, se êle próprio sempre teve tanta coisa bonita a dizer? Não me parece razoável. Por outro lado, há de se convir que, a partir do momento em que tanto sucesso e conseqüentemente tanto dinheiro entram em jôgo, é natural que polêmicas dêsse tipo tenham lugar e que autores, talvez fantasmas, venham a surgir.

— No entanto, não me parece justo que depois de tantas e tantas camisas suadas para que *Máscara Negra* explodisse da maneira que explodiu, êsse excelente compositor que é Zé Kéti sofra tanto com o aparecimento de parceiros, talvez ocultos. Em todo o caso, a polêmica há de continuar e, desde que uma verdade, qualquer que seja ela, apareça em têrmos concretos e honestos, então teria valido a pena. Do contrário, acho que de nada adiantará, senão para injustiçar os autores oficiais da *Máscara Negra*.

AIA ENGENHARIA LTDA. ENTREGA MAIS UMA AGÊNCIA DO BANCO DA BAHIA S.A.

Foi inaugurada ontem a nova agência do Banco da Bahia, executada em prazo recorde, à Av. Graça Aranha n.º 170, em solenidade que contou com a presença de Diretores do Banco e da AIA Engenharia Ltda., responsável pela obra. Estiveram presentes os Srs. Clemente Mariani, Afonso Soledade, Emil Hoffmann, C. Monteiro de Andrade, Hamilton Prisco Paraíso, e João Augusto Meira de Castro, pelo Banco da Bahia, e os Srs. Alberto de Azevedo Antunes e Alaôr Botelho Junqueira, pela AIA Engenharia Ltda., além dos arquitetos Jorge Sirito e Paulo Roberto Martins. Na foto vêem-se os Srs. Clemente Mariani, Eng. João Augusto Meira de Castro do Banco da Bahia e os Engenheiros Alberto Antunes e Alaôr Junqueira da AIA Engenharia.

Hallyday diz ser o maior cantor jovem

Todo de prêto — jaqueta com botões dourados e calças bem justas, blusa de cetim, botas com saltos bem altos, longas costeletas e muita maquilagem — o rei do iê-iê-iê francês, Johnny Hallyday, respondeu em tom de grande enfado às perguntas que lhe foram formuladas na entrevista coletiva de ontem, no Cocabana Palace: "sou modesto, mas considero-me o maior cantor jovem do mundo".

Afirmou ser cantor de iê-iê-iê porque "de outra forma jamais seria um grande ídolo", mas revelou que gosta das canções tradicionais que cantava no início de sua carreira. É fã das canções de protesto, mas acha que "apenas composições bastariam para encerrar o seu ciclo: uma contra a guerra, outra contra a miséria e a terceira contra a burguesia".

A ROUPA

Johnny pediu que não estranhassem seus trajes, pois "é êste o estilo que escolhi para usar como artista, e o negro é a minha côr preferida, porque combina com o meu temperamento triste". Emendando um cigarro no outro, posou durante 15 minutos para os fotógrafos, nas sacadas do Copacabana Palace, exibindo sempre um sorriso forçado.

Pouco depois apareceu o cantor Moacir Franco, com seu filho — e também artista — Guto, que pediu um autógrafo a Johnny e posou com êle. Moacir falou-lhe de sua recente temporada na França, onde participou de um festival internacional de música.

Louro, de olhos verdes, e com 1,85 m, Hallyday foi logo cercado por algumas mocinhas que lhe pediam autógrafos entre expressões de admiração: "Êle é um pão!" Embora afirmasse que não sentia calor, o francês, um minuto depois, muito suado, tirou a jaqueta com um "ufa!".

"GERACAO PERDIDA"

Falando da **Geração Perdida** — título de uma de suas composições — disse Johnny Hallyday: "é assim que os pais franceses chamam os filhos que não quiseram ser como êles".

Para o cantor, "os jovens têm o direito de ser o que bem entenderem, porque o futuro é dêles e não dos pais". Afirma que "a juventude compreendeu a minha música, e fêz dela um dos maiores sucessos dos últimos tempos na França".

Recusou-se comentar sua tentativa de suicídio, no fim do ano passado. Sôbre sua mulher, a cantora Sylvie Vartan, afirmou: "meu amor por ela me impede de dar uma opinião isenta".

SUCESSOS

Os maiores sucessos de Johnny Hallyday, até hoje, foram **Noir c'est Noir, Cabelos Longos, Idéias Curtas, Geração Perdida** e **Eu a Amo**. Já vendeu na França mais de 17 milhões de discos, e em 1962 o comércio de Nice fechou suas portas para que todos pudessem ver um **show** do cantor.

Tem cinco carros: dois Mustangs, dois Buicks e um Rolls-Royce, "para as ocasiões de gala". Depois da música, o automobilismo é sua paixão: em uma competição, em Paris, há três meses, machucou uma perna, razão por que manca um pouco até hoje.

LIBERDADE

Disse ainda que os autores das canções de protesto na França podem criticar livremente "todo mundo e tudo, que nada lhes acontece. Lá o Govêrno não pune quem faz canção de protesto".

— Sou filho de pais divorciados — continuou — e fui criado por dois tios, Lee e Desta Hallyday, atôres ambulantes. Meu sobrenome artístico é uma homenagem que lhes presto, pois meu nome verdadeiro é Jean Phillippe Smet.

Hallyday conta como nasceu sua revolta: "Saindo de um hotel para outro com meus tios, fui criando aos poucos uma revolta contra tudo e todos. Porteiro de hotel, vendedor de bilhetes, sintetizo minha infância em duas palavras: miséria e fome".

Aos 16 anos, resolveu sair com sua guitarra "para ganhar o mundo", mas pouco depois teve de empenhá-la. Depois de alguns tropeços, firmou-se como o "rei do iê-iê-iê francês", após uma apresentação no Alhambra de Paris. Seus companheiros de viagem consideram-no um homem de trato muito difícil, e comentam que êle está sempre a afirmar sua "imensa tristeza de viver".

ROTEIRO

O cantor voltou ontem mesmo a São Paulo, onde hoje dará uma entrevista coletiva no Terrasse Martin. Fará dois **shows**, em Santos e Guarujá. Sexta-feira faz outro **show**, em São Paulo, no Teatro Paramount. À noite cantará na boate Barra Limpa, de Roberto Carlos.

Sábado vem ao Rio, e ensaia durante a tarde, no Maracanãzinho, para sua apresentação à noite. Fará ainda um **show** no Sírio e Libanês, e embarca na manhã de domingo para Caracas.

Sua mulher, Sylvie Vartan, chegará amanhã a São Paulo, para acompanhar Hallyday no restante de sua excursão pela América do Sul. Não deverá fazer, entretanto, qualquer apresentação.

Governadores do Nordeste contra o desvio de suas verbas

Recife (Sucursal) — Os Governadores do Nordeste elaboraram ontem, em reunião secreta, um documento a ser entregue sábado ao Presidente Castelo Branco, discordando da aplicação, no Sul do País, dos recursos dos Artigos 34 e 18 da lei da SUDENE, que teria sido permitida pelo decreto-lei assinado no dia 10 de fevereiro.

O documento — elabbrado pelos Governadores de Pernambuco, Ceará, Bahia, Sergipe e Alagoas, após a reunião da SUDENE — tem o caráter de reafirmação das posições quanto à intocabilidade dos incentivos à região, levando em conta que o Presidente Castelo Branco comunicou ao Governador Nilo Coelho que explicará sábado "a suposta redução dos recursos do Nordeste".

A REUNIÃO

A reunião do Conselho Deliberativo da SUDENE iniciou-se ontem, com a maioria dos conselheiros preocupados com o decreto-lei 157, que permite a aplicação de 20% dos depósitos do Impôsto de Renda no Sul do País, para efeito de atender a necessidade de capital de giro das emprêsas, medida vista como altamente prejudicial ao Nordeste e como uma concretização das investidas feitas nos últimos dias por setores sulistas.

Apesar das preocupações, o Conselho Deliberativo da SUDENE resolveu não levar o problema a debate e transferir a decisão sôbre o assunto aos Governadores Nilo Coelho, Lomanto Júnior, Plácido Castelo, Lourival Batista e Lamenha Filho. Durante a reunião, o Governador Nilo Coelho fêz breve referência à questão, ao convocar os conselheiros para uma ação vigilante em defesa da SUDENE e das conquistas básicas da região, enfrentando todos os obstáculos.

O representante da Paraíba, Sr. Juarez Farias, afirmou que há fôrças que gostariam de ver o Nordeste permanecer estagnado, de modo a continuar na sua condição de fornecedor de matérias-primas.

PREJUÍZOS

O documento dos Governadores, que conta com o apoio das classes produtoras, será entregue ao Presidente Castelo Branco pelo Governador Nilo Coelho. O Superintendente da SUDENE, Sr. Rubens Costa, disse que o assunto é fato consumado e que as estimativas iniciais indicam que o Nordeste terá prejuízos anuais da ordem de NCr$ 70 milhões (setenta bilhões de cruzeiros antigos).

Acrescentou que a SUDENE não foi consultada uma vez sequer sôbre o assunto e que o decreto é de fácil aplicação, pois cria uma série de condições aos empresários, que teriam dificuldades na obtenção dos créditos.

INVESTIMENTOS

Na sua reunião de ontem, o Conselho da SUDENE aprovou investimentos da ordem de NCr$ 120 milhões (cento e vinte bilhões de cruzeiros antigos), referentes à implantação de projetos industriais, modernização de indústrias e execução de convênios.

O Superintendente Rubens Costa comunicou aos conselheiros que as perspectivas de sêca do Nordeste são cada vez menores, já que chove com abundância no Ceará e na Paraíba e chove regularmente no Rio Grande do Norte.

Os principais projetos aprovados pelo Conselho da SUDENE são os seguintes: produção de uréia e amônia pela Petrobrás, na Bahia, no valor de NCr$ 71 milhões (setenta e um bilhões de cruzeiros antigos), e cinco agrícolas, totalizando NCr$ 120 milhões (cento e vinte bilhões de cruzeiros antigos).

A FOTO DO DIA

Com a foto Atendendo o Pedido, Erich Rodolfo Weigel foi o vencedor de ontem do concurso JB-Kodak, aberto a qualquer fotógrafo amador, excluídos os funcionários do JORNAL DO BRASIL e da Kodak. Para inscrever-se basta entregar fotos em prêta e branco no Serviço de Relações Públicas do JB (Av. Rio Branco, 110, 1.º) ou em qualquer uma das agências de anúncios classificados da Cidade. As fotos são de tema livre e devem ser copiadas em papel brilhante 18x24, sob pena de não serem aceitas para inscrição. As três melhores fotos serão selecionadas no fim do mês entre as publicadas diàriamente. O Departamento Fotográfico do JB pede a todos os concorrentes classificados até agora, que enviem com urgência os negativos identificados para o Serviço de Relações Públicas do Jornal

Fundo de Garantia assina convênio com 17 bancos para rêde de arrecadação

Dezessete bancos assinaram ontem convênio para integrar a rêde arrecadadora do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, em cerimônia realizada no gabinete do Presidente do Banco Nacional da Habitação.

Hoje, outros 20 bancos firmarão também o convênio. O prazo estipulado pelo Fundo para inscrição dos estabelecimentos que pretendam fazer parte da rêde arrecadadora termina no dia 20.

OS PRIMEIROS

Os bancos que assinaram convênio ontem foram os seguintes: Irmãos Guimarães, Predial do Estado do Rio, Boavista, Intercâmbio Nacional, Crédito Nacional da Guanabara, Nôvo Mundo, Mercantil do Brasil, Andrade Arnaud, The Royal Bank of Canada, Ultramarino Brasileiro, Vilarino, Continental, Lar Brasileiro, Crédito Territorial, Mercantil da Guanabara, Nacional Brasileiro, Agrícola de Cantagalo.

AGENTES FINANCEIROS

O Coordenador-Geral do FGTS, Sr. Hélio Copfert, informou que os bancos integrantes da rêde ganham, pelo serviço prestado, o tempo de retenção do montante arrecadado. Os bancos depositários serão também instrumentos de informação às emprêsas sôbre o Fundo. A relação de empregados pode ser modificada, no texto ou na forma, em comum acôrdo entre o banco depositário e a emprêsa, de acôrdo com as suas conveniências.

— Tão logo esteja montada a rêde arrecadadora — disse ainda —, iniciaremos as inscrições para a credenciação de agentes financeiros, que serão os órgãos de aplicação dos recursos do FGTS.

Amanhã missa por alma de Virgínia

A missa de 7.º dia em sufrágio da alma da cantora portuguêsa Virgínia de Noronha que morreu em conseqüência das queimaduras que sofreu, quando se incendiou a sua fantasia à entrada do Baile de Carnaval do Teatro Municipal — será realizada às 11 horas de amanhã, na Igreja da Candelária. O jornalista Roberto Félix, viúvo da cantora, agradeceu as manifestações de solidariedade prestadas pelos meios artísticos e pelo Govêrno do Estado.

Gen. Brasil apresenta-se ao Ministro

O Comandante da Artilharia de Costa da 2.ª Região Militar, General Clóvis Bandeira Brasil, que também responde interinamente pelo comando da 2.ª Região Militar, em São Paulo, chegou ontem ao Rio e já se apresentou ao Ministro da Guerra. O antigo chefe de gabinete do Marechal Costa e Silva antes de seu regresso a São Paulo, no próximo dia 19, deverá avistar-se com o Presidente eleito da República.

SUNAB investiga fraude nos preços entre os 2 cruzeiros

Belo Horizonte (Sucursal) — A Delegacia da SUNAB em Minas iniciou investigações junto às lojas comerciais, armazéns, mercearias e bares, para apurar quem está se aproveitando da confusão momentânea do povo e marcando os preços dos artigos com cruzeiros novos, sem o correspondente ao cruzeiro antigo, mas com elevações que atingem até NCr$ 0,10 que não seriam notadas pelo consumidor comum.

As investigações da SUNAB tiveram início depois de denúncias feitas por donas-de-casa, que levando tabelas de conversão do cruzeiro antigo para o nôvo, notaram a diferença e deixaram de fazer suas compras em várias firmas comerciais. Segundo a Delegacia da SUNAB estas investigações estão sendo prejudicadas pela Resolução 151, do órgão, que suspendeu a fórmula CLD até o dia 31 de março.

AUMENTOS

Segundo as denúncias das donas-de-casa, os gêneros alimentícios de primeira necessidade são os que mais estão sofrendo aumentos provocados por comerciantes desonestos, que aproveitaram a mudança da unidade do sistema monetário nacional. Depois de mais de 15 telefonemas dados por donas-de-casa à Delegacia, a SUNAB resolveu investigar a situação, mesmo daqueles comerciantes que não aderiram ao sistema da Campanha de Defesa da Economia Popular — CADEP.

Além dêstes aumentos feitos irregularmente e os que serão concedidos oficialmente para o pão e os remédios — já anunciados pelo delegado da SUNAB, Sr. Hélio Machado — o próximo artigo que terá seu preço elevado será o tecido. Êste aumento, segundo informou o ex-Presidente do Sindicato da Indústria Têxtil de Minas, Sr. Aristides Ferreira, deverá ser em tôrno de 5 a 6% como conseqüência da alta de cêrca de 10% ocorrida no preço do algodão.

PREÇOS

Quase tôdas as lojas comerciais, armazéns, mercearias e bares já estão escrevendo os preços de seus produtos em cruzeiros novos, apesar de uma grande maioria não ter colocado a sua correspondência em cruzeiros antigos. Tôdas elas, entretanto, já estão preparadas para iniciar sua contabilidade com base na nova unidade monetária.

O prazo dado pela Resolução 47 do Banco Central até o dia 31 de março é a principal preocupação do Departamento Estadual de Trânsito que acredita que não haverá tempo para os táxis adaptarem seus taxímetros à nova moeda. Acreditam que esta situação criará sérios problemas para os passageiros e motoristas com a confusão natural que surgirá no momento do pagamento da corrida.

OPERAÇÃO

Niterói (Sucursal) — O Cruzeiro Nôvo começou, ontem, efetivamente a circular nesta Capital, com a rêde bancária, liderada pelo Banco do Brasil, operando regularmente dentro do sistema instituído no início da semana, sendo poucas as pessoas que preenchem cheques pelo padrão antigo e só o fazem as que temem incorrer em algum equívoco.

A Gerência do Banco do Brasil em Niterói acredita que nos próximos dias todo a sua maquinaria, incluindo as máquinas de calcular, esteja adaptada à nova nomenclatura, tendo sido a maior parte dela ajustada ao moderno padrão monetário, "o que, ao contrário de criar embaraços, trouxe grandes facilidades para os nossos serviços contábeis".

MOVIMENTO

Com a notícia da chegada ao Banco do Brasil do dinheiro carimbado, o que fêz com que outros estabelecimentos de crédito o adquirissem ali através de saques, foi intenso o movimento bancário na Capital fluminense. Foi quando, pràticamente, iniciaram-se as transações com o nôvo padrão. Logo, vários populares fizeram questão de ir às compras no comércio levando cédulas carimbadas.

As gerências bancárias fluminenses, de modo geral, consideram infundado o temor manifestado pelos líderes do comércio e da indústria de que possam ser lesados por algum vigarista. Acham impraticável a falsificação de dinheiro carimbado, sobretudo porque a conversão processa-se em ordem decrescente. A opinião generalizada nos círculos bancários do Estado do Rio é a de que sòmente alguém poderá ser lesado no caso de não verificar, na cédula, o valor da unidade antiga.

A instituição do Cruzeiro Nôvo sem prévio aviso foi condenada pelo Presidente do Sindicato dos Estabelecimentos Bancários do Estado do Rio, Sr. Ernesto Alberto Ferreira de Carvalho, que a classificou de inoportuna, mas revelou acreditar que venha a surtir bons efeitos a longo prazo.

Segundo êle, o Cruzeiro Nôvo criou sérios problemas à rêde bancária fluminense, que durante dois meses terá de manter contabilidade dupla, pois o Banco do Brasil não aceita compensação com o cruzeiro antigo, apesar da promessa do Presidente do Banco Central, Sr. Dênio Nogueira, de que haveria tolerância de dois meses.

A nova diretoria do Sindicato dos Estabelecimentos Bancários do Estado do Rio, eleita para o biênio 67/68 é a seguinte: Presidente — Ernesto Alberto Ferreira de Carvalho (Banco Predial); Diretores — Válter Monteiro de Barros (Banco Meridional do Brasil), Jair Jacó Mocelin (Bamerindus) e Manuel Loiola da Silva Júnior (Banco Agrícola e Industrial).

Pôrto Alegre (Sucursal) — A agência do Banco do Brasil recebeu ontem 1 200 quilos de cédulas carimbadas, no valor de NCr$ 175 mil, que foram distribuídas à rêde bancária oficial de todo o Estado. Dois funcionários do Banco Central, Srs. Carlos Naluela Barressi e Carlos Augusto Rogério, acompanharam o carretamento num Caravelle da Cruzeiro do Sul.

Secretário da Agricultura prevê solução para crise de canavieiros fluminenses

Niterói (Sucursal) — O Secretário de Agricultura do Estado do Rio, Sr. Edmundo Campelo, declarou ao JORNAL DO BRASIL, ontem, que dentro de cinco a sete dias estará solucionada a crise da agroindústria açucareira fluminense com o recebimento imediato pelos plantadores de cana de NCr$ 14 milhões (quatorze bilhões de cruzeiros antigos) de cotas de matéria-prima fornecidas às usinas desde agôsto.

A fórmula que o Secretário não quis revelar, a fim de não prejudicar o diálogo aberto pelas autoridades federais e estaduais com as partes conflitantes, está sendo elaborada pelo Ministério da Indústria e do Comércio, que ontem ouviu as ponderações dos representantes da Associação Fluminense dos Plantadores de Cana, Srs. Roosevelt Crisóstomo e Amaro Gomes da Silva.

ENTENDIMENTOS

O Presidente da Associação dos Produtores de Açúcar do Estado do Rio, Sr. Cristóvão Lisandro, manteve entendimentos também ontem com o Secretário de Agricultura, a quem pediu uma audiência com o Governador Jeremias. Fontes para debate do problema. A audiência poderá ser marcada, nas próximas 48 horas, pois o Governador tem interêsse em reabrir o diálogo entre plantadores e usineiros, interrompido desde a eclosão da crise, no dia 1 de fevereiro.

Na Assembléia Legislativa, o Deputado Antônio Alexandre (ARENA), que acompanha as negociações que visam a pôr fim à crise de agroindústria açucareira, informou ao JB que o seqüestro pelo IAA de dois milhões de sacos de açúcar estocados nas usinas de acôrdo com a lei — reserva da entressafra —, e a sua posterior entrega aos plantadores, como parte da dívida, é uma fórmula aceitável.

A SAFRA

O Sr. Edmundo Campelo explicou que a interferência do Govêrno do Estado é no sentido de evitar grandes prejuízos à economia fluminense, "porque senti, numa reunião de que participei em Campos, que, se os plantadores não receberem as dívidas contraídas desde agôsto pelos usineiros, não terão condições de iniciar o replantio e a safra de açúcar de 1967-1968 estará ameaçada".

Domingo, em Campos, numa nova assembléia-geral da classe, a Associação Fluminense dos Plantadores de Cana dará ciência aos seus 14 600 filiados das providências tomadas e da solução encontrada para o problema. Caso os contatos não sejam positivos, a classe realizará entre os dias 20 e 23 uma passeata ao IAA.

Ferro e Aço de Vitória planeja financiamentos para a Usina de Tubarão

Com o objetivo de que o Brasil possua até 1972 em fase de produção sua primeira usina especializada em barras, perfilados e trilhos, o Plano de Expansão e Integração da Companhia Ferro e Aço de Vitória prevê o desenvolvimento, durante 1967, dos esquemas de financiamentos, estudos e elaboração de contratos e o projeto definitivo da usina integrada de Ponta do Tubarão.

Quanto à rentabilidade do empreendimento, a previsão da conta de lucros e perdas permite concluir que já no primeiro ano em que a emprêsa atingir sua capacidade nominal de produção, apresentará um lucro líquido de mais de US$ 2 milhões e, daí em diante, êle aumentará cada ano na proporção em que os juros dos empréstimos forem diminuindo.

PRODUÇÃO ESTIMADA

Para a produção de 1 milhão de toneladas anuais de aço em equivalentes de lingotes, em 1987 estarão concluídos os pagamentos dos empréstimos e, então, o lucro líquido será máximo, alcançando aproximadamente US$ 24 milhões.

Admitindo que em 1983 a Ferro de Aço alcance a capacidade de produção de 2 milhões de toneladas de aço, em têrmos de lingotes, conforme previsão do presente plano, já nesse ano o lucro líquido será de US$ 17,5 e crescerá, anualmente, atingindo em 1986 o nível de US$ 27,3 milhões.

INVESTIMENTOS

Estudo feito sôbre êsse programa de integração indica que os custos da construção foram estimados, visando à expansão da Usina de Cariacica e à integração de suas operações com a nova usina a ser construída em Ponta do Tubarão.

Esse estudo inclui: Engenharia, Aquisição, Inspeção, de equipamentos e materiais, Expedição, Fretes, Seguro do Transporte, Seguro do Transporte Oceânico, Supervisão de Campo e Trabalho de construção, Ferramentas e Equipamentos necessários à construção, Despesas Gerais ocorridas durante a construção e eventuais.

O orçamento para a construção da Usina do Tubarão, expansão da Usina de Cariacica e início de operação das duas usinas integradas pode ser resumido numa escala com tôdas as especificações sôbre os custos.

BÔLSAS E MERCADOS

MOEDAS

DÓLAR

Compra 2,69
Venda 2,715

LIBRA

Compra 7,47
Venda 7,59

LIVRE

O mercado de câmbio livre abriu, ontem, calmo e inalterado, com o Banco do Brasil e os bancos particulares comprando o dólar a NCr$ 2,70 e vendendo a NCr$ 2,715, e a libra a NCr$ 7,53786 e a NCr$ 7,58652. Fechou inalterado.

MANUAL

Na abertura do mercado de câmbio manual, o dólar-papel regulou com compradores a NCr$ 2,69 e vendedores a NCr$ 2,715, e a libra a NCr$ 7,47 e a NCr$ 7,59. Fechou inalterado.

O Banco do Brasil e os bancos particulares operaram às seguintes taxas:

Moedas	Compra	Venda
Dólar	2,70	2,715
Dólar Can. .	2,49804	2,51463
Libra	7,52786	7,58652
Franco Belga	0,054383	0,054720
Florim	0,75308	0,74757
Marco Alem.	0,66466	0,67953
Lira	0,004318	0,004355
Franco Suíço	0,62246	0,62730
Coroa Din. ..	0,38941	0,39313
Coroa Norueg.	0,38008	0,38340
Franco Franc.	0,54545	0,54984
Coroa Sueca .	0,52245	0,52671
Shilling Aust.	0,104228	0,106265
Escudo Port. .	0,094250	0,096111
Peseta	0,045099	0,045393
Pêso Argent.	0,008970	0,008774
Pêso Urug. ..	0,031580	0,040182
US$ Convênio	2,70	2,715
£ RPC	7,52786	7,58652
Ouro Fino GB	—	—

TAXAS DO MANUAL

Moedas	Compra	Venda
Dólar	2,69	2,715
Libra	7,47	7,59
Franco Franc.	0,54	0,555

Moedas	Compra	Venda
Escudo Port.	0,093	0,095
Peseta Esp. .	0,044	0,0456
Lira Ital. ..	0,0045	0,004
Franc. Suíço	0,61	0,63
Pêso Argent.	0,0088	0,0095
Pêso Urug. .	0,03	0,04
Franco Belga	0,045	0,055
Bolívar	0,58	0,60
Marco	0,67	0,69
Dólar Can. .	2,40	2,52
Coroa Sueca .	0,51	0,53
Coroa Din. .	0,38	0,40
Coroa Norueg.	0,30	0,32
Escudo chil. .	0,35	0,41
Florim	0,730	0,75
Guarani	0,018	0,02
Pêso Boliv. .	0,16	0,22
Pêso Colomb.	0,10	0,16
Pêso Mexic. .	0,21	0,22
Xelim austr. .	0,09	0,107
Sol Peruano	0,09	0,10

TÍTULOS

O total de títulos vendidos, no Pregão da Manhã, foi de 991 357, rendendo NCr$ .... 1 258 486,47, e no Pregão da Tarde, 507 404, rendendo NCr$ 152 526,70. O mercado fracionário negociou 5 156 títulos, no valor de NCr$ 6 630,32. As Letras de Câmbio negociadas em Bôlsa renderam NCr$ 346 200,00. Índice BV—104,4 com baixa de 5,0 pontos.

MÉDIA S/N DOS TÍTULOS PARTICULARES DA BÔLSA DO RIO DE JANEIRO

15-2-67	14-2-67	3-2-67	1-2-67	Fevereiro de 1966
4142	4288	3396	3761	3562

(Elaborada pela Organização S. N. Ltda.)

FUNDOS MÚTUOS DE INVESTIMENTOS

	Data	Valor da Cota NCr$	Ult. Dist. Cr$	Valor do Fundo Cr$ 000
FUNDO CRESCINCO .	14-2	0,634	25,00 dez.	41 736 304
COND. DELTEC	13-2	0,27	22,00 dez.	4 345 145
FUNDO HALLES	13-2	0,54	33,00 dez.	1 798 905
FUNDO FEDERAL	31-1	1,078	30,00 dez.	1 462 284
FUNDO ATLÂNTICO ..	14-2	0,263	12,00 jan.	1 041 058
FUNDO VERA CRUZ .	31-1	3,303	140,00 dez.	621 206
FUNDO TAMOIO	14-2	1,026	48,00 dez.	236 918
FUNDO BRASIL	23-1	0,246	2,50 dez.	167 272
FUNDO SBS (Sabbá) .	13-2	0,13	1,00 dez.	202 415
FUNDO NORTEC	26-1	0,611	20,00 maio	50 277
FUNDO SUL BRASIL .	30-1	1,113	17,00 dez.	38 959

VENDAS REALIZADAS ONTEM NA BÔLSA DE VALORES

Ações	Quant.	Cot.
PREGÃO DA MANHÃ		
B. DO BRASIL ...	500	4,30
IDEM	3 324	4,40
IDEM	2 500	4,43
IDEM	4 400	4,45
IDEM	1 100	4,48
IDEM	10 399	4,50
AÇÕES DE CIAS. DIVERSAS		
A. VILARES, Pref.	1 600	1,97
IDEM	500	1,98
IDEM	100	1,99
IDEM	1 700	2,00
IDEM	300	2,01
IDEM	4 100	2,02
IDEM	300	2,03
IDEM	3 400	2,05
A. VILARES, Ord.	200	1,66
IDEM	1 200	1,67
IDEM	400	1,68
IDEM	200	1,70
ARNO	2 700	0,79
IDEM	12 500	0,80
IDEM	1 000	0,81
IDEM	23 300	0,82
IDEM	11 300	0,83
IDEM	200	0,84
B. DE ROUPAS ..	18 200	0,72
IDEM	9 300	0,73
C. B. U. M.	5 200	0,61
IDEM	7 300	0,62
IDEM	1 500	0,63
BRAHMA, Pref. ...	500	2,25
IDEM	200	2,26
IDEM	12 300	2,27
IDEM	5 100	2,28
IDEM	3 400	2,29
IDEM	14 600	2,30
IDEM	800	2,31
IDEM	2 000	2,32
IDEM	300	2,33
BRAHMA, Ord. ..	10 600	2,18
IDEM	1 000	2,19
IDEM	5 200	2,20
D. DE SANTOS ...	93 300	0,79
IDEM	36 400	0,80
IDEM	8 000	0,81
IDEM	1 200	0,82
DONA ISABEL ...	15 000	0,80
F. BRASILEIRO ..	1 000	0,87

Ações	Quant.	Cot.
IDEM	5 600	0,88
IDEM	4 300	0,89
IDEM	10 500	0,90
IDEM	1 000	0,91
IDEM	1 200	0,93
AMER. FABRIL ..	7 000	0,42
IDEM	18 100	0,43
IDEM	3 900	0,44
IDEM	44 300	0,45
IDEM	17 000	0,46
IDEM	1 700	0,47
IDEM	1 000	0,50
SOUSA CRUZ	200	2,42
IDEM	17 500	2,43
IDEM	1 900	2,44
IDEM	4 100	2,45
IDEM	300	2,46
IDEM	600	2,50
N. AMER., Port. ..	3 500	0,89
IDEM	8 500	0,90
B. MINEIRA	41 400	0,76
IDEM	115 400	0,77
IDEM	39 600	0,78
IDEM	12 700	0,79
SID. NAC., Port. .	500	1,30
IDEM	500	1,31
IDEM	5 300	1,32
IDEM	5 000	1,33
IDEM	25 400	1,34
IDEM	4 000	1,35
SID. NAC., Nom. .	405	1,33
HIME	7 400	0,65
IDEM	300	0,66
IDEM	6 200	0,67
IDEM	4 100	0,68
KIBON	2 000	2,50
IDEM	600	2,53
IDEM	300	2,60
L. AMERICANAS .	500	2,40
IDEM	5 700	2,43
IDEM	4 100	2,44
B. ESTRELA, Pref.	500	1,36
IDEM	500	1,39
IDEM	1 100	1,40
MESBLA, Pref. ...	1 000	0,86
IDEM	10 600	0,87
IDEM	14 400	0,88
IDEM	18 300	0,90
MESBLA, Ord. ...	3 000	0,85
IDEM	29 300	0,86
IDEM	3 200	0,87
M. SANTISTA	1 000	1,45
IDEM	500	1,46

Ações	Quant.	Cot.
IDEM	300	1,47
PETROBRÁS	15 753	2,80
IDEM	6 749	2,85
SAMITRI	16 400	0,90
S. P. ALPARGATAS	1 500	0,88
IDEM	7 700	0,89
IDEM	4 700	0,90
IDEM	2 000	0,91
IDEM	800	0,92
IDEM	500	0,93
V. R. DOCE, Port.	23 900	3,10
IDEM	1 400	3,15
IDEM	1 800	3,20
V. R. DOCE, Nom.	1 000	3,20
W. MARTINS	100	3,40
IDEM	900	3,50
WILLYS, Pref. ...	2 000	0,61
IDEM	13 200	0,62
IDEM	5 209	0,63
IDEM	200	0,65
WILLYS, Ord. ...	14 500	0,78
IDEM	1 900	0,79
IDEM	4 700	0,80
IDEM	500	0,81
DEBENTURES		
PETROBRÁS	26	1,00
IDEM	3	0,20
LETRAS HIPOTECÁRIAS		
B. E. G.	120	0,70
TÍTULOS DA UNIÃO		
OBRIG. REAJUST.		
PORTADOR, 1 ano	4 350	25,30
PORTADOR, 5 anos	160	21,30
RECUP. FINANC. .	150	0,63
TÍTULOS DOS ESTADOS		
LEI 303	1 218	0,69
LEI 820, Plano A .	115	0,69
TÍTS. PROGRES. .		1 297,00
IDEM		24 298,00
IDEM		20 290,00
IDEM		19 300,00

Ações	Quant.	Cot.
PREGÃO DA TARDE		
AÇÕES DE CIAS. DIVERSAS		
BANCO ANDRADE ARNAUD	500	2,00
DEOD. INDUST. ..	27 000	0,45
IDEM	11 800	0,46
IDEM	14 400	0,47
IDEM	11 500	0,48
IDEM	3 600	0,50
BRAS. EN. EL. ...	66 000	0,19
IDEM	99 500	0,20
P. DE F. E LUZ .	24 000	0,22
IDEM	90 600	0,23
IDEM	36 500	0,24
F. E LUZ DE MINAS GERAIS ...	13 000	0,17
IDEM	20 000	0,18
IDEM	38 000	0,19
IDEM	3 000	0,20
F. E LUZ DO PARANÁ	15 000	0,22
S. B. SABBÁ, Pref. — Nom.	100	1,10
TRANS. COM. IMP. — Nom.	821	1,00
CASA JOSÉ SILVA — Ord., Port. ..	1 300	1,46
DOMINIUM — Pref.	5 300	1,00
PROG. INDUST. DO BRASIL	1 000	0,62
CIMAF	300	1,30
DURATEX, Pref. ..	100	1,30
BEMOREIRA, Pref. — Nom.	983	0,90
PETROMINAS	400	1,10
BRAS. PET. IPIRANGA, Ord. ...	500	0,69
IDEM	300	0,70
M. FLUMINENSE ..	300	0,75
IDEM	6 000	0,78
IDEM	4 700	0,80
SID. MANNESM. - Pref.	800	0,78
C. INDUST., Pref. .	1 100	0,58
ANT. PAULISTA .	300	1,49
IDEM	3 100	1,50
CIMENTO ARATU	5 400	1,70

VENDAS REALIZADAS ONTEM EM LETRAS DE CÂMBIO

Emprêsa	Prazo (dias)	Taxa	Valor Venal
COM CORREÇÃO MONETÁRIA:			
CRESA S/A.			
28% + 6% a.a. ...	66	0,10	5 000,00
28% + 6% a.a. ...	75	0,10	800,00
28% + 6% a.a. ...	125	0,10	1 600,00
28% + 6% a.a. ...	145	0,10	700,00
28% + 6% a.a. ...	158	0,10	200,00
28% + 6% a.a. ...	165	0,10	6 100,00
28% + 6% a.a. ...	169	0,10	2 400,00
28% + 6% a.a. ...	185	0,10	1 000,00
28% + 6% a.a. ...	196	0,10	4 500,00
28% + 6% a.a. ...	201	0,10	1 000,00
28% + 6% a.a. ...	239	0,10	600,00
28% + 6% a.a. ...	260	0,10	500,00

Emprêsa	Prazo (dias)	Taxa	Valor Venal
28% + 6% a.a. ...	284	0,10	1 500,00
28% + 6% a.a. ...	294	0,10	1 500,00
28% + 6% a.a. ...	294	0,10	1 500,00
28% + 6% a.a. ...	350	0,10	7 300,00
FIDES S/A.			
14% + 3%	180	0,10	20 000,00
NÔVO RIO			
13,500% + 3% ...	180	0,10	10 000,00
16,042% + 3,5% ..	210	0,10	10 000,00
S. B. SABBÁ			
30% + 3%	180	0,10	30 000,00

Emprêsa	Prazo (dias)	Taxa	Valor Venal
SULISTA S/A.			
30% + 6%	120	0,10	5 000,00
VILA RICA			
15% + 3%	180	0,10	25 000,00
VERBA S/A.			
14% + 3%	130	0,10	210 000,00
14% + 3%	180	0,10	30 000,00
14% + 3%	180	0,10	10 000,00
14% + 3%	180	0,10	30 000,00

BÔLSA DE NOVA IORQUE

Nova Iorque (UPI-JB) — **Média de Dow-Jones na Bôlsa de Nova Iorque:**

Ações	Abert.	Máx.	Mín.	Fin.	Var.
30 INDUSTRIAIS . . .					— 1.11
20 FERROVIAS . . .					+ 0.02
15 CONCESSIONÁRIAS . . .					+ 0.16
(26 representa 100): final 134.26.					
65 ações . . .					0.15

Vendas nas ações utilizadas no índice: Industriais 811.500; Ferrovias 70.400; Concessionárias de Serviços Públicos 111.000

Índice Dow-Jones de futuros de mercadorias (média 1924-26 representa 100): Final 134.26.
Total: 902.900.

PREÇOS FINAIS:

Nova Iorque (UPI-JB) — Preços finais na Bôlsa de Valôres de Nova Iorque ontem:

Allied Chem ...	36-7/8	Bendix	35-1/2	Cord Pd	9-1/8	Glidden	20-1/2	Lockheed ...	57-5/8
Allis Chal	26-1/8	Beth Stl	37	Crown Zell ...	48-1/4	Goodyear ...	45-3/8	Loews Thea ...	33-1/2
Am Can	47-3/8	Can Pac	58-1/2	Curtiss W	23-1/2	Grace W R ...	53	Lonestar Cem .	19
Am Forn Pow .	19-3/8	Case J I	21-1/2	Du Pont	158	IBM	435	Mobil Oil	44-5/8
Am Met Cl	46-7/8	Cerro	41-1/2	Eastman	139-3/4	Int Harv	37-5/8	Mont Ward ...	19
Amer Std	20-1/2	Ches & Oh	63-3/8	Electron Spc ..	26-1/2	Int Nick	88-5/8	Nat Cash R ..	44-5/8
Am T & T	58-1/2	Chrysler	39	Ford	48-1/2	Int Tel & Tel .	3	Nat Dist	42-1/2
Amer Tob	33-7/8	Col Gas	28-7/8	Gen Ele	87-1/2	Johns Manville	54-7/8	N Y Centr	76-1/2
Anaconda	88-3/8	Con Ed	33-7/8	Gen Foods	73-1/2	Kennecott ...	39-1/2	Otis Elev	430-1/8
Armour	35-3/8	Cont Can	46	Gen Motors ...	74-7/8	Kroger	24-3/8	Pac G El	34
Atlan Rich ...	89-1/2	Cont Stl	31	Gillette	43-3/4	Lehman	33-1/4		

MERCADORIAS

Café-Rio

Calmo e inalterado foi como funcionou o mercado de café disponível. O tipo 7, safra 1966/67, foi cotado ao limite anterior de NCr$ 4,00 por 10 quilos. Não houve vendas e o mercado fechou inalterado. Entradas nada, embarques 5,415 sacas, existência e café despachados para embarques, o IBC não declarou.

Açúcar-Rio

O mercado de açúcar estêve ainda firme e inalterado. Entradas 2,520 sacos do Estado do Rio. Saídas 10 000. Existência 38 719 sacos.

Algodão-Rio

Regulou o mercado de algodão em rama, calmo e inalterado. Entradas 166 fardos de São Paulo e 80 de Minas no total de 246 fardos. Saídas 250. Existência 2 027 fardos.
disponível. O tipo 7, safra 1966/67, foi cotado ao limite anterior

Assis Ribeiro busca criar classe média rural estável através da reforma agrária

A transformação nas relações da propriedade e uso da terra, estabelecendo condições de contratos agrícolas e de contratos de trabalho rural que permitam assegurar a justiça social e a proteção dos trabalhadores, por meio da sindicalização, capazes de criar no campo uma classe média estável e próspera é uma das principais metas da Reforma Agrária, segundo afirmou ao JORNAL DO BRASIL o Presidente do IBRA, Sr. Paulo de Assis Ribeiro.

Acha também o Presidente do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária que é prioritário o conhecimento da estrutura agrária do País para a consecução das demais metas, além do contrôle dos desmembramentos de áreas rurais, evitando a criação de novos minifúndios e a ocorrência de conflitos de domínio e posse nas áreas pioneiras e nas faixas de fronteira. O levantamento dos imóveis rurais está sendo feito em todo o território nacional, através do cadastro rural.

AS CINCO METAS

Consubstanciou o Sr. Paulo de Assis Ribeiro o trabalho realizado pelo IBRA no sentido de promover a Reforma Agrária em cinco metas básicas: iniciando com a *Conhecimento da Estrutura Agrária*.

— Essa meta tem em vista o levantamento dos imóveis rurais e a identificação, em cada unidade administrativa do País, das propriedades e respectivas áreas classificadas como latifúndio, minifúndio ou emprêsa rural, a fim de que sejam seletivamente distribuídas as várias formas de assistência e proteção à economia rural previstas no Estatuto da Terra.

Por outro lado, afirmou que êste conhecimento permitirá o uso de instrumentos de Reforma Agrária para a consecução dos objetivos visados nas demais metas gerais, além dos contrôles dos desmembramentos de áreas rurais, evitando a criação de novos minifúndios no País e a ocorrência de conflitos de domínio e posse nas áreas pioneiras e nas Faixas de Fronteira. Essa meta visa a totalidade do território nacional e utiliza para sua realização o instrumento do cadastramento rural obrigatório, podendo se considerar já atingida a sua integral implantação, sendo de prever o aperfeiçoamento dos dados coligidos e a manutenção atualizada das informações nos próximos anos.

TRANSFORMAÇÃO DAS CONDIÇÕES DA TERRA

Entende o Presidente do IBRA que é necessário uma reforma nas relações da propriedade e uso da terra, estabelecendo condições de contrato agrícolas e de contratos de trabalho na área rural que permitam assegurar a justiça social e a proteção dos trabalhadores por meio da sindicalização rural, capazes de criar no campo, uma classe média estável e próspera. Deve essa meta atingir a totalidade do território nacional e utiliza para sua realização os instrumentos de cadastramento obrigatório, da tributação progressiva e regressiva e contrôle dos contratos de arrendamento e parceria. Acha-se também pràticamente implantada, porém os resultados práticos só serão sensíveis quando, em 1968 cessarem os descontos em vigor para o impôsto territorial rural e estiverem em plena execução as exigências de apresentação do certificado de cadastro e de uso temporário.

A eliminação progressiva dos latifúndios e minifúndios só atingirá resultados sensíveis a longo prazo, e, mesmo assim, inicialmente, tais resultados serão de maior expressão apenas nas Áreas Prioritárias. Para consecução dos objetivos visados tanto no que se refere à extinção dos minifúndios como no que tange à eliminação do latifúndio, estão sendo utilizados todos os instrumentos básicos previstos no Estatuto da Terra.

Para o Sr. Paulo de Assis Ribeiro os condicionantes para a expansão dos projetos que visam aos objetivos desta meta são, essencialmente, a falta de pessoal capacitado para elaboração e execução dos projetos e a falta de dados para o conhecimento das condições dos recursos naturais, culturais e humanos ocorrentes nas áreas a serem reformuladas. Para os próximos cinco anos, a eliminação de latifúndios, — embora o curto prazo de experiência não permita uma previsão com certa validade — pode ser estimada em cêrca de 2 milhões de hectares de grandes propriedades desmembradas e, a extinção de minifúndios, com reorganização de cêrca de 50 mil propriedades minifundiárias.

Nessa meta admite-se, não só a participação do IBRA como a do INDA fora das Áreas Prioritárias e, ainda, a da própria iniciativa privada nos desmembramentos espontâneos, realizados em virtude das novas condições criadas pela tributação progressiva.

ACESSO À PROPRIEDADE

Explica que nessa meta são levados em conta os procedimentos para distribuição, redistribuição e subdivisão da propriedade, tanto de terras devolutas, como de propriedades privadas latifundiárias, desapropriadas para os fins de Reforma Agrária. São também, para a consecução dos objetivos dessa meta, utilizados todos os instrumentos básicos previstos no Estatuto da Terra, sendo considerados como forma de acesso à propriedade, a regularização dos títulos de domínio e posse realizada pelo IBRA após a discriminação das terras.

— O número de novas unidades agrícolas a serem criadas nos próximos 5 anos, dependerá do efeito de demonstração que os projetos de distritos e núcleos coloniais organizados pelo IBRA e pelo INDA determinem no sentido de estimular os organismos dos governos estaduais e municipais e a iniciativa privada na realização de projetos próprios de colonização. Os planos do IBRA prevêem para êsse prazo, a implantação de cêrca de 50 mil novos parceleiros, podendo admitir-se que pelo menos o dôbro dêste número seja implantado no mesmo prazo pelo INDA e pela iniciativa privada.

DESENVOLVIMENTO DO SETOR RURAL

Assinala o Presidente do IBRA que essa meta está intimamente vinculada aos planos nacional e regionais de desenvolvimento sócio-econômico do País porém os projetos elaborados pelo IBRA se restringem ao desenvolvimento sócio-econômico do setor rural nas Áreas Prioritárias. Essa meta, de certo modo condicionada aos referidos planos gerais de desenvolvimento, condiciona por sua vez os quantitativos das duas últimas metas anteriores, pois que se admitirmos planos de desenvolvimento, com um mínimo de resultados temos que admitir, simultâneamente, uma substancial redução na porcentagem da fôrça de trabalho dependente do setor primário. Na impossibilidade de prever-se em que ritmo dar-se-á a redução daquela porcentagem, torna-se difícil estimar as necessidades de mão-de-obra no setor primário nos próximos 5 anos, e, assim, prefixar-se o número de novas propriedades que podem ser criadas, bem como a repercussão que êsse número terá na transformação das condições atuais de tenência da terra. Deve-se no entanto admitir que a introdução da tecnologia prevista nos projetos programados deverá, no mínimo, evitar o crescimento em valor absoluto do número de pessoas ativas no setor primário. Exemplos frisantes da redução dessa porcentagem, acompanhando o desenvolvimento sócio-econômico de alguns países nos últimos 15 anos podem ser citados: Argentina e Chile que já tinham baixa porcentagem de dependência, reduziram cêrca de 4% nos últimos 10 anos e hoje apresentam as porcentagens, de respectivamente, 19 e 28%; a Venezuela, e o Peru que tinham dependência bem superiores a 50% há 10 anos, reduziram, respectivamente, 18% e 12% nas suas porcentagens, apresentando hoje taxas de respectivamente, 32 e 50%; a Romênia e a Iugoslávia, que há 10 anos apresentavam taxas da ordem de 80%, reduziram cêrca de 20%, e hoje apresentam, respectivamente, as taxas de 60 e 58%; a Itália, que reduziu a taxa de 40% em 1951 para 27% em 1961, e, finalmente, o Japão que em 1952 já havia reduzido a taxa para 44,3%, apresentava em 1960 taxa de 33%.

Outro aspecto que deverá ser visado nessa meta, — finaliza —, diz respeito à correlação positiva que existe entre o latifúndio e as lavouras tipicamente comerciais, de um lado e entre o minifúndio e as lavouras de subsistência, de outro. É o problema da lavoura branca. O prestígio social que dela decorre aumenta a rigidez da estrutura rural nas áreas em que domina. O açúcar no Nordeste, a borracha na Amazônia, o cacau na Bahia, o café em São Paulo e no Paraná, o gado no R. G. do Sul, são os casos mais típicos da lavoura branca.

Os projetos nas áreas prioritárias deverão procurar eliminar êste porblema que faz com que o latifúndio não seja pròpriamente uma exploração agrária, mas antes uma atividade agro-mercantil, pois o consórcio entre a agricultura e o comércio é um fenômeno marcante dessa estrutura rural e a origem de grande parte dos fenômenos sócio-políticos dela decorrentes. Especialmente quando essas lavouras constituem grandes áreas de monocultura, torna-se difícil a substituição daquelas atividades, de baixa lucratividade, por outras mais compensadoras por determinar essa mudança queda de *status* social dos respectivos proprietários.

Paulo Egídio vê com otimismo aumento do comércio exterior

O otimismo em relação às possibilidades do incremento das relações comerciais do Brasil caracterizou a entrevista que o Ministro da Indústria e do Comércio, Sr. Paulo Egídio, concedeu ontem, na qualidade de Chefe da Missão Comercial ao Leste Europeu, Estados Unidos e Mercado Comum Europeu, e na qual enfatizou a necessidade de ser encarado sèriamente o comércio exterior, como uma estratégia de desenvolvimento capaz de ampliar o mercado para os produtos manufaturados, dando, através da exportação, economia de escala para a indústria brasileira.

A denúncia (revogação) do acôrdo bilateral com a Tcheco-Eslováquia e a conseqüente assinatura de um tratado para comércio em moeda de livre conversibilidade foram aspectos destacados pelo Ministro Paulo Egídio que admitiu, ainda, a possibilidade de uma complementação econômica com a Polônia, no setor da construção naval, com a compra pelo Brasil de navios completos e a venda de cascos para embarcações, já que aquêle país dispõe de apenas três diques secos. Revelou, também, que os estaleiros nacionais emprestaram apoio prévio à transação navio-café.

COMPLEMENTAÇÃO

O Ministro Paulo Egídio, em rápida análise sôbre a operação navio-café, relembrou que os navios poloneses serão pagos com café brasileiro e que os recursos, em cruzeiros, originários da transação, serão investidos na encomenda de mais navios nos estaleiros nacionais. Referiu-se, ainda, ao programa de emergência para o setor da construção naval, com recursos da ordem de NCr$ 43,9 milhões (Cr$ 43,9 bilhões pelo cruzeiro antigo), e ao programa definitivo para solucionar os problemas da indústria da construção naval, que está em fase final de elaboração.

A possibilidade da complementação — compra de navios e venda de cascos, pelo Brasil — será examinada em bases definitivas ainda esta semana por Missão Comercial e Técnica da Polônia e que deverá chegar ao Rio ainda esta semana.

A Missão polonesa, segundo ainda informações do Ministro Paulo Egídio, vai examinar com as autoridades brasileiras as bases para a denúncia do acôrdo comercial bilateral e a assinatura de um tratado para comercialização em moeda de livre conversibilidade, a exemplo do que já foi concretizado com a Tcheco-Eslováquia.

Como resultado da Missão Comercial brasileira ao Leste Europeu, prosseguiu o Ministro Paulo Egídio, a participação do café brasileiro no mercado polonês aumentou de 25 para 70%, o que representa um acréscimo de divisas da ordem de US$ 10 milhões e ainda considerado como "ridículo" pelo Ministro da Indústria e do Comércio.

Entre outras negociações concluídas na Polônia pelos empresários que integraram a Missão Comercial do Brasil, destacou o Ministro Paulo Egídio a venda de 700 mil toneladas de minério de ferro e de 80 mil toneladas de manganês a serem utilizadas pelas siderurgias polonesas.

MELHOR FINANCIAMENTO

O Ministro Paulo Egídio manifestou, também, a opinião de que é possível um grande incremento no comércio com a União Soviética, embora, a curto prazo, as negociações tenham, ainda, que obedecer a acôrdos bilaterais. O Brasil poderá adquirir, na URSS, petróleo e trigo, e, em contrapartida, vender bens de consumo e grandes quantidades de café solúvel — forma de apresentação mais indicada para um mercado acostumado ao consumo do chá.

As bases para financiamentos mais amplos e em melhores condições de prazo e juros foram também examinadas com os dirigentes da União Soviética, entre os quais o Presidente Podgorny e o Ministro de Comércio Exterior, Nicolai Patolichev. Disse o Ministro Paulo Egídio que o primeiro financiamento soviético com prazo de 13 anos e juros de 3,7% ao ano foi concedido ao Brasil e destinado à construção de uma indústria petroquímica na Bahia.

Nos Estados Unidos, a Missão presidida pelo Ministro Paulo Egídio obteve o aumento da cota de açúcar no mercado preferencial, que passou de 400 mil para 500 mil toneladas, havendo, ainda, a possibilidade de maior participação. O fato foi considerado pelo Ministro da Indústria e do Comércio como de grande significado para a consolidação das recentes medidas adotadas pelo Govêrno para a solução dos problemas da agroindústria açucareira, mormente àquela localizada no Nordeste.

Ainda nos Estados Unidos, em negociações com os Secretários do Comércio e da Agricultura e com o Comitê de Agricultura do Congresso, foram abertas novas perspectivas para o financiamento da ampliação da Usina de Volta Redonda que tem um programa de expansão orçado em US$ 300 milhões, dos quais US$ 120 milhões para a importação de máquinas e equipamentos.

Um trabalho ainda ao nível de teses foi desenvolvido na área do Mercado Comum Europeu, onde o Ministro Paulo Egídio disse haver discutido, também, a possível participação do Brasil num Acôrdo Internacional do Cacau. Adiantou que o Brasil sòmente participará do Acôrdo na hipótese de serem eliminadas as tarifas preferenciais nos países africanos, embora reconheça a necessidade de ser conferida, àquelas nações, uma compensação.

MAIOR PERSPECTIVA

O Ministro Paulo Egídio considerou, ainda, que o Brasil é um País em condições de disputar lugar de destaque como potência econômica mundial, mas para tanto terá que raciocinar em têrmos altos com o Govêrno, apoiando a iniciativa privada e deixando a esta a responsabilidade da concretização dos negócios. Revelou, a propósito, que os empresários brasileiros já estão organizando um consórcio para, em melhores condições, disputar o mercado do Leste Europeu.

Osório pede investigação em transações feitas com dólar

O Presidente da Associação Comercial, Sr. Antônio Carlos Osório, afirmou ontem na reunião do Conselho Administrativo que, realmente, deve ser apurada a quantia exata de dólares que as casas de câmbio apanharam no Banco Central nos dias que precederam à decretação da alta do dólar, pois foi informado de que é astronômica, e disse que "as autoridades deveriam desmentir pùblicamente a propalada nova alta do dólar".

O Presidente da Associação disse que os boatos de uma nova modificação na taxa do dólar estão provocando correria aos bancos — o que foi desmentido por alguns diretores bancários que ainda informaram estarem normais os depósitos — e prejudicando a concessão do crédito à indústria e ao comércio, o que poderia ser sanado com um desmentido formal das autoridades monetárias.

MERCADORIA

O Sr. Antônio Carlos Osório ressaltou que o fato de algumas pessoas haverem comprado dólares calculando a sua possível alta não merecia desaprovação, uma vez que esta moeda não passa de uma simples mercadoria desde que pode ser obtida em lojas como qualquer outro artigo, mas que êle não podia aprovar êsse procedimento. E citou como prova que na quinta-feira antes do carnaval apesar dos boatos havia trocado 13 mil, dos 21 mil dólares que possuía, para cumprir compromissos pessoais.

Ressaltou, entretanto, que a apuração da quantia de dólares vendidos pelas casas de câmbio só se tornaria uma reivindicação da classe depois que, apurado o mérito da questão, fôsse aprovada pela próxima reunião da Confederação das Associações Comerciais do Brasil, a realizar-se entre os dias 20 e 24 próximos no Rio, mas que desde já, seu ponto-de-vista era favorável à sugestão apresentada por alguns dos seus diretores.

Belo Horizonte (Sucursal) — Líderes do comércio e da indústria de Minas garantiram ontem, ao JB, que suas entidades pedirão às autoridades competentes, "a mais completa e rigorosa investigação" em tôrno das especulações com a alta do dólar, pois "não é possível que num momento de sacrifício para todos os brasileiros, o Govêrno permita que uns poucos privilegiados fiquem ricos da noite para o dia, se aproveitando da desgraça alheia".

O Presidente da Associação Comercial de Minas, Sr. Avelino Meneses, afirmou que na reunião da Confederação das Associações Comerciais do Brasil, convocada para a próxima semana lutará para que "a entidade máxima do comércio peça ao Govêrno a apuração dos fatos em tôrno da especulação do dólar, punindo a todos que estiverem envolvidos sejam êles quem fôr".

Também o Vice-Presidente da Federação das Indústrias de Minas, Sr. Aristides Ferreira, afirmou ao JORNAL DO BRASIL que pedirá à sua entidade um pronunciamento junto ao Govêrno federal, no sentido de mostrar-lhes "a necessidade de ser feita a mais rigorosa e completa investigação em tôrno das especulações com a alta do dólar. Isto será uma medida, não apenas moralizadora, mas também para mostrar às autoridades que não são os homens das clases produtoras os tubarões, mas outros que se escondem atrás do protecionismo.

MOVIMENTO DE CÂMBIO

Segundo informaram ontem os diretores das duas casas de câmbio desta Capital — Rui Laje e H. Picchioni — o movimento de compra e venda de dólares no dia ontem foi bem menor do que na segunda-feira passada, apesar de 70% do seu total ter sido de oferta. Acrescentaram que o tendência é para normalização do mercado, o que deverá ocorrer a partir da próxima segunda-feira.

Quanto às especulações com a alta do dólar, o Sr. Hugo Picchioni garantiu que "em Minas Gerais isto não ocorreu uma vez que não tivemos um único caso de oferta de um grande volume de dólares. Os maiores negócios realizados não ultrapassaram a US$ 10 mil, havendo casos inclusive de oferta.

Bancos constituem comissão para estudar problemas do redesconto e horário único

A formação de uma Comissão Mista, composta de elementos da Federação Nacional de Bancos e técnicos do Banco Central para apresentar sugestões sôbre horário único, compensação de cheques, depósito compulsório e revisão de redesconto, foi a principal decisão tomada ontem durante a reunião de banqueiros de todo o País.

Da reunião participaram o Presidente e Diretores do Banco Central, respectivamente, Srs. Dênio Nogueira, Casimiro Ribeiro e Aldo Franco, que prestaram amplos esclarecimentos sôbre a política adotada por êsse estabelecimento de crédito governamental em relação aos assuntos debatidos, devendo o horário único ser aplicado em tôdas as praças.

NOTA OFICIAL

O Sindicato dos Bancos do Estado da Guanabara distribuiu, após a reunião de ontem, a seguinte nota oficial, cuja íntegra transcrevemos:

"Promovida pela Federação Nacional dos Bancos, realizou-se na sede do Sindicato dos Bancos do Estado da Guanabara uma reunião de banqueiros, representantes dos Sindicatos Federados, que foi realçada pela presença do Presidente e Diretores do Banco Central, Srs. Dênio Nogueira, Casimiro Ribeiro e Aldo Franco.

Nessa reunião foram debatidos variados assuntos de interêsse da rêde bancária privada, notadamente no que respeita aos seguintes: estabelecimento de horário único de expediente para o público, para aplicação em tôdas as praças, sistema de compensação de cheques, depósito compulsório e revisão dos limites para redesconto bancário.

O Presidente e os Diretores do Banco Central prestaram amplos esclarecimentos sôbre a política adotada por aquêle Banco em relação aos assuntos trazidos a exame e ficou assentada a formação de uma Comissão Mista para apresentar à classe e às autoridades monetárias as sugestões para a imediata solução prática dos problemas apresentados".

A REUNIÃO

A reunião, que foi sigilosa, realizou-se na sede do Sindicato dos Bancos do Estado da Guanabara sob os auspícios da Federação Nacional de Bancos e contou com a presença de grande número de Diretores de estabelecimentos de crédito de todo o País. A reunião teve início às 16h e foi encerrada às 18h 30m, ocasião em que foi distribuída aos jornais uma nota oficial sôbre o encontro, uma vez que tanto o Sindicato, como a Federação decidiram divulgar apenas uma nota em virtude da péssima repercussão, junto ao Banco Central, do noticiário divulgado anteontem pela imprensa sôbre a reunião de ontem.

Marcelo deverá ser eleito para presidir a Bôlsa em substituição a Willemsens

O corretor Marcelo Leite Barbosa, deverá ser eleito, hoje, pelos membros do Conselho Administrativo da Bôlsa de Valôres, Presidente da entidade, permanecendo como Vice-Presidente o Sr. José Brandt Ribeiro e como suplentes os Srs. Carlos Calado e José Willemsens Jr., o atual Presidente.

O Sr. José Willemsens Jr. disse ontem, ao JORNAL DO BRASIL, que "o movimento altista verificado na Bôlsa no início da semana não pode ser considerado como alta, mas antes, como um reajuste sendo que o mesmo movimento foi registrado em novembro de 1965, quando o dólar passou para NCr$ 2,20 (dois mil e duzentos cruzeiros antigos).

BÔLSA EM BAIXA

Num quadro onde os papéis mais tradicionais do mercado de capitais brasileiros são transacionados por valôres em muito inferiores ao seu valor patrimonial e, a grande maioria, inferior mesmo ao valor nominal, certamente qualquer alteração financeira, de âmbito nacional, provoca reações de intensidade variável mas idênticas na forma e num espaço de tempo relativamente curto, assegurou o Presidente da Bôlsa.

O total de títulos negociados ontem na Bôlsa do Rio foi de 1 498 761, num valor de NCr$ 1 265 116,79 (Cr$ 1 265 116 790 em cruzeiros antigos), registrando um índice BV de 104,4 pontos, com baixa de 5,0 pontos.

Comentando êsses dados, disse o Sr. José Willemsens Jr., que "a baixa era esperada, mas os títulos estão com um valor realmente muito baixo e a reação nada mais fêz do que reajustar alguns valôres, ainda que não tenham alcançado suas valorações reais" mas, acredito que progressivamente e num movimento contínuo, a Bôlsa corrigirá seu movimento alcançando valôres reais e justos à medida em que novas modificações vão sendo processadas no sistema de operação, cria-se, através da propaganda, uma outra mentalidade no investidor existente e propicia-se a entrada de novos investidores que acorrerão às Bôlsas, concluiu.

PAULISTAS ELOGIAM DECRETO

São Paulo (Sucursal) — Ao contrário do que pensam os industriais paulistas, o Presidente da Bôlsa Oficial de Valôres de São Paulo, Sr. João Osório de Oliveira Germano, afirmou ontem que o Decreto-Lei de incentivo ao mercado de ações "dará notável impulso ao mercado de ações e, conseqüentemente, incentivará a abertura de emprêsas que ainda permanecem como de capital fechado".

Nôvo órgão rege normas para seguros

Decreto assinado ontem pelo Presidente Castelo Branco extingue o Departamento Nacional de Seguros Privados e Capitalização (DNSPC), estabelecendo que o nôvo órgão encarregado dessas atribuições, a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), terá seus cargos sòmente preenchidos mediante concursos públicos de provas, ou de provas e títulos.

O Decreto presidencial, que tomou o número 168, apresenta uma série de retificações ao dispositivo do Decreto-Lei número 73, de 21 de novembro de 1966, no que se refere aos aspectos administrativos da SUSEP, observando em seu artigo 1.º que vários artigos do primeiro documento legal passarão a ter nova redação.

BIG celebra 30 anos de fundação

Em comemoração de seus trinta anos de fundação, o Banco Irmãos Guimarães fará celebrar hoje missa em ação de graças, na Catedral Metropolitana, às 18h30m. Fundado em 1937, com capital de 200 contos de réis, êsse estabelecimento bancário ocupa lugar de destaque entre os maiores bancos do País, com capital atual de NCr$ 17 milhões, ou seja, Cr$ 17 bilhões.

Formam o grupo do Banco Irmãos Guimarães a IGAP — Irmãos Guimarães Administração de Bens S.A., e as conhecidas sociedades financeiras FIDES S.A., e Crédito Comercial S.A. Seus Diretores são os Srs. David Antunes de Oliveira Guimarães, João Alves de Moura, Leopoldo Pereira de Sá, Nélson Parente Ribeiro, Geraldo Martins Ourívio e Carlos Cardoso.

MODERNA RÊDE DE TELECOMUNICAÇÕES PARA O DEPARTAMENTO NACIONAL DE PORTOS E VIAS NAVEGÁVEIS

Moderna rêde de telecomunicações, cobrindo todo o território nacional, será instalada pelo Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis, para melhor coordenação de seus serviços.

A rêde geral, num total de 50 estações, planejada pelo Almirante Carlos Duque Estrada e pelo Engenheiro de Eletrônica Marcos Antonio de Paiva, assessôres diretos do Almirante Luiz Clóvis de Oliveira, Diretor-Geral daquele Departamento, estabelece três sistemas básicos: Principal, Complementar e Móvel. Quando em funcionamento, permitirá comunicações rápidas e segura entre tôdas as capitais e diversas cidades brasileiras, onde estão instaladas as Inspetorias Fiscais.

A fabricação do equipamento e sua instalação estão a cargo da INBELSA — Indústria Brasileira de Eletricidade S.A., que deverá entregar, ainda neste trimestre 24 estações, localizadas entre Fortaleza e S. Vitória do Palmar, esta última no R. Grande do Sul, próximo do Chuí.

Em seguida, será iniciada a instalação das estações localizadas no Norte (inclusive uma na Ilha de Marajó) e as da região centro, até Corumbá e Pôrto Nacional.

O equipamento selecionado é do tipo de faixa lateral singela com portadora suprimida (SSB), com potências que variam desde 40 até 1.000 watts PEP.

Os transceptores móveis de SSB são transistorizados e serão instalados em barcos e viaturas de terra, assegurando comunicações com estações fixas, localizadas ao longo das vias navegáveis de cada região.

Com a instalação de sua rêde de telecomunicações, o Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis deu um passo decisivo para dinamizar os seus importantes serviços, além de concorrer para aproximar e integrar aos grandes centros, cidades situadas em regiões as mais longínquas do País.

AS VINHAS DO SUL

A vinicultura é a base da economia de Bento Gonçalves, e corresponde a 54% da produção total do Município

Almirante Vieira defende o Ministério da Defesa como criação da Revolução

O Almirante-de-Esquadra José Augusto Vieira, defendendo, em entrevista ao JORNAL DO BRASIL, a criação do Ministério da Defesa, sugeriu que o ato de criá-lo fôsse ainda um ato da Revolução, "pois mais tarde contingências diversas iriam criar dificuldades que fatalmente retardariam essa medida que considero altamente útil ao País".

— O Ministério da Defesa é importante — afirmou — pela necessidade de um organismo que implante uma doutrina nacional de guerra: não só uma doutrina militar perfeitamente desenvolvida, mas também a integração dos conceitos militares com a doutrina de utilização dos outros elementos do poder nacional — a diplomacia, a economia interna, as ações psicossociais e os seus objetivos políticos.

COMANDO ÚNICO

Com a criação do Ministério da Defesa não se pretende — esclareceu o Almirante José Augusto Vieira — a formação de um Estado militarista com ambições de conquista, mas, muito ao contrário, a preparação da defesa de ações externas ou internas subversivas.

— A necessidade de um comando único ("Nada é mais importante na guerra que a unidade de comando", dizia Napoleão) não se faz sentir só durante a guerra — continuou o Almirante Vieira. As corporações militares, que constituem as Fôrças Armadas, terão a sua grande missão e dessa grande missão sairão as missões peculiares a cada uma. Claro que essa coordenação tem de ser realizada muito antes da guerra, com um objetivo político comum. Ainda que as ações de qualquer das Fôrças Armadas, para atingir êsse objetivo, tenha seus objetivos militares próprios.

NIVEIS IGUAIS

— Em condições estáveis de cumprir o que determina a Constituição e dispondo de um complexo sistema armado, apoiado nas fôrças vivas da nação, o Ministério da Defesa será o órgão capaz de realizar essas coisas essenciais ao País — continuou, para explicar depois porque é inconsistente o argumento de que uma corporação poderá ter destaque sôbre as outras.

— Na guerra, isso depende do teatro de operações. Na última guerra mundial, o teatro de operações era terrestre, na Europa, portanto, predomínio das fôrças terrestres. Já no Oriente, o teatro de operações caracterizou-se mais por ações navais e aéreas, predomínio das fôrças navais e aéreas.

O EMFA

Em boa parte, na opinião do Almirante Vieira, o Ministério da Defesa já funciona no Brasil, "prestando relevantes serviços à nação", sob o nome de Estado-Maior das Fôrças Armadas, em cujo comando há o rodízio de chefes militares, sem predominância desta ou daquela corporação.

— Através do EMFA é que se projetou a ida das Fôrças brasileiras a São Domingos, um planejamento ímpar, em que tudo foi previsto e que muito honrou a capacidade de nossos chefes militares. O que é preciso é que no futuro o EMFA não continue diretamente subordinado à Presidência da República como no momento, porque se o atual e o próximo Presidentes são dois ilustres chefes militares, quando houver um civil na Chefia da Nação é preciso que os assuntos de alto fundo militar sejam da exclusiva alçada do Ministério da Defesa.

Encerrando, disse o Almirante Vieira que o Brasil é um dos raros países que atualmente não possuem Ministério da Defesa. Lembrou "o pequeno e bravo Uruguai, que o tem há muito, e o célebre Pentágono, órgão essencial às decisões do Secretário de Defesa dos Estados Unidos."

I Festa Nacional do Vinho será realizada a partir do dia 25 em Bento Gonçalves

Pôrto Alegre (Sucursal) — Bento Gonçalves, uma das mais florescentes cidades gaúchas, prepara-se para a sua festa máxima dêste ano — a I Festa Nacional do Vinho, que começa no próximo dia 25 e termina a 12 de março, cumprindo programação que visa à celebração da principal atividade do Município: a vinicultura.

Embora se destaque por suas indústrias metalúrgicas e de transformação e por possuir uma das mais perfeitas fábricas de acordeões e gaitas de todo o Continente, Bento Gonçalves tem no vinho a sua base econômica, correspondendo a 54% do valor total de sua produção.

DIFICULDADES NO PRINCIPIO

Nem tudo foi fácil, no desenvolvimento da produção de vinho, pois as primeiras experiências dos imigrantes chegados ao Rio Grande do Sul, a partir de 1875, com vistas à sericultura, não foram bem sucedidas.

As dificuldades compreendiam desde a ausência de conhecimentos técnicos, que sòmente as estações experimentais conseguiram disseminar, à falta de medidas objetivas por parte das autoridades, notadamente no Govêrno Campos Sales, no qual a tributação do vinho foi feita em níveis absurdos. Acrescam-se as campanhas desfavoráveis movidas contra o vinho gaúcho, em diversos períodos da História.

O vinho, entretanto, tinha a seu favor dois fatôres positivos: a tenacidade do agricultor que, baseado em sua pequena propriedade, conseguiu aos poucos transformar a vinicultura em atividade principal, e uma série de medidas de ordem técnica que, ao cabo de meio século de esforços, transformaram a vinicultura rio-grandense na primeira do Brasil.

PEQUENA PROPRIEDADE

Hoje, a coisa mudou de figura. O vinho gaúcho está consagrado e é um dos melhores produtos de exportação do Rio Grande do Sul. Embora seja reconhecido que o Brasil consome ainda pouco vinho (dois litros *per capita*).

Daí o clima de regozijo que hoje predomina em Bento Gonçalves, Cidade de 40 mil habitantes situada a 675 metros de altitude. Em sua programação oficial, a I Fenavinho estabeleceu para o dia inaugural das programações uma alvorada festiva, um pouco antes da recepção solene às autoridades, entre as quais, possìvelmente, o Presidente Castelo Branco.

Nos dois primeiros dias, haverá recepção aos representantes de Municípios produtores de vinho, e a seguir terá início uma semana de estudos sôbre a vinicultura brasileira. Segundo se prevê, milhares de turistas estarão presentes à I Fenavinho. Para alojá-los, já foram tomadas as providências necessárias.

Universidade Católica de Belo Horizonte cria curso de Teologia em seis anos

Belo Horizonte (Sucursal) — Um curso de Teologia e Filosofia com duração de seis anos foi criado pela Universidade Católica desta Capital para dar aos sacerdotes que nêle se formarem o mesmo nível de outros cursos superiores. Ontem foi dada a aula inaugural, por Dom Serafim Fernandes de Araújo, Bispo Auxiliar de Belo Horizonte.

O curso, com 150 alunos matriculados, é patrocinado pelo Instituto Central de Filosofia e Teologia da Universidade Católica, que promove ainda o Curso Superior de Cultura Religiosa, para freiras, com duração de três anos. A Secretaria do Instituto avisa que leigos também poderão se matricular.

PESQUISAS

Além dos cursos superiores, o Instituto Central de Filosofia e Teologia vai promover cursos intensivos de cultura religiosa especialmente para leigos. Outra iniciativa é a criação de um centro de pesquisa, "para definir melhor a atitude da Igreja e o pensamento ideológico sôbre problemas urgentes da realidade brasileira e internacional".

O objetivo imediato do Instituto é fornecer professôres ao corpo docente da Universidade Católica e "formar padres capacitados a promover um entrosamento real da Universidade com a vida social". Além do Seminário da Arquidiocese, forneceram professôres para o Instituto as Congregações dos Franciscanos, Capuchinhos, Cruzios, Assuncionistas, Pavonianos e Sagrados Corações.

Maconheiro do Recife se livra da lei

Recife (Sucursal) — José Monteiro de Góis, conhecido em Pernambuco como o maior traficante de maconha, foi ontem absolvido pelo Tribunal de Justiça, que não encontrou provas para sustentar a pena de dois anos e oito meses de prisão a que havia sido condenado, há cêrca de dois meses, por um juiz.

Homem-rã morre no Rio Paraibuna

Belo Horizonte (Sucursal) — Um homem-rã da Marinha, o cabo Tarcísio Vieira de Mesquita, morreu ontem afogado no Rio Paraibuna, na Cidade de Juiz de Fora, em cumprimento a uma missão de busca de corpo de José Dias, desaparecido desde o dia 9 de janeiro e cuja família necessitava da comprovação de sua morte para a transferência de seus bens à viúva.

O cabo Tarcísio Vieira Mesquita estava cumprindo uma ordem do Capitão-tenente Carlos Eduardo do Amarel, imediato do dique flutuante **Ceará** do Rio, que atendeu a um pedido do irmão de José Dias, Sr. Altair Dias.

No dia 9 de janeiro, o ônibus da Viação Única caiu no Rio Paraibuna, tendo morrido três pessoas e desaparecido José Dias. Durante dois dias, o cabo Tarcísio Vieira Mesquita, amarrado na cintura por uma corda, pesquisou o fundo do rio numa distância de quase dois quilômetros. Ontem, em sua terceira tentativa, a corda ficou prêsa em um tronco no fundo do rio, não lhe permitindo voltar à tona.

Ministro vai a Brasília e ao Nordeste

O Ministro da Guerra, Marechal Ademar de Queirós, seguirá às 14 horas de hoje para Brasília, onde tratará assuntos de interêsse específico de sua Pasta. Amanhã, o Marechal Ademar de Queirós estará seguindo para o Nordeste, atendendo a convite do Presidente Castelo Branco, que vai visitar as organizações públicas naquela região. O regresso do Ministro da Guerra está previsto para o dia 19.

CIBRAZEM distribui 80 mil folhetos explicando 20 modos de preparar o peixe

A Companhia Brasileira de Armazenamento (CIBRAZEM), está distribuindo 80 mil folhetos contendo 20 **maneiras de preparar o pescado**, em pontos de maior movimento onde seus frigomóveis vendem o peixe, com o objetivo de dar à dona-de-casa, pelo menos durante a Quaresma e Semana Santa, condições de consumir mais peixe em variados pratos.

Ao explicar que o peixe pode substituir a carne bovina e outros tipos de carne, a CIBRAZEM demonstra que, em um quilo de filé de merluza há 180 gramas de proteínas encontrados num quilo de carne sem osso ou em 27 ovos, porém os preços dos mesmos produtos não se equivalem, pois enquanto a merluza custa NCr$ 1,30 (mil e trezentos cruzeiros antigos), o quilo da carne é cobrado a NCr$ 2,20 (dois mil e duzentos cruzeiros antigos).

DISTRIBUIÇÃO

Os folhetos da CIBRAZEM podem ser encontrados nos postos da Central do Brasil, ao lado do Ministério da Guerra, no Largo da Carioca e Largo de Madureira, nas Praças Serzedelo Correia (Copacabana), Saenz Peña (Tijuca), José de Alencar (Catete) e Mauá (Centro) e também nos postos de venda à varejo do Entreposto da Pesca na Praça XV.

Das 20 receitas apresentadas 15 são de camarão, e os outros cinco itens são instruções de "como manipular o pescado", desde o descabeçar um peixe até a remoção de sua espinha.

SUBSTITUIÇÃO

— Não queremos aconselhá-lo a comer sòmente carne de peixe — diz o folheto em determinado ponto — mas se muitos acham que o peixe não alimenta é porque sua carne, sendo normalmente muito leve depois de cozida, permanece pouco tempo no tubo digestivo e não dá sensação de saciedade, enquanto que com a carne a pessoa se sente cheia.

Recurso da TV Globo é negado

Brasília (Sucursal) — O Presidente Castelo Branco, em despacho publicado ontem no *Diário Oficial*, negou provimento ao recurso interposto pela TV Globo Ltda. contra a decisão do CONTEL que marcou prazo para que a emprêsa promova a adaptação de seus contratos de assistência técnica com o grupo Time-Life, dos Estados Unidos, às normas do Código Brasileiro de Telecomunicações.

Refinaria gaúcha fica pronta já

Pôrto Alegre (Sucursal) — Entrará em funcionamento até o final do ano a Refinaria Alberto Pasqualini, que está sendo construída no Município de Esteio, ao lado da BR-16, com capacidade para 7 200 mil litros de produtos refinados por dia, segundo informou ontem o subchefe da obra, o engenheiro Alexandre Pereira de Sousa.

Esta obra, iniciada em 1962, fará o Rio Grande do Sul totalmente autosuficiente no setor e deverá abastecer ainda o Estado de Santa Catarina. O contrato para a aparelhagem da refinaria será assinado êste mês, no valor de NCr$ 16 milhões, (dezesseis bilhões de cruzeiros antigos); os tanques, que agora recebem a pintura, custaram NCr$ 300 mil (trezentos milhões de cruzeiros antigos).

RG do Norte imuniza-se contra pólio

Natal (Correspondente) — A Secretaria de Saúde já vacinou êste ano 54 726 crianças de 30 municípios do Rio Grande do Norte contra paralisia infantil, sendo que Mossoró, Caicó e Açu tiveram os maiores índices de vacinação. O Secretário de Saúde, Sr. Isauro Rosado, pretende continuar a campanha por todo o Estado logo que receber novos suprimentos de vacinas Sabin.

Franceses do Maranhão estão legais

A Superintendência do Desenvolvimento da Pesca — SUDEP — esclareceu em nota oficial de ontem que os barcos pesqueiros franceses que vêm operando em águas brasileiras na pesca da lagosta o têm feito, ao contrário do que se divulgou, de maneira perfeitamente regular, uma vez que arrendados a uma emprêsa nacional de pesca, a IRPEX, do Maranhão.

"O incidente porventura havido entre aquêles barcos e alguns de nacionalidade brasileira" — diz a nota — "só poderá correr por conta de mera concorrência comercial, que não merece evidentemente maior destaque." A IRPEX, emprêsa maranhense de pesca a que se refere a nota oficial da SUDEP, pertence ao grupo de que faz parte o Deputado por aquêle Estado Sr. Luís Fernando Freire.

Afrânio faz sindicância em Natal

Natal (Correspondente) — Seguiu ontem para o Rio o assessor do Ministro da Agricultura, Coronel Afrânio Fialho de Figueiredo, depois de permanecer durante cinco dias nesta Capital quase incógnito, realizando sindicâncias para apurar denúncias sôbre irregularidades na Seção de Fomento Animal, sôbre desvio de gado por funcionários.

Após colhêr o depoimento de vários funcionários, o Coronel Afrânio Fialho concluiu que a Seção de Fomento Animal está ligada ao problema do desvio do gado e que as irregularidades atingem a vários milhões de cruzeiros novos.

Prisão de Beddas já foi ao STF

Brasília (Sucursal) — O Ministro da Justiça, Sr. Carlos Medeiros Silva, comunicou ao Supremo Tribunal Federal que determinou a prisão preventiva de Yousseph (ou Joseph) Beddas, ex-Presidente do Intra-Bank, do Líbano, acusado de falência fraudulenta, estelionato e falsidade documental, recentemente detido em São Paulo, na residência do Sr. José Kalil, Presidente do Intra-Banco do Brasil.

O Ministro da Justiça informou ainda que, tão logo receba os documentos do pedido de extradição de Beddas, irá enviá-los ao Supremo Tribunal Federal, ao qual passará inclusive o prêso.

Faculdade de Farmácia aprova 85 entre os 178 candidatos

Apenas 85 dos 178 candidatos inscritos no concurso de habilitação à Faculdade de Farmácia e Bioquímica da Universidade Federal do Rio de Janeiro, cujas matrículas para a primeira série encerram-se no dia 25, foram aprovados.

Para a matrícula são exigidos os seguintes documentos: certificado de conclusão do curso secundário, em duas vias, fichas modelos 18 e 19, certidão de nascimento, carteira de identidade acompanhada de cópia fotostática, prova de bons antecedentes, atestado de vacina antivariólica, prova de quitação com o serviço militar, título de eleitor e o recibo de pagamento da anuidade de NCr$ 1,40 (14 mil cruzeiros antigos).

OS APROVADOS

É a seguinte a relação dos aprovados e o número de pontos obtidos:

Maria Isabel Abreu Maia Figueiredo — 20,15; Ubirajara Lale de Farias — 20,03; Taís Leite de Sousa — 19,35; Celso Andrade de Melo — 18,80; Sérvulo Maneses Santana de Lima — 18,65; Paulo Sérgio Salgado D'Alesandro — 18,20; Alfredo Guedes Martins Júnior — 18,03; Jorge José Monteiro — 17,75; Vera Lúcia Carneiro Vital Brasil — 17,65; Eliezer Jesus de Lacerda Barreiro — 17,48; José Sigiliano Gomes Filho — 16,90; Mônica Maria Bezerra Luz — 16,60; Glória Maria Pitanga de Neves — 16,50; Milton Olímpio Soares — 16,25; Dalva Rangel de Carvalho — 15,93; José Roberto Medina — 15,75; João Alberto da Silva Coelho — 15,68; Sebastião Renaldo Silva Hora — 15,65; Francisco José Vitório — 15,60; Agenor Ariza Filho — 15,59; Itubias de Azevedo Cunha — 15,58; Maria Cristina Resende Travassos — 15,50; Jurandir Pereira de Sousa — 15,50; Marco Antônio Argeiras Bulhões — 15,45; Pedro Carlos de Moraes Sarmento Pinheiro — 15,43; Celina Goulart da Costa — 15,40; Luís Augusto Veríssimo Lopes — 15,05; Maria Heleosina Ribeiro Pessoa — 15,03; Sérgio Levi Silva — 15,00; Eitero José Corvo — 14,95; Célia Maria Batista e Silva — 14,95; Nagib Saddi — 14,85; Marília Welzel — 14,77; Paulo Soares de Oliveira — 14,59; Vivaldo Nunes Gomes — 14,58; Jurema Ferreira Pontífice — 14,52; Luís Carlos Lago Simonio — 14,52; Ida Rodrigues Espíndola de Melo — 14,43; Eliane Gomes Quintana — 14,35; Jorge Victor Doutel Ferreira — 14,35; Maria Ester Peixoto Nin Prates — 14,25; Sílvia Regina Guerra Veloso — 14,20; Sônia Maria Couto Reis — 14,17; Déa Regina Junqueira Pentecado — 14,15; Maria de Lourdes de Freitas — 14,12; Adelino de Jesus Ferreira — 14,10; Nilza Bivar Soares Dias — 14,02; Júlio César Francesconi Terra — 14,00; Ana Bursztyn — 13,95; Alfredo Hermann Albuquerque Marques — 13,93; Jaime Noronha Davi — 13,90; Joel Duarte da Costa — 13,90; Álvaro Rodrigues Sanches Filho — 13,78; Eliete Correia — 13,75; Lúcia Maria Morgado Fagundes — 13,75; Luís Félix de Mattos — 13,75; Raimundo Nonato Fonteles — 13,70; Maria Lúcia Viana — 13,60; Odir Soares Pinto — 13,60; Maria Helena do Carmo Lagrota — 13,57; Amaro Nunes da Silva — 13,35; Lúcia Vitória Hasson Hazan — 13,31; Zulmides Veras Rodrigues — 13,20; Sebastião Pereira Filho — 13,20; Elenita Bezerra e Silva — 13,20; Marco Antônio Pereira Lago — 13,20; Dulce Maria Silva Filgueiras — 13,10; Flávio da Costa Leite — 13,08; Joel Marinho de Matos Filho — 13,02; João José Peixoto Serra — 13,00; José Fernando Glock Borrajo — 12,85; Jaime Zeuls — 12,82; Ivanilde Ramos Pinguinha — 12,80; Adilson de Oliveira Pinheiro — 12,73; Olinda Ramos Albino — 12,68; Eraldo Vidal — 12,67; Maurílio Sales Machado — 12,62; Wilson de Araújo Moura — 12,53; Luís Carlos de Oliveira — 12,53; Antoni Alves Ferreira — 12,50; Waldir Batista Araújo — 12,45; Hélcio Roque Matos — 12,35; Homero Marques da Luz Júnior — 12,30; Tania Guimarães Santa Rita — 12,25; Leila de Sousa Fonseca — 12,02.

Educação Física examina 230

O lateral-direito do Flamengo, Leon, foi um dos 230 candidatos que iniciaram ontem, com a prova de natação e ginástica, a primeira etapa do concurso de habilitação à Escola de Educação Física da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que êste ano dispõe de 100 vagas.

Leon — que ontem mesmo viajou para o Quadrangular de Brasília — é também estudante da Faculdade de Direito e, mesmo considerando-se fora de forma — "não vou à praia há mais de dois meses" — conseguiu sair-se muito bem na prova, que constou de um nado livre de 50 metros.

OS CANDIDATOS

Leon foi o candidato mais festejado do concurso, do qual participam outros nomes do esporte brasileiro, como Norminha, do Fluminense, Olga, do Flamengo, e filhos ou parentes de atletas já aposentados.

Assistiram à prova curiosos e professôres de outras Faculdades e até mães, que foram até à Praia Vermelha incentivar os filhos. Os candidatos que já praticavam ginástica e natação em clubes fizeram as provas sem maiores problemas, mas houve muitos que não davam nem para a saída.

A GINÁSTICA

Da parte de ginástica, a prova mais difícil e que exigiu um esfôrço mais concentrado foi a de subida no banco sueco, cuja finalidade é mostrar ao examinador a fôrça braçal dos candidatos. Neste exercício, uma réplica do pau de sebo, alguns estudantes conseguiram um resultado satisfatório. A maioria, entretanto, deixou-se levar pela tensão e não conseguiu ir até o final.

Na prova de ginástica rítmica, onde a coordenação e elegância dos gestos são principais fatôres para a aprovação, as que já freqüentavam academias de ginástica saíram-se bem melhor. As candidatas mais robustas não conseguiam acompanhar o ritmo das mais esguias, o que lhes valia alguns pontos perdidos.

O ESFÔRÇO

A prova de natação para môças (25 metros, nado livre) foi o ponto mais divertido do concurso. Nem tôdas as candidatas freqüentaram o curso pré-vestibular organizado pelo Diretório Acadêmico da Faculdade e, por isso mesmo, era com grande dificuldade que conseguiam chegar até o meio da piscina.

Dessas candidatas, cinco desistiram no meio do caminho, apesar dos esforços da Norminha do Fluminense, que em certo momento se atirou na água para incentivar as calouras. Algumas chegaram ao final tão cansadas que precisaram de socorro médico. Outras começaram a chorar quando perceberam que não agüentariam mais. De um modo geral, a prova foi considerada satisfatória pelos examinadores, que atribuíram os erros ao nervosismo e à falta de treino, uma vez que tôdas demonstraram boas noções de natação.

PROGRAMA DE HOJE

A prova de hoje será realizada no campo de futebol da Faculdade de Educação Física e constará de salto em altura e corrida de resistência, com 400 metros em dois minutos para as môças e 800 metros em três minutos e 30 segundos para os rapazes. As provas de capacidade física são consideradas eliminatórias em seu conjunto e os candidatos nelas habilitados serão posteriormente submetidos às de Português (eliminatória), Matemática, Biologia e uma língua, a escolher entre o Inglês e o Francês. São considerados habilitados nestas provas os candidatos que alcançarem nota cinco por disciplina.

Os alunos da Escola de Educação Física poderão ao final do Curso de Professorado freqüentar o de Técnica Desportiva, que tem a duração de três anos e cuja finalidade é a formação de técnicos para instituições desportivas. Existe ainda um outro, de especialização, dedicado aos médicos que queiram se especilizar no setor da Educação Física em estabelecimentos particulares e oficiais.

ARQUITETURA

Munidos de espátulas, réguas e muita cartolina, 535 estudantes compareceram ontem à Cidade Universitária para a realização da prova de Desenho à mão livre que os habilitará à primeira série da Faculdade de Arquitetura, da Universidade Federal do Rio de Janeiro. A direção da Faculdade fixou em 150 o número de vagas.

A prova de hoje será também de Desenho à mão livre, tendo caráter eliminatório. Como nos anos anteriores, a correção será feita pelo método tradicional e a divulgação do resultado final está prevista para o dia 30 dêste mês.

AMES e UBES iniciam movimento

O primeiro de uma série de comícios-relâmpagos de protesto contra a política governamental em relação aos estudantes secundários e universitários realizou-se ontem no Jardim do Méier, promovido por representantes da Associação Metropolitana de Estudantes Secundários e União Brasileira de Estudantes Secundários, que não tiveram de enfrentar a Polícia.

O comício marcou o início da campanha estudantil para o congresso que a AMES pretende realizar no dia 28, e foi seguido do lançamento, pela União Metropolitana dos Estudantes, de uma nota oficial de crítica ao acôrdo MEC-USAID e à cobrança de anuidades e refeições nos restaurantes universitários.

INÍCIO DAS AULAS

As 618 escolas primárias da Guanabara — já computadas as 27 que serão inauguradas a partir do dia 23 — iniciarão o ano letivo no dia 1 de março, não havendo ainda data fixa para o reinício das aulas nos ginásios.

A Direção do Ensino Médio informou que não poderá fornecer carteiras de estudante antes do dia 30 de abril, mas a maioria dos cinemas cariocas decidiu aceitar as correspondentes ao ano de 1966 até 30 dias após o início do ano letivo nos ginásios e 60 dias nas universidades.

EM MINAS

Belo Horizonte (Sucursal) — O Presidente do Diretório Central dos Estudantes da UFMG, Sr. José Mateus Pinto Filho, revelou ontem que a primeira manifestação dos estudantes mineiros está marcada para o dia 4, quando haverá nesta Capital uma passeata de calouros, durante a qual serão repudiadas as anuidades e a política estudantil do Govêrno.

O Presidente do DCE pretende pedir ao Secretário da Segurança, Sr. Joaquim Ferreira Gonçalves, "uma licença para fazer a passeata, mas se ela não fôr concedida, a manifestação será realizada de qualquer maneira, pois a primeira semana de março será totalmente dedicada a esclarecimentos aos calouros sôbre problemas estudantis".

ENTROSAMENTO

Os universitários mineiros estão-se comunicando com seus colegas da Guanabara diàriamente, a fim de acertar os locais de hospedagem para 50 estudantes que irão ao Rio participar do seminário sôbre a reforma universitária que a extinta UNE promoverá nos dias 27 e 28.

Os dirigentes universitário mineiros que viajarão para a Guanabara informaram que "a UNE não pediu e nem vai pedir autorização policial para fazer seu seminário, pois desconhece o Govêrno golpista".

Juiz pára matrícula em Niterói

Niterói (Sucursal) — O Juizo dos Feitos da Fazenda Pública do Estado do Rio mandou sustar as matrículas dos aprovados nos vestibulares da Faculdade de Direito de Niterói, ao conceder medida liminar no mandado de segurança impetrado por oito pretendentes às vagas ao curso de bacharel.

As matrículas permanecerão suspensas até que a Reitoria da Universidade Federal Fluminense conclua o inquérito administrativo instaurado para apurar a quebra do sigilo nas provas de Latim, da qual resultou a anulação de 25 questões relativas à primeira parte das provas do exame vestibular.

EQUIDADE

O Mandado de Segurança impetrado pelos estudantes Jorge Vinícius Pacheco Sanches, Joelson Silveira Azeredo, Odilo da Silva, Lasvaldo Ribeiro de Almeida, Petrônio Lima Cordeiro, Sílvia Maria Gil de Alcântara, Fernando Antônio Ganin e Fernando Carlos Torte! Costa, visa assegurar eqüidade nas provas que, segundo a lei, serão realizadas "com igual oportunidade a todos os concorrentes".

A quebra do sigilo nas provas de Latim, segundo o argumento dos impetrantes, importou em privilégio aos estudantes que souberam, antecipadamente, dos pontos do programa. Embora o Reitor da Universidade tenha anulado as questões pràviamente conhecidas dos alunos, acham os estudantes que êles poderiam saber todos os pontos das provas, fato que sòmente com a conclusão do inquérito administrativo ficará esclarecido.

Curitiba (Correspondente) — Os exames vestibulares para as Universidades Federal, Católica e Faculdades estaduais e particulares de Curitiba, prosseguem hoje, enquanto o único incidente verificado foi na de Direito da Universidade Federal, onde os candidatos impetrarão um mandado de segurança, protestando contra irregularidades ocorridas nas provas e pela adoção no exame de Português de questões não relacionadas no programa.

Os candidatos já constituíram advogado e, na próxima sexta-feira, pedirão a anulação dos exames, alegando que, durante as provas, pessoas estranhas percorreram as salas dos exames auxiliando certos candidatos, protegidos principalmente por deputados e outros políticos.

IATA quer cartão por passaporte

Na reunião recém-encerrada em Sidney, na Austrália, o Comitê de Facilitação da IATA (Facilitation Advisory Group), com vistas aos problemas de rapidez no embarque e desembarque de passageiros, no momento em que entrarem em operações os aviões de grande capacidade como o Boeing 747 ou o Jumbo-Jet, tratou da possível substituição do atual passaporte por um simples cartão de viagem.

As informações sôbre o titular dêsse cartão de viagens poderiam ser obtidas por processos eletrônicos, em vez do preenchimento de formulários e declarações. Processo similar poderia ser adotado também — lembrou-se na reunião de Sidney — para o contrôle e desembaraço, inclusive o aduaneiro, da carga transportada por via aérea. A VARIG, anfitriã do Comitê na reunião anterior, realizada no Rio em abril de 1965, estêve representada em Sidney pelo Sr. Hélio Farias, seu especialista no assunto.

DIFILM defende Lima Júnior

A Distribuição e Produção de Filmes Brasileiros Ltda., através do Sr. Luís Carlos Barreto, em nota à imprensa, defende o produtor Válter Lima Júnior, da acusação de pagador indébito do seu sócio na produção de **Menino de Engenho**, Sr. Marcus Odilon Ribeiro Coutinho. A emprêsa esclarece ainda que "o saldo credor relativo àquela produção cinematográfica se encontra há algum tempo à disposição dos sócios produtores de **Menino de Engenho** para pagamento"

Mauro Magalhães afirma que tributação estadual levará construção civil à falência

O Govêrno do Estado poderá decretar a falência de todo o ramo imobiliário na Guanabara — segundo afirma o Deputado Mauro Magalhães — ao decretar duas alterações na tributação da construção civil, pois elevará brutalmente o custo da construção, tornando-a inacessível à grande maioria da classe média, a que mais usa o sistema de incorporação.

Uma das alterações relaciona a cobrança da taxa de obras com o tamanho do apartamento, mas de tal forma que — segundo o Deputado — um edifício de 10 andares com 50 apartamentos, cada um com 60 m2, pagará por mês cêrca de NCr$ 7 000,00 (sete milhões de cruzeiros antigos) de taxa de obras até que a construção receba o *Habite-se*.

TRANSMISSÃO

A outra alteração, feita através de decreto publicado no **Diário Oficial** de 9/2/67, regulamenta a cobrança do impôsto de transmissão, tanto inter-vivos como por causa-mortis, "porém contrariando a recente lei do Código Tributário e tornando impossível qualquer transação imobiliária".

— Logo em seu primeiro artigo, dispõe o decreto que a cobrança do impôsto será promovida pelo adquirente, quando naturalmente quer dizer que o recolhimento será feito pelo comprador. Quem cobra é o órgão arrecadador do Estado, não o devedor do impôsto. Tudo isto é impropriedade de terminologia, uma simples falta de conhecimento dos vocábulos.

— Porém o mais grave — continua o Sr. Mauro Magalhães — é que o Artigo 20 do decreto veda ao serventuário (tabelião) lavrar escritura de promessa de venda ou de promessa de cessão de direitos sem exigir o comprovante do pagamento do tributo.

— Tal exigência traz enorme dificuldade às transações de imóveis, além de ser um desrespeito à lei. Por exemplo: um comprador potencial dará, como de praxe, um sinal ao dono do imóvel para garantir a reserva. Como não pode registrar o contrato pùblicamente, pois teria de apresentar o recibo do pagamento do impôsto sôbre uma transação que ainda nem foi realizada, faz o pagamento com a garantia de um documento particular, recibo ou contrato. Daí, parte para o pagamento do impôsto, o que não conseguirá fazer em menos de 15 dias, voltando em seguida ao vendedor, que poderá simplesmente dizer que não está mais interessado na venda, devolvendo-lhe o sinal. Volta então o pretenso comprador ao órgão arrecadador para receber de volta o dinheiro do impôsto, mas provàvelmente não o conseguirá nem em um ano. Por outro lado, o vendedor não tem nenhuma garantia de que o pretendente vá recolher realmente o impôsto para completar a operação.

AVISO

ESTRADA DE FERRO CENTRAL DO BRASIL

GERÊNCIA REGIONAL DOS SUBÚRBIOS DO RIO

Concorrência Pública n.º 04/67 — EFCB/GRT-1

Avisamos aos Srs. interessados que se acha publicado no Diário Oficial do dia 15 de fevereiro de 1967, o Edital de Concorrência Pública n.º 04/67 — EFCB/GRT-1, referente à execução dos novos encontros sôbre o Rio Muriqui, Km. 85 mais 765 do Ramal de Mangaratiba da EFCB, a realizar-se às 15 horas do dia 2 de março de 1967, na sala número 530 do Edifício D. Pedro II.

Rio de Janeiro, 15 de fevereiro de 1967

Eng.º Leandro Petronilho Gomes Coelho

GRT-1

BANCO BOAVISTA S/A

SEDE: PRAÇA PIO X, 118-A — TEL. 23-8150

Inscrito no Cadastro Geral de Contribuintes sob N.º 33.845.541

AGÊNCIAS

CENTRO

Endereço	Agência	Telefone
Rua do Acre, 55-A	Ag. ACRE	Tel. 43-2009
Av. Franklin Roosevelt, 181-A	" AEROPORTO	Tel. 52-6737
Av. Rio Branco, 135-A e B	" AVENIDA	Tel. 52-4188
Rua Camerino, 170	" CAMERINO	Tel. 23-9177
Av. Almirante Barroso, 81-A	" CASTELO	Tel. 42-2503
Praça Floriano, 23	" CINELÂNDIA	Tel. 42-6661
Avenida Mem de Sá, 107/109	" LAPA	Tel. 32-5314
Avenida Passos, 34	" PASSOS	Tel. 43-0766
Rua da Alfândega, 237/259	" RUA DA ALFANDEGA	
Rua Santo Cristo, 200	" SANTO CRISTO	Tel. 23-8734
Praça Tiradentes, 77	" TIRADENTES	Tel. 43-0963

ZONA NORTE

Endereço	Agência	Telefone
Rua Barão do Bom Retiro, 1055-A/B	Ag. BOM RETIRO	Tel. 55-0521
Rua Haddock Lôbo, 17-B	" ESTÁCIO	Tel. 48-9660
Rua Haddock Lôbo, 438-A	" LARGO DA 2.ª-FEIRA	Tel. 28-3826
Rua Capitão Félix, 111	" MERCADO-BENFICA	Tel. 34-7055
Rua São Cristóvão, 1196-B	" S. CRISTÓVÃO	Tel. 34-5330
Rua General Roca, 675-A	" TIJUCA	Tel. 48-2096
Rua Uruguai, 199-A	" URUGUAI	Tel. 38-3946
Av. 28 de Setembro, 313-A	" VILA ISABEL	Tel. 58-4914

ZONA SUL

Endereço	Agência	Telefone
Rua Barata Ribeiro, 96-C	Ag. BARATA RIBEIRO	Tel. 57-1945
Rua Almirante Tamandaré, 77	" CATETE	Tel. 45-8356
Av. N. S. Copacabana, 656-A	" COPACABANA	Tel. 37-1942
Rua Visconde de Pirajá, 142-A	" IPANEMA	Tel. 27-0115
Rua Gal. Garzon, 22	" JARDIM BOTANICO	Tel. 46-4125
Rua das Laranjeiras, 475-A	" LARANJEIRAS	Tel. 25-7224
Av. Ataulfo de Paiva, 734	" LEBLON	Tel. 27-0116
Rua Antônio Vieira, 19-B	" LEME	Tel. 57-1871
Praia de Botafogo, 426-A	" PRAIA DE BOTAFOGO	Tel. 26-6876
Rua Voluntários da Pátria, 254	" VOLUNTÁRIOS	Tel. 46-4121

ZONA DA CENTRAL DO BRASIL

Endereço	Agência	Telefone
Av. Cônego Vasconcelos, 152-B	Ag. BANGU	Tel. 684-B
Rua João Vicente, 1093 - Lojas B e C	" BENTO RIBEIRO	Tel. 871-MH
Rua Viúva Dantas, 60 - Lojas K e J	" CAMPO GRANDE	Tel. 06-1056
Av. Monsenhor Félix, 544	" IRAJÁ	Tel. 29-8092
Rua Maria Freitas, 42-B	" MADUREIRA	Tel. 29-8092
Rua Frederico Méier, 26	" MÉIER	Tel. 29-0371

ZONA DA LEOPOLDINA

Endereço	Agência	Telefone
Rua Cardoso de Morais, 11	Ag. BONSUCESSO	Tel. 30-1474
Av. Braz de Pina, 38-B	" PENHA	Tel. 30-2703
Rua Uranos, 1109 - Loja	" RAMOS	Tel. 30-2296

SÓ OPERA NO RIO DE JANEIRO

BALANCETE EM 3 DE FEVEREIRO DE 1967

(Compreendendo Sede e Agências)

ATIVO

A — DISPONÍVEL			
Caixa			
Em moeda corrente		3.482.360.849	
Em dep. no Banco do Brasil S.A.		1.602.176.632	
Em outras espécies		6.248.212.270	11.332.749.751
B — REALIZÁVEL			
Depósitos em dinheiro, no Bco. do Brasil S.A., à ordem do BANCENTRAL		16.130.163.050	
Obrig. do Tesouro Nacional, Tipo Reajustável em depósito à ordem do BANCENTRAL, no valor nom. vigente de Cr$ ... 3.994.398.500	3.994.398.500		
Apólices e Obrigações Federais, dep. no Bco. do Brasil S.A., à ordem do BANCENTRAL, no valor nominal de Cr$ ... 50.412.300	37.518.809	4.031.917.309	20.162.080.359
Empréstimo em C/Corrente	6.142.211.425		
Empréstimos Hipotecários	68.699		
Títulos Descontados	43.181.752.849		
Agências no País	30.399.232.900		
Correspondentes no País	3.012.902.259		
Correspondentes no Exterior	4.424.911.626		
Outros valôres em moeda estrangeira	8.639.190		
Outros créditos	2.955.112.182	90.124.831.132	
Imóveis		350.360.552	
Títulos e valôres mobiliários:			
Obrigações do Tes. Nac. — Tipo Reajustável	554.202.303		
Apólices e Obrig. Federais não à ordem do BANCENTRAL	1.400.562		
Apólices Estaduais	600.320		
Apólices Municipais	23.000		
Ações e Debêntures	1.399.969.099	1.955.195.234	
Outros Valôres:			
Adicional Restituível	132.600.034		
Outros Títulos	38.730.175	171.330.209	92.602.717.177
C — IMOBILIZADO			
Edifícios de uso do Banco	10.369.345.909		
Móveis e Utensílios	1.937.495.926		
Material de expediente	54.394.662		
Instalações	1.670.046.931		14.031.283.428
D — RESULTADOS PENDENTES			
Juros e descontos	112.554.135		
Impostos	67.557.150		
Despesas Gerais e Outras Contas	922.328.467		1.102.439.752
E — CONTAS DE COMPENSAÇÃO			
Valôres em garantia		7.631.403.935	
Valôres em custódia		67.728.533.298	
Títulos a receber de C/Alheia		15.585.434.317	
Outras contas		10.907.142.481	101.852.514.031
			241.083.784.498

PASSIVO

F — NÃO EXIGÍVEL			
Capital		6.000.000.000	
Fundo de reserva legal		466.890.180	
Fundo de previsão		1.035.803.440	
Fundo de amortização do ativo fixo		2.026.907.000	
Outras reservas		1.200.000.000	
Correção monet. do ativo — Lei 4.357, de 1964		4.049.290.719	
Res. p/incorp. ao capital — Lei 4.357, de 1964		1.643.790.820	
Fundo de Ind. Trabalhista — Lei 4.357, de 1964		371.445.710	16.794.127.869
G — EXIGÍVEL			
Depósitos			
a vista e a curto prazo: de Diversos			
Sem Limite	33.178.268.096		
Populares Limitados	34.251.916.474		
Outros depósitos	8.874.517.367	76.304.701.937	
a prazo: de Diversos:			
a prazo-fixo	5.235.347.686		
de aviso prévio	12.527.735	5.247.875.421	
		81.552.577.358	
Outras Responsabilidades			
Títulos redescontados	1.674.725.000		
Agências no País	31.089.459.114		
Correspondentes no País	1.002.061.187		
Correspondentes no Exterior	38.170.854		
Ordens de pagamento e outros créditos	3.563.437.311		
Dividendos a pagar	159.149.496	37.527.010.962	119.079.588.320
H — RESULTADOS PENDENTES			
Contas de resultados			3.357.554.278
I — Depositantes de valôres em garantia e em custódia		75.359.937.233	
Depositantes de títulos em cobrança:			
do País	15.141.668.317		
do Exterior	443.766.000	15.585.434.317	
Outras contas		10.907.142.481	101.852.514.031
			241.083.784.498

Rio de Janeiro, 10 de fevereiro de 1967

CANDIDO GUINLE DE PAULA MACHADO — Diretor Presidente

FERNANDO MACHADO PORTELLA — Diretor Superintendente

LUIZ MIGLIORA — Diretor Gerente

LUIZ BIOLCHINI — Diretor Gerente

PEDRO HUMBERTO FIGUEIREDO — Diretor Gerente

OSÉAS MARTINS DE ALMEIDA JOR.

Contador C.R.C. 5739-GB.

Chefe da Contabilidade

Polícia recebe dinheiro dos condenados para não prendê-los

Um nôvo escândalo na Polícia — omissão, por dinheiro, na captura de cêrca de 30 mil condenados que andam à sôlta pelas ruas do Rio — poderá estourar nas próximas horas, porque informava-se ontem que alguns juízes, solidários com o Juiz aposentado Valdir de Abreu, estariam dispostos a denunciar esta irregularidade, considerada tão grave quanto a corrupção do jôgo e do lenocínio.

Era de pânico, ontem, a situação na Delegacia de Vigilância, onde o Setor de Capturas — que deveria ser um dos mais importantes e é o encarregado de dar cumprimento aos mandados de prisão —, está completamente acéfalo, podendo aparecer complicações para seus funcionários, caso haja uma devassa.

QUEM ESCAPA

Dentre vários elementos — o número real é de perto de 30 mil — que têm prisão decretada e que, apesar de andarem à sôlta, nunca foram molestados, porque pagam para viver em liberdade, está o elemento conhecido por Lima dos Hotéis, e responsável pela arrecadação do dinheiro da caixinha do lenocínio.

Lima, que teve sérias e fortes altercações com a Lei, apesar até de ter sido intimado a depor, numa apareceu em nenhuma Delegacia. Entretanto, sua liberdade chegou a ser flagrante quando, em companhia do Deputado Rubem Macedo, teve a ousadia de se dirigir ao Governador do Estado, oferecendo dinheiro para as vítimas das enchentes, recusado pelo Sr. Negrão de Lima, que pediu sua expulsão do Palácio.

Junto com Lima, estão diversos outros proprietários de hotéis suspeitos e casas de exploração do lenocínio, como o espanhol conhecido por Pepe, dono do motel Seven To Seven, da Barra, que, apesar de condenado e com ordem de expulsão do País, continua trabalhando em seu motel livremente e mantendo contatos com a Polícia.

GERAÇÃO PERDIDA

Afora os homens ligados ao lenocínio, existe também os contraventores — bicheiros e banqueiros — que têm diversas contas a ajustar com a Justiça e escapam aos mandados com a simples explicação de que "estão trabalhando na contravenção".

Dentre êsses elementos, existe inclusive assassinos profissionais, ladrões, arrombadores, vigaristas, donos de ferro velho, elementos que, com algum dinheiro, conseguem pagar, em liberdade, as dívidas maiores que têm com a Justiça.

Diversos delegados, solidários com a campanha da imprensa pela moralização da Polícia, têm se recusado a prestar informações, com receio de punições da Superintendência da Polícia Judiciária, que, através de ordem verbal, teria mandado "todos ficarem quietos, porque a onda passaria".

Muitos dêsses delegados se solidarizaram com as declarações do General Jaime Graça e do Juiz Valdir de Abreu. Alguns chegaram a dizer que os delegados — a cúpula da Polícia — através de certos grupos, criaram uma verdadeira maçonaria na classe, melhorando seus salários no Estado, ganhando mais na corrupção e mantendo detectives e comissários com salários baixos, para dominá-los à vontade.

Êsses delegados, que se dizem amordaçados, são a favor da extinção da Delegacia de Costumes, bem como de outras especializadas, como a Delegacia de Crimes Contra a Saúde, antiga Delegacia de Economia, e que tem sua caixinha particular no comércio do Estado.

POR QUE O FIM

Os delegados pregaram o fim da Delegacia de Costumes sob a alegação de que assim "estaria extinto o maior cancro da Polícia, porque diversos detetives pagam a pessoas influentes para passar dois meses naquela especializada, onde ficam conhecendo tôda a engrenagem da corrupção e não querem mais trabalhar em lugar nenhum, limitando-se a manter contatos com bicheiros".

Na Delegacia de Crimes contra a Saúde Pública, a situação é a mesma: as transferências para aquela especializada são disputadas também a pêso de ouro. Esta Delegacia, que se fixa mais em problemas de entorpecentes, nem disso vem cuidando a contento. Exemplo disso foram as citações, nas apurações sôbre o crime da Barra da Tijuca, de diversos integrantes de quadrilhas, viciados e traficantes, e que, apesar disso, não foram sequer ouvidos pela Delegacia especializada em entorpecentes, a de Crimes contra a Saúde.

PEDREIRAS

Além das especializadas, a corrupção é maior nas Delegacias do Centro da Cidade e de alguns subúrbios, onde, como disse certa vez um detective, as camionetas vivem quebradas, exceto entre os dias 1 e 8 de cada mês, que é a época da arrecadação das caixinhas.

Enquanto essas delegacias, que também têm elementos para elas indicados a pêso de ouro, possuem viaturas e gente à vontade, outras delegacias, chamadas de "Pedreiras" especializadas ou distritais, não possuem nem pessoal nem meios materiais. É o caso da 15.ª DD., da 8.ª DD., da 19.ª, da 7.ª DD. e das especializadas Roubos e Furtos, Delegacia de Homicídios e Interpol, isto sem falar nos órgãos técnicos do Estado, que nunca funcionaram a contento.

Enquanto surgem na imprensa críticas à atual situação da Polícia, está existindo uma briga interna entre os próprios delegados. Comentava-se ontem que o Delegado Noronha Filho, Diretor do Departamento Distrital, poderia ser nomeado para a Delegacia de Vigilância ou, em último caso, até para a Superintendência de Polícia Judiciária, porque o Delegado Olavo Rangel, atual Superintendente, aborrecido com as críticas, estaria propenso a demitir-se, deixando o lugar vago para o Secretário de Segurança promover, a contento, as modificações que deseja na Secretaria. Falava-se, ainda, na saída do atual titular da Delegacia de Costumes, Delegado Silva Júnior, que nunca escondeu aos que o procuram não ter amor ao cargo. Êle foi colocado ali apenas para cooperar com o Secretário de Segurança, que não quis atender nenhum pedido para colocar naquela Delegacia gente empistolada.

POSSE É DECISIVA

Além das modificações nas Delegacias Distritais, o Secretário de Segurança estaria disposto a efetuar, também, brevemente, mudanças radicais nas Delegacias e órgãos especializados, mas resolveu esperar até depois do dia 15 de março, posse do nôvo Presidente da República, para poder agir, pois não se sabe ainda o que o futuro govêrno vai resolver sôbre as fôrças estaduais. Revelaram que o jôgo poderá inclusive ser oficializado.

Dario Coelho defende jôgo livre

O Secretário de Segurança, General Dario Coelho, voltou ontem a defender a legalização do jôgo de bicho como a única forma para combatê-lo, "o que seria benéfico para a própria Polícia", e a reabertura de cassinos em locais pré-determinados, anunciando que, para isso, já entrou em contato com vários deputados federais para a apresentação de um projeto na Câmara".

Disse o General Dario Coelho, ao final de despacho com o Governador Negrão de Lima, no Palácio Guanabara, que a reabertura dos cassinos seria um "ótimo negócio", desde que em locais como o Recreio dos Bandeirantes e a Barra da Tijuca, e confirmou já ter compromisso com vários deputados federais para a apresentação de um projeto legalizado o jôgo de bicho e os jogos de azar.

MUDANÇAS NAS DELEGACIAS

O Secretário de Segurança confirmou que já está em execução a primeira parte do plano de reforma geral da Polícia, com a substituição de todos os chefes das delegacias distritais e alguns das especializadas. Disse que a mudança, além de quebrar a rotina, traz um interêsse nôvo para os delegados, "que encontrarão um ambiente diferente para trabalhar". Citando um critério adotado no Exército, observou que permanecer um ano numa função é pouco, dois é bom e três é demais.

DENÚNCIA DO JB

A respeito da denúncia do JORNAL DO BRASIL sôbre a conivência de policiais com traficantes de tóxicos e contraventores de jôgo de bicho na Avenida Prado Júnior, o General Dario Coelho disse que já começou uma sindicância na Secretaria de Segurança para apurar os fatos, "investigação que poderá transformar-se em inquérito se as irregularidades foram confirmadas".

Sôbre as acusações de corrupção, esclareceu que os próprios detetives atingidos encarregaram-se de pedir à Secretaria de Segurança a abertura de sindicância, "o que já foi feito".

A DO GENERAL GRAÇA

Refutando as declarações do General Jaime Graça, publicadas também no JORNAL DO BRASIL, disse o Secretário de Segurança que êle e o ex-Chefe de seu Gabinete sempre divergiram num ponto fundamental: o General Graça queria que todo o aparelho da Polícia fôsse mobilizado para combater a contravenção, "assunto que êle conhece realmente a fundo", enquanto que o Secretário achava que o combate ao crime, "do que depende a segurança imediata da população, deve vir em primeiro lugar".

— Nos seus últimos dias na Secretaria — disse —, as divergências se acentuaram também com o General Gama Lôbo, Superintendente Administrativo, partidário da tese da prioridade do combate ao crime, chegando-se a um ponto incontrolável. O General Dario Coelho fêz grandes elogios ao General Gama Lôbo, chamando-o de um "general duro, mas também um grande colaborador".

A respeito da Campanha de Educação e Repressão aos Tóxicos — CERTO —, que era presidida pelo General Jaime Graça e agora se encontra sob a direção do Delegado Caetano Maiolino, o Secretário de Segurança disse que suas atividades aumentaram consideràvelmente no momento.

— Quanto à contravenção no Rio — continuou —, o certo é que ela é combatida atualmente muito mais do que nos anos anteriores, como demonstram os resultados alcançados. Agora, se não querem acreditar nas nossas estatísticas, isto é outro problema — acrescentou.

DESEQUILÍBRIO SALARIAL

O General Dario Coelho reconheceu também que uma das causas das deficiências da Polícia carioca, "e das polícias em geral", é o desequilíbrio salarial "muito grande" entre seus membros, "o que a Secretaria, com os recursos que recebe atualmente, não pode corrigir".

— Trata-se de um problema da competência das finanças do Estado.

Prosseguindo, disse que o dinheiro do jôgo de bicho não dá para cobrir a diferença, "mas é verdade que paga uma parte".

AMIZADE

Respondendo a uma pergunta sôbre quais eram as suas relações com o futuro Presidente da República, Marechal Costa e Silva, o General Dario Coelho disse: — Foi quem me colocou na Secretaria.

Lembrou, a seguir, a antiga amizade que os une, alicerçada principalmente quando o então General Costa e Silva era o Comandante do III Exército, no Rio Grande do Sul, e êle o seu Chefe do Estado-Maior.

Bispo quer moralizar a Polícia

Um trabalho de moralização da Polícia foi apontado ontem pelo Bispo da Zona Sul, D. Castro Pinto, como a medida necessária para que se possa promover a curto prazo a diminuição da onda de crimes em certos pontos do Bairro de Copacabana, como o Leme e a Avenida Prado Júnior.

Depois de revelar que está guardando as reportagens do JORNAL DO BRASIL sôbre a Avenida Prado Júnior, para estudá-las em benefício de sua paróquia, disse D. Castro Pinto que "quando as autoridades passam a agir em conivência com malfeitores, é sinal de que a sociedade está passando por um período de estagnação moral".

SUICÍDIO

— A sociedade, quando entregue a autoridades coniventes com criminosos — acrescentou o Bispo da Zona Sul — pode estar certa que se encontra a caminho do suicídio.

— Tôda vez que um traficante de drogas, por exemplo, encontra um policial que se venda — continuou — está claro que vai procurá-lo como sendo o caminho mais rápido e o meio mais eficaz para alcançar seus objetivos, que é se sentir em segurança para aliciar os incautos e levá-los ao vício.

Para D. Castro Pinto o policial corrupto pode ser considerado igualmente um elemento corruptor da sociedade.

Belfort Roxo também é perigosa

Apesar de residirem nas proximidades dois Delegados, Srs. Fernando Schwab e Hermes Machado, a Rua Belfort Roxo está também incluída no perímetro do crime em Copacabana, que vai da Avenida Princesa Isabel até a Rua Hilário de Gouveia, onde fica a 12.ª Delegacia Distrital.

Em 1956, houve seis crimes de morte na rua, que tem menos de meio quilômetro de extensão, sendo que os assassinatos de uma francesa e de uma secretária durante muito tempo ficaram em mistério, exigindo uma série de investigações.

A Rua Belfort Roxo, que pega grande parte da Praça do Lido, foi durante muito tempo — e até hoje ainda é — ponto de lambretistas e motociclistas, havendo nas suas imediações, na Rua Ronald de Carvalho, um movimentado ponto de bicho, encostado na porta da boate Rio Agogô.

O pior ponto, porém, é a esquina da Avenida Copacabana, onde o Bar do Alfredão continua a funcionar de maneira acintosa, promovendo reuniões de anormais — um casamento foi até noticiado pela imprensa — sem que a Polícia tome qualquer providência.

No Alfredão há grande afluência de viciados em narcótico, que ali encontram vendedores tranqüilos, muitos dêles amigos de policiais e dos *leões de chácara* da casa. Um dos traficantes que fazem ponto ali é Manuel Tibúrcio.

Jaime Graça confirma denúncias

Em resposta ao desmentido e às acusações da Secretaria de Segurança, o General Jaime Ribeiro da Graça confirmou ontem tôdas suas declarações sôbre a corrupção policial — publicadas anteontem no JORNAL DO BRASIL — e disse que "o assessor de imprensa tem interêsse em defender a Delegacia de Costumes, uma vez que serviu lá alguns anos".

O General Jaime Ribeiro da Graça, ex-Chefe de Gabinete do Secretário de Segurança, disse que não pretende afirmar que o General Dario Coelho é desonesto e frisou que "não procurei fazer sensacionalismo, pois o que denunciei foi o mínimo, apenas o necessário para servir de base à reformulação policial".

A RESPOSTA

Em resposta à nota oficial da Secretaria de Segurança, o General Jaime Ribeiro da Graça disse:

"1 — A nota do assessor de imprensa da Secretaria de Segurança constitui a melhor prova de nossa afirmativa de que o atual Secretário de Segurança é mal assessorado e que o assessoramento é ponto de capital importância.

2 — O redator da nota oficial parece não ter compreendido o que leu, fato que não se justifica em um assessor de imprensa.

3 — Não ataquei o atual Secretário, cuja honradez sempre proclamo: "Até em questões indignas a Secretaria de Segurança recebe pressões, basta dizer que um deputado estadual chegou a propor ao atual Secretário entrar em entendimento direto com os maiorais do jôgo. Felizmente o General Dario Coelho repeliu prontamente a indecorosa proposta, o que, aliás, (é justo que se diga) era regra em fatos semelhantes".

4 — Também, na entrevista ao JB, não procurei atacar. Tenho em vista, apenas, moralizar.

5 — A nota da assessoria de imprensa diz que "aceitei o que no momento acho irregular". Pobre assessor! Se aceitasse, teria ficado no cargo. Justamente por não aceitar é que solicitei minha demissão.

6 — Antes de sair, dei conhecimento às autoridades militares. Disse-lhes, também, as razões.

7 — Não procurei sensacionalismo. O que saiu no JB foi um mínimo, apenas o necessário para servir de base à reformulação policial.

8 — É natural que o assessor defenda a Delegacia de Costumes, uma vez que na mesma serviu alguns anos."

Aliverti defende-se : "é infâmia"

O Sr. José Aliverti, demitido da Polícia a bem do serviço público, compareceu ontem ao JB para apresentar a sua defesa em relação ao que sôbre êle foi publicado na primeira reportagem sôbre a Avenida Prado Júnior, que considera "uma infâmia":

— O inquérito administrativo feito para me demitir foi uma farsa — disse o ex-policial. Basear-se num inquérito-farsa, para em apoio ao Sr. Negrão de Lima, tentar destruir-me em vida, em nada engrandece o JB.

ARGUMENTAÇÃO

O Sr. José Aliverti começou por contar a sua versão sôbre o inquérito da Secretaria de Segurança Pública, que provou ter êle, depois de prender todos os traficantes de cocaína do local que fiscalizava, se apropriado dos *pontos do pó* e se transformado em um dos maiores traficantes:

— Há um ano atrás denunciei e provei a corrupção que hoje domina a Guanabara. O Governador determinou a minha prisão e a instauração de um inquérito administrativo onde valesse tudo para me demitir, em meio a um escândalo, fórmula capaz de diminuir o impacto das minhas denúncias. Assim, marginais de tôda ordem desfilaram ante a Comissão. Basta lembrar que um dêles, que ali estava como feirante regenerado, tinha nas costas apenas 37 inquéritos criminais, e cujo pai, banqueiro de bicho, prêso por mim em flagrante, fôra condenado a dois anos de prisão. O Govêrno do Estado, a tal ponto está ciente da farsa contra mim engendrada que, tão logo me demitiu, procurou silenciar sôbre o inquérito. Prova inconteste disso é que, decorrido um ano da minha demissão, buscam impedir a todo custo que eu me defenda na Justiça, pois até um requerimento em que peço inquérito criminal contra mim mesmo, protocolado sob o número 22 502, foi indeferido.

Est. do Rio tentará renovação

Niterói (Sucursal) — O Secretário de Segurança Pública do Estado do Rio, Coronel Francisco Homem de Carvalho, explicou ontem, em entrevista coletiva, a necessidade de renovação na Polícia, com a formação de elementos novos e capazes, instruções adequadas para os policiais que não as receberam e conservação nos quadros da Secretaria apenas dos elementos considerados bons.

O Coronel disse que "se o Exército é hoje uma liderança é porque tem boas escolas e lança sempre sangue nôvo" e afirmou que a Polícia do Estado do Rio será moralizada e que não há implicações que possam impedi-lo de tomar qualquer medida necessária para isso.

A Escola de Polícia do Estado do Rio está fugindo de suas finalidades, segundo o Secretário, e será dinamizada para que possa formar policiais realmente capazes. O Coronel Francisco Homem de Carvalho pretende verificar as atividades de cada funcionário da Secretaria, modificando as funções daqueles que não estiverem bem adaptados.

Outro setor da Secretaria que segundo o Coronel não vem trabalhando com eficiência é o Serviço de Censura, e está sendo estudado o nome de um nôvo chefe. "Também a Polícia Técnica precisa de um reajustamento e os peritos de maiores instruções, que deverão ser dadas na Escola de Polícia", afirmou.

SEM ESPANCAMENTOS

O Secretário de Segurança disse que não admitirá espancamentos nas Delegacias do Estado do Rio e que os delegados responderão por qualquer violência usada em suas repartições. Informou que na semana passada já puniu um delegado por êsse motivo e que assim agirá sempre que fôr provada qualquer denúncia de espancamento.

Leia Editorial "Simplismo"

Pelacani deixou Montevidéu

Pôrto Alegre (Sucursal) — As autoridades uruguaias comunicaram hoje a oficiais do Serviço Nacional de Informações que o líder sindical brasileiro Dante Pelacani, que estava asilado em Montevidéu, está ausente daquela capital há sessenta dias. Os informantes não souberam dizer se o Sr. Dante Pelacani está no Rio Grande do Sul, mas acreditam que o mesmo se encontre em São Paulo.

Soldados da PM brigam com rapazes em Niterói e batem até em mulheres e crianças

Niterói (Sucursal) — Senhoras e crianças espancadas a golpes de cassetete, duas agências bancárias fechadas, choques entre veículos e trânsito paralisado por mais de uma hora foram as conseqüências do festival de violências promovido por soldados da Rádiopatrulha e da PM na Avenida Amaral Peixoto, ao tentarem prender uns rapazes que deram baixa no Exército e comemoravam o acontecimento nos bares do Centro.

A violência dos policiais, que foram vaiados durante todo o tempo pelo povo, teve início em frente ao Banco Lar Brasileiro, na esquina da Rua Visconde de Uruguai, e sòmente terminou com a interferência de um sargento do Exército, conhecido por Costa, cujo carro, o Volkswagen de placa RJ 2-21-910, foi abalroado por um ônibus.

O ESPETÁCULO

Por volta das 13 horas, um grupo de jovens que deixaram ontem o Serviço Militar comemoravam o acontecimentos em bares das ruas centrais de Niterói, enquanto alguns mais exaltados ameaçavam provocar brigas, mas eram contidos pelos próprios companheiros.

Uma guarnição da Rádio-Patrulha, solicitada por comerciantes, foi encontrar os jovens na esquina da Rua Visconde de Uruguai com Avenida Amaral Peixoto, quando o chefe da equipe policial, Nei Lopes, se dirigiu ao grupo com palavras ásperas, o que gerou revolta entre os próprios populares. Como os jovens não o atenderam, o militar deu voz de prisão a dois integrantes do grupo, que também não o obedeceram.

Não podendo se impor pela fôrça moral, os patrulheiros sacaram suas armas e investiram contra a multidão postada nas calçadas; os que procuravam fugir eram perseguidos e empurrados para o interior do Banco Mineiro da Produção, cujas portas de vidro foram fechadas pelos policiais para impedir a entrada do povo que protestava contra a violência.

Choques da Polícia Militar chegaram logo após e passaram a espancar, com golpes de cassetetes de madeira, os populares", inclusive mulheres e crianças que passavam pelo local. Uma jovem de aproximadamente 15 anos foi pisoteada durante a confusão e levada para um veículo estacionado nas proximidades.

A esta altura, a Avenida Amaral Peixoto ficou literalmente tomada por populares, que, aos gritos, protestavam contra o *show* de violências promovido pelos policiais. As arbitrariedades só acabaram com a interferência do sargento Costa, que passava ocasionalmente pelo local e ordenou aos milicianos a paralisação da agressão contra o povo. Os PMs entraram em seus veículos e deixaram o local sob estrepitosa vaia.

Os jovens Ailton Alves dos Santos e Luís Antônio Martins dos Santos foram colocados numa radiopatrulha encostada na porta do Banco Mineiro da Produção e depois levados para o 1.º Distrito Policial, onde foram autuados por desacato e agressão aos patrulheiros Nei Lopes e Otacílio Luís da Fonseca, que apresentavam escoriações. Os jovens foram ainda submetidos a exame etílico.

Turma de 46 fará missa por colega

A turma de 1946 (Direito, PUC), coordenada pelo advogado Reinaldo Reis, mandará celebrar hoje, às .... 10h30m, missa de 7.º dia pela alma do Prof. Geraldo de Almeida Pinto.

O Prof. Almeida Pinto foi o primeiro colocado no concurso para Promotor, tendo falecido no pôsto de Curador, na Guanabara. Foi também, o primeiro formando de 1946 a ocupar o pôsto de Ministro (interino dos Organismos Regionais).

Caxias vai fiscalizar o que come

Niterói (Sucursal) — O Prefeito de Caxias, Sr. Moacir do Carmo, convidou para chefiar o Serviço de Inspeção de Alimentos, que acaba de criar, o Capitão do Exército José Maria de Werneck, tendo solicitado ontem, em ofício dirigido ao Ministério da Guerra, que o militar seja colocado à disposição da Prefeitura.

O Sr. Moacir do Carmo, que se confessa alarmado com as precárias condições de higiene de Caxias, cidade de 400 mil habitantes que não tem uma rêde de esgotos, pretende acabar, através do Serviço de Inspeção de Alimentos, com a atividade dos matadouros e fábricas de lingüiça clandestinos.

Garçons preparam mudança dos bares de Zica ajudados por marujos e mulheres

Os garçons dos bares Flórida e Hanseática, ajudados por marujos, embarcadiços, boêmios e prostitutas que, desde 1927, freqüentam a Praça Mauá, começaram ontem, servindo chope de graça, a empilhar mesas, cadeiras, espelhos antigos e discos velhos das duas casas, onde tripulações faziam ponto, trocavam dólares e escreviam cartas.

Cheio de marinheiros do *Lord Panamá* — cargueiro inglês atracado no armazém 9 —, o bar Flórida está servindo aos freqüentadores as últimas doses de uísque, gin, e vodca, antes de ser entregue ao Ministério da Indústria e do Comércio, que pagará ao proprietário Zica como indenização, NCr$ 107 000,00 (107 milhões de cruzeiros antigos).

UM ADEUS SINGULAR

O advogado Luís Pereira, remanescente do grupo de Chico Alves, Bororó, Luís Guimarães, Linda Batista, Zezé Fonseca e Lutero Vargas, trepou na mesa da prostituta **Olga Canela de Vidro** e, alcoolizado, atacou o ato de desapropriação.

— Por NCr$ 107 000,00 o Paulo Egídio tritura o Flórida e o Hanseática. O Govêrno quer petróleo, manufaturados, eletricidade, aço, aparelhos eletrodomésticos, alimentos, siderúrgicas, altos-fornos, tudo à custa da nossa matéria-prima. Se o Luís Guimarães estivesse vivo isso não acontecia. A Praça Mauá estava salva.

Indiferente, Chattanooga Muller, tripulante do **Lord Panamá**, tomou duas doses de Kummel, perguntou porque fechavam o Hanseática, nome de um pôrto africano, e pagou a despesa com uma libra de prata, talvez a última recolhida à caixa.

— Diga a êle que, quando deixei Nova Iorque, fecharam o **Grimp's** para montar um **drugstore**. Mas em qualquer cais do mundo, até aqui na Praça Mauá, há sempre gente bebendo junto. Se fôr gente do mar, então, nem se fale...

Oito garçons, instruídos pelo gerente do Flórida, Sr. Fernando González, arrumaram mesas de canto, toalhas, três espelhos belgas comprados por Zica, em 1928 por Cr$ 18 mil, duas pedras de mármore de Carrara, vitrais franceses e talheres para o leilão da próxima quarta-feira. O garção Teixeira, com 35 anos de Praça Mauá, intérprete, barman, leão-de-chácara e poliglota, foi barrado no Gabinete do Ministro Paulo Egídio.

Manuel da Silva Abreu, o Zica, cujos negócios compreendiam compra de mercadorias leiloadas pela Alfândega, especulação imobiliária, frotas de táxis, financiamento de campanhas eleitorais e contrabando, procurou o advogado Francisco de Araújo Cunha para pleitear aumento da indenização.

Embaixador de Portugal se credencia

O Presidente da República receberá, às 11h de hoje, no Palácio do Planalto, em Brasília, as credenciais do nôvo Embaixador de Portugal no Brasil, Sr. José Manuel de Magalhães Fragoso.

Previdência não demitirá interinos

A demissão dos interinos da Previdência, que chegou a ser noticiada por um jornal da Cidade, foi ontem desmentida pelo Presidente do Conselho Diretor do DNPS, Sr. José Dias Corrêia Sobrinho, segundo o qual "a situação de todos acaba de ser examinada pelos órgãos competentes, sendo considerada regular".

Pianista está aligeirado para derrotar Cairo

Wilson Ferreira com uma só medida motivou uma economia de NCr$ 2 400,00 ao Jóquei

O Comissário de Corridas, Wilson Ferreira, declarou que está colocando a máquina administrativa do hipódromo, dentro dos melhores padrões de efetividade e dentro das necessárias limitações financeiras, e como primeira iniciativa cortou a impressão de oito mil programas de cada reunião, promovendo uma economia de NCr$ 2 400,00 (24 milhões de cruzeiros antigos).

Mas, para mostrar que suas soluções também obedecem a um padrão onde pode ser incluído o humano, informou que se encontra revendo tôdas as matrículas cassadas no ano que passou e ao observar determinados detalhes em favor do profissional, certamente que não hesitará em propor o retôrno aos quadros atuantes. No momento está apreciando o problema dos devedores da Previdência Social.

DÍVIDA

O Comissário acha que, mesmo devedores, os profissionais não devem ser suspensos até o momento da quitação, pois não admite que a maioria tenha deixado de pagar por desleixo justamente ao órgão que maiores benefícios lhes presta.

Mas, acrescentou que, em meio a vários jóqueis e treinadores modestos, existem com dívida três ou quatro profissionais que se encontram na atual situação por simples relaxamento e com relação a êstes acha possível tomar uma medida punitiva.

MUITA COISA

Apesar de estar coordenada a máquina administrativa do Jóquei no setor do hipódromo, acredita que muita coisa existe por fazer o que vai tentar conseguir.

No setor dos programas conta com várias denúncias ainda, inclusive tendo informações de distribuições feitas a vários *bookmakers*, fato que vai tentar apurar e agir com o maior rigor contra os culpados, caso o fato seja verdadeiro.

Programas com chaves para sábado e domingo na Gávea e suas montarias oficiais

SÁBADO

1.º PÁREO — Às 14 horas — 1 000 metros — NCr$ — 2 000,00 (Kg.)

- 1—1 Haé, A. Santos 4 55
- 2 Esula, J. Tinoco ... 2 55
- 2—3 Randana, L. Correia, 7 55
- 4 Exclusiva, D. P. Silva 5 55
- 3—5 Karajaná, F. Pereira F.º .... * 55
- 6 Igaruama, J. Borja .. 1 55
- 4—7 Aranée, J. Reis 6 55
- " Algaroba, F. Estêves, 3 55

2.º PÁREO — Às 14h30m — 1 600 metros — NCr$ 1 300,00 (Kg.)

- 1—1 San Isidro, J. B. Paulielo, ... * 57
- 2—2 Tom Jones, J. Brizola, 1 57
- 3 Ragamuffin, J. Silva . * 57
- 3—4 Corcel, J. Pedro F.º .. * 57
- 5 Flattery, A. Marçal, . 2 57
- 4—6 Incat, J. Reis, ... * 57
- " Cuore, J. Queirós, .. * 57
- " Taguari, J. Machado . * 57

3.º PÁREO — Às 15 horas — 1 200 metros — NCr$ 1 100,00 (Kg.)

- 1—1 Tobacco Road, P. Alves 3 55
- 2 Riley, J. Queiha, ... * 56
- 2—3 Jus-Jac, J. Reis, ... 1 54
- 4 Esmont, A. Machado, 2 55
- 3—5 Sisal, J. Machado, ... * 56
- 6 Espadachim, R. Penido * 55
- 4—7 Falconet, J. Paulielo, * 55
- 8 Deléu, J. Pedro F.º, . * 56

4.º PÁREO — Às 15h30m — 1 300 metros — NCr$ 1 300,00 (Kg.)

- 1—1 Vestal Girl, J. Pedro F.º, ... * 57
- 2 Bertie, S. Silva, ... 2 57
- 2—3 Trucha, A. Machado, . * 57
- 4 Guia, J. Paulielo, ... 3 57
- 3—5 Quala, F. Meneses, .. * 57
- 6 Happy Star, F. Pereira F.º, ... * 57
- 7 Dolce Farniente, L. Alvarenga, ... * 57
- 4—8 Arableu, O. F. Silva, 1 57
- 9 Arquibola, J. Queiroz, * 57
- 10 Virajuba, J. Tinoco, . * 57

5.º PÁREO — Às 16h05m — 1 600 metros — NCr$ 1 100,00 (Kg)

- 1—1 Barquito, J. Machado, * 56
- 2 Elogio, S. Silva, ... 1 56
- 2—3 Lagêdo, O. F. Silva, . * 56
- 4 Benonita, P. Alves, .. 2 56
- 3—5 Jimba-Loo, I. Oliveira, * 56
- 6 Rei de Monlal, M. Henrique, ... * 57
- 7 Cambroeira, A. Marçal, 3 55
- 4—8 Estuário, J. Ramos, . * 56
- 9 Arnagot, A. Machado, 4 56
- 10 Majô, N. Correrá, ... * 56

6.º PÁREO — Às 16h40m — 1 600 metros — NCr$ 1 600,00 (Kg.)

- 1—1 Guadalquivir, J. Machado, ... 2 56
- 2—2 London, F. Pereira F.º * 56
- 3 Leléu, A. Machado, .. 3 56
- 3—4 El Ciclon, J. Reis, ... 4 56
- 5 Lucky, S. Silva, ... 1 56
- 4—6 Arminho, P. Alves, .. 5 52
- 7 Curopé, D. Moreira, . 5 52

7.º PÁREO — Às 17h15m — 1 500 metros — NCr$ 1 600,00 — (Prova Esp.), (Betting). (Kg.)

- 1—1 Princesita, M. Silva, . 4 51
- 2 Olalá, J. Reis, ... 2 52
- 2—3 La Française, F. Pereira F.º, ... * 54
- 4 Estória, J. Brizola, ... 1 52
- 5 Happy Moon, L. Santos * 52
- 3—6 Talisca, N. Correrá, . * 53
- 7 Estilheira, J. Tinoco, . * 52
- 8 Fusão, S. Silva, ... * 52
- 4—9 Elora, J. Borja, ... 5 52
- 10 Freeness, J. Machado, 3 52
- 11 Carreira, J. B. Paulielo * 54

8.º PÁREO — Às 17h50m — 1 200 metros — NCr$ 1 600,00, (Betting) (Kg.)

- 1—1 White Hunter, J. B. Paulielo, ... * 56
- 2 Mambrum, J. Reis, .. 6 56
- 2—3 Gorino, R. Penido, ... 7 56
- 4 Chepiá, J. Santana, .. 8 56
- 5 Royal Fox, F. Pereira F.º, ... 5 56
- 3—6 Micro, P. Alves, ... 4 56
- 7 Hanover, L. Carlos, .. 2 56
- 8 Lulucn, J. Borja, ... 3 56
- 4—9 João Ternura, J. Gil, . * 56
- 10 Dr. Didi, J. Machado, * 55
- 11 Violento, F. Meneses, 1 56

9.º PÁREO — Às 18h25m — 1 200 metros — NCr$ 1 100,00, (Betting) (Kg.)

- 1—1 Fair Girl, J. Brizola, . 4 56
- 2 Fabienne, J. Machado, 1 54
- 2—3 Twist, A. Marçal, ... 2 55
- 4 Pakori, P. Fernandes, 2 55
- 3—5 Fair City, F. Pereira F.º, ... * 55
- 6 Ardenza, J. Borja, ... * 55
- 7 Arteira, R. Carmo, .. 3 54
- 4—8 Hoppy Princess, L. Santos, ... * 37
- 9 Flora Cambucá, J. Tinoco, ... * 55
- 10 Bela Luiza, J. Queirós, * 53

DOMINGO

1.º PÁREO — Às 14 h — 2 100 metros — NCr$ 960,00 (Kg)

- 1—1 Cantilever, D. Moreira .... x 58
- 2—2 Gipso, J. Pedro F.º x 53
- 2—3 Crispin, I. Oliveira . 1 52
- 4 Quaestura, O. F. Silva x 50
- 4—5 Dragon Bleu, P. Alves x 57
- 6 Lanção, F. Meneses .. x 54

2.º PÁREO - Às 14h 30m - 1 000 metros — NCr$ 1 600,00 (Kg)

- 1—1 Gran Mozol, J. Ramos 1 56
- 2—2 Good Girl, J. Machado 3 50
- 3—3 Alzan, P. Alves 5 52
- 4 Groa, J. Queiroz 6 50
- 4—5 Gálio, A. Santos 2 50
- 6 Bebeto, F. Pereira F.º 4 52

3.º PÁREO — Às 15 h — 1 000 metros — NCr$ 2 000,00 (Kg)

- 1—1 Obstacle, P. Alves . 3 55
- 2 Zé Cara de Pau, J. Tinoco 5 55
- 2—3 Sinuleiro, J. Pedro F.º 7 55
- 4 Suez, J. Silva 2 55
- 3—5 Hanoi, A. Machado .. 8 55
- 6 Ulpiano, J. Terres .. 1 55
- 7 Camury, J. Santana .. 9 55
- 4—8 Conrasul, J. Reis 6 55
- 9 Estibano, A. Nery 7 55
- 10 Horco, A. Santos 4 55

4.º PÁREO - Às 15h 30m - 1 300 metros — NCr$ 1 300,00 (Kg)

- 1—1 Nauta, J. Borja 7 57
- 2 Lord Byron, J Brizola 3 57
- 2—3 Maipú, C. Morgado .. x 57
- 4 Feitiço da Vila, D. P. Silva .... x 57
- 3—5 Celso, A. M. Caminha x 57
- 6 Kopenick, J. Pedro F.º x 57
- 7 El Maestro, L. Correia 2 57
- 4—8 Votado, D. Moreira . 6 57
- 9 Cabouchard, R. Penido 4 57
- " Empolgante, I. Pinheiro 5 57

5.º PÁREO - Às 16h 05m - 1 900 metros — NCr$ 1 600,00 — (Prova Especial) (Kg)

- 1—1 Massari, J. Silva 4 55
- 2—2 Django, J. Machado .. 3 55
- 3 Disto, J. Reis 5 52
- 2—4 Rangpur, J. Pedro F.º x 54
- 5 Imperador Ricardo, J. Silva 1 52
- 4—6 Lombardo, J. Santana 2 55
- 7 Novamás, P. Alves ... x 54

6.º PÁREO - Às 16h 40m - 1 200 metros — NCr$ 1 300,00 (Kg)

- 1—1 Venuto, J. B. Paulielo 3 57
- 2 Fidalgo, S. M. Cruz . 2 57
- 2—3 Fair Boy, D. Netto .. x 57
- 4 Guignard, J. Brizola . x 57
- 3—5 Desatino, M. Silva ... x 57
- " Fluido, J. Machado .. x 57
- 6 Empresário, F. P. Silva x 53
- 4—7 Feudo, J. Borja 1 57
- " Fluxo, A. Santos .... x 57
- " Mannazo, R. Carmo . x 53

7.º PÁREO - Às 17h 15m - 1 200 metros — NCr$ 1 600,00 — (Betting) (Kg)

- 1—1 Estância, D. Netto .. x 56
- " Cristine, N. correrá .. x 56
- 2 Gênese, L. Santos .. 2 56
- 2—3 Glaúde, A. Santos .. 10 56
- 4 Querubina, J. Ramos 5 56
- 5 Rocha Negra, J. Brizola 8 56
- " Sêstria, J. B. Paulielo 12 56
- 3—6 Diffah, F. Pereira F.º 1 56
- 7 Luana, C. Morgado .. 4 56
- 8 Tulinha, P. Alves .. 6 56
- 9 Ledermaus, A. Marçal 11 56
- 4-10 Acádia, S. M. Cruz .. 7 56
- 11 Grenade, F. Estêves .. 3 56
- 12 Hopa, J. Baffica 9 56
- " Maria Liza, M. Henrique 13 56

8.º PÁREO - Às 17h 50m - 1 600 metros — NCr$ 1 600,00 — (Betting) (Kg)

- 1—1 Gironda, J. Machado . 3 56
- 2 Albione, J. Reis 2 56
- 2—3 Querença, J. Terres . 1 56
- 4 Askélia, J. Santana .. 4 56
- 3—5 Serein, J. Borja .... x 56
- " Leer, A. M. Caminha x 56
- 6 Flora Mascarada, J. Tinoco .... x 56
- 4—7 Batuca, F. Estêves .. x 56
- 8 Glíptica, J. B. Paulielo .... x 56
- 9 Tatiaia, O. Ricardo .. x 56

9.º PÁREO - Às 18h 25m - 1 400 metros — NCr$ 1 100,00 — (Betting) (Kg)

- 1—1 Extra-Dry, P. Alves .. x 58
- 2 Lincolin, O. F. Silva . 1 53
- 2—3 Haval, R. Carmo .... x 54
- 4 Rajan, J. Borja .... x 59
- 3—5 Camafeu, C. Morgado x 58
- 6 Arkepan, T. Tinoco . x 53
- 7 Seu Becão, A. Hodecker .... x 55
- 4—8 Trovão, J. Reis ...... x 57
- 9 Araranguá, J. Terres . x 53
- 10 Good Hound, J. Santana .... x 58

Binóculo

Bar, que foi um dos maiores ganhadores — de páreos — das pistas cariocas, quando treinado por Francisco Abreu, revelou-se um excelente reprodutor, tanto que das oito éguas que cobriu, tôdas estão cheias. Segundo seu proprietário, Issac Sidi, os primeiros produtos de Bar correrão mesmo sob a sua farda.

● **Vai aumentar**

O Sindicato dos Profissionais deverá conseguir hoje um aumento de dois para três salários mínimos, na pensão dos antigos profissionais do turfe que estão aposentados. Carlos Ribeiro, depois de muito lutar, conseguiu mais esta vitória para sua classe.

● **Regresso**

Finalmente, depois de vários meses de luta com a morte, o cavalo chileno Quilmen deverá regressar a sua terra, pràticamente curado do mal que o acometeu na véspera do Grande Prêmio Brasil de 1966. Otávio Dupont acha que Quilmen poderá voltar logo nos primeiros dias de abril.

● **Novidade**

Nelito de Almeida, proprietário do cavalo Texano, estêve ontem pela manhã na Gávea e disse que seu animal deverá se submeter a um tratamento de agulhas radioativas no joelho, sendo isto uma autêntica novidade em Cidade Jardim. Assim, acredita que o craque fique por alguns meses fora das pistas.

● **Na estréia**

Almablue, um potro do Senhor Indemburgo de Lima e Silva, estreou ganhando no Sul com rara facilidade, marcando 48"2/5 para 800 metros. Faustino Costas espera ter êste animal em suas cocheiras dentro de mais ou menos um mês.

● **À venda**

Estão à venda na Gávea vários animais, sendo os mais conhecidos: Maladroit, Protocolo, Kaleco, Indefinito, êstes todos nas cocheiras de Válter Aliano. E mais, Disto, Dr. Didi, Estádio e India Moema.

● **Estranho**

G. Alves que tinha sido afastado do quadro de jóqueis da Gávea, por ter puxado vergonhosamente Sassaruê, nos seus poucos dias no turfe carioca, voltará a montar, agora, como contratado do Stud *Vacances D'Eté o que não deixa de ser estranho, pois êste* Stud *sempre primou pela correção de atitudes. Quanto ao exemplo de João Paulielo, não deve ser comparado, já que êste freio trouxe uma fôlha bastante aceitável do turfe paulista, enquanto G. Alves nada significa, realmente, em turfe algum do País.*

Nossos palpites para hoje

1. Hajibe - Manche - Itaroguam
2. Quebrada - Pimentinha - Sana-Mine
3. Pianista - Cairo - Ocar-Way
4. Miss Seival - Kiriaki - Muguinha
5. Hippo - Al-Astro - Caudilho
6. Badajoz - Galardão - Blue Sea
7. Dunois - Boran - Negra do Sul

Cairo, Pianista e Ocar-Way são os nomes de maior evidência da melhor carreira desta noite na Gávea, tendo o pilotado de A. Ricardo uma ligeira vantagem sôbre os seus mais sérios rivais, pois, agradou em cheio no seu apronto de 360 metros, em 21, quando demonstrou inclusive estar agora bastante aligeirado para tiros curtos de 1 200 metros.

Cairo, que chegou de São Paulo bastante fora de forma, já parece outro animal e está mais firme dos locomotores, não apresentando a mesma dificuldade para caminhar como antes. É um animal de categoria e está pronto para marcar seu primeiro triunfo na Gávea.

PELO APRONTO

Hajibe impressionou aos observadores pela maneira fácil como marcou 52" no apronto, e isto basta para se despedir das pistas com uma vitória nesta carreira. Manche numa raia sêca é o seu maior obstáculo, ficando ainda com alguma chance de aparecer bem no final Itaroguam, que é sempre das surprêsas.

VELOCIDADE

Quebrada é a mais veloz nesta carreira, e sòmente tendo um percurso muito brigado no início é que pode deixar a pista com a derrota nesta oportunidade. Pimentinha, Floraninha e Sana-Mine, são as suas maiores adversárias, com uma ligeira vantagem para Pimentinha, que o treinador Válter Aliano acha que agora está como nunca.

GRANDE FORMA

Miss Seival é franco retrospecto nesta carreira, sendo realmente difícil a sua derrota nesta oportunidade. Melhorou mais ainda da sua estréia até esta data a pensionista de Sabatino D'Amore. Kiriaki, pela velocidade que tem no início do percurso é forte adversária, o mesmo acontecendo com Muguinha, que nos bastidores é tida como uma das melhores pules da noite.

VÁRIAS CHANCES

Hippo, Beaurevers, Caudilho e Hal-Astro são os nomes de maior evidência nesta quinta carreira, sendo realmente difícil que o vencedor não saia dêste lote. Hippo, que vem perdendo carreiras incríveis, pode agora se reabilitar totalmente, tendo no entanto que se cuidar dos progressos de Hal-Astro, que nas matinais foi o que mais se destacou para esta prova.

GRANDE TRABALHO

Badajóz tem 88" para os 1 300 metros, marca que para esta turma pode ser considerada aceitável. Êste pilotado de J. Borja se puder pegar a cêrca de fora ainda na entrada da reta final, pode agora se reabilitar totalmente dos seus últimos fracassos. A luta pela dupla será entre Galardão, Caudilho e Citizen, havendo agora grandes esperanças em Galardão, que parece ter voltado a sua melhor forma técnica.

DESPISTADO

O paulista Dunois, que segunda-feira última, correu e fracassou na noturna de Cidade Jardim, está faladíssimo para a corrida de hoje na Gávea, pois dizem que vai largar e acabar. Então a luta será mesmo pela formação da dupla, sendo qu Boran tem mais chance que os outros pela boa forma técnica que demonstrou quando do seu apronto. Negra do Sul, vem logo depois e é um grande perigo na competição, caso consiga fazer um *train* falso na primeira parte do percurso.

Montarias oficiais, treinadores e últimas "performances" para hoje

1.º PÁREO — ÀS 21 HORAS — 1 600 METROS — RECORDE: 97"2/5 — FARINELLI — PRÊMIOS: NCR$ 1 000.

Animais / Jóqueis	Cl.	Kg.	Tratadores	Ult. Performance	Dist.	Pista	Tempo
1—1 Manche, A. Hodecker	*	57	W. G. Oliveira	10.º Ocar-Way	1 300	NP	84"1/5
2 Elau, R. Carmo	*	57	C. I. P. Nunes	5.º Elfo	1 600	NP	105"4/5
2—3 Paranal, O. F. Silva	*	57	E. P. Coutinho	2.º Elfo	1 600	NP	105"4/5
4 Sassaruê, P. Fernandes	3	57	A. Correia	7.º Itaroguam	1 200	NL	75"4/5
3—5 Itaroguam, L. Correia	*	57	C. Morgado	3.º Pianista	1 300	NP	84"
6 Happy Kid, L. Santos	*	57	A. Morales	4.º Elfo	1 600	NP	105"4/5
4—7 Hajibe, L. Carvalho	2	57	M. Oliveira	2.º Ivan	1 300	NP	82"
8 Luminador, M. Nielevinck	1	57	R. Costa	9.º Lord Saba	2 000	GL	126"1/5

2.º PÁREO — ÀS 21H 30M — 1 300 METROS — RECORDE: 79"2/5 — FARINELLI — PRÊMIOS: NCR$ 800.

Animais / Jóqueis	Cl.	Kg.	Tratadores	Ult. Performance	Dist.	Pista	Tempo
1—1 Pimentinha, J. Terres	*	56	W. Aliano	3.º Lisca	1 300	NP	85"2/5
2 Giralux, J. Borja	2	53	J. J. Tavares	1.º Aripuana	1 200	NL	77"
2—3 Quebrada, S. M. Cruz	1	57	Z. D. Guedes	7.º Decretal	1 300	NP	86"1/5
4 Garôta de Paris, D. Neto	*	52	A. Nahid	7.º Cangada	1 300	NP	84"3/5
3—5 Sana-Mine, J. Pedro Filho	*	56	A. Morales	5.º Lisca	1 300	NP	85"2/5
6 Halestina, J. Brizola	*	54	O. Serra	6.º Lisca	1 300	NP	85"3/5
4—7 Floraninha, J. Tinoco	*	58	J. Tinoco	4.º Inlá Bonera	1 300	NP	84"4/5
8 Hand, O. F. Silva	*	55	M. Almeida	6.º Decretal	1 300	NP	86"1/5

3.º PÁREO — ÀS 22 HORAS — 1 200 METROS — RECORDE: 72"1/5 — CABINE — PRÊMIOS: NCR$ 800.

Animais / Jóqueis	Cl.	Kg.	Tratadores	Ult. Performance	Dist.	Pista	Tempo
1—1 Cairo, F. Meneses	3	53	J. Carrapito	7.º Aimberé	1 600	NP	105"2/5
2 Zareto, N. correrá	*	54	L. Mezzares	14.º Anyvita	1 600	AP	105"1/5
2—3 Pianista, A. Ricardo	*	59	J. Attianesi	2.º Trovão	1 300	NP	83"4/5
4 Lisca, J. Tinoco	*	49	S. D'Amore	3.º Cangada	1 300	NP	84"3/5
3—5 Sinôco, R. Penido	*	57	J. J. Tavares	2.º Corumim	1 000	AP	63"
" Dígrafo, J. B. Paulielo	1	51	Idem	Estreante			
4—6 Ocar-Way, P. Alves	*	59	A. P. Silva	5.º Corumim	1 000	AP	63"
7 Pato Selvagem, O. F. Silva	*	53	A. Morales	9.º Ocar-Way	1 300	NP	84"1/5
8 Funcionária, R. Carmo	2	53	T. Garcia	6.º Corumim	1 000	AP	63"

4.º PÁREO — ÀS 22H 30M — 1 300 METROS — RECORDE: 79"2/5 — FARINELLI — PRÊMIOS: CR$ 1 300.

Animais / Jóqueis	Cl.	Kg.	Tratadores	Ult. Performance	Dist.	Pista	Tempo
1—1 Miss Seival, F. Meneses	3	57	S. D'Amore	2.º Aiaã	1 000	AL	64"
2 Dulinha, J. Brizola	*	57	C. Rosa	8.º Guia	1 300	AP	86"2/5
2—3 Kiriaki, P. Alves	4	57	Z. D. Guedes	2.º Guia	1 300	AP	84"2/5
4 Boa Luz, O. F. Silva	1	57	A. Araújo	7.º H. Sunrise	1 200	NM	77"3/5
3—5 Muguinha, R. Carmo	*	57	W. T. Sousa	3.º Aiaã	1 000	AL	64"
" Gatagê, J. Borja	2	57	Idem	12.º Frigina	1 400	GL	87"1/5
4—6 Cendrillon, F. Pereira F.º	*	57	A. Araújo	3.º Guia	1 300	AP	84"2/5
7 La Rota, M. Alves	*	57	F. P. Lavor	4.º Guia	1 300	AP	84"2/5
8 Miss Bei, J. Pedro Filho	5	57	M. Oliveira	5.º H. Sunrise	1 200	AM	77"3/5

5.º PÁREO — ÀS 23 HORAS — 1 300 METROS — RECORDE: 79"2/5 — FARINELLI — PRÊMIOS: CR$ 1 300 (BETTING).

Animais / Jóqueis	Cl.	Kg.	Tratadores	Ult. Performance	Dist.	Pista	Tempo
1—1 Beaurevers, J. Reis	4	57	P. Morgado	3.º El Maestro	1 300	AP	85"4/5
2 Molicho, D. Neto	*	57	A. Nahid	10.º Aymoré	1 000	AM	64"2/5
2—3 Hippo, J. Santana	2	57	J. C. Silva	2.º El Maestro	1 300	AP	85"4/5
4 Sotero, D. P. Silva	3	57	M. Araújo	2.º Nauta	1 300	AP	85"
5 Ho Nan, J. Brizola	7	57	D. Cassas	5.º Nauta	1 300	AP	85"
3—6 Caudilho, O. F. Silva	1	57	S. Morales	2.º Aymoré	1 000	AM	64"2/5
7 Natal, J. B. Paulielo	6	57	J. W. Viana	3.º Nauta	1 300	AP	85"
8 Mignaro, P. Lima	*	57	N. Pires	5.º El Maestro	1 300	AP	85"4/5
4—9 Hal — Astro, L. Correia	*	57	C. Morgado	8.º Nauta	1 300	AP	85"
10 Batenzambá, C. R. Carvalho	5	57	J. E. Sousa	6.º El Maestro	1 300	AP	85"4/5
11 Fricandó, F. Meneses	8	57	J. Carrapito	4.º Aymoré	1 000	AM	64"2/5

6.º PÁREO — ÀS 23H 30M — 1 300 METROS — RECORDE: 79"2/5 — FARINELLI — PRÊMIOS: NCR$ 800 (BETTING)

Animais / Jóqueis	Cl.	Kg.	Tratadores	Ult. Performance	Dist.	Pista	Tempo
1—1 Galardão, F. Estêves	*	58	W. Aliano	5.º Zareto	1 300	NP	85"2/5
2 Jeune-Prince, A. Ricardo	*	59	E. Per. F.º	4.º Zareto	1 300	NP	85"3/5
2—3 Blue Sea, L. Correia	*	55	C. Morgado	3.º Old Ball	1 300	NP	84"
4 Nagib, J. Baffica	*	53	C. Ribeiro	3.º Zareto	1 300	NP	85"3/5
5 London Tower, J. Reis	*	58	A. V. Neves	4.º Fiel	2 100	AU	141"1/5
3—6 Citizen, C. Morgado	2	54	F. Abreu	6.º Denver (65)	1 200	AL	75"2/5
" Portofino, M. Alves	1	52	Idem	10.º R. Ricardo	1 300	NP	83"4/5
7 Pachola, R. Carmo	*	53	J. Attianesi	4.º Platter	1 600	NL	104"3/5
4—8 Badajoz, J. Borja	*	56	G. Morgado	7.º Zareto	1 300	NP	85"3/5
9 Majesté, J. Machado	*	52	F. P. Lavor	2.º Hamicicio	1 200	AP	78"
10 Aitito, L. Santos	*	53	M. Mendonça	8.º Old Ball	1 300	NP	84"

7.º PÁREO — ÀS 23H 55M — 1 600 METROS — RECORDE: 97"2/5 — FARINELLI — PRÊMIOS: NCR$ 1 100 (BETTING)

Animais / Jóqueis	Cl.	Kg.	Tratadores	Ult. Performance	Dist.	Pista	Tempo
1—1 Boran, F. Pereira F.º	*	56	P. P. Campos	7.º Iparú	1 300	AL	84"2/5
2 Sabata, P. Fernandes	*	53	L. Benitez	5.º Benonita	1 400	AP	91"4/5
3 Jazida, R. Penido	*	54	J. J. Tavares	6.º Darlene	1 300	NP	85"2/5
2—4 Negra do Sul, A. M. Caminha	*	55	B. A. Carvalho	6.º M. Sambalhota	1 000	NP	64"3/5
5 Artilheiro, F. Conceição	2	57	J. Lourenço F.º	10.º O. Paulino	1 300	NP	85"
6 Marocas, J. Santana	*	52	W. Pedersen	7.º Twist	1 500	AU	97"2/5
3—7 Dunois, J. Paulielo	3	57	G. Ulloa	Estreante			
8 Miss Morumbi, J. Tinoco	*	52	S. D'Amore	4.º Helna	1 300	AP	87"3/5
9 Odeto, C. A. Sousa	1	56	A. V. Neves	6.º O. Paulino	1 300	NP	85"
4-10 Espantalho, C. Morgado	*	56	O. Pinto	11.º Efeso	1 000	AP	64"2/5
11 Labéu, J. Reis	*	53	S. Morales	5.º Helna	1 300	AP	87"3/5
12 Good Charm, S. Silva	*	54	A. Correia	4.º M. Cambalhota	1 000	NP	64"3/5

Iguaruana tem 68" para os 1000 metros mostrando ser uma estreante com chance

A estreante Iguaruana, tem a melhor marca para cronômetro no primeiro páreo de sábado na Gávea, porque assinalou 68" para os 1 000 metros com incrível facilidade em todo percurso, chegando mesmo a dominar o seu *sparring* Horco quando bem desejou seu jóquei F. Pereira F.º.

Elora, que voltou a trabalhar bem no pêso leve do aprendiz J. Queirós, impressionou vivamente pela maneira tranqüila como finalizou, correndo os 1 600 metros em 108" numa pista que não estava realmente boa para marcas.

IGARUAMA

Haé (A. Santos) trouxe para o quilômetro a marca de 67", dominando a uma companheira com alguma facilidade. Esula (J. Tinoco) aumentou para 67"2/5, deixando muito boa impressão, pois vinha pelo centro da cancha. Exclusiva (Lad.) melhorou para 67", algo ajustada. Randana (L. Correia) não se empregou neste floreio de 71" para o quilômetro. Igaruama (F. Pereira F.) não teve muita dificuldade em dominar a Horco (A. Santos) em 68" para o quilômetro e Algaroba (F. Estêves) melhorou para 67"2/5, com algumas reservas.

Esula, Karajana e a parelha Aranée e Algaroba são as mais credenciadas a ganhar. Agora que se cuidem de Igaruana e Haé, que podem perfeitamente modificar o resultado.

TOM JONES

Tom Jones (J. Brizola) os 1 400 em 97"2/5, muito à vontade e um pouco afastado da cêrca e Ragamuffin (J. Silva) os 1 400 em 104", deixando ótima impressão.

San Isidro que vem de vencer com autoridade pode perfeitamente continuar o seu sucesso. Tom Jones, Corcel e Incat são os únicos que poderão molestá-lo.

VESTAL GIRL

Vestal Girl (J. Borja) os 1 300 em 89", com grande facilidade e sempre pelo caminho mais longo. Trucha (A. Machado) também impressionou com 89"2/5. Guia (J. Paulielo) os 1 300 em 97", de carreirão. Dolce Farniente (F. Pereira F.) os 1 400 em 97"2/5, muito à vontade. Arableu (O. F. Silva) os 1 200 em 81"2/5, com sobras e Virajuba (A. Fernandes) vindo a pouco mais do centro da pista marcou 82", os 1 200, com algumas reservas.

Vestal Girl dificilmente deixará fugir esta oportunidade. Trucha e Quala são as mais temíveis adversárias.

ESTUÁRIO

Elogio (S. Silva) vindo de mais distância completou os 1400 em 98", com algumas reservas. Jima Loo (I. Oliveira) os 1 300 em 95", suavemente. Cambroeira (A. Marçal) os 1 400 em 97"2/5, muito contrariada pois, no final não a deixavam correr. Estuário (J. Ramos) numa pista adversa assinalou para a milha o tempo de 109"3/5, vindo sempre a pouco mais do centro da pista e arramatando de forma a agradar.

Barquito e Lagêdo são os que vem deixando melhor impressão nas suas últimas apresentações, devendo entre êles surgir o vencedor. Porém cuidado com Elogio, Cambroeira e Estuário que têm condições de se impôr.

LONDON

Guadalquivir (J. Machado) vindo sempre afastado da cêrca assinalou para os 1 400 a marca de 94"3/5, à moda da casa. London (F. Pereira F.) os 1 500 em 100", com grande facilidade e também pelo miolo da raia. Neléu (A. Machado) aumentou para 102", chegando algo ajustado, muito embora, tenha vindo para a cêrca externa. Lucky (A. Ricardo) limitou-se apenas em dar um passeio na pista de 112" a milha.

London da forma com floreou dificilmente deixará escapar esta oportunidade. Guadalquivir, Lucky e Arminho decidirão a formação da dupla.

ELORA

Olalá (J. Reis) a milha em 113"1/5 muito à vontade sem qualquer iniciativa para melhorar. La Française (F. Pereira F.) os 1 500 em 102"2/5, deixando ótima impressão. Estilheira (J. Pedro F.) não encontrou muita dificuldade em dominar a um companheiro em 80"2/5 os últimos 1 200. Elora (J. Queiroz) a milha em 108", com rara facilidade e Carreira (A. Ramos) demonstrado alguns progressos assinalou 88"2/5 para os últimos 1 300.

Princesita que vem de vencer com muita autoridade pode muito bem repetir, não devendo no entanto ser considerada barbada peles presenças de La Française, Elora, Freenesse e Carreira que andam muito bem.

DR. DIDI

White Hunter (J. B. Paulielo) os 1 200 em 84", de galope largo e juntinho à cêrca externa. Chepiá (J. B. Paulielo) aumentou para 86", não deixando nada que possa agradar. Royal Fox (A. Ricardo) melhorou para 78"2/5, com algumas reservas e Dr. Didi (D. Moreira) como sempre trabalhando bem não correspondeu trouxe nesta semana para os cronômetros o tempo de 79", com rara facilidade.

White Hunter que vem se aproximando do vencedor está na hora para se reabilitar. Gorino, Royal Fox, João Ternura e Dr. Didi são os que decidirão as colocações secundárias.

Fla estréia Ademar contra Defelê hoje em Brasília

DESTA VEZ VAI

Apesar de ainda estar um pouco gordo, Ademar, que segue com Américo e Pedrinho, vai estrear no amistoso que o Flamengo faz hoje

Brasília (Sucursal) — Para jogar duas partidas amistosas chegou, ontem, às 20 horas, em Brasília, o Flamengo do Rio de Janeiro, trazendo como atração máxima o ponta-de-lança Ademar, que fará sua estréia hoje à noite, jogando contra o Defelê Futebol Clube, vice-campeão do Distrito Federal.

A segunda partida do Flamengo será no próximo domingo contra o campeão brasiliense de 1966, Rabelo Esporte Clube, patrocinador dos jogos e responsável pela cota de NCr$ 10 000,00 (dez milhões de cruzeiros antigos) a ser paga ao quadro carioca. Ambas as partidas serão dirigidas pelo árbitro Guálter Portela Filho.

PROGRAMA

O Presidente da Federação Brasiliense de Desportos, Sr. Hugo Mosca, preparou para o Flamengo intenso programa, inclusive uma visita ao Prefeito Plínio Cantanhede, marcada para amanhã às 17 horas.

Sábado os jogadores e demais membros da delegação almoçarão na churrascaria do Lago a convite dos diretores da Cervejaria Brahma. À noite jantarão no restaurante Maloca Querida, como convidados de honra dos torcedores de Brasília.

O Flamengo embarcou para Brasília — onde jogará hoje contra o Defelê — às 17 horas de ontem, pela VARIG, levando Ademar — cuja estréia é certa — na sua delegação, mas deixando Jorge Luís e Joãozinho, que se encontram fora de forma e por isso ficarão treinando na Gávea com o preparador físico Eitel Seixas.

Enquanto a delegação do Flamengo esperava o avião, o Sr. Hélio Brasil de Miranda, Vice-Presidente do América Mineiro, disse que já tinha pràticamente contratado Zèzinho, do América, que há dias estava treinando na Gávea, mas cujo passe o Flamengo sòmente ontem decidira comprar.

LEON NA DIREITA

Renganeschi viajou com o time escalado para o amistoso de hoje, que será o seguinte: Marco Aurélio, Leon, Ditão, Jaime e Paulo Henrique; Carlinhos e Américo; Clair, Ademar, Flo e Rodrigues. Viajaram também Valdomiro, Altair, Gilson, Jarbas, Dênis, Osvaldo e Paulo Chôco. Completaram a delegação o Dr. Célio Cotecchia, o massagista Luís Luz e o roupeiro Aniceto Matos.

O técnico Renganeschi confirmou o seu desejo de lançar Jorge Luís no lugar de Murilo, mas como ele demonstrou estar fora de forma no coletivo de têrça-feira passada, achou melhor deixá-lo sob os cuidados de Eitel Seixas, para que no Campeonato Roberto Gomes Pedrosa já esteja bem. Joãozinho também ficou porque, inclusive, está com uma torção no joelho direito.

MAIS JOGOS

O Flamengo acertou, em princípio, duas partidas em Brasília — uma hoje e outra domingo — mas há possibilidades de um terceiro jôgo. O amistoso em Belo Horizonte, contra o Atlético Mineiro, patrocinado pela Federação local, não está confirmado, havendo, por isso mais oportunidade para o Flamengo fazer o terceiro amistoso em Brasília.

Antes do embarque, foi muito comentada no Aeroporto Santos Dumont, a próxima excursão do time juvenil do Flamengo, que irá aos Estados Unidos, Japão e outros países, segundo roteiro apresentado pelo empresário José da Gama. Renganeschi, que ouvia os comentários em silêncio, terminou fazendo uma piada:

— Acho que vou treinar os juvenis, porque com os titulares só viajo para os Estados.

IDADE NÃO ATRAPALHA

O fato de Américo, jogador recentemente contratado pelo Flamengo por NCr$ 500,00 (quinhentos mil cruzeiros antigos), ter 34 anos não representa, segundo empecilho para que êle possa ser muito útil ao Flamengo êste ano.

— Américo disputou todo o Campeonato Paulista em 1966, pelo Guarani, sendo sempre um dos melhores do time. E olhe que campeonato paulista tem jôgo três vêzes por semana. Dentro de pouco tempo, Américo estará jogando muito mais, pois passou mais de 40 dias sem treinar — explicou o técnico.

Depois que o Flamengo embarcou, chegou ao Aeroporto o lateral direito Murilo à procura do funcionário Bebeto, mas êste já tinha saído. Murilo lamentou o desencontro, pois já tinha ido à sede da Gávea à sua procura. Passando para o assunto da renovação do seu contrato, Murilo disse que está acontecendo uma coisa interessante com êle: nem os diretores o estão cumprimentando. Parece até que evitam encontrá-lo.

Murilo esclareceu que não pediu carro nenhum, mas que ainda não pode dizer nem quanto quer para renovar seu contrato, porque não foi procurado por ninguém.

— Acho mesmo que está havendo um certo movimento para me forçar a assinar de qualquer maneira. Mas, sou um profissional e vou pedir o que outros já levaram. Não quero a sede do Flamengo nem tampouco o estádio. Quero apenas equiparação com alguns jogadores dentro do clube — explicou Murilo.

Sorrindo ou correndo por uma bola, Paulo Borges continua fiel a si mesmo

Paulo Neri

Por mais que os amigos insistam em aranjar-lhe um apelido — **Risadinha** pelos dentes que nunca esconde, ou **Gazela** pela velocidade que o caracteriza na luta pela bola — Paulo Borges é sempre Paulo Borges, o môço alegre e tímido que conseguiu ser campeão carioca, artilheiro da temporada e um dos mais cotados atacantes do futebol brasileiro, sem perder com isso a sua simplicidade costumeira:

— Sou simples porque nasci simples — costuma dizer.

As qualidades de Paulo Borges são hoje reconhecidas em todo o Brasil, embora há alguns meses êle tenha sido preterido na hora de se escolher os que iriam defender a seleção na Inglaterra. Mas, para quem já pensa em têrmos de México, a Copa do Mundo perdida é coisa do passado. Muitos afirmam, com uma antecipação justificável, que o ponta-direita do Bangu tem vaga garantida em 1970, mas êle responde:

— Sei esperar com muita paciência a minha vez.

Enquanto isso, dentro e fora do campo, Paulo Borges vai vivendo a sua vida, marcando seus gols, ajudando o Bangu a ganhar jogos e êle mesmo ganhando a fama. Não pensa em enriquecer com o futebol, pois nem sequer recebe um salário de craque. Mas os amigos são a sua maior alegria, como o garçom Peixoto, da Vila Hípica, ou os meninos que correm atrás de sua bicicleta, tôdas as manhãs, na hora em que êle vai para treino, todos cantando o hino do Bangu em sua homenagem.

ALEGRIA E PACIÊNCIA

O percurso que Paulo Borges cumpre, de sua casa ao Estádio Proletário, tem cêrca de três quilômetros e é todo feito de bicicleta. Os meninos sabem a hora certa em que êle sai, ficam à espera, se alegram quando êle começa a pedalar e quase sempre cantam em coro: "A torcida reunida até parece a do Fla-Flu..."

A bicicleta ajuda Paulo Borges a chegar pontualmente no campo onde se dará o treino. No vestiário, mesmo, êle aparece bem antes dos outros, para escolher com calma o material, mudar de roupa e fazer tudo sem pressa. Correr, para êle, só na hora de disputar uma bola. Mesmo agora, que Martim Francisco retardou para as 9h30m a apresentação dos jogadores em dias de treino, Paulo Borges se guia pelo horário antigo, vai mais cedo, sempre pedalando sua bicicleta.

Os meninos fazem com que êle se lembre de Laranjeiras, cidade onde nasceu e aprendeu a jogar futebol. Em 1958, já era ponta-direita do Brasil Esporte Clube local, mas os estudos o levaram para Cambuci, onde então passou a jogar pelo Floresta. Sua vinda para o Rio êle mesmo conta, falando com gratidão da pessoa amiga do Tenente Altino:

— Pois o Tenente Altino, saibam vocês, é um rubro-negro doente. Não sei por que êle me trouxe para o Bangu, mas há quem diga que morre de arrependimento, principalmente depois daqueles 3 a 0.

No Bangu, Paulo Borges subiu depressa, chegando mesmo a ser convocado para a seleção brasileira que tentou o tricampeonato mundial.

— Acho que a Comissão Técnica agiu certo me dispensando em favor de Garrincha e Jairzinho — diz êle. Ainda não era a minha hora.

UM CRAQUE POBRE

Com tôda a fama que chega — e mesmo com seu futebol reconhecido em qualquer parte do Brasil — Paulo Borges recebe apenas NCr$ 400,00 (quatrocentos mil cruzeiros antigos) por mês. Por isso, recentemente, quando apareceu na Vila Hípica um emissário do Palmeiras, com uma boa proposta, êle passou a ver no Parque Antártica a sua grande oportunidade. Dias depois, foi a vez do Bangu mandar a São Paulo um representante, a fim de tentar a contratação de Ademar, que já está no Flamengo. Mas o Palmeiras só queria uma coisa: a troca de Ademar por Paulo Borges.

— Soube, mais tarde, que o Palmeiras estava até disposto a dar Ademar, Tupãzinho e mais dois, em troca do meu passe, mas seu Eusébio desconversou. Foi uma chance perdida... — confessa Paulo Borges.

Apesar disso, êle se diz satisfeito onde está, não tanto pelo pouco que ganha em dinheiro, mas pelo muito que tem em amizade. O Presidente do clube, Sr. Eusébio de Andrade e Silva, já prometeu fazer uma revisão no seu salário, mas quando o jogador pediu para receber o dôbro do que pagam, o dirigente ficou de "estudar o assunto".

— E até hoje não me deu resposta.

SEMPRE APRENDENDO

Paulo Borges vive rindo (às vêzes, mesmo dentro do campo, não consegue ficar sério por muito tempo) e isso lhe valeu o apelido de **Risadinha**. Seu bom humor não se altera nunca, ainda que o dinheiro ande curto, os prêmios escassos, as vitórias rareando. Ano passado foi um bom ano, pois o Bangu só sofreu uma derrota e "os bichos" deram para compensar". Quanto ao futebol, é ainda com um sorriso que êle diz:

— Não estou satisfeito com o meu rendimento e procuro melhorar cada vez mais. Contra o Atlético, em Belo Horizonte, para citar apenas um exemplo, fiz um gol que muitos disseram ser o mais bonito já feito no Estádio Minas Gerais. No entanto, minha satisfação com aquêle gol foi apenas relativa, pois coloquei nêle muito mais raiva do que pròpriamente classe. O jôgo estava zero a zero, e eu queria um gol a qualquer preço.

A Copa do Mundo de 1970 é a grande meta de Paulo Borges. Se conseguir melhorar ainda mais o seu futebol, como pretende, e se até lá "não aparecer outro melhor", êle estará certamente entre os vinte e dois. Pessoalmente — e mais uma vez o sorriso aparece quando se fala nisso — êle acredita em sua ida ao México, da mesma forma que acredita no Bangu para êste e os próximos anos, depois do título de 1966:

— Conseguimos provar que o Bangu é um dos grandes, coisa que vinhamos tentando há vários anos, sempre sem sucesso. Precisávamos daquele título, assim como o Bangu precisava mostrar que é grande.

AMIZADE DE TODOS

Todos os jogadores do Bangu são amigos de Paulo Borges. Sua mulher costuma dizer que êle sempre foi assim, muita facilidade para travar amizade, espontâneo, simples, o sorriso tomando conta de tudo:

— No dia em que Paulo chegar em casa sem o sorriso — diz ela — é porque o mundo vai acabar.

Quando Paulo Borges se casou, os companheiros de equipe pensaram que êle seguiria um costume antigo nos clubes e convidaria para padrinho o Presidente ou outro Diretor. Ficaram surpresos, portanto, ao saberem que o escolhido fôra o Peixoto, garção da Vila Hípica.

— Não sei por que se surpreenderam. Afinal, padrinho, para mim, deve ser um amigo, não importa se o Presidente do clube ou o homem que nos serve na concentração. E o Peixoto é muito mais do que um amigo, pois me lembro muito bem de quando aqui cheguei, lá de longe, sem conhecer ninguém, e o apoio que êle me deu na Vila.

Paulo Borges também considera Martim Francisco um amigo, dizendo ser muito natural a sua volta ao Bangu. O técnico pode sair e voltar, quando bem entender, que encontrará Paulo Borges sempre o mesmo. E é por isso que êle, ao ouvir falar em Martim, comenta:

— Mas, se gosto do Seu Martim, também gostava do Seu González. Bom seria que ninguém jamais se afastasse da gente.

ALEGRIA DE SEMPRE

Paulo Borges, no bate-papo com os amigos, durante os treinos e até jogando, não perde o sorriso permanente com que enfrenta a vida

Troféu Brasil de natação é sábado e domingo no Flu com Corintians favorito

Com a participação de cêrca de 20 clubes do Rio, São Paulo, Rio Grande do Sul, Pernambuco e Amapá, será disputado nos próximos sábado e domingo, a partir das 16 horas, na piscina do Fluminense, nas Laranjeiras, o III Troféu Brasil de natação, que desde já apresenta o Corintians, vencedor das duas últimas competições, como seu favorito, ameaçado pelo Botafogo, bicampeão carioca.

Considerado como um verdadeiro Campeonato Brasileiro de Natação Interclubes, esta competição está cercada do maior interêsse, principalmente no que diz respeito às marcas a serem alcançadas pelos seus participantes, sendo esperada, inclusive, a quebra de vários recordes sul-americanos.

ESPERANÇA

As últimas competições regionais e interestaduais das quais êstes clubes tomaram parte serviu para deixar nos observadores a esperança de um excelente nível técnico neste II Troféu Brasil. Vários dos nadadores que dêle participarão, como a botafoguense Ana Cecília Freire, estão prestes a superar as marcas sul-americanas das suas especialidades, o que todos esperam que aconteça durante as provas de sábado e domingo, quando disputas acirradas obrigarão os atletas a darem mais do que fazem normalmente.

O Corintians, como vencedor dos dois últimos Troféus, é o seu natural favorito, mas poderá perder para o Botafogo, cujos nadadores estão em excelente forma física e técnica e que venceram, pela segunda vez consecutiva, o Camponato Carioca com grande facilidade.

INSCRIÇÕES

Até ontem 20 clubes já haviam confirmado a sua participação. Do Rio, entrarão na competição o Botafogo, Fluminense, Guanabara e Vasco, sendo os seguinte os demais: São Paulo — Corintians, Pinheiros, Ituano, Mogiano, Automóvel Clube, Palmeiras, Hebraica, Portuguêsa de Desportos e São José dos Campos; Rio Grande do Sul — União, Gaúcho, Aliança e Ginástica; Pernambuco — Português de Recife e Náutico; Amapá — Esporte Clube Macapá.

A Federação Metropolitana de Natação, patrocinadora do troféu, já tem à venda em sua sede — Rua Santa Luzia, 799, grupo 201 — os ingressos, que serão cobrados a NCr$ 5,00 (cinco mil cruzeiros antigos) para as cadeiras numeradas (assinatura para os dois dias) e a NCr$ 1,00 (mil cruzeiros antigos) para as arquibancadas (por dia).

O programa foi assim dividido: sábado — 1) 400 metros livres para homens; 2) 200 metros de costas para moças; 3) 100 metros de borboleta para homens; 4) 100 metros de costas para homens; 5) 200 metros de peito para moças; 6) revezamento 4x100 livres para homens; 7) 200 metros livres para moças; 8) 100 metros de peito para homens. Domingo — 1) 100 metros de peito para moças; 2) 100 metros livres para homens; 3) 100 metros livres para moças; 4) 200 metros de borboleta para homens; 5) 800 metros livres para homens; 6) 100 metros de costas para moças; 7) 200 metros de costas para homens; 8) 100 metros de borboleta para moças; 9) 200 metros de peito para homens; 10) revezamento 4x10 livres para moças e 11) 4x200 livres para homens.

Saltos também têm troféu sábado e domingo no Flu

Paralelamente à natação, será disputado também sábado e domingo pela manhã, no tanque especial do Fluminense, nas Laranjeiras, o Troféu Brasil de Saltos Ornamentais, que contará com a participação de saltadores do Guanabara, Vasco, Fluminense e do Grêmio Náutico União, de Pôrto Alegre, clubes que entrarão na competição com suas equipes completas.

O Troféu será dividido em duas etapas distintas, estando a primeira marcada para a partir das 9h30m de sábado, reservada à modalidade de trampolim, para, no dia seguinte, no mesmo horário, serem disputadas as provas de plataforma.

A Federação Metropolitana de Natação recebeu as inscrições dos seguintes atletas: Fluminense — Joana Edwiges, Sílvia Helena Martins, Mary Dalva Proença (reserva), Elói de Miranda e Silva, Álvaro Augusto Brito Pereira, João Avertano da Rocha (reserva) e Júlio César Linhares Velozo; Guanabara — Sandra Gomes Teixeira, Nádia Maria Lopes Frizzo, Pedro Libório de Araújo Cruz, Nicolau Pires Lajes e Francisco de Assis Magalhães Neto; Vasco — Silina Machado Braga, Angela Fernandes da Costa, Jorge de Azevedo, Franklin de Sousa e Jorge Luís de Sousa; União — Lêda Maria Magalhães, Berenice Kuhn, Heloísa Maria Magalhães de Lima, Pedro Ênio Schneider, Carlos Alberto Assis, Alberto Folgiarine, Carlos Alberto Risco e Milton Borges Vieira.

Foram escaladas ainda as seguintes autoridades: árbitro — Pedro de Oliveira Belo, anunciador — Roberto de Lima Aguilar, anotador — Leandro Machado, calculador — Higino Figueiredo, juízes — Maurício Beckenn, Carlos Riso, Jorge de Paula, Hélio Ramos e Herculano de Sousa Brasil.

CBB estuda o Mundial Feminino

Aguardado no fim de semana, chegou inesperadamente ao Rio, ontem, o dirigente paulista Fábio de Barros Gomes, supervisor do selecionado brasileiro de basquetebol feminino, e que deverá manter contato hoje, durante um almôço, com o Vice-Presidente técnico da CBB, Sr. José Simões Henriques, e com o treinador Ari Vidal, tratando em especial da designação do local de treinamento e concentração para o Campeonato Mundial.

O Sr. Fábio de Barros Gomes declarou que as Cidades de São Caetano, Jacareí e Santo André figuram nas cogitações da Federação Paulista para concentrar a seleção. Ao contrário do Sr. Simões Henriques e do técnico Ari Vidal, êle admite a concentração dentro da Capital paulista, devendo as resoluções que vierem a tomar serem levadas à consideração da diretoria da CBB, que se reúne hoje à noite.

ÚLTIMA REUNIÃO

A reunião da diretoria da Confederação será a última da atual gestão do Presidente Paulo Meira. Êste, entretanto, será reconduzido ao cargo nas eleições de amanhã, quando concorrerá como candidato único e iniciará seu 28.º ano consecutivo na presidência da CBB. Durante a reunião de diretoria serão conhecidas as deliberações do setor técnico sôbre a seleção feminina, bem como o Sr. Alberto Curi comunicará oficialmente a decisão da Federação Colombiana de patrocinar o próximo Sul-Americano Feminino, com data a ser fixada pelo Brasil.

Outro assunto que constará da pauta refere-se ao oferecimento da Embaixada dos Estados Unidos, para uma série de exibições no Brasil da equipe profissional do All Star, juntamente com palestras e demonstrações táticas. Os norte-americanos se propõem a vir ao Brasil em fins de maio e graciosamente, caso a CBB não lhes possa fornecer uma ajuda de custo. O Diretor de Relações Exteriores, Sr. Walter Neumaier, ficou de entrar em entendimentos direto com o adido cultural da Embaixada dos Estados Unidos, Sr. Martin Akerman, sôbre o assunto. Em princípio, a Confederação não se mostrou interessada na excursão do All Star, devendo encaminhar o convite para as suas filiadas.

Igualmente poderá entrar em debate na reunião de hoje o caso do comparecimento do Brasil ao Campeonato Mundial Feminino, desde que a Federação da Tcheco-Eslováquia pretende pagar apenas 30 por cento do valor das passagens e o Presidente Paulo Meira deseja 75 por cento. A palavra definitiva sôbre o assunto, contudo, só será conhecida após as eleições de amanhã.

Rivelino não acerta com o Coríntians

São Paulo (Sucursal) — A diretoria do Coríntians está encontrando dificuldades para renovar o contrato de Rivelino, pois o pai do jogador — também seu procurador — exige a quantia de NCr$ 20 mil (20 milhões de cruzeiros antigos) de luvas por um ano, além de NCr$ 300,00 (300 mil cruzeiros antigos) de ordenado mensal.

O Presidente Vadi Helu acha a proposta exagerada, pois "o clube pode pagar, no máximo, até NCr$ 9 mil (9 milhões de cruzeiros antigos), importância recebida pelos demais jogadores, que, por sua vez, se sentiriam prejudicados, caso Rivelino ganhasse mais que êles".

OS DOIS NOVOS

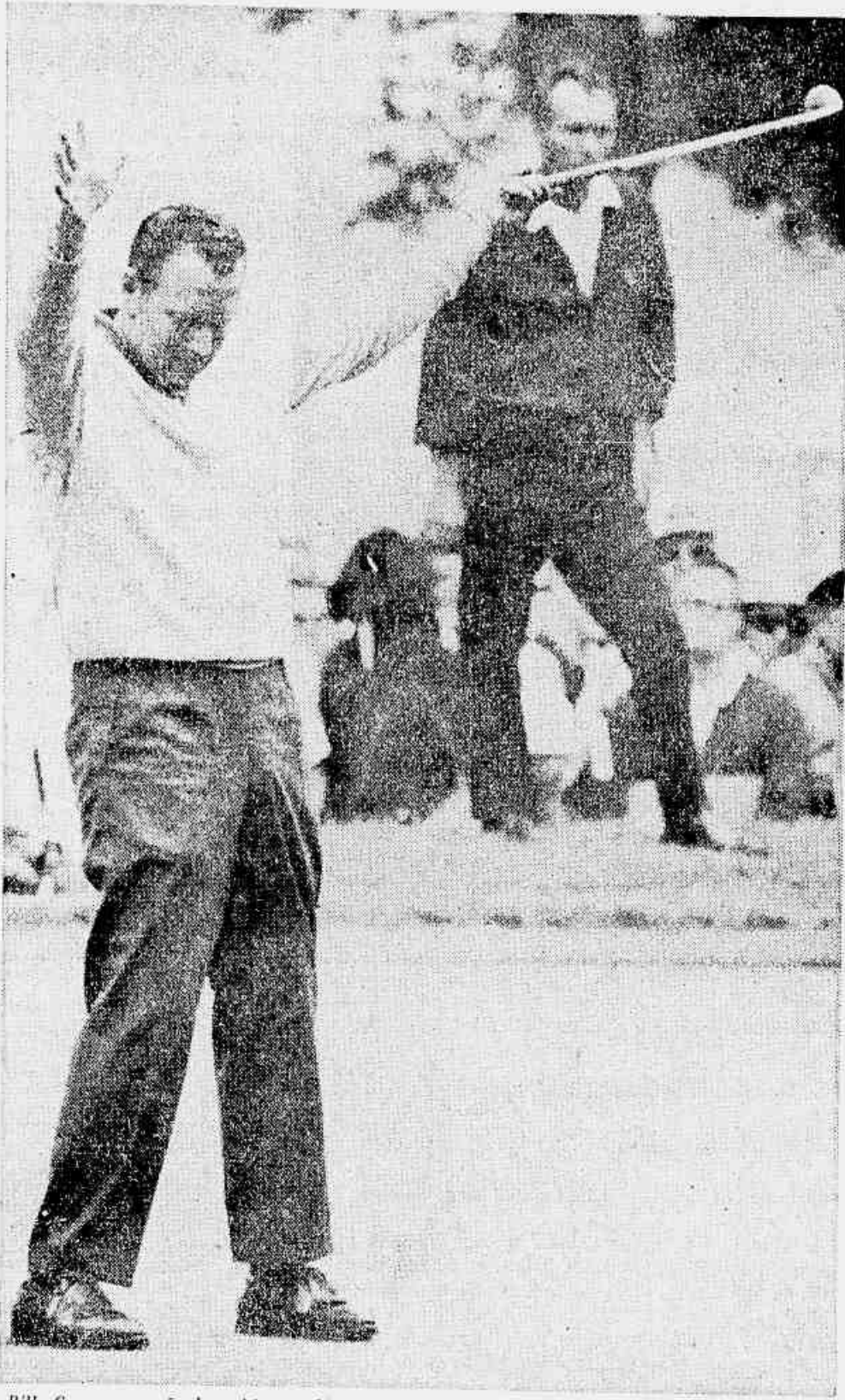
Para substituir Nei, o Coríntians já conseguiu da Portuguêsa Santista o empréstimo do avante Ivã, além do goleiro Cláudio, que defendera o time do Parque São Jorge durante o Torneio Roberto Gomes Pedrosa. Se aprovarem durante o período de experiência, o Coríntians possui prioridade para aquisição dos jogadores.

No próximo domingo, o Coríntians enfrentará a Portuguêsa, em Santos, e para tanto Zezé Moreira orientará hoje cedo mais um treino coletivo do time, que fará sua segunda exibição neste ano.

Gentil acusado de moleza

Recife (Sucursal) — Canhoto, do Esporte Clube Recife, acusou vários companheiros do time de terem amolecido na decisão contra o Náutico, acrescentando que o treinador Gentil Cardoso foi conivente, pois notou a má vontade de alguns jogadores e ainda encobriu irregularidades acontecidas na concentração.

— Enquanto alguns se matavam na decisão, outros não queriam nada com a bola — disse Canhoto — e Gentil observava tudo sem tomar qualquer providência. Aliás, nas vésperas da decisão, vários jogadores abandonaram a concentração, o técnico soube e não comunicou nada à diretoria.

POSIÇÃO AMEAÇADA

Billy Casper, campeão do ranking em 1966, não vem repetindo as atuações que o levaram ao título

Palmer é o atual líder do "ranking" de prêmios PGA com Gay Brewer em segundo

Palm Beach Gardens, Estados Unidos (UPI-JB) — O profissional Arnold Palmer — ganhador do Los Angeles Open — é o atual líder do **ranking** de prêmios da Professional Golf Association (PGA), com um total de 20 mil dólares, na contagem oficial, e 26,631 na extra-oficial, o que significam NCr$ 71 903,70 (setenta e um milhões, novecentos e três mil e setecentos cruzeiros antigos).

O segundo colocado é Gay Brewer, com 19,920 oficiais e 20,671 extra-oficiais, cabendo a Julius Boros e Bob Goalby ocuparem as posições logo a seguir, valendo-se de suas vitórias no Phoenix Open e San Diego Open, respectivamente. Jack Nicklaus, ganhador do Crosby National, e Tom Nieporte, vencedor do Bob Hope Desert Classic, não aparecem na lista pois êstes torneios não são oficializados pela PGA.

O RANKING

A lista do ranking, publicada ontem em Palm Beach Gardens, sede da Professional Golf Association, é a seguinte, abrangendo os 10 profissionais melhores colocados: 1.º Arnold Palmer (uma vitória), 20 mil dólares oficiais e 26,631 extra-oficiais; 2.º Gay Brewer, 19,920 e 20,671; 3.º Julius Boros (uma vitória), 19,600 e 20,875; 4.º Bob Goalby (uma vitória), 16.033 e 18,098; 5.º Ken Still, 8,966 e 9,845; 6.º Don Massengale, 6,906 e 7.391; 7.º Lou Graham, 6,426 e 8,311; 8.º Billy Casper, 6,076 e 18,450; 9.º Gardner Dickinson, 5,199 e 8,871; 10.º Bob Charles, 4,950 e 7,579. A classificação é tirada pela quantia considerada oficial.

O CALENDÁRIO

O calendário da PGA, incluindo a disputa do Tucson Open, iniciada hoje, é o seguinte: Fevereiro, 16-19 — Tucson Open, Tucson National Golf Club, 60 mil dólares de dotação; fevereiro, 23-26 — Panamá Open, Panamá Golf Club, 15 mil dólares; março, 2-5 — Doral Open, Doral Country Club, 100 mil dólares; março, 9-12 — Flórida Citrus Open, Rio Pinar Country Club, 115 mil dólares; março, 16-19 — Jacksonville Open, Selva Marina Country Club, 100 mil dólares; março, 23-26 — Pensacola Open, Pensacola Country Club, 75 mil dólares; março, 30 e abril, 2 — Greater Greensboro Open, Sedgefield Club, 125 mil dólares; abril 6-9 — Masters Tournament, Augusta National Golf Club, sem dotação definida; abril, 13-16 — Tournament of Champions, Desert Inn Country Club, 100 mil dólares; abril, 13-16 — Azalea Open, Cape Fear Country Club, 35 mil dólares; abril, 20-23 — Dallas Open, Oak Cliff Country Club, 100 mil dólares; abril, 27-30 — Texas Open, Pecan Valley Country Club, 100 mil dólares; maio, 4-7 — Houston Champions International, Champions Golf Club, 115 mil dólares; maio, 11-14 — Greater New Orleans Open, Lakewood Country Club, 100 mil dólares; maio, 18-21 — Colonial Invitational, Colonial Country Club, 115 mil dólares; maio, 25-28 — Oklahoma City Open, Quail Creek Country Club, 66 mil dólares; junho, 1-4 — Memphis Open, Colonial Country Club, 100 mil dólares; junho, 8-11 — Buick Open, local a ser designado, 100 mil dólares; junho, 15-18 — USGA Open, Baltusrol Golf Club, sem dotação definida; junho, 22-25 — Cleveland Open, Aurora Country Club, 103,500 dólares; junho, 29 e julho, 2 — Canadian Open, Municipal Golf Club, Montreal, 2 000 mil dólares; julho, 6-9 — "500" Festival Open, local a ser designado, 100 mil dólares; julho, 13-16 — reservado para o British Open (12-15), Royal Liverpool Golf Club, Hoylake, Inglaterra; julho, 20-23 — PGA Championship, Columbine Country Club, sem dotação definida; julho, 27-30 — Minnesota Golf Classic, Hazeltine National Golf Club, 100 mil dólares; agôsto, 3-6 — Western Open, Beverly Country Club, 102 mil dólares; agôsto, 10-13 — American Golf Classic, Firestone Country Club, 115 mil dólares; agôsto, 17-20 — Insurance City Open, Wethersfield Country Club, 100 mil dólares; agôsto, 24-27 — Westchester Classic, Westchester Country Club, 250 mil dólares (torneio patrocinado pela Eastern Airlines); agôsto, 30 e setembro, 2 — Carling World Open, Board of Trade Golf Club, Toronto, 200 mil dólares; setembro, 7-10 — reservado para a World Series of Golf; setembro, 14-17 — Philadelphia Golf Classic, Whitemarsh Country Club, sem dotação definida; setembro, 21-24 — Atlanta Classic, Atlanta Country Club, sem dotação definida; outubro, 20-22 — Ryder Cup Match, entre as equipes profissionais dos Estados Unidos e da Inglaterra. O restante da programação ainda não foi fixada pelos dirigentes da entidade norte-americana, coisa que ainda demorará algum tempo.

MIKE SOUCHAK

O profissional Mike Souchak, competidor durante 13 anos no circuito da PGA dos Estados Unidos, aceitou o convite para dirigir o corpo de professôres de golfe do Oakland Hills Country Club, em Birmingham, Michigan, substituindo Al Watrous, que manifestou desejo de abandonar o cargo. Souchak, que fará 40 anos em maio, é o 16.º colocado no **ranking** dos maiores ganhadores de prêmio entre 1946-1966. Seu nôvo emprêgo permitir-lhe-á tomar parte nos torneios da temporada de inverno. Sua família, por enquanto, continuará morando em Durban, Carolina do Norte, deslocando-se para Michigan, nos meses de verão.

Na grande área

Armando Nogueira

Folheei, ontem, uma revista americana com longa reportagem sôbre o campo em que jogará o Bangu, no Texas: é uma coisa de doido. Setenta mil lugares, estádio fechado, todo refrigerado, grama de *nylon* à prova de fogo, camarotes mais luxuosos que qualquer suíte de hotel na faixa de Copacabana.

O torneio que o Bangu vai jogar, em Houston, eu já falei dêle, aqui: é o primeiro de um programa de popularização do futebol (o *soccer*) nos Estados Unidos. Inicialmente, o campeonato será disputado por equipes estrangeiras representando os 12 Estados integrantes da liga. Posteriormente, Houston terá seu próprio time, Dalas, o seu etc. E para dar uma idéia da fôrça econômico-financeira que surge no futebol profissional, no sul da América do Norte, basta dizer a vocês que, para um campeonato de 3 meses, cada um dos 12 clubes estaduais é obrigado a votar um orçamento de dois milhões e 500 mil dólares.

É o caso de perguntar: quem, no mundo, vai poder competir em têrmos de profissionalismo com o futebol norte-americano? Antes de mais nada, é preciso esclarecer que êles estão fazendo isso não é por louvor à memória do Barão de Coubertin: é para ganhar dinheiro, mesmo.

* * *

Como não será possível competir com êles, comercialmente, o melhor é a gente ir logo se preparando para um entendimento. Por exemplo, o campeonato lá deverá ser jogado entre maio e julho, o nosso, aqui, entre agôsto e dezembro. Não seria, então, o caso de um arreglo?: *em maio, o Flamengo cede seus astros ao time de Houston, o Botafogo manda Gérson, Manga e Jairzinho para o Chicago FC, o Fluminense entende-se com a Califórnia em tôrno de Oliveira, Lula e Altair — tudo isso a muito bom dólar — e, em agôsto, as estrêlas nos são devolvidas para jogar a temporada do Maracanã. O simples empréstimo dêsses jogadores a um mercado poderoso pode arejar consideràvelmente as finanças do futebol carioca.*

O negócio é se antecipar, firmando logo os contratos porque os argentinos já estão de ôlho e, em matéria de futebol-espetáculo, êles são tão bons quanto os brasileiros: bolinha pra cá, bolinha pra lá, um taquito aqui, uma embaixada ali, nisso, êles continuam admiráveis.

As vantagens são evidentes: primeiro, a neutralização da fera que, desafiada, pode desembarcar por aqui e levar, num sôpro, cambial, o Carlinhos, o Gérson, a Praia de Icaraí, a fábrica da superbol, o Mário Vianna (with his two N) *e outros preciosos bens de uma organização cuja pobreza o Cruzeiro Nôvo não consegue disfarçar, em que pêse a respeitável lábia do Professor Roberto Campos. A outra vantagem seria a notável valorização dos craques, promovidos todos pelo mundo inteiro graças a uma máquina publicitária que só americano tem e pode manejar com êxito diabólico (não esquecer que êles conseguiram impingir Coca-Cola à civilização moderna).* E last, but not the least *(desculpe, leitor, mas eu também já estou me preparando para ir tentar uma bandeirinha em Dalas), os nossos jogadores vão poder realizar o sonho que é de todos êles: ter carro, último tipo. O Murilo, por exemplo, que anda em conflito com o Flamengo porque não lhe dão um Aero-Willys, com um simples arremêsso lateral bem feito, poderá ganhar por lá nada menos que um Mustang: lateral é Mustang; gol, com chute de curva, vale um Thunderbird.*

Aliás, vocês já pensaram na frota de Mustang que vai trazer de lá o Djalma Santos?

Bangu joga hoje em Aracaju

Aracaju (Do Correspondente) — O Bangu enfrentará hoje o time do Confiança, de Sergipe, em substituição ao que estava programado para Feira de Santana, adiado porque os refletores do estádio da Cidade não foram instalados a tempo.

O time do Bangu deverá ser o seguinte: Ubirajara, Cabrita, Mário Tito, Luís Alberto e Ari Clemente; Jaime e Ocimar; Paulo Borges, Norberto, Cabral e Aladim. Está prevista a substituição de Norberto por Ladeira no segundo tempo.

O único titular ausente é Fidélis, que sofreu uma distensão muscular violenta no jôgo contra o Bahia e foi desligado da delegação, já tendo retornado ao Rio.

Inter venceu Real por 1 a 0

Milão (UPI-JB) — Com um gol do centroavante Capellini aos 9 m do segundo tempo escorando um centro de Jair da Costa, o Internazionale venceu ontem o Real Madrid, no primeiro encontro dos dois times pelas quartas de final da Copa Européia de Futebol.

A partida foi assistida por 70 mil pessoas, no Estádio de San Siro, e os italianos dominaram a maior parte do jôgo. Os dois times formaram assim: Inter — Sarti, Burghini, Facchetti e Bedin; Guarnieri e Picchi; Jair, Mazzola, Capellini, Suarez e Domenghi. Real — Araquistán, Calpe, Sanchis e Pirri; De Felipe e Zoco; Amancio, Félix Ruiz, Velásquez e Gento. O juiz foi o húngaro Ivan Szolo.

Koch venceu Coven mas Barnes e Mandarino foram eliminados

Salisbury, Maryland (UPI-JB) — Dos três brasileiros que estão participando nesta Cidade do Torneio Internacional de Tênis em quadra coberta, apenas Thomas Koch conseguiu passar à terceira rodada de simples, com uma vitória sôbre o francês Georges Coven por 6-4 e 6-2, enquanto Ronald Barnes e Edson Mandarino foram eliminados em sua segunda apresentação.

Edson Mandarino que havia obtido uma fácil vitória em sua estréia, sôbre o italiano Caetano di Maso, foi derrotado pelo dinamarquês Torben Ulrich, por 6-4 e 12-10, vencido pelo brasileiro na semana passada, enquanto Barnes perdeu para o norte-americano Martin Riessen, por 5-7, 8-6 e 6-2.

BOM NO ATAQUE

Thomas Koch, pré-classificado em terceiro lugar entre os tenistas estrangeiros, em um torneio de que participam 40 jogadores, venceu com facilidade a Georges Coven. Jogando sempre no ataque, não dando o menor descanso a seu adversário, Koch teve alguma resistência de Coven no início do primeiro **set**, mas acabou dominando totalmente o francês, que no segundo **set** não conseguiu mais do que dois **games**.

Quanto a Édson Mandarino, começou jogando bem e colocou uma frente de 3-0, mas Torben Ulrich, de 34 anos, aos poucos foi ganhando o contrôle da rêde, empatando para depois vencer com certa facilidade. O segundo **set** foi muito disputado, embora o dinamarquês tenha começado com grande decisão, fazendo 3-1 e demonstrando que liquidaria a partida em poucos minutos. Mandarino, entretanto, desenvolvendo um bom jôgo de fundo de quadra empatou em 3-3, quebrando o serviço de Ulrich, para conseguir 4-3 com seu saque. No oitavo **game**, o brasileiro estêve a apenas um ponto para novamente quebrar o serviço do dinamarquês e fazer o 5-3.

Torben Ulrich recuperou-se, voltou a empatar o encontro, passando a partida a ficar igual até 10-10, quando Ulrich, desenvolvendo um jôgo ofensivo, não deu mais chances a Mandarino, que acabou derrotado por 12-10.

Ronald Barnes, talvez se tivesse um melhor preparo físico, poderia ter vencido a Martin Riessen. O brasileiro ganhou o primeiro **set** por 7-5, mas terminou perdendo o segundo por 8-6, depois de ter tido chances de conseguir a vitória. No terceiro **set**, o norte-americano foi o dono absoluto da quadra, pois o brasileiro se apresentava exausto.

OUTROS RESULTADOS

Pelos outros encontros do torneio, que está sendo disputado por vários dos principais nomes do tênis internacional, o norte-americano Charles Passarel derrotou o inglês Graham Stillwell, por 6-4 e 6-4. Arthur Ashe, que sagrou-se campeão na semana passada do torneio de Filadélfia, não encontrou qualquer dificuldade para vencer tranqüilamente o norte-americano Mike Greentf por 6-2 e 6-1.

O sul-africano Cliff Drysdale, pré-classificado como o número um entre os estrangeiros, causou a surprêsa da rodada, perdendo, por 7-5 e 7-5, para o espanhol Manuel Orantes, que vem se apresentando bem em sua temporada nos Estados Unidos.

Cliff Richey, outro norte-americano, jogador que tem se caracterizado pela sua intranqüilidade dentro da quadra, obteve uma difícil vitória sôbre o iugoslavo Nicola Pilic, por 10-8, 8-10 e 6-4, numa partida de quatro horas, a de maior duração até agora no torneio. O indiano Prenjit Lall, obteve uma vitória, por 6-4 e 6-4, sôbre o norte-americano Cahucey Steele, enquanto outro norte-americano, Clark Graebner, vencia a Ismael El Shafei, da República Árabe Unida, por 6-1 e 6-2.

Torneio Jorge Frias

Pelo tênis carioca, o Torneio Jorge Frias de Paula tem mais uma rodada hoje, sendo esta a programação: no Fluminense — às 16h — Hildernon Carvalho x Eduardo Bisaggio ou J. Fernandes; às 17h — Gina Deiri-Emílio Guilayn x Zulmira Canário-Raimundo Canário; às 18h — Hasko Reidell x Zurab Boghossian e Helena Duarte-Franck Carlucci x Luci Assis-Reinaldo Assis.

Na AABB: às 19h — Marek Stura x vencedor de H. Monteiro x Luís Inácio; às 20h — Inara Freitas-Gabriel Figueiredo x Denise Canário-Fernando Sousa; às 21h: Gabriel Figueiredo-Edno Sá-Rogério Correia.

No Tijuca: às 19h — Marcos Santos ou Aloísio Santos x Juarez de Oliveira. Se Aloísio Santos vencer a Marcos Santos, o jôgo será na quadra do Fluminense; às 20h — José de Sousa-J. Tavares x Patrick Seidl-Adolf Hasen; às 21h — Daniel Barbosa-Ângelo Ruiz x Plauto Facin-Sterio Papeneanu.

Nei foi comprado pelo Vasco e faz exames hoje

Santos joga amanhã contra o Penarol a sua sorte no torneio hexagonal do Chile

Santiago do Chile (De Ciro Costa, especial para o JORNAL DO BRASIL) — A partida que o Santos fará com o Peñarol, amanhã, no Estádio Nacional do Chile, pode definir suas aspirações ao título do hexagonal que aqui se realiza, uma vez que os brasileiros têm de vencer todos os compromissos restantes e ainda contar com um possível empate do Vasas.

No entanto — a julgar pelos comentários da imprensa chilena — as possibilidades santistas, mesmo com uma vitória sôbre os uruguaios, são limitadas. O Vasas é o líder absoluto, com cinco pontos ganhos, enquanto o Santos, em suas duas partidas anteriores, só conseguiu dois empates. Além disso, o Colo-Colo é o vice-líder, dois pontos atrás do Vasas.

VASAS ABSOLUTO

A equipe húngara do Vasas tem sido a que melhor se apresenta no torneio, pois já goleou o Colo-Colo (9 a 3), venceu o Universidade do Chile (3 a 1) e empatou com o Santos (2 a 2), na partida mais técnica realizada até o momento. Com sete integrantes da delegação que foi à Inglaterra, para a última Copa do Mundo, o Vasas já está sendo considerado o virtual campeão, embora ainda lhe reste, até o encerramento do torneio, enfrentar a Universidade Católica e o Peñarol.

O Santos, enquanto isso, tenta sôbre os uruguaios a sua primeira vitória, pois só conseguiu empatar com a Universidade Católica (1 a 1) e com o Vasas. Suas esperanças estão não só em seus próprios resultados, mas também na possibilidade de vir a equipe húngara a perder um ou mais pontos nos seus dois últimos compromissos.

O Colo-Colo é o segundo colocado, por pontos ganhos, mas isso se deve ao fato de ter disputado uma partida a mais que o Santos. Logo na primeira sofreu uma goleada, a única do torneio, mas foi com muito entusiasmo que conseguiu se impor à Universidade Católica (3 a 2) e empatar em seguida com o Peñarol (2 a 2). Os três outros participantes do torneio já estão sem condições de chegar entre os primeiros.

O Universidade Católica, embora ao lado do Santos e apresentando-se como campeão chileno, conseguiu vencer o Peñarol (2 a 0) e perdeu para o Colo-Colo, isso numa partida em que o adversário entrava em campo com moral baixo, após a goleada para o Vasas. O Universidade Católica tem jogado mal, está desfalcado e menos cotado que o Santos.

SEM PERDA DE TEMPO

João Silva trouxe Nei para o Rio assim que o contratou, para fugir à torcida do Corintians

O atacante Nei foi vendido ontem para o Vasco por NCr$ 100 mil (cem milhões de cruzeiros antigos) e hoje fará seus exames médicos em São Januário, a fim de assinar contrato por dois anos, recebendo NCr$ 1 mil (um milhão de cruzeiros antigos) mensais entre luvas e ordenados.

Para evitar exploração do assunto em São Paulo, já que a torcida do Corintians não queria se desfazer do jogador, o Presidente João Silva, tão logo resolveu o negócio, trouxe Nei em sua companhia para o Rio e caberá ao Vasco pagar os seus 15 por cento de direito sôbre o preço do passe, conforme foi combinado.

PARTIDA IMEDIATA

Nei e o Sr. João Silva chegaram ao Rio às 16h de ontem e foram diretos à sede do Cineac, a fim de conversarem com o Vice-Presidente de Futebol Armando Marcial. Depois de acertarem todos os detalhes o jogador foi para o Hotel Novo Mundo.

Apesar de Nei ter-se submetido a um check-up no mês passado, no Corintians, segundo declarou o Sr. Vadi Helu ao Presidente do Vasco, o jogador fará hoje de manhã seus exames médicos com os Drs. José Marcozzi e Nicolau Simão. Só depois, então, é que êle assinará seu contrato.

O Presidente João Silva informou que Nei não criou qualquer problema para resolver sua transferência. E explicou:

— Já ontem (anteontem) eu tinha acertado com o Presidente Vadi Helu a contratação de Nei, graças à interferência do técnico Zezé Moreira. No entanto, condicionei-a a uma conversa que teria com êle no dia seguinte para saber suas pretensões com a transferência. Pois bem, Nei aceitou tudo que lhe ofereci e, muito justamente, só me afirmou que queria receber os seus 15% de direito e de qualquer parte. Voltei novamente hoje (ontem) a falar com o Presidente do Corintians e concretizamos o negócio. O Vasco pagará os NCr$ 15 mil (quinze milhões de cruzeiros antigos) ao jogador e seu passe será resgatado da seguinte maneira: NCr$ 30 mil (trinta milhões de cruzeiros antigos) à vista e sete prestações de NCr$ 10 mil (dez milhões de cruzeiros antigos).

Mostrando-se satisfeito e dizendo-se alegre com a transferência, Nei afirmou que realmente não esperava que o Corintians concordasse em liberá-lo.

— Desde que surgiu a notícia do interêsse do Vasco por mim, Seu Zezé e o Presidente Vadi Helu me procuraram para explicar que seria muito difícil para o Corintians deixar-me sair. Argumentaram que necessitavam de mim para o campeonato e que a própria torcida ficaria insatisfeita, se eu deixasse o Corintians — contou.

— Não sei não, mas acho que a estas horas o negócio não deve estar muito bom lá com a torcida do Corintians e os dirigentes. Inteligente foi o Sr. João Silva, que me trouxe com êle tão logo se concretizou o negócio.

Na conversa que manteve com o Sr. Armando Marcial, o dirigente indagou a Nei se êle jogava em outras posições e se aceitaria ser escalado nelas, "pois você poderá ser aproveitado na ponta direita".

— Comecei no Corintians como meia-armador — respondeu — e depois joguei em tôdas as outras posições do ataque. Jamais reclamarei de jogar em qualquer posição, porque o que quero mesmo é jogar. Em São Paulo às vêzes ficava até desiludido com o futebol porque me machucava demais. O futebol paulista é mais duro, violento e mais aguerrido. No Rio não. Aqui todos os jogadores se conhecem e são amigos mesmo atuando em clubes diferentes. Jogadores técnicos em São Paulo sofrem muito, por isso é que sempre estive às voltas com o Departamento Médico, a exemplo também de Tupãzinho, Tales, Pelé, Prado e muitos outros.

Nei tem 22 anos de idade e disse que vai morar sòzinho no Rio, provàvelmente, na concentração da Lagoa ou num apartamento pequeno na Zona Sul. Amanhã êle voltará à São Paulo e regressará ao Rio com tôda sua mudança na próxima segunda-feira.

O Sr. Armando Marcial disse que Nei não jogará no próximo domingo contra o América Mineiro, pois o Vasco pretende prepará-lo para fazê-lo estrear no próximo dia 26, no Maracanã, contra o Peñarol.

Cruzeiro viajou otimista para Caracas onde estréia domingo na Libertadores

Levando todos os seus titulares, o Cruzeiro embarcou ontem às 21h15m, pela Aerolineas Peruanas, para Caracas, onde faz a sua estréia no domingo, na Taça Libertadores da América, contra o Deportivo Itália, campeão da Venezuela, voltando a jogar na quarta-feira com o Desportivo Galizia, vice-campeão daquele país.

Os jogadores do Cruzeiro, que com a desistência do Santos passou a ser o único representante do Brasil na Taça Libertadores, mostravam-se tranqüilos e confiantes numa boa apresentação em Caracas, o mesmo ocorrendo com o técnico Airton Moreira, que pretende dar um treino leve ainda hoje para seus jogadores.

TAMBÉM EM LIMA

Além dos compromissos na Venezuela, o Cruzeiro jogará em Lima, no Peru, contra o Universitario, campeão peruano, e o Alianza, vice-campeão, nos dias 26 de fevereiro e 1 de março. Por outro lado, o campeão e vice-campeão venezuelano deverão jogar no Estádio Minas Gerais nos dias 19 de março e 15 de abril e os peruanos a 17 e 23 de maio.

A delegação do Cruzeiro seguiu assim formada: chefe — Carmine Furleti, tesoureiro — Nicola Calichio, Edmundo Lambertucci, vice-diretor, técnico — Airton Moreira, roupeiro e massagista — Leopolino Silva, e os seguintes jogadores: Raul, Tonho, Pedro Paulo, Procópio, William, Neco, Wilson Piazza, Dirceu Lopes, Tostão, Natal, Evaldo, Hilton Oliveira, Vavá, Zé Carlos, Dawson e Wilson Almeida. O Sr. Abraim Tebet, representante da CBD, seguirá para Caracas mais tarde.

NA EMBAIXADA

A delegação do Cruzeiro chegou ontem ao Rio por volta das 16 horas, indo diretamente do Aeroporto Santos Dumont para a Embaixada da Venezuela, onde permaneceu até cêrca das 18h30m, tratando da documentação da viagem, seguindo logo após em ônibus especial para o Galeão.

Os jogadores, apesar da demora na Embaixada, mostravam-se alegres com as perspectivas que lhe abre a participação na Taça Libertadores da América, pois além da possibilidade de ganharem bons prêmios, estarão se lançando internacionalmente, sendo que a maioria dêles estará saindo do Brasil pela primeira vez.

BATIDA DE PROCÓPIO

O único problema, sem maior gravidade entre os jogadores do Cruzeiro, é Procópio, que bateu com seu carro pouco antes de deixar Belo Horizonte, tendo sofrido um hematoma no rosto.

Conta Procópio que, quando se dirigia da concentração à sua casa para apanhar sua mala, ia calmamente com seu carro quando uma camioneta, que estava pouco à sua frente, deu uma freada repentina não lhe dando tempo de parar seu carro.

Procópio afirma que não se lembra pràticamente de nada do que aconteceu, pois desmaiou com a batida, tendo sido socorrido por seu companheiro de clube William, que passou logo após pelo local. Por outro lado, William, que é cunhado de Procópio, disse que a batida deveria ter acontecido com êle, se não fôsse Procópio passar-lhe à frente pouco antes do acidente.

O zagueiro do Cruzeiro, que não sabe como ficou seu carro, pois quando acordou do desmaio já estava em sua casa, afirmou que a camioneta não tem culpa pela batida, porque deu uma freada repentina para não atropelar uma senhora que inadivertidamente tentou atravessar a rua.

Germano esconde Giovanna cuja família tenta impedir casamento dizendo-a louca

Liège, Bélgica (UPI — JB) — Enquanto Germano, aconselhado por seu advogado, continua escondendo Giovanna — a jovem condêssa italiana com quem pretende se casar por êstes dias — a mãe da môça chegou a esta Cidade, acompanhada do Secretário do Milan, Bruno Pasalaqua, tentando impedir o casamento sob a alegação de que a filha está louca.

— Isso é ridículo! — protestou Germano ao saber do propósito da família da noiva. Giovanna foi aluna brilhante na Universidade de Milão, sempre soube o que estava fazendo e tem mais juízo do que êles.

Germano, atualmente jogando por empréstimo no Standard, de Liège, ainda está prêso por contrato ao Milan, clube de Pasalaqua.

OPOSIÇÃO FORTE

O Secretário do clube italiano concordou em acompanhar a mãe de Giovanna até esta Cidade, na esperança de fazer com que o jogador revelasse o paradeiro da môça e desistisse do casamento. A família de Giovanna é uma das mais ricas da Itália — o pai dela é um conhecido fabricante de motonetas — e o Milan resolveu interceder, a fim de evitar maiores problemas com seu jogador.

Germano considera a oposição da família de Giovanna um absurdo, mas é o primeiro a dizer que isso só poderia ocorrer num país ou numa família cheia de preconceitos. A todo instante, o jogador acentua:

— Pois saibam que no Brasil, onde nasci e onde ainda vive a minha família, a côr não é obstáculo.

DECISÃO TAMBÉM

O jogador brasileiro, para provar que Giovanna não é a louca que a família dela garante, conta que êles se conheceram há quatro anos e que desde então os dois, pacientemente, esperaram até que a môça completasse 21 anos. Se Giovanna fôsse o que a família diz — pondera Germano — teria fugido muito antes, e não só em fins da semana passada.

— Não sou um caça-dotes. Sei que Giovanna é herdeira de uma fortuna, mas seu dinheiro não interessa a mim ou a ela. Já disse a mãe de minha noiva que estamos dispostos a renunciar a todos os direitos sôbre a fortuna.

Botafogo joga domingo em Monterrey

Cidade do México (UPI-JB) — O Botafogo do Rio de Janeiro, chegou hoje à Cidade de Leon, Guanajuauto, onde disputará amanhã uma partida com o time local. Hoje à tarde haverá um treino leve para os jogadores.

O time brasileiro chegou na noite de têrça-feira, vindo da América Central, e tem um jôgo marcado em Monterrey, no domingo.

Dionísio deu nova vitória aos cariocas

Belo Horizonte (Sucursal) — Dionísio voltou a dar a vitória à Seleção Carioca de Juvenis, marcando o único gol da partida contra o Paraná, ontem à noite, no Estádio Minas Gerais, aos 15 minutos do segundo tempo.

A Guanabara jogou com Carlos Henrique, Gaguinho, Valtinho, Queirós e Reinaldo; Rodrigues e Serginho; William, Mimi, Dionísio e Arlison. O Paraná com, Rogério, Fábio, Tadeu, Mário e Altair; Lori e Reinaldo; Castor, Roberto Pinto, Márcos e Edson. No segundo jôgo, Minas venceu Pernambuco por 6 a 0. A renda foi de NCr$ 3 588,00.

TEMPO É DINHEIRO

Apesar de morar longe, Denilson terá de pagar NCr$ 30,00 porque chegou meia hora atrasado ao treino

Cláudio teve atuação fraca no conjunto em que todos os titulares estiveram mal

Cláudio foi apenas regular no fraco treino de conjunto que o Fluminense fêz ontem, e, mesmo participando de algumas jogadas de muita categoria, pareceu inibido pela grande torcida que compareceu ao campo do Botafogo, justamente porque ela se mostrava contrariada sempre que êle não dava proseguimento aos lances de que participava.

O jogador disse que ainda não se adaptou ao sistema de Tim, e acha que sòmente após vários treinos e jogos é que poderá entrosar-se com o time, pois na Prudentina ia ao meio-campo buscar a bola, prosseguindo com ela, em tabelas, até o gol, enquanto no Fluminense tem ordens para jogar recuado e sempre passá-la para os pontas.

DE MAL A REGULAR

Cláudio começou mal no segundo treino coletivo que fêz no Fluminense, parecendo, inclusive, desinteressado pela bola, coisa que explicou como sendo conseqüência da sua má colocação em campo, por estar ainda desentrosado com a equipe.

O jogador estava tranqüilo após o treinamento, e disse que não dá importância à manifestação dos torcedores, que no princípio se dirigiam a êle como jogador de NCr$ 0,50 (cinco cruzeiros antigos). Com o passar do tempo Cláudio foi-se firmando, procurando acompanhar sempre os lances e chegou a ser demoradamente aplaudido, quando, da ponta direita, levantou uma bola, deu um lençol em tôda a defesa, colocando Lula com o gol livre pela frente, mas êle, entretanto, finalizou mal, chutando por cima da trave.

Segundo êle próprio observou, a torcida do Fluminense, que quase lotou as sociais do campo do Botafogo, está ávida por um atacante goleador, e esperava encontrar nêle êsse elemento para a equipe.

— Entretanto — afirma —, estou jogando diferente do modo como estava acostumado. Fui o terceiro artilheiro do campeonato paulista, com 19 gols, mas lá eu tinha liberdade de penetrar na área, tabelar e driblar. Aqui, entretanto, estou jogando em condições diferentes, dentro de uma outra tática. Sei que posso vir a fazer gols, quando estiver mais entrosado, mas esse papel, dentro do nossos sistema, cabe aos pontas, pois são a êles que tenho ordens de servir bolas.

TORCIDA QUER SAMARONE

Enquanto isso, Samarone, muito aplaudido e jogando entre os aspirantes, com boa atuação, era quase que exigido pela torcida, no time titular. O jogador contou a todo instante com o apoio dos torcedores, que também incentivavam bastante a equipe de aspirantes, que, jogando trancada, aproveitava os lançamentos em profundidade e confundia tôda a defesa titular.

Os aspirantes venceram por 2 a 0 e os times treinaram assim: Vitório, Oliveira, Caxias, Altair e Bauer; Roberto Pinto (Alves) e Alves (Denilson); Mário, Cláudio, Amoroso (Roberto Pinto) e Lula. Aspirantes — Márcio, Jorge, Augusto, Silveira e Severo; Jardel e Iris; Sidnei, Samarone, Jorge Costa e Gílson Nunes.

O primeiro gol coube a Jorge Costa, que, numa bonita jogada, chutou de fora da grande área, bem no canto, sem chance de defesa para o goleiro Vitório. O segundo gol coube a Gílson Nunes, que recebeu um lançamento em profundidade de Jardel e, conseguindo passar por Altair, único jogador da defesa presente no lance, entrou sòzinho na área e driblou Vitório, marcando sem nenhuma dificuldade. Momentos antes Gílson havia perdido um gol certo, nas mesmas condições, porque brincou na finalização, querendo driblar Vitório várias vêzes, acabando por permitir-lhe defender a bola.

DENILSON MELHORA TIME

Denilson só entrou na segunda metade do treino porque chegou meia hora depois da hora marcada, e por isso tem de pagar NCr$ 30,00 (trinta mil cruzeiros antigos) à caixinha. Roberto Pinto chegou dez minutos atrasados e também terá de pagar NCr$ 10,00 (dez mil cruzeiros antigos), uma vez que têm de depositar na caixinha NCr$ 1,00 (mil cruzeiros antigos) por cada minuto de atraso.

Com a entrada de Denilson a equipe titular subiu um pouco de produção, pois êle desarmava bem os ataques dos aspirantes, permitindo maior domínio de seus companheiros, que conseguiram um gol, por intermédio de Mário, quando já atuavam contra uma equipe de jogadores em experiência.

Severo foi o lateral esquerdo da equipe de aspirantes e fez um excelente treino, mostrando segurança, coragem e simplicidade. Augusto, chegado de Caratinga, treinou como zagueiro central e também não teve uma única falha, mostrando-se seguro e consciente de tôdas as jogadas. O meio-campo Jardel e Iris também mostrou-se bem, principalmente na marcação severa sôbre Amoroso e Cláudio.

GÍLSON NÃO VAI

Gílson Nunes teve um ligeiro desentendimento com o Vice-Presidente Dilson Guedes, quando êste quis obrigá-lo a embarcar com a delegação que viaja para Governador Valadares.

O jogador disse que conversou com o Sr. Dilson Guedes antes do treinamento, quando o Vice-Presidente consentiu em que êle ficasse no Rio, a fim de prestar exame vestibular na Escola Nacional de Educação Física.

— Quando terminou o coletivo — disse o jogador — veio me dizer que teria de seguir, como se pouco se importasse com meus problemas. Não sou máquina e nem propriedade de ninguém. Sou um estudante e quero me formar, pois futebol não dura tôda a vida. Não vejo qualquer inconveniente em desligar-me da delegação, uma vez que nem estou jogando entre os titulares.

O jogador acha que seu motivo é justo, pois trata-se de terminar os exames já iniciados, e afirmou que não viajará de maneira alguma, com o que concordaram os dirigentes, colocando Samarone em seu lugar, uma vez que êste não estava relacionado para seguir.

A delegação seguirá sexta-feira à noite, por ônibus, chefiada pelo Sr. Osvaldo Carvalho, primeiro tesoureiro do clube. Seguem ainda o técnico Tim, o Dr. Valdir Luz, o auxiliar João Carlos, o massagista Santana, o roupeiro Sílvio e os seguintes jogadores: Vitório, Márcio, Oliveira, Caxias, Altair, Bauer, Roberto Pinto, Alves, Denilson, Mário, Cláudio, Amoroso, Lula, Jorge, Augusto, Severo, Samarone e Jorge Costa.

Vasco deu de 5 a 0 no Olaria jogando fácil

O Vasco goleou por 5 a 0 ao Olaria no jôgo-treino realizado ontem de manhã em São Januário, onde a dupla de ponta-de-lanças Bianchini e Adilson mereceu muitos aplausos dos poucos torcedores que foram assistir ao conjunto.

Adilson, além de ter marcado um gol, foi autor das jogadas que originaram mais três, sendo que o segundo assinalado por Bianchini, se jogando de peito na bola para mandá-la para as rêdes, foi o mais bonito dos cinco. Bianchini 2, Adilson, Zèzinho e Nado foram os artilheiros.

SUPERIOR

O Vasco iniciou o treino com Édson, Tinho, Brito, Ananias e Oldair; Maranhão e Danilo; Zèzinho, Adilson, Bianchini e Morais. O Olaria, com Alcir, Wilson Cruz, Ponã, Osmindo e Nilton Santos; Didinho e Hélinho; Carlinhos, Antoninho, Cabrita e Naldo. O juiz foi Eli do Amparo e o treino durou 90 minutos.

Durante o primeiro tempo Vasco e Olaria fizeram apenas uma substituição cada: Djair entrou na zaga direita, passando Tinho para a esquerda e saindo Oldair; e Odmar que substituiu a Didinho. Na segunda etapa, porém, Zizinho e Daniel Pinto fizeram várias alterações, terminando o treino com o Vasco formado por Valdir, Djair, Sérgio, Ananias e Tinho; Salomão e Alcir; Nado, Acilino, Aluísio e Zèzinho. O Olaria, com Alcir, Jorge, Mafra, Osmindo e Nilton Santos; Odmar e Helinho, Itajuba, Araujo, Lenine e Wellis.

Devido a tantas modificações, o treino foi muito fraco no segundo tempo.

O América Mineiro pediu ao Vasco para jogar a partida do próximo domingo no Maracanã. O Sr. Armando Marcial, porém, explicou aos dirigentes mineiros que fora de São Januário êste jôgo terá prejuízo certo e êles acabaram concordando em jogar no campo do Vasco. Para o jôgo de domingo, Zizinho realizará hoje um individual e amanhã fará o apronto.

O Sr. Armando Marcial está disposto a punir severamente, com multa de 60%, o goleiro Edson. Ontem, ao ser entregue ao jogador um memorando se confirmava ou desmentia uma entrevista em que fêz vários ataques à direção de futebol, êle recusou-se a assiná-lo.

Clubes cariocas se reúnem segunda-feira para debater o Roberto Gomes Pedrosa

Os clubes cariocas participantes do Campeonato Roberto Gomes Pedrosa vão se reunir segunda-feira para tomar conhecimento do regulamento e da tabela, deliberar sôbre a majoração de ingresso a ser solicitada ao Governador da Guanabara e sôbre a conveniência da realização de um torneio paralelo entre os clubes não classificados, fazendo as preliminares.

No esbôço do calendário de 1967, a ser apreciado hoje, há uma sugestão para que os juvenis disputem jogos de 90 minutos, e com idade limite entre 16 e 20 anos, enquanto os infanto-juvenis teriam 80 minutos de jôgo e idade limite entre 14 e 16 anos. O esbôço também prevê a extinção do campeonato de aspirantes.

DATAS PARA O SANTOS

A Confederação Sul-Americana de Futebol pediu à CBD as datas dos jogos do Santos na Taça Libertadores das Américas, mas a entidade brasileira confirmou que o clube cancelou a sua inscrição. Apenas o Cruzeiro aceitou as datas e por isso será o único clube brasileiro a intervir na competição.

Três economistas estão trabalhando há alguns dias para a CBD num plano financeiro que permita a construção de grandes estádios — como o Minas Gerais — em tôdas as Capitais do Brasil e cidades importantes.

FELIZES OS QUE NÃO PENSAM EM DINHEIRO

B

JORNAL DO BRASIL — RIO DE JANEIRO, QUINTA-FEIRA, 16 DE FEVEREIRO DE 1967

Enquanto nas cidades a nova sigla NCr$ anda povoando os pesadelos de muita gente, ao norte de Mato Grosso, numa área de 20 mil quilômetros quadrados, algumas centenas de brasileiros permanecem tranqüilos: são os membros das tribos do Parque Nacional do Xingu que não precisarão se espantar com cédulas carimbadas ou se preocupar com conversões — colares de conchas, o seu dinheiro, não é fabricado pela Casa da Moeda.

São muitos ainda hoje os grupos humanos que adquirem o seu dinheiro fàcilmente nas praias onde vivem ou simplesmente dispensam o seu uso, preferindo a mais segura troca de mercadorias.

Seu comportamento em relação ao uso do dinheiro vem sendo objeto de estudos de antropólogos de todo o mundo. A maioria concorda que, entre os não civilizados, o dinheiro tem valor social maior que o economico e o seu uso não é suficiente para classificar como mais adiantada uma entre várias tribos do mesmo nível cultural. Ainda assim, são raros os grupos que não pratiquem alguma forma de transação de mercadorias e os poucos exemplos de sociedades sem comércio encontrados na História — os incas e os espartanos — eram regidos, segundo Angell, por leis demasiado rígidas que roubavam a liberdade do indivíduo.

REUNIÕES DA BÔLSA

Várias vêzes ao ano, na região do Alto Xingu, representantes do uaurás, camaiurás, iaulapitis e calapalos tomam suas canoas, atravessam rios e igarapés e, cada ano, numa aldeia diferente, promovem as suas **reuniões da Bôlsa,** nome que pode ser dado ao seu **moitará** — grandes rodas de homens acocorados onde cada um oferece o seu produto em troca do que necessita. Não sabem êles estar utilizando o mesmo fenômeno jurídico-econômico dos tempos bíblicos, quando o direito de progenitura de Esaú foi trocado por um saboroso prato de lentilhas cozinhado por Jacó.

A troca de mercadorias por mercadorias é a forma mais simples de comércio, praticada em geral pelas sociedades ágrafas, por vêzes com implicações religiosas ou mais freqüentemente sociais. Entre os polinésios, por exemplo, a troca é designada pela palavra **fakalofa,** que significa **feito com amor,** enquanto os antigos indonésios, embora tivessem em sua língua uma palavra que expressasse o verbo comprar, **saki,** a empregavam no sentido de conseguir favores dos deuses.

O VALOR DO SILÊNCIO

A troca com sentido comercial é praticada pela maioria das t r i b o s em fase de caça e pesca. Uma de suas variantes é o chamado **comércio do silêncio,** que se realiza sem que os dois interessados se comuniquem diretamente. Este tipo de troca é praticado entre os pigmeus do Congo, os chukchis da Sibéria e do Alasca e diversas tribos da Malásia e da Nova Guiné. Consiste em o ofertante deixar suas mercadorias em determinado lugar e esperar escondido pelo parceiro que chega, examina os produtos e se lhe interessarem, deixa em seu lugar uma quantidade semelhante de outras mercadorias. O isolacionismo em que vivem algumas tribos e as dificuldades da língua podem ser motivadores dêste tipo de comércio, que depende bastante da boa fé de cada um.

O CONTO DO VIGÁRIO

Trocas internacionais são freqüentemente praticadas entre os nativos da Nova Guiné, no arquipélago conhecido como o **anel Kula.** Duas vêzes ao ano há um grande movimento de canoas que percorrem os arquipélagos de norte a sul, carregadas de compradores. A troca é feita em base pessoal e cada comprador trata com um parceiro na ilha vizinha.

A barganha é válida, tentada por todos os meios e, além dos presentes que leva, o comprador capricha na aparência pessoal como se fôsse a um encontro amoroso. Com o rosto pintado festivamente e o corpo envolvido por essências perfumadas, os nativos partem para a troca, na qual leva inegável vantagem aquêle que souber uma ou duas rezas especiais para convencer vendedores durões.

As trocas são feitas na base da confiança, isto é, o pagamento será feito quando chegar a vez de viajarem os habitantes da ilha visitada. Mas mesmo aí, há os passadores de conto-do-vigário, que conseguem mercadorias em diversas ilhas, embora seus fundos em casa não sejam suficientes para o pagamento. A isto os nativos chamam fazer **Wa-bu-wabu,** que não é totalmente condenável entre êles, pois sempre se pode conseguir de um credor furioso um adiamento até a próxima viagem.

O PÉ-DE-MEIA

A troca monetária é aquela onde se emprega um bem de consumo como denominador comum de valor. Os ifugaos filipinos usam o arroz e algumas tribos da África fazem o seu pé-de-meia em barras de ferro, pedaços de marfim, facas ou sal.

Entretanto, o número de culturas primitivas em cuja economia o dinheiro funcione com um s e n t i d o próprio é muito restrito. Na maioria das vêzes êle apenas representa prestígio, como no caso das Ilhas Yap, no Arquipélago das Carolinas. As moedas lá utilizadas — apenas pelos homens — são enormes discos de pedra que necessitam de barcos para serem transportadas. Algumas vêzes durante as viagens o dinheiro cai ao mar, sem que o seu proprietário se preocupe m u i t o com isso. A família mais rica do local tem a sua fortuna no fundo do mar há várias gerações e nem por isso perdeu o seu prestígio.

A TABELA CARAJÁ

O contato com o homem branco tem sido causador de mudanças por vêzes profundas na economia dos não civilizados. Desde 1793 o uso da concha cauri, moeda corrente entre algumas tribos africanas, se tornou tão padronizado que foi possível o estabelecimento de sua taxa de câmbio em francos, chegando, em 1930, a 120 cauris por cada franco.

Entretanto, a conversão da moeda francesa para francos novos a partir de 1959 não deve ter causado aos indígenas africanos metade do trabalho e preocupações que terão agora os nossos índios carajás, da Ilha do Bananal.

Um dos raros grupos indígenas que lida diretamente com a moeda do branco, os carajás se verão certamente confusos quando souberem da desvalorização das cédulas antigas. Irão fatalmente mudar sua tabela de preços e prestar muita atenção para não serem enganados por nenhum **tori,** homem branco. Até hoje êles vêm cobrando ... Cr$ 50 mil cruzeiros velhos para turistas assistirem à sua dança de dia, Cr$ 20 mil se fôr à noite — quando não se pode tirar fotografias — e de Cr$ 200 a Cr$ 500 pelas suas bonecas. Sem dúvida muito **tori** esperto vai se livrar dos cruzeiros velhos às custas dos carajás, enquanto o chefe Aratuna não instruir seus cobradores sôbre a última invenção dos vizinhos de Brasília.

CINEMA
ELY AZEREDO

"SITUAÇÃO CRÍTICA" & "O TROUXA"

Duas comédias de pequena ambição em cartaz: **Le Corniaud (O Trouxa)** e **Situação Crítica, Porém Jeitosa (Situation Hopeless But Not Serious)**. Este, uma história pseudo-inteligente — apenas uma idéia original — que não consegue estabelecer o mínimo de convicção. Aquêle, milésima versão da fórmula do ingênuo que dá lição a criminosos empenhados em explorar sua boa fé, diverte, sem perigo de causar apoplexia por gargalhadas, graças aos comediantes Louis de Funès, Bourvil, e a certos cuidados de produção. Certamente Gottfried Reinhardt, o homem da **Situação Crítica** (berlinense, filho de Max, o famoso diretor de teatro), reúne maiores qualidades do que o ator-diretor Gérard Oury, patrocinador do **Trouxa**. Mas, em certas áreas do espetáculo cinematográfico, a produção fala mais alto que a direção. **O Trouxa**, produção franco-italiana, tem a seu favor até o sol da Itália.

Situação Crítica, Porém Jeitosa, baseado em uma novela de Robert Shaw, **The Hiding Place** recorre ao trunfo um pouco gasto de Sir Alec Guiness, ator cujo talento parece em fase de resfriamento, de falta de motivação, nos últimos anos. Durante a Segunda Guerra Mundial, **Herr Frick**, alemão patriota mas visceralmente avêsso ao estilo da **Nova Ordem** hitlerista, mantém presos em seu porão dois combatentes americanos, evitando que caiam em mãos das autoridades e, em conseqüência, engrossem a massa dos campos de concentração. O ponto original da história é a ilusão de que a guerra continua até 1952, elaborada pelo carcereiro, por pura afeição aos prisioneiros. **Herr Frick**, um solitário, encontrou nos cativos (interpretados pelo inexpressivo Michel Connors e pelo razoável Robert Redford) uma razão para viver.

Algumas situações desenvolvem aceitàvelmente o insólito da idéia-base, como a tentativa de conseguir companhia feminina para o mais irritável prisioneiro, Lucky (Connors), e o pasmo dos dois, quando, na fuga em direção à neutra Suíça, encontram-se, de repente, no meio da filmagem de cenas de massa de uma produção americana antinazista, às margens do Lago Constança. Mas, a adaptação de Jan Lusting e o roteiro de Sylvia Reinhardt exploram de maneira excêntrico-sentimental o personagem do colecionador de prisioneiros, e as reações dêstes à longa reclusão não primam pela plausibilidade. Parece-me que o lado cruel da impostura do bondoso **Herr** Frick não poderia ser esquecido. No entanto, no final, êle chega a ser premiado por um de seus protegidos-vítimas. A atuação tão hábil quanto fria de Guiness frustra as pretensões do produtor-diretor. De qualquer modo, seria difícil a qualquer ator dar verossimilhança a tão estranho personagem em um filme como **Situação Crítica**, desprovido de uma atmosfera capaz de caucionar o comportamento.

Le Corniaud deixa claro que Gérard Oury trocou a profissão de ator pela de roteirista-diretor, mais por frustração na primeira (onde nunca brilhou) ou por maior cobiça. A história do **típico** francês de boa-fé (Bourvil) que aceita a oferta de uma viagem de Cadillac, Nápoles—Bordeus, com tôdas as despesas pagas, sem saber da carga criminosa (um diamante gigante roubado, pedras preciosas, ouro, heroína) embutida, nem da quadrilha rival disposta a apoderar-se, de qualquer maneira da **moamba**, é um deserto em matéria de idéias originais ou menos surradas. O diretor limitou-se a explorar os talentos de Bourvil e (principalmente) De Funès, e a tirar o máximo da movimentação da intriga ao longo do percurso turístico ítalo-francês. Esse trajeto, coberto pelo grande fotógrafo Henri Decae (embora em dias menos empenhados), bastaria para garantir certo interêsse ao espetáculo. Mas Bourvil-De Funès justificam o êxito de bilheteria à base de sua associação. Note-se que De Funès, após duas décadas como coadjuvante, ganha com distinção os direitos do estrelato.

DISCOS POPULARES
JUVENAL PORTELLA

RITMO LATINO

Pràticamente ainda no início do ano, a produção musical òbviamente ainda não engrenou, principalmente na área nacional. No campo internacional começam a chegar os primeiros discos, sem conter novidades, mas, de qualquer maneira, movimentando o mundo fonográfico.

Watch Out! é o título do mais nôvo elepê dêste excelente conjunto Baja Marimba Band, que tem um estilo muito próprio para o temperamento latino-americano, embora seja de outra raiz. Apresentando uma seleção não muito boa, sob o ponto-de-vista artístico, a turma da Marimba Band consegue, no entanto, valorizar bastante o disco, como ocorreu nos dois anteriores, aliás.

O tratamento dado, por exemplo, a **Somewhere My Love** — Tema de Lara — é muito bom, levando-se em conta tratar-se de uma composição ainda que popular com certas tendências harmônicas que poderiam ter efeito negativo em certo grupo instrumental. Tirando partido do som das marimbas, aliado à base certinha do sôpro, o Baja Marimba Band obtém em certas faixas alguns preciosos momentos rítmicos, o que permite cotar bem o disco.

Chamo particularmente a atenção para os resultados conseguidos em **Sabor A Mi**, uma peça de conteúdo musical nitidamente latino, pelo ajuste perfeito que teve com os rapazes da Marimba Band. Também desfaço os arranjos de Julius Wechter e Herb Alpert, êste também o produtor — ao lado de Jerry Moss — dêste longa-duração lançado no Brasil pela Fermata sob o número FB-167.

Lado 1 — **The Portuguese Washerwoman (As Lavadeiras de Portugal)**, Popp-Lucchesi; **The More I See You**, Warren-Gordon; **Sabor A Mi**, Carrillo-Mitchell; **Yours**, Roig-Sherr-Gamse; **Cast Your Fate To The Wind (Jogue Seu Destino ao Vento)**, Guaraldo-Werber; **Somewhere My Love (Tema de Lara)**, Maurice Jarre. Lado 2 — **Gay Ranchero**, Espinosa-Tuvim-Luban; **Spanish Moss**, Julius Wechter; **Telephone Song (Telefone)**, Menescal-Bôscoli; **Tomorrow Will Be Better (Amanhã Será Melhor)**, Herb Alpert, e **Ghost Riders In The Sky, (Cavaleiros do Céu)**, Stan Jones.

* * *

CORRESPONDÊNCIA — Regina Werneck-Quarteto em Ci — Los Angeles — Obrigado pelo cartão e pelas informações. A esta altura o ótimo Quarteto deve estar estreando no famoso programa Andy William Show, na televisão norte-americana.

* * *

Nélson Faustino, São Paulo — O amigo diz que viu o desfile das escolas de samba pela televisão e quer saber se vão gravar o samba-enrêdo da Mangueira e quais são os seus autores. O samba deverá ser gravado sim e pelo cantor Jamelão, da Continental. Os autores são Luís, Batista e Darci, da ala de compositores da escola, moços que tiveram vez só agora.

* * *

Maria Clara Morais, Guanabara — A cantora Telma está gravando um elepê para a Elenco com músicas de vários autores. Quanto à gravação das músicas de Cartola por Araci de Almeida sugiro que escreva ao Sérgio Pôrto, que deverá produzir o disco.

RELIGIÃO
MARTINS ALONSO

CATÓLICOS ROMANOS E VELHOS CATÓLICOS

Parece que a ação ecumênica conseguirá resolver a antiga dissidência na Igreja da Holanda, nascida há mais de dois séculos, que resultou numa espécie de cisma denominado igreja dos velhos católicos. Recentemente estiveram reunidos os dois grupos sob a presidência do Cardeal Alfrink e de Mons. Rinkel, titulares ambos do cargo de Arcebispo de Utrecht, sendo Mons. Rinkel o primaz dos velhos católicos. E os bispos das duas comunidades publicaram uma pastoral comum, na qual historiam e analisam as causas da separação e a tendência para abrir o diálogo ecumênico da unidade.

A discórdia entre as duas igrejas começou exatamente há dois séculos e meio, quando os cônegos do Capítulo e Utrecht elegeram um bispo sem a participação da Santa Sé, fato que fôra precedido de outras pequenas dissenções. Acentuam os bispos reunidos em Utrecht que ninguém desejava de alma e consciência essa separação, conquanto reconheçam que a controvérsia teológica sôbre a graça, entre partidários de Jansenius e seus adversários, tal como as divergências sôbre a prática da vida cristã, entrou também no complexo das causas que motivaram a separação. Noutro passo, surgiu a controvérsia sôbre a questão de saber se o Papa tem ou não autoridade para se pronunciar de maneira definitiva que relacione a consciência dos fiéis sôbre os problemas históricos conexos.

Com o correr dos tempos, várias tentativas se fizeram para reparar a ruptura. Todavia a Igreja velha-católica, dirigida por um episcopado válido mas não reconhecido pela Santa Sé, prosseguiu o seu caminho, e no século passado uniu-se aos grupos que na Alemanha, Suíça e Austria, se haviam separado da Igreja Católica Romana. E já durante o século em curso aderiram à união os grupos da Iugoslávia, Polônia e América do Norte, assim como se processou uma intercomunicação com os anglicanos e uma estreita ligação com a ortodoxia oriental. O documento agora expedido pelos episcopados reunidos ressalta todos êsses aspectos do desenvolvimento da questão e salienta que êste é o momento de se procurar o diálogo, razão pela qual, com o consentimento dos bispos, um grupo se consagrou ao estudo das causas históricas da separação.

Êsse grupo tem a convicção de que as questões de História e de Direito não mais devem ser obstáculo ao diálogo sôbre os pontos essenciais que separam as duas igrejas, e por sua vez o Santo Padre decidiu aplainar o caminho para êsse diálogo suprimindo as condições jurídicas preliminares. Numa carta oficial ao Cardeal Alfrink, o Cardeal Bea informou-o de que atualmente a Igreja Católica Romana não suscitará condições prévias à abertura dos entendimentos, acrescentando: "esperamos ter criado assim, de nossa parte, uma situação favorável a um diálogo sôbre as questões que separaram e ainda separam as duas igrejas. Um diálogo conduzido com espírito de fé e de caridade cristã é o primeiro passo no caminho para a unidade, que é o objetivo da esperança".

Proclamam os bispos na sua carta aos fiéis que "a significação histórica dêsse gesto da Igreja Católica Romana é a seguinte: as verdadeiras questões que foram a origem da separação e ainda a mantêm são suscetíveis de agora em diante de receber sua resposta verdadeira a partir da fé. Para êsse fim, os dois episcopados nomearam uma comissão encarregada de estudar com franqueza, nesta situação nova e nôvo clima, as divergências doutrinárias. Enfrentar-se-ão nesse diálogo os fatos ulteriores que contribuíram para distanciar as duas igrejas uma da outra, notadamente o dogma da infalibilidade pontifical e as proclamações da Imaculada Conceição, e da Assunção, como dogmas de fé".

A pastoral termina com estas palavras: "estamos plenamente conscientes de nos encontrarmos juntos no comêço de um longo caminho que esperamos percorrer com a ajuda de Deus, indo, além do mais, para a unidade querida pelo Cristo, e que constitui o nosso mandato. Mas, ao mesmo tempo, agradecemos ao Senhor da Igreja nos haver permitido dar êsse primeiro passo na reaproximação de nossas igrejas.

TELEVISÃO
FAUSTO WOLFF

OH, QUE DELÍCIA DE TELEVISÃO!

(V E ULTIMO)

o *Se televisão provocasse dor de dentes não haveria razão para esta série de artigos. Infelizmente, porém, a televisão provoca apenas uma sinistra dor de cabeça chamada embotamento. Há vêzes em que penso que uma nação estrangeira prepara-se para dominar o país e que usa como elemento de condicionamento preponderante a televisão. Nos artigos anteriores analisei as relações entre TV e Poder Público, TV e Família, TV e Publicidade e a TV e as agências educacionais. Mas o que faz o público, pergunto? Eu mesmo respondo: êle se divide entre aquêles que possuem dinheiro ou cultura suficientes para não assistirem à televisão e aquêles que cultural e econômicamente estão condenados à televisão. Vejamos como, pelo menos em teoria, poder-se-ia mobilizar, uma vez que é impossível contar com o poder público e os donos de TV, a comunidade.*

• *Sabemos que o Govêrno não interfere diretamente na qualidade da programação e nem isso é possível dentro do mecanismo já descrito. (Aliás, antes de ser mal interpretado, abro um parênteses para explicar: não peço do CONTEL — outro CONTEL com outro conselho, composto de humanistas e nomes não faltam, bem pagos, evidentemente — censura, mas apenas responsabilidade, o que significa exigir das emissoras uma programação de utilidade pública). Por outro lado, não há diálogo entre Escola-Poder Público. Aquela não oferece a êste elementos de renovação e aperfeiçoamento, tais como resultados de pesquisas e estudos vinculados à realidade social e, quando oferece, êles perdem-se nos caminhos monótonos da burocracia. Como a TV só embota a longo prazo e não dá imediata dor de dentes, os pais não se preocupam e assim a comunidade. Sabia o leitor que as crianças e adolescentes do Rio gastam 15 horas semanais assistindo à televisão, o que significa Chacrinha, Sheiks, Dercis et caterva? Então saibam. O que fazer, portanto? No tocante à TV, a escola aparece apenas formalmente dentro da pior tradição pedagógica: um professor falando ininterruptamente diante das câmaras sem recursos audiovisuais. Para os donos de TV não interessam êsses programas, pois que não rendem comercialmente. São portanto jogados nos horários mais ridículos e sem as mínimas condições técnicas ou humanas. O que fazem as agências educacionais citadas no artigo anterior para mudar êsse panorama? Nada vêzes nada. E a escola? Bem, esta não penetra ainda no lar na proporção mínima socialmente desejável. As associações de pais e mestres, em sua maioria, limitam-se a verificar se o aluno deu ou não deu boa-tarde direito ao professor. A escola não se entrosa igualmente com as demais associações, igualmente inoperantes. Uma vez que somos obrigados a nos situar num cenário capitalista convém dizer que a escola também não tenta executar programas em comum com as emprêsas (anunciantes em potencial) a não ser nos setores puramente técnicos. No setor das ciências humanas, entretanto, zero. Em síntese: a escola não aplica o conhecimento. A escola e as associações, além do seu trabalho educativo formal e na comunidade, deveriam esclarecer a população a respeito da influência nos meios de comunicação e, principalmente, no que diz respeito à televisão. Sei que a idéia pode parecer absurda diante do medíocre panorama oferecido pela televisão brasileira. Parece-me, entretanto, que os mestres e os dirigentes de associações mais* broadminded *poderiam instituir teleclubes nos quais seriam discutidas as contribuições positivas e negativas da programação. Isso representaria não só excelente meio de mobilização comunitária, como constituiria uma parcela a mais do público, susceptível de pesar nos índices de audiência. Sei que a sugestão pode parecer totalitária, mas, estamos lidando com totalitários no no que diz respeito à TV: inicialmente talvez fôsse interessante utilizar a idéia do ex-crítico Reinaldo Jardim, ou seja uma greve de televisão orientada pelos educadores mais arejados. Em conseguindo um resultado positivo, ou seja, uma atitude do Govêrno e uma mudança de mentalidade por parte dos* babbitz *da TV em relação ao público, os tais teleclubes de escolas e associações poderiam adquirir receptores de TV dividindo o seu custo entre todos os membros. Questionários especiais de telescuta, periòdicamente preenchidos, revelariam, de um lado a tendência e o progresso de um grupo e, de outro, as qualidades e falhas anotadas na programação. Os resultados seriam encaminhados aos produtores e patrocinadores que teriam outro índice para se guiarem além do escravizante IBOPE. A audiência passaria assim, não só a participar mais, como também elevaria o nível dessa participação que, atualmente, não vai além de fã-clube e do sorteio de brindes, ocasião em que as camadas mais ingênuas são ridicularizadas diante do vídeo. Usando palavras não minhas, mas de André Francisco Pilom, um dos mais sérios estudiosos de televisão no Brasil, eu diria que a mudança cultural e o reequacionamento da programação de televisoras só se efetivarão com a dinamização da escola e das associações, as quais devem deixar a situação de inanidade em que se encontram e tornarem-se fatôres ativos e participantes. Sua função deve transcender até mesmo a das próprias agências governamentais, emperradas pela burocracia e por um funcionalismo alienado e inconsciente de suas responsabilidades.*

o *Educar o público adulto para a televisão e motivá-lo para tanto é tarefa exeqüível a longo prazo, especialmente se considerarmos que tal trabalho não será de educação mas sim de reeducação e que, além disso, haverá sempre novas gerações de adultos igualmente deseducados. Eis porque o trabalho deve dirigir-se precipuamente ao menor. Dessa forma chegar-se-á mais depressa ao dia em que a televisão poderá contar com um público numeroso quantitativa e qualitativamente, consciente e de razoável padrão educacional. Para tanto é necessário que as programações de televisoras (para que não caiamos no reacionarismo) sejam orientadas dentro de normas técnicas adequadas tendo em vista o desenvolvimento bio-psico-social do menor. Assim sendo, o valor de uma peça para crianças ou de uma peça para adolescentes não deve ser julgado em função de sua popularidade ou do resultado financeiro, mas sim através de sua contribuição para o desenvolvimento intelectual, emocional e estético dos espectadores. Ao finalizar esta série de artigos confesso aos leitores as minhas dúvidas em relação a uma dinamização, por parte do poder público, da escola e da comunidade em relação ao fenômeno televisão. Esta análise, entretanto, se fazia necessária, conforme expliquei no primeiro artigo, a fim de estabelecer um critério ético em relação às minhas próximas críticas. Estou na posição do médico que não pode julgar bonita uma doença.*

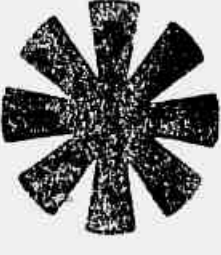
Panorama

das artes plásticas

BIENAL DE LIUBLJANA — Em setembro será realizada em Liubljana, Iugoslávia, a Bienal de Gravuras e ao que se sabe, já estão indicados os gravadores Roberto Delamônica, Edite Behring e Isabel Pons. O crítico Frederico Morais, comentando esta indicação, disse certo: "vão os de sempre" e lembra à Divisão Cultural do Itamarati, dois nomes para completar as quatro vagas restantes: Vilma Martins e Ana Maria Maiolino.

PARIS — A República Árabe Unida vai enviar êste mês as 45 principais peças do tesouro de Toutankhamon para exposição no Petit Palais, onde ficará por quatro meses.

Todo o projeto baseava-se na idéia concebida há três anos, por Desroches-Noblecourt, conservadora do Museu do Louvre, professôra de arqueologia egípcia e conselheira junto à UNESCO. Além das peças pertencentes ao tesouro pròpriamente dito, figurarão uma dezena de objetos representativos da época de Toutankhamon, tais como a estátua em ouro de seu pai Amenophis III, o trono de aparato de sua irmã, o leito em forma de vaca. A peça mestra será a extraordinária máscara funerária, a mais bela que jamais tenha sido descoberta, feita de ouro maciço, incrustada de pedras preciosas.

O fabuloso tesouro, que data de 3 300 anos, foi descoberto, há 44 anos, pelo arqueólogo britânico Carter, no túmulo do Faraó, no vale dos reis, e tem um caráter insubstituível que o torna particularmente precioso. Eis a razão pela qual o Govêrno egípcio pediu que antes de sua partida, tôdas as peças da exposição passassem às mãos de especialistas franceses em matéria de restauração e conservação.

Enquanto os conservadores se esforcarão para reconstituir a atmosfera do túmulo do Faraó, tôda a cidade de Paris viverá a época do Egito antigo. Afamados costureiros tencionam lançar uma moda Toutankhamon, ao mesmo tempo que diversas vitrinas parisienses reviverão os tempos faraônicos, provocando uma nova sobrevida daqueles semi-deuses egípcios que faziam inscrever seus nomes em estátuas e templos.

POLÔNIA — Com a finalidade de dar assistência aos jovens artistas, sobretudo aos formados pela Academia de Artes Plásticas, acabam de surgir junto aos *Ateliers* de Artes Plásticas, os Clubes do Jovem Artista da Polônia, organização que visa também à assistência aos artistas plásticos que residem longe das cidades.

Os pintores poloneses lançaram o movimento "pintura ao ar livre", o que vem tendo grande aceitação nos meios plásticos. Recentemente, em Lublin, teve lugar a Primeira Promoção de Pintura Polonêsa ao Ar Livre, da qual participaram gravadores e pintores de todo o país, onde foram apresentados mais de 70 obras de cêrca de 20 artistas.

Duas exposições polonesas tiveram lugar em Oberhausen. Uma delas, de cartazes com temas sociais, com cêrca de oitenta trabalhos relativos a problemas da segurança e da higiene do trabalho, à luta contra o alcoolismo, às atividades da Cruz-Vermelha, à proteção da saúde e à luta contra incêndios. A segunda exposição apresentou desenhos de Janusz Jankowski, natural de Cracóvia.

Irena Poniewierska, que já expôs em Paris, Lipsk, Budapeste e Munique, acaba de fazer uma exposição individual de tapêtes e tecidos, em Chicago.

Panorama da música

O CURSO DE TERESÓPOLIS — O 17.º Curso Internacional de Férias encerrou-se brilhantemente com um concêrto do Coral de Câmara Pró-Arte, de Pôrto Alegre, regido por Frei da Roca Sales. Os premiados do Curso foram Teresinha Roerig (bôlsa de canto na Alemanha), Luís Thomaszéck (bôlsa de piano na Polônia), Helder Parente (Bôlsa Orff em Salzburgo), Fredi Gerling (bôlsa de violino, em Teresópolis).

MÚSICA EM CURITIBA — Durante o III Festival da Música em Curitiba (que despertou o maior interêsse dentro e fora do Brasil), foram realizados 22 concêrtos. Nos programas, o antigo e o moderno internacionais estavam presentes com 36 músicos: Josquin des Prés, Ockeghen, Monteverdi Ortiz, Costeley, Brahms, Palestrina, Bach, Schuetz, Lasso, Haydn, Vilvaldi, Mozart, Paganini, Schumann, Buxtehude, Guastavino, Khatchaturian, Fauré, Duperc, Strauss, Franck, Liszt, Dvorak, Poccherini, Schubert, Dohnany, Telemann, Porrino, Beethoven, Mendelssohn, Locatelli, Marcello, Rossini, Torelli, Haussmann. O atual internacional contava com 14 representantes: Prokofiev, Poulenc, Messiaen, Schoenberg, Bartók, Milhaud, Hindemith, Webern, Zimmermann, Chung, De Pablo Cage, Stockhausen, Brow (faltando, curiosamente, Stravinsky, os italianos e os poloneses), e com palestras de Wilkinson. O antigo, o moderno e o contemporâneo nacionais estavam presentes apenas com oito compositores: uma obra importante de Lacerda e uma de Vila-Lôbos, e outras menores de Mignone, Kieger, Koellreutter Mossurunga, E. Braga, Fernandez e duas palestras de Mozart de Araújo.

ESCOLA DE DANÇA — Os exames médicos para os candidatos da Escola de Dança do Municipal terão lugar nos dias 1, 2 e 3 de março, às 9h. Os exames de capacidade técnica terão lugar conforme o seguinte programa: Preliminar, turma 1.ª, dia 5 às 8h, turma 2.ª, dia 6 às 9h, turma 3.ª, dia 7 às 8h; 1.ª série, dia 7 às 9h; 2.ª série, dia 8 às 8h; 3.ª série dia 8 às 9h, 4.ª série, dia 6 às 14h.

CONCURSO DE CANTO — A SBRAC comunica os nomes dos primeiros inscritos no III Concurso Internacional de Cantos Verônica Taylor, Robert Taylor, Dominic Cossa, Jan Eulce Ross, Simon Estes, Martha Ward, Elizabeth Yorkansa (Estados Unidos), Marina Monarco (Brasil), Enrico Buoso (Itália), Lolita Stinco (Uruguai), Louis Berkman (Inglaterra), Georges Kocher (França), Francisco Labra e Aldo Bortoletto (Chile), Guillermo Carranza e Samuel Villalobos (Peru), Glória Tolomeo (Argentina), e Taru Valjakka (Finlândia). Aguarda-se a seleção dos candidatos de Alemanha, Polônia e Turquia.

UMA CANTORA BRASILEIRA — Maria de Aparecida, a vitoriosa Carmem na Ópera de Paris, foi escolhida para cantar no teatro de Bordéus o papel principal da ópera *Noivado em Santo Domingo*, do compositor alemão contemporâneo Werner Egk.

UM CERTO BRAHMS — Brahms — Johannes Brahms — nasceu em Hamburgo, e alemã é sua música, tão popular e querida também no Rio. Mas há quem deve pensar que o gênio da música alemã seja inglês ou americano. Mais uma vez, quarta-feira, dia 8, às 16h25m, a Rádio MEC anunciava: "Arabescos de [illegible] e Sinfonia n.º 1 de Brêm"...

PANORAMA é preparado pela seguinte equipe: Fausto [illegible]

PASSARELA

GILDA CHATAIGNIER

Saída-de-praia em popelina. Abertura em V profunda, sem botões e tôda pespontada

Em piquê de algodão branco, com barra em bordado multicolorido e franjas, o modêlo jovem da coleção Boutique para 67

SAINT-LAURENT RIVE GAUCHE

Em **prêt-à-porter** uma nova **boutique** liderou os lançamentos jovens de Paris, no mês de fevereiro, quando foram apresentadas as novas coleções primavera-verão: Saint-Laurent Rive Gauche.

Embora sem ter qualquer ligação com a alta costura de Yves, os modelos apresentados pela **boutique** permanecem na mesma linha, variando apenas quanto ao preço — bem mais baixos — e detalhes, que os tornam exclusivos para jovens. O tecido, como sempre, o algodão. O comprimento das saias, embora sem exageros, ficou acima dos joelhos. Os manequins continuaram com os cabelos ultra-longos e soltos.

(fotos enviadas por Celina Luz — Via VARIG)

Geometria ou flor nas estamparias de Ken Scott, o mais perigoso rival de Pucci

KEN SCOTT DEIXA PUCCI EM PERIGO

Um americano tranqüilo — Ken Scott — pintor e desenhista, habitante das madrugadas do Café de Flore, torna-se notícia de moda da noite para o dia, lançando uma supercoleção de vestidos-flôres para a mulher-mulher, esta temporada em Paris. Primeiro foram as artistas boêmias que descobriram o seu talento, que logo depois ultrapassou os limites existenciais do Bulevar Saint-Michel, para virar páginas coloridas na **Vogue** e na **Harpper's Baazar.** Tudo indica que Scott é o mais sério concorrente de Pucci, pois suas côres e padrões abrem um caminho nôvo na indústria têxtil. As flôres são gigantescas, definidas, vivas, com coloridos vibrantes e atuais. A geometria delicada também entra na dança de seu pincel, que tem predileções pelos vermelhos alucinantes, verdes-campo inglês, azul-mediterrâneo, violeta-de-parma, amarelo-canário, laranja exuberante. Danusa Leão tem um **pallazzo** de Ken Scott, em estamparia com quadriláteros miúdos e multicoloridos.

JOSÉ CARLOS OLIVEIRA | A VOZ DO POVO

Está no ar. Está nos bares, nas esquinas, nos lares. Entre políticos em atividade ou cassados, entre jornalistas a favor ou contra. Uma imagem construída para o futuro Presidente da República e baseada no esbôço de retrato que as atitudes e palavras do Marechal Costa e Silva parecem autorizar. Depende dêle, e de ninguém mais, corresponder ao retrato popular. Depende de ser êle aquêle que nós pensamos que seja — ou simplesmente não. Eis o que se espera do Marechal Costa e Silva na Presidência da República:

— Que seja brando, sem perda de autoridade. Que nos diga a todos o que vai fazer amanhã e que nos permita discutir antes se deve ou não fazê-lo. Que ofereça material para novas anedotas populares e que sinta prazer em ouvi-las. Que continue fazendo sua fèzinha no Jóquei. Que continue gostando de um bom uísque e não se preocupe em escondê-lo. Que parodie Cristo: "Deixai vir a mim os operários e os estudantes, que dêles é o futuro do Brasil." Que ouça as queixas dos industriais progressistas. Que seja capaz de desarmar, com bom humor e bom senso, as investidas dos grupos mais radicais da revolução. Que durante seis meses se conduza como um déspota esclarecido, e daí por diante como pacificador. Que não tenha mêdo de temperar as (necessàriamente) rigorosas medidas econômicas e financeiras com uma pitada de compaixão. Que deixe em surdina, até que a poeira se encarregue de sepultá-la, a nova Lei de Imprensa. Que fale para a América Latina e para o mundo, tendo em mente a importância da opinião pública no hemisfério e no planêta, e não para agradar a três ou quatro militares aposentados. Cujos atos e imagem se projetam sôbre o Nordeste como a sombra da esperança cuja transformação em realidade pareça iminente. Que se justifique ante a Nação, quando fôr obrigado a esmagar o povo sob um nôvo sacrifício; ou seja: que se sinta sempre na obrigação moral não apenas de ser solidário, mas de gritar a sua solidariedade para com a multidão que é a base da pirâmide. (Porque, quando nos confortam, nossos sofrimentos diminuem. Nenhum povo tem a vocação de Jó).

É mais ou menos assim. Talvez o Marechal Costa e Silva não seja e não pretenda ser nada disso. A decepção será terrível. A verdade é que, não correspondendo êle à imagem na qual o povo deseja envolvê-lo como num manto feito sob medida, a Nação continuará à procura do homem capaz de representar êsse grande papel. Quando morre o Buda, os monges esperam a iluminação. E quando a iluminação os fulmina, êles começam a andar inexoràvelmente na direção da nova encarnação do Buda. Somos 80 milhões com uma idéia precisa do Brasil. Cabe ao Marechal Costa e Silva aderir ou não a essa idéia. Sua grandeza consistirá em render-se a nós, tornando-se nosso escravo, e portanto nosso igual.

LÉA MARIA

DOIS ÍDOLOS NO RIO

Depois de ter acusado uma sensível baixa no **box-office** e nas **hit parades** — por ocasião de um tempestuoso divórcio e uma não menos dramática tentativa de suicídio — Johnny Halliday, novamente recuperado, física, espiritual e artìsticamente, surge no Rio para aqui e em São Paulo mostrar a bossa dos ídolos europeus. No sábado, quando Halliday se apresentar no Maracanãzinho, cantará várias músicas do disco da Philips que êle lançará no Brasil. Dentre elas, o **Noir C'Est Noir** (uma música de fossa; o **Je l'Aime** (versão de **Girl**, gravado pelos Beatles); e **Cheveux Longues, Idées Courtes** (uma série de indiretas ao seu principal concorrente em Paris, o cantor cabeludo Antoine).

Johnny e Silvie quando se casaram foram protegidos pela polícia

Hoje, pela manhã, inesperadamente, quem desembarcou no Galeão foi Silvie Vartan, a mulher de Halliday, que veio acompanhada de Guy Castejá. Silvie aqui ficará por três dias e talvez se apresente com o marido no **show** de sábado. Em Paris, ela pediu a Castejá que a acompanhasse na viagem por ser êle "entendido em assuntos de Brasil". No Le Bateau, naturalmente, haverá um jantar em homenagem ao casal.

* * *

JK VOLTOU?

Foi grande o número de telefonemas para casas de amigos de Juscelino Kubitschek e o telefone da Embaixada da Espanha não parou, na noite de anteontem, com pessoas que queriam saber se JK havia voltado. É que o pessoal passava na Vieira Souto, via o movimento de carros estacionados diante do seu edifício, e o primeiro andar com as janelas abertas, luzes acesas e vaivém de gente, e logo pensava que o ex-Presidente aqui estivesse novamente. Era o jantar do Ministro espanhol Antunez que causou a confusão.

ECOS DO CARNAVAL

- Luís Carlos Barreto planeja produzir um filme extraído de histórias de Monteiro Lobato e para êle vai usar, como figurantes, vários passistas e môças de Mangueira, que já têm roupas próprias.
- Falando de Mangueira: a Escola fará uma **tournée**, patrocinada pela Fábrica de Discos Chantecler, pela América e pela Europa.
- Sôbre a autenticidade da autoria de Zé Kéti, em **Máscara Negra** — um assunto que, de repente, tomou conta da Cidade —, ficamos com a opinião mais do que competente de Sérgio Cabral: por quê só depois da vitória da marcha surgiram as dúvidas quanto à sua autoria?
- Os rumôres de que um grupo da Associação das Escolas de Samba pretente reivindicar o desfile do ano que vem para o Maracanã, ao invés de continuar sendo realizado pelas avenidas da Cidade, se na verdade tomarem corpo, deve resultar numa resistência firme. Apresentando-se no estádio, aí sim é que as escolas perderão de vez tôda a sua autenticidade, transformando-se definitivamente num **show** sofisticado.

VIAGEM ATRAVÉS DO BRASIL

Comenta-se, nos círculos ligados ao Presidente Castelo Branco, que êle, logo depois de 15 de março, se dedicará a fazer viagens através do Brasil, especialmente pelo interior. Reunirá material para escrever vários livros. Um dos volumes, pelo que comentam, abordará problemas técnicos do Exército.

* * *

NOITE DE VERÃO

Quem prefere ir mais longe que Copacabana, nas noites de verão, para tomar chope e bater papo ao ar livre, tem um bom programa no **drug store** da Lagoa, que junto com o Alpino, no Jardim de Alá, neste verão vem sendo um dos pontos de encontro da garotada. Há mesas ao ar livre, no **drug store**, música (boa e atualizada) e servem-se sanduíches e jantares ligeiros. Êste tipo de bar-café, aliás, deveria ser muito mais popularizado no Rio, cujo clima permite e pede o café-de-calçada. Em Nova Iorque, agora, a última moda é o **snack de sidewalk.** A Quinta Avenida já tem alguns, ameaçando, em certos trechos, transformar-se numa Via Veneto ou num Champs Elysés.

* * *

RECEPÇÃO NO LEBLON

Com um bufete formal mas leve, típico de verão, o Ministro Pietro Antunez, da Marinha da Espanha, recebeu, juntamente com a mulher, em homenagem ao nosso Ministro Araripe Macedo. No bufete da bonita recepção, pratos espanhóis e brasileiros misturaram-se. O Embaixador e Sr.ª Jaime de Alba auxiliaram os visitantes a receberem, dentre muitos, os Ministros Nascimento Silva, Raimundo Brito e Eduardo Gomes, além do Embaixador Pio Correia, os Srs. Muniz de Aragão, Otacílio Gualberto e Sr.ª, Austregésilo de Ataíde e Sr.ª, e o diplomata Lael Barbosa Soares, Chefe do Cerimonial do Guanabara.

* * *

VERANEIO

- **Em Petrópolis**: dentre os jantares de temporada de verão, o de Lucianita e de Maurício de Carvalho, com ceia feita por Geralda (vedete: uma enorme mesa de frios), muita chuva (que nem por isso perturbou os convidados), e muitos balis, cafetãs e pijamas — essas roupas a um passo do carnavalesco que estão sendo usadas pelas mulheres em veraneio. Dentre os que Lucianita recebeu (vestindo um pijama de crepe branco), os Tomé, os Amado, os Costa Neves, os Santos Badhur, os Bombonatti e os Renato Graça Couto.

* * *

CHANEL: O VENTO LEVOU

Já não podendo mais ficar calada, sem reagir às novas concepções da moda feminina, Côco Chanel, em Paris, anteontem, reuniu a imprensa parisiense e agências internacionais, para anunciar a sua revolta quanto à atual moda realizada pelos costureiros. "A moda hoje", disse Chanel, "está sendo feita por homens que detestam as mulheres. Não há mais amor, nem delicadeza nem elegância nos trajos lançados. As mulheres mais parecem homens vestidos de mulheres." **Mademoiselle**, cujas roupas foram **best-sellers** há tempos atrás, tem seu prestígio bastante abalado, depois que Courrèges, Mary Quant e Cardin revolucionaram o vestuário feminino. "Sôbre as mulheres que vestem minissaias, só posso observar que ficam parecendo construções de Corbusier, plantadas sôbre pilotis", acrescentou Chanel.

Na mesma ocasião, **Mademoiselle** informou que acaba de autorizar a filmagem de sua vida. Será um musical, com figurinos de Cecil Beaton e músicas de Alan Jay Lerner (os mesmos de **My Fair Lady**).

* * *

UMA DUQUESA NA MODA

- Mesmo na época em que se vestia com Courrèges, a Duquesa de Windsor tinha grande cuidado de não mostrar os joelhos. Na semana passada, no entanto, a Duquesa descobriu os seus "soberbos joelhos", assim considerados pelo próprio marido — que continua sendo pelo visto, seu admirador número 1. O **tailleur** da Duquesa era de Marc Bohan, em **tweed** vermelho e de saia bem curta. Não satisfeita de mostrar os joelhos, ela ainda comentou com a mais célebre jornalista de moda, a americana Eugênia Shepard: "Você deve persuadir as outras mulheres a seguirem o meu exemplo, qualquer que seja a sua idade".

PICADINHO

- Bob Zaguri foi-se embora de Búzios para continuar seu roteiro de pescarias ao redor do mundo. O próximo objetivo era as Caraíbas. Zaguri, aqui, comentou com amigos que está ficando muito rico. Como produtor de filmes da Bardot.
- Nasceu anteontem a filha de Maria da Glória Antici — que ainda está na Casa de Saúde Arnaldo de Morais.
- Raquel de Queirós deverá ser nomeada para o Conselho Nacional de Cultura.
- Manuel Bandeira, que no último domingo passou mal, já superou a crise e está agora em Teresópolis, a descansar.
- A equipe do filme **Garôta de Ipanema**, anteontem à tarde, estêve na casa de Sérgio e Maria Clara Lacerda sondando das possibilidades de lá filmar uma seqüência.
- De 14 a 17 de março próximo será realizado no Cenáculo (Laranjeiras) o primeiro Cursillo de Cristandade só para mulheres, aqui, no Rio. As vagas estão quase tôdas ocupadas.
- Um grupo de diretores da cadeia européia dos hotéis Ritz estêve no Rio, na época do carnaval, verificando as possibilidades de aqui construir um Ritz-Rio. (Os outros: em Madri, Lisboa e Paris). Um terreno na Vieira Souto interessou-os, mas nada ainda se concretizou.
- A Sra. Inês Gonçalves — mulher do General Ramiro Gonçalves — é quem está secretariando D. Iolanda Costa e Silva. É uma das senhoras que mais vêm trabalhando, êste mês, na Cidade.
- O **Orfeu** de Vinícius de Morais, se fôr montado na Broadway contará com a participação de Sidney Poitier e de sua mulher, Diannah Carrol. A produção custaria cêrca de 500 mil dólares ou seja NCr$ 1 350 000,00 mil ou Cr$ 1,35 bilhão de cruzeiros velhos, ou seja, uma fábula.
- Em abril próximo, na **Galeria Vernon**, um pintor primitivo mineiro, José Romualdo Quintão, mostrará seus trabalhos para o carioca ver.
- A música brasileira anda **na** crista da onda em Paris: além do sucesso de Sivuca, no Olympia, e de Miriam Makeba cantando **Mas que Nada**, de Jorge Ben, Ella Fitzgerald, no dia seguinte, na Salle Pleyel, cantava alguns sambas recém-incluídos em seu repertório.
- Da atriz Glauce Rocha, depois de ter sido dirigida por Gláuber Rocha, em **Terra em Transe**: "Posso deixar para mais tarde a psicanálise. Gláuber faz análise na gente só com a sua câmara."

O QUE HÁ PELO MUNDO

SUÉCIA: HABITAÇÃO

Segundo um relatório da Comissão Econômica para a Europa, das Nações Unidas, a Suécia foi o país europeu que mais construiu apartamentos durante o ano de 1965 em relação à sua densidade populacional.

No conjunto, em 1965, construíram-se em tôda a Europa 5,6 milhões de apartamentos, isto é, mais 53 000 do que em 1964. Em média, edificaram-se oito unidades por cada mil habitantes, mas a Suécia conquistou a vanguarda com 12,5 apartamentos prontos por cada mil suecos. A seguir, ficaram a Suíça (10,1), a Alemanha Ocidental (10), a União Soviética (9,5) e a Holanda (9,4). Entretanto, apesar do excelente ritmo de construção, a Suécia é um país onde faltam residências, considerando-se, geralmente, como grave o problema habitacional sueco. Jovens com planes matrimoniais ficam esperando sua vez de conseguir um apartamento, que, em média, nunca excede os 15% do salário em aluguel.

CARRINHO COM PERNAS

Um carrinho revolucionário que com suas *pernas* pode ultrapassar o meio-fio e até subir um pequeno lanço de escada, acaba de ser construído por cientistas da Universidade de Londres, para crianças que perderem o uso das pernas.

As rodas do carrinho têm, cada uma, ajustado à sua parte externa, um disco em cuja borda existem quatro saliências — as *pernas*. Em terreno normal as *pernas* se recolhem, permitindo que o carrinho se movimente como qualquer outro veículo. Mas diante da subida num meio-fio ou numa escada as *pernas* se mantêm rígidas, possibilitando fácil avanço.

O protótipo do carrinho tem um motor elétrico de meio cv, que usa duas baterias de 12 volts, o que equivale à circulação contínua de uma hora. Com direção mecânica — sem embreagem — é fácil de dirigir. Para freá-lo o motorista só tem de desligar uma chave de arranque.

BRASILEIROS NA INGLATERRA

A Inglaterra recebeu .... 2 364 000 visitantes estrangeiros nos onze primeiros meses de 1966, entre êles 50 500 procedentes da América Latina, segundo informação há pouco emitida pela organização turística oficial do país.

A British Travel Association disse que o total geral era em 295 000 visitantes — ou seja, 14 por cento — superior ao do mesmo período de 1965, que foi por sua vez um ano recorde para a indústria turística do país.

O maior contingente de visitantes latino-americanos procedeu do Brasil (12 800), superior ao dôbro do havido em 1965. Os visitantes das repúblicas centro-americanas e México totalizaram 12 100 (9 200 em 1965); Argentina, 9 900 (8 700); Chile, 3 700; Peru e Venezuela, 3 100 cada e Colômbia, 2 300. Cêrca de 3 500 visitantes procederam de outros países latino-americanos.

Os turistas europeus totalizaram nos onze primeiros meses de 1966 1 434 000, assinalando um aumento da ordem de 15 por cento sôbre 1965.

Dos Estados Unidos vieram 728 000 turistas, representando um aumento de 12 por cento.

RIM ARTIFICIAL

Um rim artificial, projetado e desenvolvido por médicos do Queen Elizabeth Hospital, de Birmingham, Midlands, que mantém vivas as pessoas, cujos rins cessaram de funcionar, mediante a purificação de seu sangue, já poderá ser agora produzido em massa.

O Ministério da Saúde da Grã-Bretanha solicitou dois dêsses aparelhos à companhia, logo depois que uma equipe de médicos dêste hospital conseguiu despertar interêsse internacional para o aparelho ao apresentá-lo a peritos europeus em problemas renais, numa conferência realizada no último ano, em Lião, França.

Os dois aparelhos encomendados pelo Ministério da Saúde da Grã-Bretanha já estão prontos e a Lucas está esperando apenas o seu certificado de aprovação para iniciar a sua produção em massa.

Cada aparelho custou cêrca de 1 000 libras esterlinas, bem abaixo do preço originalmente previsto e de certa forma mais baixo que o custo de outros aparelhos semelhantes.

DESCOBRINDO VAZAMENTOS

Um problema que a eletrônica ainda não resolveu: descobrir vazamentos na área sob as calçadas londrinas. Assim, os velhos sistemas do ouvido humano continuam em pleno funcionamento, descobrindo os pontos de ruptura, oferecendo a experiência que a técnica ainda não conseguiu superar

Panorama do cinema

TODAS AS MULHERES EM COQUETEL — Amanhã, às 18 horas, será realizado no Hotel Excelsior, um coquetel para a apresentação do elenco do filme *Tôdas as Mulheres do Mundo*, de Domingos de Oliveira, a ser lançado brevemente.

BRASIL NA SEMANA LATINO-AMERICANA — Vidas Sêcas, de Nélson Pereira dos Santos, e Os Fuzis, de Rui Guerra, foram os filmes brasileiros escolhidos para participar da Semana de Cinema Latino-Americano que se realizou em Paris, de 5 a 11 de fevereiro. Além das exibições foram feitos debates dos quais participaram nomes como Luís Buñuel, Joris Ivens, Carlos Fuentes, Rui Guerra, Michel Gutelman e outros.

OSCARSSIN & ZETTERLING — O ator sueco Per Oscarssin que conquistou a Palma de Ouro de 66, destinada ao melhor ator, em Cannes, foi indicado para desempenhar o principal papel na versão cinematográfica de *Dr. Glas*, uma das obras mais conhecidas de Hjalmar Soderberg. Êste é o terceiro filme dirigido pela ex-atriz Mai Zetterling cujos sucessos anteriores lhe garantem uma carreira internacional como diretora, concorrendo com os mais importantes nomes masculinos. *Dr. Glas* tem como produtores a emprêsa dinamarquesa Lanternafilm e o autor do roteiro é o marido de Mai, o inglês David Hugues. As filmagens terão início em junho, em Estocolmo e em Copenhague, onde o autor Soderberg passou mais de 25 anos de sua vida. A história se passa em 1905.

THULIN NO BRASIL — A atriz sueca Ingrid Thulin, uma das favoritas de Ingmar Bergman, que figurou em O Silêncio, *anunciou seus planos para 1967, que incluem uma temporada na Broadway e uma viagem ao Brasil. Em Nova Iorque ela interpretará um papel na peça* Of Love Remember. *Aqui, Ingrid deverá participar de uma comédia italiana.*

A "PERSONA" DE BERGMAN — Os filmes de Ingmar Bergman, *Persona* e *A Hora do Destino*, serão distribuídos mundialmente, fora dos países escandinavos, pela emprêsa americana United Artists, segundo um acôrdo firmado entre esta distribuidora e a Svensk Filmindustri, da Suécia. A imprensa de Estocolmo revelou que a Svensk Film recebeu, antecipadamente, da UA, a importância de um milhão de dólares pelos dois filmes, mas a vantagem real para os produtores suecos é a distribuição mais eficaz por circuitos de cinemas gerais. Os filmes de Bergman, normalmente, só são exibidos nos cinemas de arte, quando se trata de apresentações fora da Escandinávia. Por isso, a ação da UA aos olhos dos produtores, é a grande oportunidade de colocar Bergman ao alcance de todos.

"FESTIVAL" NA JUSTIÇA — Por determinação do juiz da 4.ª Vara Cível, o Sr. Júlio Krieger, proprietário da Produções Cinematográficas Guaíra, de Curitiba, Paraná, foi intimado judicialmente a repor o nome do cineasta Sílvio Back nos letreiros do curta-metragem Festival, *por êle realizado, e ilegalmente cortado. O advogado Alir Ratacheski foi quem ajuizou o processo contra aquêle produtor, que colocou o documentário em exibição durante vários dias, suprimindo o nome de seu autor. É essa a primeira ação judicial, no setor de cinema, impetrada no Paraná. O curto* Festival *está sendo exibido também em São Paulo.*

NEWMAN & KOSCINA — Paul Newman e Sylvia Koscina estarão juntos no filme *La Guerre Secrète du Soldat Frig*, que Jack Smight vai dirigir. As filmagens serão nos Estados Unidos mas a história se situa na Itália.

FILME PARA A JUVENTUDE — A França, Rússia e Tcheco-Eslováquia obtiveram os melhores prêmios no Sétimo Festival Internacional Cinematográfico da Juventude, realizado em Cannes. Os filmes premiados foram: Les Coeurs Verts, *de Edouard Luntz,* Lumières Tamisées, *de Ivan Passer, e* Le Dernier Mois de l'automne, *de Derbenev.*

O que há para ver

CINEMA

ESTREIAS

TRES NUM SOFA (Three on a Couch), de Jerry Lewis. A primeira comédia de Jerry Lewis em sua nova fase, associado à Columbia. Com Lewis, Janet Leigh, Mary Ann Mobley, Gila Golan, Leslie Parrish. Côres. **São Luís:** 13h20m — 15h30m — 17h40m — 19h50m — 22h. — **Santa Alice:** 14h50m — 17h — 19h10m — 21h20m. (Livre).

O TROUXA (Le Corniaud), de Gérard Oury. Apesar da direção medíocre, o ex-coadjuvante Louis de Funès (justificando sua promoção) e o invariável Bourvil garantem o bom humor ao longo do percurso turístico (e criminoso) Nápoles-Bordéus. Com Beba Loncar, Daniella Rocca. Em côres. **Capitólio, Rian, Miramar, América:** 13h20m — 15h30m — 17h40m — 19h50m — 22h. (Livre).

O GRANDE GOLPE DOS SETE HOMENS DE OURO (Il Grande Colpo dei 7 Uomini d'Oro), de Marco Vicario. Segunda aventura da quadrilha comandada por Philippe Leroy. Com Rossana Podestà, Gastone Moschin, Gabriele Tinti. Côres. Exclusivamente no **Condor-Largo do Machado:** 14h — 16h — 18h — 20h — 22h. (14 anos).

PAIXÃO CRIMINOSA (Constance aux Enfers), de François Villiers. Drama. Com Michèle Morgan, Simon Andreu, Dany Saval. **Riviera:** 16h — 22h. (18 anos).

077 — MISSÃO BLOODY MARY (077 — Missione Bloody Mary), de Laurence Hathaway. Aventura em côres. Com Helga Line e Philippe Hersent. Cinemas **Bruni-Flamengo, Coral, Bruni-Ipanema, Imperator.** (18 anos).

VIAGEM FANTASTICA (Fantastic Voyage), de Richard Fleischer. Uma equipe de médicos **miniaturizados** viaja pelo corpo de um cientista, com objetivo cirúrgico. Com Stephen Boyd, Raquel Welch, Edmond O'Brien, Donald Pleasance, William Redfield, Arthur Kennedy. Côres. **Palácio e Roxy:** 14h — 16h — 18h — 20h — 22h. (10 anos).

SÔMENTE OS FRACOS SE RENDEM (Those Calloways), de Norman Tokar. Produção sentimental-familiar de Walt Disney. Com Brian Keith, Vera Miles, Brandon de Wilde. Côres. **Caruso, Bruni-Méier, Scala, Rio, Regência, Mello** (Penha Circular), **Rosário, Paraíso.** (Livre).

HÉRCULES CONTRA OS MONGÓIS (Prod. italiana em versão americana), de Domenico Paolella. Aventura. Com Mark Forest, José Greci, Nadir Baltimore. Côres. **Festival, Art-Palácio-Tijuca, Art-Palácio-Méier, Bruni-Piedade, Matilde, São Bento.** (10 anos).

CONTINUAÇÕES

CONFIDENCIAS DE HOLLYWOOD (The Oscar), de Russell Rouse. O **star-system** e a luta pelos prêmios da Academia, segundo um romance artificial de Richard Sale. Com Stephen Boyd, Elke Sommer, Milton Berle, Eleanor Parker, Joseph Cotten, Jill St. John, Tony Bennett, Edie Adams, Ernest Borgnine e várias celebridades **convidadas**. Côres. **Opera.** 14h — 16h — 18h — 20h — 22h. (18 anos).

A SAGA DO JUDÔ (Sugata Sanshiro), de Seichiro Uchikawa. Nova versão de uma história já filmada por Akira Kurosawa, que nesta funcionou como produtor. A luta pela ascenção do judô a esporte nobre. O filme é interessante, embora Uchikawa não seja substituto para Kurosawa. Premiado no Festival Internacional do Rio (FIF-I). Com Toshiro Mifune, Yuzo Kayama, Tsutomu Yamazaki, Eiji Okada, Daisuke Kato, Takashi Shimura. **Art-Palácio-Copacabana.** — 14h — 16h30m — 19h — 21h30m. (14 anos).

A ARTE DE SER AMADO (Prod. polonesa), de Wojciech Has. História de uma atriz que, durante a ocupação da Polônia, atua para os alemães, a fim de proteger seu amante. Roteiro de Kazimierz Brandys, baseado em seu romance. Com Barbara Kraftowna, Zbigniew Cybulski. **Paissandu:** 18h — 20h — 22h. Também às 14h e 16h, nos sábados, domingos e feriados. (18 anos).

CEM MIL DOLARES PARA RINGO (100 000 Dollari per Ringo), de Alberto de Martino. **Western** ítalo-espanhol. Côres. Com Richard Harrison, Fernando Sancho, Eleonora Bianchi. **Condor-Copacabana, Rex, Carioca, Icaraí, Madrid:** 4.ª a 6.ª: 19h e 21h. Sábado: 15h — 17h — 19h — 21h. (14 anos).

OS SETE ANÕES CONTRA O PRINCIPE NEGRO (I Sette Nani Alla Riscossa), de Paolo William Tamburella. Branca de Neve e o Príncipe Encantado em luta (com apoio dos Anões) contra o Príncipe Negro. Dublado em português. Com Rossana Podestà, Georges Marchal, Ave Ninchi. **Bruni-Copacabana e Mello.** Sessões só à tarde. (Livre).

FAIXA VERMELHA 7 000 (Red Line 7 000), de Howard Hawks. Filme sôbre corridas de automóveis, realizado em grande parte nas grandes pistas americanas. Mal recebido pela crítica. Com James Caan, Laura Devon, Gail Hire, Charlene Holt, Marianna Hill, John Robert Crawford. Côres. **Flórida.** (16 anos).

BATMAN — O HOMEM-MORCEGO (Batman), de Leslie H. Martinson. O herói de histórias em quadrinhos e seu companheiro Robin, interpretados pelos mesmos atôres de sua versão da TV, Adam West e Burt Ward. Com Lee Merryweather, Cesar Romero, Burgess Meredith. **Botafogo, Madrid, Paz** (Caxias): 19h e 21h. (10 anos).

RIO, VERÃO E AMOR (Brasileiro), de Watson Macedo. Comédia musical em Eastmancolor. Com Milton Rodrigues, Elizabeth Gasper, Augusto César, Bossa 3, Renato e seus Blue Caps, Zumba 5, The Brazilian Beatles. — **Vitória:** 14h — 16h — 18h — 20h — 22h. **Tijuca:** 19h — 21h. (Livre).

MARY POPPINS (americano), produção de Walt Disney. Um dos maiores êxitos de bilheteria dos últimos anos. Comédia musical, com mistura de desenhos animados com atôres (em algumas seqüências) — longe de representar o melhor trabalho de Disney. Com Julie Andrews e Dick Van Dick — Côres. **Royal, Kelly, Bruni-Saens Peña, Bruni-Botafogo, Rio Branco.** (Livre).

COMO ROUBAR UM MILHÃO DE DOLARES (How to Steal a Million), de William Wyler. Comédia sofisticada, muito bem realizada. Audrey Hepburn, filha de um genial falsificador de obras de arte, planeja roubar de um museu parisiense uma de suas obras-primas antes que os peritos descubram a fraude. No elenco: Peter O'Toole (detetive e cúmplice de Audrey), Hugh Griffith (o falsificador), Charles Boyer, Eli Wallach, Fernand Gravey, Dalio. Panavision & DeLuxe Color. — **Central (Niterói):** 14h — 16h 30m — 19h — 21h 30m.

ESSES NOSSOS MARIDOS... (I Nostri Mariti...), Comédia italiana de episódios. Dirigida por Luigi Zampa, Luigi Filippo d'Amico e Dino Risi, cada um dirigindo um episódio. O episódio de Risi é razoável — Com Alberto Sordi, Nicoletta Macchiavelli, Jean-Claude Brialy, Michèle Mercier, Akim Tamiroff, Ugo Tognazzi, Giulio Rinaldi, Liana Orfei. **Bruni-Copacabana, Mello.** (18 anos).

007 CONTRA A CHANTAGEM ATÔMICA (Thunderball), de Terence Young. O quarto filme da série James Bond, reabilitando-a do passo meio em falso que foi **007 Contra Goldfinger.** Um bom espetáculo no gênero. Na luta contra o arquicriminoso Adolfo Celi, 007 (Sean Connery) tem horas de recreio com Claudine Auger, Luciana Paluzzi, Martine Beswick, Molly Peters. Côres. **Veneza:** 14h — 16h20m — 19h — 21h 30m. (18 anos).

OS SETE HOMENS DE OURO (I 7 Uomini d'Oro), de Marco Vicario. O primeiro e simpàticamente fantástico assalto dos personagens lançados por Vicario, um dos grandes sucessos de bilheteria italianos dos últimos anos. Com Philippe Leroy e Rossana Podestà. Côres. **Cine Lagoa Drive-In.** — Às 21h e 23h.

A NOVIÇA REBELDE (The Sound of Music), Robert Wise. Amável musical cômico-sentimental. Com Julie Andrews, Christopher Plummer, Eleanor Parker, Richard Haydn. Côres. **Caxias, Môça Bonita,** de 3a. a 6a, às 20h e sábado e domingo às 15h e às 20h. (Livre).

O MÃO-DE-FERRO (Lançado com o título da versão inglêsa: **Old Surehand**, de Alfred Vohrer. — **Western** alemão baseado em uma novela de Karl May. Com Stewart Granger, Pierre Brice, Letícia Roman, Paddy Fox, Mario Girotti. Eastmancolor. — **Odeon** (Niterói). — (10 anos).

A SERPENTE (The Reptile), de John Gilling. — Mulher-serpente comete crimes que desnorteiam a Polícia. — Produção inglêsa, com Noel Willman, Ray Barrett, Jennifer Daniel. — **Copacabana:** 14h — 16h — 18h — 20h — 22h. (18 anos).

ARABESQUE (Arabesque), de Stanley Donen. Suspense de ambição sofisticada, falhando em bisar o êxito de **Charada**, do mesmo produtor-diretor. — Colorido. — Com Gregory Peck e Sophia Loren. **Icaraí** (Niterói): 19 e 21h. (14 anos).

O AGENTE SECRETO MATT HELM (The Silencers), de Phil Karlson. Mais um competidor de James Bond em luta contra intriga internacional. Com Dean Martin, Stella Stevens, Daliah Lavi, Cyd Charisse, Victor Buono, Arthur O'Connell, Beverly Adams. Côres. **Odeon** — 13h — 18h — 20h e 22h. (18 anos).

QUEM QUER MATAR JESSIE? (Prod. tcheca), de Vaclav Vorlicek. Comédia. Um cientista consegue materializar personagens de histórias em quadrinhos que habitam seus sonhos. Com Jiri Sovák, Dana Medrická, Olga Schoberová. **Paris-Palace, Britânia.** (14 anos).

SITUAÇÃO CRÍTICA PORÉM JEITOSA (Situation Hopeless — But Not Serious), de Gottfried Reinhardt. Comédia: uma idéia original desenvolvida sem convicção. Alec Guinness no papel de um alemão que se afeiçoa a soldados americanos presos sob sua custódia e os mantém durante sete anos de paz na ilusão de que a guerra prossegue. Com Michael Connors, Robert Redford, Anita Hoefer. **Alvorada:** a partir das 14h. (14 anos).

REAPRESENTAÇÕES

AS PONTES DE TOKO-RI (The Bridges at Toko-Ri), de Mark Robson. Drama de guerra, bem feito. Com William Holden, Grace Kelly, Mickey Rooney, Fredric March. Côres. **Plaza, Olinda, Mascote.** (10 anos).

INVESTIDA DE BÁRBAROS (Americano) — **Western.** Com Guy Madison e Frank Lovejoy. Côres. **Leblon:** 14h — 16h — 18h — 20h 22h. (14 anos).

AMOR NA SELVA (Nacional) — Produção alemã com participação de técnicos e atôres brasileiros. Com Jacqueline Myrna e Pedro Paulo Hatheyer. **Império:** 14h — 15h40m — 17h20. (Livre).

A MULHER DE PALHA (Woman of Straw), de Basil Dearden. Melodrama criminal, sem novidades, embora tècnicamente bem conduzido. Com Gina Lollobrigida, Sean Connery, Ralph Richardson. Côres. **Ricamar.** (18 anos).

TODA DONZELA TEM UM PAI QUE É UMA FERA — brasileiro, dirigido por Roberto Farias, baseado na comédia teatral de Gláucio Gill. Tentativa de comédia sofisticada, razoável em algumas cenas. Com Reginaldo Faria, Vera Viana, John Herbert. **Metro-Copacabana, Metro-Tijuca e Mauá:** 14h — 16h — 18h — 20h — 22h. (14 anos).

O PADRE E A MOÇA — brasileiro, dirigido por Joaquim Pedro de Andrade, baseado no poema de Carlos Drumond de Andrade. Seqüências de grande beleza, em filme realizado com sensibilidade, mas em grande parte frustrado pela fragilidade do roteiro. Com Paulo José, Helena Ignez, Fauzi Arap e Mário Lago. **Pathé** a partir de meio-dia, 14h — 16h — 18h — 20h — 22h. (21 anos).

O DELINQUENTE DELICADO (The Delicate Delinquent), de Don Mc Guire. Comédia interessante com Jerry Lewis, Darren McGavin, Martha Hyer. **Alfa e Festival** — (5 anos).

ESPECIAIS

SESSÕES PASSATEMPO — Atualidades, desenhos, filmes culturais, comédias, documentários. Sessões contínuas desde as 10 da manhã. **Cine Hora** (Edifício Avenida Central, subsolo). Aos domingos e feriados, exclusivamente programas infantis.

ACTEON de Jorge Grau (1965), premiado em Moscou. Panorama do Cinema Jovem Espanhol, organizado pela Cinemateca do MAM, em colaboração com o Clube de Cinema do Rio de Janeiro, sob patrocínio da Embaixada da Espanha e Uniespaña. Hoje, às 20h, no auditório do **Palácio da Cultura** (MEC).

TEATRO E "SHOW"

UM AMOR SUSPICAZ — Comédia de Bill Manhoff. Uma môça de vida fácil invade o apartamento de um rapaz metido a intelectual. Dir. de Maurice Vaneau. Com Ioná Magalhães e Carlos Alberto. — **Copacabana**, Av. Copacabana, 327 (37-1818, R. Teatro). 21h30m; sáb. 20h e 22h15m; vesp.: quinta-feira, 16h e domingo, 17h.

PEQUENOS BURGUESES — Drama de Máximo Gorki. A decadência da pequena burguesia russa no início do século, um texto de surpreendente atualidade, graças à inteligentíssima montagem do Teatro Oficina, recordista de prêmios no Rio e em São Paulo. — Dir. de José Celso Martinez Corrêa. Com Eugênia Kusnet, Ítala Nandi, Renato Borghi e outros. — **Maison de France.** Av. Pres. Antônio Carlos, 58 (52-3456). Diàriamente às 21h, sáb. às 19h 45m e 22h 30m. Vesp. dom. às 17h e quinta, às 16h. Até 5 de março.

PINDURA SAIA — Comédia musical sôbre problemas e costumes de um morro carioca, de Graça Melo. Dir. do autor. Com Teresinha Amaia, Milton Morais, Graça Melo, Milton Gonçalves e grande elenco. **Teatro República** — Av. Gomes Freire, 474 (22-0271). 21h; sáb., 20h e 22h 30m; vesp. 5a., 16h e dom. 17h.

OH, QUE DELÍCIA DE GUERRA — Musical de Charles Chilton e Joan Littlewood. Primeira Guerra Mundial vista com bom humor. Espetáculo original de rara alegria e vitalidade. Dir. de Ademar Guerra (melhor diretor de 1965 em São Paulo com êste espetáculo). Com Napoleão Moniz Freire, Eva Vilma, Célia Biar, Rosita Tomás Lopes, Helena Inêz, Mauro Mendonça, Ítalo Rossi e outros. — **Ginástico**, Av. Graça Aranha, 187 (42-4521). 21h15m; sáb., 20h e 22h30m; vesp. 5a., 17h e dom., 18h.

A ÓPERA DOS TRES VINTENS — Uma das obras-primas de Brecht, com esplêndida música de Kurt Weill, numa versão brasileira muito discutível mas razoàvelmente agradável, apesar das falhas. Dir. de José Renato. Com Fregolente, Marília Pera & Osvaldo Loureiro, Kleber Macedo e Nádia Maria. **Sala Cecília Meireles.** Lapa (Tel.: 22-6554). — 21h; vesp. 5a., 17h e dom. 16h.

VEM CAMARA 67 — Espetáculo de capoeira e sôbre a capoeira. Com um grupo de capoeiristas baianos. **Jovem.** Praia de Botafogo, 522 (26-9220); 21h; sáb.: 20h e 22h; vesp.: 5a., 17h e dom., 18h.

RASTO ATRÁS — Peça de Jorge Andrade premiada no recente concurso do SNT. Um homem mergulha no passado para compreender melhor o presente e saber preparar-se para o futuro. Uma das mais sérias tentativas da nova dramaturgia brasileira, numa montagem de grande fôrça e imaginação. — Direção de Gianni Ratto. Com Leonardo Vilar, Renato Machado, Iracema de Alencar, Isabel Teresa, Isabel Ribeiro e grande elenco. **TNC.** Av. Rio Branco, 179. (22-0367). — 21h Vesp. dom. 16 horas.

O FARDÃO — Tragicomédia de Bráulio Pedroso (revelação de autor 1966 em São Paulo). Um velho escritor, eterno aspirante à Academia, e a sua esposa enfrentam frustrações intelectuais, morais e sexuais. Dir. de Antônio Abujamra. Com Cleide Yáconis, Fauzi Arap, Ana Maria Nabuco, Osmano Cardoso, Iara Amaral. — **Mesbla**, Passeio, 42-56 (42-4880). 21h; sáb., 20h e 22h30m; vesp. 5a., 16h e dom., 18h.

AS CRIADAS — De Jean Genet — Dir. de Martim Gonçalves. Com Carlos Vereza, Érico de Freitas e Labanca. **Teatro do Bôlso** — Rua Jangadeiros, 28-A (27-3122) — 22h — sáb. 20h30m e 22h30m.

DE BRECHT A STANISLAW PONTE PRETA — Espetáculo com poemas de Brecht, trechos de Sérgio Pôrto e a peça **A Exceção e a Regra**, de Brecht. Dir. de Antônio Pedro. Com Jaime Barcelos, Milton Carneiro, Camila Amado e Aldo de Maio. Inauguração do **Mini-Teatro**, Rua Figueiredo Magalhães, 286. (57-6651) 22h.

REVISTAS

ELAS SÃO TREMENDONAS — Prod. de Gomes Leal; com Costinha, Sônia Mamede, Brigite Oerling e outros; **Rival**, Rua Álvaro Alvim, 17-23 (22-2721); 20h e 22h; vesp., 5a., sáb. e dom., 16h.

CARNAVAL EM STRIP TEASE — Revista de Coé e Silva Filho, com **strip teases** simultâneos. **Carlos Gomes**, Rua Pedro I, 2. — (22-7581). Das 18h às 20h e das 20h às 22h.

MUSICAIS

A FINA FLOR DO SAMBA — Show de música popular, organizado por Sérgio Cabral e Teresa Aragão. Com elementos das Escolas de Samba Mangueira, Império Serrano, Portela e Salgueiro — **Opinião** — Siqueira Campos n. 143 (36-3497) — Sòmente às segundas-feiras, 21 horas.

MUGNIFICO SIMONAL — **Show** de Miele e Bôscoli apresentando o cantor Wilson Simonal — **Teatro Princesa Isabel**, Avenida Princesa Isabel, 186 (37-3537) — 21h30m; sáb., 20h15m e 22h 30m; vesp.: quinta, 17h e domingo, 18h.

PRÓXIMAS ESTRÉIAS

A SAÍDA? ONDE FICA A SAÍDA? — Peça documentária de Ferreira Gullar, Armando Costa e Antônio Carlos sôbre o perigo de uma nova guerra mundial. Dir. de Flávio Rangel. Com Glauce Rocha, Osvaldo Loureiro, Guilherme Dieken e outros. **Opinião.** Estréia 7 de março.

ROMEU E JULIETA — de William Shakespeare — Dir. de Flávio Migliaccio. Com Maria Gladys e Ary Coslov. Teatro Jovem — Estréia em abril.

ARENA CONTA: ZUMBI — De Guarnieri, A. Boal e Edu Lôbo. Apresentação do Grupo de Ação. Com Jorge Coutinho, Ester Mellinger, Procópio Mariano, Maria Aparecida, Haroldo de Oliveira e Carlos Negreiros — **Teatro Carioca** — Senador Vergueiro, 238 (25-6609) — Estréia entre 15 e 30 de fevereiro.

AS TROIANAS — De Eurípedes. Apresentação do grupo universitário paulista TESE — Dir. de Paulo Vilaça — **Conservatório** — Dias 23, 24, 25 e 26.

"SHOW"

OS 3 DE PORTUGAL — e Maria José Vilar — **Lisboa à Noite** — Rua Cinco de Julho n.º 305. Tel.: 36-4453 — **Show** com Maria José Vilar e Florência Rodrigues — Dir. de Joaquim Saraiva, às 21h 30m e 22h 30m — **Couvert** — Cr$ 1 550 — Fechado às quartas-feiras.

ANTÔNIO MESTRE E MARIA TERESA. No **Fado** — **Show** — Rua Barão de Ipanema n.º 296. Telefone 36-2062 — **Couvert** — Cr$ 2 500.

MARIA DA GRAÇA — **Adega de Évora** — **Show** — Com Maria da Graça e Sebastião Rosalinho — **Couvert** — NCr$ 1,80 — Fechado às segundas-feiras. — Rua Santa Clara n.º 292 — Tel. 37-4210.

FRENESI — **Show** — Com Paulo Araújo, Lílian Fernandes e grande elenco. **Golden Room do Copacabana Palace** — Couvert: NCr$ 15 Consumação: NCr$ 5.

EL CORDOBES — **Show** de a-go-go de meia em meia hora. — Rua Miguel Lemos, antigo San Sebastian Bar — Consumação Cr$ 6 400.

FANTERAS A GO-GO — **Show** de meia em meia hora a partir das 23 horas — **Rue Beaux Arts** — Rua Rodolfo Dantas — Sem **couvert** e consumação: NCr$ 5.

AS PUSSY, PUSSY, PUSSY... CATS — Texto de Sérgio Pôrto. Com grande elenco, à 1h — **Couvert:** NCr$ 12. Consumação: NCr$ 3. — **Fred's** — Av. Atlântica.

ARTES PLÁSTICAS

ARTESANATO ESPANHOL E JÓIAS DE CAIO MOURÃO — **Galeria Bonino** — Rua Barata Ribeiro, 578. Diàriamente das 10 às 12 e das 16 às 22 horas — Fechada aos domingos.

ARTESANATO — **Galeria IBEU.** — Av. N. S. de Copacabana, 690. Diàriamente das 16 às 22 horas.

ACERVO — Aldemir Martins, Da Costa, Krajcberg, Guignard e outros — **Galeria Módulo** — Rua Bolívar n.º 21-A.

COLETIVA — Pintores primitivos brasileiros. — **Vernon** — Avenida Atlântica n.º 2 364-A.

GUIMA — Pinturas e desenhos — **Galeria Decon** — Avenida Copacabana, 1 133, loja 12 — Diàriamente das 10h às 24h.

COLETIVA — Pintura de 15 artistas novos — **Galeria Guignard** — Barata Ribeiro, 529-C.

VERGARA — Pintura — **Fátima Arquitetura Interiores** — Domingos Ferreira, 221-B.

GRAVURAS E DESENHOS — De Portinari, Inge Roesler, Frank Schaeffer, Walter Marques e outros. — **Galeria Giro** — Francisco Sá, 35, s/ 1201.

MANABU MABE — Tapeçarias — **Leme Palace Hotel** — Av. Atlântica n.º 656 — Diàriamente das 13h às 23h.

DESENHOS INFANTIS — Desenhos e pinturas dos alunos das escolas primárias da Guanabara — **Museu Nacional de Belas-Artes** — Avenida Rio Branco.

ACERVO — Djanira, Milton Da Costa, Pancetti, Di Cavalcânti, Anita Malfatti, Portinari, Pietrina Checcacci, Antônio Maia, A. Bichels, Holmes Neves e outros — **Varanda** — Rua Xavier da Silveira, 59. — Hora: das 8 às 22 h, sábado até às 13h. Fechada aos domingos.

ACERVO — Anna Bela Geiger, Anne Letycia, Antônio Maia, Domenico Lazzarini e outros — **Morada** — Av. Ataulfo de Paiva, 23-B.

COLETIVA — Antenor Finatti, Alaor Ribeiro, Deolinda Freire, Gilda Lisboa e outros. Salão Anual de Arte da **Galeria Corredor** — Churrascaria Gaúcha. Rua das Laranjeiras, 114.

ACERVO — Artistas brasileiros — Pinturas, gravuras, desenhos e tapeçaria. **Galeria Gemini** — Av. Copacabana, 335-A (57-0166). — Aberta diàriamente das 15 às 22 horas, exceto aos domingos.

LUTZ REIS — Esculturas e pinturas de Fred Santos — **O Globo** — Dias da Rocha n.º 9.

ROLAND CABOT — Gravuras e objetos — **Galeria 64** — Rua Dias da Rocha, n.º 52, Copacabana (37-6388). De segunda a sexta, de 14h às 21h30m.

ROBERTO MAGALHÃES — Cartazes — **Museu de Arte Moderna** — Av. Beira-Mar (31-1871).

STELA VIEIRA FERREIRA — Aquarelas — **Salão do Ministério da Educação.**

MÚSICA E RÁDIO

ÓPERA DOS TRES VINTENS — De Brecht, música de Kurt Weill — **Sala Cecília Meireles**, às 21 h; vesp. 5a., 17h e dom. 16h.

DISCOTECA PÚBLICA DO ESTADO DA GUANABARA — Música erudita. Aberta das 9 às 19 horas. Avenida Alm. Barroso n.º 81 — 7.º andar. Filmes: sextas-feiras, às 17 horas.

RÁDIO JB

JB Informa — 7h30m — 12h30m — 18h30m e 21h30m.

REPORTER JB — 8h10m, 9h30m, 10h30m, 11h30m, 13h30m, 17h 30m — 20h30m — 23h30 — 0h30m.

Informativo Agrícola — 6h 30m, diàriamente.

Música Também é Notícia — das 10h às 16h de hora em hora.

Marca do Sucesso — 12h 25m, 16h25m, 21h25m, diàriamente.

Você é Quem Sabe — 9h, 17h, 21h, diàriamente, de 2a. a 6a.

Pergunte ao João — de 11h 05m às 12h — diàriamente, de 2a. a 6a.-feira.

Bôlsa de Valôres — 18h 45m — diàriamente.

PROGRAMA PRIMEIRA CLASSE — **RÁDIO JB** — Hoje: às 13h05m: **3.º Movimento do Concêrto de Brandenburgo n.º 2 em Fá Maior**, de Bach * **Danças Polovitzianas**, de Borodin * **Valse n.º 9 em Lá Bemol Maior, Opus 69 n.º 1**, de Chopin * **I Want To Be Ready** — spiritual * **Rapsódia Húngara n.º 3 em Ré Maior**, de Liszt * **Improvisation n.º 12**, de Poulenc * **Minueto**, de Boccherini * **Eva**, de Franz Lehar. Às 22h05m: **Abertura Polônia**, de Wagner * **Sinfonia Haffner n.º 35**, de Mozart * **Os Pinheiros de Roma**, de Ottorino Respighi.

BIBLIOTECAS, PARQUES E JARDINS

BIBLIOTECA CASTRO ALVES — Avenida Treze de Maio, 23-D — Tel. 52-9865. Horário: 12 às 18 horas. Fechada aos sábados.

BIBLIOTECA POPULAR DA PENHA — Rua Uranos n.º 1 326 — (30-6713). — Horário: 12 às 18 horas. — Fechada aos sábados.

BIBLIOTECA NACIONAL — Avenida Rio Branco n.º 219 (22-0821) — Horário: 10 às 22 horas. Para o salão de leitura exige-se cartão de consulta. Informações na portaria.

BIBLIOTECA POPULAR DE BOTAFOGO — Rua Farani n.º 3-B. — (26-2443) — Horário 8h30m às 21 horas. Fechada aos sábados.

BIBLIOTECA POPULAR DA GÁVEA — Praça Santos Dumont, 160 — (27-7814). Horário: 8 às 20 horas. Fechada aos sábados.

BIBLIOTECA ESTADUAL — Avenida Presidente Vargas, 1 621 (tel. 43-0333). Horário: 8 às 20 horas. — Fechada aos sábados.

BIBLIOTECA POPULAR DO RIO COMPRIDO — Rua Haddock Lôbo n.º 163 — Telefone: 28-3178. — Horário: 12 às 21 horas. Fechada aos sábados.

BIBLIOTECA POPULAR DE COPACABANA — Avenida Copacabana n.º 702, 3.º andar. — Telefones 37-8607. Aberta até as 23 horas.

BIBLIOTECA DO MINISTÉRIO DA FAZENDA — 12.º andar do Edifício do M. F. — Tel. 22-3160. — Horário: 10 às 17h30m. Fechada aos sábados. Especializada em Direito, Economia e Finanças.

BIBLIOTECA DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA — Especializada em Educação, Cultura e Arte. Horário: diàriamente das 11h às 18h. — Rua da Imprensa n.º 16, 4.º andar.

BIBLIOTECA DA CASA DE RUI BARBOSA — Especializada em Direito, Filologia, Literatura, História, Ciências Sociais e Vida e Obras de Rui Barbosa. Horário, diàriamente das 12h às 17h — Fechada às segundas. São Clemente, 134.

BIBLIOTECA DO CONSELHO NACIONAL DE ECONOMIA — Obras de Economia e Finanças, Estatística, Coleção de Referência, Leis do Brasil e Diários Oficiais. Horário: dias úteis, exceto aos sábados, das 11h30m às 17h30m. — Rua Senador Dantas, 74, 14.º andar. (42-6188, R. 31).

PARQUES E JARDINS

JARDIM BOTÂNICO — Fundado em 1808 por D. João VI, possui cêrca de sete mil espécies de vegetais, numa área de 550 000 metros quadrados — Rua Jardim Botânico n.º 929 (Tel. 27-0521) — Horário: das 8 às 17h 30m, diàriamente — Entrada: Cr$ 50.

PARQUE DA CIDADE — Um dos mais belos e pitorescos. Principal atração: o Museu da Cidade — Estrada Santa Marinha, Gávea. — (27-5061). — Horário: das 9h às 17h 30m, diàriamente.

QUINTA DA BOA VISTA — Antiga chácara pertencente aos Imperadores D. Pedro I e D. Pedro II. Entrada por São Cristóvão.

JARDIM ZOOLÓGICO — Variadas espécies de animais da fauna mundial, a africana e asiática. Rica coleção de aves e pássaros do Brasil. Quinta da Boa Vista (em São Cristóvão). Horários: — das 9h às 17h30m, exceto às segundas-feiras. — Entrada paga. — Cr$ 100 adultos e Cr$ 50 crianças.

PARQUE LAJE — Rua Jardim Botânico, a 200 metros da entrada do Túnel Rebouças. Horário: 9 às 17 horas. Entrada franca.

PERGUNTE AO JOÃO

MENUHIN

DALVA MENDONÇA — Riachuelo. "O violinista Yehudi Menuhin, gênio musical dos mais precoces, gravou também seu primeiro disco muito cedo?"

Aos 12 anos, Yehudi Menuhin gravara seu primeiro disco. Nascido em New York há 50 anos, o próprio violinista é quem diz: "Tinha 12 anos quando gravei meu primeiro disco em 1929, e confesso que o barulho que faz a agulha quando ouço hoje aquêle disco me dá a impressão de ter alcançado idade muito respeitável, pois são os discos de Caruso e de outros grandes artistas do passado os que evocam tais chiados..."

VERDADE

LUCINDA ALBUQUERQUE — Muriaé. "A verdade inspirou grandes pensamentos?"

Sim — eis alguns dêles: de Platão — "A verdade é a origem de todo bem, quer para os deuses quer para os homens"; de Alfieri: "Curvai-vos apenas para erguer a verdade!"; de Rabindranath Tagore: "Se fechares a porta a todos os erros, a verdade ficará na rua"; de Thomas Fuller: "O melhor ornamento da verdade é a nudez"; de Benjamin Franklin: "A metade da verdade é quase sempre uma grande mentira".

DISTÂNCIAS

LUIS TEIXEIRA — Leme. "Quais as distâncias aéreas do Rio a Manaus, e do Rio a Brasília?"

Do Rio a Manaus (subindo o litoral) a distância aérea é de 5 389 quilômetros; do Rio a Brasília é de 940 quilômetros. Outras distâncias aéreas: do Rio a Salvador, 1 272 quilômetros; do Rio a Pôrto Alegre, 1 333 quilômetros; do Rio a Curitiba, 703 quilômetros, do Rio a São Paulo 373 quilômetros — e do Rio a Belo Horizonte, 353 quilômetros.

H.S.E.

DR. SILVIO MOREIRA DA SILVA — Rio. Ao Diretor do Hospital dos Servidores do Estado agradecemos convite para o ato da inauguração do Centro de Tratamento Intensivo do HSE.

A solenidade será amanhã, às 11 horas, no 11.º andar do HSE, na Rua Sacadura Cabral n.º 178. Ao Dr. Sílvio Moreira da Silva, Diretor do HSE, agradecemos também nesta oportunidade a solicitude com que forneceu uma informação solicitada pelo programa da RÁDIO JORNAL DO BRASIL.

ISENÇÃO

VANDA MENDONÇA — Benfica — "Uma emenda isentando livros e jornais de impostos foi aprovada e permaneceu na nova Constituição após sua promulgação?"

Felizmente sim. O Congresso Nacional aprovou a emenda 820 do Senador Gilberto Marinho, vetando a cobrança de qualquer impôsto sôbre o livro, os jornais e os periódicos, assim como o papel para a sua impressão. — Artigo 20, inciso III, alínea d, no texto da Constituição promulgada.

SOJA

DALVAN PASSOS — Tijuca — "É possível fazer café ùnicamente de soja? Fica bom?"

Apenas sabíamos existir o café de soja pelo livro **Soja Carne Vegetal**, da nutróloga Dra. Clara Sambaquy, mas o bom café preparado de soja nós o fomos provar em Miguel Pereira, onde o Sr. Joaquim Pereira Soares — nas horas vagas de sua atividade como industrial metalúrgico — faz diversas experiências com a soja, passando a ser de há muito um idealista em suas campanhas em favor da soja na alimentação, pronunciando conferências e oferecendo aos amigos para se deliciarem muita coisa feita de soja: paçoca de soja, canjica de soja, leite de soja (etc.). — Os órgãos de divulgação públicos e particulares devem incentivar aquêle centro de estudo da soja, enviando publicações e folhetos para o seguinte endereço: Joaquim Pereira Soares — Rua Áurea Pinheiro n.º 63, Miguel Pereira, Estado do Rio de Janeiro.

CASA

MÁRIO BUENO — Catumbi — "Ainda existe a casa em que Francisco Alves residiu muitos anos em Miguel Pereira?"

Sim. Tendo sido vendida após a morte do cantor, a casa onde morava Francisco Alves lá em Miguel Pereira hoje pertence a Dona Isolina Portela —, mãe de 11 filhos e 20 netos (todos vivos), sendo Dona Isolina Portela ouvinte do **Pergunte ao João**, trabalhando em casa e ouvindo êste programa.

EVA

INÁCIO PEIXOTO — Goiânia — "O Presidente Johnson na sua recente Mensagem ao Congresso dos Estados Unidos que referência fêz à China comunista?"

Sôbre o país de Mao Tsé-tung, acentuou Johnson na sua Mensagem: "Continuaremos tendo a esperança de uma reconciliação entre o povo da China continental e a comunidade mundial", acrescentando: "Os Estados Unidos serão os primeiros a dar boas-vindas a uma China que tenha resolvido respeitar os direitos dos seus vizinhos (...) e a aplaudir se ela concentrar suas grandes energias e inteligência no aumento do bem-estar do seu próprio povo".

CALÇADOS

ADELAIDE SOARES — Flamengo — "No Brasil, quanto à produção de calçados, quais são as duas cidades que mais se destacam — uma na fabricação de sapatos de homens, outra na fabricação de sapatos de senhoras?"

...São as Cidades de Nôvo Hamburgo, no Rio Grande do Sul, e de Franca, em São Paulo —, a primeira, maior produtora de calçados de senhoras, e a segunda, capital dos calçados masculinos. Esta última, Franca, tem 225 fábricas de calçados, que, em 1965, produziram 5 milhões de pares.

RECURSOS

GASTÃO HENRIQUES MOURA — Itajubá — "O recente Decreto-Lei do Presidente da República sôbre a utilização dos recursos orçamentários e de créditos adicionais através do Banco do Brasil, o que dispõe exatamente no Art. 1.º?"

O Decreto-Lei citado, de n.º 96, no Art. 1.º determina o seguinte: "A partir de 1 de janeiro de 1967, a utilização de recursos constantes do Orçamento Geral da União e de créditos adicionais far-se-á através do Banco do Brasil S. A., mediante cotas fixadas, trimestralmente, pelo Ministro da Fazenda, segundo proposição da Comissão de Programação Financeira —, criada pelo Decreto n.º 54 506, de 20 de outubro de 1964".

ATENÇÃO

Sòmente fazer pergunta quem puder ouvir a resposta, através da RÁDIO JORNAL DO BRASIL, de 2.ª a 6.ª-feira, de 11h 05m às 12h. — Aqui são publicadas apenas algumas das 22 questões irradiadas por dia. — Com muitas cartas a pesquisar, o João não envia resposta pelo Correio nem informa p/ telefone. — Fazer uma só pergunta, sôbre assunto de interêsse geral e que possa ter resposta em poucas palavras. — Cartas para: Pergunte ao João, RÁDIO JORNAL DO BRASIL, Avenida Rio Branco, 110, 5.º andar, Rio.

A LONGA NOITE DO SAMBA

Da Avenida Rio Branco à Avenida Presidente Vargas, o desfile das escolas de samba mudou muito. Inclusive as próprias escolas, que aceitaram gente bacana nas suas alas, concorrentes inefáveis do concurso de fantasias do Municipal, e incluiram carros alegóricos nos seus enredos.

Numa coisa, porém, o desfile continua o mesmo: o ambiente de pressões, ameaças, *cantadas* nos jurados e reclamações quando o resultado sai, na quinta-feira. Se por um lado a transferência, da Biblioteca Municipal para o auditório da PM, acabou com o tumulto na hora de se conhecer os vencedores, o disse-me-disse aumentou, também. O desfile é mais e mais uma coisa séria para o carioca. Já se torce pela Mangueira ou pelo Salgueiro, como se torce pelo Fla ou pelo Flu.

A respeito disso tudo, com a palavra o jornalista Carlos de Laet, Secretário de Turismo do Estado da Guanabara.

1. O resultado do desfile das escolas de samba acaba sempre em *burburim*, como dizem em Mangueira — qualquer que seja o Govêrno. Não seria o caso de se entregar a escolha do júri a quem entenda do assunto, como, por exemplo, à Comissão de Música Popular do Museu da Imagem e do Som, sob a presidência do Secretário de Turismo?

— *"É uma boa sugestão. O Museu da Imagem e do Som é de primeira qualidade. Mas a complexidade do julgamento em todos os seus itens exige uma comissão de maior elasticidade."*

2. Não seria conveniente diminuir o número de escolas, no desfile, mesmo que tal medida envolva muita política, muita demagogia contra, muita reclamação dos que não têm nada com o problema? Ou, então, limitar o número de sambistas que poderão desfilar em cada escola? Do jeito que a coisa vai, o desfile só terminará na quarta-feira, com um milhão de pessoas querendo aparecer, pessoas, aliás, que não são sambistas e sim vaidosos que desejam ser promovidos, pelos jornais.

— *"A limitação da natalidade parece mais fácil. O carnaval não é do Govêrno: a êle compete disciplinar e policiar.*

Mas é sempre tempo de pensar em fracionar o desfile entre domingo e têrça-feira."

3. A Polícia não bateu em ninguém, mas também não tomou conhecimento da invasão da pista. Será que para tirar os penetras, a Polícia, necessàriamente, precisa bater? Como resolver o problema da invasão da Presidente Vargas?

— *"Não acredito na invasão da pista, êste ano, como elemento que tenha concorrido para o atraso.*

E a Polícia foi a grande vedete do carnaval."

4. O Sr. gostou mesmo da decoração da Cidade?

— *"Gostei mesmo, embora seja mais pelo figurativismo."*

5. Por que o carnaval não tem uma comissão própria ou até uma autarquia, o ano inteiro? Gente paga, que entenda desde samba até relações públicas e promoção, sem picaretas e arrivistas.

— *"A Secretaria de Turismo até agora tem procurado ser tudo isso. Mas os picaretas e arrivistas entram em qualquer jogada."*

Foto / OCTALES GONZALES

DUDA: *"... da esquerda festiva à direita delirante há de tudo em nosso grupo..."* (Jaguar)

JAGUAR REVELA A FILOSOFIA E OS DESTINOS DE SEU NÔVO PARTIDO:

A FRENTE AMPLA FESTIVA

— Há seis anos atrás eu detestava carnaval. Ia aos bailes apenas para fazer companhia à Olga, minha mulher, que, para meu desgôsto, era a maior carnavalesca do mundo, dessas de um tipo em extinção: capaz de pular a noite inteira sem parar e sem tomar uma gôta de álcool.

"A coisa começou quando Olga resolveu organizar a primeira festa pré-carnavalesca na casa de Hélio Oiticica, no Jardim Botânico. Hélio, hoje famoso passista da Mangueira, fazia parte na época (era o comêço dos sessenta) do grupo de artistas concretistas que estava fazendo tremenda onda na cidade, e a conseqüência é que na festa tinha intelectual às pampas. Cada um tinha de levar sua bebida e quase todos foram de gim, que estava na moda. O gêlo acabou, a água tônica idem, éramos amadores então e foi um daqueles porres imortais, como diria Nélson Rodrigues. De vez em quando os músicos paravam, fazia-se uma **vaquinha** e a coisa prosseguia varando a madrugada. Como não podia deixar de ser, os moradores do até então sossegado Jardim Botânico estrilaram em grande estilo e recebemos várias visitas da Polícia, que estava com a sinistra intenção de acabar com o baile. Mas, como Al Capone, sempre tivemos excelente assessoria jurídica (no próximo ano vai ser formada, no Bloco de Ipanema, uma ala de advogados, com um juiz como destaque). Nessas delicadas negociações se destacou, entre outros parlamentares, um advogado de gravata borboleta, o Dr. Albino Pinheiro.

"Vamos em frente. Houve outra festa muito animada, também organizada por Olga na Barra da Tijuca e houve um passeio marítimo no **Mocanguê** promovido pelo Clube Renascença. Albino estava lá (êle assina ponto em todos os lugares que têm samba e mulata). Conversa vai, conversa vem, êle sugeriu que déssemos um baile na Estudantina, gafieira da Praça Tiradentes, da qual era freqüentador. O sucesso foi tremendo. A maioria dos nossos amigos nunca havia pisado numa gafieira e, como se diz, **o pessoal adoraram.** Houve total confraternização entre a turma mais ou menos sofisticada da Zona Sul e os bons crioulos do samba autêntico, trazidos pelo Albino. Alguns coleguinhas da imprensa acharam o esquema meio demagógico e inventaram o apelido: esquerda festiva.

Festivos somos, no carnaval, mas quanto à esquerda! Tem de tudo no nosso grupo. Darei os nomes de alguns fregueses de caderno das nossas badalações e deixo as conclusões por conta dos leitores: Aluísio Magalhães, Napoleão Moniz Freire, Rosita Tomás Lopes, Célia Biar, Ítalo Rossi, Helena Inês, Cléber Santos, Teresa Santos, Válter Atademo, Roniquito de Chevalier, Raul Hazan, Evandro Barreto, Luísa Maranhão, Sangirardi Jr., Lúcio Rangel, Darwin Brandão, Anik Malvil, Ferreira Gullar, Teresa Aragão, Miele, Milor Fernandes, Zé Kéti, Nélson Cavaquinho e o pessoal da Voz do Morro, Joaci Santana, Célia Azevedo, Luís Carlos Maciel, Gargalhada, Perelo, Ugo Carvana, Sérgio e Paulo César Sarraceni, Isabela, Zé Medeiros, Pitanga, Carlinhos de Oliveira, Zózimo Bulbuel, o pessoal da Embaixada do Senegal, as menininhas Solange, Ionita, Tânia, Maitê, Adelaide, Maria Gladys, Dorinha, Jean Boghici, Armando Rosário, Bea Feitler, Marcier, Hugo Bidê, Ismênia Dantas, Cláudio Pinheiro, Cláudio Amaral, Marat d'Aquistapace, Vergara, Leopoldo Câmara, Antônio Dias, Martim Gonçalves, Martinho, Peter, Lou, Hannah, Kombuca, Caio Mourão, Bernardo e Vera Figueiredo, Ira e Pedro Paulo, Arduino e Marina Colasanti, Sérgio Braga, Ziraldo, Fortuna, Marcos Vasconcelos, Zélio, Leandro e Gisch Konder, Cecil Thiré e Aninha, Gilda Chataignier, Léia Maria, Haroldo Eiras, Newton Carlos, Ana Letícia, Farnese, Marilia Rodrigues, Zuenir Ventura e Mary, as irmãs Marinho, Haroldo Costa, Lan, João Batista e Roberto Duailibi (da Standard), MPB 4, Hermínio Belo de Carvalho, Carlos Guimas, Clementina de Jesus, Isolda Cresta, Sérgio Augusto, Joseph Guerreiro, Davi Zingg, Rui Solberg, Rogério Corção, Teresa Lima, Rui Polanah, Paulinho Coelho, Valtensir Dutra, Zélia Hoffman, Joel Barcelos, Carlos Diegues, Léia Bulcão, Diana, Válter e Marta Paraíso, Érico de Freitas, Vera Lúcia Couto, Glauco Rodrigues, Duda Cavalcânti, Giles Jacquard, Sérgio Bernardes, Scliar, Zé Sanz, Leon Hirzhman, Davi Eulálio Neves, os irmãos Castro Neves, Ivã Lessa, Lígia Clark, Fernando Campos, Sérgio Cabral, Ferdy Carneiro, China, Arnaldo Jabor e Tetê, Glaudir, Silo, Miriam Alencar, João Bethencourt, Sérgio Ricardo, Iolanda Braga, Zéquinha Estelita etc., etc., etc. E tem etc. à bessa.

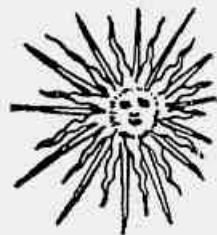
"Como se vê, da esquerda irremovível à direita delirante, há de tudo no nosso grupo. Não é segrêdo nenhum o sucesso de uma festa. Basta reunir um pessoal assim, mandar a orquestra atacar e pronto!

Aliás, receio que o sucesso das nossas festas acabe com elas. A coisa está virando folclore, atração turística. No último **réveillon** tivemos de recusar a venda de convites para mais de quinhentas pessoas. E mesmo assim, calculamos que havia umas oitocentas pessoas na festa! Somos um grupo muito provinciano. Da província de Ipanema. Não somos muitos. Só uns duzentos. Numa festa de oitocentas pessoas, somos minoria. O problema é êste. Não queremos bailes monumentais de oitocentas, de mil pessoas. Queremos festinhas íntimas e familiares de duzentas pessoas. Portanto, vamos tentar reformar todo o esquema para a próxima festa de aleluia.

Por falar em esquema, vamos agora para a rua. A Banda. Albino fêz a Banda desfilar pelas ruas de Ipanema e o povo de Ipanema descobriu encantado que era extremamente provinciano. As pessoas saudavam das janelas e as crianças corriam atrás de nós. Levamos nossos filhos, foi uma festa de família. A família que samba unida permanece unida.

Depois, no carnaval, Ferdi Carneiro e eu organizamos o Grêmio Lítero-Musical e Recreativo de Ipanema, que desfilou em grande estilo no sábado e na têrça-feira gorda. Tôdas as môças bonitas se revezavam como porta-bandeira. Houve faixas e até o requinte de um carro alegórico (no qual Hugo Bidê desfilou de Miss Imprensa, com uma rôlha na bôca). Mais de 1 500 pessoas saíram conosco. Já estamos nos preparando para o próximo ano. Vamos fazer uma vaquinha e comprar uma bateria. Paulinho da Viola vai ser o nosso instrutor, o que certamente lhe vai valer muitos cabelos brancos.

Pois é isso. As festas da chamada esquerda festiva (que é na realidade a frente ampla festiva) já me deram muitas alegrias e um grande sentimento de culpa, por ter acabado com a pureza da Estudantina. Quando vou àquela gafieira e encontro turistas paulistas e cariocas achando tudo muito pitoresco, tenho vontade de me enfiar num buraco. Tenho dito".

carioca quase sempre / CARLOS LEONAM

"O CREPÚSCULO DA DIVINA"

Cenário: Avenida Rio Branco, perto do edifício Avenida Central.

Personagens: camelô, tabuleiro de lâminas importadas (ou contrabandeadas) e o grupo dos curiosos de sempre: **office-boys** de pacotes debaixo do braço, o homem sério que se limita a ouvir a louvação do camelô às qualidades da lâmina inglêsa e até o velho fraco que, embora cansado, ainda tem barba para fazer.

— Olha a lâmina inglêsa! Faz dezenas de barbas! Mais uma aqui pro cavalheiro à direita...

Pouco mais adiante outro camelô, mais modesto, faz também a louvação da lâmina "que faz quantas barbas o doutor quiser..."

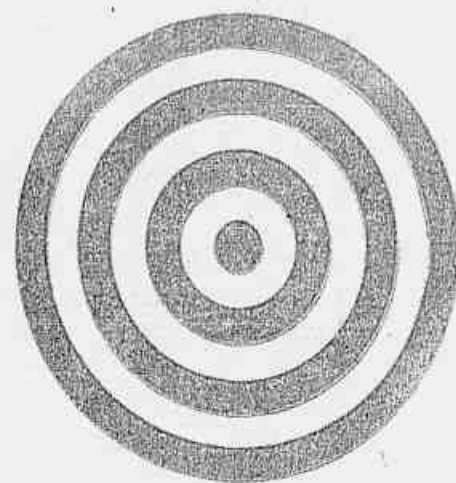
De passagem, diga-se que a freguesia é das mais distintas. E agora tudo isso vai acabar, muito embora não se percam os camelôs, categoria afeita às mudanças do mercado e que continuará se virando com outras muambas.

Mas como vão acabar as lâminas inglêsas, se os camelôs continuarão a apregoá-las, louvá-las e vendê-las?, perguntará Illen Kerr. Informação dada por entendido no assunto: "a divina entrou na fase irreversível do crepúsculo, já que um valor mais alto se alevanta, disposto a acabar com concorrência — a nova lâmina inoxidável, a Gillete que não só é inoxidável como também é super, já que se trata da versão brasileira da **Super Stainless** americana, lâmina que fêz história e deu margem a histórias. Uma delas é a de um cidadão do Kentucky, que na primavera do ano passado fêz 75 barbas com a mesma superlâmina.

M.B. versus Ira de Furstenberg

QUEM TEM MÊDO DE MAURÍCIO BEBIANO?

O número um milhão cento e setenta e seis mil e dezessete do Instituto Félix Pacheco é Maurício Bebiano Barbosa. Para os colunistas êle é Maurício Bebiano. Para o **Vogue**, Maurício Barbosa. Carioca, trinta anos. Solteiro. Advogado (bacharel como todo mundo). Personagem das colunas internacionais, seus amigos vão desde o vendedor de limãozinho da praia do Country até a Princesa Ira de Furstenberg, mas prefere cultivar os inimigos, pois êles ajudam muito mais a não fracassar. Inteligente, suas frases já criaram fama na sociedade carioca, que êle retratou em contos publicados (com sucesso) pela revista **Senhor**. Homem de espírito, no golpe militar de 1955, não conseguiu entrar na Câmara dos Deputados para assistir aos debates. Ao ver Otávio Mangabeira, que subia as escadas do Palácio Tiradentes, não teve dúvida. Atirou-se nos braços do deputado baiano aos gritos de "Vovô, ainda bem que o Sr. chegou..." E entrou. Uma entrevista com Maurício Bebiano é sempre um risco incalculável para as perguntas.

"Elisabete Arden é quem tem razão: Paris, Londres, Nova Iorque. Petrópolis: Chatópolis. ✲ Ser a favor do nudismo é ser pela extinção do segrêdo bancário. ✲ As artes plásticas no Brasil são coristas com preços de vedetes. ✲ Ninguém está contente consigo mesmo. ✲ Ser gordo é falta de educação, como trocar de time é falta de caráter. ✲ Vota-se na Arena pois espera-se pão e circo. ✲ Mário Reis saiu como Greta Garbo: no ápice da carreira. ✲ O coquetel é o monumental retrato da inconseqüência. ✲ A Psicanálise é como a cocaína: um vício caro. ✲ Não espalhe que o chato é chato: êle fica pior. ✲ O ideal do velho rico é ser nôvo rico. ✲ O abstracionismo é o figurativismo do século XX. ✲ A boate no Brasil está a um passo da churrascaria. ✲ Não conheço nenhuma mulher chamada Negra que não seja clara; nenhuma Clara que não seja morena; nenhuma Morena que não seja loura; nenhuma Linda que não seja feia. ✲ Hollywood é a Disneylândia de Jorginho Guinle. ✲ Tenho pena dos que só agora descobriram a alta sociedade: ela já acabou há muito tempo. ✲ Não faço cinema: sou personagem e não ator. ✲ Os inimigos ajudam-nos muito mais a não fracassar que os amigos a ter sucesso. Devemos cultivá-los. ✲ Jorge Amado é o Ibraim Sued da Baixa do Sapateiro. ✲ Só uma revolução de esquerda pode acabar com a esquerda festiva. ✲ As **bonecas** são as estrêlas de um cinema que não há. ✲ Há pessoas que esperam o pileque para a agressão. ✲ O **playboy**, no Brasil, não precisa de grande orçamento: basta espalhar que é **playboy**. ✲ Só tenho mêdo de segunda-feira.

revista econômica JB

RIO DE JANEIRO, 16 DE FEVEREIRO DE 1967 / UM SUPLEMENTO DO JORNAL DO BRASIL

CRUZEIRO NÔVO

O lançamento do *Cruzeiro Nôvo*, simultâneamente com a modificação da taxa do dólar, teve impacto de surprêsa na vida brasileira, embora a reforma do padrão monetário estivesse anunciada desde novembro de 1965 e a alteração cambial fôsse esperada para breve.

As duas medidas — uma de sentido simbólico e efeito psicológico, outra determinada ainda pela contingência inflacionária — completam o ciclo de providências e sacrifícios para dar ao Brasil, em três anos, a estabilidade financeira indispensável ao cumprimento de um programa de desenvolvimento.

A mudança do padrão monetário foi recebida como indício de estabilidade à vista, por sua vez ponto de partida para uma escalada ambiciosa, capaz de equiparar o Brasil às nações econômicamente desenvolvidas e politicamente estáveis. Esta é a convicção do Govêrno e a esperança do País, tanto no que respeita à classe empresarial, como aos consumidores, todos integrados no programa de sacrifícios.

Ajustados os valôres interno e externo da moeda, na modificação cambial, o *Cruzeiro Nôvo* entra em circulação para atestar o saneamento monetário e simbolizar a passagem a um nôvo estágio na vida do País.

O Brasil em 1967 está longe da perspectiva de agonia que marcou os três primeiros meses de 1964, quando a aceleração inflacionária havia anulado o impulso de desenvolvimento e tumultuara a vida econômica, com a intranqüilidade social e a agitação política. Estamos agora no limiar da estabilidade, que se pretende base segura para uma afirmação nacional de desenvolvimento, compartilhado igualmente pela indústria e pela agricultura.

A retomada do desenvolvimento é o tema central da *Revista Econômica JB 1966/67*, onde se apresentam os mais largos horizontes, divisados na colaboração dos nomes de maior destaque na vida econômica do Brasil. Os estudos aqui apresentados foram feitos especialmente para êste Caderno, que teve a participação da equipe de técnicos da APEC — Análise e Perspectiva Econômica — encarregados dos estudos especiais, gráficos e tabelas.

A expectativa de desenvolvimento — compartilhada por tôdas as classes sociais brasileiras — está refletida, em grau de consciência, nos trabalhos aqui apresentados, como contribuição objetiva ao melhor conhecimento do País, em suas novas perspectivas.

AGRICULTURA 66

MILCÍADES SÁ FREIRE

As deficientes safras agrícolas, a presença de Nei Braga à testa do Ministério da Agricultura, e a atuação da Comissão de Financiamento da Produção, na execução da política de preços mínimos, foram os três pontos marcantes da agricultura brasileira no ano que findou. Outros fatos importantes poderiam ser arrolados aqui, mas preferimos nos fixar nos 3 citados, que de alguma forma obtiveram maior realce sôbre os demais.

De fato, a menor expressão da safra agrícola 65/66, frustrando esperanças da repetição das colheitas abundantes de 64/65, foi o ponto de maior relevância no último ano. Em grande parte mesmo, inclusive, êste fenômeno foi o responsável por um menor sucesso do programa governamental de contrôle do custo de vida, e o próprio Govêrno se atribui parcela de culpa no acontecimento, reconhecendo sua participação, quando diz ter fixado irrealmente os níveis de preços mínimos para os produtos primários, decorrendo desestímulo à produção. E ademais, por sôbre êste fato importante, deve-se acrescentar o imponderável do fator climático, do qual decorreu uma sêca inesperada na época crítica das culturas, seguida de fortes chuvas no momento da colheita, daí vindo como conseqüência, a redução do volume a ser colhido, frustrando em pelo menos 25% a expectativa da safra. Esta inesperada conjugação de fatôres contrários em momentos críticos, no entanto, (e felizmente), não se repete sempre. Devemos ainda associar à frustração agrícola, o fenômeno da elevação do preço da carne, uma realidade dura porém indispensável se ainda quisermos continuar comendo carne no Brasil, e temos os componentes responsáveis pela demasiada elevação do custo de vida que, só em têrmos de alimentação, andou em 35% ao ano. É forçoso lembrar-se, paralelamente, o inevitável tributo que a cidade paga ao campo à medida que se processa o desenvolvimento nacional, espelhado em uma justificável elevação do preço dos produtos primários em relação aos industrializados, pela necessidade de distribuição mais eqüitativa da renda entre os setores que geram nossa riqueza. Todos os países em desenvolvimento, sem exceções, passam por êste saudável (e às vêzes pouco compreendido) processo.

O segundo ponto de realce assinalado no início dêste comentário, foi a presença dinâmica de Nei Braga à testa do Ministério da Agricultura. Há muito o Brasil não tinha uma liderança tão presente, naquele "mausoléu" do Largo da Misericórdia, quanto a de Nei Braga, paranaense vibrante e administrador admirável que soube imprimir ritmo de trabalho marcante na condução da agricultura nacional. Pena é que a disputa de uma senatória — vencida consagradoramente, aliás — em seu Estado, tenha nos roubado tão cedo a companhia constante do novel Senador da República. Seria uma bênção para nossa agricultura, se seu comando tivesse sido bem mais efetivo no tempo, pois um ano foi muito pouco.

Finalmente, a magnífica atuação da CFP na execução da política de preços mínimos, merece novamente destaque como evento de realce no ano findo, num amadurecimento sensível de métodos e sistemas, como comentaremos adiante em matéria específica.

Abandonando o aspecto geral da questão, observamos a evolução de seus setores básicos, bem assim, dos órgãos e entidades ligados à agricultura no ano findo.

ABASTECIMENTO:

Embora vivendo um ano difícil pela menor safra agrícola, teve o setor de abastecimento uma trajetória menos perturbada no correr do período, o que deve ser creditado em grande parte a um "amadurecimento" do sistema SUNAB, onde se dedicou maior interêsse à política de estímulo que à de contrôles. A liberação inicial do preço da carne, depois enquadrado, no sistema CADEP, e do que resultou a manutenção dos preços do produto mesmo na entressafra, foi um fato marcante. Como decorrência, temos hoje uma tendência baixista no preço dêste produto, que desde já, sem nenhum receio, ser totalmente liberado. Dando-se aos produtos hortigranjeiros, por outro lado, sua verdadeira situação de pequeno valor relativo, (e onde as variações de preços são mais evidentes) pode-se considerar vitoriosa a nova sistemática do abastecimento em um ano menos favorável.

Paralelamente, merece também nossa defesa a tão combatida importação de feijão mexicano. Primeiro, por ter sido efetuada a preços compensadores ao consumidor, sem desestímulo da produção; depois, porque a qualidade do produto era a melhor; finalmente, porque no jôgo comercial, a compra e venda de produtos, mesmo com similar nacional, se conduzida equilibradamente (como foi o caso) é sempre desejável. Longe de uma vergonha nacional, como tantos falaram na ocasião — esta compra de feijão no México é um atestado de maturidade comercial do nosso País.

Agora, já se cuida, na área SUNAB, face à boa safra que se aproxima, da manutenção dos estímulos de produção para o ano agrícola 67/68, objetivando-se com isto a interrupção do habitual comportamento cíclico da produção, originário da correlação inversa entre preços e seu volume. E ainda aqui, a política de preços mínimos voltará a ter importante papel a desempenhar.

POLITICA DE PREÇOS MINIMOS:

A execução desta sadia atividade por parte da Comissão de Financiamento da Produção, considerada no início desta resenha como um dos fatos auspiciosos da nossa agricultura, segue amadurecendo em idéias e realizações sempre tão efetivas quanto desejadas. Assim é que foi dado grande incremento à sistemática de financiamento — mesmo na própria fazenda — e por 180 dias, do produto garantido, proporcionando tempo suficiente ao agricultor para comercializar oportunamente sua colheita, restando o recurso da compra governamental para o caso de não realização da venda naquele período.

Sistema sob todos os aspectos mais justo, individualmente traz também como conseqüência a menor interferência estatal no campo privado, a par da redução nos dispêndios em cruzeiros pelo Govêrno. É bem verdade que houve sensível redução no volume de operações da C.F.P. no último ano, devido principalmente ao menor volume da safra, sem que êste fato desminta no entanto a maior eficiência funcional do nôvo regime, aqui apontado. De positivo, devemos mencionar, ademais, a recente aprovação pelo Conselho Monetário Nacional(a solicitação da C.F.P.), de autorização do financiamento, pelo Banco do Brasil, da construção de silos, armazéns e câmaras frigoríficas na propriedade rural, proporcionando ao agricultor a oportunidade de guardar consigo a colheita objeto de financiamento pela garantia de preços mínimos.

O incremento da construção destas unidades acarretará fatalmente redução nos custos desta operação específica, ganhando o agricultor com isso — a um tempo em que se observa a saudável evolução de nossa agricultura, em sua técnica e nos seus métodos. Em refôrço à tese, lembremo-nos que na agricultura dos países mais adiantados, 80% da safra agrícola fica retida na propriedade rural pelo menos por 60 dias.

Também de real, na política de preços mínimos, é de assinalar-se a utilização da rêde privada bancária na execução da mesma. Por meio de convênios no momento em execução entre a C.F.P. e os bancos e emprêsas privadas, veremos aumentar em muito a capilarização da atividade garantidora de preços mínimos, com excelentes resultados para seus beneficiários. Internamente, vem a C.F.P. se aparelhando, inclusive na expectativa da nova safra abundante, para melhorar sua funcionalidade, o que há muito vinha sendo reclamado. São, ademais, robustas perspectivas de um crescimento necessário à C.F.P., para melhor ainda executar esta missão fundamental a uma agricultura moderna, o que deverá ocorrer em função da unificação das 3 emprêsas da SUNAB, com a C.F.P. à frente do grupo.

CAFE:

A política do café, por muitos incompreendida, vai aos poucos mostrando sua eficácia. As 18 milhões de sacas exportadas são um atestado eficiente do seu acêrto, ao qual se deve creditar ainda o seguro e necessário programa de erradicação e diversificação cafeeira, que estimam seus responsáveis, deverá arrancar 450 milhões de pés, correspondendo a uma redução de produção da ordem de 6,5 milhões de sacas. A obtenção dêste resultado, e a decorrente implantação das culturas de gêneros de alimentação na área de erradicação — uma das causas do aumento da produção agrícola previsto — atestam a eficiência do programa. Lenta e persistentemente, leva o I.B.C. avante um dos mais sérios programas cafeeiros de que se tem notícia no Brasil.

Ainda no tocante a café, é indeclinável dever citar-se a ótima atividade que vem exercendo a Cooperativa Central de Cafeicultores da Mogiana, que com a necessária ajuda internacional (está presente em muitos outros campos da agricultura também), vêm transformando a face da antigamente superada e hoje, graças a seu esfôrço, quase recuperada cafeicultura da região Mogiana de São Paulo e Sul de Minas.

E o tipo de atividade cujo amparo governamental só poderá fazer duplicar os bons frutos que já estão sendo colhidos.

O CREDITO AGRICOLA:

No que toca ao Crédito Rural praticado pelo maior agente financiador do Govêrno, o Banco do Brasil, podemos dizer que o ano não foi dos mais brilhantes. Uma redução sensível no volume de contratos (ainda "suficientemente" burocratizados), foi ponto marcante na atividade creditícia daquele estabelecimento. Paralelamente, também o FUNAGRI caminhou pouco, frustrando de certa forma a imensa expectativa de solução definitiva, que teòricamente semelhava tão bem estruturada; reconhecemos no entanto que para êste pequeno progresso observado, há fatôres extrínsecos determinantes; que, removidos, reempresiarão a desejável esperança de melhor funcionamento do Crédito Rural Brasileiro, pois o esquema, é bom, bem como o pessoal que comanda aquêle Fundo específico; resta esperar. Recentemente a indicação de um dos grandes nomes da agricultura brasileira — João Napoleão de Andrade — para chefia da CREAI, trouxe alento aos usuários do crédito agrícola oficial, sendo mesmo notada uma reação favorável quanto às medidas iniciais postas em prática. No campo portanto há, malgrado o menor brilhantismo já apontado, perspectivas de melhoria para o próximo ano.

Quanto ao trabalho desenvolvido pelo Banco Nacional de Crédito Cooperativo, observou-se a mesma trajetória ascendente vista anteriormente, sendo considerável o índice de aplicações de 73 bilhões de cruzeiros, o dôbro do ano anterior, que asseguraram àquele Banco especializado a segunda colocação como agente financiador do meio rural brasileiro. A par dêste esplêndido trabalho de aplicação, ainda obteve a direção do BNCC a aprovação de sua proposta de reformulação da entidade, consagrada pelo Decreto-Lei n.º 60, dando à mesma a esperada autonomia de ação consagrando os saudáveis princípios da Sociedade Anônima ao Banco, que será passado às mãos das próprias cooperativas, em prazo determinado.

No plano estadual, voltou-se a destacar o Banco do Estado de São Paulo como o mais importante agente financeiro não federal, fruto da melhor equipe em crédito agrícola de que se tem conhecimento, presentemente, no Brasil. Já os bancos privados, em virtude da própria orientação do Banco Central, tiveram seus volumes de aplicações rurais reduzidos, tendentes mesmo à insignificância, em uma verdadeira burla ao princípio legal contido na Lei que institucionalizou o Crédito Rural (Lei n.º 4 829 de novembro de 1965) o que obriga êstes agentes financeiros a aplicarem 10% de seus depósitos nesta atividade; disto resultou uma redução, no meio rural brasileiro, de investimentos superiores a 1 trilhão de cruzeiros. O número tem tal eloqüência em si, que torna inútil consideração a respeito. De passagem, cumpre citar o esfôrço despendido pela Comissão Consultiva do Crédito Rural, do Conselho Monetário Nacional, apresentando oportunamente a sugestão de regulamentação dos citados 10% bem como projetos da maior relevância, como o que institui os novos instrumentos de comercialização agrícola (letras cooperativas e duplicata rural), também aguardando que o Conselho Monetário Nacional possa dispor de alguns minutos para olhar pela agricultura brasileira, participante, se ninguém se lembra (e com alto percentual), da geração da riqueza nacional. Mas cabe também, convém dizer, à própria agricultura, parte de culpa nestes fatos, pois ela jamais se mostrou capaz de reivindicar (como fazem indústria e o comércio) as soluções para seus problemas. Em traços ligeiros, é o que se pode dizer do crédito rural no ano findo.

ESTÍMULOS ESPECÍFICOS

No concernente aos denominados insumos agrícolas, enquanto o Ministério da Agricultura desenvolve lentamente seu programa de produção de sementes, merecem comentários especiais os aspectos concernentes às políticas específicas de fertilizantes e de mecanização agrícola. Na primeira, houve um corretíssimo passo governamental com a instituição do Fundo de Estímulo ao Uso de Fertilizantes e Elementos Minerais, conhecido como FUNFERTIL. A lentidão e a incerteza com que se iniciou o programa não esconderam um razoável bom sucesso do mesmo, destinado daqui por diante a resultados cada vez mais expressivos. Se no tocante ao consumo em si dêstes produtos o panorama é bastante saudável, já o mesmo é difícil dizer quanto a sua produção. Destacam-se dois aspectos importantes neste campo, a merecer comentários. Primeiro, é o esperado lançamento no mercado produtor brasileiro do grupo ULTRA, associado à Philips Petroleum, que terá em 1970 implantada sua indústria de fertilizantes, objetivando o mercado interno; certa apreensão no entanto, quanto a determinados aspectos contratuais, deverá ser considerada e finalmente superada, para tranqüilidade dos demais produtores e consumidores e garantia do interêsse nacional. Em segunda análise é estranho o silêncio que se fêz sôbre a descoberta do sal-gema nos campos de Carmópolis, em Sergipe, já ocorrido há mais de ano. Sendo o Brasil importador de todo potássio que consome, não se entende como aquela descoberta, que se utilizada nos daria meios de atendimento ao consumo nacional (e possível exportação) daquele elemento básico na adubação, permanece oculta com reais prejuízos a todos. Seria de todo desejável que a Petrobrás cuidasse do petróleo e entregasse a emprêsas privadas (ou mesmo à Alcalis) a exploração das jazidas de Sergipe.

Com respeito à mecanização, são bem menos alentadores os resultados. Parece mesmo que, não entendendo que mecanização e adubação só se mostram eficientes quando associadas, especialmente nas regiões econòmicamente mais adiantadas, o Govêrno fêz pouco empenho no desenvolvimento do setor. Registre-se a contribuição efetiva da Resolução n.º 8 do Conselho Monetário Nacional, como medida correta, mas de menor eficiência sem a necessária complementação. Enquanto isto, seguem as fábricas vendendo pouco e contabilizando "em vermelho", algumas com expectativa até de encerrarem suas atividades. E mesmo a decantada (e saudável) importação de colhedeiras da Dinamarca e Polônia, arrastando-se há 10 meses, são outras tantas demonstrações da insensibilidade governamental à importante problemática da mecanização agrícola. O que se espera do Govêrno no campo, é que crie, um Fundo de Financiamento de Tratores, Implementos e Máquinas Agrícolas, com juros compatíveis e na sistemática tradicional dos fundos já existentes, estando apto a resolver esta situação difícil em que está mergulhada a mecanização de nossa agricultura.

Ainda no que respeita aos estímulos específicos, convém citar a apresentação pelo Brasil, de um projeto de desenvolvimento da nossa pecuária, e que teve a melhor recepção junto ao Banco Mundial. Trata-se de uma solicitação de US$ 50 000 000, que adicionada à contrapartida brasileira, garantirá um montante global ao programa (ao dólar de hoje) de 220 bilhões de cruzeiros. Já estiveram no Brasil as missões daquele Banco que avaliaram e reavaliaram o projeto, sendo esperada sua assinatura para o início dêste ano. Simultâneamente, tem-se conhecimento de que outras áreas não aquinhoadas com êste projeto estão se dirigindo a outras agências internacionais de financiamento, fato auspicioso, e que demonstra grande maturidade da mentalidade de "projeto" já vigorante entre nós.

EXPORTAÇAO DE PRODUTOS AGRICOLAS

A menor safra, já assinalada anteriormente, não permitiu que o setor agrícola (exceto o café), pudesse participar mais ativamente do movimento exportador. Mesmo assim a boa saída de milho, em melhores condições mesmo que no ano anterior, foi um ponto estimulante para o meio rural. Também a colocação do arroz gaúcho no mercado externo, em pequenas quantidades trouxe saldos positivos. Soja, couros, enlatados e outros produtos tiveram, de resto, participação no mercado internacional.

Quanto ao café, o preenchimento da quota brasileira no mercado externo é fato auspicioso e define a segurança da política cafeeira do Govêrno, que é mais eficiente que rígida, crítica (ou elogio?) que muitos têm dirigido ao atual esquema cafeeiro nacional.

Em geral, dois marcos foram plantados na política de exportação brasileira, que merecem especial registro.

O primeiro, foi a criação do Conselho de Comércio Exterior (CONCEX), que em lei específica fixou as linhas mestras da sistemática de exportação, reservando ao Conselho, por meio de Resoluções, a necessária flexibilidade do esquema, adaptável às circunstâncias do momento. O outro aspecto, complementar, foi a implantação de nova direção na CACEX, que perfeitamente entrosada com a esquemática do CONCEX, permitiu uma consolidação de esfôrço nesta área de tanto interêsse na economia nacional.

ATUAL ADMINISTRAÇAO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

A pequena gestão do atual Ministro Severo Gomes no Ministério da Agricultura, pela própria exigüidade do tempo, pouco tem a prometer de mais amplo. Mesmo assim, poderá deixar registrados nos anais da Casa, se desejar, dois feitos de vulto no âmbito estrutural. O primeiro, seria a instalação da COSAGRI — Companhia Brasileira de Serviços Agrícolas — que, criada em Lei, aguarda o momento para existir de fato, englobando diversas atividades de relêvo e proporcionando uma forma eficiente e não onerosa aos cofres públicos de prestação efetiva de serviços aos agricultores brasileiros. Se já estivesse em ação, certamente a penosa trajetória do processo de importação da máquina já citado, teria sido grandemente reduzida.

A segunda iniciativa, pioneira, de certo, visaria à reestruturação do Instituto Nacional do Mate. Processo já em marcha, quase pronto mesmo, seria a chave da transformação de todos os institutos existentes, e conforme a filosofia da própria Reforma Administrativa, em órgãos de ação eficiente e simplificada, capazes de dinamizar a atividade econômica que lhes diz respeito.

Registre-se como fato de importância, na atual administração da Agricultura, o lançamento do Atlas Florestal, obra de grande vulto, concebida ao longo de mais de 20 anos de esforços, cuja publicação vem alcançando grande destaque.

PERSPECTIVAS FUTURAS

A safra que se aproxima tem sido vista com grande otimismo. Malgrado informações recentíssimas de sêcas e chuvas em época não própria, é lícito esperar-se um resultado bem mais animador que o observado na última colheita que tivemos.

Politicamente, a presença de nova equipe de Govêrno a partir de março deixa uma incógnita nos destinos da agricultura oficial: poucos nomes têm sido levantados para ocupar a Pasta da Produção e os citados são de menor importância.

Mas antes de tudo, o que nossa agricultura espera é o paulatino afastamento de São Pedro, grande responsável pelas ótimas colheitas que temos tido (e também pelas menos bem sucedidas), em prol de uma verdadeira política agrícola nacional, bem definida, estruturada e executada. Política onde a técnica específica, associada à necessária Informação Agrícola (existe no Brasil uma excelente equipe neste ramo), tenha o amparo da capitalização econômica fundamental às propriedades produtivas, (distante do conceito irrealista da propriedade familiar). Onde os insumos estejam a tempo e a hora nas mãos dos agricultores, mormente a máquina, a semente e o fertilizante, e devidamente amparado o homem rural, numa estrutura de crédito eficiente (é só cumprir a lei), para que não sejamos obrigados a entregar nossa sorte nas mãos do "Santo manda-chuva" que um dia poderá estar de mau humor conosco.

IMIGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

1. INTRODUÇÃO

Um dos grandes problemas com que se defrontam os países em desenvolvimento é a existência de uma grande massa de pessoal desempregado ou subempregado, cujo aproveitamento efetivo não pode ser obtido na fôrça de trabalho devido à sua total falta de formação profissional.

Paradoxalmente, o fenômeno tem sido agravado nos últimos 20 anos. As campanhas sanitárias e outras medidas paralelas, diminuindo a taxa de mortalidade nesses países, elevou consideràvelmente a taxa de crescimento populacional. No Brasil, esta taxa passou de 2,38% anuais, no período 1940-1950, para 3% anuais, no decênio seguinte. Sabendo-se que no decênio 1950-1960 o PIB brasileiro cresceu a 5,2% anuais, pode-se perceber a extraordinária repercussão do crescimento demográfico sôbre o nível de vida.

Ora, para que o País possa absorver satisfatòriamente os novos contingentes populacionais, é essencial que uma inversão maciça seja feita nos recursos humanos, melhorando não apenas as condições médicas, alimentares e habitacionais da população, mas também os sistemas de educação e formação profissional. É interessante observar que esta melhoria no fator humano não é apenas essencial para os países subdesenvolvidos: mesmo nos países mais desenvolvidos, o produto tem crescido mais ràpidamente do que o insumo dos fatôres de produção, graças aos progressos alcançados na técnica e na formação da mão-de-obra, bem como às melhoras introduzidas na administração e na organização do trabalho, o que indica o caráter fundamental do capital humano no processo de desenvolvimento.

2. IMPORTAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA QUALIFICADA

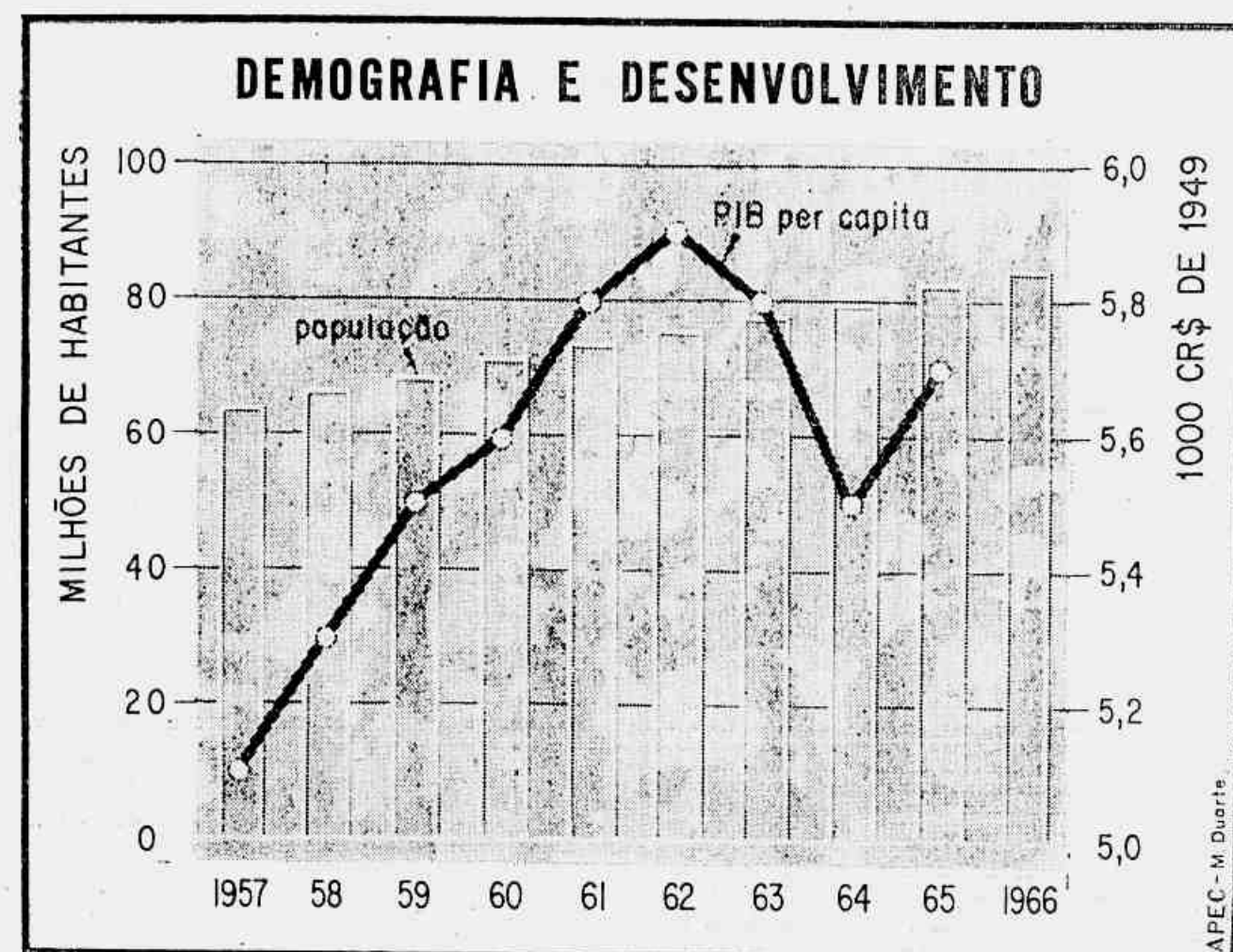
Calculou-se que para manter uma taxa apropriada de desenvolvimento, é preciso que a mão-de-obra de médio e alto níveis aumente duas ou três vêzes mais que o conjunto da fôrça de trabalho. Esta mão-de-obra é a mais escassa nos países em desenvolvimento e por mais rápidos que sejam os programas de formação acelerada dêstes tipos de qualificação, êles não surtirão efeito imediatamente.

Assim, parece inevitável que êsses países tenham que suplementar os seus estoques de mão-de-obra qualificada com a ajuda do estrangeiro. Isto pode ser feito por duas maneiras: através dos programas de assistência técnica ou através da imigração seletiva. A segunda maneira se apresenta mais vantajosa, se considerarmos o problema a longo prazo, devido aos fenômenos da assimilação, da multiplicação e da transfertilização cultural.

3. DEMANDA E OFERTA DE IMIGRANTES

Um dos primeiros problemas a ser enfrentado pelos países em desenvolvimento, com relação a programas de imigração, está no fato de que não existe no mercado internacional o número de imigrantes necessário para atender às suas necessidades de mão-de-obra. Em 1964, por exemplo, o CIME só estava em condições de enviar ao Brasil cêrca de 250 trabalhadores especializados, número insignificante comparado com a demanda brasileira para êste tipo de mão-de-obra. O Mercado Comum Europeu tem absorvido a maior parte dos imigrantes em potencial da Europa, oferecendo-lhes níveis de remuneração e benefícios previdenciários com os quais o Brasil não está em condições de concorrer.

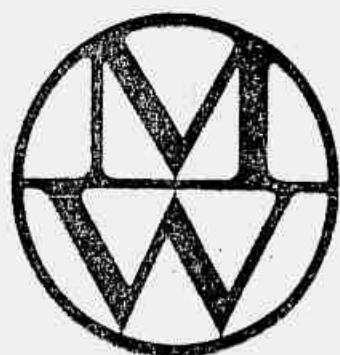
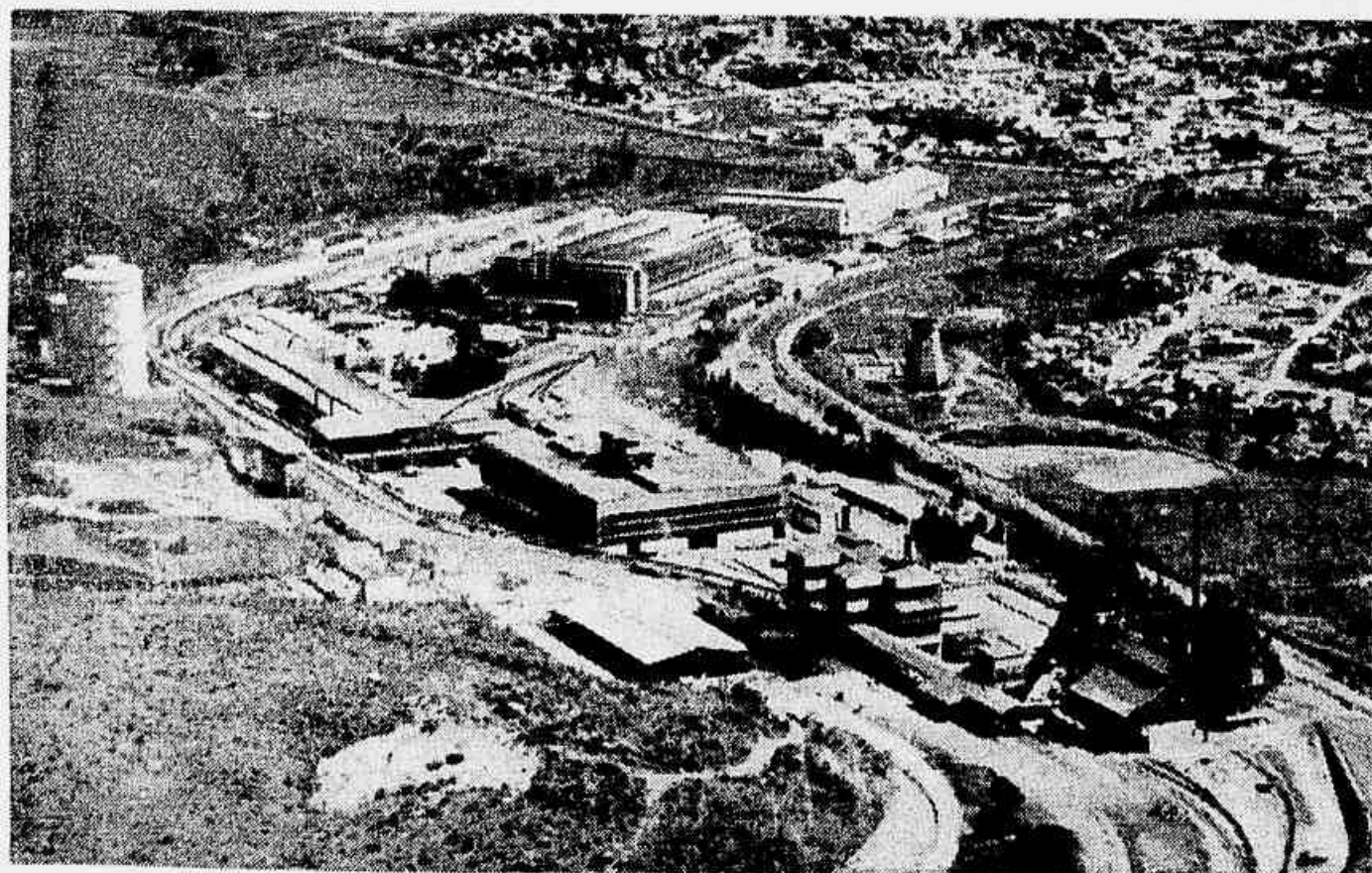
A solução para êsse problema parece estar na ampliação das frentes de recrutamento de imigrantes, levando-as à Ásia e à África em busca de novos mercados. Evidentemente, os imigrantes aí obtidos não terão o mesmo nível de qualificação dos europeus, mas contingentes bem expressivos poderão ser captados para o preenchimento de deficits de mão-de-obra menos qualificada.

Deve ser ainda observado que o Brasil não dispõe, por enquanto, de uma estrutura administrativa bem preparada para os serviços de recepção e colocação de imigrantes. Segundo dados do Serviço de Seleção de Imigrantes na Europa, do Ministério das Relações Exteriores, no período entre 1 de julho de 1965 e 31 de março de 1966, era de 784 pessoas a oferta de mão-de-obra qualificada européia para o Brasil, sendo aproveitadas apenas 356. Desta maneira, ao lado do esfôrço no sentido de ampliar a oferta de imigrantes para o País, uma reestruturação dos serviços internos de aproveitamento dos imigrantes deve ser empreendida para que o mecanismo funcione com bom resultado.

4. MIGRAÇÃO PARA OS PAÍSES DESENVOLVIDOS

Um dos fenômenos migratórios da atualidade é o *brain drain*, pelo qual os elementos qualificados das nações subdesenvolvidas ou em desenvolvimento desertam das funções que desempenham em seus países e vão enriquecer o estoque de recursos humanos das áreas desenvolvidas.

Durante o período 1953-1956, 59 704 profissionais, técnicos e trabalhadores qualificados foram admitidos como imigrantes nos Estados Unidos, representando 6,4% da imigração mundial nesse período. Dêsse total, 33% eram provenientes da Europa, 27% do Canadá e 40% do resto do mundo. Podemos admitir que dentro da categoria "resto do mundo" estão incluídos muitos países em desenvolvimento, que não podem se dar ao luxo de exportar êsses elementos.

A explicação para o fenômeno é simples e se basta na discrepância entre o produto social marginal do trabalho de um operário qualificado e a remuneração que êle pode obter. Nos países em desenvolvimento, o produto social marginal é grande, mas a remuneração é baixa, ao contrário do que acontece nos países desenvolvidos. Assim, no presente, o fluxo de mão-de-obra qualificada é maior para os países desenvolvidos que para os países em desenvolvimento, tendendo a fazer os primeiros mais ricos e os últimos ainda mais pobres.

Em resumo, uma política nacional de imigração deverá se preocupar também com o problema da emigração. Em têrmos gerais, qualquer política para atrair imigrantes e para reter o estoque doméstico de qualificações poderá demandar investimentos maciços, mas êsses investimentos serão infinitamente menores que os recursos alocados a programas de assistência técnica e, principalmente, que os investimentos em educação e treinamento, necessários à formação de recursos humanos equivalentes dentro do País.

URBANIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

H. J. COLE

1. PESQUISA TEÓRICA E APLICADA

A especulação teórica científica e a pesquisa são elementos básicos para a definição de **estratégias de desenvolvimento urbano**, entendendo-as como possíveis **aceleradores** de desenvolvimento econômico.

A pesquisa pura de instrumentos e métodos de planejamento deve ser acompanhada do respectivo treinamento dos **instrumentos humanos** (capital humano) para transformá-la em aplicada. É uma das grandes deficiências dos sistemas subdesenvolvidos.

Talvez encontremos a causa dessa situação num problema de **escala**. Mas, acredito que o problema de escala seja um problema mais de ordem cultural do que estrutural. Do ponto-de-vista pragmático, poderemos induzir o raciocínio no sentido de que se existe êste problema de escala, talvez em se adotando uma posição não ortodoxa, chegaríamos a realizar, através de um programa intensivo de pesquisa e treinamento, um desequilíbrio do sistema atual e assim aceleraríamos os processos de desenvolvimento.

2. UMA NOVA MANEIRA DE "PENSAR"

Até recentemente temos pensado de forma linear.

A cada ação isolada corresponde um resultado identificável. Entretanto, a complexidade da estrutura dinâmica das economias em desenvolvimento e desenvolvidas, não nos permite entender o fenômeno por êsse processo de raciocínio simplista. Precisamos compreender essa nova problemática que poderia ser identificada da seguinte forma: O conjunto de fenômenos que compõem o fenômeno **maior**, caracterizado em forma de país, região ou continente, que por sua vez, é parte de um sistema maior — o mundo é o entrelaçamento de vários processos sócio-econômicos e físicos. Uns afetam os outros, porém, se estudados são identificáveis como um complexo. Quando se reconhece uma parte dessa **trama**, damos-lhe o nome de **s i s t e m a**. Por sua vez, os sistemas podem ser combinados em **super-sistemas** ou divididos em **subsistemas** ficando a definição em função das necessidades de estudo ou do problema a resolver. Podemos falar em um sistema de transporte nacional, que é parte do **super-sistema** econômico do país ou do **subsistema** de circulação urbano, que é uma parte do sistema de transportes nacionais. Entretanto, o **sistema de circulação urbano** pode ser parte do **sistema urbano**, se êste é objeto do nosso estudo.

Uma vez definido o conceito de **s i s t e m a s**, que pressupõe várias interligações e relações com outros, podemos visualizar a grande dificuldade de como conseguir correlacioná-los. A forma de correlação, todavia, pressupõe uma análise quantitativa, pois a qualificação já foi, por definição, feita quando se delineou o sistema ou sistemas a estudar e resolver. Nesse ponto, são necessários processos de alta complexidade à sua natureza e devido à variedade de eventos a medir no espaço e no tempo, assim como sua dinâmica e evolução.

Temos, então, que contar com **instrumentos** adequados com que possamos trabalhar. É esta uma noção importante — o instrumento no sentido de **ferramenta** de trabalho do planejador. Os modelos matemáticos, o computador, as simulações são exemplos de instrumentos de planejamento.

O objeto principal do planejamento no ponto-de-vista operacional é o aperfeiçoamento do **Processo Decisão**. Para se chegar a melhores decisões no tempo e no espaço, é essencial que se imagine o processo de **desenvolvimento-programa**, no tempo, a que **direções** devemos conduzir o processo e a que **tempo** deveremos tomar esta ou aquela decisão, a fim de se chegar ao fim do programa preestabelecido. Essa conceituação seria a **estratégia** a seguir, com seus problemas **táticos** ou as decisões intermediárias que se deveras tomar ao longo da operação e ajustadas às condições imprevistas ou aleatórias que venham a ocorrer. A montagem **logística** é também importante. A alimentação do sistema na hora certa e em quantidade certa é essencial.

Para a montagem logística, temos **instrumentos** já em uso, como o PERT e o CPM combinados com **orçamentos-programa**. Êstes já estão sendo adaptados para os sistemas de desenvolvimento urbano, tomando emprestado da experiência empresarial e governamental.

Poderíamos, resumindo, dizer que para enfrentar o problema de desenvolvimento urbano dentro do objetivo central de acelerar o desenvolvimento sócio-econômico, teremos que abandonar as noções de Plano Diretor Físico, como fim, e os sistemas de contrôle físico urbano como meio.

A nova imagem é admitir os **sistemas urbanos** dentro dos **sistemas regionais nacionais** e êstes dentro do **sistema universal**.

Precisamos, assim, definir as **estratégias táticas** e o **apoio logístico para conseguir o objetivo final, ou seja o desenvolvimento sócio-econômico**. Tudo isso feito, tendo-se presente que **o processo decisão** deverá ser aprimorado no sentido de minimizar o êrro e diminuir seus **time-lags** no sentido de transformá-lo em um dos **aceleradores** do processo.

Para se alcançar essa nova forma de pensar, é necessário que se admita a busca de novas teorias, métodos e instrumentos e um preparo psicológico, abandonando preconceitos e posições irredutíveis, simplórias e convencionais.

Temos que abandonar os dualismos, tais como o homem e o meio de entendê-lo, como o **homem e meio**, um contexto único e estudar suas correlações.

Temos que procurar ver **processos** e não **coisas** isoladas.

As soluções de resolver o **óbvio** sem conhecer ou procurar estudar **o conjunto**, deverão ser abandonadas. Essa sistemática já nos proporcionou muitos gastos inúteis.

Às vêzes, resolver o **ó b v i o**, é criar problemas maiores. É olhar para o efeito, sem conhecer a causa.

Tudo, enfim, se engloba dentro das possibilidades trazidas pela automação, que se pode resumir em três aspectos principais, conforme diz **Sir Bagrit**: a Comunicação, a Computação e o Contrôle (1).

Entretanto, para têrmos instrumentos eficientes — temos que adaptá-los à nossa situação presente e, enfim, fabricar os instrumentos adequados à nossa situação. Para isso, temos que pressupor a existência da fábrica ou fábricas de instrumentos, que deveriam estar localizadas dentro de instituições típicas como universidades ou instituições, para pesquisa e treinamento em nosso País. Poderemos, então, preparar os instrumentos materiais e **capital humano** a nível operacional. Também formaríamos uma massa crítica **autóctone** que viria criar métodos e instrumentos próprios, ajustados à nossa problemática. Esta conceituação se resume em: **ampliação e extensão da inteligência humana**. **Podemos dizer que êsses instrumentais** seriam um conjunto de **processos de aceleração**. A nossa escala econômica a nível privado não dispõe de poupanças suficientes para aplicar em especulações teóricas dessa natureza. Cumpre, assim, ao Poder público criar as condições para que elas existam. Instrumentos de aceleração do processo de decisão são também muito importantes na modificação de **atitudes** e reformulação da nossa presente estrutura mental — a base de todo o processo de desenvolvimento. É essencial que tenhamos um fluxo de contatos, em tôdas as direções, com centros que estejam fazendo trabalhos ligados aos processos de decisão e aperfeiçoando instrumentos tanto no mundo desenvolvido como também no mundo subdesenvolvido. Há países como a Índia, Tunísia, Venezuela, Chile e Peru, que já estão operando nessa faixa. Uma vez criadas as ferramentas para se poder operar em têrmos de conjuntos de sistemas, isto criará grande alteração no nosso sistema de programação para o desenvolvimento. Mais uma vez se verificará um **momento** de decisão importante, que se traduzirá, uma vez adotada esta ou aquela ideologia, seja pragmática ou determinística, as suas conseqüências em têrmos de programação política e estratégia para o desenvolvimento. É importante notar aqui, de passagem, que o traço dominante no planejamento pragmático não é simplesmente uma forma de contrôle de processo. É sim uma forma criadora de facilidades para a mudança ou **mutação** de um processo corrente, não satisfatório. Exemplifiquemos êste tipo de raciocínio: Diz-se atualmente que o Brasil tem um sistema de produção superdimensionado em relação à sua capacidade de consumo. Tomemos emprestada a opinião de Leon Keyserling sôbre semelhante problema nos Estados Unidos. Êle o encara não como um **exemplo de capacidade ociosa estrutural**, mas sim como sendo o resultado de uma **demanda inadequada**. Pode ser esta resolvida, sugere, por cortes nos impostos ou por gastos públicos diretos no mecanismo de ampliação do consumo e por isso mesmo, ligados ao processo produtivo.

3. UM ESQUEMA PARA A AÇÃO

Após as especulações de ordem bastante teóricas acima, poderíamos sugerir um esquema de ação com relação ao processo de desenvolvimento urbano como um mecanismo disparador de desenvolvimento econômico. (2)

1.ª Fase: **Realização de pesquisas e treinamento** —

Pesquisas de ordem teórica, seguidas de pesquisa aplicada através de um processo de simulação em laboratório para sua respectiva **testagem**. Nesta fase pressupõe-se o engajamento de **capital humano, a fim de ser treinado e preparado como difusor dessa fase experimental, tanto teórica como aplicada e que sirva para disseminar os resultados obtidos pelo País afora.** Evidentemente, as instituições mais adequadas para êsse gênero de atividades seriam as universidades e as entidades de planejamento não viciadas pela estagnação, burocracia ou incapacidade técnica.

Imagina-se a forma de fazê-lo como o início de um intercâmbio entre os centros, onde já esteja em processo essa fase de pesquisa e aliciamento entre nós, daqueles indivíduos profissionais e técnicos já interessados na matéria.

Abre-se assim um nôvo campo de atividade profissional e tecnológica. **Uma vez montada esta primeira etapa**, teremos os instrumentos físicos, materiais e humanos para passarmos à fase de operação.

2.ª Fase: **A fase de ação** —

Esta fase de ação se delineia principalmente como um aprimoramento do processo decisório. Este, entretanto, é composto da interação entre o Poder Público e a iniciativa privada ajustados entre si. Uma vez montado o dispositivo de ação que se expressa através de políticas, estratégias, planos e projetos executados dentro dessa nova conceituação de planejamento e da implementação dêste planejamento, é necessário montar imediatamente a fase seguinte.

3.ª Fase: **Acompanhamento da ação** —

Esta mantém através de um processo **feed-back** o contrôle da ação e encaminha para os centros de pesquisa e decisão as testagens não mais em forma de simulação, mas já em forma de operação. Serão assim reavaliados tanto a nível de ação quanto a nível de pesquisa.

4.ª Fase: **Reavaliação do processo** —

Pressupõe já aí haver um conjunto somatório de experiências que possam ou devam ser introduzidas no modêlo de ação inicialmente adotado, a fim de que se façam as modificações ou ajustes necessários na ação inicialmente proposta.

5.ª Fase: **Modificação da ação inicial** —

Ajustada à nova realidade e manutenção do processo de planejamento nessa forma contínua, permanente e cíclica.

Temos sucintamente, um sistema composto para o processo de desenvolvimento — seja êle em escala urbana ou também em escala macro-regional e mesmo nacional.

Vejamos agora dentro do quadro institucional e do ponto-de-vista de formação de um sistema para o processamento do desenvolvimeno urbano, alguns exemplos que são de básica e considerável importância. O Banco Nacional de Habitação, que é, no caso do desenvolvimento urbano, uma peça fundamental, já tomou importantes providências em 1966. Podemos ver na evolução das suas ações, eventos que se concretizaram da seguinte forma:

1.º) Uma política de desenvolvimento urbano para o Brasil, projeto êste iniciado há aproximadamente um ano e que hoje está em fase final de negociação. Deverá entrar em operação em março de 1967.

Pressupõe esta **Política de Desenvolvimento Urbano para o Brasil**, o primeiro contato entre a realidade do desenvolvimento urbano e a problemática de desenvolvimento econômico do País. **Êste projeto tem características bastante interessantes, pois é um projeto financiado pelo BID-Banco Interamericano de Desenvolvimento.** (Note-se que em conseqüência de uma reavaliação de suas políticas, com relação aos problemas de financiamentos à habitação, rêdes de esgôto, águas e energia elétrica chegou à conclusão de que se examinar o problema de desenvolvimento urbano dentro de um critério de sistemas para desenvolvimento econômico, estaria esvaindo seus recursos sem atingir suas finalidades.) Supõe êsse projeto a participação de doze equipes brasileiras, realizando cada uma, o estudo de um setor do sistema de desenvolvimento urbano. Contará também com a colaboração de consultores nacionais e estrangeiros para sua realização.

2.º) Evento também importante nesse sistema para o desenvolvimento urbano, é o reequacionamento das funções do **SERFHAU** e a criação e aplicação do Fundo de Financiamento de Estudos, Programas e Projetos para o Desenvolvimento Urbano. Este fundo será administrado pelo BNH/ SERFHAU e atinge diretamente as micro-regiões do País, criando condições de planejamento semelhantes àquela que se faz a nível nacional e regional. É êste um instrumento importante e corresponde à criação de bases para um melhor processo decisório ao nível municipal, intermunicipal e micro-regional.

3.º) Importante também é a recomendação do Ministro do Planejamento para que sejam incluídos na presente Reforma Constitucional conceitos que atendam a nova problemática do desenvolvimento em nosso País, isto é, a criação de áreas de desenvolvimento e a criação de **áreas metropolitanas**. A finalidade é se reconhecer institucionalmente essas novas formas especiais nascidas do processo de transformação e desenvolvimento econômico por que passa o País. Do ponto-de-vista teórico, ainda o Ministério do Planejamento, através do EPEA tem-se preocupado com a matéria. Já está incluída no Plano Decenal, em final de elaboração, a definição de centros de polarização e pólos de desenvolvimento, assim como a definição de regiões homogêneas e a determinação de regiões-programa para o desenvolvimento.

Nota Final: Devemos, entretanto, ficar alertas contra a institucionalização estatizante como uma advertência final. Gostaríamos de deixar clara a nossa opinião. No momento em que uma série de instrumentos e eventos importantes se delineia dentro da política governamental, devemos estar vigilantes com relação à tendência usual brasileira de se procurar soluções através das regulamentações, tabelas e normalização de certos conceitos teóricos, evitar a flexibilidade pragmática e os ajustamentos necessários para o bom desempenho da atividade de planejamento. Entendemos planejamento como um processo, processo êsse que acompanha as modificações aleatórias, dentro do conjunto de sistemas que é um país. Uma vez aceita a tese do sistema capitalista, evitemos um excessivo poder centralizado de decisões. Devemos procurar um equilíbrio entre as decisões micro-econômicas e macro-econômicas a fim de que não haja uma imposição ou superposição exagerada de podêres e conseqüentemente uma sufocação das necessidades de ajustamento, em escala micro-regional e local, que são as células básicas do sistema sócio-econômico de um país e através das quais êle produz, vive e progride.

Temos hoje uma série de condições favoráveis. A atenção do Govêrno para a matéria através dos Ministérios do Planejamento e Interior, do EPEA, das entidades financeiras como o BNH/ SERFHAU e o BID no âmbito internacional. É necessário manter e ampliar a atenção sôbre êsse importante e urgente setor da vida nacional que, dia a dia, tende a se agravar, caso não se dê a mais alta prioridade.

A exploração urbana poderá se transformar no empecilho ao desenvolvimento econômico ou no veículo para uma sociedade afluente.

(1) — Sir Bagrit. **The BBC Reith Lectures** — 1964.

(2) — As bases de uma política de desenvolvimento urbano foram expostas, também, em **A Economia Brasileira e Perspectivas** — **APEC** — **vol. V, págs. 275 — 280.**

BANCO ANDRADE ARNAUD E A ATUAL CONJUNTURA ECONÔMICO-FINANCEIRA

O ano de 1966 marca a consolidação da posição conquistada pelo Banco Andrade Arnaud entre os 50 maiores estabelecimentos do País.

Infelizmente as severas mas necessárias restrições creditícias impostas pelas autoridades monetárias para debelar a inflação não conseguiram o êxito esperado sôbre o aumento do custo de vida, que atingiu a alta taxa de 41,1% tornando ainda mais reduzidas as nossas poupanças.

Apesar disso, não fôssem os efeitos negativos acima citados sôbre a economia do País, e consideraríamos o principal acontecimento do ano de 1966 a vitória que as autoridades governamentais obtiveram, ao conseguir pelo segundo ano consecutivo a redução do ritmo inflacionário que ameaçava solapar as nossas estruturas.

No gráfico aqui publicado, mostrando as variações percentuais anuais das emissões e do índice de preços nos últimos dez anos, vemos claramente que se passou de uma dramática e perigosa aceleração a uma brusca redução do processo inflacionário nos anos de 1965 e 1966.

Torna-se evidente ainda a existência de um forte descompasso entre a expansão monetária e a taxa de aumento de preços, que, elevando-se em ritmo mais acelerado que o influxo de novos meios de pagamento, produz fatalmente um baixo índice de liquidez, traduzido no agravamento do número de falências e concordatas.

Demonstrando que seu progresso não é mero fruto da inflação, mas conseqüência de uma administração planejada dentro da melhor técnica do sistema bancário, o Banco Andrade Arnaud soube adaptar-se a esta fase adversa, conseguindo o índice de 25,7% na expansão dos seus depósitos, taxa ligeiramente superior ao crescimento da moeda escritural no sistema bancário privado do País em 1966 (Vide *Apec* n.º 113). Prova de crescimento real no mercado é ainda o fato de que em 1962 seus depósitos correspondiam a 1,02% da moeda em circulação no País, contra 1,42% ao encerrar o balanço em 31-12-66.

POLÍTICA CREDITÍCIA

Para suavizar os efeitos da forte restrição de crédito imposta pelas autoridades monetárias, o Banco Andrade Arnaud tomou uma série de medidas em benefício dos seus habituais clientes.

Suas linhas de crédito foram reajustadas proporcionalmente ao crescimento dos depósitos, procurando-se dinamizar ainda mais sua eficiente forma de atendimento dos negócios propostos.

Assim, em 1966, 88,8% das aplicações do Banco Andrade Arnaud foram em benefício da indústria e do comércio, como demonstra o quadro abaixo:

Aplicação por setores — 1966	
Indústria	63,8%
Comércio	25,0%
Outros	11,2%

Contando-se as reaplicações, êstes recursos atingiram cêrca de 150 bilhões de cruzeiros em empréstimos durante o exercício de 1966.

FUSÃO DE SERVIÇOS BANCÁRIOS

Seguindo a orientação do Banco Central, foi realizada a incorporação do Banco Comercial e Industrial do Estado do Rio de Janeiro S/A, sob nosso contrôle acionário desde junho de 1966.

Com esta medida, o Banco Andrade Arnaud aumentou sua rêde de agência para 50 departamentos localizados na Guanabara, São Paulo e Rio de Janeiro.

Essa rêde de agências será redistribuída parcialmente, tendo em vista as necessidades imediatas e futuras da expansão da nossa economia.

CRÉDITO RURAL

Acompanhando os esforços governamentais para o aperfeiçoamento da estrutura do crédito rural, o Banco Andrade Arnaud vem desde algum tempo dedicando-se no financiamento da lavoura e pecuária, estando em fase de criação sua Carteira de Crédito Agrícola.

BANCO DE INVESTIMENTO

Procurando alargar sua área de ação para as aplicações a médio e longo prazos, o Banco Andrade Arnaud participa do recém-criado Banco de Investimento e Desenvolvimento Industrial S/A — INVESTBANCO, cujo capital social é integrado por seis bancos nacionais que detêm mais de 60% das ações, e pelas seguintes instituições financeiras do exterior: Banca Nazionale del Lavoro, First National City Bank, Hill Samuel & Co. Ltd. e Union des Banques Suisses.

UM BANCO DINAMICO

Pioneiro na introdução do sistema de pagamento de cheques *Direto-ao-Caixa*, e do processamento de dados integrado com uma eficiente rêde de teletipos, o Banco Andrade Arnaud procura ainda aperfeiçoar seus serviços, colocando-se dentro dos métodos mais modernos oferecidos nos serviços bancários, tendo como ideal sobretudo *A qualidade, e não apenas a quantidade.*

SINAL S.A.

SOCIEDADE NACIONAL DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS

Avenida Rio Branco n.º 115 - 4.º andar — Rio de Janeiro - GB

CARTA DE AUTORIZAÇÃO N.º 145

CADASTRO GERAL DE CONTRIBUINTES — Inscrição n.º 33.222.241

RELATÓRIO DA DIRETORIA

Senhores Acionistas:

Cumprindo determinações legais e estatutárias a Diretoria da SINAL S. A. — SOCIEDADE NACIONAL DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS, representada por seu Diretor-Presidente infra-assinado, conforme estabelece o art. 17.º dos Estatutos Sociais, vem submeter à apreciação de V. Sas. o balanço geral e a demonstração da conta de "Lucros & Perdas" referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 1966, bem como o Parecer do Conselho Fiscal.

Os números apresentados demonstram fielmente o desenvolvimento da Sociedade que, muito embora tenha iniciado as suas atividades há menos de três anos, já se enquadra dentre as primeiras financeiras de todo o país.

No exercício findo, a Sociedade elevou o capital social para Cr$ 2.500.000.000, sendo que parte do aumento verificado foi com aproveitamento de resultado de exercícios anteriores. No balanço ora apresentado aos Acionistas, depois de feitas as reservas legais e técnicas, destacou-se um saldo da ordem de seiscentos milhões de cruzeiros que ficará à disposição da Assembléia Geral.

É, pois, com satisfação que a Diretoria se coloca à disposição de V. Sas. para os esclarecimentos de que necessitarem ao ensêjo da apresentação dos documentos ora mencionados.

Rio de Janeiro, 16 de janeiro de 1967
SYLVIO DE MAGALHÃES LINS
Diretor-Presidente

BALANÇO GERAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 1966

ATIVO

		Cr$	Cr$
A — DISPONÍVEL			
CAIXA			
Em Moeda Corrente		721.198	
No Banco do Brasil S. A.		1.908.906	
Em Outros Bancos		1.372.402.749	1.375.032.853
B — REALIZÁVEL			
Devedores por Responsabilidades Cambiais		4.842.300.000	
Devedores por Responsabilidades Cambiais — Correção Monetária		5.771.667.000	
Devedores por Contratos de Empréstimos		2.457.900.000	
Devedores por Contratos de Crédito Fixo — Resolução 21		7.963.117.098	
Títulos e Valores Mobiliários			
Obrigações do Tesouro — ORT	1.531.575.000		
Ações	659.568.274	2.191.143.274	
Títulos Descontados		206.950.000	
Devedores p/Empréstimos p/Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais — FINAME		143.319.252	
Depósitos à Ordem do BANCENTRAL		126.253.460	
Depósitos Especiais — BANCENTRAL		104.431.737	
SUDENE — Lei n.º 4.239		71.385.000	
Obrigações Reajustáveis — FIT		4.278.780	
Empréstimos Compulsórios		128.171	
Adicional Restituível — Lei n.º 1.474		53.056	
Outros Créditos Realizáveis		211.850	23.883.138.678
C — IMOBILIZADO			
Móveis, Máquinas e Utensílios		41.684.140	
Instalações		19.380.821	
Material de Expediente		5.352.029	
Marcas e Patentes		75.000	66.491.990
D - RESULTADO PENDENTE			
Despesas Diferidas			180.096.159
SUB-TOTAL			25.504.759.680
E - CONTAS DE COMPENSAÇÃO			
Ações Caucionadas		30.000	
Duplicatas Caucionadas		17.841.339.274	
Valores em Garantia		13.073.067.000	
Bancos Conta Cobrança		10.885.452.318	
Bancos Conta Caução		9.113.886.035	
Garantias de Crédito		8.438.580.924	
Títulos a Receber de Conta Alheia		196.182.552	59.548.538.103
			85.053.297.783

PASSIVO

	Cr$	Cr$
F - NÃO EXIGÍVEL		
Capital	2.500.000.000	
Fundo de Provisão	610.000.000	
Fundo de Reserva Legal	104.539.993	
Fundo de Reserva Especial	40.000.000	
Fundo de Amortização do Ativo Fixo	9.340.775	
Fundo de Indenizações Trabalhistas	4.278.780	
Correção Monetária do Ativo Imobilizado	1.652.855	3.269.812.403
G - EXIGÍVEL		
Outras Responsabilidades		
Títulos Cambiais	6.040.700.000	
Títulos Cambiais — Correção Monetária	5.771.667.000	
Operações Refinanciadas — Resolução 21	8.243.117.098	
Operações Refinanciadas — FINAME	151.798.377	
Créditos Especiais	903.848.996	
Obrigações a Pagar	37.991.409	21.149.122.880
H - RESULTADO PENDENTE		
Receita para Semestres Futuros	485.628.193	
Lucros & Perdas	600.196.204	1.085.824.397
SUB-TOTAL		25.504.759.680
I - CONTAS DE COMPENSAÇÃO		
Caução da Diretoria	30.000	
Credores por Caução de Duplicatas	17.841.339.274	
Depositantes de Valores em Garantia	13.073.067.000	
Duplicatas em Cobrança	10.885.452.318	
Títulos em Caução	9.113.886.035	
Créditos Garantidos	8.438.580.924	
Depositantes de Títulos a Cobrança no País	196.182.552	59.548.538.103
		85.053.297.783

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1966

SYLVIO DE MAGALHÃES LINS	JOSÉ RANGEL DE ALMEIDA	DELPHIM SALUM DE OLIVEIRA	JAILTON JACINTHO DA SILVA
Diretor-Presidente	Diretor-Superintendente	Diretor	Contador - CRC - GB - 8505

DEMONSTRAÇÃO DA CONTA DE "LUCROS & PERDAS"

DÉBITO

	Cr$	Cr$
Despesas Gerais	175.072.446	
Gastos de Material	4.997.665	180.070.111
Despesas de Operação		12.065.344
Despesas Patrimoniais		9.078.987
Impostos		97.179.004
Comissão sôbre Refinanciamentos — Resolução 21		100.848.666
Juros sôbre Refinanciamentos — Resolução 21		222.855.482
Fundo de Amortização do Ativo Fixo		3.264.098
SUB-TOTAL		625.361.692
Fundo de Reserva Legal	37.459.573	
Fundo de Provisão	610.000.000	
Fundo de Reserva Especial	10.000.000	
Saldo à Disposição da Assembléia Geral	600.196.204	1.257.655.777
		1.883.017.469

CRÉDITO

	Cr$	Cr$
Lucros em Suspenso — Reversão		11.728.410
Receita de Operações		231.275.383
Receita Patrimonial		261.273.146
Renda de Títulos e Valores Mobiliários		294.884.124
Descontos		4.965.604
Comissões Diversas		37.395.156
Juros sôbre Financiamentos — Resolução 21		440.646.980
Comissões sôbre Financiamentos — Resolução 21		100.848.666
Fundo de Provisão — Reversão		500.000.000
		1.883.017.469

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1966

SYLVIO DE MAGALHÃES LINS	JOSÉ RANGEL DE ALMEIDA	DELPHIM SALUM DE OLIVEIRA	JAILTON JACINTHO DA SILVA
Diretor-Presidente	Diretor-Superintendente	Diretor	Contador - CRC - GB - 8505

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os abaixo assinados, membros do Conselho Fiscal da SINAL S. A. — SOCIEDADE NACIONAL DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS, desempenhando as atribuições que lhes são conferidas por lei e pelos Estatutos Sociais, compareceram à sede da Sociedade para exame do Balanço Geral, da Demonstração de Contas de "Lucros & Perdas" e de demais documentos referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 1966. Após o necessário exame e verificação dos mencionados documentos, chegaram à conclusão de que tudo se encontrava em ordem, razão por que emitiram parecer favorável no sentido de serem aprovados pelos Senhores Acionistas em Assembléia Geral a ser oportunamente convocada.

Rio de Janeiro, 16 de janeiro de 1967

ANTÔNIO CARLOS DE ALMEIDA BRAGA — OLAVO FERREIRA LEITE — GERALDO LARA DE AQUINO

GENTE DEMAIS IMPEDE O DESENVOLVIMENTO

GLYCON DE PAIVA

Estudos econômicos dêstes últimos 20 anos, relacionados com o condicionamento demográfico das populações nacionais, têm evidenciado o seguinte resultado:

"A parcela das poupanças nacionais, aplicada no retardamento deliberado do crescimento da população, acaba por se traduzir em têrmos de desenvolvimento econômico com eficiência maior, algumas centenas de vêzes, do que o faria se alternativamente investida na busca direta dêsse desenvolvimento".

Essa conclusão foi relembrada por **Enke**, em contribuição ao **The Economic Journal**, número 301, volume LXXVI, da Royal Economic Society, de março de 1966. É objetivo dêste artigo explicar como isto acontece e de que maneira podem, os países subdesenvolvidos e populosos como o Brasil, tirar partido dessa descoberta.

Apoiando-se nela, sete países subdesenvolvidos fizeram o próprio plano de desenvolvimento centrar-se em tôrno de objetivos demográficos predeterminados, condicionados, mas não compulsórios — Japão, Índia, Paquistão, Formosa, Coréia, Ceilão e Turquia. Um dêles já atravessou a fronteira para o desenvolvimento, auxiliado pelas técnicas de retardamento do crescimento demográfico, que a população, expressamente instruída e influenciada, vem praticando por conta própria, livremente, desde 1948. Hoje, apresenta êsse país, o Japão, dos mais altos índices de aumento do produto nacional em todo o mundo.

Dois dêles, Formosa com 12 milhões de habitantes, e Coréia do Sul, com 28 milhões, vêm apresentando taxas anuais de desenvolvimento econômico tão elevadas, depois que as respectivas populações livremente se engajaram em política demográfica condicionada, que irão atravessar a fronteira para o desenvolvimento dentro de um qüinqüênio. Resultados semelhantes se aguardam para a Turquia e para o Chile, (a primeira nação da América do Sul a, oficialmente, render-se à evidência), ambos em condições de cruzar o limite entre subdesenvolvimento e desenvolvimento com grande rapidez.

Apesar da seriedade com que encaram a aplicação de programas de demografia condicionada, a Índia e o Paquistão, com altos excedentes populacionais em relação à própria economia, não conseguirão tais resultados tão fàcilmente.

É que êsses países custaram a se decidir; deixaram acumular enormes excedentes populacionais irredutíveis (200 milhões de habitantes na Índia e 40 milhões no Paquistão), absolutamente intratáveis pelo mecanismo do investimento puro e do planejamento da sua aplicação (sôbre o mesmo problema, V. **Natalidade e Desenvolvimento** — em **A Economia Brasileira e suas Perspectivas** — II, 196 3— págs. 251-255).

É muito fácil explicar o que acontece:

1 — Com a taxa de natalidade habitual em 90 países subdesenvolvidos do mundo, 45 nascimentos por ano para cada 1 000 habitantes e com a taxa de mortalidade igualmente controlada, tanto nos 35 países desenvolvidos como nos subdesenvolvidos, cêrca de 15 mortes por 1 000 habitantes (isto, pelo emprêgo generalizado de antibióticos e germicidas) a população dos subdesenvolvidos dobra cada 25 ou 30 anos, **e com ela dobram os problemas nacionais sem que o povo e o govêrno tenham tempo de resolvê-los. Surgem destarte dívidas sociais não liquidáveis por impossibilidade física e financeira de fazê-lo.**

A mais extensiva das dívidas sociais brasileiras é a habitacional, que se mede por 2,5 milhões de unidades urbanas e 4,5 milhões de unidades rurais. Ao preço de 5 000 dólares (10 milhões de cruzeiros) por casa, incluindo economias externas para servi-las, essa dívida habitacional montaria a 35 bilhões de dólares, **quantia superior a todo o estoque de capital existente no Brasil,** o que evidencia a impossibilidade acima anunciada.

Apenas para atender ao crescimento vegetativo e à reposição do desinvestimento com habitações obsoletas, será preciso construir 400 000 unidades habitacionais por ano, ao custo de 2 bilhões de dólares, **quantia igual à metade da poupança nacional possível.** Isto quer dizer que nem o atendimento do crescimento poderá ser cuidado e que a imensa dívida habitacional brasileira de 7 milhões de unidades residenciais vai crescer à razão de 200 ou 300 000 casas urbanas por ano ou 1,5 bilhão de dólares nesse período.

Outra dívida social, nacional, não liquidável, é a educacional. Veja-se, por exemplo, a mão-de-obra brasileira, 25 milhões de pessoas, contando com 10 a 12 milhões de analfabetos. Considere-se o propósito de alfabetizar esta parcela, e o de aperfeiçoar os conhecimentos daquela, preparando-as, ambas, para o treinamento profissional sistemático, **on the job,** que lhes dê mais produtividade, de modo a, com isso, aumentar substancialmente o produto nacional.

Se se quiser programar essa gigantesca tarefa para ultimá-la em um qüinqüênio — serão necessários 60 000 professôres e um bilhão de dólares por ano.

Restaria ainda, para completar a tarefa educacional, a juventude de 6 a 20 anos. Seriam outros 25 milhões de pessoas, das quais a metade é atendida com o tipo de educação que o meio brasileiro atualmente pode oferecer.

Há pois mister de dobrar o número de mestres, mais 150 000 professôres, e acrescer mais 2 bilhões de dólares por ano ao esfôrço educacional nacional.

Em resumo, só para cuidar convenientemente da educação, mesmo abandonando todos os outros problemas de investimento (energia, estradas, fábricas, fazendas etc.), a poupança nacional não propiciaria os 4 bilhões de dólares por ano necessários ao atendimento razoável do setor educativo.

A existência de dívidas sociais não liquidáveis por impossibilidade física e financeira, caracteriza a situação chamada **excedente populacional irredutível sôbre a economia,** evidenciando que êsses problemas não podem ser resolvidos pelo instrumento elementar dos investimentos, mas pela regulação do crescimento demográfico; pela diminuição essencial de demanda de habitação e de educação até que o excesso populacional se resolva, biològicamente, e o crescimento econômico tome dianteira veloz sôbre o crescimento demográfico e com luz cada vez maior.

De fato, como a renda **per capita** é o quociente da renda nacional pelo número de habitantes, é claro que, para aumentá-la, existem três maneiras. A primeira, fazer crescer apenas o dividendo, o que requer investimentos em obras públicas e privadas freqüentemente pesados; a segunda, retardar o crescimento do divisor, através de uma política visando à estabilização populacional; e, a terceira, exercer simultâneamente ambas as linhas de ação, fazendo crescer o dividendo e reduzindo o crescimento do divisor.

No Brasil, por exemplo, para se conseguir, só através de ação sôbre o dividendo, um enriquecimento **per capita** anual de 3%, é preciso inverter, no mesmo período, pública e privadamente, cêrca de 3,5 bilhões de dólares.

Se fôr preferida, todavia, a segunda maneira: divulgação e operação de tecnologia anticoncepcional, cêrca de 20 milhões de dólares apenas, 225 vêzes menos. Se ambas as técnicas forem simultâneamente aplicadas, a renda **per capita** crescerá de 6% ao ano, em vez de 3%, como previsto.

Essa coisa simples, mas, ao que parece, de difícil entendimento pelo público, foi claramente explicada pelo Presidente Johnson, em São Francisco, em 1965, na reunião comemorativa do estabelecimento da Carta das Nações Unidas:

"Cumpre agirmos levando em consideração que um pouco menos de cinco dólares aplicados na regulação de nascimentos vale tanto quanto 100 dólares investidos em desenvolvimento econômico."

Assim, a relação 225 para 1, que os técnicos chamam **superior effectiveness ratio** — relação de eficácia do processo de desenvolvimento econômico, conforme se adota o método de retardamento do crescimento demográfico, sôbre o de investimento puro, sem preocupação populacional, é muito mais evidente em país subdesenvolvido, populoso e de alta taxa de crescimento demográfico, caso do Brasil, do que no exemplo americano dado pelo Presidente Johnson (20 para 1). É evidente que desenvolvimento econômico se mede por mais casas de fôrça, mais estradas pavimentadas, mais fazendas tècnicamente lavradas, mais obras e fábricas de modo geral, mais serviços qualificados e diversificados de sua mão-de-obra. Os investimentos maciços em obras, universidades, escolas de treinamento e assimilados, para refazer o estoque de capital do país, parcialmente desinvestido, e aumentá-lo, tem naturalmente que continuar, mesmo na presença de um programa inteligente de retardamento do crescimento demográfico. Todavia, mediante programa de estabilização populacional simultâneo com a execução de um plano desenvolvimentista, duplica-se o crescimento da renda **per capita** e ainda se obtém crescimento, mesmo naqueles anos em que as poupanças destinadas a investimento forem ocasionalmente reduzidas.

Exemplifiquemos ainda, para perfeito entendimento, com o que se chama **valor do não nascimento:** isto é, com o valor atual das despesas de sustento de uma vida humana até o 15.º ano de idade, época em que uma pessoa pode auto-sustentar-se.

Êsses valôres calculados variam naturalmente com o padrão de vida do povo se se encontram na tabela abaixo:

Renda per capita do povo US$	Valor atual do não nascimento US$
100	384
250	960

Assim, no Brasil, com uma renda **per capita** pouco superior a 250 dólares, o simples fato de não nascer representa, para a sociedade, um ganho de 1 000 dólares.

Como o País acresce-se, inùtilmente, com 2,6 milhões de pessoas, perde por isso 2,6 bilhões de dólares por ano. Para ter acesso a todos êsses recursos para desenvolvimento bastará que, em vez de ocorrer uma gravidez em quatro mulheres férteis, como entre nós acontece, houvesse uma em doze mulheres. Uma providência pessoal dos casais em escala nacional, visando a êsse objetivo, pode conduzir a Nação a esta massa de financiamento cuja parte os países subdesenvolvidos apenas agora descobriram.

Essa estimativa do valor atual para a economia nacional de um **não nascimento,** cêrca de mil dólares no caso brasileiro, significa, como explicado, ausência de despesas com consumo de bens e de serviços normalmente exigidos por uma pessoa até os 15 anos de idade, avaliadas no princípio do período.

A partir desta cifra, pode-se calcular o valor, para a economia nacional, em atrasar-se um nascimento humano de um, dois ou mais anos. É o que os economistas de população ora denominam de **retardamento natal.** Para calculá-lo, cumpre conhecer-se a fertilidade média nacional, isto é, o inverso da relação do número de mulheres grávidas existentes em determinada quantidade de mulheres férteis.

No Brasil existe uma mulher grávida para 3 ou 4 mulheres férteis, enquanto, na Suécia, para citar outro extremo, há uma mulher grávida em um grupo de 14 mulheres férteis. No caso brasileiro a fertilidade é de ¼ ou 0,25, e no caso sueco 0,07.

Assim, o **valor do retardo natal** de um ano, entre nós, orça pela quarta parte de mil dólares ou 250 dólares, enquanto, na Suécia, apenas por 140 dólares, porque êsse país já se livrou, pela menor fertilidade, da pressão demográfica que sofremos.

Pelo simples fato de uma família brasileira adiar, por um ano que seja, o nascimento de um filho, ajuda a si mesma e à economia nacional com o montante de 250 dólares.

Pode-se ainda perguntar qual o custo da prevenção de um nascimento, usando-se uma ou outra das sete técnicas anticoncepcionais presentemente disponíveis. As estimativas, feitas por **Enke** conduzem ao preço de custo unitário de 90 dólares por nascimento evitado quando se empregam pílulas hormonais e apenas 2 dólares quando se utiliza o **dispositivo** conhecido por DIU.

O quadro seguinte, igualmente de **Enke,** esclarece **o custo** de programas anuais de redução de fluxo de nascimentos, tendo em vista subordinação favorável a crescimento **encorajado** de produto nacional.

O quadro contempla oito países subdesenvolvidos, **entre os** quais o Brasil, com as respectivas populações em **1964,** o custo anual de um plano de desenvolvimento por investimentos, o custo anual de um plano de regulação de nascimentos e a relação entre custo de ambas as formas de promover o enriquecimento da população nacional.

Países subdesenvolvidos com excedentes populacionais trancando o desenvolvimento

	Índia	Paquistão	Brasil
1. População (milhões de hab.) ..	470	107	80
2. Custo anual do plano de desenvolvimento econ. (US$ milhões)	3 920	1 164	2 043
3. Custo anual do plano de regulação de nascimentos (US$ milhões)	47	11	8
4. Relação de custos 3/2	1,2%	1,0%	0,4%

Países em processo de cruzamento da fronteira para o desenvolvimento pleno

	México	Turquia	Coréia	Formosa
1. População (milhões de hab.)	40	30	28	13
2. Custo anual do plano de desenvolvimento econ. (US$ milhões)	412	538	105	140
3. Custo anual do plano de regulação de nascimentos (US$ milhões)	4	3	2,8	1,3
4. Relação de custos 3/2	1,0%	0,4%	2,7%	0,9%

Custa tão barato um programa de redução de nascimentos e tão significativos são seus resultados para o desenvolvimento econômico e social de qualquer nação, que **Enke** imagina um sistema de bonificações às famílias que pratiquem alguma forma de política anticoncepcional em benefício próprio e da nação.

A extensão da sugestão de **Enke** no caso brasileiro tomaria a forma seguinte:

"Art. 1.º — Se, em cada exercício, não ocorrer nascimento na família do trabalhador, ser-lhe-á concedido um salário família adicional.

Art. 2.º — Se ocorrer, em um exercício qualquer, um nascimento na família do trabalhador, ser-lhe-á cancelado um salário família adicional, porventura anteriormente concedido.

Art. 3.º — As bonificações de família concedidas até a data serão integradas nos vencimentos respectivos."

Com um dispositivo legal com êsse espírito, atingindo vinte milhões de famílias de trabalhadores se conseguirão os seguintes resultados:

1 — Despertar, no Brasil, o conceito de paternidade responsável;

2 — Aliviar a economia nacional de imensa carga de economias externas;

3 — Melhorar a pirâmide etária de modo a tornar solváveis as dívidas nacionais até agora irredutíveis de educação e de habitação.

Existem no Brasil, presentemente, 18 milhões de mulheres férteis (entre 15 e 48 anos de idade), das quais cêrca de 12 a 13 milhões donas-de-casa, em lares autônomos. Há, entre nós, uma mulher grávida entre 3 ou 4 mulheres férteis, do que resultam 5,3 milhões de concepções por ano.

Cêrca de 1,5 milhão de concepções são interrompidas por abôrto provocado, conforme levantamento procedido em 1965, sob a orientação do Prof. Rodrigues Lima.

Restam, 3,8 milhões de nascimentos, sendo que 1,2 milhão compensam a mortalidade anual brasileira e 2,6 milhões acrescem-se à população nacional.

Um programa de regulação de fluxo de nascimento, apoiado pela opinião pública, terá que objetivar êsses 5,3 milhões de mulheres que serão aconselhadas, uma semana **post-partum,** para instrução anticoncepcional e emprêgo do DIU.

Apesar das imperfeições da tecnologia anticoncepcional atualmente disponível, será possível, em dez anos, proteger a maior parte das mulheres brasileiras em faixa de fertilidade, ao sabor da livre manifestação de cada uma, no que lhes concerne servir-se ou não dela. Há promessas veementes de tecnologia anticoncepcional mais adiantada e capaz de atender à população feminina fértil do Brasil em prazo mais curto e assim abrir, por via de conseqüência, o caminho para o desenvolvimento franco, atualmente impedido pela explosão demográfica.

No Brasil, infelizmente, já se caracterizou um excedente populacional irredutível por investimentos, que avaliamos em 25 milhões de pessoas de excesso sôbre a economia praticada.

Essa situação, repetimos, já nos conduziu a duas dívidas sociais insolváveis, enquanto perdurarem as atuais constantes demográficas que comandam a expansão populacional descontrolada, vigente no País.

São elas, insistimos, a dívida habitacional avaliada em 2,5 milhões de unidades residenciais urbanas e 4,5 milhões de unidades rurais, dívida crescente, à razão de 400 000 unidades residenciais por ano.

A redenção dessa dívida é impossível, porque nem todo o estoque de capital existente no Brasil seria capaz de redimi-la. Tôdas as fôrças governamentais e privadas da construção mal construirão 100 000 unidades por ano, resolvendo, portanto, apenas a quarta parte do crescimento a que assistimos.

A segunda dívida nacional insolvável é a educacional. Há cêrca de 14 milhões de meninos para as 10 milhões de posições na escola primária; 400 000 posições para os 2 milhões de candidatos a ginásio; 150 000 posições para um milhão de candidatos a colégio; e 50 000 vagas universitárias para 150 000 aplicantes.

A dívida, além de ser de financiamento insolúvel, ainda o é por não contar com os 500 000 mestres que seriam necessários.

Encerramos êste artigo, que busca aplicar no Brasil os estudos do **Enke** no **The Economic Journal** do **Royal Economic Society,** de Londres, para o qual fomos atraídos por influência do eminente Mestre Eugênio Gudin. E o rematamos com a essência das sugestões de **Enke** nos **policy makers:**

I — Os recursos investidos em programas de redução de fluxos de nascimentos traduzem-se em aumento de renda da população com a eficácia cem vêzes maior do que o fariam tais recursos se diretamente investidos no processo de desenvolvimento;

II — Se um por cento das poupanças para investimento em desenvolvimento econômico fôr desviado para programas de redução de fluxo de nascimentos, o produto **per capita** crescerá duas vêzes mais rápido;

III — Há vantagens óbvias no pagamento de bonificação às famílias planejadas para paternidade responsável.

Inútil dizer que sem o apoio de um propósito decidido de estabilização populacional não haverá retomada franca de desenvolvimento, à altura das cifras pretendidas, tão necessárias à construção do Brasil, nem neste Govêrno, nem no próximo, nem em qualquer outro.

RÊDE FERROVIÁRIA RECUPERA SUAS FINANÇAS NOS DOIS ÚLTIMOS ANOS

A RECUPERAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA EM MARCHA

Os resultados obtidos em 1966 pela Rêde Ferroviária Federal indicam, claramente, que a Emprêsa, ultrapassada a situação extremamente difícil e quase pré-caótica encontrada em março de 1964, caminhou, com firmeza, no curso dêstes últimos anos, para a recuperação econômico-financeira, tendo dado, afinal, no exercício que se encerra, uma demonstração inconteste de vitalidade como emprêsa de transportes.

Como exemplo frisante, pode ser citado o escoamento das grandes safras agrícolas e do minério de ferro, que resultaram, no curso de 1965 e 1966, em significativo saldo no balanço de pagamento do comércio exterior. Por outro lado, só a Central do Brasil transportou no ano passado quase 6 milhões de toneladas de minério de ferro, a metade destinada às indústrias siderúrgicas nacionais e o restante à exportação. A recuperação da RFFSA, iniciada logo após a Revolução, é hoje um fato inegável e se vem processando em ritmo acelerado. Em 1963, para fazer face à despesa de custeio da emprêsa, juntavam-se a cada mil cruzeiros da receita própria realizada, Cr$ 2 800 de subvenção do Tesouro e essa cifra caiu para apenas Cr$ 900 em 1966, com inversão total e contínua no quadro anteriormente encontrado, para alívio da bôlsa de tôda a população brasileira.

As principais causas dessa melhoria foram a redução de cêrca de 15 mil empregados, principalmente por aposentadorias nos dois últimos anos; o treinamento de cêrca de 30 mil ferroviários; o aumento de 25% no transporte de carga, de 1963 para 1966; e o aumento da produtividade em toneladas quilômetros úteis por empregado, em mais de 35% no mesmo período. Em 1966, o relatório da RFFSA apresenta igualmente, ao lado de outros resultados expressivos, a condição superavitária de duas estradas de ferro e de uma subsidiária integrantes do seu sistema.

ÁREA DO PESSOAL

REDUÇÃO DO NÚMERO DE EMPREGADOS

A RFFSA, no que diz respeito à política de pessoal, manteve no exercício de 1966 o regime de austeridade adotado no biênio precedente. Certa de que a redução do efetivo do pessoal, ajustando-se às reais necessidades empresariais, correspondia a uma exigência significativa do saneamento financeiro da Rêde, a Administração atual apressou-a, sem entretanto descurar-se de objetiva adaptação e treinamento dos servidores aos objetivos de cada setor de trabalho.

Verificou-se, então, sensível decréscimo no vultoso número de servidores da Emprêsa, fenômeno que progressivamente se acentua em cada ano no triênio 1964/1966, tal como evidenciam os seguintes resultados:

	NÚMERO DE EMPREGADOS	DIFERENÇA S/ 1.963
1963	154.854	—
1964	154.354	500
1965	146.699	8.155
1966	140.202	14.652

PRODUTIVIDADE

A produtividade do pessoal, com seus quadros reduzidos, aumentou substancialmente, em decorrência não apenas do treinamento intensivo para aperfeiçoamento da mão-de-obra especializada ou dos quadros dirigentes, senão ainda do aumento do número de horas de trabalho, com a adoção do horário industrial em todos os setores da Emprêsa. A primeira providência resultou de Convênio firmado entre a RFFSA e o SENAI. A produtividade média do pessoal, em conseqüência da política saneadora posta em prática, aumentou em cêrca de 35% em 1966, relativamente a 1963.

TREINAMENTO

Resumindo as atividades de treinamento do pessoal, realizaram-se, no biênio 1964/1966, cêrca de 2 500 planos, dos quais participaram 30 000 treinandos. No ano de 1966, ampliando atividades correlatas dos dois exercícios anteriores, desenvolveu-se a necessária atividade de apoio à política de saneamento do pessoal através de intenso programa de seleção e adaptação. Assim, o número de candidatos examinados alcançou a cêrca de 6 700, num total de 40 500 processos aplicados. Incluem-se na programação para 1967, entre outras medidas, a construção e instalação do Centro Nacional de Desenvolvimento de Pessoal, bem como a fabricação de carros próprios para treinamento (núcleos móveis), e criação dos primeiros núcleos de Treinamento Ferroviário e dos Centros Regionais de Desenvolvimento do Pessoal.

ASSISTÊNCIA SOCIAL

No campo da Assistência Social a RFFSA resolveu abandonar os métodos paternalistas de dar e receber favores, criando órgãos próprios a êsse fim na Administração Geral e nas Unidades de Operação, compreendendo os seguintes setores: — Alimentação e Abastecimento, Assistência Sanitária (médico-odontológica), Educação, Habitação, Trabalho Social, Higiene do Trabalho e Segurança Industrial.

A fim de atender a seus servidores, a RFFSA atualmente age diretamente e através de convênios com órgãos oficiosos e entidades de classes. Assim ocorre: a) com 17 Cooperativas que abastecem 68.600 associados ou 343.000 pessoas, sem incluir o pessoal que se abastece nos Reembolsáveis; b) com os Conselhos de Educação dos Estados onde existem linhas da RFFSA, visando à educação primária básica que a emprêsa ministra em escolas por ela instaladas e mantidas; c) com o IAPFESP, para a melhoria da assistência médico-hospitalar aos seus empregados ao longo das linhas. Além disso a RFFSA mantém 8 Hospitais e auxilia a manutenção de mais 3, nos Estados do Paraná, Mato Grosso, São Paulo e Minas Gerais e de ambulatórios em tôdas as ferrovias para pronto atendimento do pessoal; d) com o Departamento Nacional de Endemias Rurais, visando ao combate das doenças de massa com vacinação sistemática contra várias doenças, abreugrafias e equipamento das Unidades Sanitárias Móveis que percorrem as linhas, com equipes de médicos, dentistas, farmacêuticos, assistentes e visitadores sociais; e) com a Campanha Nacional de Merenda Escolar através da qual já se beneficiam com merenda tôdas as escolas mantidas pela RFFSA diretamente ou por convênios com as 106 associações de classe cadastradas na RFFSA.

ÁREA INDUSTRIAL

MANUTENÇÃO E RECUPERAÇÃO DAS INSTALAÇÕES FIXAS

Tiveram prioridade os serviços e as aquisições de materiais relacionados com a remodelação da via permanente, possibilitando melhor utilização do equipamento de transporte existente, bem como maior segurança do tráfego. Cêrca de 5 000 km foram remodelados no triênio 1964/1966. A RFFSA, que desde a sua criação vem incrementando a substituição de trilhos, recebeu durante aquêle período, 80 000 ton. de trilhos de procedência externa, adquiriu 70 000 ton. à CSN e utilizou, além disso, 15 000 ton. de acessórios, na renovação integral de mais de 2 000 km de linha.

Paralelamente, foram adquiridos e instalados, dando andamento ao programa de melhoria dos pátios e cruzamentos, cêrca de 1 500 aparelhos de mudança de via, estando já contratada a entrega de mais 800 unidades. Procedeu-se, ainda, ao incremento intensivo do programa de solda de trilhos. Equipamentos de solda elétrica foram distribuídos à EFCB, EFSJ, RFN e RVPSC. A partir de 1964 entraram em funcionamento quatro (4) estaleiros para soldagem elétrica naquelas Unidades de Operação. Concluiu-se, em 1966, a instalação e foi pôsto em funcionamento o estaleiro de solda da VFRGS.

O programa de modernização de comunicações e licenciamento teve prosseguimento, cabendo destacar, em primeiro plano, o início da instalação do sistema geral de comunicações da RFFSA, que fornecerá ligações em fonia e por teleimpressores, entre a Administração Geral e o conjunto das Unidades de Operação não servidas pelo Serviço Nacional de Telex. Iniciada, também a implantação do sistema integrado de telecomunicações, na EFCB, com a aquisição de centrais telefônicas em segunda etapa, será iniciada a instalação das ligações Rio—Be.. Horizonte e Rio—São Paulo, por UHF, com implantação de rêde de telex e telefonia automática à distância.

OBRAS DE MELHORAMENTOS

Foram concluídos os serviços de alargamento de 14 túneis, na RVPSC, no trecho da Serra do Mar. Na EFCB foi levada a têrmo a construção do túnel no km 113 do ramal de São Paulo.

Ressalte-se, ainda, a entrada em funcionamento, em caráter experimental, a partir de dezembro de 1966, do "Ferry-boat" no Rio São Francisco, permitindo a ligação Norte—Sul, com tôdas as suas obras complementares já concluídas.

Ainda, no que concerne a obras, cabe enfatizar os serviços de eletrificação realizados, consistentes na reconstrução do trecho Salvador—Mapele—Alagoinhas, na VFFLB, refôrço do sistema de eletrificação na EFCB e prosseguimento de estudos, para eletrificação monofásica, na RVPSC, inclusive com viagens de técnicos ao estrangeiro, visando a colheita de conhecimentos atualizados nos parques ferroviários mais adiantados.

Destaca-se, finalmente, a eletrificação da linha do subúrbio até Penha Circular — da EFL, com alargamento da bitola, já em operação e o seu prosseguimento até Caxias, bem como a conclusão do projeto da eletrificação do trecho da Serra do Mar, na EFSJ, para o qual foi preparado estudo de viabilidade e de alto sentido econômico.

SUBÚRBIOS

A Rêde Ferroviária Federal programou a aplicação de 230 bilhões de cruzeiros até fins de 1970, na unificação e melhoria nos subúrbios do Rio e cidades limítrofes fluminenses. De março de 1964 até fins do ano passado, os investimentos aí, foram da ordem de 67 bilhões de cruzeiros.

Dessa quantia, 35 bilhões foram aplicados na aquisição, à indústria nacional, de 300 carros elétricos — dos quais 120 foram recebidos e estão trafegando normalmente — e na modernização de 90 carros antigos. Sete bilhões foram empregados na remodelação da linha e outro tanto em serviços visando a aumentar a eficiência operacional e a segurança do tráfego; modernização e sinalização, melhoria das oficinas, revisão da via permanente etc.

Mais especificamente, podem ser assim discriminados alguns dos serviços executados a partir de 1964 na via permanente suburbana, objetivando a segurança e eficiência do tráfego: construção de linhas, 24 quilômetros; substituição de trilhos e acessórios, 140 quilômetros; substituição de dormentes, 16 mil unidades; empedramento, 178 mil metros cúbicos de pedra britada.

MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS MÓVEIS

É de ser mencionada, neste particular, a deficiência encontrada em 1964, no que se refere à falta de sobressalentes para as locomotivas diesel que, em média, apresentavam uma paralisação de mais de 200 unidades, para um parque constituído de um milhar delas. Empenhou-se a administração na aquisição de tais peças, tendo sido dispendidos, cêrca de 3,5 bilhões de cruzeiros no período 1964-1966.

Foi dada ênfase, também, aos serviços de recuperação dos vagões, nas diversas Unidades de Operação. Assim, foi possível recuperar-se cêrca de 1 100 vagões, inclusive os 250 da Estrada de Ferro Bahia a Minas, êstes distribuídos a outras Estradas, por motivo de suspensão de tráfego. Paralelamente, foram recuperadas cêrca de 30 unidades de trens elétricos, oito locomotivas diesel e três automotrizes.

Foram acelerados os serviços de conservação de freios que, em 1965, atingiam o montante de 13 325 vagões e 1 148 carros. No corrente ano foi iniciada, com a aquisição de 365 equipamentos, a conversão e padronização do sistema de freios na RFN, necessárias à operação ferroviária, tendo em vista a ligação Norte—Sul, através do *Ferry-boat*.

Destacaram-se, ainda, as obras de construção ou reforma das oficinas de reparação, levadas a efeito nas estradas do sistema. Assim, no triênio 1964/1966, foram concluídas as oficinas de Bauru, na EFNOB, de Augusto Pestana, na VFRGS, de São Francisco, na RFN e de Demosthenes Rockert, na RVC.

AQUISIÇÃO E FABRICAÇÃO DE EQUIPAMENTOS MÓVEIS

Ao parque de material rodante e de tração da emprêsa foram incorporados novos elementos operacionais.

Locomotivas: — Em 1964 foram recebidas e colocadas em tráfego 56 locomotivas do tipo G-12, de 1 200 HP. Já em 1965 se havia dado prosseguimento aos entendimentos para aquisição de 69 locomotivas de bitola de 1,60 m, destinadas à EFCB, para atender à crescente demanda dos exportadores de minério, estando programado o recebimento da encomenda para o início de 1967, sendo 20 U6-B, de 640 HP, 45 SD-38, de 2 000 HP, e 4 SD-40, de 2 400 HP.

Vagões: — Em conseqüência de contratos anteriores, foram recebidos, em 1964, e destinados às Estradas, 350 vagões de bitola de 1,00 m e 100 vagões de 1,60 m. Em 1965 o acréscimo à frota foi de 280 vagões de bitola de 1,00 m e 200 de bitola de 1,60 m. Foram, ainda, encomendados 425 vagões, dos quais foram recebidos 145. Tendo sido adquiridos, em 1966, 600 vagões, para bitola de 1,00 m.

Carros de Passageiros: — Procedeu-se à construção de carros de passageiros nas próprias Estradas, tendo sido concluído, em 1965, um total de 40 carros, sendo 20 de bitola de 1,00 m e 20 de bitola de 1,60 m. Em 1966, foram incorporados mais 50 carros, também de construção das próprias Unidades de Operação, com o aproveitamento da mão-de-obra especializada das oficinas que, de outra forma, ficaria parcialmente ociosa.

Trens-Unidades: — Da encomenda de novos 100 trens-unidades, destinados a atender à demanda de passageiros dos subúrbios, da área do Rio, foram recebidos 53, cada um dos quais composto de um carro motor e 2 carros reboques, com lotação normal para cêrca de 40 000 passageiros, significando tal aquisição considerável acréscimo na capacidade de transporte. Os restantes serão entregues no decorrer de 1967, estando prevista sua complementação definitiva até o mês de junho.

ERRADICAÇÃO DE LINHAS, RAMAIS E ESTAÇÕES ANTIECONÔMICOS

Não poderia deixar de ser feita menção especial à erradicação de trechos e ramais antieconômicos, problema a que a Administração da RFFSA, implantada pela Revolução, vem procurando dar solução com segurança e pertinácia. Efetivamente, no biênio 1964/1965, a medida saneadora alcançou 2 654 km de linhas sem expressão econômica.

No exercício de 1966, dando-se prosseguimento ao programa traçado, totalizou-se a eliminação de mais 1 010 km de linhas improdutivas, através das seguintes providências:

a) supressão do tráfego e levantamento de trilhos em diversas Unidades de Operação, no total de 585 km;

b) eliminação do terceiro trilho, numa extensão de 57 km, em trechos onde tal medida se afigurou indispensável;

c) transferência da Estrada de Ferro Madeira—Mamoré que entrou em fase de erradicação ao contrôle operacional da Diretoria de Vias e Transportes do Exército, que constrói, naquela região, rodovia substitutiva dos 368 km daquela ferrovia, que operava sem as mínimas condições de rentabilidade, deixando, assim, de pesar sôbre a Emprêsa os encargos decorrentes de sua manutenção e exploração.

No exercício de 1967, quando se pretende executar em têrmos ainda mais expressivos o programa traçado, serão atacados com maior intensidade os trabalhos complementares nesse setor, visto como a previsão total a ser atingida importará na supressão de linhas inexpressivas, do ponto de vista econômico, da ordem de 6 568 km.

Dêsse modo, será eliminada progressivamente tal anomalia, incluindo-se nas tarefas em andamento o fechamento de estações, a recuperação do equipamento desmobilizado, o deslocamento do material remanescente aproveitável para as ferrovias em atividade e, sobretudo, o aproveitamento do pessoal mediante sua conveniente relotação nas Unidades de Operação e carentes de complementação dos seus efetivos funcionais e transferência para órgãos federais situados na mesma região.

ÁREA COMERCIAL

TARIFAS

No que toca a tarifas, a RFFSA vem seguindo política de constante atualização dos preços cobrados pelo transporte, até o limite de capacidade de absorção do mercado. Para o reajustamento das tarifas, a Emprêsa estabeleceu a forma integrada, cuja aplicação em tôdas as Unidades de Operação foi iniciada no ano de 1964. Beneficiando não apenas as próprias Estradas, mas principalmente o público em geral, essa providência consiste na adoção de uma única tarifa, com preços iguais em tôdas as Ferrovias, eliminando-se, assim, a pluralidade tarifária, em uso no Brasil, com discriminação de preços nos transportes das regiões servidas pela RFFSA.

Objetivando aproximar o custo e o preço do transporte, a RFFSA majorou, no exercício de 1966, suas tarifas em proporções variáveis, elevando-as, em média, em cêrca de 35%. Registro especial merece a implantação da tarifa única aplicada ao transporte de bagagens e encomendas, assim como o reajustamento dos preços cobrados para o transporte de carvão, na Estrada de Ferro Dona Teresa Cristina possibilitando a essa Ferrovia passar a "superavitária" a partir do mês de agôsto de 1966, quando os mesmos entraram em vigor. Assinala-se, outrossim, o aumento da passagem de trem comum do subúrbio, de 80 para 100 cruzeiros. Êste aumento ainda não cobriu o custo do serviço, mas contribuiu para reduzir o "deficit" no serviço.

ESCOAMENTO DAS SAFRAS

As medidas adotadas no triênio 1964/1966, no sentido de melhorar a rotação dos vagões, concorreram para maior incremento do tráfego das Estradas que atravessam regiões com alta potencialidade de transporte. No período considerado, o escoamento da produção agrícola nacional foi realizado com regularidade e a tempo, deixando as ferrovias de constituir pontos de estrangulamento das zonas por elas servidas. No exercício de 1966, a RFFSA carreou expressivo volume de produtos destinados à alimentação, destacando-se, dentre êles, os seguintes, com indicação das respectivas quantidades movimentadas, em toneladas:

Café	902 000
Arroz	387 600
Milho	178 900
Soja	157 500
Feijão	16 500

Através de uma das subsidiárias da RFFSA — Rêde Federal de Armazéns Gerais Ferroviários S/A (AGEF) — movimentou sòmente no Estado do Paraná 2,4 milhões de sacas de café. A excepcional safra de açúcar, em 1965/1966; proporcionou o recebimento nos armazéns da AGEF de cêrca de 76 mil toneladas de açúcar, correspondentes a 1.216.000 sacas, excedendo em 45% a armazenagem da safra precedente.

ATIVIDADES DO TRANSPORTE

O incremento da dieselização ocorrida no biênio 1964/1965 ocasionou, no exercício de 1966, melhoria da operação ferroviária, com expressivo aumento da lotação dos trens e diminuição do tempo de transporte. Em decorrência, o carreamento de minérios de ferro e produtos siderúrgicos aumentou substancialmente, conforme evidenciam os resultados seguintes, expressos em milhares de toneladas:

	1964	1965	1966
Minério de ferro	3 530	4 076	5 643
Produtos siderúrgicos ...	440	508	461

Considerando-se as perspectivas de grande desenvolvimento do parque siderúrgico nacional, a RFFSA estabeleceu planos para atender ao grande acréscimo da demanda de transporte. Nesse sentido, diligenciou em firmar contratos com vários organismos nacionais para carreamento de matérias-primas e produtos acabados. Pela sua importância, destacam-se os contratos com a COSIPA e a Belgo-Mineira, possibilitando a RFFSA transportar, em 1967, aproximadamente 230 milhares de toneladas de produtos siderúrgicos. Promoveram-se ainda acôrdos com a Celusa e a Klabin para transporte de 35 000 toneladas de papel e papelão, 30 000 toneladas de clinquer e 8 000 toneladas de mercadorias diversas.

TRÁFEGO MÚTUO

Realizaram-se contratos de tráfego mútuo e de intercâmbio de material rodante entre a RFFSA e a Estrada de Ferro Sorocabana, visando ao incremento do transporte entre as Unidades de Operação situadas na região Sul, isto é, a Viação Férrea do Rio Grande do Sul e Rêde de Viação Paraná—Santa Catarina, e aquela Ferrovia paulista. Face ao acôrdo, constituiu-se um *pool* de 590 vagões e criou-se um trem de carga denominado "Expresso do Sul", de horário prefixado, o que tem concorrido para o incremento do tráfego na região meridional do País, uma das áreas mais industrializadas e de maior atividade econômica no Brasil.

"RODOTREM"

Com o objetivo de ampliar a área de ação, melhorando sua capacidade de atendimento, a RFFSA implantou o serviço de *Rodotrem* que, desde o início, evidenciou ser necessário e eficiente. Organizado no mês de julho de 1965, na Rêde de Viação Paraná—Santa Catarina, o *Rodotrem* deu bons resultados econômicos, havendo sido instaladas agências nas Cidades de Londrina, Blumenau, Guarapuava, Cascável, Foz do Iguaçu, Pôrto União da Vitória e Francisco Beltrão.

Em decorrência da criação dêsse serviço e, também, da conjugação rodoferroviária, conseguiu a RFFSA no período de 1964/1966, atingir índices de transporte jamais igualados. Procurando, ainda, aumentar sua densidade de tráfego, a Emprêsa estudou modo de coordenar os transportes rodoferroviários, evitando a concorrência entre um e outro sistema. Através dessa coordenação, a Rêde agenciará as cargas e as distribuirá às emprêsas rodoviárias, que executarão os serviços, pelos seus próprios meios e recursos. Esse sistema deverá cobrir todo território nacional, podendo mesmo estender-se aos países vizinhos, incluídos na Aliança Latino-Americana de Livre Comércio, permitindo uma receita adicional que lhe facultará apressar os trabalhos de reequipamento de suas linhas e de melhoria de seus serviços.

TRABALHO REALIZADO

O esfôrço no sentido de intensificar o transporte de cargas pesadas a longas distâncias, meta preferencial do sistema ferroviário, redundou no aumento do nível de trabalho realizado pela RFFSA. De fato, medido pelo seu índice mais expressivo, isto é, a tonelada quilômetro útil de carga, o trabalho de transporte registrou incremento da ordem de 25% de 1963 para 1966.

A produtividade do parque de tração também aumentou no período considerado, cêrca de 9%. Por sua vez, a utilização mais intensiva do material rodante, tornada possível pelas suas melhoras características, adequadas ao transporte pesado e rápido, implicou na elevação da carga média dos vagões, em aproximadamente de 13%.

Em conseqüência do maior rendimento do trabalho e do maior volume de carga transportada, a densidade de tráfego, medida em toneladas quilômetros úteis por quilômetro de linha, fator positivo na exploração ferroviária, aumentou expressivamente, com incremento de 16%, no que resultou em maior equilíbrio na situação financeira da Emprêsa.

ÁREA FINANCEIRA

A objetividade e o realismo com que foi encarado o aspecto econômico-financeiro da Emprêsa ocasionaram resultados auspiciosos. A compressão de gastos supérfluos, ao mesmo tempo em que se promovia a maior produtividade das Unidades de Operação abrem as melhores perspectivas à recuperação de sua economia. Desde logo, êsse aspecto pode ser, de modo concreto, objetivado no fato de que duas Unidades de Operação — a Estrada de Ferro Santos a Jundiaí e a Estrada de Ferro Dona Terêsa Cristina, bem como uma das subsidiárias da RFFSA — Rêde Federal de Armazéns-Gerais Ferroviários S/A (AGEA) — apresentarem saldos favoráveis em seu balanço, no encerramento do exercício de 1966.

O deficit operacional da Emprêsa, segundo os resultados em apuração, deve reduzir-se à ordem de 50% do ocorrido em 1963, calculadas a Despesa e a Receita em têrmos reais, isto é, em moeda do mesmo ano. Em conseqüência, o fluxo de recursos do Tesouro, a título de subvenção vem decrescendo sensivelmente de ano para ano. Assim, a subvenção que correspondia a 71% da despesa global de custeio da operação ferroviária da RFFSA em 1963, e que se elevaria a 82% no ano seguinte, apresenta-se, no corrente exercício, na ordem de 45% da despesa de custeio correspondente.

Para o exercício de 1967, os resultados previsíveis são ainda mais animadores, porquanto o valor relativo da subvenção do Govêrno Federal a sua Emprêsa de Transportes, decrescerá para cêrca de 36% da despesa total de custeio, isto é, a RFFSA estará operando com recursos próprios da ordem de 64% daquela despesa.

Em números absolutos, releva observar que a receita própria da Rêde, situada no nível dos 59 bilhões de cruzeiros em 1963, elevar-se-á a mais de 500 bilhões em 1967.

Finalmente, adotando um outro critério para caracterizar a recuperação econômico-financeira da RFFSA poder-se-á aludir ao seguinte confronto: enquanto em 1963, a subvenção do Govêrno Federal à Rêde correspondia a cêrca de 13% da despesa global do Orçamento da União, em 1967, a subvenção corresponderá a cêrca de 4% da despesa total orçamentária.

POLÍTICA HABITACIONAL

ÁLVARO MILANEZ

Em recente Seminário promovido pelo grupo de assessôres do Presidente eleito, Marechal Costa e Silva, tivemos ocasião de proferir uma exposição sôbre como está sendo elaborado o Plano Setorial da Habitação.

Terminamos então com um decálogo de recomendações que, a nosso ver, resumem todo um programa de normas de Política Habitacional, aplicáveis ao Brasil de nossos dias:

1. — O Plano Habitacional não se justifica apenas pelo seu caráter social. Êle também estimula e multiplica tôda a economia. Absorve grande quantidade de mão-de-obra não qualificada e através dêle se combate o desemprêgo.

É muito comum ouvir de pessoas as mais responsáveis que os programas habitacionais se recomendam especialmente pelos benefícios de ordem social que dêles decorrem. O trabalhador bem alojado goza melhor saúde e, assim, produz mais e melhor. Seus filhos também gozam melhor saúde, brincam ao redor da casa em segurança e isso deixa o trabalhador tranqüilo. Além de tudo isso, o trabalhador que possui sua casa é um **proprietário** — circunstância que lhe atribui um **status** especial, avêsso às perturbações de ordem política, às greves e à subversão. Dispondo de um patrimônio, êle tem interêsse em mantê-lo para o seu próprio bem atual e o futuro da família.

Tudo isso é certo e não queremos de forma alguma pôr em dúvida a validade de tais argumentos, que tanto influíram no espírito da Lei número 4 380, de agôsto de 1964 e que criou o Sistema Financeiro da Habitação.

A ênfase dada então à **casa própria** deriva em grande parte daqueles argumentos em prol dos benefícios de ordem social que decorreriam dos novos projetos habitacionais.

No entanto, é certo que os benefícios obtidos com a construção de novas e mais casas não são apenas aquêles. Há outros e muito importantes e que decorrem simplesmente da construção das casas, sejam elas próprias ou de aluguel. Referimo-nos aos benefícios que resultam da realização de qualquer trabalho que contribua para o aumento do Produto Nacional, vale dizer para o fortalecimento de tôda a economia do País. E aí está um aspecto nôvo infelizmente pouco considerado por quantos, de boa-fé, vêem na realização dos programas habitacionais apenas um incentivo à tranqüilidade e ao bem-estar social do povo.

O impacto ou sejam, as repercussões do setor da construção de residências sôbre a economia nacional têm sido objeto, últimamente, de estudo por parte de economistas em vários países. A dificuldade maior reside na quantificação daquele impacto, de modo a permitir uma demonstração matemática da tese proposta. Além dos estudos que já vêm sendo feitos, especialmente em países da Europa, a Fundação Ford vai financiar, a partir de 1967, uma pesquisa no Chile, através de uma equipe de economistas junto ao Ministério da Habitação daquele país, e da qual se esperam obter coeficientes que traduzam precisamente aquela desejada quantificação.

Sabemos também da existência de um grupo de economistas da Universidade da Califórnia, em Los Angeles, que, sob contrato da USAID, se vêm dedicando ao estudo da quantificação do acréscimo de produtividade determinado por uma melhora nas condições habitacionais. Até o presente, êsse grupo já realizou dois trabalhos-pilotos: um primeiro na Pine Ridge Indian Reservation, no Estado de Dakota do Sul, nos Estados Unidos, e outro, em maior escala, na localidade de Hamback, na Coréia do Sul. Os resultados obtidos neste último estudo foram bastante expressivos, tendo-se encontrado, depois de um período de ajuste inicial de um ano, um acréscimo na produtividade **per capita** dos trabalhadores transferidos para as novas e melhores casas da ordem de 30%. Computou-se também uma redução de 67% nas despesas médicas dêsses mesmos trabalhadores.

Enquanto se processam tais estudos em várias partes do mundo, já se sabe muita coisa a respeito e que desmente categòricamente a tola afirmação de que o setor de construção é inflacionário.

a) Assim, a habitação constitui um incentivo à poupança e aos investimentos nacionais, no sentido de que, havendo uma melhor produtividade da mão-de-obra, maiores serão os excedentes alocáveis às inversões de tôda espécie, inclusive em habitação.

b) o aumento do investimento em habitação, permitindo um aumento continuado de produtividade da mão-de-obra, determinará um aumento do coeficiente Produto-Capital em muitos outros setores da economia, especialmente no setor da indústria de materiais de construção e de todo o equipamento de móveis e objetos eletrodomésticos.

c) A construção de habitações continua sendo a grande escola formadora de profissionais que completam no serviço o seu próprio treinamento. Essa modalidade de formação profissional, embora deficiente sob muitos aspectos, compensa de alguma forma a falta de escolas técnicas, além de propiciar uma melhoria da produtividade.

d) A atividade na construção de habitações é também um bom instrumento para redistribuir a renda nacional, já que os efeitos diretos e indiretos da ocupação de mão-de-obra, especialmente da não qualificada, abundante entre nós, são consideráveis. Isso contribui para reduzir o desemprêgo logrando-se assim diminuir as diferenças de salários entre os ocupados e os semi-ocupados.

e) No caso brasileiro, em particular, a aplicação do Fundo de Garantia de Tempo de Serviço, recém-criado, constituirá um poderoso instrumento de distribuição da renda, pois, permitirá uma transferência substancial do setor da indústria, em geral, para o setor particular da construção de residências.

Muitos outros argumentos poderiam ser alinhados. As pesquisas dos economistas vêm ao encontro, pois, dos postulados de natureza sociológica.

E de tudo quanto acima foi exposto, uma coisa é certa: os planos do setor habitacional são hoje parte dos Planos de Desenvolvimento Econômico e Social em pràticamente todos os países. Qualquer que seja a ênfase dada à motivação, econômica ou social, os políticos de qualquer tendência ou coloração já não podem deixar de incluir os programas habitacionais em seus respectivos programas de Govêrno.

2. — Há necessidade de um maior esfôrço nacional no Setor de Habitação, tanto na área do Govêrno como na do empresariado privado.

Não há dúvida que é necessário um maior esfôrço no Setor. A falta precisamente de maiores investimentos, no passado, em construção de casas para residência levou-nos a uma situação cujos sintomas são bem visíveis:

a) aumento das favelas em tôrno das cidades, especialmente daquelas que se constituem pólos de crescimento, industrial ou não;

b) contínua marginalização de numerosas faixas de população rural;

c) incidência de altos aluguéis dos imóveis para locação, em virtude da pequena oferta existente;

d) crise conjuntural na indústria de construção residencial, gerando desemprêgo;

e) estagnação no setor de materiais de construção.

Todo êsse quadro sombrio, do qual vamos saindo, lentamente, só Deus sabe à custa de quantos esforços, é bem o resultado de uma política que no passado primou pela falta de coragem e de imaginação, compensando-se, no entanto, por medidas demagógicas que consistiam em prorrogar todo o fim de ano a Lei n.º 1 300, de 1950, que congelava os aluguéis dos imóveis residenciais.

Tentamos uma quantificação dos investimentos em habitação. As dificuldades foram intransponíveis porque simplesmente não se dispunham de séries históricas. Os arquivos dos Institutos de Aposentadoria e Pensões que, além da Fundação da Casa Popular e das Caixas Econômicas, eram os únicos que, no setor público, procederam a algum investimento habitacional, a partir de 1946, não dispõem de nenhuma informação, por falta de quem se interessasse por êsse tipo de contrôle estatístico. As Contas Nacionais, apuradas pela Fundação Getúlio Vargas até 1964, fornecem algumas indicações quanto aos investimentos globais na construção civil, compreendendo residências e obras de infra-estrutura, estradas, portos, etc. Feitas certas hipóteses simplificadoras, concluiu-se que o total das inversões em construção de habitações não deve ter sido, nos últimos anos, superior a 2,5% do Produto Interno Bruto, compreendidos os setores público e privado. E como o setor público, ao menos no passado mais recente, foi pràticamente inoperante em virtude da inflação e dos efeitos desta sôbre o crédito hipotecário, concluiu-se que o pequeno esfôrço existente provinha tão-sòmente do setor privado.

Nos estudos a que estamos procedendo no Setor de Habitação do EPEA, concluímos pela possibilidade de elevarmos gradualmente, nos próximos dez anos, aquela porcentagem, partindo de cêrca de 3% até atingir-se aproximadamente 4% ao fim do período, de tal forma que, em média, seriam investidos cêrca de 3,5% do PIB em construção de residências. Isso será possível em virtude da recente lei que criou o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e que proporcionará ao Banco Nacional da Habitação recursos substanciais que, acrescidos de outras receitas e inclusive das reaplicações do próprio Fundo, vão de pouco mais de 700 bilhões de cruzeiros, em 1967, até cêrca de 1 400 bilhões em 1972. Distribuindo êsses recursos pelos seus diferentes Agentes Financeiros, Sociedades de Crédito Imobiliário etc., vai o Banco Nacional da Habitação (BNH) multiplicar ainda mais êsses recursos em virtude dos esforços de poupança por parte dos respectivos Agentes. É o que se chama o "esfôrço induzido", variável de acôrdo com a faixa atendida. Assim, como o financiamento concedido pelo BNH não é nunca de 100%, haverá sempre um esfôrço adicional que, embora variável, atingirá em média um valor quase igual ao montante dos recursos originários do próprio Banco.

3. — O investimento privado será sempre maior que o investimento a cargo do Govêrno. Para que isso aconteça, entretanto, é necessário criar os necessários incentivos a tal procedimento.

Sim, é fora de dúvida que o investimento privado em habitação foi e sempre será superior aos investimentos governamentais. Ao tempo em que os Institutos não construíam mais nada, como também a Fundação da Casa Popular e as Caixas Econômicas, ainda assim se construíam casas e edifícios, as favelas cresciam à exclusiva custa dos favelados e o caboclo, no interior, levantava sua pequena casa de taipa e sapé, à sua própria custa e com a ajuda dos amigos e vizinhos. Assim, pois, sempre houve um esfôrço em habitação, embora reduzido, nos últimos tempos, exclusivamente ao setor privado. Ora, se se espera, no futuro, um esfôrço induzido pelo menos igual ao do setor público, e como, além dêsse, haverá certamente, como sempre houve, um esfôrço privado adicional que vem acrescentar-se àquele esfôrço induzido, é patente que o esfôrço privado total será sempre superior ao esfôrço público. E tal esfôrço será maior à medida que o Govêrno criar incentivos a tal esfôrço. É claro que os portadores de poupança se inclinarão a investir em habitações destinadas a aluguel, por exemplo, à medida que virem melhorar o clima de restrição aos proprietários. É necessário, portanto, que o Legislativo e o Executivo mantenham o clima de confiança existente e que não atrapalhem.

Por todos êsses motivos consideramos **desastroso** e diríamos até **antipatriótico** projeto como êsse já aprovado na Câmara que congela os aluguéis pelo espaço de dois anos.

Vê-se por aí como o problema habitacional é essencialmente **político**, pois o povo através de seus líderes terá que escolher entre duas alternativas muito simples: ou ter mais casas, ou ceder à tentação da demagogia.

4. — Os mecanismos criados em Lei são bons, o que não impede de se criarem outros, se necessário. O que falta é resolver os pontos de estrangulamento existentes.

O nosso atraso no setor habitacional tem sido impressionante. Dávamo-nos ao luxo de possuir uma indústria automobilística, ao mesmo tempo em que dispúnhamos de uma legislação habitacional demagógica e obsoleta. E o resultado aí está: o nosso operário mora em favelas, enquanto seus colegas, em outros países menores, aqui mesmo na América Latina, já desfrutam de melhores condições habitacionais. Na classe média, vemos técnicos de valor, ganhando razoàvelmente, possuindo até automóvel mas morando com a família em apartamentos de sala e quarto, com muito pouco confôrto.

Sem tradição no trato dos problemas habitacionais, vem o País enfrentando, a partir de 1964, uma série de dificuldades para implantar o Sistema Financeiro de Habitação, criado pela Lei 4 380.

Despreparada e sem experiência prévia para as funções que dela se esperava, a primeira administração do BNH cometeu uma série de desacertos pelos quais vem-se pagando caro. A atual Diretoria, assim como o seu Conselho de Administração, constituídos ambos de homens de profundo espírito público e saídos quase todos da iniciativa privada, ao contrário, vêm-se impondo à admiração geral pelo acêrto de suas decisões. As dificuldades são muitas e é inegável que, em certos setores, ainda persistem alguns pontos de estrangulamento que vêm sendo cuidadosamente estudados no Ministério do Planejamento, dando lugar a medidas corretivas das distorções verificadas. As leis propostas ao Congresso, a partir da primeira, a de n.º 4 380, são boas em princípio, o que não nos deve impedir de criar novos mecanismos à medida que se sentirem necessários. Nossa evolução, no setor, tem sido muito rápida e daí a necessidade das medidas corretivas. Países mais ricos e experientes apresentam freqüentemente a mesma situação. O importante é não incidir no êrro, e em o fazendo, evitar que se mantenha uma situação errada, por falta de humildade para confessar o êrro eventualmente cometido.

5. — A correção monetária, em país sujeito à inflação, é condição sine qua non para o funcionamento do sistema. Sem ela não há viabilidade de sucesso de qualquer programa habitacional.

Ainda está na lembrança de todos o sistema **gostoso**, mas iníquo e injusto, mediante o qual tomava-se um empréstimo a longo prazo e pagava-se um juro apenas nominal, incluído numa prestação mensal que se mantinha congelada ao longo do tempo, enquanto a inflação forçava o aumento dos preços de tudo mais. As instituições que mantinham tal sistema eram levadas fatalmente à completa descapitalização, porque emprestavam um dinheiro, do qual não obtinham em 20 anos senão o retôrno real correspondente a 1/3 do capital inicial e ao mesmo tempo eram forçadas a pagar aposentadorias, pensões e auxílio médico a custos reais que se reajustavam constantemente. O resultado foi o empobrecimento progressivo sòmente compensado, como no caso da Fundação da Casa Popular, por dotações orçamentárias anuais que consistiam numa autêntica transferência do setor Govêrno para o setor privado. Os empréstimos imobiliários em tais condições constituíam formidáveis subsídios, ou melhor, verdadeiras doações, feitas aos amigos dos poderosos da ocasião à custa do erário, vale dizer, à custa de todos nós.

A correção monetária no pagamento dos empréstimos imobiliários já adotada em vários países, foi introduzida pela Lei 4 380 e é aplicada atualmente em duas faixas: nos empréstimos para compra de imóveis de valor até 75 salários mínimos, a correção é feita cada vez que há aumento legal do salário mínimo; no caso, porém, dos imóveis de valor acima daquele limite, a correção da prestação é feita cada três meses em função do aumento verificado no valor das Obrigações Reajustáveis do Tesouro. Neste último caso, especialmente, incidem as objeções contra a correção, sob a alegação de que há obrigação de reajustar a prestação, sem que tenha havido necessàriamente aumento do salário do mutuário. Bem sabemos como é difícil habituarmo-nos a admitir um regime de respeito aos custos reais. Melhor seria que simplesmente não houvesse inflação, pois então também não haveria necessidade da correção. No entanto, em havendo inflação, não existe outra solução de obter-se o retôrno em têrmos reais dos empréstimos outorgados. A não ser assim, voltaríamos ao velho sistema dos subsídios e das transferências indiscriminadas do setor público ao setor privado e isso não faria senão agravar a inflação, aumentando a crise habitacional.

6. — Tôda casa tem seu custo e as famílias deverão pagar o bem que usufruem. Nas faixas de menor renda haverá sempre subsídios expressos pelo juro baixo e outras medidas.

A atual política habitacional baseia-se numa política de volta ao realismo econômico, que muitas pessoas não gostam porque estavam habituadas à política de favores fáceis, tão característica do "bom-mocismo" brasileiro. Está claro que a habitação é um bem que se usufrui e por êle todos têm que pagar. Há, é verdade, extensas camadas de pouca renda e que necessitam de certa assistência do Estado dentro de certos limites. O Estado teria então de proporcionar a tais famílias condições de habitabilidade abaixo do custo real, ou mesmo sem esperar nenhum retôrno, como no caso de certas medidas de saneamento, Saúde Pública, Segurança etc. Nos Estados ricos e nos quais a renda nacional é bem mais distribuída, aquelas medidas de bem-estar social são tomadas mediante a imposição de tremenda carga tributária. No caso brasileiro, em que temos tantos outros problemas a resolver ao mesmo tempo, é mister reconhecer que o problema habitacional, não obstante o enorme esfôrço que se vai fazer, especialmente a partir de 1967, com a entrada em vigor da Lei que criou o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço, não terá solução senão ao longo do tempo. Êsse Fundo que será gerido pelo BNH pertence aos operários e por isso o Banco vai pagar juros e correção monetária a favor dos depositantes. O BNH terá assim que garantir para o FGTS uma rentabilidade mínima. Em conseqüência, as aplicações nas faixas mais baixas, como nas COHABs e nas aplicações que visem as classes necessitadas de especial assistência, aí os juros serão baixos e os prazos para amortização da dívida serão mais altos. Além disso, sempre haverá nessas classes certo subsídio expresso pelo baixo custo do terreno e pelos equipamentos urbanos e sociais construídos pelo Estado com recursos cobrados a tôda comunidade e não levados em conta no custo das casas. Para compensar tais subsídios o BNH deverá adotar, nas aplicações destinadas às classes média e alta, um percentual de juro mais elevado e prazos menores. São princípios de política social perfeitamente eqüitativos.

Uma coisa é certa: poderá o Govêrno, se o julgar conveniente, aumentar os subsídios destinados às classes de menor renda, como, aliás, é facultado pelo Art. 66 da Lei n.º 4 380, mas não à custa do FGTS que pertence aos operários e sôbre o qual o BNH pagará juros reais, isto é, juros e correção monetária.

7. — O paternalismo, a estatização e a tentação de construir diretamente são os perigos a que estão sujeitos os órgãos do Govêrno desejosos de encontrar uma solução a curto prazo para o problema habitacional.

Já ultrapassamos, felizmente, a etapa do Estado providencial, isto é, do Estado que se julgava na possibilidade de tudo fazer. Houve nos últimos anos uma saudável evolução em virtude da qual admitimos que à iniciativa privada compete a promoção e a execução de muitas atividades que, no passado, eram atribuíveis exclusivamente ao Estado. De acôrdo com a letra e o espírito da Lei n.º 4 380, compete ao BNH e demais órgãos do sistema financeiro da habitação a adoção de incentivos e medidas de financiamento para que outros promovam e construam. O BNH está até mesmo proibido de construir diretamente, como fazia a antiga FCP. O Banco, ao contrário, é principalmente um órgão de fomento. O que deve é fazer com que os outros promovam e façam. No caso das classes de menor renda, pelas quais a iniciativa privada ainda não se interessa, nessas o Poder Público, através das COHABs, estaduais ou municipais, faz a respectiva **promoção**. O BNH financia e a iniciativa privada realiza. Nas faixas mais altas, até a **promoção** deve partir da iniciativa privada, competindo aos Agentes do Banco, Caixas Econômicas, Cooperativas, Sociedades de Crédito Imobiliário etc., o necessário apoio financeiro, respaldado em última análise pelo próprio BNH. Numa fase difícil, como essa em que nos encontramos, em que o sistema foi estruturado há muito pouco tempo, e em que os Agentes do BNH ainda não se encontram suficientemente adestrados, dando lugar freqüentemente a estrangulamentos, poderá ocorrer a velha tentação de o Govêrno forçar uma modificação da Lei para transformar o BNH numa enorme F. C. P., visando com isso uma solução do problema a curto prazo. Tal êrro, se cometido, seria imperdoável, pois equivaleria a uma involução, constituindo um passo atrás. O melhor mesmo é confiar nos instrumentos existentes, procurando aperfeiçoá-los. Por isso, deve o BNH viver no espírito da Lei n.º 4 380, procurando sempre se manter nos limites impostos a um órgão de fomento e servir-se dos seus Agentes. Assim, serão evitados os perigos do paternalismo e da estatização, tão comuns às instituições democráticas ainda pouco consolidadas.

8. — Criar um clima de confiança para que o empresariado privado se interesse pelo mercado é dever do Govêrno, que, além disso, deve evitar as medidas de apêlo fácil à demagogia, como as falsas promessas logo desmentidas pelos fatos.

Além das medidas anteriormente referidas, deve o Govêrno adotar também outras medidas mais positivas para a manutenção de um clima favorável aos investimentos em habitação por parte do setor privado. Para que isso ocorra, é necessário atrair os investidores criando incentivos e evitando-se as distorções que por acaso se criarem. É claro que se amanhã fôr votada uma nova Lei de Inquilinato, abolindo, por exemplo, a correção dos aluguéis dos prédios antigos, dificilmente haverá quem, dispondo de poupança, se disponha a invertê-la na construção de novas habitações, que em virtude da Lei n.º 4 864, têm os seus aluguéis liberados. O investidor privado saberá escolher melhores títulos, em vez de adquirir Letras Imobiliárias, ou, quem sabe, talvez prefira simplesmente comprar dólares.

O recurso à demagogia fácil, como as promessas não satisfeitas e logo desmentidas, deve ser evitado. Nada mais fácil do que prometer a redução do deficit habitacional em tantos anos, como há tempos era comum ouvir-se na TV o que logo se verificou ser uma utopia, pois o problema é difícil de ser atendido a curto prazo. Neste setor, como em tudo mais, a norma mais recomendada é agir-se com realismo.

9. — Tanto no Setor Público, como no Privado, deve haver uma preocupação com medidas visando à redução dos custos da habitação e seu equipamento urbano: melhoria da tecnologia da construção e padronização de projetos e materiais. Nas zonas rurais, maior ênfase aos projetos de melhoria das habitações e medidas de saneamento básico.

A habitação constitui o maior investimento que, em condições normais, pode fazer uma família. Além disso, em se tratando de país com recursos muito aquém das necessidades, que são enormes, é evidente que deve haver uma preocupação muito grande com o problema da redução dos custos da habitação e todo seu equipamento urbano. Daí também a importância que se deve atribuir aos estudos para obter-se a melhoria da tecnologia da construção e a padronização de projetos e materiais. Infelizmente, entre nós, a inflação levou-nos ao hábito de conduzir-se as obras por administração, ou a preço de custo, em que o empreiteiro não precisa ter muita preocupação com os custos, porque em qualquer situação êle tem garantida a sua porcentagem. A conseqüência de tal sistema foi uma total despreocupação com os processos tecnológicos que, em condições normais, proporcionariam maiores e melhores lucros àquele que se esmerasse em construir mais barato e em menor prazo. A volta ao velho sistema da empreitada a preço fixo seria o melhor caminho para estimular-se o retôrno ao espírito de competição, onde vencem os mais aptos. Reconhecemos que isso dificilmente será possível, enquanto a inflação continuar exigindo os contínuos reajustamentos de preço.

Os estudos de padronização dos projetos e materiais são outro desafio aos técnicos no sentido de obter-se uma simplificação que nos levará necessàriamente à maior produtividade e à redução dos custos.

Nas áreas rurais onde as condições do meio oferecem características diferentes das da cidade, deveria ser dada ênfase especial, não tanto aos programas pròpriamente de construção, mas aos de melhoria das habitações existentes. Para tanto será necessário que se tomem medidas de saneamento básico, a cargo das instituições que já têm experiência nesse tipo de atividade naquele meio. Apenas para exemplificar, poderíamos citar a experiência da Fundação Serviço Especial de Saúde Pública (SESP) no Nordeste, em cujas cidades do interior conseguiu-se reduzir a mortalidade infantil de 400 para 100, em cada grupo de 1 000 crianças nascidas vivas, entre 0 e 1 ano, apenas mediante a construção de fossas e distribuição de água.

10 — O Plano Habitacional deve ser constantemente acompanhado e implementado através de pesquisas e amostras de caráter sócio-econômico. Ao mesmo tempo, cumpre treinar e formar o pessoal técnico habilitado necessário.

O Plano Habitacional necessita ser constantemente acompanhado em seu desenvolvimento, como se procede em todos os países que dispõem de planejamento a médio e longo prazos. É necessário, além disso, que êle seja implementado para correção das distorções verificadas. Isso exige a possibilidade de se avaliar de tempos em tempos a conjuntura.

CAFÉ E DESENVOLVIMENTO

JOÃO DE OLIVEIRA SANTOS

Não existe *uma* solução, segura e equânime, para o problema geral do subdesenvolvimento. A diversidade de necessidades das economias subdesenvolvidas e a disparidade dos recursos de que elas dispõem bastariam, por si sós, para eliminar tal possibilidade. Ao mesmo tempo em que tomamos conhecimento de que não existe *uma* solução, damo-nos conta de que não existe *um* problema, inabordável e definitivo. Mas o principal meio de que dispõem os países subdesenvolvidos para impulsionarem suas respectivas economias reside no comércio internacional. A principal dificuldade com que se defronta o comércio internacional de produtos de base consiste em dar estabilidade à receita obtida com a exportação dêsses produtos. Esta é a questão central a ser decidida pelos exportadores de produtos primários, pois dela depende, fundamentalmente, a solução do problema do desenvolvimento econômico.

Tendo em vista a importância do café na economia brasileira, justificam-se todos os esforços feitos para con seguir dar estabilidade à receita obtida com a exportação dêsses produtos. Esta é a questão central a ser decidida pelos exportadores de produtos primários, pois dela depende, fundamentalmente, a solução do problema do desenvolvimento econômico.

Tendo em vista a importância do café na economia brasileira, justificam-se todos os esforços feitos para conseguir dar estabilidade à receita que obtemos com a exportação do produto. Mas o café não é importante apenas para o Brasil e, como Diretor-Executivo da Organização Internacional do Café, desejo abordar a questão em têrmos bastante gerais, muito amplos.

O café, convém repeti-lo, é produto de especial significação na economia mundial. Constitui, depois do petróleo, o produto de maior valor no comércio internacional; representa fonte de trabalho para 20 milhões de pessoas em quase meia centena de países produtores grandes e pequenos; contribui com mais de 40 por cento das receitas de divisas estrangeiras de meia dúzia de países latino-americanos e de outros tantos países africanos; e, pormenor a ser sublinhado, é o produto de base que mais nitidamente reflete a divisão do mundo em dois grupos econômicos — os subdesenvolvidos (países exportadores) de um lado e os desenvolvidos (países importadores) de outro.

As dificuldades características da produção agrícola revestem-se de importância ainda maior no caso do café, fruto de arbusto que necessita cinco anos para atingir o estágio de produção. A impossibilidade de aumentar ràpidamente o suprimento em seguida à alta dos preços e a inevitável sucessão de safras abundantes nos momentos de menor procura e de preços baixos dificultam sobremodo o equilíbrio da economia cafeeira, vítima tradicional de violentas flutuações de preços. A redução do suprimento depois de longo período de preços baixos faz iniciar o nôvo ciclo, que poderíamos chamar "montanha russa" pelas subidas e descidas que apresenta.

A solução que os países produtores de café encontraram para vencer o ciclo foi a da cooperação internacional. Desde fins de 1958 em convênios internacionais sucessivos, de duração anual, até 1962, conseguiram suficiente experiência para comprovar que as regras de um acôrdo dessa natureza, se cumpridas, poderiam vencer o ciclo. Em 1962, finalmente, os países importadores mais importantes negociaram com os produtores, no âmbito das Nações Unidas, o atual Convênio Internacional do Café, que vigorara por cinco anos até setembro de 1968, com objetivos mais amplos que os que o precederam. Já não se tratava mais de sòmente reter o café para que a oferta se equilibrasse com a demanda. Haveria um esfôrço coordenado para aumentar o consumo no mundo não só por meio da redução, senão remoção de certos obstáculos ao comércio do café, como impostos e direitos aduaneiros, que encarecem o produto e restringem o seu consumo, como também por meio de propaganda. Haveria também, e sobretudo, a busca do equilíbrio não mais da oferta (restringida pelas quotas de exportação) à demanda, mas da produção ao consumo.

A Organização Internacional do Café, órgão criado pelo Convênio de 1962, completou três anos de vida há pouco. Sua primeira etapa — a de estabilizar os preços dentro de uma faixa remuneradora para os países produtores e aceitável para os países consumidores — está em vias de terminar. Ainda há problemas de contrôles por aperfeiçoar reclamações de quotas baixas por resolver — êste, caso de presença perene no quadro da OIC, qualquer que seja a solução dada para alguns países. Mas essas são dificuldades de esperar-se na solução global de um problema de magnitude daquele que o café nos apresenta. Os contrôles estão aperfeiçoando-se paulatinamente e nem é de esperar-se que se aperfeiçoem de um dia a outro, porque, à medida que se impõe um contrôle, mais restringe-se a liberdade do comércio, nos países exportadores e nos países importadores, e essa restrição só é concordada pelos Governos dos países signatários do Convênio depois de exaustiva prova da sua necessidade. Os grupos interessados dentro dêsses países exercem forte pressão para que não se limite a sua liberdade.

O balanço dessa primeira etapa da OIC, em têrmos de divisa estrangeira entrada nos países produtores, pode ser dado pelo exame do Quadro 1. O ano de 1964, o primeiro de funcionamento da Organização, apresentou um aumento de 542 milhões de dólares sôbre o imediatamente anterior à sua vigência (a Sessão Inaugural do Conselho foi celebrada em agôsto de 1963). É verdade que o rápido ascenso de preço verificado a partir do fim de 1963 e culminado em março de 1964 foi devido principalmente à geada e a outros fenômenos ocorridos no Brasil, mas, não fôra o Convênio, a sustentação de preços não seria possível naquele ano e nos anos seguintes. Evidentemente, a variação dos volumes de exportação anual, que sofre a influência da intenção dos importadores de acumular maior ou menor estoque nos países consumidores, é outra fôrça que afeta os níveis de entrada de divisas.

Igualmente, estão os países membros da Organização fazendo esfôrço no sentido de aumentar o consumo da bebida mediante campanha de propaganda. No ano cafeeiro 1965/66 foram lançadas campanhas promocionais em onze países, ao custo de 5 milhões de dólares, contribuídos pelos países exportadores. Em 1966/67 o número de campanhas foi aumentado para treze, com dotação de 8 milhões de dólares. Essas campanhas, entretanto, precisam ser melhoradas e aumentadas.

Nova investida cabe agora fazer quanto aos obstáculos existentes ao aumento de consumo. Nesse terreno pouco foi obtido.

No momento em que começa a OIC a se aproximar do fim da sua primeira etapa, já se movimenta para entrar na segunda: equilibrar produção e consumo. O Quadro 2 projeta a posição da superprodução mundial nos próximos cinco anos: cêrca de 12 milhões de sacas ou quase 20 por cento a mais que o consumo mundial. Isto é, se não se tomar medidas *imediatas*, poderá haver uma acumulação de estoques, em cinco anos, igual ao total hoje armazenado.

Essa é a etapa mais difícil e a sua não realização limitará a OIC de tal forma que poderá pôr-se em dúvida se terá condições de sobrevivência. Começa, entretanto, a surgir alguma luz entre os líderes mais evoluídos nos países produtores de maior importância, no sentido de reconhecer que é necessário atacar êsse problema séria e imediatamente. O Brasil, uma vez mais, está dando o exemplo com o seu avançado programa. O sucesso de tal empreendimento terá, sem dúvida, impacto em outras áreas produtoras do mundo e provará a factibilidade de programas semelhantes.

A Organização busca no momento concretizar a criação de um Fundo de Diversificação e Desenvolvimento, de talvez uns 300 milhões de dólares, com o objetivo de facilitar a concretização dêsses objetivos.

Hoje, como ontem, estou convencido de que será possível encontrar solução para os problemas que nos confrontam. A melhor utilização do instrumento de que dispomos consistirá em desenvolver e encorajar a cooperação internacional, a fim de que transitemos, sem nos exaurirmos em guerras econômicas, do campo do subdesenvolvimento para o da industrialização e do progresso.

QUADRO 1

Divisas obtidas pelos países exportadores de café

Totais anuais, 1960/1966

Ano	*Milhões de dólares*
1960	1 872
1961	1 812
1962	1.829
1963	1 938
1964	2 371
1965	2 166
1966	2 300 (Est.)

Nota 1. — No período acima o Brasil obteve uma percentagem variável entre 32% e 39% aproximadamente.

Nota 2 — Desde 1958, primeiro ano do atual ciclo de superprodução — e portanto de preços baixos — o Brasil vem obtendo um total anual de divisas variável entre 700 e 770 milhões de dólares (com exceção do próprio ano de 1958, e de 1962, em que o total foi respectivamente 688 e 643 milhões de dólares).

QUADRO 2

Produção total, consumo interno e necessidades de importação de café

Anos cafeeiros 1965/66 a 1974/75

(Milhares de Sacas de 60 quilos)

	1965/66	1966/67	1967/68	1968/69	1969/70	1970/71	1971/72	1972/73	1973/74	1974/75
Produção total	77.650	75.250	81.600	79.800	86.400	83.100	83.100	83.100	83.100	83.100
Consumo interno dos países produtores	15.878	16.545	17.240	17.964	18.718	19.490	20.306	21.155	22.044	22.981
Produção exportável	61.772	58.705	64.360	61.836	67.682	63.610	62.794	61.945	61.056	60.119
Necessidade de importação	48.200	49.395	50.620	51.876	53.162	54.500	55.873	57.281	58.724	60.204
Diferença:										
Anual	13.572	9.310	13.740	9.960	14.520	9.110	6.921	4.664	2.332	85
Acumulada	—	22.882	36.622	46.582	61.102	70.212	77.133	81.797	84.129	84.044

NOTA — A partir de 1970/71 presume-se que a produção poderá, pela ação da OIC (hipótese menos favorável), permanecer em nível igual à média 1968/69 e 1969/70.

OS RESULTADOS FINANCEIROS DE 1966

ROBERTO DE OLIVEIRA CAMPOS

CUSTO DE VIDA - GUANABARA
em % - acumulado

1965
J F M A M J J A S O N D
1966

0 5 10 15 20 25 30 35 40 45 %

APEC - M Duarte

APARÊNCIA E REALIDADE

A julgar pelos índices de preços, o ano de 1966 foi decepcionante. O custo de vida subiu na Guanabara em mais de 41%, apenas ligeiramente inferior ao aumento registrado no ano anterior. O índice geral de preços por atacado elevou-se mais do que no ano passado: 33%, contra 28% em 1965.

O que os índices não mostram é que a elevação de preços em 1966 teve caráter radicalmente diferente dos anos anteriores. Os grandes focos inflacionários foram efetivamente extintos em 1966, primeira vez desde 1938. Nesse sentido, o PAEG alcançou seu objetivo. Êsse o fato que de um ponto-de-vista de prazo longo será o característico marcante do ano que acaba de findar. Embora não console àqueles que sofreram da elevação de preços, é prenúncio da estabilidade razoável que talvez possa ser conseguida em futuro próximo.

1966: ANO DE EXTINÇÃO DOS GRANDES FOCOS INFLACIONÁRIOS

Vamos, primeiro, explicar melhor o fato que acabamos de mencionar. Os três principais focos da inflação brasileira foram, nesta ordem, o deficit orçamentário, o sistema de reajustamento de salários e — recentemente — o sistema de reajustamento de preços mínimos na agricultura. O primeiro operava do lado da procura, inflacionando-a e com isso fazendo subir os preços. O segundo produzia seus efeitos essencialmente do lado dos custos, pela onipresença do salário como fator de custo. Os preços agrícolas operavam como fator de inflação da demanda, na medida em que se tratasse de produtos de exportação e do lado do custo, na medida em que se tratasse de produtos alimentícios, para consumo interno, através da elevação dos salários que provocavam.

1) O DEFICIT

A organização do nosso setor público e a prática das vinculações de receitas fazem com que seja fácil de se perder de vista o resultado líquido das operações do setor público federal, como um todo. Assim, o aparente deficit de pouco mais de 500 bilhões registrado no ano passado, além de ter sido financiado pela emissão não inflacionária de títulos ao público (na maior parte), esconde, na verdade, um superavit do setor público federal. É que houve aumento de 195 bilhões de cruzeiros nos depósitos de autarquias e outras entidades públicas, contabilizados separadamente das contas do Tesouro Nacional. Trata-se, principalmente, de autarquias. É evidente que as entidades em cujos nomes se acumularam êsses depósitos poderão, no futuro, gastá-los. Mas, do ponto-de-vista do período orçamentário, houve superavit. É evidente que restam, para serem resolvidos, muitos problemas financeiros do setor público. A menos que sejam resolvidos, constituirão uma bomba de retardamento, que poderá ressuscitar o deficit do setor público. A reforma administrativa e a reforma da gestão, venda ou liquidação das emprêsas mistas (e autarquias) promoverão a solução definitiva.

2) OS SALÁRIOS

O segundo grande foco inflacionário era o *sistema* de reajustamento de salários (naturalmente, não o reajustamento por si mesmo), tanto os fixados por via executiva como os fixados mediante acôrdos coletivos ou acórdãos da Justiça do Trabalho. Os passos fundamentais para resolver êsse problema, num sentido não inflacionário, já haviam sido dados em 1964 e 1965. Entretanto, foi só em 1966 que foram uniformizados os índices que serviriam de base para a determinação dos reajustamentos salariais. Com isso, evitaram-se contradições e injustiças que poderiam abalar o sistema. O nôvo sistema não é perfeito. Em face de erros quanto à elevação futura dos preços pode conduzir a uma queda do salário real, em relação à média do período de base, que a fórmula procura preservar. Mas com o afrouxamento do ritmo inflacionário, êsse perigo tornar-se-á menos importante.

3) PREÇOS MÍNIMOS

Também o terceiro grande foco inflacionário — o sistema de determinação dos preços mínimos para produtos agrícolas — foi amansado em 1966. Êsse sistema que foi responsável pela expansão do crédito de 1965, o que atrasou a consecução de razoável grau de estabilidade monetária, por um ano, pelo menos. Em 1966, o preço mínimo do café foi fixado de maneira a dar ao setor café um nível de renda real igual à média dos anos precedentes e substancialmente inferior, portanto, ao do ano de 1965. Mais importante é o fato que só em 1966 foi implantado, efetivamente, o sistema de erradicação de cafèzais, destinado a acabar com a própria superprodução (e não, simplesmente, com os respectivos sintomas). Também na determinação dos demais preços mínimos de produtos agrícolas foi, em geral, seguido um critério bastante conservador, sem, entretanto, descuidar do necessário estímulo à produção e a da conveniência que esta dê não sòmente para o consumo corrente e exportação, mas também para a formação de estoques.

AS CAUSAS DA SUBIDA DOS PREÇOS DE 1966

Com todos êsses êxitos, parece surpreendente que ainda houvesse uma elevação tão pronunciada dos preços durante 1966, mas houve realmente fatôres especiais que agiram e que só nas últimas semanas do ano afrouxaram seus efeitos e puderam ser controlados.

1) O TEMPO

Em primeiro lugar, as safras foram baixas, o que se refletiu em forte aumento dos preços dos gêneros alimentícios, multo superior ao índice geral. Como o pêso dêstes produtos, tanto no índice do custo de vida como no índice dos preços por atacado, é superior ao respectivo pêso no produto nacional bruto, a elevação dêsses índices dá uma impressão exagerada da elevação dos preços.

2) A INFLAÇÃO SEM DINHEIRO

Em segundo lugar, houve um fenômeno excepcional e, por sua própria natureza, passageiro, que também contribuiu muito no sentido da elevação de preços, sobretudo na primeira parte do ano. Foi a expansão do valor dos negócios com base, não no crédito bancário (que aumentou pouco, em têrmos reais, da mesma forma como aumentou pouco o volume dos meios de pagamento), mas baseado no crédito concedido mùtuamente pelas emprêsas. É um fenômeno excepcional e passageiro porque, sem ratificação posterior pelo crédito bancário, êsse crédito mútuo não pode deixar de resultar no que se tem chamado "moratória consentida". Mas até que se alcance êsse ponto, haverá necessàriamente um efeito sôbre os preços em nada diferente do que seria produzido pela elevação do crédito bancário. O que conduziu a essa "inflação sem dinheiro" e sem crédito, foram as expectativas inflacionárias que haviam recrudescido como conseqüência da grande expansão de crédito de 1965. Por sua vez, a expansão do crédito mútuo e seu resultado eventual, a crescente iliquidez das emprêsas, confrontou o Banco Central com uma tarefa inteiramente nova e extremamente delicada. Não podia deixar de expandir algo o crédito, para evitar que a referida iliquidez conduzisse a falências em massa, mas se criasse mais crédito do que o mínimo necessário, podia reanimar as expectativas inflacionárias e nova expansão do crédito mútuo.

Pode-se dizer que em 1966 se verificou, acima de qualquer dúvida, que o jovem Banco Central possuía a capacidade de manipular com muita perícia os delicados instrumentos do contrôle de crédito.

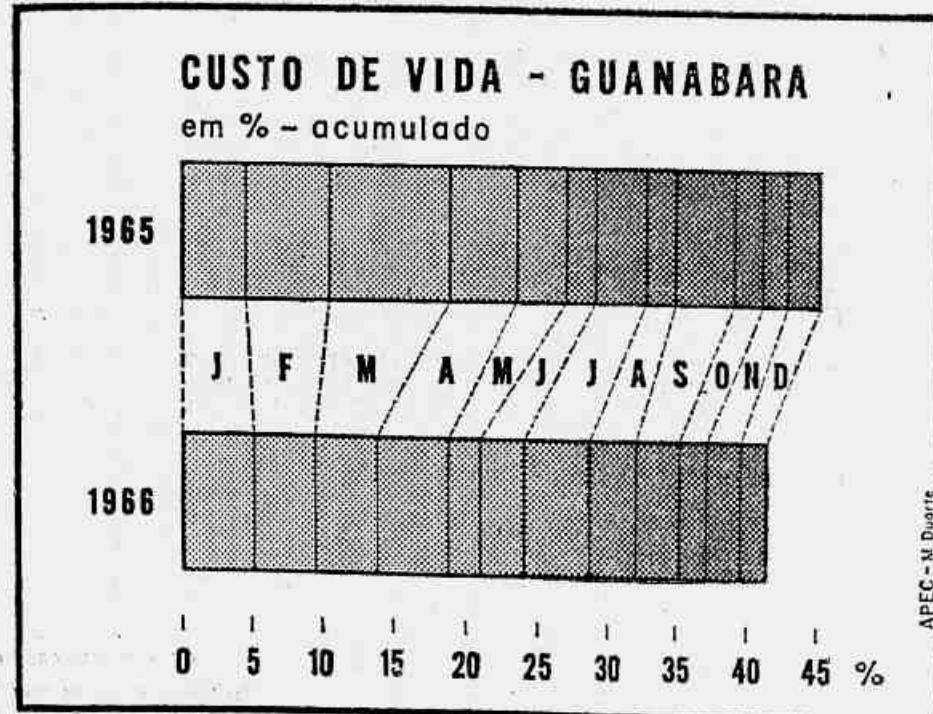
3) A INFLAÇÃO "FEDERALISTA": BREVE SURTO

Nôvo foco inflacionário, ou antes, um fato antigo sob nôvo disfarce apareceu em 1966. Foi a prática de os Governos estaduais empreitarem obras muito além das receitas disponíveis. Como conseqüência, viam-se forçados a apelar ou para o Banco Central, o que seria inflacionário, ou para o mercado de capitais, lançando títulos ao público mediante descontos muito grandes, o que ameaçava desorganizar o mercado de títulos em geral, cuja recuperação fôra um dos êxitos conseguidos pelo Govêrno revolucionário. Dentro do sistema federativo, a solução para êsse problema pôde ser encontrada em 1966 sòmente por medidas *ad hoc;* mas na nova Constituição constam medidas acauteladoras dos interêsses das finanças do País como um todo, o que deve ser considerado mais uma conquista do ano findo.

PERSPECTIVAS

É claro que os focos básicos de inflação continuarão sufocados apenas mediante contínuos esforços. Êste ano, por exemplo, as autoridades enfrentarão uma tarefa inesperada, apesar da decisão de não permitir que os vencimentos do setor público aumentem em mais de 25%.

É que a reforma tributária, que entrou em vigor a 1 de janeiro, determinará certos problemas de reajustamento, embora em seu conjunto e a longo prazo, deverá ser antes deflacionária. Para evitar o problema do reajustamento, decorrente da substituição do injusto impôsto de vendas pelo de circulação de mercadorias, era intenção do Govêrno colocar a reforma em vigência apenas gradativamente, plano a que se antecipou o Congresso. Outrossim, o nôvo sistema outorga aos Estados e Municípios, em troca da perda de certas receitas de menor vulto, uma participação importante na arrecadação federal, sem, desde já transferir-lhes tarefas adicionais. Isto seria feito com tempo, mas no momento, a reforma determina uma sobrecarga para o Govêrno federal.

A continuarem extintos os focos básicos da inflação em 1967, as perspectivas são bastante lisonjeiras, especialmente porque as safras se anunciam boas. A elevação dos preços nos primeiros dias de janeiro criou a impressão errada de que o ritmo da inflação do ano em curso não seria inferior ao do ano passado. Entretanto, essa elevação e outras que porventura se lhe seguirem nas próximas semanas poderão fàcilmente constituir a parte principal da subida de preços que êste ano registrará. É que se estabeleceu o hábito de se reajustar aluguéis, tarifas e os poucos preços que ainda estão controlados nas primeiras semanas do ano. É uma prática que terá de ser modificada, pois cria exagerada expectativa inflacionária.

COPERBO VÊ 1967 COMO O ANO DE SUA RECUPERAÇÃO

Recife (Sucursal) — A COPERBO — Companhia Pernambucana de Borracha Sintética — tem, afinal, em 1967, sua chance de ampla recuperação.

Como é sabido, aquela emprêsa atravessou enormes dificuldades desde o início da sua fase de implantação.

A construção de sua fábrica se verificou durante o período em que a inflação no País atingiu o seu índice maior. Em conseqüência o orçamento do projeto sofreu revisões sucessivas e o capital social da emprêsa algumas correções.

O ativo imobilizado da COPERBO é nos dias que correm, da ordem de 56 milhões de cruzeiros novos para um capital social de 20,964 milhões de cruzeiros novos, êste distribuído conforme o quadro abaixo:

	Valor subscrito (milhões de Cr$ novos)
1 — Estado de Pernambuco e Público	9,375
2 — Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico	3,125
3 — SUDENE (Depositantes dos Arts. 34 e/ou 18)	5,000
4 — Correção do Ativo Imobilizado — Lei 4 357/64 e 4.869/65	3,464
	20,964

Em meados de 1966, ante a evidência dos fatos, o Sr. Presidente da República acolheu a sugestão de criação de um Grupo de Trabalho interministerial para estudo e equacionamento dos problemas da Emprêsa, o que foi feito através do Decreto n.º 58 373.

O referido GT analisou pormenorizadamente os diversos aspectos de cada problema da COPERBO e concluiu ser o empreendimento realmente viável, uma vez adotadas as medidas então sugeridas, cuja concretização só agora se tornam possíveis.

A Emprêsa terá condições de aumentar consideràvelmente suas vendas internas de borracha e, além disso irá exportar uma parcela de sua produção.

Os resultados do último balanço publicado pela Companhia confirmaram os da análise procedida pelo GT já referido.

As despesas decorrentes das operações de financiamento do projeto foram realmente fator distorsivo de incidência maior. Tal problema, contudo, para o presente exercício terá solução com o aumento de capital já previsto.

OS PRODUTOS DA COPERBO

Como já tem sido divulgado, Coperflex é o nome comercial do primeiro produto lançado pela COPERBO no mercado nacional em setembro de 1965. Trata-se de um elastômero tipo polibutadieno, de pureza elevada e características outras especiais que possibilitam o seu uso em substituição à borracha natural em elevada porcentagem das aplicações desta última com a vantagem de reduzir os custos dos produtos acabados pela afinidade que possui o Coperflex para com os plastificantes e as *cargas*.

A borracha sintética Coperflex é compatível com outros tipos correntes de borrachas natural e sintética podendo ser usada em mistura com os mesmos em elevadas proporções.

Atualmente a borracha da COPERBO está sendo usada com sucesso pelas fábricas de pneumáticos, plásticos, artefatos extrudados e esponjosos, artefatos mecânicos (correias transportadoras, correias em V, amortecedores etc.) além de solas e saltos na indústria de calçados.

OUTROS PRODUTOS

Tendo concluído uma fase de testes operacionais coroados de êxito, a COPERBO lançará no mercado, ainda no primeiro semestre dêste ano, uma nova qualidade de borracha. Trata-se de um tipo de **Polibutadieno estendido em óleo** que facilitará o uso pelos fabricantes de artefatos da **indústria leve.**

O nôvo produto, com as principais características básicas do Coperflex 45, terá um preço de venda inferior.

Por outro lado, visando a um programa de expansão a COPERBO está estudando a possibilidade de venda da Aldeído anidrido e ácido acético, além de etileno glicol, produtos que poderão liberar em larga escala, dentro do esquema recomendado pelo já citado Grupo de Trabalho Interministerial.

A SITUAÇÃO DO MERCADO

Desde o início de sua produção vinha a COPERBO encontrando dificuldades de colocação do seu produto principal

No ano de 1965 houve uma retração sensível no consumo de todos os tipos de borracha no País, segundo dados oficiais. Por outro lado, em 1966, não houve a esperada reação do mercado no sentido dos níveis de projeção do consumo admitidos pela então Comissão Executiva da Defesa da Borracha — atual Superintendência da Borracha — quando da elaboração do projeto.

Sem sombra de dúvidas, havia mesmo necessidade de um período razoável de tempo para que fôsse testado pelos fabricantes de artefatos o nôvo produto lançado no mercado. Tratava-se, afinal de contas, de um elastômero nôvo entre nós, o que não ocorria com outros tipos de borracha, êstes, aliás, concorrentes do Coperflex em algumas faixas de aplicação.

As possibilidades a partir do corrente ano são bem melhores. Os testes referidos e realizados ao longo de todo o ano de 1966 revelaram resultados positivos. A recente mudança de Taxa Cambial por sua vez melhorou um pouco a situação do produto no que se refere ao mercado internacional.

Assim é que as previsões fornecidas pela CEDB ao Grupo de Trabalho, e constante do Relatório do mesmo, admitiram um consumo total de borrachas novas variando de 93 070 tons em 1967 à 126 619 em 1971, com um crescimento médio anual da ordem de 8%.

A participação do Coperflex segundo o mesmo documento estará situada na proporção de 18,74% sôbre o total consumido no mercado interno, sendo possível ainda a exportação do produto, ao longo dos anos considerados, em quantidades que variam de 7 000 a 9 523 toneladas, conforme se pode verificar no quadro abaixo transcrito.

Unidade: Tonelada métrica

Tipo de Borracha	Estimativa de consumo				
	1967	1968	1969	1970	1971
Vegetal sólida ..	26.863	29.012	31.333	33.840	36.547
S B R	37.631	40.641	43.892	47.403	51.195
Outras (inclusive latex)	11.134	12.025	12.987	14.026	15.148
Subtotal	75.628	81.678	88.212	95.269	102.890
B R (polibutadieno)	17.442	18.837	20.344	21.971	23.729
Total	93.070	100.515	108.556	117.240	126.619
% BR / Total .	18,74	18,74	18,74	18,74	18,74
Possibilidade de exportação ...	7.000	7.560	8.165	8.818	9.523
TOTAL GERAL	100.070	108.075	116.721	126.058	136.142

Observação:

B R (polibutadieno) — produtos fabricado pela COPERBO e vendido com o nome de COPERFLEX.

Como se vê, as possibilidades da COPERBO são realmente animadoras no que diz respeito a mercado. Desde que não há problemas operacionais maiores, a preocupação seria sòmente a matéria-prima. Em tal sentido e em decorrência de medidas governamentais, a emprêsa já conta com álcool a custo razoável. Considerando a recente e episódica procura de álcool e melaço para exportação, a COPERBO começa agora a tornar efetivo um esquema integrado onde o butadieno de Petróleo, ainda que importado, será usado no seu processo produtivo, caso as autoridades brasileiras permitam que falte matéria-prima para uma indústria básica como a de borracha sintética, cuja importância é de valor significativo para o desenvolvimento do Nordeste.

A INDEPENDÊNCIA DO BANCO CENTRAL

DENIO NOGUEIRA

"An independent Federal Reserve System is the primary bulwark of the free enterprise system and when it succumbs to the pressures of political expediency or the dictates of private interest the ground work of sound money is undermined".

(William MacChesney Martin Jr.)

As palavras acima foram escritas pelo atual Presidente do Banco Central norte-americano há 15 anos, referindo-se a sua própria instituição — o Sistema Federal de Reserva — e ao seu próprio país. Em sua opinião, a independência do Sistema Federal de Reserva está na própria base do regime da livre iniciativa, pelo que cumpre evitar que êle "sucumba às pressões dos expedientes políticos e às imposições dos interêsses privados", sob pena de perder-se a estabilidade monetária.

Um compatriota seu — Sr. David Grove — escrevia alguns anos mais tarde, em sua tese de doutorado na Universidade de Harvard, sôbre o mesmo assunto, as seguintes palavras:

"A importância da independência do banco central repousa no pressuposto, amplamente comprovado na vida prática, de que os governos necessitam de tal instituição para agir como um freio às suas propensões inflacionárias. Tanto o Poder Executivo como o Legislativo se caracterizam por marcante inclinação inflacionária, em prejuízo do interêsse nacional, mas que serve perfeitamente aos interêsses políticos do partido dominante, qualquer que seja êle. A principal razão para essa inclinação inflacionária está na estreita correlação entre o vulto dos gastos públicos, a popularidade política e a conquista do poder. É sempre popular o Govêrno que reduz impostos ou que deixa de elevá-los quando isso se impõe. A tentação de seguir uma política financeira inflacionária é ainda maior quando o banco central é subserviente e, portanto, incapaz de fazer-se ouvir com relação aos males econômicos e financeiros da política do deficit orçamentário permanente e do crédito fácil, quando o nível de emprêgo dos fatôres de produção está próximo do máximo" (Nações Unidas, Instituto de Desenvolvimento Econômico, Financial Institutions and Monetary Policy, Washington, 1961, pg. 17).

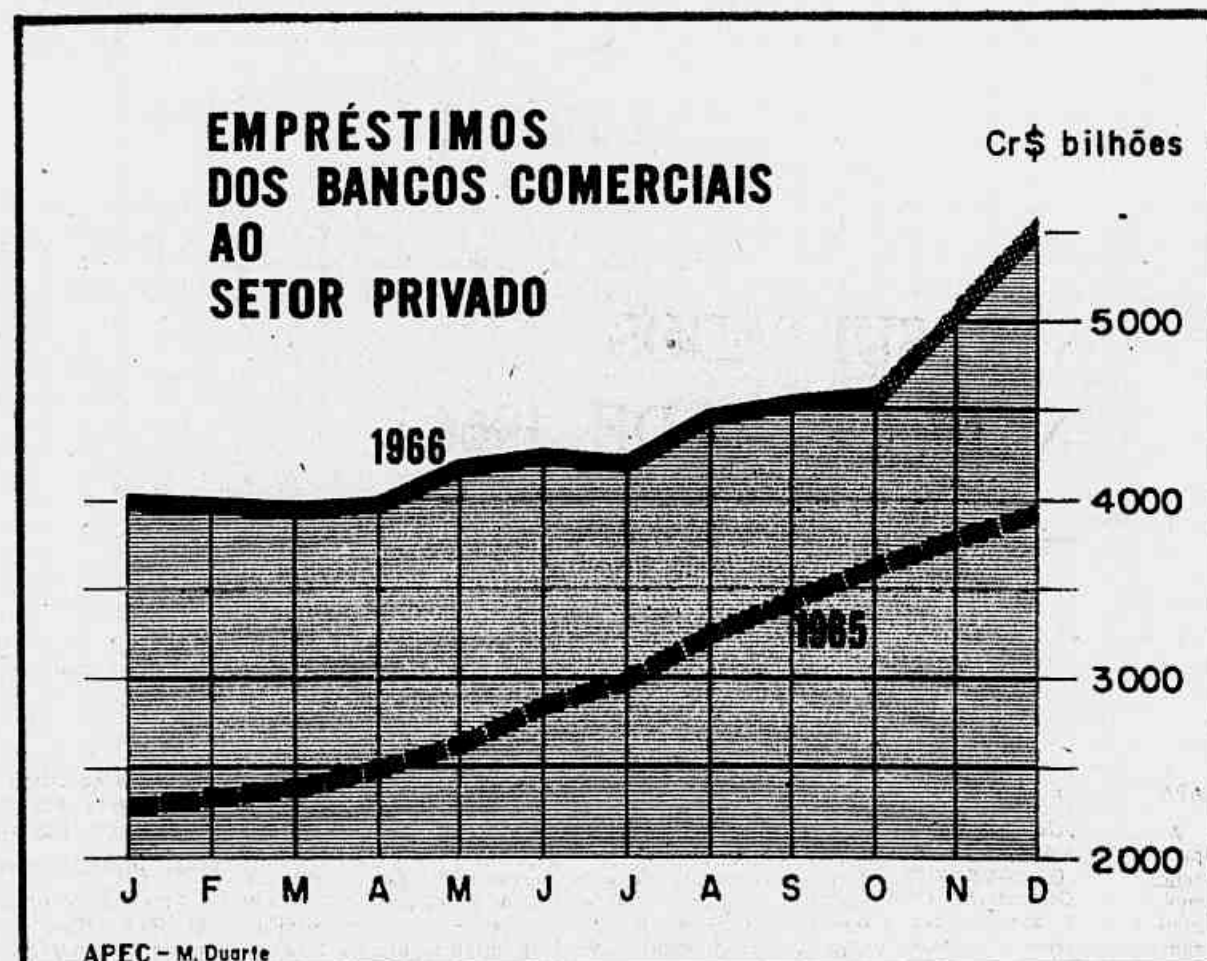
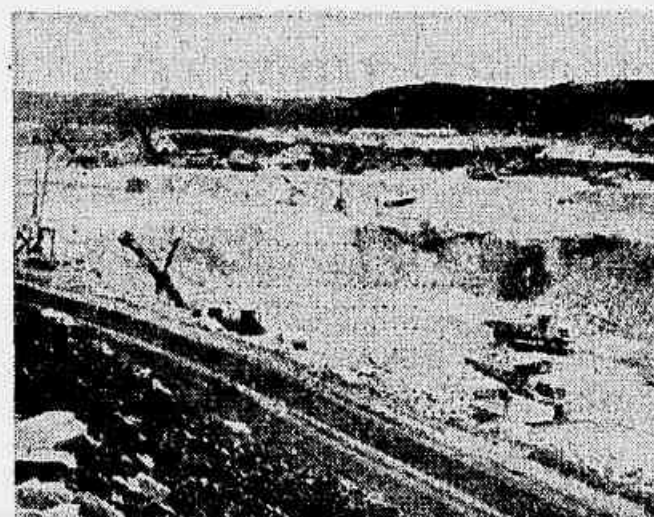
É de tal importância êste assunto que hoje se poderia construir uma biblioteca de apreciável número de livros e artigos sôbre o tema da independência dos bancos centrais em relação ao poder político do govêrno. O volume mais antigo dessa biblioteca seria provàvelmente o célebre *De l'Esprit des Lois*, de Montesquieu (1748) quando se refere à subserviência dos bancos de governos, afirmando que "quando se põe em uma balança o dinheiro de um lado e o poder do outro, êste pesa mais que aquêle, passando o dinheiro a pertencer ao poder".

Daí a evolução operada no mundo desde o fim do século XIX, com a crescente independência dos bancos centrais em relação aos respectivos governos. A regra tem sido dar mandatos mais ou menos longos às diretorias dos bancos, com o objetivo de torná-los independentes das injunções políticas e das pressões privatistas, ao mesmo tempo em que se assegura a indispensável continuidade de orientação em matéria da importância da política financeira em geral.

Como exemplo, é de mencionar-se que, no total de 23 bancos analisados num trabalho onde se compila a legislação básica dos bancos centrais, organizada pelas Nações Unidas (Central Bank Legislation, United Nations, International Monetary Fund, Washington, 1961), apenas 3 não gozavam de independência em relação ao govêrno: Brasil (antes da Reforma Bancária), República Dominicana e Indonésia. Em 6 países a independência era relativa, pois os mandatos das diretorias eram excessivamente curtos — apenas 3 anos. Nos restantes 14, os mandatos eram de 4 anos ou mais, sendo que em um caso (Estados Unidos), os mandatos iam a 14 anos.

Não é fácil manter-se o equilíbrio entre as pressões que se exercem no sentido do financiamento imoderado das despesas públicas e privadas e a defesa da estabilidade financeira, função precípua do banco central. É na medida em que se oferecem soluções adequadas aos problemas que o govêrno tem de enfrentar a cada dia que reside o segrêdo da fôrça e a da sobrevivência do banco central independente.

Grande parte dessas dificuldades está hoje ultrapassada em quase todo o mundo. Elas tiveram seu clímax no desentendimento ocorrido nos Estados Unidos, em 1951, durante o Govêrno Truman, entre o Secretário do Tesouro e o Sistema Federal de Reserva, do qual resultou a renúncia do então presidente dêste último, substituído pelo Presidente Martin, que até hoje se mantém no pôsto.

A fórmula que permitiu a solução dêsse caso evidenciou-se como a melhor válvula para a manutenção da independência dos bancos centrais, o que induziu o Sr. Martin Jr. a pronunciar as palavras citadas no início.

GARANTIDA A INDUSTRIALIZAÇÃO DE MINAS COM JAGUARA E TRÊS MARIAS

Jaguara assegurará mais 640 mil quilowatts à industrialização de Minas

Visando a dotar Minas Gerais de energia elétrica necessária ao seu crescente desenvolvimento industrial, a CENTRAIS ELÉTRICAS DE MINAS GERAIS, S.A. — hoje a emprêsa que mais cresce no País nesse setor — inicia 1967, seu 15.° ano de atividades, executando um importante programa de obras que possibilitará aumentar sua capacidade geradora em mais 530 mil quilowatts até 1971. Para tanto, contará com a entrada em operação, progressivamente, de mais duas unidades geradoras de Três Marias e das quatro primeiras da Usina de Jaguara, esta em construção no rio Grande.

A par de fornecer energia, através de distribuição direta, a além de 300 localidades mineiras e, em grosso ou transferência de carga a mais de uma centena, a CEMIG serve a seis milhões de habitantes nas diversas regiões do Estado, atendendo, ainda, cêrca de 3 500 indústrias, inclusive a todo o parque metalúrgico mineiro, o mais importante do Brasil. Na execução do Programa de Eletrificação do Govêrno Israel Pinheiro, a CEMIG está investindo meio trilhão de cruzeiros em cinco anos, em obras de geração, transformação, transmissão e distribuição de energia elétrica.

ENERGIA AS INDUSTRIAS

A CEMIG foi criada em 1952, sob a forma de sociedade de economia mista, com a finalidade de construir e explorar sistemas de geração, transmissão, transformação e distribuição de energia elétrica, sobretudo para atendimento da crescente demanda de consumo do parque industrial mineiro, que então se achava estrangulado em conseqüência de sucessivos racionamentos, com enormes prejuízos à economia mineira e do próprio País.

Já no seu primeiro ano de atividades, a CEMIG ligava 47 indústrias ao seu sistema. Hoje, 15 anos após, fornece energia elétrica a mais de 3 500 pequenas, médias e grandes indústrias, disseminadas nas várias regiões do Estado, o que lhe assegura a posição de segundo fornecedor brasileiro para consumo industrial.

Em 1966, o fornecimento de energia elétrica da CEMIG às indústrias mineiras ascendeu a 1,67 bilhões de quilowatts-hora, representando cêrca de 70 por cento da produção global da emprêsa. O principal grupo consumidor, com um total de 1,62 bilhões, foi o das indústrias de transformação, vindo, em seguida, as indústrias extrativas, com 35 milhões e as outras indústrias, com 22 milhões de quilowatts-hora.

EXPANSAO PROGRAMADA

Em 1952, a capacidade instalada da CEMIG era de apenas 12 880 quilowatts; hoje, é superior a 500 mil e a emprêsa dispõe, ainda, de 50 por cento da energia de Furnas, ascendendo sua disponibilidade, pois, a cêrca de um milhão de quilowatts.

Expandindo seu sistema de geração em obediência a criterioso programa a longo prazo, que lhe possibilita fornecer energia elétrica para atendimento da demanda de carga, a CEMIG se constitui em importante fator de incentivo à industrialização do Estado, seja viabilizando a implantação de novas fábricas, seja sustentando a ampliação das já existentes.

De acôrdo com êsse programa, que visa sobretudo a atender à crescente demanda de energia elétrica do parque industrial mineiro — e, paralelamente, da eletrificação das cidades e dos campos, que vem promovendo em ritmo jamais visto em Minas — a CEMIG está realizando obras de grande vulto que lhe possibilitarão ampliar sua capacidade geradora em meio milhão de quilowatts, nos próximos cinco anos.

IMPORTANCIA DE JAGUARA

A Construção da Usina de Jaguara, no rio Grande, na divisa Minas—São Paulo, mas no município mineiro de Sacramento, é a principal obra da emprêsa no setor de geração, presentemente. Com capacidade final instalada da ordem de 640 mil quilowatts — dos quais 400 mil já na primeira fase — Jaguara será uma das maiores hidrelétricas da região Centro—Sul do País.

Representa investimento superior a Cr$ 200 bilhões e, para sua construção, a CEMIG conta, além de recursos próprios, com um financiamento de Cr$ 44,4 bilhões, da Eletrobrás e outro, de 49 milhões de dólares, do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (Banco Mundial), ambos já concedidos à emprêsa mineira no ano passado.

Mil homens, dos quais cem da CEMIG e os demais de empreiteiros, trabalhando vinte horas por dia, inclusive aos sábados e domingos, e movimentando dezenas de guindastes e escavadeiras gigantescas, e caminhões basculantes de até vinte toneladas, estão construindo Jaguará, concentrando seus esforços, presentemente, nas obras de desvio do curso do rio, que já está em sua etapa final.

TRÊS MARIAS

A primeira unidade geradora de Jaguara deverá entrar em operação em meados de 1970 e as demais, a intervalos de seis meses. Para atender aos requisitos de ampliação do seu sistema gerador, até a entrada em operação das primeiras máquinas de Jaguará, a CEMIG está executando — em obediência ao seu cronograma — as obras civis necessárias à instalação das unidades 5 e 6 de Três Marias, que aumentarão a capacidade instalada daquela importante hidrelétrica, de 260 para 390 mil quilowatts.

As unidades 5 e 6 de Três Marias já foram adquiridas à Siemens Voith da Alemanha, mas terão considerável parte dos equipamentos mecânicos e elétricos de fabricação nacional. Para sua aquisição, a CEMIG contou com financiamento de 16,6 milhões de marcos do Kreditanstald füer Wiederaufbau (Banco Alemão) e com recursos de companhias de seguro de Belo Horizonte, Guanabara, São Paulo, e Rio Grande do Sul e outros Estados, que fizeram maciças inversões em ações da CEMIG, em aplicação de parte de suas reservas técnicas.

Com 65 mil quilowatts, cada, as duas novas unidades de Três Marias entrarão em operação já no próximo ano, assegurando, assim, mais 130 mil quilowatts à industrialização do Estado. Graças à disponibilidade de energia elétrica, no tempo, na qualidade e na quantidade necessárias — fator que se alia à mão-de-obra e às matérias-primas existentes —, Minas é, hoje, área ideal para a instalação de indústrias, seja de grande, médio ou pequeno porte.

AMÉRICA LATINA: PROJETOS PARA INTEGRAÇÃO

MIRCEA BUESCU

A economia mundial caracteriza-se, a partir da Segunda Guerra Mundial, pela constituição e fortalecimento de blocos econômicos regionais que, além de assegurar maior poder de barganha, constituem um passo para frente na organização de economias de escala. Além do bloco dos países comunistas da Europa Oriental, agrupados no COMECON, e o bloco natural, constituído pela China comunista e países da zona de influência, o mundo livre conhece uma série de integrações, mais ou menos avançadas, como o Mercado Comum Europeu ou outras, em algumas das quais participam de certa forma até os Estados Unidos, apesar de já constituírem economia de escala. As recentes insistências da Inglaterra para ingressar no Mercado Comum são bem expressivas quanto à importância da integração até para países altamente desenvolvidos.

Para os países em vias de desenvolvimento a necessidade de criar economias de escala é ainda maior, com vistas a maximizar os esforços desenvolvimentistas. É a meta principal da América Latina, na qual o atual Mercado Comum Centro-Americano é exíguo demais para constituir economia de escala e a Associação Latino-Americana do Livre Comércio para se dedicar por enquanto, principalmente, às reduções tarifárias.

Não obstante o atraso e os óbices que a integração encontra, a criação de uma economia de escala na América Latina é imprescindível para o desenvolvimento econômico da região. Escrevia, recentemente, o Dr. Garrido Tôrres, Presidente do BNDE: "Se a América Latina não se encaminha resolutamente para o citado objetivo, ficará atrás de outras regiões do mundo, com o que se condenará definitivamente a seguir a condição de dependência, com relação ao progresso alheio, resignando-se para sempre com um destino a que estava condenada no passado." (CEMLA — Boletim mensal — nov. 1966).

A magnitude da tarefa não deve constituir obstáculo intransponível alegando-se que será difícil ultrapassar, de uma vez, as resistências nacionais e harmonizar interêsses muitas vêzes contraditórios. A adoção de atitude gradualista impõe-se do ponto-de-vista metodológico, através da preparação de projetos multinacionais de desenvolvimento.

Neste sentido, declarava Felipe Herrera, Presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento: "Transcendendo do campo comercial — e dadas as dificuldades de enfrentar imediatamente a programação global regional — seria necessário empreender a coordenação das políticas nacionais de inversão ou a formulação de uma política regional de inversões que permita integrar, de maneira direta, o processo de desenvolvimento de cada país no marco regional." (Integração Econômica em Marcha — ed. APEC — 1966 — pág. 102). Entretanto, como essa coordenação ou formulação global poderia ainda parecer muito difícil, o primeiro passo deveria ser constituído pela execução de projetos multinacionais — tarefa mais limitada em valor e número de participantes, mas que já poderia criar um espírito de colaboração, um modêlo a ser imitado e ampliado, da integração e dos seus benefícios para todos os países participantes.

Foi neste sentido que o Banco Interamericano de Desenvolvimento deu prioridade em seus financiamentos, procedendo aliás como outros organismos de integração, tais como o Banco Europeu de Investimentos, o Fundo Central Americano de Integração Econômica etc.

Estabelecido o princípio, encontrava-se outro obstáculo na dificuldade de elaborar-se, com presteza e eficiência, os respectivos projetos, problema que existe em todos os países em vias de desenvolvimento e que, no Brasil, encontrou solução, em grande parte, graças à criação do FINEP. Com o mesmo propósito, porém em nível multinacional ou para projetos, visando à integração latino-americana, foi criado, em julho de 1966, pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, o Fundo de Pré-Investimento para a Integração da América Latina, para empréstimos, assistência técnica, estudos e aprendizagem, relacionados com programas e projetos que contribuíssem para a integração.

O regulamento do Fundo prevê que os campos de aplicação dos financiamentos serão: obras multinacionais de infra-estrutura; desenvolvimento integrado de formas geo-econômicas multinacionais; indústrias básicas para mercados multinacionais e outras atividades de integração.

Para o funcionamento do Fundo, foram destinados ... 15 000 000 de dólares do Fundo para Operações Especiais e os Estados Unidos destinaram ao Fundo 1,5 milhão de dólares do Fundo Fiduciário de Progresso Social, administrado pelo BID.

A propósito dêsses projetos multinacionais, um estudo elaborado a pedido do BID por uma firma especializada procedeu à enumeração de vários projetos de integração, que deveriam ter prioridade nos respectivos países interessados e nos organismos internacionais de financiamento. Os setores a serem contemplados poderiam ser os seguintes:

1. Infra-estrutura — Transportes rodoviários (como o caso da prioridade dada no Brasil, à rodovia da Ponte da Amizade — Paraguai a Paranaguá); Transportes rodoviários, marítimos e aéreos; Comunicações; Energia elétrica (Interconexões possíveis; capitais centro-americanas; Buenos Aires—Montevidéu; Barranquilla—Maracaibo; Cali—Quito; Santiago—Mendoza).

2. Desenvolvimento Regional — Bacias multinacionais; Energia hidrelétrica (caso dos projetos do Rio da Prata entre a Argentina, Paraguai, Uruguai, Bolívia e Brasil; sistemas do Amazonas, Orinoco, Essequibo; atenção especial deve ser dada à Foz do Iguaçu; na mesma categoria entraria a Lagoa Mirim entre o Brasil e Uruguai, Catatumbo entre a Colômbia e a Venezuela, Tumbes entre o Equador e Peru, Titicaca entre a Bolívia, Chile e Peru); Zonas fronteiriças (como o desenvolvimento multinacional da Baía de Fonseca—América Central).

3. Indústrias básicas — Ferro e aço; Máquinas pesadas e equipamentos; Celulose e papel; Produtos químicos (sobretudo fertilizantes).

4. Recursos naturais — Minérios metálicos e não metálicos; Carvão para coque; Potássio e fosfatos; Petróleo e gás natural; Florestas.

Naturalmente, a exposição não é exaustiva, e sim apenas indicativa da não orientação que deve ser dada aos trabalhos para a preparação e execução de projetos multinacionais. Os defeitos benéficos da entrada em funcionamento dêstes projetos convencerão quanto à importância da integração para o desenvolvimento, e contribuirão para a implantação de um espírito de cooperação regional, o qual permitirá o ataque a metas mais audaciosas para a indispensável integração da América Latina.

A EXPANSÃO DO BANCO DA BAHIA

É sempre uma satisfação registrar o constante crescimento dessa tradicional instituição de crédito baiana, que cada vez mais se confirma como uma das mais importantes do País, tanto pelo número dos seus departamentos, na maioria dos estados brasileiros, como pelo volume dos seus depósitos que alcançaram 112 bilhões de cruzeiros, e pela sua elevada rentabilidade, expressa num resultado de cêrca de 4 e meio bilhões de cruzeiros.

Merece, também, destaque a preocupação do Banco da Bahia em remunerar, devidamente, seus acionistas, em gratificar, com quantias substanciais, os seus funcionários, e tudo isso sem descurar de fortalecer as suas reservas que alcançam 12,5 bilhões de cruzeiros e apesar de haverem sido recentemente atribuídos quatro bilhões a um aumento de capital, sem qualquer encargo para os seus acionistas. Durante o segundo semestre, o capital do banco foi, de fato, aumentado de 8 para 12 bilhões de cruzeiros, por mera distribuição de reservas, o que representa 50% do capital original, quando a taxa de inflação foi, apenas, de 42%. O dividendo havendo sido de 6% no primeiro semestre, e de 7%, no segundo, verifica-se que os acionistas do Banco da Bahia tiveram, durante o ano de 1966, um lucro líquido de 8% na distribuição de ações, 6% no primeiro semestre e 10,5%, no segundo semestre, ou, ao todo, 24,5% sôbre o capital existente, em 31 de dezembro de 1965.

É de salientar, também, no balanço do Banco da Bahia, ao par da dotação de 600 milhões atribuída aos seus funcionários, a sua contribuição em donativos a entidades assistenciais e culturais, os quais ascenderam, no segundo semestre, a mais de 63 milhões de cruzeiros. Destacadamente, por constar da distribuição de lucros, figura o donativo de 6 milhões de cruzeiros, feito à Secção da Cruz Vermelha da Bahia, cujo hospital Fernando Luz vem atravessando tantas dificuldades pelo atraso no recebimento das subvenções estaduais e federais.

Ao lado do Balanço e conta de resultados do Banco da Bahia, devemos ressaltar o Balanço e conta de resultados do Banco Freire Silveira, seu associado nos Estados de Sergipe e Alagoas, e que, por fôrça do dispositivo da lei bancária, deve ser incorporado, até o próximo 31 de março. O balanço demonstra a prosperidade excepcional dessa instituição desenvolvida pelo Banco da Bahia, a partir de uma pequena casa bancária, cujo contrôle acionário adquirira. O Banco Freire Silveira, com um capital de 600 milhões e reservas de mais de 900 milhões, realizou, no semestre, um lucro de quase 400 milhões e totalizou depósitos de mais de 8 bilhões de cruzeiros.

Dessa maneira, a incorporação do Banco Freire Silveira fará aumentar os depósitos do Banco da Bahia para 121 bilhões de cruzeiros, ou, com a incorporação dos demais bancos cujo contrôle acionário detém nos Estados do Sul, a cêrca de 135 bilhões. O Banco da Bahia unificado deverá, assim, incluir-se, no ano corrente, entre os maiores Bancos privados nacionais e, sobretudo, um dos de maior liquidez e rentabilidade. Situar-se-á, ainda, com maior destaque, como o maior Banco privado brasileiro, com sede fora de São Paulo ou Minas Gerais.

Belo coroamento para o esfôrço que vem realizando sua Diretoria, desde sua reestruturação, há 22 anos passados!

BANCO DA BAHIA S.A.

FUNDADO EM 1858

CADASTRO GERAL DE CONTRIBUINTES — INSCRIÇÃO N. 15.114.382 — MATRIZ — Rua Miguel Calmon n.º 32 — Salvador — Ba.
BALANÇO EM 30 DE DEZEMBRO DE 1966 — Compreendendo Matriz, Sucursais e Agências

A T I V O

Conta				
A — DISPONÍVEL				
CAIXA				
Em moeda corrente			5.505.068.346	
Em depósito no Banco do Brasil S/A.			9.740.678.465	
Em outras espécies			8.267.916.051	23.513.662.862
B — REALIZÁVEL				
Dep. em dinheiro no Banco do Brasil à/o do BANCENTRAL		13.319.790.340		
Apol. e Obrig. Federais dep. no B. do Brasil à/o do BANCENTRAL no v/nominal de Cr$ 295.683.200		228.410.326		
Obrigações Reajustáveis do Tes. Nacional (à/o do BANCENTRAL pelo v/ de Cr$ 3.749.809.550) — Valor nominal em 30-12-1966		3.749.809.550	17.298.010.216	
Empréstimos em C/Corrente e Adiantamentos		24.144.056.947		
Empréstimos Hipotecários		260.917.504		
Títulos Descontados		71.608.109.632		
Títulos Rurais — Resolução n. 5		1.703.650.000		
Letras a Receber de C/Própria		948.450		
Agências no País		68.083.733.188		
Correspondentes no País		249.202.622		
Correspondentes no Exterior		2.055.595.055		
Outros Valôres em Moeda Estrangeira		330.863.862		
Depósitos no Banco do Nordeste do Brasil — Art. 34 — Lei 3995 e 18 — Lei 4239		1.079.292.456		
Outros Créditos		4.316.844.772	173.833.214.486	
Imóveis			30.668.317	
Títulos e Valôres Mobiliários:				
Obrig. do Tesouro Nacional — Tipo Reajustável		1.532.157.140		
Apol. e Obrig. Federais não à/o do BANCENTRAL		2.892.992		
Apólices Estaduais		5.957.943		
Apólices Municipais		300.000		
Ações e Debêntures				
Investimentos no Nordeste	100.799.855			
Bancos Associados	2.716.043.082			
Outras Emprêsas	382.180.300	3.199.023.237	4.740.331.312	
Outros Valôres			229.695.279	196.131.919.612
C — IMOBILIZADO				
Edifícios de Uso do Banco			11.837.106.593	
Móveis & Utensílios			3.825.057.545	
Material de Expediente			504.940.952	
Instalações			2.417.209.510	18.584.314.600
D — RESULTADOS PENDENTES				
Juros e Descontos			37.356.433	
Despesas de Instalação			1.072.682.013	
Outras Contas			35.908.410	1.145.946.856
E — CONTAS DE COMPENSAÇÃO				
Valôres em Garantia			10.739.962.026	
Valôres em Custódia			7.920.567.727	
Títulos a Receber de C/Alheia			32.791.203.137	
Outras Contas			107.758.868	159.210.439.758
				398.586.283.688

P A S S I V O

Conta			
F — NÃO EXIGÍVEL			
Capital		12.000.000.000	
Fundo de Reserva Legal		1.300.000.000	
Fundo de Reserva Estatutário		3.500.000.000	
Correção Monetária do Ativo — Lei 4357/64		208.674.573	
Fundo de Previsão		2.819.172.950	
Fundo de Amortização do Ativo Fixo		1.738.659.322	
Fundo de Indenizações Trabalhistas		155.689.346	
Fundo Especial para Aumento de Capital		1.854.457.264	
Fundo para Investimentos no Nordeste — Art. 34 — Lei 3995 e 18 — Lei 4239		899.837.000	
Fundo para Investimentos — Lei 2470		55.151.637	24.631.642.113
G — EXIGÍVEL			
DEPÓSITOS			
à vista:			
Em C/C Sem Limite	69.058.772.710		
Em C/C Populares	38.121.834.633	107.180.607.343	
a Prazo:			
a Prazo Fixo	5.239.622.564		
De Aviso Prévio	171.820.649	5.411.443.213	
		112.592.050.556	
OUTRAS RESPONSABILIDADES:			
Títulos Redescontados	—		
Obrigações Diversas	—		
Refinanciamento Rural, Industrial e da Exportação	4.388.714.444		
Agências no País	65.067.704.555		
Correspondentes no País	650.684.634		
Correspondentes no Exterior	11.178.414.512		
Outros Valôres em Moeda Estrangeira	2.354.040.149		
Ordens de Pagamento e outros créditos	15.907.845.976		
Dividendos a Pagar	846.447.541	100.393.851.811	212.985.902.367
H — RESULTADOS PENDENTES			
Contas de Resultado			1.758.299.450
I — CONTAS DE COMPENSAÇÃO			
Depositantes de Valôres em Garantia e em Custódia		18.660.529.753	
Depositantes de Títulos em Cobrança:			
do País	31.513.795.176		
do Exterior	1.277.407.961	32.791.203.137	
Outras Contas		107.758.706.868	159.210.439.758
			398.586.283.688

DEMONSTRATIVO DA CONTA "LUCROS E PERDAS"

D É B I T O

Conta		
Despesas Gerais	8.158.828.060	
Gratificações Pagas ao Funcionalismo neste semestre	783.017.588	
Donativos	57.427.800	
Gastos de Material	242.945.120	9.242.218.568
Impostos		696.754.402
Despesas de Juros		1.035.659.267
Outras Contas		136.936.813
Amortizações do Ativo		381.590.805
Perdas Diversas		45.908.490
Sub. Total		11.539.068.345
Fundo de Reserva Legal		300.000.000
Fundo de Previsão		138.705.340
Outras Reservas (Fundo de Reserva Estatutário)		700.000.000
Dividendos aos Acionistas		840.000.000
Percentagens a Pagar à Diretoria		582.471.142
Percentagens a Pagar ao Conselho Consultivo		20.085.211
Gratificações Contratuais		85.460.334
Gratificações a Pagar aos Funcionários		600.000.000
Fundo Especial de Aumento de Capital		938.658.774
Fundo Para Investimentos no Nordeste		297.292.000
Donativo à Cruz Vermelha Brasileira		6.000.000
		16.047.741.146

C R É D I T O

Conta		
Receita de Juros		220.128.933
Descontos	5.105.299.409	
Menos os do exercício seguinte	1.102.205.469	4.003.093.940
Comissões Recebidas ou Debitadas		7.659.000.072
Renda de Títulos e Valôres Mobiliários		289.444.959
Lucro em Operações de Câmbio		2.228.900.475
Rendas de Capitais não Empregados em Operações Sociais		11.779.072
Outras Rendas		634.076.485
Recuperações de Prejuízos Lançados em Lucros e Perdas		2.658.436
Ações Recebidas em Decorrência de Aumento de Capital	194.338.444	
Correção do Valor de Obrigações do Tesouro	744.320.330	938.658.774
		16.047.741.146

DIRETORIA GERAL

CLEMENTE MARIANI — Presidente.
FERNANDO M. DE GÓES — Vice-Presidente
GERALDO DANNEMANN — Diretor-Superintendente.
SILVIO DE GÓES MASCARENHAS — Dir.-Secretário
DIRETORIA GERAL DE CÂMBIO
EMIL O. W. HOFEMANN

DIRETORIA DA MATRIZ
GILBERTO E. DE SÁ
CARLOS B. DE CARVALHO
HELIO FERNANDES FIGUEIRA
ASDRÚBAL PEDREIRA BRANDÃO

DIRETORIA-SUCURSAL DO RIO DE JANEIRO
AFFONSO SOLEDADE
HAMILTON PRISCO PARAISO
MONTEIRO DE ANDRADE

DIRETORIA-SUCURSAL DE SÃO PAULO
ALAIN C. E. MOREAU
HEINZ HOFFMEISTER
FERNÃO CARLOS BOTELHO BRACHER

CONTADOR GERAL
JORGE RIBEIRO DE BARROS — Reg. CRC-BA-n.º 148.

(P

O BID E O ESFÔRÇO BRASILEIRO PELO CRESCIMENTO DA AGRICULTURA

FELIPE HERRERA

Creio não haver exagêro algum em afirmar-se que, a despeito de algumas iniciativas anteriores por parte de outras entidades, foi o BID que mais intensamente estimulou o esfôrço das nações latino-americanas pela ordenação de seu nascimento agrícola. Antes mesmo de qualquer iniciativa mais concreta, quando o Banco ensaiava seus primeiros passos, tive ocasião de afirmar, na Primeira Assembléia de Governadores, realizada em San Salvador, em fevereiro de 1960, que a fixação da política creditícia da instituiçãi deveria considerar, com particular cuidado, as inversões no setor agropecuário, área muito propícia a retribuir com bons resultados as aplicações que acaso viesse a receber.

Como não podia deixar de ser, aparelhou-se o BID, após a fixação de suas políticas, para proporcionar aos seus filiados a devida assistência nesse importante campo. A estratégia adotada envolve vários aspectos da atividade agropecuária, atingindo o problema desde suas origens até a última etapa do processo, que é a comercialização da produção com sua entrega ao consumidor.

Dos instrumentos utilizados, o primeiro terá sido o Fundo Fiduciário de Processo Social, criado pela Ata de Bogotá e entregue à administração do BID em junho de 1961. Graças a tal programa, tem sido possível ao Banco expressar em medidas efetivas sua sensibilidade no difícil problema do crédito rural na América Latina, perseguindo sempre o objetivo de auxiliar decisivamente esta importante região a atingir em crescimento agrícola de cinco por cento ao ano, taxa estimada para afastar o espectro da fome dos lares das Américas Central e do Sul.

Dúvida não há sôbre a liderança do BID como principal banqueiro da Agricultura na América Latina, muito embora seus poucos anos de atuação. Quase uma quarta parte das operações de sua Carteira se destina particularmente a projetos específicos de desenvolvimento agrícola, grande parte aplicada em financiamentos globais. Ésses empréstimos globais são destinados a entidades nacionais de fomento, visando a que o financiamento externo chegue fàcilmente à pequena e média emprêsa agropecuária, às cooperativas agrícolas e, enfim, ao pequeno agricultor.

Porém, para o BID, financiar projetos agrícolas tem sido muito mais do que simplesmente financiar crédito. Entendemos — e fomos os primeiros a fazê-lo efetivamente — que o problema da agricultura latino-americana se origina da má colonização e inadequado uso da terra, da irregularidade dos cursos d'água e da exploração antieconômica de culturas. Estamos seguros, contudo, de que há necessidade de se criar um suporte para o sustento do desenvolvimento agrícola, investindo-se em obras de infra-estrutura, em assistência técnica e em educação superior associadas à agricultura. Outra coisa não temos feito, tanto que, nesse sentido mais amplo, o desenvolvimento rural se beneficiou de quase quarenta por cento dos recursos até agora alocados pelo Banco.

Teria sido necessária a introdução acima, sôbre a posição panorâmica do BID com relação à agricultura na área de sua atuação, para chegarmos ao Brasil. Temos acompanhado o esfôrço brasileiro pelo aproveitamento pleno de sua potencialidade agrícola e podemos assegurar que não faltamos com o nosso decidido apoio às medidas até agora corretamente adotadas.

Já em 1964, quando o Brasil obteve uma safra superior em mais de vinte por cento aos resultados do ano anterior, estêve presente o BID, estimulando a criação de um sistema moderno de crédito rural e apoiando a Coordenação Nacional do Crédito Rural, que, naquele ano agrícola, aplicou mais de quarenta bilhões de cruzeiros no financiamento de operações com adubos e fertilizantes. Essa solidariedade se estendeu ao sucessor da CNCR, à Gerência Geral do Crédito Agrícola e Industrial do Banco Central (GRECI), que administrou o Fundo de Crédito Agrícola e Industrial (FUNAGRI). Tal ajuda se corporificou em um empréstimo de US$ 20 500 000 cedido ao Banco Central à conta do nosso Fundo para Operações Especiais.

Contudo, onde acreditamos ter mais de perto tocado a corda sensível da agricultura brasileira foi quando incentivamos a diversificação agrícola, particularmente da produção cafeeira, tanto para o consumo interno como para a exportação. Como muitos outros países latino-americanos, o Brasil tem grande parte de sua economia influenciada pelo setor exportador e êste, por sua vez, se vê dominado pela preponderância de um produto agrícola, no caso do café. Para liberar a economia da excessiva dependência de um único produto, o BID adotou os chamados planos de diversificação, que operam pelo incremento da produção de outras culturas sem afetar a principal e reduzem as superfícies da quase monocultura, erradicando-as e destinando-as a novas linhas de produção. Exemplo ilustrativo disso são os estudos para empréstimo ao Estado do Espírito Santo, com a finalidade específica de diversificação agrícola. O BID pretende ingressar decisivamente nesse setor, para tanto já tendo se articulado com as autoridades do Convênio Mundial do Café.

Por outro lado, há, da parte do BID, grande interêsse na prestação de assistência técnica para a agricultura, desde o adestramento de pessoal até a investigação tecnológica e o preparo de planos e projetos. Na Oitava Conferência Regional da FAO, celebrada em Viña del Mar, se iniciaram as conversações para institucionalizar a colaboração que o BID e a FAO têm prestado nesse setor. Como resultado delas, em 23 de julho de 1965 foi assinado acôrdo de coordenação de atividades BID/FAO para a preparação e execução de projetos agrícolas, sua avaliação, adestramento de pessoal e estudos de desenvolvimento do setor rural. No Brasil, dentro dessa faixa, segue em passos rápidos um estudo sôbre a febre aftosa, reconhecidamente um dos grandes entraves ao aprimoramento da atividade pecuária.

Ainda com a colaboração da FAO, temos promovido cursos de adestramento de pessoal agrícola, figurando o Brasil como uma das regiões contempladas. A primeira experiência, aliás, provocou repercussões interessantes, pois que os profissionais treinados organizaram por sua vez cursos e seminários, difundindo os conhecimentos adquiridos.

Poderia, assim, resumir a participação do BID no processo de desenvolvimento da agricultura brasileira em programas de reformas de estruturas do campo, de crédito agrícola, de integração, de preparação de projetos e de formação de técnicos. Creio dispensável uma citação de números e dados, elementos às vêzes não essenciais até mesmo em uma exposição com os objetivos desta, pois o que mais interessa para mostrar com clareza a posição do BID no apoio à atividade agrícola é mais a qualidade das faixas prioritárias do que o nível de inversões em cada uma delas. É que acreditamos na multiplicação dos efeitos do financiamento, pela reprodução dos programas independentemente de outros investimentos externos, já que a experiência aguça a vontade dos nacionais no sentido de desenvolver no plano interno projetos semelhantes, em escala compatível com seus próprios níveis de recursos.

—

Depois dêsse estágio a que já chegou o auxílio ao desenvolvimento da agricultura no Brasil, foi com grande satisfação que a Diretoria do BID manteve, em 27 de janeiro último, contato informal com o Presidente eleito. Sua Excelência mostrou sua disposição em levar avante o programa de desenvolvimento agrícola em andamento e afirmou contar com nossa participação decisiva, tal como se tem dado até agora. Contudo, reafirmando o que salientamos na ocasião, uma maior participação do Banco só será possível se surgirem bons projetos técnicos. Na verdade, a inexistência de projetos em quantidade suficiente tem impedido um afluxo maior de financiamentos para muitas áreas em que o Banco desejaria atuar mais incisivamente.

Nós próprios alteramos de certa forma o conceito de projeto econômico para considerar como parte dêle a elaboração dos estudos de viabilidade, entendimento que nos tem permitido financiar as investigações técnicas justificadoras de investimentos. É desejável, contudo, que os países subdesenvolvidos se armem de mecanismos produtores de pesquisas e projetos para, com base nêles, negociar sem créditos com as entidades financiadoras, pois isso facilitará fàcilmente o fluxo de recursos a seu favor.

Estamos certos de que o Banco Interamericano de Desenvolvimento tem cumprido suas finalidades. No momento, sua Diretoria se empenha em aumentar seus recursos para melhor assistir os países de sua comunidade. A mostra do que tem sido feito pela Agricultura no Brasil nos dá a oportunidade de dizer que se mais recursos houver mais assistência haverá. Os países latino-americanos devem apoiar o Banco em seu esfôrço para aumentar seus recursos, com todo o pêso de seu prestígio. O Brasil pode ter nisso uma participação decisiva. O BID fortalecido será integralmente capaz de levar a efeito os propósitos da Carta de Punta del Este e ajudar os membros de sua comunidade a adquirirem o impulso que os levará ao desejado desenvolvimento econômico.

PROGRESSO DA TECNOLOGIA DO AÇO

O avanço tecnológico na indústria siderúrgica norte-americana é refletido nitidamente na evolução da estrutura de seu consumo de matérias-primas, como divulgou o American Iron and Steel Institute.

Na etapa de fabricação do ferro-gusa, por exemplo, são indicados por estatísticas recentes acréscimos de 69% na utilização do gás natural e redução de 57% no consumo de óleo combustível por altos-fornos entre 1963 e 1965. Êstes resultados relacionam-se diretamente à prática de misturar combustível no ar que é injetado no alto-forno, obtendo-se maior eficiência de fusão.

Há apenas oito anos que os experimentos com êste sistema de injeção de combustível começaram a receber maior atenção na indústria. Esta tecnologia teve início em 1960 em regiões onde o coque representava um problema de custo ou de transportes.

O consumo anual de óleo combustível em alto-forno aumentou de 33,8 milhões de galões para 53,1 milhões de galões durante os três anos desde que tal estatística foi inicialmente coletada pelo American Iron and Steel Institute. Por outro lado, o consumo de gás natural em alto-forno evoluiu de 27,6 bilhões para 46,6 bilhões de pés cúbicos.

O **quantum** de materiais ferrosos necessários à produção de uma tonelada de gusa em um alto-forno tem sido grandemente reduzido, devido ao beneficiamento e aglomeração do minério de ferro. Resulta disso que o produto médio dos fornos por toneladas de matéria-prima usada venha-se elevando ràpidamente à medida que melhora a qualidade desta. O gráfico que reproduzimos da **Skilling Mining Review** indica a produção atual e a projeção até 1975 de "pellets" nos Estados Unidos e Canadá. Ésse gráfico bem reflete um dos mais importantes aspectos da revolução tecnológica da siderurgia moderna.

Mudanças na tecnologia de fabricação do aço — particularmente na crescente produção em fornos básicos de oxigênio — são refletidas no consumo crescente de oxigênio e calcário.

Um consumo recorde de 138,8 bilhões de pés cúbicos de oxigênio foi atingido pela indústria siderúrgica de 1965. Isto pode ser confrontado com o recorde anterior de 122,6 bilhões de pés cúbicos em 1964. O consumo de oxigênio tem aumentado a cada ano, desde que as primeiras estatísticas a respeito foram obtidas pelo American Iron and Steel Institute em 1958. Fornos siderúrgicos de tôda espécie foram responsáveis por 75% e 45% do consumo industrial de oxigênio em 1965 e em 1958, respectivamente.

O consumo de oxigênio sòmente por fornos básicos de oxigênio, computado desde 1962, cresceu de 10,6 bilhões para 42,6 bilhões de pés cúbicos.

O calcário é um importante insumo na produção de aço em forno básico de oxigênio. Do consumo máximo de 2,9 milhões de toneladas de calcáreo, como fundente em todos os fornos industriais, no ano passado, 55% deveu-se a fornos básicos a oxigênio. Nos últimos cinco anos a utilização total de calcáreo duplicou.

Considerando a energia elétrica como matéria-prima, vemos que também o consumo recorde em 1965 de 40,2 bilhões de quilowatts/hora reflete a evolução da indústria siderúrgica. Deveu-se êste à produção recorde de aço proveniente de fornos elétricos de 13,8 milhões de toneladas, assim como ao total de 92,7 milhões de toneladas colocadas em navios.

O recorde de 370 000 toneladas líquidas de zinco consumidas em 1965 em operações de acabamento de produtos siderúrgicos reflete nitidamente um pico no embarque de chapas e fitas galvanizadas, apesar de que muitos outros produtos siderúrgicos admitam revestimento de zinco, notadamente fios e tubos. O máximo (alcançado em 1964) para o consumo de zinco como material de revestimento foi de 331.000 toneladas líquidas.

Os dados abaixo são indicativos aproximados das tonelagens de matérias-primas que a indústria siderúrgica deve obter e processar, freqüentemente, em longos cursos:

Insumos Consumidos	Total em 1965	
Minério de ferro..	139.758.000	Ton. líquidas
Carvão	91.302.000	" "
Coque	59.519.000	" "
Fundentes	34.036.000	" "
Sucata	69.798.000	" "
Óleo combustível.	1.610.504.000	Galões
Gás natural	547.076.000.000	M. cúbicos

(APEC n.º 104)

IBRA APURA QUE MENOS DE 400 MIL IMÓVEIS RURAIS ESTÃO BEM EXPLORADOS

O Instituto Brasileiro de Reforma Agrária — IBRA — cadastrou em 1966 um total de .... 3 400 000 propriedades rurais em todo o País, das quais 2 500 000 são constituídas de minifúndios — imóveis insuficientes para o sustento da família — que cobrem uma área de trinta milhões de hectares. As terras públicas federais representam cêrca de um milhão de quilômetros quadrados.

As apurações preliminares das estatísticas dos dados coletados no cadastramento revelaram que menos de 400 mil imóveis rurais estão sendo explorados em obediência aos preceitos que decorrem da função social da terra.

TAREFA IMPORTANTE

O Estatuto da Terra — célula mater do IBRA — deu a êsse organismo o poder de discriminação. Essa importante tarefa, que se iniciou com cêrca de um século de atraso, já está sendo executada pelo IBRA com o auxílio do Serviço Geográfico do Exército e do Instituto de Engenharia Militar — IME —, no Rio Grande do Sul, Oeste do Paraná e Sul de Mato Grosso.

Paralelamente a essas tarefas, o IBRA está atualmente executando tarefas de promoção agrária, através das Companhias Agrícolas de Prestação de Serviços — CAPSE — e Companhia Agrícola de Produção de Insumos para a Agricultura — CAPIA. Essas companhias, que atuam nas áreas prioritárias para reforma agrária (Brasília, Nordeste, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul), são sociedades de economia mista, com capital inicial de CrS 250 milhões, cada uma. As CAPSEs e CAPIAs deverão ter condições de concorrer com as emprêsas particulares, forçando-as a reduzir seus lucros a níveis razoáveis, sem desestimular-lhes a produção.

NÚCLEOS-PILOTOS

O Instituto Brasileiro de Reforma Agrária também está executando projetos de núcleos-pilotos de reforma agrária, entre outros salientando-se os do Estado do Rio (Papucaia), do Nordeste (Caxangá) e em Brasília (Alexandre Gusmão), êstes dois últimos já em pleno funcionamento, enquanto em Caxangá, onde o IBRA o encontrou pràticamente abandonado, tudo foi totalmente recuperado e reorganizado, estando tôda a área de produção de cana-de-açúcar mecanizada.

No Estado do Rio, os núcleos coloniais criados com a finalidade de formar o *Cinturão Verde* da Guanabara e Rio de Janeiro, também foram entregues ao IBRA em estado de mais completo abandono. Apesar das facilidades oferecidas aos concessionários das terras dos Núcleos Coloniais da Baixada Fluminense, as más administrações impediram o seu desenvolvimento como centro de produção agrícola.

Dominou-os a mais desenfreada especulação imobiliária, com a conivência dos administradores. Os levantamentos realizados pelo IBRA concluem que os recursos postos à disposição dos núcleos foram dilapidados, uma vez que sòmente no Núcleo de Macaé desapareceram 12 tratores, enquanto no Núcleo de Santa Alice até mobílias de propriedade governamental desapareceram.

TRABALHO PRODUTIVO

O trabalho do IBRA nesses núcleos é torná-los produtivos, embora os privilegiados e aproveitadores da miséria alheia estejam-se valendo de todos os recursos para não perderem os benefícios tão injustamente conseguidos, valendo ressaltar que até a presente data nenhum agricultor autêntico foi retirado de seu lote rural. O Núcleo de Papucaia, considerado modêlo no Estado do Rio, está em fase de ampla recuperação, apesar da reação dos que nêle vinham fazendo apenas especulação imobiliária, sendo o núcleo mais bem cultivado do território fluminense.

Já no Núcleo de Macaé o fracasso é completo. Sua recuperação está sendo muito difícil em virtude da reação dos negociantes de lotes. Também no Núcleo de Duque de Caxias o fracasso era total. Destinava-se especificamente a granjas, não contando, porém, com nenhuma atualmente. Há 14 anos que é administrado à distância, sendo que a recuperação dêsse núcleo será muito difícil porque seus concessionários, ricos e poderosos, vão lutar muito para não cederem suas casas de campo e piscinas. O Núcleo Colonial de São Bento é outro completamente fracassado como centro produtor de alimentos. Suas sete glebas ou estão reloteadas ou foram transformadas em campos de pastagem. As negociatas nesse núcleo assumiram grandes proporções, sempre com a cobertura de funcionários de categoria.

ANARQUIA COMPLETA

O Núcleo de Tinguá, sem administrador desde 1961, foi entregue ao Instituto Brasileiro de Reforma Agrária com sua zona rural na mais completa anarquia. Está pràticamente sem cultura e também dominado pela especulação imobiliária, sendo a sua recuperação difícil e demorada. Também é completo o fracasso do Núcleo Colonial de Santa Alice, como centro de produção agrícola, estando a sua recuperação sendo tentada, não obstante a reação dos *grileiros* que vinham dominando a região.

O Núcleo Colonial de Santa Cruz foi a maior vítima dos infratores da lei, não só por ser o mais antigo, como também por ser o maior, com uma extensão superior, talvez, a de todos os outros reunidos. Há concessionários neste núcleo que possuem dezenas de lotes rurais, sem um pé de aipim plantado sequer. Existem, além disso, clubes, casas de jogos instalados em terras do núcleo, bem como lotes doados a um orfanato presbiteriano. Tudo indica que a reação contra o trabalho do IBRA para recuperar os núcleos da Baixada Fluminense atingirá o seu apogeu no de Santa Cruz.

NÚCLEO URBANO

Em cumprimento às suas finalidades de órgão executor da reforma agrária, o IBRA acaba de estabelecer condições de funcionamento do Núcleo Urbano do Parque Capivari, situado próximo à Refinaria Duque de Caxias, com área de .... 6 800 000 metros quadrados. Em fevereiro do corrente ano, o assunto foi, em seus mínimos detalhes, debatido pela diretoria da autarquia, em decorrência de uma proposta apresentada ao IBRA pelos representantes dos proprietários daquela área. A proposta consistia em o Instituto assumir total responsabilidade pela área, de forma a liberá-la por inteiro dos encargos dos loteamentos — num total de 5 262 lotes vendidos. Como indenização pleiteavam, ainda, a importância correspondente ao saldo devedor dos promitentes compradores não quitados, além do valor das áreas livres. A área do Parque Capivari, composta de três glebas, fôra invadida ao tempo do Govêrno João Goulart, em 1962, por cêrca de trezentas famílias. Desde 1963, decreto governamental declarara a área de interêsse social para fins de desapropriação, porém o Govêrno não cuidara de fazer o competente depósito judicial. Mais uma vez o IBRA fêz-se presente para normalizar a situação do Parque Capivari.

REFORMA AGRÁRIA

O Estatuto da Terra traçou as grandes linhas da política agrícola brasileira e da reforma agrária, regulamentando as limitações, proibições e estímulos para garantia da observância do preceito do uso da terra condicionado à sua função social, criando o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária — .... IBRA — como o órgão responsável pela sua execução.

Nos 18 meses decorridos da criação do Estatuto da Terra, o IBRA elaborou e deu início à execução do Plano Nacional e de quatro planos regionais nas áreas prioritárias do Nordeste, Brasília, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. No Plano Nacional acham-se em execução dois grandes projetos: 1. O de Cadastro e Tributação, trabalho pioneiro do .. IBRA e instrumento básico do Estatuto da Terra. 2. Discriminação de Terras da União e regularização dos títulos de condomínio, ficando com êste projeto conhecidas as terras da União disponíveis para o processo de colonização, ao mesmo tempo que centenas de milhares de atuais ocupantes terão seus títulos de domínio de posse regularizados dando-lhes, assim, condições para o uso pacífico e tranqüilo das terras que exploram ao abrigo dos litígios e conflitos que constituem focos de agitação naquelas regiões.

Os Planos Regionais em execução situam-se nas áreas prioritárias do Nordeste, abrangendo terras do litoral de Pernambuco e Paraíba, de Brasília e terras do Distrito Federal, de Goiás, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Quatro grandes projetos estão sendo executados em cada uma dessas áreas. Dois se referem ao Cadastramento Técnico dos imóveis rurais nelas compreendidos, em número de 800 mil, e ao levantamento e avaliação dos recursos naturais e culturais para permitir a adequada formulação da programação dos respectivos planos regionais de reforma agrária.

Outro projeto específico é o que diz respeito à promoção agrária em cada uma das áreas prioritárias que está sendo implantado e compreende, no conjunto, a organização de 110 centros de desenvolvimento de comunidades, visando, com a participação ativa de seus membros, à elevação dos níveis de saúde, educação, habitação e economia doméstica. Também 140 escritórios de extensão rural serão criados em convênio com o sistema ABCAR para dar uma adequada capacitação aos pequenos empresários e difundir o cadastro rural tecnificado, além do seguro agrário. A instituição de emprêsas de economia mista, num total de 13, destinadas à produção de insumos e à assistência técnica para a mecanização e à construção de armazéns gerais para melhorar os níveis de comercialização dos produtos agropecuários são as grandes metas conjuntas do IBRA para o corrente ano, segundo exposição de motivos do seu Presidente, Sr. Paulo de Assis Ribeiro, enviada recentemente ao Presidente da República.

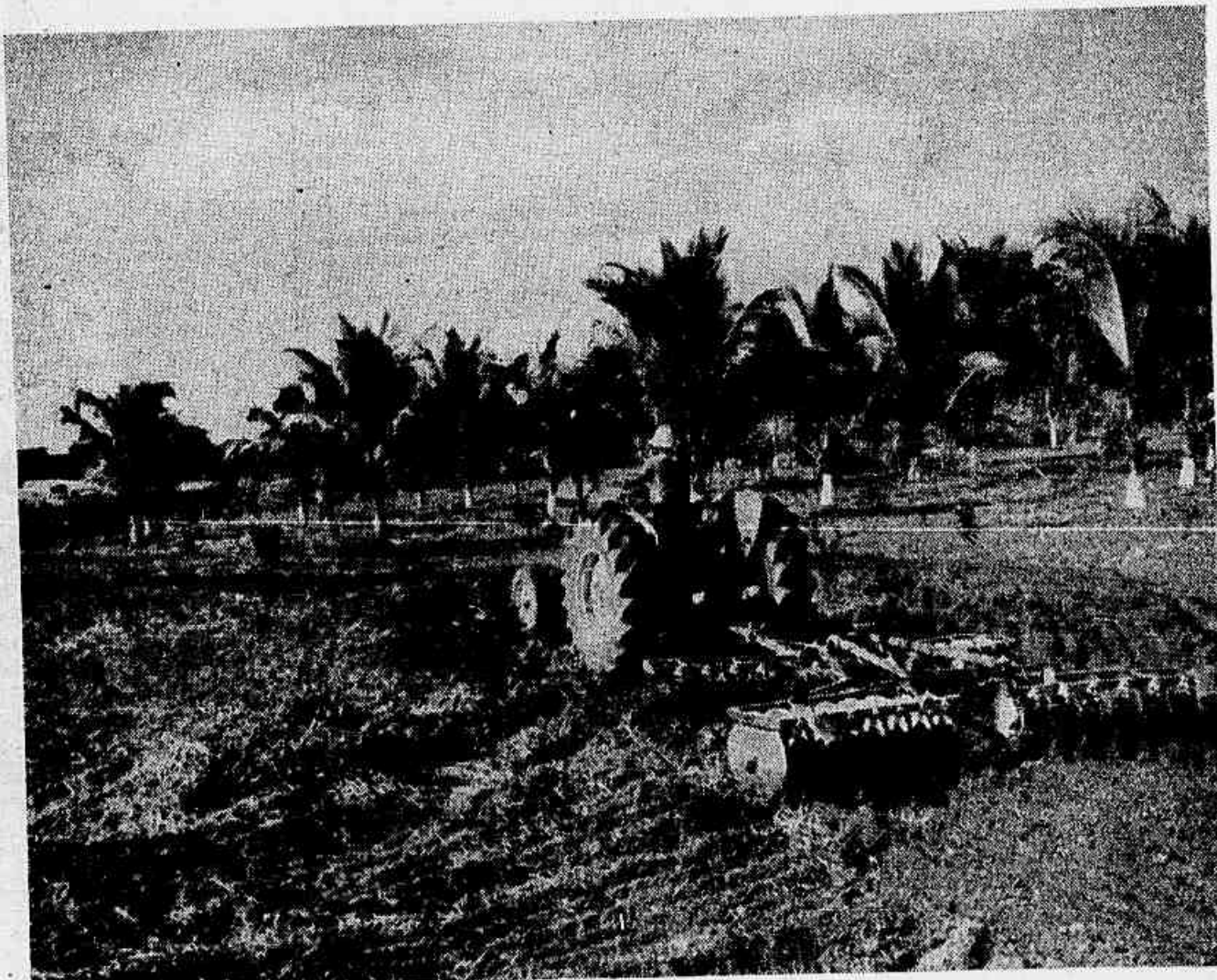
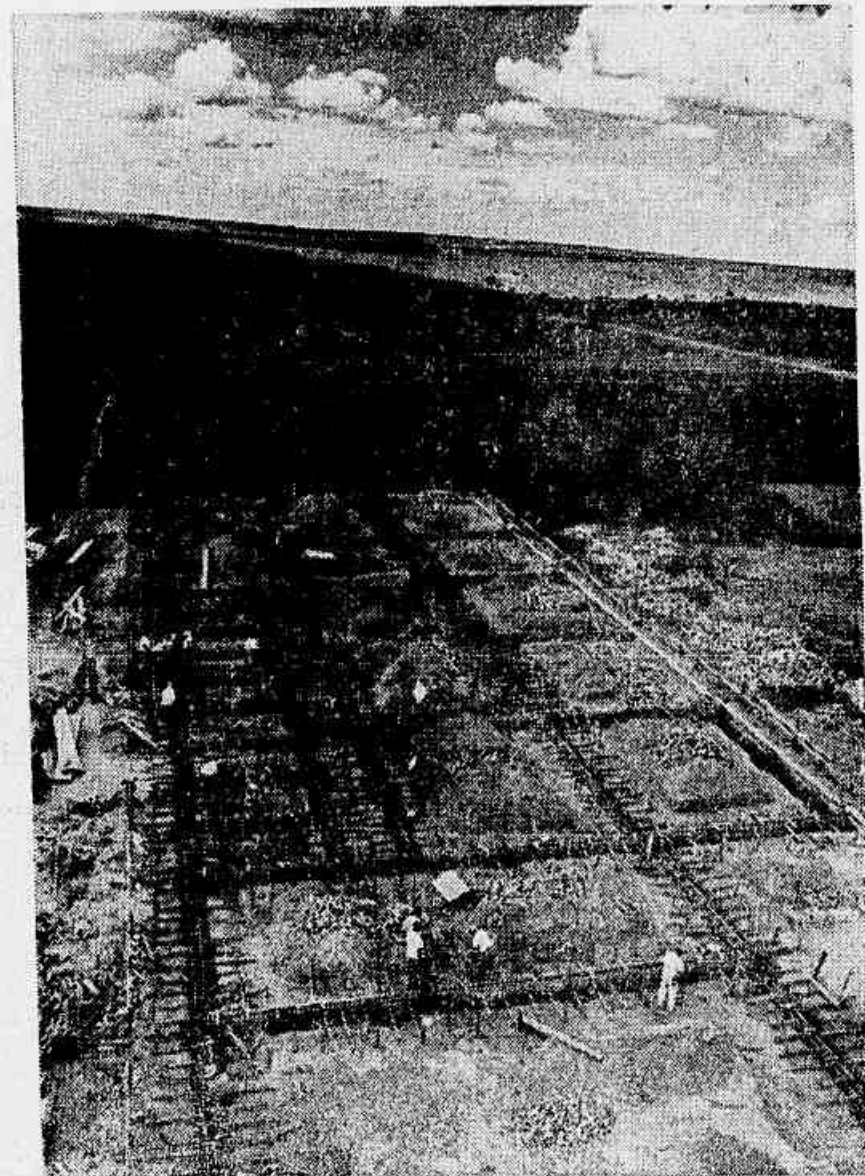
APERFEIÇOAMENTO E RECUPERAÇÃO

Além da sua tarefa específica de promover a reforma agrária no País, o IBRA também não se descuida do aperfeiçoamento do seu quadro funcional, possuindo entre outros cursos, dois de Fotointerpretação, de Topógrafos, Engenheiros, Cooperativismo e três Cursos de Direito Agrário, realizados na Pontifícia Universidade Católica — PUC.

Com o objetivo, ainda, de promover o aperfeiçoamento de pessoal, em diferentes níveis, em assuntos de reforma agrária, foi criado o Centro Nacional de Capacitação em Reforma Agrária — CENCRA — sob os auspícios do IBRA e do Conselho Interamericano Econômico e Social — CIES — através do Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas — IICA.

Entre as atribuições específicas do CENCRA, entidade privada, salientam-se no setor de pesquisa e da doutrina cursos de pós-graduação, destinados ao pessoal de nível superior, e programas de investigação, capacitação e treinamento para levantamento, inventário e avaliação e treinamento para pesquisa, planejamento, execução e avaliação de projetos de reforma agrária.

Outro ponto de real importância nas atividades do IBRA é o trabalho insano que vem sendo desenvolvido pela sua Administração no sentido de recuperar máquinas e viaturas abandonadas nos diversos núcleos coloniais da Autarquia. Das quarenta máquinas abandonadas, acervo que o IBRA recebeu da extinta SUPRA, sòmente nos núcleos coloniais do Estado do Rio 23 tratores já foram recuperados.

As viaturas (kombis, rural, jeep e caminhões), que se encontravam também abandonadas nas sedes dos núcleos de São Bento, Santa Cruz, Macaé e Papucaia, no Estado do Rio, estão sendo recuperadas com os recursos do próprio núcleo. Projeto de criação, ainda em estudos, de um Centro de Manutenção de Máquinas e Viaturas dos Núcleos Coloniais do IBRA, em São Bento, assim como a instalação, no mesmo núcleo, de uma escola para formação de tratoristas serão alguns dos pontos a serem atacados em 1967 pela Administração do IBRA para dotá-lo de uma infra-estrutura capaz de possibilitá-lo de levar a cabo a sua missão de executar a reforma agrária em todo o País. Aí está um pouco do muito que o IBRA já fêz pelo País.

A SUDENE E A INDÚSTRIA

Ao concentrar seus esforços no desenvolvimento industrial do Nordeste, a SUDENE tinha como finalidade criar fontes de emprêgo nas zonas urbanas, onde existe grande número de subempregados e desempregados, e modificar a estrutura da economia regional. Ao mesmo tempo, a industrialização apresentava dois grandes méritos:

1 — Suscitava uma reação do setor primário, fazendo-o reagir a essa provocação sadia, pois melhores rendas auferidas pelos trabalhadores na indústria por certo iriam gerar maior demanda de gêneros;

2 — Respondia mais ràpidamente aos incentivos fiscais programados pelo Govêrno.

Era, assim, o caminho que surgia como o mais acertado e, acima de tudo, apresentava a grande vantagem de evitar à SUDENE, um organismo nascente, sem fôrça política — e por muitos considerado nati-morto —, a necessidade de enfrentar os senhores de terras, uma estrutura agrária ainda eivada de vícios feudalistas. Adiando a luta, ao mesmo tempo se promoveria o fortalecimento do setor secundário, elevando-se os níveis de vida do trabalhador urbano. As conseqüências teriam que se fazer sentir, em curto tempo, na agricultura, principalmente entre os trabalhadores que, por certo, iriam sofrer a influência dêsse sôpro de recursos insuflados na indústria. E passariam a exigir condições melhores de vida, maiores salários e benefícios da legislação trabalhista. Isso, de fato, está ocorrendo.

Além disso, era forçoso levar-se em consideração que a agricultura, pela sua própria natureza, responderia muito lentamente aos incentivos governamentais. Seus produtos básicos estão na dependência de mercados pouco flexíveis, sujeitos sempre a oscilações de preços internacionais. Os produtos primários que poderiam ser produzidos pelo Nordeste — principalmente cana e algodão — não dispunham de um mercado internacional favorável. Pelo contrário, enfrentavam uma crise de superprodução, de aviltamentos constantes e cíclicos de preços. Temeroso seria, portanto, em têrmos econômicos, buscar na agricultura o primeiro impulso para o desenvolvimento do Nordeste. E mais temeroso seria daqui a alguns anos (talvez mesmo hoje), enfrentar os donos de usinas e produtores de cana, arredios a qualquer transformação na economia nordestina e proprietários das melhores terras da Zona da Mata, onde plantavam, com o beneplácito do Govêrno, cana, algodão, e outras culturas de maneira primitiva, tendo como justificativa de sua orientação básica dois argumentos de valor considerável: um econômico e outro político. Para sobreviver, forçoso seria diminuir a fôrça daqueles que a ela se opunham. E a industrialização era a arma e o caminho a seguir.

EMPRÊGO ERA UMA DAS METAS

Desde as suas primeiras formulações da política de industrialização, a SUDENE procurou adaptar sua política de desenvolvimento e de industrialização no sentido de absorver a mão-de-obra urbana subempregada existente em grande quantidade no Nordeste. A idéia era de implantar-se na região uma indústria que poupasse capital e criasse um máximo de empregos. Parece-nos, entretanto, que os objetivos não foram alcançados, pelo menos até agora.

Vejamos, inicialmente, qual a situação encontrada pela SUDENE no setor de mercado de trabalho. No primeiro diagnóstico sério que se fêz sôbre a economia nordestina (*Uma Política de Desenvolvimento Econômico para o Nordeste*), estimou-se em 1965 a existência de 512 mil pessoas subempregadas no meio urbano. Entendia-se como subemprêgo a margem de população sem atividade produtiva real, percebendo quantias mensais muito inferiores ao salário mínimo. Era um número considerado otimista, mas foi tomado como base para os estudos futuros, que levaram, posteriormente, a estimar a evolução do subemprêgo urbano na seguinte proporção:

1957	554 900
1958	600 700
1959	649 500
1960	701 200
1962	814 800
1963	876 800
1964	942 000
19[illegible]	1 013 000
196[illegible]	1 087 000

Êsse era o quadro que se apresentava na formulação da política de industrialização da SUDENE. Fazia-se a pergunta: qual o ritmo de desenvolvimento do parque manufatureiro que seria necessário para atender a essa mão-de-obra excedente?

O QUE EXISTIA

Para se avaliar a magnitude do problema, é suficiente mencionar que, em 1956, o parque industrial nordestino tinha cêrca de 180 000 trabalhadores. A evolução nos anos seguintes não foi satisfatória:

1957	161 277
1958	162 735
1962	188 269
1963	167 395
1964	168 444

A indústria nordestina resumia-se, em 1962, aos setores de alimentos, têxtil, químico, farmacêutico, de vidro, metais, cimento e cerâmica, segundo a seguinte participação proporcional:

Produtos alimentícios	31%
Têxtil	30%
Química, álcool, farmacêutica	18%
Cimento, cerâmica e vidro	4%
Metais	3%
Restante	14%

Constatou-se, com o evento da SUDENE e o início de funcionamento efetivo do seu Departamento de Industrialização, uma tendência declarada à diversificação. De fato, entre janeiro de 1960 e dezembro de 1965, dos investimentos aprovados pela SUDENE destinavam-se 66% ao setor de bens de capital e intermediários (metalurgia, 40%, química, 23%, material elétrico e comunicações, 2%, mecânica, 1%), e 34% para o de bens de consumo (cimento, 4%, têxtil, 12%, produtos alimentares, 6%, diversos, 12%).

Pode-se dizer que a indústria nordestina antes de 1950 era constituída, essencialmente, dos setores têxtil, de produção de óleos e gorduras. Mesmo no setor têxtil, a produção era de tecidos grosseiros e baratos, enquanto que os de melhor qualidade e caros eram importados do Sul.

A produção de óleos se concentrava no setor de vegetais e gorduras, preponderando caroço de algodão e babaçu. Havia mesmo uma capacidade instalada superior à de fornecimento de matéria-prima. Por outro lado, a SUDENE exportava, para o Sul, couro e recebia o produto manufaturado. Hoje, já há fábricas de sapatos e pastas, em várias cidades.

Assim, havia uma indústria incipiente, trabalhando com métodos superados, ocupando pouca mão-de-obra. Êsse era o quadro.

O QUE FÊZ A SUDENE

A SUDENE mobilizou, em seis anos, 1 trilhão e 383 bilhões de cruzeiros para o Nordeste, dos quais 206,5 bilhões oriundos de verbas governamentais, 421,5 de recursos estrangeiros (dólar de 1965), e 755,2 bilhões de setor privado. Até julho último, também desde sua criação, a SUDENE havia aprovado isenções totais ou parciais de Impôsto de Renda para 1 026 emprêsas do Nordeste e concedeu isenção dos impostos e taxas aduaneiros a 245 outras. Recomendou, também, financiamentos do Banco do Nordeste para 266 emprêsas e aprovou liberações parciais de recursos depositados naquele banco, relativo à isenção do Impôsto sôbre a Renda, no valor de 155,9 bilhões de cruzeiros.

Por outro lado, a SUDENE aprovou, desde a sua fundação até setembro passado, 509 projetos industriais, representando fisicamente 309 indústrias (fusões de projetos, desistências, etc.). Dêstes projetos, 165 referem-se a indústrias novas e 144 a indústrias em modernização.

Atualmente, das 165 indústrias novas estão sendo executadas obras, sob fiscalização da SUDENE, em 69, e, embora sem confirmação oficial, estão em obras outras 66. Não há confirmação, também, com relação ao início de obras das 30 restantes, o que, entretanto, deve ter ocorrido. Estão em execução as ampliações de 144 indústrias antigas.

As 309 indústrias representam um investimento de 616,8 bilhões de cruzeiros em preços históricos e mais de 1 trilhão em preços reais.

A SUDENE começa a vencer o problema criado pelo acúmulo de projetos que dão entrada em seu departamento industrial (1 por dia, em média). Entretanto, há questões mais delicadas, que continuam sendo um óbice ao plano de industrialização. Para melhor compreensão dos leitores, vejamos qual o mecanismo utilizado pelas emprêsas que desejam aproveitar-se dos benefícios fiscais para investir no Nordeste do Brasil 50% relativo à importância de sua declaração do Impôsto de Renda, informando que se destina a projeto no Nordeste.

1 — O industrial deposita no Banco do Nordeste do Brasil 50% relativo à importância de sua declaração do Impôsto de Renda, informando que se destina a projeto no Nordeste.

2 — Passa êle a ter um prazo de um ano prorrogável por mais dois, a critério da SUDENE, e a vencer a 31 de dezembro do último ano, para escolha do projeto. Êsse poderá ser próprio ou de terceiros. Se fôr projeto próprio, o industrial terá que aplicar uma contrapartida de recursos próprios que era de 50%, mas foi ùltimamente reduzido a 25% do total depositado. Se o projeto fôr de terceiro, não há necessidade de contrapartida. Êle pode participar de um empreendimento industrial de outrem, ou sob forma societária ou em forma de empréstimo, com carência de cinco anos.

3 — Se êle vier a executar o projeto, apresenta-o à SUDENE que, geralmente, leva de três a quatro meses para aprová-lo. Aprovado o projeto, o industrial terá que o iniciar com recursos próprios. Após começadas as obras, solicita vistoria à SUDENE para liberação de parcela do correspondente ao seu depósito da isenção do Impôsto de Renda no Banco do Nordeste. A liberação total, pela SUDENE, se dá em quatro parcelas. Para cada liberação, há uma inspeção à obra.

Êste, em verdade, tem sido o grande gargalo do processo de industrialização, pois nem sempre o industrial solicita a liberação no momento exato, antecipando-se com freqüência, o que obriga o fiscal da SUDENE a retornar. Em geral, para a liberação total, são feitas cinco ou seis visitas. E nem sempre as obras se concentram nas áreas urbanas de Recife ou Fortaleza.

O quadro que damos em seguida mostra como tem sido lento o desembôlso dos recursos liberados pela SUDENE, em milhões de cruzeiros:

	Liberados pela SUDENE:	Desembolsados efetivamente:
1963	160	92
1964	6 141	3 407
1965	18 092	8 051
1966	25 103	17 695

O valor de 1966 refere-se até o mês de setembro.

Em têrmos de aproveitamento da mão-de-obra urbana, excedente, os dados são pouco otimistas, e, por certo, nos permitem concluir que não foi atingida a meta inicial. De fato, de sua criação até hoje, as indústrias instaladas no Nordeste, beneficiando-se da isenção fiscal, através da SUDENE, criaram, efetivamente, 33 188 empregos, assim distribuídos: Maranhão, 115, Piauí, 236, Ceará, 5 237, Rio Grande do Norte, 1 478, Paraíba, 3 742, Pernambuco, 9 991, Alagoas, 1 199, Sergipe, 676, Bahia, 9 917 e Minas Gerais 597. Há, entretanto, alguns casos de dispensas provocadas pela modernização de emprêsas antigas. Num cômputo geral, admitem os técnicos da SUDENE que foram criados cêrca de 50 mil empregos através do processo de industrialização, desde a sua fundação. Partindo-se do princípio de que cada emprêgo industrial direto pode gerar cinco outros em diversos setores, pode-se admitir que foram criados 250 mil novos empregos no Nordeste, pela industrialização. Num cálculo mais otimista de criação de oito empregos indiretos para para cada emprêgo industrial, teríamos a criação de 400 mil empregos.

No momento, há em estudo na SUDENE 67 projetos, prevendo-se um investimento de 370 bilhões de cruzeiros, que irão propiciar, num futuro próximo, absorção de mais 12 355 trabalhadores. Tais projetos seriam aprovados até dezembro p.p. Êsses dados nos levam a concluir que o setor industrial não poderá, senão, amenizar e que estamos longe de alcançar uma solução para o problema do subemprêgo urbano no Nordeste, estimado em mais de um milhão de pessoas. Evidentemente, é um indício altamente promissor.

(*APEC — n.º 113*)

AS APARENTES CONTRADIÇÕES DA POLÍTICA MONETÁRIA

OCTAVIO GOUVÊA DE BULHÕES

O processo gradual de corrigir valôres congregado com o aparente conflito da expansão de produções, a par do propósito de restringir os meios de pagamento, tem dado lugar a severas críticas ao Govêrno e não poucos dissabores às autoridades monetárias.

Entretanto, se examinarmos a evolução dos acontecimentos, poderemos compreender que, no emaranhado do caminho percorrido, estamos atingindo a uma planície de amplos e promissores horizontes.

Quando o Presidente Castelo Branco assumiu o Poder, faltava à industrialização brasileira a prévia revolução agrícola, fato que dera segurança ao progresso econômico da Inglaterra, dos Estados Unidos e de outros países da Europa. Sem um suprimento abundante de produtos agropecuários é difícil preservar-se a estabilidade monetária. Sem a estabilidade monetária, não se pode sustentar o desenvolvimento industrial. O que parecia, pois, ser superficialmente contraditório na política do Govêrno, de pretender disciplinar os meios de pagamento e, ao mesmo tempo, ampliar o crédito, para a agricultura, no fundo, representava uma atitude coerente na preservação do valor da moeda.

Contudo, se havia coerência na conquista da estabilidade monetária a prazo mais longo, no curto período dos dias correntes presenciava-se a contradição da subida geral dos preços. A expansão monetária no setor rural, verificada, por exemplo, em 1965, adicionada à acumulação de reservas no exterior, repercutiu nos centros urbanos, provocando uma alta intensa dos preços, o que veio a exigir do Govêrno, em 1966, redobrada restrição ao acréscimo dos meios de pagamento e determinação de novos reajustamentos de valôres. Eram acontecimentos que deixavam no público a impressão desalentadora de avanços e de recuos, de vacilações na direção dos destinos da política monetária.

Se bem avaliarmos a complexidade do panorama econômico que herdamos em março de 1964, não seremos tão severos no criticar as aparentes contradições da atitude governamental.

Um país, como o Brasil, onde o deficit orçamentário se fazia sentir nas despesas de custeio, sendo todos os investimentos públicos inflacionários; onde, a par da elevação sucessiva e crescente dos preços, mantinha-se estabilizado o valor das tarifas, dos aluguéis e de vários produtos agropecuários, òbviamente, nesse país, não se poderia combater a inflação sem considerar a disparidade das situações econômicas. Daí o contraste entre as medidas que visavam à estabilidade dos preços e a liberação daqueles que se achavam artificialmente reprimidos; entre a redução do deficit e o aumento de despesas nos serviços de utilidade pública; entre a disciplina salarial e o aumento dos preços mínimos agrícolas e da taxa de câmbio; entre a restrição do crédito e o aumento da produção.

É natural que nesse cipoal de decisões, umas em conflito com outras, se avolumassem as queixas. Mas ao cabo de três anos de paciente e perseverante trabalho, podemos oferecer os seguintes resultados:

1.º Eliminação dos deficits de despesa corrente. Há saldos para investimentos, além de ser, agora, possível contar com o crédito público.

2.º) As fontes inflacionárias estão quase que totalmente suprimidas. As elevações de preços decorrentes dos últimos ajustamentos de valôres, inclusive a recente modificação da taxa de câmbio, são plenamente controláveis.

3.º) A produção agropecuária aumentou de maneira apreciável e as distorções de localização diminuiram.

4.º) Dispomos de reservas e de crédito no exterior.

5.º) A infra-estrutura econômica do País já é favorável às demais atividades econômicas e, por isso mesmo, novas indústrias de grande envergadura estão sendo organizadas.

A enumeração dêsses fatos demonstra estarmos seguindo orientação certa, muito embora, no percurso do caminho, tenhamos resvalado várias vêzes.

BANCO DO COMMERCIO E INDUSTRIA DE SÃO PAULO S/A.

FUNDADO EM 1889 - SEDE: SÃO PAULO - ESTADO DE SÃO PAULO

RELATORIO E CONTAS DA ADMINISTRAÇÃO

QUE SERÃO SUBMETIDOS À APROVAÇÃO DOS ACIONISTAS NA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINARIA
EXERCICIO DE 1966

Senhores Acionistas:

O ano de 1966 não proporcionou tantos dividendos da politica economica quantos almejavamos. A economia industrial do País, ainda não consolidada, e, de outra parte, uma agricultura em fase de transição e em busca de diversificação, estão entre as principais razões para a não consecução total dos objetivos governamentais relativos à estabilização do custo de vida e normalização dos custos operacionais, custos esses que economicamente nunca poderiam ser estaticos, mas dinamicos. Consequentemente, a estabilização tem de ser considerada pelas tendencias e não como uma situação rigida.

A execução orçamentaria, não bem disciplinadas as despesas publicas, concorreu de maneira marcante para as dificuldades de estabilização. Julgamos que a excessiva preocupação com as correções monetarias influiu decisivamente para o aumento anormal dos custos em geral. As reavaliações imperativas suportadas pelas empresas já estão trazendo os seus ativos para bem proximo aos limites dos valores reais e, em alguns casos, os ultrapassando.

E' bem de ver que, no entanto, a taxa cambial se manteve, criando condições de tranquilidade no que tange aos financiamentos externos. Pesa, contudo, no espirito prevenido do investidor — interno e externo — o receio de que motivos de ordem politica possam afetar essa tranquilidade. Caberá às autoridades preservar o clima de confiança que traz o franco investimento.

Considerando que nos ultimos dois anos houve superavit na balança de pagamentos — exportação maior que importação, bem como ingresso de capitais — e outrossim que os compromissos financeiros no exterior são somente a longo prazo, não há, de fato, razão que possa ameaçar a continuidade da estabilização cambial. Em todo o caso, é de esperar que, dentro de alguns meses, fique evidenciada a inocorrencia de fatores estranhos à boa ordem economica que perturbem essa tão necessaria estabilidade.

A politica tributaria, quer sob a forma de taxas e impostos, quer sob a de medidas monetarias criadoras de distorções no mercado de capitais — juntamente com as altas de preços de empresas estatais — concorreu para manter um sentido de alta no ambiente comercial.

A atuação das autoridades monetarias inspira-nos confiança. E' de destacar o constante aprimoramento da ação das instituições financeiras oficiais — Banco Central, Banco do Brasil, e BNDE — com varios reflexos positivos sobre a situação bancaria, monetaria e crediticia.

Medidas ultimamente adotadas por essas autoridades no sentido de eliminar entraves excessivos à importação, por via de consequencia, trarão niveis de preços mais realistas para os produtos de fabricação interna, além de promover a absorção não inflacionaria do excedente de divisas advindo da exportação. Esta medida irá reativar diversos setores do mercado importador, quase paralisados no momento. Estimulará aos produtores nacionais encetar medidas que tornem os seus produtos competitivos com os importados, não só em qualidade como em preço.

Ainda não conseguiram as autoridades monetarias o efetivo congelamento dos meios de pagamento retirados do giro financeiro via depositos compulsorios dos bancos. A reinjeção dessas importancias através as instituições financeiras oficiais, destorce a imagem do regime de iniciativa privada perante o publico, dando a impressão erronea de restrição de recursos na rêde privada. Além disso, cria uma competição financeira em termos que concorrem poderosamente para acentuar o perigo da estatização, que todos temem.

De acordo com os indices porcentuais divulgados, a intervenção do Estado na vida economica este ano ainda aumentou. E desejamos que esse aumento da participação do poder publico na economia nacional tenha atingido limite que convença os responsaveis a não continuar, porque senão iremos para um grau de estatização incompativel com o nosso estilo de vida e com a liberdade individual e coletiva.

A elevação do recolhimento compulsorio é fator preponderante para o crescimento das taxas de descontos, constatando-se que nem mesmo consegue impedir uma indesejavel expansão dos meios de pagamento. Não seria de bom alvitre, portanto, aplicar este instrumento com efeitos cerceadores, visando combater alta de preços, não oriunda da dita expansão, com restrição de credito. Se, de um lado a medida seria de repercussão indesejavel, de outro causaria aumento dos juros bancarios. Portanto, formulamos votos às autoridades de que não retirem dos bancos os meios de barateamento do custo do dinheiro para promover, através as instituições financeiras oficiais, o retorno inflacionario e estatizante daquilo que recolherem.

As novas medidas e legislação sobre mercado de capitais possivelmente criarão uma atração maior à poupança que, ora desviada pela possibilidade de lucros aparentes, provenientes da inflação, voltará a cooperar para o fortalecimento das empresas e alargamento das iniciativas.

Jamais poderiamos fugir de um tema constante em São Paulo e no Brasil — o Café.

As condições climatericas das safras de 65-66 e 66-67 facilitaram sobremaneira a tarefa dos orgãos controladores desse mercado. São duas safras de produção inegavelmente menor que a nossa possibilidade de exportação mais consumo interno. O Acordo Internacional do Café será elemento de grande auxilio se, de fato, forem implantados o sistema de certificados de origem e outros controles. Há já três anos previamos a nivelação da nossa produção cafeeira em relação ao consumo mais exportação, e isto está acontecendo. Para esse objetivo sem duvida contribuiu o plano de erradicação, mas muito mais importantes têm sido os preços abaixo do custo de produção. Estas duas medidas fatalmente acarretarão a diversificação da produção agricola, trazendo o equilibrio da produção com o consumo, e dispensando a existencia de orgãos controladores.

Vindo a contribuir com menos de 50% da exportação para a nossa balança de cambio, o café deixará de ser o "magna pars" que tem obrigado a sacrificar a sua situação em beneficio da economia cambial do País.

O EXERCICIO DE 1966

Temos de assinalar que a vida do nosso Banco durante o exercicio findo reflete a situação da circulação da moeda no País neste periodo. Em 31 de dezembro de 1966 os nossos depositos eram apenas algo superiores aos de 31 de dezembro de 1965. Desejamos ressaltar que os resultados operacionais do ano de 1966, em relação aos de 1965, mantiveram-se satisfatorios. Com um aumento de depositos de 2,54%, elevamos as nossas aplicações em 9,97%. Os recursos proprios do Banco — Capital e Reservas, passaram de Cr$ 24.043.332.825 para Cr$ .... 34.037.471.011, havendo portanto um aumento de 41,56%.

Sendo o aumento dos depositos o elemento gerador dos lucros, houve sem duvida um grande esforço da Diretoria, apoiada na cooperação eficientissima do funcionalismo, para a obtenção de resultado tão indicativo: com um aumento de apenas 2,54% nos depositos houve a possibilidade de aumento no funcionalismo de 51%.

DEMONSTRAÇÃO DA DESPESA

Ano	Receita Bruta	Total das Despesas	Lucro
1964	12.806.872.936	10.416.340.954	2.390.531.982
1965	24.533.101.447	17.348.146.494	7.184.954.953
1966	36.311.768.369	25.480.047.253	10.831.721.116

DESPESAS

Ano	Juros s/Depositos	Desp. Pessoal Contr. Diret. Cons. Fiscal	Impostos e Taxas	Amortiz. do Ativo	Div. Gastos Mat. Out. Contas Prejuizos
1964	1.469.987.305	7.435.049.817	343.351.832	107.055.699	1.060.896.301
1965	2.395.125.527	11.819.781.731	673.500.110	319.348.806	2.140.390.320
1966	2.353.940.079	17.918.000.808	814.879.426	511.547.273	3.881.679.667

Não obstante essa diferença nos lucros, temos de assinalar que, com os depositos aumentados apenas de 2,54%, foi conseguida redução de taxa de juros na aplicação direta e indiretamente.

Se computarmos a taxa de rentabilidade do Banco em função do capital gerador, que é o deposito, verificamos que é de 7,04%.

Dentro do lucro liquido do Banco de Cr$ 10.831.721.116, volume apreciavel advém de reservas não aplicadas em operações bancarias. Diante das exigencias da lei bancaria, seremos obrigados a convertê-las em capital aplicado nas operações do Banco. Será, pois, vedada a nossa participação em atividades não ligadas ao setor bancario.

LUCRO LIQUIDO

	1964	1965	1966
1.o Semestre	1.009.751.803	2.181.470.774	4.308.442.989
2.o Semestre	1.380.780.179	5.003.484.179	6.523.278.127

Ano	Fdo. de Aumento do Capital	Dividendos	Fdo. de Reserva Legal	Fundo de Reserva
1964	262.200.922	456.750.000	119.526.598	478.106.395
1965	—	992.250.000	359.247.746	2.800.000.000
1966	—	1.897.384.361	541.586.055	4.250.000.000

Ano	Porcentagem da Diretoria	Gratificações aos Funcs.	Caixa Benef. dos Funcs.	Colonia Beira-Mar
1964	143.431.918	900.000.000	9.000.000	1.000.000
1965	431.097.296	1.200.000.000	55.000.000	—
1966	649.903.266	1.650.000.000	80.000.000	—

Ano	Fdo. Aposent. do Pessoal	Fundo de Previsão	Previsão para Impostos	Saldo
1964	10.000.000	—	—	10.516.149
1965	105.000.000	—	1.200.000.000	42.359.911
1966	200.000.000	—	1.550.000.000	12.847.434

No exercicio findo, foi elevado o capital de 12 para 15 bilhões, mediante utilização de reservas. No proximo mês de fevereiro será completada a integralização do aumento de capital votado pelas assembléias de 2.9.65 e 20.10.65. O nosso capital atual é, pois, de 15 bilhões, mais Reservas de 19 bilhões, perfazendo o total de 34 bilhões.

CAPITAL E RESERVAS

	1964	1965	1966
Capital	7.500.000.000	7.500.000.000	15.000.000.000
Aumento de Capital	—	4.500.000.000	—
Fdo. de Reserva Legal	419.526.598	778.774.344	1.320.360.399
Fdo. de Amortização do Ativo Fixo	482.964.081	773.563.580	1.238.427.973
Outras Reservas	4.746.276.647	10.490.994.901	16.478.682.639
Totais-Capital e Reserva	13.148.767.326	24.043.332.825	34.037.471.011

Dada a circunstancia de o imobilizado do Banco estar atingindo a soma do Capital e Reservas, a Diretoria está estudando proposta a ser apresentada aos Acionistas, no momento oportuno, para aumento do capital.

Dentro do estabelecido pelo Banco Central, o Banco transferiu as ações que possuia do Banco Cearense do Comercio e Industria S/A. e da Comind, e está procurando limitar a sua imobilização, nos termos exigidos pela legislação em vigor.

As empresas que ainda compõem o ativo do Banco — Armazens Gerais Riachuelo, S/A., Comercial e Administradora Brooklyn S/A. e Mogiano S/A — Empreendimentos Comerciais e Imobiliarios — funcionaram normalmente, com resultados compensadores.

Desejamos fazer aos nossos Acionistas, que são tambem acionistas da Brooklyn, comunicação de que, com a nossa cooperação, essa empresa concretizou a criação do Banco de Desenvolvimento e Investimento Fiducial do Comercio e Industria S/A., peça indispensavel em nossa estrutura financeira, pois que poderá propiciar emprestimos a prazos medios, contribuindo principalmente para facilitar a expansão industrial.

Não só por um habito como por representar a mais autentica realidade, queremos destacar de forma especial a eficiente atuação e a dedicação de todos os funcionarios do Banco. Eles são, pois, merecedores do nosso mais sincero reconhecimento.

Lamentamos ter de registrar o falecimento do Dr. Jayme Nogueira da Silva Telles, membro do nosso Conselho Fiscal, representante do velho tronco paulista que, desde a fundação do Banco, sempre participou de sua vida administrativa.

E' com pesar, tambem, que registramos o falecimento no ano findo, de nossos acionistas: Alice de Sampaio Figueiredo, Almerinda Pereira Chaves, Anna de Paula Leite de Barros, Balthazar Fidelis, Brasilia Lacerda de Arruda Botelho, Cacilda Anhaia, Edgard Conceição, Idalina Amaral Pinto de Azevedo, Lucilla Bierrenbach de Castro Brochado, Othon Barcellos e Rita de Cassia Pompêo de Camargo.

Eis, Senhores Acionistas, o que, em sintese, nos pareceu util e interessante relatar-lhes. Estaremos à sua disposição para esclarecimentos outros que entedam oportunos.

São Paulo, 11 de janeiro de 1967

THEODORO QUARTIM BARBOSA
Diretor-Presidente

ROBERTO FEREIRA DO AMARAL
Diretor-Superintendente

CAIO PARANAGUA MONIZ
Diretor

JUSTO PINHEIRO DA FONSECA
Diretor

THOMAZ GREGORI
Diretor

CAIO RAMOS JR.
Diretor

LUIZ CARLOS VILLARES BARBOSA
Diretor

DEMONSTRAÇÃO DOS NEGOCIOS REALIZADOS PELA BOLSA OFICIAL DE VALORES DE SÃO PAULO (PERIODO DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 1966)

AÇÕES ORDINARIAS		
Quant. de Ações	Negs. entre partes	Pregões
150.880	138	93

AÇÕES PREFERENCIAIS		
Quant. de Ações	Negs. entre partes	Pregões
346.466	391	170

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Aos sete dias do mês de julho do ano de mil novecentos e sessenta e seis, às onze horas, os membros do Conselho Fiscal, em cumprimento ao que dispõe a lei n.o 2627, de 26 de setembro de 1940, e os Estatutos do Banco, examinaram o Balanço e as Contas dos Senhores Diretores, relativas ao primeiro semestre de 1966. Consideraram os referidos documentos, demonstrando um lucro liquido de Cr$ 4.308.442.989, em boa ordem e são de parecer que seja aprovada a proposta da Diretoria, de distribuição de dividendos, nos termos seguintes: Cr$ 60 por ação ordinaria, integralizada, e, nesta mesma base, para as ações preferenciais, com o respectivo adicional; e Cr$ 30 por ação ordinaria, com 50% de integralização, e tambem, nesta base, para as ações preferenciais, com o respectivo adicional.

São Paulo, 7 de julho de 1966

aa) **Antonio Augusto Portella**
Jayme Nogueira da Silva Telles
Clarisvaldo Mendes Pereira

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Aos dez dias do mês de janeiro do ano de mil novecentos e sessenta e sete, às dezesseis horas, os membros do Conselho Fiscal, em cumprimento ao que dispõe a lei n.o 2627, de 26 de setembro de 1940, e os Estatutos do Banco, examinaram o balanço e as contas dos Senhores Diretores, relativas ao segundo semestre de 1966. Consideraram os referidos documentos, demonstrando um lucro liquido de Cr$ 6.523.278.127, em boa ordem e são de parecer que seja aprovada a proposta da Diretoria, de distribuição de dividendos, nos termos seguintes: Cr$ 60 por ação ordinaria integralizada e, nesta mesma base, para as ações preferenciais, com o respectivo adicional, de Cr$ 42 por ação ordinaria, com 70% de integralização, e tambem, nesta base, para as ações preferenciais, com o respectivo adicional.

São Paulo, 10 de janeiro de 1967

aa) **Clarisvaldo Mendes Pereira**
Oscar Rodrigues Siqueira
Linneu Muniz de Souza

O BID E O ESFÔRÇO DO DESENVOLVIMENTO NA AMÉRICA LATINA

VICTOR DA SILVA

Estudos realizados recentemente por Balassa & Chenery-Strout indicam as cifras de US$ 2 200 a US$ ... 2 600 milhões anuais, como níveis mínimos de recursos externos para a América Latina. Essas cifras são baseadas numa taxa de crescimento econômico equivalente à registrada durante os últimos 10 a 15 anos (4% a 5% ao ano) ou seja inferior à meta indicada pela Carta de Punta del Este. Metas um pouco mais otimistas entre 5 e 6% ao ano demandariam financiamento externo de US$ 2 700 a US$ 2 800 milhões.

As três fontes mais importantes de financiamento externo para a América Latina são:

a) Os capitais originados de setôres públicos nacionais e internacionais;

b) Os créditos de fornecedores e bancos privados com mais de um ano de prazo;

c) Os investimentos diretos. Essas três rubricas representam mais de 90% dos capitais entrados na América Latina.

No período de 1956 a 1965 e principalmente no período da Aliança para o Progresso o financiamento externo para esta região tem crescido. De uma cifra de US$ 330 milhões em 1958 passou a US$ 1 030 milhões em 1960 e US$ 1 940 em 1965. A média para o qüinqüênio de 1956-60 foi de US$ 740 e no período de 1961 a 1965 a média foi de US$ 1 830 milhões.

Embora tivesse ocorrido no passado próximo um aumento substancial no aporte externo que esperamos se mantenha nos próximos anos, não podemos deixar de assinalar que o aporte externo ainda é muito escasso, principalmente quando se leva em consideração o crescimento populacional em tôrno de 3%, o decrescente valor do dólar e a diminuição dos preços externos dos produtos básicos exportados pela área.

Quando se anuncia que um financiamento externo foi concedido, a opinião pública tem a impressão de que os recursos chegarão logo a seguir. Isso não acontece, pois a remessa dos recursos, no caso de projetos, só se efetua à medida que as obras vão sendo executadas. Dificuldades contratuais e principalmente obstáculos de ordem burocrática contribuem para a demora. Assim, é que nesse período os desembolsos efetuados foram de US$ 570 em 1956/60 tendo aumentado para US$ 1.190 em 1961/65 e quando se descontam as amortizações pagas nesse período, essas cifras baixam para US$ 360 e US$ 760 milhões.

Um dos itens mais importantes do carreamento de recursos externos é o investimento direto estrangeiro.

Incluindo investimentos no setor petrolífero, a média anual dos investimentos diretos na América Latina foi de US$ 1.054 milhões no período de 1956/59 e de US$ 301 milhões no período de 1960/64 o que representou uma diminuição de 70%. Excluídas as inversões no setor de petróleo, a média regional anual diminui de US$ 715 milhões a US$ 416 milhões ou seja uma redução de 42%. Recentemente nota-se certo aumento nos investimentos diretos. Incluídas as cifras correspondentes a petróleo na Venezuela, o fluxo anual chegou a US$ 192 milhões em 1962, US$ 237 milhões em 1963 e US$ 337 milhões em 1964. Os investimentos norte-americanos que baixaram em 1962 a US$ 32 milhões aumentaram para US$ 64 milhões em 1963, e US$ 181 milhões em 1964.
Excluídos os investimentos em petróleo, o nível mais baixo foi atingido em 1963, com US$ 356 milhões, tendo aumentado em 1964 para US$ 394 milhões.

Os créditos de fornecedores também apresentaram uma característica instável no período de 1956-65. O nível anual decresceu de US$ 430 milhões no qüinqüênio de 1956-60 a US$ 130 milhões no qüinqüênio de 1961 a 1965 .

Resumindo, verificou-se que a queda do fluxo de capital privado foi, tanto em têrmos absolutos como relativos, maior do que o aumento da entrada de capitais públicos nacionais e internacionais. Assim é que o fluxo de capital privado diminui bruscamente de uma média de US$ 920 milhões, no período de 1956-60 por ano, a US$ 290 milhões anualmente, no período de 1961-65, e os créditos de fornecedores e bancos privados de US$ 430 milhões por ano em US$ 130 milhões anualmente, no mesmo período. Somando-se os três itens, verifica-se que a entrada líquida diminui de US$ 1 700 milhões por ano, no qüinqüênio de 1956-60, a US$ .. 1 200 por ano no qüinqüênio de 1961 a 1965. A diferença de US$ 500 milhões entre os dois qüinqüênios representa uma redução do fluxo de capital privado de US$ 900 milhões e o aumento do fluxo do capital público no valor de US$ 400 milhões.

Comparando os resultados das projeções das necessidades de financiamento externo líquido com a entrada de recursos avaliados em US$ 1 200 milhões por ano, se verifica que para atingir as metas da Aliança para o Progresso, mesmo contando com um esfôrço interno considerável, no período de 1970-1975, teríamos que pràticamente *duplicar* o nível atual do referido financiamento externo. Embora haja esperança que se verifique um aumento de *recursos* procedentes de investimentos privados, é bem provável que o financiamento público de origem internacional tenha que assumir proporção predominante do total.

Além disso, faz-se necessário que os têrmos do financiamento externo sejam abrandados quanto a juros e prazo, pois 47% do saldo da dívida externa da América Latina em fins de 1965 tinham um vencimento de cinco anos ou menos; 24% tinham um vencimento de entre cinco e 10 anos e sòmente 29% tinham vencimentos de mais de 10 anos. No caso de países maiores da região os vencimentos de menos de cinco anos excediam de 60% o saldo total da dívida. Deve ser acrescentado também que no qüinqüênio compreendido entre 1961 e 1965, 42% do finaciamento externo público recebido pelos países latino-americanos foram de natureza compensatória, isto é, para cobrir crises de balanço de pagamento, ao invés de serem utilizados em programas de investimento.

As nações latino-americanas têm feito um esfôrço grande para melhorar a estrutura de sua dívida externa por meio de um contrôle mais estrito de créditos de fornecedores e outros endividamentos a curto prazo. Do aumento substancial que se faz necessário para atender à demanda crescente da região, uma proporção considerável tem que ser tem têrmos suaves para que o serviço da dívida externa não aumente excessivamente a pressão sôbre a capacidade de pagamento dos países devedores. Outro argumento é que no ano passado manifestou-se um aumento substancial no custo de dinheiro, embora esta tendência se tenha abrandado um pouco nas últimas semanas.

Uma pergunta que se faz é se a América Latina tem capacidade para absorver eficazmente tal ajuda. Ao contrário do que se imagina, o fluxo de capitais externos representa apenas uma pequena parte da formação de capital da região. A percentagem de investimento da área aumentou de 16,2% em 1963 a 17,3% em 1965 em relação ao produto. Contudo, a poupança atingiu um nível de 97% dos investimentos totais no triênio de 1963 a 1965, o que dá uma idéia do esfôrço interno dos países e da capacidade de absorção de capitais externos. O produto interno bruto da América Latina cresceu no período de 1964 a 1965, em têrmos reais, aproximadamente 5,3% e 6,0%.

Êste aumento tem sido possível devido ao esfôrço de melhoria de outros fatôres também indispensáveis, tais como o estoque de pessoal especializado, a criação de instituições adequadas e a capacidade de organização e administração de cada país. Quase todos os países fortaleceram os setores de planificação e contam com sistemas de estímulos financeiros para a elaboração de projetos econômicos e sociais. A legislação tributária, os programas de reforma agrária e administrativa têm sido substancialmente ativados, sendo que as mudanças mais radicais se efetuaram no Brasil. Dentro de poucos anos essas medidas se refletirão no crescimento econômico dêsses países e no fortalecimento regional, colocando a América Latina em condições de negociar em bases razoáveis com os outros poderosos blocos econômicos do mundo.

O BID E O DESENVOLVIMENTO DA AMÉRICA LATINA

Desde sua fundação em 1960 até 31 de dezembro de 1966 o BID financiou a importância de US$ 1.913 bilhões. Nas primeiras semanas de janeiro corrente, esta cifra já tinha ultrapassado a meta dos dois bilhões de dólares. Dêsse financiamento, obteve o Brasil US$ 457 milhões representando cêrca de 22% do total das operações. No ano de 1966, essa cifra aumentou para cêrca de US$ 100 milhões, o que representa 25% do total dos empréstimos concedidos. Como as agências internacionais em regra não financiam mais de 50 a 60% do valor dos projetos e às vêzes bem menos, isto significa que o custo total dêsses projetos se eleva a US$ 200 milhões. Os campos mais beneficiados foram, principalmente, o setor de águas e esgotos, energia elétrica e construção de casas populares e auxílio à pequena e média indústrias.

A constante necessidade de ampliação do aporte de recursos externos para a América Latina vai exigir um esfôrço adicional por parte do BID, apesar de se esperar que grande parte dessas necessidades seja atendida por outras agências internacionais e por investimentos diretos.

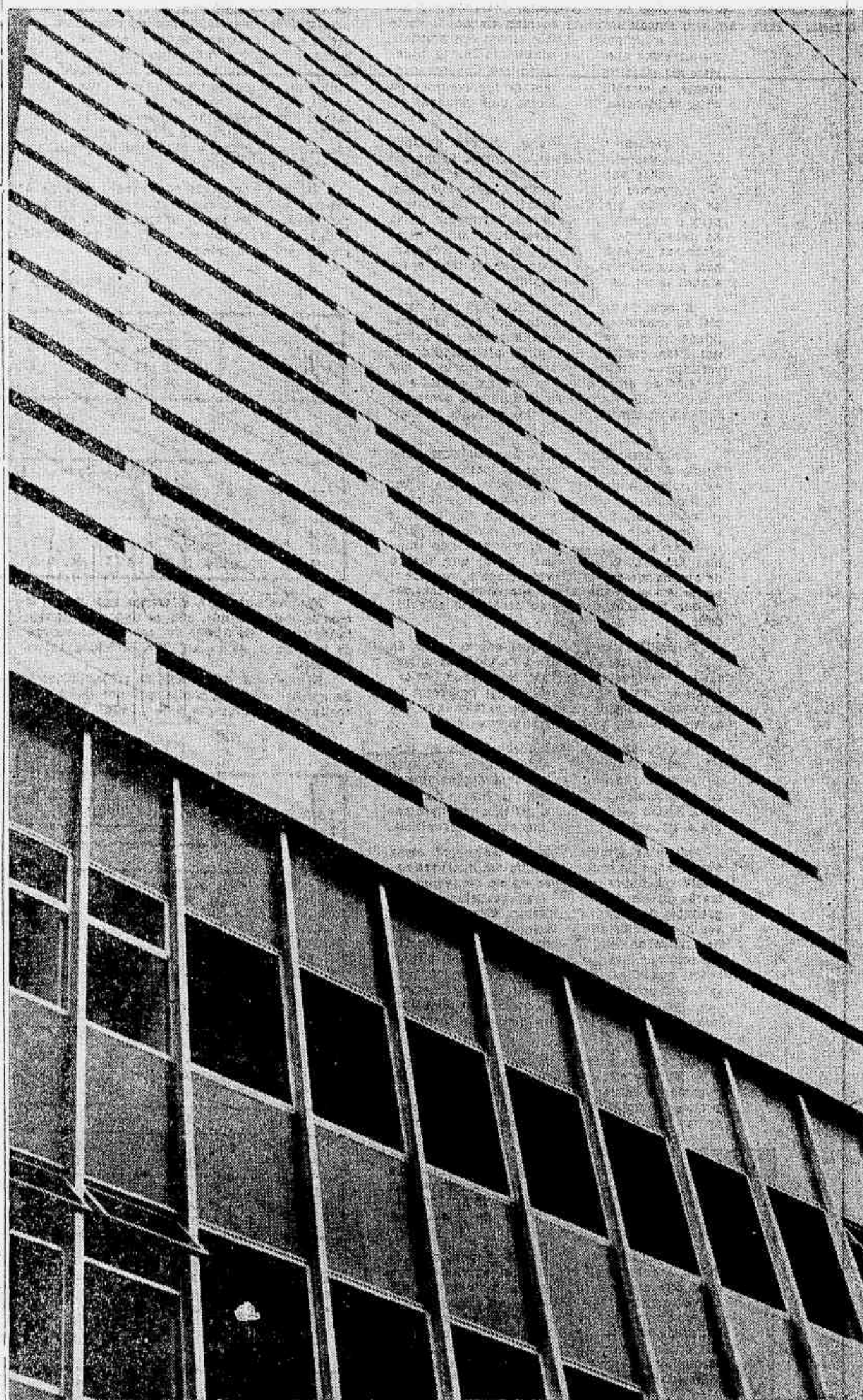
A diretoria do BID calculou que para manter uma média de investimentos de US$ 450 a 500 milhões no período de 1968 a 1970, se faz necessário um aumento no seu capital ordinário de US$ 1 bilhão e no Fundo para Operações Especiais (empréstimos a prazos e juros suaves) de US$ 900 milhões. Êste assunto deverá ser discutido na reunião de cúpula dos presidentes a ser realizada em abril próximo.

A posição brasileira expressa pelo Ministro do Planejamento em várias reuniões do CIAP e pelo Presidente do Banco Central na sua qualidade de governador do BID, é que essas cifras não atendem às necessidades brasileiras. De uma posição de absoluta escassez de projetos, em março de 1964 passou o Brasil, devido às providências tomadas pelos setores públicos e à reativação da sua economia, a uma programação que só no BID atingiu US$ 300 milhões para o período de 1967/68, o que excede sua capacidade de financiamento para o Brasil. Neste momento, muitos projetos estão sendo preparados sem oportunidade de financiamento antes de 1969.

Tudo indica que vários países, entre êles destacando-se o Brasil, tomarão a iniciativa de demonstrar, na próxima reunião de presidentes, que os recursos previstos para manter as metas da Aliança para o Progresso e possivelmente aumentá-las no período de 1970 a 1975, são inadequados e, portanto, urge ampliá-los. Conforme se demonstrou, a capacidade de poupança da América Latina está aumentando a níveis compatíveis, mas durante muitos anos ainda dependerá a região de auxílio externo.

Várias fórmulas de aumentos de recursos serão propostas. Sabe-se que o Brasil provàvelmente discutirá a criação de um Fundo Especial para Projetos Multinacionais, do qual deveriam participar todos os países exportadores para a América Latina. Cogitar-se-á, também, da ampliação do Fundo de Financiamento de Exportações administrado pelo BID para aumentar o escopo e, possivelmente, cobrindo novas áreas.

Outro fundo, cuja constituição vai merecer o apoio generalizado é o Fundo de Erradicação e Desenvolvimento das Áreas Cafeeiras com o nível estimado de 300 milhões de dólares. Êsse esfôrço poderia ser ampliado para abranger também a diversificação da economia de vários outros artigos agrícolas produzidos em excesso.

As informações contidas neste modesto artigo poderiam introduzir uma nota de pessimismo em relação à tarefa gigantesca de eliminar o atraso secular de muitos dos países latino-americanos. Quem trabalha nos organismos internacionais verifica contudo, que o ritmo da solução dos problemas é cada vez maior. A América Latina caminha para a integração em um bloco econômico, seguindo o exemplo da Europa e de outras áreas, fortalecendo sua posição. Cabe ao Brasil nesse esfôrço uma parte preponderante, que felizmente vimos cumprindo.

DESENVOLVIMENTO, EMPRÊGO E TECNOLOGIA

Sob o ponto-de-vista do desenvolvimento, o emprêgo não pode ser considerado um fim em si mesmo. Uma política de emprêgo só tem sentido quando colabora para o desenvolvimento, isto é, para o aumento generalizado e duradouro do nível de vida das populações.

Uma das mais sérias conseqüências da inversão do papel atribuído ao emprêgo de recursos humanos é a reação ao progresso tecnológico. Tal posição não é, entretanto, recente: no passado muitas foram as pessoas que, alarmadas com a introdução dos teares mecânicos na indústria têxtil, propuseram, inclusive, a sua destruição; o mesmo ocorreu quando se iniciou a distribuição de água encanada em Paris, operação que levaria à miséria milhares de famílias. Hoje, essa posição toma, no limite, a forma do nacionalismo tecnológico, contrário à "técnica estrangeira, não adaptada à nossa constelação de fatôres".

Este artigo se propõe a apresentar, ao debate da **opção tecnológica** — roupagem teórico-econômica do problema — algumas novas variáveis e, como conseqüência, a esboçar alguns critérios que orientem uma política de emprêgo condicionada ao desenvolvimento.

A TAXA DE INVESTIMENTO

O objetivo básico do processo de desenvolvimento deve ser o maior e mais duradouro aumento possível do nível de vida (ou consumo) das populações. Se, no curto prazo, uma maior oferta de bens de consumo pode ser obtida pelo uso mais intensivo dos fatôres de produção disponíveis, dado que uma parte dêles se encontra freqüentemente ociosa, a longo prazo apenas o aumento da capacidade de produção (conseqüência de investimentos) permitirá maior oferta de bens de consumo.

O investimento depende, em um certo período, de um lado da magnitude e da composição da renda nacional, isto é, dos volumes absoluto e relativo destinados ao consumo e à acumulação e, de outro lado, da orientação dos investimentos em períodos anteriores. Assim, é evidente que a parte investimento depende da grandeza do todo produto mas, mesmo fixado êste último, variando o nível do consumo, poderá variar aquêle da acumulação. No consumo final das famílias e do govêrno processam-se gastos que logo se mostrariam desnecessários se elevado de um mínimo o grau de racionalidade no uso corrente dos meios. Em outras palavras, existem consumos excessivos devido à pura e simples ineficiência e falta de programação, que se manifestam pela aquisição de mais bens e materiais de consumo do que seria necessário (ainda que mantidos os padrões relativos de consumo), bem como devido ao consumo ostentatório de alguns grupos de alta renda e algumas áreas do setor público. A maior parte dêsses **consumos** poderia ser eliminada sem prejuízo algum para a população ou para o funcionamento dos serviços públicos através do planejamento de campanhas educativas ou do sistema tributário. Os recursos destinados à produção dêsses bens seriam destinados à de bens de produção, aumentando, a curto prazo, a taxa de investimentos.

Resta ver como o uso dos fundos destinados à formação de capital nos anos anteriores pode condicionar as possibilidades correntes de acumulação: primeiramente, sabe-se que, da mesma forma que ocorre com certos consumos, existem alguns **investimentos** que constituem desperdícios evitáveis (como a construção de imóveis suntuosos e a manutenção de equipamentos, instalações e estoques em volume superior às necessidades correntes ou mesmo previstas da produção) que poderiam ser orientados para um investimento verdadeiramente produtivo, que aumentasse as disponibilidades futuras para acumulação. Mas existem ainda outros fatôres que condicionam a disponibilidade corrente de recursos para investimento: a locação dos investimentos anteriores segundo os diferentes setores e regiões da economia e os respectivos padrões técnicos. Deixemos para outra oportunidade a questão da locação dos investimentos e vejamos os efeitos dos diferentes níveis de produtividade da mão-de-obra sôbre a formação de fundos para acumulação.

OS NÍVEIS DE PRODUTIVIDADE E CONSUMO

O investimento tem origem na diferença entre o que produz o trabalho e aquilo que é consumido num dado espaço de tempo. Assim, tendo em vista que se identificou o desenvolvimento ao aumento do bem-estar e ao acréscimo do nível de consumo da população, para que o excedente gerado não diminua à medida que progrida o padrão de vida, é necessário que o resultado do trabalho social cresça, pelo menos, em ritmo igual àquele do consumo. Isto só pode ocorrer se a produção por indivíduo ocupado (ou, a grosso modo, produtividade média do trabalho) crescer continuamente, isto é, se houver constante progresso técnico.

Conforme já se observou, o nível de consumo é uma variável fundamental do processo de planificação: assim, por exemplo, o plano deve prever que o salário-consumo real por habitante cresça de ano para ano, enquanto o **equipamento**, ao qual os trabalhadores estiverem ligados, oferece-lhes uma produtividade constante, durante o seu prazo de vida técnico. Deve-se, portanto, comparar não apenas o salário-consumo real no ano de instalação do equipamento mas, também, aquêle no fim do seu período de vida previsto; em caso contrário, o consumo por trabalhador ultrapassará o seu produto e o **equipamento** será condenado a uma obsolência precoce e os recursos de investimento nele aplicados, parcialmente desperdiçadas. Neste caso, ou simplesmente não se dá ao trabalhador o salário-consumo previsto ou se o dá, ocorrendo então uma transferência de parte do excedente (produto menos consumo) criado por trabalhadores de outras unidades de produção esta transferência, sendo feita através de um preço artificialmente elevado para a técnica rudimentar ou, diretamente em espécie, no caso dos serviços gratuitos de grandes obras públicas.

A argumentação, excluídos apenas os aspectos concernentes à absorção de mão-de-obra, parece já permitir a fixação de um critério a ser seguido quando se colocar um problema de opção tecnológica: deve ser escolhida a função de produção que mais excedente gerar (*). É evidente que a aplicação de tal critério encontra limites que, entretanto, não podem ser discutidos neste pequeno espaço.

É óbvio que o produto **per capita** depende não só do nível da produtividade do trabalho daqueles que estão ocupados mas, **também**, do número de pessoas que estão engajadas no processo de produção. Até então, tentou-se discutir alguns dos principais problemas ligados à produtividade da população ocupada; ver-se-á, a seguir, algo sôbre a própria variável "população ocupada".

A UTILIZAÇÃO DA FÔRÇA DE TRABALHO

O aumento do produto provocado pela absorção da mão-de-obra desempregada, se fôsse possível incorporá-la, a curto prazo, ao nível médio de produtividade (o que é duvidoso, mesmo com o uso de técnicas exageradamente **labour intensive**, pois isso exigiria um drástico desvio dos fundos de acumulação para subsídio do consumo da massa adicional de trabalhadores) seria certamente menor que aquêle aumento resultante da ocupação mais produtiva da população subempregada (cujo montante pode se estimar como superior ao dôbro da desempregada). A absorção do subemprêgo exigiria investimentos de racionalização, portadores de técnicas modernas.

Entretanto, se até a data do início do plano existe desemprêgo, é possível que o uso de técnicas mais modernas permita a sua absorção mais ràpidamente do que com o uso generalizado de técnicas **labour intensive** e, pelo menos, sem pôr em risco as possibilidades futuras de acumulação e desenvolvimento. Assim, a capacidade de incorporação de mão-de-obra é de difícil visualização ou mensuração, porque o fenômeno se passa em diferentes esferas e períodos de tempo. Existiriam os seguintes "efeitos de incorporação" segundo a tecnologia adotada:

a) efeito antecipado — absorção que se passa durante o processo de construção do projeto ou mesmo dos equipamentos que lhe serão destinados. Esse efeito, normalmente, é tanto maior quanto mais intensiva em capital fôr a técnica incorporada à unidade produção, sempre que houver flexibilidade de espera para uma mesma usina, barragem ou equipamento a serem construídos, a técnica utilizada na fase da construção do projeto em nada influi sôbre o volume de excedente através dêles gerado durante a fase de produção, sempre que houver flexibilidade de escolha, pode ser conveniente aplicar uma técnica que atraia mais a mão-de-obra que a originalmente prevista;

b) efeito corrente — durante o funcionamento do projeto de que trata o investimento, a absorção de mão-de-obra se passa por via direta, quando o emprêgo se faz no próprio empreendimento, ou por via indireta, quando as unidades de produção que fornecem insumos necessários ao projeto precisam, em função de nova demanda, aumentar sua produção e nível de emprêgo, e, ainda, quando, devido ao fluxo adicional de produção (se esta significa mais ou melhores matérias-primas, combustíveis, energia, serviços de transporte, equipamentos etc.), outros empreendimentos puderam também aumentar sua produção e emprêgo. O mínimo que se pode dizer é que, devido aos efeitos indiretos, um projeto que incorpore uma técnica mais moderna não necessàriamente implicará em menores efeitos (correntes) de incorporação de mão-de-obra;

c) efeito retardado — quando o projeto entra em funcionamento começam a ser gerados excedentes, cujo volume variará conforme a técnica utilizada. Ocorre, normalmente, que o excedente gerado para funções de produção com maior densidade de capital é superior àquele para técnicos **labour intensive**, permitindo reinvestimentos cada vez mais amplos, multiplicando as possibilidades de absorção de mão-de-obra nos períodos sucessivos.

CONCLUSÃO

O único fim realmente condizente com a idéia de desenvolvimento é aquêle de aumentar, no máximo possível e a longo prazo, o padrão de vida das populações, para o que deve ser maximizada a taxa de acumulação nos anos futuros. Assim, após a determinação do nível de consumo no ano final do plano, deve-se lançar mão de técnicas capazes de não só conduzir a produção de bens de consumo ao volume previsto como, também de maximizar a oferta de bens de produção.

Para a fixação da meta de consumo deve-se levar em conta que a taxa de aumento do consumo não deve ultrapassar um limite que dificulte a acumulação e cause, a longo prazo, dificuldades à própria manutenção do ritmo de crescimento do consumo.

O desemprêgo, para efeitos de planificação, deve ser considerado como uma herança do passado, um fenômeno transitório, conseqüência de baixa taxa de investimento anterior, tendo origem em desperdícios de consumo, em construção de equipamentos e instalações que restam semi ou totalmente ociosos, na aplicação de técnicas arcaicas de produção. O desemprêgo pode ser reabsorvido, em período relativamente curto, desde que o excedente investível seja inteiramente mobilizado e regularmente aumentado, graças a uma opção tecnológica racional.

(*) Parece óbvio que o maior excedente, entre duas técnicas igualmente possíveis para um mesmo projeto, pertencerá àquele que possuir maior densidade de capital. Aliás, a observação do processo de desenvolvimento capitalista mostra que, sendo a acumulação o seu motor, todo o progresso técnico não se fêz com outra finalidade que acrescer o excedente anualmente ao fundo de acumulação. (APEC n.º 102)

BALANÇO DE 1966

Ainda é cedo para se ter uma visão definitiva do comportamento da economia brasileira em 1966, pois a maioria das estatísticas, principalmente as referentes ao volume da produção, só se obtêm com razoável atraso. Existem, todavia, certos indícios que permitem pelo menos uma apreciação preliminar da evolução dos fatos econômicos no ano passado.

Como em 1965, a principal preocupação do Govêrno em 1966 continuou sendo a contenção do ritmo inflacionário. Em têrmos de alta de preços os resultados conseguidos foram apenas medíocres: o índice do custo de vida na Guanabara elevou-se de 41% durante o ano, contra 45% em 1965; e o geral de preços por atacado de 38%, contra 28% no ano anterior. É de se ressaltar, todavia, que no combate às causas clássicas da inflação, o Govêrno mostrou-se muito mais austero do que em 1965. Os deficits públicos foram bastante contidos, e financiados em sua maior parte pela colocação de Obrigações Reajustáveis, a expansão de meios de pagamento foi bastante, e os reajustes de salários nacionais foram limitados ainda com mais vigor do que prévia o PAEG. O fato de os preços terem subido acentuadamente quando os focos de inflação já se achavam sob contrôle encontra três explicações: em primeiro lugar, por causa da excessiva expansão monetária de 1965, não absorvida na época, via alta de preços; (pode-se afirmar, nesse sentido, que o Govêrno pagou, em 1966); em segundo lugar porque 1966 foi um ano de más safras; em terceiro lugar por causa de certos impactos redistributivos, forçados pelo Govêrno, e com tendência altista sôbre o nível geral de preços.

Em matéria de execução do orçamento de caixa, os resultados conseguidos em 1966 foram bastante satisfatórios. A receita corrente se elevou a cêrca de 2,5 trilhões de cruzeiros, correspondentes a 11,6% do Produto Interno Bruto (contra 10,4% em 1965). A despesa de caixa, a cêrca de 5,7 trilhões (12,7% do PIB, contra 12,3% em 1965). O deficit de caixa, de cêrca de meio trilhão de cruzeiros, corresponde a cêrca de 1,1% do PIB, e foi financiado em perto de quatro quintos pela colocação de Obrigações Reajustáveis. Convém observar que, no que tange ao contrôle e ao financiamento dêsse deficit, foram visíveis os progressos conseguidos pelo atual Govêrno. Com efeito, em 1963 a relação deficit/PIB ia além de 5%, financiado quase na totalidade pela expansão dos empréstimos das Autoridades Monetárias ao Tesouro.

Quanto ao comportamento do setor monetário, ainda não se dispõe de estatísticas definitivas, mas estima-se que a expansão de meios de pagamento tenha sido da ordem de 20% ao longo do año. Essa cifra subentende uma apreciável esfôrço de contenção, quando se lembra que em 1965 a expansão monetária havia sido de 75%, em grande parte como contrapartida da acumulação de reservas cambiais. Naturalmente, à margem dêsse esfôrço de contenção se desenvolveu uma crise de liquidez no setor privado, pois os preços subiram em proporção muito maior que os meios de pagamento.

Em matéria de política salarial, os critérios adotados em 1966 foram bastante austeros. A fórmula da Lei 4 725, a do reajustamento pela média (ao invés do pico) do poder aquisitivo passado, foi aplicada à risca; além disso, o Govêrno, pelos Decretos-Leis 15 e 17, unificou os coeficientes de correção salarial, e proibiu que, mesmo voluntàriamente, as emprêsas concedessem aumentos além da fórmula. Como o resíduo inflacionário previsto para o futuro (10% ao ano) foi visivelmente subestimado, é de se supor que muitas classes tenham sofrido certa redução em seus salários reais.

Quanto ao comportamento da produção, ainda são muitos escassos os dados disponíveis. O crescimento do produto agrícola deve ter sido pequeno, pois 1966 foi um ano de más safras. Em compensação, vários setores industriais, como o siderúrgico e o automobilístico, elevaram apreciàvelmente sua produção física. É de se presumir que em 1966 tenha ocorrido sensível crescimento no índice do produto industrial, embora tal crescimento, pelo menos em boa parte, tenha apenas compensado a queda verificada em 1965 (4,7%). Diga-se de passagem, a evolução da conjuntura no correr do ano parece ter sido bastante diferente da observada nos anos anteriores; no primeiro semestre, enquanto perdurava a relativa folga de liquidez acumulada em 1965, as vendas e a produção se mostraram bastante elevadas. No segundo semestre, o ritmo de atividades parece ter-se contraído, com as dificuldades de liquidez e com as perturbações redistributivas introduzidas em muitos setores.

Em matéria de comércio exterior, os resultados do ano de 1966 continuaram auspiciosos. A taxa de câmbio manteve-se inteiramente estável (o que não necessàriamente significa um resultado satisfatório quando os preços internos subiram de 40%), e o Govêrno eliminou entraves burocráticos e financeiros no comércio. Tanto as exportações quanto as importações subiram apreciàvelmente, e o balanço de pagamentos parece ter chegado a razoáveis condições de equilíbrio.

Deve-se ressaltar que 1966 foi pródigo em matéria de nova legislação econômica. Nesse sentido o Govêrno trabalha com enorme esfôrço, imaginação e precipitação. Quase tôdas as novas leis foram lastreadas nos mais saudáveis princípios econômicos. Muitas delas, porém, foram redigidas e implantadas de afogadilho, causando apreciáveis perturbações (esperamos que transitórias) ao sistema econômico.

O ano de 1967 inicia-se com certas dificuldades, oriundas principalmente da implantação do Impôsto sôbre a Circulação de Mercadorias. O curso dos acontecimentos durante o ano naturalmente dependerá da orientação e até dos pormenores da política econômica do próximo Govêrno. O anseio geral é que 1967 se torne o ano da consolidação institucional, da contenção definitiva da inflação e da retomada do desenvolvimento econômico. (APEC n.º 113)

O NÔVO BNDE

JOSÉ GARRIDO TORRES

Em meados de 1967, completará o BNDE três lustros de fecunda atividade. Criado para financiar, de preferência e nos limites de uma programação restrita, os setores da infra-estrutura econômica — transporte e energia — derivou o Banco, numa segunda fase, para o financiamento dos projetos das indústrias de base. (Para a filosofia e a história do BNDE, v. em **A Economia Brasileira e suas Perspectivas** — vol. V, 1966 — **O Papel do BNDE no Progresso do Brasil**, do mesmo autor — págs. 183-190). Hoje, o nôvo BNDE, como principal agência executora da política de investimentos do Govêrno federal, apoiado na sua rica experiência, no seu grande passado, adquiriu a agressividade necessária para multiplicar os seus programas e, assim, levar a sua assistência financeira aos mais distantes rincões do País, quer em apoio da compra e venda de máquinas e equipamentos de produção nacional, quer especìficamente para as pequenas e médias indústrias, quer ainda para os projetos de produtividade e de melhoria do ensino técnico-científico, tudo sem prejuízo do suporte aos seus setores tradicionais.

ATUAÇÃO SOB MÚLTIPLOS ASPECTOS

Os resultados dos novos programas postos em execução pela atual direção do BNDE, associados às realizações do Fundo de Reaparelhamento Econômico, fonte de financiamento dos setores tradicionais, revelam que a colaboração financeira dispensada pela Entidade, nos últimos dois anos, foi acentuadamente superior, em têrmos reais, às registradas nos exercícios anteriores. A preços de 1966, os financiamentos aprovados entre 1952 e 1966 somaram Cr$ 3 610,0 bilhões, dos quais 27,3% (Cr$ 986,7 bilhões) em apenas dois anos, 1965/6. Dos recursos recebidos no período Cr$ 3 321,5 bilhões), Cr$ 786,3 bilhões o foram em 1965/6 e de um total de 610 projetos, 31 (54,3%) foram aprovados no biênio (sem incluir-se, nesses números, as operações do FINAME).

Resultados idênticos foram alcançados, isoladamente, pelos financiamentos aprovados através do Fundo de Reaparelhamento Econômico, os quais já haviam superado em 1965, em têrmos reais, o recorde dos exercícios anteriores, verificado no ano de 1958. Em 1966, os financiamentos da mesma origem atingiram níveis mais elevados ainda, ou seja, Cr$ 388,0 bilhões contra Cr$ 374,2 bilhões em 1965. No quadro abaixo comparam-se as aplicações do BNDE, através dos diversos fundos, nos anos de 1965 e 1966, a preços de 1966:

FUNDOS	1965		1966	
	Cr$ bilhões	N.º de projetos	Cr$ bilhões	N.º de projetos
F.R.E. e Acôrdos do Trigo	374,2	29	388,0	43
FIPEME	20,4	40	65,0	167
FUNTEC	1,3	8	3,3	9
FINEP	0,2	7	0,9	21
FINAME	54,0	*	68,8	*
FUNDEPRO	—	—	0,4	7
DIVERSOS (1)	10,2	—	—	—
Total	460,3	84	526,4	247

(1) — Repasse à CADEP e participação na EMBRATEL.
* — Não incluído o número de operações do FINAME (1 793 em 1965 e 4 005 em 1966).

O setor tradicional que mais tem absorvido os recursos providos pelo BNDE é o siderúrgico, fato que ocorre desde que a Entidade assumiu o encargo de apoiar a execução das obras inadiáveis na Usiminas, Cosipa e Ferro e Aço de Vitória. Outros setores, entretanto, como a indústria química de base, celulose e papel, metais não ferrosos e outros, ano a ano crescem de importância entre as atividades econômicas assistidas pelo BNDE. Êstes dados, por outro lado, confirmam o empenho da Entidade em dar o exemplo da retomada do desenvolvimento quando a Nação ainda trava a sua grande luta contra a inflação.

A prestação de garantias pelo BNDE a empréstimos externos, destinados a cobrir importações de equipamentos, vem decrescendo nos últimos anos, tendo atingido, em 1966, apenas US$ 44,2 milhões, contra US$ 55,4 milhões, em 1965. O BNDE deixou de ser o principal agente do Govêrno federal para a execução dessa modalidade de operação, hoje a cargo direto do Ministério da Fazenda, embora continue a desempenhar o papel de agente do Tesouro Nacional. Mas é inegável que o próprio desenvolvimento da indústria mecânica nacional, que o BNDE tanto ajudou a criar, permitindo em seu presente estágio suprir, em muitos setores básicos, até 80% ou mais das partes dos equipamentos necessários aos novos investimentos, concorre para reduzir a demanda do exterior.

A massa de recursos em cruzeiros aplicada pelo BNDE, em seus quase quinze anos de existência, nos setores básicos da economia brasileira, num total de Cr$ 3 610,0 bilhões, a preços de 1966, acrescida dos avais para operações contratadas no exterior, que montam a US$ 835,2 milhões, asseguram à Entidade e lhe confirmam a condição reconhecida por lei de principal instrumento de execução da política de investimentos do Govêrno federal.

Note-se que do total de Cr$ 3 610 bilhões aplicados pelo BNDE em tôda a sua história, cêrca de um têrço, ou mais precisamente, Cr$ 1 207,9 bilhão, corresponde a projetos aprovados e a operações realizadas no triênio 1964/1966, isto é, já no período do Govêrno da Revolução.

OS NOVOS PROGRAMAS DO BNDE

Não menos significativos foram os resultados colhidos pelo BNDE em 1966 através dos diversos FUNDOS por êle geridos, como o FIPEME, o FINAME, o FUNTEC, o FUNDEPRO e o FINEP, os quais ampliaram substancialmente e estão servindo para complementar e consolidar a obra da Entidade em favor da expansão da economia brasileira.

FIPEME — APOIO ÀS PEQUENAS E MÉDIAS EMPRÊSAS

O programa de financiamento às pequenas e médias emprêsas, FIPEME, foi instituído pelo BNDE em 1965, a fim de assistir financeiramente um dos setores de maior importância, dado o relevante papel que exercem as emprêsas de menor porte na economia do País. Para êsse fim firmou-se um contrato, em dezembro de 1964, entre o BNDE e o Banco Interamericano de Desenvolvimento — BID, segundo o qual recursos no montante de US$ 27 milhões seriam colocados à disposição do BNDE na medida em que conseguisse mobilizar, para o mesmo fim, recursos equivalentes em cruzeiros. Posteriormente, o FIPEME recebeu um refôrço de DM 27 milhões (equivalente a US$ 7 milhões), por fôrça de empréstimo do Instituto de Crédito para a Reconstrução (KREDITANSTALT), da República Federal Alemã, ao BNDE.

Os financiamentos autorizados pelo FIPEME atingiram, em 1966, cêrca de Cr$ 65,0 bilhões, contra apenas Cr$ 20,4 bilhões, em 1965, a preços de 1966. Como êsses financiamentos cobrem, em média, 50% das inversões em ativo fixo previstas, conclui-se que os projetos aprovados pelo Órgão contemplam um investimento global superior a Cr$ 170,0 bilhões, a preços de 1966. Dezenas de setores foram beneficiados por êsses financiamentos, destacando-se, dentre êles, os seguintes: indústrias mecânicas, têxtil, gráfica, de alimentação, metalúrgica e química.

O FINAME CONSOLIDA A INDÚSTRIA MECÂNICA

Outro programa de criação recente do BNDE, e que tem tido a maior repercussão nos meios empresariais e industriais é o da Agência Especial de Financiamento Industrial — FINAME, um instrumento capaz de afastar um dos principais óbices ao progresso da indústria de bens de capital do País, caracterizado tanto pela incapacidade das emprêsas de financiarem, com recursos próprios, a fabricação de máquinas e equipamentos que exigem longos períodos para a sua construção, como pela inviabilidade de oferecerem condições de venda a prazos favoráveis ou condizentes com as possibilidades dos compradores de tais bens.

O FINAME, que inicialmente se chamou Fundo de Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais, dedicado exclusivamente ao financiamento da compra e venda de máquinas e equipamentos de produção nacional, iniciou as suas operações em abril de 1965. Sua entrada em vigor coincidiu com o surgimento dos primeiros sintomas de uma tendência econômica recessiva. Esta coincidência permitiu ao FINAME provar de quanto seria capaz, ao contribuir, com os seus financiamentos, para aliviar inúmeras emprêsas industriais da difícil situação financeira em que se encontravam, às voltas com crescentes estoques ou na contingência de paralisarem as suas atividades, agravando o nível de desemprêgo que já se vinha observando em muitas áreas. Foram os setores refinanciados pelo FINAME os que mais depressa se recuperaram.

Além da sua condição de valioso instrumento de política econômica capaz de atender a problemas presentes, há que considerar o objetivo de longo prazo que o Govêrno procura alcançar através do Fundo, ou seja, a institucionalização do crédito a médio prazo no País, medida complementar indispensável para a consolidação da indústria mecânica nacional. Êste objetivo deverá ser alcançado não tanto pelo Fundo, mas através das instituições financeiras privadas, que atuam como seus agentes, hoje em número superior a 160, aí compreendidos os grandes bancos e sociedades de financiamento privados, e pràticamente todos os bancos estaduais e regionais.

O FINAME, como Agência Especial de Financiamento Industrial, teve suas atribuições bastante ampliadas, podendo, agora, realizar operações de financiamento de exportações de máquinas e equipamentos brasileiros, bem como de importações de bens semelhantes, sem similar nacional. Onde, porém, as novas modalidades operacionais do FINAME tendem a se destacar é no campo estritamente financeiro. Êste Órgão, a partir de dezembro de 1966, iniciou as suas operações no "mercado secundário", adquirindo papéis disponíveis do **portfolio** das companhias de crédito, investimento e financiamento, por um prazo máximo de 30 dias, admitindo-se, no entanto, às financeiras o resgate antecipado dos seus títulos. Ao fim do primeiro mês de operações (dezembro de 1966) somaram Cr$ 16,5 bilhões as transações dessa natureza já realizadas pelo FINAME.

Espera-se que o referido Fundo, dentro em breve, dê início também às suas operações de **underwriting** indireto, assim entendida a aquisição pelo FINAME aos **pools** das companhias financeiras ou dos bancos de investimento de ações ou debêntures que venham a subscrever. O FINAME foi autorizado também a lançar títulos próprios, destinando-se os recursos por êles gerados à provisão de capital de giro para as emprêsas industriais. Tais letras seriam emitidas pelas emprêsas e colocadas no mercado através das sociedades financeiras, após receberem o aceite do BNDE e o co-aceite das próprias companhias de financiamento. O lançamento dêsses títulos, entretanto, está na dependência da redução das taxas de juros no mercado de dinheiro.

Desde quando começou a operar, abril de 1965, até dezembro de 1966, o FINAME já havia favorecido a realização de operações de compra e venda de máquinas e equipamentos de fabricação nacional, no valor de Cr$ 245,6 bilhões, dos quais 50% correspondem a recursos do próprio Órgão. Sòmente no ano de 1966, as referidas operações montaram a Cr$ 137,6 bilhões. Entre os setores mais beneficiados pelo FINAME, além da indústria mecânica que é a mais favorecida, citam-se os dos transportes, da indústria de alimentação, de construção e pavimentação de estradas e da indústria têxtil. Várias dessas indústrias dependem do FINAME para vender 80% ou mais de sua produção.

Pelo Decreto-Lei n.º 45, de 18-11-66, foi o BNDE autorizado a criar uma sociedade anônima de economia mista, da qual terá obrigatòriamente o contrôle acionário, para suceder à Agência Especial de Financiamento Industrial, FINAME. Visa a medida a criar condições bem mais favoráveis para que a entidade possa cumprir plenamente as suas múltiplas e complexas finalidades. Seu modêlo é a International Finance Corporation, que está para o Banco Mundial como a FINAME S/A estará, eventualmente, para o BNDE.

FUNTEC — EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO

A criação do Fundo de Desenvolvimento Técnico-Científico (FUNTEC) é medida que visa a contribuir para a formação de pessoal técnico para pesquisas e projetos. O FUNTEC possui duas linhas de atuação: a primeira, cuidar de fornecer meios para a manutenção de cursos de pós-graduação para a formação de mestres e doutôres em ciências exatas e sociais vinculadas ao desenvolvimento econômico; a segunda, prover a destinação de recursos para pesquisas técnico-científicas, compreendendo absorção de inovações tecnológicas, aproveitamento de recursos naturais, adaptação de processos de produção e elaboração de normas técnicas brasileiras. Para a realização destas últimas, o BNDE ampara as instituições públicas e privadas, que, associadas à indústria, procuram desenvolver processos tecnológicos próprios ou intentam adaptar técnicas de outros países às condições brasileiras.

Os primeiros financiamentos concedidos pelo FUNTEC ocorreram em 1964, quando foram aprovadas aplicações nos montantes de Cr$ 70,4 milhões em pesquisa. Em 1965, as aplicações atingiram Cr$ 852,6 milhões e Cr$ 159,5 milhões em ensino e pesquisa respectivamente. Em 1966, com o primeiro foram gastos cêrca de Cr$ 2,0 bilhões, enquanto a segunda recebeu perto de Cr$ 1,4 bilhão, ou seja, um aumento de 322% em relação ao ano anterior.

A preparação de profissionais, que, direta ou indiretamente, se vinculam ao processo do desenvolvimento econômico, é uma tarefa de que se ocupa sob múltiplas formas o BNDE, pois sem a adequada disponibilidade e atuação dos primeiros jamais será bem sucedido o segundo. Além de outras iniciativas do gênero, é oportuno mencionar os dois cursos ministrados pelo Centro de Desenvolvimento Econômico BNDE/CEPAL; um curso intensivo de treinamento em problemas de desenvolvimento econômico e um curso de capacitação na técnica de elaboração e análise de projetos, êste exclusivo para os funcionários dos bancos estaduais e regionais, agentes do BNDE.

O primeiro, no ano de 1966, foi realizado em Salvador, Vitória e São Paulo, com uma inscrição global de 133 participantes, enquanto o segundo, ministrado em Fortaleza e Manaus, contou com o comparecimento de 62 interessados. São duas centenas de técnicos preparados anualmente para servirem às economias regionais.

Com idêntica finalidade, embora de natureza diversa, o BNDE negociou e obteve em 1964, do Banco Interamericano de Desenvolvimento um empréstimo de US$ 4,0 milhões, que repassou à Campanha de Aperfeiçoamento de Pessoal de Estudos Superiores — CAPES, com a condição de esta aplicar outro tanto em moeda nacional, para a realização de programas de aprimoramento de Centros Nacionais de Pós-Graduação.

Com o mesmo objetivo, dispôs-se o BNDE a patrocinar com a cooperação da USAID, bem como do Banco Central e entidades financeiras nacionais, a ida aos Estados Unidos, de bolsistas para estudo e treinamento no campo das operações das bôlsas de valôres, sociedades de investimento e outras instituições que operam no mercado de capitais. Em 1966 o programa consistiu de um curso básico de seis meses na Graduate School of Busines Administration, da Universidade de Nova Iorque, e um período de treinamento, de três meses, em instituições norte-americanas — públicas e privadas — ligadas ao mercado de capitais.

ESTÍMULO AO INCREMENTO DA PRODUTIVIDADE NA INDÚSTRIA

A mais nova unidade criada no BNDE é o Fundo de Desenvolvimento da Produtividade, FUNDEPRO, destinado a financiar projetos tendentes a incrementar a produtividade no âmbito das emprêsas industriais do País, medida essa de respaldo complementar à própria política desinflacionária posta em prática pelo Govêrno, a qual, na medida em que se intensifica, põe à mostra o despreparo de muitas emprêsas para o exercício da competição.

A consideração da produtividade na presente conjuntura passa a constituir-se em imperativo para o empresário e a oferta de recursos pelo BNDE, mediante empréstimo a prazo médio e a juros módicos, com a finalidade específica de atender a inversões para melhoria da produtividade, assume importância decisiva. Trata-se de inovação que, além de vantagem intrínseca, acrescenta a vantagem adicional de propiciar a criação, no País, de um nôvo e altamente qualificado mercado de trabalho — o próprio dos profissionais das emprêsas de consultoria no setor da organização da atividade econômica.

A receptividade conferida ao FUNDEPRO nos meios empresariais tem sido bastante significativa, pois, além do mais, é muito ampla a destinação que se pode dar aos recursos providos pelo FUNDO, os quais podem ser empregados, indistintamente, na elaboração de manuais e normas nos âmbitos administrativos e técnicos; implantação ou modernização de laboratórios e de processos de contrôle e experimentação dos produtos e insumos; estudos de **layout** e de introdução de novas técnicas de produção; pesquisas de mercado e de modernização de serviços de manutenção etc.

Não obstante, a melhor indicação da boa acolhida dispensada ao FUNDEPRO pelos homens de emprêsa está no crescente número de pedidos de financiamentos encaminhados à sua Administração desde julho, quando iniciou as suas atividades, e dos quais sete já foram aprovados, no valor de Cr$ 356,6 milhões.

O BNDE E OS DESEQUILÍBRIOS ECONÔMICOS REGIONAIS

A atual administração do BNDE jamais desconheceu as desigualdades econômicas reinantes entre as diversas regiões do País. Consciente de que no Banco cabia desempenhar, neste setor, papel tão importante quanto o que tivera na modernização e ampliação da infra-estrutura econômica, e na instalação das indústrias de base, cuidou, desde o início de sua gestão, de mobilizar recursos e levar o BNDE a dar uma contribuição real e ponderável para a solução do problema dos desníveis e desequilíbrios no desenvolvimento regional, problema êste grave, tanto por suas implicações na taxa global de crescimento da economia brasileira, quanto por seus reflexos de caráter social e até mesmo de segurança nacional.

Padecia, entretanto, o BNDE de escassez de recursos e de deficiências de sua organização administrativa, para desincumbir-se a contento de responsabilidades ampliadas como incentivador do progresso das regiões menos prósperas do País, sobretudo se tentasse empreender uma ação isolada, desvinculada de outras agências e instituições existentes e a perseguirem idênticos propósitos. A fórmula capaz de conciliar aquêle nôvo objetivo da política de investimentos da Entidade conduziria à transformação do BNDE em órgão central de uma constelação de bancos regionais. Segundo êsse processo, o BNDE injetaria no Sistema recursos ponderáveis, mobilizados em tôdas as fontes possíveis, internas ou externas, ao mesmo tempo em que procuraria transmitir aos seus agentes a técnica e a experiência acumuladas no trato de projetos e programas de desenvolvimento econômico.

O SISTEMA NACIONAL DE BANCOS DE FOMENTO

Hoje, aquela idéia já se tornou uma realidade com a implantação e funcionamento, em quase todo o território nacional, do que veio a se tornar conhecido como o Sistema Nacional de Bancos de Fomento, sob a liderança do BNDE, e constituído de 17 bancos regionais e estaduais, que receberam do primeiro, sob a forma de repasse, Cr$ 32 bilhões e US$ 1,7 milhões, assegurando, destarte, investimentos da ordem de Cr$ 35,7 bilhões, através do SISTEMA, que deverá mobilizar nas áreas de aplicação quantias equivalentes.

O Sistema Nacional de Bancos de Fomento visa, sobremodo, levar às pequenas e médias emprêsas industriais, em qualquer parte do território nacional, a assistência financeira proporcionada pelo BNDE, através do FIPEME, do FINAME, do FUNDEPRO etc. O SISTEMA tem a virtude de promover a descentralização das operações, embora não se exclua a possibilidade, no início, de contatos diretos com o BNDE, sobretudo em Estados onde ainda não há agentes.

Os recursos que respaldam os programas vinculados ao SISTEMA provêm, em parte, da USAID, via Aliança para o Progresso, em parte, do empréstimo de US$ 27 milhões, obtido pelo BNDE junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento, e ainda do crédito de DM 27,0 milhões concedido ao BNDE pela Alemanha Ocidental, através do Instituto de Crédito para a Reconstrução. No presente, esforça-se o BNDE por obter novos empréstimos do BID, da Alemanha e de outras fontes externas.

CONGRESSO DE INTEGRAÇÃO NACIONAL

O I Congresso de Integração Nacional, realizado na Cidade de Salvador, em meados de setembro de 1966, foi promovido pelo BNDE com o co-patrocínio do Banco do Estado da Bahia, e contou com a presença de delegados de 110 organismos, representando agências de planejamento e de financiamento do desenvolvimento econômico e federações de indústrias de todo o País, bem como bancos estaduais e regionais e sociedades de crédito, investimento e financiamento. Registrou o Congresso, por conseguinte, um comparecimento recorde de delegações de todo o Brasil, para êste tipo de reunião.

Dois foram os objetivos centrais que nortearam a convocação do conclave. O primeiro dêles, como foi ressaltado no início dos trabalhos, era o de tentar a consolidação do esfôrço em favor de uma realidade econômica una, próspera e integrada. A unidade nacional, constituindo a garantia da segurança da Pátria e da Prosperidade do povo brasileiro, deve ser preservada a todo custo e o BNDE transformado no instrumento consciente a serviço da unidade econômica do País. O arquipélago de mercados das diferentes regiões deve integrar-se num mercado único, que ofereça o benefício das economias de escala: produzir muito, produzir bem e produzir a preços acessíveis ao povo.

A segunda motivação básica da convocação do Congresso foi a de permitir às agências financeiras procederem a um exame dos resultados logrados nas operações iniciais do Sistema Nacional de Bancos de Fomento, intercambiar experiências, identificar óbices ao aperfeiçoamento do Sistema, ao mesmo tempo em que se procurou obter das agências de planejamento, das organizações técnicas, públicas e privadas, e das classes produtoras, o conselho e as críticas indispensáveis à maior eficiência operacional do Sistema.

As conclusões do Congresso estão consubstanciadas na *Declaração da Bahia*, segundo a qual a escolha da Cidade de Salvador, primeira Capital do Brasil, para acolher o I Congresso de Integração Nacional, foi determinada pelo propósito de se remontar às origens da nacionalidade, em busca de inspiração para traçar as diretrizes que assegurem a emancipação econômica nacional.

Todavia, a conclusão fundamental a que chegou o I Congresso de Integração Nacional, aponta a ação coordenada e disciplinada das agências financeiras de desenvolvimento não só como imprescindível à colimação daquele objetivo nacional permanente, mas, sobretudo, como viável. E reafirma a posição central do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, no Sistema, que decorre da sua condição de principal instrumento da política de investimentos do Govêrno federal.

AS NAÇÕES UNIDAS E A ASSISTÊNCIA À ECONOMIA REGIONAL BRASILEIRA

Ainda na linha de ação do BNDE em favor da redução dos desníveis e desequilíbrios no desenvolvimento econômico regional, se destaca o interêsse da Entidade pelos projetos integrados, capazes de, com sua execução, beneficiarem prontamente vastas áreas do País. Estão neste caso dois projetos cuja realização a atual Administração do BNDE propôs ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que é um organismo destinado ao pré-investimento. Os estudos, que se têm em vista realizar, referem-se um ao aproveitamento dos recursos minerais do Estado da Bahia, principalmente no setor dos não-ferrosos, o outro ao levantamento dos recursos, possibilidades e problemas da Ilha de Marajó.

Esta iniciativa do BNDE contou com o apoio do Ministério do Planejamento, que conferiu aos dois projetos a indispensável prioridade dentro do Programa de Ação Econômica do Govêrno. Os primeiros técnicos das Nações Unidas já estiveram na Ilha de Marajó, e a Secretaria de Minas e Energia do Estado da Bahia já preparou um pré-projeto, delimitando a área e quantificando o custo da pesquisa mineral que o Estado deseja realizar. O referido estudo já foi encaminhado àquela organização internacional.

OS RECURSOS PARA A EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS DO BNDE

A grande tarefa, com que se defronta a Administração do BNDE, é a de assegurar ao Banco os recursos mínimos, de que carece, para sustentar os seus múltiplos programas promocionais. A principal fonte de receita da Entidade, que lhe advinha por via orçamentária, à conta do Fundo de Reaparelhamento Econômico, será substituída, no ano de 1967, com recursos de três origens:

a) parte dos recursos da Reserva Monetária, estimada a parcela correspondente do BNDE em Cr$ 120 milhões;
b) receita por via do adicional do Impôsto de Renda, criado pelo Decreto-Lei n.º 62, de 21.11.66;
c) a diferença entre a soma das duas parcelas anteriores, e os quantitativos do orçamento de investimento do BNDE, aprovado pelo Conselho Monetário Nacional será coberta com a receita oriunda da venda de obrigações do Tesouro.

A solução encontrada pelo Govêrno federal para atender à necessidade de recursos do BNDE, no próximo ano, é plenamente apoiada pela Administração da Entidade, tanto mais que o adicional de 10% do Impôsto de Renda, cobrado sob a forma de empréstimo compulsório, será repartido entre contribuintes de maior renda, recebendo êstes, em contrapartida, ações de emprêsas valorizadas pela própria participação do BNDE, que as financiou e as ajudou a crescer.

Pode-se admitir que nem todos os programas do Banco serão alimentados com os recursos que irão substituir o Fundo de Reaparelhamento Econômico, tanto mais que é propósito da Administração do BNDE, no ano de 1967, prosseguir, com maior intensidade, as operações a cargo do FIPEME, FINAME, FUNTEC, FUNDEPRO etc. Por isso mesmo, a Administração se empenha em mobilizar recursos adicionais, principalmente no exterior.

Os entendimentos já mantidos pelo BNDE com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no sentido de êste duplicar a linha de crédito de US$ 27 milhões aberta ao primeiro, em fins de 1964, permitem aguardar com otimismo o desfecho das negociações. Idêntico resultado espera o BNDE colhêr em seus entendimentos com o Instituto de Crédito para Reconstrução da Alemanha Ocidental a fim de elevar o teto do crédito de DM 27 milhões, já obtido.

Ofensiva semelhante vem realizando o BNDE junto ao Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD). Êste Banco não tem por hábito conceder empréstimos globais senão a bancos de desenvolvimento privados; não obstante, confia a Administração do BNDE poder justificar a sua pretensão com base em duas razões: a primeira, por ser o Banco o principal agente de financiamento do desenvolvimento econômico brasileiro; a segunda, pelo fato de que as suas aplicações refletem a ênfase que sempre deu aos projetos de iniciativa privada.

A Administração do BNDE espera realizar, também através da Corporação Financeira Internacional (IFC), subsidiária do BIRD, ou de outras instituições congêneres, novos empréstimos **em consórcio**, à semelhança do que já fizera no caso da Papel e Celulose Catarinense Ltda. Nessa modalidade de operação, o BNDE atua tanto na prestação de financiamento em cruzeiros, como se empenha em ajudar os empresários brasileiros na obtenção de recursos externos de diferentes fontes de crédito.

A REFORMA ESTRUTURAL DO BNDE

Com essas novas dimensões, a política de investimentos do BNDE, para ser eficientemente executada, obrigará a instituição a promover medidas internas de reforma de sua lei e estrutura e dos seus métodos operacionais. Êste esfôrço de atualização de estrutura e de renovação de processos ganhou intensidade no ano de 1966.

Ao longo do exercício de 1967, deverão ser completadas tôdas aquelas reformas para as quais os órgãos decisórios da instituição têm competência legal. A reforma administrativa da máquina federal, em estudos no Executivo, ensejará a oportunidade de se completar a adaptação e ajustamento do BNDE às novas tarefas que lhe cabem no fomento da economia nacional.

A MONTAGEM DE SISTEMAS FINANCEIROS

A CRIAÇÃO DO CRÉDITO HABITACIONAL E DO MERCADO DE HIPOTECAS

REGIÕES DO SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO	SEDES
1ª REGIÃO – AMAZONAS, PARÁ, ACRE, RORAIMA, AMAPÁ	BELÉM
2ª REGIÃO – PIAUÍ, MARANHÃO, CEARÁ	FORTALEZA
3ª REGIÃO – PERNAMBUCO, RIO GRANDE DO NORTE, PARAÍBA, ALAGOAS	RECIFE
4ª REGIÃO – SERGIPE, BAHIA	SALVADOR
5ª REGIÃO – MINAS GERAIS, GOIÁS, DISTRITO FEDERAL, ESPÍRITO SANTO	BELO HORIZONTE
6ª REGIÃO – GUANABARA, ESTADO DO RIO DE JANEIRO	RIO
7ª REGIÃO – SÃO PAULO, MATO GROSSO, RONDÔNIA	SÃO PAULO
8ª REGIÃO – PARANÁ, SANTA CATARINA, RIO GRANDE DO SUL	PÔRTO ALEGRE

I — Introdução

a) visão geral
b) histórico do problema
c) princípios básicos

b.1 — a correção monetária
b.2 — as linhas de fôrça
b.3 — a iniciativa privada
b.4 — a criação de sistemas permanentes

II — O sistema de crédito habitacional

a) características necessárias

a.1 — Liquidez
a.2 — Rentabilidade
a.3 — Segurança

b) estrutura e composição do sistema
c) dificuldades de implantação, primeiros resultados e provável evolução.

III — O sistema do mercado de hipotecas

a) características necessárias

a.1 — Liquidez
a.2 — Rentabilidade
a.3 — Segurança

b) a estrutura do sistema do mercado de hipotecas
c) a provável evolução

IV — Conclusões

I — INTRODUÇÃO

a) Visão Geral

O ano de 1966 marcará, certamente, um ponto decisivo na solução do problema habitacional brasileiro. Foi criada e colocada em funcionamento uma série de instituições e instrumentos que aumentarão substancialmente a oferta de moradias e tenderão a, progressivamente, reduzir e eliminar a atual escassez de habitações.

Na análise prévia procurou-se utilizar, além da razão e da determinação, uma sistemática que partisse da visão global e chegasse às soluções adequadas a cada parte do todo.

A Estrutura Atual da Sociedade Brasileira

Dentro da sociedade brasileira existem duas civilizações que são não apenas quantitativamente mas qualitativamente heterogêneas, não podendo pois merecer o mesmo tratamento quando do equacionamento de seu problema habitacional. O Brasil moderno, já incorporado ao século XX em matéria de civilização, em grande parte urbano, poderá resolvê-lo através da movimentação de um setor diferenciado, que pode ser definido como setor habitacional, e que compreende os fabricantes de materiais de construção, os construtores, os empresários imobiliários, os corretores, os profissionais (arquitetos e engenheiros), os financiadores, as atividades correlatas (de propaganda, seguros, fornecedores de utilidade do lar etc.) e o govêrno.

A atuação de cada um dêsses grupos interessados, as possíveis dificuldades de expansão em sua capacidade produtiva e a coordenação entre êles foram examinadas sistemàticamente. Para a sobrevivência e manutenção de uma política de aumento de participação na poupança nacional do setor habitacional chegou-se à conclusão de ser imprescindível que todos êsses participantes entendessem serem êles partes de um todo e que o benefício do todo seria também o benefício de cada um isoladamente.

A concepção do problema habitacional em que existe diferenciação de funções, obviamente, só se aplica a parte do Brasil que já passou pela revolução industrial e nada tem a ver com o problema como êle se apresenta no Brasil arcaico, ainda numa economia de trocas, ainda sem uma estrutura diferenciada de produção. Para essa área outros tipos de solução são indicados onde a participação direta do próprio interessado é muitas vêzes fundamental. O problema deixa de ser habitacional e passa a ser um problema de civilização, de incorporação, do homem ao século em que vive, problema de primordial importância para o Brasil mas cuja solução não poderá ser obtida através da habitação. Não basta fornecer habitações para quem não sabe conservá-las e usá-las ou não tem renda monetária. É necessário incorporar a pessoa a civilização atual ou se contentar em lhe assegurar um mínimo de condições higiênicas até que o País esteja em condições de dar a esta família o status de participante econômico do mundo atual.

Assim foram analisadas, para o Brasil moderno, as várias partes que compõem o processo econômico de produção de habitações e verificadas as possibilidades de cada um. Dessas análises resultaram linhas de atuação, representadas pelos programas do Banco Nacional da Habitação, nos campos da produção de materiais, da sua comercialização, da obtenção de recursos, das habitações para populações de baixa renda dos aglomerados urbanos, das cooperativas operárias e da criação de sistemas financeiros. É sôbre os dois sistemas financeiros criados, regulamentados e implantados que tratará êste artigo, procurando justificar as decisões tomadas e mostrar a sua adequação aos fins propostos.

b) Histórico do Problema

As duas últimas décadas presenciaram uma intensa urbanização da vida brasileira. Êsse crescimento urbano excepcional, que atingiu média da ordem de 6% ao ano nos últimos dez anos, não foi acompanhado por medidas que favorecessem o aumento de oferta das habitações necessárias a tôda essa massa que acorria às cidades brasileiras. Pelo contrário, as medidas adotadas, com reflexo no setor, se caracterizaram por desestimular a oferta de habitações, principalmente as de baixo custo, que são as mais necessárias.

Lei do Inquilinato

A Lei do Inquilinato, que afugentou as aplicações de capital em imóveis para renda, deslocou a parcela da poupança nacional que tradicionalmente era invertida em imóveis de renda para outros tipos de investimento ou para o consumo em face da baixa rentabilidade a que estavam condenados os investimentos em casas de aluguel.

Inflação e Crédito a Longo Prazo

Por outro lado a inflação, crescente no período, fêz com que tôdas as experiências de financiamento hipotecário a longo prazo, forma tradicional de dar acesso à casa àqueles que possuem rendimentos limitados, não pudessem persistir. Durante quase trinta anos o Brasil viveu sob o Grande Costume, produto da alienação jurídica das classes dirigentes, de que um contrato de empréstimo assinado numa data com cruzeiros daquela data, fôsse válido para os sucessivos e cadentes cruzeiros futuros, até a liquidação nominal do empréstimo.

Vimos, assim, através da aplicação dêsse péssimo Grande Costume, a tranqüila dilapidação das reservas técnicas da Previdência Social, certamente **alguns trilhões de cruzeiros de 1967** que foram doados a uns poucos apadrinhados.

A iniciativa privada, sujeita à lei de falências, foi obrigada a ràpidamente se retirar do financiamento a longo prazo, no qual, anteriormente, algumas emprêsas brasileiras haviam chegado a acumular volumes substanciais de recursos. A iniciativa estatal, não sujeita à mesma lei, mas ainda assim tolhida por um vago instinto de sobrevivência e pela constatação, tardia muitas vêzes, do desaparecimento dos seus recursos, foi também deixando de fazer aplicações em financiamento hipotecário a longo prazo. O pequeno volume do que ainda era aplicado sob essa forma foi cada vez mais distribuído entre os amigos e correligionários, a doação implícita do financiamento a longo prazo passando a ser uma das formas mais usadas de corrupção política, dentro da moral contratual do Velho Costume. Essa situação permaneceu durante tanto tempo que até hoje, com o Nôvo Grande Costume da correção monetária, ainda existe o preconceito de que quem empresta faz favor a quem toma emprestado.

As instituições de captação e aplicação de poupanças populares em financiamento habitacional, as Caixas Econômicas, sofreram também as mesmas conseqüências, com o agravante de que os recursos por ela utilizados eram tirados das camadas mais pobres, menos avisadas, mais lentas na percepção do fenômeno inflacionário, que viram assim suas economias desaparecer em benefício de uma pequena quantidade de beneficiários de empréstimos hipotecários. Essa situação, persistente e ruinosa, fêz com que fôssem diminuindo em têrmos relativos os recursos da poupança popular depositados nas Caixas Econômicas e aumentando substancialmente os custos administrativos dessas instituições, obrigadas a cobrar prestações que valiam, em têrmos reais, às vêzes um centésimo de seu valor inicial.

b) Os Princípios Básicos

Essa realidade histórica foi analisada e a partir dela foram estabelecidos alguns princípios básicos, utilizados na montagem dos sistemas que compõem hoje em dia a estrutura do setor habitacional brasileiro, e que são:

1) a correção monetária

2) as linhas de fôrça

3) a iniciativa privada

4) a criação de sistemas permanentes.

b-1 — Correção Monetária

A correção monetária representou a base legal para a solução do problema do crédito a longo prazo. Ao longo dos últimos anos a iniciativa privada foi-se refugiando na construção de habitações de mais alto padrão, destinadas a famílias de renda tão alta que pudessem pagar sua habitação durante o período de construção. O mercado restringiu-se de tal modo que, ùltimamente, não era nem suficiente para manter no setor os empresários que nêle tradicionalmente operavam. As construções entraram em colapso. A possibilidade de se estabelecer uma forma de correção monetária, geral e válida para as várias faixas de renda, foi explorada e após análise das várias possibilidades escolheu-se a correção trimestral, em que as prestações e o saldo devedor crescem paralelamente, em pequenos degraus, mas formando um sistema coerente onde quem empresta ou poupa tem seus recursos garantidos contra a inflação.

Um grande número de pessoas, habituadas mentalmente à doação que havia nos financiamentos a longo prazo, acha muito difícil que os compradores possam pagar as habitações que estão adquirindo porque as prestações irão aumentando e os salários crescerão a uma velocidade menor. Grande parte dessas pessoas desconhece a fórmula adotada pelo BNH para a correção monetária e portanto não teve oportunidade de verificar que, na prática, as prestações crescem lentamente, sem causar traumas no orçamento familiar, mas permitindo sempre que a quantia emprestada volte a quem emprestou com o mesmo poder aquisitivo da época do financiamento. Além disso, como o sistema permite que as taxas de juros baixem e os prazos se alonguem, a verdade é que os compradores estão tendo oportunidade de pagar prestações iniciais muito inferiores às que pagariam não fôsse a correção monetária.

O nôvo sistema tem ainda a vantagem de apresentar atrativos para o investimento em crédito a longo prazo que permitirão um acréscimo da oferta de habitações financiadas com a conseqüente baixa dos preços em têrmos reais.

Pode-se, pois, afirmar que a correção monetária, real, representativa da desvalorização da moeda, tal como foi regulamentada, viabilizou quase tôdas as equações de relacionamento entre as partes interessadas no setor habitacional, permitindo que todos tenham seus contratos presididos por um imperativo de justiça, onde não há logrados e aproveitadores e onde o que é combinado é realmente cumprido.

b.2) as linhas de fôrça (utilização de tendências existentes)

Muitas vêzes, ao se projetar a solução de um problema, deixa-se de levar em consideração o que já existe ou o que já foi tentado naquele campo. Essa atitude, principalmente em um país tão carente de recursos humanos especializados como o Brasil, representa um grande desperdício.

Procurou-se, no caso da habitação, analisar as experiências do passado e, descobrindo as causas do insucesso, corrigi-las viabilizando instituições e instrumentos para a implantação dos quais várias gerações haviam contribuído.

Algumas dessas experiências tiveram vida mais ou menos curta, às vêzes, por falta de um detalhe. Sanada a deficiência a instituição ou instrumento revive e passa a contribuir eficazmente na solução do problema.

Como exemplos da aplicação dêsse princípio temos a própria utilização da iniciativa privada, a caderneta de depósitos com correção monetária nas instituições do sistema, a utilização da experiência em crédito hipotecário das Caixas Econômicas, a revitalização das carteiras hipotecárias dos clubes militares, as letras imobiliárias como tendência das letras de câmbio e as associações de poupança e empréstimo.

b.3) o papel preponderante da iniciativa privada

A atividade estatal tem características que impedem, muitas vêzes, o encaminhamento de soluções para os problemas brasileiros que estão a seu cargo. A influência política que transforma a estrutura administrativa em máquina de fazer amigos ou de prestar favores aos amigos, a falsa bondade de soluções falsas que contentam a uns poucos prejudicando a muitos, a ineficiência que o fatalismo das leis de Parkinson traz com muito mais rapidez às estruturas burocráticas governamentais e, entre outras, a já excessiva participação do setor público na economia do País indicaram ser básica a busca de soluções que estivessem o mais possível nas mãos da iniciativa privada.

O papel do Govêrno seria, sempre que possível, sòmente o de permitir o contato entre a poupança nacional e o empresariado que opera o setor.

A partir dêsse princípio procurou-se deixar nas mãos do Estado exclusivamente aquelas faixas do plano que não pudessem interessar à iniciativa privada e, assim mesmo, dentro do processo de produção de habitações, sòmente aquelas fases onde havia desinterêsse para a iniciativa privada. Mais particularmente, na montagem dos sistemas financeiros, a atividade do BNH, representante do Govêrno, ficou restrita à de promoção, fornecimento de recursos, criação de condições de garantia e liquidez e fiscalização das operações das entidades privadas ou públicas dos sistemas.

Esse princípio, òbviamente, pagará grandes dividendos a longo prazo pela menor dose de interferência de fatôres estranhos ao setor habitacional na administração do BNH.

b.4) a criação de sistemas

Outro princípio básico utilizado foi o da preferência pela criação de sistemas e não pelas soluções casuísticas, cujos frutos são muitas vêzes mais sedíços para aparecer mas que têm a característica de não deitarem raízes, de não se transformarem em árvores de frutos permanentes.

Da própria quantificação do problema habitacional brasileiro (370 000 habitações por ano apenas para atender ao acréscimo de população das cidades brasileiras e recursos da ordem dos dois a três trilhões de cruzeiros por ano), salta aos olhos a necessidade de criar mecanismos e sistemas que possam crescer autònomamente e, ao longo dos anos, pelo aumento de eficiência e alargamento de suas bases físicas e econômicas, vir a suprir as necessidades do País no setor.

Para a solução de problema dessa natureza e dimensão de nada adiantaria aplicar os recursos inicialmente disponíveis, que eram muito mais limitados do que atualmente, no financiamento de 20 ou 30 projetos muito bem localizados, em vias de grande movimento, onde muitas pessoas pudessem ver que o Banco está trabalhando. Os recursos disponíveis logo se acabariam, alguns poucos privilegiados se teriam beneficiado mas grande parte da população teria acrescido mais uma frustração em sua desesperança na sorte, no País e na vida.

Buscou-se sempre a via mais ingrata, no início, da criação de sistemas autônomos. Os recursos disponíveis do BNH destinados prioritàriamente à promoção inicial de instrumentos e instituições que, uma vez em operação, são capazes de ano a ano captar e aplicar recursos em volumes cada vez maiores.

II — O sistema de crédito habitacional

a) Características Necessárias

Para que a captação de poupanças para o setor tivesse possibilidade de concorrer com outros mecanismos existentes de canalização de poupanças para outras áreas da economia foi necessário determinar quais características deveriam ter as operações do sistema de crédito habitacional que permitissem restabelecer os antigos hábitos de economia e levar para as instituições financeiras recursos que de outra maneira seriam consumidos supèrfluamente.

Obviamente as características necessárias para que um grande número de pessoas venha a deixar de consumir são:

— liquidez
— rentabilidade
— segurança

Liquidez

Para as Letras Imobiliárias, destinadas a concorrer com outros papéis mas cujo produto deve ser utilizado em financiamentos a prazo longo, o problema da liquidez só pôde ser resolvido pela montagem de um mecanismo que permitisse às sociedades emitentes a utilização de recursos do Govêrno, especialmente destinados a isso, em casos de necessidade para dar tempo a que pudessem repassar os papéis cujos portadores desejassem transformá-los em dinheiro.

A liquidez é, do ponto-de-vista da psicologia do investidor, uma característica fundamental. Sem estar dela assegurado êle dificilmente colocará poupanças em uma instituição. Conseguindo-se dar aos papéis financeiros essa liquidez, a qualquer momento, o investidor tende a aplicar mais dinheiro, pois sabe que se houver alguma necessidade pessoal êle poderá sempre obter moeda corrente. Essa tranqüilidade é muito importante quando examinamos as várias experiências de lançamentos de ações, de obrigações ou de imóveis nos quais, em determinados períodos, se tornou pràticamente impossível transformar o direito em dinheiro.

Foi pois necessário permitir às sociedades emitentes dar essa liquidez, o que é feito contratualmente com aviso prévio de 60 dias mas dentro das possibilidades da sociedade, à vista. Obteve-se assim a característica fundamental, sem a qual o mercado seria restrito e, o que é mais importante, sem a qual a poupança verdadeiramente popular não seria motivada para entrar de nôvo na área financeira.

O mesmo tipo de raciocínio e as mesmas conclusões aplicam-se às cadernetas de depósito a prazo, nas instituições do sistema. Em ambos os casos foi necessário mudar o grande costume das **operações casadas** nas instituições financeiras, pelo qual os prazos dos depósitos devem ser equivalentes ou superiores aos prazos dos empréstimos. Bastaria que se verificasse que em todo o mundo, dos países mais desenvolvidos aos mais subdesenvolvidos, a característica mesma de um sistema de poupança é a de que, pelas leis dos grandes números, os seus movimentos líquidos de saídas e entradas de recursos são extremamente reduzidos e com variações que podem ser perfeitamente suportadas desde que possam, em último caso, ter acesso a alguma fonte de refinanciamento temporário.

Em adição ao refinanciamento de liquidez fornecido pelo BNH essas instituições poderão sempre vender parte de suas aplicações, representados por créditos hipotecários, para cuja facilidade de circulação foi criada a cédula hipotecária.

Rentabilidade

O aspecto de rentabilidade é não menos importante do que o da liquidez. Da baixa rentabilidade, em têrmos reais fortemente negativa, obtida pelos investidores no passado é que resultou a sua fuga das formas tradicionais de captação de poupança. A introdução da correção monetária, acrescida de juros reais, em todos os depósitos do sistema fêz com que se transformasse em bom negócio poupar e depositar ou comprar letras imobiliárias. O investidor passou a saber quanto de sua renda é para cobrir a desvalorização da moeda e quanto é renda efetiva.

Garantia

O aspecto de garantia, equivalente aos outros dois, foi também coberto tanto pela exigência de garantia real nas aplicações, como pela criação de um seguro de risco de crédito e pela criação de um fundo de garantia das letras imobiliárias (sem limite) e dos depósitos até o limite de 400 Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional.

Essas características dos instrumentos de captação de poupança para o setor habitacional dão absoluta tranqüilidade ao público que poderá aplicar seus recursos com a certeza de que a qualquer momento poderão transformá-los em dinheiro, de que a rentabilidade é satisfatória e real e de que os seus recursos estão garantidos.

b) Estrutura e Composição do Sistema

Para que essas três características pudessem ser obtidas e para que os agentes financeiros possam funcionar realìsticamente, sem necessidade de artificialismos ou sem a excessiva intromissão do Govêrno, foi necessária a estruturação de um sistema integrado de crédito. Esse sistema, cujos agentes são as sociedades de crédito imobiliário, as Caixas Econômicas e as associações de poupança e empréstimo apóia-se na entidade central que é o Banco Nacional da Habitação.

A regulamentação das atividades dêsses agentes está consubstanciada nos atos legislativos (Leis 4 380, 4 595, 4 864, 5 049, Decretos-Leis 19 e 70), nos atos regulamentares do Banco Central (Resoluções 20 e 29) e do BNH (Instruções 5, 6, 7, 8, Resoluções 58, 59, 60 e Circulares). A montagem do sistema foi sendo feita progressivamente, pela elaboração de cada um dêsses atos, daí resultando as normas e condições que permitem aos vários agentes o oferecimento ao público das condições julgadas necessárias à eficácia do sistema e que definem as suas relações com o BNH.

Para a aplicação dessas normas foi utilizada pelo Banco uma estrutura descentralizada, em implantação, que vai operar junto aos agentes, com autonomia de alçada e uma estrutura centralizada de fiscalização e contrôle. O zoneamento para a descentralização e o organograma dessa estrutura constituem os gráficos 1 e 2.

Pela estrutura proposta, as informações da fiscalização são colocadas à disposição do operador local, mas canalizadas para o centro onde são analisadas, controladas e comparadas com outras informações que vêm do local. As decisões excepcionais, de maior gravidade, serão sempre tomadas na estrutura central mas todos os atos de rotina deverão ser executados com base em decisões tomadas localmente.

As informações centralizadas permitirão que as decisões centrais, inclusive as de alocação de recursos e as normativas, possam ser tomadas com base na realidade.

c) As Dificuldades de Implantação

Como se trata da criação de um sistema nôvo, com características próprias, o trabalho de implantação exigiu a adoção de uma série de medidas de auxílio financeiro inicial, de assistência técnica e de promoção.

Essas medidas foram tomadas sempre com o objetivo primordial em mente, que era o de que o que se visava obter era a criação de instituições capazes de viver e crescer com os recursos que conseguissem captar na coletividade a que servem. Não se procurou dar estímulos artificiais mas sim facilitar o início de operação de um sistema nôvo e que uma vez pôsto em marcha necessitará apenas de recursos eventuais ou multiplicar seus efeitos. Essas técnicas foram a do capital-estímulo (uma espécie de prêmio de produtividade e eficiência na captação de poupanças), da garantia de compra de letras para o primeiro projeto (segurança inicial para o empresário que se inicia num tipo de negócio desconhecido), da emulação (concorrência entre os vários tipos de instituições), da assistência técnica (elaboração de manuais de operação e sua implantação em cada caso com a motivação do pessoal) e do treinamento (bôlsas-de-estudo e seminários).

Não existe a menor dúvida de que a criação de sistema é mais trabalhosa e demorada que outras formas mais simples e primárias. Mas os frutos dêsse outro tipo de trabalho já se fazem sentir. Existem criadas no Brasil e em processo de registro, 26 Sociedades de Crédito Imobiliário. Um bom número de grupos financeiros aguarda apenas a abertura de novas vagas para solicitar a autorização legal competente. Dessas sociedades, em tôdas as regiões do Brasil e devido a sua curta existência, apenas um pequeno número está em funcionamento efetivo mas as 4 que estão em operação venderam em dezembro de 1966 mais de 3 bilhões de cruzeiros de letras imobiliárias. Até março e abril de 1967 deverão ser 10 a operar efetivamente e dentro do primeiro trimestre a quase totalidade estará vendendo suas letras imobiliárias.

Prevê-se que no fim dêste ano as vendas mensais atinjam a um mínimo de 10 bilhões de cruzeiros por mês. Essa cifra deverá ser fàcilmente ultrapassada como média do próximo ano.

Das 26 Caixas Econômicas existentes no País tôdas, com uma única exceção, assinaram convênio com o BNH. 15 estão atuando regularmente dentro das normas do BNH e inclusive se refinanciando, utilizando-se para isso do capital estímulo colocado à sua disposição pelo Banco. Como exemplo da correção dos princípios adotados pode-se citar o da Caixa Econômica Federal do Ceará que em cêrca de 20 dias obteve em poupança livre, depósitos de caderneta com correção monetária, num volume superior a 500 milhões de cruzeiros.

Quanto às Associações de Poupança e Empréstimo um grande número de pessoas aguarda apenas sua regulamentação para se candidatar à obtenção de carta patente e iniciar a operação.

III — O Mercado de Hipotecas

a) As Características Necessárias.

A criação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço provocou uma mudança substancial na política de investimentos do BNH. Até então a alocação de recursos vinha sendo feita na base de destinar prioritàriamente os recursos do Banco para financiamento de habitações destinadas às camadas da população de renda mais baixa. Para outras áreas foram destinados recursos sòmente a título de capital-estímulo e de reserva de liquidez. Essa distribuição de recursos extremamente escassos foi a mais indicada para a situação vigente em 1966. Com o afluxo de recursos substanciais do Fundo de Garantia, além das aplicações de natureza social, que foram substancialmente aumentadas, e além das aplicações do tipo estímulo, deveria o BNH aplicar uma quantia substancial em financiamentos seguros e de alta rentabilidade que permitissem uma elevação de sua rentabilidade média compensando as taxas de juros mais baixas de suas outras aplicações.

Essa oportunidade foi aproveitada, também, para que se criasse um instrumento bastante flexível de atuação dentro do setor habitacional, o que redundou na criação do chamado **mercado de hipotecas**.

Esse sistema financeiro, de natureza diferente do sistema de crédito habitacional, necessitava ter bàsicamente as mesmas características, isto é,

— liquidez

— rentabilidade

— segurança.

Liquidez

A liquidez no mercado de hipotecas é algo que o BNH, como comprador maciço de créditos hipotecários durante muitos anos, poderá fàcilmente assegurar. Para isso foi necessário que facilitasse a transferência dos créditos hipotecários, o que foi conseguido com a cédula hipotecária. Por meio dêsse instrumento os créditos hipotecários serão transferidos por simples endôsso, evitando-se os demorados e custosos processamentos no registro de imóveis, uma vez constituída a hipoteca.

Durante muito tempo é provável que o BNH seja o único comprador do mercado. Restabelecida no entanto a possibilidade de os investidores institucionais terem reservas para aplicar (companhias de seguros por exemplo), o BNH poderá colocar junto a êsses investidores cédulas, gerando com isso mais recursos, ou simplesmente intervir supletivamente no mercado como comprador para dar liquidez às aplicações feitas diretamente pelos investidores institucionais.

Rentabilidade

A rentabilidade é também conseguida pela correção monetária integral e juros que podem ir a 10% a.a. além de eventuais descontos no preço da HIPOTECA e serem estabelecidos à medida que o mercado fôr aparecendo. Sendo a HIPOTECA uma aplicação menos prática do que letras imobiliárias ou depósitos (exige cobrança e as amortizações são feitas mensalmente, o que obriga a reinvestimentos mais freqüentes), é compensada por uma rentabilidade mais elevada.

Segurança

A segurança das cédulas será obtida pelo seguro de crédito que dará cobertura aos riscos de insolvência dos compradores e que completará o tripé das características básicas necessárias a um sistema financeiro.

b) A Estrutura do Sistema do Mercado de Hipotecas

Os geradores das cédulas hipotecárias, chamados Iniciadores na Res. 101, deverão ser, em geral, emprêsas privadas. Tôdas as fases necessárias à geração das hipotecas, da construção à venda da habitação e posterior cobrança das prestações serão executadas por emprêsas privadas, com recursos do BNH, mas sempre sob a responsabilidade de instituições financeiras de modo a que o Banco possa operar neste sistema com um mínimo de estrutura administrativa.

Temos assim um sistema em que os Iniciadores por encomenda do BNH através de uma Promessa de Compra de Hipoteca ou por iniciativa própria e ajudados ou não financeiramente por Financiador durante o período de construção, geram cédulas hipotecárias e as cedem ao BNH. No processo de geração das cédulas hipotecárias (créditos hipotecários endossáveis) o Financiador poderá necessitar de recursos do BNH para financiar a construção ao Iniciador e poderá obtê-lo mas sob sua própria responsabilidade e com sua co-obrigação. Após essa fase as cédulas hipotecárias são vendidas ao BNH, liquidados concomitantemente quaisquer financiamentos intermediários, e o BNH entrega as cédulas para cobrança a Cobradores, também emprêsas privadas, que tomam tôdas as medidas administrativas necessárias à boa gestão da dívida. Tôdas as operações são cobertas pelo seguro de crédito e está prevista a sua descentralização executiva tão logo estejam organizadas as delegacias regionais do Banco.

Quando houverem surgido outros compradores institucionais de cédulas o BNH poderá oferecer o seu **port-folio** à venda ou deixar que os investidores institucionais, se assim o desejarem, comprem diretamente dos Iniciadores.

A provável evolução do mercado de hipotecas será, certamente, surpreendente e insuspeitada para muitos que não imaginam a potencialidade das poupanças de instituições. Essas Instituições, das quais as cias. de seguro são as mais importantes, mas não as únicas, uma vez descobrindo a possibilidade que existe de aplicarem seus recursos em cédulas hipotecárias e quando o desejarem, vendê-las e transformá-los em dinheiro, certamente desejarão manter uma boa parcela de suas reservas em cédulas.

Este é, de fato, um sistema inteiramente nôvo no País e o seu amadurecimento integral, a plena utilização de suas potencialidades, demorará certamente alguns anos.

Não obstante êsse fato, os frutos do sistema já poderão ser colhidos imediatamente uma vez que, no início, já é o BNH um grande comprador de cédulas hipotecárias, o que provocará um grande surto de construções e um grande aumento de oferta de habitações. A plena utilização do sistema, que aumentará o efeito multiplicador dos recursos do Banco, não é desejável nem possível no início.

IV — Conclusões

O leitor desprevenido, que por distração tenha conseguido chegar a êsse ponto, certamente indagará se tudo isso é algo de duradouro e permanente e se o otimismo das palavras tem correspondência nos fatos.

Quanto ao aspecto de permanência é convicção dos que montaram êsses sistemas que, sendo êles realistas e atendendo às necessidades práticas de todos os interessados, não há por que ser mudado ou abandonado. É claro que mudanças deverão haver, atendendo às circunstâncias do mercado e à maior sofisticação de sistemas que, afinal de contas, estão apenas engatinhando. Mas os elementos básicos constitutivos, a cabeça, tronco e membros já existem e deverão permanecer.

Quanto aos fatos, apesar do prazo curtíssimo de 1 ano decorrido entre o início do projeto do sistema e a edição dos últimos atos regulamentares, êles não têm desmerecido ou trazido desânimo. Pelo contrário, vêm êles confirmando as decisões tomadas e o acêrto das estruturas operacionais. Não poderíamos desejar que o Brasil criasse, executasse e colocasse em pleno funcionamento dois vastos sistemas que em países mais adiantados e ricos demoraram décadas para se estruturar.

Muitos erros, certamente, terão sido cometidos, mas a vivência dos problemas e a experiência em tempo e quantidade de operações dêsses sistemas serão, certamente, bons professôres para as futuras correções.

PERSPECTIVAS DA ECONOMIA BRASILEIRA

JOÃO PAULO VELLOSO

Parodiando Shaw, talvez fôsse possível, com certo exagêro, dizer que o único defeito do planejamento é que êle não é pôsto em prática. Efetivamente, a conclusão válida de recente balanço do planejamento, principalmente em áreas subdesenvolvidas, realizado por Waterston, é de que os resultados pouco satisfatórios da experiência de desenvolvimento planejado, em certos países, decorrem menos da qualidade dos planos em si do que da ausência de instrumentos adequados para a sua execução.

Daí a ênfase que, nos últimos dois anos, temos procurado colocar no conceito de *planejamento como processo* abrangendo os estágios de formulação, execução, contrôle de execução e revisão. E o cuidado com o aperfeiçoamento dos instrumentos de execução, notadamente a programação de caixa e o orçamento-programa, agora dotado de dimensão plurianual, segundo a nova Constituição.

Tal preocupação assume maior importância no momento em que se procura conferir nova perspectiva à função-planejamento, no Brasil, conjugando a visão de longo prazo, capaz de oferecer diretrizes gerais para a política econômica, com a visão de curto prazo, traduzida em planos de implementação, de modo a assegurar a indispensável revisão e os meios de execução àquela outra ótica. Usado com equilíbrio, êsse mecanismo de planejamento pode converter-se em poderoso instrumento da ação governamental no sentido de assegurar-lhe consistência, continuidade administrativa e racionalidade.

Nesse contexto, o chamado Plano Decenal é decenal apenas na definição de uma estratégia de desenvolvimento, ou seja, na escolha de rumos para atingir o objetivo de desenvolvimento acelerado, com relativa estabilidade de preços. Do ponto-de-vista do desenvolvimento dos principais setores, cuidou-se da preparação de um orçamento-programa qüinqüenal, conjugado ao programa de investimentos dos setores mistos, também para cinco anos. Evidentemente, trata-se de versão preliminar, primeira etapa de um trabalho que se transformará em decisão de Govêrno apenas quando, por proposta do Executivo, o Congresso votar o próximo Orçamento, detalhado sob a forma de projetos e atividades para o próximo ano, mas já incluindo, de ofrma agregada, o programa de despesas de capital para um período de, possìvelmente, cinco anos.

PERSPECTIVAS MACROECONÔMICAS

Para efeito de uma apresentação consistente das perspectivas da economia brasileira, e tendo em vista, em particular, identificar os principais obstáculos ao desenvolvimento acelerado, na forma prevista, construiu-se um modêlo de planejamento da economia. Através dêsse tipo de modêlo, usado com a necessária dose de cautela e bom senso, podem-se observar as implicações das diversas estratégias entre os quais escolher. A análise das principais estratégias de desenvolvimento consideradas exeqüíveis conduz a uma perspectiva de *crescimento da capacidade* de produção de bens e serviços a taxas que se elevam de cêrca de 5% em 1967 até pouco mais de 6% a partir de 1969 ou 1970. Tal expansão de capacidade parece compatível com taxas de crescimento do produto iguais ou superiores a 6%, se levarmos em conta a absorção de capacidade ociosa verificada em alguns setores e mudanças tecnológicas não incorporadas à função de produção.

As referidas perspectivas de crescimento são compatíveis com o acentuado declínio da taxa de inflação, nos primeiros anos, e sua virtual ausência nos últimos anos do período. Para êsse efeito, prevê-se uma queda no consumo do Govêrno, como parcela do produto nacional, e a expansão da dívida pública, financiando parcela maior do deficit governamental. A participação do Govêrno tenderia a declinar, tanto sob o ponto-de-vista da participação de sua despesa total no produto como da participação dos investimentos públicos no investimento total. A despeito disso, o montante dêstes permanecerá em níveis elevados, principalmente para atender às necessidades de infra-estrutura e de certas indústrias básicas (notadamente siderurgia).

As possíveis limitações ao desenvolvimento, na base das taxas previstas, podem originar-se do lado do esfôrço interno de poupança e do setor externo. Quanto ao primeiro fator, as necessidades de formação de capital exigem taxas de investimento bruto, nos últimos anos do decênio, um pouco superiores a 20% *(em têrmos reais)*. Se é verdade que, na fase de intensa industrialização, taxas dessa ordem foram registradas, cabe lembrar que as disposições de investir do setor privado, emergindo de um período de luta antiinflacionária, podem permanecer aquém da expectativa. Para efeito de redução das necessidades de capital e de expansão das oportunidades de emprêgo, programa-se uma ascendente absorção de mão-de-obra, cujo contingente cresceria a taxas que variam de 3,0 a 3,5% de 1967 a 1971, permanecendo nesse nível ao final do decênio.

Com relação ao setor externo, sem embargo da substituição de importações já alcançada pela economia brasileira e da política de promoção de exportações programada, as necessidades de importações de bens de capital e bens intermediários associados com os elevados níveis de investimento e produção esperados parecem conduzir a um deficit em conta-corrente que tenderia a expandir-se no fim do período, embora dentro de proporções consideradas permissíveis.

PERSPECTIVAS SETORIAIS

A despeito de, segundo já mencionado, encontrar-se ainda em curso a elaboração dos programas setoriais, talvez já se faça possível indicar, de forma inteiramente preliminar, as principais prioridades setoriais a serem incorporadas ao Plano.

Tais prioridades decorrem de um balanço crítico do processo de desenvolvimento brasileiro no pós-guerra, levando-se em conta os resultados obtidos pelo Programa de Ação nos diversos setores.

A primeira prioridade diz respeito à consolidação de alguns setores de infra-estrutura, para os quais já estão sendo preparados *Master Plans* de caráter decenal. É o caso, notadamente, de Energia Elétrica e Transportes. Encontram-se em início os estudos de preparação de um Plano de Telecomunicações e de reorganização do sistema de correios.

Em seguida, espera-se, com base em estudos já lançados, poder definir uma política industrial que permita ao País retirar muito maior proveito de suas vantagens comparativas, em sentido dinâmico, do que lhe foi possível no passado. Dentro dessa orientação, além do possível reequipamento de certas indústrias tradicionais, as perspectivas de rápida expansão parecem concentrar-se nas indústrias siderúrgica (para a qual também se está formulando um plano decenal), de bens de capital (incluindo equipamentos pesados, material ferroviário e construção naval), metais não ferrosos, química e, possìvelmente, papel e celulose.

No tocante às chamadas indústrias tradicionais, dependentes muito mais da *taxa de variação* da renda real (melhor ainda: da renda disponível e de sua distribuição) do que do nível de renda, está-se procedendo a um exame sistemático das medidas capazes de conduzir ao aumento de produtividade de tais indústrias, assim como à plena utilização da capacidade.

Uma terceira prioridade diz respeito à transformação tecnológica na agricultura (notadamente na área de produção animal) e à modernização do sistema de abastecimento, principalmente para os grandes centros urbanos. Do desenvolvimento da agricultura, seja através dos aumentos de produtividade como da expansão da área cultivada (ainda possível, em têrmos), dependerá a preservação do dinamismo da economia brasileira. Não apenas a sua contribuição direta ao crescimento global será importante, como o ritmo da expansão das indústrias tradicionais poderá ser consideràvelmente dinamizado pelo desempenho do setor agrícola (assim como do setor externo), notadamente nas áreas de substancial aumento da produtividade média do trabalho.

Caberia referência, a seguir, à política de desenvolvimento social, pela consolidação das políticas de Previdência e Saúde-Saneamento, e pelo grande impulso a ser dado aos programas de Habitação e Educação. A atuação sôbre o *fator humano* do desenvolvimento, geralmente subestimado nos programas econômicos, deverá efetivar-se principalmente (mas não exclusivamente) através da Educação, em caráter formal (nas escolas) ou informal (treinamento no trabalho, por exemplo). Mediante bons programas, simples e objetivos, é possível transformar a idéia da Revolução Social através da Educação num instrumento de motivação social tão importante quanto o que se fêz, de 1956 a 1960, com o *desenvolvimentismo*.

Resta, finalmente, cuidar de dois fatôres que representam condição para o atendimento das quatro grandes prioridades setoriais já indicadas. Trata-se, de um lado, do *fortalecimento da emprêsa privada nacional*, na fase de transição para a famosa relativa estabilidade de preços, o qual é essencial à manutenção de alta taxa de desenvolvimento, no regime misto vigente no Brasil. Aquêle fortalecimento teria lugar, antes de tudo, por políticas gerais, como a de consolidação dos setores de infra-estrutura e combate à inflação, a manutenção de uma política fiscal orientada para o desenvolvimento etc. Mas deve manifestar-se, também, através de solução dos principais obstáculos à expansão da emprêsa nacional, destacando-se: o problema do capital de giro, o problema da produtividade e o problema de acesso a fontes de recursos internacionais.

De outro lado, é imprescindível assinalar a importância de certos aspectos institucionais: a consolidação do mecanismo de planejamento e coordenação econômica, nos estágios de elaboração, execução e contrôle de execução de planos e programas; a plena introdução do orçamento-programa; a implementação da reforma administrativa, para a dinamização da administração pública federal. Sem essas medidas, a racionalização da ação governamental, que se vem procurando acelerar no Brasil, estará consideràvelmente prejudicada. Isso nos leva de volta a Shaw e Waterston, e à observação inicial: a frustração em relação aos planos está, freqüentemente, ligada a êsses aspectos institucionais, que sem bons planos conduzem a terríveis equívocos, mas que, se inexistentes, levam os bons planos à frustração inequívoca.

CCPR ENVIA LEITE EM PÓ PARA O NORTE E NORDESTE

Embarque

A CCPR tem embarcado grande quantidade de leite em pó para o Norte e Nordeste do País

Depois de conquistar os mercados do Sul do País, numa experiência pioneira da indústria mineira de laticínios, a Cooperativa Central dos Produtores Rurais de Minas Gerais — CCPR — já está exportando também para o Norte e Nordeste do Brasil os produtos de sua linha de fabricação, principalmente leite em pó, manteiga e queijo, numa contribuição efetiva para a economia de divisas do País, gastas com a importação de leite em pó; e na canalização de novos recursos para Minas Gerais.

Como conseqüência da grande aceitação dos produtos Itambé verificada no Norte e Nordeste do País, a CCPR está sendo obrigada a aumentar sua capacidade de produção, a curto prazo, e, para isto, acelerou as obras de construção de sua nova usina de beneficiamento do leite, que entrará em funcionamento nos próximos meses para ter uma capacidade final de trabalhar 600 mil litros de leite por dia.

FILOSOFIA

A importância da penetração dos produtos da CCPR em outros Estados da federação, sòmente pode ser compreendida pelo conhecimento da estrutura que a sustenta, montada estritamente de acôrdo com um autêntica mentalidade empresarial, que tem como princípio o fato de que "ao Govêrno cabe o incentivo e à iniciativa privada o trabalho de recuperação e construção do desenvolvimento nacional". Esta estrutura começa no meio rural, de onde sai o leite *in natura* para ser beneficiado e abastecer os centros consumidores.

Lá, a CCPR vem executando, há longos anos, uma ação efetiva, conjugada entre as cooperativas regionais e a Central, que lhe permite conhecer a real situação do homem do campo para solucionar seus problemas e defender seus interêsses, em benefício dos aumentos quantitativo e qualitativo da produção do leite.

ÁREA DE AÇÃO

Assim é que hoje a sua área de ação abrange 100 municípios mineiros, num total de 2 600 200 hectares e 42 468 proprietários rurais. A população desta área atinge a 40 502 habitantes, dos quais 199 976 pessoas já são alfabetizadas prováveis e 144 159 são eleitores. Além disso já existem 608 escolas nesta área, nas quais calcula-se que do total de 28 466 alunos existentes na região, 50,2% estejam matriculados e dêstes cêrca de 30% não têm freqüência. Outro dado que reflete a ação da CCPR na formação de uma estrutura sólida é que em 1952 o rebanho total da sua área de ação era de 150 mil cabeças, das quais 47% de vacas, e em 1962 êste rebanho passou para 234 630 cabeças, das quais 50% eram vacas.

No setor da industrialização, a experiência adquirida pela CCPR é outro fator que lhe confere o gabarito necessário e suficiente para penetrar em outros mercados. A Cooperativa Agropecuária de Cordisburgo, por exemplo, em 1957 produzia apenas 997 litros de leite por dia e em 1965 esta produção passou para 13 375 litros, tendo ampliado seu capital, naquele período, de Cr$ 340 mil para Cr$ 24 255 mil: a Cooperativa dos Produtores de Leite de Sete Lagoas começou em 1948 com uma produção diária de 1 200 litros de leite em 1962 atingiu seu recorde com uma produção de 72 mil litros de leite por dia. Como estas, tôdas as outras 44 cooperativas regionais da CCPR cresceram ràpidamente.

EXPORTAÇÃO

Com tôda esta gama de experiência, adquirida durante longos anos de trabalho, persistência e confiança, a CCPR cresceu. Até o final dêste ano, segundo as previsões menos otimistas de seus técnicos, ela terá aumentado sua capacidade de produção para beneficiar 250 mil litros de leite por dia, o que vai corresponder a 30 toneladas de leite em pó por dia.

Assim, sustentada naquela estrutura, que vem demonstrar que a indústria nacional tem capacidade para abastecer todo o País, a CCPR partiu em busca de novos mercados. A mentalidade empresarial autêntica levou a Cooperativa a ultrapassar as fronteiras do Estado, levando seus produtos até os mercados do Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul e outros Estados do Sul do País. Esta primeira experiência de exportação demonstrou-lhe o quanto poderia contribuir para o desenvolvimento de Minas Gerais e mesmo do País, através da economia de divisas, gastas com a importação de leite em pó. Os seus produtos, que têm a marca ITAMBÉ, encontraram uma aceitação tão grande que levou a CCPR a pensar em novos planos de expansão, para penetrar em novos mercados consumidores, pois ficou confirmada a boa qualidade dos produtos de sua linha de fabricação.

NOVOS MERCADOS

A procura de novos mercados, entretanto, subentendia, necessàriamente, o aumento de sua capacidade de produção, sem nunca deixar de lado o aperfeiçoamento da qualidade dos produtos, preocupação que orienta sua direção desde a criação da CCPR. Depois de vários estudos e pesquisas da capacidade de consumo, foi feita a primeira experiência de colocação dos produtos ITAMBÉ — leite em pó, manteiga e queijo — no Norte e Nordeste do País.

O sucesso ultrapassou as expectativas e hoje a CCPR exporta em grande escala para Belém do Pará, Recife, Fortaleza, Salvador, Maceió, Aracaju e outros Estados daquela região. Entretanto, em face de a acietação daqueles produtos por parte das populações nortista e nordestina, se tornar cada dia maior, a CCPR está se vendo obrigada a apressar a ampliação de sua capacidade de produção.

GRANDE USINA

Utilizando as mais modernas técnicas de pasteurização e engarrafamento do leite, a nova usina de beneficiamento de leite, em face do aceleramento das obras de construção, estará funcionando dentro de poucos meses. A nova usina está localizada na Cidade Industrial de Contagem, no encontro das rodovias que passam por Belo Horizonte (Anel Rodoviário) e ligam a Capital àquele parque industrial e aos grandes centros do País. A sua área é de 47 mil metros quadrados e parte dos equipamentos são importados, outros serão aproveitados da atual Usina Central e o restante será comprado da indústria brasileira.

Em sua primeira fase a Usina de Contagem terá uma capacidade para beneficiar 300 mil litros de leite por dia e, quando atingir sua etapa final, sua capacidade será para o beneficiamento de 600 mil litros de leite por dia.

Até o final dêste ano a CCPR terá aumentado o beneficiamento de leite para 250 mil litros diários, o que representa 30 mil quilos de leite em pó por dia. Com esta capacidade de produção estará a CCPR apta para aumentar suas exportações, sem prejuízo para o abastecimento interno de Minas Gerais. Depois que atingir a capacidade total da sua primeira etapa, isto é, 300 mil litros de leite por dia, então a CCPR irá aumentando, gradativamente, sua produção, de acôrdo com a ampliação do consumo, até atingir ao total de 600 mil litros de leite por dia.

A FÔRÇA DO BRASIL

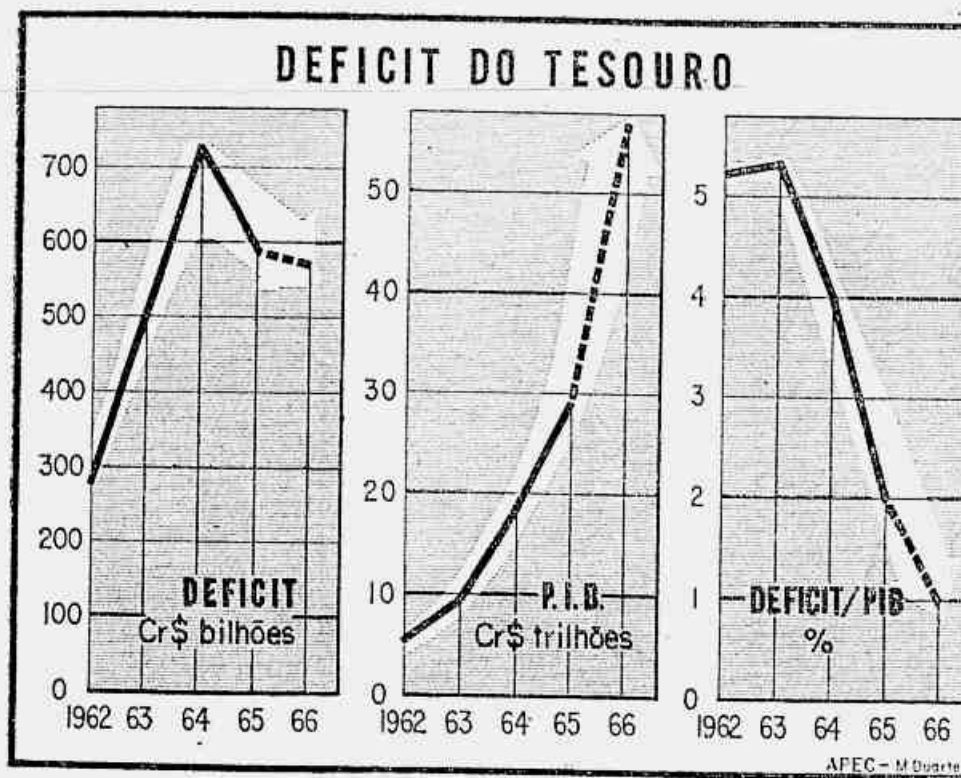
A mentalidade empresarial autêntica que orienta a Cooperativa Central dos Produtores Rurais de Minas Gerais, entretanto, não pára nestas realizações. Novos planos de expansão, baseados num fortalecimento cada vez maior do meio rural, virão. Novos mercados serão abertos pela CCPR, pois sua direção conhece o potencial da pecuária mineira e sabe que o seu aproveitamento racional, dará uma grande contribuição para o desenvolvimento de Minas Gerais e do País.

Hoje a CCPR contribui para o abastecimento de 10 Estados brasileiros, além de Minas Gerais. Do Norte ao Sul do País os produtos Itambé são conhecidos e procurados com entusiasmo pelos consumidores. No Rio de Janeiro a CCPR tem dois representantes: a Importadora e Exportadora Grezzi Ltda., na Rua Camerino, 108 — Caixa Postal número 3 797 e Otto Frensel na Rua Frei Caneca, 111 — Sobrado.

O representante da CCPR na Bahia e em Alagoas — J. Amorim, Representações — tem escritórios em Salvador na Rua Carlos Gomes, 22, s/ 45, e em Maceió na Praça Bomfim, 1 016. Êste representante atende também as praças de Aracaju, em Sergipe, e Natal no Rio Grande do Norte. Em Pernambuco o representante da CCPR é a companhia Fernandes, Couto & Cia. Ltda., estabelecida em Recife na Rua Siqueira Campos, 160 — s/ 114-A, sendo que em Belém, no Pará, o representante é a firma Representações Cruzeiro do Sul (Arthur Jorge & Cia), com escritório na Rua Conselheiro João Alfredo, 10 — 2.º andar.

Em Brasília a CCPR tem como representante a firma Representações Itambé de Produtos Alimentícios Ltda., cujo endereço é S.C.S. Quadra 11 — Lotes 5/7 — sala 105. Também em Vitória, no Espírito Santo, ela tem como representante José Ribeiro Brandão, na Avenida Rio Branco, 1 200. Em Pôrto Alegre, no Rio Grande do Sul, o representante da CCPR é a firma Pedro Bevilacqua & Filho Ltda., com sede na Avenida Farrapos, 77 — sala 4. E em São Paulo a Sociedade Mello Franco representa os produtos Itambé na Rua da Juta, 303.

POLÍTICA ECONÔMICA E RETOMADA DO DESENVOLVIMENTO

MÁRIO HENRIQUE SIMONSEN

Nenhuma aspiração econômica precoupa tanto o Brasil de hoje quanto a retomada do desenvolvimento. Recorda-se com nostalgia o crescimento acelerado da década de 1950, ao qual sucedeu a quase estagnação dos últimos cinco anos. E não faltam os defensores de uma repetição do passado, baseado numa política de puro incentivo à produção, sem preocupações com a estabilidade da moeda ou com o equilíbrio do balanço de pagamentos.

A aspiração em si é legítima e natural. É óbvio que num país de baixa renda real *per capita* o objetivo fundamental da política econômica há que consistir na manutenção de uma taxa elevada de crescimento, e que tôdas as demais diretribes se devem subordinar a essa meta principal. Mas é importante notar que êsse objetivo envolve certa sofisticação de horizontes. Desenvolvimento é processo de longo prazo e não comporta soluções imediatistas. Uma política capaz de acelerar a taxa de crescimento durante um ou dois anos, mas que sacrifique as possibilidades de desenvolvimento a longo prazo, deve ser rejeitada pelos horizontes míopes. Importante também é lembrar que não basta desejar o desenvolvimento para que êle apareça. Valem, por isso, certas reflexões sôbre êsse objetivo prioritário da política econômica.

Em primeiro lugar é útil recordar o que foi a experiência de desenvolvimento da qual tantos sentem saudades. Entre 1947 e 1961, o produto real brasileiro cresceu contínua e ràpidamente, à taxa média de cêrca de 6% ao ano. O desenvolvimento então teve como tônica a industrialização substitutiva de importações, amparada por forte proteção aduaneira. Ao mesmo tempo alastravam-se os dois focos de desequilíbrio que tantas dificuldades iriam causar ao início da presente década: a inflação, que de uma taxa anual de 10 a 15% nos primeiros anos do pós-guerra iria atingir a ordem dos 50% em 1961; e os deficits crônicos no balanço de pagamentos, com a acumulação de crescente dívida externa a curto prazo, capaz de conduzir o país à insolvência internacional. Sem dúvida êsses desequilíbrios não impediram que, durante quinze anos, o País se desenvolvesse surpreendentemente. A partir de 1962, porém, iniciou-se a fase ingrata de inflação galopante associada à estagnação econômica. É claro que os péssimos resultados de 1962 e 1963, e que se iriam prolongar até 1964, foram em grande parte fruto de uma política caótica. Mas seria injusto esquecer a pesada herança que o desenvolvimento desequilibrado da década passada legou aos últimos anos de nossa história econômica.

Seria possível tentar a reedição da experiência passada, retomando nova fase publicitária de desenvolvimento, ainda que ao preço da inflação e do desequilíbrio externo? Se a fórmula pudesse ser repetida ciclicamente, quinze anos de crescimento acelerado seguidos de dois ou três anos para arrumar a casa, não haveria como a rejeitar. Diga-se de passagem, em muitos países a regra tem sido exatamente essa, a de alternar períodos relativamente longos de prosperidade com pequenos intervalos de correção dos desequilíbrios, mantendo-se boa média de taxa de desenvolvimento. A experiência internacional, no entanto, refere-se a uma escala incrivelmente mais sutil do que aquela que se pretenderia aplicar ao Brasil. A parada para arrumação da casa costuma ocorrer quando a inflação alcança uns poucos por cento ao ano — o que nos pareceria o mais inócuo dos sôpros inflacionários. O que nos interessa assim, é examinar a questão diante das ordens de grandeza observáveis em nosso País.

Por mais arriscadas que sejam as previsões econômicas, tudo indica que não seria possível copiar com sucesso, a partir de agora, a experiência de desenvolvimento desequilibrado da década passada. Os resultados prováveis seriam apenas os desequilíbrios, sem o desenvolvimento. Duas razões, pelo menos, sustentam essa hipótese: em primeiro lugar, o estado atual do processo inflacionário. Em segundo lugar, o menor horizonte de substituições de importações. É importante examinar essa duas questões.

O êxito da política de desenvolvimento da década passada deveu-se, em boa parte, ao fato de a inflação não ter ultrapassado determinados limites. O ponto de partida fôra uma inflação suave, em 1947/1948, e o ritmo inflacionário, durante cêrca de dez anos, só se acelerou lentamente. Assim, até 1958, a taxa anual de aumento de preços não foi além de 20% ao ano, as tendências à inflação galopante só tendo surgido a partir de 1959. Essa foi uma condicionante básica, por quanto seria impossível pensar em desenvolvimento à beira de uma hiperinflação. Na realidade, o Brasil parecia, até 1958, estar munido de especiais mecanismos de defesa contra a aceleração do processo inflacionário.

É de se duvidar de que essas defesas ainda sejam tão resistentes. Em primeiro lugar o ponto de partida não mais é uma suportável inflação de 10% ao ano, mas uma alta de preços que, apesar de todos os esforços do atual Govêrno, atingiu a casa dos 40% em 1966. Em segundo lugar, tanto os empresários quanto os assalariados estão hoje bem mais conscientes da inflação do que há dez ou quinze anos atrás. Essa consciência significa a maior rapidez de reação contra a usurpação de qualquer fatia de renda real via alta de preços e, por isso mesmo, a maior tendência à auto-aceleração do processo inflacionário. Em suma, aquela espécie de desleixo monetário e salarial, que na década passada provocava uma inflação desagradável mas compatível com o desenvolvimento, talvez hoje se transformasse na abertura para a hiperinflação.

A segunda razão pela qual a experiência da década passada não parece susceptível de reprodução, diz respeito às possibilidades de substituição de importações. Logo após a guerra o Brasil dispunha de um caminho relativamente fácil para a mobilização do desenvolvimento: a industrialização substitutiva de importações. Êsse caminho foi intensamente explorado, talvez mais com inspiração quantitativa do que com seleção qualitativa, mas certamente com excelentes reflexos sôbre a taxa de crescimento do produto real. O importante é que a substituição de importações assegurava garantias automáticas de mercado capazes de dar enorme estímulo aos investimentos. Qualquer indústria, ao se instalar, podia contar com uma demanda firme, correspondente àquilo que até então figurava na pauta de compras ao exterior. Não fazia mal que o mercado oscilasse, ou que sua taxa de crescimento fôsse mais ou menos rápida, pois o grosso da produção da nova emprêsa teria como se escoar. Também os custos, a produtividade e as economias de escala não causavam grandes preocupações, diante da vasta proteção aduaneira ou cambial proporcionada pelo Govêrno. Tudo isso talvez constituísse uma fórmula primitiva de desenvolvimento. O certo, porém, é que êsse tipo de política proporcionava enormes incentivos aos investimentos — incentivos tão vastos que tornavam toleráveis a própria inflação e os inúmeros deslises da política econômica.

Hoje, provàvelmente, o desenvolvimento depende de soluções bem mais sofisticadas. Ainda restam algumas possibilidades de substituição de importações, mas òbviamente muito menos amplas do que há quinze anos atrás. Assim sendo, grande parte dos novos investimentos deverá destinar-se a atender a expansão do mercado interno ou do mercado de exportações. Esse tipo de investimento requer muito maior equilíbrio na taxa de crescimento do que o tipo anterior substitutivo de importações. É preciso que o produto real se expanda com regularidade, a fim de que os riscos empresariais não se tornem insuportàvelmente exagerados. Em suma, os novos caminhos para o desenvolvimento parecem muito mais sensíveis aos erros de política econômica do que aquêles que foram trilhados na década passada. A inflação, as redistribuições bruscas de renda, as mudanças repentinas das regras do jôgo, podiam ser suportadas numa época em que a substituição de importações proporcionava a garantia automática de mercado a inúmeros novos empreendimentos. Hoje, as condições parecem mais delicadas.

Essas observações não nos devem levar a nenhuma atitude pessimista quanto às possibilidades de desenvolvimento econômico do País, pois ninguém discute que as potencialidades do Brasil são extremamente amplas. Elas sugerem, todavia, que o desenvolvimentismo descuidado da década passada não tem como ser reproduzido. O País parece hoje precisar de uma política econômica muito mais sofisticada, onde a estabilidade de preços, o equilíbrio externo, e o balanceamento setorial sejam entendidos como pré-condições para o crescimento acelerado.

Nesse sentido, a filosofia do atual Govêrno, de colocar a estabilização da moeda e a correção dos desequilíbrios externos como objetivos cronològicamente prioritários, parece ter sido perfeitamente adequada. É provável que vários deslizes tenham sido cometidos, impondo sacrifícios desnecessários à economia, e retardando tanto a retomada do desenvolvimento quanto a própria cura da inflação. Valeu, todavia, a concepção de que o crescimento econômico é um processo de longo prazo, e de que cumpre rejeitar qualquer política imediatista que acelere o crescimento presente plantando a estagnação futura.

Muito se fêz no atual Govêrno em prol da retomada do desenvolvimento. A compreensão das despesas correntes do setor público e a sua substituição por um ousado programa de investimentos, orçado para o corrente ano em 5 trilhões de cruzeiros só no âmbito federal, foram decisões evidentemente orientadas para o crescimento do produto real. É provável que êsse esfôrço não tenha sido condição suficiente para o reerguimento da economia, mas é indiscutível que a atual administração, com sua ênfase nos investimentos de infra-estrutura, procurou plantar para o futuro.

Talvez a mais importante das condições para a retomada do desenvolvimento hoje resida na revisão das proporções das atividades do setor público e do setor privado. Apesar de tôdas as promessas em contrário, o atual Govêrno continuou a comprimir o setor particular e a engordar a área estatal. É provável que cêrca de dois terços da formação de capital do País hoje se concentrem nas várias esferas de Govêrno e respectivas emprêsas, restando apenas um minguado têrço para o setor privado. A carga tributária do País é desmedidamente alta, agravada por inúmeras contribuições parafiscais. As dificuldades de crédito e a escassez de fundos para inversão, particularmente para o capital de giro, que hoje tanto afligem as emprêsas, nada mais são do que a contrapartida monetária do excessivo pêso real do Govêrno sôbre o sistema econômico. Acrescente-se que ao pêso explícito se tem somado uma espécie de pêso implícito, correspondente à superprodução legislativa dos últimos tempos.

É provável que muitas dificuldades para a retomada do desenvolvimento já tenham sido desbastadas pelo atual Govêrno. Todavia, a partida para um processo duradouro de crescimentos ainda parece depender de certas condições complementares. A primeira é a persistência no combate à inflação; convém não esquecer que as grandes distorções de que ainda hoje se ressente a economia brasileira nasceram da alta crônica dos preços. A segunda consiste no alívio gradativo do pêso do setor público sôbre a economia; é preciso lembrar, nesse particular, que o enriquecimento do Govêrno pelo empobrecimento do setor privado não é receita para o desenvolvimento equilibrado. A terceira condição é a manutenção do equilíbrio do balanço de pagamentos, pois não há crescimento estável à beira da insolvência internacional. Por último é indispensável a consolidação e a estabilidade legislativa; o atual Govêrno introduziu profundas reformas em nossas instituições econômicas, num processo certamente muito creativo, mas também muito tumultuado; é preciso agora que essa legislação seja simplificada e sedimentada, a fim de que a economia consiga um horizonte razoável de conhecimento das regras do jôgo.

BNDE SUPERA SEU PRÓPRIO RECORDE: MEIO TRILHÃO EM 1966

No limiar de seu décimo-quinto ano de existência, o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico encerrou o exercício de 1966 registrando a aplicação recorde de mais de meio trilhão de cruzeiros (exatamente 526 bilhões e 400 milhões de cruzeiros) em investimentos para a expansão industrial do Brasil. "O resultado dêsse esfôrço — assinalou o Sr. José Garrido Tôrres, Presidente do BNDE — deve ser creditado à extraordinária equipe de funcionários e aos diretores e conselheiros do Banco e eu acredito pessoalmente que também o devemos à imprensa que pelo acolhimento dado à divulgação de nossas atividades influiu decisivamente para estimular os empresários a novos investimentos e a buscar o apoio financeiro do BNDE para sua concretização. Também se deve ressaltar o apoio que não nos faltou das outras áreas do Govêrno, notadamente dos Ministros Campos e Bulhões, garantindo a continuidade de recursos necessários à ação do BNDE".

Mostrou igualmente o Sr. Garrido Tôrres que nos dois anos e meio de administração pós-revolucionária os financiamentos concedidos pelo BNDE ultrapassaram a casa do trilhão de cruzeiros (1 trilhão e 27,9 bilhões, em números redondos, a preços de 66) o que é bastante significativo, pois representa um têrço de todos os financiamentos concedidos durante os catorze anos de existência do BNDE, que somam três trilhões e 610 bilhões de cruzeiros (também a preços corrigidos para valôres de 66 a fim de possibilitar a comparação real).

"NÔVO BNDE"

A aplicação maciça de recursos do Fundo de Reaparelhamento Econômico na indústria de base, com ênfase especial nos setores da produção de aço, da indústria química pesada e de produção de papel e celulose e, paralelamente, a extraordinária diversificação dos financiamentos através dos Fundos Especiais — FIPEME, FINAME, FUNTEC, FINEP e FUNDEPRO —, caracterizaram a ação do nôvo BNDE em 66, em sua função de principal agente de investimentos do Govêrno central, segundo frisou seu presidente. "Ao encerrarmos o exercício de 66, posso afirmar que o nôvo BNDE, apoiado na sua rica experiência e no seu grande passado, adquiriu a agressividade necessária para multiplicar os seus programas, levando sua assistência financeira aos mais distantes rincões do País através do Sistema Nacional de Bancos de Fomento e mesmo diretamente, seja apoiando vigorosamente a expansão das pequenas e médias indústrias ou financiando a compra e venda de máquinas e equipamentos, seja financiando os projetos de produtividade e a pesquisa técnico-científica, tudo isso sem prejuízo do suporte aos seus setores tradicionais, como a indústria de base e a geração de energia".

Lembrou ainda o Sr. Garrido Tôrres que o BNDE em 66 "inaugurou alguns novos estilos de operar", como por exemplo a concessão do primeiro financiamento "em consórcio" com a participação do Banco Mundial-IFC, BID e ADELA em favor da indústria de papel e celulose, num financiamento de 37 bilhões de cruzeiros; as viagens do presidente e equipe técnica a todos os Estados brasileiros e alguns territórios, fazendo o levantamento das novas oportunidades de investimento; a extraordinária expansão de 322% no programa de educação para o desenvolvimento, através do Fundo de Desenvolvimento Técnico e Científico — FUNTEC; a criação da primeira subsidiária do Banco, com a transformação do Fundo FINAME em Agência Especial de Financiamento, nos moldes da vinculação do IFC com o Banco Mundial, operando com tal dinamismo que ultrapassou a casa dos 5 800 financiamentos à indústria brasileira; a aceleração dos contratos do FIPEME, que atingiu a média de um nôvo contrato a cada 72 horas; o lançamento e a demarragem do FUNDEPRO, que já está financiando a elaboração dos projetos de produtividade; a realização do Congresso de Integração Nacional, na Bahia, reunindo os delegados de 110 Agências de Financiamento públicas e privadas de todo o País, consagrando o BNDE como autêntico Banco da Integração Nacional; e, finalmente, o curso sôbre Mercado de Capitais patrocinado pelo BNDE e AID na Universidade de Nova Iorque para os técnicos de nossas Sociedades Financeiras.

OS MAIORES

Os financiamentos concedidos pelo BNDE em 1966 obedeceram à seguinte composição: a) Através do Fundo de Reaparelhamento Econômico os financiamentos somaram 388 bilhões de cruzeiros, contra 374,2 bilhões em 65. A ênfase principal dêsses investimentos se localizou no apoio à indústria do aço, na produção de papel e celulose, na química de base e na dos metais não ferrosos. Consolidaram-se os investimentos na COSIPA, USIMINAS e Ferro e Aço de Vitória, que têm agora condições para pôr em marcha seus planos de expansão e foi concedido aval em dólares em apoio ao plano intermediário de crescimento da Companhia Siderúrgica Nacional. No setor da energia elétrica, os três maiores financiamentos se destinaram às hidrelétricas da Foz do Chopin, no sudoeste paranaense (30 bilhões); do Mimoso, no sul de Mato Grosso (13 bilhões); e Cachoeira Dourada, em Goiás (12 bilhões). Para a produção de papel e celulose já foi citado o grande financiamento em consórcio, de 37 bilhões de cruzeiros e, na indústria química, o maior financiamento beneficiou a Titânio do Brasil, que acaba de ser aprovado, no valor de 27 bilhões de cruzeiros;

b) Através do programa do FIPEME, o BNDE ultrapassou no ano de 66 a casa dos cem financiamentos às emprêsas de pequeno e médio porte, aplicando diretamente 65 bilhões de cruzeiros contra 20,4 bilhões em 1965. Uma expansão de 150%, portanto. A êstes números devem-se acrescer os repasses realizados aos Bancos de Fomento Regionais e Estaduais, para atender ao mesmo programa da pequena e média emprêsa no âmbito regional, e que somaram 34 bilhões de cruzeiros (em números redondos);

c) O FINAME, transformado em Agência Especial de Financiamento Industrial e prestes a transformar-se em Sociedade Anônima, vinculada ao Banco, manteve seus extraordinários índices de atuação. Em 66 suas aplicações somaram 68,8 bilhões de cruzeiros, contra 54 bilhões no ano de 65. Os contratos de financiamento do FINAME são mais de 5 800, sendo que 4 mil realizados ano passado. Desde o início de suas operações, em abril de 1965, a Agência Especial FINAME já favoreceu transações com máquinas e equipamentos de produção nacional no valor de 245,6 bilhões de cruzeiros, dos quais 50% correspondem a seus recursos próprios, atendendo principalmente aos setores da indústria mecânica, de alimentação, têxtil e de máquinas rodoviárias. Em dezembro de 1966 o FINAME iniciou uma nova modalidade de operações, adquirindo papéis disponíveis do portfolio das companhias financeiras, já tendo realizado transações que somam 8,6 bilhões de cruzeiros;

d) O índice de expansão mais significativo foi obtido pelo FUNTEC — Fundo de Desenvolvimento Técnico e Científico, em suas aplicações no financiamento da pesquisa tecnológica e para o aprimoramento do ensino de alto nível voltado para o desenvolvimento industrial. Em 1965 o FUNTEC encerrou o exercício com a aplicação de 352,6 milhões de cruzeiros no ensino e 159,5 milhões na pesquisa; no ano de 1966, o FUNTEC aplicou 2 bilhões e 700 milhões de cruzeiros no ensino de alto nível e 1 bilhão e 400 milhões no financiamento de pesquisas técnico-científicas. A preços reais de 66 isto representa uma expansão de 322% do programa do BNDE de promoção do ensino para o desenvolvimento.

e) O FINEP, órgão de que o BNDE é o Agente Financeiro, aumentou suas aplicações de 200 milhões de cruzeiros em 65 para 900 milhões no ano de 66. Seus financiamentos se destinam a cobrir os custos com a elaboração de projetos de investimentos.

f) Finalmente o FUNDEPRO — Fundo de Desenvolvimento da Produtividade — iniciou suas operações no segundo semestre do ano passado, já tendo deferido financiamentos no valor de 400 milhões de cruzeiros para a elaboração de projetos de melhoria da produtividade em emprêsas industriais.

A soma global de tôdas as aplicações do BNDE em 1966 se elevou, portanto, a 526 bilhões e 400 milhões de cruzeiros. As mesmas aplicações em 1965, ano em que o BNDE já superara todos os recordes de aplicação, somaram 460 bilhões e 300 milhões de cruzeiros, a preços corrigidos para índices de 66, a fim de garantir a comparação real.

Um índice representativo de expansão dos serviços do BNDE em todos os setores é refletido pelo número de projetos aprovados; em 1965 o BNDE já conquistava um recorde absoluto, com a aprovação de 84 projetos (excluídos os do FINAME) contra 36, que era o nível máximo alcançado anteriormente, em 1953. Em 1966, contudo, o recorde foi novamente derrubado, com a extraordinária marca de 247 projetos aprovados (também excluídos os do FINAME). Ainda se se deixar de computar os números relativos ao FIPEME, que se referem a projetos de pequeno porte (40 em 1965 e 167 em 1966) os índices obtidos nos demais setores do BNDE constituem recorde absoluto em tôda a história do Banco.

O CONSPLAN E O PLANEJAMENTO BRASILEIRO

CDTE. MADER GONÇALVES

A estratégia do desenvolvimento econômico não pode prescindir, no estágio em que nos encontramos, do concurso das técnicas de planejamento, sobretudo quando essa estratégia não considera o desenvolvimento como simples formação física de capital, mas o conceitua, em sentido mais racional, como o complexo de meios pelos quais se procura alcançar um máximo de crescimento do produto real.

Êsse conceito é válido quer para Economia em regime capitalista, quer para a Economia em regime socialista, pois o que distingue a estratégia nesses dois regimes é o fato de que, enquanto no regime de livre iniciativa, que caracteriza o sistema capitalista, os meios para maximizar o crescimento do produto real se mobilizam através de diretrizes gerais ditadas aos produtores, de um lado, e aos consumidores, de outro, incentivando-os ao emprêgo mais racionalizado de recursos materiais e humanos disponíveis, no regime socialista a busca do mesmo objetivo é feito através, não de incentivos à livre emprêsa, nem de diretrizes de conduta aos consumidores, mas de normas imperativas, de limitações rígidas e que exigem para sua aplicação um aparelhamento burocrático dos mais refinados.

Há, assim, uma diferença fundamental nos dois regimes: nas democracias capitalistas procura-se planejar os meios de desenvolver a Economia; nos regimes socialistas procura-se planificar a própria Economia. Daí, os têrmos **planejamento**, usado para os processos de desenvolvimento nos países de economia de livre emprêsa e **planificação**, utilizado para os processos de busca do crescimento do produto real nos países socialistas.

Procuraremos aqui pôr em evidência, ainda que em rápida apreciação, o que representa para o Planejamento Brasileiro o Conselho Consultivo do Planejamento.

Tal é a importância dêsse órgão para o equacionamento e solução dos complexos problemas ligados ao desenvolvimento econômico do País que a sua direção foi atribuída ao próprio Presidente da República.

O PLANEJAMENTO NO BRASIL

O Brasil já tem realizado alguma coisa em matéria de planejamento, apesar de as tentativas feitas no sentido de um plano global encontrarem não poucos obstáculos à sua concretização.

É preciso que se diga, aliás, ter sido a falta de coordenação a causa da inexeqüibilidade da grande maioria dos planos brasileiros. Em primeiro lugar porque tais planos eram setoriais e não estudavam a repercussão de sua execução em outros setores; em segundo porque não se pode, principalmente em país como o nosso, de vasta e diversificada área geográfica, elaborar, mesmo um plano setorial, sem levar em conta sua incidência em outras áreas.

Sabe-se de execução de projetos que enriqueceram determinadas áreas à custa de empobrecimento irreversível de outra, com o surgimento de problemas sociais dos mais graves.

A experiência brasileira em planejamento global é relativamente recente; e uma das causas principais do retardamento de sua aplicação foi, sem dúvida, a falta de base estatística. Realmente, não se pode pensar em planejamento como Técnica de desenvolvimento econômico sem um aparelhamento estatístico capaz de fornecer os dados brutos necessários à elaboração de diagnósticos fidedignos que sirvam de suporte às projeções dos diferentes setores da Economia.

Outro fator era a inexistência de um órgão governamental, devidamente organizado, com o encargo específico de estudar e formular diretrizes gerais e linhas de ação para com elas elaborar um planejamento global da economia brasileira.

Com o advento da Revolução de março de 1964 passou o Govêrno a encarar como prioritários, para o reerguimento do País, os problemas afetos ao Gabinete do Ministro Extraordinário para o Planejamento e Coordenação Econômica. Logo nos primeiros meses do nôvo Govêrno, conseguiu o Ministro Roberto de Oliveira Campos mobilizar uma equipe de técnicos do mais alto nível a fim de elaborar o Plano de Ação Econômica do Govêrno para os anos de 1964/1966.

Em setembro de 1964 foi criado o Escritório de Pesquisa Econômica Aplicada e entregue sua direção ao dinamismo do Dr. Vítor da Silva Alves Filho, a quem coube reunir os melhores valôres humanos no campo da Economia, da Engenharia, da Agronomia, da Educação e Cultura, do Trabalho e Previdência Social do desenvolvimento regional e do planejamento geral, os quais prestam sua assistência aos estudos e pesquisas no campo de cada especialidade.

A elaboração de um Plano de Longo Prazo vinha sendo encarada como uma necessidade de uma política econômica em que houvesse continuidade de execução das metas programadas e, por isso, entregou-se ao EPEA essa importante incumbência.

A par dessas providências, e agindo dentro do espírito que preside ao planejamento democrático, instituiu o Govêrno, junto ao Gabinete do Ministro Extraordinário para o Planejamento e Coordenação Econômica, o Conselho Consultivo do Planejamento — CONSPLAN.

O Conselho Consultivo do Planejamento

Órgão do Govêrno para consulta no campo do planejamento econômico e social, é o CONSPLAN, consoante estatui o Decreto n.º 55 722, de 2 de fevereiro de 1965, que o criou, uma entidade de que participam representantes das classes produtoras e trabalhadoras, além de técnicos dos mais renomados do País.

Instalado, em 9 de março de 1965, pelo Senhor Presidente da República, que é o presidente do Conselho, sendo Secretário-Executivo o Ministro para o Planejamento e Coordenação Econômica, o CONSPLAN, apesar de ter efetuado, relativamente, poucas reuniões, já possui, todavia, um saldo bem apreciável de realizações, que se poderão aferir através dos documentos por êle preparados.

É que a própria estrutura do órgão permite que êle ultrapasse a forma academista dos debates para constituir-se, realmente, em núcleo de altos estudos voltados para soluções práticas.

Em conformidade com o decreto que o instituiu e com o seu Regulamento Interno, o CONSPLAN tem por finalidade e atribuições opinar sôbre o Programa de Ação Econômica do Govêrno, inclusive quanto às modificações nêle introduzidas em revisão anual para ajustá-lo ao orçamento de investimentos; opinar sôbre o plano de realizações econômicas a longo prazo (Plano Perspectiva), cuja elaboração se iniciou em 1965; apreciar a execução do Programa de Ação Econômica do Govêrno e do Plano de Longo Prazo; elaborar estudos e sugestões para os programas e planos econômicos do Govêrno, assessorando-o quanto aos problemas de planejamento; proceder ao exame da política salarial do País, com o objetivo de ajustá-la aos objetivos dos programas de desenvolvimento econômico e de estabilização monetária, fazendo as recomendações que considerar úteis; sugerir medidas tendentes ao aumento da produtividade geral ou setorial, indicando as medidas adequadas de estímulo e fixando as providências necessárias, sejam as de financiamento e de amparo à exportação, sejam outras de política fiscal, como instrumento de ação econômica; opinar sôbre a integração dos programas regionais e estaduais de desenvolvimento econômico com os planos e programas do Govêrno federal, no sentido de harmonizá-lo, evitando duplicidade de esforços e descoordenação de providências e formulando as recomendações adequadas; opinar sôbre planos e programas setoriais e sôbre problemas gerais ligados ao desenvolvimento econômico do País, como os de mão-de-obra, financiamento, produtividade e outros, sugerindo medidas corretivas ou de estímulo que julgar adequadas.

Para desincumbir-se dêsses importantes e complexos encargos, dispõe o CONSPLAN do Conselho Pleno, composto de 19 membros, e de uma Secretaria Executiva, podendo criar Comissões e Grupos de Trabalhos para exame de problemas específicos.

Segundo estabelece sua legislação orgânica, o Conselho Pleno deve reunir-se, em caráter ordinário, trimestralmente. De tal vulto, porém, tem sido o trabalho afeto ao CONSPLAN que se tornou indispensável convocá-lo por várias vêzes extraordinàriamente, no interregno dessas sessões.

O Regulamento Interno do Conselho aprovado pela Resolução n.º 166 de 18 de julho de 1966, dispõe sôbre as atribuições, funcionamento e competência de seus órgãos componentes, estabelecendo, ainda, que o CONSPLAN terá um coordenador, incumbido dos encargos técnicos e administrativos da Secretaria-Executiva.

— Exame dos novos instrumentos da política de desenvolvimento.

Em seu documento de trabalho n.º 1, o CONSPLAN analisa, de forma objetiva, os novos instrumentos da política de desenvolvimento econômico, ressaltando a importância do sistema financeiro e da retomada do desenvolvimento. Sustenta o documento que a retomada do desenvolvimento econômico em caráter duradouro e autoestável, segundo a formulação do Programa de Ação Econômica, com vistas ao incremento da produtividade, à elevação da renda nacional e do padrão de vida da população brasileira, constitui tarefa complexa, cujo êxito dependerá, certamente, do efeito conjunto e da eficiência com que forem executadas as medidas de política monetária, tributária e salarial e, mais particularmente, aquelas diretamente relacionadas com a formação de capital.

Após analisar o sistema de instituições financeiras então vigentes, afirma o CONSPLAN, nesse documento, que a reorganização do sistema, através da criação de novos instrumentos e modernos mecanismos de captação de poupanças, é tarefa inadiável que justifica, pela sua importância estratégica, a ênfase com que vem sendo considerada pelo atual Govêrno.

Urgia, pois, a reforma do sistema financeiro, cuja estrutura, precária e inadequada, estava em descompasso com as diretrizes gerais do Plano de Ação Econômica do Govêrno. Uma das providências prioritárias nesse sentido foi a elaboração de estudos técnicos para disciplinar o mercado de capitais, principalmente na área provada, a fim de que fôssem criadas condições para seu aperfeiçoamento em bases mais racionais e compatíveis com as características da economia nacional e a atual conjuntura econômico-financeira. Tais estudos foram consubstanciados em anteprojeto de lei que, encaminhado ao Congresso Nacional, se transformou na Lei n.º 4 728, de 14 de julho de 1965.

Refere-se ainda o Documento n.º 1, do CONSPLAN, que, a par disso, foram aperfeiçoadas e criadas novas instituições e mecanismos financeiros com a finalidade específica de cobrir as áreas de crédito atendidas pelo sistema tradicional.

Dentre essas instituições destacam-se: o Fundo de Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais (FINAME); o Fundo de Democratização do Capital das Emprêsas (FUNDECE); a Coordenação Nacional de Crédito Rural (CNCR); os Fundos de Financiamento à Média e Pequena Emprêsa, constituídos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e à Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil S/A (CREAI); o mecanismo de financiamento às exportações, através das Carteiras de Câmbio e Comércio Exterior; e, mais recentemente, o Fundo de Financiamento de Estudos e Projetos e Programas.

Analisou o CONSPLAN, à época da instituição dêsses novos instrumentos de ação, os diferentes aspectos positivos que caracterizam a nova sistemática no campo da distribuição e aplicação de recursos, tais como a utilização de recursos externos sem a finalidade habitual de financiamento às importações, aplicando-os, quer na aquisição de equipamentos nacionais, quer na concessão de créditos a médio e longo prazos à indústria e à agricultura, quer, ainda, no financiamento das exportações brasileiras de bens de capital ou no custeio de estudos e projetos; a formação de sistemas de entidades financeiras nacionais, com vista à mais ampla distribuição de recursos em todo território do País; e a descentralização administrativa dos empréstimos, o que permite mais rápido processamento das operações.

Cada um dêsses mecanismos de crédito, como o FINAME, o FUNDECE, a CNCE, o FIPEME e o FINEP, foi portanto objeto de aprofundado exame, pondo-se em evidência os objetivos de cada um.

Tomado êsse primeiro contato com os instrumentos legais da política de desenvolvimento, passou o CONSPLAN à análise das bases do Programa de Estabilização do Govêrno.

Êsse programa constitui uma das peças fundamentais da meta governamental para livrar o País da espiral inflacionária, herança que recebera o Govêrno revolucionário em abril de 1964.

Era indispensável, realmente, se adotassem medidas drásticas para conter o ritmo acelerado da inflação que passara de 43%, em 1961, para 55%, em 1962, alcançando nada menos de 80% em 1963 e 25% somente no primeiro trimestre de 1964. Como reflexo negativo encontrou-se, por outro lado, uma estagnação do crescimento, cujo ritmo baixara de 7%, em 1961, para 5,4% em 1962, alcançando, em 1963, apenas 1,4%, o que equivale a um decréscimo de 1,8% por habitante. A crise atingira, ainda, a política cambial, encontrando-se o País às portas da insolvência, incapaz de saldar compromissos, da ordem de meio bilhão de dólares, no biênio 1964/65. Como último aspecto da crise e talvez, como corolário mesmo de todos os fatôres já mencionados, encontrou o Govêrno da Revolução, em abril de 1964, o mais alto grau da inquietação social, traduzida na crise de confiança das classes produtoras, na frustração dos empregados e na verdadeira apatia que se generalizava nas fôrças construtivas da Nação.

A análise das medidas de emergência, adotadas com o objetivo de combater a inflação, reativar a economia, corrigir o desequilíbrio cambial e sustar a crise de motivação, constituiu assunto do Documento n.º 2 do CONSPLAN, que, além disso, faz percuciente exame da estratégia de estabilização para chegar a uma síntese concisa dos resultados alcançados.

Estuda o documento, também, o estágio de combate à inflação que sucedeu ao programa de emergência e que se caracteriza pela correção de valôres, incluindo-se aqui a eliminação de subsídios ao petróleo, ao trigo e às tarifas de serviços públicos, bem como acertos e correções salariais. Estudou, igualmente, os instrumentos de que o Govêrno se utilizou para pôr em execução sua política de desinflação, principalmente a Portaria GB 71, de 23 de fevereiro de 1965, assinada em conjunto pelos Ministros da Fazenda, da Indústria e Comércio e do Planejamento e Coordenação Econômica, que estabelece a eliminação dos depósitos e contribuições financeiras sôbre a importação de matérias-primas, desde que a emprêsa se comprometa a vender seus produtos a preços relativamente constantes, prevendo, ainda, maior concessão de crédito por parte do Banco do Brasil e da Carteira de Redesconto e admitindo a assistência especial na obtenção de crédito no exterior, com a redução das exigências de depósito de garantia e outros encargos adotados quando era crítico o desequilíbrio de nosso balanço de pagamento.

Do exame dessas medidas de estímulos fiscais passou o CONSPLAN à análise de outros instrumentos adotados, incluindo-se a elaboração de projeto de lei que, corroborando o princípio estatuído na aludida Portaria n.º 71, estabelece normas para a redução do Impôsto de Renda no exercício de 1966 para as emprêsas que se comprometam a aumentar a sua receita com um mínimo de acréscimo de preços. A lei que disciplina o mercado de capitais viria fechar o círculo de providências governamentais no campo fiscal, sobretudo com o propósito de conseguir a redução da taxa de juros.

O CONSPLAN, ao elaborar o Documento de Trabalho 2, não se descurou, portanto, de uma das atribuições que lhe confere o decreto que o criou, qual seja o exame das medidas governamentais adotadas no campo do planejamento e desenvolvimento econômicos. Fê-lo, neste caso, através de análise objetiva das providências adotadas e a serem tomadas no âmbito das finanças públicas, dos preços de emprêsas estatais, da contenção dos preços em emprêsas privadas, do desencorajamento à sonegação fiscal e ao consumo ostentatório, das correções do sistema tributário e das correções salariais.

O debate do programa de ação

Um dos encargos cometidos ao CONSPLAN pelo Artigo n.º 4 do Decreto n.º 55 722, de 2 de fevereiro de 1965, é o de pronunciar-se sôbre o Programa de Ação Econômica do Govêrno e do Plano Perspectiva, bem como sua execução. Tal faculdade ensejou, no curso da execução do PAEG, debates no Conselho e a elaboração do Documento de Trabalho n.º 3, consubstanciando os pronunciamentos técnicos em tôrno de dois documentos básicos apresentados ao CONSPLAN: o estudo do Departamento Econômico da Confederação Nacional da Indústria e o documento crítica do Professor Antônio Dias Leite Jr., membro do Conselho.

A apreciação dêsses dois documentos e o amplo debate que se travou em tôrno das teses nêles esposadas refletem bem a característica eminentemente democrática imprimida pelo Govêrno ao mecanismo do planejamento. Para que se tenha nítida visão dos propósitos do CONSPLAN de dar a maior divulgação às críticas formuladas à Programação Econômica, basta se diga que êsse Documento de Trabalho n.º 3, com 138 páginas, transcreve o documento do Departamento Econômico da Confederação Nacional da Indústria, bem como a manifestação, sôbre êle, da Federação das Indústrias do Estado da Guanabara e do Centro Industrial, do Rio de Janeiro. A Secretaria-Executiva do CONSPLAN, após tecer comentários acêrca das críticas da FIEGA, fêz, por seu turno, severos reparos aos comentários do Departamento Econômico da CNI, sôbre essas críticas, ressaltando que êles "parecem redigidos por alguém que muito leu e pouco entendeu de teoria econômica". E concluiu: "a publicação da FIEGA ressalta algumas falhas da atual política econômica e acentua a importância da crítica. O que é preciso, porém, é que essa crítica se baseie na boa técnica. O que se reprovou no documento do Departamento Econômico da CNI não foi a idéia de criticar o Govêrno: foi a deficiência técnica do estudo e a falta de alternativas válidas para o Programa de Ação".

Quanto ao documento-crítica do Professor Dias Leite, foi êle encaminhado ao CONSPLAN como contribuição aos estudos acêrca da execução do Plano de Ação Econômica do Govêrno. Ao responder a essas críticas teve oportunidade a Secretaria-Executiva do CONSPLAN de afirmar que a criação do Conselho decorreu da importância que o Govêrno empresta à função da crítica no aperfeiçoamento da formulação e da execução da política governamental. Dessa crítica, para ser válida, espera-se, como é natural, que não atenda a propósitos políticos. E, para ser útil, espera-se que se preocupe com a escolha de instrumentos para atingir os fins visados, pois foi esta, sem dúvida, uma das preocupações do Programa de Ação.

A resposta que o CONSPLAN deu às críticas formuladas pelo Professor Dias Leite é longa, abrangendo item por item e situando-se dentro da argumentação técnica que não póde nem pode ser contestada.

Como conclusão ao exame do documento Dias Leite, não deixou o CONSPLAN de ressaltar a significação de críticas e sugestões para o aperfeiçoamento da política econômica do Govêrno, existindo uma área em que tais sugestões e críticas se revelam particularmente úteis, qual seja a da conjuntura de produção e emprêgo, tendo em vista o atual estágio de combate à inflação.

O pensamento do CONSPLAN é o de que, enquanto se não puder dispor de índices adequados para aquêle fim, é mister reunir o máximo de informações e sugestões de medidas concretas, para orientar as decisões das autoridades. Em verdade, a adoção de medidas no sentido de atender aos setores mais atingidos pelas medidas de estabilização deverá fazer-se possível, graças não sòmente à iniciativa do próprio Govêrno, como também a sugestões de membros do CONSPLAN, de vários economistas e dos próprios setores interessados.

O documento do Professor Dias Leite não teve apenas a resposta da Secretaria-Executiva do CONSPLAN; foi submetido a amplo debate no Conselho Pleno e sôbre êle se manifestou, como relator, em brilhante parecer, no qual refuta as críticas feitas, o Economista Antônio Delfim Neto. Sôbre o assunto houve também pronunciamentos dos Conselheiros Davi Carneiro Júnior, Glicon de Paiva, João di Pietro, Paulo Camilo de Oliveira Pena, Salomão Vieira Pamplona e Francisco Saturnino de Brito Filho.

A elaboração do plano de longo prazo

Uma das atribuições específicas do CONSPLAN é a de opinar sôbre a elaboração do Plano de Longo Prazo. A idéia de formulação de um plano perspectiva que abrangesse longo período veio da experiência adquirida com a colaboração do PAEG e com a necessidade de se evitar solução de continuidade na ação governamental, uma vez que a vigência do Plano de Ação Econômica do Govêrno está prevista até fins de 1966.

O objetivo final do Plano de Longo Prazo é a formulação de uma estratégia de desenvolvimento econômico e social, para um período de dez anos. Deverá êle dividir-se em dois qüinqüênios, dos quais o primeiro terá metas mais pormenorizadas e compreenderá planos operativos anuais, perfeitamente integrados às diretrizes gerais do plano global.

O Documento n.º 4 do CONSPLAN fixa, de modo objetivo, as diretrizes que orientarão a formulação do Plano de Longo Prazo e que se resumem em:

a) Reconhecimento da necessidade de participação em sua formulação, não apenas dos órgãos do poder público federal (incluindo autarquias e sociedades de economia mista) como de entidades dos outros níveis de Govêrno, quando couber, e notadamente do setor privado (representado, antes de tudo, pelo CONSPLAN); sôbre permitir utilizar a experiência prática e os conhecimentos técnicos de tais órgãos, essa participação acentuará as características nacionais e democráticas do plano;

b) Reconhecimento da importância da coordenação, no sentido setorial e no sentido regional, de modo a assegurar a consistência e organicidade do plano;

c) Preocupação não apenas com o nível técnico do trabalho, mas também com a sua operacionalidade: o que se objetiva é um programa de ação governamental e não um exercício acadêmico.

Refere-se o aludido Documento n.º 4 ao seguinte mecanismo de elaboração do Plano:

a) Um órgão de coordenação dos planos parciais, sejam os de caráter setorial sejam os de caráter regional, ao qual seria, ainda, cometida a tarefa do plano global, ou agregado; dada a organização do sistema brasileiro de planejamento, tal órgão é o Escritório de Pesquisa Econômica Aplicada (EPEA), que já coordenou a preparação da versão definitiva do Programa de Ação.

b) Grupos de articulação, setoriais e regionais, que permitam o contato permanente, em bases técnicas, do órgão coordenador com os demais Ministérios e organismos federais, assim como as demais entidades, particularmente do setor privado.

Fixadas as diretrizes gerais e exposto o mecanismo do Plano, podem-se indicar, então, os estágios em que deverá ser desdobrado, ou seja:

a) coleta de informações estatísticas básicas;
b) elaboração dos estudos de diagnósticos;
c) projeções preliminares e fixação provisória das metas globais de crescimento;
d) preparação dos planos e projetos parciais — (regionais e setoriais);
e) coordenação e revisão dos estudos parciais;
f) integração do plano;
g) definição de políticas e
h) indicação das modificações institucionais necessárias.

Vencendo uma série de dificuldades, como a escassez de técnicos e a falta de estatísticos, conseguiu o Escritório de Pesquisa Econômica Aplicada, superiormente dirigido pelo economista João Paulo dos Reis Velloso, responsável pela elaboração do Plano de Longo Prazo, dar seqüência aos trabalhos, encontrando-se os mesmos, atualmente, em fase bastante adiantada.

A preocupação do Govêrno de imprimir ao Planejamento o cunho democrático, isto é, de que a elaboração dos planos não ficasse confinada aos gabinetes e laboratórios técnicos permitiu a instituição de grupos de coordenação, que nada mais são do que um sistema de comunicação entre o setor de coordenação do EPEA, os demais ministérios e órgãos públicos, o CONSPLAN e entidades privadas. A êsses grupos estão afetos os encargos de análise da metodologia proposta, fornecimento de subsídios e proposição de medidas relativas à sua formulação, execução e contrôle da execução no que respeita ao planejamento do respectivo setor ou região.

São os seguintes os Grupos de Coordenação existentes, instituídos pelo Decreto n.º 57 464, de 20 de dezembro de 1965: planejamento geral; política monetária; política fiscal; política econômica internacional; infra-estrutura (energia elétrica, petróleo, carvão, transporte e comunicações); agricultura e abastecimento; indústria (geral, metalúrgica, química, mecânica e elétrica, têxtil, alimentação, construção civil e outras); serviços; desenvolvimento social (educação, saúde, habitação e urbanismo e previdência social); desenvolvimento regional (geral, Norte, Nordeste, Sudeste, Centro-Oeste e Sul); recursos naturais.

Novos debates em tôrno do PAEG

Em nôvo documento-crítica dirigido ao CONSPLAN, o Professor Dias Leite voltou a atacar o Plano de Ação Econômica do Govêrno, abordando os aspectos da organização do CONSPLAN, da inflação, da expansão dos meios de pagamento, da retomada do desenvolvimento, da política salarial, da política fiscal, dos estímulos do setor privado, do balanço de pagamentos e da reforma de estrutura.

Mais uma vez o CONSPLAN teve oportunidade de amplamente rebater os pontos-de-vista do Conselheiro Dias Leite, contrários à orientação do Govêrno consubstanciada nas diretrizes gerais do Plano de Ação Econômica.

No Documento de Trabalho n.º 5, após analisar e rebater, uma a uma, as alegações do Professor Dias Leite, concluiu o CONSPLAN que o Conselho foi criado para debater críticas e sugestões ao Programa do Govêrno e não para aceitar *a priori* e incondicionalmente indicações genéricas ou inconsistentes. O fato de as metas quantitativas não terem sido atingidas completamente não invalidou o programa antiinflacionário, nem teórica nem pràticamente, pois todos os indicadores mostram uma sensível desaceleração no processo inflacionário. Os principais desvios devem-se a fatôres a longo prazo vantajosos, como a rápida recuperação da posição cambial e a sustentação de preços agrícolas. Os progressos realizados no campo fiscal são indiscutíveis e o País não estagnou. O retrocesso econômico de 1963 foi corrigido em 1964. Em 1965 o produto agrícola cresceu substancialmente, dentro do previsto no PAEG, enquanto o produto industrial revelou modesto aumento, que se espera seja ampliado em 1966.

Desenvolvimento econômico, no entanto, não é processo mensurável pelas taxas de crescimento a curto prazo. A taxa de crescimento depende não sòmente dos investimentos do ano, como também dos investimentos de anos anteriores e de fatôres aleatórios, que afetam sobretudo a produção agrícola.

O saneamento cambial foi decisivo: hoje o País tem uma situação financeira internacional tranqüila, fator importantíssimo na manutenção de um ritmo permanente de crescimento econômico. As baixas importações no biênio 64/65, principalmente no último, se devem aos baixos investimentos no período da crise (1962/1964). A política salarial tem sido cumprida satisfatòriamente. Não há evidência de perda de poder de compra real e a inflação de custos salariais está sob razoável contrôle. O Govêrno tem dado todo apoio à recuperação do setor privado, não sòmente pela ação fiscal, como pela criação de fontes de recursos para investimentos.

O Govêrno tem realizado tôdas as reformas de estrutura econômica a que se propôs no PAEG, e que eram alardeadas com demagogia no passado, e, com todos os desvios naturais e admissíveis em um programa de curto prazo, elaborado para uma ação quase de emergência, o PAEG tem-se demonstrado eficaz e aderente à realidade nacional.

Seus resultados positivos se farão sentir profundamente nos anos vindouros, quando a moeda do País estiver saneada e respeitada, e a Nação mobilizada em um processo de desenvolvimento firme e equilibrado, com instituições preparadas para uma ação pública eficiente e duradoura.

A análise serena ainda que perfunctória da realidade mostra que novamente o Sr. Dias Leite produziu um documento onde a emoção supera largamente a razão. "Na excitação de demonstrar que o PAEG estava errado, o ilustre professor usou as estatísticas disponíveis com certa licenciosidade, com evidente descortesia para a inteligência de seus leitores."

O aperfeiçoamento do instituto da estabilidade dos trabalhadores

Procedeu o CONSPLAN, dentro dos limites de atribuição que lhe confere o Decreto n.º 55 722, de 2 de fevereiro de 1965, aos estudos destinados ao aperfeiçoamento da legislação vigente sôbre indenização por tempo de serviço e estabilidade, cercando-os de amplos debates e discutindo, minuciosamente, em suas reuniões e nas de Grupo de Trabalho que instituiu, as sugestões concretas oferecidas por algumas categorias econômicas e sociais.

Dos estudos realizados resultou a elaboração de projeto de lei que cria o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, instrumento da mais alta significação do ponto-de-vista sócio-econômico, para que seja efetivamente alcançada a paz social, traduzida pelo maior estreitamento dos laços entre o capital e o trabalho.

Esse projeto foi encaminhado ao Congresso com Mensagem do Senhor Presidente da República para votação e foi sancionado pelo Poder Executivo.

Dada a profunda repercussão que teve o estudo do CONSPLAN referente ao Instituto da Estabilidade, elaborou a Secretaria Executiva um documento-síntese, contendo as peças sôbre a matéria, como sejam o relatório do Grupo de Trabalho incumbido dos estudos preliminares; a exposição de motivos dos Ministros do Planejamento e do Trabalho ao Senhor Presidente da República, encaminhando o anteprojeto de lei; as bases estatístico-atuariais que serviram de suporte técnico aos estudos; estudo do Professor João Lira Madeira, sôbre amostra para apuração dos questionários da Lei dos Dois Terços; texto do anteprojeto de lei elaborado pelo Grupo de Trabalho e aprovado pelo CONSPLAN; justificação global do substitutivo apresentado pelas Confederações Nacionais dos Trabalhadores, sua apreciação técnica e a tréplica apresentada por essas Confederações; e o comentário do Prof. Victor Russomano sôbre o anteprojeto.

As mais recentes atividades do conselho

A Secretaria Executiva, nos têrmos do Art. 6.º do Decreto n.º 55 722, de 2-2-1965, elaborou anteprojeto de Regulamento Interno do CONSPLAN, o qual foi discutido e votado em duas reuniões sucessivas do Conselho Pleno, tendo sido baixada a Resolução n.º 166, de 18 de julho de 1966. Compõe-se êsse Regulamento Interno de 49 artigos e fixa as finalidades e atribuições dos órgãos do Conselho, bem como seu funcionamento e competência de atribuições do pessoal; foi publicado no **Diário Oficial** do dia 5 de agôsto de 1966.

No decurso de 1966 promoveu a Secretaria Executiva a recomposição do Conselho, propondo ao Senhor Presidente da República as substituições necessárias. Assim é que por decretos de 28 de abril, 2 de maio e 4 de novembro, foram dispensados e nomeados conselheiros, de acôrdo com a legislação que rege a composição do Conselho.

Dentre os últimos assuntos trazidos a debate no CONSPLAN, cabe referência especial, pela sua importância, os referentes à Unificação da Previdência Social, o Orçamento da União para 1967 e os Orçamentos Consolidados de 1965 e 1966 e o Diagnóstico Preliminar sôbre Mercado de Capitais. Na mesma ordem de importância podemos referir o debate sôbre a política salarial do Govêrno, em que os Senhores Conselheiros tiveram oportunidade de analisar as recentes medidas tomadas no que respeita à regulamentação de dissídios coletivos e de reajustamentos salariais, assim como a discussão e aprovação do relatório final da Comissão Especial constituída para exame das reivindicações contidas no memorial apresentado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. A Comissão, presidida pelo Conselheiro Lindolfo Martins Ferreira e integrada por membros do CONSPLAN, pelos Presidentes do IBRA e do INDA e por representantes do Ministério do Trabalho e Previdência Social, estudou exaustivamente a matéria e concluiu pela proposição de dois anteprojetos, um de decreto e outro de lei, que consubstanciam as medidas julgadas acertadas e oportunas por parte da Comissão, medidas essas que foram, por seu turno, aprovadas pelo plenário do Conselho.

Numa de suas últimas reuniões, debateu o Conselho o anteprojeto de reforma do Sistema Estatístico Nacional, da mais alta importância para o aprimoramento do mecanismo estatístico brasileiro, do qual dependem os estudos técnicos de planejamento. Também outros assuntos relevantes, como diferentes aspectos da política habitacional, da reforma tributária, da elaboração dos diagnósticos preliminares setoriais do Plano Decenal, da reformulação da legislação alfandegária, da elaboração de planos diretores para os Municípios, da revisão do Código Comercial Brasileiro, mereceram, por seu turno, especial atenção por parte dos membros do Conselho, os quais trouxeram sua contribuição para melhor equacionamento dos problemas apresentados.

Em sua última reunião do ano, realizada a 29 de dezembro de 1966, examinou o CONSPLAN as bases para a formulação de uma política nacional de desenvolvimento urbano e para o Planejamento do Desenvolvimento Local Integrado, assunto que teve a participação decisiva de técnicos do Banco Nacional da Habitação, do Escritório de Pesquisa Econômica Aplicada, do Ministério Extraordinário de Organismos Regionais, do Conselho Nacional de Geografia, do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, do Instituto de Arquitetos do Brasil. Essa política tem como fundamento a urbanização e desenvolvimento econômico, com a análise da situação atual do planejamento urbano no Brasil. Debateram-se, inclusive, as bases para a montagem e operação do Sistema Nacional de Planejamento Local Integrado, seu financiamento, sua estrutura e funcionamento.

Em outro item do temário, apreciou o CONSPLAN o reflexo na Economia Nacional da implantação da nova lei de Tarifas, tendo a êsse respeito feito concisa exposição o Senhor Villar de Queiroz, Chefe do Setor de Comércio Internacional do Ministério do Planejamento.

Ao encerrar a última sessão do ano, assinalou o Ministro Roberto Campos o alto espírito de cooperação das classes trabalhadoras também ali representadas, e a compreensão e decisivo apoio que têm elas trazido às medidas e decisões governamentais.

Assim, portanto, o CONSPLAN tem preenchido integralmente sua finalidade; criado numa fase de reconstrução da vida brasileira, onde a ingente tarefa de quebrar tabus pode constituir-se em ingrato mister, sobretudo porque não contabiliza prestígio popular imediato, mas representa, sem sombra de dúvida, os fundamentos seguros de uma sociedade sem vícios econômicos e sociais, o Conselho Consultivo do Planejamento deverá ter, no estágio que ora se inicia de retomada do desenvolvimento econômico, uma função das mais relevantes.

Nestes dois anos de Govêrno Revolucionário, em que o País foi encontrado à beira do caos econômico e social, as soluções se convergiam para a alternativa de parar a máquina para consêrto ou consertá-la em funcionamento. A opção foi imediata e situou-se na segunda alternativa, isto é, na tese do Ministro Roberto de Oliveira Campos, de que não haveria um tratamento de choque, mas a adoção de um critério gradualista, capaz de corrigir distorções e eliminar imperfeições, através de procedimentos escalonados, de modo que não houvesse, com a contenção do ritmo inflacionário, estagnação do desenvolvimento econômico. O CONSPLAN, nas tarefas que lhe foram cometidas, não se afastou dessa diretriz, deu prioridade aos estudos que tinham por objetivo a obtenção do declínio da taxa inflacionária, sem descurar-se de outros, inclusive, de natureza social, como a unificação da Previdência Social e a Regulamentação Social Rural.

CUSTO DE VIDA E ÍNDICES DE PREÇOS

JOÃO MUNIZ DE SOUZA

Apesar das esperanças governamentais, baseadas em algumas medidas que poderiam reduzir a pressão inflacionista sôbre os preços, o certo é que o índice do custo de vida em 1966 calculado pela Fundação Getúlio Vargas em 41,1% não foi evidentemente animador, se bem que inferior ainda ao de 1965 que chegou a 45,4%.

Na prática, o que se verificou foi uma equivalência entre as taxas de 1965 e 1966. Não houve, assim, nenhum progresso na luta contra a inflação em 1966.

Entre 1964 e 1965 houve resultados satisfatórios, pois a taxa declinou de 86,6% para 45,4%, mas entre 1965 e 1966 ainda que o índice fôsse diferente do calculado por outras entidades, o resultado é de escassa significação. A diferença de 4,3% representa menos de 10% enquanto entre 1964 e 1965 a diferença foi de cêrca de 48% menos.

Quando se considera, porém, que no ano passado o Govêrno aplicou uma política monetária muito mais austera do que em 1965, conseguindo melhor controlar as emissões monetárias e especialmente o crescimento dos meios de pagamentos, podemos considerar o resultado pouco auspicioso. Entretanto, analisando os dados da tabela abaixo que elaboramos com base nos números ou FGV, verifica-se que o aumento do custo de vida foi em grande parte decorrência de uma elevação das despesas com alimentação.

Isso mostra a fragilidade da nossa estrututra agrária e especialmente comercial: uma redução da produção agrícola traduz-se imediatamente em altos preços que nem sempre beneficiam os lavradores. Outros países são, como o Brasil, sujeitos às conseqüências das variações das condições climáticas e a altas dos preços dos produtos alimentícios. Isso, no entanto, não se traduz por uma alta tão violenta do custo de vida. Trata-se, evidentemente, de uma fragilidade que temos de vencer, atualizando nosso sistema de distribuição e armazenagem dos produtos agrícolas e constituindo estoques para evitar flutuações anormais de preços.

ÍNDICE DO CUSTO DE VIDA NA GUANABARA

VARIAÇÃO EM PERCENTAGEM

AGREGADOS	1965								1966							
	1.º Sem.	Julho	Agôsto	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Até Dez.	1.º Sem.	Julho	Agôsto	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Até Dez.
Alimentação	20,5	1,6	0,6	3,6	1,4	0,7	1,0	31,7	27,1	1,9	1,9	1,2	1,6	2,2	1,2	40,2
Vestuário	16,4	2,0	0,7	1,1	2,0	1,4	2,8	28,6	16,5	4,1	3,5	1,4	2,0	1,6	1,3	33,6
Habitação	76,6	3,8	3,8	4,3	4,0	2,2	2,5	116,2	32,4	13,8	1,8	7,8	1,6	1,6	1,5	73,0
Artigos de Residência	23,0	1,2	0,8	0,4	0,8	0,4	0,8	28,5	15,2	1,9	2,0	1,5	2,5	0,7	0,7	26,3
Artigos de Farmácia e Higiene	39,7	5,2	1,9	2,4	1,7	4,0	2,0	65,5	8,8	1,4	2,4	2,3	2,0	0,8	0,4	19,3
Serviços Pessoais	27,1	8,8	0,7	0,8	1,4	1,7	0,8	46,0	23,9	3,4	1,1	1,4	1,8	1,5	2,2	38,4
Serviços Públicos	46,9	2,9	0,6	8,9	0,3	0,0	3,1	71,1	24,6	3,7	10,3	3,0	0,0	0,0	0,0	46,8
TOTAL	29,3	2,8	1,1	3,6	1,6	1,1	1,7	45,4	24,2	3,7	2,7	2,3	1,6	1,5	1,2	41,1

COMPORTAMENTO DOS ÍNDICES

A Fundação Getúlio Vargas em maio do ano passado reformulou o seu índice de custo de vida, alterando os pesos atribuídos aos seus diversos itens:

ITENS	ANTERIOR	ATUAL
Alimentação	43,0	45,15
Habitação	20,0	10,57
Vestuário	11,0	8,48
Artigos de residência	5,7	11,49
Farmácia e higiene	4,0	5,52
Serviços pessoais	5,8	11,12
Serviços públicos	10,5	7,67
TOTAL	100,0	100,00

Não é difícil perceber-se que a modificação introduzida influiu no resultado do cálculo do custo de vida. Um item apenas — Habitação —, tendo reduzido à metade o seu pêso na composição do índice, impediu que os sucessivos aumentos dos aluguéis residenciais, da ordem de 73,0%, de janeiro a dezembro, tivessem maiores conseqüências, deixando assim de gerar uma elevação que seria justo esperar.

Pode-se afirmar, da mesma forma, em relação ao item *Serviços Públicos*, cujas tarifas são fixadas pelo Govêrno. Dessarte, a diminuição do pêso com que participa no índice geral do custo de vida compensou expressivamente as modificações das tarifas que foram introduzidas pelo Govêrno dentro do seu programa chamado *realista*, para os preços e taxas dos serviços públicos.

Outro agregado que se tem constituído em preocupação constante de todos é o custo de alimentação. Com a liberação da carne bovina de 1.ª qualidade em janeiro do ano passado, além do reflexo da reforma cambial no preço do trigo e alguns outros gêneros, importados, começamos em 1966 com um incremento no custo de alimentação da ordem de 8,9%. Seguiram-se a liberação dos preços do leite e derivados, a reformulação do salário mínimo e a fixação de novos níveis de preços mínimos para os produtos agrícolas.

Nos primeiros meses do ano, os preços agrícolas foram agravados pelas quebras ocorridas nas safras de cereais na região Centro-Sul do País, além dos fatos já apontados de liberação nos preços do leite e da carne, alteração na taxa cambial e reajuste nos preços mínimos para os produtos agrícolas.

Se não houve maior progresso em 1966 com relação a 1965 na área do custo de vida, com índices que se equivalem, é justo também que consideremos o problema ao longo de um período maior para melhor julgar os resultados. Examinando os dados relativos ao custo de vida de 1960, vamos verificar que, efetivamente, conseguimos inverter uma tendência que parecia irreversível:

1960	+	23,7%
1961	+	43,1%
1962	+	55,2%
1963	+	80,7%
1964	+	86,6%
1965	+	45,4%
1966	+	41,1%

Enquanto de 1960 a 1964 registramos um aceleramento do processo inflacionista e com isto uma expansão exagerada dos preços, a partir da instalação do Govêrno atual conseguimos pela segunda vez reduzir a taxa.

Vale, todavia, destacar aqui as seguintes características no comportamento do índice do custo de vida:

1) o aumento dos preços dos artigos de alimentação e vestuário em 1966 é superior ao de 1965 e

2) nos demais itens, destacando-se sobremaneira Habitação e Farmácia e Higiene, a elevação é sensivelvelmente inferior à do ano anterior.

Daí verificamos que o índice inflacionário só não foi mais forte em 1966 pelos seguintes motivos:

a) o item Aluguéis que em 1965 influenciou decididamente no acréscimo do índice geral em face das modificações na Lei do Inquilinato, em 1966 teve a sua importância diminuída (73,% contra 116,2%);

b) a majoração das tarifas do Serviço Público (inflação corretiva) em 1965 teve reduzida sua intensidade em 1966 (46,8% contra 71,1%);

c) em face da renovação de compromissos da Portaria 71 do ano de 1966, o item Farmácia e Higiene, que em 1965 apresentara um forte incremento (65,5%) refletiu uma menor taxa em 1966 (19,3%).

Os itens Alimentação e Vestuário, menos suscetíveis a contrôles apresentaram em 1966 maiores variações nos seus índices de preços aos consumidores quando comparados com os do ano anterior, o que demonstra, de uma certa maneira, que a política de estabilização de preços não atingiu ainda a sua plena eficácia.

CTB EXPANDE SERVIÇOS EM 5 ESTADOS: GUANABARA GANHA 300 MIL TELEFONES

A Companhia Telefônica Brasileira, agora uma emprêsa de capital nacional, participando das iniciativas pela retomada do desenvolvimento, iniciou em 1966, em conjunto com a EMBRATEL, a execução de planos de expansão dos serviços telefônicos nos cinco Estados em que opera, para proporcionar 300 450 novos terminais telefônicos à Guanabara, 340 700 a São Paulo (Capital e interior), 57 100 ao Estado do Rio e, através de associadas, 30 mil a Minas Gerais e 4 800 ao Espírito Santo.

A expansão atenderá às necessidades atuais de telefones nas regiões e permitirá a melhoria efetiva dos serviços, hoje deficientes devido ao congestionamento dos equipamentos automáticos das estações e dos cabos de transmissão e recepção nas rêdes. Possibilitará também a discagem direta para ligação interurbanas com São Paulo, Belo Horizonte e as principais cidades fluminenses, já no ano de 1969.

NOVO RITMO

A aquisição da Companhia Telefônica Brasileira pelo Govêrno federal, em 1966, e sua passagem ao âmbito da Emprêsa Brasileira de Telecomunicações, ativaram de modo decisivo a execução dos projetos de modernização e ampliação dos serviços telefônicos nas áreas servidas pela CTB e suas subsidiárias CTMG e CTES, com recursos provenientes da participação financeira do público diretamente beneficiado.

O Plano de Expansão, imediatamente elaborado pela nova Diretoria, programou a recuperação do tempo perdido, a ser alcançada mediante a instalação, em apenas quatro anos, de 732 600 terminais telefônicos em cinco Estados.

NA GUANABARA

A expansão dos serviços telefônicos na Guanabara começou no segundo semestre de 1966, com a instalação de três mil terminais, e prosseguirá êste ano com a entrada em funcionamento de mais 8 200 terminais. A primeira etapa do Plano de Expansão compreende ainda a instalação de 76 100 terminais em 1968 e de 63 150 em 1969, num total de 150 450 terminais, distribuídos por 18 novas estações. A segunda etapa, de mais 150 mil terminais, será planejada e desenvolvida durante a execução da primeira, levando em conta as necessidades de cada uma das áreas.

Os bairros da Tijuca, São Cristóvão, Aldeia Campista, Rio Comprido, Vila Isabel, Mangueira e Caju serão servidos por uma nova estação, com 10 300 terminais. Penha, Bonsucesso, Ramos, Olaria e Irajá, através de duas outras novas estações, ganharão 15 300 terminais. Duas novas estações no Grajaú colocarão 12 100 terminais à disposição dos moradores do Andaraí, Muda, Alto da Boa Vista e parte de Vila Isabel e da Tijuca.

Copacabana e Leme, servidos por uma nova unidade, terão até outubro de 1968 mais 8 200 terminais. A criação de duas novas estações no Flamengo permitirá a instalação de 15 mil terminais no Flamengo, Laranjeiras, Cosme Velho, Catete e parte da Glória. Botafogo, Urca, Jardim Botânico e parte da Lagoa, com uma nova estação, terão oito mil telefones novos.

No Centro, Lapa, Santa Teresa e Catumbi, a CTB montará três novas estações, para a instalação de 28 200 terminais. Quinze mil novos telefones começarão a funcionar em Ipanema, Leblon e parte de Copacabana e da Lagoa a partir de dezembro de 1968, com duas novas estações. Finalmente, a criação de mais três novas estações possibilitará a instalação de 27 350 terminais no Méier e Engenho Nôvo.

Com a realização posterior da segunda etapa, que atenderá às necessidades de todos os outros bairros do Estado, espera-se a completa e definitiva normalização de todo o serviço telefônico na Guanabara, na área servida pela CTB.

O MATERIAL

Caberá à Standard Electric no maior contrato de fornecimento já assinado no País, fabricar e montar, no Rio, os equipamentos automáticos Crossbar-Pentaconta necessários à instalação de 139 250 terminais e à construção de três estações-trânsito e oito centros de exame, projetos compreendidos na primeira fase do Plano de Expansão.

A encomenda dos equipamentos foi precedida de tomada de preços e o seu custo se eleva a cêrca de Cr$ 110 bilhões, apenas a metade do investimento necessário na etapa inicial, já que a ampliação dos serviços exige a construção de edifícios e de dutos e a instalação de cabos nas rêdes subterrâneas e aéreas, no Estado.

Juntamente com a ampliação do serviço serão introduzidas várias modificações, inclusive a discagem direta pelo assinante em ligações interurbanas para S. Paulo, Belo Horizonte e as cidades fluminenses de Niterói, São Gonçalo, Petrópolis, São João de Meriti, Duque de Caxias e Nova Iguaçu.

SÃO PAULO

O Plano de Expansão prevê, para São Paulo, a instalação de 300 mil terminais na Capital e de outros 40 700 nas principais cidades do interior, duas das quais — Bauru e Campinas — terão seus novos serviços inaugurados ainda êste ano.

Na Capital, a CTB montará 37 novas estações e ainda promoverá a adição de novos terminais em seis estações já existentes.

ESTADO DO RIO

A programação para instalação de 57 100 terminais compreende as seguintes cidades: Niterói (24 480), Petrópolis ... (4 080), Campos (3 mil), Volta Redonda (5 100), Barra do Piraí (1 800), Nilópolis (1 650), Resende (2 040), Vassouras ... (300) e mais 25 cidades. O projeto de expansão dos serviços na Capital inclui o Município de São Gonçalo.

A CTB já tomou as providências para a aquisição dos terrenos necessários à expansão do serviço telefônico em Niterói e concluiu os anteprojetos para a ampliação dos prédios de Central em Niterói, Petrópolis, Campos, Barra do Piraí e Volta Redonda.

MINAS GERAIS

Belo Horizonte será beneficiada pelo Plano de Expansão com 50 mil terminais, que substituirão as 20 mil linhas já existentes. Dez mil dos novos aparelhos estão instalados e já em fase de teste. Com a entrada em funcionamento dos 50 mil terminais, a Companhia Telefônica de Minas Gerais estará oferecendo ao público mais 30 mil aparelhos.

ESPÍRITO SANTO

O serviço telefônico em Vitória (4 mil) e Colatina (800) será ampliado em 4 800 terminais automáticos, com equipamento de barras cruzadas, que já está sendo instalado na Capital. A rêde externa de troncos de Vitória está parcialmente instalada e a CTES tem prontos todos os projetos relativos à modernização dos serviços no Espírito Santo.

INTERURBANO

O plano de expansão da rêde interurbana consta do estabelecimento de uma rêde primária, ligando os centros interurbanos de primeira e segunda classes, constituída por sistemas de microondas e cabos coaxiais, e de uma rêde secundária, utilizando linhas de fio nu, sistemas de ondas portadoras, cabos coaxiais, de freqüência de voz etc.

O Plano de Expansão, além de dar mais terminais, melhorará os serviços telefônicos na Guanabara

As rotas principais da rêde primária em microondas são as seguintes:

1. Rota Rio—São Paulo—Campinas—Araraquara—Ribeirão Prêto—Uberlândia, com uma ramificação para São José do Rio Prêto e Barretos e outra para São João da Boa Vista;

2. Rota São Paulo—Botucatu—Bauru—Presidente Prudente—Campo Grande, com uma ramificação para Ourinhos e Londrina;

3. Rota Vitória—Cachoeiro do Itapemirim—Campos—Guanabara.

O Plano de Expansão compreende ainda a construção, pela EMBRATEL, de duas rotas em microondas partindo do Rio, uma para São Paulo e outra para Belo Horizonte.

INÍCIO E TÉRMINO DAS ENTREGAS DOS EQUIPAMENTOS

CENTRO	TERMINAIS	ENTREGA INÍCIO	ENTREGA FIM
Engenho Nôvo	10.200	15/11/67	15/ 6/68
Maracanã	10.300	15/ 1/68	15/11/68
Copacabana	8.000	15/ 1/68	15/11/68
Ramos	10.300	15/ 1/68	15/ 1/69
Flamengo	10.000	15/ 1/68	15/ 1/69
Tiradentes	10.200	15/ 1/68	15/ 1/69
Ipanema	10.000	15/ 2/68	15/ 2/69
Grajaú	7.100	15/ 6/68	15/ 4/69
Grajaú	5.000	15/ 2/69	15/10/69
Botafogo	8.000	15/ 2/69	15/12/69
Engenho Nôvo	10.150	15/ 2/69	15/ 2/70
Tiradentes	10.000	15/ 3/69	15/ 2/70
Ramos	5.000	15/ 3/69	15/ 2/70
Ipanema	5.000	15/ 4/69	15/12/69
Flamengo	5.000	15/ 6/69	15/ 2/70
Tiradentes	8.000	15/ 7/69	15/ 5/70
Engenho Nôvo	7.000	15/ 9/69	15/ 5/70

EMPRESARIADO PERNAMBUCANO DEFENDE DIRETRIZES BÁSICAS PARA UMA POLÍTICA AÇUCAREIRA NACIONAL

FATÔRES CONJUNTURAIS PODEM COMPROMETER TODO O PROGRAMA DE REFORMA ESTRUTURAL

Recife (Sucursal) — O jovem empresariado açucareiro passou a deter a liderança da classe, em Pernambuco, com a eleição do Sr. Ricardo Pessoa de Queirós para a Presidência da Cooperativa dos Usineiros e do Sr. Gustavo Colaço Dias para a Presidência do Sindicato da Indústria do Açúcar, e a permanência do Sr. Renato Brito Bezerra de Melo na presidência da Fundação Açucareira do Nordeste. Essa liderança, essencialmente renovadora e progressista, está empenhada na reformulação da agroindústria, tomando por elemento básico o aumento da produtividade e a formação de uma indústria forte e competitiva, e com isso assegura continuidade ao movimento que ganhou corpo em 1963, quando se instalou, sob o respaldo dêsses jovens industriais, o Grupo de Estudos do Açúcar. Éste, mais tarde, envolveria para Fundação Açucareira do Nordeste, órgão técnico por excelência, na posição de inspirador e planejador do programa de reformas que o empresariado se propôs.

ESTRUTURA E CONJUNTURA

O programa de reformulação, a longo prazo, objetiva uma mudança estrutural, para que o GERAN — Grupo Especial de Reformulação da Agro-Indústria Açucareira do Nordeste — é o instrumento que se afigura, no momento, como contrapartida do anseio do próprio empresariado, para realização dessa reforma. De resto, o GERAN é, de certo modo, uma resultante da ação dêsse mesmo empresariado que, enquanto em reuniões de alto nível, carta de intenções ao Presidente da República e um trabalho técnico por muitos considerado revolucionário, através da Fundação, se antecipava, em alguns casos, a êsse órgão nôvo e promissor criado pelo Govêrno federal.

O desejo latente de mudar para melhor fêz com que, antes do GERAN, algumas usinas partissem, de sua própria iniciativa, para modificações entendidas como indispensáveis e inadiáveis. Houve as que se encaminharam para uma experiência em moldes cooperativistas, distribuindo terras e financiando a produção canavieira e a diversificação de cultura. Houve as que foram ao encontro da SUDENE com um projeto mais amplo, rigorosamente enquadrado na filosofia do órgão de desenvolvimento, tão logo se ofereceram ao açúcar as mesmas vantagens do 34/18, que se propiciavam a outras economias setoriais.

Os industriais açucareiros, todavia, deixam bem entendido que, entusiastas dessa reformulação estrutural nas suas emprêsas, êsse esfôrço comum de produtores e Govêrno, através do GERAN, poderá comprometer-se se, ao lado dessas medidas de longo alcance, não fôr adotada pela União uma política realista e saneadora, de âmbito nacional, para o açúcar, e não forem vencidos problemas conjunturais cuja solução se impõe de imediato, por um imperativo mesmo de sobrevivência. A conjuntura atual dá como o remédio mais urgente, para os males do açúcar, a atualização do valor do produto.

ATIVIDADE IMPRESCINDÍVEL AO NORDESTE

Os que comandam o açúcar em Pernambuco, emprestando um sentido rigidamente técnico à sua argumentação e escoimando-a de injunções emocionais, comprovam ser imprescindível a agroindústria açucareira no Nordeste. Ela não poderá ser substituída, vantajosamente, nem a longo prazo. Daí o caminho racional a seguir é aperfeiçoá-la.

Em arrimo dessa afirmativa, apontam a atividade açucareira como grande engajadora de mão-de-obra — a maior de tôdas, na região —, num quadro econômico que se caracteriza pelo grande crescimento anual da fôrça de trabalho (em tôrno de 4%) e por uma industrialização altamente competitiva, com elevada tecnologia, criando quantidades insignificantes de empregos. Como ilustração, citam o fato de que todos os incentivos canalizados para esta região, através do III Plano Diretor da SUDENE, visando à industrialização, se aplicados adequadamente, criarão apenas 300 mil empregos diretos, quantidade realmente inexpressiva quando se constata, no momento, à base de dados oficiais, a existência, no Nordeste, de uma mão-de-obra ociosa de um milhão de pessoas.

Outro fator de importância, a reforçar a teoria da imprescindibilidade, são os problemas de ordem social decorrentes do colapso ou da substituição da economia açucareira. Esta, vale lembrar, sòmente em Pernambuco propicia 170 mil empregos diretos, superando um milhão o número de pessoas dela dependente; a considerar, ainda, a sua contribuição, em tôrno de 50%, para a formação da renda bruta em Pernambuco e nas Alagoas. Mesmo atingido o alto índice de tecnologia, ainda será a maior engajadora de mão-de-obra da região.

INFLUENCIA NA INFRA-ESTRUTURA REGIONAL

Também se destaca a contribuição da agroindústria, suprindo a infra-estrutura regional com trabalhos de pura competência do Govêrno: estradas, escolas, ambulatórios, hospital, energia elétrica, abastecimento de água. A nova mentalidade empresarial defende a transferência dêsses ônus para o Govêrno, que tem o dever de encampá-los, e aponta êsses encargos como um dos fatôres de descapitalização das emprêsas nordestinas.

Em São Paulo, quando o açúcar começou a expandir-se, há dois decênios, já existia essa infra-estrutura. Lá, há quatro vêzes mais estradas por quilômetro quadrado, feitas e conservadas pelo Poder Público, do que no Nordeste.

TECNOLOGIA E POTENCIALIDADES

O empresariado sustenta, ainda, que a agroindústria açucareira não é uma atividade marginal e repele, com uma exposição muito clara, afirmações feita nesse sentido, por certas áreas da própria produção nacional e até por determinados setores governamentais.

O que ela reivindica — informam os industriais — é o mesmo tratamento dispensado às demais atividades econômicas da região. Não quer nenhum privilégio. O tratamento específico que exige — específico, repetem, não para ela, mas para tôda a sorte de emprêsas industriais e agrícolas no Nordeste — é resultante das condições gerais do estágio de desenvolvimento econômico do Nordeste em relação a outras regiões E êle se justifica não só para a economia açucareira, mas, também, para o desenvolvimento das demais atividades econômicas nordestinas, como forma de atenuar os desníveis regionais.

Acrescentam que os custos atuais da economia açucareira nordestina são uma conseqüência natural do estágio inicial de desenvolvimento desta área, em comparação com o Centro-Sul. O Nordeste, com disponibilidade de uso da tecnologia existente, tem condições de obter maior produtividade por fator de produção, eliminando, dessa forma, certos aspectos naturais considerados, até agora, limitantes. Exemplo em favor dessa alegação é o caso recente da Usina São José, em Pernambuco, a qual, com o uso dessa tecnologia, elevou em 3 por cento a produtividade de sua fôrça de trabalho, alcançando, assim, o aumento capaz de torná-la competitiva com as empresas de outras áreas produtoras.

Tem, o açúcar, acesso à implantação dessa tecnologia: aqui estão a SUDENE, com os recursos do 34/18, e o GERAN, com o seu programa de reforma. SUDENE e GERAN se vinculam e os incentivos da primeira se estenderam à agroindústria açucareira. Além disso, é uma das faculdades do GERAN a aplicação de recursos estrangeiros.

Para os industriais do açúcar, o Govêrno, nesse aspecto, está adotando a política certa.

Já existe, por outro lado, evidente demonstração de interêsse de organismos internacionais de cooperação técnica e financeira, aptos a colaborar na reforma, através de convênios para financiamento a longo prazo, tecnologia, know-how etc. Saliente-se, inclusive, que os executores do programa da Aliança para o Progresso põem em prioridade colaboração técnica para estações experimentais, abrangendo principalmente genética e fitossanitarismo. Há pouco mais de um ano, a USAID, pelas mercês de um convênio celebrado com a SUDENE e a Fundação Açucareira, efetuou um desembôlso de 240 mil dólares, que tornou possível a vinda, ao Nordeste, de uma missão técnica da Hawaiian Agronomics International, para um estudo e diagnóstico da problemática do açúcar nesta Região e sua viabilidade econômica.

DIRETRIZES BASICAS PARA UMA POLÍTICA NACIONAL

Outra linha de pensamento firmada pelo empresariado enfoca a fixação de diretrizes básicas para uma política nacional açucareira. A modernização do parque agroindustrial nordestino só tem sentido na medida em que o Govêrno defina uma política objetiva e clara para a economia açucareira do País, a qual é tão imprescindível ao Nordeste quanto a qualquer outra região produtora.

Para isso, alinham-se, entre as medidas reclamadas, a manutenção do contingentamento da produção e do zoneamento da comercialização e a atualização dos custos.

EQUILÍBRIO ENTRE PRODUÇAO E MERCADO

O contingentamento da produção — enfatizado na safra 66/67 pelo Govêrno Castelo Branco, adotando o que fôra inobservado em administrações anteriores — é medida disciplinadora válida para qualquer atividade econômica. Com êle, obter-se-á o equilíbrio entre produção e mercado, retirando, assim, de fatôres incontrolados, a fôrça dinâmica dessa economia.

Essa orientação, aliás, está sendo pacificamente adotada pelo Govêrno.

A SUDENE, ainda há pouco, considerou prejudicado um projeto da General Eletric para montagem de uma fábrica de refrigeradores no Nordeste, em face da existência, no Recife, de uma similar pioneira — a Norlar, produtora dos refrigeradores Kelvinator —, com oferta para atender à procura.

É também recente a decisão governamental impedindo a instalação de uma indústria siderúrgica por entender que já existe produção bastante para satisfazer à demanda nacional. O investimento válido, segundo o Govêrno, é para diminuir os custos de produção das siderúrgicas existentes, não para a ampliação da capacidade já instalada.

Aí configura-se a posição do Poder Central quando êle é o propiciador do desenvolvimento, através de incentivos à industrialização e à tecnologia. Esse desenvolvimento é sempre feito tendo em vista a potencialidade do mercado. Com isso, o Govêrno quer evitar a desordem econômica, que seria um fator conflitante com o próprio desenvolvimento.

ZONEAMENTO DA COMERCIALIZAÇÃO

Considerando a necessidade de eliminar os desníveis entre as diversas regiões do País, os industriais açucareiros pernambucanos defendem a adoção de uma política que assegure, principalmente às áreas em estágio incipiente de desenvolvimento, os seus mercados atuais e potenciais. Salientam a importância, mesmo numa economia de livre concorrência, atribuída ao fator mercado.

Tal comportamento não é uma exceção para o açúcar, uma vez que a própria industrialização do Sul se fêz e ainda se faz graças a uma série de medidas de proteção de mercado, especialmente através de tarifas alfandegárias tão elevadas que, pràticamente, tornam impossível a importação. A indústria de automóveis, de maquinaria, a indústria pesada em geral são exemplos válidos e recentes.

CUSTOS E PREÇOS

A terceira medida básica para a fixação de diretrizes nacionais para a política açucareira, defendida pela agroindústria pernambucana, é a obediência à legislação do açúcar (Lei 4 870) no que tange à atualização dos custos para efeito de fixação dos preços.

Sendo a economia açucareira uma atividade não exercida pela livre fôrça do mercado — o que, aliás, nesse tipo de economia, em conseqüência das suas peculiaridades, ocorre em todo o mundo —, mas disciplinada pela ação do Govêrno, inclusive no que respeita à fixação de preços para comercialização, é imperioso que se faça a permanente atualização dos insumos de produção, para que se não verifique flagrante desequilíbrio entre custo de produção e preço de venda.

Esse desequilíbrio, de um lado, dá origem à desordem econômica; de outro, impossibilita, pela inadequada provisão de recursos para remuneração dos fatôres de produção, os investimentos indispensáveis para que se efetive a melhoria tecnológica das emprêsas. Descobre-se, a êsse propósito, que o Govêrno assume uma posição contraditória quando, ao mesmo tempo em que estimula a modernização das emprêsas, torna impossível, pela retirada do lucro — fator fundamental para a modernização —, que se processem os investimentos capazes de conduzir as emprêsas açucareiras ao nível desejado dessa mesma reformulação.

O próprio Govêrno, através dos Ministros Paulo Egídio e João Gonçalves de Sousa, em entrevista à televisão, no Recife, a 5 de outubro, reconheceu superadas as provisões de custos, e não promovia o imediato reajuste no valor do açúcar, porque não dispunha de dados atuais.

Eis por que o empresariado nacional defende, com tôda procedência, agora como um imperativo de sobrevivência, essa atualização, tendo em vista que os valôres vigentes para o açúcar são os mesmos fixados em março de 1965, há 23 meses, portanto. Tal fato causa espécie quando se sabe que, no mesmo período, mão-de-obra, maquinaria, combustível, implementos diversos e outros meios necessários à fabricação do açúcar tiveram seus preços muitas vêzes multiplicados. Isto se pode aferir no quadro abaixo, no qual entra a comparação de preços cotados no fim do ano de 1964 e em janeiro de 1967:

PRODUTO	1964	1967
	Cr$	Cr$
Óleo de mamona	710	1 200
Óleo de côco	900	1 200
Conjunto coroa-pinhão de caminhão "Ford"	400 000	405 000
Carboreto 7/15	515	730
Tudo de oxigênio	5 212	9 438
Saco vazio para açúcar	430	720
Chapas de ferro de 1/3	294	430
Grampos para cêrca	400	800
Arame farpado	11 000	14 000
Enxada "Tupi" de 3 libras	1 400	2 000
Aço VT50 21/2	820	1 400
Aço VT60 3/4	940	1 400
Pneu trator 650 x 20-8 horas	65 000	84 221
Lâmpadas de 40-60w	348	625
Lâmpadas de 100w	428	780
Óleo diesel	94,23	150,72
Óleos lubrificantes Roxtone 120	618	755
Diol 80	628	756
Teress	704	820
Gasolina (1965)	130	199

É de salientar que êstes são apenas alguns das dezenas de insumos que entram na composição do custo do açúcar.

O quadro que se segue (relação salário/dia, preço do açúcar e índice de preços por atacado) é outro elemento ilustrativo válido:

RELAÇAO SALÁRIO/DIA, PREÇO DO AÇÚCAR E INDICE DE PREÇOS POR ATACADO

Ano	Preço nacional	Preço Nordeste	Salário/dia	Indice p/atacado
	Cr$	Cr$	Cr$	Cr$
1963 (Junho)	4.400	4.900	503	—
1963 (novembro)	6.478	6.978	906	1.660
1964	8.200	9.258	1.100	3.010
1965	10.456	12.180	1.320	4.622
1966	10.456	12.064	1.800	7.138 (outubro)

OBS. — Os índices de preços por atacado excluem o café e estão publicados na **Conjuntura Econômica**, edição de novembro de 1966

Os produtores reputam inconsistente a alegação segundo a qual os preços não se devem reajustar, agora, em face da superabundância de açúcar no mercado, que se registra. Se o argumento prevalecesse, também seria lícito ao produtor arbitrar os preços — em cotação, evidentemente, mais alta — quando ocorresse carência do produto na praça. Tanto uma quanto outra fórmula seria a negação do dirigismo estatal que vige para o açúcar.

Não se pode, ademais, inculpar o produtor pela superabundância do açúcar, uma vez que sucessivos governos consentiram no crescimento desordenado da produção, estimulando, dêsse modo, a sobra do produto e deixando de cumprir o que lhe competia como executor de uma política de equilíbrio entre a produção e a demanda, para êsse tipo de atividade.

Finalmente, ainda no capítulo preço, a agro-indústria chama a atenção para o Decreto n.º 15, de 2 de agôsto de 1966, Artigo 3.º, que diz:

"Não será admitida a concessão de aumento ou reajustamento salarial que implique na elevação de tarifas ou de preços sujeitos a fixação por autoridade pública ou repartição governamental, sem a prévia audiência dessa autoridade ou repartição e sua expressa declaração no tocante à possibilidade de elevação do preço ou tarifa e o valor dessa elevação".

PREOCUPAÇÕES DO GOVÊRNO DO ESTADO

Os problemas do açúcar e do desemprêgo são preocupações permanentes do Govêrno de Pernambuoc. Têm merecido, das últimas administrações, o devido enfoque, e agora mesmo, no discurso de posse, a 31 de janeiro, o Governador Nilo Coelho se ocupou do assunto, em dois capítulos que abaixo transcrevemos:

"O DESEMPRÊGO OSTENSIVO — A noção da realidade, o conhecimento do nosso meio e do nosso homem, a capacidade de descobrir e interpretar a verdade social, política e econômica, são condições indispensáveis para medir e avaliar a dimensão dos problemas que se colocam ao meu Govêrno.

O desemprêgo ostensivo e as formas camufladas como êle se manifesta são, sem dúvida, o primeiro dos desafios à capacidade dos governos nas áreas em processo de desenvolvimento, como a nossa. É êste o mais grave problema de Pernambuco nos dias de hoje. A linguagem que se fala é a do desenvolvimento, a da euforia das grandes obras públicas: As estatísticas confirmam que Pernambuco cresce econômicamente. Mas, na análise fria dos reflexos dêsse desenvolvimento, descobre-se uma verdade que deve angustiar os planejadores e os administradores: as fábricas multiplicam-se; as estradas avançam; as construções erguem-se cada vez em maior número e mais imponentes; a energia elétrica penetra, mais e mais, no interior do Estado — mas a maioria dos pernambucanos não está sendo incorporada à riqueza que se forma. O número dos marginalizados, em vez de diminuir, aumenta.

Sei que muitos já se preocupam com êsse problema, cuja difícil solução está na dependência direta da capacidade que tivermos de identificar as suas causas verdadeiras. E, para isso, torna-se necessário um entendimento claro da própria dinâmica do desenvolvimento, sem o que não saberemos, também, adaptar as técnicas de administração e os critérios de investimento às justas exigências da realidade.

Dois quadros antagônicos se apresentam, na identificação das causas do desemprêgo: de um lado, uma fôrça de trabalho que cresce na proporção anual de 4%; do outro, uma industrialização onde a participação do fator trabalho é insignificante. No caso específico de Pernambuco, outro fator gerador de desemprêgo é a modernização tecnológica dos parques açucareiro e têxtil — os mais importantes do Estado — onde a tendência é a de sacrificar o homem em favor da produtividade, como condição de sobrevivência econômica.

A necessidade de disputar os mercados consumidores impõe a adoção de tecnologias avançadas na política de industrialização regional, num processo que se caracteriza por uma elevada densidade de capital. As exigências da competição moderna tornam impossível, portanto, a adequação da tecnologia industrial que se implanta no Nordeste à disponibilidade da mão-de-obra existente. E esta situação adquire expressão de particular gravidade em Pernambuco, pólo de atração do fluxo migratório regional e onde os investimentos no setor industrial são mais elevados.

O que acontece é que a modernização da atividade industrial não está sendo seguida pela abertura de novas oportunidades de emprêgo no campo, porque as estruturas rurais permanecem com as mesmas características do século passado. E dêsse paradoxo resulta um desenvolvimento que, simultâneamente, aumenta as riquezas internas de Pernambuco e a miséria da grande maioria dos pernambucanos.

O DRAMA DO AÇUCAR — No quadro da economia pernambucana, avulta a agro-indústria do açúcar, representando cêrca de 50% da renda bruta do Estado e constituindo fonte de emprêgo de considerável parcela da nossa população rural.

A gravidade da crise estrutural e conjuntural de que sofre êste importante setor, impõe vigorosa política governamental de apoio à iniciativa privada, mas também exige desta uma atitude corajosa de modernização técnica e empresarial. Não podemos, no entanto, descuidar-nos das repercussões sociais e humanas da reforma que já se processa.

"Nesse sentido, nada mais justo do que manifestar a minha confiança no GERAN, não só por ser aquêle órgão uma tentativa válida de somar esforços, mas, principalmente, pela forma como êle se propõe equacionar o problema econômico-social do açúcar, dentro de uma perspectiva ampla, no sentido de que o apoio governamental à modernização das emprêsas açucareiras seja seguido, paralelamente, de uma política de diversificação da atividade econômica, capaz de absorver os grandes contingentes de mão-de-obra a ser liberada. Só assim será possível fazer com que ao esfôrço de modernização não corresponda um custo social de conseqüências irremediáveis.

O meu Govêrno se propõe a participar do processo, como fôrça mediadora, como ponto comum de diálogo, para que a integração de esforços que a reforma exige alcance o seu grau ideal de eficiência. Esta atitude corresponde à convicção de que o açúcar não é, apenas, problema do Estado ou dos empresários, mas de todos.

A imperiosa necessidade de interiorizar o desenvolvimento econômico, como forma de corrigir, a um só tempo, os desníveis setoriais e o desemprêgo estrutural, está intimamente relacionada à penetração das estradas nos diversos rincões de Pernambuco e ao aumento da oferta de energia, como forma de possibilitar a formação de economias externas, indispensáveis para que ocorram os investimentos privados e a integração entre a produção e o consumo.

Penso que o êxito de qualquer programa de desenvolvimento depende, fundamentalmente, da capacidade que tenha o Poder Público de realizar, no mais breve espaço de tempo possível, os investimentos destinados a formar uma infra-estrutura realmente sólida. No caso de Pernambuco, embora reconheça que, comparativamente com o resto do Nordeste, estejamos numa situação privilegiada, a verdade é que a nossa infra-estrutura corresponde, apenas, a uma pequena parcela das necessidades".

TRÊS TERMINAIS. QUATRO OBJETIVOS

Os dirigentes dos órgãos do açúcar em Pernambuco têm, entre outros, quatro grandes objetivos administrativos, que implicarão uma poupança muito acentuada para a agroindústria.

São êles:

1) — Efetivação, o mais breve possível, do terminal açucareiro;

2) — Construção de um terminal para exportação de melaço;

3) — Construção de um terminal para recepção de adubo a granel;

4) — Rêde adequada de armazéns.

Os terminais tornarão mais econômicos o transporte e a manipulação do açúcar, do melaço e do adubo, eliminando uma série de operações de carga e descarga, dispensando sacaria e vasilhames, ônus nada desprezível, e ainda utilizando muito menor mão-de-obra.

A rêde adequada de armazéns racionalizará a distribuição e a comercialização do açúcar, impedindo que haja sobra do produto em muitas localidades enquanto se verifica falta em outras.

CONFIANÇA NO IAA

A palavra final dêsses jovens empresários é de confiança no IAA, mantendo e ampliando, a autarquia, os ideais de Leonardo Truda, de equilíbrio e defesa da produção açucareira nacional, e criando condições, dentro de uma política adotada com segurança e cumprida com firmeza, que permitam a reformulação da agroindústria do açúcar. De tal modo que ela possa cumprir não sòmente a sua grande tarefa, como a de ser, no Nordeste, suporte de um processo de desenvolvimento que não pode e não deve ser detido.

Os empresários confiam no IAA e se dispõem, com a velha tenacidade nordestina, a lutar pela renovação de uma atividade que é básica para a economia da região.

COMÉRCIO EXTERIOR 1966

ERNANE GALVÊAS

Volume 2
revista econômica JB
66/67

Foram realmente espetaculares os resultados alcançados, em 1966, no campo do comércio exterior. As exportações atingiram cêrca de US$ 1 750 milhões e as importações provàvelmente se situarão em tôrno de US$ 1 470 milhões (CIF). Confirma-se, dessa forma, o acêrto da orientação que o atual Govêrno vem dando ao comércio exterior, do mesmo modo que ressalta a resposta que o empresário brasileiro foi capaz de dar a essa orientação governamental, aceitando o desafio "Exportar é a solução", para se lançar numa empreitada séria, de organização de sua produção e de seus métodos de trabalho, com vistas a ampliar o mercado para os seus produtos e lançar-se à concorrência internacional.

Ressalte-se, desde logo, que êste não é um resultado isolado, mas, sim, parte de uma seqüência de resultados auspiciosos auferidos desde 1964, quando, ao que tudo indica, invertemos a tendência deficitária da balança comercial, para ingressar numa fase bem definida de resultados positivos no comércio exterior. Ficou para trás uma época de desacertos e indefinições, em que a insuficiência das nossas exportações levavam, invariàvelmente, os nossos Ministros da Fazenda a mendigar a renegociação e o reescalonamento das nossas dívidas no exterior, por falta de capacidade de pagamento.

As exportações deverão apresentar, em 1966, a maior receita de divisas obtidas nestes últimos 15 anos, constituindo-se num dos resultados mais significativos do comércio exterior brasileiro, só superado pelas exportações do ano de 1951, quando, em conseqüência de fatôres extra-comerciais — como a iminência de conflito mundial (Coréia) — as nossas exportações alcançaram 1 769 milhões de dólares, dos quais 1 058 milhões se referiram a exportações de café em grão.

EXPORTAÇÕES

De acôrdo com as estatísticas preliminares, as exportações brasileiras em 1966 atingiram 1 746 milhões de dólares. O café em grão, cuja participação na nossa pauta chegou a representar, em 1953, 70,7 por cento do valor das nossas exportações, em 1966 contribuiu apenas com 44,5 por cento do total. Êsse fato, longe de representar um declínio na exportação do produto, indica, sim, uma substancial ampliação, e, sobretudo, diversificação das nossas exportações.

Os produtos mais destacados em 1966 foram:

	milhões de dólares
1 — Café em grão	777,3
2 — Algodão em rama	111,1
3 — Manufaturados	104,4
4 — Minério de ferro (Hematita)	97,9
5 — Açúcar	80,3
6 — Pinho	56,3
7 — Cacau em amêndoas	50,6
8 — Milho em grão	31,9
9 — Couros e peles	30,4
10 — Arroz	28,6

Fonte: CACEX

Um exame comparativo dos resultados globais das nossas exportações registra, em 1966, um total superior em 150,5 milhões de dólares àquele atingido em 1965. *O café* superou os resultados de 1965 em 70,8 milhões de dólares, enquanto que *os outros produtos* registraram um incremento de 79,7 milhões de dólares.

As exportações de produtos manufaturados merecem uma análise especial, uma vez que representam um dos fatôres que mais têm contribuído para a diversificação de nossa pauta. De 1960 até 1966, a participação dos manufaturados tem sido a seguinte, em valôres absolutos:

	milhões de dólares
1960	21,2
1961	35,5
1962	33,1
1963	37,3
1964	69,9
1965	109,5
1966	104,4

Fonte: CACEX

Ainda que, em 1966, as *exportações de manufaturas* se apresentem 4,7 por cento inferiores às de 1965, o resultado deve ser considerado como bastante positivo, e isto porque, em 1965, preponderaram, dentro das classes de manufaturados, as exportações de produtos siderúrgicos.

O período de reajustamento por que passou e ainda vem passando nossa economia, provocou fenômenos econômicos como o que considera o Brasil exportador de produtos siderúrgicos, quando sabemos que nossa produção é ainda insuficiente para a demanda interna.

A exportação de siderúrgicos, em 1965, de valor superior a 30 milhões de dólares foi, na oportunidade, fato importantíssimo, isto porque conseguimos colocar no exterior, notadamente no mercado argentino, parte de nossa produção, que, por fatôres conjunturais, o mercado interno não conseguiu absorver.

Uma vez que as causas que influenciaram aquelas vendas foram eliminadas ou sensìvelmente atenuadas, as exportações da espécie voltaram às condições normais. Aliás, o fato é fàcilmente constatado quando comparamos os valôres índices referentes às exportações de produtos da Classe VII da N. B. M., onde são computados os siderúrgicos.

Assim temos:

CLASSE VII — *Manufaturas classificadas principalmente segundo a matéria-prima*
Período: Janeiro/setembro

1962	1963	1964	1965	1966
100	164	388	1 254	601

Nota-se perfeitamente, pelos dados acima, que o ano de 1965 foi totalmente atípico nesse setor.

Considerando que as exportações de produtos siderúrgicos, em 1966, caíram em cêrca de 25 milhões de dólares e que a exportação global de manufaturas, no mesmo período, registra uma queda de apenas 5 milhões de dólares, podemos concluir que: *80 por cento dos 25 milhões acima mencionados foram compensados pelos exportações de outros produtos manufaturados de maior valor unitário, uma vez que o preço médio da tonelada exportada de manufaturas subiu em 72,3 por cento.*

Fator fundamental para a expansão das exportações de produtos manufaturados tem sido a Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC), conforme podemos constatar pelo quadro abaixo:

EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS PARA A ALALC

1966

(*Janeiro/Setembro*)

Unidade: US$ 1 000 — FOB

Países	*Total*	*Manufaturados*	*Outros*
Argentina	81 769	19 792	61 977
Chile	16 670	4 692	11 973
Colômbia	5 564	1 147	4 417
Equador	160	159	1
México	4 494	2 484	2 010
Paraguai	1 865	1 741	124
Peru	9 453	1 164	8 289
Uruguai	14 684	2 371	12 313
Total geral	134 659	33 550	101 109
(N.ºs relativ.)	100%	25%	75%

Fonte: CACEX

Aí está uma demonstração clara de como o empresariado brasileiro compreendeu a importância fundamental que terá para a nossa economia a expansão de nossos mercados externos, assim como de sua capacidade de vencer no campo difícil da concorrência internacional. (V. sôbre oportunidades de exportação para a ALALC, *A Economia Brasileira e suas Perspectivas* — APEC — Vol. III, págs. 181-204.)

IMPORTAÇÕES

Embora não tenhamos os resultados finais, as importações em 1966 se situarão seguramente em tôrno de 1 470 milhões de dólares, o que representará, em números absolutos, *mais* 350 milhões de dólares do que em 1965, demonstrando total recuperação dêsse setor, uma vez que a média das importações anuais, durante o período 1960/63, foi exatamente 1 471 milhões de dólares.

Fato da mais alta significação é o registro das importações de máquinas e equipamentos, no total de US$ 340 milhões, no período janeiro a novembro de 1966, consignando um aumento de cêrca de 40 por cento sôbre iguais importações no mesmo período do ano anterior. Esse fato revela a surpreendente retomada dos investimentos fixos, depois da ligeira recessão de 1965, assegurando à economia nacional um dos elementos básicos do seu desenvolvimento.

Para 1967, espera-se uma expansão ainda maior de nossas importações, favorecendo o maior equilíbrio do nosso Balanço Comercial, não só em conseqüência da transferência dos produtos da categoria especial para a geral, mas, sobretudo, da reformulação dos gravames aduaneiros, a vigorar a partir de março.

O quadro abaixo mostra as nossas importações distribuídas por grandes classes, em 1965 e de janeiro a novembro de 1966.

	1966 (jan/nov)	*1965*	*diferença*	*porcentual*
Total geral	1 349	1 096	+ 253	+ 23,1%
Matérias-primas	279	272	+ 7	+ 2,6%
Gên. alimentícios	251	213	+ 38	+ 17,8%
Prod. químicos	206	174	+ 32	+ 18,4%
Maquin. e veículos	340	244	+ 96	+ 39,4%
Man. e art. manuf.	268	189	+ 79	+ 41,8%
Diversos	5	4	+ 1	+ 25 %

Embora o quadro anterior compare período com amplitudes diferentes, podemos notar que as importações de 1966, já em novembro, superavam as do ano anterior, devendo até o final de 1966, consolidar ainda mais êstes resultados.

As importações de *matérias-primas* têm, pràticamente, se conduzido de forma estável, uma vez que são produtos indispensáveis ao nosso País, tal como o *petróleo* e derivados, que têm de ser importados independentemente da conjuntura existente.

A importação de *gêneros alimentícios* apresentou uma elevação razoável em conseqüência da maior compra de trigo em grão.

Os *produtos químicos* vêm aumentando razoàvelmente a sua participação na nossa pauta de importações.

Na classe de *maquinaria e veículos* é que se verificou a maior recuperação. De 1965 para 1966 (até novembro) as importações da espécie passaram de 244 para 340 milhões de dólares, ou seja, incremento aproximado de 40 por cento.

Quanto às importações de *manufaturas e artigos manufaturados*, cabe assinalar que até novembro o aumento ocorrido nessa classe foi de 79 milhões de dólares.

Fato importante, que não podemos deixar de assinalar, é que, em 1960, as importações brasileiras procedentes dos países que hoje integram a ALALC (exceto Venezuela) representavam 7,4 por cento do total. Em 1965 êsse percentual subiu para 17,4 por cento, o que vem demonstrar a crescente importância da Zona no nosso comércio exterior.

Com o recente ingresso da Venezuela na ALALC, a participação da Zona nas nossas importações deverá crescer substancialmente, uma vez que aquêle país se transformou num dos nossos principais fornecedores de petróleo e derivados.

De modo global, porém, o nosso maior fornecedor de mercadorias continua sendo os Estados Unidos, com cêrca de 30 por cento das nossas importações totais. O Mercado Comum Europeu participa atualmente com 17 por cento.

PRODUÇÃO INDUSTRIAL EM 1966: RESULTADOS E ESTIMATIVAS

MIRCEA BUESCU

O presente trabalho constitui tentativa de complementar e atualizar, graças a dados estatísticos oficiais recentemente divulgados, estimativa publicada em APEC — *Análise e Perspectiva Econômica*, de 20-1-1967. Mesmo assim, as informações disponíveis preterem importantes setores da indústria — o que torna extremamente precária qualquer pretensão de apreciar, em têrmos quantitativos globais, o crescimento do Produto Industrial em 1966. É, contudo, importante observar que os dados estatísticos analisados se referem a setores fundamentais de atividade industrial, de modo que se tornam bastante sugestivos para a evolução da economia brasileira no ano passado.

SIDERURGIA: — A produção de aço em lingotes das três principais companhias que representavam, em 1965, quase 70% da produção brasileira (Companhia Siderúrgica Nacional, USIMINAS e Belgo-Mineira), alcançou 2 239 mil toneladas em 1966, contra 2 048 mil toneladas em 1965; portanto, um incremento de 9,3%. Lembre-se que, entre 1962 e 1965, a CSN e a Belgo-Mineira (não se inclui a USIMINAS, por ser recém-iniciada a produção) acusaram um crescimento anual médio de apenas 2,1% — o que ressalta a importância do resultado atingido em 1966.

Incluindo a produção da COSIPA (estimada em 380 mil toneladas) e a das outras siderúrgicas (estimada, de forma bem conservadora, em 720 mil toneladas), chegar-se-ia à estimativa total de 3 339 mil toneladas para a produção de aço em lingotes em 1966. Isso corresponderia a uma expansão de pouco mais de 12% em relação a 1965.

CIMENTO: — O resultado de 1966 indica expansão de 8,0% em comparação com o mesmo período de 1965: 5 999 072 contra 5 556 204 toneladas. Observe-se, no caso do cimento também, que taxa tão alta de expansão não foi alcançada desde 1960.

VEÍCULOS: — A indústria automobilística conseguiu, em 1966, recorde absoluto desde a sua implantação: produção de 223,9 mil unidades, contra 185,4 mil em 1965. O recorde anterior fôra registrado em 1962, com 191,2 mil unidades. A taxa de crescimento de 1966 — 20,8% indica, também, importante melhora, uma vez que em 1963 o resultado da indústria automobilística foi negativo (— 9,0%) e em 1964 e 1965 as taxas de crescimento foram modestas (5,5% e 0,9%, respectivamente).

TRATORES: — Em relação a 1965, a produção apresentou aumento de 10% de 8 106 para 8 915 unidades. A recuperação foi ainda modesta e não conseguiu recolocar a produção nos níveis atingidos em 1963 e 1964.

BORRACHA SINTÉTICA: — Excelente resultado foi obtido, com uma produção anual de 47 865 toneladas, contra 35 606 toneladas em 1965, ou seja incremento de 34,4% Neste caso, também, deve atentar-se ao fato de que em 1964 a produção tinha caído de 1,9% e em 1965 tinha aumentado de 9,6%.

ENERGIA ELÉTRICA: — A produção de seis companhias (Rio Light, São Paulo Light, CAEEB, CEMIG, CHESF e Furnas), que, em 1965, foram responsáveis pela produção de 72% da energia elétrica gerada no País, foi de 19 704,3 milhões kWh nos primeiros dez meses de 1966, contra 17 917,3 milhões kWh em correspondente período de 1965: aumento de 10,0% — taxa bem mais alta do que as registradas no triênio anterior, 1963-1965 (0,9% 5,8% e 4,9%, respectivamente).

PETRÓLEO BRUTO: — O crescimento da produção nacional no período janeiro/outubro de 1966 foi de 20,9% em comparação com o mesmo período de 1965: 5 443 101 contra 4 500 742 metros cúbicos. Como a importação de petróleo bruto passou, no mesmo período, de 10 432 577 para 10 831 219 metros cúbicos, o consumo aparente cresceu de 10,9%, de 14 933 319 para 16 274 320 metros cúbicos. Em têrmos *per capita*, o consumo subiu de 6,1%, de 0,181 para 0,192 metros cúbicos.

DERIVADOS DE PETRÓLEO: — A produção da Petrobrás aumentou para tôdas as variedades produzidas. No período janeiro/outubro registraram os seguintes resultados:

	Produção (m. cúbicos)	Variação s/1965
Gasolina.	4.201.420	+ 19,8%
Gás liquefeito	800.793	+ 10,7%
Óleo Diesel	3 553 630	+ 13,2%
Óleo combustível	4 215.270	+ 12,1%
Querosene	548 494	+ 9,3%
TOTAL	13 319.607	+ 14,5%

Como a importação aumentou também, de 864 179 para 1 062 554 metros cúbicos, o consumo aparente de derivados de petróleo acusou incremento global de 15,1% (de 12 495 738 para 14 382 061 metros cúbicos) ou de 11,8% per-capita (de 0,152 para 0,170 metros cúbicos).

CRESCIMENTO INDUSTRIAL: — Poder-se-ia tentar a construção de um índice global com os dados diretos atualmente desfavoráveis, mas ficaria limitada a proporção de 35% do produto industrial, de acôrdo com as ponderações oficiais. O resultado seria o seguinte:

	Ponderação	Variação	Variação ponderada
Siderurgia	11,9%	9,3%	1,1067
Veículos	7,5%	20,8%	1,5600
Cimento	6,6%	8,0%	0,5280
Petróleo (derivados) ..	3,6%	14,5%	0,5220
Borracha	2,3%	34,4%	0,7912
Energia elétrica	3,1%	10,0%	0,3100
TOTAIS	35,0%		4,8179%

Transformado para a ponderação de 100%, êsse crescimento de 4,8% corresponderia a 13,8% — o que, provàvelmente, seria uma taxa alta demais, considerando que outros setores, como o têxtil, devem ter acusado resultados menos auspiciosos. Entretanto, o quadro anexo que registra o consumo industrial, por setores, na área Rio-São Paulo Light e no período janeiro/outubro de 1966, demonstra expansão geral, embora, às vêzes, a taxas menores que a de 13,8%. O aumento geral registra, contudo, uma taxa da mesma ordem de grandeza (15,1%) e encontra-se a mesma taxa de crescimento caso se inclua, também, o consumo industrial na zona da CAEEB, CEMIG e CHESF (janeiro/outubro 1965: 6 465,8 milhões kWh; janeiro/outubro 1966: 7 465,7 milhões kWh; aumento de 15,5%).

Seria pouco recomendável a aplicação das taxas de aumento do consumo setorial de energia elétrica, de vez que, com poucas exceções, nos últimos anos, a taxa de variação dêste consumo se colocou acima da taxa diretamente calculada para a variação do produto industrial. Por exemplo em 1964 o consumo industrial cresceu de 2,5% enquanto o produto teria decrescido de 0,4 e em 1965 o primeiro aumentou de 1,4 ao passo que o produto industrial teria caído de 4,9%.

Poder-se-ia tentar, entretanto, uma estimativa global da indústria, utilizando-se informações indiretas ou, na sua ausência, a taxa, reduzida de 50%, da variação setorial do consumo industrial. O resultado, extremamente precário, seria o seguinte:

	Ponderação	Variação		Variação ponderada
Indústrias alimentícias .	16,9	6,4%	(1)	1,0816
Têxtil	12,0	2,4%	(1)	0,2880
Siderurgia e metalurgia.	11,9	9,3%		1,1067
Química e farmacêutica.	7,7	6,6%	(1)	0,5082
Automobilística	7,5	20,8%		1,5600
Cimento, cerâmica etc. ..	6,6	8,0%		0,5280
Material elétrico	3,9	14,5%	(1)	0,5655
Petróleo	3,6	14,5%		0,5220
Editorial, gráfica etc. ..	3,0	4,1%	(1)	0,1230
Bebidas	2,9	6,6%	(1)	0,1914
Borracha	2,3	34,4%		0,7912
Fumo	1,3	7,7%	(1)	0,1001
Couros	1,1	1,7%	(1)	0,0187
Diversos	9,7	7,5%	(1)	0,7275
Construção civil	4,7	8,0%	(2)	0,3760
Energia elétrica	3,1	10,0%		0,3100
Extração mineral	1,8	11,6%	(3)	0,2124
	100,0			9,0103

(1) — Cf. consumo de energia elétrica.
(2) Produção de cimento.
(3) Média aritmética da produção de petróleo bruto e exportação de minério de ferro (+2,3%).

De qualquer forma, os resultados diretamente registrados em setores essenciais da indústria nacional impõem conclusões menos pessimistas do que se costuma ter a respeito do ano econômico de 1966. Como êsses resultados se referem a bens de produção, os efeitos benéficos poder-se-ão verificar com maior intensidade, no decorrer de 1967 ou depois.

CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA
RIO-SÃO PAULO LIGHT

	1965	1966 (1 000 kWh)	Variação
Siderurgia	609.947	721.612	+ 18,3%
Metalurgia.	314.404	386.598	+ 23,0%
Mat. elétrico	161.614	208.670	+ 29,1%
Mat. transporte	244.448	350.126	+ 43,2%
Couros e peles	22.443	23.239	+ 3,5%
Cimento, cerâmica etc.	332.323	354.056	+ 6,5%
Madeira e mobiliário	63.756	68.896	+ 8,1%
Papel, editorial etc. ..	270.810	292.945	+ 8,2%
Borracha	94.341	118.574	+ 25,7%
Química e farm.	676.786	765.806	+ 13,2%
Bebidas	49.431	55.947	+ 13,2%
Fumo	6.642	7.606	+ 14,5%
Têxtil	715.168	749.746	+ 4,8%
Prod. alimentares ...	248.993	280.927	+ 12,8%
Diversos	54.148	62.327	+ 15,1%
TOTAL	3.865.254	4.447.075	+ 15,1%

LUCRO DO IRB EM 1966 FOI DE CR$ 3,5 BILHÕES

O Instituto de Resseguros do Brasil — IRB — alcançou em 1966 um lucro avaliado em Cr$ 3,5 bilhões, semelhante ao do ano de 1965. Ainda em 1966, com utilização parcial da reserva de correção monetária do Ativo Imobilizado, elevou seu capital de Cr$ 1,3 bilhão para Cr$ 7 bilhões e conseguiu, também, normalizar suas relações financeiras com as Sociedades Seguradoras. Êste último objetivo foi atingido em decorrência da implantação do sistema de cobrança bancária dos prêmios de seguros, que permitiu a regularização do ritmo de arrecadação do mercado segurador nacional.

ECONOMIA
DE DIVISAS

Por lei, o IRB tem a finalidade primordial de promover a redução progressiva do grau de dependência externa do seguro brasileiro. Trata-se de política cujo corolário é o fortalecimento contínuo do mercado interno e, em função inversa dêsse fortalecimento, a redução cada vez maior do dispêndio de divisas na colocação externa de excedentes da capacidade do sistema segurador nacional.

Em 1966, o IRB cedeu ao mercado internacional apenas 9,6% da sua receita. É um resultado altamente expressivo, se comparado êsse índice com os registrados nos anos anteriores:

1962	33,0%
1963	31,8%
1964	22,8%
1965	13,1%
1966	9,6%

O acentuado declínio percentual ocorrido a partir de 1964 se deve à nova política então adotada nas relações externas do mercado segurador brasileiro. A principal inovação, no mecanismo dessas relações, foi a introdução do sistema de concorrências e consultas para efeito de colocação, no mercado internacional, de riscos total ou parcialmente sem cobertura no País, que produziu a queda contínua, persistente até hoje, das taxas oferecidas ao mercado brasileiro.

SISTEMA
OPERACIONAL

Bàsicamente, o sistema de operações do IRB consiste na captação, através de resseguros, das responsabilidades aceitas pelas Sociedades Seguradoras acima de seus respectivos limites técnicos. Essa massa de resseguros, numa segunda fase, é redistribuída dentro do mercado interno por meio de operações de retrocessão, segundo esquema elaborado dentro de altos padrões técnicos e que tem o propósito de aproveitar ao máximo a capacidade de aceitação de negócios do sistema segurador nacional.

Em 1966, trabalhando com planos adequados à realização de suas finalidades legais, o IRB arrecadou em prêmios de resseguros cêrca de Cr$ 75 bilhões e dêsse total redistribuiu, ao mercado interno, a cifra de Cr$ .. 50,9 bilhões, isto é, retrocedeu ao sistema nacional 67,9% dos prêmios que dêste recebera. Ao exterior, como já foi dito, o IRB apenas cedeu ... 9,6%, retendo para si mesmo os restantes .... 22,5%.

NOVOS CAMINHOS

Na sua preocupação constante pela melhoria das relações internacionais do seguro brasileiro, o IRB procura agora abrir novos caminhos que conduzam àquele objetivo.

A regionalização do resseguro, que é tendência recente surgida no mercado mundial, destina-se a operar um rezoneamento das correntes internacionais de negócios, tradicionalmente convergentes para os grandes centros europeus. Em nosso hemisfério, a Associação Latino-Americana de Livre Comércio — ALALC — começou a trabalhar, no ano passado, a idéia da criação de um mercado regional de seguros e resseguros. Encontrou desde logo o decidido apoio do IRB, que enviou técnicos a reuniões promovidas pela referida entidade, passando a dar uma ativa colaboração nos trabalhos programados com vistas à concretização daquela idéia.

Vem o IRB, também, empregando esforços na tarefa de conseguir, pelo chamado sistema de reciprocidade de negócios, melhor participação nas trocas de excedentes de mercados nacionais, buscando assim uma justa contrapartida às cessões que hoje faz ao exterior.

Outras perspectivas que agora se abrem são as oferecidas pelo seguro de crédito à exportação, a esta altura já dotado de legislação própria que lhe dá os implementos necessários de operação. O IRB visará, através do seguro de crédito à exportação, não apenas oferecer à indústria brasileira um instrumento eficaz de estímulo à venda externa de seus produtos, mas também, proporcionar ao mercado segurador brasileiro uma área nova de operações, capaz de produzir o ingresso de divisas e favorecer, também, a expansão das nossas Sociedades Seguradoras na cobertura de nossas exportações e importações, em grande parte hoje seguradas no exterior.

Ainda no setor das relações externas, e visando aparelhar-se melhor, o IRB promoveu em 1966 a fusão de dois dos seus órgãos internos: a Comissão Especial de Colocação de Resseguros no Exterior (CECRE) e a Bôlsa de Seguros. A CECRE tem a função de promover as concorrências e consultas para colocação externa de riscos total ou parcialmente sem cobertura no País. A Bôlsa de Seguros, procurando interessar o mercado brasileiro em negócios normalmente drenados para o exterior, tem importante papel no conjunto de mecanismos acionados para minimizar a evasão de divisas. Concentrando fiscos os mais heterogêneos, isoladamente sem condições de gerar uma demanda de cobertura capaz de encontrar resposta na oferta interna, a Bôlsa de Seguros consegue reunir massa de negócios que, por seus quantitativos, tem despertado o interêsse e a participação graduais do mercado nacional. Assim, promove a absorção interna de renda gerada por operações de seguros antes alienadas em favor de mercados externos.

APERFEIÇOAMENTO
OPERACIONAL

Em 1966, o IRB passou a contar com o seu próprio Centro de Processamento de Dados, instalando para isso um computador eletrônico.

Daí começa nova fase de aperfeiçoamento de rotinas e de racionalização de serviços, planejando-se intensiva e extensiva mecanização em todos os setores onde o trabalho do homem possa ceder lugar ao da máquina, com vantagens do ponto-de-vista da eficiência e da produtividade.

O referido Centro foi, também, um grande passo no sentido de ampliar-se a informação estatística indispensável ao aperfeiçoamento do seguro brasileiro.

REFORMA DO SEGURO
BRASILEIRO

Em 1967, vai ampliar-se o papel até hoje desempenhado pelo IRB na organização, disciplina e desenvolvimento do mercado segurador brasileiro.

Desde já cuida o IRB de aparelhar-se para essas novas tarefas e responsabilidades, decorrentes da reforma promovida pelo Govêrno na legislação de seguros.

Três atos do Poder Executivo puseram em marcha essa reforma. O primeiro foi o Decreto n.º 59.195, de 8 de setembro de 1966, instituindo a obrigatoriedade da cobrança bancária dos prêmios de seguros como fórmula, em breve experiência ulterior comprovada eficaz, para solução do grave problema financeiro gerado pelo sistemático atraso de encaixe de receita das Sociedades Seguradoras. O segundo foi o Decreto .... n.º 59.417, de 26 de outubro de 1966, estabelecendo o regime de sorteios e concorrências para a colocação dos seguros de órgãos do Poder Público, com vistas à preservação de altos padrões éticos nessa importante faixa de operações e para o fim, ao mesmo tempo, de ser observado um critério distributivo mais atento à política de fortalecimento do mercado interno. O último, e mais importante de todos, foi o Decreto-Lei n.º 73, de 21 de novembro de 1966, criando o Sistema Nacional de Seguros Privados.

A tônica dessa reforma legal é o fortalecimento do seguro brasileiro não como um fim em si mesmo, mas como um meio para transformar-se a atividade seguradora em fonte substancial de poupanças acumuladas para aplicação no desenvolvimento econômico nacional. Como corolário espera-se que, em curto prazo, as reservas técnicas das Sociedades Seguradoras se elevem de Cr$ 200 bilhões para Cr$ 800 bilhões, num acelerado processo de avolumação de recursos que uma adequada política de investimentos tornará altamente fecundos para o progresso do País.

Para êsse fim último, o Decreto-Lei n. 73 contém todos os estímulos indicados e necessários. Com a criação do Sistema Nacional de Seguros Privados deu unidade ao mercado, que antes se estiolava na estéril subdivisão de áreas autônomas com diversificação de condições de trabalho e de fontes de decisão. Enfeixou num só texto as diretrizes legais básicas, deixando à ação dinâmica de um órgão específico — o Conselho Nacional de Seguros Privados, criado para êste fim — a função delegada de ajustar os princípios da lei às necessidades conjunturais das diferentes etapas da evolução do mercado segurador. Extinguiu o Departamento Nacional de Seguros Privados e Capitalização, órgão da Administração centralizada, substituindo-o pela Superintendência de Seguros Privados, de estrutura autárquica capaz de tornar mais eficiente e proveitosa a ação fiscalizadora e normativa do Estado por ser mais rápida e oportuna. Estendeu o instituto do seguro obrigatório a diversas modalidades de seguros, atendendo ao mesmo tempo a um ditame do interêsse público, por ampliar o quadro das relações econômico-sociais sob o regime da previdência particular, e ao objetivo do fortalecimento do mercado, por lhe abrir novos e mais amplos horizontes operacionais.

O mercado brasileiro de seguros encontrará nessa nova legislação as coordenadas de um futuro promissor, inaugurando-se etapa em que, a par das soluções para antigos problemas deixados em aberto pelo anterior e anacrônico regime legal, surgirão adequados estímulos para a expansão das atividades de tão importante setor da vida econômica nacional.

INVESTIMENTO E PLANEJAMENTO

M. F. THOMPSON MOTTA

Observa-se em todo o mundo uma preocupação constante em organizar da melhor maneira possível as estatísticas. Esta concepção é generalizada, tanto no setor ocidental como nos países da cortina de ferro.

Entretanto, no sistema socialista, existe a tendência clara para transformar estas estatísticas numa imagem exata da vida econômica, como também para forçar a sua evolução num quadro rígido e estabelecido com antecipação pelo Estado. No mundo ocidental entretanto, a escolha e a utilização das estatísticas é função exclusiva dos empresários. Em outras palavras, na economia do tipo socialista, o planejamento é uma parte integrante do sistema econômico, sendo as diretrizes estabelecidas a partir da cúpula do govêrno, pela agência central de planejamento, até mesmo para cada unidade fabril isoladamente.

Nos países ocidentais o planejamento tem sido utilizado apenas como guia de previsão geral ou de orçamento para investimentos do govêrno que delimita os setores a serem desenvolvidos para que a economia possa alcançar determinadas taxas de crescimento.

A realização do planejamento, no entanto, na maioria dos países desenvolvidos que adotaram tal sistema, dependeu bàsicamente da iniciativa privada e não existiram contrôles oficiais sôbre as emprêsas. O planejamento da atividade econômica estava geralmente voltado no sentido da manutenção do pleno emprêgo ou no de propiciar uma distribuição mais eqüitativa da renda.

Por outro lado, poder-se-ia definir o planejamento de alguns países ocidentais desenvolvidos de estrutura econômica como sendo tentativas de programação da ação do govêrno e em outros casos como meras previsões econômicas. Assim, no primeiro caso, estaria o planejamento da França e da Noruega e no segundo os da Holanda, da Suécia e do Japão.

É interessante frisar que as taxas de crescimento econômico dêstes países europeus que usaram algum tipo de planejamento econômico não foram mais elevadas, e, em alguns casos, foram até substancialmente menores do que as dos países europeus que não fizeram planejamentos, como a Alemanha Ocidental.

A Alemanha que ressurgia das cinzas da Segunda Guerra Mundial assumiu um destaque econômico e financeiro na Europa Ocidental, pelo fato do govêrno alemão ter abandonado todos os pesados contrôles e as fórmulas que conduziam a inversões dirigidas pelo Estado, adotando a economia do mercado livre.

A maioria dos planos e planejamentos dos países europeus, alguns de ótima concepção no papel, foram abandonados, ou mesmo nunca se concretizaram, pois eram teóricos demais, ou nunca puderam ser implementados por razões institucionais e técnicas.

Nos países em desenvolvimento o problema do planejamento é de uma complexidade enorme e tem sido fadado, geralmente, ao insucesso, não só pelas razões já expostas, como também devido à falta de estatísticos e técnicos treinados, assim como de estatísticas sôbre as quais basear os planos e avaliar o seu progresso.

Para que se possa aquilatar a gravidade dêste problema, seria suficiente o exemplo recente do estudo dos fertilizantes realizados no Brasil. Assim, duas agências governamentais e uma emprêsa privada apresentaram dados completamente contraditórios a respeito da demanda de fertilizantes no Brasil, uma vez que os dados precaríssimos de base estatística não permitiam qualquer cálculo racional homogêneo, prevalecendo, desta forma, o arbítrio pessoal.

PROJEÇÃO DA DEMANDA DE FERTILIZANTES NITROGENADOS NO BRASIL

	1970
Estudo realizado pelo EPEA	112 026 toneladas
Estudo realizado pelo BNDE	167 501 toneladas
Estudo realizado pela SERETE (firma particular)	493 000 toneladas

Outro exemplo significativo, ocorrido também no Brasil, foi o do planejamento da indústria automobilística: as melhores projeções realizadas em 1955 davam para 1960 uma demanda de 30 000 veículos, os quais, na maioria, seriam caminhões e ônibus, quando na realidade atingiu-se 220 000 veículos, com cêrca de apenas 30% de caminhões e ônibus. Portanto, caso a agência de planejamento governamental — GEIA — tivesse baseado o seu programa rìgidamente nesta estatística, hoje, o Brasil não teria a sua pujante indústria automobilística, pois os 30 000 veículos previstos para 1960 não seriam suficientes para justificar a implantação desta indústria no País.

Estes planos governamentais têm sido realizados, usualmente, sem consulta ou suporte do setor privado, cujo apoio seria indispensável para a realização de qualquer planejamento. Ao fazerem isto os Governos dos países em desenvolvimento usurpam a função dos empresários, principalmente porque assumem todo o risco do investimento que deveria caber exclusivamente ao empresário.

Assim, a escassez de informações estatísticas tende a fazer com que as agências de planejamento baseadas em critérios pessoais dos seus eventuais dirigentes e na capacidade econômica de escala encontrada em países altamente industrializados, arbitrem projeções que inexplicàvelmente são consideradas como dados conclusivos para todos os estudos de demanda, em projetos da iniciativa privada ou governamental.

Em última análise, trata-se de saber nos países em desenvolvimento quem tem maior capacidade de fazer estimativas industriais: se os próprios empresários, cujos interêsses estão em jôgo, ou se as agências oficiais, cuja linha de raciocínio está, quase sempre, fundada em fórmulas teóricas sem estrutura adequada.

Paradoxalmente, por outro lado, grande parte dos Governos dêstes países em desenvolvimento adota a orientação industrial no sentido da nacionalização a curto prazo e a qualquer preço de alguns produtos industriais, agravando de maneira sensível os custos internos.

Existe, também, a tendência das agências de planejamento do Govêrno dêstes países em desenvolvimento, para estabelecer o que acreditam serem os objetivos do país. Para isto, instituem, como via de regra, pesados contrôles e regulamentos para forçar a iniciativa privada nas direções ditadas pelos planejadores.

Como constante em quase todos os países subdesenvolvidos, a inflação recebe inevitável ímpeto, quando crescem os programas governamentais e aumentam os totais da despesa e as arrecadações tributárias. Isso gera uma interferência governamental cada vez maior, à medida que os cidadãos, desanimados pelas altas dos preços, buscam a proteção do govêrno através o contrôle dos preços, salários e lucros.

Desta forma, nos países em desenvolvimento, o excesso de planejamento governamental leva a emprêsa privada ao total amortecimento, pois inclusive o seu principal fator de estímulo, o lucro, é tolhido pela ação dos planejadores.

O lucro é a condição indispensável para a manutenção do sistema de livre emprêsa. A permanência da livre emprêsa numa economia é sempre condicionada por êste fator, de tal modo que não será temerário afirmar que tôda medida estatal que acarrete restrições no funcionamento do processo natural de formação de lucros poderá representar o fim da emprêsa privada e o advento conseqüente da estatização da economia.

A importância do incentivo de lucros no desenvolvimento dinâmico da economia foi ressaltada por Henry Ford II, em 1963, num simpósio da Universidade de Chicago:

"Uma concepção errônea comum é a de que o aumento do fluxo de caixa-lucros mais depreciação — contribui para estimular investimentos da mesma forma que se ocorresse sòmente o aumento de lucros. Simplesmente, não é dessa maneira que as coisas funcionam. Numa emprêsa, a decisão de investir ou não investir não se baseia no êxito da emprêsa em recuperar o custo das despesas passadas. O fator determinante é a expectativa de lucros futuros da emprêsa. Quanto mais reduzidos os lucros previstos, tanto maiores serão os novos produtos retidos na sala da diretoria"...

Não se concebem investimentos sem a objetivação de lucro, mesmo nos países socialistas já estão sendo revistos os velhos e arcaicos princípios de Marx, admitindo-se agora um sistema de lucros, com pràticamente o sentido da teoria marginalista de Keynes e segundo a qual "o lucro é um móvel econômico imprescindível, que determinando incentivo, projeta a qualidade e a eficiência de tôda a produção".

Esta mudança radical de posição na Rússia, deve-se, em grande parte, ao relatório do Professor Evsei Liberman que constatou a grande ineficiência e a corrupção que existia na indústria russa, devido à intromissão demasiada do Poder público na produção industrial. Algumas fábricas de sapatos, por exemplo, segundo êste relatório, para atingirem as metas programadas pelos planejadores russos fabricavam apenas os sapatos de maior tamanho, por serem de fácil produção ou solicitavam empréstimos de unidades de fábricas vizinhas para burlar os inspetores do Estado. Verificou, ainda, Liberman que a quinta parte das indústrias localizadas na União Soviética era tremendamente deficitária, vivendo exclusivamente de subvenções oficiais, devido também à excessiva intromissão do Estado.

Assim, não há como insistir-se na ligação dos investimentos privados aos planejamentos rígidos governamentais, pois até nos países socialistas êstes esquemas estão sendo abandonados pelo estilo ocidental.

O planejamento pode dar uma contribuição construtiva para o crescimento da economia desde que não restrinja a emprêsa e sirva apenas de base nas suas previsões e seus indicadores, como fator racional para as decisões de investimentos..

Em conclusão, o Govêrno ou as agências de planejamento oficiais dos países de estrutura em desenvolvimento deveriam cingir-se à indicação dos cursos alternativos de ação, com as respectivas informações, quanto às taxas de crescimento, níveis de emprêgo e outros resultados para que o Govêrno possa adotar um dêles, segundo os objetivos de sua própria política e em completa adequação com os setores privados correspondentes.

DIVERSIFICAÇÃO — ESTEIO DA MOGIANA

GILBERTO DE FREITAS BORGES

Em 1964 um trabalho pioneiro foi iniciado em São Paulo e sul de Minas Gerais por um grupo técnico misto, nacional e internacional, que buscava as bases para um programa de planejamento e desenvolvimento regional através da diversificação.

Era o grupo EPAC-CIDA que, em convênio com o Ministério da Agricultura, procurava a solução para os problemas criados por um programa assim chamado de "racionalização da cafeicultura" adotado por um GERCA, então cego, que deixara, como numa guerra, um rastro de desolação na vida rural, conseqüente de uma impetuosa erradicação indiscriminada de lavouras cafeeiras sem cuidar do que viria depois — e que veio na forma de desemprêgo, mau uso ou mesmo desuso das terras liberadas e adoção de técnicas empíricas para improvisar atividades que, quando rendosas, entregavam seus lucros a um sistema obsoleto e caríssimo de comercialização, sempre nas mãos de atravessadores draconianos.

O EPAC, fundado pela Cooperativa Central dos Cafeicultores da Mogiana, representava a técnica local aliada à experiência vivida pelos próprios cafeicultores, numa filosofia nova de ajudar, em vez de reclamar soluções paternalistas do Govêrno. Tinha muito que aprender, com os técnicos internacionais do CIDA, cujo trabalho de assessoramento incluía um programa de treinamento dos contrapartes locais.

O CIDA representava por seus técnicos a experiência acumulada pela FAO, pela CEPAL, pelo BID e pela OEA em programas de desenvolvimento com problemas similares ou ao menos equivalentes em quase tôdas as áreas, em desenvolvimento, do mundo.

Dois fatos decisivos foram verificados logo no início das operações de levantamento e que eram os seguintes:

1.º — No Estado de São Paulo e no sul de Minas Gerais o café, por suas condições naturais de exploração já se constituíra em cultura implantadora de diversificação.

2.º — Nenhum programa de desenvolvimento ou de melhoria qualitativa ou quantitativa de produção teria a capacidade de atrair o interêsse dos lavradores sem que antes fôsse corrigido o sistema obsoleto de comercialização vigente tanto para os produtos como para as insumos da agricultura.

Isso não esmoreceu, mas antes estimulou o ânimo dos técnicos do EPAC-CIDA que viram na própria CCCM, pela sua potencialidade econômica e pela extensão de sua área de influência, a estrutura básica necessária para o estabelecimento de um programa de racionalização da diversificação agrícola.

Com respeito à diversificação existente foi constado que se iniciou, como já dissemos, da exploração do café. Nas condições da região, o café desde seus primórdios requereu uma aplicação intensa mas intermitente de mão-de-obra e a forma mais prática encontrada pelos fazendeiros, para pagamento de seus *colonos*, ou empreiteiros foi a de retribuir em parte o seu trabalho, cedendo áreas solteiras ou consorciadas com o próprio café, para que êles, aproveitando os intervalos de inatividade, cultivassem pequenas lavouras de auto-subsistência com que alimentavam as suas famílias.

Assim se desenvolveram as culturas de milho, feijão, arroz, amendoim, a suinocultura e mesmo a pecuária de leite naquela região.

O aumento paulatino das populações urbanas e o desestímulo oriundo das oscilações de preços do café geraram o interêsse dos próprios fazendeiros pela exploração mais extensiva dessas atividades secundárias que passaram a tomar pouco a pouco uma maior importância na economia de suas propriedades.

Êsse processo, entretanto, foi lento, de acôrdo com o crescimento paulatino das demandas e não inspirou os agricultores para a estruturação do seu próprio sistema de comercialização. Os dispositivos para armazenagem e o sistema de transportes foram desenvolvidos mais por interêsse dos compradores que, explorando uma atividade caracteristicamente de abastecimento, organizaram-se sempre dentro de uma técnica que visava a possibilidade de conseguir *posições* com seus estoques; instalaram-se sempre perto do consumidor e estabeleceram com as posições adquiridas um sistema de comportas estanques que fazia com que a produção fôsse sempre Vendida e nunca Comprada.

A industrialização dos produtos e subprodutos estabeleceu-se como uma terceira estrutura, já onerada pelos intermediários compradores, e só recentemente conseguiu absorvê-los mas para ficar com as vantagens econômicas dessa manobra.

Apenas certas firmas, interessadas na exportação de fibras e oleaginosas, no intuito de passar adiante do mercado consumidor local, para obtenção de melhor qualidade, instalaram seus armazéns e máquinas de benefício no interior, sem que, entretanto, isso representasse qualquer benefício econômico para o produtor.

Êsse, cansado de obter preços ínfimos, quando as culturas apresentavam rendimentos elevados, e vice-versa, desenvolveu uma mentalidade que tem predominado até o presente e que busca sempre uma cultura milagrosa que possa em um ano compensar as agruras de um longo passado improdutivo.

Diante dessas contestações, o Projeto EPAC-CIDA foi programado para duas etapas:

Na primeira, procurou-se projetar uma rêde de instalações ao alcance do produtor, que lhe possibilite manter o seu produto no interior e exercer a dosagem ao mercado, iniciando pelas áreas mais próximas, na medida das demandas.

Na segunda fase, ora em início, procurar-se-á uma programação do uso das áreas agrícolas que equilibre os fatôres ecológicos com a distribuição geográfica das demandas e que possa atingir a maior integração econômica possível em expressão agropecuária, isto é, utilizando a produção animal como primeiro mercado para certos produtos agrícolas, num processo mais barato de produção de proteínas animais.

É fato notório que a ração ministrada aos animais, na área rural, contém no mínimo 50% de milho e que essa quantidade de milho nela contida paga passagem de ida e volta para os grandes centros onde a ração é fabricada, além de margens de lucros para a rêde de intermediários que interfere nessa viagem.

O mesmo acontece com as tortas de oleaginosas, obtidas naquelas máquinas de benefício a que já nos referimos, localizadas no interior, e que também são componentes importantes das rações.

São gerais os casos em que as populações de cidades do interior consomem cereais importados em pequenas quantidades dos grandes centros, a preços caríssimos, ao passo que os produtores locais obtiveram poucos meses antes, preços *de safra* ínfimos pelos mesmos cereais, tudo por incapacidade de armazenamento e classificação, seja do produtor, seja do comércio local.

No projeto Mogiana, resultante do trabalho do grupo EPAC-CIDA, foram projetados 19 Centros de Serviços Agrícolas, com capacidade de armazenagem suficiente para absorver grande parte da produção de suas áreas. Para organizar o mercado mais imediato, na produção animal, oito dêsses centros terão, anexas, instalações para processamento e distribuição ou industrialização de leite e outros estarão ligados a cinco abatedouros avícolas com os quais trabalharão em estreita integração.

Os programas de avicultura, cujo volume de produção está limitado à capacidade de abate dos matadouros, suprirão o mercado com 60 000 aves por dia, representando 17% de suas demandas, na Cidade de São Paulo e arredores e representarão um consumo certo de um milhão de sacos de milho por ano.

Os programas de leite, suinocultura e carne bovina, em conjunto apresentam uma estimativa de consumo de mais um milhão e novecentos mil sacos.

Essas quantidades, que serão atingidas dentro de 5 anos da instalação do projeto, representam porcentagem elevadíssima da produção de milho já existente na região, percentagem essa que será reduzida em razão do incremento da produção, resultante do próprio projeto. Assim, os mercados já existentes e com potencialidade de desenvolvimento também interessarão ao sistema, com inclusão dos mercados exteriores.

As metas previstas para incremento da produção e estabelecidas para milho, arroz, feijão, amendoim, mandioca, leite e carnes, que são os sete principais produtos da região, depois do café e da cana, permitem prever dentro de 10 anos, para a renda bruta dêsses produtos, na região, um aumento da ordem de 95 milhões de dólares, ou seja, 63,3% tomando como base os preços atuais e em moeda estável.

Êsse aumento foi projetado, tomando por base a absorção, pelo projeto, da produção de um têrço das propriedades incluídas nos 246 municípios de sua área de ação, atribuindo-se índices razoáveis de aumento de rendimento por área para cada um daqueles produtos.

Para suporte das operações de campo e do sistema de suprimento de insumos no interior, assim como para a regularização do mercado de produtos perecíveis, o projeto inclui uma fábrica de adubos granulados, uma fábrica de concentrados para rações e um armazém frigorífico instalados em São Paulo.

O valor total dos investimentos atinge a casa dos 70 bilhões de cruzeiros e contará com financiamento da USAID, ora em fase final de negociações, do Govêrno brasileiro e das cooperativas de cafeicultores interessadas no projeto, nas proporções, respectivamente, de 60,18 e 22%.

Por outro lado, o Govêrno brasileiro já aprovou a inclusão em seus programas com o BID, para 1967, de um projeto de crédito orientado, no valor de 23 milhões de dólares, que possibilitará apressar a adesão de pequenos e médios agricultores aos programas de produção do projeto.

Nos trabalhos realizados pelo grupo EPAC-CIDA as cooperativas de cafeicultores filiadas à Central da Mogiana já investiram cêrca de 500 milhões de cruzeiros, retirados das suas operações com o café já bastante oneradas pela política atual.

Dêsse sacrifício esperavam os agricultores cooperados a compreensão do Govêrno federal e que se traduziu até o momento pela participação do Banco Central no financiamento dos 18% dos investimentos e que se completará certamente com o apoio aos programas que se sucederão, principalmente através da participação do Govêrno nos custos dos programas ora em negociações para assistência técnica internacional.

Por outro lado, o GERCA, ora com programas bem definidos, com previsão para investimentos de suporte para as culturas substitutivas do café, incluindo financiamentos para investimentos de infra-estrutura, certamente terá interêsse em manter-se coordenado com os programas da Mogiana, que por sua vez alimenta intenções recíprocas.

Como último testemunho dessas intenções a Cooperativa Central dos Cafeicultores da Mogiana decidiu recentemente, por deliberação de sua Assembléia-Geral, criar uma Fundação, cujo nome homenageia o seu fundador, Thomaz Alberto Wathely, e que transforma o EPAC em Instituto de Planejamento Agrícola Regional, abrindo as suas portas para outras organizações e instituições que, seguindo o exemplo das Cooperativas de Cafeicultores desejem associar-se aos esforços governamentais para a solução de problemas de desenvolvimento na área rural, principalmente no campo da diversificação agrícola ou da sua racionalização onde ela tenha se implantado empiricamente, como as áreas produtoras de café.

O mínimo que se espera dêsse empreendimento é estender a outras áreas a filosofia dessa colaboração da iniciativa privada com os podêres públicos e o esteio da diversificação que poderá resultar numa era realmente empresarial das atividades agrícolas.

ACRJ: DIÁLOGO AINDA É O GRANDE OBJETIVO DO EMPRESÁRIO

Ouvido a respeito do atual momento nacional e do comportamento do empresário neste quadro, o Presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro e da Confederação das Associações Comerciais do Brasil, Sr. Antônio Carlos Osório, declarou que o ano há pouco encerrado foi um dos mais difíceis já atravessados pelas classes produtoras e manifestou a esperança de que 1967 abra melhores perspectivas.

As dificuldades surgidas, não só para os empresários mas para todos os brasileiros de uma maneira geral, afirmou o Presidente, tiveram no entanto, para nós, o grande mérito de provocar uma união maior. "Tivemos a oportunidade, durante 1966, de provar diversas vêzes, com pronta reação, que a classe, ao contrário do que se possa pensar, começa a ter um espírito público que se manifesta sempre que estão ameaçados os princípios e interêsses da iniciativa privada."

CONSCIÊNCIA DO DEVER

Uma iniciativa privada, segundo o Sr. Antônio Carlos do Amaral Osório, "voltada para o objetivo de promover o bem-estar econômico e social de tôda a comunidade. Uma iniciativa privada cônscia dos seus deveres e obrigações, na tarefa de melhor servir a sociedade. Um empresariado certo, agora, da necessidade de sua participação nos aspectos econômicos e sociais da nação".

— Devo confessar, afirmou, que é grande o meu orgulho por ter a oportunidade de poder estar sendo, quando não mais, um dos porta-vozes desta classe mais responsável do que nunca. Desde o dia da minha posse até hoje tem sido incessante — por que não dizer, estafante até — a tarefa desenvolvida. Achamo-nos na obrigação de realizar várias reuniões nacionais e foi diuturno o contato mantido com os líderes das demais entidades produtoras.

COLABORAÇÃO RELEGADA

Disse o Presidente da Associação que "armados da experiência proporcionada por êste trabalho, procuramos sempre prestar a nossa colaboração — mesmo quando não pedida — às autoridades governamentais, porque, como já enfatizei inúmeras vêzes, achamos imprescindível a manutenção de um diálogo permanente dos empresários com o Govêrno. Não por duvidar ou temer do gabarito profissional e moral dos seus técnicos, mas por ter também certeza do valor da nossa opinião, em nós formada pelo século de realizações da entidade que ora presido".

— Infelizmente, nem sempre fomos ouvidos. Mesmo podendo me considerar entre os que sempre puderam chegar até às autoridades com a maior facilidade, para levar-lhes as sugestões e reivindicações empresariais, sou forçado a reconhecer — a bem da verdade — que não conseguimos concretizar a existência de um diálogo construtivo permanente, acrescentou o Sr. Antônio Carlos do Amaral Osório.

— Não foi possível convencer o Govêrno a aceitar nossa colaboração, oferecida por caber à nossa classe grande parcela de responsabilidade na luta contra a inflação, tendo, como temos, o dever de gerir e administrar a máquina da iniciativa privada na produção de riquezas para o País.

— Parecia-nos, por isso, continuou o Presidente, que tínhamos também o direito de participar, através de sugestões e opiniões, do planejamento na administração governamental. Isso não ocorreu. O diálogo só era iniciado, e mesmo assim por iniciativa nossa, depois da concretização dos fatos. Foi perplexidade o que sentimos na maioria das vêzes, durante o exercício passado e, mais recentemente, com as últimas medidas decretadas de surprêsa.

OUTRO HORIZONTE

Acrescentou o Sr. Antônio Carlos Osório que era por êstes motivos que agora "mais do que nunca", no momento em que a nação se prepara para iniciar um nôvo período governamental, devia ressaltar novamente a "necessidade absoluta" da existência de um entrosamento entre as classes produtoras e o Govêrno, em benefício de todo o conjunto econômico nacional.

— Tudo indica, prosseguiu, que o diálogo será possível a partir de 15 de março. O nôvo Presidente da República — homem simples e prudente — procurou, desde o surgimento da sua candidatura, manter o maior número possível de contatos diretos com os representantes das classes empresariais, procurando conhecer sempre sua opinião e pedindo informações sôbre as dificuldades de cada um dos setores afetos à classe.

Disse o Presidente da Associação que pessoalmente mantém com o Marechal Costa e Silva encontros freqüentes que lhe deram a convicção "pelas suas qualidades e conhecimento da realidade nacional" de que, durante seu Govêrno, deverá ser criada uma política destinada a facultar os maiores incentivos para novas realizações da emprêsa privada.

OPORTUNIDADE A DAR

— Nada mais é preciso, afirmou, para que no Brasil, com todos os seus recursos naturais e potencialidade humana — um milhão de jovens surge a cada ano no Brasil à procura de uma oportunidade de emprêgo — seja reiniciado o processo desenvolvimentista necessário para tirá-lo do estágio atual e para dar a cada brasileiro a oportunidade de vida, educação e trabalho a que tem direito.

Afirmou nada mais ser necessário, por estar o empresário a par das suas verdadeiras obrigações, pois "Sabe que cabe às emprêsas que dirige criar o número de empregos suficiente, através de novos investimentos e do desenvolvimento tecnológico. Sabe que a sua responsabilidade como empresário moderno adquiriu nova dimensão. Sabe que além de estar voltado para o bem-estar material do seu empregado, tem também que se preocupar com seu aperfeiçoamento técnico, com a melhoria dos seus conhecimentos. Sabe, enfim, que sua responsabilidade social tem de dirigir-se, como um todo, à valorização global do ser humano."

FÔRÇAS CRIADORAS

Lembrou o Sr. Antônio Carlos Osório que a taxa de crescimento da população urbana brasileira supera a faixa de 5%. E que, o crescimento da população ativa do País está abaixo do nível de 3% que caracteriza a expansão demográfica global, enquanto deveria ultrapassá-lo para integrar na economia brasileira as populações marginalizadas.

— Acredita neste sentido o empresário, afirmou, que o espírito criador da emprêsa particular é bem mais poderoso que os totalitarismos, para libertar as fôrças criadoras necessárias ao progresso nacional. Na enorme dimensão do Brasil, encontram as emprêsas privadas o conjunto de riquezas e de potencialidade para demonstrar, em bem alto grau, sua capacidade realizadora.

Adiantou o Presidente da Associação que prosseguirá na luta para que o Govêrno e classes empresariais possam trabalhar em conjunto "levados pela convicção de que o destino da livre emprêsa está indissoluvelmente ligado ao da democracia e que a ordem democrática, a paz e a liberdade são condições indispensáveis à expansão das atividades empresariais".

— Estamos convencidos de que a eficiência da emprêsa privada, no sentido de aumentar os níveis de produção e de elevar os padrões de vida das classes populares, é imprescindível à sobrevivência da liberdade. Acredito, finalizou o Sr. Antônio Carlos do Amaral Osório, que mereçamos a oportunidade de provar que estamos com a razão.

CONFIANÇA — O Presidente Antônio Carlos do Amaral Osório confia no Govêrno Costa e Silva para a realização de diálogos, que não existiram no Govêrno Castelo Branco

GOVÊRNO ELEVOU EM VEZ DE DIMINUIR CUSTO DAS EMPRÊSAS

INCENTIVO — O Vice-Presidente Cabral de Meneses afirma que o Govêrno tem incentivado a inflação

Vice-Presidente e Diretor do Departamento de Estudos Econômicos e Tributários da Associação Comercial, o Sr. Luiz Cabral de Menezes, interrogado sôbre as dificuldades financeiras das emprêsas, disse que o Govêrno, acreditando estar combatendo a inflação, só a tem incentivado, pois para conter os preços é preciso, primeiro, conter o aumento dos custos das emprêsas, e não elevá-los, como acontece, com a política de encarecimento do dinheiro.

Afirmou ainda que os empresários estão pràticamente impedidos de tentar iniciar a retomada do desenvolvimento pelo fato de não disporem de recursos financeiros, "sendo tão acentuada essa carência, que além de patentear-se na onda de concordatas e falências ocorrida traduz-se, para o empresário, num acanhado horizonte de negócios em que a conjuntura atual o situa".

GRAVE CRISE

Disse o Vice-Presidente da Associação Comercial que há "uma grave crise de liquidez no setor privado, à qual, três anos atrás, quando começou a atual política econômico-financeira, não se pensaria nunca chegar, pois, se concordamos com os sacrifícios que deviam ser feitos, certamente não era para conseguir tão pouco".

— A primeira versão do PAEG era extremamente otimista quanto à contenção da inflação e à retomada do desenvolvimento em prazo relativamente curto. Mas, infelizmente, essas previsões otimistas não se concretizaram.

Na opinião do Sr. Luiz Cabral de Menezes, o êrro principal do Govêrno está na política monetária: "deixando de lado os índices mais altos, e baseando-nos apenas nos que foram aceitos oficialmente, a alta do custo de vida, em 1966, foi de 41%. Se a compararmos com a de 1965, que foi de 45%, verificaremos que foi realmente muito pequeno o progresso conseguido na contenção de preços".

INFLAÇÃO RECRUDESCIDA

— Devemos notar ainda, prosseguiu, que foram muito mais drásticas as medidas deflacionárias aplicadas em 1966 do que as de 1965. Serve como exemplo o fato de que a expansão monetária, que fôra de 75% em 1965, se limitou apenas a 20% no ano passado. Apenas êsse dado já serve para comprovar que houve fatôres de recrudescimento do processo inflacionário.

Todo o conjunto de medidas antiinflacionárias tomadas nos últimos dois anos não conseguiram evitar êsse agravamento, mas a sua severidade, afirmou o Diretor do Departamento Econômico, atingiu em cheio o comércio e a indústria, que tiveram empréstimos muito abaixo das necessidades diante do aumento dos preços. "Os empréstimos ao comércio cresceram, em 1965, apenas 19% e à indústria 25%", declarou enfàticamente.

MAIORES RECURSOS

Segundo o Sr. Luiz Cabral de Menezes, para reduzir o custo de produção das emprêsas dever-se-iam dar-lhes mais facilidades para a obtenção de crédito, "sendo que êste só pode aumentar com a redução do limite dos depósitos compulsórios bancários e com a diminuição da taxa de juros que está sendo cobrada atualmente".

— Com a primeira medida haveria maior disponibilidade no mercado, enquanto que, com a segunda, se tornaria mais fácil o acesso até o dinheiro, esclareceu o Vice-Presidente, e concluiu: "essa política de encarecimento de dinheiro eleva fatalmente o juro que se cobra aos setores da produção, tornando o Brasil um paraíso de agiotas e um inferno para os empresários".

CONSELHO DIRETOR ENCERRA ANO COM MAIS DE 40 REUNIÕES

Mais de 40 reuniões do Conselho Diretor, que faz recomendações a serem seguidas pela Presidência, várias do Conselho Técnico, que reúne presidentes de diversas entidades de classe, participação em cinco Congressos no Brasil e um no exterior, apresentação de seis missões comerciais, promoção de três cursos e criação de uma publicação semanal são um resumo das principais atividades da Associação Comercial do Rio durante 1966.

Deve destacar-se o trabalho ininterrupto das comissões permanentes de Comércio Exterior; Legislação Social e Trabalhista; Política Orçamentária e Tributação Geral; Política da Moeda e do Crédito; Produção; Mercado Interno; Circulação e Transportes e Relações Públicas, que estudaram e debateram junto às autoridades e outras entidades os principais assuntos econômico-sociais, do interêsse da classe e do País.

ANO ATIVO

O Vice-Presidente Abel Mendes Pinheiro, Diretor do Departamento de Pessoal e Patrimônio, fêz um resumo das atividades desenvolvidas ou patrocinadas pela Associação Comercial, durante o ano passado, e anunciou que está sendo organizado ainda um Departamento de Informações Confidenciais, nos moldes das grandes emprêsas similares, para oferecer e colhêr qualquer tipo de informação que possa interessar aos associados.

Afirmou o Diretor do Departamento de Pessoal e Patrimônio que 1966 foi para a Casa de Mauá — seu fundador — um dos períodos de maior ação da entidade que recebeu mais de vinte personalidades, nacionais e estrangeiras, "que a nosso convite vieram debater importantes temas da atualidade com os associados, colocando-os ainda em contato com seis missões comerciais estrangeiras, às quais foi facilitado todo o intercâmbio com os empresários brasileiros".

REIVINDICAÇÕES ATENDIDAS

— Foi realizada também na Associação Comercial, disse o Sr. Abel Mendes Pinheiro, a última reunião do ano da Confederação das Associações Comerciais do Brasil, da qual participou tôda a nossa diretoria e resultou num importante documento, contendo 17 reivindicações das classes produtoras, das quais várias foram aprovadas pelo Govêrno.

O pagamento de atrasados aos empreiteiros, o adiantamento de receitas aos Governos estaduais, o reestudo de diversas medidas concernentes ao mercado de capitais, o restabelecimento das diretrizes da Resolução 21 e o atendimento às regiões cafeeiras através de financiamento imediato foram apontados pelo Vice-Presidente como alguns dos pedidos feitos pelos empresários e atendidos pelas autoridades financeiras.

ATIVIDADES CULTURAIS

A Associação promoveu também diversas atividades culturais dentre os quais o Sr. Abel Mendes Pinheiro destacou a promoção de cursos sôbre a Segurança Nacional, sôbre a nova legislação do Impôsto de Renda e sôbre a aplicação da Reforma Tributária, os quais puderam ser assistidos não só pelos sócios da Associação, mas pelo público em geral.

Finalmente, o Diretor do Departamento de Pessoal e Patrimônio apontou como uma das mais importantes inovações de 1966 a criação do Informativo Semanal, publicação que desde março vem sendo distribuída gratuitamente a todos os sócios, divulgando pormenorizadamente as atividades da Associação e todos os atos governamentais de interêsse do comércio.

Um dos mais antigos membros e atual Vice-Presidente e Diretor da Tesouraria, Sr. Ademar Vaz de Carvalho, disse que apesar de a Associação Comercial ser a mais velha entidade empresarial do Brasil, — foi fundada em 1834 — continua cada vez mais ativa na manutenção dos seus objetivos, que são os de defender os interêsses do comércio e das classes produtoras em geral.

— A Associação, afirmou o Sr. Ademar Vaz de Carvalho, mantém diversos serviços de grande utilidade para os empresários. Além das comissões permanentes, formadas pelos elementos de maior gabarito do seu quadro social, que realiza estudos em alto nível, mantém ainda um departamento jurídico e fiscal, pronto a prestar qualquer informação sôbre qualquer assunto referente às matérias.

PROGRAMA DE AÇÃO

O Sr. Ademar Vaz de Carvalho, analisando a situação do empresariado nacional, manifestou a esperança de que o Programa de Ação — movimento lançado no ano passado — possa realizar-se plenamente no corrente, para estabelecer relações mais objetivas entre os produtores e o nôvo Govêrno.

O programa, que existe desde março último, foi criado pela Confederação das Associações Comerciais do Brasil com o objetivo de intensificar as relações entre os empresários e as autoridades responsáveis pelo estudo, planejamento e execução da política econômico-financeira, reunindo 50 comitês em todo o País, organizados e estimulados pelas Associações Comerciais.

Sr. Ademar Vaz de Carvalho, Diretor-Tesoureiro

Sr. Abel Mendes Pinheiro, Diretor do Patrimônio

A FORMAÇÃO DE PESSOAL TÉCNICO PARA O SETOR FINANCEIRO

JULIO CESAR B. VIANNA

O ano de 1966 não foi particularmente favorável ao mercado de títulos, seja em têrmos de volume de transações e rendimento dos investidores, seja em têrmos de alterações no sistema de funcionamento das instituições financeiras.

A regulamentação e implementação da Lei n.º 4 728 de julho de 1965, que estabeleceu modificações fundamentais nas operações do mercado financeiro, se processou de forma extremamente lenta e tímida. A expectativa de que 1966 marcaria o início do nôvo mercado de capitais, dentro da sistemática estabelecida no referido diploma legal, não se concretizou.

No entanto, o ano que passou assistiu a uma significativa ocorrência no setor financeiro e de cuja importância para o futuro dêsse mercado poucos se aperceberam. Referimo-nos ao aparecimento, em números razoáveis, de cursos especializados na formação de técnicos para o desempenho das atividades básicas das sociedades financeiras, das sociedades corretoras e dos bancos estatais que atuam nesse mercado.

O fato assume especial sentido considerando-se o baixo nível técnico dos elementos que militam em nossas instituições financeiras. Tal característica vem-se tornando cada dia mais evidente em função da maior participação no cenário econômico nacional das sociedades financeiras e também da crescente especialização nas atividades dessas emprêsas. Não tendo sido esta evolução acompanhada pelo surgimento de um sistema de capacitação de pessoal e que possibilitasse ao setor um desenvolvimento alicerçado em elemento humano tècnicamente habilitado, o que se viu foi acúmulo de funções pelos mais aptos, ascensão de líderes despreparados, improvisão de técnicos e até mesmo o fracasso de algumas emprêsas. Não se pode deixar de atribuir ao baixo nível técnico que predomina no setor razoável parcela de responsabilidade em fatos lamentáveis ocorridos nos últimos anos, tais como: o quase total envolvimento das sociedades distribuidoras de valôres nas fraudulentas operações do mercado paralelo; os recentes prejuízos de sociedades financeiras em operações de aceite lastreadas em duplicatas frias; a lentidão na regulamentação da Lei do Mercado de Capitais; a suspensão por prazo indeterminado de um corretor da Bôlsa do Rio.

A rigor, não se pode criticar os dirigentes dessas emprêsas pela inconveniência da ascensão a postos executivos de elementos não qualificados tècnicamente para tanto, pois a carência de pessoal especializado nesse mercado de trabalho é cada dia mais acentuada.

Maior parcela de culpa cabe aos setores diretamente ligados aos problemas do ensino, seja êle técnico, universitário ou de pós-graduação, que pouco fizeram para adaptar os currículos daqueles cursos relacionados com a vida econômica do País às novas exigências do mercado de trabalho.

Para dar idéia dessa situação bastaria dizer que o Curso de Ciências Econômicas pràticamente não trata de mercado de capitais. Assim, economistas são diplomados sem aprenderem quais as funções das Bôlsas, o papel das instituições financeiras, os fundamentos da legislação que regula o mercado de capitais etc. O Curso de Administração de Emprêsas, que em linhas gerais tem um currículo bastante atualizado e objetivo, apenas, timidamente, trata de assuntos relativos ao mercado financeiro. Os Cursos de Direito e Engenharia, que formam a grande maioria da classe universitária brasileira, não incluem qualquer referência ao mercado de capitais.

Por tudo isso o aparecimento de cursos especializados, na formação de pessoal técnico para o setor financeiro, assume uma importância fundamental dentro do processo de desenvolvimento econômico brasileiro, sendo de justiça apontar as iniciativas nascidas ou ampliadas em 1966 como um dos mais positivos fatos ocorridos no mercado de capitais no ano que passou. É o que a seguir faremos.

O BNDE, órgão credor dos mais diversos serviços em benefício do progresso econômico do País, promoveu em 1966 com a ajuda financeira da AID, o curso sôbre mercado de capitais mais importante, tanto do ponto-de-vista de profundidade do currículo como de duração do programa. O curso foi realizado na Graduate School of Business Administration, da Universidade de Nova Iorque, constando de 22 semanas de aulas (ao todo 300 horas de aula) e de 12 semanas de estágio em emprêsas financeiras norte-americanas. Dezenove elementos participaram do programa, sendo 9 ligados a corretores de Bôlsa, 8 a Cias. de crédito e financiamento e 2 a órgãos financeiros estatais. É intenção das entidades que organizaram êsse curso promoverem outros programas tomando por base essa experiência.

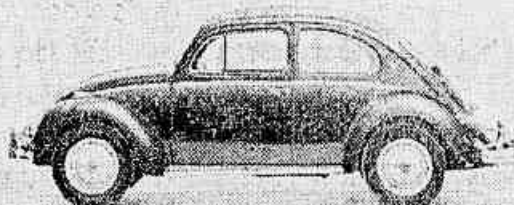
O Centro de Ensino da Bôlsa de Valôres do Rio de Janeiro, criado em fins de 1965, organizou um curso preparatório sôbre mercado de capitais com a duração de 4 meses (100 horas de aula). A principal finalidade dêsse programa é a de preparar os operadores da Bôlsa e os elementos que lidam diretamente com o público investidor para os exames referidos no Art. 37 da Resolução n.º 39 do Banco Central. Cêrca de 40 elementos foram formados no curso realizado em 1966. Para o corrente ano o Centro de Ensino pretende organizar dois cursos, um para operadores de Bôlsa e outro para analistas de investimento.

O Centro de Especialização Universitária, entidade privada que se dedica a organização de cursos especializados em nível de pós-graduação, realizou em 1963, três cursos dirigidos às emprêsas que operam no mercado financeiro: Curso de Análise de Investimentos, constando de 10 horas de aulas e que teve a presença de 35 alunos; Curso de Financiamento Industrial, constando de 15 aulas e que teve a presença de 40 alunos; e Curso Sôbre Mercado de Capitais, constando de 40 horas de aulas e com uma assistência de 54 alunos. No corrente ano êsses cursos serão repetidos.

A Escola de Administração e Gerência da Pontifícia Universidade Católica, que já há alguns anos vem organizando programas de especialização profissional para homens de emprêsa, realizou em 1966 o seu primeiro curso de informação sôbre mercado de capitais. Duas turmas foram formadas num total de 30 alunos, tendo o curso uma duração de 9 semanas (150 horas de aula).

O Centro de Estudos do Boletim Cambial, que organiza cursos por correspondência, está oferecendo um Curso Sôbre Mercado de Capitais, de 40 apostilas preparadas por renomados especialistas nos diversos campos do setor financeiro.

Também em São Paulo várias organizações que se dedicam ao ensino técnico e de pós-graduação voltaram suas vistas para a formação de pessoal para o setor financeiro. Entidades como o IDORT — Instituto de Orientação e Racionalização do Trabalho —, ISELD — Instituto Superior de Estudo e Liderança —, MCB — Management Center do Brasil —, e CTD — Centro de Treinamento e Desenvolvimento realizaram, em 1966, cursos de real interêsse para o aprimoramento técnico dos profissionais que militam no mercado de capitais. Além dessas iniciativas merecem especial destaque a efetivação de cursos específicos sôbre mercado de capitais, tais como os realizados pelo Instituto Brasileiro de Investimentos, um sôbre Ações e Operações da Bôlsa e outro sôbre a Resolução N.º 39 do Banco Central; os realizados pelo Centro Nacional dos Profissionais em Promoção de Vendas de Valôres sôbre aspectos básicos do mercado de capitais e valôres mobiliários; e o realizado pelo Boletim Cambial sôbre Mercado de Capitais, com a colaboração da Associação Comercial e da Universidade de São Paulo.

Tôdas essas iniciativas são bastante animadoras para os que conhecem a carência de pessoal técnico especializado dentro das emprêsas financeiras. No entanto, há muito ainda por se fazer, começando-se pela inclusão de Mercado de Capitais como matéria do currículo das Faculdades de Ciências Econômicas. As Faculdades de Direito e Engenharia, por sua vez, deveriam examinar a conveniência de incluírem em seus currículos informações básicas sôbre o funcionamento do mercado financeiro, ou organizarem cursos de pós-graduação especiais sôbre mercado de capitais. Também faz-se necessária uma maior participação das entidades de classe ligadas no mercado financeiro, como a ADECIF, o Sindicato dos Bancários, o Sindicato dos Banqueiros na criação de novas iniciativas de ensino e no fortalecimento das atualmente existentes. Não resta dúvida de que a melhoria do nível técnico do pessoal das entidades financeiras, através da ampliação do sistema de capitalização de pessoal, representará importante fator no desenvolvimento econômico do País dentro da sistemática do capitalismo moderno.

ALTERNATIVA DO DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO

NESTOR JOST

A constância da alta taxa inflacionária a que está sujeita nossa economia, inobstante as diversas providências planejadas para um ataque frontal, visando ao seu gradual e acelerado declínio, parece indicar que nem sempre a execução da política adotada correspondeu aos objetivos delineados, sendo mesmo de assinalar que algumas providências tiveram efeito contraproducente.

Por outro lado, parece que ainda não foram identificados todos os focos infecciosos que combalem o organismo econômico-financeiro da nação.

Entretanto, já não se alimentam dúvidas sôbre o fato de que grande parte da indústria brasileira começa a encontrar sérios obstáculos à sua expansão, devido à estreiteza do mercado, pelo baixo poder de compra da maioria e porque custos relativamente elevados a impossibilitam de competir no campo internacional.

Aliás, o processo de industrialização do Brasil que se caracterizou, em suas linhas mais significativas, pela substituição de importações, sempre serviu a parcelas restritas das áreas urbanas e à reduzida elite rural, decorrendo bàsicamente da posição crònicamente deficitária da nossa balança de pagamentos.

Como ciclos de acentuado progresso, nossa história econômica poderia, provàvelmente, localizar o primeiro surto industrial na última década do século passado. A segunda arrancada coincidiu com a Grande Guerra. Premido pela escassez de manufaturas, contingenciadas durante o último conflito mundial, teve o País de fazer seu terceiro e decisivo esfôrço de que resultou um parque industrial capaz de atender, pràticamente, a tôda a demanda de bens de consumo.

A partir dêsse momento e considerando que as indústrias tradicionais estavam com seu crescimento condicionado ao aumento vegetativo do mercado, a expansão passou a se verificar no setor de bens intermediários e de equipamentos que, por seu turno, também exigia mercado em sentido ascendente.

Como tôda vez que ocorrem descompassos ou desequilíbrios, mais ou menos acentuados, as pressões inflacionárias, fenômeno comum aos países em vias de desenvolvimento e aos industrializados, tendem a se manifestar com maior ou menor intensidade, mais discretas ou mais aparentes, conforme as circunstâncias, deve seu combate revestir-se, também, de características ou peculiaridades específicas.

Urge, por isso, que não percamos de vista a obrigação inarredável de combater a inflação sem traumatizar a nação, prescindindo, em conseqüência, de receitas aviadas para outros povos, ou de remédios cabíveis em outras circunstâncias.

Assim, compete à autoridade monetária manter-se em permanente vigilância para determinar, sempre que necessário, as alterações nos métodos e meios que a experiência tenha indicado como ineficazes, ou incompatíveis com os objetivos simultâneos de estabilidade e desenvolvimento.

A explosão demográfica e as crescentes aspirações de bem-estar do povo estão a indicar a aceleração do desenvolvimento como imperativo da sobrevivência democrática dêste País.

Assim parece impor-se, naturalmente, como tônica da política econômico-financeira, a procura de altos índices de crescimento para dêles subtrair, gradativamente, parcelas capazes de neutralizar os efeitos inflacionários dos desajustes setoriais remanescentes.

Desta forma, na medida em que uma política realista e dinâmica permita utilizar em maior grau a capacidade ociosa de vários ramos industriais, e também da infra-estrutura, sobretudo com o fortalecimento e monetização da economia rural, teremos condições de desacelerar ràpidamente a corrida inflacionária, cuja cronicidade resulta, em grande parte, do descompasso entre o crescimento dos principais setores da economia e da inadequada política tributária e de orientação dos capitais.

A concessão de suficiente crédito selecionado com rigorosa preferência para os empreendimentos de mais rápida maturação e que respondam por efetiva criação de riqueza, para satisfação de legítimas necessidades do povo, parece ser instrumento muito mais eficaz para aliviar a pressão inflacionária do que as surradas tentativas de restrição global aconselhada por muitos teóricos.

É pacífico, hoje, que além de insuficiente, a produção primária apresenta distorções que se refletem em maior ou menor grau na industrialização, e nas demais atividades, e ninguém ignora que enquanto a escassez da oferta torna os preços, em alta, incompatíveis com os salários, êstes naturalmente buscam o seu equilíbrio, pressionando todo o sistema para cima.

A agricultura, promotora tradicional de nossa riqueza, permanece ainda com extraordinária responsabilidade na atual conjuntura, por se achar a ela vinculada mais de metade da população, que representa o grande mercado a fortalecer,-e ainda em boa parte a incorporar à economia monetária.

Por isso não é necessário esfôrço extraordinário de imaginação para compreender que grande parte da população ainda se encontra excluída do mercado de manufaturas por falta de trabalho que lhe propiciaria adequado poder de compra.

É óbvio que a modéstia dos índices globais de consumo nacional decorre da abstenção maior das populações rurais, já que não há como sacrificar os padrões mínimos de convivência social, vigentes no meio urbano, além de certos limites.

Proclama-se há muito a existência de acentuado desnível entre a agricultura e as demais atividades econômicas, sem que tenha sido possível qualquer passo decisivo na melhoria dessa posição.

E isto ocorre precisamente porque a agricultura brasileira, em seu conjunto, salvo raríssimas exceções, é rotineira, caracterizando-se pelo elevado conteúdo de trabalho braçal e parca utilização da moderna tecnologia.

Em conseqüência da baixa produtividade resultante, vive o País sob a permanente ameaça de escassez de alimento e matérias-primas e o homem do campo condenado à extrema miséria que desestimula a maioria de nossa população rural.

Tanto por imposição de eqüidade social, como por imperativo de ordem econômica, urge se mobilize a nação para um extraordinário esfôrço pela melhoria da produtividade agrícola; se inatingível o ótimo de tal objetivo, de imediato, será mister conseguir-se pelo menos o bom, com maior volume de produção, sem o que não lograremos a expansão continuada da indústria nem o fortalecimento de salário real dos demais setores.

A solução inequívoca consiste na canalização maciça de recursos para o setor primário. Sem adequado nível de capitalização seria ocioso pensar em modernização da agricultura, ou em sua segura expansão.

Parte dêsses recursos terá de ser destinada a investimentos no setor educacional e na assistência técnica, mas paralela ou antecipadamente cabe ampliar e aperfeiçoar o sistema de crédito que assegure não só o custeio, mas dê completa assistência à atividade agropastoril, inclusive para colocação das colheitas nas melhores condições e com o mínimo de desperdício.

Um programa, dêsse tipo, de grande envergadura, a ser executado, em curto prazo, alcançará, sem dúvida, custo extremamente elevado, em têrmos monetários, consideradas nossas escassas disponibilidades de capital, mas é o que teremos de pagar para resolver o atual impasse da economia brasileira.

Qualquer ação nesse sentido não só terá repercussão imediata sôbre o consumo de produtos manufaturados, mas propiciará condições de desenvolvimento continuado da indústria, pela série de efeitos multiplicadores que, afinal, se refletirão sôbre tôdas as atividades produtivas da nação.

GOVÊRNO DE MINAS INVESTE CR$ 72 BILHÕES NO PLANO INTEGRADO DE DESENVOLVIMENTO DO NOROESTE PARA MELHORAR A REGIÃO

Em uma área do Noroeste mineiro — maior do que o Estado de Pernambuco — com um dos mais baixos índices de desenvolvimento econômico e social do País e onde seus poucos habitantes nunca sentiram o estímulo para o progresso, o Govêrno de Minas Gerais resolveu aplicar Cr$ 72 bilhões num dos mais arrojados projetos já realizados, a que deu o nome de Plano Integrado de Desenvolvimento do Noroeste, por saber que o aproveitamento da riqueza natural daquela região poderá transformá-la num grande potencial econômico do Estado.

Uma emprêsa de economia mista — a Fundação Rural Mineira (RURALMINAS) — foi criada pelo Govêrno especialmente para coordenar a execução do projeto. Os trabalhos começarão nos próximos meses e serão realizados por órgãos do Estado em conjunto com o IBRA, o INDA e o Ministério da Agricultura, para que quatro anos após, aquela região comece a proporcionar o retôrno das aplicações, recolhendo, sòmente durante o quinto ano, cêrca de Cr$ 30 bilhões de impostos.

Na área de 110 mil quilômetros quadrados, cada um dos 3 habitantes que moram em um quilômetro quadrado, assistirá e dará sua parcela de contribuição nas obras de colonização rural, construção de estradas vicinais ligadas à rodovia-tronco para levar a produção aos grandes centros consumidores, construção de subestações, rêdes e linhas de distribuição de energia elétrica, nas obras de saneamento e em tôdas as edificações que levarão o progresso àquela região.

Tôdas estas obras, como diz o próprio nome do projeto, serão integradas, conjugadas entre si, isto é, construídas ao mesmo tempo e uma em função da outra, a fim de que o homem do noroeste tenha as condições de saúde, educação, bem-estar social e os instrumentos mecânicos, a energia elétrica e os meios de comunicações, suficientes e necessários, para que possa produzir o que a terra lhe oferece, e, finalmente, o transporte que leve o resultado de seu esfôrço e do Govêrno aos grandes centros consumidores.

INTERÊSSE PRIORITÁRIO

Quando assumiu o Govêrno do Estado em 31 de janeiro de 1966, o Governador Israel Pinheiro, entre todos os seus planos administrativos, dedicava especial atenção à Região Noroeste de Minas — Alto Médio São Francisco e Paracatu — compreendida entre Minas e Brasília.

Esta localização geográfica excepcional, próxima ao pólo de crescimento vertiginoso surgido no Planalto Central do Brasil, já seria um motivo suficiente para ser vista com grandes esperanças.

Mas existem outras razões para que seu desenvolvimento fôsse planejado prioritàriamente: suas terras férteis, e alto índice pluviométrico e a sua grande bacia hidrográfica.

PLANEJAMENTO

Com a criação do Conselho Estadual de Desenvolvimento — para planejamento global da economia do Estado e da integração dos órgãos da administração entre si —, o Governador Israel Pinheiro transmitiu-lhe a incumbência de elaborar um plano para dinamizar e sistematizar a produção agropecuária da Região Noroeste de Minas, com seus benefícios econômicos e sociais.

Uma equipe de técnicos, sob a orientação direta do engenheiro Eliseu Resende — atual Vice-Presidente do Conselho — trabalhou durante quase um ano, pesquisando e estudando a fundo a região em todos os seus aspectos e apresentando, finalmente, o Plano Integrado de Desenvolvimento da Região Noroeste — ou, simplesmente, o Planoroeste.

SITUAÇÃO FISIOGRÁFICA

A Região Noroeste divide-se nas Regiões Fisiográficas do Paracatu e Alto Médio São Francisco, com três sub-regiões:

1 — Alto Rio Paracatu;

2 — Alto Rio Prêto e Alto Urucuia; e

3 — Sub-região do São Francisco.

Nestas três sub-regiões, o clima, é tropical superúmido, úmido e semi-úmido, com índices pluviométricos variáveis entre 2 800 mm, 1 200 mm e 900mm.

Quatro bacias têm condições de serem usadas na produção de energia elétrica, exploração da pesca e irrigação: Rio Paracatu, com seus afluentes: Escuro, Prata, Tabocas, Santa Catarina, Prêto, Caratinga, Barra da Égua, Sono, Gaitas, Santa Fé e Paulista; Rio Urucuia com o São Vicente, São Domingos, Conceição, Tabocas, e ainda os Rios Pardo e Pandeiros.

A topografia é bastante uniforme, com elevação gradativa dos valôres para as cabeceiras dos grandes rios. Na margem direita do São Francisco há predominância de terras baixas; na margem esquerda, três tipos principais: terras planas ao lado dos rios, ondulações moderadas nas regiões de elevação mediana e altiplanos recortados de vales profundos, nas cabeceiras dos rios e ribeirões.

A situação dos solos também é favorável: nas terras baixas de várzeas apresentam formação recente, com predominância de matéria orgânica e elevada capacidade de plantio, enquanto nas partes altas existem terrenos arenosos e mesmo calcários.

ASPECTOS ECONÔMICOS E HUMANOS

Situada em sua quase totalidade à margem esquerda do Rio São Francisco, entre um centro populacional significativo como Belo Horizonte e outro menos, como Brasília, a Região Noroeste de Minas possui uma extensão aproximada de .. 114 000 quilômetros quadrados, nos quais viviam em 1960 apenas 385 272 pessoas, com uma densidade demográfica insignificante, de 3,3 habitantes por quilômetro quadrado, o que lhe dá a condição de um dos grandes vazios populacionais do País.

Històricamente, é uma região resistente ao povoamento, com uma estrutura agrária fundamentada na grande propriedade, funcionando à base de uma economia de subsistência que sòmente agora demonstra os primeiros sinais de um crescimento econômico ainda grandemente condicionado aos impulsos gerados nos dois pólos de influência: Belo Horizonte e Brasília.

É notável o contraste apresentado pela cobertura de pastos naturais, nos altiplanos, com a vegetação exuberante dos férteis vales formados pelos inúmeros ribeirões.

Aí, a atividade econômica fundamental, e quase exclusiva, é a criação extensiva de bovinos, nas pastagens naturais. As concentrações urbanas existentes não têm expressão senão local. O mesmo ocorre na Parte Sul, no Alto Paracatu, onde a mineração foi significativa no passado e poderá voltar a ser, com maior expressão, pelas atividades atuais nas minas de zinco de Vazantes.

A outra área — a mais vinculada em suas atividades com o Rio São Francisco — tem na navegação fluvial o principal elemento responsável pela sua integração, enquanto a ligação da Estrada de Ferro Central do Brasil realiza a sua articulação com Belo Horizonte.

A cultura agrícola — ainda com características de subsistência — lançada sôbre os solos aluvionais das margens do São Francisco tende a atingir maior expressão que a verificada nos vales do Urucuia e Paracatu, em virtude da possibilidade de navegação do Rio por pequenos barcos.

A charqueada, a pesca o gado suíno e a cana-de-açúcar são recursos relativamente expressivos, todos com algum potencial econômico. A tradição regional é, no entanto, a criação extensiva, controlada pelo pólo de influência regional, que é a Cidade de Montes Claros.

CONCLUSÕES

A partir destas constatações e de outros estudos feitos no local, os técnicos do Conselho Estadual do Desenvolvimento concluíram que:

1) a Região Noroeste do Estado tem tôda a sua estrutura econômica montada sôbre a atividade primária, principalmente a pecuária extensiva e a agricultura;

2) o regime de apropriação da terra é deficiente, baseado em propriedades altamente improdutivas, do ponto-de-vista agrícola;

3) a população, predominantemente rural, tem baixo nível de escolaridade e de aperfeiçoamento profissional;

4) embora sem dados estatísticos de renda regional, trata-se de uma das mais baixas renda *per capita* do País;

5) a região tem uma infra-estrutura ainda deficiente para suportar ou impulsionar um desenvolvimento acelerado; e

6) colocada entre um mercado crescente (Belo Horizonte e região Centro-Sul do País) e outro potencialmente importante (Brasília), a região pode vir a ter acelerado o seu processo de crescimento, desde que lhe sejam dadas as condições mínimas para absorver os influxos positivos irradiados dêstes dois pólos.

E concluem:

"Atuando através de um consistente plano de desenvolvimento da região, estará o Estado diminuindo o seu desnivelamento em relação a outras áreas, tornando-o econòmicamente importante, e propagará uma mentalidade desenvolvimentista, que possibilite novos investimentos na área."

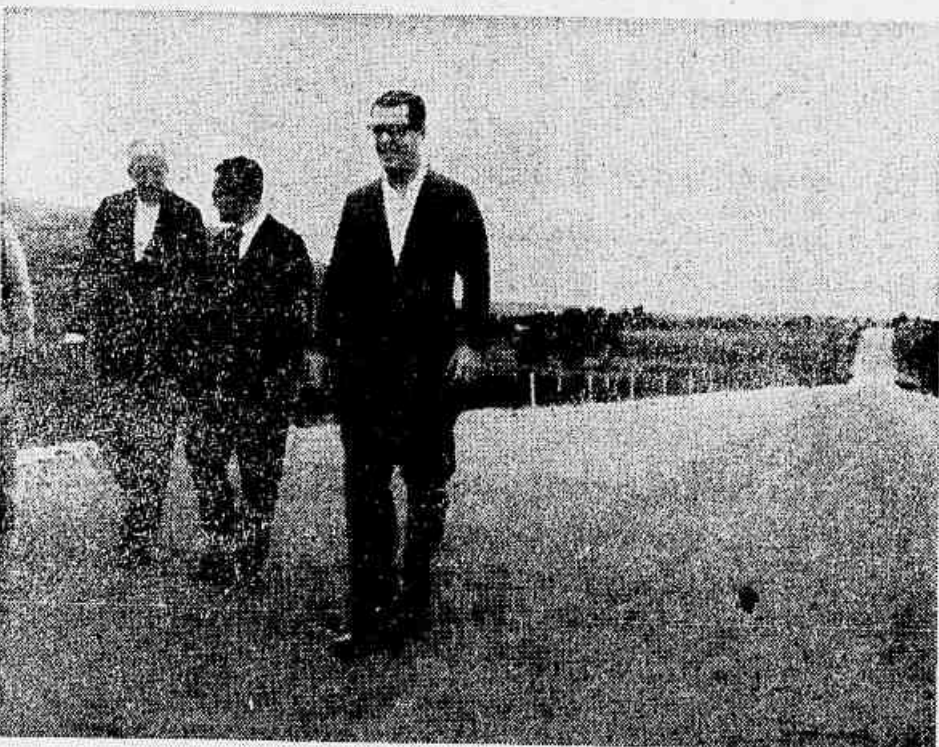
PLANO PARA O HOMEM

A partir dêstes dados, o Plano Integrado de Desenvolvimento da Região Noroeste teve como objetivo principal a melhoria das condições do homem da região, levando a êle novas técnicas e novos métodos de trabalho, a partir da implantação de um infra-estrutura capaz de suportar êsse desenvolvimento.

Dessa infra-estrutura fazem parte, prioritàriamente, a criação de uma rêde de estradas, de um sistema de produção e distribuição de energia elétrica, construção de escolas, hospitais, e atendimento em alguns outros setores, essenciais ao desenvolvimento de qualquer atividade econômica.

CONVÊNIO COM O IBRA

No dia 21 de novembro de 1966, o Govêrno mineiro e o IBRA — Instituto Brasileiro de Reforma Agrária — assinaram um convênio, no Rio de Janeiro, para sistematizar a diretriz para a aplicação e a implantação de trabalhos que visam dotar o produtor rural das condições necessárias a um trabalho técnico que promova o desenvolvimento econômico e a elevação da produção, uma vez que dez municípios da região — Paracatu, João Pinheiro, Buritizeiro, Bonfinópolis de Minas, Unaí, Buritis, Formoso, Arinos, Santa Fé e São Romão — estão incluídos no plano prioritário de reforma agrária daquele Insti-

tuto, porque sua localização geoeconômica beneficiará diretamente a Brasília e todo o Planalto Central.

Pelo convênio, o IBRA e o Govêrno do Estado comprometeram-se a implantar, na região:

"1 — o sistema de estradas-tronco, previsto no Plano Noroeste, interligando os distritos de colonização e as áreas de demonstração ao sistema rodoviário estadual e federal, permitindo o fácil acesso e permanente condição para o escoamento da produção regional;

2 — o sistema básico de geração e distribuição de energia elétrica aos distritos de colonização e áreas de demonstração, de forma a permitir seu abastecimento permanente neste setor, de acôrdo com as diretrizes estabelecidas no *Planoroeste;*

3 — dois distritos de colonização, com tantos núcleos quantos necessários, para abrigar um mínimo de 1 000 famílias cada um;

4 — o sistema de incentivo e proteção à agropecuária regional, através de entidades criadas ou contratadas pelo IBRA, dotados de estrutura adequada à prestação de serviços, industrialização, beneficiamento, armazenamento e comercialização de produtos agropecuários; e

5 — pelo menos cinco áreas de demonstração".

ESTRADAS REGIONAIS

O sistema de estradas regionais constituirá um dos elementos mais importantes para o desenvolvimento da região. Dentro da programação fixada pelo Planoroeste, nos limites da região mineira da Área Prioritária de Reforma Agrária de Brasília, serão construídas estradas com as seguintes diretrizes:

1 — ligação João Pinheiro-Brasilândia-Bonfinópolis de Minas e Urucuia;

2 — ligação de São Romão a Patos;

3 — ligação Unaí-Buritis-Formoso;

4 — ligação Unaí-Brasilândia-Patos;

5 — ligação Bonfinópolis-São Romão;

6 — ligação Urucuia-Arinos-Buritis;

7 — ligação Buritis — Januária.

Ao todo serão construídos pelo Govêrno mineiro 1 500 quilômetros de rodovias, dentro de um critério de prioridade que atenda diretamente ao escoamento da produção dos Núcleos Coloniais e zonas vizinhas sob a sua influência.

SISTEMAS BÁSICOS DE ENERGIA ELÉTRICA

A energia elétrica para os núcleos de colonização deverá ser fornecida pela Usina de Três Marias, localizada no Rio São Francisco, pela Usina hidrelétrica de Pandeiros e pelo sistema elétrico de Brasília, através de uma rêde de transmissão que consistirá de:

200 km de linhas de transmissão de 138 kv.

400 km de linhas de transmissão de 69 kv.

300 km de linhas rurais de 13,8 kv.

Para cada núcleo, prevê-se uma subestação abaixadora com capacidade para expansões futuras.

IRRIGAÇÃO

65 650 hectares de terra serão irrigados, por gravidade, a partir de reservatório proposto e com águas desviadas dos Rios Paracatu, Urucuia, São Francisco e Prêto.

Com a experiência que se obtiver com a irrigação pioneira de 36 000 hectares será estudada a viabilidade de estender o seu emprêgo às terras que seriam inundadas pelos reservatórios da região.

SERVIÇOS COMUNITÁRIOS

Visando a estabelecer condições para plena utilização da terra pelos parceleiros e colonos, promovendo seu progresso e bem-estar, serão implantados nos Distritos e Núcleos grupos escolares, serviços de assistência sanitária, social e técnica através de centros instalados em cada colônia.

A concessão de créditos será feita através das carteiras agrícolas da rêde bancária oficial de Minas e do Banco do Brasil.

OS NÚCLEOS COLONIAIS — LOCALIZAÇÃO

Para a concretização do plano, o fator mão-de-obra será resolvido pelo Govêrno mineiro em conjunto com o IBRA, através de migrações espontâneas, e orientadas trazendo camponeses de outras regiões do Estado e, também, técnicos e mão-de-obra especializada.

Atualmente estão sendo reunidos e manipulados os dados geo-sócio-econômicos dos municípios da região, os quais permitirão o estudo detalhado de cada núcleo a ser instalado.

Mas, algumas áreas já estão delimitadas para o estabelecimento de núcleos coloniais:

Área 1 — Bacia do Alto Rio Prêto — implantação de um Distrito de pecuária leiteira, composto de quatro núcleos para o abastecimento de Brasília, localizado nas proximidades de Unaí, em região de terras férteis, que permitirão a formação, com relativa facilidade, de capineiras para a alimentação do rebanho.

Áreas 2 e 3 — Bacias do Ribeirão das Gaitas e do Rio Urucuia.

A localização de áreas reservadas para implantação de dois núcleos coloniais de fruticultura nos vales do Ribeirão das Gaitas e do Rio Urucuia se justifica pelas características de solos que apresentam, representativos da região, assim como pelas extensas áreas que ficarão sob suas influências colonizadoras. Ressalte-se ainda duas tentativas de Reforma Agrária e experimentos no setor da fruticultura que estão sendo levados a efeito no Vale das Gaitas. O fluxo da produção a ser obtido neste núcleo será dirigido para Belo Horizonte, enquanto a do Urucuia se destina a Brasília.

Área 4 — Bacia do Baixo Rio Prêto (Brasilândia)

— Entendimentos já mantidos com a Superintendência da Comissão do Vale do São Francisco e as características técnicas imprimidas aos trabalhos que esta autarquia federal executa na Colônia Agropecuária do Paracatu mostram esta área como a mais favorável para a instalação de um núcleo de seleção e treinamento de colonos.

Dentro do projeto, pode ser êste Núcleo considerado como o de maior importância para o desenvolvimento regional, dadas as suas características de abastecedores dos demais núcleos e da região, não sòmente de colonos tècnicamente treinados, como também de sementes básicas, mudas e matrizes.

Área 5 — Bacia do Alto Médio Urucuia

Finalmente, com o fito de complementar o Distrito colonial do Alto Rio Prêto na produção leiteira, com vistas ao abastecimento de Brasília, foi reservada uma área próxima de Buritis. Dentro desta área serão estabelecidas 100 famílias em um núcleo colonial, com possibilidades de expansão, propiciando à vasta região do Alto Médio Urucuia a possibilidade de desenvolvimento racional da agricultura e pecuária leiteira.

OS NÚCLEOS COLONIAIS — ESTRUTURA SÓCIO-ECONÔMICA

Os técnicos do Conselho Estadual de Desenvolvimento estão estudando atualmente com grande cuidado a questão homem-terra, que é reconhecida como de grande complexidade e considerada como fato básico, mesmo de sucesso ou fracasso do empreendimento. Em princípio, comparadas as informações obtidas e examinadas as causas de insucesso de métodos adotados em experiências anteriormente tentadas, duas decisões podem ser tomadas como definitivas:

1) o investimento previsto deverá ser amortizado ùnicamente com os recursos obtidos da produção dos núcleos coloniais cujo início está previsto para dentro de quatro anos;

2) o têrmo definitivo de domínio sòmente será entregue aos colonos após a emancipação econômica do Núcleo a que pertençam.

Estas duas premissas se impõem pela necessidade de ser imprimido o sentido de comunidade aos Núcleos Coloniais, evitando-se, de início, o acesso à terra dos elementos que sòmente visam a comercialização do imóvel rural, valorizado pela implantação da infra-estrutura projetada. Por outro lado, possibilitam eliminar o paternalismo estatal, realçando o sentido de colaboração recíproca entre o particular e o Govêrno.

Para a execução prática destas duas medidas, será necessária a constituição de entidades coordenadoras da produção e da comercialização em cada um dos diversos Núcleos Coloniais. Dentre as várias estruturas estudadas e debatidas, evidenciaram-se as vantagens do sistema cooperativista.

RURALMINAS

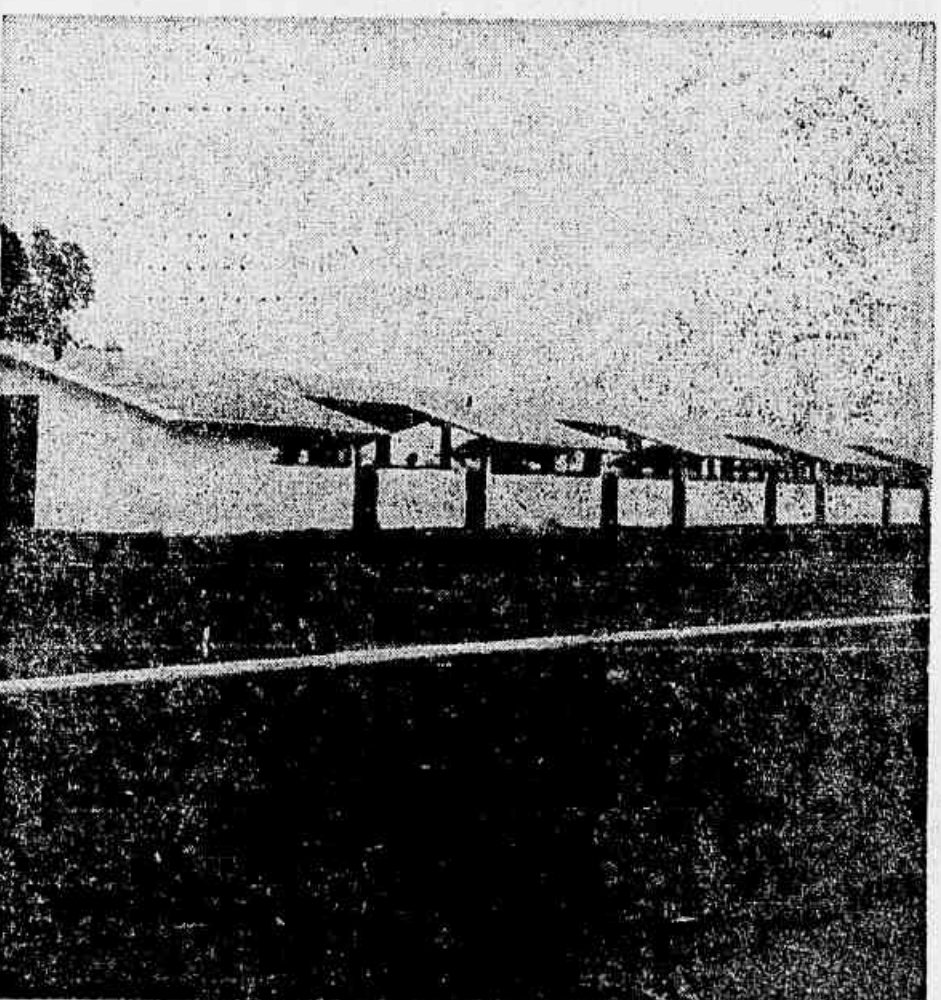
Para que todos êstes benefícios à economia mineira pudessem se tornar realidade, e, ao mesmo tempo atendendo aos métodos modernos de administração, o Govêrno mineiro resolveu criar uma entidade para coordenar e estruturar as atividades de órgãos estaduais dentro do Plano Integrado de Desenvolvimento da Região Noroeste de Minas, surgindo a Fundação Rural Mineira — RURALMINAS, através da Lei 4 278, de 21 de novembro de 1966.

Com características paraestatais e em forma jurídica e administrativa de Fundação, a RURALMINAS é administrada por um Conselho Curador, do qual fazem parte técnicos e representantes de organismos federais e estaduais, o que permite obter-se dentro da própria entidade a coordenação dos esforços de todos aquêles que, diretamente, se responsabilizarão pelo andamento dos trabalhos do Planoroeste.

A RURALMINAS foi instalada nos últimos dias de janeiro e começa agora a elaboração dos projetos específicos dos núcleos de colonização — que ficarão sob a sua responsabilidade — assim como inicia contatos para a coordenação e elaboração dos projetos a cargo de outros órgãos estaduais, objetivando a ter o mais ràpidamente possível todos os dados necessários no início dos trabalhos na região Noroeste, e em completo entrosamento com o IBRA — Instituto Brasileiro de Reforma Agrária.

OS RECURSOS

Dos Cr$ 72 bilhões que serão investidos no Plano Integrado, Cr$ 19 bilhões são do Govêrno mineiro — incluindo-se o que será gasto na implantação de estradas — e os restantes virão do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária — IBRA, do Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário — INDA, do Ministério da Agricultura e dos colonos e agricultores que se interessarem.

Alguns organismos internacionais também participarão do investimento, financiando a longo prazo o Govêrno do Estado, principalmente na compra de material técnico e implantação das estradas tronco e vicinais na Região Noroeste.

FIPEME

JAYME MAGRASSI DE SÁ

O FIPEME é um Fundo instituído pelo BNDE para fomentar a evolução da pequena e média emprêsa no País. Trata-se de um tipo de crédito especializado, concedido com base em projeto específico que discipline a aplicação de capital fixo destinado a melhorar as condições de produção das emprêsas médias e pequenas, cuja situação, quase que de um modo geral no País, padece de insuficiência acentuada.

A necessidade do advento do FIPEME talvez não precisasse ser mencionada; seria suficiente dizer que se retardou em demasia. Não obstante, conviria destacar alguns aspectos nem sempre considerados quando se analisa êsse nôvo tipo de financiamento.

O crédito especializado para o pequeno e médio empresários tem os seguintes resultados positivos:

A) — DO PONTO-DE-VISTA DA ECONOMIA NACIONAL:

I — Concorre para o crescimento do Produto Nacional Bruto, elastecendo a oferta de bens industrializados, o que é relevante no auxílio à política de combate à inflação e na de fortalecimento da estrutura econômica;

II — Amplia a demanda de equipamentos fabricados no País, ajudando não só a melhorar a utilização da capacidade de produção instalada nesse setor industrial, como também a ampliar e diversificar a produção interna dêsse tipo de bens;

III — Alarga a demanda intermediária, isto é, a demanda industrial, concorrendo para a instalação de grandes unidades fabris nos setores básicos e para ampliar o consumo de matérias-primas, o que estimula o aproveitamento de recursos naturais do País;

IV — Melhora a produtividade numa área de produção em que os níveis são baixíssimos, propiciando, em conseqüência, a condição básica para a redução de custos;

V — Em larga margem, amplia a oferta de empregos aos novos contribuintes de população, e;

VI — Fortalece a concorrência, evitando ou contendo as tendências oligopolistas que surgem, por vêzes, na esteira do desenvolvimento.

B) — DO PONTO-DE-VISTA DO SISTEMA FINANCEIRO:

I — Representa importante evolução em nosso sistema financeiro, pois corresponde ao atendimento apropriado de ampla faixa da demanda de crédito;

II — Concorre para fortalecer a estrutura financeira da pequena e média emprêsas, ajudando-as, sobretudo as de médio porte, a vizualizar as mudanças de escala;

III — Habilita tais emprêsas, progressivamente, a voltarem-se para o mercado de capitais, na medida em que êste se fôr tornando capaz de corresponder aos apelos do movimento de capitalização;

IV — Alivia a pressão sôbre o crédito geral, já excessivamente congestionado por fôrça de uma obsolescência sensível em seus quadros e sistemas, e;

V — estimula a aplicação de recursos próprios dos empresários, o que representa fator de mobilização de poupanças voluntárias para fins reprodutivos e reação à fuga de tais poupanças para fins especulativos ou sua manutenção em ociosidade indefensável.

C) — DO PONTO-DE-VISTA DAS EMPRÊSAS:

I — fortalece a estrutura técnico-operacional e racionaliza seus sistemas de produção;

II — melhora a posição competitiva no mercado;

III — aperfeiçoa os padrões de gestão industrial, financeira e administrativa, e

IV — amplia as oportunidades, tanto em têrmos de mercado, quanto de modificação nas escalas da produção.

O FIPEME foi lançado pelo B.N.D.E. não em caráter episódico, mas como um fundo rotativo, de funcionamento permanente, que capitaliza e reaplica os resultados de suas operações. Objetiva preencher uma lacuna sensível e traduz um esfôrço do setor financeiro público em favor de ampla faixa do empresariado nacional. A êsse respeito, aliás, diga-se de passagem, atende exatamente aquela faixa do empresariado brasileiro que mais necessita de apoio, quer pela fragilidade financeira que apresenta, quer pela incapacidade quase generalizada que tem revelado de recorrer diretamente a créditos externos, ou mesmo ao crédito oficial para investimento, até há pouco concentrado nos grandes empreendimentos, sinônimo de grandes emprêsas. Diga-se, ademais, que estando habilitado a outorgar aval a créditos externos, o FIPEME oferece às emprêsas de pequeno e médio portes apoio valioso para que disputem financiamentos no exterior.

Os recursos iniciais do FIPEME, isto é, os recursos que compuseram sua massa financeira no período inicial de lançamento, somaram cêrca de US$ 40 milhões, assim compostos:

A) — Empréstimo do BID, equivalente a US$ 27 milhões;

B) — Empréstimo do Kreditanstalt, equivalente a .... US$ 6,8 milhões;

C) — Contribuição do BNDE, equivalente a US 6,8 milhões.

Êsse volume de recursos foi virtualmente comprometido em 18 meses de operação, o que é um sucesso digno de registro, se considerarmos tratar-se da fase inicial de um programa nôvo. Levando em conta o aporte com que participam do Programa os agentes do FIPEME — entidades regionais de fomento — bem como a contribuição dos próprios mutuários, pois o Fundo concorre, em média, com não mais de 50% do investimento global de cada projeto, o programa levou a uma aplicação da ordem de US$ 90 milhões, investimento sem dúvida significativo na área de pequena e média emprêsas.

Alguns números poderão ilustrar o movimento do FIPEME até novembro de 1966 (dados à época da elaboração destas notas), como espelhado no quadro que segue:

INVESTIMENTO GLOBAL DOS PROJETOS ATENDIDOS

SETOR DE ATIVIDADE	IMPLANTAÇÃO			EXPANSÃO			TOTAL	
	Nº Proj.	₢ Milhões	US$	Nº Proj.	₢ Milhões	US$	₢ Milhões	US$
Mecânica	3	1.458,2	18,999	40	29.677,5	1,418,613	31,135,7	1,437,612
Têxtil	1	104,7	--	30	14.328,2	3,107,876	14.432,9	3,107,876
Metalúrgica	2	883,9	--	25	14.839,5	1,004,540	15.723,4	1,004,540
Química	4	3.003,3	126,000	21	17.869,1	1,367,029	20.872,4	1,493,029
Alimentação	8	5.300,9	139,545	20	17.038,8	440,679	22.339,7	580,224
Indústria de Madeira	1	11.923,4	2,177,530	12	10.675,0	1,717,231	22.598,4	2,894,761
Artefatos de Borracha e Plástico..	-	--	--	9	5.980,5	239,738	5.980,5	239,738
Gráfica	-	--	--	8	6.900,0	1,319,202	6.900,0	1,319,202
Couros e Peles	1	75,4	--	8	3.616,3	142,462	3.691,7	142,462
Transformação Mineral	2	709,2	--	7	3.137,0	--	3.846,2	--
Papel e Papelão	-	--	--	4	1.149,2	24,000	1.149,2	24,000
Material Elétrico e de Comunicações	-	--	--	6	2.614,4	--	2.614,4	--
Fibras Vegetais	-	--	--	2	2.873,4	817,330	2.873,4	817,330
Celulose	-	--	--	2	1.253,6	26,000	1.253,6	26,000
Mobiliário	-	--	--	2	894,0	2,613	894,0	2,613
TOTAL	22	23.459,0	2,462,074	196	132.846,5	11,627,313	156.305,5	14,089,387

Êsses números referem-se às operações recomendadas até a data referida acima. As operações deferidas foram em maior número, algumas de contratação abandonada por dificuldades dos próprios beneficiários. Por outro lado, em 1966, 18 operações, em montante superior ao equivalente a US$ 2,5 milhões, perderam-se por impossibilidede de filiarem-se as emprêsas respectivas à CONEP.

Para o lançamento e consolidação do FIPEME, o BNDE desenvolveu um grande esfôrço. De um lado, a adequação técnica que se fêz necessária, já que a análise de um projeto de porte médio e pequeno requer, ela mesma, certa especialização, devendo refletir sensibilidade e capacidade dedutiva, sem que seja gasto tempo superior ao que podem esperar os postulantes, dadas suas condições e dificuldades; além disso, nem sempre estão as pequenas e médias emprêsas em condições de apresentar um projeto na acepção da palavra, com informações amplas e cabais, requerendo, assim, a análise das postulações, uma percuciência mais aguda e mais sensível. De outro lado, as dificuldades com que se debatem as pequenas e médias unidades industriais do País dificultam-lhes uma organização menos empírica, o que se reflete tanto em seus esquemas contábeis, quanto em seus registros administrativos e legais. Essa realidade dificulta a conclusão das operações, retarda a contratação dos empréstimos e amortece o ritmo da aplicação de recursos. Tudo isso, porém, vem sendo superado e o próprio FIPEME vai desenvolvendo, ao longo de seus financiamentos, tôda uma ação de assistência aos empresários, por vêzes chegando mesmo a ajudá-los amplamente no transformar suas postulações em projetos pròpriamente ditos.

As perspectivas do FIPEME são bastante amplas. Há, ainda, um campo enorme a percorrer em matéria de assistência aos empresários nacionais de pequeno e médio portes. E não apenas em têrmos de capital fixo, mas também de capital de giro e de assistência técnica. Na medida em que o Fundo fôr ganhando repercussão, o próprio empresariado irá adquirindo uma atitude mais positiva no colaborar com o FIPEME para o aumento progressivo da eficiência que está revelando.

É possível admitir que já em 1967, as dimensões do programa se avolumem. Em matéria de recursos é de prever-se que o FIPEME venha a dispor, no mínimo, de uns US$ 45 a US$ 50 milhões, se o Banco Interamericano do Desenvolvimento e o Kreditanstalt für Wiederaufbau, como se espera, vierem a renovar sua contribuição; e se os agentes do Fundo, também como se espera, incrementarem a sua. Considerando-se o esfôrço financeiro dos próprios beneficiários, é de julgar-se que, neste exercício, os investimentos globais proporcionados pelo FIPEME na sua área de atuação possam alcançar a um volume equivalente a US$ 100 milhões. Claro está que êsse movimento global dependerá do ritmo dos negócios e da retomada do desenvolvimento, neutralizando a tibieza que se observou na postulação de recursos investíveis a partir do início do último trimestre de 1966.

Não seria demais dizer que o FIPEME é uma conquista da política nacional de desenvolvimento, e que o sucesso alcançado na sua fase de infância prognostica uma evolução auspiciosa, institucionalizando um eficaz mecanismo de crédito seletivo e especializado.

PERSPECTIVAS DE DESENVOLVIMENTO DA METALURGIA NO BRASIL

WALTER FERRI DA SILVEIRA HORTA

1 — Introdução

Os metais e as ligas metálicas apresentam uma escala de importância relativa, a partir dos metais comuns como ferro, cobre, zinco e chumbo, nos primeiros estágios do desenvolvimento industrial, até os metais de aplicação mais complexa como: zircônio, berilo, cádmio e nióbio eque sòmente são usados em maior escala nos países industrialmente mais avançados.

A comparação entre a posição relativa das indústrias de metais básicos no Brasil e nos Estados Unidos, em relação aos respectivos produtos internos brutos, mostra o relativo atraso em que se encontra a Indústria Nacional de Metais Não Ferrosos, como resultado mais direto do próprio estágio de desenvolvimento industrial do Brasil.

QUADRO 1

POSIÇÃO RELATIVA DAS INDUSTRIAS DE METAIS BASICOS

INDUSTRIAS DE METAIS BASICOS	PARTICIPAÇÃO DO VALOR ADICIONADO NO PIB	
	Brasil (1)	EUA (2)
Ferro e Ferro-Ligas	2,241	1,798
Metais não-Ferrosos	0,404	0,823
TOTAL	2,645	2,621

FONTES: IBGE — SNR — Censo Industrial de 1960
The Structure of U. S. Economy — W. W. Leontief

(1) — Brasil — Valor de Transformação Industrial em Relação ao PIB
(2) — EUA — Valor Adicionado, Segundo a Matriz de Insumo-Produto.

Verifica-se que a situação dos metais básicos, como um todo, apresenta-se semelhante nos dois países, enquanto em têrmos relativos o setor de metais não ferrosos é bem menos importante no Brasil. Esta situação se explica pelo estágio atual de diversos ramos industriais, importantes consumidores de metais não ferrosos e que ainda são incipientes no Brasil, como as indústrias aeronáutica, eletrônica, de material bélico (incluindo foguetes espaciais) e indústrias de aparelhos elétrico-industriais. Por outro lado, as condições favoráveis de quantidade, qualidade e localização das jazidas de ferro e manganês no Brasil, têm estimulado o desenvolvimento da produção nacional, há mais de meio século, o que explica sua importância para o País.

Assim, o reduzido tamanho do mercado interno para os metais não ferrosos e a localização das jazidas em locais com deficiência de transportes e energia, como se verá adiante, atuaram no sentido de colocar o Brasil como dependente de importações dêstes metais apesar dos esforços feitos pelo Govêrno e pelo Setor Privado, principalmente a partir de 1955 e dentro do Programa de Metas.

Em 1964, a importação brasileira de metais atingiu a cifra de US$ 102 012 162, representando 8,074% do total das mercadorias importadas. Os Metais não-Ferrosos representaram 49,2% desta cifra, com US$ 50 195 407. O quadro abaixo mostra a relação dos metais importados e respectivos valôres para aquêle ano.

QUADRO 2

BRASIL — IMPORTAÇÕES DE METAIS, EXCLUSIVE FERRO, AÇO E SUAS LIGAS, EM 1964

Metais e Suas Ligas	Valor das Importações US$1.00	Quantidade Importada em Kg
Cobre	21.286.318	28.152.478
Zinco	10.505.994	31.055.932
Alumínio	9.873.094	18.802.671
Prata e Metais do Grupo da Platina	4.057.424	49.858
Níquel	1.575.380	68.487
Chumbo	1.022.005	4.216.105
Magnésio	940.924	1.501.970
Cobalto	277.758	77.751
Cádmio	207.129	28.123
Molibdênio	196.583	7.466
Outros Metais (*)	253.798	184.880
TOTAL	50.195.407	84.100.925

Fonte: SEEF
(*) — Outros Metais — Berilo, Antimônio, Tungstênio, Tântalo, Cromo, Manganês, Bismuto, Estanho e outros menores.

O que normalmente ocorre nos diversos países com relação aos metais não ferrosos são as seguintes posições:

a) — países exportadores de minérios — são os países que possuem as maiores minas ou jazidas e que não têm mercados consumidores internos significativos. Em alguns casos e devido a condições locais favoráveis alguns países realizam o refino do minério, sendo, portanto, exportadores do metal;

b) — países importadores de minérios — são geralmente os países que têm grande consumo interno dos metais;

c) — países importadores dos metais, como o Brasil, em que o reduzido tamanho do mercado interno e o desconhecimento ou inexistência de grandes jazidas, não estimulam o desenvolvimento da metalurgia, podendo ser considerado como pequenos consumidores no comércio internacional.

Estas posições explicam, em parte, porque não foi possível realizar na década de cinqüenta e na primeira metade dos anos sessenta, uma substituição maior das importações de não ferrosos, apesar dos estímulos criados pelo Govêrno.

2 — As Novas Perspectivas

No processo de desenvolvimento industrial brasileiro ocorreram as diferentes fases de substituição de importações de bens de consumo duráveis, bens de capital, abrindo desta forma amplas perspectivas para o desenvolvimento interno das indústrias de bens intermediários, como metais e indústrias químicas de um modo geral.

Com o desenvolvimento das indústrias metal-mecânicas no País, seja para produção de bens de consumo duráveis ou de máquinas e equipamentos industriais — ampliando o mercado consumidor — com os investimentos de infra-estrutura (energia e transportes) já feitos pelo Govêrno, dando condições de exploração e acesso a diversas jazidas; com o desenvolvimento dos projetos específicos do Plano Mestre Decenal de Avaliação de Recursos Minerais; e, com a dependência ainda das importações, estabelecem-se condições de mercado favoráveis ao rápido incremento da produção de metais no Brasil. Resta acrescentar, ainda, às condições indicadas anteriormente, as oportunidades de exportação seja de minérios e/ou de preferência, dos metais e suas ligas. Porém, diversas etapas deverão ser ainda concluídas para que a produção nacional possa acelerar o ritmo de crescimento.

3 — A Produção Nacional

A produção primária de metais no Brasil em 1963/64/65, é indicada no quadro a seguir.

QUADRO 3

BRASIL — PRODUÇÃO PRIMARIA DE ALGUNS METAIS, EXCLUSIVE FERRO — 1963/1964/1965 — PRINCIPAIS EMPRÊSAS

Metais	Unidade de Medida	Produção 1963	1964	1965
Alumínio	T	23.500	27.800	30.500
Cobre (*)	Kg	527.420	2.074.346	1.097.506
Estanho	Kg	2.035.114	1.560.824	1.591.934
Chumbo	T	16.580	14.648	9.443
Ouro	Kg	3.895	4.197	4.663
Prata	Kg	8.621	9.761	7.145
Níquel (**)	T	3.108	3.293	3.703

Fonte: EPEA
(*) — Cobre refinado
(**) — Ferro-níquel

Além desta produção metalúrgica, o Brasil exportou os seguintes minérios, exclusive ferro, no ano de 1964:

QUADRO 4

BRASIL — EXPORTAÇÃO DE MINÉRIOS METÁLICOS, EXCLUSIVE FERRO, EM 1964

Minérios	Valor em US$	Quantidade em Toneladas
Manganês	20.614.568	832.918
Berilo	408.607	1.421
Tantalita	318.316	82
Xilita	246.613	328
Bauxita	124.436	3.550
Columbita	15.818	11
Não Especificados	35.544	43

Fonte: SEEF

Depreende-se dêstes dois quadros a existência de diversas emprêsas, em operação, na produção de metais e na mineração, do que resultará, de imediato, na predominância de programas de ampliação, cujos principais efeitos são os seguintes:

a) menores custos de investimento por tonelada/ano de capacidade de produção adicional;

b) melhoria nos índices de economias de escala;

c) aproveitamento de capacidade técnico-administrativa já adaptada às condições brasileiras.

4 — Expansão da Produção Nacional nos Próximos Anos

Com a implementação dos projetos existentes, a produção nacional deverá apresentar nos próximos anos o seguinte crescimento:

QUADRO 5

BRASIL — EXPANSÃO PLANEJADA DA CAPACIDADE ANUAL DE PRODUÇÃO DE ALGUNS METAIS NÃO FERROSOS

Metais	Capacidade Anual de Produção-Metal: Atual Ton/Ano	Planejada Ton/Ano	Ano de Conclusão Ampliação	Investimentos Previstos US$ 1,000.00
Alumínio	39.000	129.000	1974	125,975
Cobre	3.600	43.780	1974	164,720
Zinco	7.200	57.200	1976	24,010
Ferro-Níquel (*)	1.694	2.694	1969	2,109

Fonte: EPEA
(*) — Níquel contido

Através dêstes dados, pode-se ter uma idéia da expansão prevista para o setor nos próximos anos. Além dêstes investimentos correspondentes a algumas emprêsas, um volume apreciável de investimentos deverá ser feito por outras emprêsas, principalmente nos estágios de laminação ou produção de semi-acabados.

Com relação a outros metais como estanho e chumbo, apesar de não estarem concluídos os planos, deverão ser feitos investimentos básicos em mineração.

Deve-se notar, ademais, que muitos minérios a partir dos quais são obtidos os metais indicados no quadro anterior, contêm, também, outros metais em menor proporção do que o principal, e que, dependendo da escala de produção do metal principal, são econômicamente recuperáveis.

muitos dêstes obstáculos serão reduzidos de tal forma que, além de se expandir, a produção nacional terá condições de competir em têrmos de preço no mercado internacional, assegurando preços mais baixos para o consumidor nacional e condições de exportação para as usinas produtoras, o que representará em alguns casos, fator decisivo para o desenvolvimento do Setor de Metais não-Ferrosos no Brasil.

5 — Principais Obstáculos à Competitividade de Preços.

Apesar da existência de projetos e programas de ampliação da produção nacional, seja devido à expansão do mercado consumidor interno, do melhor conhecimento dos recursos minerais brasileiros ou devido aos investimentos já realizados pelo Govêrno em transportes e energia, existem obstáculos à competitividade da indústria brasileira de metais não ferrosos em têrmos de preços internacionais. Esta situação é causada pelos seguintes motivos principais:

a) — distâncias jazidas-usinas-mercados. Dois casos exemplificam êste tipo de dificuldade. O Território Federal de Rondônia é atualmente a principal área produtora de cassiterita no País. Para que o minério possa ser recolhido das jazidas de Pôrto Velho, têm sido empregados os sistemas de transportes mais variados: ou lombo de burro e barcos ou helicópteros. Ademais as condições atuais de deficiência de abastecimento, inclusive víveres e as doenças tropicais existentes na área, tornaram penosas as explorações. No caso do chumbo, por outro lado, o metal, sob a forma de minério concentrado ou metal puro, percorre a distância de 4000 km entre a jazida e o consumidor;

b) — preço de insumos básicos, para as indústrias de metais não ferrosos como energia elétrica e óleo combustível, que chegam a representar no Brasil até 70% do custo dos insumos. É amplamente conhecido que os preços dêstes dois insumos é muito maior no Brasil do que em outros países;

c) — falta de economias de escala, devido ao pequeno tamanho das usinas, tornando, em muitos casos, antieconômico o aproveitamento de outros metais obtidos no refino do metal principal. O procedimento adotado normalmente pelas usinas é de acumular durante alguns anos os resíduos, escórias e lamas anódicas, para obter volumes econômicamente exploráveis. Porém estas operações sòmente se verificam de 3 em 3 ou de 5 em 5 anos e representam, apenas, um lucro esporádico.

Espera-se, contudo, que, com a realização dos planos de expansão das usinas, com os investimentos programados pelo Govêrno em transportes e energia e com a adoção de certas medidas propostas no Plano Setorial de Metais Não Ferrosos

COHAB FLUMINENSE ACABA COM FAVELA NO PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL

Uma das favelas de Campos. Tôdas serão erradicadas pelo Conjunto Residencial João XXIII, quase concluído com as suas 256 casas, e pelos dois outros conjuntos que darão mais 500 casas no Município de Campos

A COHAB-RJ (Companhia de Habitação Popular do Estado do Rio de Janeiro), criada pela Lei n.º 5.623, de 12 de novembro de 1965, foi instalada sòmente em fevereiro de 1966. Conta, pois, com um ano de atividade, tendo renovado a Diretoria em 9 de setembro do ano passado.

A maior tarefa da COHAB-RJ consistiu em vencer o descrédito generalizado no que se refere à construção de casas para as camadas sociais de menor poder aquisitivo, incluídas sempre em planos de financiamento acima de suas possibilidades reais. Hoje os conjuntos residenciais estão à vista das comunidades e, felizmente, superado o pessimismo das classes mais atingidas pela crise habitacional.

Outro objetivo plenamente alcançado foi ganhar a compreensão das municipalidades, por isso que os Prefeitos já estavam também na área de incidência dos que NÃO ACREDITAVAM EM MAIS NADA. Ei-los agora entusiasmados e contribuindo decisivamente para o levantamento de núcleos de casas urbanas que realizam a erradicação das favelas e dão a casa própria a todos que investem o capital do seu trabalho no progresso comunitário.

Possui a COHAB-RJ diversos terrenos recebidos em doação, de mais de uma dezena de municípios fluminenses, já que aplica os financiamentos apenas na construção de casas, estando concluindo o Conjunto Residencial João XXIII, com 256 residências, na cidade de Campos, e o Conjunto Residencial Mahatma Gandhi, com 63 casas, na cidade de São Gonçalo, utilizando financiamento da USAID, que também será empregado nas cidades de Niterói e de Petrópolis, onde a COHAB-RJ mantém entendimentos com a Legião Brasileira de Assistência e na Baixada Fluminense com os órgãos da Previdência Social e com a Companhia Urbanizadora da Rêde Ferroviária Federal, no sentido de conseguir áreas destinadas ao levantamento de núcleos residenciais.

Contando com financiamento do Banco Nacional de Habitação, está a COHAB-RJ projetando a cobertura dos municípios de Miracema (onde todo o levantamento social está pronto, assim como a parte técnica), Araruama, Macaé, Resende e outras comunidades do Estado do Rio.

A COHAB vem optando pela construção de diversos núcleos menores numa mesma cidade, visando a facilitar a integração social de seus habitantes e evitando o enquistamento conseqüente das grandes vilas, compenetrando-se assim cada família de sua participação completa na vida de tôda a comunidade.

A COHAB-RJ diligencia, ao mesmo tempo em que promove a edificação de grupos de moradia, no sentido de que todos sejam providos, além de serviços essenciais como os de água, esgôto e luz, de um Centro Comunitário, dotado de serviço social, ambulatório médico, unidade de vigilância e com estrutura para motivar outras medidas em benefício da coletividade. E os projetos reservam áreas destinadas ao comércio em geral, dando ênfase ao estabelecimento de uma farmácia e à fixação de uma unidade escolar, sem limitar a radicação de outras unidades úteis ao desenvolvimento educacional de todos.

Recentemente, visitando o Conjunto Residencial Mahatma Gandhi, em São Gonçalo, e há pouco mais de um mês, percorrendo a área de Conjunto Residencial João XXIII, em Campos, mister Bill J. Williams, Chefe da Divisão Habitacional da USAID, teve impressões tão agradáveis que as tornou públicas, desejando salientar sua confiança na obra planejada e executada pela Companhia de Habitação Popular do Estado do Rio de Janeiro.

As casas urbanas que a COHAB-RJ entrega à utilização dos favelados, agindo precisamente na área onde a crise é uma realidade irrecusável, dando prazo de pagamento até 20 anos, com o custo médio de três milhões e quinhentos mil cruzeiros, com três quartos, sala, cozinha e instalações sanitárias, não ultrapassam a média de contribuição mensal de vinte e cinco mil cruzeiros, quando o "comércio de aluguel de barracos" alimenta hoje, sabidamente, elementos que vivem da exploração dos que não têm teto, com alugueres superiores a esta mensalidade.

O Govêrno do Estado do Rio não se limita a apoiar com o seu prestígio as medidas colocadas em ação pela COHAB-RJ, mas garantiu a sua consolidação. O Governador Geremias de Matos Fontes está muito empenhado no problema habitacional, disposto a sustentar e ampliar a área de atuação da Companhia de Habitação Popular do Estado do Rio de Janeiro, há cinco meses transformando em realidade os projetos elaborados.

Evidentemente estamos fornecendo ao leitor um resumo das atividades da COHAB-RJ, mas um resumo do que já foi realizado e a íntegra no espírito da retomada do desenvolvimento. Sintetizamos igualmente as obras em andamento e colocamos na tela das melhores perspectivas o programa de 1967, marcha firme para atingir todo o Estado do Rio de Janeiro, vencendo a crise habitacional que há de ceder na razão direta das favelas erradicadas e na construção de centros habitacionais com casas urbanas que sejam o abrigo de milhares de fluminenses que cooperam para o progresso do Estado do Rio.

A Diretoria atual da COHAB-RJ, que se reuniu à primeira vez em 15 de setembro de 1966 logo depois de eleita, está assim constituída: Dr. Nilo Peçanha Araujo de Siqueira, Diretor Presidente; Dr. José Pereira da Silva Porto, Diretor do Departamento Técnico; assistente social Diana Valéria Pessanha Venancio, Diretora do Departamento de Serviços Sociais, e jornalista Latour Arueira, Diretor Financeiro.

Não é um projeto, mas uma casa já construída

Grupo de casas do Conjunto Residencial João XXIII, em Campos

Outra perspectiva do Conjunto Residencial João XXIII

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E IMPLOSÃO TECNOLÓGICA

HERCULANO BORGES DA FONSECA

Para que se processe uma retomada segura do desenvolvimento econômico do Brasil é preciso que não seja descurado o problema vital da assistência técnica externa.

Os conhecimentos humanos levaram séculos para dobrarem. Mas, agora, segundo constatam as maiores autoridades científicas, êles duplicam em cada dez anos, aproximadamente.

No campo da tecnologia processa-se um fenômeno semelhante ao que ocorre no da população: a população da Terra levou milhões de anos para atingir 3 bilhões; atualmente, calcula-se que ela chegará a 6 bilhões, até o fim do presente século!

Em países que estejam na fase de desenvolvimento do Brasil, o problema da tecnologia é mais dramático do que nas nações desenvolvidas, como os Estados Unidos, que podem dar-se ao luxo de mobilizar 300 000 técnicos com o objetivo de colocar três homens na Lua, até 1970.

Para que se tenha uma idéia da nossa pobreza relativa basta saber-se que o número de nossos técnicos não vai muito além de 3 000, em todo o País, e que o Instituto Nacional de Tecnologia conta com menos de 450 funcionários dos quais, em 1965, havia 57 engenheiros e químicos, 13 técnicos e 97 oficiais administrativos, num total de 167 pessoas apenas.

Desta forma, não será possível pretender-se que o Brasil possa retomar seu ritmo de desenvolvimento e, mesmo, acelerá-lo se não fôrem adotadas providências, de âmbito nacional, com prioridade absoluta, no sentido de propiciar, no mais curto prazo, um acúmulo de conhecimentos tecnológicos. Mas isto só poderá ser feito se tivermos inteligência suficiente para compreendermos e admitirmos que o progresso tecnológico só pode operar-se com o auxílio externo; seria, além de impossível, ridículo pretendermos redescobrir as coisas já conhecidas e descobertas.

É fenômeno observado por todos os sociólogos e economistas que o que tem permitido o desenvolvimento fantástico que se vem operando no mundo, principalmente na última década, é a **implosão de tecnologia**. Esta resulta de uma aproximação crescente de culturas, técnicos e cientistas através do imediatismo da telecomunicação eletrônica e das viagens a jato. A **implosão tecnológica** está permitindo que os centros mais avançados de pesquisa se mantenham permanentemente em contato e que os cientistas e técnicos se reúnam em diversos congressos e conferências, nos pontos mais remotos da Terra, para trocarem opiniões e idéias, aperfeiçoando seus métodos de pesquisa. Essa constante tomada de contato e de consciência dos problemas recíprocos é que constitui a **implosão tecnológica**. A ela devemos o milagre da duplicação decenal dos conhecimentos científicos da Humanidade.

Vejamos agora quais são as facilidades e as condições estabelecidas pela legislação brasileira sôbre o que é chamado de assistência técnica, científica e administrativa, recebida do exterior, fazendo algumas considerações sôbre a formação do **know-how** no setor mecânico, que é o mais dinâmico de nossa economia e do qual depende a sustentação de nosso ritmo de desenvolvimento.

Ainda recentemente, foi publicado pelo Grupo de Coordenação do Setor da Indústria Mecânica e Elétrica, formado pelo EPEA-MINIPLAN — Ministério da Indústria e Comércio e Órgãos Participantes do GEIMEC inclusive representantes do setor privado, um interessante diagnóstico sôbre a indústria mecânica e elétrica. Ali são estabelecidos os conceitos básicos de **engenharia de processo, engenharia de produto e engenharia de fabricação.**

Partindo do exemplo de uma fábrica de automóveis, a **engenharia de processo** consiste na seleção do terreno, na localização de prédios destinados às oficinas, escritórios, almoxarifados, vestiários etc., na localização da maquinaria, sua especificação técnica e quantificação, no fluxo adequado de matérias-primas e, enfim, na concepção geral do método a ser utilizado na montagem do veículo.

A **engenharia de produto** consiste no desenho do automóvel pròpriamente dito, que é o produto final do processo de montagem.

A **engenharia de fabricação** é representada pelo desenho detalhado dos componentes, até o menor dos parafusos.

Com relação à **engenharia de produto**, assinala o referido trabalho que ela apresenta problemas distintos, quando aplicada à fabricação de bens de consumo durável ou de bens de capital. Assim, "o desenho do automóvel é usado repetitivamente na fabricação de centenas de veículos idênticos; quando muito sofrerá alterações de pequena importância. Vê-se, pois, que o custo dêsse projeto será distribuído por um grande número de produtos idênticos, isto é, seu pêso será pequeno em cada unidade produzida".

"Muito diferente é o caso, por exemplo, da ponte rolante que é instalada naquela fábrica. Embora fazendo parte do processo de montagem, ela é produto para o fabricante de pontes rolantes, o qual não pode produzi-la em larga escala; no máximo algumas dezenas de pontes iguais serão fabricadas. O resultado é que o custo de seu projeto tem, relativamente, maior pêso no custo total de cada unidade. Exemplo típico é o do projeto de turbinas hidráulicas, pois cada unidade, ou grupo de unidades, é projetada para um caso específico, que deve atender ao regime fluvial, à altura de queda, à potência etc... Então, o custo de seu projeto é parcela considerável no custo de fabricação".

"Os desenhos de detalhes para elaboração dos produtos representam a **engenharia de fabricação**, a qual constitui, em relação às anteriores, um problema relativamente menor. Êsse tipo de engenharia é a primeira fase a ser vencida pelos países em início de desenvolvimento industrial. A evolução da indústria mecânica no Brasil evidencia claramente esta afirmação".

Na fase a que atingiu a industrialização brasileira, quando já se deu, em grande parte, a nacionalização da **engenharia de fabricação** e a **engenharia de produto**, é inteiramente nacional ou apresenta elevado índice de nacionalização para uma grande parte de bens de consumo durável, o ramo dos bens de capital não atingiu, ainda, o mesmo desenvolvimento. Assim sendo, deve o País beneficiar-se dos conhecimentos técnicos acumulados pelos países mais adiantados, para tanto sendo necessário garantir seja pago seu valor, sempre que os mesmos sejam fornecidos.

O trabalho citado assinala que, embora a legislação tenha sido favoràvelmente alterada, ainda subsistem grandes dificuldades burocráticas; "o principal obstáculo reside no conceito das diferentes formas de remuneração da técnica importada frente aos problemas fiscais." Relembra que há três formas de aquisição do **know-how**:

"a) aquisição de projetos completos, estudos técnicos, ou desenhos específicos de máquinas e equipamentos. Neste caso, a remuneração corresponde à compra de serviços de engenharia, por uma quantia determinada, geralmente independente de percentagens adicionais cobradas sôbre as vendas do produto;

b) assistência técnica permanente ou solicitada em cada caso. O pagamento é, geralmente, uma percentagem sôbre o movimento de vendas da indústria contratante;

c) **royalties** que envolvem a exploração de processos industriais patenteados ou marcas comerciais. Remunerado sempre em função de uma percentagem sôbre as vendas."

Entretanto, aduz o estudo daquele Grupo de Coordenação, a legislação brasileira não faz perfeita distinção entre as três formas de remuneração e, salvo nos casos particulares, que só ùltimamente têm sido passíveis de identificação, elas são equiparadas às remessas de lucros, portanto, com implicações profundas no que tange aos aspectos tributários.

No momento, as remessas relativas à compra de projetos estão sujeitas ao tributo de 25%, de Impôsto de Renda, e que deve ser pago sôbre o custo líquido do projeto; a remessa, na realidade, corresponde a 1,33% dêsse custo.

Comenta o trabalho: "É, pois, evidente que os gravames que ainda pesam sôbre os pagamentos dos projetos de assistência técnica constituem óbice a dificultar o progresso da técnica no País, uma vez que a obrigatoriedade do recurso à experiência internacional vem onerar o custo do produto nacional". Daí ser recomendada uma ação imediata do Govêrno na execução ou consideração prioritàriamente do reexame da legislação sôbre o Impôsto de Renda e criação de um Fundo de Desenvolvimento tecnológico, administrado por um órgão central e empenhado em evitar a dispersão de recursos pelos diversos centros de pesquisa.

* * *

Pelo visto, se faz necessária uma revisão da legislação do Impôsto de Renda sôbre o assunto em tela.

As leis em vigor parecem ter partido do pressuposto de que se não fôsse cobrado o mesmo percentual de impôsto de renda, tanto para as remessas de lucros, quanto para às de assistência técnica, administrativa e semelhantes, bem como para pagamento de **royalties** etc., haveria uma tendência para a fraude e para a classificação inadequada do tipo da remessa que estivesse sendo feita. Assim, se as remessas de assistência técnica sofressem menos tributação, ou nenhuma, isso seria um convite à classificação como tal, de remessas que, de fato, fôssem de lucros. Portanto, o que se verifica é o seguinte: para evitar-se uma possível fraude na classificação da remessa, tornou-se onerosa a remessa relativa a compras de projetos. Estas são equiparadas às de **royalties**. Entretanto, tratam-se de duas espécies bem distintas do mesmo gênero. Se existe uma justificação bastante plausível para que as remessas de **royalties** sejam tributadas na mesma base que as de lucros, parece absurdo que se considerem as compras de projetos e a assistência técnica e científica como idênticas aos pagamentos de **royalties** e de uso de marcas de indústrias e de comércio. Nesta última hipótese, aufere o detentor do **royalty** uma renda que deve ser tributada por ter sido produzida no Brasil. **Já no caso da compra de projetos, a verdade é que êstes constituem autênticas importações de uma parte essencial à fabricação do produto,** que se equipara em importância à própria matéria-prima utilizada na sua produção. Sem ela ou sem os projetos não seria possível produzirmos certos equipamentos, ou então teríamos que despender somas muitas vêzes maiores para a importação dos produtos estrangeiros já acabados, sem as vantagens óbvias que auferimos quando os fabricamos no Brasil, quer pelo aprimoramento da técnica nacional, quer dando trabalho à mão-de-obra do País, quer utilizando grande parte de matérias-primas ou outros fatôres de origem interna, com a conseqüente economia de divisas.

Daí ser indispensável e justificar-se uma modificação na legislação em vigor para que possa o País, beneficiar-se, em tôda sua plenitude, da assistência técnica, científica e administrativa e das compras de projetos no exterior.

Um exame da legislação em vigor indica que, a partir da Lei n.º 4131, de 3-9-1962, foi instituído na Superintendência da Moeda e do Crédito (hoje transformada em Banco Central da República do Brasil) um serviço especial de registro de capitais estrangeiros e de operações financeiras com o exterior, **no qual são registradas as remessas para o exterior de royalties e de pagamento de assistência técnica**.

O Art. 9.º daquela lei determinou que as pessoas físicas e jurídicas que desejarem fazer transferências para o exterior a título de lucros, dividendos, juros, amortizações, **royalties, assistência técnica, científica, administrativa e semelhantes**, deverão submeter aos **órgãos** competentes do **Banco Central e da Divisão de Impôsto sôbre a Renda** os contratos e documentos que forem considerados necessários para justificar as remessas, dependendo as mesmas do registro da emprêsa no Banco Central e da prova de pagamento do Impôsto de Renda que fôr devido.

Como assinalamos acima, em virtude da maneira por que a Lei tratou o problema dos **royalties** assistência técnica, científica, administrativa e semelhantes, o assunto vem sendo encarado como se tôdas essas coisas fôssem uma só e se revestissem de uma simplicidade que de fato não têm. Disso resultam sérios prejuízos para o País, que precisam ser evitados por meio de um aprimoramento da legislação que vise a permitir a importação de tecnologia sem os percalços que atualmente ocorrem.

São várias as condições impostas para os **registros** e para as **remessas**. Vejamo-las:

1.º) Do registro

Os pedidos de registro de contratos (para efeito de transferências financeiras para pagamento de **royalties**, devidos pelo uso de patentes, marcas de indústria e de comércio ou outros títulos da mesma espécie) serão instruídos com certidão probatória da existência e vigência, no Brasil, dos respectivos privilégios concedidos pelo Departamento Nacional de Propriedade Industrial, bem como de documento hábil probatório de que êles não caducaram no país de origem. Isto é o que dispõe o Art. 11 da Lei n.º 4 131.

O Banco Central poderá, quando considerar necessário, verificar a assistência técnica, administrativa ou semelhante, prestada a emprêsas estabelecidas no Brasil, que implique remessa de divisas para o exterior, tendo em vista apurar a efetividade dessa assistência (Art. 10).

2.º) Das remessas para o exterior

As remessas para o exterior dependem tanto do registro da emprêsa no Banco Central quanto da prova de pagamento do Impôsto de Renda que fôr devido.

Em casos de registros requeridos e ainda não concedidos nem denegados a realização das transferências poderá ser feita mediante têrmo de responsabilidade assinado pelas emprêsas interessadas dentro do prazo de 1 (um) ano, a partir da Lei n.º 4.390, que foi prorrogado já duas vêzes (Decretos nos. 56.389, de 20.9.1965 e 59.496, de 9.11.1966).

No caso previsto, as transferências sempre dependerão de prova de quitação do Impôsto de Renda.

3.º) Do regime tributário

A Lei n.º 4.131, modificada pela Lei n.º 4.390, de 29.8.1964, estabeleceu um sistema duplo, relativamente às remessas. De um lado, tratou das deduções possíveis, nas declarações de renda, para efeito do Art. 37 do Decreto n.º 47.373 (para encontrar-se o lucro líquido da emprêsa). De outro lado, estabeleceu as limitações que podem vir a ser impostas às remessas em momentos de dificuldades cambiais e crises no balanço de pagamentos. São êstes, dois aspectos distintos.

No que tange ao primeiro dêles, estabeleceu o Art. 12 que as somas das quantias devidas a título de **royalties** pela exploração de patentes de invenção ou uso de marca de indústria ou comércio, por assistência técnica, científica, administrativa ou semelhante, poderão ser deduzidas nas declarações de renda, para efeito do Art. 37 do Decreto n.º 43.373, de 7.12.1959 (atual Decreto n.º 55.762, Art. 18, e Decreto n.º 58.400, de 10.5.1966, Art. 175 (Regulamentação do Impôsto de Renda), até o limite de 5% (cinco por cento) da receita bruta do produto fabricado ou vendido.

Serão estabelecidos e revistos periòdicamente, mediante ato do Ministro da Fazenda, os coeficientes percentuais admitidos para as deduções a que se refere êste artigo, considerados os tipos de produção ou atividades reunidos em grupos, segundo o grau de essencialidade.

No momento o assunto é regulado pela Portaria n.º 436, de 30.12.1958, do Ministro da Fazenda, publicada no Diário Oficial de 30.12.1958 — Seção I, página 27.523.

Esclarece § 2.º do Art. 12 que as deduções serão admitidas quando comprovadas as despesas de assistência técnica, científica, administrativa ou semelhantes, desde que efetivamente prestados tais serviços, bem como mediante o contrato de cessão ou licença de uso de marcas e de patentes de 'invenção, regularmente registrado no País, de acôrdo com as prescrições do Código de Propriedade Industrial (Decreto-Lei n.º 7.903, de 27 de agôsto de 1945, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 8.481, de 27-12-1945).

Aduz o § 3.º do mesmo artigo que tais despesas de assistência técnica, científica, administrativo ou semelhantes **sòmente poderão ser deduzidas nos 5 (cinco)** primeiros anos do funcionamento da emprêsa ou da introdução de processo especial de produção, quando demonstrada a sua necessidade, **podendo êste prazo ser prorrogado até mais 5 (cinco)** anos, por autorização do Conselho Monetário Nacional.

A lei **considera como lucros distribuídos e tributados** de acôrdo com os Arts. 43 e 44 as quantias devidas a título de **royalties** pela exploração de patentes de invenção e por assistência técnica, científica, administrativa ou semelhante, que não satisfizerem as condições ou excederem os limites previstos no Art. 12.

Como sabemos, os Arts. 43 e 44 são os que estabelecem um impôsto suplementar de renda sempre que a média das remessas em um triênio, a partir de 1963, exceder a 12% (doze por cento) sôbre o capital e reinvestimentos, que será calculado sôbre o montante dos lucros e dividendos líquidos efetivamente remetidos a pessoas físicas e jurídicas residentes ou com sede no exterior. A tabela segundo a qual o impôsto suplementar é cobrado varia de 40% (quarenta por cento) a 60% (sessenta por cento), conforme os lucros oscilem entre 12% (doze por cento) até acima de 25% (vinte e cinco por cento) sôbre o capital e reinvestimentos.

Tal impôsto é cobrado com um acréscimo de 20% (vinte por cento) no caso de emprêsas aplicadas em atividades econômicas de menor interêsse para a economia nacional, tendo em conta inclusive sua localização, definida em decreto do Poder Executivo, mediante audiência do Conselho Nacional de Economia e do Conselho Monetário Nacional.

Segundo o § único do Art. 13, também será tributado de acôrdo com os Arts. 43 e 44 o total das quantias devidas a pessoas físicas ou jurídicas residentes ou sediadas no exterior, a título de uso de marcas de indústria e de comércio.

Como vemos, a legislação em vigor é bastante drástica, do ponto de vista tributário, com relação às remessas de quantias devidas a título de royalties e por assistência técnica, sendo ainda mais desestimulante com relação às importâncias devidas pelo uso de marcas de indústria e de comércio.

O legislador foi mais além e, no Art. 14, declarou, taxativamente, que não serão permitidas remessas para pagamentos de "royalties", pelo uso de patentes de invenção e de marcas de indústria ou de comércio **entre filial ou subsidiária de emprêsa estabelecida no Brasil e sua matriz** com sede no exterior ou quando a maioria do capital da emprêsa no Brasil pertença aos titulares do recebimento dos **royalties no estrangeiro**. Neste caso também não é permitida a dedução nas declarações de renda, **para efeito do Art. 37 do Decreto n.º 47.373, até o limite máximo de 5% (cinco por cento)** da receita bruta do produto fabricado.

É preciso salientar-se aqui um ponto que tem provocado muita confusão nos leitores mais apressados da legislação de capital estrangeiro: a proibição de **remessa entre subsidiárias e matrizes** só se aplica a **royalties** pelo uso de patentes de invenção e marcas de indústria e de comércio e **não a** serviços de assistência técnica, científica, administrativa ou semelhantes. Êstes poderão ser pagos mesmo que existam os vínculos estreitos, mencionados na lei, entre a matriz e a filial ou subsidiária. De acôrdo com o § único do Art. 20, do Decreto n.º 55.762, de 17.2.1965, considera-se subsidiária de emprêsa estrangeira a pessoa jurídica, estabelecida no País, de cujo capital com direito a voto pelo menos 50% (cinqüenta por cento) pertença, direta ou indiretamente, à emprêsa com sede no exterior.

A fim de permitir o ingresso no País de um certo tipo de assistência técnica e científica, absolutamente indispensável para a instalação de novas emprêsas e para o fabrico de bens de produção essenciais para o processo de desenvolvimento industrial, foi baixada a Portaria n.º 184, de 8.6.1966, do Ministério da Fazenda.

Considerando a necessidade de dirimir dúvidas de interpretação quanto à incidência do impôsto de renda "sôbre os rendimentos decorrentes da venda de serviços relativos à elaboração de projetos de investimento", e, considerando a necessidade de estimular a formulação e o estudo de projetos do investimento essenciais ao desenvolvimento econômico e social do País", resolveu o Sr. Ministro da Fazenda dar um tratamento mais favorável para determinados tipos de assistência técnica, principalmente para aquela que é prestada sob a forma de estudos de planejamento ou programação econômica regional ou setorial; estudos de viabilidade técnica e econômica ou de localização de projetos de investimento; desenho e especificação de conjuntos industriais, bem como das instalações e dos equipamentos que o compõem; desenho e especificação de equipamentos a serem importados ou adquiridos no País e que se destinem à execução de projetos de investimentos no Brasil; pesquisas e experiências de laboratório ou de produção industrial ou semi-industrial etc.

A Portaria n.º 184 é bastante longa e assaz confusa, como aliás tôda legislação de capital estrangeiro no Brasil. Ela "aplica-se sòmente a serviços contratados e aprovados a priori ou a posteriori pelo Banco Central da República do Brasil, a preço certo ou a preço baseado em custo demonstrado, acrescido de percentagens correspondentes a custos gerais e lucro, excluídas quaisquer formas de pagamento baseadas em percentagens de receita ou quantidade de produção do projeto de investimento a ser executado." (Alínea II).

A mesma Portaria é cheia de exceções e definições complicadas, o que faz com que nem as autoridades do Banco Central nem as fazendárias até hoje hajam definido com exatidão quais os casos que são favorecidos e quais os que não o são.

A Portaria fala em desenhos e especificações de equipamentos que se destinem à execução de projetos de investimentos, dando a impressão de que quando tais desenhos e especificações forem destinados à fabricação de bens de produção e de bens de consumo e não a **projetos**, o regime será outro.

O fato é que é preciso, urgentemente, neste País, que os economistas, técnicos e outros especialistas em direito tributário comecem a ter mais piedade das emprêsas e dos contribuintes, poupando-os de verdadeiras indigestões legislativas que lhes estão sendo causadas por leis e regulamentos superabundantes, complicados e mal redigidos. Para que seja válido o princípio da Lei de Introdução ao Código Civil de que ninguém se escusa de cumprir a lei alegando que não a conhece é preciso que ela não seja ministrada em doses acima da capacidade de compreensão e assimilação daqueles que são por ela atingidos.

Muito da desconfiança, do mal-estar, do pessimismo e do desânimo que pesa sôbre o Brasil de hoje resulta da legislação copiosíssima dos últimos tempos, tumultuada pelos decretos, resoluções e portarias que, modificando e revogando leis, não observam os princípios básicos da hierárquica legal, sem os quais não existe o Estado de Direito.

O NÔVO NORDESTE E A "REUNIÃO DO RECIFE"

Um flagrante da sessão de instalação da Reunião do Recife, vendo-se o Sr. Jorge Baptista da Silva, diretor-presidente do Banco Nacional do Norte, quando proferia o discurso inaugural do conclave

O Nordeste, com 1,5 milhão de quilômetros quadrados e mais de 25 milhões de habitantes, deixou de ser o mundo atormentado e aflito que, vindo da Colônia, atravessou o Império e chegou à República como uma espécie de enigma ou fantasma ante brasileiros perplexos e estrangeiros mal informados. Expandindo-se a uma taxa de 7% ao ano, ultrapassou a média nacional de crescimento econômico. Vive a euforia de área que se industrializa enterrando os últimos vestígios de uma estrutura voltada para o exclusivismo da exportação de produtos primários. O impasse do atraso cede lugar, pouco a pouco, à riqueza que se multiplica. A máquina alia-se ao homem para os frutos do progresso. A esperança inerente a uma população, onde cêrca de 54,4% possuem menos de 20 anos, contamina classes e setores na rebeldia democrática do desenvolvimento humanizador. O poder público e a iniciativa privada, cientes e conscientes, dão-se as mãos para a luta de transformação de recursos e potencialidades que são a dinâmica antevisão de novos dias. Saindo, corajosamente, do marginalismo a que fôra condenado, o Nordeste integra-se na vida brasileira na medida mesmo em que o Brasil se projeta na esfera internacional. O Nordeste, sob êste aspecto é, hoje, o País crescendo, da mesma maneira que o País é, também, o Nordeste em desenvolvimento. Muito há, ainda, por fazer, mas a verdade é que êle já despertou para a industrialização possível, a riqueza provável, o desenvolvimento inevitável. O Nordeste que vivia de ajudas, já está ajudando. A esperança virando realidade, o trabalho criando riqueza, a ciência e a técnica modificando a paisagem, o empresariado confiando em si mesmo e no futuro. É o Brasil que se encontra com o Nordeste, êle que fôra, durante anos, o grande desencontrado. Um nôvo Nordeste surge. Êle está presente ao desenvolvimento nacional.

O SENTIDO DA REUNIAO

A Reunião do Recife promovida pelo Banco Nacional do Norte, de 11 a 13 de janeiro p. passado, a primeira iniciativa dentro do ciclo de comemorações dos 25 anos de existência do conhecido estabelecimento de crédito, foi uma nova forma de visualização da realidade brasileira, uma maneira dinâmica e original de compreender e interpretar a problemática nordestina. Fugindo a normas e rituais conhecidos a emprêsa privada, antecipando-se ao Poder público, sem ajudas oficiais e oficiosas promovia o encontro que viria a ser um debate de idéias e princípios, procura e análise de diretrizes seguras e concretas para o empresariado não só nordestino como nacional. Teoriza-se, objetivamente, em tôrno da emprêsa privada no sentido de firmar-se uma filosofia compromissada com o desenvolvimento nacional. Não se procurava, contudo, uma filosofia fundada em afirmações apriorísticas. Perseguia-se, antes, uma postura empresarial que nascendo da análise fria dos resultados da política econômico-financeira vigente no País através da aproximação dos seus planejadores e responsáveis com aquêles que, de fato, a executam e realizam, se constituísse em inspiração e objetiva perspectiva para o futuro. O Banco Nacional do Norte ligava, assim, de forma prática, o seu desenvolvimento ao próprio desenvolvimento da emprêsa nacional. Fazia, talvez, uma profissão de fé, mas inspiraria, antes de tudo, uma nova consciência empresarial. Arredio a improvizações perigosas e fiel a uma metodologia de trabalho e ação êle entrava em contato, em nova forma e nível, com as classes produtoras e a liderança intelectual da economia e do planejamento brasileiros para, dêste contato informativo e analítico, traçar outros rumos e comportamentos ante as novas estruturas implantadas e os novos desafios impostos pela dinâmica da própria realidade brasileira. O contato, útil e produtivo, não obedeceu a nenhum preconceito, não foi condicionado por qualquer ortodoxia. Amplo, democrático, aberto, teve a marca e o sentido de um diálogo autêntico. Foram estudados conceitos os mais dispares e discutidas formulações as mais controvertidas. Não sem razão participaram expositores e debatentes dos mais diferentes setores e Estados e na própria heterogeneidade do pensamento dos Srs. Macedo Soares, Mário Henrique Simonsen, Rubens Costa e Eugênio Gudin, os conferencistas da Reunião, o importante mesmo foi a controvérsia em tôrno de problemas básicos do País, controvérsia que longe de comprometer, fortalecia ainda mais a unidade de objetivos e aspirações do nosso empresariado.

O Sr. Jorge Baptista da Silva, Diretor-Presidente daquela organização de crédito, reafirmaria, na oportunidade, o seu interêsse de bem servir à comunidade com a prestação de um serviço de interêsse público. A **Reunião do Recife** era uma dedicada prestação de serviços que se propunha, igualmente, a manter o Nordeste, como disse, "em tribuna da maior ressonância no País". A **Reunião do Recife**, produto, também, de conhecidas transformações econômicas e financeiras, visava a orientar o empresariado no sentido de uma compreensível e inevitável reformulação de métodos e atitudes. Os objetivos foram plenamente atingidos. Ultrapassando os limites da promoção, a **Reunião do Recife** afirmou-se como vitoriosa convocação dos homens de emprêsa que sentiram o Nordeste e o Brasil sob o ângulo e o signo dos novos tempos. Pela mão do BNN êles se integravam, no contexto de uma época que, elaborando outros objetivos, valôres e condutas, impõe o desenvolvimento como condição de sobrevivência nacional. O empresariado como que balanceava os acontecimentos econômicos e financeiros vividos, nos últimos anos, no Brasil e, informado e conscientizado na **antevisão de 1967** marchava, realista, ao encontro do futuro. O seu e o do País.

OS CONFERENCISTAS

A **Reunião do Recife**, aberta com discurso do Sr. Jorge Baptista da Silva, Diretor-Presidente do BNN, foi iniciada com a conferência do general Edmundo de Macedo Soares e Silva sôbre **A Emprêsa Nacional Presente ao Processo de Desenvolvimento da Economia Brasileira**. Era uma voz idônea, ouvida com interêsse e confiança pela sua autoridade de "testemunha do desenvolvimento brasileiro nos últimos quarenta anos", como afirmou o Professor Manuel Orlando Ferreira, coordenador dos debates.

Em sua exposição, o Presidente da Confederação Nacional da Indústria levantou teses de grande importância e atualidade. Conceituou o empresariado, a partir do século XX, quando se define como profissão, e defendeu, com segurança e experiência, o papel do Estado como centro dinâmico da economia nos países subdesenvolvidos uma vez que contribui para a criação de pólos de irradiação do desenvolvimento, seja através da implantação de novas emprêsas, seja através de condições institucionais (modificações de infra-estrutura, legislação de incentivos etc.) propícias à expansão da iniciativa privada. A dinamização do setor agrícola objetivando o aumento da capacidade de consumo da maioria da população brasileira foi apontada, igualmente como meta fundamental a ser alcançada pelo Govêrno e o empresariado nacional. Sob pena de se correr o risco de uma estagnação perigosa e de se ampliar a capacidade ociosa que compromete atualmente o esfôrço desenvolvimentista do povo brasileiro, o General Macedo Soares advogou a imediata criação de um amplo mercado interno e maiores índices de produtividade para o conjunto da nossa economia, terminando por apontar à indústria e ao futuro Govêrno Costa e Silva, a necessidade de implantação de uma reforma administrativa que, aumentando os índices de eficiência do serviço público, liberasse, ao mesmo tempo, ponderáveis recursos a serem reinvestidos pela iniciativa privada.

O conferencista, na fase dos debates, colocou-se contra a carga tributária que, atualmente, pesa sôbre a emprêsa privada desde que essa política, como afirmou, impede a liberação de recursos para investimentos e reinvestimentos. Fazendo, implicitamente, a apologia do desenvolvimento, êle defendia o ponto-de-vista de que os novos impostos proporcionados pelo efeito multiplicador dos investimentos sôbre a renda permitiriam ao Govêrno cobrir, senão ultrapassar, o volume dos recursos não arrecadados. Pregando, por parte do Govêrno, a adoção de uma **psicologia tributária** em relação ao contribuinte, o que levaria o Poder público, no caso, a um melhor exercício da sua função educativa, o General Macedo Soares deixou claro, também, que não era contrário, nos casos justos e cabíveis, aos subsídios à indústria nacional nem contra, muito menos, a expansão e ao adequado estímulo oficial às pequenas e médias emprêsas. O conferencista, objetivo e tranqüilo, encerrou os debates com uma profissão de fé nos destinos do País, terminando por declarar, entre palmas, que "a indústria está certa de que o Govêrno Costa e Silva promoverá as medidas indispensáveis para o reinício do desenvolvimento".

O economista Mário Henrique Simonsen tratou da **Formação de Capitais — O Mercado Financeiro e o Equilíbrio da Emprêsa.** Começou por enfatizar as perspectivas de investimentos e de captação de recursos financeiros tendo examinado, em profundidade, o dimensionamento dos investimentos públicos e suas fontes de poupança, o problema da disponibilidade de recursos para a formação de capital no setor público, a adequação dos fluxos financeiros às necessidades empresariais, especialmente no que diz respeito ao capital de giro e, por fim, o balanceamento setorial dos investimentos tendo em vista, principalmente, a sua distribuição entre os setores público e privado. Mereceu referência especial do conferencista, o Plano Habitacional do Govêrno, o qual, embora financiado pela União correspondia, para êle, a investimentos de propriedade do setor privado. Na preocupação de ampliar a infra-estrutura do País estimulando o desenvolvimento, o Govêrno, disse o Sr. Mário Henrique Simonsen, vinha aumentando os investimentos públicos, os quais, pesando sôbre a economia nacional, configuravam um elevado índice de estatização restringindo, dessa forma, a liberdade dos investimentos privados. Não sem motivos — adiantou —, mais de 60% da formação do capital do País estão nas mãos do setor público.

As queixas dos empresários contra a pesada carga tributária que suportam e as dificuldades de crédito que experimentam comprometendo, no setor, suas possibilidades de investimento mereceram detido e cuidadoso estudo do conferencista que discordou do aumento dos ônus tributários e parafiscais, bem como da retração creditícia, vista como produto, também, de despesas públicas não devidamente comprimidas aliadas ao justificável temor ante a explosão inflacionária. Examinando as atuais dificuldades da emprêsa privada, o Sr. Mário Henrique Simonsen teve oportunidade de situar suas fontes na limitação real do crédito, nos obstáculos existentes à colocação de novas ações junto ao público e no problema dos chamados lucros ilusórios, tôdas elas, disse, legítimos subprodutos da inflação crônica responsável, em última análise, pela descapitalização de muitas emprêsas, as quais, carentes de capital de giro, pressionam o sistema bancário na disputa de um crédito difícil e caro.

O conferencista, completando o estudo do quadro nacional por êle próprio esboçado, ainda teceu considerações sôbre questões ligadas ao desequilíbrio setorial da produção e dos investimentos. O desenvolvimento, como afirmou, não dependia sòmente de disponibilidade de poupanças, mas do fluxo adequado dessas poupanças para os diferentes setores, de acôrdo com as exigências de crescimento dos mercados. Êle fêz questão de reconhecer, neste particular, a existência de uma irrigação financeira desequilibrada havendo folga de recursos e excesso de demanda em alguns setores e crise financeira e capacidade ociosa, em outros. Isso, acrescentou, era o resultado dos desequilíbrios de desenvolvimento sofridos no passado e, por outro lado, decorrência das mutações legislativas excessivamente rápidas. Os desequilíbrios setoriais refletiam a coexistência de inflação e crise numa época em que os reajustes salariais estavam sendo contidos. Prematura, para o conferencista, era qualquer previsão absoluta, mas algumas condições poderiam ser apontadas para que o setor privado se desenvolvesse contribuindo, de forma decisiva, para o bem-estar da população brasileira. O combate persistente à inflação, o alívio gradativo do pêso do setor público sôbre a economia, uma maior flexibilidade das fontes de financiamento público, particularmente na área do capital de giro, a revitalização do mercado de capitais, a criação dos requisitos necessários à obtenção e à absorção efetiva de ajuda externa e a consolidação e estabilidade legislativas foram as condições indicadas para a dinamização e crescimento da emprêsa privada em face da problemática que para ela se apresentava, em têrmos do hoje e do futuro próximo. O Govêrno, disse enfim o conferencista, tem a seu crédito uma série de medidas saneadoras, mas a tarefa de restauração econômica do País ainda está por ser completada.

Os debates, livres e incisivos, levaram o Sr. Mário Henrique Simonsen a criticar o tumulto da recente legislação federal, como prejudicial à emprêsa privada, daí por que êle não receberia com surprêsa, no caso, um recuo do Govêrno no ano de 1967. Suas palavras finais constituíram uma mensagem de otimismo na defesa e construção de um desenvolvimento duradouro.

O Professor Rubens Costa, Superintendente da SUDENE, abordou o tema: **A SUDENE e a Orientação do Setor Privado,** trabalho que se constituiu em análise objetiva e crítica da economia da região e dos incentivos oferecidos pelo órgão à industrialização do Nordeste.

Salientando, inicialmente, o perfeito entendimento existente entre técnicos e empresários na luta comum de enriquecimento da região, o Sr. Rubens Costa explicou a estrutura da SUDENE, seu funcionamento e a filosofia que inspirava sua atuação. Preconizando a instalação de novas indústrias, êle defendeu, ainda, com sua experiência, para o setor agrícola, a execução de um esquema consubstanciado em programas racionais de pesquisas, crédito abundante e adequado e a intensificação dos trabalhos de extensão rural. O Superintendente da SUDENE, como um dos pontos altos de sua conferência, advogou a manutenção da política de incentivos fiscais firmada nos Artigos 34 (Lei n.º 3 995 de 1961) e 18 (Lei n.º 4 239 de 1963). Declarou, então, que os depósitos dos Artigos 34/18 já são insuficientes para cobrir os investimentos previstos com novos projetos já apresentados para estudo daquela agência de desenvolvimento e, o que é mais importante, desenvolveu uma equação sôbre a alta capacidade de solvência daquele sistema de incentivos contrariando, assim, os que, desavisada ou impatriòticamente, tentam, há mais de 12 anos, esvaziar ou extinguir tão acertada política. Desenvolvendo sua equação e aprofundando seus argumentos o Sr. Rubens Costa, de forma convincente, terminou por analisar e declarar: 1) os Artigos 34/18 produziram, em recursos, para o Banco do Nordeste do Brasil S. A., em seus cinco anos de vida, Cr$ 471 bilhões; 2) até dezembro de 1969, os investimentos no setor privado do Nordeste serão de Cr$ 800 bilhões; 3) um investimento desta ordem tem capacidade de produzir Cr$ 1,2 trilhão pagando ao Govêrno, em impostos, cêrca de 240 bilhões de **cruzeiros por ano; 4) em dois anos, pagando Cr$ 480 bilhões, estarão pagos os Cr$ 471 bilhões dos Artigos 34/18.** O Superintendente finalizou informando, na fase dos debates, que a SUDENE na medida em que ia consolidando os investimentos em infra-estrutura passou a dispensar novos e maiores cuidados à agricultura e aos recursos humanos, setores igualmente vitais ao desenvolvimento da região.

PERSPECTIVAS DA INFLAÇAO BRASILEIRA

O Professor Eugênio Gudin, ex-Ministro da Fazenda e autoridade em problemas monetários foi o último conferencista da **Reunião do Recife** desenvolvendo o tema: **Perspectivas da Inflação Brasileira.** O ilustre autor de **Princípios de Economia Monetária** começou por considerar a inflação uma praga quase universal explicando, logo depois, que "nos países subdesenvolvidos ela é, na realidade, um fenômeno de origem política, porque é um produto genético da incapacidade e do despreparo dos governantes". Seguindo a linha dêste raciocínio o conferencista, menos otimista do que os que o precederam, chegou a afirmar que os sofrimentos e vicissitudes pelos quais têm passado os empresários brasileiros, nos últimos dez anos, "resultam da péssima escolha dos governantes levados ao Poder nesse período pelas eleições diretas, regime cuja prática exige um grau de educação política e de educação geral que o País ainda não está perto de atingir". A inflação, adiantou, "nada mais é do que o resultado do embate entre dinheiro demais e mercadorias de menos, causado pela facilidade que tem o Govêrno de emitir papel-moeda não só para fazer obras totalmente improdutivas, como para cobrir o enorme desperdício expresso nos deficits de autarquias e emprêsas estatais ou para elevar salários desordenadamente com objetivos políticos".

A ação deletéria da inflação sôbre as emprêsas mereceu, igualmente, uma cuidadosa análise da parte do Sr. Eugênio Gudin. Em primeiro lugar, apontou a incidência do Impôsto de Renda sôbre lucros fictícios, que não existem, pois na fase do surto inflacionário não se pode falar em lucros sem a necessária e permanente correção do valor do capital fixo, do valor do capital de giro e a importância real da depreciação. O chamado lucro aparente e ilusório expresso em cruzeiros depreciados do fim do ano era, assim, sem correção, muito maior do que o lucro real. A contenção de crédito foi apontada pelo conferencista como circunstância que, decorrente da inflação, vem, também, infernizando a vida da emprêsa brasileira. O atual Govêrno, por fôrça da herança dos deficits, não hesitou em sangrar ainda mais o empresariado através da criação de um Fundo de Indenizações Trabalhistas que aumentaria, com prejuízo da iniciativa privada, a já grande carga tributária e parafiscal existente. "O que era de admirar em todo êste quadro difícil, disse o Professor Gudin, era a resistência do sistema empresarial e sua capacidade de suportar obstáculos e dificuldades. O grande êrro do atual Govêrno, Govêrno de bons, devotados e dignos brasileiros, foi o de querer fazer tudo ao mesmo tempo, desde a Reforma Agrária até o Turismo", o que o levou, "não sem uma boa dose de autodecepção, a não atingir sua meta principal: a estabilidade dos preços". Adiantaria, ainda o Sr. Eugênio Gudin que o Govêrno não podia, ao mesmo tempo, praticar a desinflação e promover o desenvolvimento econômico, uma vez que, citando Singer, "nunca houve um caso bem sucedido de desenvolvimento econômico conjugado com inflação". O desenvolvimento, disse o conferencista apoiando conhecida tese do Fundo Monetário Internacional, só vem sem inflação, o é isto que o Govêrno brasileiro vem fazendo".

Ao encerrar sua conferência, o Professor Eugênio Gudin, menos entusiasta e otimista do que os Srs. General Macedo Soares e Mário Henrique Simonsen, fêz referência às perspectivas da inflação brasileira para o ano de 1967 perguntando a si mesmo a quem entregará o Presidente Costa e Silva as pastas da Fazenda e da Economia e para onde penderá o próprio Presidente. "Para **humanizar**, como dizem, a política desinflacionária? Para insistir em dar a outros objetivos primazia sôbre a desinflação, como, não raro, procedeu o atual Govêrno? Será, então, eternizar a praga inflacionária."

BUSCA DOS OBJETIVOS FINAIS

O Sr. Artur Reinaldo Maia Alves finalizou, em nome da diretoria do Banco Nacional do Norte, a **Reunião do Recife**. A emprêsa privada, disse, está de tal forma vinculada ao processo de desenvolvimento, que sòmente aquêles ultrapassados, absolutamente cegos à realidade nacional, poderiam continuar raciocinando nos seus velhos e decaídos princípios do lucro individual. A emprêsa privada, afirmou o Sr. Artur Reinaldo Maia Alves, é o mais importante instrumento para a busca dos objetivos finais de atendimento ao homem. Ela sente que a sua obrigação não é mais apenas para consigo mesma, tampouco para com aquêles que a fazem, mas para com tôda a comunidade onde vive e atua. Reafirmando sua fé no desenvolvimento e traduzindo, em nome do Banco Nacional do Norte, a alegria pelo sucesso da **Reunião do Recife**, promovida que foi com o objetivo de criar uma nova consciência empresarial que fôsse, também, a dinâmica do desenvolvimento e do bem-estar do povo brasileiro, o Sr. Artur Reinaldo finalizou dizendo que o mais difícil no desencadear de um processo de desenvolvimento econômico é a implantação de uma mentalidade nova, terminando por declarar, otimista, "que aquilo que julgávamos o mais difícil e importante, foi feito: implantação definitiva dêsse nôvo espírito de emprêsa".

APOIO E REPERCUSSAO

A **Reunião do Recife** refletiu, sem exagêro, a sensibilidade do empresariado às atuais transformações econômicas e financeiras do País. Foi não só um diálogo honesto e patriótico como um instante de sintonia da emprêsa com os anseios de desenvolvimento do povo brasileiro. A iniciativa vitoriosa da emprêsa privada, em promovendo, sem ajuda, a Reunião, traduzia a maturidade de um empresariado consciente e confiante no futuro. Não surpreenderam, portanto, os apoios e aplausos recebidos. Associações Comerciais, Federações das Indústrias, Centros de Indústria, Clubes de Diretores Lojistas, entidades direta ou indiretamente comprometidas com o desenvolvimento nacional estiveram, em sua maioria, presentes, apoiando-a, prestigiando-a. O Conselho Monetário Nacional e Governadores do Amazonas à Bahia aplaudiram-na. A Universidade Federal de Pernambuco, pela voz do seu reitor, Sr. Murilo Guimarães, louvaria "o esfôrço construtivo daqueles que buscam integrar o setor privado da economia brasileira na problemática do desenvolvimento". A imprensa nacional e a internacional pelas presenças dos jornais **Le Monde** e **The Economist** e da Agência **France Press** deram integral e objetiva cobertura à **Reunião do Recife** que, por sinal, foi tôda irradiada e filmada. Um programa de 2 horas na TV, em cadeia com as duas emissoras locais, forneceu uma síntese para o público dos principais temas da **Reunião do Recife**.

A **Reunião do Recife** foi o grande e inicial acontecimento de 1967. Constituiu-se, com justificada repercussão nacional, em escola de debates, diálogo de lideranças, nova tribuna das reivindicações nordestinas, auto-afirmação de uma consciência empresarial compromissada com o desenvolvimento nacional, enfim, permitiu uma **antevisão de 1967**, nos setores da administração, planejamento, economia e finanças. A emprêsa privada através do Banco Nacional do Norte servia, assim, mais uma vez, ao Nordeste e ao País. O Nordeste, por sua vez, dizia que estava presente. E o Brasil, igualmente confiante, estava solidário. Foi o nascer de novos dias e melhores esperanças.

O financiamento do desenvolvimento econômico brasileiro foi um dos pontos do temário, a cargo do economista Mário Henrique Simonsen

O General Edmundo de Macedo Soares, Presidente da Confederação Nacional da Indústria, analisou a situação da emprêsa frente ao processo de desenvolvimento da economia brasileira. Na foto, à sua esquerda, vemos o Professor Manuel Orlando, coordenador dos debates

PECULIARIDADES DO SISTEMA BRASILEIRO DE CRÉDITO

AFFONSO ARMANDO DE LIMA VITULE

É de aceitação geral entre os iniciados em economia que o abrandamento das tendências cíclicas é uma prova de sucesso em política econômica. Daí a grande importância dada aos estudos dos ciclos, quer de curto, quer de longa duração, que afetam a economia.

Na programação anticíclica, o atendimento financeiro é, sem dúvida alguma, arma de grande importância. No Brasil, infelizmente, esta arma não tem sido utilizada de forma adequada. Uma mesma onda expansionista ou de retração atinge simultâneamente todo o meio econômico, orientando no mesmo sentido o comportamento do consumidor, do comércio, da indústria, dos estabelecimentos de crédito e até das Autoridades Monetárias. Observa-se que ao menos em onze dos quinze anos que vão de 1951 a 1965 os empréstimos concedidos pelas agências do Govêrno seguiam o mesmo sentido dos empréstimos dos bancos privados, sugerindo a não preocupação ou a impossibilidade de compensar o aumento ou a diminuição dos empréstimos gerados a cada período nos bancos comerciais, pela atuação do banco do Govêrno. Nos outros quatro anos da série houve uma movimentação tímida ou desproporcional em sentido contrário, como mostramos abaixo, em têrmos de saldos reais no final de cada ano.

EMPRÉSTIMOS REAIS AO SETOR PRIVADO

	1954	1959	1961	1965
Autoridades Monetárias	+ 14,6	— 15,0	— 2,0	— 2,6
Bancos Comerciais	— 4,4	+ 0,6	+ 12,4	+ 38,9

Sob um clima de otimismo na febre desenvolvimentista, nada mais adequado para que se mantenham em funcionamento as fôrças do progresso. Sob a égide da timidez, nos momentos de encolhimento do entusiasmo, estabelece-se, contudo, o verdadeiro mecanismo cumulativo da recessão.

Merece, portanto, cuidadosa análise o fato de não se conseguir a interferência desejável do sistema financeiro do País nas oscilações periódicas da economia, principalmente quando êle coexiste com outros sistemas, de outras nações, que conseguem maior eficiência nesta questão.

Ao que nos parece, dificilmente se obteria uma melhora substancial nos fluxos de financiamentos, mantendo-se um sistema baseado sucintamente num documento representativo de vendas. Não que o instrumento representativo das vendas, a duplicata, como o chamamos no Brasil, seja ruim, mas pelo uso que dêle se vem fazendo. Em um movimento gradativo persistente, fomo-nos aproximando da incômoda posição em que hoje nos encontramos, de quase a totalidade dos empréstimos das instituições financeiras às emprêsas serem provenientes do desconto de duplicatas e a grande maioria do fornecimento de recursos do Banco Central aos bancos comerciais ser através do redesconto das duplicatas.

Como decorrência desta evolução, passou-se a uma dependência extraordinária do sistema creditício do País, a êstes títulos de venda, que deixaram de ser simples instrumentos de cobrança para tornarem-se efeitos comerciais legítimos, merecedores do crédito das instituições financeiras. Esta peculiaridade enraizou-se de tal forma em nosso meio que se torna hoje difícil explicar a um empresário brasileiro que não é absurdo o fato de existir uma duplicata sem que haja a concessão de crédito equivalente à emprêsa sacadora por um estabelecimento financeiro. Muitos homens de negócio do Brasil se esquecem de que vender a mercadoria e extrair a fatura e a duplicata simplesmente quer dizer que o comprador do bem irá efetuar, no prazo estipulado, o pagamento relativo a sua compra.

Ora, é necessário e mesmo desejável que haja uma parcela do crédito destinada a cobrir as transações de venda. Mas se todo o mecanismo creditício torna-se função direta dos documentos de vendas, não há possibilidade de um contrôle sistemático do volume, do sentido, ou da direção que se pretenda dar às correntes de financiamento. O portador de uma duplicata, efeito comercial legítimo, julga-se por tradição com direito a descontá-la em qualquer agência bancária. Seja negado o desconto e cria-se logo a imagem da crise, que se alastra à medida em que o número de solicitações de desconto não atendidos aumenta. Crise financeira! Crise econômica!

De fato, a crise tem sido freqüentemente observada entre nós. Basta que o Govêrno pretenda alguma orientação, na expansão do crédito, por branda que seja, para que se esboce um processo de grita. E a razão da grita torna-se bastante aparente: enquanto as Autoridades Monetárias se propõem a expandir o crédito conforme o aumento real do produto, cada um dos setores da economia solicita o crédito em função da sua integração e dos prazos que estabelece para as suas faturas. Só uma coincidência faria com que estas duas medidas se ajustassem, principalmente quando se leva em conta a variação contínua nos preços das mercadorias, prazos de vencimento de duplicatas, mark-up de cada agente econômico e até na integração da indústria e do comércio. Fôssem estas relações razoàvelmente estáveis e o processo de financiamento teria um curso mais harmonioso. Mas são sabidamente variáveis êstes parâmetros, e mais ainda nas economias em formação, o que torna difícil o sucesso da política de crédito simplesmente baseada nas faturas de vendas. Compromete a política monetária num sentido amplo e compromete, às vêzes sèriamente, a política das emprêsas, que quando têm duplicatas em quantidade suficiente para desconto atravessam, geralmente, períodos de igual prosperidade para as demais emprêsas do País que também pretendem o desconto de suas duplicatas, causando grande aumento nas solicitações de crédito e a incapacidade do sistema em atendê-las, a não ser pelo método artificial da emissão inflacionária da moeda. Por outro lado, nos períodos de vendas difíceis, é bem comum a existência de disponibilidade de recursos no sistema financeiro, a necessidade maior de financiamento pelas emprêsas e a impossibilidade da obtenção dos empréstimos, pela falta do documento de venda, o móvel da transação financeira. Da mesma forma, até em períodos de movimento regular, algumas emprêsas, como as que lidam com produtos tipicamente sazonais, encontram dificuldade de financiamento, pois só entram na posse das solicitadas duplicatas no curto período do ano em que realizam suas vendas; não as possuem, via de regra, por todo o tempo de produção, quando mais necessitam de crédito.

Não fomos nós, como muitos alegam, os idealizadores dêsse sistema. Somos, isto sim, talvez o único País do mundo que ainda se apóia integralmente nesta forma de concessão de crédito. Já o sistema de Reserva Federal dos Estados Unidos da América do Norte tinha tôda a sua sistemática girando em tôrno dos "comercial papers" que nada mais são do que a primeira via do documento cuja segunda via, entre nós, é a duplicata. As razões alegadas naquela ocasião para que tais documentos fôssem a base do sistema norte-americano de crédito e que seguiam a linha de argumentação dos economistas inglêses da Banking School, defendida principalmente por Thomas Tooke e por Fullarton, foram as seguintes:

1 — os "comercial papers" são autoliquidáveis. Estão tão diretamente relacionados com a rotação dos negócios que os fundos necessários para o pagamento dos empréstimos são automàticamente providos ao terminar a transação representada pelo documento.

2 — os "comercial papers" são a medida exata da necessidade de crédito, pois representam efetivamente uma transação em que houve a venda de um bem produzido. O crédito assim orientado financia simplesmente a produção não deixando lugar às transações financeiras de caráter especulativo.

A experiência brasileira dos últimos anos foi tão farta nesta questão que não necessitamos invocar os argumentos apresentados pelos autores americanos e inglêses que invalidavam a tese defendida pela Banking School. Coutts Trotter em **The Principles of Currency and Exchanges** apresenta sólida argumentação neste sentido, complementada, em seguida, em 1812, por R. Torrens, em sua publicação, **An Essay on Money and Paper Currency**.

Podemos ratificar as ponderações levantadas há quase dois séculos por aquêles e outros autores com base nos fatos ocorridos recentemente entre nós. Com a transformação da duplicata no instrumental básico de acesso ao mercado de crédito, e na adoção do atual programa governamental do contrôle quantitativo dos financiamentos, fundamentado na premissa de que em qualquer economia organizada o crédito tem limite, criou-se no País o agravamento do problema de liquidez das emprêsas, principalmente daquelas habituadas a operar sob a ilusão da elasticidade infinita das disponibilidades de financiamento, oriunda do aumento indiscriminado dos meios de pagamento. Aos apelos governamentais de uma contenção dos preços, as emprêsas muitas vêzes responderam com uma dilatação nos prazos das vendas, tentando conquistar um mercado que se retraía. Surgiram as "duplicatas frias", como um último recurso de obtenção de crédito, e os casos indesejáveis de insolvência passaram a integrar mais freqüentemente o nosso meio. A combinação dêstes dois fatôres, o baixo grau de liquidez das firmas e a dilatação dos prazos de venda, fêz com que houvesse, ao mesmo tempo, uma retração da oferta e uma expansão da demanda de empréstimos, agravando ainda mais a situação.

As Autoridades Monetárias e os homens de negócios, preocupados sèriamente com o problema, passaram a estudá-lo com maior dedicação. Concluíram, òbviamente, que de pouco adianta rezar que o crédito concedido ao setor privado deverá aumentar de acôrdo com o crescimento do produto e o aumento do nível dos preços, se não houver o comportamento setorial e até mesmo empresarial dentro dêste mesmo critério. Concluíram também que tal comportamento deve ser induzido, pois a experiência tem mostrado a impossibilidade de consegui-lo por outro meio.

A minuta do decreto-lei, ora em discussão nos órgãos consultores do Govêrno, é o resultado desta convicção. É uma tentativa de conseguir o contrôle quantitativo do crédito, num sentido macroeconômico, até agora tão programado e tão dificilmente executado, consubstanciado num contrôle qualitativo dos empréstimos, num sentido microeconômico. O primeiro, de responsabilidade das Autoridades Monetárias; o segundo, ajustado nas próprias emprêsas.

Alertamos, contudo, as Autoridades do País para que não se introduzam modificações rígidas que exijam alteração profunda e imediata no modo de negociar o crédito. Seria um passo perigoso que para acompanhá-lo, os agentes econômicos e especialmente as instituições financeiras, se exporiam a grande risco. Estão cobertos de razão aquêles que sugerem um movimento gradativo no trato desta questão.

TRANSPORTES

WALTER LORCH

O ano de 1966 foi o terceiro e último do PAEG. De forma geral é lícito considerá-lo cumprido em matéria de transporte.

As metas, principalmente no tocante à racionalização das organizações estatais de transporte, pareciam, por ocasião de sua fixação, quase que utópicas — programa apresentando melhorias apreciáveis dentro das estruturas incapazes de comportá-las. Contudo, da aferição a **posteriori** conclui-se não sòmente terem sido atingidas as metas inicialmente propostas, mas também que, tivessem elas sido ainda mais ambiciosas, mesmo assim poderiam ter sido satisfeitas, com um esfôrço adicional.

Os resultados previstos e alcançados em matéria de subvenções operacionais, embora harmônicos com o PAEG nos grandes agregados, nem sempre se realizaram de acôrdo com o projetado nos detalhes. Por exemplo, a despesa da Rêde Ferroviária Federal não sofreu as reduções programadas, e a prevista queda de deficits foi obtida por outros meios.

As subvenções correntes em transportes correram de forma a cumprir o programa, senão de ano a ano e setor por setor, pelo menos nos totais setoriais e no global trienal.

Comparação Entre o Realizado e o Previsto no PAEG

	Realizado Cr$ 1966	Previsto PAEG	Índice de cumprimento (Prev. = 100)
1. Ferroviário			
1964	712,2	665,5	93,4
1965	430,4	551,9	128,2
1966	360,1	325,5	90,4
Total Triênio	1 502,7	1 542,9	102,7
2. Marítimo			
1964	136,9	127,9	93,4
1965	94,2	98,9	105,0
1966	92,7	92,8	100,1
Total Triênio	323,8	319,6	98,7
3. Portuário			
1964	55,7	52,1	93,5
1965	18,0	67,6	375,5
1966	11,4	60,7	532,4
Total Triênio	85,1	180,4	212,0
4. Aéreo			
1964	40,5	37,8	93,3
1965	17,4	37,6	216,1
1966	12,8	29,4	229,7
Total Triênio	70,7	104,8	148,2
5. Soma Setor Transp.			
1964	945,3	883,3	93,4
1965	560,0	756,0	135,0
1966	477,0	508,4	106,6
Total Triênio	1 982,3	2 147,7	108,3

O quadro acima assinala dois fenômenos básicos. Primeiramente, não obstante o programa do PAEG ter sido cumprido em 108%, no tocante à redução das subvenções correntes no triênio, o primeiro ano, 1964, de mais difícil demarragem, e quase metade expirado por ocasião da feitura dos orçamentos, não correspondeu às expectativas. Já 1965 superou amplamente e 1966 pouco mais que as atingiu, mas em ritmo já bem menor que o de 1965. Incumbe portanto ao nôvo Govêrno renovar os esforços no sentido de restabelecer o ritmo de 1965.

Em segundo lugar verifica-se no quadro acima que as performances portuária e aérea muito excederam aquelas dos setores marítimo e ferroviário, sendo êstes os que doravante continuarão a merecer as maiores atenções.

FERROVIÁRIO

A incontestável recuperação financeira da Rêde Ferroviária Federal se caracteriza mais pelo aumento de receita, principalmente através de reajustes tarifários e em menor escala por fôrça de maior volume de trabalho, do que pròpriamente pela redução de despesas.

Êste enfoque, que transferiu aos usuários um maior encargo sem a correspondente contrapartida na forma de melhor serviço, parece ter alcançado seu limite concorrencial em fins de 1965. Isto explica a menor recuperação alcançada em 1966.

O Decreto-Lei n.º 5 de abril de 1966, adiante abordado em maior detalhe, oferece meios eficazes para reduzir despesas, mas teve pouca aplicação em 1966.

A crédito da direção da Rêde Ferroviária Federal deve-se registrar o corajoso, porque sempre impopular, fechamento de aproximadamente 1 000 km de linhas irrecuperàvelmente antieconômicas, a redução de pessoal em aproximadamente 10 000 pessoas, e a colocação, finalmente, na direção da Estrada de Ferro Central do Brasil, de uma equipe dinâmica e empreendedora cujos resultados já se fazem sentir. De passagem cabe mencionar o esfôrço realizado na recuperação das linhas de subúrbio, e a redução de acidentes por fôrça de diversas melhorias, nem tôdas elas ainda completadas, mas em andamento acelerado. Nesto serviço pràticamente não há limite ao que deva ser feito para melhorar as condições de transporte da enorme massa humana que dêle depende. Se calculado o desgaste físico e humano que inibe a capacidade produtiva dos usuários dos trens de subúrbio, chegar-se-ia à conclusão de que todo o esfôrço financeiro para a sua recuperação é amplamente justificada, fato que a atual direção da Central, da Rêde Ferroviária Federal e do próprio Ministério da Viação tem sempre em mente.

A Rêde Ferroviária Federal podia marcar ràpidamente dois pontos estabelecendo serviço de carga entre a Guanabara e São Paulo ou Belo Horizonte, tão necessário quanto urgente, e implantando o **piggy-back**, mundialmente reconhecido como expressivo na conjugação rodo-ferroviária.

MARÍTIMO

Os armadores privados continuam operando sem subvenção embora com dificuldades tarifárias que se traduzem em descapitalização das emprêsas. Os navios vão envelhecendo com pouca possibilidade de substituição, não porque nos falte indústria naval, nem porque o seu elevado custo alije os compradores, já que o Govêrno absorve a diferença entre o preço nacional e o internacional. O que ocorre é que os armadores, geralmente subcapitalizados, precisam recorrer a financiamentos de longo prazo, cujos ônus são elevados e acabam por encarecer a operação.

De maneira geral o quadro de construção naval brasileira está mal estruturado em quase todos os seus aspectos, desde a multiplicidade de estaleiros e fabricantes de motores de propulsão, até a falta de regularidade nas encomendas, impedindo a programação da produção dos estaleiros. Há em curso um programa de emergência para contratação de novos navios, e em estudo um programa de reestruturação dêste importante setor da indústria naval. Caso êstes programas não sejam levados adiante com bastante rapidez e constância, deverá o país preparar-se para o colapso, primeiramente da construção naval, e em seguida do transporte marítimo.

O Lóide Brasileiro continua seu processo de apreciável recuperação, enquanto a Costeira, teve reconhecida a sua irrecuperabilidade. O Govêrno redistribuiu as funções destas duas emprêsas atribuindo ao Lóide as funções de navegação da Costeira, e reduzindo esta a emprêsa de reparos navais, transferindo-lhe inclusive as oficinas do Lóide.

O Decreto-Lei n.º 5 contém diversos elementos, que aplicados servirão para melhorar as condições econômicas das autarquias marítimas.

PORTUÁRIO

O Pôrto do Rio de Janeiro é o único a receber subvenção, mas em escala sempre decrescente, o que reflete o esfôrço de recuperação ali realizado.

A performance desta autarquia portuária foi bem superior ao Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis, o qual até agora parece não ter encontrado o seu verdadeiro destino, pois sequer conseguiu aplicar os recursos de que dispunha em 1964, 1965 e 1966.

Criou-se a Companhia Brasileira de Dragagem, sob os auspícios do DNPVN em substituição ao seu Departamento de Dragagem, de alto custo e baixo rendimento. Até demonstração em contrário, pouca melhoria é esperada na dragagem pela criação desta nova emprêsa de economia mista, pois parece tratar-se mais de cosmética ou mudança de nome, do que da necessária e imprescindível reforma.

AÉREO

O transporte aéreo apresentou melhores resultados em 1966, ano que também provou o acêrto do fechamento da Panair. A consolidação das dívidas passadas das emprêsas, e sustação da compra incontida de aeronaves, hoje subordinada a cuidadosos estudos econômicos, vem gradativamente aproximando o setor das reais necessidades do País. A Sadia racionalizou a sua frota, a Varig preparou programa neste sentido, esperando-se que a Vasp e a Cruzeiro brevemente também venham a propor os seus.

A reformulação do Impôsto Único sôbre combustíveis e lubrificantes, de cujo recolhimento a aviação comercial doméstica paradoxalmente está isenta, carreou consideráveis recursos ao Ministério da Aeronáutica para investimentos em infra-estrutura.

Em 1966 o Govêrno novamente demonstrou coragem e discernimento ao disciplinar e, pràticamente, abolir, as passagens gratuitas, cujo ônus recaía indevidamente, ou sôbre os outros usuários, ou sôbre os contribuintes na forma de subvenção.

GEIPOT

O GEIPOT prosseguiu em seus estudos, financiados em parte pelo Banco Mundial. O nome Grupo Executivo de Integração da Política de Transportes causou-lhe alguns transtornos no correr do ano de 1966, fazendo crer tratar-se de grupo executivo quando na realidade se restringe a estudos técnico-econômicos com total isenção política e administrativa.

A primeira fase dos trabalhos está pràticamente encerrada, dela resultando uma série de planos diretores do sistema ferroviário nacional, dos sistemas portuários de Santos, Rio e Recife, dos sistemas rodoviários do RGS, SC, PR e MG, e ainda da navegação de cabotagem. Além dos resultados práticos, ou sejam, planos diretores objetivos por 10 anos, o GEIPOT conseguiu reunir equipes técnicas mistas com grande absorção da experiência estrangeira por elementos nacionais que, não obstante as suas qualificações, jamais haviam realizado trabalho desta natureza, extensão ou profundidade. Ademais, obteve-se um melhor entrosamento entre Governos federal e estaduais em matéria de transportes, como também entre as diversas áreas do próprio Govêrno federal, ou sejam os Ministérios da Viação, Fazenda e Planejamento e o EMFA, cujos titulares são todos dirigentes do GEIPOT.

A imensidade do território nacional e a extensão dos problemas de transportes impediram que o GEIPOT os atacasse simultâneamente na primeira fase, de per si o maior estudo de transporte jamais realizado. Conseqüentemente negociou-se com o Banco Mundial, desta feita consorciado com as Nações Unidas e com a USAID, todos vivamente impressionados com o sucesso da primeira etapa, o desencadeamento duma segunda fase a iniciar-se em abril de 1967, que abrangerá as rodovias em 14 outros Estados.

DECRETO-LEI N.º 5

Visando a eliminar uma série de obstáculos ao desenvolvimento do setor de transportes, o Govêrno promulgou o Decreto-Lei n.º 5 em abril de 1966, permitindo maior flexibilidade em assuntos de pessoal, inclusive o alijamento e reaproveitamento dos excedentes e a subordinação dos remanescentes à CLT. Possibilita também o melhor aproveitamento dos portos e do pessoal portuário; maior liberdade na movimentação das mercadorias; aos interessados investirem em instalações portuárias para uso próprio. Simplifica a navegação interior para aproximá-la das reais necessidades das regiões por ela servidas. Eliminou-se assim inúmeros fatôres de encarecimento e pontos de estrangulamento criados artificialmente no passado, sem qualquer benefício aos fluxos de mercadorias.

Êste excelente instrumento legal, já em vigor há mais de meio ano, foi até o presente pouco invocado.

DIVERSOS

A Lei n.º 5 025 (Concex) facilita consideràvelmente a tramitação burocrática na exportação, e coloca o transporte a serviço das mercadorias, em vez destas serem consideradas fontes de benesses, arrancadas por fôrça da imprescindibilidade do transporte.

O Decreto-Lei n.º 49, restringindo a carga por eixo no transporte rodoviário, é sem dúvida um passo na direção certa, pois contribuirá para a conservação das rodovias. Mas foi um passo grande demais, que desconsiderou o custo econômico resultante de diminuição de capacidade de cada caminhão, não quantificou o número de caminhões adicionais necessários, o consumo adicional de combustível e mão-de-obra, e nem calculou em quanto o frete viria a ser encarecido. Êstes efeitos, aceitáveis quando paulatinos, mas insuportáveis se repentinamente impostos, ainda não se fizeram sentir no custo de vida ùnicamente porque os caminhões em geral continuam a trafegar sobrecarregados, de vez que nas rodovias federais quase não há balanças para fiscalizá-los. Já no Estado de São Paulo, onde há fiscalização, os fretes rodoviários estão subindo por volta de 30% por fôrça apenas dêsse dispositivo legal.

Cumpre ainda esclarecer que as grandes sobrecargas (mais de 15 t por eixo) citadas pelos defensores da limitação, são atípicas e infreqüentes, enquanto as sobrecargas médias (12 a 15 t por eixo) são muito mais freqüentes do que alegam os minimizadores das conseqüências de uma limitação precipitada como a atual. Alegam ainda os transportadores rodoviários que o estado duma rodovia não é sòmente função de carga por eixo, mas também da eficiência do poder público na exigência do cumprimento das especificações técnicas no ato da construção, bem como de sua atuação na manutenção rotineira do pavimento.

PERSPECTIVAS DA SIDERURGIA BRASILEIRA

FABIANO PEGURIER

Quarenta e cinco anos após a fundação da Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira, que erigiu a primeira usina siderúrgica integrada no País, e vinte e cinco anos após a fundação da Companhia Siderúrgica Nacional, pode-se hoje dizer que a siderurgia brasileira ultrapassou com sucesso a sua fase pioneira. O esfôrço realizado nestes anos, expresso pelo volume e diversificação da capacidade instalada no momento e pela tecnologia absorvida, possibilitou à siderurgia nacional vir abastecendo, no último decênio, mais de 90% da demanda interna de aço, a despeito das crescentes exigências de qualidade por parte de seus consumidores. Em particular, os investimentos realizados no passado próximo conferem-lhe um extraordinário potencial de expansão com investimentos relativamente baixos, o que lhe abre boas perspectivas para o futuro.

Ingressa agora o nosso setor siderúrgico numa segunda fase, que poderia se caracterizar como de amadurecimento. Nesta nova fase, será necessário ao setor, além de assegurar a cobertura mais ampla possível da demanda nacional de ferro e aço, remover os efeitos de distorções verificadas no passado pioneiro e preparar-se para enfrentar a concorrência internacional. Isto envolve não só investimentos para expansão da capacidade produtiva como, também, o equacionamento do abastecimento, de matérias-primas e da distribuição de produtos acabados, a melhoria de produtividade nas usinas, o saneamento da situação financeira das emprêsas, descapitalizadas pelo esfôrço de investimento em meio à forte inflação, e o desenvolvimento de tecnologia própria, que permita acompanhar a notável evolução que vem ocorrendo no projeto, na operação e na qualidade da produção de usinas siderúrgicas no mundo inteiro.

A DEMANDA

As perspectivas de evolução do mercado são inteiramente promissoras. A taxa média anual de crescimento da demanda interna de produtos siderúrgicos estimada para o próximo decênio varia, segundo as diferentes estimativas, desde 8,5%, taxa considerada conservadora, até 10%, considerada como moderadamente otimista. A taxa de 8,5% ao ano — resultante de trabalho da Booz, Allen & Hamilton Int. Inc (BAHINT) para o BNDE e o Banco Mundial — decorre de uma hipótese conservadora, que não admite a continuação da tendência observada no passado, devido à redução prevista do processo de substituição de importações e do sôbreconsumo causado pela inflação. A hipótese mais otimista admite a possibilidade de se atingirem taxas de crescimento semelhantes às máximas verificadas no passado próximo, através da melhor distribuição da renda, utilização de fatôres de produção hoje ociosos, eliminação de deficiências na implementação dos programas de investimentos públicos, e, possìvelmente, incremento nas exportações de produtos manufaturados brasileiros.

Partindo-se da mesma base — o consumo aparente de aço em lingotes estimado para 1966 — as duas hipóteses oferecem os seguintes resultados:

CONSUMO APARENTE DE AÇO

(em 1000 t de lingotes)

Ano	hipótese conservadora	hipótese otimista
1966	3.501	3.501
1968	4.181	4.236
1970	5.010	5.126
1972	5.780	6.202
1974	6.806	7.504
1976	7.970	9.079

Em ambos os casos, estima-se que não haverá modificação substancial da distribuição da demanda por produtos e por regiões. Esta distribuição em 1965 era de

a) por produtos:

— produtos planos, inclusive tubos com costura .... 47 %

— produtos não planos, inclusive tubos sem costura . . . 53 %

b) por regiões:

— Norte-Nordeste 6,6%

— Centro-Leste 84,8%

— Oeste 1,5%

— Sul 9,1%

A comparação destas projeções com uma terceira, baseada em *cross section* internacional, revela apenas que nenhuma das duas parece fora de propósito. Em conseqüência, a opção entre uma ou outra passa a depender de uma premissa a ser estabelecida pelo Govêrno Federal, cujas alternativas consistem em arriscar-se a importar aço ou comprometer-se a exportar excedentes.

A segunda alternativa parece justificar-se por fortes razões.

Em primeiro lugar, diversos estudos realizados nos últimos anos confirmam a verificação de alta elasticidade-renda para o aço em países de menor desenvolvimento, principalmente naqueles que, como o Brasil, já possuem uma base industrial estabelecida. Nestes ela já atingiu valôres acima de 1,5 e até acima de 2,0. Sendo a base comum de ambas as projeções realizadas uma hipótese de crescimento do PIB brasileiro a 6% ao ano, elasticidades-renda de 1,4 e 1,7 correspondem, respectivamente, à hipótese conservadora e à otimista, o que define esta última como perfeitamente razoável — e até mesmo mais provável — à luz da experiência internacional.

Em segundo lugar, o balanço de pagamentos ainda deverá constituir um fator limitativo do nosso desenvolvimento econômico, segundo as estimativas existentes. Logo, não há razão para que o País se arrisque a importar um produto — o aço — para cuja produção êle apresenta vantagens comparativas inegáveis.

Em terceiro lugar, nossa capacidade de exportação de aço já está demonstrada pelos volumes exportados em 1964, 1965 e 1966 (que, em 1965, atingiram 366 mil toneladas, no valor de US$ 37,5 milhões).

A despeito do caráter intensamente competitivo do mercado internacional de aço, que provàvelmente devido ao persistente excedente de oferta continuará a se processar a preço de **dumping**, os custos de produção brasileiros possibilitam a nossa participação nesse mercado, hoje da ordem de 40 milhões de toneladas, desde que a parcela exportada seja pequena com relação ao total produzido. Dependendo do nível interno de preços, estima-se que ela pode oscilar entre 10% e 20% da produção global, sem prejuízo para as emprêsas exportadoras.

Por último, cabe lembrar que um excedente moderado de capacidade não só possibilitaria a obtenção de divisas como também contribuiria decisivamente para a regulação do mercado interno de produtos siderúrgicos.

A OFERTA

A capacidade atual (instalada e em instalação) balanceada de produção de aço em lingotes do País, conforme o levantamento mais recente, é de 4 906 mil toneladas, sendo 2 421 mil toneladas em produtos planos e 2 458 mil toneladas em produtos não planos. Neste total, em que não figura uma pequena parcela relativa a semi-acabados, as emprêsas estatais correspondem a 2 779 mil toneladas.

O programa integrado de expansão recomendado pela Booz, Allen & Hamilton ao BNDE e ao Banco Mundial representa a adição de 2 439 mil toneladas (em têrmos de lingotes) a essa capacidade de produção no período 1967 a 1972, por meio da expansão de dez usinas existentes e instalação de duas novas usinas regionais. Em síntese, êste programa dá prioridade absoluta aos programas de expansão da COSIPA e da USIMINAS para um milhão de toneladas; aprova a expansão da CSN para 2,5 milhões de toneladas, reservando-lhe a produção de chapas galvanizadas, fôlhas-de-flandres e perfis pesados e recomendando prioridade para a linha de galvanização; estabelece um programa de produção coordenado, para essas três usinas; baseia o abastecimento de barras pesadas e perfis leves na expansão da Companhia Ferro e Aço de Vitória, Companhia Siderúrgica Barra Mansa S.A. e na ACESITA; no setor de perfis e barras leves, prevê a reativação da Mineração Geral do Brasil, a expansão da Belgo-Mineira, Lanari, Ferro e Aço de Vitória, ACESITA, Riograndense e N. S. da Aparecida e a instalação da USINOR (Recife) e COSIMA (Corumbá) — estas duas com capacidades de 120 mil toneladas e 50 mil toneladas de lingotes anuais, respectivamente. Os investimentos previstos são equivalentes a US$ 636 milhões sendo US$ 222,4 em moeda estrangeira. A parcela correspondente a equipamentos e instalação equivale a US$ 479,1 milhões sendo US$ 198,3 de equipamento a ser importado.

Comparando-se êste programa com as duas projeções da demanda, conclui-se que, em números globais, êle cobre com excesso a demanda interna de produtos planos, mesmo na hipótese otimista. O mesmo não acontece com relação aos produtos não planos, dos quais entrevêem-se *deficits* pequenos em 1969 e 1970, no caso da hipótese otimista. Analisando-se os detalhes do programa, verificam-se deficits previsíveis em chapas galvanizadas e fôlhas-de-flandres (máximos de 66 mil toneladas e 55 mil toneladas, respectivamente em 1969) e de perfis pesados (máximo de 116 mil toneladas, em 1970). Os dois primeiros poderão ser reduzidos ou, mesmo, eliminados pela aceleração das *instalações* correspondentes dentro do programa de expansão da CSN, dependendo da boa marcha dos programas de USIMINAS e COSIPA. O deficit de perfis pesados, entretanto, só poderá ser eliminado em 1971, após o término da expansão da CSN.

PROBLEMAS CORRELATOS

Alguns problemas referentes às matérias-primas devem ser resolvidos com urgência, a fim de assegurar o desenvolvimento harmônico da siderurgia brasileira.

As amplas reservas do quadrilátero ferrífero e os investimentos já realizados e programados na mineração asseguram o abastecimento de minério de ferro à siderurgia brasileira no futuro previsível. Resta equacionar o problema do seu transporte, principalmente na área da Central do Brasil, uma vez que o volume de minério e de outros granéis por ela transportados deverá mais que quintuplicar, quando concretizados os planos de expansão da CSN e COSIPA e os planos da Minerações Brasileiras Reunidas de exportação de minério por um nôvo pôrto de Sepetiba.

A situação do carvão mineral deverá melhorar. Por um lado, há perspectivas de abundância de carvão no mercado internacional. Por outro lado, há expectativa de que, dos estudos ora em realização pelo Govêrno Federal, decorram medidas referentes à melhoria de eficiência na mineração no beneficiamento e no transporte, bem como ao aproveitamento integral do carvão vapor e dos rejeitos piritosos, que se traduzam em redução substancial do seu custo e melhoria de sua qualidade. Isto é urgente, a fim de reduzir ou eliminar o ônus para a siderurgia que hoje representa a utilização obrigatória de carvão nacional.

O carvão vegetal, por sua vez, deverá apresentar problemas crescentes. Devido ao esgotamento das reservas florestais próximas aos centros siderúrgicos do País, prevê-se um agravamento progressivo das condições de abastecimento das usinas que não dispõem de área florestável suficiente. Uma análise preliminar revela que a regulação do abastecimento de carvão vegetal à siderurgia no próximo decênio, dentro das condições atuais, exigiria investimentos da ordem de Cr$ 500 bilhões em menos de dez anos. Em conseqüência, o Govêrno cogita de incentivar o reflorestamento onde é possível e a transição para o coque de tôdas as usinas que não têm possibilidade de ser auto-abastecidas.

A sucata, igualmente, deverá apresentar problemas. Há necessidade de um estudo profundo do problema, que ainda não está equacionado adequadamente, o que impede a formação de parecer conclusivo. É inegável, entretanto, que o abastecimento da siderurgia será crescentemente dificultado devido ao esgotamento progressivo da sucata econômicamente aproveitável.

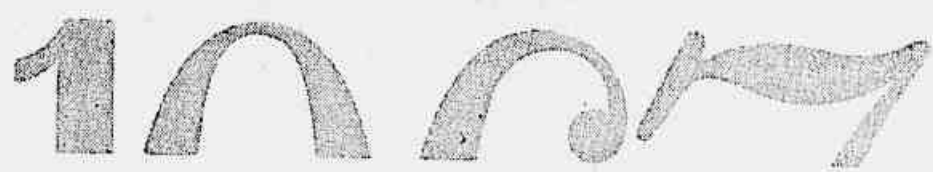
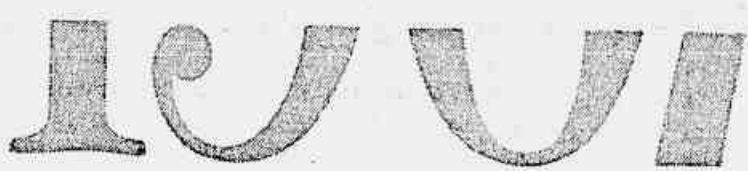
No setor de energia, faz-se urgente modificar o sistema de tarifas de energia elétrica e promover uma redução maior do preço do óleo combustível. A eletrometalurgia brasileira paga tarifas de energia elétrica de 6 a 20 mills/kwh, em contraste com 2 a 6 mills/kwh vigentes nos países industrializados. Embora êste fato prejudique fundamentalmente a produção de metais não ferrosos, a siderurgia também é por êle afetada, principalmente a sua parcela que utiliza fornos elétricos, que representa cêrca de 20% da produção global. Para corrigir esta situação é essencial introduzir um sistema de tarifas diferenciadas de energia elétrica que, a exemplo de outros países, favoreça a eletrometalurgia. No que se refere ao óleo combustível, faz-se necessária uma redução do seu preço (atualmente mais de 50% acima do importado), para incentivar a sua utilização nos altos fornos como substituto do carvão.

No setor financeiro, a análise da Booz Allen veio confirmar o que já se pressentia: que o alto custo do dinheiro, a carência de crédito a médio e longo prazo e a contenção de preços do aço levaram a uma perigosa e indesejável descapitalização da indústria siderúrgica em geral. A fim de recolocar o setor siderúrgico em bases financeiras sólidas e tornar atraente o investimento na siderurgia, será necessário promover o refinanciamento do capital de giro a uma melhoria na relação custo-preço das indústrias siderúrgicas.

É preciso também aparelhar e organizar a rêde de distribuição de produtos siderúrgicos, que atualmente é precária em instalações e recursos financeiros, despreparada para manipular os volumes decorrentes da expansão programada. Os investimentos necessários devem ser estimulados em medida compatível com a expansão da produção, segundo critérios que estimulem a eficiência e desestimulem a especulação.

Finalmente, para execução e contrôle de um programa de tal envergadura, com problemas tão diversos a resolver em prazo tão curto, é imprescindível que a ação do Estado seja coordenada de forma extremamente eficiente. Na realidade, esta coordenação deve-se efetuar em dois níveis: no nível das emprêsas controladas pelo Estado e ao dos órgãos que intervirão na execução do programa.

Ainda que involuntàriamente, o Estado vem aumentando a sua participação no setor siderúrgico, sem que se possa entrever uma possibilidade de mudança dessa tendência. Êle já controla cinco emprêsas do setor e êste número tende a aumentar, tornando indispensável pelo menos a unificação de sua personalidade como acionista, hoje dispersa entre o Tesouro Nacional, o BNDE e o Banco do Brasil. A administração dessas emprêsas necessita igualmente de coordenação, principalmente das três emprêsas que operam na mesma área de produtos *planos*. A fórmula de um *holding* aparece como solução, através do exemplo da iniciativa privada e estatal em casos semelhantes. Mesmo que ela não seja adotada, entretanto, esta coordenação deve ser obtida de outra forma, por via administrativa governamental.

Quanto à execução do programa siderúrgico global, é indispensável que ela seja atribuída claramente a um único órgão do Govêrno, convenientemente aparelhado para êste fim, que inicie com presteza tôdas as gestões necessárias, contando com a colaboração de todos os órgãos federais interessados na siderurgia, sem o que os objetivos do programa não terão segurança de serem alcançados.

O DILEMA NA DECISÃO DE INVESTIR

J. L. ALMEIDA BELLO

É do consenso universal a decisiva influência da indústria mecânica e elétrica no processo de desenvolvimento dos países. E, tratando-se de países, como o Brasil, caracterizado por sua grande extensão territorial, por regiões profundamente diversas e com níveis de renda dos mais variados, por uma taxa de crescimento demográfico das mais elevadas do mundo e, finalmente, por possuir invejáveis recursos próprios, pràticamente em fase incipiente de exploração mas com possibilidades futuras de garantir o auto-abastecimento do País, então a indústria mecânica e elétrica passa a constituir o órgão propulsor do desenvolvimento, não só como o pólo de atração das revoluções tecnológicas mas como uma das principais fontes de absorção de mão-de-obra qualificada.

É irrefutável também, que o desenvolvimento deve-se processar na economia como um todo, de forma harmônica, única capaz de utilizar todos os recursos disponíveis. Integrando os esforços regionais, reduzindo tensões provenientes de interrelações industriais desequilibradas e maximizando as disponibilidades de capital, a fim de atingir o nível necessário de investimento compatível com uma razoável taxa de crescimento do PIB. E são conhecidos os efeitos positivos e negativos sôbre a economia brasileira, decorrentes da política econômico-social no período 1950/58 e 1960/63 e, fàcilmente identificáveis, qualitativa e quantitativamente, as distorções da estrutura industrial em face das extremas deficiências da infra-estrutura do País e da carência de capital nacional reduzido a têrmos não reprodutivos pela conjuntura inflacionária.

Surge daí o dilema em que se debatem os setores responsáveis pelo crescimento harmônico da economia nacional e que se resumiria, no momento, na necessidade de investir ràpidamente para recuperar as taxas negativas dos últimos anos e na impossibilidade de fazê-lo com recursos próprios porque a poupança nacional ainda não é suficiente e a inflação também não pôde ser inteiramente controlada.

Em outras palavras, surge o dilema: importar bens de capital ou adquiri-los no mercado interno.

A análise é delicada e exige o levantamento de todos os fatôres válidos relativos à tomada de posição a fim de que a decisão seja de maximizar a taxa de crescimento do PIB sem olvidar que o objetivo não é um resultado a curto prazo mas, definitivamente, uma solução que permita projeções a longo prazo, única capaz de elevar a economia brasileira ao nível dos países desenvolvidos.

Cumpre, inicialmente, recordar as etapas vencidas na implantação das indústrias mecânicas no Brasil. Numa economia livre, onde a iniciativa privada é razoàvelmente dona de suas decisões, criaram-se inicialmente as indústrias de bens de consumo duradouro, leves (utilidades domésticas).

O amparo governamental suplementou o esfôrço com a implantação da grande siderurgia; a imperiosa necessidade da substituição de importações devido ao desequilíbrio da balança cambial motivou o desenvolvimento acentuado da produção dos bens de consumo duradouro (veículos) abrindo-se franca oportunidade para a implantação da indústria de bens de capital; finalmente, criada tôda essa estrutura mecânica caminha-se então para a consolidação dêsse setor.

Uma economia dirigida teria preferido criar primeiro uma infra-estrutura condizente com o futuro do país e implantar, de início, a indústria de bens de capital; daí, então, partir para a produção dos bens de consumo duradouro.

Compreende-se de imediato que a estrutura da indústria mecânica brasileira, influenciada por fatôres exógenos dos mais diversos, não pôde desenvolver-se de forma harmônica. A conjuntura política impediu a construção de uma infra-estrutura adequada, o que, por sua vez, causou distorções profundas na concepção e na operação das indústrias.

Êsse é o panorama com que se defronta o analista e que deverá servir de tela de fundo, onde deverão ser projetados todos os argumentos válidos para a composição da decisão final. A evolução do panorama, no tempo, implicará na evolução da decisão, caracterizando-se assim a necessidade da revisão periódica das políticas traçadas.

ARGUMENTOS FAVORÁVEIS À FABRICAÇÃO LOCAL DE BENS DE CAPITAL

1 — O desenvolvimento econômico do País está vinculado à expansão do setor industrial mecânico e elétrico.

2 — Sendo vital para a nação a utilização plena dos seus recursos naturais, torna-se imperioso acelerar o desenvolvimento das indústrias de transformação, em seu volume físico e nível tecnológico. Êsse resultado pode ser conseguido através da transferência e absorção da tecnologia estrangeira, acompanhadas da formação de técnicos locais, capazes de gradativamente se liberarem dêsse assessoramento, passando à fase criativa de engenharia.

3 — A fabricação de bens de capital pressupõe a existência das engenharias de processo e de produto, as quais, quando elaboradas no País, facilitam o acesso do utilizador da maquinaria e equipamentos à evolução da tecnologia, fator determinante da competitividade dos processos de produção.

4 — A estrutura da indústria de bens de capital e os períodos de maturação para sua implantação e desenvolvimento implicam na manutenção de determinados níveis operacionais, a fim de evitar uma solução de continuidade da produção a qual provoca a atrofia, ou mesmo a paralisação do sistema de absorção e desenvolvimento das engenharias de processo e de produto.

5 — A composição média do valor da produção de bens de capital indica que a mão-de-obra direta participa com 27% naquele valor; incluindo-se o corpo técnico, essa participação eleva-se a 35%.

6 — As principais matérias-primas empregadas na fabricação de bens de capital são produtos siderúrgicos, os quais representam cêrca de 80% de seu volume físico e 25% de seu valor de produção.

7 — A indústria mecânica e elétrica é, entre tôdas as indústrias de transformação, a que exerce o maior efeito multiplicador sôbre a utilização da mão-de-obra. Os bens de capital participam com cêrca de 40% na produção do setor; os bens de consumo duráveis, que participam com 60%, têm a expansão e a evolução tecnológica de sua produção vinculadas aos primeiros.

8 — Os financiamentos internacionais a longo prazo aplicam-se em geral no Subgrupo A dos Bens de Capital (8.1). A análise da comercialização e da estrutura dessa produção sugere que cêrca de dois terços são aplicados em investimentos de infra-estrutura e indústrias de base (projetos integrados) sendo o restante empregado na reposição dos bens de produção e nas expansões e modernização das indústrias de transformação em operação.

ARGUMENTOS FAVORÁVEIS À IMPORTAÇÃO DE BENS DE CAPITAL

1 — A infra-estrutura do País — energia, transporte e comunicações, tem influência ponderável na composição dos custos da produção e comercialização. No qüinqüênio 1960-1964 decresceram acentuadamente os investimentos nesses setores comprometendo o desenvolvimento da economia.

2 — É de interêsse nacional que a taxa de investimentos em infra-estrutura cresça de forma a recuperar, com a brevidade possível, as deficiências acumuladas do passado.

3 — A recuperação econômico-financeira do País não permite que se aumente, sòmente com recursos orçamentários, o volume daqueles investimentos, havendo portanto necessidade de apelar para o recurso de financiamentos internacionais, a longo prazo.

4 — As necessidades prementes de criação de empregos em face da intensa expansão demográfica, do aumento do PIB, numa taxa mínima anual próxima a 6%, convidam a aceitar o concurso de capitais estrangeiros, uma vez que a poupança nacional também não é suficiente para atender aos investimentos em setores de capital privado.

5 — As fontes internacionais de financiamento consideram que uma parcela do valor global do projeto deve ser despendida em maquinaria e equipamentos importados uma vez que, tratando-se de uma negociação, devem ser respeitados os interêsses dos países que se dispuseram a criar os fundos de financiamento.

6 — Entretanto, as mesmas fontes de financiamento admitem que uma parcela do valor global do projeto seja despendida na aquisição de bens e serviços no país tomador do empréstimo, embora considerem recomendável que:

a — os preços da maquinaria e equipamentos nacionais tenham preços comparáveis aos níveis internacionais, admitindo-se para essa comparação uma razoável proteção à indústria local;

b — o nível tecnológico da maquinaria e equipamentos atenda às condições econômico-financeiras do projeto, as quais devem ser compatíveis com padrões internacionais.

7 — O desenvolvimento tecnológico da indústria nacional de bens de capital deve ser estimulado; em face da exigüidade dos mercados, êsse estímulo só pode ser traduzido pela necessidade salutar de competir em preço e qualidade com a maquinaria e equipamentos de nível internacional, importados, sendo de interêsse para o País a comparação operacional e técnica dos bens de produção importados, de diversas procedências, com os nacionais.

8 — A conquista de outros mercados — exportação — só é possível quando a produção nacional em face à de outros países fôr igual ou melhor em qualidade e mais vantajosa em preço e condições de pagamento. Sòmente a necessidade de competir é capaz de criar uma estrutura industrial para enfrentar os mercados internacionais.

9 — A exportação é uma componente necessária ao esfôrço de desenvolvimento econômico e, particularmente, no caso dos bens de capital, ela complementa o mercado para a garantia do nível operacional do setor.

10 — A fabricação nacional de bem de capital não substituiu integralmente as necessidades de importação, embora sua taxa anual de participação nos investimentos fôsse crescente (de 45% em 1960, para 73% em 1965).

Estima-se que em 1966, tanto a produção nacional como a importação de bens de capital tenha aumentado substancialmente. Entretanto, constata-se que mesmo com uma taxa de expansão da oferta superior a 12% ao ano não seria possível atender, nos próximos períodos, a demanda provável para cobrir as necessidades de investimentos em infra-estrutura, sem o auxílio complementar da maquinaria e equipamentos importados.

11 — Os bens duráveis de consumo produzidos no País já atingiram a plena substituição das importações (88% em 1960, 98% em 1965).

A participação da indústria brasileira mecânica e elétrica no consumo aparente nacional de bens duráveis e de capital, atingiu 84% e 87% respectivamente em 1964 e 1965, demonstrando que o processo de substituição de importações nesse setor está atingindo um limite crítico condicionado, principalmente, pelo índice tecnológico dos produtos.

ANÁLISE E CONCLUSÃO

Os argumentos apresentados destroem o aparente dilema, uma vez que é claro e indiscutível o interêsse nacional, não apenas de manter, mas também de expandir a indústria nacional concomitantemente com o aumento dos investimentos em infra-estrutura, para aceleração do processo de desenvolvimento.

O entrosamento harmônico das duas tendências contribuirá para maximizar, durante um longo período, a taxa de crescimento do PIB.

Analisando a posição do Govêrno e das emprêsas produtoras de bens de capital, embora aparentemente antagônicas, verifica-se que na realidade não o são, e seus esforços poderiam ser somados para atender às duas finalidades propostas.

Os financiamentos internacionais oferecidos a países subdesenvolvidos pressupõem que êsses países não possuem recursos industriais capazes de atender à demanda de bens de produção para seus investimentos em infra-estrutura. Aliás, essa é uma das razões que os classifica como subdesenvolvidos.

O Brasil já se adiantou na escalada ao desenvolvimento e atingiu um nível tecnológico de produção, que começa a interferir com a exportação dos tradicionais países fabricantes de maquinaria e equipamentos. Pelo menos, reduz sensivelmente a reserva de mercado que êsses países se proporcionam através de ofertas de financiamento.

Modificou-se, portanto, o panorama e, em face dos novos elementos em luta, outros métodos de negociação devem ser empregados.

Ao Govêrno cabe proteger suficientemente a indústria para que esta tenha condições de competitividade com os produtos importados. Contudo, a proteção não deve ser excessiva, para que se faça sempre presente o salutar estímulo à produtividade e à evolução tecnológica.

A revisão das tarifas aduaneiras pelo Decreto-lei n.º 63, de 22 de novembro último, reduzindo as alíquotas do Impôsto de Importação para matérias-primas e componentes, não fabricados no Brasil em condições adequadas de tecnologia e preço, age em defesa do próprio setor mecânico e elétrico que deve preparar-se para enfrentar, em futuro muito próximo, a realidade de um mercado de nível internacional.

Por outro lado, o Decreto-lei n.º 37, de 18 de novembro, definiu adequadamente as condições de concorrência entre os bens de produção importados e os de fabricação nacional.

No caso de projetos essenciais ao desenvolvimento econômico e com financiamentos em prazos iguais ou superiores a 15 anos, a comparação de preços é feita com margem mínima de 15%, calculada sôbre o preço CIF do produto importado, incluídas as despesas de desembarque em pôrto brasileiro.

Para outros projetos, adicionou-se a comparação de preços aos conceitos de similaridade, incorporando-se ao valor dos produtos importados o Impôsto da Importação e todos os outros encargos de efeito equivalente.

Em complemento a essas medidas e com a finalidade de reduzir os custos internos de produção, foram concedidas às indústrias nacionais isenções de impostos para melhorar sua competitividade com a concorrência estrangeira. Assim, no caso de investimentos em infra-estrutura os fornecimentos da indústria brasileira são equiparados à exportação para se beneficiarem com:

— reembôlso do "impôsto sôbre a importação" e "sôbre os produtos industrializados" (atual Impôsto de Consumo) referente às matérias-primas e componentes importados que entrem na fabricação da maquinaria e equipamentos nacionais.

— isenção do "impôsto sôbre produtos industrializados" que pesa sôbre o fornecimento global.

— dedução no lucro bruto, para efeito de taxação do impôsto sôbre a renda, da parcela correspondente ao lucro sôbre a maquinaria e equipamentos fornecidos.

O Govêrno federal obteve ainda do Banco Mundial que nos financiamentos oferecidos fôsse a indústria nacional admitida como fornecedora e, nessas condições, qualificada para as concorrências internacionais.

Do BID e da Alemanha Ocidental conseguiu créditos para financiamento de bens de capital produzidos no Brasil, cuja operação está a cargo do FINAME. Da AID, embora com restrições, negociou um esquema semelhante ao do Banco Mundial.

Foi portanto desenvolvido um esfôrço considerável por parte do Govêrno para atender à produção nacional de bens de capital.

Cabe agora, às emprêsas privadas, a segunda parte na luta para assegurar sua participação nos grandes investimentos programados para o desenvolvimento do País.

As negociações deslocam-se para o campo técnico-comercial, envolvendo transferência e absorção de tecnologia, exploração de patentes, processos industriais e marcas comerciais e até mesmo interêsses financeiros em novos mercados regionais.

Nos regimes de economia livre, como no Brasil, só a emprêsa privada pode negociar com seus concorrentes estrangeiros, de forma a vencer êsses obstáculos e definitivamente firmar-se na produção de maquinaria e equipamentos industriais.

Observe-se a experiência acumulada por outros países em sua evolução para a industrialização e fácil será concluir, em favor das medidas apontadas, o dinamismo da emprêsa privada.

A Europa do após-guerra é um exemplo precioso e rico em ensinamentos. A luta para criar condições capazes de justificar as despesas de investigação tecnológica levou a modificações profundas na estrutura dos complexos industriais.

Não deverá ficar, certamente, o empresário nacional, de braços cruzados, esperando que o Govêrno lhe garanta uma carteira de encomendas. O esfôrço promocional de venda, a negociação, a consorciação e a complementação industrial são armas de grande efeito para a consecução de seus objetivos.

A ação precisa ser desenvolvida com rapidez, aproveitando a atual oportunidade. A correção das distorções estruturais da indústria mecânica e elétrica que está exigindo dos empresários grandes esforços administrativos e econômicos, e o grande programa de investimentos em obras de infra-estrutura, que se projeta para futuro imediato, sensibilizando os produtores de bens de capital estrangeiro, demonstram a oportunidade em negociar novas situações de intercâmbio tecnológico e complementação industrial.

A continuidade administrativa, neste caso consubstanciada pelo Orçamento-Programa, plurienal, vem afastar uma das maiores dificuldades que afligiam o setor industrial em causa: a interrupção dos investimentos governamentais.

Contando com êsse fator positivo e com o acréscimo sensível que se têm verificado nas inversões no setor privado, poderão os produtores nacionais de maquinaria e equipamentos industriais planejar a expansão de suas atividades, especialmente no que se refere aos serviços de engenharia, a fim de melhor absorver as últimas conquistas tecnológicas internacionais, caminhando para a elaboração integral das engenharias de processo e produto e assim garantir sua presença nos fornecimentos de bens de capital.

O DESAFIO É A NOSSA OPORTUNIDADE

MENSAGEM DE CONFIANÇA DO GOVÊRNO DO ESTADO

A Guanabara enfrenta, há alguns anos, séria ameaça: se as tendências de sua evolução econômica, desde 1950, não sofressem marcada reversão, o Estado poderia confrontar-se com o espectro do esvaziamento econômico. Não convém aqui examinar as causas, as características ou os possíveis efeitos do fenômeno, que já tem sido analisado, com realismo pelos órgãos especializados do Estado. O que cumpre ao Govêrno do Estado é delinear as medidas que vêm sendo tomadas para combater os focos de estagnação e transmitir à população do Estado sua profunda convicção de que, apesar de tôdas as dificuldades e empecilhos — que têm trazido tantas privações e sofrimento aos lares cariocas — a Guanabara tem diante de si um futuro de melhores dias.

Ameaça significa desafio e nós estamos dispostos a transformar o desafio em oportunidade, e esta, por sua vez, em realidade futura de uma Guanabara com mais alto nível de alfabetização e de matrícula escolar, com melhores vias de trânsito, com transportes mais eficientes, serviços públicos mais satisfatórios, vida cultural mais intensa, melhores empregos, enfim, condições de vida compatíveis com a dignidade da natureza humana.

CONFIANÇA NO POVO

Como é que pretendemos, através do esfôrço de todos, alcançar tão ambicioso objetivo?

Em primeiro lugar, acreditando na operosidade e no engenho dêsse magnífico povo que tantas provas já tem dado de sua capacidade. O Rio é uma dádiva da natureza, mas, o que outrora era pântano, hoje são bairros residenciais ou dedicados à indústria e comércio; o que foram morros, hoje são planícies e aterros ajardinados; o que era mera Capital Administrativa, hoje é o principal centro financeiro do País e o segundo parque industrial com comércio pujante e pôrto movimentado. O Rio — como Brasília — é um símbolo do que o brasileiro pode fazer em pleno clima tropical, lutando contra uma natureza sem dúvida maravilhosa em seu trajar, mas caprichosa em seu comportamento.

RECURSOS PARA FINANCIAMENTO

Em segundo lugar, a administração estadual está empenhada em canalizar o máximo de recursos para o setor de financiamento das atividades econômicas que sustentam o Estado. Não só verbas orçamentárias estaduais mas, também, poupanças captadas do público, que tem demonstrado grande confiança nos órgãos financeiros do Estado, recursos disponíveis nas múltiplas agências federais de financiamento e, finalmente, nos organismos financeiros internacionais. Nesse sentido, já foram tomadas as seguintes providências:

A COPEG reformou seus estatutos, criando a Carteira de Investimentos, a fim de permitir-lhe maior flexibilidade em seu programa de apoio à indústria, e a primeira Carteira Imobiliária autorizada a funcionar no País, o que significou formidável estímulo à maior indústria do Estado: a construção civil.

A mesma COPEG mais do que duplicou, em 1966, a venda de letras de câmbio, ao mesmo tempo em que lançou a primeira emissão, no Brasil, de letras imobiliárias, das quais 6 bilhões de cruzeiros já foram absorvidos pelo público. Paralelamente, obteve linha de crédito de 6,2 bilhões de cruzeiros do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (FIPEME) com recursos do BID e de até 25 bilhões de cruzeiros do Banco Nacional da Habitação (Programa Impacto). Outrossim, passou a operar como agente do FINAME, financiando tanto o aparelhamento e renovação do parque fabril da Guanabara quanto a venda a outras regiões do País de equipamentos fabricados no Estado.

Voltando as vistas para o futuro, a COPEG contratou, com recursos do FINEP, planejamento global da área Oeste do Estado, sobretudo a região de Santa Cruz, para transformar a porção menos desenvolvida da Guanabara em nôvo foco de progresso e riqueza.

EXPANSÃO DO BEG

O Banco do Estado da Guanabara, por sua vez, através de renovado dinamismo, ampliou seus depósitos globais em 46%, passando de 112 para 164 bilhões de cruzeiros, destacando-se o aumento de depósito do público — verdadeiro termômetro da confiança popular — em 84%, o que significa aumento paralelo de suas aplicações no setor privado, isto é, na indústria e no comércio, que tiveram incremento de 139%.

AÇÃO PLANEJADA

Em terceiro lugar, o Govêrno estadual está procurando identificar aquelas atividades econômicas — sejam elas do setor primário, secundário ou terciário — que mais se coadunem com as características e as potencialidades da região, para então, incentivá-las ao máximo, quer estimulando a implantação de novas unidades, quer apoiando a expansão e a modernização das já existentes.

No setor primário merece especial atenção a avicultura intensiva, que tem condições ótimas de desenvolvimento.

No setor secundário, ainda é cedo para arrolar em definitivo setores prioritários, mas desde já é possível lembrar a consolidação da indústria de alimentação, o reequipamento da indústria têxtil, a expansão do parque gráfico, a implantação da indústria química e petroquímica e, finalmente, a grande siderurgia que deverá ser a espinha dorsal da área industrial de Santa Cruz.

No setor terciário, que ainda é a principal fonte de riqueza do Estado, não se pode deixar de fazer especial menção ao turismo que, por suas características próprias, tem de ser considerado indústria prioritária e, como tal, está merecendo apoio dos órgãos responsáveis do Govêrno estadual.

SANTA CRUZ

Santa Cruz é o símbolo dessa nova mentalidade dinâmica e dêsse enfoque integrado dos problemas. O complexo de indústrias pesadas e leves deverá repousar sôbre moderna infra-estrutura econômica com vias de acesso, energia e outros serviços públicos; e social, com habitação, escolas e saúde pública e contará, também, com modelar pôrto próprio dotado dos mais avançados requisitos técnicos para carregamento de minério, descarregamento de carvão e manipulação de carga geral.

A instalação do Pôrto de Santa Cruz, possivelmente ligado à zona franca industrial e comercial, não significa que o Govêrno estadual se desinteressará da sorte do atual Pôrto do Rio de Janeiro. Muito ao contrário, determinei ao Secretário de Economia que, em consonância com representantes de tôdas as classes e entidades interessadas, estude medidas concretas para devolver o Pôrto do Rio de Janeiro à posição de destaque e importância que, inegàvelmente, lhe cabe na economia do País e do Estado.

Todos os passos no campo econômico e financeiro em outras áreas do Estado também estão integrados em esfôrço coordenado com os diversos setores da administração estadual. Assim, os programas de habitação, a cargo da COHAB, passaram a tomar em consideração os locais de emprêgo de seus habitantes e suas possibilidades de transporte; por sua vez, os traçados das vias de acesso e dos transportes em massa serão feitos no sentido de acompanhar o desenvolvimento futuro de tôda a área urbana e especialmente os fatôres locacionais de habitação, indústria, comércio e facilidades comunitárias (hospitais, escolas, centros de diversão).

O GRANDE RIO

Mas o Govêrno do Estado não pretende ensimesmar-se, isolando-se da zona periférica do Estado que já conta com uma população de 1,5 milhão de habitantes e que cresce a uma taxa de expansão quase três vêzes superior à da Guanabara, isto é, a 9% ao ano. Muitos problemas, como os da casa popular, da água e esgotos e mesmo os relativos à integração industrial que vise à maximização de resultados pela possibilidade de utilizarem-se economias externas, já não podem mais ser enfocados, senão levando em conta tôda a área urbana dependente do Rio, isto é, a denominada área metropolitana do Grande Rio. É por isto que meu Govêrno se propôs ao diálogo com o Govêrno do Estado do Rio e com o Govêrno federal, que ainda é responsável por muitos dos serviços públicos que operam na cidade — como o pôrto e as linhas de ferro suburbanas — a fim de planejar e executar programa coordenado de grande alcance, não só para as populações vizinhas, como também para a própria população da Guanabara.

RETOMADA DO DESENVOLVIMENTO

Com redobrado financiamento à indústria e ao comércio; com programas de habitação popular e de reabilitação de favelas, baseados em uma filosofia de sentido nitidamente econômico e social; com a criação da Cidade Nova nas áreas deterioradas próximas ao centro; com um planejamento integrado dos diversos setores do Estado e de futuro, também, das áreas circunvizinhas, enfim, com o propósito inquebrantável de caminhar de encontro às mais legítimas aspirações das populações do Grande Rio, a Guanabara se coloca na vanguarda do programa já anunciado pelo próximo Govêrno da União, o da retomada do desenvolvimento voltado para a máxima valorização do homem.

REFORMA AGRÁRIA

PAULO DE ASSIS RIBEIRO

O processo básico da implantação da Reforma Agrária formulada no Estatuto da Terra, cujos princípios, critérios e metodologia têm sido suficientemente difundidos, — foi inserido no Plano de Ação do Govêrno Revolucionário, e assim, se realiza em perfeita consonância com a política que norteia a execução dos planos Nacional e Regionais de desenvolvimento do País.

A opção democrática, expressa nos diplomas legais que traçaram o processo brasileiro de Reforma Agrária, eliminou a possibilidade de aplicação de quaisquer dos procedimentos característicos da opção socialista: transferência da propriedade da terra para o Estado; fomento da luta de classes; confisco da terra, explícito ou disfarçado; utilização de métodos radicais para alteração da tenência da propriedade; transformação dos trabalhadores rurais em simples usuários das terras do Estado; e, eliminação da liberdade de iniciativa.

Todo o processo é baseado na aplicação gradualista e progressiva dos vários instrumentos previstos no Estatuto da Terra, visando a forçar a iniciativa privada — respeitada a garantia do direito de propriedade — a dar condições de uso racional à terra dentro de sua função social e dos princípios de conservação dos seus recursos naturais, promovendo a paz social e o bem estar dos rurícolas.

Êste procedimento, ainda que executado em ritmo acelerado não pode apresentar, de imediato, na transformação da estrutura agrária, resultados sensíveis à maioria dos observadores, o que dá margem a críticas generalizadas ao órgão executor da Reforma Agrária tachado de pouco eficiente ou mesmo de inoperante, tanto pelos que desejam a eliminação rápida de vícios e privilégios existentes em nossa estrutura agrária como, paradoxalmente, pelos que lutam surdamente pela manutenção do status quo. A posição paradoxal dêstes é apenas aparente pois acoimando o IBRA de inoperante visam de fato a enfraquecer seu prestígio e os seus meios de ação pois, na realidade, o que aspiram não é a operosidade do órgão e, sim, sua extinção prematura impedindo a obtenção dos resultados almejados pela Reforma. A qualquer sintoma revelador de início dêsses resultados, mobiliza-se esta minoria que trabalha ativamente para esvaziar o processo da Reforma.

Outra condicionante que impede a miraculosa aparição de resultados sensíveis, visíveis de imediato, é determinada pela dimensão territorial e pela heterogeneidade de condições ecológicas e sócio-econômicas das diversas áreas do país, as quais, exigiram uma regionalização adequada para que os recursos materiais e humanos disponíveis pudessem alcançar elevados índices de produtividade em sua utilização. Esta regionalização patente de que apenas certos instrumentos poderiam ter aplicação indiscriminada em todo o território nacional, sendo os demais aplicados em áreas prioritárias selecionadas e delimitadas numa análise minuciosa do zoneamento do País para os fins de Reforma Agrária.

Desta forma, as Áreas Prioritárias são grandes áreas de demonstração dos métodos e processos utilizados para transformação de estrutura agrária.

A principal condicionante para a aceleração do processo é, no caso brasileiro, a inexistência de pessoal capacitado para execução das inúmeras tarefas a serem realizadas nos diferentes projetos programados para os Planos Nacional e Regionais de Reforma Agrária.

Por outro lado, como a transformação da estrutura agrária depende essencialmente da transformação das demais estruturas e instituições nacionais, — em especial daquelas que se relacionam com a valorização do homem, nos campos de educação e de saúde — o ritmo de progresso da Reforma Agrária fica condicionado ao sucesso alcançado na melhoria daquelas outras estruturas e instituições.

OS PLANOS E OS PROJETOS EM EXECUÇÃO

O Plano Nacional de Reforma Agrária, em plena fase de realização, compreende dois grandes projetos. O de Cadastro e Tributação e o da Discriminação de Terras e regularização dos títulos de domínio e posse.

CADASTRO

O Projeto de Cadastro e Tributação é um instrumento básico do Estatuto da Terra; já está integralmente implantado em seus aspectos essenciais após os trabalhos que resultaram da ação de cêrca de cem mil recenseadores treinados pelo IBRA e da assinatura de cêrca de quatro mil convênios e em prazo recorde, dadas as dificuldades de acesso e de comunicações do imenso território brasileiro e o elevado número de unidades a cadastrar. Cêrca de quatro milhões de imóveis rurais e os respectivos arrendatários e parceiros e quase um milhão de quilômetros quadrados de terras públicas estão sendo identificados para um conhecimento objetivo da estrutura agrária brasileira.

Os estímulos, as limitações e as proibições para garantia do preceito do uso da terra condicionado à sua função social já são agora uma realidade pois, êstes levantamentos permitiram o conhecimento das condições sociais e econômicas das explorações em cada um daqueles imóveis e as modalidades dos contratos agrícolas vigentes. Os dados e índices estatísticos apurados com as informações fornecidas nos levantamentos são da maior significação para a adequada aplicação dos instrumentos previstos no Estatuto da Terra. O contrôle dos contratos de arrendamento e parceria que foram regulamentados em lei especial, fixando as primeiras normas autônomas de Direito Agrário, é uma outra atividade dêste projeto que contribuirá, de forma decisiva, para a reformulação da estrutura agrária brasileira.

As apurações preliminares dos dados do cadastro, revelaram que o levantamento procedido pelo IBRA, atingiu, tanto em número quanto em área de imóveis, a totais superiores aos do censo agrícola de 1960. Apresentaram declaração de propriedade cêrca de cento e cinqüenta mil imóveis a mais, totalizando uma área de mais de sessenta milhões de hectares do que a apurada no censo de 1960. É evidente que ainda há omissões a serem regularizadas e que, em certas regiões, algumas áreas são declaradas, simultâneamente, por mais de um responsável, em face dos inúmeros casos de conflitos de domínio e posse nelas ocorrentes.

Ficou mais nitidamente evidenciada a gravidade do problema do minifúndio no Brasil, pois, as apurações preliminares revelaram que mais de 70% dos imóveis cadastrados são minifúndios, porcentagem esta que nas grandes regiões Nordeste e Sul, atinge a quase 78%, sendo mesmo, superior a 85% nos Estados de Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Santa Catarina. Quanto à área, os imóveis minifundiários, representam 14% da área total dos imóveis cadastrados, porém em alguns Estados essa porcentagem é superior a 25%, como Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Paraná, atingindo a mais de 40% no Estado de Santa Catarina. O número de imóveis classificados como latifúndio por dimensão é muito pequeno, pois são apenas cêrca de 200 em todo o País, porém, a área dêstes poucos imóveis atinge a cêrca de quatorze milhões de hectares ou seja mais de quatro por cento da área total de todos os imóveis rurais. É provável que tenha havido omissão no cadastro de algumas destas grandes propriedades, especialmente nas regiões Norte, Nordeste e Leste, nas quais o censo de 1960, registrou a ocorrência de propriedades com mais de cem mil hectares, totalizando áreas superiores às dos grandes latifúndios apurados no atual cadastro.

Outro aspecto revelado pelas apurações preliminares é o da área média do imóvel nas várias unidades da federação. A área média no Brasil, apurada no cadastro, é superior a 90 hectares e pelo censo de 1960 seria da ordem de 77 hectares. Nas grandes regiões Norte e Nordeste as áreas médias do cadastro são, respectivamente, 425 e 80 hectares, e pelo censo de 1960 seriam de 174 e 48. Nos Estados do Pará e Maranhão, as áreas médias do cadastro, são, respectivamente, 310 e 231 hectares e pelo censo de 1960, seriam de 68 e 37. Tais diferenças mostram como era pouco conhecida a estrutura fundiária do País até a realização do cadastro pelo IBRA.

A ocupação do território e as modalidades de explotação da terra podem ser examinadas à luz das apurações preliminares do cadastro que revelaram ser de menos de 40% a área ocupada pelos imóveis rurais em relação à superfície do País. Essa porcentagem é de apenas 7% para a região Norte e superior a 85% na região Sul. Apenas 10% da área dos imóveis foi declarada inaproveitável pelos proprietários. A área utilizada com explotações extrativas, em lavoura e pecuária, é em média, 50% da área explotável, porém, esta porcentagem varia de 38% na região Norte a cêrca de 60% nas regiões Leste e Sul. As formas de utilização da terra em atividades de lavoura, de pecuária ou florestais, mostram a diversidade das economias regionais: enquanto no Norte, pouco mais de 13% das áreas dos imóveis é utilizada na lavoura, no Sul essa porcentagem é superior a 30%; a área utilizada em pecuária, na região Norte, não atinge a 27% da área total dos imóveis e na região Centro-Oeste é superior a 80%; por outro lado, as explorações florestais que, compreendem, menos de 10% das áreas dos imóveis na região Leste, representam quase 60% das áreas dos imóveis na região Norte. Os índices relativos a modalidades de uso da terra analisados por classe de dimensão dos imóveis mostram, também, a diversidade de estrutura de utilização: nas propriedades até 10 hectares, mais de 60% das áreas se destinam à lavoura, enquanto que nas propriedades acima de 100 000 hectares, estas atividades não atingem a 2% da área; inversamente, nos imóveis até 10 hectares, menos de 10% da área são destinados a atividades florestais, ao passo que, nos imóveis acima de 100 000 hectares essa porcentagem é superior a 80%. Os dados preliminares de apuração do censo, mostram assim, que uma área correspondente a pouco mais de 16% da superfície do País, está sendo utilizada econômicamente em exploração extrativas, agrícolas ou pecuárias, sendo que esta porcentagem é da ordem de apenas 2,5% na região Norte e atinge o máximo de 47% na região Sul. Em explorações de lavoura, pouco mais de 3% da superfície do País está sendo utilizada, variando esta porcentagem de 0,3% na região Norte a pouco mais de 14% na região Sul. O módulo médio no Brasil em relação à área explotável é de cêrca de 50 hectares, o que corresponde a 32 hectares da área realmente utilizada.

Segundo as declarações de propriedade feitas para o cadastro, 45% da área de imóveis foi obtida por compra a particulares; cêrca de 7% por compra ou doação de terras públicas; 16% por herança ou usufruto; e, 3% por usucapião ou simples ocupação. Os Estados de São Paulo, Paraná e Santa Catarina, são os que apresentam maior porcentagem de área obtida por compra a particular (superior a 55% em cada um dêles). A maior porcentagem de área obtida por doação ou compra de terras públicas, se verifica em Mato Grosso (cêrca de 18%). A maior porcentagem de área obtida por usucapião ou simples ocupação se verificou em Roraima (cêrca de 23%). Estes dados preliminares, exigem, ainda, análises estatísticas para sua interpretação pois cêrca de 25% dos proprietários não souberam declarar, a forma pela qual, estavam de posse de seus imóveis, sendo provável que uma grande parte dêsses não informantes, ocupem o imóvel sob uma das formas que não correspondem a compra sob qualquer título.

O valor total declarado para as propriedades cadastradas não atingiu a trinta trilhões de cruzeiros, o que significa que em média cada imóvel rural brasileiro representa um investimento em terras e benfeitorias inferior a oito milhões de cruzeiros. No Piauí e em Sergipe o valor médio declarado por imóvel é da ordem de três milhões de cruzeiros. O valor médio declarado e aceito pelo IBRA, por hectare de terra nua é no Brasil, aproximadamente, de 37 mil cruzeiros e varia de um mínimo de cinco mil cruzeiros em Roraima para o máximo de um milhão, duzentos e sessenta mil cruzeiros na Guanabara.

Os investimentos em benfeitorias foram em média, no Brasil, de 130% sôbre o valor da terra nua; essa porcentagem variou muito para as diversas Unidades da Federação, sendo a menor em Roraima de 35% e as maiores nos Estados do Paraná, Bahia e Sergipe, todos acima de 200%. Deve ser levada em conta a tendência nas declarações de subestimar-se o valor da terra nua sôbre o qual se aplica a alíquota do ITR e de superestimar-se o valor das benfeitorias, para aparentar melhores condições de exploração econômica.

TRIBUTAÇÃO

A imposição do ITR, cujo sistema de progressividade e regressividade, estabelecido no Estatuto da Terra, estimula os bons lavradores e pecuaristas e incentiva o uso predatório da terra, foi realizado em 1966 com a emissão e distribuição das guias de cobrança, cuja arrecadação, — que interessa a cêrca de quatro mil municípios — é efetuada por convênio com uma extensa rêde bancária em todo o território nacional. Os resultados dêsse sistema de tributação já começam a se evidenciar, embora sejam mínimas as alíquotas do tributo.

O efeito corretivo do impôsto não depende, no entanto, dos valôres relativos e sim das importâncias absolutas em cruzeiros. Um imóvel rural tipicamente latifundiário, cujo valor é superior a dois bilhões de cruzeiros pagava tributo da ordem de cem mil cruzeiros e passou a pagar com o nôvo ITR, 10 milhões de cruzeiros. Percentualmente êste tributo representa menos de 0,5% do valor da propriedade, mas os dez milhões de cruzeiros, representam uma importância que leva o proprietário a procurar obter alguma renda do latifúndio para fazer face àquela nova despesa. Isto não era necessário quando podia ser aguardada a valorização da terra, sem necessidade de pagamento do impôsto.

Uma análise dos dados estatísticos preliminares mostra que os índices de progressividade e regressividade do tributo, relativos ao fator rendimento econômico, variaram em função dos investimentos feitos nos imóveis: assim, a média de valor dos imóveis com coeficiente 0,4 de regressividade foi de vinte milhões de cruzeiros; a média dos valôres para o grupo correspondente ao coeficiente 1,0 foi de 11 milhões de cruzeiros; e, a média dos valôres dos imóveis do grupo com coeficiente de progressividade 1,5 foi de quatro milhões de cruzeiros. Também a dimensão da área apresentou certa correlação com o grau de progressividade indicado no índice de rendimento econômico: assim, o índice de regressividade 0,4 correspondeu a um conjunto de imóveis com área média de 40 hectares; o início 1,0, correspondeu a imóveis com área média de 60 hectares; e, o índice 1,5 correspondeu a imóveis com área média superior a 100 hectares.

DISCRIMINAÇÃO DE TERRAS PÚBLICAS

Outro projeto no Plano Nacional, em plena execução é o de discriminação de terras da União e regularização dos títulos de domínio e posse, que está a cargo de órgãos já instalados nos Estados do Rio, do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, em vias de instalação nos Estados de Mato Grosso e Acre e Territórios Federais. Com a execução dêstes projetos ficarão conhecidas as terras da União disponíveis para o processo de colonização, no mesmo tempo que centenas de milhares de atuais ocupantes terão seus títulos de domínio e posse regularizados, dando-lhes assim, condições para o uso pacífico e tranqüilo das terras que exploram, ao abrigo dos litígios e conflitos que constituem focos de agitação naquelas regiões.

CAPACITAÇÃO DE PESSOAL

Para permitir o desenvolvimento dos Planos Nacional e Regionais, foi necessário ampliar a ação do IBRA no campo da Capacitação do Pessoal, pois no conjunto de problemas que se apresentam aos dirigentes e planificadores da Reforma Agrária, destaca-se com especial importância a necessidade de desenvolvimento de recursos humanos a serem mobilizados a curto, médio e longo prazos.

A impossibilidade de se separar formação, treinamento e capacitação de pessoal da ação, em fases distintas exige um jôgo de equilíbrio evitando-se seja a improvisação, seja a delonga das providências de planificação técnica excessiva. Combinar êsses elementos, em planos a curto prazo, em planos mais completos e integrados é o desafio que se apresenta à Nação, no momento atual.

Para os trabalhos de legislação e Direito Agrário, para o levantamento e avaliação dos recursos naturais, culturais e humano, para o estudo e reformulação da estrutura fundiária, elaboração e implantação de projetos de Reforma Agrária, inclusive para os programas de extensão rural e desenvolvimento de comunidades há carência de pessoal capacitado nos níveis superior, médio e elementar.

No campo técnico de nível superior, as necessidades têm sido sublinhadas em muitas oportunidades, no entanto, vale sempre insistir, senão quanto à carência de técnicos ao menos quanto à medida de adequação dos cursos universitários e de pós-graduação às especializações, de juristas em Direito Agrário, foto-analistas e foto-intérpretes, pesquisadores sociais, geólogos, planejadores, geógrafos, educadores, programadores de projetos, analistas de computação, economistas, sociólogos, psicólogos sociais, engenheiros, administradores de projetos, gerentes de cooperativas, técnicos de comunicação, estatísticos e tantas outras.

No tocante ao nível médio, é de capital importância a formação de técnicos semi-especializados que, sob o assessoramento de técnicos de 1.° grau, constituirão, em tempo e número o estoque mais suficientemente mobilizável, para implantação dos projetos específicos. Um dos aspectos de não menor importância é o da participação das bases — agricultores —, desde a formulação dos princípios que regem a Reforma Agrária. Entretanto, a situação atual dos agricultores é de despreparo, resultante de uma herança sócio-econômica secular, devendo ser exercida uma ação concentrada com o fim de se lograr a participação consciente, organizada, eficiente e progressiva do homem do campo nos projetos a serem implantados. O aproveitamento das lideranças autênticas, o treinamento de demonstradores, monitores ou animadores rurais, são condições **sine qua non** para a eficiência da adequação tecnológica no meio rural brasileiro. Entre as especializações de nível médio que devem constituir programas de capacitação incluem-se os foto-leitores, entrevistadores, topógrafos, técnicos das cooperativas e emprêsas de economia mista, operadores de computadores, educadores de adultos, professôres rurais, educadores e inspetores sanitários, economistas domésticos, extensionistas rurais, assistentes sociais, operadores de máquinas agrícolas, mecânicos, eletricistas e tantas outras.

Em nível elementar ou popular, é urgente considerar-se a capacitação dos parceleiros e a readaptação da mão-de-obra excedente no meio agrário, além da do preparo da mão-de-obra, para os canteiros de serviços dos líderes para apreensão, divulgação e interpretação dos projetos de Reforma Agrária ao nível dos trabalhadores rurais; de monitores para CIRAs, Sindicatos Rurais, escolas de adultos, associações de moradores, clubes esportivos e recreativos, grupos de jovens e de mães e outros da mesma natureza.

Além dos cursos que funcionaram em 1966 e dos já programados para 1967, foi criado pelo IBRA o Centro Nacional de Capacitação em Reforma Agrária (CENCRA), o qual será mantido em convênio com o Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas (IICA).

PLANOS REGIONAIS

Os Planos Regionais em execução, situam-se nas três Áreas Prioritárias criadas em 1965 (Nordeste, Brasília e Rio de Janeiro) e na Área Prioritária do Rio Grande do Sul, criada em 1966. Estas Áreas Prioritárias são como vimos, grandes áreas de demonstração para implantação da Reforma Agrária; totalizam cêrca de 6% da superfície do Território brasileiro, porém, nelas são obtidos mais da 20% da produção agropecuária do País. Quatro grandes projetos estão sendo executados em cada uma dessas quatro áreas.

Dois dêsses grandes projetos se referem ao cadastramento técnico dos imóveis rurais nela compreendidos, em número aproximado de 800 mil, e, ao levantamento dos recursos naturais, culturais e humanos que nela ocorrem, para permitir adequada formulação dos novos programas para os planos regionais de Reforma Agrária.

Os outros dois projetos são específicos para reformulação da estrutura agrária vigente naquelas áreas.

Um se destina à criação de novas unidades agrícolas, e à concentração parcelária para reorganização de propriedades minifundiárias, além dos trabalhos de regularização de áreas invadidas ou ocupadas irregularmente, fato que ocorreu, de forma acentuada na Área Prioritária do Rio de Janeiro.

O outro projeto específico é o de Promoção Agrária, que compreende um conjunto de medidas tendentes a elevar os índices de produtividade, no setor agrícola pela implantação da tecnologia adequada.

INVESTIMENTOS PRIVADOS NA INDÚSTRIA: UM TRILHÃO DE CRUZEIROS EM 1966

Prof. TEODORO ONIGA

1. *Visão Panorâmica*

Muito embora a inflação e seus resíduos hajam atuado como freios do desenvolvimento econômico do País, registraram-se, durante o ano de 1966, nada menos de 169 projetos industriais aprovados pelos Grupos Executivos da Comissão de Desenvolvimento Industrial (CDI), totalizando o equivalente de Cr$ 955 bilhões, o que mostra, de maneira inequívoca, que a política de investimentos industriais posta em prática pelo Govêrno Federal logrou alcançar, no ano findo, excelente marca no que tange ao parque fabril, possibilitando o financiamento de projetos novos que somaram quase um trilhão de cruzeiros.

O relatório da Secretaria Geral da CDI, já em vias de divulgação, mostra que os novos investimentos registrados nos ramos das indústrias mecânicas, metalúrgicas, alimentares, químicas e têxteis, propiciarão a satisfação de cêrca de 150 000 novos empregos, ou seja, metade da demanda total no setor das indústrias de transformação (demanda, esta, que pode ser estimada em cêrca de dois empregos por minuto, ou 3 000 empregos por dia).

O sucesso dêste verdadeiro surto de investimentos deve ser atribuído, essencialmente, à política seguida pela CDI, no sentido de conceder incentivos governamentais aos investimentos prioritários e de reduzir ao mínimo as formalidades burocráticas aferentes a esta concessão.

Mesmo em países relativamente pouco burocratizados, a resolução de certos problemas que dependem simultâneamente de vários órgãos oficiais pode acarretar demoras prejudiciais; em países de grande formalismo burocrático, os resultados podem ser até desastrosos.

A experiência brasileira neste particular é muito animadora. Há mais de dez anos atrás, em 16-6-1956, foi criado o primeiro Grupo Executivo da Indústria Automobilística o GEIA. Pouco a pouco, tendo em vista os resultados obtidos, foram criados novos Grupos Executivos para disciplinar a Construção Naval (GEICON), a indústria de Máquinas Agrícolas e Rodoviárias (GEIMAR), a Mecânica Pesada (GEIMAPE), o Computadores Eletrônicos (GEACE), as Indústrias Metalúrgicas (GEIMET), Têxtil (GETEC), de Calçados (GECAL), Farmacêutica (GEIFAR), de Fertilizantes (GEIFERC), Cinematográfica (GEICINE), de Material Eletrônico e de Telecomunicações (GEITEL), de Produtos Alimentares (GEIPAL), de Material Aeronáutico (GEIMA) e outros. Inicialmente organizados em tôrno do Conselho de Desenvolvimento, foram em seguida transferidos, em sua maioria, para o Ministério da Indústria e do Comércio. Em 1964 foi criada, no MIC, a Comissão de Desenvolvimento Industrial, que abriga os seguintes Grupos Executivos: GEIMEC (= GEIA + GEIMAR + GEIMAPE), GEIMET (siderurgia e metais não ferrosos), GEIPAL, GEIQUIM (= GEIPAR + GEIFERC + indústria química), e GEITEC (= GETEC + GECAL). O GEICINE foi absorvido pelo Instituto Nacional do Cinema recém-criado.

A idéia do Grupo Executivo é muito simples: reunindo representantes de todos os órgãos oficiais e de classe interessados ou envolvidos num determinado setor industrial (MINIPLAN, BC — ex-SUMOC —, BNDE, CACEX, CREAI, CC, EMFA, CPA etc), as decisões são tomadas de uma só vez (operação em paralelo), em vez de obrigar o interessado a percorrer sucessivamente todos êsses órgãos (operação em série), o que redunda em ganho de tempo, concentração decisória e economia de esforços. A idéia já se tornou conhecida fora, pois vários países latino-americanos começaram a aplicá-la, por se tratar de uma experiência brasileira bem sucedida.

2. *Evolução Cronológica dos Projetos Aprovados*

O Quadro I resume a evolução mensal e trimestral dos projetos aprovados pelos cinco Grupos Executivos que atuaram, em 1966, na CDI. Aprovaram-se, em média, 14 projetos por mês, com um máximo de 28 em outubro, em ritmo sistemàticamente crescente: 2 projetos por semana no I trimestre, quase 3 no II e 4 nos III e IV trimestres. Não se pode deixar de associar êste fato ao dinamismo imprimido à CDI pelo seu secretário-geral, eng. Manuel Fernando Thompson Motta, cujo afastamento em princípios de novembro repercutiu, inclusive, sôbre a média ligeiramente cadente do IV trimestre.

QUADRO I

EVOLUÇAO CRONOLÓGICA DOS PROJETOS APROVADOS PELA CDI

Mes	Trimestre	N.º de Projetos		Valor em Cr$ milhões	
Janeiro		3		110 743	
Fevereiro		13		148 394	
Março		10		5 213	
	I		26		264 350
Abril		13		37 835	
Maio		16		46 380	
Junho		8		67 078	
	II		37		151 293
Julho		26		83 610	
Agôsto		15		13 522	
Setembro		14		34 098	
	III		55		131 230
Outubro		28		167 410	
Novembro		8		3 719	
Dezembro		15		236 741	
	IV		51		407 870
	Total 1966		169		954 743

3. *Distribuição Setorial e Regional dos Investimentos*

No Quadro II é indicada a participação de cada Grupo Executivo, de um lado, e a distribuição por Estados dos projetos industriais, de outro lado (os números entre parênteses indicam o total de projetos em cada posição).

O maior número de projetos foi registrado pelo GEIMEC, que é também o Grupo mais antigo e o de maior complexidade. No entanto, o valor médio dos projetos apresentados ao Grupo Executivo das Indústrias Mecânicas (Cr$ 1 590 milhões por projeto) foi um dos mais baixos, pois a maioria dêsses projetos tinham por objeto simples modificações ou ampliações das instalações existentes. O maior projeto aprovado pelo GEIMEC foi da Willys Overland do Brasil S.A., no valor de Cr$ 62 851 milhões.

QUADRO II

DISTRIBUIÇAO SETORIAL E REGIONAL DOS INVESTIMENTOS

GRUPO EX. / ESTADO	GEIMEC	GEIMET	GEIPAL	GEIQUIM	GEITEC	TOTAL
SP	163 558 (91)	35 853 (16)	3 698 (3)	271 384 (8)	30 918 (14)	505 411 (132)
RJ	1 809 (4)	2 968 (3)	—	—	—	4 777 (7)
RS	930 (2)	—	—	—	1 696 (7)	2 626 (9)
GB	1 512 (7)	—	3 523 (1)	9 588 (2)	—	14 623 (10)
BA	587 (2)	—	—	96 055 (4)	—	96 642 (6)
MG	—	202 892 (1)	—	3 142 (1)	—	205 934 (2)
AL	—	—	—	118 800 (1)	—	118 800 (1)
PE	—	—	—	5 707 (1)	—	5 707 (1)
SC	—	—	—	—	123 (1)	123 (1)
BRASIL	168 396 (106)	241 713 (20)	7 221 (4)	504 676 (17)	32 737 (22)	954 743 (169)
Valor médio do Projeto	1 590	12 086	1 805	29 750	1 490	5 650

Note-se, aliás, que se o valor médio dos 169 projetos foi de Cr$ 5 650 milhões, os das indústrias mecânicas, alimentares e têxteis foram inferiores, em média, a Cr$ 2 bilhões, ao passo que os da metalurgia alcançaram Cr$ 12 bilhões e os da petroquímica quase Cr$ 33 bilhões, em média. Entre êstes últimos há que se ressaltar o da Cia. Mineira de Alumínio (ALCOMINAS), aprovado pelo GEIMET, no valor de Cr$ 202 892 milhões, e o da ULTRAFERTIL S.A., aprovado pelo GEIQUIM, no valor de Cr$ 122 267 milhões.

O menor número (4) e menor valor total (Cr$ 7 bilhões) foi registrado pelo GEIPAL, que, na verdade, só começou a atuar no 2.º semestre de 1966 (não obstante ter sido o Grupo criado desde 1964, porém sem instrumentos eficientes de ação). A indústria de produtos alimentares enfrenta, por outro lado, uma situação de relativo constrangimento, devido à permanência em vigor da Lei Delegada n.º 5/1962, que criou a SUNAB. A conjuntura inflacionária inibiu o Govêrno de liberalizar o setor alimentar, que influi de maneira bastante decisiva sôbre a composição do custo de vida. Como resultado, muitas indústrias alimentares trabalham com capacidade ociosa e as iniciativas são, ainda, bastante tímidas.

Outro setor relativamente pouco dinâmico foi o da indústria têxtil, que, a despeito de sua posição no conjunto das indústrias de transformação (18,5% do total do pessoal ocupado na indústria), passou por uma crise muito séria, como reflexo, em grande parte, das convulsões de âmbito internacional. Em 1966 o GEITEC aprovou, na verdade, apenas 12 projetos da indústria de fiação e tecelagem; os 10 restantes foram relativos à indústria de couros e calçados. Dentre os 22, o maior foi o da Têxtil Gabriel Calfat S.A., no valor de Cr$ 9 480 milhões.

No que diz respeito à distribuição regional, o Estado de São Paulo, como era de se esperar, ficou muito na frente com 53% do valor e 78% do número total de projetos aprovados. Guanabara, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Bahia vêm em seguida, pela ordem do número de projetos, mas em valor Minas Gerais está na frente no setor metalúrgico e Alagoas, com o projeto do salgema, ficou em posição destacada no setor químico.

É interessante notar que os estímulos concedidos pelo Govêrno podem representar até 1/3 do investimento. O total das isenções de impostos e taxas concedido em 1966 pode ser avaliado, assim, em cêrca de Cr$ 300 bilhões.

4. *Perspectivas*

A dinamização dos Grupos Executivos subordinados à CDI produziu, conforme se depreende da análise acima, resultados verdadeiramente auspiciosos.

Considerando que a demanda atual atinge a 850 000 novos empregos por ano, que as atividades industriais representam cêrca de 1/3 da renda nacional e que o investimento médio *per capita* em atividades produtivas é da ordem de 3 000 dólares, a parte aferente à indústria seria o equivalente de uns 850 milhões de dólares, ou seja Cr$ 1,87 trilhão. O Govêrno já realizou, no ano de 1966, segundo divulgou recentemente o Ministério do Planejamento, investimentos industriais da ordem de Cr$ 730 bilhões, de um total de cêrca de Cr$ 3,5 trilhões programados em todos os setores. Caberia, pois, à iniciativa privada, uma participação em novos investimentos industriais da ordem de Cr$ 1,14 trilhão. Conforme foi mostrado acima, sòmente na área disciplinada pela CDI (que exclui os setores mineral, energético, habitacional e infra-estrutural) foram propiciados investimentos privados da ordem de um trilhão de cruzeiros, de modo que, no que lhe diz respeito, a Pasta dirigida pelo Ministro Paulo Egídio Martins cumpriu plenamente a sua parcela de responsabilidade na criação de novos empregos industriais.

Grande parte dêsses investimentos tiveram substancial ajuda por parte do capital estrangeiro. Nem podia ser de outra maneira, uma vez que, para garantir a manutenção de uma taxa de crescimento de 6 a 7% ao ano da renda nacional (a fim de assegurar um crescimento mínimo de 3,5% ao ano da renda *per capita*, que desta forma poderia duplicar em 20 anos), seria necessário investir entre 20 e 22% do produto interno bruto, ao passo que a poupança interna brasileira ficou geralmente limitada a menos de 15% do PIB.

Deve-se, portanto, abrir a porta das oportunidades ao capital estrangeiro, desde que sua aplicação seja feita em condições de perfeita igualdade com o capital nacional. O risco deve ser deixado ao investidor privado, a fim de evitar a constituição de monopólios, sem, no entanto, favorecer a pulverização das emprêsas, pois neste caso a economia de escala terá efeitos prejudiciais (conforme se verifica, por exemplo, no caso da indústria brasileira de tratores).

Para adaptar os critérios de seleção dos investimentos à evolução da conjuntura em cada setor industrial e para coordenar a análise de projetos que invadem sôbre as esferas de competência de vários Grupos Executivos, a CDI foi reestruturada, criando-se um Centro de Pesquisas Industriais e Técnicas e uma Secretaria de Coordenação. Talvez seja cedo para apreciar a operosidade desta nova estrutura, mas, ao que tudo indica, a evolução é natural e responde a reais necessidades funcionais. Com o desdobramento do GEITEC em dois Grupos (Têxteis e Couros), com a instalação do GEINEE (para material Elétrico e Eletrônico) e a criação de dois novos Grupos Executivos: o da Indústria Gráfica e do Papel (GEIPAG) e o da Indústria de Materiais de Construção (GEIMAC), as atividades da CDI se tornarão cada vez mais complexas e a simples justaposição de Grupos independentes poderia fàcilmente gerar descoordenação.

De qualquer forma, a experiência já vivida foi amplamente proveitosa e é de se esperar que o dinamismo da CDI continue a espelhar o próprio dinamismo da indústria brasileira, cujo futuro é dos mais promissores, tanto pelas dimensões do mercado interno, quanto pelas possibilidades cada vez mais amplas de conquistar os mercados externos, mostrando desta forma capacidade competitiva, além da indiscutível pujança empresarial.

PRODUÇÃO DA INDÚSTRIA NAVAL BRASILEIRA

(a partir de 1960)

CARGUEIROS
12.700 tdw (total: 88.900tdw)
12.000 tdw (total: 60.000tdw)
10.500 tdw (total: 21.000tdw)
6.175 tdw (total: 24.700tdw)
5.860 tdw (total: 29.300tdw)
3.040 tdw (total: 27.360tdw)
1.550 tdw (total: 6.200tdw)
800 tdw (total: 1.600tdw)

PETROLEIROS
10.500 tdw (total: 63.000tdw)

GRANELEIROS
18.110 tdw e 18.000 tdw (total: 72.000tdw)

DIQUE FLUTUANTE
11.000 tdw (total: 11.000tdw)

BARCAS (Rio—Niterói)

FERRY BOATS — 2 de 60 tdw; 1 de 75 tdw; 3 de 90 tdw

CHATAS — 2 de 1.200 tdw; 2 de 400 tdw; 23 de 200 tdw

BALSAS — 16 de 36 tdw

REBOCADORES — 1 de 1.680 tdw; 1 de 1.050 tdw; 1 de 700 tdw; 2 de 600 tdw; 2 de 280 tdw; 4 de 230 tdw

LANCHAS P/ PASSAGEIROS — 2 de 700 passageiros; 1 de 400 passageiros; 3 de 200 passageiros; 2 de 150 passageiros

LANCHAS FLUVIAIS — 1 de 150hp; 1 de 70hp; 14 de 26hp

★ Perto de **um milhão de toneladas dead weight**: eis o **deficit** atual de nossa frota mercante. A indústria de construção naval do Brasil, em pouco mais de cinco anos de existência, de acôrdo com os dados estatísticos apresentados acima, forneceu para nossa navegação e atendendo a encomendas do exterior perto de **meio milhão de tdw.**

★ Ainda persiste, no entanto, de acôrdo com os estudos apresentados pela Comissão de Marinha Mercante, a necessidade de mais do dôbro do que foi entregue, ou seja, cêrca de 960 mil toneladas dead weight, para suprir as deficiências de nossa navegação de cabotagem e longo curso.

★ O mercado da construção naval brasileira foi estendido ainda mais, em face da liderança conquistada na ALALC, para atender às exigências de constituição de frotas mercantes dos países latino-americanos orçadas em aproximadamente **um milhão de tdw.**

★ Apoiada pelo Govêrno em sua instalação e efetivação no Brasil, a indústria de construção naval, devido à extensão do mercado e da alta qualidade de seu produto, competindo com padrões internacionais, poderá usufruir das excelentes condições de exportação de navios para Associação Latino-Americana de Livre Comércio. Para isso, ela desfruta de uma tradição que a recomenda em vista de suas transações com o exterior, assim como pelas facilidades que podem ser criadas através de convênios comerciais intrazonais.

★ A indústria de construção naval brasileira, com índices superiores a 90% de nacionalização, possui o que há de mais moderno em tecnologia e seus preços são competitivos no mercado mundial como demonstra sua capacidade operacional neste qüinqüênio. Operando em apenas um turno de trabalho, sua capacidade de produção anual é de 250 mil tdw.

★ Todos os países que possuem construção naval a protegem por se tratar de importante setor quanto à segurança nacional, como também pelos enormes efeitos multiplicadores que essa indústria representa à economia, incentivando extraordinàriamente a siderurgia e formando um complexo industrial subsidiário que absorve parcelas crescentes de mão-de-obra.

MERCADO DE CAPITAIS — ANÁLISE DO ANO RECEM-FINDO

ROBERTO TEIXEIRA DA COSTA

1) — AS EXPERIÊNCIAS DE 1966

Não se confirmaram em 1966 as expectativas otimistas delineadas para o mercado de capitais. A predominância dos títulos a curto prazo de renda fixa continuou absoluta, desta vez com o título público disputando agressivamente e de forma intensa sua parcela dêsse mercado. As esperanças surgidas em 1965 com a publicação da Lei de Mercado de Capitais; o reaparecimento depois de longo período dos Consórcios para **underwriting** de aumentos de capital de emprêsas tradicionais; a queda na taxa da inflação e da taxa de juros, fatôres que justificavam resultados ainda mais positivos em 1966 não se materializaram. Poderíamos mesmo afirmar que em muitos aspectos o ano de 1966 marcou um retrocesso em alguns setores do mercado de capitais. Senão vejamos:

1. Os índices de Bôlsa acusaram uma involução em tôrno de 20% (sem que tenha havido qualquer correção para uma inflação que recuperou a casa dos 40%).

2. O volume de transações em ações foi dos mais baixos do passado recente. (No segundo semestre oscilou entre Cr$ 200/300 milhões diários na Bôlsa do Rio enquanto que em 1965 havia girado em tôrno de Cr$ 500 milhões).

3. Obviamente o número de investidores em ações decresceu ao invés de aumentar, como seria necessário e desejável.

4 O desinterêsse pela aplicação em ações e o fato de a grande maioria das ações tradicionais passar a maior parte do ano negociada abaixo do valor nominal impediram qualquer chamada de nôvo capital das companhias cujas ações são negociadas nas Bôlsas de Valôres. (A exceção para confirmar a regra foi o aumento de capital da Brinquedos Estrêla).

5 Foi desprezível no mercado o volume de novas ações colocadas em 1966. Sòmente 3 ou 4 lançamentos de novas ações foram registrados na GEMEC, sendo que sòmente 1 dêles envolveu ações de emprêsa que não eram anteriormente negociadas em Bôlsa. Os estímulos à abertura de emprêsas tendo em vista as condições do mercado mostraram-se totalmente insuficientes e insatisfatórios.

6. A Lei de Mercado de Capitais foi regulamentada com muita lentidão, permanecendo até o momento alguns dos seus artigos básicos dependentes de disciplinamento. Além disso, a lei não foi implementada de forma a superar as dificuldades surgidas no mercado durante o exercício.

7. A taxa de inflação não se manteve nos níveis previstos pelo Govêrno e conseqüentemente não foi possível baixar as taxas de juros a níveis que tornassem os títulos de renda fixa desinteressantes ao investidor e que portanto permitisse a canalização de recursos para o mercado de títulos de renda variável. Por outro lado, a manutenção do anonimato nas Letras de Câmbio com correção monetária (a renda assegurada e livre de impostos continuou vigorando através da prefixação da correção monetária) não desestimulou como se estimava as aplicações naqueles títulos de livre trânsito no mercado.

A tentativa de fazer baixar a taxa de juros através do engenhoso esquema da Resolução 21 não produziu os resultados esperados.

8. O Govêrno através das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional de um ano absorveu grandes recursos do mercado de capitais, oferecendo condições e incentivos na colocação dêsses títulos que a iniciativa particular não tem condições de dotar nos papéis por ela gerados. Além das Obrigações Reajustáveis do Tesouro diversos Governos estaduais lançaram títulos seus no mercado, oferecendo quase sempre rendimentos mais atraentes do que os títulos privados.

Ajudas de caráter financeiro por parte da União aos Estados de São Paulo, Rio Grande do Sul e Minas Gerais foram condicionadas à colocação por parte dêles de Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional de dois anos.

9. Finalmente, a vigência da Portaria 71 obrigando muitas emprêsas a operar com margens de lucro insatisfatórias (e até mesmo com prejuízos em muitos casos), a política de restrição de crédito posta em prática no segundo semestre, a queda no volume físico de vendas de muitas emprêsas, o congelamento de salários, o excesso de legislação de difícil absorção imediata e a difusão de um crescente pessimismo sôbre a situação geral dos negócios criaram um conjunto de circunstâncias desfavoráveis ao desenvolvimento do mercado de capitais.

Como corolário dessa situação, aumentou consideràvelmente o volume de falências e concordatas e algumas emprêsas tradicionais, verdadeiras **blue chips** do mercado de capitais, não puderam manter seus compromissos de dividendos (Belgo Mineira, Arno, D. Isabel, Willys, entre outras), desaparecendo assim um dos pontos básicos de referência para êsse tipo de aplicação.

Muito embora predominassem os fatôres negativos, a presença de aspectos positivos não deve ser omitida:

a.) Em fevereiro foi publicada a Resolução n.º 16 regulamentando o funcionamento dos Bancos de Investimento. Até dezembro, oito organizações dêsse tipo haviam sido incorporadas e no futuro, tão logo a situação do País se consolide, êsses organismos poderão desempenhar papel de grande importância para o crescimento do mercado de capitais, dada a magnitude e âmbito de suas operações.

b.) A Bôlsa de Valôres do Rio de Janeiro empreendeu diversas medidas para o seu melhor funcionamento e aprimoramento, enquanto que outras estão em estudo acelerado visando dotá-las de uma estrutura perfeitamente condizente ao eventual crescimento do mercado. Vale mencionar a visita efetuada por um grupo de corretores e técnicos do Banco Central às Bôlsas da Argentina, México, Canadá e Estados Unidos e a realização de uma exposição no saguão da Bôlsa, **Investimentos em Progresso**, que pode abrir caminho para outras experiências semelhantes. Também digna de menção, a reedição da revista **A Bôlsa**, com noticiário interessante e atualizado e ainda o patrocínio de um curso para formação de profissionais para o mercado de valôres.

c) Depois de muita delonga e debates foi regulamentada de forma satisfatória (Resolução 39) a parte da Lei do Mercado de Capitais que dizia respeito às Bôlsas de Valôres e Corretores, estando muitas organizações em fase de se candidatarem a funcionar como Sociedades Corretoras.

d) Depois de um longo período de saldos negativos, os Fundos Mútuos de Investimento operaram durante a maior parte de 1966 com **superavit de vendas** em relação aos resgastes, tendo sido durante o ano dois novos fundos incorporados aos nove já existentes em 1965. Poderíamos mesmo afirmar que, graças à atuação positiva dos Fundos de Investimento, a queda do mercado não foi maior em 1966.

e) Entrou em franca discussão no findar do ano a regulamentação para emissão de Debêntures Reajustáveis e Conversíveis em ações que poderão desempenhar papel de grande importância na transformação da mentalidade de um investidor de prazos curtos em prazos progressivamente maiores. É a tão desejada **ponte** que irá ligar o mercado de prazos curtos aos mercados de prazos médios e longos.

f) Retornou de New York um grupo de técnicos adequadamente treinados pela NYU em mercado de capitais dentro do programa patrocinado pelo BNDE, enquanto cursos particulares organizados no Rio e em São Paulo indicavam ampla receptividade por parte de operadores interessados em alargar seus conhecimentos sôbre o mercado de capitais.

g) As dificuldades por que passaram pela primeira vez algumas financeiras (devido em muitos casos à completa inexperiência operacional e às garantias precárias, inclusive duplicatas frias) obrigaram em alguns casos a intervenção do Banco Central para não colocar o sistema em risco. Êsses fatos foram amplamente comentados pelos operadores no mercado, que passaram a recomendar a seus clientes maior selectividade nas suas aplicações que, associada ao desaparecimento do mercado paralelo — deverá representar a médio prazo fator positivo para o fortalecimento do mercado.

Por seu turno a exigência de capital mínimo a vigorar em 1967 e a maior rigidez disciplinar na concessão dos financiamentos fazem prever a estabilidade ou uma razoável diminuição na quantidade de letras de câmbio em circulação no mercado, mesmo porque o anonimato só será permitido nas letras de câmbio com correção monetária.

h) A criação de um **money-market** para títulos de responsabilidade do Banco Central a prazos bancários, numa faixa de investidores especializados, cuja implantação está em fase de estudos bem adiantados, acreditamos irá representar mais um fator positivo para o mercado de capitais.

i) As investigações nas atividades do IOS tiveram a mais ampla repercussão no mercado de capitais, e durante algum tempo irão desincentivar tal tipo de aplicação, que carreava, como é sabido, largas poupanças para o exterior.

j) A existência de um orçamento equilibrado, uma expansão bem mais moderada nos meios de pagamento em 1966, a manutenção do saldo positivo no balanço de pagamentos e os efeitos psicológicos de mudança de Govêrno são fatôres capazes de justificar maior otimismo para 1967.

2) — CIFRAS SÔBRE O MERCADO DE CAPITAIS EM 1966

A apresentação de alguns números relativos à movimentação havida no mercado de capitais em 1966 fornecerá os elementos necessários à compreensão dos fatos anteriormente narrados.

I — Comportamento dos Índices de Valôres verificados trimestralmente:

	IND		Índice	BV	Índice	SN
Janeiro	410,0	100	95,3	100	3.523	100
Abril	406,4	99,1	92,0	96	3.665	104
Julho	380,4	92,7	85,4	89	3.345	94
Outubro	355,2	86,6	77,8	81	3.183	90
Dezembro*	335,6	81,8	72,9	76	2.908	82

* Dia 23

II — Evolução do Saldo em Circulação de Letras de Câmbio aceitas por companhias de financiamento:

(Em milhões de Cr$)

Janeiro	—	573.372
Fevereiro	—	611.945
Março	—	644.270
Abril	—	651.423
Maio	—	759.905
Junho	—	789.379
Julho	—	724.809
Agôsto	—	811.448
Setembro	—	775.065
Outubro	—	736.136

III — Rendimento médio mensal proporcionado pelas Letras de Câmbio da FINASA durante o decorrer de 1965 e 1966 (o rendimento refere-se a aplicações de 360 dias):

	1965	1966
Janeiro	47	28
Fevereiro	41	28
Março	41	28
Abril	37	28
Maio	30	28
Junho	27	28
Julho	27	28
Agôsto	24	28
Setembro (*)	22	32
Outubro	25	32
Novembro	28	30
Dezembro	28	30

(*) De setembro em diante contém cláusula de correção monetária prefixada. (As letras da FINASA oferecem as taxas mais conservadoras do mercado).

IV — Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (Totais emitidos em 1964 — 1965 e 1966):

(Em bilhões de cruzeiros)	1964	1965	1966	
Subscrição Voluntária	(Dez.)	(Jan/Ago)	(Jan/Ago)	Total
Abatimento renda bruta	0,6	3,2	2,6	6,4
Prazo 2/5 anos	10,1	97,2	131,4	238,7
Prazo 1 ano	—	87,2	277,6	364,8
Compulsórias ou Alternativas				
Fundo de Indeniz. Trabalhistas	21,9	62,8	46,8	131,5
Correção Ativo	6,7	50,2	45,8	102,7
Empréstimo Compulsório	—	0,7	0,21	0,91
Total	39,3	301,3	504,41	845,01

V — Obrigações Reajustáveis de 1 ano — Em Cr$ 1.000

Volume de Negócios nas Bôlsas Rio e São Paulo — 1966

	São Paulo	Rio de Janeiro
Janeiro	* 16.600	437.195
Fevereiro	59.473	256.826
Março	177.783	749.813
Abril	478.668	69.667
Maio	9.200.858	1.758.011
Junho	3.581.701	830.020
Julho	1.754.865	931.103
Agôsto	2.638.791	914.120
Setembro	2.689.243	1.151.751
Outubro	1.932.838	1.699.362
Novembro	1.708.873	832.021
Dezembro	5.751.117	1.172.947
Total	30.050.809	10.792.636

Total Rio e São Paulo: 40.843.445

VI — Valor dos Fundos Mútuos de Investimento

	30.12.65	30.12.66
Crescinco	36.641.920	35.732.288
Condomínio Deltec	3.116.254	3.337.911
Atlântico	1.116.446	907.203
Orcica	427.730	318.977
Nortec	53.909	43.380
Brasil	118.873	163.043
Halles	357.078	1.223.497
Vera Cruz	307.360	521.378
SBS (Sabá	138.959	145.827
Federal	——	963.404
Total	42.278.535	43.356.908

3) — PROVIDENCIAS PARA 1967

O mercado de capitais continua bàsicamente dependendo de duas providências antagônicas: estabilidade e mobilidade.

Efetivamente, sem que tenhamos em 1967 razoável redução na taxa da inflação e na taxa de juros é ilógico esperar a criação de condições favoráveis ao prevalecimento dos títulos de médio-longo prazo.

De outra parte, é imprescindível a dinamização de diversos setores da economia nacional, sem o que a tão desejada retomada do desenvolvimento será ainda assunto de nossos filhos. Esta mobilidade deve estar presente nos últimos passos do atual Govêrno e nos planos do que irá assumir o Poder, de forma a empreender, no caso específico do mercado de capitais, medidas capazes de eliminar o retrocesso verificado em 1966 e buscar ainda progresso real. Essas providências devem ser tomadas de forma a complementar e implementar a Lei 4 728 e transformá-la num instrumento adequado às condições agora vigentes. Entre elas, a revisão do conceito de sociedade anônima de capital aberto, desvinculando-o do conceito de liquidez em Bôlsa que no momento inexiste, parece ser das providências mais urgentes, isto porque a maioria dos certificados expedidos pelo Banco Central teve caráter provisório e certamente aquelas emprêsas não vão conseguir a liquidez estipulada para obter o certificado definitivo.

Da mesma forma, incentivos de ordem fiscal que se adaptem às novas circunstâncias e que criem estímulos reais para compra de ações e debêntures conversíveis e favoreçam ainda a participação de intermediários na distribuição daqueles títulos devem ser imediatamente estipulados. Dois outros aspectos básicos a serem imediatamente atacados dizem respeito à participação de investidores institucionais e de inversores estrangeiros nas Bôlsas. Foi pena que, apesar das sugestões na ocasião apresentadas, conhecendo-se a carência ou total inexistência da participação de investidores institucionais no mercado de ações, não tivessem sido previstas aplicações em ações pelo FGTS, que disporá de recursos vultosos. Outrossim, desde longa data prometida, até hoje, a regulamentação específica prevendo a compra de ações de sociedades anônimas abertas por residentes no exterior de forma objetiva e simplificada ainda não foi expedida.

Não poderíamos também deixar de recomendar maior parcimônia por parte do Govêrno federal e Governos estaduais na absorção de recursos do mercado através do título público.

Observa-se com nitidez uma disputa entre Govêrno e iniciativa privada, cada um querendo defender e aumentar a sua fatia de um bôlo, que são os recursos disponíveis no mercado de capitais. No entanto, um esfôrço em escala nacional deverá ser empreendido tanto pelo Govêrno como pela iniciativa privada para aumentar o bôlo, através de campanhas educacionais de tôda natureza para estímulo à formação de poupança como também programas de esclarecimentos permanentes, de como essa poupança deva ser produtivamente aplicada.

Na reunião das emprêsas de financiamento realizada em novembro de 1966 em Belo Horizonte, um Plano Impacto para sacudir o mercado de ações foi discutido e aprovado. Um longo estudo feito sob encomenda por tradicional emprêsa de investimento divulgado ainda sob forma de rascunho apresenta os principais dados e fatos do passado recente do mercado de capitais no Brasil, apontando recomendações valiosas para o seu fortalecimento.

Acreditamos que nesses dois trabalhos o atual e o próximo Governos vão encontrar importantes subsídios para vitalização do mercado em 1967.

BANCO BRASILEIRO DE DESENVOLVIMENTO S/A.

FINASA

Rua Conselheiro Crispiniano, 317
Capital e Reservas Cr$ 10.289.731.277
Carta de Autorização n.º A-1.825/66 de 29.9.66 — C.G.C. — INSCR. N.º 60.664.844

BALANÇO EM 30 DE DEZEMBRO DE 1966

ATIVO

A — DISPONÍVEL		
Bancos Conta de Movimento	1.907.342.841	
Em Outras Espécies	50.000	1.907.392.841
B — REALIZÁVEL		
Títulos Descontados	1.273.169.835	
Títulos de Conta Própria	320.124.758	
Dev. p/Resp. Cambiais	15.794.549.679	
Dev. p/Resp. Cambiais c/Correção	24.873.694.286	
Dev. p/Financiamentos FINAME	109.133.125	
Dev. p/Financiamentos Resol. 21	4.768.176.733	
Capital a Realizar	1.449.137.500	
Outros Créditos	2.094.499.910	
Imóveis	495.863.440	
	51.178.349.266	
Títulos e Valôres Mobiliários		
Ações e Debêntures	1.861.961.275	
Outros Valôres	4.510.626.586	57.550.937.127
C — IMOBILIZADO		
Móveis e Utensílios	39.997.946	
Material de Expediente	16.542.369	
Reavaliação do Ativo Imob. Lei 4357 de 16.7.64	36.601.736	
Edifício de Uso do Banco	1.351.928.600	1.445.070.651
D — RESULTADOS PENDENTES		
E — CONTAS DE COMPENSAÇÃO		
Ações Caucionadas	320.000	
Cobrança p/Conta de Terceiros	1.736.855.227	
Valôres em Garantia	24.692.494.435	
Outras Contas	49.766.978	26.479.436.640
		87.382.837.259

PASSIVO

F — NÃO EXIGÍVEL		
Capital	7.500.000.000	
Fundo de Reserva Legal	401.857.777	
Fundo de Previsão	900.000.000	
Fundo de Amortização do Ativo	25.302.150	
Fundo de Ind. Trabalhistas Lei 4357 de 16.7.64	4.948.690	
Correção Monetária do Ativo Lei 4357 de 16.7.64	1.477.120	
Fundo de Reserva	875.000.000	
Outras Reservas	577.500.000	
Lucros em Suspenso — Correção Monetária — Circ. 68 Bancentral	3.645.540	10.289.731.277
G — EXIGÍVEL		
Títulos Cambiais	18.046.600.000	
Títulos Cambiais c/Correção	25.223.408.503	
Refinanciamento FINAME	109.133.125	
Financiamentos Contratuais Resolução n.º 21	5.412.474.000	
Outros Créditos	1.039.521.088	
Dividendos a Pagar	365.976.604	50.197.113.320
H — RESULTADOS PENDENTES		
Contas de Resultados		416.556.022
I — CONTAS DE COMPENSAÇÃO		
Caução da Diretoria	320.000	
Credores p/Títulos em Cobrança	1.736.855.227	
Depós. de Valôres em Garantia	24.692.494.435	
Outras Contas	49.766.978	26.479.436.640
		87.382.837.259

DEMONSTRAÇÃO DA CONTA DE "LUCROS E PERDAS" EM 30 DE DEZEMBRO DE 1966

DÉBITO

DESPESAS GERAIS		
Honorário da Diretoria e Conselho de Administração	32.090.000	
Salários, Gratificações e Pagamento p/Serviços Prestados	149.776.259	
Despesas Diversas	157.563.092	339.429.351
Gastos de Material		29.722.449
Impostos		430.579.326
Perdas Diversas		104.388.069
AMORTIZAÇÃO DO ATIVO		
Fundo de Amortização de Móveis e Utensílios		3.495.837
Sub-Total		907.615.032
FUNDO DE RESERVA LEGAL		76.532.164
FUNDO DE PREVISÃO		900.000.000
DIVIDENDOS AOS ACIONISTAS		363.051.750
PERCENTAGEM À DIRETORIA E CONS. DE ADMINISTRAÇÃO		152.699.775
LUCROS EM SUSPENSO — CORREÇÃO MONETÁRIA DE OBRIGAÇÕES REAJUSTÁVEIS DO TESOURO NACIONAL		3.645.540
SALDO QUE SE TRANSFERE P/O EXERCÍCIO SEGUINTE		57.762.274
		2.461.306.535

CRÉDITO

SALDO NÃO DISTRIBUIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR	23.048.212
RECEITA DE JUROS	4.573.614
REFINANCIAMENTOS — RESOLUÇÃO N.º 21	161.655.506
DESCONTOS	49.925.295
COMISSÕES	1.206.751.190
PARTICIPAÇÕES	60.768.673
LUCROS DE TÍTULOS E VALÔRES MOBILIÁRIOS	950.938.505
CORREÇÃO MONETÁRIA S/Cr$ 6.785.540 DE OBRIGAÇÕES REAJUSTÁVEIS DO TESOURO NACIONAL	3.645.540
	2.461.306.535

São Paulo, 2 de Janeiro de 1967

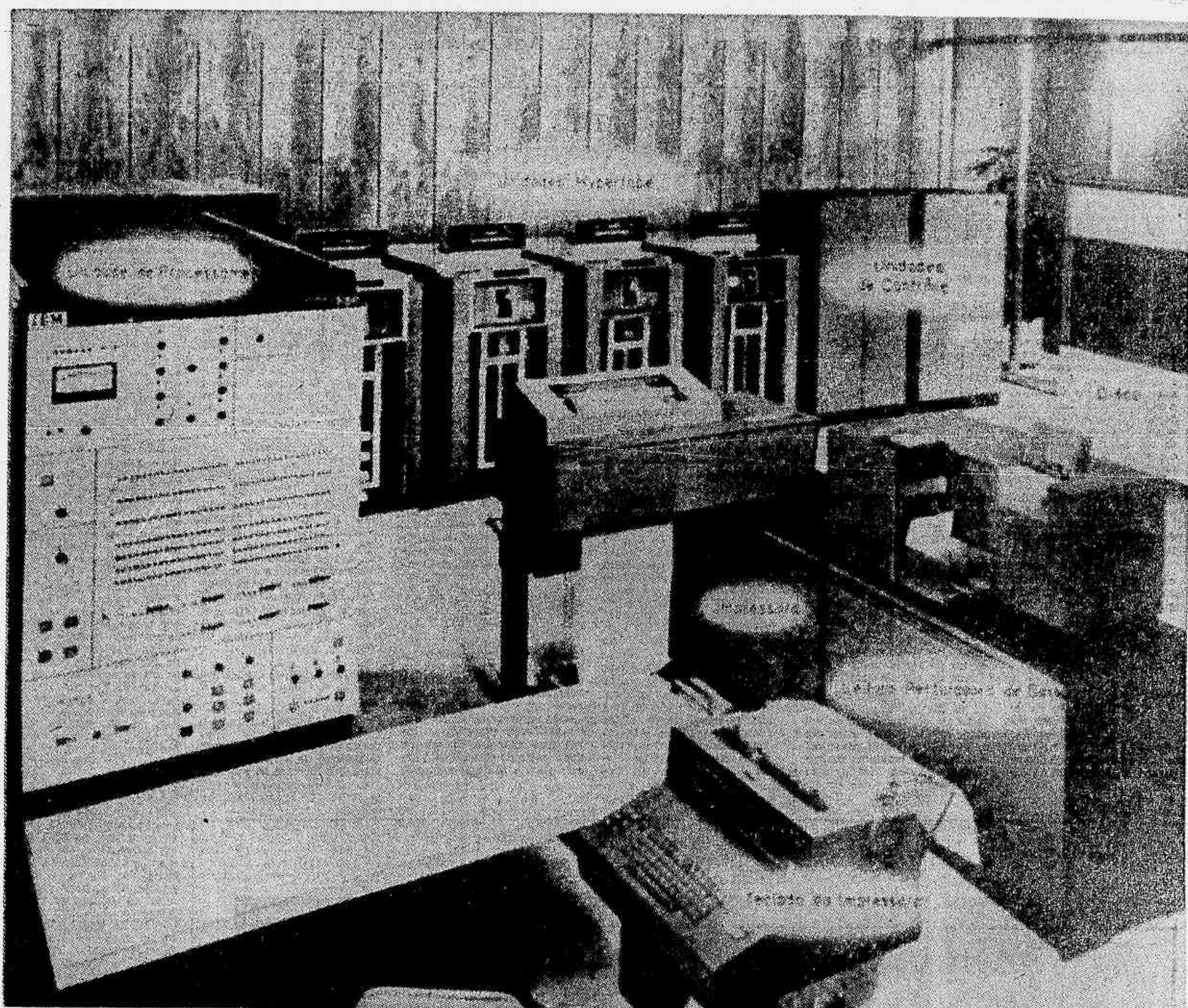
(a) J. Adhemar de Almeida Prado — Presidente do Conselho

(a) Gastão Eduardo de Bueno Vidigal — Presidente
(a) Jorge Wallace Simonsen — Vice-Presidente
(a) Wilton Paes de Almeida Filho — Vice-Presidente
(a) Lucas Noguvira Garcez — Superintendente
(a) Pedro Paula Leite de Barros — Diretor-Gerente

(a) Adolpho de Oliveira Franco
(a) Clemente Mariani Bittencourt
(a) Eduardo Mario da Silva Ramos
(a) Ferdinando Matarazzo
(a) Fernando Machado Portella
(a) Herculano de Almeida Pires
(a) Irineu Bornhausen
(a) João Augusto Calmon du Pin e Almeida

(a) Jorge Baptista da Silva
(a) Kurt Weissheimer
(a) Lelio de Toledo Piza e Almeida F.º
(a) Ruy de Castro Magalhães

(a) Celestino Aguiar de Souza
Técnico em Contabilidade — CRC. SP. n.º 30.849

(P

As grandes organizações modernas não podem dispensar os serviços dos computadores eletrônicos

BRASIL ESTACA ZERO

Todos os povos procuram, hoje, conquistar um lugar ao sol. Nação alguma se conforma com a posição obscura de atraso, de paupérismo e do subdesenvolvimento. Nunca se usou tanto o vocábulo desenvolvimento e jamais tanto se fêz planejamento e tanto se cuidou de programação. É que o empirismo, a improvisação, o superficialismo não se admitem mais, quando se trata de problemas sérios, de problemas que se vinculam ao progresso dos países, ao bem-estar dos cidadãos, à tranqüilidade dos lares, à felicidade das famílias. Há, todavia, setores em que essa renovação benfazeja e fecunda, que afasta das comunidades o charlatanismo e chama para o convívio coletivo a capacidade, a experiência, o valor autêntico, ainda não se processou em tôdas as proporções desejadas. Um dêsses setores é, inegàvelmente, o de seguro social, seja aquêle que se realiza através das entidades oficiais, seja aquêle que se faz por intermédio dos empreendimentos de âmbito privado.

A Previdência Social brasileira tem quarenta anos, pràticamente. Mas o Govêrno, depois de tão longa experiência, entendeu imperioso unificá-la. Por que o fêz? Porque os resultados colhidos até agora estão longe de corresponder às necessidades nacionais, aos anseios de justiça social, aos reclamos do desenvolvimento do País.

Fonte poderosa de arrecadação, mobilizando massas imensas de recursos, qual foi, no entanto, o grande projeto nacional que a Previdência tornou possível? Houve, acaso, até 1964, um plano maciço de habitações populares construídas para os contribuintes da Previdência Social? Financiou a Previdência Social, porventura, algum gigantesco esquema de obras de saneamento para que as condições de saúde do povo fôssem sensìvelmente elevadas? Num país de oitenta milhões de habitantes, de área imensa, de recursos variados e multiformes, que traços de grandeza mostra, indelèvelmente, a Previdência Social brasileira?

A verdade é que só mais recentemente, com o Banco Nacional da Habitação, cujo trabalho vem constituindo afirmação definitiva e irretorquível de realização, a Previdência Social deixou de ser, no Brasil, um setor batido pelas instabilidades políticas e pelas aventuras dos mais audaciosos e dos mais ambiciosos, para se tornar um cenário de ação voltada para necessidades populares imperativas, necessidades que constituem, nos tempos presentes, compromisso sagrado para todo governante que haja sentido o sinal dos tempos e que não pretenda ficar à margem dos mais lídimos deveres do homem público. Será, entretanto, apenas à Previdência Social, instrumento do poder estatal, que incumbe o dever de contribuir para que se minorem dificuldades do povo, se propiciem oportunidades aos que buscam um ensejo de vida, se ofereçam estímulos aos que lutam por abrir seu próprio caminho e se leve à Pátria uma quota expressiva de colaboração?

É evidente que êsse dever não é sòmente das entidades estatais, do sistema oficial de Previdência. Também o setor privado, que se traduz em avultadas arrecadações e que manipula, anualmente, somas bilionárias, precisa estar em dia com as solicitações do desenvolvimento nacional. Precisa fazer-se presente no esfôrço de construção de um Brasil maior. Precisa mostrar-se à altura das responsabilidades da hora atual, que não pode ser de fuga ou de omissão, tendo de ser, sim, de corajosa participação. Quem contempla o Brasil dos dias correntes, o Brasil que avança sôbre todos os cepticismos e tôdas as vicissitudes; o Brasil que se impõe ao respeito do mundo, pela decisão com que se entregou à campanha da recuperação e do incremento de suas fôrças mais sadias e mais criadoras — quem contempla êsse Brasil não pode ficar à margem das suas lutas e dos seus entrechoques. Tem que estar nêles. Tem de engajar-se na contenda fecunda da promoção nacional.

Quais são, entretanto, na atualidade, as organizações privadas da Previdência, do Seguro Social, do Pecúlio Familiar, que figuram, real e marcadamente, nos grandes projetos brasileiros? Não será fácil enumerá-las. Nada revela mais nitidamente o empirismo brasileiro, nesse campo. Se voltarmos os olhos para os Estados Unidos, a Inglaterra, a Alemanha, a França, a Holanda, a Suíça, o Canadá, veremos quão imensas são as contribuições dos institutos privados de seguros para grandiosos projetos, para obras de profunda significação econômica. É que a Previdência, nesses países, evoluiu amplamente, quer no setor público assim como no privado. Volumes avultadíssimos de recursos são canalizados para empreendimentos notáveis, que não se traduzem apenas em lucros para o órgão investidor, mas que se expressam, igualmente, em benefícios sociais incontrastáveis. O Brasil tem de evoluir ràpidamente para essas novas trilhas. As suas emprêsas não poderão mostrar-se desvinculadas dos grandes projetos de desenvolvimento nacional. É essencial que se adaptem aos novos rumos, que se incorporem nas grandes fôrças da renovação e do progresso, que se identifiquem plenamente com as responsabilidades que os novos tempos trouxeram a todos os homens de patriotismo, de decisão e de visão. Recursos colhidos no seio das comunidades devem somar melhoramentos nessas comunidades. Estas constituem, cada dia mais vigorosamente, algo mais do que aglomerados de sêres humanos. São, principalmente, a soma de aspirações, de vontades e de determinações. Quando as comunidades vão ao encontro de uma idéia nova, oferecendo-lhe acolhida, simpatia e apoio, é curial que os frutos da idéia feita realidade sejam trazidos de volta às comunidades, em serviços, em oportunidades, em realizações que desvendem novos horizontes para quantos procuram mais perspectivas, mais empreendimentos e mais benefícios.

O Brasil pretendeu fazer compulsória a participação das reservas das emprêsas seguradoras em projetos de desenvolvimento nacional. Sôbre o aumento anual das reservas técnicas de cada companhia, uma percentagem haveria de ser recolhida ao Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico ou empregada diretamente pela emprêsa seguradora em projeto reputado de interêsse econômico nacional, segundo normas estabelecidas pelo BNDE.

Quais foram os resultados de tal política? Em verdade, dela o que se sabe verdadeiramente é que sua revogação constituiu um tema permanente dos congressos nacionais de seguros. Aplicações de escassa ou nenhuma rentabilidade eram acusadas de contribuir para o enfraquecimento do meio segurador, de agravar as dificuldades do mercado e de representar uma injustiça àquelas emprêsas que, mostrando eficiência e desenvolvimento, melhoravam suas reservas e traziam ao País o fortalecimento do mercado de seguros. Manifestações insuspeitas, de autoridades das mais destacadas dos órgãos de fiscalização e supervisão do ramo, trouxeram ao debate estabelecido esclarecimentos da maior significação. Eliminar o preceito legal que tornava obrigatória a aplicação de parte das reservas em projetos de interêsse nacional não representaria dano algum ao esfôrço do fomento econômico do País, tão inexpressivas eram as participações. Que mais clara demonstração de que o Seguro Social privado estava fora do trabalho de desenvolvimento nacional?

Será isto, porém, uma condenação ao seguro privado? Certo que não. E só agora foram adotadas algumas providências que, certamente, hão de afastar alguns dos males mais acentuados do seguro privado no Brasil, possibilitando-lhe uma participação mais ativa no grande esfôrço nacional de desenvolvimento. Capaz de colocá-lo em plano semelhante ao de países mais adiantados, como os Estados Unidos, onde as emprêsas seguradoras — poderosas e altamente prestigiadas pelo poder público — estão integradas na maioria dos grandes empreendimentos industriais. Oxalá aqui se possa fazer o mesmo, pois o seguro é dessas emprêsas que se medem em bilhões de cruzeiros. E quem fala em poderosos negócios, em fabulosas somas, pode falar em café, em siderurgia, em bancos, em petróleo. Não seria preciso arrolar números, enfileirar algarismos. Bastará que se leiam os relatórios do Instituto de Resseguros do Brasil.

Tais considerações não podem valer como uma condenação — é bom repetir — ao seguro brasileiro. Mas devemos todos, honestamente, reconhecer que se lhe deve dar mais atualidade. No campo oficial como no privado. Na área estatal como na particular. Se a Previdência Social do Estado já evoluiu, como tivemos oportunidade de mostrar, por que não deverá a Previdência privada ganhar as mesmas rotas, integrando-se mais efetivamente no esfôrço de fomento econômico e social brasileiro? E de que modo o fará? Não há dificuldades que o impeçam. Tôda a emprêsa que se mostrar estruturada racional e sòlidamente, não apenas poderá fazê-lo, como sentirá, mesmo, necessidade de fazê-lo. Porque não saberão administrações esclarecidas e atuantes voltar suas atenções exclusivamente para o imediatismo dos lucros, sem atentar também para aquêles lucros indiretos, que se expressam na melhoria da vida do povo, na elevação da expectativa média de duração da existência de cada um, no maior rendimento do trabalho de todos, na maior felicidade dos lares em que a doença, o atraso ou as carências constituem uma presença constante, incômoda e sombria. É esta a revolução que importa fazer no seguro privado brasileiro. A revolução que o MONTEPIO DA FAMÍLIA MILITAR já está realizando. Por quê? Porque o MONTEPIO DA FAMÍLIA MILITAR é hoje uma fôrça de vanguarda em cometimentos devotados ao progresso da comunidade e ao incremento das energias mais sadias e fecundas das coletividades. Trata-se de uma entidade que, apesar da sua denominação classista, tem âmbito nacional e recebe em seu vasto quadro social cidadãos de todos os setores da atividade profissional.

Planejado e organizado modelarmente, de acôrdo com a mais avançada técnica, o MONTEPIO DA FAMÍLIA MILITAR, com sede em Pôrto Alegre, Rio Grande do Sul, iniciou suas atividades em janeiro de 1964, congregando, hoje, mais de 150 mil famílias seguradas, em direito a benefícios reais e atualizados. Seu patrimônio, superior a 50 bilhões de cruzeiros, aplicado criteriosamente, multiplica-se com velocidade espantosa, capitalizando-se com percentuais que vão muito além da taxa de inflação.

Não é preciso adivinhar o segrêdo do sucesso: racionalização de serviços, capacidade técnica, ponderação e prudência, além da necessária parcela de agressividade comercial. Resulta de tal conjunto um quadro de progresso incomum no seio das emprêsas brasileiras: notável liquidez; diminuto quadro funcional; poucas despesas administrativas; bureau de serviço equipado com um computador IBM/360; grande patrimônio imobiliário, contrôle acionário de dois Bancos, sendo um dêles o Nacional do Comércio, com 145 filiais, quase tôdas em sedes próprias; várias emprêsas subsidiárias no ramo de seguros, colonização, financiamento e crédito, além de participação no capital de muitas outras.

É o MONTEPIO DA FAMÍLIA MILITAR excelente paradigma de iniciativa privada e que alimenta as esperanças de uma capitalização rápida do Brasil, se tôdas as emprêsas tiverem, como vimos acentuando, noção exata do interêsse público que reveste suas operações: mais resultados, maior renda pública, mais capital, expansão dos negócios, maior número de empregos, melhor salário e, conseqüentemente, riqueza nacional e paz social.

DESENVOLVIMENTO REGIONAL E COOPERATIVISMO

LUIZ VICTOR D'ARINOS SILVA

Aos leitores da Revista Econômica 1965/1966 do JORNAL DO BRASIL, procuramos levar o nosso pensamento, em impressões sob o título "Autenticidade no Desenvolvimento Regional", de que os problemas que se apresentam no processo de desenvolvimento nacional e que, até certa época, vinham sendo tratados episódica e descoordenadamente deveriam ser trabalhados com um estado de espírito realista, partindo-se com humildade construtiva em busca do desenvolvimento de dentro para fora, do pequeno para o grande, da ilha comunitária para o todo, sabido que é como um grupo de organismos menores, regionais, com características peculiares e diversas, que o nosso país vive. Ao transmitirmos essas impressões naquela ocasião, cuidamos de oferecer ao conhecimento público um exemplo vivo de uma região das mais importantes do Brasil, como é aquela conhecida por Norte-Fluminense.

Vale recordar o caminho tomado por aquêles patrícios ao sentirem que deviam tomar a iniciativa de buscar soluções para combater o gradativo enfraquecimento econômico da região, tradicionalmente monocultora de cana-de-açúcar, onde já surgiam os inevitáveis problemas sociais, companheiros naturais que são um do outro. Por solicitação da Sociedade Cooperativa Banco dos Lavradores de Cana-de-Açúcar do Estado do Rio, entidade que congrega mais de 14 000 cooperados, e com assistência da Associação dos Plantadores de Cana-de-Açúcar do Estado do Rio, da Associação Rural e das Prefeituras Municipais de Campos e São João da Barra, a Fundação Antunes (em organização) constituiu, em 1965, um grupo de técnicos encarregados de examinar as possibilidades de desenvolvimento rural nesses dois municípios. Da comparação entre o que ali se observou e a experiência colhida no Escritório de Planejamento Agrícola e Cooperativo (EPAC), da Cooperativa Central de Cafeicultores da Mogiana, de São Paulo, foram estabelecidos os objetivos e a metodologia de trabalho em um estudo preliminar. Nesse estudo foram analisados os aspectos fisiográficos, agrícolas, pecuários e sócio-econômicos da região, bem como a situação relativa a órgãos de classe e cooperativismo.

Com base nas recomendações apresentadas pelo grupo de técnicos, o assunto evoluiu para um projeto de desenvolvimento comunitário integrado, com centro em Campos e área de ação sôbre quatorze municípios da região Norte-Fluminense, numa extensão aproximada de 14 000 quilômetros quadrados, ou seja, mais de 1/3 do território de todo o Estado do Rio de Janeiro.

Trata-se, fundamentalmente, da diversificação de atividades na região, dentro de um plano que conjuga a utilização de recursos humanos, materiais e financeiros, provindos da iniciativa privada local, com aquêles disponíveis em outras entidades, particulares ou públicas, nacionais ou internacionais. É a comunidade tomando em seus próprios ombros a responsabilidade de identificar, equacionar e encontrar solução para os seus problemas, abandonando, assim, a tradicional e cômoda atitude de esperar e exigir que os Governos façam tudo. Muito ao contrário, essa comunidade se dirige aos órgãos públicos em busca tão-sòmente daquele apoio jurídico, técnico, ou financeiro que seja indispensável à implantação dos programas e projetos que ela mesma cuidou de providenciar para que fôssem estudados e elaborados.

O ESCRITÓRIO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DE CAMPOS

Em 4 de agôsto de 1966, por Instrumento de Acôrdo entre o Ministério da Agricultura, o Govêrno do Estado do Rio de Janeiro e a Sociedade Cooperativa Banco dos Lavradores de Cana-de-Açúcar do Estado do Rio, Resp. Ltda., foi criado um Escritório de Desenvolvimento Rural (EDR), com sede em Campos e área de ação coincidente com a do Projeto Norte-Fluminense.

Êsse Escritório já conta com técnicos nacionais de alta qualidade, aos quais irão juntar-se outros, cuja contratação está sendo negociada com vários organismos, tais como o Comitê Interamericano de Desenvolvimento Agrícola (CIDA), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a Organização dos Estados Americanos (OEA) e o Programa de Assistência Técnica das Nações Unidas. A equipe técnica, assim constituída, proverá o EDR com os recursos humanos característicos de uma verdadeira fábrica de projetos específicos de criação e expansão de novas atividades, que venham a ser recomendadas pelo Grupo de Coordenação do EDR ao promover estudos detalhados sôbre as possibilidades de desenvolvimento da região.

Paralelamente ao trabalho de elaboração de projetos, desenvolver-se-á um programa de aperfeiçoamento e treinamento de pessoal técnico nacional, de nível superior e de nível médio, bem como de trabalhadores rurais necessários à implementação dêsses projetos, o que garantirá a continuidade do programa estabelecido quando terminar o prazo de contrato dos técnicos estrangeiros. A Organização dos Estados Americanos enviou ao Brasil, o Chefe dos Serviços de Assessoramento do Departamento de Cooperação Técnica e um especialista da Unidade Técnica Auxiliar daquele Departamento, para dar a conhecer o nôvo programa de assistência técnica a países latino-americanos que a OEA promoverá com início em 1967. Em fevereiro de 1966, iniciaram-se os entendimentos dêsses técnicos com uma equipe do EDR e da Fundação Antunes, com vistas à elaboração de um Projeto de Assistência Técnica para o Norte-Fluminense, que foi concluído em setembro. O Projeto foi em seguida encaminhado aos Ministérios da Agricultura e das Relações Exteriores, após seu debate com a direção do Plano de Desenvolvimento Agropecuário Integrado do Estado do Rio de Janeiro, do qual faz parte a Secretaria de Agricultura do Estado. Em outubro o Govêrno brasileiro apresentou formalmente o Projeto à OEA. No mesmo mês, aquela entidade informou que, tendo sido aprovado o Projeto pelo Departamento de Cooperação Técnica, estava de partida para a Europa e Israel, uma Missão da OEA com o objetivo de negociar o grupo de projetos preparados para o programa a ser iniciado em 1967, entre os quais se encontrava o Projeto Norte-Fluminense.

Além das entidades mencionadas, já revelaram interêsse no movimento desenvolvimentista comunitário daquela região e estão participando ativamente dos trabalhos a "American International Association" (AIA), o Programa "Alimentos para a Paz", do Govêrno dos Estados Unidos da América e o Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas (IICA).

A COMPREENSÃO DO PAPEL DE CADA UM

Há um aspecto do Projeto Norte-Fluminense que merece destaque. Trata-se da compreensão que cada elemento está tendo da importância do papel que lhe cabe no conjunto e da interdependência das medidas que estão sendo tomadas por todos.

Os lavradores de cana-de-açúcar, congregados numa cooperativa que tem tradição e conceito no País inteiro e que conta com uma direção dinâmica, compreenderam que a diversificação das atividades, sem abandono da lavoura canavieira, era o caminho certo para reerguer a economia da sua região, e que cabia à própria comunidade tomar o problema em suas mãos, buscando conselhos e orientação, disposta a bem aproveitar a experiência que já ia sendo colhida em outras áreas, como é o caso da Mogiana, cujo produto básico é outro, o café, mas o esquema de problemas é similar.

O Govêrno, tanto estadual como federal, percebeu que ali estava uma excelente oportunidade de apoiar sem interferir, de orientar e não substituir, de realmente juntar os seus esforços ao da iniciativa privada em um projeto que, inclusive, deixava de lado a velha tradição individualista, demonstrando, ao contrário, o espírito associativo que constitui a base da verdadeira ação de uma comunidade rural que junta fôrças para vencer os obstáculos, reduzir os custos e, dêsse modo, tornar o esfôrço pelo desenvolvimento mais simples, mais rápido, mais econômico, mais racional.

A participação do Govêrno não se tem limitado ao permanente e objetivo apoio nas negociações para a obtenção de técnicos. Estende-se aos estudos para adequar a legislação às realidades novas e vivas que estão surgindo a cada passo do Projeto. Ainda recentemente, em fins de 1966, constituiu-se um Grupo de Trabalho para, sob a coordenação do Setor de Agricultura do Ministério do Planejamento, estudar as várias alternativas que se apresentam à Cooperativa-Banco dos Lavradores de Cana-de-açúcar, de Campos, para se instrumentalizar do modo mais adequado para que possa dar apoio financeiro e técnico ao Projeto em geral e, em particular, ao EDR, às novas cooperativas que surgem e aos seus cooperados. Nesse Grupo de Trabalho estavam representados, além do Ministério do Planejamento e do Banco de Lavradores, o Banco Central da República do Brasil, o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrícola (INDA), o Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC), o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) e a Fundação Antunes (em organização), patrocinadora e elemento catalizador do Projeto.

Nas reuniões realizadas por êsse Grupo, ficou patente o entusiasmo de seus integrantes pelos resultados que se prevêem para um projeto de desenvolvimento regional integrado como o do Norte-Fluminense, com base em verdadeira estrutura cooperativista. Incumbe, portanto, às autoridades encarregadas da regularização do Decreto-Lei n.º 59, de 21 de novembro de 1966, que define a política nacional de cooperativismo, levar em consideração, como um documento de trabalho, a situação da Cooperativa Banco dos Lavradores, de Campos, que antes mesmo da existência de qualquer imposição legal, já havia iniciado os estudos para sua reestruturação, de modo a poder, planejadamente, dinamizar as potencialidades da região. Assim entendendo e agindo, estarão aquelas autoridades dando, igualmente, um passo no sentido da renovação do estado de espírito do Govêrno, pois ao invés de fabricar leis e fazer com que a elas se ajustem as realidades construtivas já existentes, como era comum ocorrer no passado, estará o Govêrno partindo ao encontro da solução jurídica de problemas que lhe são apresentados munido dos planos para sua retificação.

NOVAS ATIVIDADES

Uma das recomendações principais do Estudo Preliminar apresentado pelos técnicos que, sob o patrocínio da Fundação Antunes, examinaram as possibilidades de desenvolvimento da região, foi o estímulo à integração de novas atividades que se podem ali desenvolver em curto prazo. Dentre estas foi considerada prioritária a da produção leiteira.

Pelo EDR e por elementos da Sociedade Cooperativa de Produtores de Leite, de Campos, foi elaborado um projeto para:

a) construção, naquela cidade, de uma usina de beneficiamento de leite com capacidade inicial de 40 000 litros/dia, planejada para atingir 100 000 litros/dia, em 5 anos.

b) assistência técnica e financeira aos produtores de leite da região.

Êsse projeto permitirá atender ao mercado interno local e melhorar as condições de atendimento aos de Niterói e Guanabara.

A construção do prédio da usina de leite já está em sua fase final e o equipamento necessário já foi encomendado, devendo estar instalado em meados de 1967, quando a usina entrará em funcionamento.

Em conexão com o Projeto do Leite, está em fase final de negociações um convênio pelo qual o Govêrno brasileiro contribuirá, com 5 000 toneladas métricas de milho e o Programa "Alimentos para a Paz" com igual quantidade de sorgo para o abastecimento de uma fábrica de rações na região Norte-Fluminense.

O produto da venda dessas rações reverterá em benefício do desenvolvimento da produção animal.

Os estudos preliminares realizados indicaram, além de leite e produtos laticínios, outras atividades recomendadas para as condições da região Norte-Fluminense. Dentre elas destacam-se:

a) CANA-DE-AÇÚCAR

Sendo essa atividade agrícola a base econômica da região é necessário, para sua preservação, que seja desenvolvido um setor especializado no EDR, com o objetivo de promover estudos e planos que conduzam ao aumento da produtividade e da rentabilidade. Êsse setor trabalharia conjugado com a Estação Experimental de Campos que, para tal fim, precisaria ser ampliada e mais utilizada.

b) ABACAXI

Com fundamento nas reais possibilidades da lavoura do abacaxi, na região Sul do Município de São João da Barra e em outras, recomendações foram feitas no sentido de estudos mais profundos do assunto, visando a melhorar a produção local em seus aspectos agronômicos, a comercialização e a industrialização do produto, com adequado aproveitamento dos resíduos para alimentação animal.

c) MANDIOCA

Deverão ser realizados estudos e planejamento aprofundado da melhoria da produção, industrialização e comercialização desta cultura, principalmente na região Norte de S. João da Barra.

d) MILHO

A cultura intensiva do milho deverá ser fomentada, em bases técnicas e econômicas, para atender, no mínimo, ao abastecimento da própria região.

e) ÓLEOS VEGETAIS

Deverá ser estimulado o cultivo de oleaginosas, como amendoim e algodão por exemplo, com a industrialização na própria região e o aproveitamento dos subprodutos protéicos na alimentação animal.

f) HORTAS

É necessário desenvolver campanhas em favor do estabelecimento de hortas domésticas, escolares e comerciais, visando, especialmente, o abastecimento do mercado local.

g) PECUÁRIA DE CORTE

Tendo em vista reorganizar, em bases racionais, a atividade já existente na região, devem ser feitos estudos visando estimular:

1. A engorda confinada na zona canavieira, e a engorda extensiva nas zonas montanhosas e nas adjacências dos rios Itabapoana, Paraíba do Sul, Imbé e Rio Prêto.

2. A criação de bezerros das raças gir, nelore e guzerá, nas regiões mais propícias, considerando-se a crescente dificuldade de se obter gado para invernar.

3. A investigação de outras possibilidades pecuárias na região, tal como a suinocultura.

h) AVICULTURA

Deverão ser promovidas investigações com vistas ao desenvolvimento racional e econômico da avicultura em tôda a região, dadas as grandes possibilidades do mercado consumidor local e vizinho.

Finalmente, considerada a diversificação das atividades da região, base do próprio Projeto Norte-Fluminense, e a existência atual de atividades que demandam melhor aproveitamento, é importante ressaltar o papel que o EDR terá de desempenhar na condução harmônica da integração de tôdas essas atividades. A implementação e execução do Projeto vai exigir um acompanhamento, passo a passo, dos novos impulsos que vão surgir na região, de tal modo que o EDR seja visto como o ponto para o qual devem convergir as atenções de todos que serão integrantes, em diferentes planos e escalas, de um verdadeiro processo de desenvolvimento comunitário integrado.

É do EDR que devem emanar os projetos específicos relativos à criação ou expansão de atividades, pois todos êles devem compor uma engrenagem cooperativista capaz de conduzir a região a um desenvolvimento crescente. E a marca de garantia dêsse movimento é o crescimento orientado, programado, planejado, em resumo integrado, das atividades de uma região que, tendo Campos como centro, dispõe de uma gama de mercados que lhe estão abertos, prontos para consumir sua produção e aumentar o intercâmbio de atividades sócio-econômicas.

EXTINÇÃO DE INCENTIVOS AO NORDESTE PREJUDICARÁ A INTEGRAÇÃO NACIONAL

Recife (Sucursal) — O Presidente do Centro das Indústrias de Pernambuco, Sr. José Paulo Alimonda, definindo a posição dos industriais pernambucanos, defendeu a manutenção dos artigos 34/18 da SUDENE, assegurando que a sua extinção levaria o Nordeste à estagnação e prejudicaria a própria integração econômica nacional.

O Sr. José Paulo Alimonda explicou que suprimir agora os incentivos da SUDENE seria também ameaçar a unidade nacional, agravando as disparidades regionais, e paralisar um processo de desenvolvimento que, no conjunto, beneficia o País, já que objetiva a integração espacial e setorial da sua economia.

DEFESA

Segundo o Sr. José Paulo Alimonda, a Nação faz, no Nordeste, um investimento produtivo, pois os recursos mobilizados para desenvolver a região serão pagos num prazo de dois anos, além de contribuírem para libertá-la dos males do subdesenvolvimento e representarem a criação de melhores condições de vida, o que, de resto, são objetivos inerentes à política nacional de desenvolvimento.

Esclareceu em seguida que os recursos dos artigos 34/18 (dedução de 50% do Impôsto de Renda para investimentos no Nordeste) somam, até o último dia de 1966, Cr$ 471 bilhões, mas em fins de 1969 se elevarão a Cr$ 800 bilhões. De acôrdo com essa estimativa da SUDENE e supondo-se que, em cada cruzeiro investido, fature-se Cr$ 1,50 por ano, tem-se um faturamento anual de Cr$ 1 200 bilhões.

Com base nesses cálculos — disse — e supondo-se que a tributação média seja de 20% sôbre o faturamento, tem-se uma receita para os cofres públicos de Cr$ 240 bilhões por ano e, portanto, em dois anos os recursos mobilizados serão pagos.

VANTAGENS

Êsse exemplo — acrescentou — serve para demonstrar que a economia do País não sofre nenhum abalo com os inversões no Nordeste, mas ao contrário há um saldo positivo à medida que a região deixa de ser um grave problema, como o foi no passado, quando a mobilização de recursos tinha pouca ou nenhuma conseqüência no sentido da criação de uma infra-estrutura capaz de assegurar o seu desenvolvimento.

Além disso — continuou o Sr. José Paulo Alimonda — o Nordeste, com o seu mecanismo de incentivos, deixou de ser uma região deficitária, produziu mais em divisas para o País do que recebeu em dotações e investimentos e realiza, segundo uma comissão de técnicos da ONU, o mais rápido esfôrço de desenvolvimento no mundo.

Nos últimos seis anos — disse — a SUDENE aprovou 540 projetos industriais, comprometendo Cr$ 600 bilhões, que por sua vez resultaram na criação de 50 mil empregos diretos e estáveis na região, 150 mil empregos indiretos e na substituição de importações, bem como respondem pela atual fase de produção para exportar.

Segundo o Sr. José Paulo Alimonda, a rentabilidade dos investimentos no Nordeste trouxe para a região 14 mil contribuintes do Impôsto de Renda, cujos depósitos no Banco do Nordeste ascendem a Cr$ 471 bilhões. Tais recursos — que são objeto do interêsse de industriais paulistas e parlamentares da região Sudoeste — não estão ociosos como propalam os que pretendem usufruir os benefícios dos Artigos 34/18, primeiro porque a lei deu um prazo de três anos para a sua utilização e segundo porque o Banco do Nordeste os utiliza para fomentar o desenvolvimento da região.

Ainda rebatendo os argumentos e pretensões, diz o Sr. José Paulo Alimonda que o dinheiro depositado no Banco do Nordeste, referente aos Artigos 34/18, é do Govêrno federal. Êle é que está abrindo mão de 50% do Impôsto de Renda das pessoas jurídicas para ajudar o desenvolvimento do Nordeste. É um subsídio governamental com uma destinação específica.

— Quem depositou dinheiro no Banco do Nordeste — continuou — visando investir e gozar os benefícios dos Artigos 34/18 sabia a destinação que deveria ter êsse dinheiro. Não tem sentido a pretensão de reivindicar, agora, destinar êsse dinheiro a outras finalidades.

EVIDENCIA

É evidente — afirma o Sr. José Paulo Alimonda — que o mecanismo de incentivos da SUDENE, consubstanciado nos Artigos 34/18, é necessário ao desenvolvimento da região, a sua participação cada vez maior na renda nacional, que não poderá realizar-se plenamente sem que os empresários estejam certos de que há recursos à disposição dos investimentos.

Os industriais pernambucanos — diz — estão convictos de que o Nordeste, com os incentivos que oferece, continuará o seu processo de desenvolvimento e a atrair investidores para a região, onde existem tôdas as condições para realizar bons negócios.

Com efeito — afirmou — o Nordeste, a par dos incentivos do Govêrno federal, dos Estados e Municípios, que vão além de 75% do valor total dos investimentos, oferece ao investidor um mercado em ascensão, garantido pelo próprio crescimento da região e a conseqüente melhoria das condições de vida da sua população.

Dêsse modo — concluiu — o investidor que vier participar do esfôrço de desenvolvimento nordestino, encontrará a região preocupada em superar as disparidades com relação ao Centro-Sul, motivada para o desenvolvimento e ordenando a sua economia para vencer o atraso secular que a marcou ao longo do tempo.

ESTREITO, ILHA SOLTEIRA E INDÚSTRIA NACIONAL

Ilha Solteira — 3 200 000 kW — e Estreito — 800 000 kW — são as duas usinas hidrelétricas de grande porte cuja construção foi iniciada em 1965. A primeira, etapa final de Urubupungá, situa-se no Rio Paraná, a segunda, no Rio Grande. Representa o mais importante aproveitamento dêsse curso de água depois de Furnas. Ambas desempenharão papel básico no abastecimento de energia elétrica da Região Central-Sul a partir de 1970. Ilha Solteira, provàvelmente, sòmente entrará em funcionamento nos primeiros anos daquela década, enquanto Estreito poderá estar produzindo energia em 1969, se não houver atrasos maiores.

Importante é assinalar que em ambas as obras estão bastante adiantados os entendimentos para fornecimento de recursos externos. Estreito tem já assegurado empréstimo do BIRD — Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento — enquanto o Banco Interamericano de Desenvolvimento — BID, estuda um financiamento para Ilha Solteira.

ILHA SOLTEIRA E A INDÚSTRIA NACIONAL

O projeto da Usina Hidrelétrica de Ilha Solteira foi executado pela CELUSA — Centrais Elétricas de Urubupungá. O conjunto de Urubupungá terá um potencial final de 4 600 000 kW, sendo 1 400 000 em Jupiá e 3 200 000 em Ilha Solteira. A usina será construída a 60 quilômetros a montante da Usina de Jupiá, resultando desta posição a vantagem de regularizar o Rio Paraná e assim aumentar a capacidade de produção de energia elétrica de Jupiá.

A Usina de Ilha Solteira — do ponto-de-vista de instalação hidrelétrica — será a segunda do mundo em potência instalada. O Comitê Energético da Região Centro-Sul recomenda que as primeiras unidades entrem em produção em 1973 para que não seja prejudicado o abastecimento da Região.

Para construção dessa usina serão utilizados 2,5 milhões de metros cúbicos de concreto e haverá um movimento de terra da ordem de 23 milhões de metros cúbicos.

Acreditamos ser muito oportuno um levantamento das possibilidades da indústria brasileira de equipamentos e materiais elétricos, com relação a esta usina.

Tudo o que diz respeito à construção civil, isto é, execução do concreto e movimento de terra — poderá ser feito com recursos nacionais e sob orientação de técnicas nacionais, dependendo da importação de equipamento pesado, ainda não fabricado no Brasil.

Os equipamentos para produção e operação — comportas, pontes rolantes, turbinas, geradores, transformadores e aparelhagem elétrica de contrôle — podem ser totalmente ou em parte construídos no País.

Assim, as comportas e pontes rolantes já são produzidas pela indústria nacional, inclusive com matéria-prima nacional. O mesmo ocorre com os geradores e transformadores, sendo necessária, porém, a importação de parte da matéria-prima, como aço-silício e cobre eletrolítico. As turbinas podem ser em parte fabricadas aqui com matéria-prima parcialmente nacional e em parte importada. Por fim, a aparelhagem elétrica, representando 15% do custo global do equipamento ainda não é fabricável no Brasil.

Até agora tem sido hábito, na construção de grandes usinas hidrelétricas, a mobilização em moeda nacional de recursos para a realização das obras de engenharia civil e o apêlo a instituições internacionais de crédito para financiamento da compra dos equipamentos. Êsses equipamentos, em conseqüência, têm sido em grande maioria adquiridos no exterior, embora possam ser fabricados no Brasil. No futuro, deveria ser seguida a experiência já feita no caso da Usina de Jupiá, pela Centrais Elétricas de Urubupungá. A emprêsa conseguiu financiamento, na Itália, do qual cêrca de 30% se destina a financiar equipamentos produzidos no Brasil, com excelentes padrões técnicos.

O projeto da Usina de Ilha Solteira está concluído, as obras preliminares prontas para que sejam iniciados todos os trabalhos de engenharia civil. Há urgência para que êsses trabalhos sejam iniciados, pois sòmente assim as primeiras unidades produzirão energia em 1973. Entretanto, mais importante mesmo do que o início imediato das obras, é a assinatura de contratos, no exterior, que não prejudiquem a indústria nacional de equipamentos e de materiais elétricos. E tudo faz crer que os entendimentos ora em andamento com os organismos financiadores obedecem àquele espírito.

ESTREITO EM BOA LINHA

A segunda grande usina cuja construção foi iniciada em 1965 é Estreito, estando as obras a cargo da Centrais Elétricas de Furnas. E também, neste caso, os entendimentos são favoráveis à indústria nacional. De fato, segundo revela Furnas, foi assinado acôrdo com o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento, de empréstimo de 57 milhões de dólares, que serão pagos em 23 anos. Esse financiamento irá beneficiar, entretanto, a indústria nacional, pois no contrato foi incluída cláusula segundo a qual o empréstimo poderá destinar-se também à aquisição de equipamentos produzidos pela indústria nacional (ao contrário dos contratos anteriores). Além disso, nossa indústria está amparada na composição de preços com os equipamentos importados. De fato, há uma proteção de 15% para o produto nacional, em relação ao preço CIF do material estrangeiro desembarcado no pôrto. Além disso, se fixará uma taxa especial de câmbio para efeito de comparação de custos.

O PROJETO

A Usina de Estreito comporá com Furnas, Peixoto e Jaguará o grande sistema do Rio Grande. Os primeiros levantamentos foram feitos em 1965 pelo Conselho de Desenvolvimento.

O projeto de Estreito foi elaborado enquanto se realizava Furnas. Em 1964 concluíram-se os estudos quanto ao tipo de barragem, que será mista, de enrocamento e terra. Terá 80 metros de altura e 500 metros de comprimento, com sangradouro lateral de encosta na ombreira direita e tomada de água, tubulações forçadas e casa de fôrça na margem esquerda.

Estreito terá um potencial total de 80 000 kW, em seis unidades geradoras de 133 mil quilowatts. Na primeira fase serão instaladas quatro unidades, podendo a primeira entrar em produção em 1969.

BOA ORIENTAÇÃO

Analisando os dois projetos, sob o ponto-de-vista de financiamento, chegamos à conclusão de que o Govêrno e as emprêsas estaduais do setor de energia elétrica estão seguindo uma orientação certa. A busca de recursos externos se torna necessária em obras de vulto — naturalmente caras, como usinas hidrelétricas. Entretanto, êsses recursos devem chegar ao Brasil em condições bem outras do que em tempos anteriores. E é o que, ao que parece, está sendo feito com relação às duas principais usinas em construção no Brasil — Estreito e Ilha Solteira.

APEC n.º 112

BOA ESPERANÇA ACABARÁ COM QUATRO CIDADES E CINCO POVOADOS

Quatro cidades e cinco povoados, em pleno sertão de 40 graus do Piauí e Maranhão, vão desaparecer êste ano sob 5 bilhões de metros cúbicos de água do Rio Parnaíba, para que quatro milhões e seiscentos mil brasileiros do Nordeste do País conheçam o sinal do progresso, que será dado no momento em que as turbinas da Usina Hidrelétrica de Boa Esperança forem acionadas, levando 216 mil quilowatts de energia elétrica a tôdas as regiões daqueles Estados.

A importância dêste sistema de energia elétrica, que custará ao Tesouro Nacional mais de Cr$ 130 bilhões, está no fato de que implantada a condição infra-estrutural básica para o desenvolvimento de uma área de 600 mil quilômetros quadrados, que hoje apresenta os mais baixos índices econômico e social do País, com uma renda per capita nunca superior a 48 dólares por ano.

INÍCIO

O sacrifício de Guadalupe, Uruçuí, Pôrto Alegre e Tucuns, no Piauí, e Nova Iorque, Benedito Leite, Ôlho de Água, São José e Piguí, no Maranhão, começou quando foi fundada a Companhia Hidrelétrica de Boa Esperança — COHEBE — em 1963, e confirmada no espanto de seus habitantes, quando viram chegar, a partir de julho do ano seguinte, dezenas de máquinas e equipamentos.

Aliás, o destino daquelas cidades e povoados foi decidido em 1957, quando o Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis encomendou estudos técnico-econômicos que indicassem o melhor local para a construção de uma hidrelétrica, que desse ao Maranhão e ao Piauí a necessária energia elétrica para seu desenvolvimento. Depois que os estudos indicaram Boa Esperança — um ponto do Rio Parnaíba, entre os dois Estados e a 430 quilômetros do litoral — o Departamento Nacional de Obras Contra as Sêcas — DNOCS — decidiu, em 1961, pela construção da barragem.

As facilidades permitidas por uma emprêsa de economia mista para dirigir obra de tamanho vulto resultaram na fundação da Companhia Hidrelétrica de Boa Esperança — COHEBE — em 29 de julho de 1963. Em seu primeiro ano de vida a nova emprêsa se dedicou ao levantamento de recursos, à contratação de empreiteiros, aos projetos para a construção de acampamentos para pessoal técnico, administrativo e operários, e à esquematização de uma diretriz para execução dos trabalhos da Usina.

No dia 31 de março de 1964 a COHEBE abriu concorrência pública para a construção da grande barragem, tendo sido classificada a firma Construtora José Mendes Júnior, sediada em Minas Gerais.

PROJETO

Executada em ritmo de urgência, o desenvolvimento da obra vem ultrapassando, até mesmo, o cronograma anteriormente previsto; sòmente no primeiro ano e meio de trabalhos, foram compactados 1,5 milhão de metros cúbicos de barragem, antecipando-se em 112 dias das previsões. Para a execução dos serviços foram contratados 2 300 homens vindos de Minas Gerais e Recife (pessoal técnico e administrativo) e de todos os Estados nordestinos (operários), desde a Bahia ao Maranhão e até mesmo do Pará e Amazonas, a fim de que em setembro do próximo ano a Usina já esteja fornecendo energia elétrica. Além dêles Moto-Scraper, com capacidade equivalente a 775 mil homens/hora, e cêrca de 140 máquinas, pesadas e leves, distribuídas em cinco frentes de trabalho, executam as obras da barragem.

Ainda êste ano, depois de concluídas as obras, a barragem armazenará, nos seus cinco quilômetros de comprimento, cinco bilhões de metros cúbicos de água. A construção da barragem — que será de desenvolvimento curvo — compreende os seguintes serviços: canteiro de obras; estradas de acesso e internas; desvio do Rio Parnaíba, incluindo escavações de canal e desvio; quatro túneis de 156 metros de comprimento por 6,60 metros de diâmetro; barragem principal e duas barragens auxiliares de terra e enrocamento; tomada de água; um sangradouro principal provido de seis comportas com 13 metros de largura por 12,50 metros de altura e um de emergência; e as obras civis da Casa de Máquinas.

O vulto desta obra fica demonstrado pela utilização de concreto (cuja fase foi iniciada em maio do ano passado), que atingirá a um volume de 150 mil metros cúbicos; a escavação em terra chega a 1,6 milhão de metros cúbicos; a escavação em túnel atinge 36 mil metros cúbicos; e a escavação em rocha representa um volume de 1,4 milhão de metros cúbicos.

As características energéticas do empreendimento são as seguintes: volume de água armazenado — 5 bilhões de metros cúbicos; descarga regularizada — 340 metros cúbicos por segundo; desnível máximo — 46 metros; desnível mínimo — 32 metros; desnível médio — 38 metros; potência a instalar (fator de carga 0,5) — 294 000 CV (ou seja 216 mil kW).

TRANSMISSÃO

O sistema de transmissão da Usina Hidrelétrica de Boa Esperança será formado de uma subestação elevadora que, na sua primeira etapa, constará de dois bancos monofásicos de 3 x 20 MVA, 13,8/69/230 kW, com uma saída em 230 kV na direção de Teresina e uma em 69 kV em direção à cidade de Floriano — distante 70 quilômetros da barragem. Na segunda etapa serão instalados mais dois bancos de 60 MVA e sairá uma segunda linha na direção de Teresina.

Na primeira etapa, três subestações abaixadoras (230/69/13,8 kV) atenderão a Teresina, Peritoró, Rosário e Paraíba, e outras (com uma tensão de 69/13,8 kV) as cidades de Floriano, Campo Maior, São Luís, Caxias, Bacabal, Codó e Pedreiras. Dessas subestações partirão linhas de 13,8 kV que atenderão às cidades circunvizinhas.

A extensão das linhas de transmissão de 230 kV, na primeira etapa, será de 552 quilômetros e de 560 quilômetros (de 69 kV) — ou seja, linhas de transmissão das mais extensas do País.

RECURSOS

A COHEBE está empregando no empreendimento Cr$ 107 bilhões de recursos em moeda nacional e mais US$ 8,9 milhões, como financiamento da United States Agency for International Development (USAID). A COHEBE tem como acionistas principais e paritários a SUDENE, a ELETROBRÁS e o DNOCS. Como seus financiadores encontram-se o Ministério das Minas e Energia, para as obras hidrelétricas; o Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis, para as obras de navegação; e a USAID.

Os Cr$ 107 bilhões estão sendo distribuídos pela COHEBE no custeio de obras civis (51,7 bilhões), terrenos e servidões (6,4 bilhões), equipamentos para a hidrelétrica (9,7 bilhões), sistema de transmissão (16,6 bilhões), engenharia e supervisão (2,3 bilhões) e despesas gerais e administrativas (18,3 bilhões).

Quanto aos recursos oriundos do financiamento da USAID estão sendo destinados à aquisição de equipamento no exterior (US$ 7 milhões) podendo o restante US$ 1,9 milhão ser convertido em cruzeiros para a compra de equipamentos fabricados no Brasil.

SINAL DO PROGRESSO

O investimento da Usina Hidrelétrica de Boa Esperança e o sacrifício das quatro cidades e cinco povoados — cujos habitantes serão transferidos para novas localidades que a COHEBE está concluindo a implantação — serão ínfimos em face da reversão imediata que os benefícios da energia elétrica trarão para uma população de 4,6 milhões de habitantes. Como em quase tôda a região, também na área da barragem predominam os babaçuais que a natureza fornece e a pecuária extensiva, principalmente no Piauí, onde a renda per capita não ultrapassa a 48 dólares por ano.

No projeto de transferência das populações — a média de habitantes das quatro cidades e cinco povoados atinge a 7 mil — o grupo de técnicos de gabarito nacional da COHEBE e da SUDENE, que o elaborou, previu tudo, até mesmo as populações rurais que serão desalojadas, pois vão colonizar terras de vales férteis, além de conter a solução para o problema futuro de desemprêgo, que ocorrerá quando as obras forem concluídas.

Como agente propulsor do desenvolvimento a COHEBE levará o progresso a todo o Estado do Piauí e do Maranhão. Sòmente na região de atuação da Usina Hidrelétrica de Boa Esperança — 600 mil quilômetros quadrados do Nordeste Ocidental, que compreende os estados do Maranhão e Piauí e a região Oeste do Ceará — serão beneficiados, diretamente, 4,6 milhões de habitantes. Esta área apresenta os menores índices econômico-sociais do País e, dentro do próprio Nordeste, representa o setor com menores condições infra-estruturais que possibilitem a arrancada para o desenvolvimento.

A importância da Usina de Boa Esperança, que está sendo construída pela COHEBE, pode ser verificada no fato de que o Maranhão tem sua Capital servida por 9 000 kW, enquanto Teresina e Parnaíba, no Piauí, dispõem, respectivamente, de 6 300 kW e 1 900 kW. Tôda esta energia é gerada por um sistema térmico que utiliza lenha como combustível. Esta potência, por si só, demonstra a existência de um permanente regime de racionamento em face da demanda contínua.

Na Casa de Máquinas de Boa Esperança serão instaladas quatro turbinas de 54 mil kW cada uma, duas das quais, numa primeira fase, entrarão em operação a partir do próximo ano. Assim, Boa Esperança oferecerá, inicialmente, 108 mil kW, o que elevará, em tôda a região Nordeste Ocidental, a oferta atual de 12w/habitante para 95w/habitante. No segundo ano de operação de Boa Esperança está previsto um consumo de 204/kwh/hab/ano, enquanto se sabe que o consumo atual é de apenas 48/kwh/hab/ano.

A partir do momento em que as turbinas da Usina de Boa Esperança começarem a gerar energia elétrica, também começará o processo efetivo de modificação da mentalidade dos habitantes do Maranhão e do Piauí. Então, todo o entusiasmo e desejo de desenvolvimento, reprimidos durante séculos pela falta das condições infra-estruturais necessárias, serão colocados na prática, já que poderão contar com êste fator fundamental para os investimentos privados e públicos.

Esta será a reversão dos recursos investidos na Usina de Boa Esperança e do sacrifício das cidades e povoados, em benefício do Maranhão e do Piauí: a abertura, definitiva, do caminho do progresso.

AÇÃO DA AMECIF FORTALECE MERCADO DE CAPITAIS

Ao idealizar, promover e organizar a constituição de um consórcio financeiro reunindo 17 emprêsas de crédito de Minas para a aplicação da Resolução n.º 45 do Banco Central, a Associação Mineira das Emprêsas de Crédito, Investimentos e Financiamento — AMECIF, abriu o caminho para uma nova e revolucionária fase do Mercado de Capitais e conquistou uma posição de pioneirismo nacional na execução do processo de crédito direto ao consumidor, determinado por aquela resolução. Reconhecido pelas autoridades monetárias como o melhor meio de permitir a uniformização de taxas e a redução de custos operacionais, o sistema foi por elas recomendado a outros Estados, que já se preparam para adotar o mesmo modêlo de operação.

A iniciativa de formação do pool financeiro foi uma das mais importantes conseqüências da realização do I Encontro Nacional das Associações das Emprêsas de Crédito, Investimentos e Financiamento, promovido pela AMECIF, em novembro de 1966, em Belo Horizonte.

A promoção dêsse Encontro, a organização do consórcio financeiro para a concessão de crédito direto ao consumidor e a ampliação de sua área de atividades para Goiás e Brasília foram algumas das realizações da AMECIF, nos últimos 12 meses, em benefício da consolidação do Mercado de Capitais.

ENCONTRO DAS ASSOCIAÇÕES

Idealizado, promovido e organizado pela AMECIF, o I Encontro Nacional das Associações das Emprêsas de Crédito, Investimentos e Financiamento assumiu proporções de importância transcendental para o aprimoramento das atividades do mercado financeiro. Pela primeira vez mais de 130 empresários das finanças de Minas, Guanabara, São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul tiveram a oportunidade de se reunir para debater com as autoridades monetárias, pública e formalmente, os diversos aspectos da reformulação da política financeira do Govêrno.

Prestigiado pela presença do presidente do Banco Central, Sr. Dênio Nogueira, que participou dos debates e das votações de moções do Encontro, o conclave de Minas abriu amplas perspectivas para um melhor entrosamento entre a iniciativa privada e as áreas oficiais do setor financeiro.

Por outro lado, o Encontro teve o mérito de demonstrar aos técnicos do Banco Central e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico que a teoria deve estar harmônicamente ligada à prática, sob pena de deterioração dos novos processos criados pelo Govêrno para a implantação definitiva do Mercado de Capitais. Debatendo com objetividade e firmeza em tôrno de seus pontos-de-vista, os empresários financeiros evidenciaram que seus propósitos iam ao encontro da filosofia financeira adotada pelas autoridades monetárias e conseguiram que estas acolhessem diversas de suas sugestões no sentido de adotar um caminho gradual para a implantação das modificações do Mercado de Capitais, a fim de não tumultuar o seu desenvolvimento.

Um dos exemplos mais eloqüentes dos resultados da reunião entre os empresários e as autoridades foi a Resolução n.º 45 do Banco Central, instituindo o crédito direto ao consumidor, que se tornou objeto da formação do pool organizado pela AMECIF.

"POOL"

O pool reunindo 17 companhias de financiamento de Minas foi idealizado pela AMECIF com o objetivo de criar um instrumento que permitisse a completa execução do sistema de crédito direto ao consumidor, medida adotada pelo Govêrno para beneficiar não só os próprios consumidores como as classes empresariais.

A perfeição do processo operacional que será adotado pelo consórcio das companhias financeiras de Minas fêz com que o próprio Banco Central recomendasse a sua aplicação em outros Estados, tendo provocado a seguinte declaração do Presidente do Banco Central:

"Trata-se de uma idéia brilhante e de uma ótima medida, uma vez que se o projeto fôr totalmente executado o objetivo do Govêrno federal será fàcilmente atingido. Essa experiência é extremamente útil e pioneira, devendo ser aplicada pelos demais Estados do País. Acredito mesmo que seja a solução para as emprêsas financeiras do Rio Grande do Sul poderem aplicar a Resolução 45 com sucesso total. Por outro lado, o pool proporcionará uma redução dos custos operacionais, com o conseqüente barateamento da taxa de juros para esta faixa de crédito."

Para a execução do funcionamento do consórcio financeiro de concessão de crédito direto ao consumidor, a ... AMECIF adotou uma fórmula que contivesse simplicidade burocrática, com um custo operacional mínimo, e que não quebrasse a rotina de operações do comércio e das emprêsas financeiras.

Uma organização especializada foi contratada pela entidade a fim de processar o mecanismo do pool através de computadores eletrônicos que serão instalados em Belo Horizonte. O consórcio terá uma potencialidade correspondente à soma da capacidade de cada uma das companhias de financiamentos, o que significará a possibilidade de aplicação, inicialmente, de um valor superior a Cr$ 120 bilhões.

EXPANSÃO DE ATIVIDADES

Em sua última assembléia-geral, a AMECIF decidiu alterar os seus estatutos, ampliando a sua área de atuação para o Estado de Goiás e o Distrito Federal. Essa decisão visou à criação das condições necessárias para a implantação do Mercado de Capitais nessas regiões. Logo a seguir a entidade iniciou gestões junto ao Banco Central a fim de conseguir para o comércio goiano as mesmas facilidades que obteve para o comércio mineiro, através da concessão de financiamento mediante a aplicação da Resolução n.º 21, por um sistema especial.

A importância da iniciativa da AMECIF em ampliar a área de suas atividades, teve um imediato reconhecimento por parte do Governador Otávio Lage, de Goiás, que convidou a entidade a enviar uma delegação à sua Capital a fim de manter entendimentos com o Govêrno local para a fixação das bases de organização e implantação do Mercado de Capitais naquele Estado.

Depois dessa visita a Associação instalará uma delegacia regional em Goiânia, encarregada da orientação e da coordenação das atividades das emprêsas financeiras de Goiás e de Brasília, como etapa inicial da estruturação, consolidação e ampliação do mercado financeiro local.

TRANSPORTE MARÍTIMO

MAURÍCIO FERREIRA BACELLAR

O processo histórico do deslocamento das mercadorias do transporte marítimo para o rodoviário tem sido analisado sob diversos aspectos e suas causas caracterizadas sob vários ângulos (v. "A Economia Brasileira e suas Perspectivas" — APEC — Vol. II, págs. 139 — 204).

Em trabalho publicado em 1965 mas, sob êsse ponto, perfeitamente atual, o Sindicato da Indústria de Construção Naval do Rio de Janeiro, alinhou, com felicidade, as principais razões determinantes da transferência das cargas de um para o outro sistema de transportes, nestes últimos 15 anos, a saber:

a) prioridade dos investimentos governamentais no sistema rodoviário em detrimento do marítimo.

Assim, no período de 1956 a 1962, os investimentos do Govêrno federal nos sistemas de transportes, excluída a navegação aérea, teve o seguinte comportamento:

SISTEMAS	VALÔRES RELATIVOS — % —						
	1956	1957	1958	1959	1960	1961	1962
Marinha Mercante	11,4	7,3	6,1	7,7	14,5	13,2	13,8
Portos	8,9	6,5	2,7	2,1	4,6	3,1	5,3
Rodovias	57,1	66,1	65,0	58,2	57,9	63,3	58,6
Ferrovias	22,6	20,1	26,2	32,0	23,0	20,4	22,3
TOTAL..	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

b) política salarial observada até 1964, extremamente discricionária em favor dos marítimos, com acentuados reflexos nos custos dos fretes e nas operações portuárias;

c) elevado índice de obsoletismo da nossa frota, que em dezembro de 1965 possuía, ainda, 81 embarcações de 100 e mais toneladas, de construção com mais de 30 anos, quando a vida econômica de um navio é estimada em 20 anos;

d) aumento contínuo das tarifas de fretes e taxas acessórias, em proporção bastante superior aos fretes rodoviários e em níveis mais elevados aos preços gerais.

e) elevado coeficiente de tempo dos navios, aguardando atracação ou em operação de carga e descarga.

É freqüente constatar-se que a média de tempo útil de operação efetiva dos nossos navios se reduz a $\frac{1}{3}$;

f) baixa produtividade operacional dos portos;

g) faltas, avarias e roubos, fenômenos todavia constantes no transporte marítimo.

A êsses fatôres, há que se agregar o pagamento do frete marítimo "a priori", enquanto que no rodoviário é êle liquidado, em geral, após a entrega do produto no destino e, muitas vêzes, posteriormente à própria comercialização da mercadoria.

Êsses aspectos, conjugados, fizeram com que a cabotagem, que em 1950 participava no volume de carga geral movimentada em 29,9%, baixasse em 1955 para 23,7, se reduzisse para 20,8% em 1962 e se situasse em 18,9% em 1965.

Em 1965, graças à série de medidas adotadas pelo Govêrno — horários de trabalho — melhoria operacional dos portos etc... a redução do transporte de cabotagem, em relação a 1964, foi de apenas 1%.

Em 1966, no período de janeiro a novembro, como reflexo da política do Govêrno, foi possível observar-se um aumento de 20% no volume de carga transportada por água, entre portos brasileiros.

Quanto ao longo curso, não são ainda disponíveis os dados relativos ao ano de 1966.

Em 1965, o comércio exterior brasileiro somou 36 312 161 toneladas de mercadorias, participando a exportação com .... 19 678 875 toneladas e a importação com 16 663 286 toneladas.

Nesses totais, à carga geral corresponderam 7 319 366 toneladas, sendo 5 790 878 atribuídas às exportações e 1 528 488 às importações.

A participação da frota mercante brasileira no ano em análise, em toneladas, confrontada com os anos de 1963 e 1964, se expressa no quadro anexo.

Ainda em 1965, o Brasil afretou 19 embarcações em "time charter" e 222 em "voyage charter", distribuídas como segue:

"TIME CHARTER"

Natureza do transporte	— N.º de navios
Carga geral	7
Petróleo e derivados	12
	19

"VOYAGE CHARTER PARTY"

Natureza do transporte	— N.º de navios
Petróleo e derivados	53
Carvão e coque	55
Trigo	56
Fertilizantes	36
Sal	22
	222

Em 1964, o frete bruto de importações CIF ascendeu a US$ 178 milhões e em 1965, a US$ 125 milhões, calculando-se que naqueles anos os fretes brutos totais representaram, respectivamente, US$ 409 milhões e US$ 353,47 milhões.

A participação da frota nacional de carga geral nesses fretes alcançou, em 1964, apenas US$ 34.08 milhões, inferior em US$ 9.16 milhões em relação a 1963 — embora as estatísticas não apresentem uma proporcional redução da tonelagem de carga — e em 1965, correspondeu a US$ 37.48 milhões.

A arrecadação de fretes com carga geral transportada com navios próprios, que em 1963 foi de US$ 20.65 milhões, em 1964 elevou-se para US$ 25.88 e em 1965 somou US$ 33.86 milhões.

Movimentou a frota nacional 721.510 toneladas na importação de carga geral, ou seja, 47.1% do total, auferindo US$ 22.015 milhões de frete bruto e transportou 560.258 toneladas da mesma carga, na exportação, (9.7% do total) recebendo US$ 15.401 milhões.

Do exposto, se conclui ser ainda absolutamente modesta a participação da nossa frota própria no transporte de mercadorias objeto do nosso intercâmbio comercial com o exterior, em confronto com as obtidas por outras nações, conforme se vê do seguinte quadro demonstrativo:

País	Participação com Navios Próprios *	Ano Considerado
França	59%	1962
Reino Unido	52%	1962
Japão	46%	1963
Noruega	43%	1962
Alemanha Ocidental	37%	1963
Itália	33%	1962
Suécia	33%	1963
Dinamarça	23%	1963
Holanda	16%	1962

* (Valôres em % do pêso da mercadoria movimentada).

No que se refere à frota de transporte de carga geral é onde mais se acentua a pouca significação da nossa participação, dada a insuficiência de navios para o longo curso que se vem manifestando há anos, tanto quantitativa como qualitativamente.

Emprega a frota transatlântica, ainda, embarcações de 5 000 e 7 000 TDW, com uma marcha média de 13 a 13,5 nós.

Tais navios são hoje em dia considerados antieconômicos e superados no transporte internacional, pôsto que, em linhas regulares devem apresentar 10 000 TDW e mais, com velocidade acima de 15 nós.

É bem verdade que no último decênio a frota brasileira de longo curso para carga geral, cresceu de 100% na sua tonelagem, no mesmo passo que a frota de petroleiros, mais nova que a de carga geral, embora igualmente insuficiente para a sua função, está se desenvolvendo com maior impulso. Seu incremento nos últimos 10 anos foi de 161%.

Enquanto a frota mercante mundial experimentou, de 1950 a 1965 um acréscimo de 78%, a brasileira, no mesmo período aumentou de 62%, nela incluída a de cabotagem.

Evidentemente que não dispondo de uma frota própria, adequada ao atendimento do transporte, as emprêsas nacionais são obrigadas a recorrer ao instituto do afretamento, em grande escala, como anteriormente demonstrado, sem proveito maior para a economia nacional, de vez que o frete arrecadado é em grande parte usufruído pelo armador estrangeiro ou, quando o afretamento é em regime de *time charter*, os fretes obtidos são substancialmente absorvidos pelo custo operacional do navio.

Pelo antes exposto, fica evidente que para melhorar o rendimento de fretes e eliminar seu deficit no nosso Balanço de Pagamentos, será necessário:

a) intensificar o transporte de carga geral com navios nacionais;

b) ampliar a frota própria de petroleiros;

c) criar uma frota própria de graneleiros.

Para progredir na participação do transporte de carga geral devem os armadores, outrossim, procurar enfrentar a concorrência estrangeira, oferecendo um serviço regular e garantido, empregando navios de requisitos modernos e eficientes e, também, entrar, sempre que possível, em convenções (*pools*) com as emprêsas estrangeiras.

No transporte de granéis sólidos, como minérios e carvão, cujo incremento é dos mais alvissareiros, cabe aos interessados na importação e exportação (companhias siderúrgicas e emprêsas de mineração) constituírem em parceria, as suas frotas de navios próprios.

Evitam êles, dessa forma, os ônus decorrentes dos afretamentos, livrando-se, paralelamente, dos efeitos prejudiciais das oscilações de taxas do mercado de afretamento e dos fretes, bem como da capacidade ociosa que se vem observando no conveniente aproveitamento de suas praças.

Quanto à indústria naval, foi contratada de janeiro a novembro de 1966 a construção de 25 embarcações de pequeno e grande porte, ascendendo os seus preços bases a Cr$ 25 500 milhões, havendo aquêle setor entregue ao tráfego, até 31-12-1965, 45 unidades dos mais variados tipos, correspondendo a 157 222 TDW.

PARTICIPAÇÃO DA FROTA MERCANTE NACIONAL NO COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRO

ESPÉCIE DE CARGA		COMÉRCIO EXTERIOR TOTAL DE TONELADAS (10)	PARTICIPAÇÃO DA FROTA MERCANTE BRASILEIRA					
			TOTAL		COM NAVIOS PRÓPRIOS		COM NAVIOS AFRETADOS	
			EM TONELADAS	EM %	EM TONELADAS	EM %	EM TONELADAS	EM %
Carga geral	1963	7.947.499	(11) 1.099.764	13,84	511.937	6,44	587.827	7,40
	1964	6.456.842	1.019.715	15,79	754.589	11,69	265.126	4,10
	1965	7.319.366	1.281.768	17,51	1.158.688	15,83	123.080	1,68
Granéis Líquidos	1963	11.768.270	(12) 8.037.595	68,30	1.135.552	9,65	6.902.043	58,65
	1964	11.730.163	9.380.163	79,98	1.857.272	15,8	7.522.891	64,13
	1965	11.334.499	8.189.000	72,30	1.691.990	14,93	6.497.010	57,37
Granéis Sólidos	1963	12.089.854	1.391.616	11,51	366.616	3,03	1.025.000	8,48
	1964	14.573.966	1.394.508	9,57	432.216	2,97	962.292	6,60
	1965	17.658.296	2.641.031	14,96	747.466	4,23	1.893.565	10,73
TOTAL	1963	31.805.623	10.528.975	33,1	2.014.105	6,33	8.514.870	26,77
	1964	32.760.971	11.794.386	36,00	3.044.077	9,29	8.750.309	26,71
	1965	36.312.161	12.111.799	33,35	3.598.144	9,91	8.513.655	23,44

GINÁSIO MODERNO

FÁTIMA GAGO COUTINHO

Depois de 1930, não houve no Brasil grande mudança nos ramos de ensino, que permaneceram estranhos uns aos outros. Todo movimento para assimilá-los ou, simplesmente, para lhes dar equivalência, encontrou oposição, aberta ou surda, e foi reduzido a proporções insignificantes, quando não de todo anulado.

A experiência levada a efeito no antigo Distrito Federal, em 1932, por Anísio Teixeira, reunindo no mesmo ensino cursos secundários, normais, comerciais e industriais, não pôde subsistir, apesar do sucesso que obteve.

As reformas Campos e Capanema procuraram dar os ensino secundário um sentido menos propedêutico. Atribuiram-lhe dupla finalidade de educação: básica, terminal, e de preparo para estudos superiores. Teòricamente, o ginásio terá o caráter de uma segunda etapa geral da educação. Mas, na prática, a estrutura do curso inflexível, com um enorme conjunto de matérias, tôdas obrigatórias, contrariava aquêles pressupostos. A natureza seletiva dos cursos não se alterou. O ginásio não deixou de ser um degrau para o nível seguinte, a poucos inadequado por seu acentuado academicismo, por seu terrível enciclopedismo, à maioria dos que em massa o procuravam. O ginásio representava o verdadeiro ensino. Os cursos profissionais eram *ensinos especiais*. O ginásio dava direito a matrícula em qualquer segundo ciclo. Os cursos básicos do ensino técnico não.

Entretanto, não deixou de crescer a corrente que lutava pela democratização do ensino médio, reformando em seus métodos e processos seus currículos, estreitamente vinculados ou mesmo fundidos seus ramos, reconstruído para que pudesse ser, ao mesmo tempo, pela unidade de conteúdo e multiplicidade de formas, o ensino para todos, sem distorções outras que não fôssem determinadas pelas diferenças de capacidade e tendências individuais.

Em 1957, registra-se uma iniciativa do Ministério da Educação que teve significação no processo de reorganização do ensino de segundo grau. Tramitava no Senado um projeto de reforma do ensino secundário, que se originara na Câmara, durante o longo período em que ali estêve parado o projeto das Diretrizes e Bases. Foi proposto ao Senado a revisão do projeto, porque "a reorganização do nôvo ensino secundário estava a exigir alterações mais profundas que as nêle preconizadas". As principais propostas eram: a) a constituição do curso ginasial com um tronco comum de dois anos e um ensino diversificado na 3.ª e 4.ª séries. Admitia-se, nêsse ensino diversificado, a inclusão de disciplinas de iniciativa técnica; b) completa equivalência dos vários ramos de ensino. A passagem de uma para outra série livre, isto é, sem exames de adaptação. Êste far-se-ia por meio de cursos de integração ou de reorientação nos próprios estabelecimentos em que se matriculassem os alunos.

Tal tronco comum era limitado ao ensino secundário, porque a reforma visava exclusivamente a êste setor.

Ao mesmo tempo em que o ensino secundário fazia essas tentativas de sair do rígido esquema em que fôra aprisionado, de se tornar mais diferenciado, de até incluir disciplinas de iniciação técnica, em outro setor de ensino médio criavam-se condições legais que lhe teriam permitido evoluir no sentido de sua maior identificação com o ensino secundário. A reforma do ensino industrial de fevereiro de 1959 é, sem dúvida, uma das nossas leis de ensino mais importantes e mais amplas, mais renovadora que a LDB, naquele campo. Ali, o ensino industrial básico é concebido sem nenhum caráter de especialização profissional. É um curso de educação geral — são palavras da lei — cujo objetivo é ampliar os fundamentos da cultura e explorar as aptidões do educando, desenvolver as suas capacidades, orientá-lo na escolha de oportunidades de trabalho ou de estudos ulteriores. É um curso tão geral como o ginásio secundário. Nada mais é que uma variedade dêste.

Abria-se caminho, assim, para que se reunissem e funcionassem num só campo aquêles dois ramos, variedades do mesmo ensino, com os mesmos objetivos. Para que se eliminasse tudo o que ainda os separasse, a começar pelas denominações. Para que se confundissem inteiramente suas áreas na administração geral e nas escolas. Não havia mais razão para que tivesse nome especial êste ou aquêle curso. Nomes diferentes como ginásio secundário ou ginásio industrial anulariam em grande parte os efeitos integrativos a que a lei, de certo, visava, na área do ensino industrial, outras na do ensino secundário. A existência de unidades escolares isoladas haveria necessàriamente de refletir e alimentar as pressupostas de não igualdade de valor dos dois ensinos. Foi proposto (fevereiro de 1961) que pudessem os cursos dos ginásios industriais funcionar nas próprias escolas secundárias, o que, além das vantagens educacionais, viria a ser uma solução mais econômica. Aproveitar-se-ia a grande rêde de ginásios secundários, adaptando-os àquela finalidade. A sugestão foi aceita, mas foram criados todos os obstáculos à sua efetivação. Perdeu-se essa oportunidade de fazer evoluir o ginásio brasileiro para o ginásio geral, oportunidade que agora ressurge com a iniciativa dos ginásios modernos.

As tendências no sentido de unificação do ensino consolidaram-se depois de 1961.

A mensagem presidencial ao Congresso, em 1961, expressamente traduzia política nesse sentido. Frisando que no ensino médio residia o ponto nevrálgico do problema educacional que no mundo atual enfrentam todos os países civilizados, e acentuando que já não se pode compadecer a sociedade democrática com um sistema dual de ensino, um supostamente intelectual, para constituir etapa propedêutica ao ensino superior, e outro tipo vocacional, destinado às classes menos favorecidas, punha em relêvo a mensagem o princípio da igualdade de oportunidades educacionais, em que todos tivessem possibilidades de ascender aos níveis mais altos da escala educacional, sem outras limitações que as oriundas de suas capacidades e aptidões.

Assim, o Govêrno brasileiro, a partir de 1961, definiu claramente uma política integrativa, para o ensino médio. Em vez de escolas dêste ou daquele ramo, incentivava a instituição de ginásios integrados. Naquela época, estava nos seus primeiros dias de aplicação a Lei de Diretrizes e Bases. Não era nela que se calcava o projeto dos ginásios modernos, mas na legislação do ensino industrial, que certamente não poderia oferecer fundamentos para o nôvo tipo de ensino, com a variedade de opções que por sua própria natureza teria que abranger a LDB dar-lhe-ia fundamentos mais amplos, principalmente pela extensa variedade de cursos que admite, com flexibilidade de currículos e facilidades de articulação. Do ensino acadêmico aos de caráter acentuadamente prático ou de iniciação profissional, uma série de possibilidades curriculares se oferecem a um tipo de ginásio total, como é ou pelo menos deveria ser o verdadeiro ginásio moderno.

As características dos ginásios modernos esboçavam-se naquele documento a que nos referimos. Seriam — dizia-se ali — educandários integrados, destinados a ministrar todos os cursos de nível médio, permitindo ao aluno maior variedade de currículos e facilidades de preparação profissional aos que não lograssem concluir o curso e precisassem encaminhar-se para o trabalho.

Incorporado ao Plano Trienal de Educação, como uma de suas metas mais importantes, confirmava-se o projeto dos ginásios modernos, que ali recebiam caracterização, mais precisa, de educandários orientados para a educação para o trabalho, por intermédio de cursos comuns com opção para prática de comércio, indústria ou agricultura.

Alinhavam-se, no Plano Trienal de Educação, entre os objetivos dos ginásios modernos as seguintes:

a) — Dar a conhecer aos alunos os princípios científicos gerais e o valor social e econômico da produção moderna;

b) — Desenvolver atitudes e hábitos positivos em relação às atividades técnicas, a partir do manejo dos instrumentos mais simples da produção e do funcionamento das emprêsas;

c) — Eliminar qualquer antinomia entre trabalho intelectual e trabalho técnico, através da inclusão obrigatória no currículo de práticas de trabalho, integrando-as com as matérias de cultura geral.

Na 1.ª e 2.ª séries, haveria iniciação das práticas de trabalho. O professor, especialmente preparado, identificaria as vocações em função das habilidades e interêsses revelados pelos alunos. Incluiriam as práticas três ou mais técnicas elementares: artes gráficas, trabalhos com madeira e elementos de cerâmica, na primeira série; trabalhos em metal, eletricidade e noções de desenho técnico, na segunda. Estas técnicas poderiam ser complementadas ou substituídas, por práticas de agricultura. Parte das tarefas administrativas das oficinas deveria ser confiada aos alunos, que ao mesmo tempo seriam levadas a efetuar operações simples, como registro de entrada e saída do material, contrôle de custo etc., o que daria ensejo ao professor de apreciar vocações para práticas de comércio.

Na 3.ª e 4.ª séries, haveria pròpriamente iniciação para o trabalho. Em função das características regionais e locais, a escola incluiria pelo menos duas das opções e, quando possível e aconselhável as três: comércio, indústria e agricultura. Essa iniciação teria em vista dar ao aluno "capacidade de aprender a trabalhar"; não teria o caráter de treino profissional.

Êsses dados são apenas um esbôço de organização. Cabe, pelo menos nos enunciados gerais do projeto, mais de uma hipótese.

A mais longínqua, ao que me parece, é a do ginásio de cursos gerais. Não que a lei a contrarie. Antes, ela dá margem a uma interpretação ampla dos ginásios modernos. Por combinação das disposições legais relativas ao ensino secundário e ao ensino técnico, tôda uma série de cursos tornar-se-ia possível, do tipo acadêmico aos de caráter pré-profissional. Conforme as inclinações dos alunos, poderia variar o ensino das disciplinas gerais, no máximo de 9, exigindo para o curso secundário, ao mínimo de 5, admissível nos cursos técnicos. E, paralelamente, dar-se-ia ênfase maior ou menor às práticas de trabalho, oferecendo não só dêstes como das disciplinas gerais variado elenco de opções.

Não creio que estejamos nesse caminho. Uma solução dessa natureza exige recursos econômicos e pedagógicos acima das possibilidades atuais. Nem há maturidade de pensamento suficientemente generalizada, para realizá-la ou mesmo admiti-la.

Noutro extremo, estaria a hipótese de um currículo único, com um conjunto fixo de disciplinas gerais e obrigatoriedade das práticas de trabalho da primeira à última série. Teríamos, então, um ginásio para um fim determinado e não para variados fins. Para uma certa clientela e não para todos os tipos de alunos. Representaria não pròpriamente um ginásio nôvo, com uma nova estrutura de ensino. Nada mais seria em verdade que uma forma de transição entre os extremos acadêmico e profissional, quando não, o que seria pior, uma soma, simples a posição do ensino especializado a ensino geral, colocados um ao lado do outro sem as gradações, sem as flutuações próprias da verdadeira diversificação do ensino baseado na variedade de aptidões. Proporcionaria um curso esquematizado, tão sem mobilidade com as que já existem. Seria além disso um ginásio de meio-têrmo, um ginásio para estudantes medianes ou mediocremente dotados.

Entre êsses extremos, a nosso ver, deverão procurar situar-se os futuros ginásios modernos brasileiros. Na 3.ª e na 4.ª séries as práticas de trabalho não seriam obrigatórias. Definidas as aptidões, ainda que aproximadamente, na 1.ª e 2.ª séries, o ensino das séries finais deveria ser diferenciado, oferecendo formas com práticas de trabalho, e outras sem elas, destinadas estas aos estudantes que revelassem tendências para estradas menos práticas ou mais abstratas. Haveria, então, classes na 3.ª e 4.ª séries que iriam para as oficinas ou para as salas-escritórios, ou para os trabalhos agrícolas. E classes sem essas atividades e, portanto, com currículo de matérias de cultura geral, que poderia admitir variações no sentido das ciências experimentais ou das ciências sociais etc.

Quando o projeto dos ginásios modernos frise o objetivo de orientação para o trabalho, o que nos parece é que o inclui entre os objetivos gerais, considera a educação para o trabalho parte da educação geral o que evidentemente não quer dizer que todo estudante de um ginásio deva ser iniciado para o trabalho na indústria, no comércio ou na agricultura. Está claro que isso seria uma injustificável limitação de objetivos. Um ginásio que exigisse obrigatória e exclusivamente êsse tipo de ensino seria apenas mais uma peça no sistema de cursos separados. Nenhuma contribuição efetiva traria ao processo de unificação.

Dependerá a realização dos ginásios modernos de inúmeros fatôres. Do preparo de professôres e diretores, dos serviços de orientação educacional, de compreensão dos pais. Sua adequação aos fins que inspiraram o projeto dependerá sobretudo da unidade de pensamento, dos planejadores e executores, da ação harmônica de administradores e educadores. Ora, essa unidade de fato ainda não há. A reconstrução do ensino médio, no sentido de integração de seus ramos, é problema estranho a vários setores administrativos, e é combatida aberta ou astuciosamente por outras. Vejamos se o projeto conseguirá vencer as incompreensões e as resistências; se, desta vez, daremos um passo realmente firme ou ainda incerto, no áspero caminho de democratização do ensino.

ALAGOAS CONVIDA E OFERECE OPORTUNIDADES

LUIZ GUTEMBERG

A CODEAL — Companhia do Desenvolvimento de Alagoas — vai lançar, nos próximos 30 dias, a maior e mais objetiva campanha de desenvolvimento estadual já promovida no Brasil: apresentará oportunidades industriais concretas a grupos nacionais e internacionais que se interessem pelas matérias-primas e localização estratégica que Alagoas oferece, no mercado do Nordeste, usufruindo das facilidades e incentivos fiscais da SUDENE.

Ao anunciar a promoção, o Governador Lamenha Filho disse ao JORNAL DO BRASIL que "Alagoas dispõe-se a oferecer, a quem possa aproveitá-las, a curto prazo, numa espécie de concorrência pública, as oportunidades industriais que o Estado apresenta".

— Aos interessados — acrescentou — o Estado oferece assistência e facilidades, de todos os tipos e de acôrdo com as necessidades específicas de cada projeto.

O UNIVERSO ALAGOANO

A partir do aproveitamento industrial de frutos tropicais — vocação agrícola de extensas áreas do Estado, que já produzem o suficiente para o início da industrialização — o Govêrno de Alagoas quer chegar à mineração e conta que, com o início da exploração de sal-gema, e a produção de soda cáustica e PVC, novas perspectivas na exploração do subsolo surgirão no Estado.

O projeto da exploração do sal-gema, já aprovado pela SUDENE e que é o maior investimento industrial do Nordeste, avaliado em mais de Cr$ 115 bilhões, deverá ser implantado em três anos e possibilitará o surgimento de numerosas indústrias de utensílios de plástico, dos brinquedos aos eletrodutos. O Grupo Euvaldo Luz, responsável pelo início da produção de óleo de dendê para siderurgia, no Brasil, lidera o empreendimento do sal-gema de Maceió, cujos trabalhos de construção começam nos próximos meses.

Falando sôbre as possibilidades industriais de Alagoas, o engenheiro Alcides Braga, Presidente da CODEAL (Cr$ 2 bilhões do capital), disse que a emprêsa estatal do desenvolvimento de Alagoas está preparando "perfis industriais" das principais oportunidades oferecidas pelo Estado.

— Com êsses "perfis industriais", que resumem os dados disponíveis sôbre cada oportunidade, esperamos despertar muitos grupos econômicos que não imaginam a existência no Nordeste de tantas e tão boas alternativas para instalar complexos industriais tão diversos, como os apresentados por Alagoas — afirmou.

DO CIMENTO AO AMIANTO

Uma das prioridades estabelecidas pela CODEAL é para a instalação de uma fábrica de cimento no Estado, com o aproveitamento das extensas jazidas de calcário, de excelente teor, no Município de São Miguel dos Campos, às margens da Rodovia BR-101.

Para se ter uma idéia do empenho do Govêrno de Alagoas na execução dêsse projeto, a CODEAL se dispõe ao risco do financiamento de até Cr$ 70 milhões só para as pesquisas finais de análise e cubagem das jazidas de calcário de São Miguel.

Enquanto sua equipe de técnicos examina as alternativas possíveis para instalação da fábrica, a CODEAL se empenha em ouvir planos e conhecer o **know-how** do maior número possível de grupos interessados, em condições de levar à frente tal projeto, fundamental para o desenvolvimento do Estado.

O amianto existente em extensa região do chamado Sertão de São Francisco, explorado de forma incipiente, é outra oferta que a CODEAL faz, lembrando mais que o Estado dispõe, na região de Arapiraca, de reservas de magnetita avaliadas em meio bilhão de toneladas.

A existência de cristal de rocha no Município de São Luís, indicado para a fabricação de vidro de quartzo, faz parte das perspectivas industriais de Alagoas, assim como o caulim, para cerâmicas e louças, que existe no Estado em vários pontos e de boa qualidade.

INDUSTRIALIZAÇÃO DE FRUTAS

Os produtos agrícolas — especialmente os frutos tropicais — são algumas das melhores e mais tentadoras ofertas industriais de Alagoas e figuram entre as primeiras preocupações da CODEAL, especialmente o côco da Bahia, do qual o Estado já é, há dez anos, o maior produtor nacional, exportando quase tôda produção.

Atualmente existem quatro indústrias (três das quais implantadas com o apoio da CODEAL), que processam a amêndoa do côco, uma outra (também assistida pela CODEAL) que fabrica fibras diversas, para exportação, utilizando a casca do côco.

No momento, uma outra emprêsa prepara-se para produzir carvão ativado, da casca do côco, produto de ampla aplicação industrial.

Há, no entanto, um excesso de produção estadual de côco-da-baía, que permite fazer muito mais. Para uma produção de 112 milhões de frutos/ano, as indústrias existentes consomem apenas 17 milhões de frutos.

Quanto aos produtos, há grande procura nos mercados nacional e internacional tanto para o óleo como para a farinha e a torta.

Na mesma linha está a produção de banana, avaliada em 5,5 milhões de cachos e cujas plantações, no vale do Mundaú, oferecem rendimento extraordinário.

Para produção de sucos e doces, aparecem com produção considerável o caju, com mais de 90 milhões de frutos/ano; a jaca, com 2 milhões de frutos/ano; o abacaxi, com 5,8 milhões de frutos/ano; a manga com mais de dez milhões de frutos/ano.

A BACIA LEITEIRA

Na região sertaneja denominada Bacia Leiteira deu-se um fenômeno importante para a economia de Alagoas: os rebanhos de gado holandês, ali levados, mantiveram suas qualidades genéticas originais e criaram uma prosperidade pecuária das mais importantes do País. A produção de leite — os maiores índices por cabeça do Brasil — é um convite a empreendimentos industriais que desejem aproveitar a abundante produção de leite.

A Bacia Leiteira é, hoje, servida por uma poderosa infra-estrutura, na construção da qual o Estado se empenha. Foi construída, para servir à Bacia Leiteira, a mais extensa adutora da América do Sul, que leva água do Rio São Francisco através de mais de 150 quilômetros de sertão. Também a energia de Paulo Afonso é abundante e farta em tôda região, cortada por rodovias estaduais.

O DESENVOLVIMENTO URBANO

A promoção do desenvolvimento estadual não faz a CODEAL esquecer os problemas urbanos, como é o caso do Hotel de Turismo de Maceió, em fase de projeto, e que terá 80 apartamentos e 10 suítes, além de serviços de alta classe. O hotel deverá ser edificado em terreno à beira-mar, na Praia da Avenida, próximo ao centro comercial da cidade. A CODEAL, decidida a levar à frente o projeto, interessa-se pela associação de firmas com experiência no ramo hoteleiro, que o desejem explorá-lo.

Na mesma linha, a **CODEAL** projetou e espera atrair a iniciativa privada para o assunto, o Mercado do Produtor de Maceió, a ser edificado em área privilegiada, numa das entradas da cidade. Tal Mercado destina-se a promover o contato direto do produtor com os 213 mil habitantes que constituem a região de Maceió.

Assim como oferece perfis industriais, a CODEAL considera importantíssimo para o desenvolvimento estadual a atração de capitais e **know-how**, experientes nesses ramos de atividade produtiva.

O APARELHAMENTO DO PROGRESSO

Ao lado de uma rêde bancária particular em que estão presentes todos os grandes bancos nacionais, funciona em Alagoas uma série de emprêsas estatais, lideradas pela CODEAL e destinadas a promover, assistir e estimular as iniciativas engajadas no esfôrço desenvolvimentista do Estado.

Na linha creditícia, a CODEAL opera através da CODEAL, Crédito e Financiamento S. A., com um capital de Cr$ 500 milhões, funcionando também o poderoso Banco da Produção do Estado de Alagoas, com 12 agências no Estado inteiro e servindo de agente financeiro dos fundos do BNDE. Para se ter uma idéia da ação do Banco da Produção, num mês de 1966, Alagoas ficou em segundo lugar, logo depois de São Paulo, entre os maiores recebedores de empréstimos do FINAME.

Há, ainda, a COPAL (Cia. Progresso Agrícola de Alagoas), CASEAL (Cia. de Armazéns e Silos de Alagoas), CASAL (Companhia de Água e Saneamento de Alagoas), CEAL (Companhia de Eletricidade de Alagoas).

PERSPECTIVA DO AÇÚCAR

Ao contrário do que se depreende do noticiário diário, a crise açucareira começa a regredir. Longe de o quadro estar sendo permanentemente agravado, caminha para a sua solução lógica. O bom senso, como a sempre verdadeira história do bom filho que à casa paterna retorna, voltou a presidir o jôgo de interêsses em que se vinham debatendo IAA, usineiros e fornecedores. Sem exceções, todos se convenceram de que a superprodução — que num primeiro momento poderia oferecer vantagens a alguns — acabou por prejudicar a todos. A partir do momento em que se generalizou tal convicção, a tese do contingenciamento da produção passou a ser a única a ser defendida nos altos conselhos açucareiros. Neste momento, em caráter oficial, a própria Associação de Usineiros de São Paulo telegrafou às autoridades federais, desistindo de pleitear qualquer autorização para a produção de mais 3 milhões de sacas de açúcar. O Presidente do IAA, por seu lado, já afirmou que não permitirá a volta dos períodos de acumulação de excedentes.

Em têrmos de números, é esta a evolução do problema:

Excedentes da safra 65 (1-6-66)	12 000 000	sacas
Produção de cristal autorizada p/ 66	23 000 000	"
Produção de demerara* autorizada p/ 66	7 000 000	"
	42 000 000	"

Essa era a pesada posição que enfrentávamos no início da atual safra.

As saídas de açúcar terão êste comportamento:

Exportação de demerara	7 000 000	sacas
Saídas de cristal	27 000 000	"
Vendas efetivas	34 000 000	"

Assim, no início da futura safra, ao invés de têrmos um volume excedente de 12 milhões de sacas, já o teremos reduzido para 8 milhões.

No futuro plano de safra, poderá ser considerada esta situação:

Excedentes da safra de 66	8 000 000	sacas
Produção de cristal autorizada	26 000 000	"
Produção de demerara autorizada	7 000 000	"
	41 000 000	"

Com o crescimento vegetativo do consumo, teremos vendas efetivas de 36 milhões de sacas. O possível excedente a ser, então, assinalado será da ordem de 5 milhões de sacas, 15% aproximadamente da produção — o que, em matéria de açúcar, é uma necessidade, dadas as variações climáticas e de mercado, que lhe são comuns.

Do exame dêsses números pode-se, pois, assegurar:

1 — que será mantido para esta safra o recalque de cêrca de 23% sôbre as cotas das usinas;

2 — que êsse poderá ser reduzido para cêrca de 10% na próxima safra de 1967;

3 — que, se não fôr afrouxado o regime de contingenciamento da produção, não mais haverá crise açucareira em São Paulo, a partir da safra de 1968.

Se o problema do equilíbrio estatístico está inteiramente sob contrôle, o IAA terá, nos próximos meses, de enfrentar as seguintes graves opções:

1 — o atual preço do açúcar terá de ser revisto. Há dois anos que se encontra congelado. A margem de industrialização terá de ser acrescida, a fim de que o usineiro possa fazer face às elevações de custo ocorridas nos dois últimos anos. Não fôsse a inconveniente condição de algumas usinas serem grandes plantadoras de cana, onde a margem de lucro é aceitável, a situação de tôdas as emprêsas do setor seria gravíssima;

2 — durante a presente safra, o Govêrno warrantou maciços estoques de açúcar. Com êsse dinheiro, foram cumpridas as obrigações das usinas com os seus fornecedores de cana. A partir do início do ano, as usinas deverão pagar ao Banco do Brasil a remição de tais empréstimos. Algumas — e não poucas emprêsas — não poderão fazê-lo concomitantemente com a obrigação de continuarem pagando a matéria-prima recebida. De cada 10 456 cruzeiros que custa uma saca de açúcar, a remição ao Banco do Brasil, inclusive juros, será de cêrca de 8.000 cruzeiros. Os restantes 2 456 cruzeiros não darão para os impostos, os vencimentos das promissórias rurais antes emitidas, as fôlhas de pagamento, e, sendo ano de entressafra longa, terão essas usinas de ser atendidas com adequados financiamentos, como sempre se fêz no passado;

3 — a nova legislação tributária parece não permitir a cobrança das taxas do IAA. Isto criará sérios embaraços à autarquia. Caso o IAA possa cobrar as taxas depois da reforma tributária — quem se vai ver em dificuldades serão as usinas. O IAA cobra as seguintes taxas: uma de 10%, outra de 1,8% e, agora, uma terceira de 4%. Ao todo, 15,8%. A nova alíquota do impôsto sôbre circulação andará pela casa dos 17%. Serão, portanto, 32,8% de tributos pagos à vista, no ato da expedição da mercadoria. Nenhum produtor nacional poderia enfrentar essa carga fiscal.

A conclusão final a que se pode chegar, em matéria de política açucareira, é esta: o equilíbrio estatístico será obtido mais cedo do que se esperava. O IAA, porém, terá de tomar decisões mais graves do que se previa.

(APEC — n.º 113)

BANCO REGIONAL DE BRASÍLIA TOMA PARTE NA RETOMADA DO PROGRESSO

É de Brasília o mais nôvo estabelecimento bancário do País. É o Banco Regional de Brasília S.A. — BRB, constituído pelo Govêrno do Distrito Federal, em face do disposto na Lei Federal n.º 4 545, de 1964. Vem o Banco para agenciar o desenvolvimento da área geo-econômica do Distrito Federal. Entre seus objetivos se inscrevem:

- — financiamentos a empreendimentos privados e públicos;
- — prestação de garantias;
- — investimentos diretos;
- — outras transações compatíveis com a natureza da instituição.

É o BRB um organismo de crédito de tipo misto. Ao mesmo tempo em que opera em crédito para o desenvolvimento abastece de capital de trabalho as emprêsas comerciais e industriais e se alimenta dos recursos do público, através da captação de depósitos. Esta definição de objetivos foi eleita conscientemente, como uma fase que o Banco deve percorrer, até que a conveniência faça por que se adote a especialização de funções.

PRÉ-REQUISITOS PARA O DESENVOLVIMENTO

Atua o BRB no Distrito Federal, cuja população alcança hoje 300 mil habitantes, dos quais 100 mil no Plano Pilôto. Cidade de serviços, Brasília nunca deverá ser um grande complexo industrial. A transformação dos produtos da terra e as manufaturas leves com demanda no mercado regional se constituirão nas atividades desenvolvidas no setor secundário. Mais de 500 estabelecimentos industriais foram cadastrados, suscetíveis de assumirem grandeza e representatividade. De outro lado é de assinalar que o Distrito Federal conta com os pré-requisitos para o desenvolvimento econômico, assim definíveis:

1 — *recursos infra-estruturais:*
- — disponibilidade e adequada distribuição de energia elétrica;
- — sistema de comunicação dos melhores do País;
- — vias de transporte, conduzindo a todos os quadrantes do País.

2 — *espírito empresarial:* caracterizado pelo vultoso número de empreendimentos e pela dimensão que alguns já estão tomando;

3 — *recursos humanos:* abundantes e qualificáveis por um magnífico sistema escolar em todos os níveis, inclusive o superior;

4 — *recursos naturais:* ainda não convenientemente estudados, mas de tôda a maneira disponíveis;

5 — *instrumentos legais:* (incentivos fiscais e de outra natureza) que estabelecem condições propícias à expansão de atividade empresarial são também atualmente existentes;

6 — *recursos de capital:* traduzidos numa potencialidade de poupança (é de Brasília a maior renda *per capita* do País) e obteníveis complementarmente em duas agências financeiras conduzidas pelo Govêrno do Distrito Federal (o Banco e a CODEPLAN).

Ademais, no limiar da região amazônica o Distrito Federal é o ponto de apoio para a ocupação e dinamização do potencial de riqueza que se vislumbra na Hiléia. Para a concretização dêste grande objetivo nacional se prepara o Banco Regional de Brasília.

RESULTADOS OPERACIONAIS

Os resultados colhidos pelo BRB nos primeiros quatro meses de operação são altamente promissores e assim sintetizáveis:

A T I V O

Disponível

	Cr$
Caixa	3.293.002.524
Banco do Brasil	8.258.899.215
Banco Central	140.547.000
Títulos Descontados	3.532.818.467
Imobilizado	130.269.846
Contas de Compensação	116.993.967

P A S S I V O

Não Exigível

	Cr$
Capital e Fundos	517.603.531
Depósitos	15.273.757.304
Outras Responsabilidades	65.816.503
Resultados Pendentes	127.946.690
Contas de Compensação	116.993.967

A conta de depósitos apresentou um saldo de Cr$ 15.273.757.304. Os cheques compensados, em número de 21.041, totalizaram Cr$ 27.476.746.022. As aplicações somavam a Cr$ 3.532.818.467 em 30 de dezembro, média esta observada nos últimos três meses do exercício.

A conta de resultados apresenta um saldo à disposição da Assembléia Geral de Cr$ 67.710.303, e o lucro bruto registrado somou a Cr$ 223.076.028.

O BRB pagou dividendos aos acionistas, amortizou despesas de instalação e constituiu os fundos legais e estatutários. Teve assim êxito pleno.

PROGRAMA DE TRABALHO PARA 1967

O programa de trabalho para o exercício de 1967 contempla as seguintes medidas:

- — Implantação e operação do Departamento de Crédito para o Desenvolvimento e Profissional;
- — Implantação e operação do Serviço de Extensão Industrial;
- — Implantação e operação do Departamento de Crédito Rural;
- — Operação do Convênio de Assistência Técnica para o Crédito Rural, adotado pelo Banco e Secretaria de Agricultura e Produção;
- — Instalação das Agências de Taguatinga e Plano Pilôto e solicitação de novas Agências ao Banco Central e respectiva instalação;
- — Treinamento de pessoal, de nível superior e intermediário, para serviço nos Departamentos Especializados de crédito.
- — Adoção de convênios para o repasse de recursos dos Fundos que suportam o programa de desenvolvimento traçado pelo Govêrno federal (FIPEME, FINAME, FUNDECE, FINEP).

FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO DISTRITO FEDERAL

Medida das mais importantes é a que se contém no Decreto-Lei n.º 82, de 26-12-66. Estabelece êste diploma legal a criação do Fundo de Desenvolvimento do Distrito Federal (FUNDEFE). O FUNDEFE é constituído de vinte por cento (20%) da receita tributária do Distrito Federal, anualmente arrecadada. Os recursos assim separados são transferíveis à administração do BRB e da CODEPLAN, para a aplicação em programas que sejam aprovados pelo Govêrno do Distrito Federal. O FUNDEFE disporá no exercício de 1967 da importância de Cr$ 4,8 bilhões. Com a criação do FUNDEFE o problema dos recursos permanentes do BRB, capazes de suportar a execução de planos de médio e longo prazos, ficou inteiramente solucionado. A regulamentação do FUNDEFE já foi sugerida pelo BRB.

ADMINISTRAÇÃO DO BRB

O Banco é administrado por uma diretoria de três membros. É presidente o Professor Alcides Abreu, que vem do Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina, e diretores os Senhores Fernando Barcelos de Magalhães e Niemeyer Almeida, cedidos pelo Banco do Brasil S. A.

O FINEP E A RETOMADA DO DESENVOLVIMENTO

ARTUR CHAGAS DINIZ

A superação do estágio de subdesenvolvimento é uma longa e penosa tarefa, conquanto imprescindível. É um esfôrço partilhado por tôda uma nação e no qual as decisões governamentais, em todos os níveis, constituem apenas uma parcela, ainda que de ponderável importância.

Isto não minimiza a tarefa de empresário e empregados. Aos governos, realmente, cabem os passos iniciais dirigindo os investimentos públicos e orientando, na medida do possível, as inversões do setor privado. A criação de um clima propício à iniciativa privada é a "pedra de toque" da arrancada para o desenvolvimento, nos moldes preconizados pelos países ocidentais.

Vamos abordar, especificamente, o início da retomada do ritmo de desenvolvimento que se verificou em 1966, enfocando-a através a contribuição que o FINEP — Fundo de Financiamento de Estudos de Projetos e Programas — vem prestando à mesma. O exposto acima não é válido como endôsso à forma de crescimento que se processou, no Brasil, até 1962. O que se objetivou como retomada para o desenvolvimento foi um retôrno ao índice de crescimento do produto per capita daquela época, sem os desequilíbrios estruturais verificados no período. (Sôbre a atividade do FINEP em 1965, v. "A Economia Brasileira e suas Perspectivas" — APEC — vol. V, págs. 191-196).

Como analisado a seguir, parte do desequilíbrio estrutural se deveu a uma relação excessivamente alta de custo-benefício para alguns setores da economia. É fàcilmente perceptível o elevado investimento no setor industrial como um todo, possivelmente em detrimento do setor agrícola.

Acreditamos mesmo que em relação ao "mercado comprador" da época, houve uma excessiva concentração de investimentos em alguns setores da indústria. Não estamos, evidentemente, defendendo a pulverização da indústria em pequenas unidades de produção. A posição que nos parece mais lógica é a de que a instalação de qualquer emprêsa (bens e serviços) deve ser amparada por tôda uma sistemática de investigações preliminares. Isto, certamente, evita ou diminui sensìvelmente a margem de risco do empresário e, conseqüentemente, da comunidade de pagar excessivamente pelos bens ou produtos gerados pela nova unidade.

A RETOMADA PARA O DESENVOLVIMENTO

Cronològicamente, há uma forçada defasagem entre a decisão de investir e a colocação em marcha de qualquer nova unidade de produção. Isto porque, mesmo que se considerem investimentos de reduzida complexidade, dificilmente os equipamentos básicos para a nova indústria são passíveis de estocagem. Na melhor hipótese, algumas unidades serão encontradas semi-fabricadas. Tenha-se em mente ainda que a decisão de investir é então seguida de negociações para composição de capital e financiamentos, agora, de maneira formal. Seguem-se a encomenda do equipamento, adaptação do terreno à nova unidade (terraplenagem, etc), obras civis e, finalmente, recebimento e montagem do equipamento. Em seguida à própria inauguração da fábrica desenvolve-se um período de experimentação. Quando o equipamento não pode ser fabricado no país o problema da defasagem é ampliado visto que a encomenda do mesmo é precedida de uma série de outras providências.

De maneira ampla, e não se considerando o pêso relativo dos grandes complexos industriais, esta defasagem se situa em tôrno de 2 a 3 anos. As medidas de incentivo adotadas em 1964 e 1965 apenas em 1966 começam a surtir efeitos. Se o ritmo de desenvolvimento pudesse ser medido em têrmos de **intenções de investir**, certamente 1965 já teria sido um ano de melhores resultados.

A defasagem média, apontada acima está um pouco dilatada na conjuntura atual de vez que uma maior ênfase foi dada aos investimentos de longa maturação, em especial, investimentos petroquímicos e de unidades de fertilizantes. Ainda que essas unidades não estejam completadas em 1966, uma grande parte do equipamento já terá sido encomendada à indústria pesada brasileira. A retomada para o desenvolvimento em 1966, caracteriza-se pelo surgimento físico dos projetos iniciados em 64 e 65 e pelo projetamento de uma série de novas e importantes unidades.

PROCESSO DE INVESTIR

Ainda que não seja nessa intenção um aprofundamento didático, vamos tentar conceituar uma série de fases dentro da processualística de investir.

O têrmo **Projeto**, para unidades produtoras de bens ou serviços, é genèricamente definido como o conjunto de estudos e trabalhos que precede a fase operacional de um empreendimento. Assim entendido, um projeto compreende duas fases distintas — **Pré-investimento e Investimento** — as quais admitem subdivisões, nem sempre estanques, permitindo, por vêzes, superposições na passagem de uma para outra.

1. **Fase de Pré-investimentos**

   1.1 — Pré-estudo ou Viabilidade Inicial
   1.2 — Projeto de Viabilidade ou Estudo de Viabilidade.

2. **Fase de Investimento**

   2.1 — Projeto de execução
   2.2 — Execução
   2.3 — Pré-operação

O campo de atividade do FINEP se restringe à Fase 1 — **Pré-investimentos.** Sua finalidade precípua é financiar Projetos ou Estudos de Viabilidade que vão instruir os pedidos de financiamento **para a Fase 2 — Investimentos.**

1.1 — Pré-Estudo.

É o conjunto de dados e informações capazes de definir, em princípio, a viabilidade de um empreendimento e a conveniência de aprofundar os estudos. As informações e dados agrupados em um pré-estudo são apenas indicativos. Devem, contudo, apresentar consistência relativa, de forma a permitir uma análise preliminar.

O pré-estudo é mais indicado para pequenos e médios empreendimentos. Os grandes empreendimentos, cuja concretização envolve tecnologia mais complexa, vultosos investimentos, ou provoca impacto considerável na economia, exigem um:

ESTUDO DE VIABILIDADE INICIAL

É constituído, ainda, de dados e informações preliminares, os quais devem apresentar maior consistência e profundidade, com o objetivo de reduzir ao mínimo o risco de partir-se para um estudo mais aprofundado de um empreendimento não recomendável. O Estudo de Viabilidade Inicial tem por objetivo definir, em primeira aproximação:

I) a tecnologia do empreendimento e os insumos físicos necessários à sua execução;

II) os recursos financeiros necessários à concretização do investimento;

III) a situação do empreendimento relativamente ao meio econômico em que será implantado.

1.2 — Projeto de Viabilidade ou Estudo de Viabilidade.

Na hipótese de o Pré-Estudo ou Estudo de Viabilidade Inicial não conduzir à rejeição do projeto, e tomada a decisão de prosseguir na investigação, passa-se ao **Projeto ou Estudo de Viabilidade**, que é o conjunto de dados e informações que caracteriza a emprêsa sob os aspectos administrativo e legal, e permite definir a viabilidade econômica, técnica e financeira.

1.2.1 — **Aspectos Administrativo e Legal** — É a demonstração de que a emprêsa dispõe ou disporá de:

— adequada estrutura administrativa;
— estrutura jurídica compatível com os fins a que se propõe.

1.2.2 — **Viabilidade Econômica** — É a demonstração, pormenorizada, de que o empreendimento apresentará razoável rentabilidade, tornando-se vantajoso do ponto-de-vista econômico.

1.2.3 — **Viabilidade Técnica** — É a demonstração de que:

— nenhum problema especial de engenharia e construção constituirá óbice à implantação e operação do empreendimento;

— a emprêsa dispõe de pessoal competente para o desempenho das tarefas pertinentes à gestão do projeto ou poderá adquirir, em fontes externas, a necessária experiência administrativa.

1.2.4 — **Viabilidade Financeira** — É a demonstração, através de análise das condições financeiras passadas, presentes e potenciais, da capacidade da emprêsa para:

— assumir com segurança o débito adicional que pretende contrair, e

— suprir, adequada e continuamente, com recursos próprios, os fundos complementares requeridos durante a fase de construção e montagem, e os fundos necessários ao adequado funcionamento da emprêsa, inclusive para cobrir os **deficits** operacionais, comuns aos primeiros anos de funcionamento.

O período que precedeu a década atual caracterizou-se por uma quase total ausência da chamada **Fase de Pré-investimento.**

A própria intensidade que se tentou dar ao desenvolvimento caracterizava essa primeira fase, quase, como uma perda de tempo. Os estudos de viabilidade, então efetuados, eram antes "justificativos" a posteriori para seleção de determinadas grandezas e, usadas apenas quando se pretendia obter financiamento em bancos de desenvolvimento. A experiência mundial tem mostrado que as tentativas de eliminar ou reduzir o tempo gasto na elaboração de projetos tem resultado, quase sempre, em uma seleção de projetos de baixa rentabilidade. Além disso, foram substancialmente acrescidos os custos de produção, e as obras de engenharia enfrentaram uma série de problemas não previstos. Outros fatôres negativos dessa omissão se manifestaram com relação à excessiva imobilização de matérias-primas, materiais, e mesmo de mão-de-obra pela defasagem criada com relação ao início previsto para a colocação em marcha da nova unidade de produção. Achamos interessante caracterizar algumas outras falhas, que aparecem fortemente após a implantação e de não menor importância.

Quanto aos Problemas de Escala

O problema do dimensionamento de uma unidade a implantar é sumamente importante. Um super-dimensionamento implica em capacidade instalada ociosa, elevada depreciação e uma imobilização de capital, acima da necessária, quando êste é fator escasso.

Outrossim, a implantação de empreendimentos — principalmente industriais — de pequeno porte acarreta elevados custos de produção pela diluição dos altos custos fixos por um pequeno número de unidades produzidas. A falta de economia de escala, especialmente na indústria de base, conduz a uma generalizada baixa produtividade do sistema econômico.

QUANTO AOS PROBLEMAS DE LOCALIZAÇÃO

A falta de estudos, em que se considerassem os fatôres de localização, tais como mercado consumidor, matérias primas, energia elétrica, e outras facilidades como redutíveis a denominadores comuns e, conseqüentemente, somáveis e cotejáveis para diferentes alternativas, conduzia a localizações puramente intuitivas.

Esses e outros erros, aliados a uma inflação que destituiu o fator produtividade de qualquer significação, provocaram decisões que afetaram negativamente o rendimento médio do sistema. O reflexo último quase sempre se faz sentir em têrmos de uma indiscriminada proteção cambial e tarifária. Se bem que altamente desejável, nas fases de implantação e "arrancada", uma proteção permanente e excessiva transforma-se numa nociva falta de motivação para a melhoria da produtividade das emprêsas.

As conseqüências negativas mais evidentes de falta de um projetamento lógico são, sumàriamente:

— Necessidade de criação de uma estrutura tarifária antes voltada à proteção de indústria mal projetada que ao interêsse do conjunto nacional.

— Problemas sociais de desemprêgo com a implantação de unidades mais adequadas e conseqüente marginalização das existentes, em condições menos favoráveis.

ATIVIDADES DO FINEP EM 1966

O FINEP iniciou suas operações em 23 de março de 1966, financiando dois estudos bastantes significativos.

Um estudo de viabilidade para que a SERVITEC S/A instalasse uma unidade de alimentos supergelados com base em produtos liofilizados (desidratados a vácuo), o outro para o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais para uma pesquisa preliminar sôbre as possibilidades da indústria química em Minas Gerais. Esse tipo de estudos em setores ainda não intensivamente explorados pela iniciativa privada é de alta relevância. Leva ao empresário os conhecimentos básicos sôbre o setor, o que permite ao mesmo uma tomada de posição mais definida. Ademais, diminui, sensìvelmente, os custos para o levantamento de dados necessários à formulação de projetos específicos.

Um índice dos mais salutares sôbre a retomada para o desenvolvimento é o número de solicitações recebidas pelo FINEP nesses 9 meses de atividades. Das 80 formalmente recebidas, 48 foram aprovadas, 9 estão em análise, 8 foram indeferidas e 15 arquivadas, por desistência do mutuário ou falta de documentos.

Quase tôdas as contribuições financeiras autorizadas até agora representaram empréstimos em cruzeiros.

Por setor, as contribuições financeiras autorizadas distribuíram-se como segue:

	N.º de projeto	Custo estudo (Cr$ milhões)	Investimento estimado (Cr$ milhões)
Alimentação	10	438	5 355
Metalurgia-Mineração	8	480	156 258
Química	5	335	27 520
Planejamento	3	148	——
Telecomunicações	1	98	——
Educação Superior	2	175	81 854
Setor Naval	2	76	5 689
Papel	3	175	11 110
Diversos	5	94	11 809

Aspecto positivo da atuação do FINEP é o estímulo que representa para a implantação, em têrmos mais regulares de emprêsas de consultoria técnica brasileira. Permitindo ao empresário um crédito de longo prazo, incentiva a demanda para utilização de serviços com base na capacidade dos consultores e não apenas no seu custo. A maioria absoluta dos estudos, relacionados nos quadros apresentados, foi ou está sendo feita por consultores nacionais. Os investimentos diretos em ativos fixos, que poderão resultar dêsses estudos de viabilidade, somam cêrca de 230 bilhões de cruzeiros. A maior parte dos mesmos representa muito, possivelmente, encomendas novas à indústria brasileira.

Para 1967, são previstos financiamentos para uma série de nove projetos e programas de vasto alcance, cujo curto estudo é estimado em Cr$ 25,9 bilhões e os investimentos fixos em Cr$ 3739,1 bilhões.

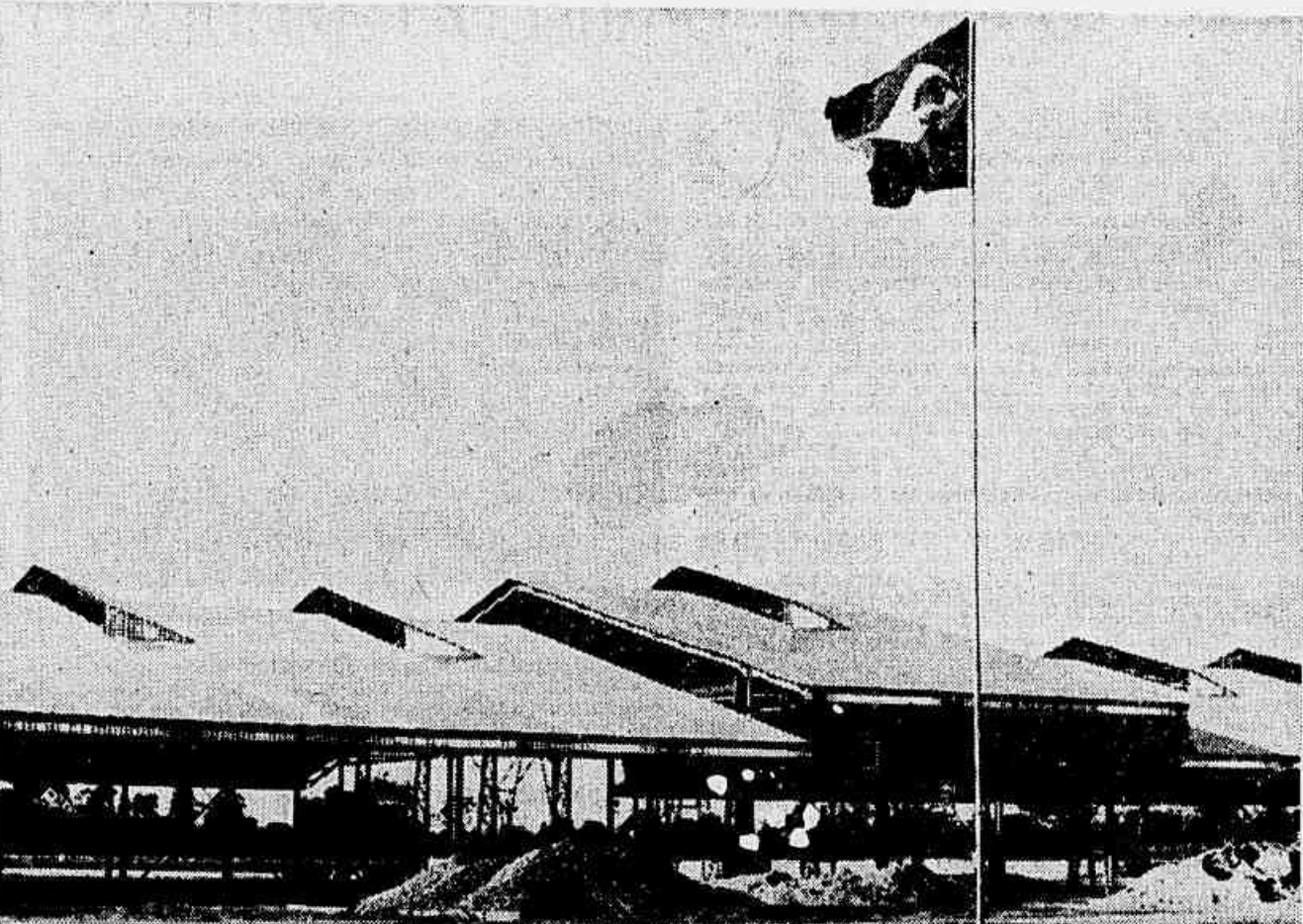
EXEMPLO DE PROVEITOSA CONTRIBUIÇÃO DA INICIATIVA PRIVADA À INTEGRAÇÃO DA AMAZÔNIA

Antes de findar-se o corrente ano de 1967, deverá ser inaugurado no Território Federal do Amapá um estabelecimento industrial de grande porte, com a entrada em operações da fábrica de madeira compensada da Bruynzeel Madeiras S. A. — BRUMASA. Êsse empreendimento resulta de um processo desenvolvimentista da região, iniciado com a descoberta das jazidas de manganês de Serra do Navio e o seu aproveitamento pela Indústria e Comércio de Minérios S. A. — ICOMI. Essa emprêsa, antiga mineradora de ferro em Minas Gerais, não hesitou em transplantar-se para o Território Federal do Amapá, onde realizou uma obra de verdadeiro pioneirismo, transformando em riqueza produtiva o minério que jazia sob o manto da floresta, duzentos quilômetros para o interior do Braço Norte do Amazonas. A BRUMASA é um exemplo típico do surto de progresso que a mineração do manganês trouxe à área, pois essa nova emprêsa foi constituída por iniciativa da ICOMI que se associou com o grupo holandês Bruynzeel, de larga experiência no ramo de madeira compensada, e que já possuía uma fábrica em Zona Equatorial, no Suriname, antiga Guiana Holandesa, capaz, portanto, de cooperar efetivamente para o bom êxito técnico do empreendimento. O intercâmbio com a Bruynzeel também se mostrou valioso no preparo de mão-de-obra qualificada para operar a futura fábrica. Empregados da BRUMASA, recrutados em Belém ou no próprio Território, foram estagiar no Suriname, onde permaneceram vários meses, de lá regressando habilitados ao exercício das funções de capataz ou outras que exigem conhecimentos técnicos especializados. A nova indústria, cujo projeto foi meticulosamente estudado por duas outras entidades criadas pela ICOMI, a Companhia Progresso do Amapá — COPRAM e o Instituto Regional do Desenvolvimento do Amapá — IRDA, órgãos técnicos destinados a promover pesquisas de interêsse para desenvolvimento regional, terá uma capacidade de produção anual de 24 000 m3 de madeira compensada, o que exigirá um suprimento de cêrca de 80 000 m3 de madeira bruta. Os compensados obedecerão a padrões técnicos superiores e a boa qualidade do produto facilitará a sua comercialização, não só abastecendo o mercado interno, como também através da exportação, que transformará a madeira do Amapá em mais uma fonte de divisas para o tão necessário equilíbrio do balanço comercial brasileiro. De acôrdo com o planejamento da BRUMASA após a fase inicial, em que apenas serão fabricados laminados e compensados de madeira, a produção poderá ser diversificada com o acréscimo de novas linhas, tais como esquadrias, lambris, tacos, casas pré-fabricadas e madeira serrada. As obras vêm sendo realizadas em ritmo acelerado, caminhando para o fim as obras de engenharia civil. Inteiramente montados e cobertos, já estão o edifício principal da fábrica, com mais de 10 000 m2 de área, o almoxarifado e a casa de fôrça. As máquinas do conjunto industrial têm desembarcado no Pôrto de Santana dentro dos prazos convencionados, e a montagem das mesmas está se realizando conforme previsto. Também concluídas estão as obras do lago de toras, inclusive a que oferecia maiores dificuldades técnicas: a eclusa que o liga ao Rio Amazonas, por onde serão conduzidos os troncos de árvores para, de acôrdo com os mais modernos métodos de preparação de madeira, ficarem submersos algum tempo, antes de levados à fábrica. É bem fácil avaliar-se o que representará para o fortalecimento do progresso regional, por suas implicações econômicas e sociais, a implantação definitiva da nova fábrica que a ICOMI propicia. Será, pois, mais uma contribuição para o progesso econômico do Brasil e o bem-estar social do Amapá, que a ICOMI presta em decorrência do racional aproveitamento que vem realizando do manganês de Serra do Navio, iniciado em janeiro de 1957.

MANGANÊS — FONTE DE DIVISAS PARA O BRASIL

De janeiro de 1957 até dezembro de 1966, foram embarcadas pelo Pôrto de Santana cêrca de sete milhões e meio de toneladas métricas de manganês, cujo valor total atingiu a cifra de 280 milhões de dólares. Êsses números são bastante expressivos e bem mostram a contribuição substancial da ICOMI para a economia do País através das divisas obtidas com a venda do minério no mercado internacional. Resultados, aliás, conseguidos em árdua competição, porquanto o comércio do manganês com a entrada em operações de novas e poderosas fontes de produção tais como o Gabão e a Guiana Inglêsa, que vieram alinhar-se ao lado dos tradicionais grandes produtores Rússia, Índia e Gana, caracteriza-se cada vez mais como **mercado do comprador** por excelência. Convém acrescentar que o manganês não é um minério raro, sendo avaliadas em um bilhão de toneladas as reservas conhecidas em todo o mundo, localizando-se em solo russo metade, e na Índia e África um quarto da mencionada avaliação. O Brasil, de acôrdo com os trabalhos de pesquisa geológica ùltimamente realizados, deve contar com um mínimo de 150 milhões de reservas manganíferas de alto teor (38 a 50%). À luz dêsses dados, fácil é verificar-se a improcedência do receio por alguns manifestado da exaustão de nossas minas em virtude de uma política agressiva de exportação. Pelo contrário, o incentivo trazido ao minerador, leva-o a intensificar os trabalhos de prospecção, que resultam, quase sempre, na descoberta de novas jazidas ou à melhor avaliação daquelas que já estejam sendo lavradas. Caso típico é o ocorrido no Amapá. Ao iniciar-se a execução do projeto, a reserva medida de minério em Serra do Navio atingia a 10 milhões de toneladas; hoje, após dez anos de operações, o trabalho de prospecção realizado pela ICOMI, permite afirmar que há na área concedida cêrca de 36 milhões de toneladas de minério de boa qualidade. A mineração dêsse manganês é feita nas melhores condições técnicas possíveis e, levado da mina à usina de beneficiamento, é britado, lavado e classificado, com um aproveitamento pràticamente integral do minério, o que não ocorre em outras regiões do País, onde o primitivismo das instalações, ainda ocasiona a exploração predatória, causa de grandes prejuízos para a economia nacional. O apuro com que é produzido o minério pela ICOMI, o respeito às condições contratuais, quanto aos prazos de entrega e teor metálico, tudo isso tornou mundialmente conhecido o manganês amapaense, permitindo que conquiste mercados à primeira vista a êle inacessíveis, tais como o Japão, bem mais próximo geogràficamente da Rússia e Índia, que teriam condições melhores, por questão de frete, para atender ao consumidor japonês. Aliás, convém salientar que a União Soviética, altamente industrializada, é ao mesmo tempo a maior exportadora de minério do mundo.

Do Pôrto de Santana, construído pela ICOMI, à margem esquerda do Canal Norte do Rio Amazonas, e onde o manganês é embarcado à razão média de 1 500 toneladas por hora, zarpam os graneleiros levando o minério para todos os continentes, pois além do Extremo Oriente e Estados Unidos, a ICOMI já exportou para seguintes países como Alemanha, Argentina, Bélgica, França, olanda, Inglaterra, Noruega, Polônia, Tcheco-Eslováquia, Japão e outros.

Nova indústria à beira do Grande Rio

A bandeira brasileira tremula no pavilhão principal da nova fábrica que a ICOMI propiciou ao Amapá, constituindo a BRUMASA, para a industrialização da madeira nas melhores condições técnicas e sem danos à floresta, através de programa de seleção de árvores e replantio

OS ROYALTIES E IMPOSTOS:
CONTRIBUIÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

No período de 1957 a 1966, dando cumprimento ao estipulado no contrato de concessão, a ICOMI pagou 8 bilhões e 340 milhões de royalties, equivalente a quinze e meio milhões de dólares, feita a conversão ao câmbio da época, ano a ano. Essa ponderável soma de recursos, pela Lei n.º 2 740, de 2 de março de 1966, vem sendo transferida, pelo Govêrno do Território à Companhia de Eletricidade do Amapá, CEA, sociedade de economia mista criada com a finalidade de construir e explorar sistemas de produção, transmissão e distribuição de energia elétrica. A obra fundamental em andamento é a Hidrelétrica Coaracy Nunes, que aproveitará o potencial da Cachoeira do Paredão, com a capacidade final de 180 000 kW, sendo a primeira construída na Amazônia e motivo de orgulho para os amapaenses. No futuro, fornecendo energia abundante, estará contribuindo decisivamente para o progresso do território, com natural atração que exercerá sôbre investidores de outras regiões.

O total dos impostos pagos pela ICOMI, nos seus dez anos de atividades no Amapá, soma 20 bilhões de cruzeiros, inclusive contribuição para a Previdência Social. É mais um poderoso esfôrço financeiro para os cofres da União e do Território. Para se ter uma idéia do que a aplicação dêsses recursos tem ensejado ao progresso amapaense, bastará referir o testemunho de um dos prefeitos de Macapá, onde apenas o recolhimento do Impôsto Único sôbre minério permitiu a realização de obras fundamentais para o município. Em um ano, de julho de 1965 a julho de 1966, vinte e um melhoramentos de suma importância foram levados adiante: quatro grupos escolares, quatro escolas isoladas, oito usinas de fôrça e luz, uma cerâmica, duas rodovias e dois postos médicos.

INTEGRAÇÃO NACIONAL

Na hora atual, em que o Govêrno, através da Operação Amazônia, procura integrar essa vasta região ao resto do País, impulsionando o seu desenvolvimento, a presença da ICOMI no Amapá tem grande significação. Como emprêsa pioneira, veio realizar a mineração e promover a exportação do manganês de Serra do Navio. O sucesso do empreendimento demonstrou a capacidade da área para acolher projetos bem planejados. Outros setores de atividades merecem novos investimentos da iniciativa privada. A BRUMASA é um exemplo. O impulso inicial dado pela ICOMI ao desenvolvimento regional não pode regredir e os índices econômico-financeiros do Amapá, elevando-se transformarão o território de área subsidiada pelo Govêrno federal, em uma unidade que contribui, e assim colabora para o objetivo maior da integração nacional da Amazônia.

ATÉ ONDE CHEGOU A REVOLUÇÃO NO SETOR EDUCACIONAL?

ARLINDO LOPES CORRÊA

Aproximando-se o fim do atual Govêrno, torna-se oportuno fazer um balanço de suas realizações.

Teria a Revolução, em relação ao ensino, legado aos seus sucessores a obra renovadora que caracterizou sua atuação nos demais setores da vida nacional?

A resposta, evidentemente, não é fácil. Aos analistas, condicionados pela sua ligação ao processo político-administrativo, falta a isenção indispensável para a apreciação visualizada; por outro lado, os efeitos das mudanças operadas no sistema educacional são demorados e sua avaliação, portanto, bastante precária, quando efetivada imediatamente após serem implementadas.

O propósito dêste artigo é, exatamente, tentar lançar alguma luz sôbre o controvertido tema, estando o autor consciente de suas limitações para empreender o balanço objetivado.

CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Parece-nos que, inicialmente, três pontos devem ser levantados para que se possa julgar com justiça a Obra Revolucionária no campo educacional, como, de resto, em qualquer outro setor:

a) Qual a situação encontrada imediatamente antes da ascensão do Govêrno Revolucionário ao Poder?
b) Seria o tempo de administração do atual Govêrno compatível com as mudanças que estava a exigir a educação brasileira?
c) Quais os grandes objetivos a que se deveria propor o Govêrno no setor educacional, dada a situação defrontada em 1964, e de que modo e em que medida foram êles abordados?

Embora essas questões sejam fundamentais e evidentes, merecem ser suscitadas explicitamente. O seu esquecimento — muito comum nos dias correntes — invalidaria, por motivos óbvios, a apreciação pretendida.

A tradição de utilização da administração educacional como meio de ação política e a inevitável sobrevivência, ao 31 de março, dos grupos de pressão a favor da manutenção do *status*; a agitação política e a irracionalidade na manipulação das verbas destinadas à educação nos governos anteriores não podem ser esquecidas ao fazer-se a análise da obra administrativa do Govêrno da Revolução.

Por outro lado, como já foi dito, o sistema educacional é dotado de grande inércia, sendo os resultados sempre distantes, no tempo, das reformas que os perseguem. Somada essa peculiaridade da educação ao pouco tempo disponível ao Govêrno Revolucionário, pode-se compreender mais acuradamente, porque, aparentemente, tanto ficou por fazer neste período governamental.

No campo educacional pròpriamente dito, o momento vivido pelo Brasil estava e está a indicar que a formação de uma estrutura adequada de recursos humanos e o aprimoramento do processo de democratização de oportunidades eram as prioridades a respeitar no ataque dos problemas educacionais.

Vejamos como todos êsses influentes agiram sôbre a Revolução e de que modo esta pôde atingir ou perseguir os grandes objetivos a que se deveria propor.

AÇÃO INICIAL

Sentida a necessidade de *realizar*, defrontou-se o Govêrno com sérios problemas: a Revolução tinha como um dos seus objetivos primordiais o saneamento econômico e financeiro do País; o Setor Público despendera em educação, e mal, no ano de 1963, 2,2% do Produto Interno Bruto, isto é, recursos bastante apreciáveis; ao mesmo tempo, o Brasil era, então, um País que se desconhecia a si próprio, pela inexistência de estatísticas e pesquisas; a situação permanecia ainda mais grave no caso da educação. Não se sabia com segurança por onde começar a obra de reconstrução, mesmo reconhecidos os grandes objetivos já aludidos.

A Revolução, com sua austeridade característica, haveria certamente de ser cautelosa: e foi essa cautela que a tornou alvo das acusações que lhe fazem, pois com a estrutura administrativa que tinha a educação no Brasil, os desperdícios eram inevitáveis e vultosos, as mudanças necessàriamente lentas, os resultados fazendo-se esperar por longo tempo.

O nôvo Govêrno, após assumir o Poder, lançou-se à política mais coerente com sua atitude reformista, renovadora e eficientizadora: principiou por procurar levantar a situação do sistema educacional brasileiro, totalmente desconhecido, tanto em seus aspectos quantitativos como qualitativos.

No ano de 1964 sòmente se conheciam estatísticas educacionais muito desatualizadas: as referentes ao ensino primário chegavam até 1961; as concernentes ao médio e superior estacionavam em 62. As pesquisas sôbre as facêtas qualitativas do sistema e seus aspectos quantitativos mais específicos inexistiam pràticamente, pois as poucas disponíveis cingiam-se a temas irrelevantes e não pareciam prender-se a nenhuma finalidade pragmática.

No que concerne às estatísticas educacionais, meses antes de findar-se 1966, já se dispunha das cifras de alunos, professôres, etc., observados nos níveis médio e superior até 1965. No ensino primário, as estatísticas observadas sôbre docentes e discentes até 1964 já estão disponíveis e as relativas a 1955 foram obtidas por amostragem. Em 1964, aliás, realizou-se o Censo Escolar, permitindo conhecer a real situação do atendimento educacional à população entre 7 e 14 anos de idade, por Município e planejar êsse nível educacional de modo preciso e detalhado.

Levantou-se, igualmente, do Censo Demográfico de 1960 — encontrado pràticamente na estaca zero — uma amostra que permitiu configurar a situação educacional da população ativa brasileira. Além dêsses dados básicos, inúmeras pesquisas específicas originais foram deflagradas: demanda e oferta de médicos; demanda de engenheiros na região Centro-Sul; demanda e oferta de profissionais de farmácia, etc. No setor industrial, através de convênio entre o MEC, o SENAI e a FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, pesquisou-se a situação de mão-de-obra nêle atuando. Atualmente está sendo terminada uma pesquisa da Diretoria de Ensino Industrial, em colaboração com o CINTERFOR, sôbre o **follow-up** dos operários qualificados, semiqualificados, mestres, etc., formados no Programa Intensivo de Mão-de-Obra. Aquêles estudos e estatísticas foram a base do **Diagnóstico da Educação Brasileira** (2 volumes), realizado pelo EPEA, órgão do Ministério do Planejamento, que se constitui no primeiro estudo oficial, de caráter geral, sôbre o sistema de ensino nacional e sua relação com a disponibilidade de recursos humanos no País. Ésse diagnóstico, por seu turno, gerou e sugeriu novas pesquisas de importância, respectivamente, sôbre a situação das universidades no Brasil, dos ginásios e colégios industriais, das escolas superiores de economia, da evasão de cientistas brasileiros, etc. Esse enorme acervo de informações permitiu ao Govêrno Federal, através do entrosamento de vários de seus órgãos entre si e com a iniciativa privada, a elaboração do Plano Decenal de Educação, cuja execução trará novas perspectivas ao ensino brasileiro. Permitiram êsses dados, ainda, tomar várias medidas concretas, desconhecidas em muitas de suas facêtas, em virtude da preferência que o Govêrno dá às realizações ao invés de desviar seus esforços para a propaganda. A primeira etapa lógica foi certamente cumprida: o conhecimento do sistema educacional brasileiro hoje, embora não seja completo, já permite tomar decisões racionais e eficazes.

ESFÔRÇO QUANTITATIVO

Outra prioridade evidente no ensino nacional era a extensão das oportunidades de educação, especialmente no nível médio e secundàriamente, no superior.

O Quadro I permite visualizar o que sucedeu, em têrmos quantitativos, no primeiro ano letivo, iniciado após a Revolução ter subido ao Poder.

QUADRO I

MATRICULAS GERAIS NO BRASIL (1960-1965)

ANO	Primário comum	Ensino Médio	Ensino Superior
1960	7 476 096	1 224 485	95 691
1961	7 825 774	1 345 802	101 581
1962	8 517 609	1 515 834	110 492
1963	9 299 441	1 719 589	126 405
1964	10 217 324	1 892 724	144 281
1965	10 500 000 (*)	2 154 430	158 316

(*) Os dados da amostra avaliaram a matrícula no início do ano em 9 923 183. A matrícula geral (no fim do 1.º semestre) pode ser estimada em 5% mais que a matrícula inicial.
Fonte: SEEC.

Pelo Quadro I pode-se deduzir que o esfôrço quantitativo do Govêrno Revolucionário foi bastante ponderável, exatamente nos níveis de ensino em que a expansão de matrículas era mais necessária (médio e superior).

No ensino primário, o acréscimo de atendimento não foi elevado, mas, nesse nível, o problema quantitativo não possui maior relevância. Na realidade, os grandes esforços no ensino elementar devem dirigir-se no sentido de diminuir os enormes índices de reprovação e deserção dos efetivos escolares. E as medidas tendentes a solver êsses problemas, como se verá adiante, progrediram convenientemente desde 1964 até os dias correntes (merenda escolar, formação de normalistas, treinamento dos professôres leigos, supervisão, etc.).

No que diz respeito ao ensino médio, o atendimento em 1965 cresceu de 14% em relação a 1964, isto é, de 1 892 000 matrículas passou-se a 2 154 000. Esse crescimento verificou-se quase totalmente no sistema de ensino público, cuja participação no total de matrículas em 1964 (44%) subiu a 48% em 1965. Para um aumento de 260 mil matrículas, 200 mil novas vagas foram registradas no ensino público. Como se vê no Quadro II, êsses incrementos verificaram-se especialmente nos ramos estratégicos para a economia nacional (agrícola e industrial) e para o próprio sistema de ensino (normal).

QUADRO II

ENSINO MÉDIO — BRASIL — (1964-1965)

	1964		1965		64/65 — Crescimento			
					Cursos		Matrículas	
	Cursos	Matrículas	Cursos	Matrículas	Absoluto	... % ...	Absoluto	... % ...
Total	8 592	1 892 711	9 196	2 154 430	604	7,03	261 719	13,83
Secundário	4 775	1 368 177	5 095	1 553 699	320	7,70	185 522	13,56
Comercial	1 739	270 036	1 829	288 351	90	5,18	18 315	6,78
Industrial	331	68 819	356	79 230	25	7,55	10 411	15,13
Agrícola	91	10 295	105	12 878	14	15,38	2,583	25,09
Normal	1 656	175 384	1 811	220 272	155	9,36	44 888	25,50

Fonte: "Sinopses Estatísticas do Ensino Médio para 1954 e 1965" SEEC, MEC.

O Quadro III, ilustra a situação defrontada desde 1960 e a intensificação maciça do atendimento gratuito de 1965 (25% de 1964 a 1965).

QUADRO III

DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA DO ENSINO MÉDIO BRASILEIRO — (1960 a 1965)

ANO	Absolutos				Percentagens (%)			
	Ensino Público		Ensino Particular		Ensino Público		Ensino Particular	
	Estabel.	Matrícula	Estabel.	Matrícula	Estabel.	Matrícula	Estabel.	Matrícula
1960	1 261	459 675	2 487	764 810	—	—	—	—
1961	1 359	489 086	2 776	856 806	33	36	67	64
1962	1 409	579 633	2 971	936 201	34	38	66	62
1963	1 709	717 054	3 109	1 002 535	35	42	65	58
1964	2 034	830 825	3 439	1 061 899	37	44	63	56
1965	2 271	1 033 272	3 643	1 121 158	38	48	62	52

No ensino superior, igualmente, verificou-se um crescimento de matrículas, em 1965, bastante apreciável: 9,4%. O crescimento foi mais expressivo, como se observa no Quadro IV, em ramos nos quais o Brasil precisava intensificar a formação de profissionais (agronomia, veterinária e enfermagem).

QUADRO IV

ENSINO SUPERIOR 1964-1965

	Matrículas em 1964	Matrículas em 1965	Crescimento 1964-1965	
			Ns. Abs.	%
Total	142 386	155 781	13 395	9,41
Engenharia .	20 701	21 986	1 285	6,21
Medicina ..	14 183	15 574	1 391	9,81
Agronomia .	3 878	4 397	519	13,38
Veterinária .	1 516	1 740	224	14,78
Enfermagem	911	1 056	145	15,92
Outros	101 197	111 028	9 831	9,71

FORMAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA

No campo da formação de mão-de-obra, em todos os níveis, os dois últimos anos foram extremamente proveitosos. E êste era um setor prioritário, de vez que não se pode pensar um desenvolvimento econômico e social sem uma adequada estrutura de recursos humanos.

No ensino superior, o MEC deu especial apoio aos ramos que formam pessoal estratégico para o desenvolvimento econômico e o bem-estar da população, como já se mostrou nos quadros II e IV.

A CAPES intensificou, por seu turno, os programas de pós-graduação, de modo a formar professôres para o ensino superior e preparar técnicos universitários de alto nível, bem como cientistas.

O Conselho Nacional de Pesquisas recebeu um apoio que nunca lhe foi dispensado no passado, podendo aumentar consideràvelmente o número de concessões de bôlsas-de-estudo (40% de aumento). O Quadro V ilustra bem a ação do CNPq em 1964 e 1965.

QUADRO V

BÔLSAS CONCEDIDAS PELO CNPq (1964-1965)

SETOR	1964			1965		
	Brasil	Ext.	Total	Brasil	Ext.	Total
Pesquisas Agronômicas	80	3	83	183	6	189
Pesquisas Biológicas ..	215	2	217	297	10	307
Pesquisas Físicas	60	14	74	62	14	76
Pesquisas Geológicas .	25	5	30	55	8	63
Pesquisas Matemáticas	21	9	30	30	15	45
Pesquisas Químicas ..	112	9	121	117	8	125
Pesquisas Tecnológicas	33	19	52	33	15	48
Totais	546	61	607	777	76	853

Fonte: CNPq.

Além disto, desenvolveu-se enormemente o Programa Intensivo de Formação de Mão-de-Obra Industrial, que treinou, desde 1964 até o dia 31 de julho de 1966, cêrca de 80 mil operários semiqualificados, qualificados e mestres e estava, àquela data, preparando 15 mil outros, conforme se depreende do Quadro VI.

QUADRO VI

PROGRAMA INTENSIVO DE FORMAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA INDUSTRIAL (De 1.º de janeiro de 1964 até 31 de julho de 1966)

REGIÕES	Treinados	Em treinamento	Total
Norte	772	433	1 205
Nordeste	9 552	2 117	11 669
Leste	22 616	4 327	26 943
Centro-Oeste	1 690	438	2 128
Sul	44 439	8 351	52 790
Totais	79 069	15 666	94 735

O SENAI, por sua vez, aumentou explosivamente os contingentes de aprendizes e treinandos. O quadro VII mostra a evolução de matrículas no período 1962-1965 e ilustra o aumento no ritmo de crescimento a partir de 1964.

QUADRO VII

SENAI — MATRÍCULAS TOTAIS E APRENDIZAGEM EM SERVIÇO

ANO	Matrículas	Indíces	Aprendizagem Serviço	Indíces	Total	Indíces
1962 ...	33 305	100	46 578	100	79 883	100
1963 ...	39 659	119	(—)	(—)	(—)	(—)
1964 ...	45 250	137	65 000	139	110 280	138
1965 ...	55 293	166	85 000	182	140 293	176

Tudo indica, assim, que a prioridade atribuída à função de mão-de-obra também foi atendida.

DEMOCRATIZAÇÃO DE OPORTUNIDADES

A assistência aos estudantes carentes de recursos, instrumento do qual se pode valer o Poder Público para aperfeiçoar o processo de democratização de oportunidades, foi intensificada no atual Govêrno. No ensino primário, a Campanha Nacional de Merenda Escolar ampliou de forma espetacular a sua área de atendimento: já em 1965, cêrca de 5,3 milhões de crianças recebiam diàriamente sua merenda na escola; além disso, cêrca de 2,2 milhões recebiam um almôço diàriamente.

No ensino médio, onde uma intensa seletividade se faz nos contingentes estudantis, à base do **status** sócio-econômico de suas famílias, além de expandir a rêde pública, o Govêrno criou o **PEBE, para assistir, com** bôlsas de gratuidade de ensino e gastos pessoais, 50 mil filhos de trabalhadores sindicalizados. Infelizmente, os 680 sindicatos inscritos no programa, abrangendo 1,5 milhão de crianças provindas da classe trabalhadora e com idade compreendida entre 11 e 18 anos, apenas puderam apresentar 24 mil candidatos às bôlsas. A grande maioria dessas crianças não tinha curso primário completo (esta a herança deixada pelo Govêrno populista, de convicções trabalhistas). Em 1967 o Govêrno assegurará ao PEBE recursos para conceder cêrca de 70 mil bôlsas.

No ensino superior, o Ministério da Educação criou bôlsas-de-estudo para os alunos realmente carentes de recursos, em montante modesto, mas necessário e suficiente para o atendimento dos casos mais evidentes de deficiência econômica. Em várias universidades federais, o pagamento de anuidades foi convertido em bôlsas de manutenção para os estudantes menos favorecidos econômicamente.

A medida mais importante do Govêrno no sentido de democratizar oportunidades foi, na realidade, a quebra do privilégio da gratuidade indiscriminada nos estabelecimentos federais de ensino superior. Dentro do atual sistema de financiamento do ensino, no qual o primário é predominantemente público e gratuito (88% das matrículas) mas o ensino médio é principalmente privado (52% das matrículas) e caro para as condições médias da população brasileira, não se concebe que a população universitária — quase tôda originária das classes econômicamente mais favorecidas — goze de gratuidade indiscriminada. E o Govêrno Revolucionário, embora impondo uma anuidade quase simbólica (Cr$ 48 mil anuais em 1966) quebrou o privilégio e deixou aberto o caminho a uma solução racional para o problema. Essa medida saneadora foi precedida, também de uma pesquisa importantíssima sôbre o status sócio-econômico do estudante universitário, levada a efeito pelo INEP.

Dêsse modo, também a meta social de democratizar oportunidades através da educação foi bem compreendida pelo Govêrno Revolucionário.

MELHORIAS QUALITATIVAS

O Sistema Educacional nos últimos 3 anos recebeu um influxo renovador que torna difícil apresentar resumidamente as realizações sem que se perca em substância na apreciação.

No ensino primário intensificou-se o treinamento aos professôres leigos: diretamente, nos Centros respectivos, e indiretamente, através dos supervisores, formados em número substancial após março de 1964. As práticas educativas foram implantadas, dando perspectivas mais amplas às crianças da escola primária. A distribuição de material escolar recrudesceu. Outras formas assistenciais — transporte escolar, distribuição de calçados e roupa — foram reforçadas ou implantadas, dando maiores possibilidades aos alunos de absorverem os conhecimentos que lhes são transmitidos. A educação programada deitou suas primeiras raízes no País.

No ensino médio, o grande e importante programa dos ginásios orientados para o trabalho tomou vulto, prenunciando para breve uma mudança radical do papel obsoleto do ginásio brasileiro, antidemocrático e muito limitado em seus objetivos. No ensino técnico, o treinamento de professôres especializados surgiu ou intensificou-se, de modo a elevar os padrões qualitativos do ensino. A assistência técnica se tornou expressiva, através das missões pedagógicas que atenderam os estabelecimentos estaduais e privados de modo a elevar-lhe o padrão pedagógico.

No ensino superior, lançou-se a semente da Reforma Universitária, surgiram cursos mais adequados ao ambiente brasileiro, apareceu finalmente o Estatuto do Magistério, lançaram-se as bases para a concentração de currículos, implantaram-se os vestibulares únicos (regionais e para cursos afins).

CONCLUSÕES

Realmente, muito resta a fazer, mas a Revolução, embora não possa orgulhar-se de ter vencido as resistências à mudança no setor educacional, tem a seu favor um grande acervo de realizações e, o que é mais promissor, certamente abriu caminho para grandes reformas no futuro Govêrno.

E' imprescindível promover um melhor aproveitamento no ensino primário, lançando inúmeros programas importantes: o tão aguardado programa de livros-texto deverá ser implementado imediatamente —, é necessário treinar mais intensivamente os professôres leigos e aperfeiçoar as normalistas; é preciso extender ainda mais o programa de merenda escolar; é imprescindível lançar um programa de residências para professôres nos meios rurais; é imperioso dar transporte escolar, calçados e vestuário aos alunos carentes de recursos; é óbvio que as condições precárias dos prédios escolares devem ser também modificadas.

No ensino médio, por sua vez, deve-se disseminar ainda mais os ginásios de tronco único; aqui, a expansão quantitativa é preocupação primordial, o incremento do ensino de ciências merece tratamento prioritário, o reequipamento ou implantação de laboratórios é essencial, a expansão de sistemas democráticos de bôlsas-de-estudos (para cobrir anuidades e gastos pessoais) é exigência absoluta do processo de democratização de oportunidades.

No ensino superior, o Govêrno deverá, imediatamente, anular a irracionalidade da política salarial vigente, implementar a Reforma Universitária, eliminar os desperdícios de recursos e a capacidade ociosa de mestres e instalações e, em resumo, criar a inexistente universidade brasileira, dando-lhe raízes no meio ambiente.

Nenhum sistema educacional, jamais, em nenhum país do mundo, será o ideal. A Revolução ainda não atingiu certas metas e objetivos essenciais no campo do ensino. Mas já abriu o caminho para isso e atingirá sua finalidade.

UM BANCO FAZ PROGRESSO COM BOM SENSO ONDE HÁ O RISCO CALCULADO

Desenvolvimento econômico não é um fato espontâneo. É antes, uma atitude provocada. Resulta de decisões. Neste sentido é que surgiu, há poucos anos, a idéia da criação de uma entidade que servisse de base para a execução de uma política de correção dos desequilíbrios regionais, através de financiamento para a formação de capital. Esta entidade é o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo-Sul, autarquia interestadual, de caráter executivo, destinada a fomentar o desenvolvimento harmônico e continuado da economia do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Atua através de financiamentos, de prestação de garantias e em investimentos diretos. Para estudar o sistema sócio-econômico dos três Estados, e traçar as diretrizes básicas de funcionamento do BRDE, foi criado o Conselho de Desenvolvimento do Extremo-Sul — CODESUL — atuando mediante a elaboração de planos regionais em consonância com programas federais de desenvolvimento econômico e social.

O Banco Regional, nestes poucos anos de existência, já financiou ao setor empresarial do extremo-sul cêrca de 30 bilhões de cruzeiros e concedeu avais da ordem dos 6,5 bilhões de cruzeiros. Em 1966, receberam a colaboração financeira do organismo 583 emprêsas atingindo a 14,9 bilhões de cruzeiros. Dêsse total, 354 foram concedidos ao setor rural, dois ao setor público e 227 contratos ao setor industrial, setor dinâmico e de maiores aplicações de onde recebeu 313 propostas, dependendo ainda contratação 34 financiamentos. Para financiar tais empreendimentos, essenciais ao desenvolvimento da economia regional, tem contado com recursos próprios e especiais. Dentre os primeiros, o capital, o resultado de suas operações, o retôrno dos financiamentos e a contribuição financeira dos Estados-membros (1% da receita tributária). Recursos especiais se podem considerar os provenientes de acôrdos e convênios financeiros celebrados pelo Banco, destacando-se os oriundos dos diversos fundos federais de que é agente na região.

POLÍTICA DE FINANCIAMENTO

O Banco Regional como órgão propulsor de desenvolvimento, opera através de financiamentos públicos e privados, prestação de garantias, investimentos diretos e outras transações compatíveis com a natureza da instituição. Suas operações são realizadas em função de recursos próprios e na condição de agente financeiro de sociedade de economia e de organizações públicas, autárquicas e particulares do país e do exterior. No que se refere a financiamentos, presta assistência, preferencialmente, a investimentos de infra-estrutura regional; a projetos especiais agropecuários, de colonização e reforma agrária; à exploração de recursos naturais; ao desenvolvimento industrial (investimento), principalmente em pequenas e médias emprêsas, possibilitando sua expansão e reequipamento, e instalação de novas indústrias, notadamente às de caráter pioneiro e às que utilizam matéria-prima local. Presta assistência, ainda, à construção e ampliação de silos, armazéns e frigoríficos; à constituição e ampliação de emprêsas para exploração de serviços de utilidade pública e de interêsse regional.

O BRDE, por outro lado, pode prestar assistência técnica direta, quando solicitada, para a formação e aperfeiçoamento de pessoal especializado e para a elaboração e execução de projetos relacionados à melhoria de produtividade. Atualmente, a utilização dos recursos do Banco, face a sua condição de agente financeiro de fundos federais, está subordinada a diferentes normas, dependendo do tipo de fundo a ser utilizado. Entretanto, excepcionalmente, concede financiamentos com recursos próprios, exclusivamente.

FUNDOS ESPECIAIS

Os recursos oriundos dos fundos federais — FUNAGRI, FINAME, FIPEME, FUNDECE, FUNFERTIL, FINEP e FUNDEPRO — são aplicados pelo BRDE nos três Estados, juntamente com recursos próprios e da emprêsa financiada. O FINAME financia a aquisição de máquinas, equipamentos e veículos pesados nacionais, destinados à ampliação de emprêsas já existentes. O FIPEME destina-se ao financiamento das pequenas e médias emprêsas para construção civil, compra de máquinas e equipamentos nacionais e máquinas e equipamentos estrangeiros. O FUNDECE oferece seus recursos à complementação do capital de giro, sendo financiáveis tôdas as indústrias, exceto as produtoras de bens suntuários e supérfluos. O FUNAGRI, destina-se ùnicamente a financiamentos agrícolas, pecuários e, ainda, para a melhoria das condições de vida da família rural. Os financiamentos estão a cargo do DECRA — Departamento de Crédito Rural e Agrícola. Esta carteira iniciou suas atividades em meados do ano passado, tendo já contratado expressivas cifras em financiamentos ao pequeno produtor rural dos três Estados sulinos. A finalidade do FUNDEPRO é a de promover o incremento da produtividade das emprêsas industriais e, para tanto, fornecer recursos para aplicação em diagnósticos industriais, novas normas produtivas etc. O FUNFERTIL destina-se à concessão de estímulos financeiros diretamente aos produtores rurais que hajam, efetivamente, aplicado fertilizantes em suas lavouras. A política de aplicações dêste fundo está em fase de regulamentação.

Mais indústrias ajudam o desenvolvimento do extremo sul

ATUAÇÃO DO BRDE

Os recursos para financiamento hoje, permitiram modificar o panorama de aplicações do início das atividades do Banco. Com os repasses feitos pelo BNDE dos chamados Acôrdos do Trigo, do FUNDECE, FINAME e FIPEME, principalmente, permitiram uma substancial ampliação das linhas de financiamentos. Todos os pedidos que chegam ao BRDE são, desde o início, examinados pelo Departamento de Projetos. Criado para dar assistência à pequena e média emprêsas, o organismo inicialmente valeu-se de critérios rígidos de enquadramento e prioridade. Entretanto, com o correr do tempo, observou-se ser recomendado abandonar o rigorismo dêsses critérios. O Banco tomou consciência de um fato significativo: "em países subdesenvolvidos impera o denominado risco calculado", de que tanto fala o Manual de Projetos da ONU. Nestas condições, deve atuar sempre o chamado "bom senso". Para os grandes financiamentos, bem como para instalação de emprêsas, o Banco Regional tem como norma exigir projetos detalhados. Entretanto, a grande maioria dos projetos que chegam ao BRDE apresentam deficiências, principalmente suas projeções de mercado e estimativas financeiras. Êste fato, em regra, vem aumentar o custo da análise feita pelo Banco. Por outro lado, para os pequenos financiamentos, a apresentação de projetos tem sido dispensada, pois demasiadas exigências de ordem técnica causam algumas dificuldades às emprêsas proponentes.

ESTUDOS SETORIAIS

O BRDE vem realizando uma série de estudos setoriais sôbre diversos ramos industriais de sua área de atuação, tais como: calçados, carnes, curtumes, fundição de ferro, laranja (sucos concentrados), laticínios, pescado, têxtil (lãs) etc., além de diagnósticos globais, analisando elementos básicos de cada setor (insumo, produção, tecnologia, mercados etc.), com o objetivo de indicar fórmula para a sua reestruturação e traçar sua política de financiamentos.

OS DIRIGENTES

Atualmente, o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo-Sul tem sua Diretoria composta pelos seguintes titulares: Presidente, Professor Ary Burger; Vice-Presidente, Professor Jorge Babot Miranda, que representa o Rio Grande do Sul; e Diretores os Senhores Martinho Callado Júnior e Jairo Ortiz Gomes de Oliveira, representantes de Santa Catarina e Paraná, respectivamente. O Govêrno federal é representado pelo Diretor José Truda Palazzo. A Junta de Administração do BRDE é composta pelo Presidente do Banco e dos seguintes membros: Adalmiro Moura e Edson Weley Noronha, representante do RS; João José de Cupertino Medeiros e Ademar Garcia, representantes de Santa Catarina: Anacleto Buzato e Arthur Claudino dos Santos, representante do Paraná, e Ney Ulrich Caldas, representante do Govêrno federal.

ENGEFUSA

INDUSTRIALIZAÇÃO, APLICANDO CIÊNCIA E TÉCNICA, ÚNICA SOLUÇÃO PARA O PLANO HABITACIONAL

Eng.° CARLOS DA SILVA

O fenômeno mais característico de nossa época, de mutações incessantes, é sem dúvida a rápida evolução, verificada no domínio da ciência e da técnica. Esta evolução revolucionária deverá ter conseqüências diferentes de tôdas as revoluções que a precederam. A humanidade toma consciência de que sòmente através do desenvolvimento global, utilizando a ciência e a técnica, poderá ser assegurado, quantitativa e qualitativamente a necessária produção de bens e serviços capaz de tornar possível uma repartição mais equitativa, dando à cada pessoa humana a oportunidade de, como sêr superior, viver plenamente sua vida.

Os extraordinários resultados obtidos na pesquisa científica, na técnica da invenção, o progresso tecnológico e a sistemática disposição de imediatamente aplicá-los em todos os setores das atividades humanas, determinam, inevitàvelmente, forte impacto nas estruturas da sociedade. Será tentada a valorização do homem, liberando-o de um mundo que para a maioria é ainda injusto e hostil. Surge então, obrigatòriamente, utilizando modernos meios de comunicação, uma nova civilização universalizante, una e homogênea, onde o homem deverá ser a medida das coisas. Ela se contrapõe, em muitos aspectos, às sociedades conservadoras e fechadas. É a transição do tradicional para o moderno, dos conceitos e problemas do passado para conceitos e problemas do futuro.

É neste momento de universal evolução das ciências e das técnicas que a engenharia nacional tem de reconhecendo as reais necessidades brasileiras, encontrar as maneiras de corretamente resolver os problemas de suas comunidades, tirando o máximo proveito que o próprio progresso científico e tecnológico oferece.

Num Brasil de oitenta milhões de habitantes, é indiscutível que sòmente a intensa e racional utilização dos conhecimentos tecnológicos e a firme determinação de colocá-los a serviços do bem comum poderão encaminhar a solução dos graves problemas nacionais, entre os quais se inclui escandalosamente o da habitação humana.

As necessidades de novas moradias não são sòmente resultado da evolução demográfica, das concentrações industriais e dos aglomerados urbanos que daí resultam, mas, também conseqüência da progressiva elevação do nível de vida dos povos que tende a acompanhar o desenvolvimento econômico. A melhoria sócio-econômica generalizada traz consigo uma procura qualitativa de novas, melhores e mais bem equipadas moradias. Comunidades mais conscientes, de forma progressiva, pedirão não ùnicamente um teto, mas também melhores condições de viver, exigindo aprimoramento nos planejamentos urbanísticos e arquitetônicos. Isto significa que a oferta de novas e melhores moradias terá de crescer a índices maiores que o simples aumento da população e também o surgimento de novos problemas de produção, até então desconhecidos. A coexistência de todos êstes fatôres, òbviamente conseqüentes do necessário e intensamente desejado desenvolvimento global, obrigará que a construção civil, tentando aprender as lições de outros povos, evolua revolucionàriamente de métodos artesanais para sistemas modernos de construir industrialmente.

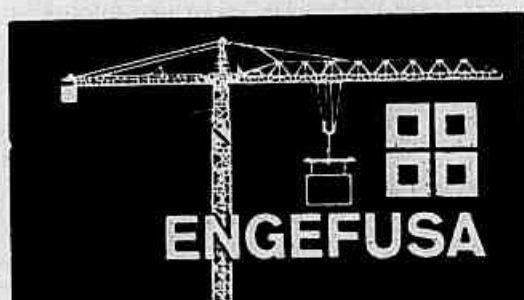
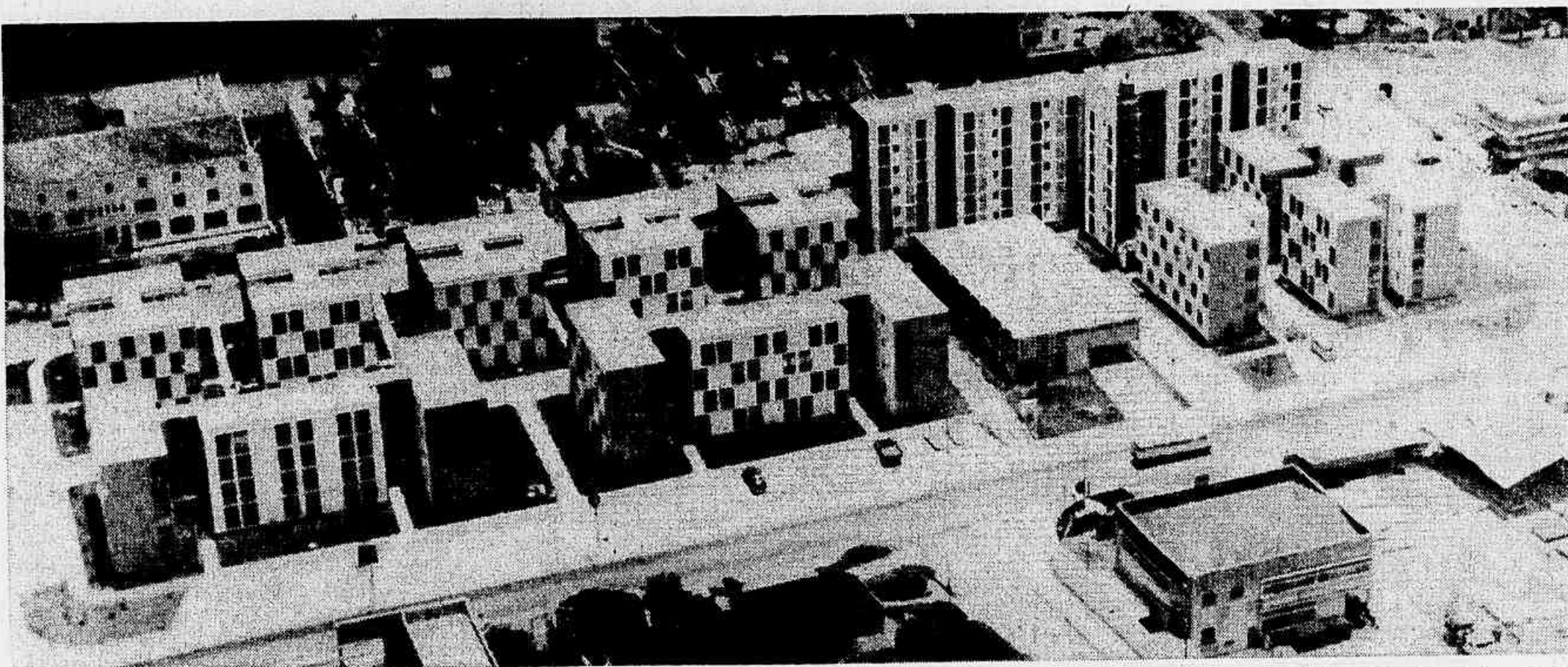
Sistemas modernos de construir devem significar satisfazer, em quantidades, em tempo hábil e de forma adequada, as exigências humanas e comunitárias, de habitabilidade, de durabilidade e de custos. É com esta visão do problema que procuraremos analisar as razões da inevitável obrigatoriedade da industrialização da construção civil no Brasil.

A industrialização da construção, observada nos países desenvolvidos, tem sido o resultado da necessária procura de condições ótimas de realização, por uma preparação minuciosa e metódica dos trabalhos; procura-se adaptá-la à economia moderna e ao progresso técnico-científico, já conhecido das demais atividades industrializadas. Òbviamente, tornou-se obrigatório a prévia organização racional de todos os trabalhos que intervêm na arte de construir, desde os programas, estudos, projetos, até a execúãão final no canteiro das obras, e o generalizado emprêgo, em todos os estágios da execução, de meios evoluídos de mecanização. Considerando o problema de produzir habitações sob o ângulo industrial é que se torna válida a já conhecida equação:

INDUSTRIALIZAÇÃO = RACIONALIZAÇÃO + MECANIZAÇÃO + AUTOMAÇÃO.

Entendendo-se como: *racionalização*, a eficiente utilização dos meios de produção, obtida através de cuidadoso planejamento; *mecanização*, o emprêgo de processos mecanizados de produzir os elementos componentes da construção; *automação*, a mecanização de programadas tarefas intelectuais.

É evidente que esta obrigatória racionalização é independente do processo de construção, não constituindo mais que uma parte da industrialização. O acréscimo geral da produtividade na construção já obtido, de forma generalizada, nos países que enfrentaram rijamente o problema habitacional, foi incontestàvelmente decorrência da intensa utilização da mecanização. Ela aparece não ùnicamente para reduzir custos mas, por múltiplas razões, como verdadeira necessidade, para tôdas as construções correntes que apresentem as condições mínimas de sua aplicabilidade.

Quando ressaltamos a importância da mecanização no trinômio da industrialização, não nos estamos referindo ùnicamente à utilização de escavadeiras, centrais de concreto ou guindastes, pois êstes já são de uso generalizado nas construções tradicionais, mas sim principalmente aos processos aplicados na fabricação dos diversos elementos construtivos.

O Conjunto Residencial Padre Anchieta é a primeira realização, no Brasil, em pré-fabricação total de edifícios residenciais, de propriedade da COOPHAB-GB e construção da ENGEFUSA

As razões principais que continuam a determinar a rápida evolução dos sistemas modernos de construir moradias correspondem ao aumento e melhoria da produção para elevá-la ao nível das necessidades habitacionais e podem ser grupadas nos principais aspectos:

a) *Melhor solução aos problemas fundamentais do trabalho humano*

O que já se observa no Brasil, de nossos dias é que se torna cada vez mais reduzido o número de operários especializados na construção civil enquanto cresce de forma extraordinária a mão-de-obra não qualificada. É terrivelmente baixa a produtividade da maioria dos trabalhadores de nossas construções, sejá pela falta de escolas profissionais, seja pela cessação das correntes imigratórias européias outrora existentes. Torna-se então, de forma indiscutível, para que seja possível oferecer justas condições de pleno emprêgo aos brasileiros, que se adotem processos de construir que permitam transformar os locais de trabalho em verdadeiros centros de treinamento e assim utilizar em maiores quantidades aquela mão-de-obra ociosa em todo o País. As conseqüências de uma industrialização da construção, desta forma orientada, permitirá rápida e fàcilmente a transformação de simples trabalhadores em novos especialistas, com possibilidades de imediata melhoria de salários.

Repetidamente temos alertado os responsáveis pela Política Nacional de Habitação que será totalmente ilusório pensar que existe disponível a mão-de-obra qualificada necessária para atender qualquer expansão na atividade de construção civil no Brasil se continuarmos a utilizar ùnicamente os processos tradicionais de construir. Torna-se imperioso introduzir as novas técnicas que permitem melhorar as condições e a capacidade de trabalho utilizando o potencial humano de que atualmente dispomos para que sejam alcançadas as metas programadas.

b) *Melhoria dos tempos de execução*

No desenvolvimento da política habitacional em um país de elevadíssimo deficit habitacional, carente de capitais, ainda em regime inflacionário, com elevadas taxas de juros, o fator tempo apresenta extraordinária importância e aspectos políticos e sócio-econômicos que lamentàvelmente nem todos ainda vislumbraram. Menores prazos de construção significarão redução de custos e importante melhoria no atendimento das comunidades pelo aumento da rotatividade do sistema financeiro da habitação. Representa uma aceleração na valorização do homem e da família e no educativo processo de obrigar a poupança.

c) *Redução de custos*

Ao analisar o agravamento do problema habitacional, encontram-se ao lado das múltiplas e conhecidas causas, também a do encarecimento contínuo do custo das construções. Conseqüência da fase inflacionária e da progressiva redução do número de moradias concluídas, elevaram-se os seus preços de venda e cessou o desenvolvimento tecnológico na construção civil. As emprêsas construtoras, com a aceleração do processo inflacionário, foram conduzidas a abandonar o correto regime de construir por empreitada e desta forma, ao adotar o *regime de administração* ou de *custo*, não tiveram mais qualquer motivação econômica para uma necessária contenção de preços ou para aprimorar processos construtivos que os conduzissem ao aumento da produtividade. Os resultados obtidos são do conhecimento geral: constrói-se em menor número, em prazos maiores e com encarecimento contínuo dessas construções. Tornam-se, então, insuficientes os recursos financeiros e é ampliado, de forma progressiva, o problema habitacional, sendo altamente favorecida a especulação imobiliária ao mesmo tempo que os aluguéis atingem níveis insuportáveis.

Sòmente pois pela aplicação de processos industriais que proporcionem melhoria de produtividade, pela economia de materiais, pelo combate ao desperdício, pela organização do trabalho, pela sua racionalização e mecanização, pela redução do tempo de financiamento durante a construção, poderemos conter os custos da habitação, tornando a moradia acessível a maior número de pessoas.

d) *Melhoria quantitativa e qualitativa*.

A industrialização das construções pelas suas características obrigatórias de organização e especialização do trabalho, de concepção técnica, de planejamento adequado, de melhores índices de produtividade e condições de trabalho humano, pelas possibilidades de fácil contrôle técnico, significa inevitàvelmente melhoria qualitativa e quantitativa de produção.

Como condições de julgamento de qualidade devemos entender não ùnicamente as de confôrto, de habitabilidade, mas também, com especial atenção, a de durabilidade das construções. É imperioso para a perpetuação do sistema financeiro da habitação que o imóvel represente efetivamente uma garantia real do investimento realizado a ser amortizado em elevado número de anos.

A prefabricação é uma das mais corretas formas de industrialização das construções, pois aplica obrigatòriamente os princípios de organização científica a processos mecanizados de produzir moradias. É necessário, na construção prefabricada, como em tôda técnica industrializada, para que seja obtida uma rentabilidade adequada, a existência de um nível mínimo de produção contínua complementada por suficiente coordenação modular. São os efeitos conjugados de continuidade do mercado e de repetição de tipos que determinam condições para a organização econômica da produção em *séries industriais*.

O que é dado observar a quem visita importantes realizações habitacionais, em países em que o índice obtido pelo número de habitações para cada mil habitantes oscila entre nove e 14 (anos de 1965 e 1966), como na França, Suíça, Itália, Alemanha, Suécia e Rússia, é que a construção de edifícios em grandes painéis prefabricados é, sem dúvida, a forma mais importante da moderna técnica de construir.

Os critérios de industrialização variam de um país a outro, determinando diferentes graus de prefabricação, mas de forma generalizada a construção é sempre encarada sob o ângulo industrial, isto é, de racionalização e mecanização dos processos de produzir habitações. A melhoria da produtividade, já obtida por todos, no domínio da construção é a resultante de ações tendentes a reduzir progressivamente e de forma contínua a relação do número de homens-hora utilizados por m2 de construção realizada.

São encontradas nos numerosos processos de prefabricação, em grandes painéis hoje utilizados nesses países, algumas nuanças, mas no seu conjunto êles apresentam uma doutrina comum que por muito tempo, estamos certos, imporá as diretrizes para a pesquisa e concepção de novas soluções.

O que se constata, ano a ano, nos países industrializados é uma crescente falta de mão-de-obra qualificada nos canteiros de obras e a solução paliativa de admitir operários estrangeiros (portuguêses, espanhóis, italianos e algerianos) agrava-se terrìvelmente no aspecto de tecnicidade, tornando-se cada vez mais difícil de encontrar operários efetivamente especializados no *acabamento* das construções, em número suficiente para atender à demanda de novas moradias.

Estas observações relativas à penúria de mão-de-obra qualificada justificam em nossa opinião, o retardamento da Alemanha e da Itália, em relação à França, na implantação da industrialização da construção de moradias. Apresentaram êstes países no pós-guerra, idênticas condições imperiosas de reconstrução, mas diferenças no aspecto de disponibilidade de mão-de-obra estrangeira qualificada imigrada. Análogas considerações podem ser feitas em relação à Suíça, Bélgica e Países Escandinavos. Na União Soviética, os objetivos governamentais mobilizaram a outros fins a mão-de-obra qualificada, restando uma mão-de-obra abundante, não qualificada, tornando-se então necessário, para atender às metas habitacionais programadas, industrializar fortemente os métodos de construção pré-fabricada em forma idêntica à França. Tivemos ocasião de assistir em novembro de 1966, em Paris, nos escritórios de uma emprêsa francesa, detentora de conhecido processo de pré-fabricação de edifícios em grandes painéis de concreto, à assinatura de um contrato de fornecimento de uma usina de pré-fabricação, a ser construída no Sul da Rússia, com capacidade de produção de 24 apartamentos por dia de trabalho.

As diferentes condições encontradas nos países que visitamos, no tocante às normas técnicas oficiais, diferentes concepções arquitetônicas, aprimoramento dos estudos técnicos, importância de investimentos em equipamentos em razão da execução das obras estarem a cargo de grandes, médias ou pequenas emprêsas, da qualidade da mão-de-obra e de diferentes sistemas financeiros habitacionais, determinam diversas e particularizadas soluções de pré-fabricação de edifícios. Não existem soluções únicas, pois é óbvio dentro de um contexto econômico, em cada caso particular são condicionadas a diversos fatôres, as formas de resolver os problemas técnicos.

A lição a tirar é que, independentemente do sistema industrializado adotado o importante é que a resposta ao desafio que a grandeza do problema habitacional representa para a capacidade da engenharia nacional só poderá ser dada através da industrialização das construções, aplicando intensamente modernos conhecimentos científicos e tecnológicos.

Grandes serão as dificuldades a vencer até que se consiga uma modificação da mentalidade de todos os responsáveis pelos problemas habitacionais no Brasil. Alguns dêles, tendem, por inércia ou incapacidade, a aceitar como bom o que é predominante no mundo onde seguramente vivem. Deixam por vêzes de apreciar se é ético profissionalmente ou não o *status quo* que defendem, ao se oporem, ou não estimularem, uma rápida e generalizada evolução tecnológica na construção de moradias. Corremos o risco de, após definitivamente implantado o Sistema Financeiro da Habitação, criados extraordinários recursos através do Fundo de Garantia de Tempo de Serviço, presenciarmos o criminoso agravamento do problema habitacional pelo não aumento de forma adequada da necessária capacidade de produzir moradias.

Nada mais oportuno que lembrar a afirmação de Dias Leite:

"A ineficiência contribui, de forma decisiva, tanto para alimentar o processo inflacionário como para conter o ritmo de expansão econômica do Brasil. Sòmente a eficiente execução de investimentos e a eficiente condução das operações de produção permitirão o contrôle efetivo do processo inflacionário e tornarão viável ritmo de desenvolvimento suficientemente elevado para permitir a recuperação do atraso em que se encontra o Brasil em relação aos países desenvolvidos.

Na raiz da ineficiência se encontra o homem despreparado para o exercício das funções exigidas por um sistema econômico moderno."

A fase histórica que vivemos exige de todos aquêles que estejam convencidos do profundo sentido ético que representa o esfôrço com o objetivo de favorecer a introdução de modernas técnicas de construir, uma ação intensa e decidida. Estaremos, engenheiros e arquitetos, desta forma, dando uma decidida contribuição para o encaminhamento de corretas soluções para o problema habitacional em nossa terra e também para o desenvolvimento e melhoria social do País.

SÃO PAULO: UNIFICAÇÃO NO SETOR DE ENERGIA ELÉTRICA

As onze emprêsas que passarão a constituir a Centrais Elétricas de São Paulo (CESP) — entidade recém-formada e resultante da fusão de tôdas as companhias estatais do setor de energia elétrica — representam um patrimônio de quase um trilhão de cruzeiros. Respondendo por 24% da capacidade geradora instalada no Estado, essas emprêsas agora unificadas desempenharão um papel de crescente importância nos suprimentos energéticos. Em 1970 já estarão com maior parte — 52% — da capacidade geradora em território paulista e, em 1975, essa proporção se elevará a 70,1%, tornando a CESP emprêsa de absoluta predominância no ramo.

VANTAGENS DA UNIFICAÇAO

Ao iniciar-se a segunda metade do século, ficou evidente que as companhias concessionárias de serviços de energia elétrica não acompanhavam o ritmo de crescimento já então observado em outros setores da economia. Ciente de que não dispunham as concessionárias particulares de condições para realizar os vultosos investimentos característicos da indústria de energia elétrica, dispôs-se o Govêrno do Estado a suplementar as atividades daquelas emprêsas com a construção de usinas geradoras e linhas de transmissão de alta tensão — que supririam de energia elétrica as diversas concessionárias, para conseqüente distribuição aos consumidores. De tal disposição governamental originaram-se, sucessivamente, a Usinas Elétricas do Paranapanema S. A. (USELPA), em 1953; a Companhia Hidrelétrica do Rio Pardo S. A. (CHERP), em 1955; a Centrais Elétricas de Urubupungá S. A. (CELUSA), em 1961; a Bandeirante de Eletricidade S. A. (BELSA), para serviços de distribuição de eletricidade, em 1962; e, finalmente, a Companhia Melhoramentos de Paraibuna S. A. (COMEPA), em 1964.

Malgrado a massa dos serviços prestados pelas diversas companhias e sua inegável contribuição ao desenvolvimento energético e econômico estadual, a sua multiplicidade vinha causando crescentes dificuldades e seu agravamento contínuo fazia prever, em breve prazo, acentuados prejuízos, senão a paralisação, do plano de eletrificação do Estado.

Assim, notava-se a ausência de uma política única de produção e distribuição de energia elétrica, de forma a verificar-se a existência de atividades conflitantes entre as diversas emprêsas, com a conseqüente dispersão de recursos por diversos empreendimentos simultâneos, entre os quais se fazia extremamente difícil uma opção pelo Govêrno do Estado. Essa dispersão era também causa de problemas com entidades financiadoras, em particular as internacionais, ressentindo-se estas das mesmas dificuldades de opção acima apontadas.

Por outro lado, a existência de diversas administrações ocasionava a implantação de diferentes sistemas administrativos, obstando a padronização de métodos e a coordenação de esforços, o que se traduzia em desperdício de atividades e recursos. Tudo apontava, portanto, para a necessidade da centralização administrativa, para a eliminação de todos os fatôres negativos e a obtenção de inúmeras e importantes vantagens adicionais.

Dêsse modo, a CESP, fundindo as companhias estatais, terá condições de fixar uma programação única e racional para a indústria estatal de energia, estabelecendo esquemas para os investimentos mais convenientes e necessários ao longo do tempo, bem como para a operação das instalações já existentes, conduzindo-as ao máximo de rentabilidade. Para a elaboração dêsse programa, contará a CESP com grande número de elementos, quer aquêles já preparados pelas companhias do Estado, anteriormente, quer o acervo de estudos e projetos realizados pelo Comitê Coordenador dos Estudos Energéticos da Região Centro-Sul do Brasil, do que lhe advirá real e efetiva capacidade para as opções necessárias.

A execução de seus programas será beneficiada pela concentração de recursos existentes e pela excelente posição que desfrutará a nova companhia para o diálogo com entidades do Govêrno Federal e órgãos financiadores internacionais, amparada que será pelo fato de constituir-se, sempre, no único e autorizado representante do Estado no setor.

A centralização terá, ainda, a vantagem de oferecer viabilidade à escolha de melhores processos administrativos e de formação de um quadro de pessoal altamente qualificado em todos os setores, constituído dos melhores entre aquêles que atualmente prestam serviços nas diversas emprêsas e daqueles que poderão ser recrutados por intermédio de uma política salarial adequada.

EMPRÊSAS DA CESP

As emprêsas estatais unificadas pela CESP são as seguintes:

1 — USELPA — Esta companhia tem a seu cargo o aproveitamento progressivo do potencial hidráulico do Rio Paranapanema, ao sul do Estado. Construiu e mantém em operação comercial, desde 1958, a Usina de Salto Grande e, desde 1962, a Usina de Jurumirim. A primeira, com quatro unidades geradoras totalizando 68 000 kW instalados, produziu, em 1965, 450 milhões de kWh. A segunda, cuja capacidade é de 98 000 kW, é provida de duas unidades de geração e produziu no exercício passado 483 milhões de kWh. No momento, a USELPA dedica-se à construção da Usina de Xavantes (capacidade instalada de 400 000 kW), cujas obras foram iniciadas em 1961 e deverão ser concluídas em fins de 1969. No ano vindouro, iniciará a construção da Usina Hidrelétrica de Capivara (400 000 kW), que deverá entrar em operação em fins de 1972.

2 — CHERP — A cargo desta emprêsa acham-se as obras visando o aproveitamento dos cursos da bacia do Rio Pardo e, ainda, a execução do plano de aproveitamento do Médio Tiête, (até junho de 1960 sob a responsabilidade do Serviço do Vale do Tietê, órgão subordinado ao DAEE). A primeira usina instalada pela emprêsa no Rio Pardo foi a Armandô Sales de Oliveira, anteriormente designada Limoeiro, construída para operar com dois grupos geradores de 14 000 kW, o primeiro dos quais instalado em fins de 1958 e o segundo em maio último. Em seguida, instalou as usinas Euclides da Cunha, com dois grupos geradores de 23 700 kW terminados na primeira etapa, em 1960, e mais dois grupos com 71,1 kW concluídos numa segunda etapa, em novembro do ano passado e Graminha, com potência instalada de 68 000 kW e duas unidades geradoras concluídas recentemente. No sistema do Médio Tietê, a CHERP opera de Barra Bonita (122 400 kW) e Bariri (124 200 kW), achando-se em construção a de Ibitinga (115 000 kW) e a maior do sistema, Promissão (229,5 kW). Além disso, a emprêsa mantém, desde dezembro de 1965, o contrôle acionário da S. A. Central Elétrica Rio Claro e de suas associadas, Emprêsas Elétricas de Mogi-Guaçu, Mogi-Mirim e Jacutinga. A CHERP, no seu planejamento, considera também os múltiplos aproveitamentos da água e, através de convênios com outros órgãos do Estado, elaborou projetos de integração regional contemplando irrigação, eletrificação rural, navegação fluvial, saneamento, piscicultura, reflorestamento, industrialização rural, formação técnica e turismo.

3 — CELUSA — Com esta companhia ficou o encargo de aproveitamento do potencial hidráulico dos Saltos de Urubupunpá, no Rio Paraná, através da construção das usinas de Jupiá e Ilha Solteira, bem como de aproveitamento de afluentes daquele rio. Trata-se de emprêsa que conta com a participação acionária, embora em têrmos minoritários, dos Estados de Mato Grosso, Goiás, Paraná e Santa Catarina, além de emprêsas de energia elétrica de Minas Gerais e Rio Grande do Sul e, também, da ELETROBRÁS. O conjunto hidrelétrico de Urubupungá, em construção, produzirá, quando concluído, um total de 19 bilhões de kWh por ano, o que corresponde ao dôbro do consumo total do Estado de São Paulo em 1965, e a 75% da atual demanda nacional de energia elétrica. A Usina de Jupiá, com 1 400 000 kW, representa a primeira etapa do conjunto, achando-se com 65% das obras civis já completadas, o que lhe permitirá entrar em operações no primeiro semestre de 1968. A Usina de Ilha Solteira, com 3 200 000 kW de capacidade instalada na etapa final, será um dos maiores empreendimentos hidráulicos do mundo, superado apenas pelas usinas soviéticas de Krasnoyarsk (6 000 000 de kW, em construção), de Bratsk (4 500 000, em operação parcial), e de Sukhovo-Telma (4 500 000 de kW, em construção). A CELUSA dedica-se também à elaboração de planos e programas de desenvolvimento regional.

4 — BELSA — Surgindo da modificação dos estatutos e da denominação social do DAEE, em 1962, a BELSA substituiu aquêle órgão estatal no encargo de adquirir ações de emprêsas privadas de serviços de energia elétrica que devessem ser expandidas com a participação financeira do Estado. Quando foi constituído, o DAEE já controlava a Companhia São-Joanense de Eletricidade, que passou, pois, a subordinar-se à BELSA. Esta, pouco depois de formada, assumiu a responsabilidade pela distribuição nas áreas de Guarujá e Bertioga, com energia comprada a São Paulo Light, e, em seguida, adquiriu o contrôle acionário da Companhia Luz e Fôrça Tatuí e Emprêsa Luz e Fôrça Elétrica do Tietê S/A. Recentemente assumiu a responsabilidade pela operação das termelétricas de propriedade do DAEE — usinas Marechal Rondon (10 000 kW), Francisco Machado de Campos (20 000 kW) e Engenheiro Loyola (10 000 kW), conhecidas, também, respectivamente, pelos nomes de Votuporanga, Flórida Paulista e Juquiá.

5 — COMEPA — O aproveitamento da bacia do Rio Paraíba e o desenvolvimento econômico do Vale do Paraíba são os encargos principais desta companhia. Responde pela operação da companhia concessionária de energia elétrica de Paraibuna, até dezembro de 1965 sob o contrôle acionário do DAEE. Executa, no momento, o plano para construção das usinas de Caraguatatuba (680 kW de potencial instalada final), Jaguari (28 kW) e Paraibuna (15 kW), bem como das barragens dos Rios Buquira e Paraitinga. No Médio Paraíba, desenvolve obras de drenagem com a construção de vários **polders**, entre os quais os de Pindamonhangaba, Piagui e Canas e inicia o levantamento de barragens de retenção nos afluentes do Paraíba, como as dos ribeirões Motas e Taboão.

O CAPITAL

O capital social da CESP eleva-se a 923 bilhões de cruzeiros e denota os vultosos investimentos que o Govêrno do Estado de São Paulo está realizando no setor energético.

O estágio das obras, muitas das quais atingindo o ápice atualmente, exige movimentação de recursos de grande monta. A conclusão de usinas como as de Jupiá e Xavantes e o início de obras de grande envergadura, a exemplo das relativas à segunda etapa de Urubupungá (Ilha Solteira), reclamam investimentos adicionais consideráveis.

Trata-se, porém, de gastos sumamente reprodutivos para o Estado. Tôdas as obras previstas serão, no futuro, preciosas fontes de recursos. Não resta dúvida de que o impacto econômico-social dêsses empreendimentos sôbre a atividade empresarial paulista é outro fator relevante a encarar, pois o incremento da economia de São Paulo ativa e propicia, por sua vez, maiores arrecadações. Criando o Govêrno incentivos para a indústria, esta se instala e se expande, com o que, novamente, o Tesouro estadual se mune de recursos para ampliar suas unidades de geração de energia ou melhorar seu sistema de transmissão e distribuição.

Do capital social da CESP, cêrca de 70% já estão integralizados. A CELUSA detém 47% dêsse capital, a CHERP 31% e a USELPA 20%, cabendo os 2% restantes às demais companhias. O Govêrno da União, que hoje, através da ELETROBRÁS, participa do capital da CELUSA na proporção de 21% (94 bilhões de cruzeiros em ações), passará a representar apenas 11% do capital da CESP, caso não venha a interessar-se na subscrição de novas ações desta emprêsa.

Passarão a integrar a CESP, também, os Governos dos Estados de Mato Grosso, Goiás, Paraná e Santa Catarina e emprêsas de energia elétrica de Minas Gerais (CEMIG), Rio Grande do Sul (CEEE), já acionistas atualmente da CELUSA ou da USELPA (neste caso, a COPEL, emprêsa do Govêrno do Paraná). Esta participação, no entanto, é minoritária, não chegando a perfazer 1% do capital social da CESP.

O FUTURO DA CESP

A receita de operação prevista para a CESP, nos anos de 1966, 1967 e 1968, é a seguinte, em bilhões de cruzeiros.

Emprêsas	66	67	68
CELUSA	—	110,9	313,8
USELPA	14,4	51,0	110,0
CHERP	17,5	42,7	77,0
Total	31,9	194,6	500,8

(APEC — n.º 108)

A AÇÃO DA RÊDE BANCÁRIA PRIVADA NO COMBATE À INFLAÇÃO

Ao se notarem os primeiros indícios de inflação nos Estados Unidos, o presidente da American Bankers Association preparou um programa básico de ação, para ajudar o Govêrno no combate à inflação. São tirados dêsse programa os trechos que tomamos a liberdade de apresentar, por serem de instruções em grande parte aplicáveis à nossa situação atual:

"A necessidade de restrição de crédito para o adequado combate à inflação é por demais conhecida para que mereça qualquer discussão. O importante é assinalar que nesta restrição, a função do banqueiro, quando a simples fôrça do mercado se torna inadequada, é adotar métodos informais de seleção que eliminarão os empréstimos menos produtivos e especulativos.

É importante assinalar também que, quando a demanda de crédito cresce mais ràpidamente que a possibilidade dos bancos de emprestar, as considerações de preço e taxas de juros se tornam menos e menos importantes, razão pela qual não é possível fazer-se uma seleção total sòmente pela diferenciação de taxas de juros.

Assim, os banqueiros devem olhar cuidadosamente a utilização do empréstimo, as condições, fonte de recursos para pagamento e outros fatôres não de rentabilidade, ao analisar pedidos de empréstimos. Decisões sadias quanto a empréstimos, normalmente, serão decisões econômicas sadias para a nação como um todo. O uso inicial de recursos criados recentemente por uma expansão global de empréstimos bancários é importante, numa época em que os recursos reais são inferiores à demanda total. Mas, ainda mais importante é como o enorme volume de repagamentos de empréstimos atuais são reemprestados, com relação aos acontecimentos econômicos do país. A autonegação dos bancos é apenas uma parte da solução e não é substituto para uma política fiscal e monetária, devendo ambas sempre caminhar juntas.

Quando a demanda de créditos excede a quantidade de fundos existentes, várias decisões devem ser tomadas para ver conciliada a situação. Entretanto, um simples conjunto de regras não pode ser aplicado a todos os bancos. Em verdade, esta é uma das principais desvantagens de programas de restrição impostos externamente. Se os banqueiros procuram restringir alguns fundos de empréstimos, o impacto em instituições, clientes, indústria e comunidade varia largamente. Interpretações diversas das regras podem resultar de empréstimos sendo recusados por um grupo, mas sendo feitos direta ou indiretamente por outro. Se há tentativa de restringir a expansão monetária limitando os empréstimos a um crescimento percentual específico sôbre um período básico, aparece o problema de saber qual é o período básico que afeta a tôdas as instituições do mesmo modo. E isso também traz uma série de distorções.

Tendo em vista essas idéias foi preparado um conjunto de perguntas que os banqueiros devem considerar, se querem ajudar no esfôrço de restrição de crédito e combate à inflação, as quais são as seguintes:

1.º — Estão sendo atendidas as necessidades para crédito produtivo?

2.º — Estão sendo desencorajados os empréstimos para manutenção de estoques especulativos?

3.º — Estão os empréstimos para construção e compra de equipamentos sendo adequadamente atendidos?

4.º — Estão sendo desencorajados os empréstimos para compra de organizações?

5.º — Estão os empréstimos que influenciam a posição internacional do balanço de pagamentos sendo adequadamente selecionados?

6.º — Pode a qualidade dos empréstimos ser melhorada?

7.º — Podem os pedidos de empréstimos ser diminuídos por redução ou adiamento?

8.º — Podem os pedidos de empréstimos ser canalizados para outras fontes?

9.º — Está o banco estendendo excessivamente sua área de atuação geográfica em seus esforços para emprestar?

10.º — Finalmente, estão sendo pròpriamente selecionados os novos tomadores?

Tais perguntas são ilustrativas dos fatôres considerados por muitos banqueiros em decidir sôbre o empréstimo particular. O estudo das várias considerações deverá indicar que nenhum banco deverá chegar a decisões exatamente do mesmo modo que outro.

Na verdade, esta falta de uniformidade é a sua grande fôrça. Critérios uniformemente rígidos, como dito anteriormente, terão um impacto variado em diversos bancos e em diversos clientes de um determinado banco. Tais critérios tendem a diminuir o crescimento em áreas onde êste é mais necessário e impõem problemas difíceis de administração. É a grande vantagem do sistema de livre emprêsa que, por dar o máximo de flexibilidade de decisão a vários competidores individuais, tende a promover uma locação eficiente de recursos. É por isso que flexibilidade e decisões individuais são preferíveis a linhas de conduta rígidas, impostas por autoridades externas ou por acôrdo comum.

Seria particularmente inadequado seguir qualquer um dos critérios ao selecionar os empréstimos. Muitos fatôres devem ser considerados e analisados um contra o outro. As perguntas mencionadas acima podem auxiliar o banqueiro individual a tomar uma decisão correta mas sem o fazer por êle. Fatôres relevantes serão considerados, mas o julgamento deve ser aplicado no contexto de cada caso específico.

Na análise final é o julgamento do banqueiro individual que permitirá e determinará quais empréstimos serão aprovados e quais não serão. Entretanto, êsse julgamento deve ser tomado de acôrdo com o cabedal de informações e considerações discutidos anteriormente."

(*APEC — n.º 110*)

ARMAZENAGEM RACIONAL EM TODO O BRASIL É META ECONÔMICA E SOCIAL DA CIBRAZEM

Como a atividade de prestação de serviço de armazenagem vinha apresentando um índice muito baixo — a não ser nos armazéns de trânsito — o Govêrno foi levado a chamar a si a responsabilidade por êste setor, criando a Companhia Brasileira de Armazenamento — a par de outras providências capazes de garantir o abastecimento de gêneros alimentícios a preços justos.

Com o comércio e a lavoura, a CIBRAZEM procura ter — e vem conseguindo — as melhores relações, desempenhando um papel de alta relevância no que se refere à armazenagem das safras, tanto de cereais, como de produtos agropecuários, de forma a que nos períodos de escassez das entressafras o mercado consumidor permaneça provido.

POR QUE GUARDAR

A importância da armazenagem ressalta logo diante do fato de que tôda produção de alimentos, em qualquer parte do mundo, é sazonal: limita-se a dois ou três meses para cada produto, enquanto que as necessidades do consumo são permanentes. Daí imporem-se as formações de estoques dos produtos colhidos em determinados períodos para o atendimento do mercado o ano inteiro.

É através dêsses estoques que o Govêrno consegue garantir o abastecimento permanente dos gêneros alimentícios às populações nos diferentes pontos do País e manter um relativo e satisfatório equilíbrio de preços, pois se assim não agisse os particulares que dispusessem de reservas entrariam absolutos no mercado, impondo os preços que lhes aprouvessem.

FASE DE EXPANSÃO

Ainda que no ano passado a CIBRAZEM tenha sido obrigada a realizar grandes estoques para o Govêrno, diante do volume adquirido pela Comissão de Financiamento da Produção, aproximadamente 50% do movimento da Companhia foi feito com o comércio e com a lavoura, sendo que em 1967 essa participação com a iniciativa particular deverá elevar-se a mais de 70%, tendo em vista a influência decisiva de três novas áreas no abastecimento interno e no mercado externo.

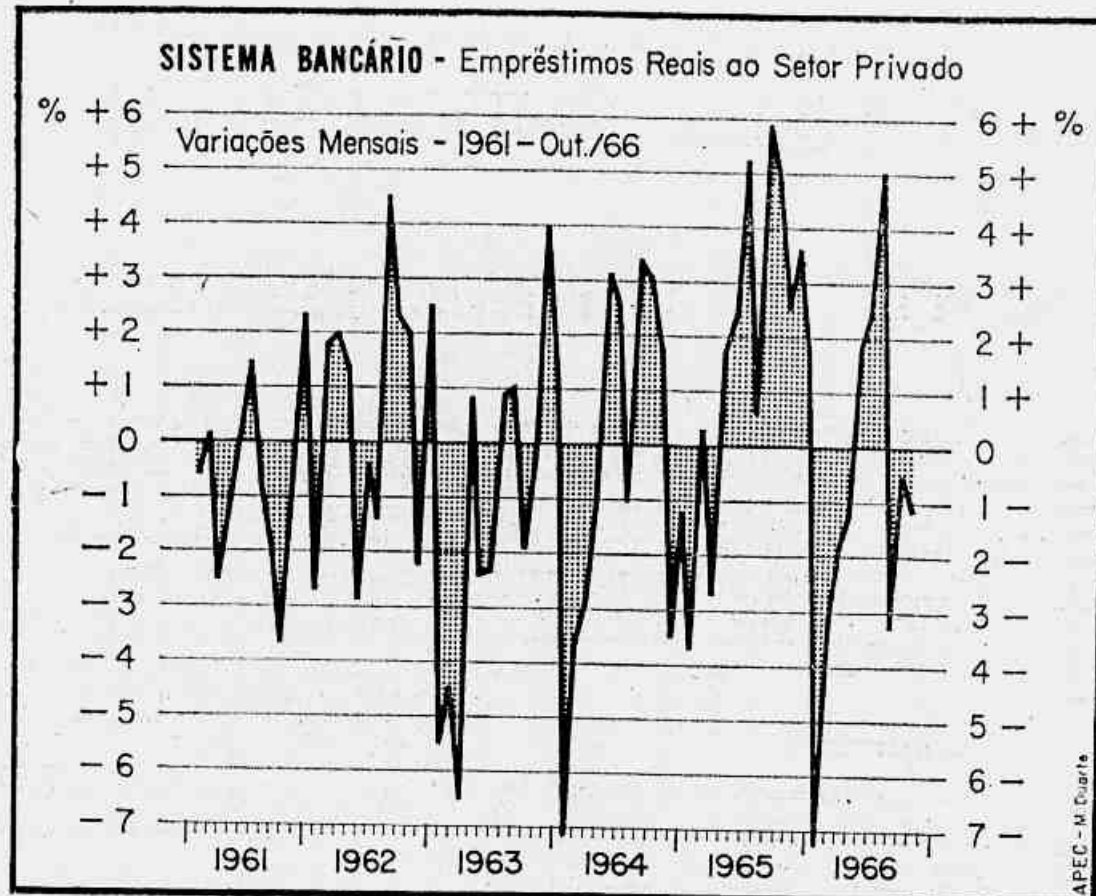
Essas três áreas, que vêm apresentando um vertiginoso desenvolvimento, compreendem Mato Grosso, Goiás e o complexo Norte e Oeste do Paraná-Oeste de Santa Catarina, que ainda não dispõem de um aparelhamento como os de São Paulo, Minas e Rio Grande do Sul, mas apresentam perspectivas das mais animadoras para a economia nacional em futuro próximo.

CONTRIBUIÇÃO

O significado dessas novas áreas pode ser aquilatado pelo que elas já vêm rendendo em arroz, milho, feijão e soja. O arroz ali colhido já se iguala em volume e qualidade ao apresentado pelo Rio Grande do Sul. O milho já representa o grosso da produção nacional e o total de nossas exportações dêsse produto. O feijão popular — tipos jalo, enxôfre e mulatinho — começa a cobrir tôda a demanda dos mercados da Guanabara e São Paulo.

As três áreas estão também introduzindo-se no mercado da soja de tal forma a prever-se que dentro de dois ou três anos estejam produzindo tanto ou mais que o Rio Grande do Sul, principal produtor até agora. Saliente-se que essas regiões de Mato Grosso, Paraná e Santa Catarina são constituídas de terras não cansadas, em grande parte disponíveis pela erradicação de cafèzais, e pela dispensa de adubação apresentam melhores condições quanto ao custo de produção.

CONCENTRAÇÃO

Segundo os planos do General Aloysio Gondim Guimarães, Presidente da CIBRAZEM, é nessas áreas que a Companhia vai concentrar a maior parte de seus esforços, estando previstos prioritàriamente, entre outros empreendimentos, a inauguração de um armazém em Campo Grande (Mato Grosso) dispondo de um grande engenho de arroz; em Rondonópolis, no mesmo Estado, uma unidade semelhante vai ser instalada. Em Goiás, será ampliado o armazém de Itumbiara, para trabalhar simultâneamente em granéis, e construída uma outra unidade. No Paraná, está prevista ampliação de rêde para trabalhar com produtos a granel, em 50 mil toneladas, aproximadamente, de capacidade estática. Em Santa Catarina, a capacidade de armazenagem será ampliada em mais 30 000 toneladas de capacidade estática em granel. Tôdas essas novas unidades serão providas de máquinas secadoras e de limpeza.

BENEFICIADOS

Só essa concentração de esforços naquelas áreas exigirá da CIBRAZEM um investimento inicial de Cr$ 2,5 bilhões, devendo todo o maquinário necessário ser adquirido à indústria nacional ou pelo aproveitamento de material abandonado há oito anos. A curto prazo, com tais providências, serão beneficiados os mercados do Rio, São Paulo e exportador.

Frisa o General Aloysio Guimarães que 80% do milho exportado pelo Brasil passaram por armazéns da CIBRAZEM em Santos, e graças à formação de um "pool", mediante convênio com a Companhia de Docas, os exportadores no ano passado não pagaram um dólar de multa, mas, ao contrário, receberam prêmios de embarques.

MECANISMO

Na política do Govêrno de estimular o produtor, através de preços mínimos, financiamentos, assistência técnica, fornecimento de sementes, adubos etc., e ao mesmo tempo buscar a estabilização de preços, a CIBRAZEM funciona nesta engrenagem como receptáculo de mercadorias, adquiridas ou financiadas pelo poder público, preparando-as no tipo, através da limpeza, classificação e expurgo. Inclusive concede adiantamentos ao produtor para sacaria e transporte dos gêneros aos armazéns.

É nas zonas de produção que se localizam os armazéns da Companhia, e, uma vez preparada e beneficiada a mercadoria, ela é remetida — conforme os planos de abastecimento das autoridades — para os grandes centros de consumo, onde se constituem, então, os estoques reguladores.

Dispõe a CIBRAZEM, além dos armazéns que opera por convênio, de uma rêde própria de armazéns assim distribuída: 13 no Rio Grande do Sul, 6 em Santa Catarina, 9 no Paraná, 1 na Bahia, 3 em Sergipe, 3 em Alagoas, 1 na Paraíba, 3 no Rio Grande do Norte, 4 no Ceará, 2 no Piauí, 2 em Mato Grosso e 4 em Goiás. No Recife, um armazém regulador e 3 armazéns-feira intermediários. Em Minas, São Paulo, Bahia e Estado do Rio as respectivas companhias estaduais de armazenamento vêm cobrindo satisfatòriamente as necessidades dêsses Estados, dispensando algumas delas, a colaboração da CIBRAZEM.

Tôda essa rêde armazenou no ano passado quase 18 milhões de toneladas de produtos agropecuários para efeito de preço mínimo, sendo que essa mecânica da Companhia visa também a facilitar a iniciativa particular nos locais adequados para aquisição de mercadoria, meios de financiamento através do **warrant**, e transferência da mercadoria dentro da mesma rêde da CIBRAZEM sem necessidade de liquidação imediata.

REFLEXOS NO RIO

Na Guanabara, a política de preços mínimos, com a atuação da CIBRAZEM teve reflexos positivos — em 1965/66, as safras de arroz, feijão e farinha foram minguadas, mas com a presença dos armazéns reguladores, principalmente no Rio, pode o Govêrno lançar no mercado consumidor os excedentes da safra anterior, por êle adquiridas, e manter como vem mantendo, estoques até a próxima safra. A ausência de filas é significativo quanto ao acêrto das medidas governamentais no setor do abastecimento.

Durante o ano passado, a CIBRAZEM ocupou, em convênio com a iniciativa privada, cêrca de 100 armazéns em todo o País, dos quais 45 estão localizados na Guanabara. O transporte vem sendo feito também em convênio, através de concorrência pública, com firmas particulares, salientando-se o realizado com o Sindicato dos Arrumadores, que dispunha de capacidade ociosa.

FRIO

No setor do frio, a CIBRAZEM elaborou um plano arrojado para êste ano. O seu maior frigorífico está localizado no Rio, possuindo uma capacidade de 15 000 toneladas de estocagem. A construção de quatro túneis especiais para congelamento de 80 toneladas diárias de carne ou peixe é uma das partes do programa de reforma do frigorífico, estando as obras orçadas em Cr$ 4 bilhões.

No caso da carne congelada, o nôvo processo de descongelamento oferecerá 120 toneladas diárias do produto ao consumo público, rigorosamente à semelhança da carne recém-saída do abate. A restrição que as donas de casa vêm fazendo à carne congelada se deve ao processo errado que os açougueiros usam para processar o descongelamento, que deve ser feito lentamente, e não a jatos de água tirando da carne tôda a sua riqueza alimentícia.

Destaca-se, ainda, no plano, a construção de um grande frigorífico em Salvador. A inauguração da unidade, prevista para meados do ano, vai atender ao mercado de cereais e cebola proveniente do Vale do São Francisco. Sua estocagem, no período de entressafra, vai garantir a estabilidade dos preços do produto, sob níveis nunca antes conhecidos, sendo os maiores beneficiários os consumidores do Rio e de São Paulo.

PESCA

No setor da pesca, a CIBRAZEM está agindo com êxito em duas áreas distintas e de suma importância para o abastecimento: através de sua rêde nacional de entrepostos de pesca, a Companhia está proporcionando-lhes facilidades no fornecimento de gêlo — fator básico nessa atividade.

A CIBRAZEM, além de fabricar gêlo, concede crédito ao adquirente. O fornecimento, no âmbito nacional, se expressa por um volume de 380 toneladas diárias, compreendendo Norte-Nordeste, Centro-Sul e Sul, em 12 entrepostos. O apoio se revela também na recepção da produção pesqueira desembarcada em cada uma dessas unidades, facilitando a estocagem em câmaras frias apropriadas.

VELHO ACERVO

A capacidade de estocagem representa, em refrigeração e congelamento, 17.000 toneladas de diferentes produtos, e se a Companhia não apresenta ainda maior capacidade para a formação de estoques no setor da pesca, atribui-se ao acervo deficiente que recebeu da Superintendência de Desenvolvimento da Pesca e das Emprêsas Incorporadas da União.

Grandes investimentos já foram realizados para a substituição das velhas máquinas do Armazém Frigorífico da Av. Rodrigues Alves, na Guanabara, e em 67 outras unidades estarão também de nôvo operando. A recuperação do Armazém Frigorífico representa um trabalho demorado, pois tem de ser feito por etapas, câmara por câmara, para evitar um colapso no abastecimento do Rio, pois a paralisação total de um grande frigorífico representaria deixar o carioca em sérias dificuldades.

PLANEJAMENTO

Na tarefa a que se impôs, a CIBRAZEM conta com um planejamento que começa pela análise dos mercados primários e secundários em relação às zonas; da direção e volume do fluxo atual de cada produto incluído na pesquisa; do método atual de movimentação e das possibilidades da aplicação a granel; das operações de crédito e financiamento que influenciam no fluxo dos produtos.

Igualmente são enfocados outros fatôres que interferem no abastecimento, como a situação das rodovias, ferrovias e vias fluviais que facilitam ou estrangulam o escoamento da produção. São examinadas ainda as condições de localização, capacidade e classificação das unidades existentes de armazenagem, além de ser elaborado um esbôço do programa preliminar prioritário para melhoria das unidades existentes e estabelecimento de novas unidades.

Na análise do fluxo de produtos do mercado secundário (mercados terminais e subterminais), o planejamento compreende um exame da situação financeira e creditícia, com a focalização do processo de **warrants** e da comparação do custo final no centro comercializador com a cotação média internacional.

ESTÁGIO INTERMEDIÁRIO

A Companhia já tem pronto, abrangendo uma gama de seis produtos (arroz, feijão, milho, trigo, soja e batata) um estudo por seu Departamento Econômico em colaboração com o Banco Internacional de Desenvolvimento, para o projeto de armazenamento nas regiões Centro e Sul — estágio intermediário.

Serão abrangidos os Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Minas Gerais e Mato Grosso, mas, sempre que necessários aos objetivos do plano, deverão ser incluídos os Estados da Guanabara, Rio de Janeiro e Espírito Santo, bem como quaisquer outros que influenciem no sistema de comercialização da região.

PARTICIPAÇÃO DAS FINANCEIRAS NO DESENVOLVIMENTO NACIONAL

SÍLVIO GRANDINETTI

O principal êrro de avaliação que se tem cometido em relação às companhias financeiras é o de indicá-las como organismos que só operam com dinheiro a custo elevado. Tal interpretação e outras, igualmente distorcidas, impedem que o papel de extrema relevância que elas vêm exercendo no desenvolvimento da economia nacional seja compreendido em tôda a extensão de sua profundidade.

No que se refere ao custo elevado do dinheiro, sua origem é outra, situada, principalmente, na atuação de governos passados, que, executando uma série de ações de ordem negativa, contribuíram para a elevação das taxas. A participação governamental na disputa das aplicações dos investidores, a tributação das operações das emprêsas de crédito com uma elevada carga de custos fiscais e a prática consentida do mercado paralelo, são alguns exemplos dos fatôres negativos acionados por áreas oficiais e que compuseram o total aviltamento do mercado. As financeiras coube a obrigação de acompanhar as condições determinadas por êsse mercado, em um processo que se tornou inevitável e que escapou completamente ao seu contrôle.

Uma análise elementar das atividades das financeiras é suficiente para evidenciar que a sua posição, longe de ser um obstáculo, constituiu-se, desde o início de sua atuação, em fator decisivo de lastreamento da expansão econômica nacional.

A sua participação na formação da mentalidade de poupança, traduzida na criação do valioso potencial de investimentos que impulsionou a produção nacional, por exemplo, carece, até agora, do dimensionamento adequado. Sòmente essa participação bastaria para justificar a existência das companhias de financiamento e investimentos no mercado financeiro. Ao atrair a poupança privada para atividades produtoras de tôda espécie, elas contribuíram para a formação das condições infra-estruturais indispensáveis ao desenvolvimento da economia do País. Por outro lado, a estrutura flexível de seu processo operacional e o pronto atendimento do mercado às suas demandas, alcançado através da confiança que conquistaram, vêm permitindo a sua colaboração, de forma acentuada, na eliminação de situações anormais que algumas vêzes têm se registrado.

Mas não é só no setor privado que os reflexos das atividades das financeiras se fazem sentir; a tarefa de restauração do prestígio dos títulos públicos, empreendida pelo atual Govêrno, não teria sido tão bem sucedida, e em prazo tão curto, se não fôsse fortalecida pela atuação das emprêsas de crédito, que souberam atender ao apêlo que lhes foi feito. É plenamente válida uma afirmação de que tanto nesse episódio, como em outros de idêntica importância, tais emprêsas tornaram-se um dos principais instrumentos de assessoramento e execução da política de reformulação do mercado financeiro, implantada pelas autoridades monetárias.

E foi justamente o reconhecimento de tal posição que fêz com que essas autoridades passassem a estabelecer novos dispositivos legais regendo a atuação das financeiras, em que lhes são reservadas funções de ainda maior envergadura, não só na consolidação do Mercado de Capitais, mas até mesmo na da nova estrutura econômico-financeira nacional.

Nesse sentido, uma das mais expressivas medidas é o recente decreto do Presidente da República, criando estímulos à capitalização das emprêsas e permitindo às financeiras atuar com maior intensidade no setor de investimentos. Uma vez que é na capitalização que reside a possibilidade de ser eliminado o foco causador do estrangulamento do empresariado, torna-se fácil aquilatar a grande responsabilidade que está sendo a elas delegada.

A instituição do crédito direto ao consumidor, sistema que tem condições de alterar totalmente, em têrmos positivos, a conceituação e a praxe de comércio tradicionais no País, é outra missão de indisfarçável relêvo que está sendo entregue às financeiras. A execução dêsse trabalho adquire importância incomparável, pois é sabido que o alcance de tal sistema não ficará restrito ùnicamente ao consumidor, visando, pelo contrário, a objetivos muito mais amplos, que beneficiarão indistintamente a todos os setores que dêle participarem, inclusive os da produção.

Pode-se observar, portanto, que o Govêrno, consciente de que a atuação das financeiras representa uma garantia para a transformação positiva da fisionomia econômico-financeira do País, tem a preocupação de abrir um campo mais amplo às suas atividades.

É lícito concluir-se que o acervo de realizações apresentado pelas emprêsas de financiamento e a demonstração de sua capacidade de ação, de vitalidade e de versatilidade, foram os elementos que permitiram às atuais autoridades monetárias corrigir a avaliação distorcida que delas se vinha fazendo e convocá-las, progressivamente, a participar do núcleo do processo de desenvolvimento da economia brasileira.

PARTICIPAÇÃO BRASILEIRA NA ALALC, PERSPECTIVAS E SUGESTÕES

JOÃO F. BENTES

A ALALC foi criada pelo Tratado de Montevidéu de 1960, dela fazendo parte atualmente, onze países: Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, México, Peru, Paraguai, Uruguai e, recentemente, Bolívia e Venezuela. Tentaremos verificar se o objetivo de Punta del Este em incrementar o comércio entre os países membros tem sido alcançado pelo Brasil. (Sôbre os primeiros anos da ALALC, v. **A economia brasileira e suas perspectivas**. — APEC — vol. II, págs. 321 — 329 e III, págs. 177 — 179).

O Quadro I apresenta o comportamento do comércio brasileiro com a ALALC e a América Latina (1) no período 1938/65. Conforme idêntica metodologia observada no **Diagnóstico Preliminar do Comércio Internacional do Brasil** (2) faremos a comparação do comércio brasileiro com aquelas duas regiões, a fim de verificarmos se tal comércio tem sido consistente com o objetivo da ALALC. Torna-se necessário, portanto, que o acréscimo (decréscimo) nas exportações brasileiras para a ALALC deva ser relativamente maior (menor) do que o acréscimo (decréscimo) correspondente às exportações brasileiras para tôda a América Latina.

Ora, o Quadro I mostra que as exportações brasileiras para a ALALC, em 1962 e 1963 sofreram um maior declínio do que para a América Latina, ou sejam, respectivamente, 8,8%, 20,6%, 7,1% e 14,3%, indicando uma inconsistência com os objetivos do Acôrdo de Montevidéu.

No dado das importações observamos que houve consistência nos resultados, uma vez que se elevaram mais para a ALALC do que para a América Latina. Por exemplo, em 1962 elevaram-se em 9,4% na ALALC e caíram 9,2% na América Latina; em 1963, elevaram-se em 42,14% na ALALC e 6,3% na América Latina; em 1964 elevaram-se em 19,5% na ALALC e 15,9% na América Latina. Tal tendência parece indicar que, pelo menos até 1964, a economia brasileira reagiu positivamente às concessões dadas aos membros da ALALC, não acontecendo o inverso, porém, com os últimos em relação ao Brasil.

Entretanto, a partir de 1964, as exportações brasileiras para a ALALC reagiram de maneira marcante, elevando-se em 1965 em 30%. Esta reação deveu-se principalmente a medidas de política interna e de comportamento do mercado nacional, a partir de 1964, o que ocasionou o aproveitamento, pelo Brasil, das concessões até então recebidas, e passando à situação superavitária com a região após 3 anos de continuados deficits.

Aquela inversão ocorrida a partir de 1964, e concretizada em 1965, provocou uma retração no comportamento argentino, até então superavitária com a região. Da mesma maneira Chile, Colômbia, Peru, Equador e Venezuela tentam conseguir "tratamento adequado à condição de países de menor desenvolvimento econômico relativo" (declaração de Bogotá). Sem subterfúgios podemos ir diretamente ao problema: a região não quer retribuir vantagens ao Brasil, que as deu primitivamente desde o Acôrdo até 1964.

Acertadamente, a nosso ver, o Brasil mudou de atitude na última reunião de chanceleres da ALALC. O nosso país, que era o principal interessado no avanço integracionista, muda repentinamente quando começa a ter vantagens dentro da região. Entretanto, a declaração de Bogotá, a proposição para o Mercado Comum Latino-Americano de Eduardo Frei, e as perspectivas de um Comitê Supranacional parecem ter influenciado a atitude brasileira, somando-se aos atuais anseios dos argentinos, os quais se comportaram, durante a reunião, de maneira idêntica.

Tais incertezas de comportamento têm provocado um tom muito pessimista quanto aos destinos da Associação e já aparecem os primeiros proponentes da sua extensão pura e simples. Pensamos, contudo, não ser esta a melhor solução e, uma vez equacionados os problemas, poderemos atingir soluções mais realistas.

Dificuldades na Integração da Região

a) Desequilíbrio constante do Balanço de Pagamentos.

Os continuados deficits dentro da região (de um membro com os demais, em conjunto) indicam a inadaptação de determinados países membros à estrutura dos demais. Com as exceções do Equador e Paraguai, que recebem tratamento especial dentro da ALALC e a Venezuela, que recentemente entrou para a Associação, sòmente a Argentina e o México mantêm saldos favoráveis no comércio inter-regional, estando os demais enfrentando situações de continuados deficits. Peru, México e últimamente Brasil têm mantido saldos positivos em moedas fortes, elevando substancialmente suas reservas, respectivamente, de 50 para 200, de 400 para 550 e de 370 para 520 milhões de dólares, no período 1959/64.

Apesar de quase ter dobrado o comércio inter-regional, de 659 milhões em 1961 para 1.264 milhões de dólares em 1964, não houve pràticamente alteração no fluxo observado anteriormente, inclusive na qualidade dêste fluxo, já que apenas 5% correspondem a produtos manufaturados (excluída a Venezuela). Por outro lado, 65% do incremento do comércio total da região (incluídos países fora do bloco) corresponderam ao comércio regional, o que faz crer ter-se atingido pelo menos parte do necessário "desvio de comércio", a fim de se liberar moedas fortes que atendessem a um programa conjunto de desenvolvimento da área.

Na verdade, o crescimento de reservas internacionais visto acima pareceria indicar que estamos caminhando para os objetivos. Entretanto, a intensa participação de produtos agrícolas tende a provar que na verdade o incremento do comércio internacional foi devido à "expansão do comércio", continuando, por conseguinte, a crescer o deficit da ALALC com os países desenvolvidos, apesar de diminuída a intensidade daquele crescimento (vide Quadro II).

Tal situação tem requerido uma participação preponderante de investimentos estrangeiros na área, atingindo um montante perigoso para a repatriação de lucros, dividendos e amortizações, o que representou, em 1962, 31% do total da receita de exportação da zona. Vemos, assim, que até o momento os objetivos do comércio inter-regional não foram atingidos, o que era uma condição preponderante para o desenvolvimento da integração.

b) Mecanismo de concessões.

O esquema de concessões pecou profundamente por não ter um mecanismo automático de desgravação, o que foi ocasionado principalmente pelos receios gerais e também porque vários membros encontram nas importações uma grande fonte de receita tributária. Ademais, todos os membros vêem a possibilidade de vir a produzir determinados produtos, já que desconhecem os custos de produção dos demais. São as dificuldades surgidas da "**integração a priori**" tornadas mais difíceis pela falta de recursos.

Muitos propõem reduções automáticas de tarifas, a exemplo do MCE e do MCCA. Entretanto, seria necessário a criação de um fundo social e de desenvolvimento para atender aos países que se vissem privados de uma ponderável receita tributária, e para acelerar a complementação industrial, com financiamentos a médio e longo prazos.

c) Desconhecimento dos fatos:

A escassez de dados estatísticos e a falta de verdadeira cooperação integracionista nas reuniões de comissões têm levado a incertezas nas concessões de produtos, sendo exemplo a grande intensidade de recuos nas concessões das listas nacionais. Tal fato tem sido remediado no MCCA pela obrigatoriedade de manutenção das concessões, gerando observações mais acuradas com resultados positivos na organização das estatísticas.

É êste um fator que não permite a adoção de tarifas comuns a terceiros países, uma vez que se desconhece o grau de competição de determinado setor, além de exigir uma comissão de caráter supranacional, ainda de difícil implantação na ALALC.

d) Mercado financeiro insuficiente:

A insuficiência dos mercados de capitais regionais tem gerado uma série de problemas, principalmente o referente a balanço de pagamentos e a política de inversões. A falta de um regime adequado de pagamentos entre os membros, bem como a inexistência de créditos recíprocos e unilaterais têm provocado uma forte dependência da integração nas inversões estrangeiras. Tais fatos repercutem também na política de comercialização da ALALC, gerando um círculo vicioso de ineficiência do organismo.

O MCCA (Mercado Comum Centro-Americano) pode sobrepujar estas dificuldades através da criação do Banco Centro-Americano para a Integração Econômica, impulsionando a complementação através de empréstimos regionais sob a aprovação de um secretariado que coordene a integração industrial. Este banco canaliza capitais nacionais e estrangeiros, oficiais e privados, orientando-os para projetos prioritários.

Pouco tem sido realmente apresentado sôbre a criação de semelhante organismo para a ALALC. Tôda a ênfase recai apenas no financiamento à comercialização. Raymond Mikesell, Bernstein, Herrera e outros têm-se preocupado exclusivamente com a criação de um **Banco de Pagamentos** e a maioria aconselha a criação de um Banco Central Regional, com a finalidade de complementar as reservas internacionais e de coordenar as políticas monetárias da região.

O BID tem tentado preencher esta lacuna, fornecendo empréstimos a projetos de caráter multinacional. Entretanto, é uma solução temporária que está longe de atender às necessidades da região. Alguns dos países membros, a exemplo do Brasil, com a nova lei que criou o CONCEX, têm procurado atender ao financiamento para a produção exportável, e não sòmente à comercialização.

e) Diferentes estruturas econômicas entre os membros:

A associação de países em zona de livre comércio é a forma mais primitiva de integração dentre as existentes. Deve esta forma imperar enquanto perdurarem as modificações de políticas fiscal, monetária e cambial dos países membros, necessárias à unificação em estruturas similares, para então evoluir-se em direção a um tipo mais avançado de integração.

Tal período de transição se torna necessário, a fim de permitir que as integrações setoriais possam exaurir as repercussões originadas de realocação de recursos, e a homogeneidade de políticas econômicas internas evitará que idênticas concessões tenham repercussões diferentes. Neste período aceita-se tratamento preferencial para países com características de menor desenvolvimento econômico relativo, ou de mercado insuficiente, devido principalmente às diferentes elasticidades-renda de importação. Quanto maiores os desníveis maior será o período de transição e quanto mais países na Associação mais difícil será a obtenção de acôrdos, devido aos diferentes graus de urgência em se conseguir a integração.

Como bem mencionaram Herrera, Prebisch, Santa María e Mayobre, na conhecida **Proposição para a Criação do Mercado Comum Latino-Americano**, a lentidão do mecanismo de concessão implantado na ALALC dificilmente teria encontrado uma alternativa, já que a experiência do Mercado Comum Europeu muito influenciou o temor a transtornos que poderiam sobrevir ao abrir-se o mercado interno à competição dos países membros. Exageradamente foi tomado o exemplo, e o receio de modificações nas políticas econômicas e financeiras dos países membros, aliados a um alto grau de isolacionismo, tornou mais lento o processo, exaurindo o mecanismo muito antes de se esgotar o potencial de adaptações. O que muito contribuiu para êsse fato, além do desnível de industrialização existente na época do Acôrdo, foi o anseio geral dos países menos desenvolvidos relativamente, em atingir o estágio industrial da Argentina, Brasil e México, já que tal estágio deveu-se não sòmente à maior potencialidade dos mercados, mas principalmente às fortes restrições tarifárias nas importações, exercendo atração no estabelecimento de indústrias.

A recente **Declaração de Bogotá** comprova, a nosso ver, a necessidade de distinguirmos grupos de membros dentro da região, já que o mecanismo preferencial solicitado por: Venezuela, Chile, Colômbia, Peru e Equador, aliado ao fato da existência de políticas econômicas e financeiras heterogêneas, especialmente no campo do setor externo resultaria de fato na continuação de programas desenvolvimentistas industriais com as mesmas bases de insuficiências observadas no Brasil, México e Argentina.

Ora, o que se almeja é um desenvolvimento harmônico, e não uma continuação dos erros, para que todos atinjam "o mesmo grau de ineficiência". Se, de fato, a ALALC prejudica as pretensões nacionais (o que implicitamente é aceito por todos os membros, quando das concessões) e indubitàvelmente já se atingiu um manifesto desinterêsse pelas negociações, agravado pelas frustrações dos países menos desenvolvidos relativamente — é o caso de se rever a formação do bloco, em bases que permitam o funcionamento das condições necessárias a uma integração econômica. É o que tentamos apresentar nas conclusões que se seguem.

Conclusões

Por questões de pretensões individuais ou mesmo devido a diferentes tipos de estruturas econômicas, a verdade é que as exportações brasileiras de manufaturas cresceram mais ràpidamente para a Bolívia e Venezuela nos anos de vigência da ALALC, quando êstes países não pertenciam ao Acôrdo, do que para os demais países membros da Associação. Sòmente no ramo de máquinas e veículos, aquêles dois países absorveram 76,87% da exportação total brasileira do grupo, em 1964, enquanto a ALALC absorvia 8,84%. Idêntica situação ocorreu em 1962 e 1963, fazendo crer que os objetivos da integração em incrementar-se as exportações brasileiras de produtos manufaturados dependem de fatôres que não estão reciprocamente harmonizados entre todos os membros, encontrando-se tal harmonia, no entanto, mais intensificada entre países que estavam fora do Acôrdo.

O comércio entre Brasil e Argentina também tem mostrado uma harmonia de crescimento, apesar da recente relutância argentina em função do respectivo deficit na área observado em 1965, também devida a fatôres internos.

Por outro lado o México, que juntamente com o Brasil e Argentina são responsáveis por 45% das concessões até 1966, mantém ainda um sistema de licença prévia, o que tem obrigado o Brasil e a Argentina a negociarem os produtos em função do comportamento mexicano, ocasionando um estrangulamento no desenvolvimento das concessões entre aquêles três grandes países.

Estes fatos são, indubitàvelmente, responsáveis pela crescente tendência à formação de blocos dentro do organismo, devido principalmente aos impasses criados pelas exigências recentes dos países menos desenvolvidos relativamente. E esta, a nosso ver, parece ser a melhor solução, uma vez que tenderia a agrupar países em conformidade com as pretensões individuais. Evitaríamos, provàvelmente, que a ação das fôrças do mercado intensificasse a polarização em tôrno dos chamados grandes países, dando oportunidade a que os menos desenvolvidos pudessem elaborar uma integração seguindo os passos dos países que compõem o Mercado Comum Centro-Americano, que apresenta reais sucessos nos objetivos delimitados.

A formação de tais grupos seria automàticamente orientada pelas ofertas e demandas de complementações setoriais, a exemplo do interêsse recíproco entre México e Chile na indústria automobilística. Naturalmente que tal processo é menos eficiente, mas é, na verdade, o que se observa no comércio mundial, com as várias regiões integradas. É, no entanto, o mais politicamente viável, além do que tais blocos caminhariam mais fàcilmente para o mercado comum, podendo, subseqüentemente, ser observada a fusão de dois ou mais blocos.

Se porventura findasse o Acôrdo de Montevidéu, tais blocos surgiriam espontâneamente. Por que não incentivá-los dentro do próprio organismo?

QUADRO I

COMÉRCIO BRASILEIRO COM A ALALC, AMÉRICA LATINA E TOTAIS (US$ MILHÕES)

ANOS	EXPORTAÇÃO — Para ALALC		Para Am. Latina		Valor das Export.	IMPORTAÇÃO — Para ALALC		Para Am. Latina		Valor das Import.
	Valor	%	Valor	%	Totais	Valor	%	Valor	%	Totais
1938	17,9	6,2	18,1	6,3	289,2	40,4	13,9	40,9	13,9	294,8
1943	147,9	12,6	158,9	13,5	1.172,7	102,9	9,1	114,6	10,1	1.134,2
1952	125,5	8,9	126,2	9,0	1.408,8	87,2	4,3	173,6	8,6	2.009,5
1954	144,4	9,2	145,3	9,3	1.561,8	153,1	9,5	235,4	14,6	1.633,5
1956	96,8	6,7	102,5	6,9	1.482,6	117,1	9,5	237,1	19,2	1.233,9
1958	143,1	11,5	146,3	11,8	1.242,9	106,5	7,9	247,4	18,3	1.352,8
1959	75,1	5,9	76,9	6,0	1.281,9	116,9	8,5	233,3	17,0	1.374,4
1960	86,4	6,8	89,0	7,0	1.270,9	108,7	7,4	229,9	15,5	1.463,1
1961	95,2	6,8	97,8	7,0	1.402,3	44,9	3,1	146,0	10,0	1.461,5
1962	75,7	6,2	78,7	6,5	1.213,8	128,7	8,7	238,2	16,1	1.475,5
1963	76,0	5,4	83,8	6,0	1.407,0	164,0	11,3	252,4	17,6	1.487,4
1964	132,8	9,3	135,7	9,5	1.429,8	146,6	13,5	258,9	20,4	1.263,4
1965	197,4	12,4	—	—	1.595,5	150,4	17,4	—	—	1.096,4

QUADRO II

Comércio da ALALC com países desenvolvidos, em milhões de US$

	1955	1960	1964
Exportações	4.811	4.796	5.101
Importações	5.156	5.685	6.004
Deficit	345	889	903

TECNOLOGIA E SUBDESENVOLVIMENTO

TEODORO ONIGA

Há certas premissas básicas que não devem ser esquecidas quando se trata de analisar a evolução dos povos e sua posição relativa na história da humanidade. Uma delas, talvez a mais importante, é a da permanência dos valôres culturais em geral e da contribuição técnico-científica, em particular.

Quantos cientistas e técnicos são necessários a um país para que êle possa merecer o título de adiantado, desenvolvido, progressista? Eis uma pergunta meio ingênua, que só poderia ser respondida de modo relativo por comparação com os países considerados desenvolvidos. Sob êste aspecto, os dados publicados no estudo sôbre **Necessidade de Pessoal de Nível Superior** (V. APEC n.º 92, de 5-3-1966) mostram, indubitàvelmente, estar o Brasil de hoje muito longe do potencial técnico-científico dos países que, como os Estados Unidos, conseguem mobilizar 300 000 técnicos num programa espacial que visa a colocar três homens apenas na Lua, antes do fim da década.

Pode-se ter uma ordem de grandeza das necessidades de técnicos e cientistas apelando para a moderna teoria da informação. Sòmente para assimilar o conteúdo dos cêrca de 30 milhões de livros que foram escritos até hoje, seriam necessários mais de 6 000 cérebros humanos impregnados de saber. Onde arranjar tantos cientistas, se o número total de pesquisadores registrados no Brasil mal passa de 3 000, enquanto que, segundo dados recém-publicados, a emigração de técnicos dos países da América Latina ultrapassa êsse número cada ano? (*)

Não obstante os inúmeros brados de alerta, as perspectivas são pouco animadoras. A causa principal deve ser procurada na falta de ambiente estimulante, na falta de reconhecimento do valor do cientista, na falta de remuneração condigna do pesquisador especializado. Um exemplo típico é o do Instituto Nacional de Tecnologia. De um quadro total de 428 funcionários, apenas conta atualmente o INT com 167 servidores, distribuídos entre 57 engenheiros e químicos, 13 tecnologistas e 97 administrativos. Em vez de crescer, o número vem diminuindo constantemente: 258 em 1960, 245 em 1961, 220 em 1962, 198 em 1963, 190 em 1964 e 169 em 1965.

Ao mesmo tempo as tarefas foram crescendo, de 4 102 assuntos tratados em 1960, para 5 300 em 1965, o número de tarefas **per capita** passando do simples ao dôbro (de 15,8 para 31,4). No passado, desde a criação da Estação Experimental para Combustíveis e Minérios, em 1921, e até alcançar a sua estrutura atual (12 Divisões técnicas, um Centro de Estudos de Mecânica Aplicada e Serviços Técnicos Auxiliares) que data de 1961, estêve o INT presente na resolução dos grandes problemas visando à valorização dos recursos naturais: carvão, xisto betuminoso, ligas metálicas, álcool etílico, petróleo, gasogênios, diatomita, calcário, fosfatos, óleos essenciais, resinas, borracha, cerâmica, fibras, sal, energia eólica e solar etc.

Num país ainda em fase de desenvolvimento e que possui extensão continental, como o Brasil, onde quase tudo está por fazer ou refazer, a importância de um órgão tecnológico central, como o INT, é fundamental. Infelizmente, esta instituição federal, como também os institutos tecnológicos estaduais, foram vítimas de uma incompreensão não menos fundamental quanto à prioridade das verbas destinadas, pelo poder público, à manutenção e ao desenvolvimento das atividades de pesquisa tecnológica. A título de indicação, o orçamento atual do INT é da ordem de 1 bilhão de cruzeiros, dividido em partes sensìvelmente iguais entre despesas com pessoal e material (permanente e de consumo, inclusive equipamentos). Considerando os 167 funcionários presentes (excluindo os 9 requisitados por outras instituições), vem para o salário médio mensal cêrca de 250 mil cruzeiros, ou seja, três salários mínimos. É bem verdade que os diretores de Divisões ganham atualmente, depois do aumento de 35% concedido em 1 de janeiro de 1966, quase cinco salários mínimos, mas isso representa apenas metade do salário inicial de um engenheiro, o que coloca muitos funcionários de nível universitário do INT em situação de inferioridade em relação aos próprios filhos recém-formados, que ganham mais na indústria privada, com apenas um ou dois anos de prática, do que um engenheiro ou um químico dos quadros do Govêrno, em fins de carreira.

O custo médio de um trabalho, de uma análise, de um parecer tecnológico, pode parecer relativamente alto quando medido apenas em têrmos de produtividade aparente, pois se, em 1965, foram tratados pouco mais de 5 000 assuntos e a verba absorvida pelo INT foi da ordem de 1 bilhão de cruzeiros, cada trabalho custou, em média, quase 200 mil cruzeiros. Acontece, no entanto, que uma importante proporção dos resultados fornecidos pelo INT ao Govêrno tem repercussões econômicas profundas, cujos efeitos dificilmente poderiam ser avaliados em dinheiro. A tecnologia é cara, e não é com uma fração, que representa apenas 0,02% do orçamento da União, que se conseguirá vencer o subdesenvolvimento do País.

Não resta dúvida que a situação da tecnologia em outros países de pouca renda **per capita** é tão (senão mais) dramática como no Brasil. É uma decorrência do fato de não se dispor de recursos suficientes para atender a tôdas as necessidades urgentes do **primum vivere**, o que vem postergar sistemàticamente as despesas para pesquisa. Agrava-se mais ainda o quadro quando, atraídos pelas condições incomparàvelmente melhores oferecidas pelos países desenvolvidos, os pesquisadores resolvem emigrar, contribuindo uma vez mais para enriquecer os países ricos e alargar a diferença que os separa dos países menos desenvolvidos. Os esforços internos nunca serão suficientes para conter ou inverter êsse fluxo. Daí o interêsse indiscutível e permanente que deve ser atribuído aos programas de assistência técnica através das Nações Unidas e de outros organismos internacionais, único meio de compensar, em parte, o desequilíbrio atual.

(*) Mais de 19 000 técnicos teriam emigrado nos últimos 5 anos para os EUA, principalmente de Colômbia, Argentina, Brasil etc. Segundo os últimos dados recebidos, a saída de cientistas brasileiros é, contudo, bastante reduzida (pelo menos quantitativamente).

PLANEJAMENTO DE PROJETOS

"Não há dúvida de que um dos principais fatores de limitação da assistência externa não é tanto a falta de financiamento como a falta de projetos e programas bem formulados", disse o economista Walter Sedwitz, em seu ensaio *Performance and Aid*.

Em países de desenvolvimento deficiente, como o nosso, o processo de formulação e avaliação de projetos é ainda um tanto confuso, se bem que já tenham sido ideados sistemas de análise de projetos para aplicação especial em regiões ainda subdesenvolvidas. Os conceitos básicos dêsses sistemas são idênticos aos postos em execução por emprêsas de destaque em países desenvolvidos, e não vemos razão por que não possam ser empregados no Brasil. Com efeito, o êxito do curso de análise de projetos, aqui realizado, há alguns meses, pelo professor Morris Solomon, é prova do intenso interêsse que o assunto desperta, e a sua divulgação encontrar a maior receptividade entre agências internacionais, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento e a AID, que assim saberão mais sòlidamente fundamentar os seus empréstimos.

Define-se como um projeto qualquer atividade que exige algum insumo, na expectativa de que trará benefícios em futuro próximo. O desenvolvimento de um projeto compreende tanto o seu planejamento como a sua execução. O desenvolvimento econômico e social total pode ser considerado como a soma de todos os projetos.

Desta forma o primeiro passo para colocar o País na trilha do crescimento econômico parece-nos ser a criação de um Instituto de Desenvolvimento de Projetos, medida que já está sendo cogitada pela Fundação Getúlio Vargas e pelo Escritório de Pesquisa Econômica Aplicada (EPEA), e para cuja execução esperam poder contar com o apoio de vários órgãos como o FINEP e o BNDE e seu sistema de bancos de desenvolvimento regionais.

A função precípua do Instituto será servir como fôrça catalítica para o desenvolvimento e a disseminação de modos de pensar que darão ímpeto a um desenvolvimento de projetos mais eficientes. Êstes modos de pensar emergem de, e são aplicados a, uma grande variedade de setores e disciplinas tecnológicos. Em vista da complexidade e âmbito do desenvolvimento de projetos e os obstáculos a serem vencidos, o Instituto deve ser extremamente seletivo em suas atividades, e estabelecer relações de colaboração com *aliados* em potencial.

O objetivo primeiro do Instituto de Desenvolvimento de Projetos será a realização, na escala mais ampla possível, de planejamento e execução de projetos que contribuam para o crescimento econômico e social do Brasil. É fator da maior importância que o ensino do planejamento de projetos, o planejamento pròpriamente dito e a execução dos projetos funcionem em constante interação. É notória a tendência do ensino, como atividade, de se divorciar da realidade. O Instituto deve ser organizado de modo a atingir uma integração adequada entre o ensino e a execução.

Um dos objetivos do Instituto será estimular, em outros países da América do Sul, a concretização dos mesmos objetivos preconizados para o Brasil. Assim, não só êste Instituto estaria contribuindo para a grande obra de desenvolvimento latino-americano, como também se colocaria em posição de receber ajuda financeira internacional.

Já conta o nosso País, hoje, com alguns professôres de análise de projetos, e, sob a supervisão de um especialista de nível internacional, o Instituto já poderia estar em funcionamento no ano próximo. Aumentar-se-á, assim, a nossa capacidade de receber mais assistência financeira internacional, em virtude de apresentação de melhores projetos, já que é notório existir maior quantidade de recursos de ajuda internacional do que capacidade demonstrada até agora de formulação de bons projetos nos setores públicos e privados.

(*APEC* N.º 103)

Uma escola no Brasil está completando 10 anos de existência. Este acontecimento, isoladamente, não significaria muito, se esta escola não se chamasse Escola de Administração Bancária Clemente de Faria e tivesse uma mensagem para ser levada a todos os empresários do País: a de uma organização que acreditou na importância do aperfeiçoamento profissional, a fim de colocar homens e emprêsa numa posição harmônica e paralela, perante os acontecimentos do mundo moderno

LAVOURA CRIA ESCOLA PARA APERFEIÇOAR SEUS SERVIÇOS

Há 10 anos atrás, quando o Banco da Lavoura passava por uma fase de grande expansão, crescendo e estendendo seus serviços aos quatro cantos do País, houve quem estranhasse sua iniciativa de criar uma escola desta natureza. Para estas pessoas, a lógica predominante era a da atenção ao presente, e, portanto, o concebível seria, por exemplo, a criação de mais agências, para atender ao crescimento da clientela e, conseqüentemente, do Banco.

Entretanto, a diretoria não estava preocupada apenas com sua expansão presente, mas também, e sobretudo, com a evolução bancária em seus diversos sentidos, a fim de acompanhá-la de perto e poder assegurar aos seus clientes do presente e do futuro uma continuidade de serviços identificados com o mundo moderno. Era também, finalmente, esta filosofia administrativa a projeção do espírito pioneiro de Clemente de Faria prolongando-se nas ousadas decisões da diretoria do Banco da Lavoura.

Partindo da premissa básica de que o Banco vende serviços, e que serviços são prestados por homens, e portanto os melhores serviços são prestados pelos melhores homens, é que surgiu a Escola de Administração Bancária Clemente de Faria, uma monumental obra erguida na Pampulha e que, após seus 10 anos de atividades, é vista no Brasil como símbolo de trabalho organizado visando ao aprimoramento sempre crescente de uma emprêsa e, sobretudo, à afirmação concreta do espírito público da atual diretoria do Banco da Lavoura.

ALUNOS VIVEM COMO EM SUAS PRÓPRIAS CASAS

Os cursos da Escola de Administração Bancária Clemente de Faria duram de 45 a 60 dias, tempo em que os alunos vivem na própria escola, em regime residencial.

As acomodações modernas e confortáveis dão aos alunos a sensação de estar em suas próprias casas; êstes, além dos 72 dormitórios existentes, distribuem-se em atividades através dos diversos pavimentos que integram a escola.

O edifício, com seus 4 000 m2, divide-se em três alas diferentes: a ala social, onde estão localizados quatro grandes salões para estar, jogos, recepção e restaurante; a ala interna, situada no segundo pavimento, contando com os dormitórios e quatro quartos de banhos que permitem quatorze banhos simultâneos, e a ala administrativa, onde se encontra a escola, composta de onze salas de aula, salão de conferências, gabinetes de dirigentes, biblioteca, salas de orientação psicológica, ambulatório e secretaria.

O espaço em tôrno do terreno foi aproveitado para a construção de um campo de futebol e uma quadra de basquete, sendo que ainda sobrou espaço para outras atividades recreativas e também para estacionamento de automóveis.

Mas um dos orgulhos maiores da escola é a sua cozinha, que está capacitada para atender 150 pessoas simultâneamente. Ali, as refeições são planejadas por um dietista, e o *menu* é mudado diàriamente, para satisfação dos alunos que não se cansam de elogiar o bom preparo da comida.

Junto ao confôrto proporcionado pelas dependências do prédio, entra um excelente clima de amizade proporcionado pelos 25 professôres que atuam na escola. Êsses professôres, treinados para oferecerem êste clima que possibilite o maior rendimento possível, por parte dos alunos, são técnicos especializados, psicólogos, sociólogos, pedagogos, orientadores didáticos, economistas, agrônomos, juristas e instrutores-tipo, bancários de longa experiência que ministram conhecimento do qual são exímios especialistas, além de outros.

A escola acompanha de perto os mais recentes avanços didáticos, com a finalidade não apenas de se atualizar, mas também aos alunos, que dali sairão para um contato com uma civilização que vive em constante convergência para novos rumos.

Assim, tôda a técnica moderna da comunicação pedagógica foi ali instalada. Para suavizar e melhor assimilar os ensinamentos, a escola dispõe de farto material audiovisual, slides, discos, gravadores, flanelógrafos e mapas preparados com os próprios recursos do Departamento de Orientação e Treinamento a quem está entregue a tarefa de acompanhar o programa escolar, aferir o aproveitamento e apurar resultados.

Os ceteanos — como são conhecidos os alunos do curso de titulados, adotaram o esquilo como símbolo, por verem neste animalzinho a imagem do esfôrço e da ambição pelo progresso, e apesar de viverem em regime residencial, possuem, cada um, seu apartamento próprio e gozam de tôdas as regalias, inclusive a de sair para passeios e visitas.

UM INVESTIMENTO APRESENTANDO SEUS FRUTOS

Para se ter uma idéia do vultoso empreendimento do Banco da Lavoura de Minas Gerais, bastam apenas duas citações: a escola é a primeira do mundo, em tamanho, e a única existente na América Latina.

Para a manutenção e funcionamento do estabelecimento, o Banco emprega sessenta e cinco pessoas, entre funcionários, técnicos, professôres e pesquisadores, destinando para isso, anualmente, 1,77% do total da fôlha de pagamentos, ou 1,13% da despesa total da emprêsa.

Diante dêsses números, surge a pergunta: valeu a pena a aplicação neste projeto? E neste caso, quais são os benefícios colhidos pelo Banco?

Pierre Weill, Chefe do Departamento de Orientação e Treinamento do Banco da Lavoura, orientador principal da Escola de Administração Clemente de Faria, fornece alguns dados que por si convencem da excelente iniciativa levada a efeito há 10 anos atrás.

Segundo pesquisas rigorosas, o aluno entra na escola com apenas 40% de conhecimentos de serviço, e sai com 80 a 90% dêsses conhecimentos aumentados. Daí resulta o primeiro benefício: com o aumento progressivo dêsses conhecimentos, o funcionário está apto a oferecer serviço de melhor qualidade.

O reflexo dêsse oferecimento de melhor serviço, através do perfeito e rápido atendimento à clientela, encontra-se não apenas na crescente confiança desta para o Banco da Lavoura, mas também na redução dos custos operacionais conseguida com a perfeita execução de serviços por um pessoal altamente dotado de senso de organização e método.

Mas a valorização do funcionário é outro fator que bastaria para justificar a criação da escola, pois, após os cursos, êle adquire uma nova mentalidade sôbre administração moderna, e se coloca em condições de se locomover profissionalmente com mais facilidade, e com isso conseguir o alcance de maiores objetivos.

Enfim, é ainda Pierre Weill quem destaca o papel primordial da escola perante a emprêsa e o homem, ao declarar: "no sentido moderno de treinamento, a escola é um dos instrumentos de evolução da emprêsa. E o que ela procura fazer é a evolução harmônica e paralela de homens e emprêsa".

A Escola de Administração Bancária Clemente de Faria é uma iniciativa pioneira na América Latina no setor de orientação e treinamento. Graças a ela, o Banco da Lavoura de Minas Gerais S.A. tem hoje uma das melhores equipes de pessoal entre as emprêsas privadas do País.

DESENVOLVIMENTO URBANO NO BRASIL

RUBENS DE MATTOS PEREIRA

1. FINANCIAMENTO DO SISTEMA: ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS PLANOS

O Banco Nacional da Habitação, de acôrdo com a lei federal nº 5.107, de 13 de setembro de 1966, ficou com a função de gestor do Fundo de Garantia de Tempo de Serviço.

O FGTS será constituído por recursos provenientes de descontos compulsórios feitos sôbre as fôlhas de pagamento dos empregados de tôdas as emprêsas brasileiras. Tais depósitos serão feitos na rêde bancária particular, em contas bloqueadas. As retiradas só serão permitidas aos titulares das contas, em certos casos previstos na lei que criou o FGTS.

Como o BNH garante aos depositantes do Fundo a correção monetária e os juros dos depósitos, êle deverá aplicar os recursos sob sua gestão, de maneira a obter uma rentabilidade suficiente para cobrir tais encargos.

Essas aplicações serão feitas, principalmente, dentro de quatro grandes áreas, a saber:

a) na construção de habitações, por meio da compra de hipotecas, o que, além de complementar o sistema financeiro do plano habitacional, irá, em função do grande efeito multiplicador do setor da construção civil, proporcionar a criação de novos empregos;

b) em atividades que têm condições para gerar novos empregos, nas áreas onde estejam ocorrendo exagerados índices de desemprêgo.

c) na criação de novas indústrias, proporcionando-lhes recursos e alargando dêste modo o mercado de trabalho.

d) financiamentos à indústria de materiais de construção, visando a uma ampliação da oferta do setor, necessária para fazer face ao acréscimo da demanda que ocorrerá com o incentivo que será dado ao setor habitacional. Evitar-se-á, desta forma, possíveis especulações com preços etc.

Estima-se que o FGTS arrecadará anualmente recursos da ordem de 600 bilhões de cruzeiros, ou seja 50 bilhões de cruzeiros por mês.

Levando-se em conta que o PIB previsto para 1967 atingirá cêrca de 43 trilhões de cruzeiros e que a taxa de investimentos globais (público-privado) tem sido da ordem de 12%, deduz-se que os investimentos que o BNH deverá fazer correspondem a cêrca de 12% dêste investimento global. Considerando-se que, com a aplicação dêstes recursos se consiga movimentar outros 400 bilhões, conclui-se que os investimentos que serão feitos com recursos do FGTS poderão atingir até 2,5% do PIB.

Estimulando e promovendo o planejamento local, o BNH estará procurando maximizar os resultados dos investimentos que fará, com os recursos do FGTS, pois os planos locais de desenvolvimento fornecerão diretrizes objetivas para localização e dimensionamento das obras e serviços que serão realizados. A formulação da política de desenvolvimento urbano brasileira cabe ao Ministério do Planejamento, através da definição de pólos, regiões-programa etc. A política de planejamento local caberá ao SERFHAU, órgão ligado ao BNH, ao qual caberá a coordenação do sistema nacional de Planejamento do Desenvolvimento Local Integrado.

Como a elaboração dos Planos locais não poderá ser financiada com recursos do FGTS, será necessário criar-se um Fundo especial, destinado àquela função. Tal Fundo será rotativo e contará com recursos nacionais e internacionais, ainda não especificados.

Para iniciar, porém, a montagem do Sistema, a direção do BNH conseguiu da USAID autorização para destinar àquele Fundo parte dos recursos nacionais que deveriam ser aplicados no setor habitacional, como contrapartida do financiamento que aquela agência internacional forneceu ao Brasil. Além desta fonte, o Banco Interamericano de Desenvolvimento, através do FINEP, irá financiar uma série de estudos e pesquisas necessárias para a definição das políticas nacionais de desenvolvimento urbano e de planejamento local.

2. ESTRUTURA DO SISTEMA E FUNÇÕES DOS ORGANISMOS QUE O INTEGRAM

Tendo em vista a extensão geográfica do território brasileiro, e ainda outros fatôres estudados, decidiu-se implantar um sistema com uma estrutura descentralizada.

O organismo central do Sistema será o SERFHAU, órgão ligado ao BNH, que terá funções de caráter operacional, ligadas à coordenação geral.

A formulação da política nacional do desenvolvimento urbano cabe, por lei, ao Ministério do Planejamento.

Formulada esta política, caberá ao SERFHAU implementá-la e supervisionar sua implantação e execução. Para isto, terá, dentre outras atribuições, aquelas de:

1. Formular a política de planejamento do desenvolvimento local integrado.
2. Elaborar normas e modelos para êste planejamento.
3. Orientar a aplicação dos recursos do Fundo Rotativo para o Planejamento do Desenvolvimento Local Integrado.
4. Executar, em conjunto com o EPEA, pesquisas básicas visando à formulação das políticas nacionais de desenvolvimento urbano e de planejamento do desenvolvimento local integrado.
5. Preparar a legislação básica, em nível federal, para a implantação do Sistema.
6. Promover o treinamento de técnicos, para atender às necessidades do mercado que será criado, além de outras atribuições de menor significação.

O SERFHAU poderá executar estas tarefas diretamente ou poderá utilizar os organismos federais que atuam nas macrorregiões do País (SUDENE, no caso do Nordeste, SUDAM, no caso da Amazônia e outros), como intermediários.

As funções principais dos Governos estaduais, dentro do Sistema, serão as seguintes:

a) Organizar e implantar, no pólo principal de cada região-programa, um escritório de planejamento local;

b) Promover a organização de autarquias intermunicipais, em cada região-programa, e a coordenação destas autarquias com os escritórios de planejamento local.

c) Fornecer, através do organismo estadual de planejamento, as bases para a formulação de metas para o desenvolvimento sócio-econômico de cada região-programa;

d) Promover, coordenado com o Govêrno federal, programas para o treinamento de técnicos;

e) Preparar leis estaduais, necessárias para a implementação do Sistema e dos planos locais, e outros.

Os Governos municipais têm interêsse direto no planejamento das regiões-programa, pois dêle extrairão informações básicas para a elaboração de seus planos de ação, orçamento, programas anuais e plurianuais, projetos específicos etc.

Cada Prefeitura deverá assumir as seguintes responsabilidades:

1) Organizar uma assessoria municipal de planejamento, cuja função principal será a de acompanhar o processo do planejamento local, implementando os planos elaborados no nível de cada Município. Para o caso de Municípios menos desenvolvidos, essa assessoria deverá ser dotada de uma organização com capacidade apenas para manter um processo de colaboração mútua e sistemática com os escritórios locais situados nos pólos das regiões-programa.

2) Fornecer tôdas as informações básicas disponíveis (cartográficas, cadastrais, estatísticas etc.)

3) Colaborar na preparação dos instrumentos institucionais básicos (reformas administrativas, financeiras, legislação etc.) bem como se responsabilizar pelo acompanhamento junto às Câmaras Municipais da tramitação de todos êstes instrumentos institucionais necessários à implantação dos planos.

Os escritórios locais de planejamento que deverão ser implantados nos pólos principais de cada região-programa, em alguns casos, terão possibilidade de assumir a tarefa de coordenar o planejamento local desde o primeiro momento. Na grande maioria dos casos, porém, sua tarefa se constituirá principalmente em:

1) acompanhamento, implementação e atualização do plano;
2) assessoramento às Prefeituras da região na preparação dos Planos de Ação e Orçamento-Programa de cada Município;
3) elaboração de projetos específicos ou de normas, editais etc., para a contratação de tais projetos com entidades externas;

4) assessoramento ao órgão estadual de planejamento nos estudos sôbre a sua região de atuação e outras tarefas semelhantes.

As Universidades em geral deverão receber estímulos do SERFHAU, no sentido de promover programas de pesquisas e de treinamento de técnicos.

Finalmente, os Escritórios Privados terão a importante função de elaborar e executar pesquisas, estudos e planos para os diversos organismos federais, estaduais e locais que integrem o Sistema. Os Escritórios Privados deverão estar capacitados para prestar, direta ou indiretamente, assessoria nos quatro setores principais do desenvolvimento local: o econômico, o social, o físico-territorial e o institucional.

3. O ÓRGÃO CENTRAL DO SISTEMA

O SERFHAU deverá ser reestruturado, tendo em vista as várias funções que deverá cumprir como órgão coordenador do Sistema. Do seu grupo de consultores deverão fazer parte técnicos de outros organismos federais que atuam em áreas relacionadas com o desenvolvimento urbano, e em função da experiência que será colhida durante a fase inicial de implantação do Sistema.

É possível prever-se, porém, que, pelo menos inicialmente, duas grandes áreas de atividades deverão ser cobertas pelo órgão:

1) contatos com os organismos regionais, estaduais e municipais, para promover e supervisionar a implantação do Sistema e, posteriormente acompanhar a elaboração dos planos;

2) assessoria técnica dos 4 grandes setores do planejamento do desenvolvimento local integrado: econômico, social, físico-territorial e institucional.

4. PROGRAMAÇÃO

Uma primeira idéia para a introdução gradativa de pré-condições básicas é a seguinte:

1) Em 1967, os municípios com populações urbanas superiores a 20.000 habitantes, além de preencher as exigências normais de caráter técnico-financeiro, formuladas pelo BNH, deverão dar os primeiros passos no sentido de planejarem seu desenvolvimento, a saber:

a) Organizar um Conselho Municipal de Desenvolvimento.
b) Promover contactos junto ao órgão estadual de planejamento, e junto aos municípios vizinhos (compreendidos na mesma região-programa), no sentido de:

— organizar-se uma autarquia intermunicipal para solução de problemas comuns de áreas;

— montar uma assessoria local de planejamento.

c) Prever dotações para planejamento, no orçamento de 1968.
d) Outras medidas congêneres.

2) Em 1968, só serão fornecidos recursos do FGTS àqueles municípios com populações urbanas superiores a 20.000 habitantes, que estejam incluídos numa região-programa para a qual:

a) já esteja organizado um escritório local do planejamento (no pólo da região-programa);

b) já tenha sido encaminhado ao SERFHAU uma solicitação de financiamento para o Plano de Desenvolvimento Local Integrado;

c) o Conselho Municipal do Desenvolvimento tenha se manifestado a respeito da adequação da aplicação dos recursos às necessidades do município.

3) Em 1969, só serão fornecidos recursos do FGTS àqueles municípios com população urbana superior a 20.000 habitantes que estiverem elaborando seus planos.

4) A partir de 1970, os recursos só serão fornecidos aos municípios que tiverem planos preliminares aprovados pelo SERFHAU.

A partir de 1967, o SERFHAU passará a financiar a elaboração de Planos de Desenvolvimento Local Integrado, com recursos que estão sendo constituídos do Fundo Rotativo e de acôrdo com alguns critérios básicos, dentre os quais podem ser destacados os seguintes:

1.º) A unidade de planejamento, denominada região-programa poderá ser:

a) uma micro-região homogênea (do tipo de uma pequena bacia fluvial, faixa litorânea etc.), definida de acôrdo com trabalho EPEA-CNG.

Esta região deverá conter, pelo menos, um pólo urbano (centro de polarização), com população superior a 50.000 habitantes.

b) uma área metropolitana, incluindo-se na região-programa dêstes casos, tôda a zona de influência da metrópole em questão.

Feita, porém, a escolha inicial de tais regiões-programa, será necessário um estudo mais profundo de cada região, visando a uma definição mais precisa de seus limites e a escolha dos pólos de desenvolvimento de cada uma. É necessário que os limites das regiões-programa selecionados não fracionem territórios municipais. Para se atender a êste requisito indispensável, em alguns casos a região-programa deixará de ser totalmente homogênea, pois a desconsideração dos limites municipais acarretaria grandes dificuldades para coletas estatísticas, adoção de medidas administrativas legais etc. Será admissível porém, que, em alguns casos, os limites estaduais não sejam observados, desde que os territórios dos municípios da região-programa sejam mantidos íntegros.

2.º) Potencial de desenvolvimento:

Estabelecido o montante inicial que se pretende investir em planejamento local, será necessário selecionarem-se algumas regiões-programa. Serão prioritárias então aquelas que apresentam:

a) maiores potenciais de desenvolvimento e

b) capacidade de, com relativamente poucos recursos, abrir perspectivas para o desenvolvimento de áreas interiores à região, ou mesmo de áreas contíguas à região.

3.º Distribuição regional equilibrada:

Um outro critério básico será o de escolher regiões-programa nas diferentes áreas geográficas do País. Tal critério proporcionará a realização de experiências iniciais diversificadas, permitindo sua utilização imediata nas diferentes regiões do País.

Assim sendo, deverão ser selecionadas inicialmente regiões-programa nas cinco macrorregiões brasileiras, a saber: Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul.

4.º Existência de precondições institucionais:

Observados os 3 critérios anteriores, um 4.º critério poderá pesar ainda na escolha da região-programa. Trata-se da existência de precondições institucionais na região, isto é, a existência de planos ou escritórios de planejamento, o interêsse dos governos municipais ou estaduais etc.

5. RECURSOS HUMANOS PARA O SISTEMA

Com a implantação do Sistema Nacional de Planejamento do Desenvolvimento Local Integrado, o mercado de trabalho para especialistas neste setor será bastante ampliado.

Calcula-se que serão necessários técnicos:

1.º Para organismos de planejamento das regiões-programa	800
2.º Para organismos municipais de planejamento	400
3.º Para organismos federais, estaduais, etc.	100
Total	1 300

Dêstes 1 300 técnicos necessários, pode-se deduzir o número de especialistas já existentes no Brasil. Haverá, portanto, necessidade de se treinar cêrca de 1 000 novos técnicos, durante os próximos 4 ou 5 anos. Atualmente, três universidades promovem cursos regulares para planejadores físicos (engenheiros ou arquitetos), em nível pós-graduado. Embora a capacidade de tais cursos seja bem maior, êles não chegam a formar, anualmente, mais do que duas dezenas de profissionais.

É possível, porém, desde já, apontar alguns requisitos mínimos para os programas que deverão ser instituídos a partir de 1967, no Brasil, a saber:

a) Os programas deverão ser interdisciplinares, com base em trabalhos de equipe;

b) Os programas deverão ser intensivos e de curta duração;

c) A seleção de alunos deverá ser feita tendo em vista a organização de equipes para os futuros escritórios locais de planejamento. A indicação dos candidatos deverá ser feita pelos organismos regionais, estaduais ou municipais. Algumas vagas deverão ser reservadas para os escritórios privados;

d) Quando possível, dever-se-á escolher para tema central do programa a elaboração de um Plano Preliminar Integrado para uma determinada região-programa.

e) As aulas teóricas, exposições, conferências etc. deverão ter por objetivo principal dar a cada técnico setorial uma visão geral sôbre os demais setores do desenvolvimento. O aprimoramento setorial do técnico será feito através de sua participação nos trabalhos práticos orientados por especialistas.

Um Centro Universitário-Pilôto deverá ser cuidadosamente desenvolvido, para formar, principalmente, pesquisadores e professôres. Centros regionais deverão ser também mobilizados para integrar o sistema. Num primeiro momento, será recomendável tentar fazer que os atuais programas de treinamento sejam reestruturados e ampliados, de maneira a preencher os requisitos mínimos do Sistema. Centros de Pesquisa sôbre planejamento urbano que não possuem programas de ensino deverão ser estimulados a promovê-los.

OBSERVAÇÕES FINAIS

Este informe forneceu uma visão geral sôbre os inúmeros aspectos do desenvolvimento urbano no Brasil, mostrando as perspectivas que se têm para montar um sistema que o discipline e apontando alguns dos principais obstáculos que deverão ser superados.

Inicialmente, deve-se observar que muitas das pré-condições básicas para a implantação de um Sistema Nacional de Planejamento Local Integrado já se manifestam claramente no caso brasileiro.

O Govêrno federal, através de diversos Ministérios e de outros organismos administrativos, tem demonstrado acentuada preocupação com o problema. Vários Governos estaduais e municipais também já se vêm movimentando na área do planejamento local. Além dessas iniciativas no plano nacional, organismos e instituições internacionais, tais como o BID, a USAID e outros, têm incentivado de forma expressiva as atividades de planejamento local no Brasil.

Estas constatações tôdas são sintomas evidentes da fase que a administração pública do País atravessa, substituindo métodos arcaicos, com características semipatriarcais, por novos e modernos métodos, nos quais o planejamento é sempre situado com destaque. Nos últimos 8 a 10 anos, testemunhou-se a criação de organismos de planejamento nos escalões superiores do Govêrno, Ministérios, Organismos Regionais (SUDENE, SUDAM etc.) e organismos estaduais de planejamento se multiplicaram cobrindo todo o Território Nacional. Notam-se presentemente os primeiros sintomas dêste mesmo fenômeno, no plano municipal e local.

Ao lado destas crescentes manifestações de interêsse, por parte dos podêres públicos, também uma grande movimentação nos meios técnicos tradicionalmente ligados aos problemas do desenvolvimento urbano. Tal fato permite encarar com otimismo o problema dos recursos humanos, colocado em têrmos realistas no capítulo IV dêste artigo. Evidentemente, existirão áreas para as quais serão necessários reforços significativos a serem recrutados na área internacional. Mas, e isto é da maior importância registrar, os recursos humanos nacionais terão condições indiscutíveis de satisfazer grande parte da demanda do mercado que será ampliado.

A análise inicial do fenômeno de urbanização, no caso brasileiro, tornou evidente a urgência que se tem de equacionar uma solução para seu disciplinamento. O importante é indicar um grande esfôrço de caráter nacional, em têrmos objetivos. Os erros e acertos serão verificados empiricamente e ajustes posteriores proporcionarão, certamente, a prazo médio, a implantação de um Sistema Nacional que realmente possa contribuir para a melhoria dos padrões de vida nos centros urbanos, e para maior racionalização nos investimentos públicos e privados que serão feitos no setor de desenvolvimento urbano do País.

POTENCIAL HIDRELÉTRICO DA BACIA DO RIO GRANDE

CONSIDERAÇÕES GERAIS

A bacia do Rio Grande, tem uma área de drenagem de 143 000 km2, dos quais 58 000 km2 estão no Estado de São Paulo e o restante em Minas Gerais. O curso principal do rio tem um comprimento de 1 360 km, sendo os 700 km superiores em Minas Gerais e os restantes formando a divisa entre Minas Gerais e São Paulo. O limite oriental da bacia é formado pela Serra da Mantiqueira, que separa as bacias do Grande e Paraíba, no sudoeste e bacia do Doce na direção oeste. O limite sul é formado pela Serra da Mantiqueira e o planalto paulista. O limite norte é formado pelas montanhas separando o Grande do São Francisco e pela Serra da Canastra, na qual as bacias do Paranaíba e do São Francisco se aproximam do Grande, e também pelo planalto do Triângulo Mineiro, que separa o Grande da bacia do Paranaíba.

Na parte superior da bacia, os solos são geralmente pobres, exceto em algumas localidades, como no vale do Sapucaí. A produção agrícola nessa parte da bacia é geralmente medíocre. A criação do gado constitui a principal utilização de terras. Abaixo do projeto de Estreito e até a confluência com o Paranaíba ocorrem largas áreas de basalto decomposto. Estas constituem as melhores terras agrícolas da bacia. Produzem grande quantidade de cana-de-açúcar, café, arroz, milho, feijão e algodão. Há importantes plantações de açúcar, ao longo de ambos os lados do rio, entre Igarapava e Marimbondo e também no Baixo Rio Pardo.

A industrialização refere-se principalmente ao processamento de produtos agrícolas. Existem alguns projetos de mineração na bacia. A característica mais importante da bacia do Rio Grande é a sua posição eqüidistante dos centros principais de carga de São Paulo e Belo Horizonte. Foi essa característica que levou ao desenvolvimento dos projetos hidrelétricos, atualmente aí existentes.

POTENCIAL HIDRELÉTRICO

A bacia do Rio Grande tem projetos importantes desenvolvidos, como Furnas, Peixoto, Itutinga e Camargos, além de outros pequenos, em tôda a sua extensão. De particular interêsse ao estudo foram os reservatórios de Furnas, Peixoto e Camargos. O grande reservatório de Furnas conjuntamente com os volumes menores dos outros dois reservatórios a montante, é adequado para realizar a completa regularização do rio, no período sêco dos três.

Projeto	Rio	Volume reserv. 10⁶ m³	Capacidade instalada 1 000 kW	Custo total 10⁶ US$	US$/kW	Observação
Carandaí	Carandaí	145	—	3,07	—	Só Reserv.
Cassiterita	Das Mortes	213	—	2,08	—	" "
Palmital	Peixe	209	—	4,9	—	" "
Inferno	Das Mortes	217	40,5	14,0	346	
Garambeu	Grande	540	20,4	10,3	505	
Aiuruoca	Aiuruoca	102	16,9	7,3	432	
Camargos	Grande	672	31,8	—	—	Existente
Itutinga	Grande	—	40,2	—	—	Existente
São Miguel	Grande	123	60,4	13,9	230	
Luminárias	Ingaí	263	10,4	6,9	664	
Itumirim	Capivari	—	11,8	7,0	593	
Funil	Grande	230	110,8	20,4	184	
Lambari	Lambari	90	—	3,10	—	Só Reserv.
Penedo	Verde	—	14,6	6,5	367	
Boa Vista	Verde	—	23,6	8,7	369	
Euclides	Sapucaí-Mirim	545	—	4,6	—	Só Reserv.
Sapucaí	Sapucaí	387	47,3	11,8	250	
Poço Fundo	Machado	45	20,3	4,0	252	Extensão
Jacaré	Jacaré	187	—	2,8	—	Só Reserv.
Anil	Jacaré	—	8,7	1,5	220	Extensão
Furnas	Grande	15 300	1.200,0	—	—	Existente
Peixoto	Grande	2 500	495,0	—	—	"
Estreito	Grande	—	800,0	—	—	Em constr.
Jaguará	Grande	—	612,0	—	—	" "
Igarapava	Grande	—	200,0	40,4	202	
Volta Grande	Grande	1 330	310,0	48,5	157	
Pôrto Colômbia ...	Grande	730	283,0	49,4	175	
Bauxita	Lambari	73	—	2,8	—	Só Reserv.
Cascata	Lambari	13	17,9	5,2	282	Barr. Exist.
Açude	Capivari	178	—	3,9	—	Só Reserv.
Bandeira	Pardo	351	16,9	11,1	657	
Carmo	Pardo	—	11,3	5,4	473	
Marimbondo	Grande	4 310	990,0	118,9	121	
Água Vermelha ...	Grande	6 600	1.000,0	136,8	137	
Total		35 353	3.214,8	528	164	

Fonte — Comitê de Estudos Energéticos da Região Centro-Sul.

POTENCIAL HIDRELÉTRICO DA BACIA DO RIO SÃO FRANCISCO

CONSIDERAÇÕES GERAIS — A bacia do Rio São Francisco, o qual é por muitos denominado o rio da unidade nacional, tem, dentro do Estado de Minas Gerais, uma área de drenagem de 228 mil km2, percorrendo um leito de .... 1 170 km. A área da bacia apresentada nesse estudo é limitada ao norte pela divisa do Estado da Bahia e pela serra formando os limites sul da bacia do Carinhanha. O limite noroeste é a bacia do Planalto Central, limitando-a a do Rio Tocantins. O limite oeste são as serras de Mata da Corda e Canastra, limitando a bacia do Paraíba. O limite sul são as serras Vertente e Galga, entre as bacias do São Francisco e Grande, e o limite este é a Serra do Espinhaço, entre esta bacia e a do Doce, Jequitinhonha e Pardo.

Exceto pela área ao redor de Belo Horizonte, as principais atividades na bacia do São Francisco são agrárias, criação de gado e comercio e indústria associados. Belo Horizonte é o centro da área mais importante do Brasil, na produção de minério de ferro.

A maior parte da indústria manufatureira de Minas Gerais está localizada ao redor de Belo Horizonte. A maioria da população está concentrada no sul da bacia. A parte da bacia, ao norte da latitude aproximada de Sete Lagoas, é pouco povoada.

POTENCIAL HIDRELÉTRICO — De acôrdo com a tabela anexa o potencial hidrelétrico, econômicamente desenvolvido na bacia do São Francisco, atinge 2 074 000 kW, necessitando-se um emprêgo total, para completo aproveitamento, de 596 300 000 dólares, o que nos conduziria a um custo médio de 287 dólares por kW. Êste custo, apesar de consideràvelmente inferior ao custo de energia térmica equivalente, é um pouco alto, se comparado com os das bacias do Paraíba, Grande e Jequitinhonha.

De grande importância no desenvolvimento dessa bacia é a possibilidade de se atingir um volume de reservatório de 43 059 x 106 metros cúbicos, o qual seria da maior importância na regularização completa do rio, que produziria benefícios consideráveis no seu desenvolvimento, dentro do Estado da Bahia.

As usinas mais importantes atualmente existentes são as de Três Marias, que terá sua capacidade final de 520 mil kW, as pequenas usinas de Gafanhotos, Rio das Pedras, Cajuru e várias outras inferiores a 5 000 kW de capacidade instalada.

Pelo exame do quadro observa-se que o projeto que apresenta melhores condições para desenvolvimento imediato é o projeto de Formoso, no curso principal do São Francisco, logo a jusante da barragem de Três Marias, que terá uma capacidade instalada de 230 600 kW, a um custo total de 36,6 milhões de dólares, o que conduz a um custo unitário realmente excepcional.

Outro projeto importante é o projeto de Queimados, no Rio Prêto, com uma capacidade de 107 300 kW, a um custo total de 22 milhões de dólares, o que conduz a um custo unitário de 205 dólares por kW. Ao lado de seu baixo custo, a sua localização, próximo a Brasília, define a necessidade de execução dêsse projeto, num futuro próximo.

Os outros projetos de menores custos unitários situam-se no curso principal do São Francisco, a jusante de Três Marias, tendo o benefício da regularização das descargas do rio, executadas por êsse grande reservatório. São os projetos de Bica Grande, Januária e Bananeiras. Quanto a êsses projetos é preciso acrescentar que seus custos são bastante significativos pois são onerados pela necessidade de construção de eclusas de navegação, da maior importância para o desenvolvimento econômico da bacia.

Cumpre observar ainda que, apesar dos custos relativamente altos de vários projetos, não se estudaram os benefícios advindos da completa regularização do rio, em especial para a região do baixo São Francisco.

Projeto	Rio	Volume Reservatório 10⁶ m³	Capacidade Instalada 1000 kW	Total 10⁶ US$	US$/kW	OBSERVAÇÕES
Taboças	S. Francisco	2.160	59,7	20,8	348	
Cajuru	Pará	132	—	—	—	Existente
Conceição do Paraná	Pará	780	29,8	13,0	458	
Pompeu	S. Francisco	—	54,7	14,5	265	
Peixe Bravo	Paraopeba	620	26,0	12,8	492	
Auguaretá	Paraopeba	1.480	41,3	16,4	393	
Chôro	Paraopeba	74	39,3	11,7	298	
Retiro	Paraopeba	380	72,0	24,9	346	
Três Marias	S. Francisco	15.000	—	—	—	Existente — potência instalada final de 520.000 kW
Formoso	S. Francisco	1.640	230,6	35,6	154	
Cedro	das Velhas	2.770	70,0	36,9	527	
Tição	das Velhas	313	33,1	12,3	372	
Quartel	Parauna	592	107,0	27,9	261	
Hulha Branca	Parauna	—	29,3	4,7	189	Reconstrução
S. Hipólito	das Velhas	115	31,6	14,9	471	
Rodeado	Pardo	296	69,5	20,0	288	
Alívio	das Velhas	740	71,3	18,3	257	
Jequitaí	Jequitaí	684	35,6	17,4	489	
Bica Grande	S. Francisco	2.100	258,2	49,5	192	
Queimado	Prêto	533	107,2	22,0	205	
Roncador	Prêto	580	26,4	9,6	364	
Garrote	Paracatu	3.940	109,5	36,2	330	
Urucuia	Urucuia	2.080	30,4	13,8	455	
Escaramuça	Urucuia	3.350	52,0	21,7	417	
Januária	S. Francisco	1.600	261,0	72,1	277	
Bananeiras	S. Francisco	1.100	228,0	69,2	304	
Total		43.059	2.074,0	596,0	287	

FONTE: Comitê de Estudos Energéticos da Região Centro-Sul.

PENESA ABASTECE NORDESTE DE PEIXE E QUER RECURSOS DOS ARTIGOS 34/18 PARA AMPLIAÇÃO DE SUAS ATIVIDADES

Recife (Sucursal) — Dentro da nova mentalidade desenvolvimentista do Nordeste, vem se destacando de poucos anos para cá, e de maneira ponderável, a indústria pesqueira. Indo ao encontro da iniciativa privada, o Govêrno federal volveu-se para o problema da pesca com uma política muito mais objetiva, cujos frutos não se prestam ainda para pôr em evidência o bom trabalho dos técnicos, dos biologistas, dos homens de emprêsa dedicados a reformar uma estrutura primitiva. Todavia, é mister dizer, os frutos existem. Basta lembrar que, no Nordeste, até bem pouco, a pesca era uma atividade vivendo da poesia das jangadas. Mas do seio da SUDENE brotou uma emprêsa dedicada a cumprir no NE uma missão, por assim dizer, histórica, no campo da pesca regional — a Pescas do Nordeste S. A. (PENESA), emprêsa subsidiária da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).

DAS JANGADAS A UMA POLITICA OBJETIVA

A PENESA se empenha em dar condições estáveis e estruturais, de indústria moderna, a essa atividade econômica, tão velha como o próprio homem, e que no entanto porfiava, até agora, nos atrasados métodos primitivos aqui encontrados pelos colonos.

Como entidade de direito privado, a PENESA persegue uma situação econômica independente, de grande autonomia, visando, como qualquer emprêsa — produtividade e lucro. Pois sua evolução não deve assentar indefinidamente nos ligamentos que lhe deu a SUDENE. Mesmo porque, aquela autarquia federal busca e justifica principalmente o desenvolvimento do seu melhor conceito — capaz de traduzir suficiência.

Operando com base no Recife, a PENESA lidera na região a atividade pesqueira. Seu exemplo estimula o surgimento da infra-estrutura de frio, de portos pesqueiros, de mercado regular, de distribuidores. Abastece principalmente o grande Recife, mas sua ação supridora já se faz sentir nas praças de Salvador, Maceió, João Pessoa e Aracaju. Seu programa de expansão inclui o Ceará e o Rio Grande do Norte, sendo certo que terá futuramente filiais nas principais capitais do NE, distribuindo diretamente sua produção, a partir de1968. A projeção com base na capacidade atual e em desenvolvimento prevê a seguinte produção: 3 430 — 8 330 — 9 730 toneladas de pescados, respectivamente em 1967, 1968 e 1969.

A maior produção é da espécie *pargo* e peixes afins, ou cuja captura se processa pelo mesmo método de linha de fundo.

A PENESA está operando presentemente com sete barcos, mas o plano de seu desenvolvimento estabelece um aumento da frota para 16 barcos até 1969, com recursos dos artigos 34/18 dos Planos Diretores da SUDENE e dos financiamentos através do Fundo Alemão.

Os métodos adotados e praticados no NE, são, até agora, as de linha de fundo ou de espinhel, aquêle na captura do pargo e êste na pesca do atum. Localizados os bancos de pesca onde predomina o pargo e espécies afins, a pescaria se processa diretamente da borda do navio pesqueiro ou a partir de caíques espalhados na situação do pesqueiro. Os caíques são tripulados por pescador, equipado com todos os implementos necessários à pesca, tendo capacidade de conduzir cêrca de 400 quilos de pescado.

Depois de um dia de pesca, os caíques retornam ao barco base, onde os peixes são lavados no convés com água salgada, pesados em grandes cestos e encaminhados às câmaras de armazenamento de pescado, conservados sob gêlo. No cais de desembarque, os peixes são retirados do porão, colocados no convés e submetidos a nova lavagem. Em seguida são transportados para a plataforma do frigorífico, de onde, após a pesagem, são removidos para um túnel de congelamento rápido, passando de uma temperatura de 0.º até 35.ºC, durante um período de quatro horas. Posteriormente é levado ao frigorífico da PENESA — cuja capacidade é de cêrca de 200 toneladas estáticas, ou 400 toneladas rotativas/mês — onde é armazenado para distribuição através de frota da emprêsa ou entregue diretamente aos revendedores.

Embora criada em fins de 1962, só em princípios de 1964, foi possível à PENESA, com a aquisição do barco *Canopus*, dar início às suas atividades na pesca industrial. Posteriormente, no início de 1965, adquiriu uma segunda embarcação, o *Colombo*, que também passou a se dedicar à captura do pescado.

Com apenas um barco, em 1964, a PENESA produziu 100 901 quilos de pescado, aumentando esta produção no ano seguinte para 720 979, com dois barcos, e, em 1966, com sua frota atual, de sete barcos, aumentou para ... 1 433 152 quilos de peixes. Esta produção foi alcançada graças à entrada em atividade de dois novos barcos — *João XXIII* e *Luís Freire* — bem como do arrendamento de três barcos japonêses e o contrato da compra de produção de mais três nacionais, que começaram a operar a partir de junho do ano passado.

Pretende, ainda, a emprêsa construir quatro barcos, com recursos provenientes de financiamento concedido pelo Fundo Alemão, que entrarão em atividade a partir de 1 de janeiro de 1968, e, com recursos oriundos dos artigos 34/18 da SUDENE, construir mais seis barcos, dois dos quais entrarão em funcionamento em dezembro dêste ano, mais dois em dezembro de 1968, e, finalmente, os dois restantes em dezembro de 1969.

PREVISÕES DA PENESA

Com essa frota de barcos, a PENESA, distribuindo pescado nas cidades já antes aludidas, vai produzir êste ano 3 430 000 quilos de peixes. Os barcos *Colombo*, que tem capacidade anual para 270 toneladas; o *João XXIII*, para 480; *Luís Freire*, para 480; *Shinei Maru*, para 560; *Otori Maru*, para 540; *Taiko Maru*, para 400; somados aos quatro barcos do Fundo Alemão, para 2 800; aos dois barcos do projeto de expansão da PENESA em 1967, com capacidade, para 700 toneladas, também anuais; aos outros dois, de dezembro de 1968, para 2 800 e aos dois últimos a serem adquiridos em dezembro de 1969, colocarão a emprêsa na plenitude de seu atual projeto.

As deficiências da região em instalações de congelamento, serão superadas pela PENESA, vez que, das 17 unidades que comporão a sua frota, apenas quatro (o *Colombo*, o *João XXIII*, o *Luís Freire* e o *Canopus*) não dispõem de instalações para congelamento do pescado. Assim, poderá a PENESA encaminhar a produção dêsses barcos para as capitais que disponham de adequada capacidade de congelamento, reservando para as capitais carentes daquelas instalações os demais barcos, todos equipados com *freezers*.

Afora a produção de pescado, a emprêsa está capacitada a produzir cêrca de duas mil toneladas anuais de gêlo em escamas. Parte dêsse gêlo será consumida pela própria emprêsa, na armação dos barcos pesqueiros e no suprimento das barracas que compõem parte da rêde de comercialização do pescado em Recife.

COMERCIALIZAÇÃO

A maior parte das vendas da PENESA é feita por atacado, na faixa do cais ou nos seus frigoríficos. Mas, para ampliar a oferta, a emprêsa conta com uma rêde de 14 postos retalhistas, que vendem como se fôra pela PENESA, mas, de fato, cada vendedor age com autonomia de negociante, pois as vendas da emprêsa são tôdas em grosso, principalmente para os frigoríficos particulares. Os 14 postos estão assim distribuídos: Pôsto 1, Recife; Pôsto 2, Encruzilhada, Bairro do Recife; Pôsto 3, Água Fria, idem; Pôsto 4, Boa Vista, idem; Pôsto 5, Cooperativa dos Servidores da SUDENE, também em Recife; Pôsto 6, Camaragibe, idem; Pôsto 7, Madalena, idem; Pôsto 8, Casa Amarela, idem; Pôsto 9, Santa Luzia, no Bairro de Areias, também no Recife; Pôsto 10, Cordeiro, idem; Pôsto 11, Sítio Grande, no Bairro de Casa Amarela; Pôsto 12, Paulista, cidade do interior de Pernambuco, e Pôsto 13, em Cavaleiro, também interior além do Pôsto Volante, que atua na Zona da Mata.

Além dos 14 postos, 12 barracas estão dispersas nas mesmas zonas dos postos, mas em pontos de venda afastados dêstes, havendo outras volantes, que atuam em outros locais da Cidade. São entregues aos encargos dos próprios comerciantes dos postos e se destinam à sondagem de locais de consumo, para futuras instalações de postos fixos, sendo que quatro dêles são entregues a barraqueiros autônomos.

Mas êsse mercado recifense e das adjacências não absorverá a produção da PENESA, não sendo para se acreditar num crescimento vegetativo do consumo em moldes tais que cheguem a acompanhar o aceleramento da produção. Isso importa na necessidade da cata de outros mercados nas capitais dos Estados do Nordeste, sem esquecer também o interior dêsses Estados. Por isso já estão sendo abastecidas pela produção da PENESA, as Cidades de Salvador, Maceió, Natal, João Pessoa e Aracaju, além da pequena vendagem em Fortaleza, em face da barreira de difícil transposição que é o preço, tendo em vista serem os barcos pesqueiros bem mais próximos daquela cidade que do Recife, o que determina menor custo operacional.

ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

Os estatutos aprovados na ocasião da fundação da PENESA estabeleceram que a sociedade seria administrada por uma Diretoria composta de três membros, acionistas ou não, a saber: Diretor-Presidente, Diretor-Tesoureiro — ulteriormente modificado para Diretor-Técnico — e Diretor-Gerente, com mandatos de três anos, sendo permitida a reeleição. Além do Conselho Fiscal, constituído por três membros efetivos e três suplentes, a PENESA possui um Conselho Consultivo, constituído por representantes de vários órgãos públicos ligados ao setor de pesca.

A SUDENE, como acionista majoritária da emprêsa, exerce na realidade certo contrôle sôbre a mesma. Isto é feito através do Grupo Coordenador do Desenvolvimento da Pesca — GCDP —, a cujo planejamento geral subordina-se, como parte integrante que é.

Considerando a necessidade urgente de conter as despesas com o quadro de pessoal, de modo a manter, apenas, o mínimo necessário e desenvolver a administração, à medida que vá crescendo sua frota, a atual Diretoria proporcionou à emprêsa, desde maio de 1966, uma substancial redução do número de empregados, como se verifica do seguinte quadro:

QUADRO DO PESSOAL

Setor	*Antes*	*Depois*	*Dispensados*
Escritório	31	19	12
Outros setores	45	29	16
Vendas	20	12	8
Obras (provisórios)	12	4	8
TOTAIS	108	64	44

PROGRAMA DE EXPANSÃO

A PENESA apresentou à SUDENE um plano de expansão de suas atividades, que já foi aprovado na reunião do Conselho Deliberativo daquele órgão, em sua reunião de 3 de agôsto do ano passado, que prevê uma substancial elevação da escala de produção da emprêsa, permitindo uma utilização mais intensiva da estrutura administrativa e comercial já instalada, assim como também a ampliação de seu raio de ação a outras capitais nordestinas, como primeiro passo para a completa cobertura da região, conforme o previsto nos seus estatutos constitutivos.

Fora dêsse projeto, a Pesca do Nordeste S/A está programando a aquisição de um caminhão frigorífico com a capacidade de transporte de dez toneladas de peixes; a aquisição de 18 máquinas frigo-conservadoras, para serem instaladas em pontos favoráveis ao aumento das vendas em Recife; a montagem, no Recife, da fábrica de gêlo que lhe foi cedida pela CIBRAZEM; a instalação de uma balança de 20 toneladas, também cedida pela mesma CIBRAZEM e a perfuração de um poço em qualquer ponto favorável do frigorífico, na Imbiribeira, com sua tôrre e o respectivo tanque.

UMA AÇÃO POSITIVA

Em relação aos seus objetivos fundamentais, a PENESA tem desempenhado um programa correto, todo êle voltado para o desenvolvimento da pesca. Partindo para o exercício da pesca industrial, ao invés de se limitar a promover um simples programa assistencial, a PENESA colocou-se na posição de um instrumento valioso, através do qual a SUDENE contribuiu com o que de melhor se poderia fazer no Nordeste pela pesca. É fato digno de nota que a emprêsa utiliza pela primeira vez os benefícios concedidos pela SUDENE, no sentido de aproveitar os recursos oriundos dos Artigos 34/18 do I e II Plano Diretor daquela autarquia, num montante de Cr$ 3,142 bilhões que já estão sendo apropriados pela Deltec S/A., de São Paulo, usando de capitais privados, quando entra no limiar de sua fase rentável.

ORÇAMENTO FEDERAL E PROGRAMA DE INVESTIMENTOS PÚBLICOS

JOÃO BAPTISTA DE CARVALHO ATHAYDE

Em abril de 1967 serão completados três anos de trabalho na organização orçamentária e financeira do Govêrno federal. Havia uma **forma** orçamentária inteiramente desagregada e sem qualquer significação como programa de trabalho ou como meta financeira, e um **estado financeiro de bancarrota** oficial. Assim, ao lado de ser fixado como objetivo básico o saneamento dessas finanças, cabia dar ao orçamento uma significação **programática**, fazendo com que viesse a representar um programa de trabalho do Setor Público.

Mais difícil se tornou a tarefa quando, dentro do **gradualismo** eleito pelo Govêrno para o combate à inflação, era necessário serem reduzidos os desequilíbrios financeiros a montantes suportáveis pela Economia, mantendo-se um nível de investimentos públicos para dar continuidade a uma série de projetos de importância fundamental para o desenvolvimento. Teriam também que ser iniciados outros projetos de impossível postergação, sob pena de colapsos sérios na economia nos anos vindouros.

Outra dificuldade para uma redução muito substancial no nível de investimentos públicos, como seria **teòricamente** aconselhável, se encontra no fato de a estrutura empresarial brasileira ser muito ligada diretamente ao consumo e investimento do Govêrno. Realmente, o número de emprêsas diretamente dependentes no nível de investimento do Govêrno é muito elevado, devido ao elevado vulto e número das obras públicas deflagrados nos últimos dez anos. Uma redução importante nesses investimentos conduziria a uma recessão e a uma crise econômica de grande poder de multiplicação: "O investimento privado realizado para dar cobertura aos investimentos governamentais é muito elevado para não ter conseqüências sérias uma drástica e brusca redução no nível de inversões públicas."

Uma dosagem entre êsses dois fatores de programação, um de natureza antiinflacionária — a redução dos deficits públicos — e o outro de sustentação econômica, mas com componente inflacionária — a fixação de um volume mínimo de investimentos — tornou-se a principal característica da programação do Govêrno nesses três anos. A dosagem era difícil, pela desorganização orçamentária em que se encontrava a União.

O trabalho de saneamento tem sido contínuo; resultados parecem indiscutíveis, mas não está completo. Inicia-se a fase de aperfeiçoamento.

RECAPITULAÇÃO E SUMÁRIO DA PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO PERÍODO 1964 — 1967

Recapitularemos a programação do Tesouro Nacional, cujos dispêndios somam 1/3 do total do Govêrno federal, mas onde se concentrou a ação antiinflacionária do programa orçamentário, já que é pelas suas **transferências** que são cobertos os deficits, **correntes e de capital**, da administração descentralizada.

O deficit potencial em abril de 1964 foi estimado em ...... Cr$ 2 000 bilhões, 20% superior à receita prevista para o exercício. Através de um forte plano de contenção de despesas, de um aumento de tributação e transferências de algumas despesas para 1965, foi preparada uma nova programação de Caixa, que reduziu o deficit programado para Cr$ 750 bilhões, apesar do aumento do funcionalismo, cujo custo total foi estimado em Cr$ 580 bilhões (aumento médio de 130%). O exercício foi encerrado com um deficit de Cr$ 760 bilhões, equivalente a 38% da receita, o que já significou um apreciável progresso em relação a 1963, quando o deficit atingiu a 54% da receita. Em relação ao Produto Nacional Bruto (PNB), o deficit de 1964 representou 3,9% contra 5,1% em 1963.

Devido ao alto grau de vinculações orçamentárias (aproximadamente 50%) e com todo o impacto do aumento do funcionalismo em 1965, enviou o Govêrno ao Congresso, e obteve uma lei orçamentária com uma receita estimada em Cr$ 3 000 bilhões, e uma despesa de Cr$ 3 775 bilhões, prevendo-se, assim, um deficit orçamentário de Cr$ 775 bilhões. Elaborou-se uma programação que limitaria o deficit a Cr$ 700 bilhões. A execução orçamentária de 1965 foi mais que satisfatória: o deficit foi de Cr$ 580 bilhões, equivalente a 18% da Receita, e 1,8% do PNB, tendo sido colocados Cr$ 324 bilhões de Obrigações do Tesouro, 53% do deficit. Na verdade, a colocação de letras junto ao público e o aumento de depósitos das autarquias (recursos não utilizados), fêz com que o deficit de 1965 não tivesse impacto inflacionário.

Em 1966 os progressos continuaram. Tendo sido aprovada uma lei orçamentária com um deficit de Cr$ 300 bilhões a ser financiado com uma colocação potencial de Obrigações no mesmo montante, foi concedido um aumento ao funcionalismo a partir de janeiro de 1966, parte do qual seria financiado por um aumento de impostos. Foi programado um Orçamento de Caixa em que aparecia um desequilíbrio de Cr$ 420 bilhões, os quais seriam financiados por Cr$ 300 bilhões de colocação de Obrigações (70% do deficit), restando um impacto inflacionário de Cr$ 120 bilhões, apenas. A execução do Orçamento, ainda não conhecido na forma final quando foi redigido êste artigo, permite que se espere para 1966 um deficit de Cr$ 500 bilhões, 9,6% da receita e 1,1% do PNB.

Votado e sancionado o Orçamento para 1967, foi iniciada a programação de Caixa do Tesouro. O Orçamento de 1967 apresenta características novas, já que a Reforma Tributária será iniciada em janeiro. A transferência de recursos para os Estados e Municípios (20% do Impôsto de Renda e de Consumo), a eliminação do Impôsto de Sêlo e o aumento do funcionalismo tornaram a programação sumamente delicada. Prevê-se uma receita de Cr$ 6 650 bilhões e uma despesa de Cr$ 7 203 bilhões, na qual está incluída a transferência de Cr$ 1 050 bilhões para os Estados e Municípios, por obrigação constitucional. O deficit previsto, de Cr$ 553 bilhões, será financiado em, pelo menos, Cr$ 353 bilhões pela colocação líquida de obrigações, restando Cr$ 200 bilhões para serem financiados pelo Banco Central. O progresso continua: o deficit previsto representará 8,3% da receita e 0,9% do PNB.

A CONSOLIDAÇÃO ORÇAMENTARIA

Como já foi dito, o orçamento central corresponde a 1/3 do total dos recursos do Govêrno federal (incluindo os Fundos Extra-Orçamentários, os recursos próprios das autarquias e emprêsas de economia mista e os recursos externos). Mesmo se nos concentrarmos nos recursos fiscais (recolhidos por tributos, fundos, taxas e operações de crédito), sem computarmos as emprêsas mistas completamente autônomas, o quadro se altera substancialmente. Uma tentativa para essa consolidação é apresentada em seguida:

CONSOLIDAÇÃO ORÇAMENTARIA DO GOVERNO FEDERAL

(Em Bilhões de CR$)

	1964	1965	1966	1967
1. Receitas Orçamentárias	2 010	3 238	5 200	6 650
2. Despesas Correntes Orçamentárias	2 171	2 656	3 981	5 210
3. Poupança Orçamentária (2 — 1)	— 161	582	1 219	1 440
4. Despesas de Capital	599	1.170	1 719	1 993
5. Saldo Orçamentário (3 — 4) .	— 760	— 588	— 500	— 554
6. Receitas Extra-Orçamentárias (incluindo transferências do Orçamento)	1 941	3 161	4 264	6 606
7. Despesas Correntes Extra-Orçamentárias	1 242	2 030	2 626	3 391
8. Poupança Extra-Orçamentária (6 — 7)	699	1 131	2 238	3 215
9. Despesas de Capital Extra-Orçamentárias	543	1 252	1 903	2 631
10. Saldo Extra-Orçamentário ..	156	— 121	335	584
11. Saldo Total (5 + 10)	— 604	— 709	— 205	31
12. Operações de Crédito Internas (Obrigações do Tesouro)	49	324	440	353
13. Saldo Final Consolidado	— 554	— 385	175	384

É importante notar a evolução da poupança do Orçamento Central (Receitas Correntes menos Despesas Correntes) que passou de (—) Cr$ 161 bilhões em 1964 para Cr$ 1.440 bilhões em 1967.

Percebe-se que o Orçamento, quando consolidado, apresenta outra feição. A consolidação acima contém estimativas e conciliações. Para 1966 trata-se de uma estimativa da execução. Para 1967, de primeira projeção. Nas receitas extra-orçamentárias estão incluídas: Impôsto Único sôbre Combustíveis e Lubrificantes, Impôsto sôbre Operações de Crédito, Taxa de Habitação, Empréstimos Compulsórios, Taxas de Marinha Mercante e Portos, Fundo do Café, Renda da Previdência Social, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço etc.

O CONCEITO DE INVESTIMENTO PUBLICO

Como o Orçamento Central e vários fundos contêm transferências aos Estados e Municípios para fins de investimentos, e como as agências federais realizam operações de crédito com o setor privado, principalmente por repasse de recursos externos, convencionamos denominar de investimento público todos os recursos administrados pelo Govêrno federal, inclusive os transferidos ao setor privado, não sendo computadas as transferências para os Estados e Municípios.

A introdução dos recursos transferidos para o setor privado se reveste de importância quando se observa que todos os **fundos de investimentos** criados (FINAME, FUNDECE, FIPEME, FINEP etc.) são abastecidos por recursos federais e internacionais, êsses últimos com a responsabilidade do Govêrno federal.

O FINANCIAMENTO DO PROGRAMA

No período considerado, 1964-1967, as fontes de recursos para os investimentos somaram Cr$ 1 384,8 — 2 575,1 — 3 467,0 e 4 992,4 bilhões, respectivamente. Do total, a participação dos Fundos Especiais vai crescendo, de 18% em 1964 para 35% em 1967, enquanto a do Orçamento federal e dos recursos próprios diminui, de 35 para 30% e de 35 para 20%, respectivamente. A participação dos recursos externos eleva-se ligeiramente, de 12 para 15%.

A EXECUÇAO EM 1964, 1965 E 1966. PERSPECTIVAS PARA 1967

Apesar dos cortes de despesas realizados no Orçamento de 1964, a fase de transição por que passou a administração federal no ano, e do fato de as negociações externas terem sido pràticamente reiniciadas naquele ano, portanto sem qualquer nôvo desembôlso importante, conseguiu-se um razoável volume de despesas de capital. Estas somaram Cr$ 1 384,8 bilhões, principalmente devido ao desembôlso dos órgãos descentralizados, que tinham importantes projetos já em andamento.

Apesar de o fluxo de recursos em 1965 ter sido, em têrmos reais, 30% superior às aplicações de 1964, a fase de reorganização e institucionalização por que passou a administração federal fêz com que as aplicações tivessem sido superiores em 23% às de 1964, em têrmos reais.

As aplicações de 1966 devem ter atingido a cifra de Cr$ 3 470 bilhões, 23% superior às de 1965.

O primeiro programa de 1967 é de Cr$ 4 992,4 bilhões, mas sua forma definitiva só será conhecida em fevereiro de 1967. Se fôr realizado em 85%, como nos anos anteriores, significará o mesmo nível de 1966, em têrmos reais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi decidida a implantação do Orçamento-Programa nas finanças federais. O orçamento de 1967 já foi apresentado com uma classificação de projetos e atividades. A caixa do Tesouro Nacional foi consolidada, através do disposto no Decreto-Lei n.º 96, de 30 de dezembro de 1966; passo importante, pois a dispersão dos depósitos dos órgãos e autarquias descoordenava tôda a execução orçamentária, além de provocar endividamentos desnecessários para o Tesouro.

A nova Constituição deverá terminar ou restringir as vinculações orçamentárias, que eram o maior empecilho para uma programação eficiente, já que comprometiam mais de 50% da Receita Orçamentária; somadas às despesas de pessoal (55%), já consumiam todo o Orçamento.

Dêsse modo, o programa de recuperação financeira e de racionalização orçamentária prossegue, tomando decisivo passo com a Reforma Administrativa, com a qual todos êsses importantes conceitos serão consolidados e institucionalizados.

A NOVA POLÍTICA HABITACIONAL DO ESTADO

Conservar sempre que possível os moradores das favelas nos lugares onde já habitam, depois de reabilitá-los, ou pelo menos na mesma área de seus mercados de trabalho, é o ponto de partida da ação da Companhia de Habitação Popular do Estado da Guanabara — COHAB — segundo informou seu presidente, Sr. Mauro Ribeiro Viegas.

Anunciou também o presidente que no programa habitacional da Guanabara em 1967 terão primazia a construção de seis mil novas residências, a conclusão das obras de infra-estrutura da Cidade de Deus e os trabalhos da Comissão Executiva que unificará e traçará pela primeira vez a política de habitação do Estado.

POLITICA DA COHAB

Disse o Sr. Mauro Ribeiro Viegas que a política de ação da COHAB pode ser definida nos seguintes pontos:

a) conservar o favelado, de preferência no lugar onde mora atualmente, depois de reabilitar o local;

b) adaptar as famílias em centros de recuperação aprontada pràviamente a infra-estrutura dos novos conjuntos habitacionais;

c) não realizar transferências de favelas sem ter aprontado pràviamente a infra-estrutura dos novos conjuntos residenciais;

d) cuidar para que as populações possam ser aproveitadas profissionalmente nos próprios locais em que passem a morar, e

e) construir, no menor prazo possível, os equipamentos comunitários necessários, em todos os centros residenciais — escolas, jardim de infância, creches, áreas de esporte, igreja etc. — para que formem verdadeiras comunidades, integradas ao todo da Cidade.

REABILITAÇÃO

Afirmou o Sr. Mauro Viegas, entretanto, que sòmente 5% das favelas existentes na Guanabara — do total aproximado de 200 — poderão ser reabilitados, isto é, não impõem a necessidade de transferência dos favelados para outros locais. Acrescentou que para isso tais zonas precisam apresentar dois fatôres essenciais e inseparáveis: 1) terreno firme e sempre que possível plano, sem problemas de solo, e 2) condições sociais e comunitárias existentes na população local.

O presidente da COHAB ressaltou a importância do segundo ponto pois as favelas só podem ser reabilitadas quando seus moradores oferecem condições, pelo seu espírito comunitário, de receber a infra-estrutura — luz, água, esgotos e outros serviços públicos — que lhes permitirá deixar de ser um quisto social e se transformar numa área integrada à região em que se encontram.

CENTROS DE RECUPERAÇÃO

Para os favelados que precisem ser transferidos em face da falta total de condições no lugar onde moram atualmente —, o Sr. Mauro Viegas informou que já estão em construção — numa idéia pioneira em todo o País — vários centros de recuperação ou unidades de triagem, sendo que o primeiro se localizará na Cidade de Deus.

— Para melhor adaptar os novos residentes, muitos dos quais sem hábito de morar em casas ou em apartamentos, explicou o Presidente da COHAB, aplicaremos 500 milhões de cruzeiros na construção de pequenas moradias destinadas provisòriamente às famílias removidas. Em tais conjuntos, denominados "centros de recuperação", as famílias aprenderão a utilizar e a viver nas novas condições, antes de passarem às acomodações definitivas.

PROGRAMA DE 1967

Com a aplicação de Cr$ 20 bilhões, obtidos através de financiamento do Banco Nacional da Habitação, e mais os 3% do orçamento geral do Estado a que a Companhia tem direito, a COHAB espera construir cêrca de 6 mil novas unidades residenciais, além de concluir, com financiamento da USAID, as obras de infra-estrutura da Cidade de Deus.

— Com a fase de planejamento feita em 1966, explicou o Sr. Mauro Viegas, ingressamos agora na etapa das realizações concretas. Iniciaremos êste ano a transferência das populações da Praia do Pinto, Ilha das Dragas e Pedra do Baiano, dentro de um projeto de renovação total, para áreas próximas. Deveremos terminar, no primeiro semestre, a construção de 1 386 casas e 100 apartamentos em Cidade de Deus e serão construídos vários edifícios de 5 andares, necessários ao abrigo de cêrca de seiscentas famílias no Parque Proletário da Gávea.

A COHAB deverá ainda construir 100 apartamentos na área de urbanização do Mangue, nas imediações do túnel Catumbi-Laranjeiras, 100 numa outra área nas proximidades da Rua General Pedra e ainda 550 casas no Parque Santa Luzia, em Bonsucesso. A Companhia terá financiamento do BNH, de Cr$ 2,9 bilhões para a construção daquilo que chama "equipamento comunitário" como escolas, mercados, clubes, praças, etc., na Vila Aliança, em Bangu.

APARTAMENTO É MAIS BARATO

Interrogado a respeito da política de construção da Companhia, o Sr. Mauro Viegas informou que o ideal seria poder oferecer casas em vez de apartamentos para todos, mas que a sua construção encarece muito o preço para o futuro morador, enquanto o objetivo é justamente o contrário.

— Não há dúvida, repetiu, que o melhor seria poder oferecer uma casa a todo morador. Mas há vantagens nos apartamentos. Em primeiro lugar, porque permite a construção de maior número de unidades em menor tempo; em segundo lugar, porque, numa mesma área, podem-se obter várias residências e, em terceiro, porque o custo da infra-estrutura diminui uma vez que é dividido por maior número de unidades.

— Deve-se acrescentar ainda, prosseguiu o presidente da COHAB, que a nossa intenção é de que os apartamentos não sirvam apenas para abrigar os favelados, mas também pequenos funcionários, impossibilitados hoje de viver decentemente, em face dos altos aluguéis existentes. A construção de apartamentos nos permitirá também uma maior rapidez, necessária para acabar com as favelas em menor tempo e, inclusive, para impedir o seu incremento.

FORMAÇÃO DE COMUNIDADES

Pelos seus estatutos, a COHAB não deve estudar sòmente os problemas de habitação popular, principalmente favelas, e planejar suas soluções, em coordenação com os diferentes órgãos estaduais, mas também promover a execução de medidas de amparo às favelas existentes e aos novos conjuntos residenciais.

Nesse sentido, informou o Sr. Mauro Viegas que a Companhia está desenvolvendo todos os esforços para criar condições necessárias tanto aos moradores das favelas a serem reabilitadas, como aos dos novos conjuntos residenciais, para que tenham possibilidade de trabalharem na mesma área onde habitam.

A formação de uma estrutura social, afirmou o presidente da COHAB, é imprescindível para concretizar a integração de tôdas estas áreas e tornar o morador um cidadão responsável. Para isso foi criado o Plano ATOPI — Assistência Técnica ao Operário da Pequena Indústria —, do qual sou presidente e que visa atrair para êstes locais unidades industriais, a fim de aproveitar a mão-de-obra das populações que foram deslocadas de seus mercados de trabalho.

NOVA CONDIÇÃO

Informou ainda o Sr. Mauro Viegas que, em sua viagem realizada em novembro aos EUA, conseguiu despertar o interêsse da USAID — que mantém programas habitacionais em tôda a América Latina — pelo problema carioca. "Já estamos negociando o primeiro financiamento para atender, de imediato, esta situação específica". E lembrou que neste sentido e como resultado de um convênio já realizado entre a USAID e a COHAB, funciona, em Vila Kennedy, uma fábrica de roupas que, com o maior sucesso, ocupa mais de uma centena de mulheres que lá moram.

A COHAB, acrescentou, mantém estreita cooperação com a COPEG, visando a criação de zonas para pequenas indústrias junto aos conjuntos residenciais, também para a utilização de mão-de-obra local. Isso demonstra claramente a posição do Govêrno do Estado, de que é preciso não só dar casas, mas permitir também ao favelado sua ascensão a uma nova condição sócio-econômica.

UNIFICAÇÃO DE PROGRAMAS

A seguir o Sr. Mauro Viegas disse que, dentro de breves dias, será realizada a primeira reunião plenária da CEPE-3, Comissão Executiva do Estado. Seu papel é fundamental para o presidente da COHAB uma vez que se destina a traçar a política habitacional na Guanabara.

Criada pelo Decreto 739 de 14 de novembro de 1966, a CEPE-3, tem como finalidade principal elaborar e preparar as diretrizes do plano habitacional do Estado, coordenando sua implantação e supervisionando tôda a matéria referente ao setor habitacional, nos seus aspectos técnicos, administrativos e financeiros.

— É fácil compreender-se a importância desta Comissão, esclareceu o presidente da COHAB, ao saber-se que a ela caberá, pela primeira vez no Estado, realizar a conjugação de todos os estudos, pesquisas e levantamentos, visando não só o planejamento da política habitacional, mas também a orientação da política de aglomerados de habitações e promover a integração dos programas habitacionais, no planejamento global do Estado.

PREVISÃO FUTURA

— O trabalho que a Comissão executará pioneiramente, prosseguiu o Sr. Mauro Viegas, é exatamente aquêle que deveria ter sido feito há muitos anos para que o habitante do Rio não fôsse obrigado a tantos sacrifícios, como hoje em dia. Unindo todos os programas de serviços públicos do Estado, a CEPE-3 determinará a sua execução visando o futuro da Cidade.

— No ano 2000, o Rio terá cêrca de oito e meio milhões de habitantes. Só com um planejamento prévio como o que a Comissão vai realizar é que se evitará que êle se torne inabitável. Não é difícil imaginar, ao ver o que acontece atualmente, o que seria esta Cidade daqui a trinta anos, com o dôbro da população e sem a menor racionalização dos programas de expansão.

Explicou o presidente da COHAB que até hoje, com raras exceções, cada um dos departamentos estaduais que executam serviços públicos no Rio trabalharam sem o menor entrosamento, no sentido da integração de suas obras, numa política habitacional. Desta forma, construía-se uma estrada num local, um conjunto residencial a algumas centenas de metros adiante e instalavam-se os serviços de água, luz e esgotos a outras centenas de metros.

— É exatamente isso que a CEPE-3 vai evitar, concluiu o Sr. Mauro Ribeiro Viegas. Não adianta exigir o máximo de cada órgão estadual sem se traçar, pràviamente, uma política de construção, que realize a integração de obras. De que nos adiantaria construir milhares de residências sem saber se amanhã elas estarão perto de centros industriais, se terão acessos aos serviços públicos necessários? Cabe ao Estado, não apenas a solução dos problemas que o afetam no momento, mas a previsão dos que poderão existir no futuro para que sejam evitados.

CAFÉ — UM BALANÇO

EXPORTAÇÃO

Em 1966, a exportação de café brasileiro apresentou resultados bastante animadores se considerarmos a posição revelada pelo produto no ano anterior. Com efeito, em 1965 vários fatôres contribuíram para reduzir o nível de colocação do produto nos centros consumidores. Entre êstes fatôres, salienta-se a baixa de preços adotada por inúmeros países produtores, o que originou a retração dos grandes centros importadores.

No ano passado, o Brasil preencheu plenamente a sua quota de exportação no Ano-Convênio encerrado em 30 de setembro, colocando no mercado internacional cêrca de 17 milhões e 566 mil sacas. Esta venda proporcionou ao País divisas no total de 819 milhões de dólares, contra 707 milhões e 366 mil dólares, em 1965.

Segundo afirma o Instituto Brasileiro do Café, em nota recentemente distribuída à imprensa, "a receita de 819 milhões de dólares é a maior até hoje obtida desde que entrou em vigor o Convênio Internacional do Café". Para as autoridades do IBC, "o volume de exportação de 1965/66 só foi superado pelo volume do Ano-Convênio 1962/63, quando o Brasil exportou 18 milhões e 488 mil sacas. Em compensação, a receita cambial, alcançada naquele ano, foi de 701 milhões de dólares, enquanto, no atual, chegamos a 819 milhões de dólares".

Analisando-se detalhadamente a exportação do principal produto básico do País, chegamos à seguinte conclusão: *1964* — 14 milhões 948 mil sacas — *1965* — 13 milhões 497 mil sacas e *1966* — 17 milhões 031 mil sacas.

No período de janeiro/novembro/66, foram exportadas 15 395 746 sacas de café, distribuídas do seguinte modo:

PAÍS	QUANTIDADE
Estados Unidos	6 189 531
Canadá	246 767
Itália	1 225 778
Suécia	899 889
Alemanha Ocidental	616 801
Líbano	477 023
Hong-Kong	300 000
Argentina	513 427
Argélia	40 338

Entre as medidas postas em prática pelo IBC, destacam-se:

A — simplificação das exigências de ordem cambial, compensando-se os valôres de indenização em novas compras, de quantidades mais elevadas.

B — prazo de utilização de 120 dias (anteriormente fixado em 90 dias) dos valôres das indenizações por diferenças de preços, para novas compras de café brasileiro.

C — aferição das diferenças de preços pelas cotações *ex-dock* do mercado de Nova Iorque. Essa medida proporcionou maior confiança aos compradores, evitando a interferência direta que, eventualmente, o IBC pudesse exercer naquelas cotações.

Prosseguindo em seu trabalho de apoio à comercialização do café, o IBC, em colaboração com órgãos da política financeira, procurou estabelecer um sistema de vendas a prazo que possibilitasse aos compradores realizarem suas compras de café brasileiro sob financiamento de até 90 dias, em condições mais favoráveis que as existentes em seus próprios mercados. Para isso, foi importante o aproveitamento de reservas de divisas acumuladas, o que tornou menos oneroso ao País o estabelecimento do sistema. Como se sabe, o financiamento da exportação é fator preponderante para o incremento das vendas. Assim é que, tão logo foi concedido prazo de pagamento aos compradores de produto brasileiro, aumentou o volume de vendas no mercado externo.

ERRADICAÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO

Em conformidade com dispositivos do Convênio Internacional do Café (Artigo 1.º) e da Lei n.º 1 779 (Artigo 3.º), o Instituto Brasileiro do Café prosseguiu, em 1966, o trabalho de erradicação e diversificação da lavoura cafeeira. Foram erradicados, no período de julho a dezembro, cêrca de 434 milhões de cafeeiros improdutivos e de má qualidade, liberando uma área de 452 mil hectares.

Para a execução dêste programa, o IBC contou com a colaboração de vários órgãos da administração federal, como o Banco do Brasil, o Fundo de Estímulo Financeiro ao Uso de Fertilizantes e Suplementos Minerais (FUNFERTIL), a Comissão de Financiamento da Produção etc. Embora o programa tenha sido traçado para execução em dois anos, em dezembro estava pràticamente concluído.

O Instituto Brasileiro do Café desencadeou o programa de erradicação e diversificação considerando-o do mais alto interêsse da cafeicultura e da economia nacional. Assim, erradicou os cafés de baixa produtividade em áreas vulneráveis às sêcas e geadas, substituindo-os por culturas de subsistência, dentro de um plano de desenvolvimento global da Agricultura. Por outro lado, procurou desenvolver o setor da agroindustrial dando-lhe créditos e assistência técnica.

No período de julho/dezembro de 1966, o programa de erradicação no Brasil apresentava-se do seguinte modo:

ESTADOS	CAFEEIROS ERRADICADOS	ÁREA LIBERADA-ha	VALOR — Cr$ milhões
Espírito Santo	149 152 294	152 000	41 040
Paraná	115 261 347	136 000	46 240
Minas Gerais	81 126 941	68 000	15 640
São Paulo	49 519 174	56 000	14 560
Outros	38 890 815	40 000	7 800
Total	433 950 572	452 000	125 280

Com seu programa de erradicação e diversificação, o Instituto Brasileiro do Café está atingindo metas importantes para o desenvolvimento econômico e social do País, entre as quais podemos mencionar:

1 — melhoria da qualidade do café brasileiro;

2 — aumento da produção de alimentos, atendendo, assim, às exigências do crescimento demográfico do País;

3 — equilíbrio de nosso balanço de pagamentos, dando ao nosso café uma posição de destaque no mercado internacional.

Em 6 de setembro de 1966, por proposta do Brasil, a Sétima Reunião Plenária do Conselho Internacional do Café aprovou a Resolução n.º 120, que previa o "estabelecimento de um Fundo de Diversificação e Desenvolvimento do Café, como instrumento capaz de ajudar a trazer equilíbrio à economia mundial do café". Segundo aquela Resolução, o Fundo Internacional de Diversificação deverá entrar em funcionamento no ano cafeeiro 1967/68.

Em 29 de junho do ano passado, isto é, meses antes da decisão do OIC, o IBC já distribuía o Comunicado n.º 25/66, em que eram definidos, como objetivos básicos, os seguintes:

A — Adequar a produção cafeeira brasileira a níveis médios de 24 milhões de sacas, no período 1966 a 1970.

B — Atingido o objetivo do contingenciamento, no máximo, em junho de 1968, deverá ser iniciado, se necessário, programa de intensificação de produtividade e melhoria de qualidade, em áreas ecològicamente adequadas, de forma a atender a demanda externa e interna estimada para o qüinqüênio 1970/75.

Dizia o comunicado do IBC que o contrôle de produção do café contava com o apoio integral do Conselho Monetário Nacional, que, em sua sessão de 25 de junho, decidira "conjugar o Esquema Financeiro da Safra Cafeeira de 1966/67 (mínimo de 150 bilhões de cruzeiros da receita líquida) com um programa de imediata erradicação de cafeeiros e estímulos paralelos à produção agrícola substitutiva e à industrialização agropecuária nas áreas cafeeiras, bem como a melhoria de qualidade dos cafés brasileiros".

Para a execução do programa, o IBC, através do Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura, responderia "pela programação geral e contrôle, convencionado com o Banco do Brasil e outras entidades financeiras, bem como prestadores de serviços, a execução de financiamentos e serviços."

De acôrdo com as disposições estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional e o Instituto Brasileiro do Café, sòmente seriam financiadas propriedades mediante compromisso de eliminação, no mínimo, de 15% de seus cafèzais.

Em dezembro de 1966, a lavoura cafeeira respondia plenamente ao apêlo do IBC, erradicando os cafés de má qualidade e substituindo-os por culturas de subsistência. Era o atestado de confiança na política desenvolvida pelo órgão controlador e orientador da política do café, política que possibilitaria ao Brasil pleitear, de seus concorrentes na Organização Internacional do Café, medidas idênticas em benefício de tôda a comunidade mundial produtora de café.

Pronunciando-se sôbre o programa de erradicação e diversificação iniciado pelo Brasil, o jornalista Walter V. Woodsorth escrevia o seguinte, no *The Wall Street Journal* de 28 de janeiro último:

"Vários países estão dando passos decisivos para controlar a produção de café. Porém, o mais completo plano e o que parece oferecer os resultados mais positivos é, sem dúvida, o do Brasil, que produz sòzinho cêrca de 45% da produção anual de café do mundo."

— O Brasil, que produz quase a metade do café do mundo, assinalou também o *Economist*, de Londres, é abviamente, o caso crucial. O programa de 70 milhões de dólares que o Brasil lançou em agôsto está obtendo um sucesso acima do esperado. Portanto, pela primeira vez em mais de sete anos, a próxima safra do Brasil deverá equilibrar a demanda doméstica, mais a quota brasileira sob o Convênio Internacional.

E a revista *Time* acentua:

"Com o apoio de 70 milhões de dólares oferecidos pelo Govêrno, o Presidente do Instituto Brasileiro do Café, Sr. Leônidas Bório, foi o pioneiro da campanha para "quebrar o velho tabu de que só o café é importante". Ao que se sabe, 40 mil cafeicultores prometeram erradicar 497 milhões de pés, recolhendo o Govêrno mais capital com a redução dos subsídios do que gastava com o programa. A Organização Internacional do Café espera que outros países superprodutores sigam o Brasil nesta atitude."

Para a execução do seu programa, o Brasil destinou a importância de 70 milhões de dólares, sendo que a erradicação de 434 milhões de cafeeiros exigiu investimento da ordem de 125 milhões de cruzeiros.

Em face do êxito obtido com o seu programa de erradicação e diversificação, o Instituto Brasileiro do Café dará prosseguimento ao seu plano, em 1967. São metas indispensáveis:

1 — Aumento da produtividade cafeeira, possibilitando ao nosso principal produto posição mais agressiva no plano internacional.

2 — Estabelecimento de preços competitivos para culturas de subsistência.

Com essas providências — e muitas outras — o IBC criará condições especiais de infra-estrutura à consolidação do seu programa de diversificação. E o que é mais importante: contribuirá decisivamente para a consolidação da nova política agrícola do Govêrno federal.

ARMAZENAGEM

Se a comercialização do café constituiu um dos pontos básicos do programa desenvolvido, em 1966, pelo Instituto Brasileiro do Café, a armazenagem ocupou posição de destaque. E isso porque os problemas inerentes aos estoques governamentais de café contribuíam para a existência de determinados pontos de estrangulamento nas operações daquela autarquia.

Em 1964, o Govêrno despendia, só em armazenagem particular, a importância de 816 milhões de cruzeiros mensais, ou seja, 9 bilhões e 792 milhões de cruzeiros anuais, superando mesmo a arrecadação do Impôsto de Renda dos Estados de Pernambuco, Bahia, Santa Catarina, Rio de Janeiro. Nos armazéns do Instituto Brasileiro do Café encontravam-se estocados 19 milhões e 700 mil sacas (39% dos estoques globais) e nos armazéns particulares, 31 milhões de sacas (61% dos estoques globais). Em 1966, entretanto, a situação melhorou bastante. Nos armazéns do IBC foram estocados 36 milhões e 300 mil sacas (55% do estoque global), contra 30 milhões (45% do estoque global) nos armazéns particulares. Como vemos, a estocagem do café nos imóveis do IBC apresentou, em dois anos, uma melhoria média de 7,5%. Todavia, a despesa com o armazenamento aumentou para 1 bilhão e 200 milhões de cruzeiros mensais. Êste aumento de despesa corresponde, evidentemente, à elevação das taxas, locação, conservação e demais encargos do setor de armazenagem. Para evitar a incidência dêstes valôres no cômputo geral da armazenagem, em 1966 o Instituto Brasileiro do Café adotou três providências importantes:

A — Transferiu cêrca de 2 milhões de sacas de café para imóveis da autarquia, desocupando, assim, a área particular sujeita à taxa de armazenagem.

B — Obteve a restituição de três armazéns no Estado de Minas Gerais que se encontravam cedidos a entidades estatais: Área: 10 mil m2.

C — Para a boa conservação dos estoques governamentais, removeu 5 milhões de sacas, desocupando uma área de armazenagem inadequada.

Se, no ano passado, os 61% do estoque global de 1964 continuassem na rêde particular, a despesa com armazenagem seria de 1 bilhão e 600 milhões de cruzeiros, correspondentes a 40 milhões de sacas. Em 1967, teríamos, portanto, 46 milhões e 300 mil sacas de café na rêde particular, apresentando uma despesa média mensal de 1 bilhão e 900 milhões de cruzeiros, ou seja, mais de 700 milhões do que a despesa atual.

Considerando-se o regime de armazenagem, a distribuição dos estoques, em milhões de sacas, no fim de safras, foi a seguinte:

Anos	IBC	Armazéns Gerais	Locados	Outros	Total
1963/64	19,7	24,3	5,1	1,1	50,2
1964/65	23,8	22,2	4,5	0	50,5
1965/66	37,0	26,0	3,0	0	66,0

Para 1967, o Instituto Brasileiro do Café prevê a solução de vários problemas inerentes à armazenagem, o que possibilitará a implementação de um projeto a longo prazo, reformulando, em profundidade, as estruturas e normas atuais.

Com o objetivo de darmos ao leitor uma idéia realista do que tem feito o Instituto Brasileiro do Café no setor da armazenagem, alinhamos os seguintes fatos:

1 — Considerando que o armazenamento de cafés de boa qualidade na orla marítima é prejudicial, o IBC transferiu 200 mil sacas de Paranaguá para Curitiba e 800 mil de Santos para São Paulo.

2 — Transferiu 800 mil sacas de café para o consumo interno, considerado impróprio para a comercialização externa.

3 — Deu início à padronização dos estoques de café. Esta padronização visa, principalmente, a atender às necessidades do comércio exportador.

4 — Adquiriu 17 milhões e 500 mil sacos de juta, a fim de atender, em parte, à conservação dos estoques, com um custo correspondente a 17 bilhões de cruzeiros.

Ao mesmo tempo, o Instituto Brasileiro do Café deu início a gestões no sentido de obter a devolução de áreas cedidas a terceiros, no Estado de São Paulo, num total de 40 mil m2.

Considerando que a padronização do café brasileiro é uma questão de alta importância, primordial mesmo para o aumento das nossas cotas de exportação no mercado externo, o Instituto Brasileiro do Café preocupou-se, também, com o lado técnico do assunto. Dêste modo, deu início ao treinamento de pessoal, com a finalidade de aprimorar o nível técnico do funcionalismo, no que se relaciona com a armazenagem. E mais: adquiriu 24 conjuntos de máquinas de benefício, no total de 2 bilhões e 700 milhões de cruzeiros e 45 conjuntos de máquinas de higienização, no valor de 1 bilhão e 600 milhões de cruzeiros.

Em 1966, o IBC iniciou um vigoroso programa de padronização dos estoques, pois, até pouco tempo, não se sabia ao certo qual a porcentagem de café aproveitável nos estoques governamentais. Evidentemente, a padronização responderá a essa dúvida.

Para 1967, o IBC dará continuidade ao seu programa global de padronização e reclassificação dos estoques governamentais. Esta providência permitirá dividir a melhor parte do excedente cafeeiro, empilhado em armazéns novos e modernos, constituindo reserva de segurança contra uma inesperada procura adicional por parte dos consumidores. Quanto ao restante do estoque, será destinado às necessidades do consumo interno. Em síntese, o projeto do IBC, no setor da armazenagem, é o seguinte:

A — Plano de Armazenamento
B — Plano de Transporte
C — Sistema de Contrôle Centralizado

Para êste ano, o IBC programou a construção de 17 unidades de armazenamento, com uma área de 364 mil m2 e capacidade de 15 milhões de sacas. O custo destas unidades está orçado em 33 bilhões de cruzeiros. Embora o custo médio de construção de um armazém fique em tôrno de 2 bilhões de cruzeiros, o IBC considera os seguintes aspectos para a sua edificação, o que também compensa aquêle investimento:

1 — funcionalidade
2 — iluminação
3 — imunização à umidade
4 — proximidade dos centros de produção e sistemas de transportes.

Pode-se afirmar que o trabalho realizado pelo Instituto Brasileiro do Café, no setor de armazenagem, é um dos mais importantes no contexto da política cafeeira. Em cada três meses — é o que se conclui da atual administração da autarquia — o IBC economiza um armazém, o que representa maiores verbas em benefício da lavoura cafeeira.

ASSISTÊNCIA À CAFEICULTURA

De acôrdo com o Artigo 2.º da Lei n.º 1 779, de 22 de dezembro de 1952, que criou o Instituto Brasileiro do Café, para a realização de sua política "adotará o I. B. C. as seguintes diretrizes:

a) — promoção de pesquisas e experimentações no campo da agronomia e da tecnologia do café, com o fim de baratear o seu custo, aumentar a produção por cafeeiro e melhorar as qualidades do produto;

b) — difusão das conclusões das pesquisas e experimentações úteis à economia cafeeira, inclusive mediante recomendações aos cafeicultores.

E o Artigo 3.º, em seu parágrafo primeiro, assinala que o órgão tem ainda, como função principal, "intensificar, mediante acôrdos remunerados ou não, com o Ministério da Agricultura, as Secretarias de Agricultura, e outras entidades públicas ou privadas, as investigações e experimentações necessárias ao aprimoramento dos processos de cultura, preparo beneficiamento, industrialização e comércio de café". Em 1966, o Instituto Brasileiro do Café desenvolveu, como nos anos anteriores, uma política importantíssima, em conformidade com os dispositivos daquela Lei. Deu todo apoio à lavoura cafeeira e ainda realizou pesquisas de experimentação no campo da agronomia e tecnologia do café.

No setor específico da agronomia e tecnologia do café, o I.B.C. assinou acôrdos de pesquisa e experimentação com o objetivo de serem adquiridos conhecimentos científicos da planta, seu comportamento, técnicas de colheita, adubações, defesa sanitária, liofiliação e solubilização. Por outro lado, assinou acôrdos para melhoria do ensino rural, com a finalidade de preparar profissionais agrícolas de nível médio para assistência à lavoura cafeeira. Com o primeiro acôrdo, o Instituto Brasileiro do Café despendeu a soma de 825 milhões e 800 mil cruzeiros, enquanto, com o segundo acôrdo, empregou a importância de 270 milhões de cruzeiros. No que se refere ao seu entrosamento com os agricultores, ou seja, assistência ao cafeicultor, o I.B.C. celebrou acôrdos de assistência técnica em nível de **comunidade fechada** com 39 Cooperativas de Cafeicultores. Através dêsses acôrdos, são contratados engenheiros-agrônomos com a finalidade de assistir tècnicamente a produção da comunidade cooperativada. Êsses profissionais são contratados pelas cooperativas, que também assumem alguns encargos financeiros, mas atendem à orientação do I. B. C., prestando-lhe conta dos resultados do seu trabalho, por meio de relatório. Nesse setor, o I. B. C. despendeu a quantia de 390 milhões de cruzeiros.

Ainda no âmbito das Cooperativas, foram prestados financiamentos a essas entidades para investimentos básicos, construção de armazéns, mecanização rural, padronização de café e produtos diversificatórios. Êste sistema de financiamento beneficiou os seguintes Estados: Minas Gerais (1 Cooperativa — 80 milhões); Paraná (9 Cooperativas — 492 milhões e 600 mil cruzeiros); São Paulo (9 Cooperativas — 1 bilhão e 600 milhões de cruzeiros). Essas Cooperativas obtiveram, portanto, créditos de 2 bilhões e 220 milhões de cruzeiros, para pagamento em 7 anos, a juros de 7% a ano.

Em Centros Regionais de Orientação, o I.B.C. implantou um sistema de classificação de orientação para cafeicultores. Êsses Centros localizam-se nos Estados de Espírito Santo (3), Zona da Mata de Minas Gerais (6) e São Paulo (20).

Para dar condições de planejamento adequado à assistência técnica, o Instituto Brasileiro do Café iniciou o cadastro de 500 mil cafeicultores em todo o País. Na Administração Central já se encontram bastante adiantados os trabalhos de cadastramento, o que possibilitará à autarquia atingir fàcilmente aquêle objetivo.

Cumprindo o estipulado no Artigo 3.º da Lei 1 779, o I.B.C. assinou também acôrdos de assistência técnica à cafeicultura com as Secretarias de Agricultura dos Estados. Êsses acôrdos possibilitarão a complementação dos trabalhos assistenciais do I.B.C., num montante de 1 bilhão e 180 milhões de cruzeiros.

No que se relaciona com a classificação do produto, o Instituto Brasileiro do Café adotou as seguintes providências:

1 — Realizou três cursos de classificação de café em Londrina, Belo Horizonte e São Paulo, tendo sido formados 57 classificadores de café.

2 — Transformou o Curso de Classificação de São Paulo em Centro de Treinamento de Classificadores de Café — CETRECAFÉ, destinando-o a treinamento de classificadores do I.B.C.

Com a finalidade de prestar maior assistência econômica e melhorar a quantidade de café produzido, o I.B.C. financiou diversos materiais, como: sacaria, fertilizantes e Nitrocálcio Petrobrás. Para o primeiro, o I.B.C. destinou a verba de 2 bilhões de cruzeiros, enquanto, para o segundo, a importância correspondeu a 2 bilhões e 458 milhões de cruzeiros.

Em 1 de outubro de 1964, falando aos estudantes da Escola Superior de Agricultura Luís de Queirós, em Piracicaba, o Presidente do I.B.C., Sr. Leônidas Bório, já afirmava textualmente:

— Precisamos de uma cafeicultura que produza o máximo de rendimento com o mínimo de desgaste, permitindo-nos uma posição interna bastante coesa e fortalecida em face da concorrência mundial. Esta é a hora da cafeicultura como emprêsa agrícola, organizada para disciplinar a produção e renová-la com as aplicações científicas e tecnológicas mais avançadas; a cafeicultura que se mecaniza, que se completa ou se corrige com a fertilização do solo; que presta ampla assistência social ao trabalhador.

Estas palavras de Leônidas Bório tornaram-se realidade com o trabalho realizado pelo Instituto Brasileiro do Café, no decorrer de 1966, notadamente no setor da tecnologia e da assistência ao cafeicultor.

POTENCIAL HIDRELÉTRICO DO SUCURIÚ, VERDE E PARDO

CONSIDERAÇÕES GERAIS

As bacias dos Rios Sucuriú, Verde e Pardo ocupam a parte nordeste do Estado de Mato Grosso, aproximadamente entre as latitudes 18.º 10' e 22.º sul e longitude 51.º 40' e 54.º 50' oeste. Os três seguem cursos paralelos, numa direção sudoeste, até suas confluências respectivas com o Rio Paraná. As áreas de drenagem das três bacias são de 24 240 km2, para o Rio Sucuriú; 23 260 km2 para o Rio Verde e 25 050 km2 para o Rio Pardo. O relêvo em tôdas as três bacias é geralmente com pequenas ondulações nos vales e planícies. Os vales são geralmente largos, com planícies inundáveis e pequenos gradientes, mas os cursos dos rios também incluem alguns vales estreitos e escarpados, com gradientes maiores em quedas ou rápidos. As três bacias são esparsamente povoadas.

HIDROGRAFIA

As bacias dos Rios Sucuriú, Verde e Pardo tôdas estão na mesma zona climática classificada como tropical, com estação chuvosa no verão, e estação sêca no inverno. A magnitude de distribuição de chuvas é uniforme em tôda a área ocupada pelas três bacias. A média anual de precipitação está na ordem de 1 300 milímetros, dos quais cêrca de 70% ocorrem entre os meses de novembro e março.

A temperatura média anual é de cêrca de 22.º centígrados, e é bastante uniforme em tôda a área. As médias de temperatura de verão e inverno são de cêrca de 25.º centígrados e 20.º centígrados respectivamente.

O **runoff** médio para o Sucuriú é estimado em 12 litros por segundo, por km2; para o Rio Verde é de 9 litros por segundo, por km2; e para o Rio Pardo cêrca de 8 litros por segundo, por km2. O maior **runoff**, do Rio Sucuriú, é atribuído ao terreno mais inclinado e solo mais impermeável, em suas cabeceiras, comparativamente aos outros rios. A variação do **runoff** estacional para tôda a área é remarcadamente pequena e é provàvelmente devida ao tipo de substrato geológico e cobertura de vegetação da região, ambas as quais contribuem para a retenção de água.

Não há nenhuma usina hidrelétrica de mais de 1 000 quilowatts em operação nos Rios Sucuriú, Verde ou Pardo. Entretanto, em Mimoso, no Rio Pardo, um projeto está sendo feito pela CEMAT. Várias pequenas usinas diesel estão em operação, em serviço às comunidades da área, a maior sendo uma usina de 4 000 quilowatts, em Campo Grande.

O potencial hidrelétrico da bacia é apresentado na tabela anexa e atinge cêrca de 456 600 quilowatts, a um custo total de 156 200 000 dólares, o que conduz a um custo unitário básico de 342 dólares por quilowatt. Nessa tabela pode ser visto que não há, realmente, nenhum atrativo para o desenvolvimento independente das bacias. Os locais mais promissores são Inocência e Alto Sucuriú, ambos no Rio Sucuriú.

Dessa tabela pode-se chegar às seguintes conclusões:

a) — O Rio Sucuriú é o único que aparentemente oferece locais para aproveitamentos em quantidade considerável a um preço razoàvelmente atrativo. Entretanto êsses preços são substancialmente maiores do que aquêles para os grandes aproveitamentos no Rio Paraná, no oeste, e o desenvolvimento do Rio Sucuriú provàvelmente só deverá ser realizado a fim de suprir cargas locais, quando a área se tornar mais desenvolvida.

b) — Os projetos de Alto Sucuriú e Inocência apresentam condições para serem desenvolvidos isoladamente. O projeto de Inocência tem um custo unitário muito mais baixo, considerado isoladamente, mas a previsão de reservatório de armazenamento, no projeto do Alto Sucuriú, pode resultar em menores custos de vertedor, para as usinas de jusante, além de melhorias na regularização das descargas.

c) — Os aspectos referentes aos aproveitamentos múltiplos, nos projetos estudados na bacia dos Rios Sucuriú, Verde e Pardo, têm pequena importância, uma vez que, a área é muito pouco povoada e não há cidades de importância, que seriam afetadas pelos desenvolvimentos hidrelétricos.

Projeto	Rio	Volume Reserv. 10⁶ m³	Potência Instalada 1.000 kW	Custo Total 10⁶ US$	US$/kW	Observ.
Alto Sucuriú	Sucuriú	1.540	75,4	18,2	241	
Pôrto das Pedras	"	49	21,8	9,7	445	
Inocência	"	1.700	106,0	28,7	271	
Pôrto Caleano	"	330	86,7	28,4	327	
São Domingos	Verde	46	31,0	10,5	339	
Água Clara	"	172	25,7	10,0	389	
Mimoso	Pardo	64	31,6	—	—	Em construção
Piracanjuba	"	760	31,0	15,3	494	
Inhanduí	Inhanduí	550	29,6	14,4	487	
Indaiá	Pardo	500	49,4	21,0	425	
TOTAL		5.711	456,6	156,2	342	

Fonte — Comitê de Estudos Energéticos da Região Centro-Sul.

VOLTA REDONDA MELHOROU O ABASTECIMENTO DO MERCADO E PRODUZIU NOVOS TIPOS DE AÇO

Agora é o maior

Uma das grandes realizações da CSN em 1966 foi a ampliação, com o emprêgo de técnica cem por cento nacional, do Alto Forno n.º 2 de Volta Redonda, que passou a ser o de maior capacidade da América Latina

Volta Redonda melhorou o suprimento de produtos de aço ao mercado consumidor brasileiro, ano passado, abastecendo a indústria de transformação com maior quantidade de produtos laminados do que no exercício anterior. Paralelamente, iniciou a produção, em escala industrial, de aços de qualidade mais acurada, em atendimento às exigências do nosso parque fabril, ao mesmo tempo que intensificou a execução das obras do seu Plano Intermediário de Expansão, cujos principais itens já estão concluídos. O ano de 1966 foi, por conseguinte, particularmente produtivo para a Companhia Siderúrgica Nacional, com reflexos favoráveis na economia brasileira.

MAIS LAMINADOS

O volume físico de produtos laminados entregue ao mercado foi superior em 3,94 ao do ano de 1965, totalizando 957 304 t. Novos marcos de produção foram igualmente registrados no setor de produtos intermediários básicos. Na sinterização, por exemplo, a produção alcançou 783 233 t, nôvo recorde de produção desta unidade. O maior emprêgo de sinter nos Altos-Fornos determinou baixa no **coke-rate**, isto é, na relação entre o coque insumido e a tonelagem de ferro-gusa produzida, o que, em última análise, significou economia de combustível na operação da Usina.

NOVOS TIPOS DE AÇO

Volta Redonda começou a produzir, em escala industrial, em 1966, dois novos tipos de aço — o aço acalmado, de vasto emprêgo na indústria automobilística e na fabricação de tubos de pressão, e o aço Cor-Ten, cujas características básicas são a alta resistência à corrosão e à tensão, de cinco a oito vêzes superior à do aço comum.

Constituem o principal mercado para o aço Cor-Ten, as indústrias de vagões ferroviários e de chassis para veículos rodoviários. Este aço, dada as suas propriedades, não necessita de pintura ou qualquer outra forma de proteção contra as intempéries, pois a própria ação do tempo faz surgir em volta dêle uma película protetora. Daí porque se torna também adequado o seu emprêgo em obras que ficam expostas ao tempo, como viadutos, tôrres de transmissão, galpões, estruturas de sinalização etc. Recentemente, construiu-se em Volta Redonda, com absoluto sucesso, um viaduto rodoviário com perfis de aço Cor-Ten.

EXPANSAO

No setor de expansão, várias obras se realizaram em Volta Redonda, sendo que a mais importante foi a reforma do Alto-Forno n.º 2, que teve seu cadinho ampliado e voltou a ser o de maior capacidade útil existente no Brasil e na América Latina, podendo produzir 2 000 t de ferro-gusa por dia. Dimensionada a ampliação para o aproveitamento máximo da estrutura existente e com os melhoramentos tecnológicos nêle introduzidos, fica desde já esta unidade preparada para a nova e maior expansão de Volta Redonda, cuja meta é a produção de 2,5 milhões de toneladas de lingotes, por ano. No momento processa-se, aliás, a reforma do Alto-Forno n.º 1, com idêntico objetivo de prepará-lo para a futura expansão.

MAIS FOLHAS-DE-FLANDRES

Na parte de novos equipamentos incorporados ao parque fabril da Companhia Siderúrgica Nacional, destaca-se a Linha de Estanhamento Eletrolítico n.º 2, que se encontra em fase de testes e complementação de montagem.

Esta nova Linha, que entrará em regime de plena produção no segundo semestre do corrente ano, vai absorver, virtualmente, tôda a tonelagem a mais prevista no Plano Intermediário e convertê-la em fôlhas-de-flandres, produto siderúrgico de que ainda somos deficitários, no Brasil. Com capacidade anual de produção da ordem de 150 000 t, vai dobrar o suprimento de fôlhas-de-flandres ao mercado interno, melhorando também a qualidade do produto, uma vez que serão produzidas fôlhas de espessura mais fina, de alto sentido econômico para indústria de lataria.

MAIS AÇO EM 67

A produção de aço em lingotes na Usina de Volta Redonda alcançou, ano passado, o total de 1 247 672 toneladas. Concluídas as diversas obras do Plano Intermediário, a Usina deverá elevar sua capacidade instalada de produção, no corrente ano, para 1 400 000 toneladas.

MATERIAS-PRIMAS

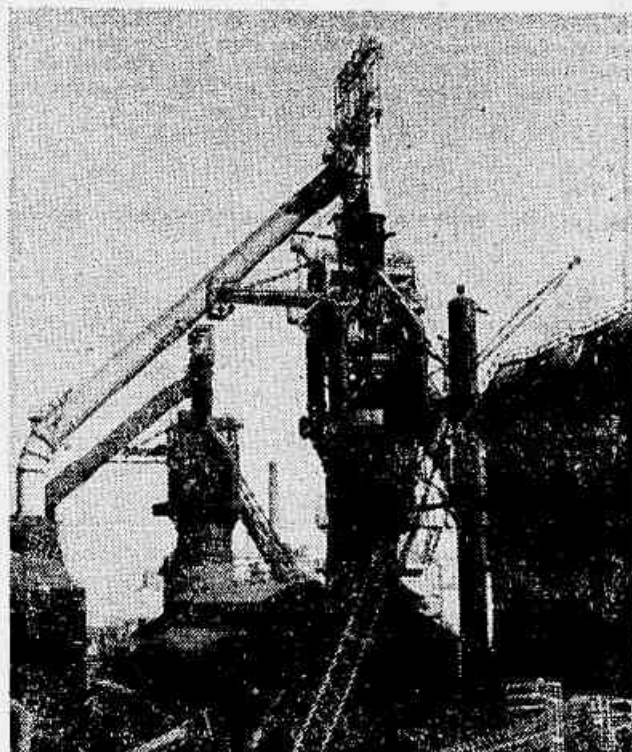
Ao esfôrço para aumento da produção de aço, em Volta Redonda, correspondem outras providências nos setores de produção de matéria-prima, para assegurar o abastecimento da Usina em minério de ferro, carvão, fundentes, etc.

As instalações de mineração de ferro, no município de Congonhas, em Minas Gerais, estão sendo reequipadas, gradualmente, o mesmo ocorrendo com as instalações da CSN na região carbonífera de Santa Catarina.

TERMINAL DE CARVÃO

Dada a importância de resolver definitivamente o problema de suprimento de carvão a Volta Redonda, sobretudo para que a Usina possa operar com maior segurança, a Companhia Siderúrgica Nacional associou-se à Administração do Pôrto do Rio de Janeiro para a construção de um nôvo Terminal de Carvão, inaugurado a 16 de fevereiro.

Com esta obra, o Pôrto do Rio tornou-se o mais eficiente do País para descarga e manuseio do carvão. Sua capacidade anterior de 50 t/hora foi mais que decuplicada, porquanto poderá atingir o máximo de 700 t/hora. E a Usina de Volta Redonda, que recebe anualmente 1 milhão de toneladas de carvão e que necessitará do dôbro desta tonelagem quando houver concluído sua expansão para 2,5 milhões de toneladas de aço estará abastecida sem percalços, com o funcionamento do Terminal.

A CSN projetou, construiu e ainda colaborou financeiramente com a Administração do Pôrto para a realização desta obra, cujo custo ficou acima de 6 bilhões de cruzeiros sem contar com as despesas de dragagem, atêrro e construção do cais.

APROVEITAMENTO DO CARVÃO NACIONAL

Entre os diversos planos para a solução do problema do carvão-vapor nacional surgiu, recentemente, um projeto do Govêrno do Estado de São Paulo de construção de uma usina termelétrica, provàvelmente na baixada santista, que iria queimar, a exemplo de Capivari, aquêle minério hoje pràticamente sem mercado. O projeto paulista é ousado, pois admite a instalação de um potencial de 500 mil quilowatts. O grupo de estudos do Govêrno paulista chegou a conclusões básicas que podem ser assim apresentadas:

1 — haverá na Região Centro-Sul deficit na potência instalada de, pelo menos, 500 mil quilowatts, ou 3,4 bilhões de quilowatts/hora anuais;

2 — a complementação térmica é a solução que se impõe.

Depois de pôr em destaque a existência de estoques de carvão-vapor, sem mercado, sugere a Comissão, para atender aquela demanda, a combinação de usinas térmica e nuclear com capacidade de 250 e 300 quilowatts, respectivamente, localizadas a 100 ou 150 quilômetros do anel alimentar de São Paulo e, em segundo lugar, a construção de uma usina térmica convencional de 500 mil quilowatts, localizada junto às minas de carvão. (Seria esta a usina termelétrica de Capivari, já em produção).

Aquêle grupo de trabalho do Govêrno do Estado analisou as fontes termoenergéticas clássicas, óleo residual de petróleo, carvão mineral e combustível atômico. Quanto à primeira, concluí que "a instalação de uma usina de vulto, destinada ao consumo de óleo residual, não é conveniente para a política cambial brasileira, pois implicará no desvio de divisas destinadas à importação dêsse óleo, cujo mercado interno está equilibrado".

A Comissão opinou favoràvelmente ao carvão mineral de Santa Catarina, considerando sua qualidade satisfatória, a razoável distância de transporte e a existência de estoques sem mercado (atualmente cêrca de 500 mil toneladas).

Os técnicos paulistas consideraram duas hipóteses: utilização de carvão-vapor produzido apenas aos níveis necessários para o abastecimento da siderurgia e a produção de carvão-vapor em quantidade suficiente para o abastecimento de uma usina de 500 mil quilowatts. A primeira hipótese permitiria o abastecimento de uma usina de 250 quilowatts, enquanto que para a segunda hipótese se exigiria um incremento da produção para atender especìficamente ao mercado de energia elétrica. Para isso seria necessário um investimento adicional de 6 milhões de dólares para equipamento das minas.

LOCALIZAÇAO DA USINA TERMELÉTRICA

O estudo em referência analisa duas possibilidades de localização da usina termelétrica que iria criar mercado para o carvão-vapor: no litoral paulista e na região carbonífera catarinense, e recomenda:

1 — Construção de uma usina termelétrica convencional com capacidade de 250 mil quilowatts;

2 — Construção de uma usina nuclear de 250 mil quilowatts;

3 — Interligação dos sistemas componentes da região Centro-Sul e a criação de um centro distribuidor.

O argumento apresentado pelos técnicos paulistas é de que para uma solução de equilíbrio para o mercado carbonífero, torna-se necessária a instalação de uma usina de 250 mil quilowatts. Para uma potência superior a 250 mil quilowatts ter-se-ia que ampliar a capacidade das minas de Santa Catarina.

BANCO CREFISUL REALIZA AS PRIMEIRAS OPERAÇÕES DE IMPORTAÇÃO COMO AGENTE DO FINAME — *O Banco Crefisul de Investimento S.A., como agente financeiro do FINAME e com recursos provenientes da USAID, realizou as primeiras operações de financiamento de importação de equipamentos de procedência norte-americana. Para a IBRACO S.A., 57 milhões de cruzeiros, destinados à importação de aparelhamento para fabricação de cinescópios; 483 milhões de cruzeiros destinados à aquisição de impressoras para a Emprêsa Jornalística Sul Riograndense e 225 milhões de cruzeiros destinados à importação de equipamentos industriais para a Cia. Têxtil Tabacow. Todos êsses pedidos foram atendidos num prazo médio de 48 horas para aprovação das propostas. O Banco Crefisul de Investimento S.A. ratifica, dêsse modo, sua posição de pioneiro e líder entre os agentes do FINAME. Participou até esta data em financiamentos na ordem de 25 bilhões de cruzeiros. No clichê, Sr. Isaac Sirotsky, Diretor do Banco Crefisul de Investimento S.A., Sr. Alberto do Amaral Osório, Diretor-Superintendente do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Sr. Murilo Gouvêa, Secretário-Executivo do FINAME.*

A IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO HABITACIONAL DO GOVÊRNO REVOLUCIONÁRIO

MÁRIO TRINDADE

Durante as nossas andanças pelo Brasil, divulgando o Plano Nacional da Habitação, estimulando os projetos locais, públicos ou de iniciativa particular, ou inaugurando as realizações já conseguidas, pudemos observar o quanto é difícil *comunicar* as idéias que informam um texto legislativo a tôdas as camadas da nossa população e a tôdas as classes interessadas.

Ao assumir a presidência do BNH, lembrávamos que o problema habitacional do País não se resolverá sem a participação efetiva de tôdas as classes interessadas, havendo imperiosa necessidade de *conscientização* do problema por parte dessas classes.

O objetivo do presente artigo é buscar o estabelecimento da *comunicação* a que aludimos, para obter a conscientização.

I — Processo de criação ou estímulo da oferta de habitações.

Para a realização do plano torna-se necessária a conjugação dos sistemas de:

a) produção de materiais;
b) produção de unidades habitacionais;
c) comercialização das unidades habitacionais produzidas.

A cada um dêsses sistemas deve corresponder um tipo de crédito para financiamento adequado em flexibilidade, prazos e taxas de juros, capazes de atender às peculiaridades do processo de produção respectivo.

À produção de materiais corresponde o tipo de crédito normal, comercial ou industrial que a rêde bancária pode oferecer. Para as suas necessidades de capital para expansão, ou para a criação de novas facilidades para a produção, torna-se necessário o crédito a médio prazo, típico do capital para investimento. Êste tipo de crédito está sendo institucionalizado pelo sistema financeiro da habitação, dentro da estratégia de lançamento do Plano, como um programa conjuntural, destinado a promover o apoio logístico das atividades do BNH.

À produção de habitações corresponde, em função do ciclo de produção específico, um tipo de crédito a prazo médio, capaz de garantir a continuidade da construção. Êste tipo de crédito foi institucionalizado pelo BNH, através das Sociedades de Crédito Imobiliário, das Caixas Econômicas e das futuras Associações de Poupança e Empréstimos, cuja regulamentação se acha submetida ao Conselho Monetário Nacional.

Além dêsse mecanismo e visando a acelerar a difusão dêsse tipo de crédito, submeteu o BNH ao Conselho Monetário Nacional proposta para que a rêde bancária privada possa operar nessa área, funcionando o BNH como refinanciador dos bancos comerciais nesse tipo de operações.

Produzidas as habitações tornava-se necessário institucionalizar o sistema de crédito para a comercialização, isto é, o crédito hipotecário que permita ao adquirente compatibilizar o investimento na aquisição da habitação com o seu orçamento familiar.

Dêste modo é gerada a:

II — Demanda efetiva de habitações.

Na terminologia habitacional, que muitos já chamam o *habitacionês*, parodiando a designação de *economês*, dada ao jargão dos economistas, chama-se *demanda normativa* a *necessidade* de habitações. Esta provém de crescimento demográfico, necessidade de reposição e absorção da demanda latente. A transformação da necessidade em demanda efetiva só se consegue colocando ao alcance do orçamento familiar a prestação destinada a amortizar o crédito hipotecário. Êste fato supõe crédito hipotecário a prazos suficientemente longos, que possibilitem a compatibilização nas diferentes faixas de renda familiar da população a ser atendida.

A criação e institucionalização do crédito hipotecário dependem da captação de recursos de poupança e da mobilização de recursos de tôda ordem, para aplicação a longo prazo.

III — Implementação do Plano Nacional da Habitação.

O Plano Nacional da Habitação, instituído pela Lei 4 380 de 21 de agôsto de 1964, teve a sua implementação realizada pelo BNH, caracterizada pelas seguintes atividades:

1) — Institucionalização e montagem do Sistema Financeiro da Habitação que compreendem:

a) a regulamentação da correção monetária (Instrução n.º 5);

b) o estabelecimento de normas e regulamento para o funcionamento das Sociedades de Crédito Imobiliário; emissão, sistema de garantia e de liquidez das Letras Imobiliárias;

c) regulamentação dos programas de Poupança e Empréstimos;

d) adaptação, montagem e assistência técnica aos agentes financeiros;

e) instituição das Associações de Poupança e Empréstimos.

2) — Montagem do Sistema de Captação de Recursos:

a) regulamentação e implantação do sistema de captação de recursos de poupança voluntária;

b) avaliação de tôdas as fontes de recursos estabelecidas na Lei 4 380; melhoria do sistema de arrecadação das contribuições parafiscais;

c) concepção, elaboração e implementação dos atos necessários ao cumprimento da Lei 5 107 de 13/9/67, criando o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço;

d) regulamentação e organização do Serviço de concessão de avais, pelo BNH, a empréstimos externos para o setor habitacional;

e) assistência e apoio às solicitações de entidades privadas brasileiras, relativos a empréstimos destinados a aplicações em habitação;

f) organização e manutenção de serviços especializados de preparo, acompanhamento e solução de empréstimos externos; acompanhamento e contrôle das aplicações.

3) — Montagem do Sistema de Programas de Aplicações:

Para abranger todo o espectro da demanda efetiva de habitações, atendendo às diferentes camadas da população e possibilitando realizações imediatas, na medida dos recursos disponíveis e ao mesmo passo em que se processavam as montagens dos diferentes sistemas já descritos, realizou-se a montagem de um Sistema de Programas de Aplicações, que pode ser assim apresentado:

I — Programas destinados a incrementar a produção (oferta) de habitações, por meio de financiamentos:

a) à produção e comercialização de materiais de construção;

b) à industrialização leve e montagem de habitações em terrenos de propriedade do adquirente — Programa Casa Pacote;

c) ao término de edifícios ou conjuntos residenciais que tivessem um pré-investimento de 50% do seu valor — Programa Impacto;

d) à construção de edifícios ou conjuntos residenciais por intermédio das Sociedades de Crédito Imobiliário e das Caixas Econômicas Federais e Estaduais.

II — Programas destinados a viabilizar a produção e a comercialização da habitação, através de financiamentos concedidos:

a) à população de baixa renda — por intermédio das Companhias de Habitação (COHABs), Fundação etc., incluindo a substituição de habitações deficientes, sua complementação ou transformação; nestes programas encontram-se projetos que vão desde a "unidade sanitária", composta de banheiro, cozinha e um cômodo, à chamada "casa embrião", e projetos ampliáveis ou de habitações semideterminadas, até projetos de auto-ajuda ou ajuda mútua. Êsses projetos são adaptados às condições locais, são modulados de modo a permitir uma industrialização leve, progressiva e adaptados às necessidades e possibilidades do grupo a ser atendido, mediante prévio levantamento sócio-econômico;

b) aos operários sindicalizados, através de Cooperativas habitacionais operárias, com a colaboração dos respectivos sindicatos;

c) aos empregados, ou operários com a colaboração das emprêsas, em programa associado do empregado, da emprêsa e a complementação financeira pelo BNH. O denominado Programa Emprêsa permitirá, não só a mobilização de ativos imobilizados em habitações, como, com a compra pelo BNH das hipotecas das casas já existentes, vendidas aos empregados, estimulará a construção de novas habitações para outros empregados;

d) aos servidores civis, através de suas instituições de previdência;

e) aos servidores militares — através de suas instituições de classe;

f) à população de renda média — através de cooperativas ou poupança em grupo;

g) à população em geral — através dos programas de poupança e empréstimos em realização nas Caixas Econômicas e, em futuro próximo, pelas Associações de Poupança e Empréstimo;

h) à população em geral — através do sistema de poupança livre realizada pelas Sociedades de Crédito Imobiliário e pelas Caixas Econômicas;

i) à população em geral — através do sistema de caução ou compra de créditos hipotecários — o mercado de hipotecas.

São treze programas, que atendem às características expostas acima e cujo desenvolvimento, em cada uma das unidades da Federação, se processa de acôrdo com as peculiaridades da economia local e seu estágio de desenvolvimento. Vale citar algumas reações surpreendentes como, por exemplo, o programa de poupança livre ter proporcionado, em 20 dias, 600 milhões de cruzeiros de depósitos, em Fortaleza, Ceará.

Òbviamente, a criação de um sistema de programas, consistente e coerente, de modo a que nenhum dêles "esvazie" o outro, impondo-se multiplicadores pela indução à poupança, variáveis em função da capacidade de cada faixa da população e variando juros, prazos e percentagem de financiamento, e o próprio valor da unidade habitacional, apresenta não pequenas dificuldades na sua implementação. As dificuldades são tanto maiores quanto, simultâneamente, tornava-se imperioso montar todos os demais sistemas já descritos, com enorme carência de pessoal técnico, capaz de ser recrutado e treinado em pouco mais de doze meses.

III — Montagem do Sistema de Apoio Logístico e de Pesquisa, Desenvolvimento e Treinamento.

A reunião dos meios necessários à produção de unidades habitacionais, nos locais e nas épocas necessárias, bem como a pesquisa e desenvolvimento de técnicos e materiais novos, tirando partido das possibilidades locais, juntamente com o treinamento de pessoal necessário ao pleno desenvolvimento das atividades dos diferentes sistemas, vem sendo objeto do sistema de apoio logístico, pesquisa, desenvolvimento e treinamento.

Foram realizados levantamentos das diferentes indústrias de materiais e componentes da habitação, recontado o programa destinado ao financiamento da expansão da capacidade de produção dessas indústrias, ao mesmo tempo em que se instalavam os Centros de Coordenação Industrial para o Plano Habitacional, em convênios com as Federações e Centros das Indústrias em São Paulo, Rio Grande do Sul e Guanabara.

Organizam-se, neste momento, os Centros da Construção, Centros e Bôlsas de Materiais de Construção, que cuidarão dos aspectos tecnológicos da Construção, os primeiros; os demais serão instrumento de regularização do mercado de materiais, cuidando da fase de comercialização.

O núcleo central de pesquisas está constituído pelo Centro Nacional de Pesquisas Habitacionais organizado em convênio com a Pontifícia Universidade Católica, cuja programação de atividades inclui a formação e o treinamento de pessoal necessário ao desenvolvimento dos sistemas.

O Serviço Federal de Habitação e Urbanismo está sofrendo uma reforma, baseada nos trabalhos realizados e na experiência adquirida, de sorte a transformá-lo na unidade central de Pesquisa e Desenvolvimento dos Planejamentos Local e Urbano, integrados.

O Ministério do Trabalho e Previdência Social, pelo seu Serviço Nacional de Mão de Obra, realiza os levantamentos da mão de obra ociosa existente, para completar o quadro de apoio logístico.

IV — Montagem do Sistema dos Planejamentos Local e Urbano, integrados.

À medida em que se desenvolviam as montagens dos diferentes sistemas, a perspectiva de considerável ampliação do orçamento de aplicação por parte do BNH, com os recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e a constatação dos problemas gerados com a criação de grandes comunidades, tornou-se evidente a necessidade da formulação de uma política nacional de planejamentos, local e urbano, integrados, bem como a implantação de um sistema capaz de dar execução descentralizada a essa política.

Só desta forma poderá ao BNH, a médio e longo prazos, ser garantido o retôrno dos recursos que aplica e que, como entidade bancária que é, toma por empréstimo e tem que reembolsar.

À medida que fôr consolidando a formulação dessa política, o BNH fará mais e mais aplicações nas áreas prioritárias, determinadas pelo planejamento regional, em cujas grandes linhas far-se-á a inserção dos planos locais ou urbanos integrados.

Ter-se-á desta maneira otimizado o rendimento social dos programas de aplicação do BNH, estabelecendo-se comunidades com viabilidade de progresso e desenvolvimento próprios.

V — Montagem do Sistema de Desenvolvimento Comunitário.

Para complementar os trabalhos de criação de novas comunidades e permitir o seu desenvolvimento, adequado torna-se imprescindível a montagem dêsse sistema, ora apenas planejado e com algumas experiências incipientes.

Tal sistema deverá contar com a colaboração de entidades tais como o SESI, o SESC, o INDA, a Legião Brasileira de Assistência e entidades congêneres, em trabalhos e esforços coordenados com os das autoridades locais, municipais e órgãos regionais como a SUDENE etc.

VI — Montagem do Mercado de Hipotecas.

Ao ser lançado o Mercado de Hipotecas, o fecho do Plano Nacional de Habitação — que por efeito de difusão de facilidades de crédito hipotecário à iniciativa, para a comercialização da produção de unidades habitacionais privada, permite a ativação de todo o complexo de operações, que vão desde a produção de materiais básicos, de componentes de habitação até os equipamentos desta, já na fase de sua utilização, — duas grandes correntes de opinião se formavam — a primeira no sentido de que o sistema deveria ser montado de há muito, a segunda de que era prematuro o seu lançamento.

Pensamos que o sistema foi lançado na época justa, quando já havia um mínimo de pré-condições, — uma indústria de materiais retornando progressivamente ao ritmo adequado de tividade, a indústria da construção civil readquirindo lenta mas seguramente confiança na política habitacional do Govêrno, e a disponibilidade, por parte do BNH, de recursos para aplicação em escala compatível com o vulto do programa.

Não se medem êsses recursos, unicamente, pelos recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, mas também pela institucionalização no Sistema de Programas de Aplicações, já montado, da inovação de aplicações por parte dos demais interessados em cada projeto de recursos próprios ou de recursos de terceiros captados para êsse fim.

Ainda foram necessárias medidas complementares, como a criação da Cédula Hipotecária e a criação de um rito processual expedido para execução dos créditos hipotecários.

VII — Conseqüências e implicações.

Como podemos observar, o Plano Nacional de Habitação é hoje um conjunto consistente e orgânico de sistemas interligados, funcionando à base dos seguintes elementos fundamentais:

a) correção monetária em tôdas as operações ativas e passivas do Sistema Financeiro da Habitação;

b) estímulo à iniciativa particular, para assumir todos os trabalhos de produção de materiais e produção de habitações; a ação de agentes promotores, criados ou apoiados pelo BNH para atender à demanda das famílias de baixa renda (programas de natureza social — Cohab's, cooperativas operárias), é apenas supletiva, se — e enquanto — a iniciativa privada não tiver motivação, estímulo ou capacidade para solução dêsses tipos de habitação. De qualquer modo, *nenhum agente* do Sistema Financeiro de Habitação executa construções. Estas são sempre contratadas com firmas construtoras.

c) mobilização e captação de poupanças para aplicação no setor habitacional.

d) utilização de fatôres de produção ociosos na economia nacional.

e) racionalização da produção de componentes da habitação, racionalização e industrialização da construção;

f) criação de condições para que a maior parcela possível do Produto Interno Bruto, compatível com as necessidades de investimento em outros setores de economia, seja aplicada no setor habitação.

Não foram, portanto, impostos limites *a priori*, mas objetivos prioritários, cuja consecução deverá resultar do êxito dos diferentes programas: o primeiro objetivo fixado foi o de alcançar a produção anual de habitação, sem número igual à necessidade decorrente do crescimento demográfico; o segundo, o de promover-se um programa de melhoria das habitações existentes, com a sua complementação, de sorte a ser progressivamente eliminado o deficit habitacional; o terceiro, o desenvolvimento e a melhoria de nível a pedrões habitacionais, bem como um programa capaz de prover a demanda de recomposição.

VIII — Situação do Plano Nacional da Habitação no contexto do Plano Decenal.

Ultimam-se os trabalhos de elaboração do Plano Decenal, e, neste, o setor habitação deverá ser incluído, registrando-se, contudo, uma situação caracterizada:

a) pela existência de um conjunto de sistemas, orgânico, destinado à promoção, ao estímulo e ao provimento de oferta e procura de habitações;

b) pela inexistência de um sólido conhecimento sócio-econômico e estatístico das necessidades da população a ser atendida pelo Plano.

Nestas condições e tendo em conta que estão sendo montados, quer pelo EPEA quer pelo BNH, órgãos de pesquisa e levantamentos estatísticos e sócio-econômicos, destinados ao apoio do Plano, conclui-se que o Plano Decenal deverá ser apenas indicativo na sua fase inicial, tanto mais quanto, estando o Plano Nacional da Habitação fundado, bàsicamente, no estímulo à iniciativa privada, sua evolução dependerá da forma e da intensidade das reações desta à motivação, aos instrumentos e aos programas já expostos aqui.

Por outro lado, a experiência obtida na execução dos diferentes programas já lançados, o lançamento de novos programas e o ajustamento de todos êles às novas condições que forem surgindo, permitirão perfeito ajustamento quer do Plano Nacional da Habitação, quer do Plano Decenal à realidade brasileira, e completo entrosamento entre o planejamento e a execução.

Para a consecução dêsse objetivo é imprescindível um acompanhamento muito cuidadoso dos resultados que já se vão obtendo, a complementação dos programas, a solução da problemática para o atendimento das necessidades de algumas faixas da população e, sobretudo, a expansão à maior extensão possível do território nacional da área de ação dos agentes e instrumentos do Plano.

IX — Primeiros resultados.

Os primeiros resultados obtidos na implementação do Plano, conquanto ainda modestos em face das necessidades, representam enorme avanço face à situação da infra-estrutura, à carência de pessoal capaz de gerir os sistemas criados, e à própria fase de montagem dos agentes na qual foi consumida cêrca de metade do ano de 1966.

Atingimos à 93 607 unidades prontas, em construção, contratadas, em concorrência, autorizadas ou simplesmente refinanciadas em 31-12-66.

Só o programa Mercado de Hipotecas, lançado ao final do ano de 1966, já tem projetos apresentados em número superior a 30 000 novas unidades para a classe média; o programa através as Sociedades de Crédito Imobiliário, com menos de seis meses de início e com pequeno número de emprêsas operando, dado que estas só vieram a expandir-se no mês de dezembro, apresenta enorme potencialidade, podendo captar com facilidade recursos da ordem de 80 a 100 bilhões de cruzeiros já em 1967; sua expansão dependerá fundamentalmente da evolução da conjuntura que permita a canalização de maior parcela de poupança nacional para o setor habitação, sem prejuízo das parcelas de financiamento ao setor público e ao financiamento da indústria em geral e do comércio.

De qualquer modo, podemos pensar ainda em dois mecanismos a serem lançados oportunamente — o mercado secundário de hipotecas, ou sejam, as operações de *open market* com créditos hipotecários e as mesmas operações no mercado internacional, onde buscar-se-ão aplicações de reservas de entidades financeiras, bancos e das *Savings & Loans* associativas no sistema financeiro da habitação, no Brasil, de acôrdo com as possibilidades daqueles mercados e o grau de confiança que o sistema nacional conseguir captar.

Êste será o mecanismo estabilizador do ritmo de aplicações no setor habitacional, suprindo recursos nos períodos de recessão interna: servirá ainda, associado aos empréstimos de entidades tais como o BID, AID, etc., como acelerador da produção e comercialização de habitações.

VII — Perspectivas e conclusões.

As técnicas da engenharia industrial e, em particular, a pesquisa operacional, permitiram a rápida implementação do Plano Nacional da Habitação. Já hoje o setor habitacional acha-se integrado no esfôrço brasileiro em busca da estabilização da sua moeda e do desenvolvimento econômico.

Dizia, há pouco, dirigente de uma das Sociedades de Crédito Imobiliário, que realizar o Plano Nacional da Habitação era combinar, a cada passo, em cada decisão, audácia e prudência. A audácia do pioneiro, do desbravador e do bandeirante, a audácia que, no dizer de Roosevelt, se resume em tentar coisas grandiosas e, ao mesmo tempo, a prudência do banqueiro, do homem que é obrigado a usar recursos de terceiros, pelos quais é responsável, para ousar.

É exatamente esta a filosofia que preside o BNH, sobretudo neste ano de 1967, em que já se apresenta com o segundo orçamento de investimentos setoriais e, se considerados apenas os recursos de origem nacional, o primeiro.

Muito há que caminhar. Demos apenas o primeiro passo da caminhada. É preciso continuar com audácia e prudência; audácia para tentar novas soluções e prudência, fundamentalmente, para manter o equilíbrio da oferta e da procura em tôdas as fases do processo de produção da habitação, para buscar o equilíbrio das fôrças de mercado, para evitar as distorções especulativas. Audácia para afirmar que existe uma faixa da população ainda incapaz de participar dos planos e programas de base financeira já montados e capazes de se desenvolverem por si mesmos, desde que preservados das distorções paternalistas; para afirmar, demonstrar e usar engenho e arte na busca de soluções assistenciais supletivas para essa população, ao mesmo tempo em que, por efeito do próprio desenvolvimento econômico, ou por medidas adequadas, mediante programas de aproveitamento de sua capacidade de trabalho, seja essa parcela da população reduzida pela sua incorporação às faixas de nível mais elevado de renda.

Em resumo é necessário confirmar o trabalho encetado, preservando-o naquilo que êle tem de essencial, adaptando os instrumentos e as táticas às novas circunstâncias que forem surgindo, mas preservando-lhe a estratégia.

IMPLICAÇÕES ECONÔMICAS NOS ESTUDOS DE RODOVIAS

Eng.º ELISEU RESENDE — Diretor-Geral do DER/MG — Coordenador do GEIPOT

O empresário moderno se vê obrigado à análise econômica meticulosa dos empreendimentos que tem em vista, a fim de resguardar seu capital, garantindo-lhe rentabilidade.

Por outro lado, as fontes financiadoras necessitam de assegurar-se também da rentabilidade do capital que vão emprestar de modo que sua aplicação seja capaz de garantir o resgate do empréstimo conforme as taxas adotadas (oportunidade de capital).

Enfim, ambos, empresário ou financiador, necessitam conhecer **a viabilidade** econômica de seus investimentos.

Ora, as nações modernas, mesmo as mais desenvolvidas, têm-se visto na contingência de proceder com o mesmo zêlo no tocante aos capitais de que dispõem — seja para aplicações diretas, seja como financiadoras ou financiadas.

Sobretudo depois da II Guerra Mundial (que consumiu grandes recursos materiais e humanos, diminuindo as disponibilidades de capital) vem sendo essa a preocupação de muitos países e da própria ONU — a de encontrar processos racionais que permitam justificar investimentos e também selecioná-los segundo **prioridades**. Com mais fôrça de razão êsse deve ser o caminho dos países subdesenvolvidos ou em vias de desenvolvimento, onde a escassez de capitais e a grande demanda dêstes exigem prudência e o máximo de aproveitamento na sua aplicação.

Tal filosofia se estendeu também ao planejamento rodoviário, cuja complexidade se encontra amenizada graças ao auxílio precioso dos computadores eletrônicos.

Um dos primeiros métodos de análise econômica dos investimentos rodoviários que se consagrou foi o Road Benefits Analyses for Highways Improvements que em 1952 a AASHO (American Association States High Officials) divulgou.

Inspiradas nêle são as diversas metodologias hoje adotadas, aperfeiçoadas através de pacientes investigações nos últimos quinze anos, quando se estabeleceram cuidadosas séries estatísticas capazes de permitir extrapolações válidas.

Com isso, surgiu uma simbiose entre o projeto técnico (engineering) e o econômico de rodovias, cujo primeiro efeito foi justamente o de condicionar **as características técnicas da estrada** à previsão de seu tráfego máximo (obtida pela projeção do tráfego atual para a vida útil da estrada).

Outro efeito importante da análise econômica no planejamento das rodovias é a possibilidade que trouxe de se preestabelecer uma programação racional, tanto de conservação (pois também aqui se aplica a análise econômica) quanto de construção. Isto é, determinando-se o **ano ótimo** em que a estrada deva ser aberta ao tráfego e seu grau de rentabilidade podem-se escalonar prioridades de execução qüinqüenal ou decenal de um plano rodoviário regional, estadual ou nacional. É exatamente sôbre êsses dois aspectos econômicos — **viabilidade e ano ótimo** — que teceremos considerações.

Como dissemos, fazem-se estudos iniciais de natureza econômica, relativamente ao tráfego, empregando-se simultânea ou separadamente dois métodos generalizados: **método dos fluxos e método das contagens simples.** Ambos são estatísticas, valendo-se de amostragens periódicas na estrada a melhorar, a substituir-se ou a construir-se.

No primeiro caso, baseamo-nos na **origem/destino** dos veículos ao mesmo tempo que no balanço da produção e do consumo das localidades situadas na área de influência da rodovia em estudo. Conhecendo-se os saldos positivos ou negativos dos bens de produção e de consumo de cada pólo, faz-se a verificação ou estimativa do escoamento provável dêsses saldos (distribuição dos fluxos) — o que nos permite transformar toneladas exportadas ou importadas por dia em **caminhões/dia.**

No segundo método constatamos a quantidade e a espécie dos veículos que circulam na estrada, em determinado ponto, assinalando, se possível, o número de passageiros.

Em todos os dois casos projeta-se o tráfego atual computado como **tráfego normal**, calculando-se ou estimando-se os tráfegos **gerado e derivado** (que, em maiores detalhes, serão focalizados adiante). Somando-se os três tipos de tráfego projetados para o futuro, tem-se o tráfego total a prever-se. Com êste dado, definem-se as **características técnicas** a que a rodovia deverá satisfazer de modo a dar vazão ao tráfego máximo provável (**capacidade, velocidade diretriz, plataforma etc.**). Conseqüentemente ficam também definidas as características geométricas do traçado, em planta e perfil, em que se vão basear os projetos das soluções técnicas possíveis para a ligação pretendida. Esses projetos são, por sua vez, comparados entre si (modernamente com auxílio dos computadores) de modo a compatibilizar ao **ótimo** os fatôres técnicos com os de ordem econômica.

Decidido então o projeto **ótimo**, passa-se à análise econômica das vantagens e desvantagens de sua implantação, ou seja, a análise da rentabilidade através da **razão benefício-custo (B/C).**

Primeiramente há que se definir quais benefícios e quais custos serão considerados, na análise. Depois, quais os problemas e soluções para a **Avaliação** dêsses elementos.

Nas obras rodoviárias seria mais fácil computarem-se, apenas, os benefícios diretos proporcionados aos usuários — benefícios que compreendem principalmente a redução dos custos de operação e manutenção de veículos, redução de tempo de percurso, redução de acidentes e de perdas ocasionadas às mercadorias transportadas.

Os benefícios indiretos são, por sua natureza, de difícil avaliação. Mas, às vêzes não menos importantes que os diretos. Podem até superar êstes, particularmente em áreas subdesenvolvidas, como no caso da exploração econômica de recursos naturais (tornada possível com a construção de uma estrada); da valorização das terras e dos imóveis na área de influência da rodovia; dos benefícios de natureza sócio-econômica (como decorrentes de melhores padrões de educação, melhor assistência médico-sanitária, melhor assistência técnica às atividades econômicas, mudança de atitudes e de mentalidade da população), em resumo, contribuições dessa ordem que uma estrada traz durante sua vida útil, se devidamente avaliadas poderiam atingir a cifras formidáveis, superiores àquelas oferecidas pelos benefícios diretos aos usuários.

Definem-se os benefícios a serem considerados na análise conforme os objetivos da estrada.

Sempre que a finalidade primordial da estrada não seja a de atender às necessidades normais de transporte, benefícios indiretos devem ser analisados juntamente com os benefícios diretos. Para maioria dos casos, entretanto, a análise pode-se restringir, apenas, aos benefícios diretos — de cálculos mais simples — sujeitos a erros bem mais reduzidos. Neste caso calcula-se a redução dos custos de operação de veículos resultante (ou que resultariam) das condições atuais da estrada comparadas com novas condições objeto do estudo.

Essa redução de custos operacionais de veículos é devida principalmente à diminuição dos gastos de: combustível, lubrificantes, pneus, peças, acessórios, serviços para sua manutenção e reparação, salários. E, por outro lado, ao momento de eficiência de utilização e da vida útil, tendo como conseqüência, respectivamente, a baixa das imobilizações financeiras (em veículos e instalações).

Como sabemos, conhecido o tráfego normal e sua provável taxa de crescimento, tem-se, por projeção, os tráfegos anuais futuros. Basta, pois, multiplicarem-se êsses tráfegos anuais pelos valores já calculados para a redução dos custos de transporte, obtendo-se com isto os **benefícios anuais** do tráfego normal.

Essa totalidade de benefícios encontrada para o tráfego normal não se pode atribuir igualmente ao **tráfego gerado** e nem ao **tráfego derivado.** Os dois últimos diferem por natureza do primeiro: o tráfego normal entre duas localidades A e B é de natureza "obrigatória", isto é, existe e existirá em tôrno da contagem que lhe foi feita e dos incrementos anuais estimados, quer se mantenha o itinerário atual entre aquêles pontos, quer se proceda à sua melhoria ou substituição. É conseqüência de conjuntura regional. Ele conta e contará com um número definido de usuários atuais e futuros. Já os tráfegos **gerado e derivado** ficarão na dependência das reações pessoais ou circunstanciais de novos usuários que virão juntar-se aos antigos, depois de feita a melhoria ou substituição do itinerário entre A e B. Haverá os que se interessarão numa utilização plena da ligação modificada, tanto quanto os antigos. E haverá os que se interessarão pouco e os que não terão interêsse pelo aproveitamento pessoal do melhoramento ou da inovação. Entramos, assim, exatamente no aspeto que a Análise Econômica tratar como **produto marginal,** traduzindo-o numa curva típica da de Dupuit relativa ao estudo da **utilidade.** No caso presente, essa curva se denomina de **demanda de transporte,** função de número de veículos que poderá vir a trafegar na nova estrada (além do que foi previsto para o tráfego normal) e dos benefícios ou vantagens (muito relativas), que interessarão aos novos usuários (além daqueles que teriam de usar mesmo qualquer caminho entre A e B).

Ora, conhecida a **curva da demanda de transporte** conhecido estará o benefício total anual correspondente ao tráfego gerado, através da integração da área compreendida entre a curva e os eixos coordenados.

O problema da determinação de tal curva é complexo, existindo as mais variadas fórmulas, originárias de diversos países, com parâmetros e coefientes empíricos ou advindos da observação direta. Tôdas se baseiam num contrôle estatístico meticuloso de tráfegos expressivos. São, pois, próprias para aplicação em países altamente desenvolvidos.

Nos países pouco desenvolvidos em que a precariedade de dados e volume de tráfego não justificam tanto rigor científico, a **curva da demanda de transportes** é assimilada a uma reta cortando o eixo dos **YY** no ponto que representa a demanda máxima, e o eixo dos **XX** no ponto que representa o benefício máximo. Isto é válido porque, como chamamos atenção acima, dentre os usuários eventuais, interessados na **utilidade ou benefício marginal** da nova estrada, haverá desde os tão interessados como os antigos até os de interêsse nulo. Neste caso, a área integrada é triangular e, como tal, os benefícios totais vêm a corresponder à **metade** dos que foram determinados para o tráfego normal. Evidentemente êsse critério deixa muito a desejar. Mas, na falta de outro possível, é o razoável — donde sua aceitação universal.

Na hipótese do **tráfego derivado,** as considerações são semelhantes, isto é, fica êle ao sabor das predisposições dos usuários. Por outras palavras, quem usava um antigo itinerário para alcançar A ou B, partindo da localidade C, usará totalmente, em parte, ou não usará a nova ligação A-B, dependendo de suas preferências. Isto é, não se pode precisar qual será o tráfego **afluente** à nova estrada. Ademais, há que ter em conta a possibilidade também de um tráfego derivado **efluente,** de acôrdo com o ponto-de-vista pessoal de alguns usuários da antiga ligação A-B, a quem a nova não convenha em todo ou em parte (por exemplo, se a nova ligação deixar de passar por determinada localidade, se oferecer um tráfego muito intenso, se houver pedágio etc.). Como para essa categoria de usuários futuros o tráfego é optativo, êles se enquadram ainda no caso do problema da utilidade marginal da Análise Econômica e sua incidência costuma ser tomada também como a do tráfego gerado — isto é, como metade dos benefícios totais do tráfego normal de A a B. Porém, se há possibilidade de uma investigação **a priori** das possíveis preferências de itinerário, podendo-se avaliar a distribuição de tráfego, os benefícios se encontrarão tomando-se para benefício unitário, em cada caso, a diferença dos custos de trajeto para ir-se de C a A ou B, antes e depois do melhoramento ou da substituição da ligação A-B.

Com tais métodos, teremos em mãos os benefícios anuais do tráfego normal, do gerado e do derivado, **para os usuários.** Todavia, há outros benefícios importantes a serem computados, decorrentes da redução de tempo de percurso, para passageiros e cargas. Para isso, parte-se do levantamento do número médio de passageiros, tanto dos automóveis de passeio quanto dos ônibus. Procura-se então obter a renda média dêsses passageiros na unidade de tempo (uma hora, p. ex.). Ora, conhecido o volume do tráfego anual, o número de passageiros e a redução de tempo de percurso prevista com a nova estrada, multiplicam-se êsses fatôres obtendo-se, assim, a economia correspondente, ou sejam, os benefícios para passageiros.

Para a carga, o procedimento é semelhante: conhecido o seu valor pode-se determinar o benefício resultante da diminuição da imobilização financeira durante o transporte.

Na lista de benefícios poderíamos agora considerar os resultantes da redução da taxa de acidentes. Aqui, entretanto, surgem problemas mais difíceis: primeiro, à medida em que melhoram as características técnicas da estrada, permitindo velocidades mais elevadas, reduz-se a taxa de acidentes, porém a gravidade dêles aumenta consideràvelmente; segundo a avaliação dos danos causados, particularmente em têrmos de integridade física ou vidas humanas, é difícil e sujeita a grandes margens de êrro. Ademais, levando-se em conta o caso brasileiro, a dificuldade de avaliação fica agravada pelas enormes deficiências de nossas estatísticas de acidentes (inexistentes pràticamente nas estradas). Estas dificuldades podem justificar a não inclusão dêsse benefício na análise econômica do projeto de uma estrada.

Por fim, dentre os benefícios enumerados acima, temos a redução de perdas de mercadorias. Êste benefício pode ser particularmente significativo no caso de estradas onde é importante o fluxo de bens sujeitos a deterioração, quebra, redução de padrões de qualidade, perda de pêso ou morte (no caso de animais). Exemplos típicos dêsses bens são o leite, produtos cerâmicos ou de vidro, frutas e legumes, bovinos e suínos. Benefícios adicionais correlatos são a redução dos gastos com embalagem, os gastos com transportes em condições especiais (como por exemplo em veículos equipados — com unidades frigoríficas etc.). A estimativa dêsses benefícios não apresenta problemas especiais desde que suficientemente conhecidos os fluxos do tráfego.

Calculados os benefícios, passamos ao cálculo dos custos, ou seja, dos têrmos do denominador da relação B/C, a qual nos dá a medida da rentabilidade econômica da estrada. São êles: os juros e a amortização do investimento mais as despesas de conservação.

As estradas de rodagem são o melhor exemplo de onde os gastos de instalação superam em muito os gastos de operação. Em outros têrmos, as despesas financeiras de juros e amortização do investimento são muito mais elevadas que as despesas de conservação.

O primeiro problema a enfrentar na análise de custos é o da determinação da taxa de juros sôbre o investimento, ou, mais precisamente, segundo os economistas, o "custo de oportunidade do capital" — o qual pode ser determinado pela rentabilidade possível da aplicação marginal do capital de que se dispõe. Dada a escassez de capital nas áreas menos desenvolvidas, o seu custo de oportunidade é necessàriamente mais elevado que em países desenvolvidos. Assim, em nosso país adotou-se recentemente, para os estudos realizados pelo GEIPOT, a taxa de 10%, a qual supera bastante o custo dos financiamentos externos, mas é ainda inferior ao custo de oportunidade dos recursos internos. Caso pudéssemos dispor de créditos externos ilimitados, o custo de oportunidade cairia então à taxa correspondente aos custos totais daqueles créditos.

Dado o vulto considerável dos recursos necessários à construção de uma estrada, o custo dêsses recursos a uma taxa de 10% representa a grande parcela dos custos totais.

A segunda parcela de custos corresponde à amortização do investimento. Para estabelecê-la, nosso primeiro passo é a determinação da vida útil do investimento, no caso, da estrada.

A determinação da vida útil comporta discussões ou polêmicas intermináveis. Pode-se mesmo afirmar que os serviços de terraplenagem por exemplo têm vida indefinida — desde que devidamente conservados —, não necessitando portanto qualquer amortização. A tal afirmativa pode-se contrapor a observação de que o progresso tecnológico nos transportes poderá eventualmente tornar obsoletas nossas atuais estradas e esta justificativa apenas é suficiente para que procuremos amortizar os investimentos realizados, ainda que a prazos bastante longos. Na análise dos aspectos econômicos de uma estrada, êstes prazos costumam situar-se na faixa dos 20 a 30 anos.

No cálculo dos custos anuais da estrada, somamos então à parcela dos juros uma outra equivalente à parcela anual de amortização. O montante desta é bem reduzido em razão dos prazos longos.

Temos ainda outros elementos de custo a considerar, quais sejam os gastos anuais de conservação. Há situações, entretanto, em que êste elemento tem sinal negativo: — quando a conservação de uma nova estrada é mais barata do que a de outra substituída.

— Análise da razão B/C — Rentabilidade — Ano Ótimo

Ao se fazer a análise B/C, por motivo de simplificação de cálculo, os custos ou eventuais benefícios de conservação aparecem no numerador. Deduzem-se os custos anuais de conservação, ano a ano, dos benefícios anuais respectivamente calculados. Nas situações em que ocorre uma redução nos gastos de conservação, a diferença verificada tem a natureza de um benefício e é então simplesmente acrescida aos benefícios.

Uma vez calculados os benefícios e os custos para todo o período de vida útil da estrada, temos em mãos todos os elementos necessários à análise de rentabilidade. Reduzidos os custos às somas das parcelas de juros e amortização, um projeto será julgado rentável ou vantajoso ou econômicamente justificável quando B ⩾ C, sendo B a soma dos benefícios anuais e C a soma dos custos anuais de construção atualizados para um ano arbitràriamente escolhido. Admitamos que uma estrada, com uma vida útil estimada em N anos, seja construída em K anos e seja aberta ao tráfego dentro de p anos. Então B e C, se referidos ao presente, podem ser escritos sob a forma

$$B = \sum_{n=0}^{n=N-1} \frac{b_{p+n}}{(1+r)^{p+n}} + \frac{R}{(1+r)^{p+N-1}}$$

$$C = \sum_{k=1}^{k=K} \frac{c_{p-k}}{(1+r)^{p-k}}$$

sendo

r a taxa de atualização ou taxa de juros.

b_{p+n} os benefícios relativos ao ano p + n.

R o valor residual da estrada no ano p + N.

c_{p-k} o custo do investimento no ano p — k.

A condição $B \geqslant C$ ou $\frac{B}{C} \geqslant 1$ indica o grau de rentabilidade do investimento.

É da maior conveniência que qualquer estrada seja aberta ao tráfego **no momento mais oportuno,** a fim de que os investimentos realizados permitam a maximização dos benefícios dêles decorrentes. Esse momento mais oportuno constitui o que chamamos **ano ótimo** de abertura ao tráfego — ou ano ótimo de início de funcionamento da facilidade de transporte.

Se os benefícios são crescentes, a relação $\frac{B}{C}$ será necessàriamente maior que 1 para um projeto que tenha sido iniciado em seu ano ótimo ou após o mesmo. Um projeto cujo início ocorra antes do ano ótimo terá por algum tempo uma rentabilidade inferior ao custo de oportunidade do capital.

Para determinação do ano ótimo, basta que procuremos o máximo da diferença B — C, em relação a p, isto é, o máximo de

$$B\text{-}C = \sum_{n=0}^{n=N-1} \frac{b_{p+n}}{(1+r)^{p+n}} \quad \sum_{k=1}^{k=K} \frac{c_{p-k}}{(1+r)^{p-k}} \quad \frac{R}{(1+r)^{p+N-1}} \qquad (1)$$

Admitindo-se a existência dêsse máximo para um certo ano $p = p_o$, a função B — C será crescente para valôres à esquerda de p_o e decrescente para valôres à direita de p_o. Isto implica em que a diferença

$$(B-C)_p - (B-C)_{p+1}$$

seja negativa para valôres à esquerda de p_o e positiva de p_o. Aqui $(B - C)_p$ corresponde à diferença entre os benefícios e os custos para um projeto iniciando-se no ano p e é representada pela expressão (1) enquanto $(B - C)_{p+1}$ corresponde à mesma diferença quando se admite o início do projeto no ano p + 1 e se representa por

$$(B+C)_{p+1} = \sum_{n=0}^{n=N-1} \frac{\bar{b}_{p+n+1}}{(1+r)^{p+n+1}} \quad \sum_{k=1}^{k=K} \frac{\bar{c}_{p-k+1}}{(1+r)^{p-k+1}} \quad \frac{\bar{R}}{(1+r)^{p+N}} \qquad (2)$$

O ano ótimo p_o se verifica portanto quando a diferença entre as expressões (1) e (2) muda de sinal, isto é, quando

$$(B-C)_p - (B-C)_{p+1} = \sum_{n=0}^{n=N-1} \left[\frac{b_{p+n}}{(1+r)^{p+n}} - \frac{\bar{b}_{p+n+1}}{(1+r)^{p+n+1}} \right] + \qquad (3)$$

$$\sum_{k=1}^{k=K} \left[\frac{\bar{c}_{p-k+1}}{(1+r)^{p-k+1}} - \frac{c_{p-k}}{(1+r)^{p-k}} \right] + \frac{R}{(1+r)^{p+N-1}} - \frac{\bar{R}}{(1+r)^{p+N}} \cong 0. \qquad (3)$$

Introduzimos agora as seguintes hipóteses simplificadoras, que não são restritivas para aplicações práticas:

1.º) A diferença entre os benefícios em um determinado ano da vida da estrada, quando se supõe aberta ao tráfego no ano p, e os benefícios, no mesmo ano, para o caso em que a abertura ao tráfego se verifica no ano p + 1 é muito pequena e pode ser desprezada, isto é:

$$\frac{b_{p+n}}{(1+r)^{p+n}} \cong \frac{\bar{b}_{p+n}}{(1+r)^{p+n}} \quad (n = 1, 2, \ldots, N-1) \qquad (4)$$

2º)

$$\frac{R}{(1+r)^{p+N-1}} \qquad \frac{\bar{R}}{(1+r)^{p+N}} \cong 0. \qquad (5)$$

isto é, a diferença entre os valôres residuais decorrentes do início do projeto nos anos p e p + 1, referidos ao presente, é desprezível.

Além disto observamos que

$$c_{p-1} = \bar{c}_p = I_K$$

$$c_{p-2} = \bar{c}_{p-1} = I_{K-1}$$

$$c_{p-K} = \bar{c}_{p-K+1} = I_1$$

onde $I_1, I_2, \ldots, I_K$ representam os custos do investimento no primeiro, no segundo etc., e no último ano de construção.

Levando em conta (4), (5) e (6), a expressão (3) se simplifica e toma a forma

$$b_{p_o} - \frac{b_{p_o+N}}{(1+r)^N} \cong r \sum_{k=1}^{k=K} (1+r)^{p-k} \quad I_k$$

Portanto, o ano ótimo para a abertura da estrada ao tráfego é o ano p_o cujos benefícios menos os benefícios no ano $p_o + N$, atualizados para o ano p_o, sejam aproximadamente iguais ao produto da taxa de desconto r pela expressão

$$I = \sum_{k=1}^{k=K} (1+r)^{K-k} \quad I_k$$

que representa o montante de investimentos atualizados para o ano p_o

Na hipótese de a vida útil da estrada ser muito longa a expressão

$$\frac{b_{p_o+N}}{(1+r)^N}$$

fica muito pequena e (7) pode ser escrita sob a forma

$$b_{p_o} \cong r\,I$$

O ano ótimo para entrega de uma estrada ao tráfego é portanto aquêle que corresponde ao benefício b_p tal que a relação $\frac{b_p}{I}$ seja aproximadamente igual à taxa de atualização ou taxa de juros.

Vê-se, pois, que o resultado é bastante simples para as aplicações práticas. Basta que se calculem os benefícios anuais para que, conhecidos o investimento total e o número de anos necessários à construção, se possa enquadrar o projeto no seu ano ótimo. O ano para o início dos investimentos ou início da construção será dado por p_o — K.

A metodologia que vimos de expor aplica-se naturalmente ao estudo econômico de uma estrada, mas também — introduzidas algumas adaptações — a projetos especiais como p. ex. os de duplicação de pista, alargamento, construção de rampas de acesso de contornos em zonas urbanas e projetos de conservação.

A análise benefício-custo é ainda extremamente importante na elaboração de planos rodoviários. Neste caso, dispondo-se de uma lista inicial de todos os trechos a serem estudados para eventual inclusão no plano, faz-se o cálculo de B e C para cada trecho isoladamente e determina-se o ano ótimo de sua abertura. Fazendo-se abstração de uma série de problemas bastante complexos que poderão surgir e cuja análise o tempo não nos permite neste momento, podemos dizer que um plano rodoviário para uma região, Estado ou País, poderá compreender a relação de trechos de estradas com relação B/C ⩾ 1. A programação de execução será feita de acôrdo com as previsões de abertura ao tráfego no ano ótimo, dentro do período do plano.

Um plano rodoviário assim preparado poderá entretanto encontrar limitações nas suas possibilidades de execução. Tal ocorre normalmente em áreas menos desenvolvidas onde os baixos níveis de renda impedem a formação de poupanças mais elevadas e em conseqüência ficam limitados os recursos financeiros para investimentos. Nessas condições, a lista de investimentos mais vantajosos pode ser dada normalmente pelos projetos que apresentem as mais elevadas relações B/C, as prioridades sendo fixadas pela ordem decrescente das relações B/C.

A ocorrência de limitações financeiras à implantação de uma estrada ou de uma rêde, motivadas pela escassez de recursos internos, leva-nos à indagação da conveniência de se buscarem recursos externos para tais fins. Indagamos: tem havido, nos últimos anos uma oferta crescente dêsses recursos externos para financiamento à execução de obras rodoviárias e também de outros investimentos públicos e privados? Até que ponto seria recomendável a utilização dêsses financiamentos?

Uma resposta consciente e precisa exigiria uma análise profunda do problema, particularmente no que se refere às suas implicações no Balanço de Pagamentos do país tomador. De maneira bem aproximada, porém, podemos responder que os financiamentos externos serão sempre desejáveis enquanto não criarem problemas sérios de Balanço de Pagamentos para futuro e enquanto êles puderem atender a investimentos cuja rentabilidade garantida permita uma relação B/C > 1, adotando-se para os cálculos de B e C, taxa de juros equivalente à soma das taxas de juros e despesas com o financiamento externo. A análise econômica do projeto, situado na conjuntura econômica do país, permite-nos assim julgar da conveniência, das vantagens ou das desvantagens da utilização de créditos externos para a implantação ou melhoria de estradas.

ADUTORA DO RIO DAS VELHAS SERÁ UMA DAS GRANDES OBRAS DO GOVÊRNO EM 1967 SOB A SUPERVISÃO DO DEPARTAMENTO DE OBRAS E SANEAMENTO

Uma das obras públicas mais importantes do Govêrno federal será inaugurada ainda em 1967, após 11 anos de trabalhos e mais de Cr$ 50 bilhões de investimentos: a Adutora do Rio das Velhas, construção do Departamento Nacional de Obras de Saneamento — DNOS — através do seu Distrito em Minas Gerais, para resolver de forma definitiva o problema do abastecimento de água da terceira cidade do País, Belo Horizonte.

Sete das maiores empreiteiras do Brasil são as atuais executoras do projeto elaborado e supervisionado pelos técnicos do DNOS: Construtora Alcindo S. Vieira S/A — SANURB, Engenharia S/A — Bento Paixão S/A, Importação, Comércio Indústria — Paulhaber Engenharia Ltda. — Companhia Alambra de Engenharia S/A — Construtora José Mendes Júnior S/A e CONVAP — Construtora do Vale do Piracicaba S/A. Outras duas, também participaram do empreendimento e já terminaram suas partes: SERGEN — Serviços Gerais de Engenharia Ltda. e a Construtora Ademar Rodrigues.

SITUAÇÃO CAOTICA

Atualmente, 1 050 000 habitantes de Belo Horizonte têm na falta temporária ou permanente de água o seu mais grave problema sanitário, que traz ao mesmo tempo sérias conseqüências sociais e até mesmo econômicas. Sòmente 30 por cento da população são servidos por água encanada, enquanto 55 por cento não têm nem torneira em casa e outros 15 por cento apanham água em cisternas e poços particulares.

Estes números, que sòzinhos mostrariam a dimensão do problema, tornam-se argumento menor, ao ser constatado que sòmente em um dos cinco reservatórios que servem Belo Horizonte a água é clorada, tratamento químico que em outros países, é considerado prioritário e indispensável. A água dos outros reservatórios é bebida pelos belo-horizontinos tal como foi captada, com tôdas as impurezas e todos os germes.

Os médicos desta Capital explicam, com êstes fatos, a grande incidência de doenças que, em condições normais, existiriam sòmente em casos isolados, como a hepatite, gastrenterite, tifo e disenteria amebiana.

SOLUÇÃO DEFINITIVA

No entanto, a partir da entrada em funcionamento da Adutora do Rio das Velhas, êste quadro sombrio será apenas e felizmente uma triste lembrança do passado.

Basta dizer que a água captada em Nova Lima, após ser filtrada e passar pelo tratamento de cloro e flúor, podera ser bebida diretamente na torneira, como acontece nos países altamente desenvolvidos, como nos Estados Unidos, onde os filtros caseiros não são mais usados. Além disso, terá qualidades assessórias de esmaltização dos dentes, diminuindo as possibilidades de cáries e tornando-se mais saborosas.

Cada consumidor belo-horizontino terá à sua disposição, a partir de 1968, 300 litros diários de água mais pura e saudável do mundo, pois, nesta primeira fase, a Adutora do Rio das Velhas fornecerá a Belo Horizonte, em cada 24 horas, 260 milhões de litros que, somados às reservas já existentes, dão esta média que é igual à dos países superdesenvolvidos, no verão.

Mas os benefícios e a capacidade da Adutora vão além: na sua segunda fase, planejada para entrar em funcionamento em 1969, a produção diária sobe a 520 milhões de litros por dia e, na terceira etapa, a 780 milhões e que, relacionado com o crescimento populacional de Belo Horizonte — que dobra seu número de habitantes em cada 10 anos — garante um abastecimento normal pelo menos até o ano 2000.

DECISAO CERTA

Para que esta solução se tornasse realidade e definitiva, muitos destaques devem ser feitos, desde o interêsse do Govêrno federal, através do Ministério da Viação e Obras Públicas, até a colaboração da rêde bancária particular desta Capital, passando pelo apoio do Govêrno mineiro e da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte.

Tudo começou no dia 7 de janeiro de 1955, quando a população da cidade era pouco maior que 400 mil pessoas, mas as crises de falta de água não mais podiam ser resolvidas com as soluções paliativas dos poços artesianos e de novas correntes adicionadas à rêde de abastecimento.

Uma comissão de engenheiros e autoridades foi formada para estudar a construção de um grande sistema de adução, que poderia partir do Rio dos Peixes, do Rio Paraopeba ou do Rio das Velhas.

Após muitas pesquisas, levantamentos e até mesmo discussões públicas com técnicos que discordavam e temiam insucessos, a comissão chegou à conclusão de que a Adutora do Rio das Velhas era a mais viável, por fatôres econômicos e de tempo, mesmo sabendo as dificuldades a serem enfrentadas decorrentes, principalmente, da conformação física das rochas e do terreno acidentado.

DNOS ENTRA EM AÇAO

Por decisão do Govêrno federal, o Departamento Nacional de Obras de Saneamento foi encarregado de tôda a execução do projeto, em seu primeiro trabalho de abastecimento de água que, depois, se estendeu a dezenas de outras cidades, em vários pontos do País.

Foram iniciadas as medições, sondagens, exames químicos da água em diversos pontos do Rio das Velhas, o estudo geológico das rochas e terrenos da região, os levantamentos de custos, enfim, todos os trabalhos iniciais para que o projeto entrasse em sua fase de construção em 1959.

Após estudos técnicos meticulosos, conforme que o melhor sistema para a realização de obras públicas é a empreitada, pela vantagem que ela oferece de seleção do melhor projeto, em função da técnica, do custo e do tempo, além de não vincular diretamente a mão-de-obra à autarquia federal.

Assim, atualmente, o 9.º Distrito Federal de Obras e Saneamento, que é dirigido pelo engenheiro Harry Amorim da Costa, tem um contrôle efetivo sôbre 52 obras de abastecimento de água e 19 de saneamento em mais de 60 Municípios mineiros, com apenas 230 funcionários, dos quais 28 são engenheiros. E sòmente 2,7 por cento de sua verba anual são destinados a pagamento de pessoal, enquanto 1 por cento é para despesas diversas e 96,3 por cento são empregados em obras públicas.

Graças a êste sistema de funcionamento interno desburocratizado e a uma mentalidade quase empresarial, o DNOS conseguiu manter o andamento das obras no ritmo mais acelerado possível, se forem levados em consideração as dificuldades havidas em certas épocas para a liberação de verbas.

O custo total da obra até hoje é o seguinte:

HISTORICO DOS PAGAMENTOS EFETUADOS
(Cr$ 1 000)

Ano	Pagamento Efetuado	Valor atual das obras
1957	3 377	81 521
1958	43 709	931 002
1959	111 543	1 721 108
1960	65 483	784 474
1961	286 174	2 495 437
1962	369 274	2 123 900
1963	3 120 686	10 329 471
1964	1 955 213	3 882 518
1965	6 754 831	7 430 314

ASPECTOS TENICOS

A Adutora do Rio das Velhas começa na localidade de Bela Fama, no Município de Nova Lima, a 24 quilômetros de Belo Horizonte, aonde se pode ir por asfalto em 30 minutos, ou por uma estrada velha, de terra, em mais tempo, mas seguindo o percurso aproximado dos 21 197 metros da obra. É constituída de um conjunto de oito fases que foram ou estão sendo construídas individualmetne por 7 firmas empreiteiras, mas que vai funcionar em regime de total continuidade e entrosamento.

1) TOMADA DE ÁGUA — é o local onde o Rio das Velhas será desviado e captado, através de um sistema de barragens, comportas, canais e alças. Está construída em 80 por cento, pela Construtora Alcindo S. Vieira S/A. e daí a água percorre 1 700 m e vai ao:

2) BAIXO RECALQUE — tem a finalidade de impulsionar a água a 800 metros de distância, através de 10 grupos elevatórios (bombas, de 400 HP cada uma). A água segue por dois tubos com 1,80 m de diâmetro, e passa por uma ponte construída pela SERGEN — Serviços Gerais de Engenharia Ltda. —, com o vão de 120 m, plataforma de 13 m e fundações em estacas metálicas, em direção à:

3) ESTAÇÃO DE TRATAMENTO — Se é possível que uma das fases seja mais importante que outra, esta, sem dúvida, é a principal, pelo que representa em benefício à saúde pública. Lá é que as bactérias, germes e micróbios serão eliminados, acabando também com a possibilidade de transmissão de doenças pela água, como a hepatite, a gastroenterite, o tifo etc.

O sistema funcionará da seguinte maneira: a água chega e entra diretamente nos floculadores, onde lhe são adicionados produtos químicos que obrigam os detritos e sujos grossos a se juntarem, formando flocos que, pela fôrça da gravidade, descem para os decantadores, enquanto a água, parcialmente limpa, se dirige aos filtros. Numa primeira fase, êstes são em número de 16, podendo fàcilmente serem dobrados, e têm a finalidade de eliminar os sujos mais finos, com a mesma ou maior eficiência que os filtros caseiros. Daí a água passará à Casa de Cloração e de Química, para ser tratada à base de cloro e flúor, onde os vírus e germes são mortos e a massa líquida adquire propriedades de proteção aos dentes.

Esta parte da obra tem ainda um reservatório para lavagem dos filtros quando êstes sujarem. A capacidade da estação, quando estiver completamente construída também pela Construtora Alcindo S. Vieira S/A, é para tratamento de 520 000 metros cúbicos de água por dia.

4) ADUTORA EM CONCRETO — ou Conduto Livre é a quarta fase do conjunto composta por dois tubos de 2,40m de diâmetro que levam a água, pela fôrça da gravidade, a uma distância de 12 442m, à vazão de 3m2/s ou 9m3/s, quando fôr triplicada a capacidade inicial. Os trabalhos estão pràticamente concluídos, faltando sòmente dois por cento de obras, cujo material de construção já está no lugar. A empreiteira é a Bento Paixão S/A, Indústria, Comércio e Importação.

5) TRECHOS EM AÇO — na extensão de 2 303 metros, dez tubos de aço com diâmetro de 2,40m são chamados sifões invertidos e têm a finalidade de dar prosseguimento à Adutora que é quase subterrânea nas partes em que existem depressões do terreno.

6) ALTO RECALQUE — faltando ainda mais de 15 quilômetros para chegar a Belo Horizonte, existe um desnível no terreno de 202 metros de altura. Para que a água continue a correr para esta Capital pela fôrça da gravidade, foi necessário criar uma Estação Elevatória, com cinco bombas de potência de 2 500 HP cada uma, para impulsionar o volume total da água (3m3/s) até um reservatório chamado **Stand Pipe**, que está localizado no alto de um morro. É o ponto mais alto da Adutora (927 metros) e de lá, até Belo Horizonte, a fôrça da gravidade continuará a trazer a água. Construção da Paulhaber Engenharia Ltda., que fêz também 7 dos dez sifões.

7) TÚNEIS — Quatro túneis sob a Serra do Curral compõem a penúltima fase da Adutora, três já abertos e em fase de acabamento, enquanto o outro, o Taquaril 2, na extensão de 1 700 metros, atingiu a distância de 1 300 metros e está prosseguindo com maior demora em virtude das dificuldades causadas pela composição física das rochas. O Túnel Taquaril/1 tem 220m e seção na rocha viva 9m2, e o Túnel do Galo mede 130m. Os três são construídos pela Companhia Alambra de Engenharia S/A.

No ponto final da Adutora, está o Túnel Reservatório São Lucas, já dentro de Belo Horizonte e que, em fase final de acabamento pela CONVAP — Construtora do Vale do Piracicaba S/A — tem capacidade de reserva de 32 000 metros cúbicos de água nos seus 1 090m de extensão com seção tipo ferradura de 70m2. Dêle, sairá a rêde de distribuição de água de Belo Horizonte.

8) NUCLEO RESIDENCIAL — obedecendo aos métodos modernos de que tôda obra de vulto deve ser operada por pessoas habilitadas, os técnicos do DNOS planejaram a construção de um amplo núcleo residencial, que se constitui na oitava fase, com 13 casas, uma casa de hóspedes e solteiros e uma escola para os filhos dêstes funcionários que se revezarão permanentemente nos trabalhos de manutenção da Adutora. Lá morarão um engenheiro-sanitarista civil; um engenheiro-eletricista; um engenheiro-químico e três turmas de operários especializados. A construção está pràticamente concluída e já em uso parcial, pela SANURB.

EQUIPAMENTOS PARA O SETOR HIDRELÉTRICO

O desenvolvimento do nosso potencial energético constitui setor da mais alta prioridade de nossa infra-estrutura. Efetivamente, foram aceleradas, em 64 e 65, obras de vulto já iniciadas e dado início a novas obras de grande envergadura, prevendo o plano do Govêrno um programa de grandes investimentos no setor de energia elétrica.

Assim, a potência instalada em 1963 era de 6.200.000 kW tendo, em fins de 65, ultrapassado 7.800.000 kW (**Conjuntura Econômica**, fevereiro de 1966). O plano do Govêrno prevê acrescer, em média, cêrca de 900.000 kW anuais até 1970, de modo que possamos atingir no fim dêsse período, isto é, dentro de 5 anos, uma potência total instalada de .... 12.000.000 de kW; atingiremos então, um consumo **per capita** de 550 kW que, apesar de ainda muito baixo, já nos colocará no limite inferior da faixa correspondente ao consumo per capita de um país em desenvolvimento.

Caracteriza-se bem a prioridade dada ao desenvolvimento da energia elétrica — que, no caso brasileiro, se resume pràticamente à energia hidrelétrica, pelo menos nas presentes circunstâncias — quando se verifica o tratamento dado a outros setores como o siderúrgico, o de metais não-ferrosos e o petroquímico. Assim, por exemplo, o setor siderúrgico teve uma onda de desenvolvimento; depois foi preciso um período de pausa para consolidar os empreendimentos em curso (COSIPA, USIMINAS etc.) e só agora está o Govêrno tratando de fazer um levantamento completo da situação para dar nôvo impulso a êsse setor. Para os metais não-ferrosos, na realidade, ainda não se chegou a estabelecer condições que permitam o florescimento de sua produção. Para a petroquímica, só recentemente deu o GEIQUIM a partida a um programa que visa suprir nossas necessidades de produtos químicos, fertilizantes e matérias-primas básicas correlatas. O setor de energia elétrica teve, por outro lado, uma continuidade de desenvolvimento deveras notável. Grandes obras iniciadas em épocas anteriores foram continuadas e dinamizadas. Novas obras se iniciaram e continuam a se iniciar, dentro de um vasto plano que permitirá, sem dúvida, que os outros setores industriais possam planejar seu desenvolvimento sem temer a falta de um dos seus insumos básicos.

Os pessimistas — os há em todos os países e em tôdas as épocas — indagam se haverá consumo num futuro próximo para tôda esta massa energética, que será posta a serviço da Nação. Preocupam-se com os enormes investimentos que significam, portanto, um sacrifício coletivo, cuja necessidade, dizem êles, não seria talvez imediata. Parece-nos que esta preocupação é supérflua. Apesar dos altos e baixos da nossa situação política e econômica nos últimos dez anos, o crescimento do consumo de energia elétrica tem sido da ordem de 11% ao ano, no período de 1952 a 1963. Dado o ambiente político mais estável e a curva exponencial de crescimento na qual deveremos entrar por atingir o País um nível dinâmico de suas etapas de desenvolvimento, é de se acreditar que o crescimento previsto da capacidade instalada, à razão de 10% ao ano, seja razoável e não pode ser tachado de imprudente. Por outro lado, é preciso não esquecer que os nossos recursos energéticos são de origem predominantemente hidráulicos e que nada nos põe a coberto de anos de sêca — nos quais seria necessário suplementar o fornecimento de fôrça por centrais termelétricas para essas emergências e para as horas de pique; numa primeira fase, sem a existência dessas centrais térmicas, um ligeiro excesso de energia hidráulica pode ser também considerado como um seguro de disponibilidade de fôrça.

Finalmente, se, como o crêem os pessimistas, houver abundância de energia elétrica, poderá ela servir de elemento nucleador para o desenvolvimento da eletrometalurgia e da eletroquímica — os maiores consumidores de grandes blocos de energia elétrica — a preços mais reduzidos, como o requerem êsses setores, que ainda se queixam do custo elevado da energia para essas finalidades.

Com relação a preços, há também enormes polêmicas sôbre a volta ao realismo tarifário. A contenção das tarifas de energia elétrica em níveis irreais, redundou na estagnação do desenvolvimento da produção de eletricidade de origem privada e na necessidade do Govêrno investir maciçamente nesse setor. Dá-se agora uma oportunidade à primeira para comprovar o seu dinamismo e a sua confiança no desenvolvimento do País. Poderá, assim, haver um desenvolvimento mais harmônico, e, esperamos, muito rápido, quer no setor de produção, ou no de transformação, transmissão e distribuição de energia. Excetuando-se certos setores específicos, como os já citados eletroquímico e eletrometalúrgico, o preço atual da energia não é discrepante com o da maioria dos países industriais e justifica-se para uma fase de transição entre uma situação de preços contidos e a de preços técnica e econômicamente justificáveis.

A política atual está permitindo o autofinanciamento das emprêsas de energia elétrica, quer no setor de produção, quer no de transmissão, quer no de transformação e distribuição; supletivamente, através da ação financiadora da ELETROBRÁS — que está arrecadando do consumidor uma taxa adicional (impôsto único sôbre energia elétrica) e do empréstimo compulsório, nova massa de recursos posta à disposição das suas subsidiárias ou de outras emprêsas, com planos aprovados pela ELETROBRÁS, para novas expansões. A ELETROBRÁS age, neste caso, como um verdadeiro banco de desenvolvimento do setor energético.

Vimos, assim, que o setor de energia elétrica e, em particular, o hidrelétrico, continua sendo um setor altamente dinâmico. O alcance dessa atividade transcende o aspecto básico do aumento da nossa disponibilidade de energia. Há, também, outras implicações de maior importância. Citaríamos três:

a) o desenvolvimento de um engineering nacional no setor hidrelétrico, como pode ser evidenciado em vários projetos ou anteprojetos em realização ou em fase de planejamento;

b) o desenvolvimento de um setor de engenharia civil, bem equipado e competente, que permite ao Brasil ostentar um complexo de emprêsas que, mercê do volume de obras contratadas, puderam organizar-se dentro dos mais modernos padrões de execução, administração e eficiência. Várias dessas emprêsas trabalham utilizando normalmente os mais modernos métodos de planejamento, como o PERT e o CPM, sendo mesmo algumas possuidoras de computadores eletrônicos para resolver os problemas logísticos e de planejamento das grandes e complexas obras civis;

c) o desenvolvimento de uma indústria mecânica, que em grande parte está podendo se consolidar pela sua crescente participação no fornecimento ao setor da indústria de produção de energia elétrica.

Analisemos, mais detidamente, os problemas do setor da indústria de equipamentos. Há quatro aspectos a examinar:

a) o projeto; b) as matérias-primas; c) a capacidade local de execução; d) o financiamento.

Dependem diretamente da indústria de equipamentos o primeiro e o terceiro, escapando ao seu contrôle os dois outros.

Quanto ao projeto, podemos dizer que não há problema de ordem prática a ser resolvido.

Nos dois casos básicos que se apresentam: a) projetos de concepção clássica, para os quais as indústrias especializadas, que dispõem de um departamento próprio de projetos, de qualidade, são pràticamente auto-suficientes para a sua realização, valendo-se, para tanto, da experiência acumulada em realizações anteriores da mesma natureza; para êsse caso, pressupõe-se que instalações mais complexas de projeto e pesquisa não sejam requeridas; b) projetos de concepção mais complexa ou de natureza muito especializada (turbinas, por exemplo), para os quais é necessário possuir um enorme arquivo de experiências anteriores, variada gama de especialistas, bem como custosíssimos laboratórios para ensaios em modêlo reduzido; a indústria nacional equipou-se para resolver o primeiro e atacou o segundo pelo método mais racional: o de adquirir a experiência alheia. Efetivamente, todos os fabricantes brasileiros com reputação firmada no setor têm ligações acionárias e/ou de licenciamento com os mais adiantados fabricantes mundiais dêsses equipamentos.

Têm assim, mediante um modesto pagamento pela compra do projeto e/ou de uma assistência técnica, acesso a tôda a experiência acumulada em vários decênios pelos seus licenciadores. O sistema tem funcionado bem e tem proporcionado à indústria brasileira meios de competir, em pé de igualdade, com firmas estrangeiras, mesmo em concorrências internacionais, apresentando propostas do mais alto padrão técnico que, nos casos em que foram vencedoras, foram também executadas dentro dêste mesmo padrão.

É evidente que seria desejável têrmos, dentro do País, as facilidades necessárias para a elaboração de todos os projetos e os ensaios em modêlo reduzido. É objetivo que se atingirá, mas que levará ainda algum tempo, pois o número de encomendas que o Brasil possibilita no setor não justifica a elevadíssima despesa correspondente e deverá ser complementada pela formação de especialistas. Aliás, nota-se na Europa que certos tradicionais fabricantes de equipamentos, situados no mesmo país ou às vêzes em países diversos, estão fazendo um **pool** de suas facilidades nesse setor, para diminuição de custos. É recente a constituição de um **pool** de fabricantes de turbinas, sueco, francês e britânico, para gerir, em pé de igualdade, e com as mesmas possibilidades de acesso, um laboratório central situado na Suécia.

MATÉRIAS-PRIMAS

O Brasil dispõe de grande parte das matérias-primas e componentes necessários à fabricação dos equipamentos hidromecânicos e elétricos. As deficiências estão ainda no setor das peças fundidas de grande porte e nos eixos forjados de grande diâmetro, bem como na ausência de produção de cobre compatível com as necessidades de consumo. Há ainda que notar a estagnação que se verificou no setor de chapas silicosas (produzidas pela ACESITA e que, infelizmente, não se desenvolveu em proporção às necessidades do país, quer em quantidade, quer em diversificação (o tipo para transformador ainda não é produzido, por exemplo). Essa deficiência de determinadas matérias-primas pode, no entanto, ser, transitòriamente, um elemento positivo para resolver um outro problema sério da indústria nacional, o do financiamento, como veremos adiante.

É também de se notar que a evolução da técnica de construção dos equipamentos hidromecânicos, acompanhando, aliás, a evolução da técnica de fabricação de todos os equipamentos pesados, está minimizando a ausência de instalações capazes de fazer grandes peças fundidas e forjadas. Efetivamente, está-se caminhando cada vez mais para a técnica de mecano-solda, isto é, de utilização de componentes em chapas de aço, soldados entre si para constituírem o que prèviamente era feito em uma peça monobloco fundida. E esta, nas condições brasileiras, uma solução não sòmente mais econômica, mas a única factível, além de certas dimensões. Esta solução tornou-se possível graças ao avanço da técnica em dois setores: o da solda, que permite hoje unir chapas espêssas com uma junção metalùrgicamente homogênea, sem enfraquecimento do metal-base; e, uma técnica de inspeção não destrutiva, por meio de raios-X, gamagrafia e ultra-sons, que permite verificar a sanidade dessas soldas.

CAPACIDADE LOCAL DE EXECUÇÃO

Quanto ao problema da capacidade de usinagem, não oferece êle hoje, no Brasil, qualquer preocupação para as unidades a serem instaladas em futuro previsível. Com os equipamentos de produção instalados e os já encomendados, entre os quais podemos citar três tornos capazes de usinar mais de 11 metros de diâmetro, poderão os fabricantes brasileiros se encarregar de fabricar as unidades turbogeradoras da grande maioria dos projetos hidromecânicos em estudo, inclusive as grandes unidades na faixa de 250 000 HP. Para máquinas dessas dimensões a indústria nacional de turbinas é capaz de fabricar cêrca de 60% do valor de uma unidade, tendo atingido 85% para unidades de 75 000 HP, recentemente adquiridas.

Quanto aos geradores, a situação é mais ou menos semelhante, dependendo apenas da importação do eixo, do cobre e, em certos casos, da chapa de aço de alta resistência, para a execução completa de um gerador de elevada potência. Para os transformadores, é necessária a importação da chapa silicosa e de algumas matérias isolantes para tensões mais elevadas.

FINANCIAMENTO

A preocupação principal do industrial brasileiro tem sido o financiamento. É em tôrno dêle que giram os reais problemas. Não se trata de saber o que a indústria pode fazer para a execução mais harmônica de um projeto, levando em conta os interêsses de tôdas as partes: os clientes, a indústria brasileira e as fontes de financiamento. Os problemas têm sido resolvidos caso por caso, conforme se apresentam: levando em conta a maior ou menor boa vontade do cliente, do Govêrno brasileiro e das entidades financiadoras, tem sido reservado à indústria nacional de equipamentos um maior ou menor quinhão do fornecimento total. Nesse setor é que a ação da ABDIB tem sido da maior relevância, pois sem esmorecer na defesa do interêsse dos seus associados, pautou sempre sua ação tendo em vista, antes de tudo, o interêsse da economia nacional como um todo.

Cremos que já seria, no entanto, tempo de se fixar um plano-padrão para evitar os desnecessários atritos que se verificam cada vez que um nôvo projeto hidrelétrico de envergadura é concatenado. Para isso dividiríamos os equipamentos em duas categorias:

a) os equipamentos de projeto e fabricação menos complexa, como por exemplo comportas, tubulações, equipamentos simples de transmissão e distribuição, como transformadores, tôrres de transmissão, cabos etc. Êste tipo de equipamento deveria ser sempre reservado, em sua totalidade, à indústria nacional, recorrendo o cliente, para isso, às fontes normais de financiamento, quais sejam o BNDE e a Eletrobrás que está assumindo, corretamente, a função de um banco de desenvolvimento do setor energético. (Outras fontes suplementares podem ser conseguidas, como a própria receita do cliente, com usina já instalada, fundos de assistência em cruzeiros de governos estrangeiros etc.);

b) os equipamentos hidromecânicos e elétricos, de elevado conteúdo tecnológico, como turbinas e geradores. Deve-se evitar a tendência de raciocinar em têrmos do passado, quando a indústria nacional não tinha possibilidade de executar equipamentos de grande porte. Era então quase praxe destinar à indústria estrangeira êsse gênero de equipamentos, dando as sobras de material de baixo conteúdo tecnológico à indústria nacional. Face ao volume de projetos ora em elaboração no setor hidrelétrico, parece-nos perfeitamente razoável impor-se, em tôda negociação com órgãos financiadores, que 40% dêsses equipamentos sejam reservados a uma concorrência entre os produtores nacionais, sendo os restantes 60% adquiridos em concorrência internacional. Nesta, poderia ainda a indústria nacional concorrer, dentro dos princípios da Instrução n.º 291, que dá aos fabricantes brasileiros u'a margem de preferência de 15% sôbre o preço CIF do similar importado desembarcado.

Perguntar-se-á por que não se satisfariam os industriais brasileiros com a simples aplicação da Instrução n.º 291 à totalidade do fornecimento. Estamos à vontade para debater êsse problema, porquanto a indústria nacional de turbinas tem demonstrado a sua competitividade em têrmos de preços internacionais em várias instâncias; é o caso da concorrência internacional de Estreito, na qual a indústria nacional conseguiu, pela conjugação de preços e fatôres técnicos, colocar-se em primeiro lugar contra uma concorrência acentuada de países mais adiantados, em particular da indústria japonêsa; também na concorrência feita para a usina Peixoto a indústria nacional demonstrou ter condições para competir com a indústria norte-americana.

A Instrução n.º 291 não atende, porém, em todos os casos, ao objetivo de consolidar a indústria nacional de equipamentos, pelas razões seguintes:

Primeiro porque, estando o valor da moeda externa pràticamente estável enquanto aumentam os custos internos, a proteção que ela oferece está decrescendo ràpidamente. Essa proteção foi aceitável na concorrência de Estreito. Poderá não o ser mais hoje, pois o dólar de referência ainda é o mesmo daquela época, enquanto houve, nesse ínterim, aumento de matérias-primas e acôrdos salariais que influem de maneira considerável na composição dos custos.

De outro lado, porque o setor de equipamentos pesados tem, no mundo inteiro, uma capacidade de produção maior do que a do consumo. São notórias as dificuldades que há no momento, nesse gênero de indústria, na Europa e no Japão.

Existe, pois, permanentemente a probabilidade de um dentre as dezenas de fabricantes convidados, oferecer preços de **dumping**, quer por sua própria iniciativa, para manter sua usina produzindo ainda que sem lucro e mesmo com prejuízo (note-se que em geral êsse tipo de indústria tem, no estrangeiro, paralelamente, outros setores que lhe permitem uma lucratividade que contrabalança as perdas de apenas uma de suas divisões), quer, muitas vêzes, por subsídio direto ou indireto de seus governos, através de isenções de taxas, prêmios à exportação, participação na fôlha daquela encomenda etc. Assim, a indústria local, concorrendo com todos os produtores mundiais, corre sempre o risco de ver um dêles vencer com um preço anômalo, resultado óbvio de um **dumping** ou de uma política de govêrno de eliminação de desemprêgo.

Ora, no momento em que nossa indústria se consolida, ela não tem ainda a vitalidade e a versatilidade das suas congêneres mais antigas, inseridas numa infra-estrutura mais evoluída, mesmo com os benefícios instituídos pela Lei n.º 4 663 e a Instrução n.º 291, que já eliminaram alguns gravames fiscais que intervêm nos custos, permanecendo, entretanto, outros como o Impôsto de Vendas e Consignações. É preciso dar-lhe um certo apoio e êste apoio poderia ser a reserva de uma parte dos equipamentos tecnològicamente mais avançados, por intermédio de financiamentos locais ou mesmo convencendo entidades estrangeiras a financiar-lhe uma parcela dêsses equipamentos com contrapartida de aquisição àquelas mesmas fontes financiadoras, das matérias-primas que ainda nos faltam.

E por isso que dizíamos mais acima que a falta de certas matérias-primas pode, no momento, ser um elemento positivo na negociação de um financiamento dêsse gênero.

Cremos que uma fórmula como essa pode ser estudada, pois hoje em dia está o Govêrno capacitado da importância do setor de equipamentos pesados para o desenvolvimento autônomo da nossa economia, bem como tem prestígio suficiente junto aos órgãos internacionais para argumentar e ver suas teses objetivas serem estudadas e aceitas.

De outro lado, passado o natural período inicial de desconfiança, os clientes já têm uma experiência suficientemente positiva da indústria nacional, quanto à qualidade, preços e prazos de entrega, para não considerarem mais uma aventura com ela negociar. É de se notar, aliás, que até a presente data nenhum defeito de fabricação grave ocorreu com equipamento produzido no País, enquanto que houve alguns com equipamentos importados de produtores dos mais reputados.

É preciso que as autoridades e os clientes lembrem-se que acidentes de fabricação ou defeitos de matérias-primas têm ocorrido mesmo nos países mais industrializados. Há, porém, a tendência de minimizá-los, quando êles ocorrem com equipamento produzido no País. A indústria nacional tem tido especial cuidado nas suas realizações, de modo a evitar possíveis falhas de fabricação que poderiam redundar em acidentes que graças a Deus nunca até hoje ocorreram.

(AFEC — ns. 103 e 107)

A INDÚSTRIA DE FERTILIZANTES: PERSPECTIVAS

O Brasil é um país que, por uma série de razões, tradicionalmente não consome adubo. Recentes estudos elaborados, quer por técnicos brasileiros, quer por organismos internacionais de pesquisa, revelam que 95% dos nossos lavradores não utilizam fertilizantes e que apenas 12% dos minerais nutrientes, retirados pelas culturas, são devolvidos ao solo brasileiro através do uso de fertilizantes. Outro dado estatístico que impressiona aos estudiosos do assunto: o consumo médio de fertilizantes, no Brasil, é de 9 quilos por hectare de terra arável enquanto nos Estados Unidos é de 30,9 e nos Países-Baixos, de 450 quilos. Isso significa, em outras palavras, que a quantidade atualmente utilizada seria suficiente para fertilizar, adequadamente, apenas 8% da área cultivada em todo o território nacional. Ao mesmo tempo, não usamos, no País, a adubação líquida, que representa 53% do total consumido nos Estados Unidos, ou mesmo a adubação foliar, recomendada para o café e para o açúcar — duas das mais importantes culturas do Brasil.

O problema da fertilização das terras aráveis do Brasil tem bases complexas, que podem ser assim resumidas:

1 — Freqüente falta de disponibilidade de adubos na época certa da lavoura, devido, essencialmente, à nossa excessiva dependência do exterior. Em 1964 o Brasil importou 89% de seu consumo aparente de fertilizantes nitrogenados, 25% dos fosfatados e 10% dos fertilizantes potássicos, representando isso um gasto de 19 milhões de dólares.

2 — O produto chega ao lavrador a preços superiores de pelo menos 60% com relação à cotação internacional, devido à deficiência do transporte, que obriga a utilizar excessivamente as rodovias.

3 — As grandes áreas aráveis — e ainda inexploradas — levam o agricultor a fazer suas culturas caminharem ao invés de concentrar-se num determinado campo e adubar sua terra convenientemente, utilizando, também, o sistema de rotação.

4 — Os preços conseguidos pela lavoura geralmente não permitem gastos excessivos que elevariam o custo de produção.

As incertezas dos mercados, criadas antes por uma estrutura de comercialização primitiva do que por reveses climáticos, tornam o lavrador inseguro quanto ao dispêndio de quantias enormes na adubação, que poderiam, é verdade, elevar sua produtividade. Prefere êle ganhar menos sem correr riscos.

INDÚSTRIA TEM CAMPO E ESTÁ INVESTINDO

Esse o quadro com que se defrontaram as emprêsas que iniciaram, há alguns anos, a ampliação do parque industrial brasileiro de fertilizante. Entretanto, ao lado dêsses aspectos negativos, encontraram elas muitos outros positivos, que justificavam novos investimentos nesse setor. Assim, há um mercado potencial ainda inexplorado que permite a instalação de grandes fábricas no Brasil. Também a América Latina, dentro da área da ALALC, surge como atraente campo de consumo, de vez que aquêles mercados ainda são mais inexplorados do que o nosso. Ao mesmo tempo, o Brasil possui uma rêde de distribuição bem estruturada. Por fim — e êste argumento foi bastante forte na análise do problema do mercado brasileiro de fertilizantes — dispomos de matéria-prima suficiente para atender à produção, em grande escala, de produtos potássicos, fosfatados e nitrogenados.

A INDÚSTRIA EM 1965

A indústria brasileira de fertilizantes continuou se expandindo durante o ano de 1965. Quatro novas instalações de adubos compostos granulados entraram em produção (Quimbrasil, Copas, IAP e CBA), juntando-se aos três produtores já existentes (Granubras, Solorrico, Elekeiroz). Expandiu-se e aperfeiçoou-se a indústria de compostos não granulados, tendo-se equipado uma firma (Manah) para produzir 500 toneladas por dia. Uma nova indústria de superfosfatos (Forticap) entrou em plena produção em 1965, reunindo-se aos três fabricantes que já operavam no Brasil (Quimbrasil, Elekeiroz e Cia. de Superf.).

Este ano deverá entrar em produção a quinta fábrica de superfosfatos (Copebrás) que, em 1967 deverá oferecer também superfosfato triplo fabricado pela primeira vez no País. Ainda em 1967, deverá ser iniciada a fabricação de fosfato bicálcio (a Carbocloro), o qual será na maior parte desfluorizado para suplementação mineral de animais.

Entretanto, poucos progressos foram registrados nas prospecções de jazida de mineral potássico (carnalita), localizada em Carmópolis (Sergipe). A perspectiva da produção de adubos potássicos no País despertou especial interêsse de firmas nacionais e estrangeiras, porém as iniciativas estão na dependência de maiores estudos, bem como na fixação de condições de concessões e de normas para exploração, uma vez que a mina se localiza em região petrolífera, afirma o Sr. Fernando Penteado Cardoso, Presidente do Sindicato de Adubos e Colas do Estado de São Paulo.

Tendo em vista futuro mais distante, outras iniciativas nesse setor industrial acham-se em fase de estudo, ou mesmo de projeto. Assim, o GEIQUIM aprovou o projeto da Quimbrasil para produção de fosfato natural, a partir de minérios fosfáticos calcíticos de baixa concentração (carbonatito de Jacupiranga).

"O grande mérito dessa iniciativa — lembra ainda o Sr. Fernando Penteado Cardoso — é basear-se em processo próprio, original de separação das impurezas calcáreas por flotação".

Ao mesmo tempo, anuncia-se a instalação, no Nordeste, de um conjunto integrado (Fertinorte) com produção de fosfato de amônio e possìvelmente per-triplo para os mercados do Sul. No Sul, anuncia-se a execução de três projetos de envergadura que irão produzir, principalmente, amônia. Na Baixada Santista, há o projeto da Ultrafertil para produção de amônia, ácido sulfúrico, ácido fosfórico e os fertilizantes de amônia anidra, aqua-amônia, nitrato de amônio granulado e em solução, fosfato de amônio e adubos complexos.

TRÊS GRANDES PROJETOS

Atualmente estão em estudos ou sendo aprovados três grandes projetos no setor de fertilizantes, dois dos quais diretamente relacionados com firmas internacionais de petróleo (Phillips Petroleum e Gulf Oil) e o terceiro com uma das maiores firmas de fertilizantes do mundo (International Minerals). Todos êsses projetos visam principalmente a produzir amônia para fertilizantes nitrogenados.

A Ultrafertil, grupo Ultragás associado à Phillips Petroleum Company, teve já seus planos aprovados pelo Grupo Executivo da Indústria Química, devendo produzir 12 500 toneladas de amônia, 300 000 toneladas de fosfato de diamônio e NPK complexo e 180 000 toneladas de granulado de nitrato de amônio.

O projeto da Quimpetrol, Refinaria da União, associada à Gulf Oil Corporation, prevê a produção de 187 000 toneladas de amoníaco, 238 000 toneladas de ácido nítrico, ... 210 000 toneladas de nitrato de amônio sólido, e 115 500 toneladas de soluções amoniacais.

Por fim o terceiro projeto da Ferticap, grupos paulistas associados à International Minerals Quimical Corporation, estima uma produção em 1970 de 80 000 toneladas de nitrogênio.

Recente estudo apresentado ao Conselho Nacional de Economia pelo Sr. José Bonifácio assinala que uma vez executados êsses projetos, o deficit atual de 370 800 toneladas de fertilizantes poderá transformar-se em superavit de 20 000 toneladas permitindo ao Brasil voltar sua atenção para eventuais exportações para o mercado latino-americano integrado na área da ALALC.

Além de projetos já mencionados há outros de menor importância tais como o da Fertinorte (Manguinhos, Ipiranga e a International Development Investment), que poderá produzir no Nordeste 900 000 toneladas diárias de amoníaco, 400 de uréia, 1 000 de ácido sulfúrico, 350 de ácido fosfórico, 700 de fosfato de amônio. O mesmo que já está investindo no Nordeste do Brasil, organizou a Fertisil que produzirá 500 toneladas por dia de adubos complexos granulados, e a Presint que produzirá 68 000 toneladas por ano de nitrogênio e 22 000 toneladas de ácido fosfórico solúvel.

Todos êsses projetos permitirão tranqüilamente ao País atender a tôda a sua demanda interna de adubos nitrogenados e fosfatados. Analisemos agora o que há com relação à produção de fertilizantes potássicos.

NOVAS PERSPECTIVAS

Com relação aos minérios de potássio abriram-se novas perspectivas no País com as descobertas feitas pela Petrobrás, em Sergipe. As reservas encontradas naquele Estado tornam perfeitamente econômica a instalação de uma nova indústria de adubos fosfatados que hoje importamos totalmente. De fato, enquanto o Brasil importa 89% de seu consumo de fertilizantes nitrogenados e 25% dos fosfatos, adquire no interior 100% dos fertilizantes potássicos.

Até o momento não há qualquer projeto — pelo menos que tenha dado entrada no GEIQUIM — relativo à exploração daquelas jazidas. Conforme assinalou o Presidente do Sindicato da Indústria de Adubos e Colas do Estado de São Paulo, Sr. Fernando Penteado Cardoso, falta ainda uma definição clara da Petrobrás a respeito do assunto. Acredita-se que o Brasil deverá ainda por alguns anos depender da importação para atender à demanda dêste tipo de fertilizante, e isso apesar de ter-se despertado o interêsse de nacionais e estrangeiros nesse setor. Há informações ainda não confirmadas pelas autoridades da existência de grandes depósitos de salgema e minerais potássicos, mesmo fora da região petrolífera de Carmópolis (Sergipe). Há uma necessidade urgente de que o Govêrno defina exatamente sua política com relação a essas jazidas pois sòmente assim se poderá estimular investimentos importantes no setor que constitui no momento, ainda, uma evasão de divisas.

A DEMANDA VAI CRESCER

As várias estimativas feitas por organismos os mais diversos discordam sôbre o quantum do crescimento da demanda de fertilizantes no Brasil nos próximos anos. De fato, o EPEA — Escritório de Pesquisa Econômica Aplicada — prevê para 1970 um consumo de 122.026 toneladas de nitrogenados, 194.250 toneladas de fosfatos, e 123.594 toneladas de potássicos. Já o BNDE admite, na mesma ordem, 167.500, .. 501.000 e 167.000 toneladas. A SERETE vai mais longe, prevendo um consumo em 1970 de 493.000 toneladas de fertilizantes nitrogenados, 590.000 toneladas de fosfatos e 495.000 de potássicos. Em resumo, para os adubos nitrogenados há uma previsão de consumo em 1970 que varia de um organismo para o outro entre 122.000 toneladas, mínima, e 987.000 toneladas, máxima. Para os fosfatos essa variação vai de 194 a 1.131.000 toneladas. Nos últimos anos o consumo de fertilizantes no Brasil tem variado consideràvelmente e permaneceu na dependência de vários fatôres tais como evolução da taxa cambial, financiamento para a lavoura e mesmo condições climáticas. Em 1965, segundo informações do Sindicato da Indústria de Adubos e Colas do Estado de São Paulo, o consumo da região Centro-Sul declinou em 20% devido essencialmente à alta dos preços — aumento de 60% em relação a 1964 — motivada pela elevação das taxas cambiais. De fato, em 1964 o abastecimento de fertilizantes se fêz às taxas cambiais que oscilaram entre 900 e 1.200 cruzeiros por dólar, ou seja, à média de .... Cr$ 1.000. Em 1965 o dólar foi comprado a Cr$ 1.850. Houve assim uma diferença de 85% no valor da taxa cambial, e se os preços dos fertilizantes se elevaram de apenas 60% isso se deve ao fato de que as indústrias preferiram reduzir sua margem de lucro tendo em vista um mercado bastante fraco. É verdade que em 1965 os financiamentos oficiais para a compra de adubo foram mais amplos o que permitiu que a redução de consumo não atingisse proporções bem maiores.

Entretanto, todos os técnicos admitem que a tendência para os próximos anos é de normalização dêsse mercado tendo em vista principalmente o fato de que o aumento de produção nacional de fertilizantes está sendo previsto com sensíveis reduções de preços. Todos os grandes projetos até agora apresentados insistem no fato de que poderão oferecer preços sensìvelmente mais baixos que os atuais. A Ferticap, por exemplo, em seu relatório afirma que poderá vender adubos nitrogenados a Cr$ 356.000 a tonelada, enquanto que o preço atual é de Cr$ 693.000. A concretizar-se êste e outros projetos, acreditamos que, dentro de no máximo dois anos, chegaremos à normalização do mercado interno de adubos e, se medidas oficiais complementares forem tomadas, o Brasil poderá deixar de ser em muito pouco tempo o país que consome 9 kg de adubo por hectare de terra arável contra 450 kg na maior parte dos países europeus.

(APEC n.º 101)

PAPEL DO EMPRESÁRIO AGRÍCOLA

GILBERTO HUBER

Há um propósito único, geral e amplo de proporcionar às populações rurais bem-estar social, propósito êsse que se traduz no aumento da produtividade de fatôres de produção empenhados na agricultura, e na elevação do nível geral de vida do rurícola.

Todos estamos de acôrdo com essa proposição mas, quando passamos do nível geral para o específico, quando surge a necessidade de escolher prioridade e selecionar os meios adequados à consecução dêsse propósito, quando a opção por uma determinada estratégia se impõe, então as divergências começam a surgir.

Os órgãos de imprensa e os partidos políticos de diferentes matizes, pelos seus mais legítimos representantes, são unânimes em suas manifestações, sôbre o propósito geral do bem-estar social. No terreno fluido das abstrações, todo ser humano tem direito a desenvolver-se até a plenitude e todos são iguais perante a lei. Todos estão de acôrdo a que todos têm direito ao uso e gôzo dos bens materiais e espirituais. Mas a divergência surge quando os níveis específicos são alcançados e quando se trata de estratégia e do meio para a consecução dêsses fins.

Todo processo de escolha e decisão envolve, é óbvio, um sistema de julgamento e se fundamenta em proposições mistas, isto é, contendo elementos factuais e éticos. Não vamos, evidentemente, discutir, neste trabalho, problemas teóricos sôbre estabelecimento de uma função social. O nosso escopo é bem mais modesto e pragmático. Procuraremos mostrar a viabilidade e a conveniência de os empresários privados participarem ativamente no processo de transformação e desenvolvimento da agricultura brasileira. Sem ignorar os aspectos sociais, políticos e psicológicos do problema agrário, é preciso que êste seja enfocado econômicamente de modo que seja obtida a maior produtividade dos recursos disponíveis, tanto do ponto-de-vista do empresário como do ponto-de-vista da comunidade, sob a forma de benefício social. A reforma da agricultura, objetivando estabelecer uma dinâmica adequada ao desenvolvimento industrial, precisa contar com o interêsse e a experiência dos **empresários da iniciativa privada.** Para isso, entretanto, faz-se mister destruir três falácias: (1) a de que a agricultura é sistemàticamente um mau negócio; (2) a reforma da estrutura agrária é problema **exclusivo** da Administração Pública e (3) o interêsse privado **e** o benefício social são **normalmente** conflitantes.

A atividade agrícola é um negócio lucrativo desde que adequadamente planejado. As bruscas flutações a curto prazo, devidas à baixa elasticidade — preço da demanda e da oferta de numerosos produtos agrícolas, dos deslocamentos e variações das produções causadas pelos fenômenos climáticos e de outros fatôres exógenos e ainda a instabilidade da economia como um todo — aumentam os riscos da operação mas não a desqualificam como empreendimento lucrativo pois êsses riscos são compensados pela remuneração. A casuística dos negócios agrícolas remuneradores é rica em exemplos.

A função do verdadeiro empresário do mundo civilizado atual não consiste sòmente em selecionar a combinação adequada de fatôres, as quantidades de cada fator necessárias para a produção do **quantum** do bem que se deseja e a quantidade do produto. Essa é a função fundamental mas ela se completa e se alteia quando se harmoniza com o benefício social. Aliás a aplicação eficiente dos recursos produtivos é condição para a melhoria geral.

O empresário é um líder e como tal pode enfrentar o desafio e a responsabilidade no desenvolvimento econômico e social do País.

A agricultura é, também, um problema do industrial. O desenvolvimento acelerado dêsse setor exige substanciais investimentos em fatôres não tradicionais, fatôres representativos de técnica moderna, como, por exemplo, fertilizantes químicos, corretivos de solo, defensivos agrícolas, genética animal e vegetal orientados para a obtenção de linhagens de alta produtividade e adequada às condições regionais, mecanização agrícola, instalação de beneficiamento e processamento de produtos agropecuários, armazéns, silos de preservação e estocagem, vias vicinais de acesso às rodovias, eletrificação rural e, principalmente, investimento no homem sob a forma de educação, de modo a que todos os agricultores se tornem receptivos à inovação e aprendam a utilizar adequadamente os **inputs** que incorporam rápida e incessantemente os progressos **técnicos e científicos.**

A maioria dos **insumos** modernos, que elevam a produtividade por unidade de fator, são gerados fora da agricultura e sua adoção exige um nível de produção comercializável que reduza consideràvelmente todo o segmento relevante da curva do custo médio.

No estado atual da tecnologia, é muito difícil, senão mesmo impossível, progredir no processo de industrialização sem atender adequadamente ao desenvolvimento da agricultura. Essa proposição não significa, porém, que as produções agrícola e industrial devem crescer à mesma taxa. Não nos devemos esquecer, porém, de que a agricultura realiza as suas funções como fonte de alimentos, de matérias-primas e de fôrça de trabalho dos demais setores. Em nosso País, a agricultura exerce um papel importante na formação de divisas. A renda que proporcionou contribuiu e pode contribuir ainda mais para a formação de poupanças que foram e serão investidas na industrialização do Brasil. Produtos pecuários, frutos, oleaginosas e fibras etc. poderão competir no mercado internacional desde que a produção seja organizada em bases empresariais.

Colonização — Condomínios Agrícolas

O empresário evoluído poderá participar do processo do desenvolvimento do setor primário no Brasil estimulando investimentos em grandes condomínios agrícolas. A idéia é estabelecer uma rêde de emprêsas rurais econômicamente eficientes e integradas numa comunidade rural. Cada emprêsa associada operaria na produção e processamento e, em alguns casos, industrialização de produtos suscetíveis de serem comercializados no Exterior (frutos em geral, especialmente citros, abacaxis, fibras, tais como algodão de fibra longa (seridó), sisal etc.; oleaginosas; produtos pecuários e seus derivados, produtos florestais) e de abastecer o mercado interno dos centros urbanos.

Cada estabelecimento terá um centro comunitário constituído de um conjunto de instalações destinadas a centralizar a vida social da colônia e reunir os serviços de caráter técnico. Será indispensável que **cada núcleo ou agrupamento de núcleos disponha de campos de sementes e matrizes próprios e de laboratórios de observação e experimentação** dotados do mínimo essencial para os técnicos realizarem os trabalhos menos sofisticados.

Ao lado da função produtora, o estabelecimento terá uma função social, **constituindo-se num centro de treinamento de mão-de-obra agrícola e de capacitação para aquisição de propriedades.** Assim, além da remuneração paga em moeda corrente e de outros benefícios colaterais, cada empregado selecionado será treinado em diversos níveis, em técnicas agrícolas modernas. Os mais capazes receberão treinamento em administração rural e terão um adicional (bônus) destinado à formação de poupança para aquisição de terras próprias.

A emprêsa adquirirá grandes áreas de modo a poder dispor de parte delas tão logo o estabelecimento adquira maturidade econômica e possa funcionar como um elemento de "economia externa" às novas fazendas e sítios. Tôda venda de terra a prazo será baseada num numerário adequado a fim de manter um fundo rotativo, que garanta o retôrno em têrmos reais de financiamento. Uma rêde de propriedades assim montadas terá as seguintes finalidades: (1) **proporcionar lucros** nos investidores e encorajá-los a se dedicarem a atividades **agropecuárias como emprêsa lucrativa; (2) acelerar o processo de modernização da agricultura, principalmente em áreas do Nordeste, Leste, Oeste e extremo Sul do País; abastecer os principais centros urbanos das regiões acima mencionadas; criar novas fontes de divisas para o Brasil; treinar mão-de-obra agrícola e capacitar trabalhadores a obter e operar com eficiência propriedades rurais.**

Tratando-se de empreendimentos **suigeneris** seria estudada a possibilidade de se estender aos mesmos os benefícios dados às cooperativas e constantes das leis que regem o INDA e o IBRA e outras decorrentes de legislação especial.

Estudos de Viabilidade

Serão promovidos estudos de viabilidade para instalação de emprêsas de desenvolvimento rural nas áreas menos desenvolvidas do País incluindo áreas abandonadas ou não desbravadas.

Cada projeto agropecuário deve **ser estruturado tendo em vista o custo de oportunidade do capital, mão-de-obra e dos** recursos naturais utilizados. Em linhas gerais, o projeto deve ser testado quanto:

a) à sua **rentabilidade provável** (retôrno líquido por unidade de recursos investidos em têrmos do produto nacional e em têrmos do lucro privado);
b) **ao seu valor para o desenvolvimento econômico integrado da região;**
c) **à sua contribuição para a estabilidade e crescimento econômico;**
d) **aos efeitos sôbre a Balança de Pagamentos;**
e) **à desejabilidade socil; e**
f) **à experiência dos incorporadores do projeto e capacidade de competição da emprêsa.**

Assim, os projetos devem ser comparados e sopesados de modo que seja obtida a maior produtividade dos recursos disponíveis, tanto do ponto-de-vista do empresário como do ponto-de-vista da comunidade (benefício social).

Roteiro para a Elaboração de Projeto de Colonização Agrícola

Cada projeto deve ser qualificado no quadro da realidade preexistente. Isso não significa, porém, que invariável e possivelmente um projeto deva enquadrar-se na realidade; muitas vêzes visa a realidade onde se insere.

Seguiremos em nosso roteiro as linhas clássicas adotadas na elaboração e implementação dos planos de colonização e loteamento já bem sucedidos no País, dos quais fomos um dos autores.

Roteiro

1 — **Introdução** — na qual são apresentados de modo sucinto os objetivos gerais e operativos do plano, os recursos e a estratégia adotada.

2 — **Aspectos sócio-econômicos da região onde se instalará a emprêsa agrícola.**

Compreende os aspectos sócio-econômicos da região ou município a fim de ser conhecida a retaguarda de nova comunidade, do ponto-de-vista assistencial, de educação, de saúde, existência de estabelecimentos creditícios, da situação do ponto-de-vista da circulação, comunicação, da organização industrial, enfim, da infra-estrutura da região.

2. 1. — Histórico

2. 2. — Meio Físico: Posição — Limites — Área — Aspectos Geológicos e Geográficos. Clima — Recursos Naturais — Divisão do Território.

2. 3. — População — Densidade Demográfica — Característica da População.

2. 4. — Economia e Finanças — Produção Agrícola, Produção Animal — Produção Industrial, especialmente consumidores de matéria-prima de origem vegetal e animal e produtora de fertilizantes; — Estabelecimentos Bancários — Finanças Públicas — Comércio — Mercado — Níveis de Consumo Locais.

2. 5. — Circulação — Vias e Meios de Transportes.

2. 6. — Mão-de-obra — Padrão de Vida do Trabalhador.

2. 7. — Saúde Pública e Assistência Social.

2. 8. — Educação e Cultura, Ensino, Associações Culturais.

2. 9. — Religião — Templos.

2.10. — Hotéis e Pensões.

2.11. — Esportes — Praças de Esportes.

2.12. — Diversões Públicas — Associações Culturais e Recreativas.

Características da Área a ser Colonizada e Loteada

Compreende o levantamento da capacidade de uso do solo, fator unidade do clima, com vista à necessidade ou não de irrigação, águas, florestas existentes e outros recursos naturais.

3.1. — Meio Físico — Localização, Altitude — Topografia — Clima — Pluviometria e Temperatura, Fator Unidade do Clima.

3.2. — Balanço Hídrico Climático. Curso Anual da Umidade no solo. Excedente de Umidade — Deficits de Umidade — Balanço Hídrico em anos Individuais — Cartas Climáticas.

3.3. — Águas — Rios — Águas Subterrâneas.

3.4. — Solos — Generalidades — Características Físicas — Características Químicas.

3.5. — Capacidade de Uso do Solo da Área a ser Loteada e Colonizada.

Plano do Loteamento e Utilização das Terras a serem Loteadas e Colonizadas.

Rerefe-se ao plano físico em si, às minúcias de cada unidade produtora, sua montagem, escalonamento do uso da terra, avaliação da fôrça de trabalho para a propriedade tipo, e natureza da exploração, forma de povoamento, construção do Centro Comunitário etc.

4.1. — Plano Geral — Divisão da Área, — Circulação e Áreas Marginais.

4.2. — Reserva Florestal.

4.3. — Serviço de Água — Reservatórios.

4.4. — Uso das Terras das "unidades-padrão" — Construção e Instalações — Planos de Uso das "unidades-padrão" — Fundiário Auxiliar, Casa Doméstica, Caixa de Água, Fossa Séptica, Galpão e Terreiro, Agricultura — Escolha do Terreno — Preparo do solo — Variedades — Época do Plantio — Espaçamento, Adubação — Tratos Culturais — Colheita — Armazenagem. Pecuária. Instalações — Pastagem.

4.5. — Escalamento das Instalações das "Unidades-padrão" Cronogramas.

4.6. — Demanda de Mão-de-obras — Demanda por Operações — Cronograma.

4.7. — Alimentação dos Animais — Balanço Forrageiro.

4.8. — Centro Comunitário — Cooperativa — Praça Social — Administração e Centro Técnico — Centro de Abastecimento e Serviços — Centro Social — Pôsto de Assistência Social e Médica — Escola Primária — Habitações — Capela — Campos de sementes e matrizes — Laboratórios — Processamento dos Produtos — Armazéns e Solos — Oficinas — Postos de Serviços — Assistência Zootécnica.

Estudo Econômico e Financeiro do Plano

Compreende a análise econômica e financeira, de cada unidade produtora, o esquema de amortização dos financiamentos e o inventário inicial de cada unidade padrão.

5.1. — Considerações Gerais.

5.2. — Características Econômicas dos produtos a serem Cultivados.

5.3. — Armazenagem, Transporte e Financiamento.

5.4. — Economias de Escala — Integração das Unidades num grande estabelecimento e a cooperativa de produção e consumo.

5.5. — Análise da exploração — Medidas Unitárias — Medidas de Produção — Mercado e Preços — Tendências Projeções.

5.6. — Análise Econômica e Financeira — Apuração do Custo e do Rendimento — Despesas — Exploração Econômica das "Unidades-padrão" — Tamanho da Propriedade — Despesas de Manutenção da Família — Despesas de Administração do Condomínio e Cooperativa — Produção e Renda Bruta.

5.7. — Esquema de Amortização dos Empréstimos para Aquisição das "Unidades-padrão" — Terras, Benfeitorias — Benfeitorias em Condomínio no Centro da Comunidade — Benfeitorias Essenciais.

5.8. — (a) Inventário do Capital Inicial
Terras — Construções — Máquinas, Utensílios e Veículos — Animais — Capital Circulante — Despesas de Custeio Direto — Eventuais.

(b) Despesas com a formação das Culturas permanentes.

(c) Despesas com pocilgas, estábulos e aviários comerciais — Animais e matrizes — Capital Circulante.

(d) Inversão do Capital no Condomínio e no Centro da Comunidade. Edifícios da Administração — Máquinas e Equipamentos — Diversos — Veículos — Móveis e Utensílios (para o Escritório da Cooperativa, Centro de Abastecimento etc.), Eventuais.
Escola — Centro de Assistência Médico-Sanitária — Habitação para os funcionários da Cooperativa — Instalação para Abastecimento de água no Núcleo — Casa de Fôrça Elétrica — Estradas para Circulação na Colônia — Reprêsa — Rêde Elétrica — Centro de Treinamento — Na hipótese de irrigação por inundação: diques, canais de irrigação e drenagem, e casas de bomba com o respectivo equipamento — Investimentos — Despesas de operações.

5.9. — Renda Líquida e Saldo Monetário ao Agricultor do Primeiro ao Sexto ano Agrícola.

— Organização administrativa da Cooperativa e Planos de contas das Unidades-padrão e da Cooperativa.

— Minutas dos Contratos de Compra e Venda e das principais leis e decretos que regulam os negócios de colonização e cooperativas do País.

Organização do Empreendimento — Companhias de Desenvolvimento Rural

Para a consecução dos objetivos acima propostos, serão organizadas emprêsas de desenvolvimento rural sob a forma de sociedade anônima, sediadas em uma região ou Estado, cada uma com capital mínimo de Cr$ 1 000 000 000 (um bilhão de cruzeiros). Essas emprêsas serão controladas por uma Cia. Nacional de Desenvolvimento Rural que deverá dispor de uma percentagem adequada do capital social de cada uma delas.

A Cia. Nacional organizará e prestará assistência técnica às emprêsas regionais e estaduais, mantendo em cada área um escritório técnico, campo de sementes, essências e matrizes, laboratórios de observação e experimentação, bem como poderá atuar como agente financeiro e comprador de máquinas industriais e agrícolas, equipamentos, fertilizantes e defensivos agrícolas, reprodutores e matrizes.

Os estudos de viabilidade, incorporação das sociedades regionais e estaduais, preparo e destoca do terreno, construção de estradas, açudes, canais de irrigação e drenagem poderão ser executados pela Cia. Nacional.

Cada emprêsa adquirirá uma ou mais áreas suficientemente grandes para a exploração agrícola em larga escala. A montagem das unidades produtoras obedecerá um lay out que permitirá o seu futuro **loteamento** em propriedades **econômicamente** exeqüíveis. O Centro Comunitário será possuído em condomínio pelos adquirentes dos lotes autônomos. A Cia. reservará uma área para loteamento futuro, bem como terrenos de esquina e outros estratègicamente colocados no Centro Comunitário para venda ou doação.

O acionista que desejar tornar-se agricultor poderá trocar as suas ações por um lote, observado o **lay-out** e as condições contratuais estabelecidas. A Companhia assegurará o direito de retrovenda.

Cada estabelecimento agrícola (fazenda) manterá uma escola e um Centro de Treinamento a fim de desenvolver a mão-de-obra e capacitá-la no exercício de agricultura racional, como já foi mencionado. Os agricultores capacitados nos Centros terão, após os acionistas, preferência na aquisição de terras nos loteamentos promovidos pela emprêsa.

Quando o estabelecimento agrícola adquirir maturidade econômica e houver número suficiente de lotes autônomos será organizada uma cooperativa que administrará o condomínio, comercializará os produtos e adquirirá os bens e serviços para os associados. Ocorrida a maturidade econômica e administrativa do núcleo, a Cia. cessará as suas atividades agrícolas, podendo, entretanto, continuar a operar a agroindústria que porventura tiver sido instalada como emprêsa subsidiária, e abrirá novas frentes, repetindo o ciclo enquanto fôr econômica e socialmente desejável.

Tratando-se de emprêsas de desenvolvimento em áreas atrasadas e considerando a sua função social e econômica, elas deverão gozar de isenções fiscais e outros benefícios nas esferas federais, estaduais e municipais.

Incorporação das Emprêsas

Um grupo de empresários que reconhece a exeqüibilidade econômica dêsse empreendimento promoverá a organização e a incorporação de uma cia. nacional de desenvolvimento rural e as emprêsas regionais ou estaduais. Será feita uma campanha junto a homens de emprêsa capitalistas e autoridades públicas no sentido de apoiar financeira e politicamente o programa de desenvolvimento da agricultura, ora proposto.

AS USINAS CUCAÚ E ARIPIBU ANTECIPAM A REESTRUTURAÇÃO DA AGROINDÚSTRIA NORDESTINA

Recife (Sucursal) — A agroindústria do açúcar ainda continua a principal fonte geradora de renda e de emprêgo no Nordeste. Nos seis Estados da Região, produtores nesta faixa, cêrca de 515 000 hectares são dedicados ao plantio de cana, com mais de 2 000 000 de pessoas dela dependentes, pois há em tôrno de 450 000 trabalhadores agrícolas e industriais nela.

No início da colonização, em Pernambuco, Bahia e até mesmo em São Paulo (na área de São Vicente), o açúcar desempenhou o papel de primeiro fator de fixação do colono ao solo, superando a fase inicial meramente predatória, de exploração florestal ou madeireira.

Com o tempo, o advento do trabalho livre do imigrante veio diversificar as atividades primárias, repercutindo nas demais.

Nos últimos tempos, tensões sociais e a capacidade empresarial da Região induziram a transformações estruturais que já se acham em pleno curso.

DIVERSIFICAÇÃO

Observou-se que não podia ser subestimado o volume do capital fixo investido na agroindústria, nem, muito menos, a experiência adquirida e a fôrça de trabalho ocupada. O problema principal consiste, pois, em transformá-la em atividade mais diversificada industrialmente, fazendo-a coexistir com outras atividades paralelas.

Com efeito, da cana-de-açúcar se pode extrair também uma rica quantidade de produtos químicos — ácido cítrico, fênico e glutânico, furfurol como matéria-prima para plásticos, alcoóis finos etc. — e não se perdem nem os resíduos: caldas para adubos, bagaço para prensados e papel.

Além disto, o cultivo da cana não exclui a pecuária, nem impede o plantio de fibras, para uso industrial, e de gêneros de subsistência, para abastecimento urbano. Assim seria possível a elaboração de projetos integrados, que superariam a fase monocultora, a qual, embora produzindo renda e emprêgo, não deixa de ser um fator limitativo, embora potencialmente capitalizante, para futuros investimentos. Daí partindo, os empresários nordestinos do açúcar resolveram dinamizar o seu setor, elevando seu efeito multiplicador de riquezas.

Entre êles se destaca o grupo Armando Monteiro, maior acionista da Companhia Geral de Melhoramentos S. A. (Usina Cucaú), Usina Aripibu S. A., Fiação e Tecelagem Ribeirão S. A., Sociedade Anônima Auto Elétrica (SAEL) etc., tôdas no Estado de Pernambuco.

MECANIZAÇÃO

Já vinham sendo realizados experimentos de mecanização, em Cucaú e Aripibu, desde alguns anos. Êles foram acelerados, com o advento da SUDENE, através de projeto integrado com a pecuária e a colonização, dentro das normas do recém-criado GERAN (Grupo Executivo da Reformulação da Agro-Indústria Açucareira do Nordeste).

O Grupo de Assessoria e Planejamento (G.A.P.), escritório do Recife, com vasta experiência no ramo, foi então contratado para elaborar o referido projeto.

Após objetivas análises, chegou-se à conclusão de que bastavam 6 000 hectares para a produção de cana ao nível atual, dos quais 5 000 pendentes a corte e 1 000 em pousio. Nêles se pode colhêr uma quantidade em tôrno de 350 000 toneladas, com uma produtividade média de 75 toneladas em quatro fôlhas, mais 150 000 de fornecedores.

A mecanização, na faixa agrícola, atingirá as áreas planas, em grande escala.

TRATAMENTO DO BOVINO

Outra inovação, trazida pelo projeto, está na cria, recria e engorda em massa de bovinos de superior qualidade, até alcançar a cifra de 30 000 cabeças, no sexto ano após sua implantação. Os animais disporão de uma vasta área de mais de 10 000 hectares para pasto e estabulação.

Justifica-se semelhante oferta de carne, porque Pernambuco se abastece sobretudo na Bahia, em Sergipe e Minas Gerais, dispondo assim de um grande deficit na sua produção interna.

A bovinocultura exigirá a construção de um matadouro-frigorífico dentro das terras de Aripibu, vizinhas a Cucaú, e com estas integradas.

Não foi esquecida a parte social, contemplada através de um plano de colonização para os trabalhadores deslocados com a mecanização, devendo ser reajustados em área de 3 000 hectares, em Cucaú, e em 500 de Aripibu, onde exercerão a agricultura diversificada, prevista pelo GERAN.

O trabalho mecanizado nas Usinas Cucaú e Aripibu é uma parcela da luta pelo soerguimento da agroindústria açucareira da região nordestina

Ao todo, pensa-se num investimento de uns 18 bilhões de cruzeiros para Cucaú e em tôrno de 2 bilhões para Aripibu, num total de 20 bilhões.

Trata-se, portanto, do mais importante projeto **integrado e diversificado** de cana-de-açúcar-pecuária-colonização, até hoje empreendido no País.

Compreende-se agora por que foi dito antes que o principal problema da agro-indústria do açúcar nordestino não consiste em sua destruição, e sim na sua superação, usando ao máximo suas possibilidades de diversificação.

TRANSFORMAÇÃO ESTRUTURAL

É um engano imaginar que a agro-indústria do açúcar nordestino é pouco receptiva à transformação estrutural. A dificuldade antiga consistia na limitação governamental a uma política meramente de preços, quase sempre, aliás, aquém das necessidades reais de custo. No momento da abertura de uma nova linha para modernização e reformulação de todo o complexo açucareiro, logo se adiantaram as usinas pioneiras, entre elas se destacando Cucaú-Aripibu, segundo demonstramos há pouco.

Já se pode prever como será profunda a mudança sócio-econômica propiciada pela mecanização, diversificação agrícola, pecuária e industrial, esta última em cogitação por outros grupos locais.

O açúcar retorna assim às manchetes, não mais de uma maneira alarmante, porém como um dos elementos fundamentais para o Nôvo Nordeste, que não é mais um sonho, e sim uma realidade em rápida expansão.

NOTAS PARA A FORMULAÇÃO DA POLÍTICA AGRÍCOLA

VICENTE UNZER DE ALMEIDA

O estudo da agricultura no contexto da economia nacional põe em relêvo uma série de problemas específicos e de ordem geral. Muitos dêles foram analisados no **Diagnóstico Preliminar da Agricultura** — EPEA-MP e as conclusões foram sumariadas ao final da maioria dos capítulos. Pela sua repercussão no desenvolvimento da economia e do bem-estar da população brasileira, dois grupos de problemas devem ser destacados e merecem atenção prioritária:

a) — aceleração do processo de transformação da agricultura tradicional;

b) — melhoria dos sistemas e processo de comercialização dos produtos e insumos agropecuários.

No enfoque dêsses dois grupos de problemas, devem ser considerados as **agriculturas regionais** e as repercussões a curto e longos prazos que as transformações acarretam.

As **agriculturas regionais** não só se caracterizam e se diferenciam pelas suas respectivas localizações no espaço geofísico como, também, do ponto-de-vista tecnológico e cultural. Enquanto no Centro-Sul prevalece uma agricultura em estágio de transição orientada bàsicamente pelo mercado, nas demais regiões do País predomina a agricultura tradicional onde limitações institucionais dificultam o funcionamento do mecanismo de preços. Essas distinções têm naturalmente implicações econômicas e políticas exigindo, em cada caso, qualificação na elaboração e aplicação de estímulos tais como preços mínimos, financiamentos de custeio e de investimento, formação de mão-de-obra e de capital e na contemplação de alternativas de emprêgo dos recursos liberados pelas mudanças estruturais. Novas e melhores técnicas agrícolas e insumos — sementes selecionadas, macro e micronutrientes químicos e defensivos agrícolas — tendem a aumentar a produtividade da terra, sem afetar muito o nível de emprêgo. Isso não significa, porém, que não se deva, nas áreas mais desenvolvidas, estimular a mecanização e emprêgo de herbicidas. A maior parte das áreas que se situam abaixo do paralelo 18 carecem ainda de uma infra-estrutura básica para o funcionamento razoável de uma economia de mercado, onde as respostas ao mecanismo de preços possam ser oportunas e eficientes.

Os pontos críticos do desenvolvimento da agricultura tradicional residem na defasagem entre a melhoria da produção e da comercialização dos produtos, e entre as variações dos preços dêstes e dos insumos. Uma parcela da produção, resultante do incremento por unidade de área não é comercializada por deficiência de usinagem, armazenagem, financiamento, transporte, deficiências de informações sôbre mercados etc. O desequilíbrio entre os preços pagos e recebidos pelo produtor é o obstáculo crucial a ser superado pela agricultura em mudança, no caminho da modernização.

A transformação acelerada exige substanciais investimentos em fatôres não tradicionais, fatôres representativos de técnica moderna, como, por exemplo, fertilizantes químicos, corretivos de solo, defensivos agrícolas, genética animal e vegetal orientados para a obtenção de linhagens de alta produtividade e adequadas às condições regionais, mecanização agrícola, instalação de beneficiamento e processamento de produtos agropecuários, armazéns e silos de preservação e estocagem, vias vicinais de acesso às rodovias, eletrificação rural e, principalmente, investimento no homem, sob a forma de educação, de modo a que todos os agricultores se tornem receptivos à inovação e aprendam a utilizar adequadamente os **insumos** que incorporam rápida e incessantemente os progressos técnicos e científicos.

A maioria dos insumos modernos, que elevam a produtividade por unidade de fator, são gerados fora da agricultura e sua adoção exige um nível de produção comercializável que reduza consideràvelmente todo o segmento relevante da curva do custo médio.

De outro lado, são indústrias de economias de escala que produzem a maioria dos insumos agrícolas modernos. São plantas industriais cujas dimensões de capacidade instalada exigem grandes mercados. E, muita vez, as grandes emprêsas têm podêres monopolistas e o Govêrno precisa de autoridade para fazer com que a fábrica utilize adequadamente a sua capacidade de produção. Se os insumos forem adquiridos no mercado externo, a dependência dêste faz com que os seus preços sejam acentuadamente influenciados pela relação cruzeiro-dólar. Ter-se-ia, também, de considerar as aplicações alternativas das divisas, que são recursos notòriamente escassos, em que pêse a boa situação cambial atual do Brasil.

Êste Govêrno, como nenhum outro, vem estabelecendo uma série de estímulos visando a dinamizar o setor agropecuário. Os resultados benéficos das medidas só se farão sentir a médio e longo prazos. Nesse intervalo os preços agrícolas tenderão a subir, em decorrência mesmo da transformação nas funções de produção.

Com as medidas de combate à inflação postas em prática pelo Govêrno, o ritmo de incremento nos preços em geral tenderá a decrescer. Entretanto, e independentemente da taxa de inflação e dos aumentos decorrentes da extinção dos subsídios cambial e fiscal, os preços dos produtos agropecuários tenderam e tenderão a aumentar na fase inicial do processo de capitalização e emprêgo dos insumos modernos visando a transformação da agricultura tradicional, para baixarem à medida que se ajustarem às fôrças econômicas em interação. Esta opera a custos baixos empregando fôrça de trabalho humana e utilizando a fertilidade natural do solo, sem se preocupar com a sua preservação.

A agricultura moderna usa insumos que incorporam conhecimentos técnicos e científicos, gerados, em maioria, nos setores secundários e terciários. A modernização é um processo de longo prazo e traz sempre problemas de ajustamentos. Até que a produção alcance uma escala adequada e se estabeleça o equilíbrio entre os preços pagos e recebidos pelos lavradores, os preços agrícolas tenderão a se elevar em conseqüência do aumento dos custos e riscos de um lado e das margens ao produtor do outro, pois, com o progresso tecnológico, o agricultor melhora, também, o seu nível de conhecimento do mercado. Como os participantes do processo de distribuição desejam manter as suas margens, os preços tenderão a subir caso a demanda não esteja satisfeita e a oferta apresente rigidez a curto prazo.

Além das medidas visando ao deslocamento de tôda a escala da curva de custo médio de longo prazo, das indústrias de **insumos agrícolas** e da melhoria dos canais de comercialização, tornando a oferta mais elástica, parece-nos que sòmente um sistema de subsídios ao produtor poderia aliviar os efeitos perversivos da momentânea elevação de preços no custo de vida das camadas populares, justamente as que despendem maior parcela de sua renda na compra de alimentos. Êsse subsídio tem um custo social e é bem verdade que êle tende a se perpetuar como aconteceu nos Estados Unidos através da famosa lei **de paridade** e no Japão com as subvenções para a compra de fertilizantes químicos. Mas garantir as condições para o desenvolvimento da alimentação do povo é dever fundamental do Estado de Bem-Estar moderno.

O plano de longo prazo dará ênfase às medidas destinadas a resolver os problemas fundamentais da agricultura, quais sejam (1) fomentar a produção de alimentos e matérias-primas a custos remuneradores para atender as necessidades de uma população em crescimento; (2) coordenar-se com as atividades da indústria e do comércio; (3) melhorar as condições de vida das comunidades rurais e (4) desenvolver e conservar os recursos naturais para uso futuro.

O Papel do Govêrno no Processo de Transformação e Desenvolvimento da Agricultura Brasileira

Cabe à iniciativa privada a produção, processamento, transformação e comercialização dos produtos agropecuários. O papel relevante dos entes públicos é criar e aperfeiçoar as condições para o desenvolvimento do Setor, no interêsse da coletividade nacional. A tarefa fundamental dos órgãos da Agricultura é a de fomentar a produção agropecuária realizando investigações e experimentos visando ao uso adequado dos recursos.

Poder-se-ia estabelecer as atividades abaixo esquematizadas num programa prospectivo, que seriam implementadas diretamente pelas Repartições Federais ou em convênio com os Estados, Autarquias e Agências Privadas.

O Ministério da Agricultura e demais órgãos compreendidos na área do setor deverão dar ênfase à realização de estudos e investigações de caráter pragmático, repetimos e sublinhamos **pragmático**, visando ao estabelecimento de novas funções de produção à avaliação da rentabilidade de novas variedades e linhagens, e dos insumos que incorporam conhecimentos técnicos e científicos e estudar as aplicações dos resultados obtidos experimentalmente e a sua aceitação pelos rurícolas.

O programa integrado de pesquisa objetivará testar e selecionar os produtos e insumos obtidos em outros países e descobrir novos fatôres produtivos (novas variedades, linhagens, matrizes, insumos etc.).

O trabalho de pesquisa deve ser orientado do ponto-de-vista técnico, econômico e sociológico, isto é, da aceitação e uso generalizado dos produtos e fatôres selecionados.

Deverá haver uma autoridade coordenadora das atividades de pesquisa, avaliação econômica e extensão agrícola e zootécnica.

Apresentamos, de modo esquemático, as áreas de estudo e investigação de interêsse imediato para a transformação e desenvolvimento da nossa agricultura:

Pesquisa

1 — Atividades geográficas e geológicas

a) levantamento cartográfico; b) aparelhamento dos setores de aerofotogrametria e de análises estatísticas da produção; c) prospecções geológicas; d) plantas cadastrais da zona rural; e) estudo de captação de águas subterrâneas.

O levantamento cartográfico do País é fundamental ao estabelecimento de projetos rurais, de energia elétrica, linhas de transmissão, vias de comunicação, cadastro rural, bem como das prospecções geológicas e defesa nacional;

2 — Atividades agronômicas

a) incentivo à investigação sôbre tecnologia de alimentos; b) relocação e reequipamento da rêde de estações experimentais.

Um dos pontos básicos das diretrizes do Govêrno no setor agrícola é a industrialização dos produtos e a adaptação e domesticação de numerosas variedades da rica flora brasileira.

3 — Atividades biológicas

3.1 — Animal

a) intensificar o combate às principais doenças dos animais domésticos (aftosa, tuberculose bovina, brucelose, raiva, encefalemielite equina, encefalemielite aviária e parasitoses); b) ampliar o programa de elaboração de vacinas, principalmente dos produtos não fabricados por laboratórios particulares; c) proceder ao levantamento sistemático indicativo da deficiência de microelementos no solo, nas plantas forrageiras e conseqüentemente nos animais.

3.2 — Vegetal

a) intensificar as campanhas de defesa fitossanitárias, combate ao **carvão** da cana, emprêgo correto de defensivos, contrôle do mal de Sigatoka da bananeira, erradicação do cancro cítrico, registro de matrizes de citros, contrôle dos insetos dos grãos armazenados e cumprimento das leis de defesa fitossanitárias; b) intensificar as pesquisas sôbre fitoparasitas, tais como praga de cafeeiro, doenças da cana-de-açúcar, ferrugens dos cereais, bruzone do arroz, doenças de vírus da batatinha, biologia e contrôle da saúva, doenças do algodoeiro, emprêgo de fungicidas, contrôle de ervas daninhas, pragas do solo, nematóides radicícolas e ácaros.

A exploração animal, vegetal e florestal fundada em bases técnicas leva a uma intensificação de capital. Assim, deve a Nação aparelhar-se para a defesa dêsse patrimônio de valor crescente. Ao promover a defesa animal, o Govêrno está, também, preservando a saúde pública das moléstias e doenças comuns aos animais e à espécie humana.

Fomento

Produção animal

a) criação de centros de tecnologia de origem animal; b) desenvolvimento de centros tropicais de produção leiteira; c) instalação de unidade de pesquisa e treinamento em tecnologia do pescado; d) construção de curtumes-pilotos; e) desenvolvimento de postos de inseminação artificial; f) reaparelhamento e modernização do serviço de contrôle de poluição das águas; g) ampliação do sistema de fazendas-pilotos; h) incremento da extensão zootécnica; i) instalação de laboratórios centrais e laboratórios móveis de padronização e inspeção de origem animal; j) certificação de sementais.

Uma das primeiras implicações da urbanização é o aumento da demanda de proteinados. Ampliando as atividades da produção animal, o Govêrno concorrerá para a elevação do padrão alimentar da população e criará nova fonte de receita na agricultura.

Produção vegetal

a) ampliação da rêde extensionista através do INDA e ABCAR.

Superada a era da agricultura **heróica**, impõe-se a implantação da agricultura intensiva para a elevação dos níveis de produtividade por unidade de fator e diversificação da produção. Para isso o Govêrno dará ênfase à ampliação da rêde de extensionista em todo o País.

A regionalização das atividades do fomento está a reclamar a descentralização dos serviços, através de maior concentração de atribuições aos agrônomos, de modo a que os mesmos tenham autoridade de consulta aos institutos de pesquisa; b) implementação da rêde de informação do mercado, a fim de fornecer aos agricultores, ao comércio e aos organismos oficiais dados atualizados sôbre os preços nos mercados de produção, atacadista e consumidor, bem como o volume das safras; c) ampliação da produção de estoques básicos objetivando o desenvolvimento da certificação de sementes e de plantas matrizes.

À medida que se desenvolve a pesquisa vegetal e animal maiores são as necessidades da atualização e aperfeiçoamento dos órgãos vinculados aos resultados obtidos pelos Institutos de investigação.

A baixa capacidade de gerar rendas entrava a formação de capital e mantém estagnada a taxa de salário da mão-de-obra agrícola, estabelecendo-se o círculo vicioso — pouco investimento como conseqüência do reduzido nível de poupança, pouca poupança como resultado de renda diminuta. Êsse estado de coisas não teria gravidade se o País vivesse isolado e os demais setores da economia permanecessem estacionários, em equilíbrio estável. Entretanto, isso não acontece e a agricultura precisa de progredir e operar num plano existencial compatível com o desenvolvimento da indústria e dos serviços.

No que se refere à fertilização, o Govêrno adotou medidas corretas, de efeitos práticos, ensejando a instalação de plantas industriais de dimensões adequadas a indústrias de economia de escala e criou o **Fundo de Estímulo Financeiro ao Uso de Fertilizantes e Suplementos Minerais — FUNFERTIL** —, bem como tem envidado esforços para melhorar e ampliar os serviços de extensão agropecuários.

Quanto à mecanização agrícola, que é justamente com a educação fator relevante para o aumento da relação de produtividade área-homem, e seu desenvolvimento no Brasil tem sido retardado, entre outros, pelos seguintes fatôres:

a) baixa taxa de salário, ensejando mão-de-obra barata. Em muitas áreas até hoje não há ainda uma economia monetária. Na zona canavieira de Pernambuco ainda existe o cambão; b) uma das explorações mais rendosas do País, o café, ocupa menor número de máquinas do que as culturas anuais, principalmente tratores; c) elevado custo relativo dos tratores e seus implementos; d) baixa renda da agricultura para financiamento; e) reduzida disponibilidade de crédito a prazo médio para a compra de tratores e seus implementos, instalações de drenagem e irrigação, processamento e beneficiamento de produtos agropecuários etc.; f) estrutura dos preços relativos; g) orientação equivoca do GEIA na implantação da indústria nacional de tratores.

Quem lê a recente história da implantação da indústria de tratores no Brasil fica perplexo ante a pouca consideração que os seus executores deram aos problemas econômicos que envolviam o empreendimento. Embora tivessem em mente o aproveitamento de possíveis economias externas ensejadas pelas indústrias automobilista e de autopeças, o número de **plantas** e os níveis de produção não foram estabelecidos com base no dimensionamento do mercado. Apesar de ser essa uma indústria de economia de escala, o GEIA selecionou 10 dos 20 projetos apresentados, instalando-se no País 6 fábricas que operaram a um nível muito abaixo da sua capacidade instalada, capacidade essa já inadequada. O resultado é que o custo unitário é elevado, tornando o trator um bem caro em relação aos níveis de preço da maioria dos produtos agrícolas e da renda média dos agricultores. Acrescenta-se ao custo a elevada incidência tributária que atinge quase 30% do preço de venda ao usuário. Essa situação é ainda agravada por dificuldades de transporte e comercialização dos produtos agrícolas, dificuldades que levam ao paradoxo da ocorrência simultânea da superprodução e subconsumo de alguns bens. Há ainda a prática desordenada do escambo com os países com os quais o Brasil tem saldo na balança de pagamentos.

Além dos estímulos constantes da Resolução n.º 113, de 17-1-1955, o GEIA procurou acelerar o processo de nacionalização, cujas etapas deveriam atingir 95% (do pêso) em 1 de janeiro de 1962, quando já se manifestava a tendência de as emprêsas integrarem a produção internacionalmente, concentrando a produção dos diversos componentes nos países que apresentassem vantagens comparativas, realizando depois a montagem dos mercados com as variantes locais, a fim de atender à diversificação de culturas, climas, solos, topografia, que **exige** uma variedade de modelos e tipos de tratores. A tendência, atualmente, é do aumento da procura dos tratores de maior potência e de microtratores em detrimento dos leves, sendo os componentes fabricados nos diversos países onde as principais formas do mundo mantêm fábricas.

Com tantos problemas a fabricação nacional de tratores entrou em crise e desaparecerá se não forem criadas condições para que as mesmas possam melhorar seus níveis de eficiência. A fim de que a motomecanização se desenvolva no país será necessário: a) diminuição dos custos unitários através de medidas tais como redução de impostos, aumentos dos prazos de nacionalização, fabricação de tipos econômicos de tratores e, principalmente, adequação e uso econômico da capacidade instalada etc.; b) que seja criado **um Fundo de Estímulo Financeiro ao Uso de Tratores, Máquinas e Implementos Agrícolas** à semelhança do FUNFERTIL.

Contra a instituição dos estímulos acima mencionados, poder-se-ia alegar que, sendo escassos os recursos a serem empregados no estímulo financeiro ao uso de insumos modernos na agricultura, deveriam os mesmos serem aplicados prioritàriamente na produção de sementes matrizes e sementais selecionados, emprêgo de macro e micronutrientes, corretivos de solos e defensivos agrícolas, suplementos minerais, pesquisas e treinamento de mão-de-obra rurícola. E ainda que a demanda de tratores poderia ser atendida através de importação.

O raciocínio é lógico mas incompleto. As prioridades indicadas são corretas mas não excluem a mecanização que aumenta a produtividade do homem e o libera de pesados encargos.

Além dos problemas comuns, cada região tem os seus próprios. A grosso modo, porém, pode-se dividir o Brasil em duas áreas distintas. A Centro-Sul, onde há uma economia agrícola de mercado, onde os agricultores respondem prontamente aos incentivos econômicos, e a região Norte-Nordeste, onde predomina uma cultura tradicional no sentido Weberiano do têrmo. Os mecanismos econômicos são entravados por variáveis institucionais.

Há pois necessidade de programações diversas para essas regiões. Nas áreas planas da região Centro-Sul já se deve cogitar da mecanização da agricultura. O planejamento precisa atender às peculiaridades regionais.

O custo da mão-de-obra agrícola na Região Centro-Sul tende a se elevar como ocorrência, entre outros, dos seguintes fatôres:

a) incremento e descentralização da indústria e conseqüente aumento das áreas urbanizadas; b) elevação das taxas de salário da mão-de-obra agrícola em virtude da redução quantitativa e melhora qualitativa. Com o progresso da região Centro-Sul, o trabalhador agrícola passará a pressionar o cumprimento do Estatuto do Trabalhador Rural, o que aumentará os encargos sociais e o custo da mão-de-obra, obrigando os produtores a substituir a fôrça humana e animal por fôrça mecânica; c) cada vez mais os produtores de bens industriais se capacitam de que o aumento da renda agrícola terá efeitos positivos no consumo dos seus produtos; d) a taxa de migração da mão-de-obra agrícola do Nordeste e Leste para o Sul, tenderá a decrescer à medida que forem sendo criadas alternativas de emprêgo daquelas regiões como resultado da ação da SUDENE, SUDAM e outros órgãos públicos e agências privadas. A implantação de indústrias no Leste, Norte e Nordeste provocará uma mudança ocupacional. Desenvolver-se-á na agricultura daquelas áreas uma economia predominantemente monetária e em conseqüência a taxa de salário na zona rural tenderá a aumentar. O ritmo de migração para o Sul declinará, fazendo com que a procura de tratores, máquinas e implementos cresça ràpidamente nas áreas planas de maior desenvolvimento da região Centro-Sul.

A situação na região Centro-Sul se assemelha à dos Estados Unidos no início dos anos 40, quando se acentuou o processo de substituição da fôrça humana e animal pela mecânica. A proporção da população rural na população total era de 25,8%. Não foram poucos, então, os que temiam que a liberação da mão-de-obra agrícola acentuasse o desemprêgo e aumentasse a tensão social. O tempo mostrou o equívoco. O aumento da renda agrícola contribuiu para o desenvolvimento da indústria e dos serviços, de modo que êstes setores foram capazes de absorver o elevado número de pessoas que deixaram o campo atingindo a média anual de um milhão, nos últimos 25 anos.

O México prepara-se para entrar decididamente na era da mecanização. A sua frota atual é de 150 000 unidades, verificando-se a média de 187 tratores por hectares.

A topografia plana, o solo isento de pedras e a predominância das culturas anuais facilitaram o desenvolvimento da mecanização na Argentina. A relação ha-tratores é de 278. Releva notar, porém, que nessa região predominam os tratore de elevada potência. A nacionalização dessa indústria na Argentina está baseada em valor, enquanto a mexicana utiliza um sistema combinado de pêso e valor.

Sabe-se que menos de 1% (um por cento) da área agricultável do País se encontra adequadamente defendida por práticas conservacionistas. É relevante, pois, a presença do Govêrno federal nesse setor, realizando estudos e atuando junto aos agricultores, indicando as normas técnicas de preservação da fertilidade do solo e as máquinas e implementos adequados ao nosso meio.

No que se refere à mecânica pesada — destocamento, obras de drenagem, de preservação de enchentes e irrigação — os governos federal e estaduais ainda têm que funcionar como executores de serviços para si e para terceiros, pois nessa atividade nos encontramos na fase pioneira:

a) desenvolvimento de centros de mecânica agrícola; b) instalação de unidade de planejamento conservacionista; c) instalação de novas escolas de tratoristas; d) instalação de escritório de irrigação e drenagem.

Irrigação

O nosso País sempre se ocupou da agricultura permanente de exportação como a cana-de-açúcar, o café e outros cultivados nos espigões, relegando a segundo plano a produção de alimentos.

Verifica-se que em todo o Vale do Paraíba, que abrange áreas do Estado de São Paulo, Minas Gerais e Estado do Rio de Janeiro, apenas pequena parte é adequadamente aproveitada. Essa observação é válida para outras áreas do Brasil.

Entretanto poder-se-ia obter nessa região duas culturas de arroz irrigado e uma cultura de inverno no mesmo ano e no mesmo trato da terra.

Não se justifica que essas terras continuem a ser inaproveitadas sendo estas próximas aos dois maiores centros urbanos do Brasil: Rio de Janeiro e São Paulo.

Outro fato surpreendente é a ausência de utilização generalizada e adequada dos açudes para efeito de irrigação nas áreas semi-áridas do Nordeste.

Naturalmente a irrigação, principalmente a feita por aspersão, depende do desenvolvimento da eletrificação rural.

Silvicultura

A atividade florestal, a exemplo do que ocorre com órgãos incumbidos de pesquisa e experimentação animal e vegetal deverá ter a seu cargo a investigação silvícola, indicando as melhores essências para o reflorestamento. Paralelamente deverá encarregar-se da produção de estoques básicos de material de propagação:

a) ampliação das pesquisas silvícolas; b) produção de estoques básicos de material de propagação, criando e desenvolvendo jardins de plantas matrizes; c) preservação de reservas florestais; d) instalação de centros de treinamento de atividades florestais.

O problema do reflorestamento deve ser encarado sob o ponto-de-vista econômico: carvão vegetal como gerador de energia, madeira para fins de construção mobiliária e civil e pasta para sintéticos e papel.

Quem sobrevoa extensas regiões da zona montanhosa que abrange as áreas contíguas dos Estados de Minas Gerais e do Rio, se surpreende com a ausência de reflorestamento.

Estrutura agrária

Parece-nos que três pontos deveriam merecer prioridade: 1) estudo da situação dos arrendatários e parceiros; 2) treinamento em massa da mão-de-obra na linha do projeto apresentado ao EPEA-MP; 3) extensão agrícola.

Pecuária e financiamento

Os principais problemas da bovinocultura, a grosso modo, podem ser alinhados como:

a) escassez de alimentos nos períodos de sêca (inverno) devido ao inadequado sistema de manejo de pasto, além de outras deficiências como falta de forrageiras, sais minerais etc.; b) doenças, pestes e parasitas, que determinam alta taxa de mortalidade; c) atual sistema de cria, recria e engorda em lugares diferentes e as precárias condições em que o gado é transportado entre essas várias regiões, ocasionando consideráveis perdas por morte, além de perda de pêso e a necessidade de 4 a 5 anos para o animal poder ser abatido; d) estoques raciais deficientes em algumas áreas.

Um programa para o desenvolvimento da pecuária compreenderia a melhoria genética do rebanho para carne e leite, o desenvolvimento da indústria de rações, produzidas a preços compatíveis com o nível geral vigente no País, idem quanto à produção de medicamentos e vacinas, medidas de manejo, ampliação da indústria de arame e instalação de institutos de tecnologia animal.

Melhoria do rebanho bovino

Parece-nos que a maneira mais eficiente de enfrentar êste problema seria o financiamento em larga escala de matrizes e reprodutores, selecionados por condições de fertilidade e de carne (crescimento rápido e carne enxuta), a criadores. O Govêrno se responsabilizaria pela colocação de uma parcela da produção de touros selecionados produzidos por pecuaristas qualificados. Os fornecedores credenciados seriam registrados e controlados pelo Ministério da Agricultura.

Os interessados comprariam mediante financiamento diretamente dos produtores, mas sob contrôle direto ou delegado do Ministério da Agricultura.

O remanescente da quota de garantia, isto é, os touros selecionados que não fôssem negociados diretamente com os criadores, seriam adquiridos pelo M. A., para fins de revenda, troca e utilização nas estações experimentais.

Aproveitamento eficiente do lastro da raça Charolesa. Desenvolvimento das pastagens artificiais, complementação da engorda em confinamento e estabelecimento de postos de inseminação artificial.

Alimentação do gado

Sal, fósforo, cálcio, ferro, cobre e cobalto.

Desenvolvimento da produção de sal (cloreto de sódio) para a alimentação do gado, farinha de osso, fósforo tricálcico desfluorizado e minerais secundários.

Estímulos para o desenvolvimento da indústria de rações.

Defesa sanitária

Programa nacional da produção de medicamentos e vacinas nos estabelecimentos públicos (federais e estaduais) e privados, através de convênios.

Ao que consta, o Instituto Biológico do Estado de São Paulo está operando muito abaixo da sua capacidade instalada por falta de numerário para as despesas de custeio. O Govêrno federal poderia, através de convênio, utilizar os laboratórios e pessoal do citado Instituto para a produção de medicamentos e vacinas destinados à pecuária. O custo para o Govêrno federal seria apenas equivalente ao custo direto da produção, deduzidos os vencimentos fixos do pessoal do Estado. Assim, as autoridades federais pagariam apenas gratificações para o pessoal e outras despesas diretas para a produção de medicamentos e vacinas. Para o Estado de São Paulo o convênio seria, também, interessante, pois o melhor aproveitamento da escala de produção reduziria os custos unitários e aumentaria o ganho do pessoal do Instituto Biológico. Convênios semelhantes poderiam ser feitos com órgãos de outras unidades da Federação e com organismos regionais e agências privadas.

Manejo de pastos

Estímulos para o desenvolvimento das indústrias de arame e tubos galvanizados para utilização em manejo de pasto.

Sem arame e canos não se pode manejar pastos.

Porco para carne

Desenvolvimento da suinocultura para carne nas áreas do milho.

Melhoria do rebanho; Bromatologia; Multiplicação; Novas técnicas de criação; Sanidade do rebanho.

Ovinocultura

Desenvolvimento da ovinocultura no Rio Grande do Sul e no sul do Estado de São Paulo.

Melhoria do rebanho; Bromatologia; Multiplicação; Novas técnicas de criação; Sanidade do rebanho.

Caprinocultura

Algumas regiões semi-áridas do Nordeste apresentam condições ecológicas favoráveis à caprinocultura. Embora o caprino seja considerado um animal depredador, os rebanhos poderiam ser confinados nas áreas impróprias à agricultura. Essas áreas se especializariam na produção de pelicas, carne, farinha de carne e leite de cabra.

Poder-se-ia, paralelamente, desenvolver a ovinocultura com ovinos deslanados.

Melhoria do rebanho; Bromatologia; Multiplicação; Novas técnicas de criação; Montagem de curtume-pilôto; Industrialização das peles; Aproveitamento da carne para alimentação humana e animal.

Prioridade de financiamento.

Com o propósito de estabelecer linhas de crédito, que possam constituir-se como instrumentos de política econômica visando não só ao aumento da produção e melhoria nos níveis de produtividade, como também facilitar a integração das atividades pecuárias, principalmente na bovinocultura, integração do processo de cria, recria e engorda, sugerimos o esquema abaixo, elaborado por um grupo de trabalho criado pela Portaria Ministerial de 28-4-66.

Bovinos

Financiamento para o criador: Custeio da atividade pecuária da família; melhoramento dos meios de criação (manejo e alimentação); retenção de cria até estágio da recriação (integração ao nível da recriação); integração da atividade até o estágio da engorda (integração total); aquisição de reprodutores; aquisição de fêmeas.

Financiamento ao recriador: aquisição de animais (bezerros); melhoramento dos meios de recriação; Condição: Penhor de vacas: financiamento dos animais a recriar vinculado a retenção de vacas adquiridas com recursos próprios.

Financiamento à engorda

Engorda em regime de confinamento: a) aquisição de animais (bois magros); b) custeio da atividade (manejo e alimentação); Condições: Exigências técnicas — a) apresentação de projeto elaborado por profissional devidamente capacitado.

Engorda em regime extensivo

Aquisição de animais (bois magros); melhoramento das condições de manejo e alimentação. Condições: Penhor de vacas: a) financiamento dos animais a engordar vinculado à retenção das vacas adquiridas com recursos próprios.

Suínos

Produção; Industrialização.

Ovinos

Produção; Industrialização.

Aves

Produção; Industrialização; Distribuição e Comercialização.

Outras espécies

Melhoramento das Explorações Pecuárias; Aquisição de Máquinas e Aparelhos; Aquisição de Veículos e Animais para Serviços de Transporte e Pastoris; Aplicações Diversas.

Café

O Govêrno foi colocado num dilema: manter os níveis das receitas, em divisas proporcionadas pelo café através da tradicional política de valorização da rubiácea, resolvendo problemas imediatos, mas deteriorando, a longo prazo, o preço e a posição do café brasileiro no mercado internacional ou executar uma política comercial agressiva em relação aos concorrentes africanos, ainda que isso representasse o sacrifício momentâneo de receitas, mas estabelecesse ou assegurasse o **status** do café no comércio mundial.

A perda de receita em moeda forte poderia ser desastrosa para o País. Na conjuntura que atravessamos essas receitas são indispensáveis.

Prosseguir na chamada **valorização** significaria dar ao café o mesmo destino da borracha, da cana-de-açúcar etc. O caminho seria o estabelecimento de um programa a longo prazo, compreendendo a redução dos custos de produção, melhoria da qualidade e aprimoramento das técnicas comerciais, para ampliar as vendas e conquistar novos mercados ao mesmo tempo que se providenciaria a diversificação da agricultura de exportação, visando a exportar carnes, ovos e frutas **in natura** e/ou industrializados, milho e outros produtos. Há necessidade, pois, de um plano integrado, confrontando problemas internos e externos da política econômica.

Na área interna, enquanto o Govêrno garantir preços estimulantes ao agricultor, haverá superprodução.

O esquema financeiro do café não pode ser estabelecido apenas para a safra de um ano; seria necessário que fôsse estabelecido um valor regressivo vinculado a um programa de racionalização da agricultura.

O café é uma cultura permanente que exige inversões de certo vulto. Basta verificar que tôda a estrutura ferroviária dos Estados de São Paulo e Paraná, tarifas etc., foi montada em função da cafeicultura. O processo de mudança só pode ser feito através de ajustamentos a longo prazo.

O Govêrno deve reformular a constituição da Junta e, insistimos, deve ser estabelecido esquema financeiro para safra de quatro anos, de modo que o cafeicultor saiba que a garantia de preços do café, que não poderá ser exportado, será declinante.

Trigo

Com a redução dos estoques de trigo nos Estados Unidos, diminuem as possibilidades de o mercado brasileiro ser abastecido através das condições estabelecidas pela P. L. 480 americana. Assim, um programa de estudos e de estímulos à produção deve ser elaborado para a zona ecológica brasileira, situada no Sul do País. É preciso que os recursos sejam canalizados para as zonas ecológicas e não dispersados por todo o País.

Crédito

É preciso reformular a política de crédito à agricultura, tratando-o como problema econômico.

É bem verdade que em todo o mundo a agricultura é subsidiada, mas isso não significa que não se possam aplicar com eficiência recursos financeiros à atividade agropecuária.

O industrial ao pleitear um financiamento submete ao órgão financiador um projeto. Se fôr considerado viável, o mutuário poderá receber até 80% do custo do mesmo. Jamais isso acontece com o agricultor que precisa sempre concorrer com a parte substancial.

Programa de curto e médio prazos

Nos próximos cinco anos, deverão ser concentrados esforços na formulação, reformulação e implementação dos seguintes programas:

1 — produção de estoques básicos objetivando o desenvolvimento da certificação de sementes de plantas matrizes e de sementais.

A produção e distribuição de sementes selecionadas deve merecer atenção prioritária. Estímulos de tôda ordem, especialmente financeiros, deverão ser estabelecidos para o emprêgo generalizado de sementes, matrizes e semens categorizados. Dever-se-ia criar um Fundo especial para êsse fim.

2 — Estímulo à produção e emprêgo de macro e micronutrientes, corretivos de solo e melhoria da alimentação do Gado — Ampliação da área e dos recursos do FUNFERTIL. 3 — Difusão de técnicas agrícolas racionais através do treinamento rápido e em massa dos agricultores. 4 — Incremento dos trabalhos de extensão agrícola e zootécnica. 5 — Estimular a formação de hortas e criação de pequenos animais nas proximidades dos centros urbanos. 6 — Reformulação do crédito agropecuário de modo a incentivar o aumento da produtividade (crédito seletivo) e evitar aplicação indiscriminada de recursos no custeio de produtos cuja produção prevista exceda o consumo interno, as possibilidades efetivas e atuais de exportação e o **carry-over** desejado; ampliar as linhas de crédito de médio e longo prazos para o investimento e comercialização (formação de estoques reguladores). 7 — Conceder estímulos fiscais e financeiros para a indústria de processamento e transformação de produtos agropecuários destinados à alimentação humana e animal. 8 — Criar o Fundo de Estímulo Financeiro ao Uso de Tratores, Máquinas e Implementos Agrícolas à semelhança do FUNFERTIL. 9 — Abolir o contrôle de preços e unificar sob uma única autoridade a Comissão de Financiamento de Produção (CFP), a Cia. Brasileira de Alimentos (COBAL) e a Cia. Brasileira de Armazéns Gerais (CIBRAZEM). 10 — Estimular as exportações, abolindo todos os entraves. 11 — Realizar estudos das bacias e vales para o seu aproveitamento racional — Vocação ecológica.

A EXPANSÃO DAS EXPORTAÇÕES

JOSÉ RIBAMAR S. LIMA

As exportações brasileiras mantiveram-se mais ou menos constantes nos últimos vinte anos. A média anual das exportações, no período 1948/1960, não ultrapassou a US$ 1 400 milhões, com ponto máximo em tôrno de US$ 1 500 milhões, em 1953 e o mínimo de, aproximadamente, US$ 1 200 milhões, em 1961.

O comportamento das vendas externas brasileiras pode ser acompanhado através do Quadro I, onde estão discriminados seus valôres e as quantidades embarcadas. Nestas o crescimento tem sido bem acentuado, bastando notar-se que, isto é, tomando-se os pontos extremos 1955 e 1964, o aumento das quantidades vendidas foi superior a 200% (218,1%), enquanto que o seu valor pràticamente se igualam (+ 12,1%). Êsse comportamento é devido não apenas à tendência cadente dos preços dos principais produtos que compõem a pauta brasileira, mas também a composição dessas exportações, afetada pelo aumento inusitado das vendas de minério de ferro.

Analisando-se, entretanto o comportamento das exportações, por grandes itens, verifica-se que sua composição permaneceu quase inalterada. As matérias primas e os gêneros alimentícios cobrem mais de 95% de novas vendas externas. Em 1955 essa percentagem era de 98,4% e em 1964, alcançava a 94,7%. Nesse último ano contudo notava-se o início do aparecimento de outros produtos, entre os quais máquinas e veículos, além de produtos químicos e farmacêuticos, cuja participação foi superior a 1,0% do valor total.

Permanece, entretanto, inalterada a característica fundamental de nossas exportações, qual seja a preponderância, em sua composição, dos gêneros alimentícios e das matérias primas, sobretudo de origem agrícola ou mineral, enviados ao exterior, em grande maioria, quase sem nenhum beneficiamento.

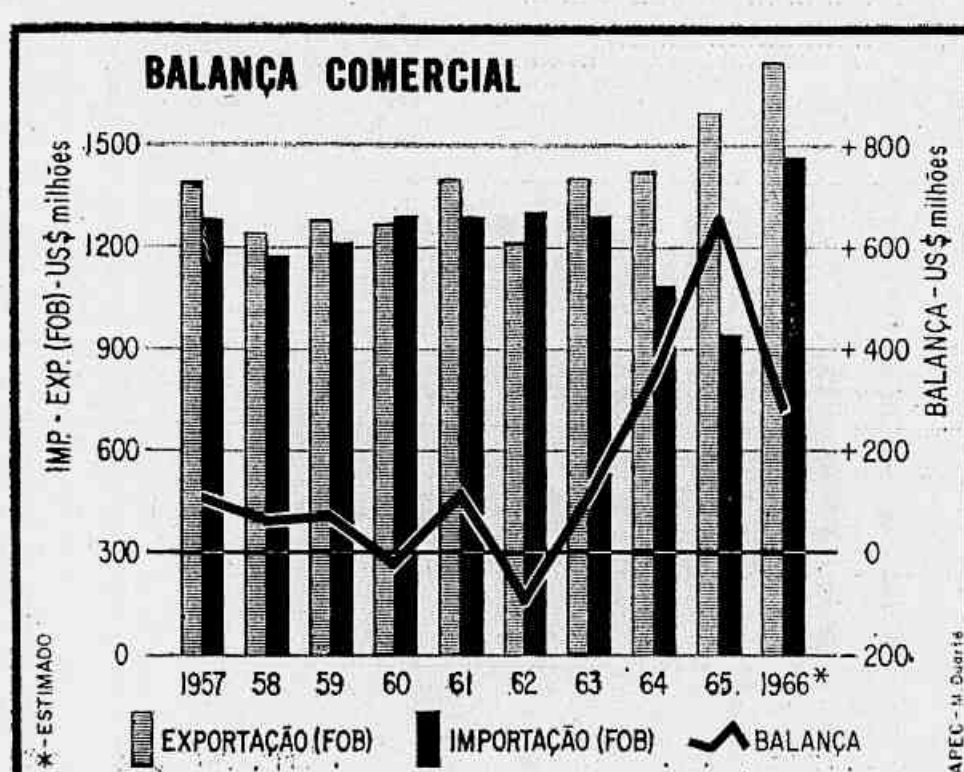
No que tange à distribuição geográfica também não houve alteração digna de nota. Tomando-se o período em estudo verifica-se que, em 1955, 42,3% das nossas vendas externas eram destinadas aos Estados Unidos, 31,2% aos países europeus, 10,2% aos países da ALALC, 16,3% aos demais países. Tomando-se a mesma distribuição 10 anos depois constata-se que aos Estados Unidos foram destinadas 33,2% do total das vendas, aos países da Europa 39,0% e à ALALC 9,3%.

OBSTÁCULOS AS EXPORTAÇÕES

A expansão de nossas exportações — em que pêse a opinião unânime de que elas precisavam crescer para não estrangular o desenvolvimento econômico do País — foi sempre obstaculizada pela ausência de uma política decididamente voltada para êsse fim. Embora o incremento de nossas relações com o exterior fôsse preocupação constante das autoridades monetárias, as medidas adotadas eram, geralmente, incompletas e sem a coerência necessária à consecução do objetivo desejado.

A principal dificuldade encontrava-se no sistema cambial, cuja sistemática não permitia que a taxa de câmbio refletisse integralmente o crescimento interno dos preços, surgindo em conseqüência os famosos produtos gravosos que, há tempos atrás, eram comuns na pauta de exportação nacional. As desvalorizações sucessivas da taxa de câmbio estabeleciam uma série de expectativas incompatíveis com a continuidade das transações externas.

Ponto capital para uma política de exportação é o método burocrático de seu processamento. No caso nacional os diversos órgãos que intervêm no seu curso não tinham procedimento uniforme, o que dificultava grandemente as atividades exportadoras. Por outro lado, as autoridades monetárias, refletindo as pressões momentâneas dos interessados, emitiam resoluções esparsas e muitas vêzes contraditórias, verdadeiro suplício para os que se dedicam a essas atividades.

Além dêsses óbices de ordem interna, o comércio exportador padecia, como ainda sofre até o momento, de completo desconhecimento do mercado internacional, quer no que tange ao tipo de produto desejado, quer quanto à qualidade dêsses bens.

A partir de 1964, os problemas relacionados com as exportações começaram a ser objeto de uma política racional dentro das diretrizes instituídas pelo Programa de Ação do Govêrno, no sentido de eliminar-se progressivamente o artificialismo e a complexidade que desfiguravam o processo exportador do País.

OS OBJETIVOS DO PAEG

Ao instalar-se, em 1964, o nôvo Govêrno definiu, no seu documento básico de ação no campo econômico, suas metas principais, no que tange ao incremento e diversificação das exportações. A política adotada teve por base, os seguintes elementos:

a) fixação de taxas de câmbio realísticas;
b) simplificação do processo burocrático de exportação e a concessão de estímulos cambiais e fiscais;
c) adoção de práticas adequadas de financiamento às exportações.

Com vistas a atingir êsses objetivos foi baixado, sistemàticamente, um c o n j u n t o de providências de ordem cambial tendo em vista eximir o processo de exportação do artificialismo, que o descaracterizava e restituir à taxa de câmbio seu verdadeiro significado. Progressivamente foram sendo eliminadas as diversas sobretaxas que comuflavam o significado verdadeiro da moeda nacional frente à moeda estrangeira, e essa simplificação de mecânica no setor cambial foi acompanhada por contínua elevação da taxa de câmbio, de modo a manter sempre em nível adequado a remuneração de nossas vendas externas.

Ao lado dessas providências foi institucionalizado o mecanismo de financiamento às exportações, cujo aperfeiçoamento ainda se processa. A última medida nesse sentido está consubstanciada na regulamentação do Conselho Nacional de Comércio Exterior, divulgada ao final do ano. Segundo êsse documento, criou-se, junto ao Banco Central, o Fundo de Financiamento à Exportação, tendo como objetivo o amparo financeiro à exportação e à produção de bens industriais, que desejem iniciar ou incrementar vendas ao exterior, bem como aquisição e financiamento de excedentes do consumo doméstico de bens exportáveis, quando necessário à regulamentação das respectivas safras.

Outro ponto de grande relevância abordado pela regulamentação do Conselho — cuja criação representou o coroamento de t ô d a s as medidas tendentes à implantação do princípio de liberdade de exportação, através da simplificação, redução e extinção dos contrôles incidentes sôbre as operações de exportação — foi o concernente aos incentivos concedidos às atividades exportadoras e à simplificação de seu procedimento burocrático. Ficaram extintos, ademais, todos os impostos, taxas, quotas ou emolumentos que incidam sôbre qualquer mercadoria destinada à exportação, despachada em qualquer dia, hora e via, bem como sob registros, contratos, guias, certificados, licenças, declarações e outros papéis. São extintas também as demais incidências, salvo as relações cambiais determinadas pelo Conselho Monetário Nacional e as taxas que representem efetiva contraprestação de serviços realizados.

OS RESULTADOS DE 1965

As medidas postas em prática a partir de março de 1964, ao lado da retração experimentada pela demanda interna, apresentaram resultados satisfatórios já no decorrer de 1965.

Nesse ano o volume das exportações foi de 19 678 mil toneladas, que corresponde a um acréscimo de 34,9% sôbre o montante exportado em 1964; o seu valor foi de US$ 1,595 milhões, 11,6% acima do ano anterior.

Os resultados dêsse ano foram satisfatórios apesar da redução experimentada pela remessa de café, cujas vendas não foram além de 13,5 milhões, no valor de US$ 706,6 milhões, montantes êsses inferiores ao do período anterior. A participação do café, no valor das exportações em 1965 foi de 44,3%, contra 53,1% em 1954. Igual comportamento, embora com percentagens bem menores, tiveram o algodão e o cacau.

Alguns produtos tradicionais entretanto apresentaram incrementos nos seus valôres, destacando-se entre êstes minério de ferro açúcar, manganês etc.

Melhoria substancial entretanto verificou-se com relação aos produtos que até então não dispunham de condições de competição no mercado internacional, e que as estatísticas de comércio exterior englobam sob a denominação de **pequenos produtos**. O valor das vendas dêsses artigos elevou-se a US$ 511,6 milhões, crescendo em cêrca de 52,5% em relação a 1964. A participação dêsses produtos no conjunto das vendas externas elevou-se para 32,1% contra 23,6% em 1964. Dessa rubrica os participantes mais importantes foram couros, cêra de carnaúba, óleo de mamona, sisal, aves, carnes congeladas, milho etc.

Merece destaque especial na pauta da exportação do ano em estudo a posição das manufaturas, não apenas pelo que representam como receitas auferidas, mas, sobretudo, pelo que indicam em desenvolvimento tecnológico, condições de competição etc. As exportações dêsse item atingiram em 1965 US$ 141,3 milhões, contra US$ 87,4 em 1964, com acréscimo de 61,7%.

Por categorias, os produtos manufaturados e semimanufaturados mais importantes, em 1965, foram: matérias-primas preparadas, produtos alimentares, produtos químicos, manufaturas diversas. Os incrementos mais expressivos realizaram-se em máquinas e veículos e produtos alimentícios, demonstrando a capacidade de diversificação que vem atingindo a economia brasileira.

AS EXPORTAÇÕES EM 1966

Cabe ressaltar inicialmente que as apreciações relativas às exportações, do ano passado, são formuladas com fundamento em estimativas estatísticas com base nos resultados parciais relativos ao período janeiro/setembro. Os valôres encontrados, quer globais, quer discriminativos das vendas por produtos ou por áreas, se bem que exprimindo uma tendência de comportamento do fenômeno, não têm a pretensão de expressar rigorosamente os resultados das nossas vendas ao exterior, cujos dados definitivos só estarão disponíveis em fins de março próximo.

As exportações brasileiras, no ano de 1966 estão estimadas em cêrca de US$ 1 750 milhões, contra US$ 1 595 milhões, em 1965 e US$ 1 429, em 1946. Em têrmos percentuais, o acréscimo, em valor, foi de 10,1% e 19,2% no período considerado. Em quantidades exportadas para os seguintes resultados obtidos: 20 399 mil toneladas em 1966, 19 679 milhões em 1965 e 4 599 em 1964.

Verifica-se ser o café o principal responsável pelos acréscimos de receita auferida em 1966, visto terem suas vendas recuperado a posição perdida no ano anterior. As estimativas de vendas para o ano passado são superiores a 1 milhão de toneladas, contra 809 mil em 1965; quanto ao valor, espera-se que o café tenha proporcionado ao País receitas no montante de aproximadamente US$ 780 milhões, contra .. US$ 706 m i l h õ e s, em 1965, crescimento menos que proporcional no acréscimo de quantidades vendidas, a d e n o t a r nova redução no preço médio por tonelada.

Quanto aos demais grandes produtos da pauta de exportação apresentaram resultados positivos: algodão (+16,6%), açúcar (56,8%), e principalmente cacau que cresceu de .. 18,1%, o qual ao lado do acréscimo no v o l u m e exportado acusou também apreciável recuperação nos preços internacionais. Comportamento oposto tiveram as exportações de minério de ferro, que não alcançaram o volume exportado no ano anterior, persistindo, ademais, no mercado internacional, a tendência cadente dos preços.

Quanto aos chamados pequenos produtos, temos a destacar a ponderável participação que seu conjunto vem tendo em nossa receita de divisas, a partir de 1965. Naquele ano foi a situação dêsses produtos o principal fator do acréscimo de vendas em relação a 1964 e essa tendência não só foi mantida, como acentuou-se ainda mais, em 1966. O fato indica que as medidas tomadas pelas autoridades comerciais para incentivar as exportações estão alcançando s e u s objetivos, pois é na abertura de novos mercados e na descoberta de novos produtos exportáveis que repousa a esperança da expansão de nossas vendas ao exterior. Os produtos tradicionais de nossa pauta de exportação e s t ã o com seus mercados pràticamente saturados e, via de regra, com excedentes de produção em todos os concorrentes, não oferecendo perspectivas de qualquer melhoria.

Dentro da rubrica, pequenos produtos t i v e r a m comportamento destacável além de outros, os seguintes: arroz (60%), milho (21,4%), amendoim ... 15,6%), banana, laranja etc.

Merece referência mais uma vez o comportamento das vendas de produtos manufaturados, cuja estimativa da receita está muito abaixo dos níveis encontrados em 1965; cêrca de US$ 100 milhões em 1966, contra US$ 141 milhões, no ano anterior com redução portanto de 27,7%. Êsses resultados, todavia, estão sujeitos a grande variação, pois no ano de 1965, as exportações de outubro/dezembro (estimadas, para o ano passado, pelo comportamento do período janeiro/setembro) atingiram a US$ 59,8 milhões, ou seja, 42,3% do total. O resultado das exportações de produtos manufaturados foi afetado pela redução de comércio com os países da ALALC, especialmente as vendas de produtos siderúrgicos.

O comportamento global da rubrica, entretanto, parece ser confirmado pelos resultados obtidos pelas exportações de gêneros alimentícios e bebidas (—45,2%), máquinas e veículos (—8,4%) e principalmente, de manufaturas diversas que baixaram de US$ 66,1 milhões, em 1965, para US$ 35,5 milhões, em 1966, com redução de 52,3%. Cabe registrar, por outro lado, o acréscimo das vendas de produtos químicos e farmacêuticos, cuja receita passou de US$ 4,5 milhões para US$ 26,6 milhões, único item que apresentou resultados positivos.

Quanto à distribuição geográfica de nossas vendas esta mantêve pràticamente o comportamento habitual com a preponderância absoluta dos Estados Unidos, seguido do Mercado Comum Europeu. No ano passado mereceu destaque a exportação para os países que formam a Comissão de Assistência Mútua — COMECON, com acréscimo de 69,8% (US$ 10,5 milhões, em 1965 e US$ 172.4 em 1966). A redução experimentada no comércio com a ALALC (—6,6%) fundamentou as considerações expendidas acima.

No que tange a produtos manufaturados (que compreendem produtos químicos, farmacêuticos e semelhantes), maquinarias, veículos, pertences e acessórios, manufaturas e artigos manufaturados diversos sofreram redução de 54,2% no volume e 6,8% no seu valor. O preço médio por tonelada, entretanto, subiu de US$ 179,91 para US$ 365,87, o que explica a diferença de comportamento entre o volume e o valor do produto exportado, causada, sobretudo, pela redução na exportação de chapa de aço, produto de grande pêso e baixo valor unitário.

Quanto ao café voltou a firmar-se a posição brasileira no mercado internacional, tendo o Brasil preenchido a sua quota no Convênio Internacional do Café. No período janeiro/outubro exportou-se 840 mil toneladas, contra 637 mil em igual período de 1965; essas vendas produziram US$ 637,6 mil, em 1966 e US$ 561,2 mil, em 1965. Em têrmos relativos houve um acréscimo de 31,8% no volume e de 13,6% no valor. O preço médio por tonelada baixou de US$ 879,70 para US$ 578,37.

Quanto aos demais produtos nota-se já ligeira redução em alguns itens mais influenciáveis pela taxa de câmbio o que talvez esteja a indicar a necessidade de as autoridades monetárias atualizarem o valor da taxa cambial.

PERSPECTIVAS

Com a criação do Conselho Nacional de Comércio Exterior, cuja regulamentação, publicada no final do ano consolidou as diretrizes e incentivos de uma política coerente de exportação, completou-se os instrumentos necessários ao desenvolvimento de nossa relação com o exterior. Com a reposição da taxa de câmbio em nível mais realista, garantiram-se condições favoráveis para a equiparação dos preços internos, ainda roídos pela inflação, com os preços do mercado mundial.

Com base nesses elementos, estima-se que, para o ano em curso, as exportações deverão ultrapassar o nível dos dois milhões de dólares e, a partir de então, manter o ritmo firme de crescimento, a fim de que possa suprir sem pontos críticos as necessidades decorrentes da fase de aceleração do processo desenvolvimentista do País.

QUADRO I — EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS

1955/1965

ANOS	VALOR		QUANTIDADES	
	US$ milhões	% sôbre o ano anterior	mil toneladas	% sôbre o ano anterior
1955	1,423.2	—	6,186.0	—
1956	1,482.0	4,1	5,751.2	— 7,0
1957	1,391.6	— 6,1	7,712.7	34,1
1958	1,243.0	— 7,8	8,297.4	7,6
1959	1,282.0	3,1	9,885.3	19,2
1960	1,268.6	— 1,0	10,607.9	7,3
1961	1,403.0	10,6	12,714.7	19,9
1962	1,214.2	— 13,4	12,361.0	— 2,8
1963	1,406 5	15,8	14,139.4	14,4
1964	1,429.8	1,7	14,598.7	3,2
1965	1,595.5	11,6	19.678.9	34,5

Fonte: CACEX.

QUADRO II — VALOR DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS POR GRANDES CLASSES

Distribuição Percentual

1955/65

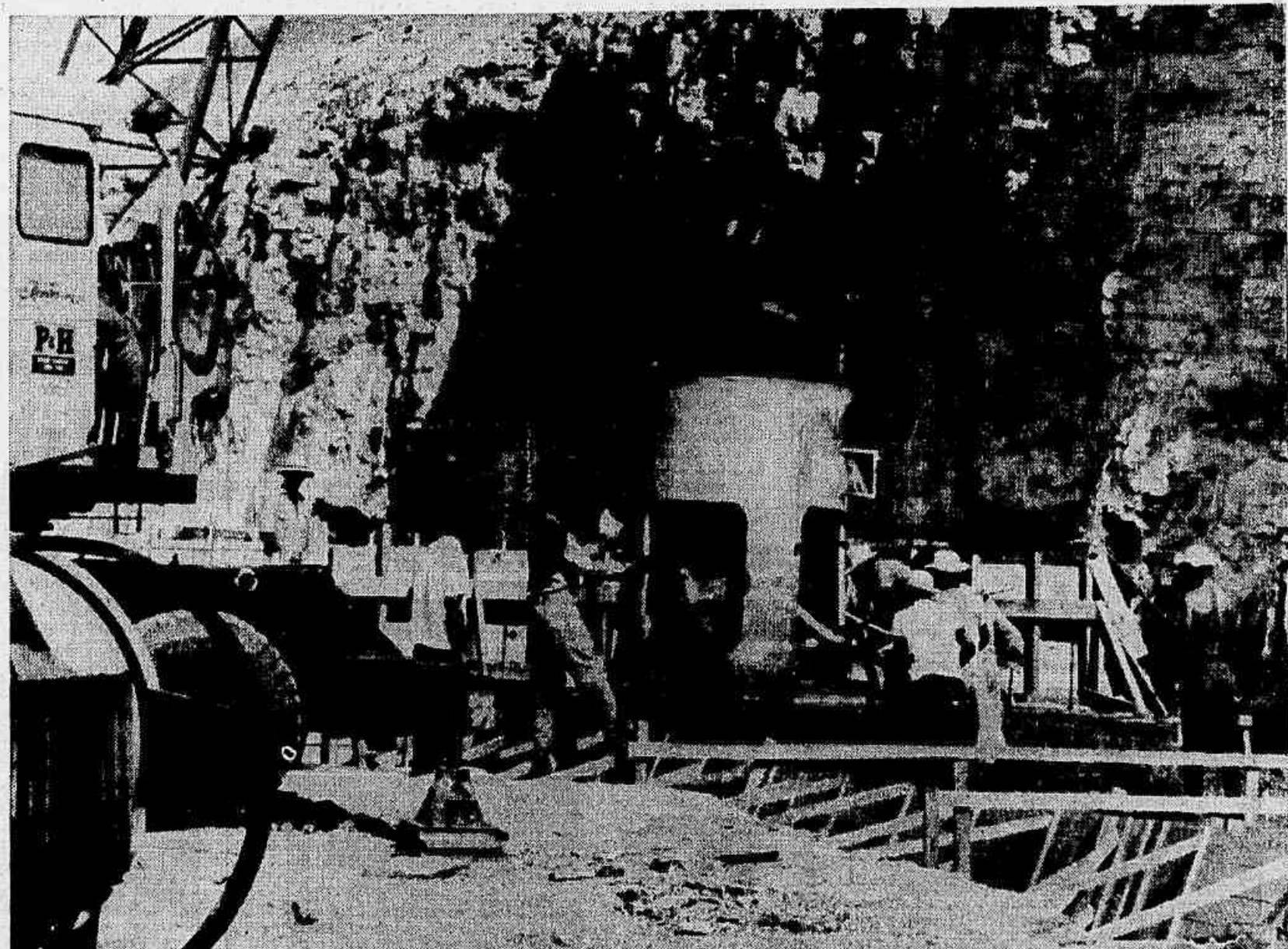
ANOS	Matérias-Primas	Gêneros Alimentícios e Bebidas	Produtos Químicos e Farmacêuticos	Máquinas e Veículos	Outros Produtos	TOTAL
1955	24,2	74,2	0,8	0,2	0,6	100
1956	19,3	79,3	0,5	0,1	0,8	100
1957	23,3	75,0	0,5	0,1	1,1	100
1958	22,1	76,0	0,6	0,1	1,2	100
1959	22,6	75,4	0,6	0,2	1,2	100
1960	23,4	73,7	1,0	0,2	1,7	100
1961	29,8	66,5	1,4	0,8	1,5	100
1962	31,8	65,2	1,2	1,0	0,8	100
1963	28,2	68,8	1,2	0,8	1,0	100
1964	30,3	64,4	1,2	1,3	2,8	100
1965	30,5	61,8	0,9	1,8	5,0	100

Fonte: SFEP.

QUADRO III — EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS. POR ÁREAS

Distribuição Percentual

ANOS	E.U.A.	Mercado Comum Europeu	Assoc. Européia de Livre Comércio	Assoc. Latino-Americ. de Livre Comércio	COMECON	Demais Países	TOTAL
1955	42,3	18,5	12,7	10,2	4,2	12,1	100
1956	49,5	17,4	12,1	6,7	3,7	10,6	100
1957	47,4	15,4	12,4	10,0	3,2	11,6	100
1958	43,1	17,5	12,2	11,5	3,3	12,4	100
1959	46,3	19,7	12,4	5,9	4,5	11,2	100
1960	44,5	19,7	12,8	6,3	6,2	10,0	100
1961	40,2	22,4	11,6	6,8	5,6	13,4	100
1962	40,1	23,9	12,6	6,2	6,2	11,0	100
1963	37,8	28,1	11,4	5,4	7,2	10,1	100
1964	33,2	26,1	12,9	9,3	7,1	11,4	100
1965	32,6	25,9	12,1	12,4	6,4	11,6	100

COHEBE: RITMO INTENSO DE TRABALHO

Há 28 meses, atingindo os rigorosos prazos de seus cronogramas, trabalhando 22 horas por dia, a Companhia Hidro Elétrica da Boa Esperança vem construindo sua Usina, que propiciará, com sua potência inicial disponível, cêrca de seis vêzes a soma das potências de tôdas as atuais usinas de energia elétrica dos Estados do Maranhão e do Piauí. Ao fim de 1966, estava concluída a escavação dos túneis, 98% das fundações da barragem, 85% das escavações de rocha para o canal de acesso e tomada d'água e 84% das do sangradouro, assim como estavam em curso de fabricação as turbinas, geradores, transformadores, comportas e outros equipamentos básicos para a Usina, escolhidos em concorrência. A fôrça de trabalho da Emprêsa, atualmente, se concentra nas concretagens do sangradouro, túneis e casa de fôrça, que somarão cêrca de 120 000 m3. Na foto, detalhe da concretagem do sangradouro.

BANCOS PRIVADOS E CRÉDITO AGRÍCOLA

FLORIANO CAVALCANTE DA SILVA MARTINS

O Foreign Agricultural Economic Report publicou um estudo onde mostra que, em grande número de países, a maior parcela do crédito obtido das fontes institucionais pelos agricultores tem sido concedida por Bancos Governamentais. A participação dos Bancos Privados, exceção feita ao México (53%) e Estados Unidos (24,7%), tem sido diminuta, variando de um mínimo de 0,9% na Índia a um máximo de 5% na Venezuela.

A razão de ser de tal composição de oferta pode ser encontrada nas características da estrutura e do processo da agricultura. Estas condicionam os esquemas de financiamento de forma que: 1) os prazos das operações são relativamente maiores do que os de outras alternativas com que se defronta o banqueiro privado, do que resulta uma redução do giro dos recursos de aplicação; 2) a estimativa do risco envolvido é difícil de ser realizada; a dificuldade de estimar os riscos impele o banqueiro a i) controlar a aplicação dos fundos e ii) limitar o montante de crédito que concede a cada agricultor, do que resulta uma elevação de seus custos operacionais.

Êstes argumentos levar-nos-iam à conclusão de que o financiamento à agricultura só se colocaria como alternativa para o banqueiro privado a uma taxa superior àquela vigorante para as demais alternativas de aplicação.

Em grande número de países a existência dêstes problemas levou à constituição de instituições governamentais, especialmente no financiamento à agricultura e contando com estrutura financeira e administrativa que as habilitam a oferecer esquemas de financiamento adequado às suas necessidades.

No Brasil, as instituições oficiais que mantêm Carteiras especializadas em Crédito Agrícola são o Banco do Brasil S/A, o Banco Nacional de Crédito Cooperativo e o Banco de Crédito da Amazônia S. A. Cada uma destas instituições conta com recursos especiais que lhes permite fornecer fundos a juros e prazos compatíveis com as condições da agricultura.

Os recursos disponíveis para aplicação em crédito agrícola, todavia, sempre foram reduzidos. Tentou-se, pois, em várias oportunidades, a mobilização de novos recursos com a constituição de "Fundos Especiais" e com a concessão de estímulos para aumentar a parcela que o crédito agrícola representava da aplicação global das citadas instituições e também dos Bancos Privados.

A Lei 4 829 de 5-2-1965 é a mais recente tentativa feita neste sentido, procurando todos os aspectos de natureza estrutural e operacional relativos a um eficiente sistema de financiamento à agricultura. Define o crédito; classifica as operações; recomenda uma estrutura operacional; especifica as fontes de recursos e os instrumentos de crédito a serem utilizados. Preocupa-se, não apenas em aumentar o volume de recursos à disposição da agricultura, mas, principalmente, em aumentar a eficiência da sua alocação.

Êste estudo pretende analisar o papel que a Lei atribui às instituições financeiras privadas e os estímulos que lhes concede para garantir sua participação no financiamento à agricultura.

É bem evidente o esfôrço de incorporação das instituições financeiras privadas ao sistema de financiamento agrícola. A Lei e o Decreto que a regulamenta determinam que, no mínimo, 10% dos depósitos de qualquer natureza dos Bancos Privados e das Companhias de Crédito, Financiamento e Investimentos deverão ser destinados ao crédito agrícola. Determinam, ainda, que, exceção feita ao crédito concedido para comercialização, as condições do empréstimo deverão respeitar as peculiaridades do contexto financeiro da agricultura. Analisaremos, separadamente, estas duas determinações.

Alguns banqueiros parecem preocupar-se com a obrigatoriedade de efetuarem esta aplicação e alegam que tal procedimento implicará numa transferência de recursos antes destinados ao financiamento da indústria e comércio. Alegam êles que mais do que nunca esta transferência causará sério transtôrno às finanças dêsses setores.

Em contrapartida, os agricultores se regozijam diante do que lhes parece uma promessa de aumento substancial de recursos de crédito para seu setor.

A tabela 1 nos mostra o crédito concedido à agricultura pelos Bancos Privados, como percentagem de seus depósitos e do crédito concedido ao setor privado. Observa-se, pela primeira relação, que a percentagem de aplicação fixada pela Lei já foi atingida em 1964 e 1965. Não haverá, por conseguinte, aumento de oferta de crédito em decorrência da Lei, não havendo, portanto, transferência de recursos da indústria e comércio para a agricultura.

A segunda relação apresentada na tabela 1 mostra-nos a importância que os Bancos vêm dedicando ao setor agrícola e sua sensibilidade aos estímulos que lhes vêm sendo concedidos desde o advento da Instrução n.º 243 da extinta SUMOC. No período de 1955/1962 a percentagem oscilou em tôrno de 9,5% a partir de quando cresceu para 11,4%, 14,5% e 15,4% nos anos de 1963, 1964 e 1965, respectivamente. Torna evidente que apenas uma pequena parcela do crédito concedido tem sido destinado à agricultura, mas mostra-nos, também, que esta percentagem pode ser aumentada por meio de um programa correto de estímulo.

No que diz respeito às Companhias de Crédito, Financiamento e Investimentos a alegação é verdadeira, pois estas não vinham operando com o Setor Agrícola. A avaliação do significado desta transferência, todavia, apresenta uma séria dificuldade. Com efeito, houve uma evidente imprecisão de linguagem dos legisladores quando determinaram que estas aplicassem 10% de seus depósitos em crédito agrícola, pois estas instituições não recebem depósitos. A solução talvez fôsse rever o texto da lei e fazer a percentagem incidir sôbre o capital e as reservas das Sociedades.

Parece-nos que implicações mais importantes para os financiadores resultarão da exigência de dar às operações características compatíveis com a estrutura e processo agrícolas. De maneira geral, um esquema de financiamento adequado às necessidades da agricultura se caracteriza por:

1. Esquema de desembôlso (no caso de financiamento de custeio)e retôrno (no caso de financiamento de investimento) parcelados;
2. Prazos de financiamento de custeio nunca inferiores à extensão do período de produção da cultura financiada; a Lei 4 829 exige, ainda:
3. Fiscalização da utilização do crédito pelo menos uma vez no curso das operações;
4. Utilização, como instrumento de garantia, do Contrato de Penhor Rural e das Cédulas de Crédito Rural;
5. Contratação da operação a uma taxa de juros **máxima** inferior em pelo menos 1/4 das taxas admitidas pelo Conselho Monetário Nacional para as operações bancárias de Crédito Mercantil.

O ajustamento das práticas operacionais a estas especificações, quando comparado com a forma segundo a qual os Bancos Privados vinham operando com os agricultores, provocará um aumento de seu custo operacional, uma redução no giro de seus recursos de aplicação e uma redução na taxa de juros de empréstimo.

Num mercado livre o acréscimo de custo operacional e de prazo poderiam ser compensados pela elevação da taxa de juros da operação ou pela redução da taxa de juros que o Banco paga pelos recursos que aplica, de forma a manter constante a margem líquida de intermediação. No caso presente, como vimos, a elevação da taxa de juros do empréstimo não é possível. Ao contrário, a operação deverá ser conduzida a uma taxa igual a 3/4 da vigorante no mercado para outras alternativas de aplicação.

Tal caracterização poderá tornar o financiamento agrícola desinteressante para muitos banqueiros. Reconhecendo êste fato, a Lei lhes oferece duas alternativas: 1) aplicar diretamente os 10% dos depósitos ou 2) recolher êste montante ao Banco Central recebendo, por tal depósito, uma taxa de juros ou adquirir Bônus Agrícolas emitidos por órgãos federais. Oferece, ainda, estímulos sob forma de isenção de recolhimento de depósitos compulsórios, liberação dos depósitos compulsórios já recolhidos e repasse dos recursos do FUNAGRI.

1. AS ALTERNATIVAS DO BANCO PRIVADO

Como uma vantagem da aplicação direta podemos apontar o fato de que esta permite atender, diretamente, a demanda de crédito de seus depositantes. Este não é de maneira alguma um fato desprezível. A vasta rêde de agências disseminadas pelo interior tem, como condição básica para seu sucesso na coleta de depósitos, a necessidade de conceder empréstimos a seus depositantes, em grande número agricultores.

A aplicação direta, por outro lado, credencia o Banco a funcionar como agente financeiro do FUNAGRI e a receber dotação proporcional ao volume de aplicação que realizar com recursos próprios. Se êstes recursos forem oferecidos a juros baixos, permitirão reduzir o custo do dinheiro para o Banco financiador.

Como desvantagem, esta alternativa se caracteriza por implicar num custo operacional bastante elevado e envolver um risco.

O recolhimento ao Banco Central ou aquisição dos Bônus Agrícolas apresenta a vantagem de oferecer uma taxa líquida de remuneração do capital sem risco algum. Em contrapartida, apresenta a desvantagem de não permitir a manipulação desta parcela de recursos de aplicação como instrumento de fixação de depositantes tradicionais e atração de novos.

A decisão do banqueiro quanto à política a adotar deverá, portanto, levar em conta as seguintes variáveis: taxa de remuneração pelo recolhimento ao Banco Central, taxa de remuneração pela aplicação direta, volume e custo dos recursos repassados pelo FUNAGRI, custo operacional da aplicação direta e risco da aplicação direta.

Das variáveis envolvidas no esquema de decisão, algumas se encontram sob contrôle do banqueiro e outras sob o contrôle do Banco Central; algumas são dados quantitativos conhecidos pelo banqueiro, outras são valôres menos positivos a serem estudados em cada caso particular.

O custo operacional dos empréstimos está no primeiro caso e é uma questão de organização interna mantê-los em níveis compatíveis com a margem de intermediação deixada aos Bancos.

O risco, em certa medida, está também sob contrôle do banqueiro, pois a êste compete fixar sua margem de segurança e selecionar seus clientes.

A taxa de juros para aplicação direta, a taxa de juros pelo recolhimento ao Banco Central, ou aquisição dos Bônus Agrícolas, o volume e o custo dos recursos repassados pelo FUNAGRI estão no segundo caso, isto é, estão sob contrôle do Banco Central.

Raciocinando-se exclusivamente em têrmos de taxas de juros, a alternativa escolhida será aquela que tornar máximos os juros líquidos obtidos. A aplicação direta renderá em juros líquidos correspondente à taxa.

$$r' = 3/4\, r - r_1 - C$$

onde

r = taxa de juros de mercado

r1 = taxa de juros pagos pelo capital aplicado

C = custo operacional (percentual).

O recolhimento do Banco Central será remunerado a uma taxa de juros líquidos r''.

Se r'' fôr maior do que r', a opção a adotar será recolher ao Banco Central o montante a aplicar em crédito agrícola; se o contrário se verificar, a melhor alternativa será a aplicação direta.

O cálculo da relação entre as taxas deve, porém, ser ajustado. A atração de depósitos tem um custo. Como vimos, a aplicação direta pode ser utilizada como um instrumento desta captação. Cada Banco deve possuir informações relativas a êste elemento de seu custo e introduzi-las no seu esquema de decisão. Se a aplicação direta representa uma taxa líquida menor do que a oferecida pelo Banco Central para o recolhimento, mas se esta diferença não diferir substancialmente da taxa de custo de captação do depósito, pode ser conveniente optar por esta alternativa.

Uma pequena perda na aplicação de 10% dos depósitos pode ser amplamente compensada pelo acréscimo de depósitos que dela resultará e pelo conseqüente aumento da capacidade de emprestar.

Chamamos a atenção para o fato de não estarmos prevendo nenhum acréscimo de taxa para cobertura contra o acréscimo de risco. Esta omissão pode parecer estranha, pois êste fator é sempre apontado como o principal obstáculo para u'a maior participação dos Bancos Privados ao financiamento à agricultura.

Já dispomos de dados suficientes para encararmos o risco de financiar a agricultura brasileira com mais tranqüilidade. As informações disponíveis mostram-nos que os prejuízos sofridos pelos financiadores têm sido menores do que se poderia esperar. A análise cadastral rigorosa e o contrôle de aplicação dos fundos têm permitido reduzir as perdas a volumes insignificantes. A tabela 2 nos mostra as perdas sofridas pela CREAI no período de 1955 a 1964 como percentagem das aplicações anuais. Em ano algum a percentagem ultrapassou 0,3% (três décimos por cento), o que pode ser considerado resultado muito bom e perfeitamente comparável ao obtido nas aplicações no comércio e indústria.

2. AS ALTERNATIVAS DAS COMPANHIAS DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS

A estrutura e o processo operacional destas instituições não lhes deixa aberto, pràticamente, senão o caminho do recolhimento ao Banco Central. Realmente, estas instituições não dispõem de rêde de agências que lhes permita o contato direto com os agricultores e não realizam as operações típicas exigidas pelo financiamento da produção agrícola.

Dos dois impedimentos apontados, todavia, parece-nos que o mais definitivo é o primeiro. Os obstáculos representados por êste parecem quase intransponíveis. O próprio financiamento à comercialização parece inviável para estas instituições; pelo menos o financiamento realizado por meio de Nota Promissória Rural. O agricultor, beneficiário do título, deveria vir às grandes cidades negociar seus títulos e esta exigência é inadequada para a sua grande maioria. O recolhimento ao Banco Central parece ser, portanto, a única opção viável.

CONCLUSÕES

Em virtude da análise feita podemos concluir o seguinte:

1. O aumento da oferta de crédito à agricultura não será tão grande como imaginaram banqueiros e agricultores. O acréscimo imediato corresponderá sòmente à produção compulsória das Financeiras, uma vez que a percentagem fixada para os Bancos Privados já foi atendida.
2. A opção dos Bancos dependerá da forma segundo a qual o Banco Central fixar as variáveis sob seu contrôle.
3. A aplicação direta apresenta a vantagem de poder ser utilizada como instrumento de captação de depósito.
4. Os riscos de financiamento à agricultura no Brasil, expressos em têrmos das perdas sofridas pela Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil, são menores do que geralmente se pensa. Esta informação tranqüilizadora constitui um argumento a mais em favor da aplicação direta.
5. Para as Companhias de Crédito, Financiamento e Investimentos e para os Bancos que não disponham de ampla rêde de agências no interior, a única alternativa possível é o recolhimento ao Banco Central.
6. A Lei não especifica as condições de repartição do crédito entre produção e comercialização. É importante que êste aspecto seja regulamentado, pois o primeiro está sujeito a normas operacionais bastante rígidas, tornando o segundo, conseqüentemente, excessivamente atraente.

TABELA 1

BANCOS COMERCIAIS

TOTAL DOS EMPRÉSTIMOS À AGRICULTURA COMO PERCENTAGEM DO TOTAL DOS DEPÓSITOS E DO TOTAL DOS EMPRÉSTIMOS AO SETOR PRIVADO NO PERÍODO DE 1955/65 — SALDOS EM FINS DE ANO — CR$ BILHÕES

Anos	Total dos Depósitos (1)	Total dos Empréstimos ao Setor Privado (2)	Total dos Empréstimos à Agricultura (3)	Percentagem (3) / (1)	Percentagem (3) / (2)
1955	122,2	106,4	10,1	8,3	9,5
1956	147,7	130.3	12,5	8,5	9,6
1957	200,4	162,4	16,7	8,3	10,2
1958	241,9	195,5	18,1	7,5	9,3
1959	352,4	266,5	25,8	7,3	9,7
1960	485,6	382,4	36,0	7,4	9,4
1961	666,0	501,7	45,8	6,9	9,1
1962	1.094,0	775,0	73,2	6,7	9,4
1963	1.793,3	1.209,9	138,1	7,7	11,4
1964	3.217,9	2.227,9	322,5	10,0	14,5
1965	6.041,4	3.939,1	606,3	10,0	15,4

TABELA 2

ESTIMATIVAS DAS PERDAS DO BANCO DO BRASIL S. A. — CREAI

Empréstimos agrícolas, pecuários, rurais, industriais e outros

(milhões de cruzeiros)

Discriminação	1955	1956	1957	1958	1959
Saldo em 31/12 do ano anterior	501	580	633	784	...
(+) transferência p/a conta	177	207	226	314	...
(—) recuperações	91	108	60	179	...
(—) prejuízos definitivos	7	46	15	111	...
Total	580	633	784	808	...
Aplicação total no ano	16 779	22 790	30 694	33 266	46 714
% prejuízo s/total aplicação no ano	0,04	0,2	0,05	0,3	...

Discriminação	1960	1961	1962	1963	1964
Saldo em 31/12 do ano anterior	963	1 013	1 011	983	887
(+) transferência p/a conta	261	751	382	354	577
(—) recuperações	196	744	398	421	493
(—) prejuízos definitivos	15	9	12	29	52
Total	1 013	1 011	983	837	1 018
Aplicação total no ano	67 178	96 045	194 977	284 956	665 438
% prejuízo s/total aplicação no ano	0,02	0,009	0,006	0,01	0,007

FONTE: Relatório da CREAI — Conta "Gerência de Liquidações".

TELECOMUNICAÇÕES

CONSOLIDAÇÃO DO SISTEMA CETEL

O Estado da Guanabara é a menor unidade da Federação e a que apresenta maior densidade populacional e econômica. Cêrca de 90% da área do Estado, entretanto, apresenta características sócio-econômicas peculiares; são as chamadas zonas suburbana e rural que ocupam a parte oeste e central da Guanabara.

Dentro do planejamento geral do Estado, atendendo ao determinismo do desenvolvimento industrial, comercial e social, é justamente esta a área do avanço da ocupação urbana.

Não se trata apenas de ocupação ou ampliação de arrabaldes. Já estão projetados e em fase de implantação diversos empreendimentos de vulto que tenderão a criar zonas altamente industrializadas na extremidade oeste do Estado e na extensão da atual zona de concentração industrial.

Além disso, a ocupação do litoral atlântico para fins residenciais e de turismo se faz a passos largos. É a repetição, 50 anos depois do fenômeno que ocorreu em Copacabana.

Mas, apesar de prognósticos tão animadores, essa extensa região do Estado estêve por longo tempo marginalizada pela falta de serviços públicos essenciais: estradas, abastecimento d'água, saneamento, energia e telefones.

Foi necessário que o Govêrno estadual, no seu papel pioneiro, se empenhasse na instalação desta infra-estrutura, indispensável à ocupação urbana e à fixação de indústrias.

No setor das telecomunicações, o Estado aplicou recursos maciços na implantação do sistema da Companhia Estadual de Telefones da Guanabara — CETEL.

Dentro daquele espírito de pioneirismo que norteou os planos de desenvolvimento da área, o projeto CETEL foi elaborado visando a uma situação futura de elevada demanda de telefones. Projetou-se e construiu-se um sistema com flexibilidade suficiente para econômicamente, crescer com a demanda. Não um sistema que atendesse ùnicamente à necessidade presente, e sim um conjunto capaz de se expandir técnica e econômicamente.

Os prédios das estações telefônicas possuem capacidade total para abrigar equipamento e pessoal corespondentes à demanda prevista até o fim da próxima década. A infra-estrutura dos prédios, entretanto, admite acréscimo de pavimentos para atender à demanda prevista até a última década dêste século.

A grande extensão da área servida pela emprêsa e a baixa concentração demográfica atual, por outro lado, exigiram que a rêde externa tomasse características técnicas singulares, no País.

A rêde que interliga as nove centrais telefônicas do sistema poderia ser classificada como rêde interurbana, não só pela sua extensão como pelo equipamento adotado. Com efeito, a fim de reduzir o investimento, foi adotado o sistema de Ondas Portadoras (Carrier Wave) que habitualmente só se aplica em ligações interurbanas.

É evidente, portanto, que estas características adversas resultaram em custo elevado de instalações e exigirão elevada despesa de manutenção, se compararmos o sistema CETEL com outros sistemas telefônicos urbanos. A área da CETEL é uma área especial.

Contudo, o moderno equipamento adotado permitirá uma redução gradual dos custos unitários de manutenção e operação à medida que se expandir o número de telefones em operação.

A necessidade de reduzir os custos unitários de operações e manutenção por um lado, e, de outro, a confiança do público no bom funcionamento do sistema, traduzido na procura crescente de telefones, levaram a emprêsa a iniciar sua expansão ainda no ano de 1966, antes mesmo da inauguração total das estações, o que só ocorreu em 9 de dezembro de 1966, com a inauguração da estação de Santa Cruz, última a entrar em funcionamento.

A expansão de 7 100 terminais (cêrca de 9 000 telefones) corresponde a mais de 50% da capacidade instalada (14 000 terminais) e estará completada em meados de 1968.

A implantação do sistema foi feita parcialmente com autofinanciamento pelos próprios usuários e parcialmente com recursos do Estado. Os recursos do Estado constituem sua participação acionária, em maioria, conforme determinação da lei que criou a emprêsa. Foi a fase pioneira.

A expansão será integralmente autofinanciada pelos usuários.

Atingindo os 21 000 terminais instalados (cêrca de 28 000 telefones) terá também atingido um nível razoável de custo unitário de operação e manutenção. Nesta posição, a Companhia terá uma situação econômicamente estável, constituindo, de acôrdo com a legislação e regulamentação vigentes, Fundo destinado às futuras expansões do sistema, reduzindo a parcela de autofinanciamento e iniciando a distribuição de dividendos.

É a consolidação do sistema CETEL.

Este aspecto do custo de operação e manutenção, e sua contrapartida, a tarifa, é essencial ao crescimento ordenado dos serviços públicos e tem sido a constante preocupação da companhia.

O critério que tem norteado a formulação de tarifas da CETEL é o da justiça na cobrança. Dentro dêste espírito foi estruturada uma tarifa composta de uma parcela fixa, assinatura, e uma variável de acôrdo com a efetiva utilização dos serviços.

A parte variável é o serviço medido. Cada terminal possui um contador que registra o número de chamadas completadas e que serão cobradas do assinante.

Tratando-se de uma área especial, o regime de contagem das chamadas dirigidas para fora da área é diferente do de chamadas internas. As chamadas para fora da área são contadas por minutos de conversação.

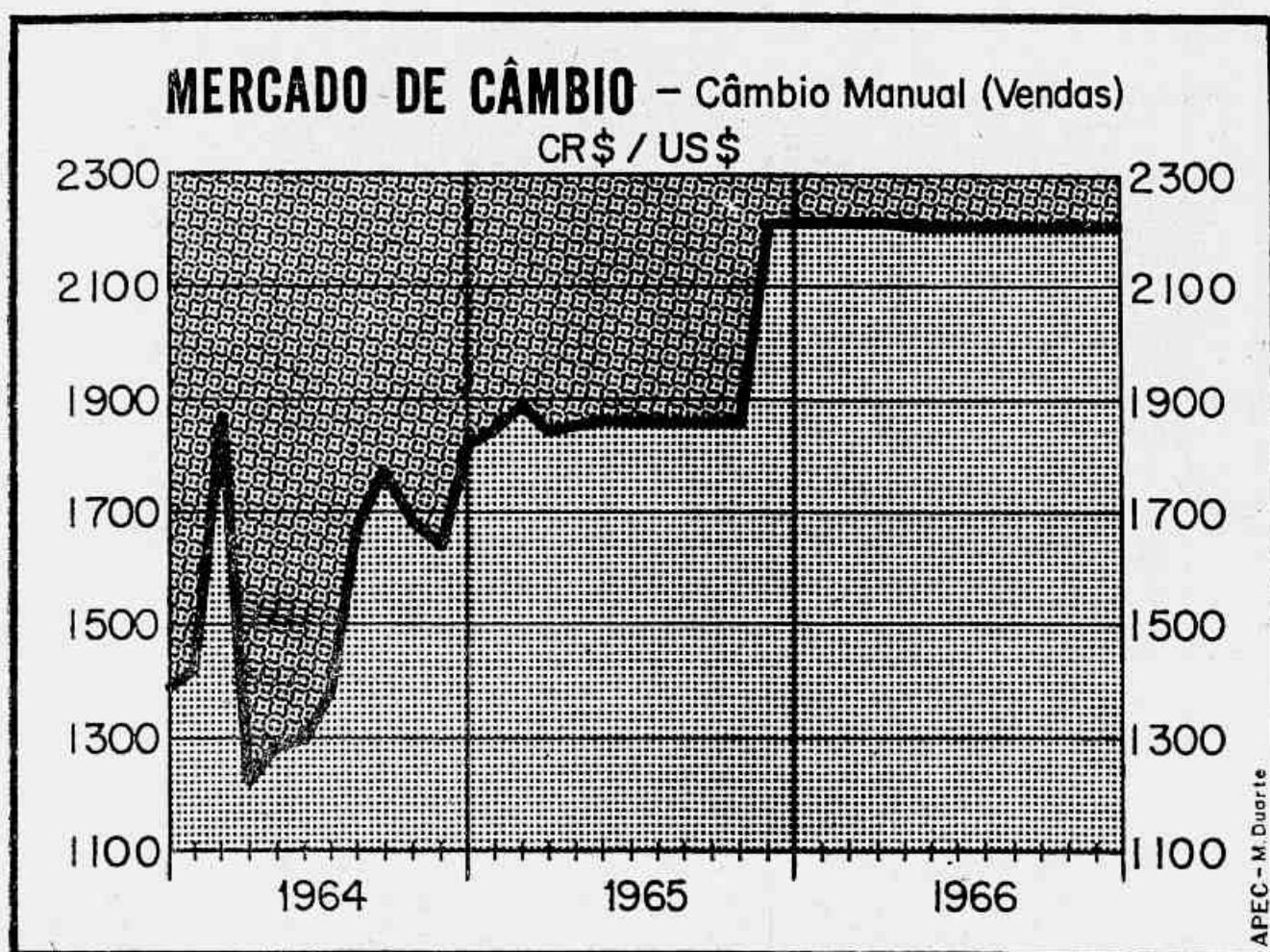
A tarifa paga, portanto, cobre o custo real de operação, na proporção da efetiva utilização do serviço pelo usuário. Não há subsídios de qualquer espécie. Atingiu-se a verdade tarifária.

Hoje, portanto, a Guanabara possui uma emprêsa telefônica de Economia Mista que anda por si só econômicamente falando.

Não há ônus para os cofres públicos e o sistema cresce harmoniosamente, prestando um serviço que cria a sua própria demanda. Com o telefone, completando a infra-estrutura de serviços públicos da região, o espaço urbano da Guanabara se expandirá de forma incontida e as indústrias terão mais atrativos para se fixarem, criando novos empregos.

A criação de nôvo centro de trabalho em áreas de custo habitacional mais compatível com a massa trabalhadora contribuirá para solução do mais grave problema social da Guanabara, a favela.

O PROBLEMA DA LIQUIDEZ INTERNACIONAL

ALEXANDRE KAFKA

Desde 1963, os governos discutem o problema da liquidez internacional. Com isso, referem-se os entendidos a uma possível penúria de reservas oficiais internacionais — espécie de moeda internacional, utilizada entre bancos centrais — as quais financiam os deficits dos balanços de pagamentos internacionais dos diversos países. A penúria provocaria, em parte já está provocando, políticas restritivas de comércio e de exportação de capitais, com o objetivo de evitar ou moderar os deficits que não poderiam ser financiados de maneira adequada se faltassem as reservas. O que está em discussão é um plano condicional — o qual seria retificado pelos parlamentos do Mundo Ocidental, mas seria pôsto em vigência, sòmente, quando houvesse um consenso geral de que tínhamos (ou iríamos ter, dentro em breve) efetiva penúria de reservas.

Origem do Problema: O problema tem várias origens. As reservas internacionais do mundo não-comunista compõem-se, hoje, do ouro (60%), de haveres em libras (16%), e dólares (20%), sendo o restante (10%) posições de reserva no Fundo Monetário Internacional, isto é, direitos quase automáticos de sacar sôbre o Fundo Monetário Internacional. Há mais de uma década que a componente de libras deixou de aumentar ou até começou a declinar, porque os bancos centrais achavam excessivas as importâncias que já possuíam, dada a situação precária do balanço de pagamento do Reino Unido. Desde fins de 1964, aconteceu a mesma coisa com o dólar. Na mesma época, também a componente ouro começou a estagnar. A produção ficou quase totalmente absorvida pela procura industrial e pelo entesouramento particular especulativo, nada restando para as reservas oficiais. Isto, por sua vez, deve-se em última análise ao fato de que o preço do ouro foi o único que não aumentou nos últimos 33 anos, ao passo que os demais, pelo menos, dobraram. Com isso, a produção de ouro entrou em estagnação e poderá no futuro, tornar-se cadente.

Sòmente a quarta componente, as "posições de reserva" no Fundo Monetário Internacional, continua aumentando.

A Necessidade de Reservas Oficiais

É evidente que não há nenhuma fórmula matemática que indique o acertado nível ou ritmo de crescimento das reservas mundiais, mas todo o mundo parece concordar, a longo prazo, se a produção e o comércio mundiais continuarem a crescer, com a impossibilidade da estagnação das reservas. O que fazer?

A Procura de Soluções — a "Primeira Fase"

Os estudos a respeito foram iniciados pelo chamado Grupo dos Dez, que congrega os principais países industriais do mundo. Êsse grupo examinou várias possibilidades.

À semelhança da moeda nacional, também a necessidade de moeda ou reservas internacionais depende muito da facilidade com que os países (como os agentes econômicos dentro de um país) conseguem sanar os desequilíbrios de pagamentos internacionais (ou pessoais) — noutros têrmos, os desequilíbrios da rapidez com que funciona o chamado "processo de reajustamento". Chegou-se à conclusão de que a reforma do processo de reajustamento poderia diminuir a necessidade de reservas, mas que por si só não resolveria o problema, já que mais cedo ou mais tarde, êle reapareceria — da mesma forma como o volume dos meios nacionais de pagamento não pôde deixar de crescer.

Examinou-se, também, se o crédito, que os bancos centrais poderiam conceder-se mùtuamente, poderia substituir o crescimento das reservas (da mesma maneira como a possibilidade de obter crédito de um banco reduz a necessidade de um agente econômico de manter dinheiro no pé-de-meia. Existe, hoje, diversos mecanismos para concessão de créditos bastante elevados entre bancos centrais, mas, novamente, chegou-se à conclusão de que êsses créditos e êsses mecanismos não seriam suficientes; não ofereceriam a mesma segurança de estarem sempre disponíveis, como o outro e as moedas-reserva (dólares e libras), porque o crédito é sempre condicional e, além disso, deve ser amortizado em épocas predeterminadas.

Pela mesma razão, essencialmente, também um terceiro método foi considerado insuficiente: o simples aumento das cotas no Fundo Monetário Internacional. Também os saques sôbre o Fundo são condicionais, dependendo de certas políticas, que os países desejosos de sacar, ora comprometem-se a seguir. É verdade que, dentro de certos limites, os saques sôbre o Fundo são quase automáticos, mas até êsse ligeiro sabor de condicionalidade preocupa os banqueiros centrais.

A discussão no Grupo dos Dez encaminhou-se então no sentido da criação de uma nova moeda fiduciária internacional, que serviria como suplemento do ouro, do dólar e da libra, nas reservas oficiais dos bancos centrais. Alguns países mostraram preferência por outra forma de criação de reserva, como os direitos de sacar automática e incondicionalmente, sôbre o Fundo; mas parecia haver alguma preferência pela primeira alternativa — segundo a qual a moeda fiduciária internacional seria instituída por órgão filiado ao Fundo, porém, distinto dêle.

Ao mesmo tempo em que o assunto se debatia no Grupo dos Dez, também o Fundo, um pouco tardiamente, começou a ocupar-se da matéria. O natural seria que tôdas as discussões, desde o início, tivessem lugar no Fundo Monetário Internacional. A razão por que não foi assim é a história de uma longa luta, que só agora parece estar chegando a uma conclusão vitoriosa do ponto-de-vista dos países menos desenvolvidos.

EXCLUSIVISMO OU UNIVERSALISMO

O Grupo dos Dez tomou, inicialmente, a atitude de que sòmente a êle deveria caber a responsabilidade pela formulação de um convênio internacional que estabelecesse o mecanismo para a criação de liquidez e a participação no nôvo órgão e, por conseguinte, pelas decisões sôbre o **quantum** da nova moeda a ser criada periòdicamente. Inicialmente queriam também limitar a distribuição da mesma ao seu pequeno grupo. Parece que viam em seu papel uma ajuda aos Estados Unidos (e à Inglaterra) que, até agora, tinham sòzinhos arcado com a responsabilidade de suplementar o ouro como reserva internacional pelo dólar e pela libra. Igualmente, parece que desconfiavam de que os outros países estariam eternamente propensos a ter deficits em seus pagamentos internacionais e que por isso esbanjariam logo qualquer distribuição de uma nova moeda de reserva.

Entretanto, a atitude dos Dez foi claramente irrealística do ponto-de-vista político. Uma vez que se havia aberto a questão da reorganização do sistema monetário internacional, todos os países tinham que ter uma voz nas decisões e uma parte nas distribuições da nova moeda fiduciária internacional. Isso foi, gradativamente, compreendido pelo Grupo dos Dez, o qual, além disso, começava a cindir-se em diversos grupos.

Alguns dos Dez, com tendência deficitária do balanço de pagamentos, começaram a adotar uma atitude relativamente liberal, querendo distribuir a nova moeda a todos os países, embora também, inicialmente, quisessem estabelecer certas discriminações entre os Dez e Não-Dez, quanto à utilização da nova moeda e à sua respectiva criação periódica. A respeito, além do voto ponderado, já gradativamente aceito no FMI e nas demais instituições financeiras, aproximavam-se do ponto-de-vista dos Não-Dez, na maior parte subdesenvolvidos, de que não deveria haver outras discriminações entre os Dez e Não-Dez. Outros dos Dez foram mais lentos em adotar o mesmo ponto-de-vista, chegando até a falar da **Aliança Infernal** (ao contrário da Santa Aliança do Velho Metternich) dos deficitários desenvolvidos com os subdesenvolvidos, a qual lançaria o mundo na inflação. Pelo menos um país insistiu em que só o ouro devia servir como moeda internacional, e que o melhor seria eventualmente elevar o preço do ouro e assim o velor das reservas-ouro. Pôsto que o sistema atual (por ter certos defeitos que não impediriam seu funcionamento adequado no pós-guerra) perdeu a capacidade de prover o aumento regular e moderado das reservas internacionais e o **penchant** pelo ouro equivale, no fundo, à desconfiança de que um sistema monetário internacional possa ser racionalmente administrado e à conclusão de que seria melhor deixar as decisões sôbre a criação das resrevas internacionais e dar o ritmo do desenvolvimento mundial ao acaso da exploração das minas de ouro etc. Além disso, essa solução — por ter numerosos defeitos técnicos — discriminaria os países subdesenvolvidos (alguns dos próprios Dez), os quais costumam manter suas reservas internacionais não em ouro, mas em dólares e libras.

A SEGUNDA FASE

Uma vez aceita a idéia de que a "opinião pública internacional" exigia a participação de todos na criação de uma nova moeda internacional, o natural teria sido deslocar o debate para o fôro óbvio, o FMI. Entretanto, por várias razões, preferiu-se uma solução de compromisso — reuniões informais conjuntas dos diretores executivos do Fundo e do Grupo dos Dez. Considera-se, pelo menos, possível que na próxima reunião anual do Fundo, se possa concordar sôbre as linhas mestras de uma solução para o problema. É que nas reuniões conjuntas já havidas chegou-se, com surpreendente rapidez, a um consenso sôbre essa solução. Concordou-se, em princípio, em que, se fôr criada uma nova moeda internacional de reserva, todos os países deveriam participar da respectiva distribuição, em igualdade de condições. Da mesma maneira, houve pelo menos indício de acôrdo sôbre a questão de que não devia haver discriminação quanto ao uso da moeda internacional de reserva. Igualmente, parecia haver bastante simpatia pelo princípio de que não deveria haver discriminação quanto ao direito de um país participar nas decisões sôbre a criação periódica — emissão — da nova moeda nem quanto à formulação da proposta a respeito.

Entretanto, êsse aparente consenso não significa que tôdas as questões sôbre a reforma monetária internacional tenham sido resolvidas. Em primeiro lugar, mesmo que se possa concordar sôbre um plano, seria ainda preciso concordar, também, sôbre a época em que deve ser pôsto em vigência e sôbre as quantias da moeda a ser criada. Todavia, parece que êste problema também está próximo de solução. Em segundo lugar, a maioria dos países tem um certo horror de sua própria coragem em criar uma nova moeda fiduciária internacional e desejam, por isso, sujeitar a utilização da nova moeda a condições bastante severas. É verdade que essas condições não se refeririam às políticas econômicas dos países membros, mas seriam por assim dizer mecânicas (por ex. manutenção de certa proporcionalidade nas reservas em ouro e dólares e reservas na nova moeda). Todavia, como conseqüência dessas restrições, a moeda fiduciária internacional se aproximará em menor grau da liquidez incondicional representada hoje pelo ouro e pelas atuais moedas-reservas (dólar e libra) do que dos direitos de sacar sôbre o Fundo, os quais estão sujeitos a condições restritivas. Há pouco foi feita, por um dos Dez, uma proposta ainda vaga, mas que talvez signifique que, ao mesmo tempo, se estuda a reforma monetária internacional e se analisa, também, a possibilidade de resolver o problema, exclusivamente pelo aumento das cotas aliado a certa reforma de estrutura no Fundo. Para os que se preocupam com o uso indevido, que os países devedores poderão fazer de uma nova moeda internacional, a solução dada através do aumento das cotas no Fundo, onde é fácil impor condições, tem evidentes atrativos. Os demais, talvez cheguem à conclusão de que a suposta incondicionalidade da nova moeda poderá ser mais aparência do que realidade. Uma sugestão intermediária, que apareceu nos debates recentes, por enquanto sem muita aceitação, foi a de criar uma nova moeda, inicialmente, só para substituir a subscrição em ouro dos membros do Fundo.

LIQUIDEZ E DESENVOLVIMENTO

Houve uma idéia que provocou bastante interêsse entre os países menos desenvolvidos e que nos debates tem sido posta inteiramente de lado. Foi a de que enquanto os países subdesenvolvidos receberiam uma distribuição gratuita da nova moeda internacional, os países desenvolvidos teriam que ganhar sua parte mediante exportações que realizassem por motivo de assistência aos países menos desenvolvidos. Essa idéia sempre foi mal recebida pelos países desenvolvidos, que viam nela uma injustiça e uma confusão entre duas idéias distintas: o problema da liquidez e o problema da assistência ao desenvolvimento. Os países subdesenvolvidos, por sua vez, convenceram-se de que a conjugação não garantiria o aumento da assistência financeira porque ela poderia ser compensada pela redução da ajuda outorgada a outros títulos. Por outro lado, o mero aumento da liquidez — quando necessário — já estimularia maior liberalismo na concessão da ajuda ao desenvolvimento.

Além disso, qualquer insistência no assunto seria interpretada como dando razão àqueles que consideravam os países subdesenvolvidos livres do problema de liquidez, e apenas com um problema de assistência financeira ao desenvolvimento. Evidentemente trata-se de uma idéia absurda e pode-se dizer até, que, em relação a um determinado PNB ou determinado valor das importações, a necessidade de liquidez dos países subdesenvolvidos é maior do que a dos industrializados, pela variabilidade das receitas cambiais e outros fatôres.

CONCLUSÃO

Se na próxima reunião anual do Fundo, no Rio de Janeiro, as linhas mestras da reforma monetária internacional puderem ser debatidas, tratar-se-á de um plano fundamentalmente diferente daquele em que se pensava, ainda há uns seis meses.

Seria um plano universal e não discriminatório, que reconheceria que todos os países, desenvolvidos ou subdesenvolvidos, têm a mesma capacidade de agir com responsabilidade em matéria monetária e econômica, e por isso merecem ter os mesmos direitos.

ECONOMIA MINEIRA — REALIDADE E PERSPECTIVAS

HINDEMBURGO PEREIRA DINIZ

Há cento e cinqüenta anos, aproximadamente, encerrava-se a fase da História do Brasil, conhecida como o **Ciclo do Ouro**, em que a província mineira se beneficiou com um processo de colonização sem precedentes no concêrto das diversas regiões do País.

Hoje, quinze décadas depois, Minas Gerais é o segundo Estado em têrmos de população e sua renda **percapita** não ultrapassa o nono lugar entre aquelas que revelam as posições relativas das demais unidades da Federação brasileira.

De fato, as repercussões positivas do **Ciclo do Ouro** limitaram-se, essencialmente, nos fenômenos internos, já que a receita de divisas não se destinava aos cofres da colônia. Mesmo assim, o **boom** aurífero motivou o expressivo surto demográfico que, afinal de contas, seria o responsável pela consolidação das estruturas fundamentais da cultura mineira.

Esgotado o Ciclo do Ouro, surgiu o café. Verificou-se, então, um revigoramento da renda interna que ensejou nôvo surto de progresso e de conquista física do território. Foi quando teve início no Brasil a implantação de serviços energéticos, ferroviários e portuários, devendo-se salientar que êsses dois últimos constituíram os instrumentos pelos quais a economia reflexa, modêlo exportador, se vincularia ao resto do mundo.

Por outro lado, a pressão incontrolável da mão-de-obra livre e remunerada animou o processo de urbanização e industrialização que, apesar do livre cambismo, se deflagrou no País, ainda nos últimos anos do século passado. Em Minas, além dos setores têxtil e alimentício, apareceu a siderurgia, já na segunda década dêste século, como conseqüência de uma irresistível vocação metalúrgica.

A partir da crise de 29, entretanto, Minas Gerais passou a perder posição relativa, decaindo da liderança econômica em que se encontrava ao lado de São Paulo.

Na verdade, os reflexos internos da "Grande Depressão" foram amenizados pela política de sustentação do preço do café que objetivava, através da expansão monetária, a mais rápida recuperação do nível da renda. A queda da capacidade para importar, resultante da diminuição da receita cambial, abriu inúmeras oportunidades de investimento que viriam efetivar-se em São Paulo onde já avultavam as economias externas sob forma de mão-de-obra qualificada, bom sistema viário, oferta de energia etc. Era no Estado bandeirante, sobretudo, onde estava o maior mercado do país em virtude do alto nível da renda produzida pelo café.

Por certo, a industrialização de São Paulo, durante os anos 30, constituiu a origem de um processo vitorioso de polarização. Economias externas atraíram indústrias e serviços que se transformariam em novas economias externas a atrair outros serviços e outras indústrias.

Minas, então, tornou-se supridora de matérias-primas à indústria e fornecedora de alimentos à população do centro dinâmico. Acontece, porém, que sob o contrôle de preços provocado pela guerra de 39, deterioraram-se os valôres relativos dos produtos primários exportados para o pólo industrializado de modo que a economia mineira, destinatária da demanda derivada da industrialização paulista, passou a exercer mais esfôrço (medido em têrmos de produto) e a receber menos remuneração (expressa em têrmos de renda).

Para ter-se uma idéia do grau dessa deterioração, basta considerar-se que enquanto a mais antiga estimativa da Renda Interna por Estado, correspondente a 1941, indica para Minas e São Paulo respectivamente, 13,6% e 27,5% do total nacional, as informações mais recentes — relativas a 1960 — revelam que a participação mineira caiu ao nível de 9,7% ao mesmo tempo em que a paulista atingia 32,3%.

Se êsses números não fôssem suficientes para retratar o atraso relativo a que nos referimos bastaria lembrar que Minas Gerais é o Estado onde se verifica o maior fluxo migratório do país. Dois milhões de montanheses, quer dizer, o dôbro da população belo-horizontina, reside hoje em outras unidades da Federação.

Por outro lado, Minas vem sendo submetida a uma sistemática evasão de recursos, tanto pelo sistema bancário como pelo balanço dos gastos e receitas federais. Se a êsse fato fôr somada a reduzida capacidade empresarial, existente, cujas raízes têm origens históricas, e a exaustão das oportunidades de investimentos destinados a substituir importações, pode-se vislumbrar o verdadeiro quadro em que o Estado se debate.

Para esclarecimento dos que julgam Minas industrializada, vale acentuar ainda que, em 1962, apenas 1% dos mineiros estava vinculado ao setor secundário da economia local. E essa circunstância vem sendo agravada pela natural atração exercida a partir dos pólos de desenvolvimento do centro-sul e pelos incentivos fiscais e creditícios destinados a acelerar a expansão econômica do Nordeste.

Todo êsse quadro que vimos, desordenadamente, descrevendo pode ser reduzido ao modêlo que, em seguida, procuraremos retratar:

a) **O setor agrícola atua na secção decrescente da curva de rendimentos submetido a custos monetários irrisórios.**

Êsse fenômeno se explica, de princípio, pela falta de **Know-how**, sobretudo daquele que é próprio à agricultura de montanha, por parte dos colonizadores mineiros. Como conseqüência, iniciou-se um processo de erosão e empobrecimento do solo que muitos dos seus descendentes têm perpetuado, em uma resistência passiva à inovação tecnológica.

Outro aspecto de ordem cultural é a tendência do proprietário em olhar a terra como instrumento de **status** social e prestígio político, antes de considerá-la equipamento hábil de produção.

A partilha fundiária também não pode ser esquecida. Na parte meridional de Minas, onde se verifica a maior concentração demográfica, as propriedades rurais são de reduzida extensão territorial. E êsse fato aliado à topografia acidentada, afasta as condições necessárias ao aparecimento da **plantation**, da agricultura capitalista, mecanizada, de alta produtividade.

Resta, por fim, considerar que a lavoura, a exemplo da pecuária, está institucionalmente isenta de custos monetários significantes. As incidências fiscais, por fôrça de expedientes de tôda ordem, são, via de regra, reduzidas substancialmente enquanto que a mão-de-obra desocupada contribui para manter os salários, inúmeras vêzes pagos **in natura**, em níveis baixíssimos. Além disso, o sistema de parceria, muito difundido, diminui sobremaneira dos gastos monetários do fazendeiro.

Essa circunstância, naturalmente, atua como fator de desestímulo à oferta porque o proprietário, sem custos a cobrir, não é forçado ao aproveitamento intensivo da terra.

b) **O setor industrial se divide em um ramo altamente capitalizado e dinâmico e outro marginalizado e tradicionalista.**

Depois da guerra, o crescimento industrial de Minas foi resultante quase que exclusivamente do dinamismo daquele ramo que se tem desenvolvido sob o influxo de duas correntes: emprêsas públicas (Cia. Vale do Rio Doce, Cemig, USIMINAS etc.) e organizações estrangeiras (MANNESMANN, BELGO MINEIRA, ALUMINAS etc.) A participação privada de origem interna vem sendo limitada a algumas indústrias como a de transformação dos não-metálicos (cimento, refratários, cerâmica etc.) e a de construção civil).

Já o segundo ramo, onde se incluem as indústrias tradicionais (têxtil e alimentícia) compreende emprêsas de pequeno e médio porte que, apesar dos esforços recentes do BDMG continuam marginalizadas.

c) **No setor Serviços avulta a rêde bancária com profundos interêsses fora do Estado; os outros ramos ressentem-se da deficiência de equipamentos.**

As agências bancárias mineiras, como é natural, surgiram para captar a poupança interna institucionalmente disponível — anote-se, a título de exemplo, o famoso pé-de-meia — mas se adaptaram com o dinamismo e desassombro às condições monetárias vigorantes a partir da última guerra. Na realidade, o banqueiro mineiro revelou-se empresário de larga visão quando percebeu as limitações da ordem interior e vinculou-se aos interêsses mais amplos dos pólos em desenvolvimento.

À margem da rede bancária, o setor serviços pouco oferece. E até certo ponto, essa circunstância resulta do incipiente grau de urbanização que se registra no Estado. Basta considerar-se que, em 1966, apenas seis cidades abrigavam mais de cem mil pessoas.

d) **A atividade governamental é quase sempre assistencialista e de baixa produtividade.**

Com o objetivo de superar essa situação praticou-se intensamente a descentralização administrativa, substituindo "departamentos burocráticos" por autarquias e emprêsas de economia mista. Ocorre, todavia, que em muitos exemplos não se conseguiu modificar a mentalidade "assistencialista" que vigorava nos antigos departamentos diretamente vinculados à Administração, de modo que o resultado foi a transformação de "deficits" orçamentários em "deficits" empresariais.

O fracasso do "assistencialismo" em sua nova versão descentralizada, pode ser observado pelos resultados negativos de entidades que mantiveram-se na prática já condenada, de prodigalizar subsídios diretos e indiretos à agropecuária, sustentando, contraditòriamente, o **status quo** que se propunha erradicar.

e) **A infra-estrutura tem experimentado rápido crescimento.**

Além do notável exemplo da CEMIG o Estado dispõe, atualmente, de uma ampla rêde rodoviária resultado do esfôrço conjunto dos governos estadual e federal.

A propósito da expansão da oferta de energia elétrica, cumpre anotar que, apesar do amplo programa em execução no Estado ainda resta muito a realizar-se no sentido do suprimento de inúmeras áreas do território mineiro, ainda hoje desatendidas.

f) **O estoque de Capital Social Fixo tem-se ressentido com a crise financeira crônica e ainda com o assistencialismo.**

A rêde escolar é um exemplo típico dêsse fenômeno. Sofre a pressão do assistencialismo e não se expande satisfatòriamente por fôrça da limitação de recursos.

Em várias regiões, contudo, há suficiência e até excesso de vagas nas áreas urbanas enquanto que as zonas rurais permanecem desassistidas. Por certo, êsse fato decorre da fixação de critérios irracionais de localização como conseqüência, quase sempre, das inafastáveis "injunções políticas".

Os serviços médicos também são insuficientes da mesma forma como são poucas as cidades que dispõem de sistemas de águas e esgotos.

Essa análise não se propõe a animar qualquer sentimento pessimista. Objetiva, apenas, traduzir uma realidade que pode e deve ser modificada através de um esfôrço ordenado de expansão econômica a ser realizado, sob o comando governamental, com a participação de tôdas as correntes dinâmicas do Estado. Afinal de contas, dispõem-se de energia elétrica abundante e de sistema rodoviário em pleno crescimento; já existe uma indústria de base florescente, sobretudo nos ramos siderúrgico, metalúrgico e dos não-metálicos; a mão-de-obra em muitas regiões do território estadual é bem qualificada e ainda se conta com amplas reservas de minérios de ferro, zinco, níquel, alumínio, fósforo etc.

No setor primário, o programa não deve perder de vista a necessidade de ampliar-se às fronteiras produtivas do Estado mediante iniciativas de colonização que se preocupem, inclusive, com a modificação do código de valôres, quer dizer, das práticas, do comportamento mesmo, do nôvo proprietário. Para tanto, cumpre adotar-se, sem exceção, formas não assistencialistas de incentivo e fomento.

Já o programa de inversão pública, entre vários objetivos, deve cuidar de compatibilizar, geogràficamente, o fornecimento da energia elétrica produzida com a política de industrialização adotada. Da mesma forma, é essencial dar-se prioridade às rodovias que se destinam a vincular as diversas regiões produtivas ao centro econômico do Estado. Nesse sentido, a BR-262 — ligação do Triângulo com o vale do Rio Doce — é de vital importância para a integração que se pretende.

Por outro lado, só se deve estimular novas inversões no setor da indústria pesada na medida em que não comprometam níveis substânciais de poupança interna. Embora haja oportunidade de investimentos em grandes projetos, a base industrial já construída recomenda que se adote a alternativa da integração, de preferência a vertical, a partir do aproveitamento dos estoques de economia externas, isto é, através da concentração de inversões nos pólos de desenvolvimento. Entre as economias externas acima mencionadas não se deve deixar de considerar a tradição mineira de oferecer terrenos em núcleos industriais dotados de serviços básicos. E na medida em que se possa identificar os polos onde se implantem as cidades industriais, resta, apenas, definir a linha de prioridade recomendada pela idéia da integração. No rol dessa seleção, certamente, serão estimulados investimentos:

a) na indústria mecânica a fim de que transforme aço e não-ferrosos em proporções superiores às atuais — hoje o consumo mineiro de aço não atinge 9% da produção interna;

b) na indústria alimentar, especialmente na de laticínios;

c) na indústria química, a partir das reservas as de fósforos (afatita) e dos derivados carbo e petroquímicos;

d) na indústria metalúrgica média — zinco, níquel etc.

Estão aí, de maneira sumária, algumas idéias que nos ocorrem a propósito das necessidades de Minas para participar, ativamente, do processo de desenvolvimento nacional.

Dentro dessa estratégia, cabe ao BDMG, cujo objetivo básico é promover a expansão econômica através do financiamento de projetos industriais, influir na locação de recursos de modo a viabilizar a concentração de iniciativa nos pólos e setores pré-definidos. De igual maneira, cumpre-lhe, ainda, atrair e incentivar empresários, contribuindo, assim, para completar a escassa poupança interna com o ingresso da técnica e capital de fora.

EXPANSÃO MONETÁRIA EM 1966

ANTÔNIO AUGUSTO VELOSO

Os dados estatísticos disponíveis, embora insuficientes para uma análise definitiva, permitem formular algumas considerações em tôrno da expansão monetária verificada no ano de 1966, identificando, pelo menos através de seus aspectos mais visíveis, os resultados da ação governamental no que se refere ao setor monetário.

AS EMISSÕES DE PAPEL-MOEDA

O exame do comportamento das emissões de papel-moeda — indicador que o público acompanha mais de perto e com o qual está mais familiarizado — mostra que a expansão ocorrida em 1966 foi ainda elevada, alcançando a cifra de Cr$ 667 bilhões. Tal resultado, contudo, reflete melhoria apreciável em confronto com as posições de anos anteriores, sendo que, mesmo em valôres nominais, o total emitido em 1966 foi menor que o de 1965 (Cr$ 690 bilhões). A análise em têrmos relativos indica que as emissões de papel-moeda, no ano recém-findo, corresponderam a expansão da ordem de 31% sôbre o saldo de 31/12/65, ou seja, taxa inferior à da variação dos índices de preços. Nos cinco anos precedentes, as taxas de aumento do meio-circulante foram, comparativamente, de 47% em 1965, 67% em 1964, 75% em 1963, 62% em 1962 e 52% em 1961.

O quadro I mostra a evolução das emissões de papel-moeda, mês a mês, entre 1964 e 1966. Conforme se verifica, sòmente em dezembro/66 foram emitidos Cr$ 237 bilhões, ou seja, 36% do total do ano, o que se explica dentro do comportamento estacional de intensificação da procura observado nessa fase do ano. Acrescente-se que aquela cifra de dezembro representa uma posição líquida, uma vez que, no decorrer do mês, as emissões chegaram a alcançar o montante de Cr$ 388 bilhões, posteriormente reduzido a Cr$ 237 bilhões, como resultado de recolhimento, nos últimos dias do período, da importância de Cr$ 151 bilhões. A esta altura, tendo em vista a continuidade do processo de refluxo do numerário emitido à Caixa do Banco do Brasil, tal situação já se apresenta sensivelmente amenizada, tendo permitido, inclusive, nova retirada de papel-moeda em circulação, no valor de Cr$ 50 bilhões. Além disso, a Caixa do Banco do Brasil, em fins de janeiro, registra acréscimo da ordem de Cr$ 150 bilhões em confronto com o saldo de 30/12/66, o que mostra que as Autoridades Monetárias retomam, em curto período, o contrôle da situação monetária, minimizando os efeitos negativos da forte expansão observada no final do ano.

QUADRO I

Emissões de papel-moeda
1964 a 1966

Cr$ bilhões

Meses	1964		1965		1966	
	No mês	No ano	No mês	No ano	No mês	No ano
Janeiro	—	—	(—) 60	(—) 60	(—) 50	(—) 50
Fevereiro	—	—	—	(—) 60	—	(—) 50
Março	75	75	80	20	—	(—) 50
Abril	40	115	—	20	50	—
Maio	15	130	65	85	70	70
Junho	45	175	50	135	100	170
Julho	40	215	60	195	20	190
Agôsto	35	250	40	235	—	190
Setembro	40	290	85	320	60	250
Outubro	45	335	170	490	60	310
Novembro	75	410	10	500	120	430
Dezembro	185	595	190	690	237	667

As emissões de 1966, tal como nos anos anteriores, mantiveram a tendência de maior concentração no 2.º semestre (quadro II), pelas razões conhecidas, correspondendo, em 1966, à proporção de 75% sôbre o total, contra 80% em 1965 e 71% em 1964.

QUADRO II

Emissões de papel-moeda — Cr$ bilhões

Variações trimestrais — 1964/1966

Trimestres	1964	1965	1966
I	75	20	(—) 50
II	100	115	220
III	115	185	80
IV	305	370	417
Total emitido no ano	595	690	667

O quadro III dá a evolução, de 1962 a 1966, do saldo do papel-moeda em circulação, ou seja, do papel-moeda emitido menos a parcela que fica retida na Caixa das Autoridades Monetárias, mostrando, nitidamente, a tendência declinante da taxa de expansão a partir de 1964.

O COMPORTAMENTO DOS MEIOS DE PAGAMENTO

Para efeito de análise, o que faz sentido é o exame do comportamento dos meios de pagamento, segundo as suas duas componentes básicas: **o papel-moeda em poder do público** (papel-moeda em circulação menos o encaixe em moeda corrente dos bancos comerciais) e a **moeda escritural**, ou moeda bancária (depósitos à vista e de curto prazo no sistema bancário). A apresentação, na forma acima, do papel-moeda em circulação, já é uma primeira aproximação, indicando a expansão ativa iniciada pelas Autoridades Monetárias.

Em 1966, de acôrdo com as estimativas preliminares, a taxa de incremento dos meios de pagamento não terá ultrapassado a 20%, o que representa, sem dúvida, expressivo esfôrço de contenção, quando se sabe que nos anos mais próximos a expansão observada foi de 75% em 1965, 86% em 1964, 64% em 1963, 63% em 1962 e 50% em 1961 (quadro IV).

QUADRO III

Papel-moeda em circulação

Saldo em Cr$ bilhões

Datas	Papel-moeda emitido	Caixa das autoridades Monetárias	Papel-moeda em circulação: Saldo em fins de mês	Variações sôbre fim de ano: Cr$ bilhões	Variações sôbre fim de ano: %
1962 — dezembro	508,8	31,1	477,7	182,1	61,6
1963 — dezembro	888,8	64,7	821,4	347,7	71,9
1964 — dezembro	1 483,8	95,4	1 388,3	566,9	69,0
1965 — dezembro	2 174,8	101,3	2 073,5	685,2	49,4
1966 — dezembro	2 840,2	(*) 94,0	2 746,2	672,7	32,4

(*) Estimativa para fim de mês.
Fonte: Banco Central

QUADRO IV

Meios de Pagamento — 1961/66
Saldos em Cr$ bilhões

Períodos	Papel-moeda em poder do público (1)	Moeda escritural (2)	Meios de pagamento (1) + (2)	Variação anual (%)
1960 — dezembro	169,4	522,6	692,0	—
1961 — dezembro	255,8	786,1	1 041,9	50,1
1962 — dezembro	396,7	1 305,6	1 702,3	63,4
1963 — dezembro	683,8	2 108,3	2 792,1	64,0
1964 — dezembro	1 155,8	4 034,9	5 190,7	85,9
1965 — dezembro	1 729,9	7 374,1	9,104,0	75,4
1966 — dezembro (*)	2 365,2	8 449,8	10 815,0	18,8

Fonte: Banco Central
(*) — Dados preliminares

O aumento dos meios de pagamento, nessas condições, terá sido, em 1966, sensivelmente mais baixo que o das emissões de papel-moeda (31%) e mais ainda que o dos índices de preços (40% do índice geral de preços, 41% do índice de preços por atacado, exclusive café, 41% do índice de custo de vida na Guanabara).

Sob o primeiro aspecto, o exame dos dois grandes componentes dos meios de pagamento — papel-moeda em poder do público e moeda escritural — mostra que, enquanto o primeiro registrou acréscimo de cêrca de 37%, os depósitos à vista e de curto prazo no sistema bancário elevaram-se em menos de 15%, o que evidencia, no período, forte preferência do público no sentido de manter os seus haveres sob a forma de moeda manual (papel-moeda), ao invés de depósito bancário. Esse fato revela comportamento inverso àquele observado em 1965, quando houve grande afluência de recursos ao sistema bancário sob a modalidade de depósitos, sugerindo a hipótese de que o público, em 1966, encontrou forma mais atrativa para tais aplicações.

Quanto à circunstância de que os preços, em 1966, cresceram em proporção acentuadamente maior que os meios de pagamento, poderíamos associá-la, bàsicamente, aos seguintes fatôres:

a) imoderada expansão monetária de 1965, com repercussão sôbre os preços de 1966;
b) certo grau de **inflação reprimida** de 1965, sòmente revelada em 1966, ligada a medidas de contrôle do Govêrno (Portaria 71/CONEP, lei de estímulos fiscais etc.);
c) más safras agrícolas em 1966.

CAUSAS DAS EMISSÕES

O exame das causas da inflação brasileira tem apontado, ao longo dos últimos anos, o deficit de Caixa do Tesouro Nacional como fator de maior pressão inflacionária. Simultâneamente, o saldo negativo do balanço de pagamentos, persistente nos últimos anos, vinha atuando em sentido contrário, como fator deflacionário, a despeito dos reflexos altamente desfavoráveis sôbre as relações do País com o exterior.

O exame mais próximo da situação brasileira revela que tais posições, presentemente, se encontram inteiramente modificadas: de um lado, o desequilíbrio das contas federais, crescentemente financiado por via não inflacionária, já não representa causa relevante da expansão dos meios de pagamento; de outro, o financiamento das operações com o exterior, em face de superavit do balanço de pagamentos, tem exigido soma importante de recursos em moeda nacional, com reflexos na alta dos preços internos.

O quadro V, apresentando o resultado líquido das operações das Autoridades Monetárias com os grandes setores da economia, de acôrdo com levantamentos elaborados pelo Banco Central, permite formular algumas considerações sôbre aquêles grupos de contas que pressionaram as Autoridades Monetárias ou exerceram junto a elas ação deflacionária.

As operações financeiras do Tesouro Nacional, em 1964, exerceram, ainda, influência inflacionária bastante significativa, absorvendo recursos no montante de quase Cr$ 750 bilhões. A partir de 1965, porém, o resultado satisfatório da execução orçamentária e o financiamento crescente do deficit por via não inflacionária, fizeram com que o desequilíbrio das contas governamentais deixasse de ser o principal responsável pelas emissões de papel-moeda. Assim, apesar do deficit registrado de Cr$ 588 bilhões, as operações financeiras do Tesouro, em 1965, representaram pressão líquida de apenas Cr$ 265 bilhões sôbre o saldo do papel-moeda em circulação. Em 1966, sòmente o financiamento através da colocação de Obrigações do Tesouro Nacional atingiu cifra da ordem de 80%: até novembro, a posição líquida das contas federais mostra, inclusive, que o Tesouro atuou, nos 11 meses, como superior de recursos às Autoridades Monetárias (Cr$ 47 bilhões).

Quanto às operações ligadas ao comércio exterior, observa-se que, a partir de 1965, passaram a assumir a posição de liderança como fator de pressão inflacionária, em face dos resultados positivos do balanço de pagamentos: US$ 362 milhões em 1965 e cêrca de US$ 152 milhões de 1966. Computadas as operações relativas a café (inclusive compra de excedentes), que registraram saldo líquido negativo de Cr$ 46 bilhões em 1965, pode-se calcular em Cr$ 1 513 bilhões o total de recursos carreados para tais operações no referido ano .

Em 1966, conquanto mantida a tendência inflacionária das operações cambiais, verifica-se que os seus reflexos sôbre as emissões foram acentuadamente menos intensos, sobretudo em decorrência da melhor posição das operações de café, que apresentaram, nos 11 primeiros meses, saldo líquido favorável de quase Cr$ 160 bilhões.

Outro ponto a destacar é o que se relaciona com a política de sustentação dos preços mínimos. Em 1965, como se sabe, tais operações concorreram substancialmente para o índice elevado de expansão monetária, consumindo recursos da ordem de Cr$ 249 bilhões. Em 1966, porém, a ação expansionista dessas operações foi pràticamente nula (cêrca de Cr$ 10 bilhões), uma vez que o Govêrno realizou venda de grandes contingentes dos estoques anteriormente acumulados.

Com relação às operações de redesconto ao sistema bancário, a expansão registrada em 1966 foi bem maior que aquela ocorrida no ano anterior (Cr$ 177 bilhões até novembro/66, contra Cr$ 75 bilhões no mesmo período de 1965).

O resultado líquido das operações das Autoridades Monetárias com os bancos comerciais exerceu, no ano recém-findo, ação expansionista (Cr$ 151 bilhões até novembro), contràriamente ao que se observou no período correspondente de 1965, quando ocorreu saldo favorável da ordem de Cr$ 545 bilhões.

QUADRO V

SETORES RESPONSAVEIS PELAS EMISSÕES DE PAPEL-MOEDA
VARIAÇÕES EM CR$ BILHÕES

Grupos de Contas	1965 Janeiro/Novembro	1965 Janeiro/Dezembro	1966 Janeiro/Novembro
Tesouro Nacional (saldo líquido)	+ 231,7	+ 264,6	— 47,1
Autarquias e outras Entidades Públicas (depósitos menos empréstimos)	— 240,4	— 131,6	— 592,3
Bancos Comerciais (depósitos menos empréstimos)	— 545,1	— 758,4	+ 151,3
Setor Privado (depósitos menos empréstimos)	+ 18,3	+ 60,4	+ 618,0
Setor Cambial (inclusive Fundo de Reserva de Defesa do Café)	+ 1 010,3	+ 1 135,0	+ 738,8
Compra e Venda de Produtos de Importação e Exportação	+ 47,5	+ 99,7	— 42,9
Outras Contas	— 56,0	+ 15,5	— 348,3
Aumento do Papel-Moeda em Circulação	466,3	+ 685,2	477,5

FONTE: BANCO CENTRAL

OBS.: Sinal (+): Ação Expansionista
Sinal (—): Ação Desinflacionária.

FATOS ECONÔMICO-FINANCEIROS DE 1966

	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO
POLÍTICA ECONÔMICA	Decreto sôbre SUNAB (sonegação). BNDE: normas para desestatização das emprêsas.	Regulamentada a lei dos despejos. Regulamento da lei 4357 s/ Obrigações Reajustáveis. Instituição do Estoque de Reserva da Borracha. BNH: Instrução n.º 5 s/ correção monetária. BNDE: alterado o programa financeiro do ...... FIPEME.	Instalados Grupos de Trabalho p/ Plano Decenal.	Inauguração das obras de Ilha Solteira e Jaguará. Criação da Comissão de Política Industrial e Comercial. Prorrogação das Obrigações Reajustáveis c/ correção cambial. Alteração da Lei de Falência.	Organizado o FUNDEPRO.	
PRODUÇÃO E ABASTECIMENTO	Inauguração das 3a. e 4a. unidades de Três Marias. Alterado o regulamento da Cia. de Financiamento de Produção. Aumento das anuidades escolares, café, medicamentos, telefones.	Rodovia duplicada: Trecho da Rodovia Pres. Dutra. Aprovado plano p/ ampliação do pôrto de Paranaguá. Aumento trens suburbanos. Decreto instituindo o Estoque de Reserva de Borracha. Lançamento da campanha CADEP p/ preços máximos.	Lançamento do cargueiro Celestino. Pedra fundamental de Ultrafértil. Acôrdo do VRD/VOEST para compra de fábrica de pelotização. Aumento do leite, táxis, gêneros alimentícios. Liberação do preço do leite. Portaria GB 118 do Ministério da Faz.: estímulos fiscais p/ contenção dos preços.	Inauguração do pôrto de Tubarão. Abertura do Guandu (2a. Adutora). Em funcionamento 2a. unidade de Bariri. Início da construção da Ilha Solteira.	Inauguração do oleoduto Rio-Belo Horizonte. Regulamentado o Fundo de Expansão de Produtividade (FUNDEPRO). Decreto s/ erradicação de ferrovias antieconômicas. Importação de carne (Argentina) e feijão (México). Aumento das bebidas e cigarros.	Inauguração da Usina de Anhanguera. Redução dos preços dos lubrificantes. Aumento do leite. Inauguração da Siderúrgica de Mogi das Cruzes.
CAPITAIS E INVESTIMENTOS	BNDE: normas p/ venda de ações de participação ao público — ELETROBRÁS/SUDENE: plano de ação p/ o Nordeste — BID/ Cimento Portland Branco: crédito de US$ 4,6 milhões — AID/ FINEP: financiamento de US$ 11 milhões.	Acôrdo BNDE/ Bancos de Desenvolvimento de PE e AL: financiamentos a pequenas e médias emprêsas — FMI: empréstimo de US$ 125 milhões para estabilização — AID: US$ 150 milhões p/ estabilização e desenvolvimento.	Compra da CTB (US$ 96 milhões — BIRD/CEMIG): financiamento de US$ 49 milhões — Alemanha Ocidental/ Cia. Vale do Rio Doce: crédito de DM 24,2 milhões.	Circular 32 do BC: certificados — de emprêsas de capital aberto — AID/ Min. Saúde: Cr$ 12 bilhões (malária) — AID/ Min. Agricultura: crédito de Cr$ 6 bilhões.	ELETROBRÁS/ ELETROCAP: financiamento de Cr$ 52 bilhões.	Elevação de capital da ELETROBRÁS (Cr$ 401 bilhões) — BNDE/ Grupo Matarazzo: financiamento de Cr$ 7 bilhões — BNDE/ Acesita: financiamento de Cr$ 133 milhões — Alemanha Ocidental/ C. Vale do Rio Doce e Administração Pôrto do RJ: crédito DM 30,7 milhões — AID/ SURSAN: US$ 5 milhões (água e esgotos).
MOEDA, CRÉDITO E FINANÇAS	Resolução 15 do BC: juros de depósitos bancários.	Portaria GB—31: arrecadação de tributos pelos Bancos — Resolução 16 do BC: emprêsas de capital aberto — Resolução 18 do BC: bancos de investimento — Decreto regulamentando a Lei 4357: abatimento de impôsto s/ ORT.	Resolução 20 do BC: crédito imobiliário — Resolução 21 do BC: títulos ao portador — Aumento de limites para descontos rurais — Circular 30 do BC: adaptação das instituições financeiras à Reforma Bancária.	Resolução 22 do BC: cobrança da taxa de fiscalização — BNH: normas para emissão de Letras Imobiliárias.	Circular 37 do BC: redução da taxa de redescontos — Resolução 24 do BC: mercado paralelo de títulos — Circular 40 do BC: revogação da Resolução 21 — Decreto-Lei s/ prorrogação das Obrigações com correção cambial. Portaria 172 do Min. Fazenda: reaplicação dos depósitos compulsórios nas Caixas Econômicas.	Resolução 26 do BC: registro de títulos no mercado paralelo — Resolução 27 do BC: disciplinação das cooperativas de crédito — Resolução 28 do BC: regulamentação s/ letras de câmbio.
SALÁRIOS E PROBLEMAS TRABALHISTAS	Decreto: ajuste de salários com inflação antecipada.	Decreto s/ tempo integral dos funcionários.	Nôvo salário mínimo (GB: Cr$ 84 000). Regulamentada a contribuição única para IAPs.	Decreto: marítimos e ferroviários enquadrados na Cons. Leis Trabalhistas. Decreto s/ Fundo de Assistência ao Desempregado.	Decreto: Plano de financiamento de Cooperativas Operárias. Portaria MT s/ auxílio aos desempregados.	Fechamento da União dos Portuários.
COMÉRCIO EXTERIOR, CÂMBIO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS	Redução dos depósitos de importação — Acôrdo c/ Argentina: importação de 300 000 t trigo.	Acôrdo dos produtores de açúcar (Londres) — Acôrdo de cooperação técnica c/ Dinamarca — Resolução 17 do BC: elimina encargo s/ exportação de carne.	Mercadorias passadas p/ categoria geral de importação (Lista II) — Circular 26 do BC: proibição de aplicações no exterior.	Outras mercadorias transferidas p/ categoria geral — Nôvo Acôrdo do Trigo c/ EE. UU. (US$ 63,7 milhões) Circular 36 do BC: suspensão do depósito de câmbio p/ operações futuras.	Missão comercial no Oriente Médio. — IBC: Regulamento de embarques do café — Criado o CONCEX — Resolução 23 do BC: importação sem limites.	Protocolo c/ França s/ Port of Pará. Circular 41 do BC: exportação de café p/ Argentina. — Circular 44 do BC: remessas de lucros pelos bancos.
Emissões de papel-moeda — Cr$ bilhões (acumuladas)	— 50	— 50	— 50	0	70	170
Deficit do Tesouro — Cr$ bilhões (acumulado)	51	127	5	70	205	127
Índice do custo de vida na GB (variação mensal)	+ 5,1%	+ 4,2%	+ 3,9%	+ 4,4%	+ 2,0%	+ 2,6%
Índice de preços por atacado (variação mensal)	+ 8,7%	+ 1,6%	+ 1,6%	+ 3,8%	+ 2,9%	+ 1,9%
Cotação do dólar manual (Cr$/US$)	2205 2220	2205 2220	2205 2220	2205 2215	2200 2210	2200 2210
Índice S/N de cotações na Bôlsa (em fins do mês) (base: jan. 1954 — 100)	3523	3670	3612	3665	3476	3490

	JULHO	AGÔSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO
POLÍTICA ECONÔMICA		A. C. n.º 18: proíbe emendas orçamentárias. FINAME: agência especial de desenvolvimento. Decreto Lei s/ correção monetária nas vendas imobiliárias de autarquias.		Aprovado Código Tributário Nacional. Lei do Impôsto s/ Operações Financeiras.	Extinção do Lóide e Costeira: criação da Cia. de Naveg. Lóide Bras. Regulamentação do Estatuto da Terra (títulos da Dívida Agrária). Aprovada a 1a. etapa da Reforma Agrária. Decreto-Lei sôbre impôsto único sôbre combustíveis, renda, importação. FINAME, Companhia de Capital misto.	Ato Complementar s/ alíquota do Imp. de Circulação de Mercadorias. Projeto do Decreto-Lei s/ duplicatas. Decreto-Lei n.º 5 s/ recuperação da MM., portos e RFF. Decreto s/ orçamentos analíticos em 1967.
PRODUÇÃO E ABASTECIMENTO	Inauguração da fábrica de asfalto Landulfo Alves. Assinado pela CEMIG contrato p/ construção civil na Usina de Jaguará. CONEP: aumento de preços de automóveis e remédios.	Geadas no Paraná. Proibição da exportação de carne.	Crise na indústria têxtil. Início das obras da Union Carbide. Aumento da gasolina e óleos.	Benefícios fiscais p/ Ind. Têxtil. Baixa preço do leite. Importação de sorgo (México), trigo (Bulgária-Hungria) e feijão (México).	Fusão da VW e Vemag. Fechamento da barragem da rio Paraná (Jupiá). Petrobrás: contratos p/ construção de oleodutos no RS. Decreto-Lei c/ aumento de preços. Importação de carne da Argentina.	Petróleo em Barreirinhas (MA). Acôrdo ELETROBRÁS-CEE (RS).
CAPITAIS E INVESTIMENTOS	AID/ Hidrelétrica Vale Rio Doce: US$ 13,3 milhões.	Constituição do Banco Brasileiro de Desenvolvimento ...... FINASE: Acôrdos c/ APP: Cr$ 130 bilhões (acôrdos de empréstimos e garantias) — BID/ CHESF: crédito de US$ 29 milhões — BID: crédito de US$ 20 milhões (Plano habitacional).	CODEPAR: Cr$ 8,5 bilhões p/ Hidrelétrica de Salto Grande.		Assinados contratos de garantia c/ Alemanha Ocidental — Concedidos financiamentos p/ ULTRAFÉRTIL (US$ 44 milhões) — Estoura o caso do IOS.	Lançamento da "Operação Amazônica" — ELETROBRÁS/ CHESF: financiamento de Cr$ 56 bilhões — BIRD/ Furnas e outras Cias. de energia elétrica: financiamentos de US$ 100 milhões. BNDE: garantia de US$ 26 milhões p/ VARIG. BID: crédito de US$ 10,8 milhões p/ exportação de navios p/ o México.
MOEDA, CRÉDITO E FINANÇAS	Circular 46 do BC: redução dos depósitos compulsórios — Decreto-Lei 15 s/ aumento de crédito. Circular 47 do BC: crédito imobiliário. Resolução 31 do BC: depósitos e empréstimos c/ correção monetária. Resolução 32 do BC: letras de câmbio.	Circular 48 do BC: juros dos depósitos a prazo fixo — Circular 49 do BC: regulamentação da Res. 32 — Lançamento das cédulas de Cr$ 10 000.	Resolução 36 do BC: aumento dos depósitos compulsórios — Circular 53 do BC: garantia em ORT nos empréstimos com correção monetária. Resolução 39 do BC: regulamentação das Bôlsas de Valôres — Primeiro resgate das ORT.	Resolução 40 do BC: impôsto s/ operações financeiras — Nôvo lançamento de ORT.	Decreto s/ regulamentação das Letras do Tesouro.	Resolução 45 do BC: normas operacionais das sociedades financeiras. — Circular 59 do BC: depósitos compulsórios das sociedades financeiras. Circular 63 do BC: normas do impôsto s/ operações financeiras. — Circular 64 do BC: reajustamento dos recolhimentos compulsórios.
SALÁRIOS E PROBLEMAS TRABALHISTAS		DL. n.º 15 s/ política salarial. (Coeficientes de ajustes salariais). DL. n.º 17 s/ salários reajustados em casos de dissídios. Fixado índice 2% p/ aumento de produtividade salarial.	Promulgada a Lei do Fundo de Garantia. Proibidos aumentos salariais (Instrução do MT).		Unificação dos Institutos de Previdência Social.	Aumento dos servidores civis e militares. (jan/ 67).
COMÉRCIO EXTERIOR, CÂMBIO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS		Acôrdo comercial c/ URSS — Sessão da OIC em Londres — Proibida a exportação de carne — Impôsto de exportação passa p/ União.	Acôrdos Brasil-Portugal — OIC: novas cotas de exportação de café — Missão comercial da Dinamarca — Resolução 35 do BC: crédito à importação — Resolução 37 do BC: abolição dos encargos s/ transferências financeiras.	Convênio de trocas Romênia/ Mato Grosso — Resolução 38 do BC: intermediação nas operações de câmbio.	Missão comercial do Oriente Próximo — Contatos na Europa s/ financiamentos p/ Ilha Solteira — Missão Comercial do Paraguai — Abolição de formalidades na exportação — Decreto-Lei 24: regulamentando o CONCEX — Resolução 41 do BC: extinção da categoria especial (março 1967) — Decreto s/ importações da Petrobrás — Decreto s/ remessa de lucros c/ têrmo de responsabilidade.	Reunião da ALALC em Montevidéu: constituição do Conselho de Ministros da ALALC — Missão comercial de Portugal. Acôrdos c/ Espanha — Reescalonamento das dívidas da USIMINAS no Japão — Liberação da exportação de açúcar — FINAME: normas p/ importação de equipamentos americanos — Plano p/ exportação d/ minérios — Resolução 42 do BC: alíquota s/ exportação de couros.
Emissões de papel-moeda — Cr$ bilhões (acumuladas)	190	190	250	310	430	667
Deficit do Tesouro — Cr$ bilhões (acumulado)	198	406	411	...	...	...
Índice do custo de vida na GB (variação mensal)	+ 3,7%	+ 2,7%	+ 2,3%	+ 1,6%	+ 1,5%	+ 1,2%
Índice de preços por atacado (variação mensal)	+ 3,2%	+ 1,8%	+ 2,2%	+ 3,1%	+ 1,1%	+ 0,3%
Cotação do dólar manual (Cr$/US$)	2200 2210	2200 2210	2200 2210	2205 2210	2205 2210	2205 2210
Índice S/N de cotações na Bôlsa (em fins do mês) (base: jan. 1954 — 100)	3345	3138	3414	3133	2984	2955

JORNAL DO BRASIL

CLASSIFICADOS

Rio de Janeiro — Quinta-feira, 16-2-67

Parte inseparável do Jornal

O JB HÁ 75 ANOS

O JORNAL DO BRASIL de 16/2/1892 noticiava:

- Argentina contra o casamento civil.
- Eleições legislativas na Hungria.
- Anarquistas presos na Alemanha.

ÍNDICE

AGÊNCIAS DE CLASSIFICADOS

CENTRO

Rodoviária — Estação Rodoviária Nôvo Rio, 2.º, loja 205
São Borja — Av. Rio Branco, 277 loja E - Edif. S. Borja

ZONA SUL

Botafogo — Praia de Botafogo, 400 — SEARS
Copacabana — Av. N. S.ª de Copacabana, 610 — Galeria Ritz
Flamengo — Rua Marquês de Abrantes, 26 — loja E
Pôsto 5 — Av. N. S.ª de Copacabana, 1 100 — loja E

ZONA NORTE

Cascadura — Av. Suburbana, 10 136 — Largo Cascadura
Madureira — Estrada do Portela, 29 — loja E
Méier — Rua Dias da Cruz, 74 — loja B
Penha — Rua Plínio de Oliveira, 44 — loja M
São Cristóvão — Rua São Luís Gonzaga, 156 — 1.º and.
Tijuca — Rua General Roca, 801 — loja F

ESTADO DO RIO

Duque de Caxias — Rua José de Alvarenga, 379
Niterói — Av. Amaral Peixoto, 195 — grupo 204
Nova Iguaçu — Av. Governador Amaral Peixoto, 34 — loja 12

MAPA DO TEMPO — JB

ANÁLISE SINÓTICA DO MAPA — Uma frente fria ultrapassou na sua marcha para o norte da Guanabara atingindo o sul do Estado do Espírito Santo. Na sua retaguarda, sob a ação de uma alta o tempo se apresenta bom. Uma nova frente tende a formar-se sôbre o Estado do Paraná com mais chuvas e trovoadas naquela região. (Análise Sinótica do Mapa do Serviço de Meteorologia interpretada pelo JB)

TEMPERATURA E TEMPO NOS ESTADOS

Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia — Tempo: Bom com nebulosidade. Instabilidade passageira no período. Tempo: Estável.

Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso — Tempo: Instável pancadas e trovoadas no período. Temp.: Estável.

Espírito Santo — Tempo: Instável com chuvas. Temp.: Em declínio.

Rio de Janeiro, Guanabara — Tempo: Bom, instabilidade passageira à tarde e à noite, trovoadas nas serras. Temp.: Em elevação.

São Paulo — Tempo: Instável chuvas e trovoadas no período. Temp.: Em elevação.

Paraná — Tempo: Instável, chuvas e trovoadas no período. Temp.: Estável.

Santa Catarina — Tempo: Instável com chuvas. Temp.: Estável.

Rio Grande do Sul — Tempo: Bom com nebulosidade, instabilidade no norte do Estado. Temp.: Estável.

NO RIO

BOM

MÁXIMA — 31.4
MÍNIMA — 21.2

O SOL

NASC. — 6h39m
OCASO — 19h06m
(hora de verão)

A LUA

NOVA

OS VENTOS

SUL
FRACO

AS MARÉS

PREAMAR:
6h25m/0,9m e 19h05m/0,9m
BAIXA-MAR:
11h35m/0,5m e 11h20m/0,4m

TEMPO NO MUNDO (UPI—JB)

Temperaturas máximas de ontem, e previsão do tempo para hoje nas Cidades seguintes: Buenos Aires, 29º, nublado; Santiago, 18º, bom; Montevidéu, 23º, bom; Lima, 25º, nublado; Bogotá, 13º, nublado; Caracas, 26º, nublado; México, 18º, bom; San Juan, 27º, nublado; Kingston (Jamaica), 27º, sol; Port of Spain (Trinidad), 27º, nublado; Nova Iorque, 14º, sol; Miami, 26º, bom; Chicago, 6º, nublado; Los Angeles, 17º, nublado; Londres, 4º, chuvas; Paris, 9º, chuva; Berlim, 1º, sol; Moscou, 9º abaixo de 0º, sol; Roma, 10º, nublado; Lisboa, 14º, nublado.

ZONA CENTRO

CENTRO

AGENCIA FEDERAL DE IMOVEIS vende ap. 202 frente, vazio. Qt., sala, banh. e coz. Rua André Cavalcanti 7. Tel. 52-4211. — CRECI 781.

AVENIDA BEIRA MAR — Vende ótimo ap. 2 qts., dep. comp., frente. Praça Virg. Melo Franco — 25 mil cruz. novos a comb. — Tels.: 23-9199 — Olívar — Creci 318.

APARTAMENTO — Conjugado, vazio. Rua Irineu Marinho, 30 ap. 604, vendo NCr$ 8.000,00, chaves no local com o porteiro.

APARTAMENTO vazio de quarto sala, cozinha, banheiro na Rua Cardeal D. Sebastião Leme. — Preço de 13 milhões, ent. 5 — Prest. de 200 s/j. — Telefone: 31-0994 — CRECI 232.

APARTAMENTO VAZIO — Vdmos. c/2 qts., qt. de empr. etc. Rua Costa Bastos, (ap. 5-102). Tratar Sr. Moreira ou Barboza. 43-8100 e 43-1527.

AVENIDA 13 DE MAIO — Vendo ap. conj., kit. e banh. comp. 30 m2, vazio, frente, andar alto, res. ou escrit. Ver e tratar pelo tel. 32-1106 — Creci 166.

APARTAMENTO de frente na Pça. Cruz Vermelha. Grande sala, saleta, qto., coz., banh. pintado, c/ sinteco. Vendo c/ peq. entr. e 300 mil mensais. Apanhe as chaves c/ Bueno Machado, R. Barão Mesquita, 398-A. Tel. 34-0696 — CRECI 986 — Temos condução própria.

APARTAMENTO — Vendo na Rua do Riachuelo, ótimo ap. com 3 qts., sl., coz., banh. e dep. de empr. Entr. 10 milhões, prest. como alug. Tratar pelo telefone 30-6697 — Creci 892.

CASA GRANDE VAZIA — Vdmos de vila, ótima, 2 salas, 5 quartos, 5 cozinhas, 5 banheiros, etc. Rua Nabuco de Freitas (casa 13). Chaves e tratar Sr. Moreira ou Barbosa — 43-8100 e 43-1527 — Lgo. S. Francisco, 26 s/ 515.

CENTRO — Fátima — Ap. vendo de quarto e sala, coz., banh. social, banh. de emp., peças amplas. Preço Cr$ 17 milhões com 10 de ent. Saldo a combinar. — Aceito proposta à vista. Ver na Av. N. S. de Fátima, 42, apartamento 503 ou p/ tel. 32-1261 — Creci 392.

CENTRO — Vazio — Vendemos prédio na Rua Leandro Martins, 59, constando de loja e sobrado servindo para comércio ou depósito — Inf. Rocha, Mendonça Imóveis — Av. Nilo Peçanha, 151, 9.º andar — Tels.: 42-0610 — 22-0245 e 22-4474. CRECI 285.

CENTRO — Ed. Garagem Automática Carmo — Vá hoje mesmo na Rua do Carmo, 55 e informe-se como fazer uma excelente aplicação de capital. Um box privativo que você usará como bem lhe aprouver, aluguel, uso próprio ou revenda. Isenção de Impôsto Predial durante 10 anos. O melhor preço e as melhores condições num Edifício que lhe oferece todo o confôrto, salão p/ motorista, sala p/ condôminos e restaurante que será arrendado em benefício do Condomínio — Elevadores já em testes p/ entrega efetiva — ORLANDO MACEDO — Av. Rio Branco n. 156, gr. 2 318. Tels.: 32-0510, 32-6128 e 22-7164. — CRECI .. 128.

CENTRO — Vende-se apartamento com 2 quartos, sala, jardim de inverno, banheiro em côr, cozinha com azulejo até o teto, caixa dágua própria. Rua de Santana, 73. Tratar Tel. 42-8886.

CENTRO — Ótimos aps. de frente com vestíbulo, quarto e sala separados, coz. e banh. Ver com o corretor diàriamente das 9 às 12hs., na Rua Ubaldino do Amaral, 14. Os aps. estão ocupados s/ contrato mas a desocupação é feita gratuitamente p/ nossa firma. Inf. Rocha Mendonça Imóveis — Av. Nilo Peçanha, 151 — 9.º and. Tels. 42-0610 e 22-0245 e 22-4474 — CRECI 285.

CENTRO — Vende ótimo terreno R. Monte Alegre, 169 — Tratar Tel. 32-5674.

CENTRO — Ap. de luxo. Vende-se, sala, quarto, cozinha, banheiro completo c/ azulejos até o teto, armários embutidos, tudo pintado a óleo, à vista. Tel. 52-4367 c/ José.

CENTRO — C/ 3 milhões entr. prest. 150 mil s/ juros, vendo ter. 9x39, Rua da América, 80. Org. Orlando Manfredo, Barão de Iguatemi, 86. Tel. 48-0804. CRECI 82.

CENTRO — Vendo ótimo ap. p/ entrega imediata c/ qt., sala separados, j. inv., banh., coz. de frente. Ver R. Riachuelo, 257, ap. 922 — Chaves c/ porteiro — Tratar SERGIO CASTRO — Rua Assembléia, 40-12.º and. 31-0898, 31-3629 — CRECI 22.

CASA vazia, fte. 2 qts., sl., dep. comp. ver R. Paula Matos, 195 c/ proprietário. Entr. 5 000, rest. 3 anos. est. presp. 23-1214 — Creci 644.

ESTÁCIO — R. Tomaz Rabelo, 12. Vdo. ap. frte. qto. e sala, dep., qto. p/ empreg. Baratíssimo. Alug. s/ cont. Tels. 22-7226 e 37-4794.

FÁTIMA — Rua André Cavalcante — Vendo em prédio s/ pilotis, play-ground, ap. de frente, vazio, c/ sala e quarto separado, banheiro e cozinha (mesmo). — Preço 13 milhões. Sinal 4 milhões. Saldo aceito Cx. Econ. — Inf. hoje c/ Sr. Odilon. Tel. 52-1837 — CRECI 430.

FÁTIMA — Vende-se apartamento de frente, na Av. N. S. de Fátima, 60. Tratar na parte da manhã. Tel. 42-5271.

GRANDE terreno no centro - Vende-se, esquina de Marquês de Pombal c/ Irineu Marinho, 68m de frente. — Tratar 22-4933 ou 49-7505.

GRUPO VAZIO — Vdmos. 3 salas, c/ saleta e banheiro. Rua Almte. Barroso, Lgo. da Carioca. Tratar Sr. Moreira ou Barbosa — 43-8100 e 43-1527.

PERMUTO — Belíssima casa em Campo Grande, por pequena moradia no Rio. 600 m. do centro c/ 4 qts., 2 sl., 2 banh., 2 var., jardim e quintal arborizado e cultivado frente e fundos, luz, água, sol e sossêgo à vontade — Tratar Sr. João, Restaurante Brasileirinho — 13 de Maio, 13, fundos, no Rio.

PRAÇA CRUZ VERMELHA — Apartamentos residenciais de ampla sala, 2 quartos, sendo 1 reversível, banheiro e cozinha completos, dep. de empregada com WC, e de serviço com área e tanque. GARAGEM e playground. Tôdas as peças amplas, claras e de frente. PREÇO: NCr$ 11 888 — Entrada única de NCr$ 400 na escritura e mensalidades, SEM JUROS, de NCr$ 144 — RUA CARLOS DE CARVALHO 52 — Inc. IRMÃOS TORÓS LTDA. — Informações no local, diàriamente, entre 8 e 21 horas, RUA CARLOS DE CARVALHO, 52, ou no Dep. Vendas — Av. Graça Aranha, 174, grupo 516 — Tel. 32-5353 — CRECI 442.

PRAÇA TIRADENTES — Vendo ap. de sala, 2 quartos e deps. na Rua Pedro I n. 7 — Silveira — CRECI 914 — 32-0615.

RUA RIACHUELO, 119 ap. 218, vendo sala, qt., coz., banh. Vazio, 1.ª locação NCr$ 1 400 em 13 anos. Chaves portaria. Tratar R. Quitanda, 30 gr. 507 — Tel. 32-9363.

VENDO na Av. Gomes Freire 474, ap. 52, qt., sl., coz., banh., área c/ tanque, ref. de novo, c/ sinteco, armário emb. — Ver c/ o porteiro. Tratar tel. 22-1242, c/ prop. na Av. Gomes Freire, 544.

VENDE-SE apartamento de sala, quarto, banheiro e cozinha à Rua Visconde Rio Branco, 53 ap. 307. Tratar à Rua Santo Amaro, 80 — Patrimonio.

ZONA SUL

GLÓRIA — S. TERESA

AMPLO e confortável ap. em Sta. Teresa, 3 qts., sl., coz., banh. compl., 2 varand. envidr. Preço 30 milh. c/ 20 de entr. Saldo a comb. s/ juros. Temos condução própria. R. Barão Mesquita, 395-A — Bueno Machado. Tel. 34-0694 — CRECI 986.

APARTAMENTOS — Com grande salão, 1, 2 e 3 qts., nos melhores locais do bairro, condução na porta. Preços de 17 a 36 milhões facil. — 31-0909 — 31-0429 — CRECI 497.

A VENDA — Kitchnette, R. Taylor, 31 — 509, vazio, 50% financ. até 10 meses. 52-4755.

CASA — Com salão, 4 qts., terraço, lindo jardim, Largo Guimarães — 65 milhões a comb — Tel. 31-0909 — 31-0429 — CRECI 497.

GLÓRIA — Vdo. ap. frente, pilotis, 2 qtos., 2 salas, dep. cope garagem. Ótimo preço. Tratar diret. tel. 37-4794.

GLÓRIA — Vdo. ótimo ap. de frente na R. Cand. Mendes, sala, 2 qts., dep. empreg. garagem etc. Guimarães. Tel.: 22-7913.

RESIDÊNCIA DE LUXO — Com linda piscina, jardim, garagem, etc. mais 2 aps. independentes c/ 3 qts. cada, local aprazível, vendo tudo apenas por 130 milhões a comb. — 31-0909 e 31-0429 — CRECI 497.

SANTA TERESA — R. Oriente — Vdo. urg. edif. c/ 4 aps. 1 por andar c/ 2 qts., sala, coz., banh., dep. empreg., garag., preço total 40 milh. c/ 50% entr. e comb. 42-6755 — CRECI 59.

SANTA TERESA — Vende-se urgente, casa vazia, 2 salas etc. ter. 10x40 plano. Ent. 3 500 mil, prest. 250 mil, total 22 700 mil. R. Escragnole Doria, 34 — Araujo — CRECI 731 — Das 9h30m às 11h30m.

SANTA TERESA — Compro casa, com garagem, de 60 a 70, por favor deixar recado com Sr. Silvio, tel. 52-5814.

VENDO — Vazio, praia do Russel, 680 ap. 401, lindo vista, 2 salas, 4 qts., 2 banh., 2 qts. emp. Tel. 25-1467.

CATETE — FLAMENGO

ACEITO para vender alugado ou não. Tenho compradores. Vou a domicílio. Hoerner Imob. Av. Gomes Freire, 740 s/ 412 Creci 1 012 — Tel. 22-5893, 30-7696 — Sr. Olmir.

AVENIDA OSVALDO CRUZ n.º 137 — Vendemos apartamentos de um por andar sôbre pilotis, de alto luxo, em construção com 360 m2 com hall, 2 salões, toilette, 4 amplos dormitórios com armários embutidos, 3 banheiros completos, copa, cozinha, dois quartos de empregada e 2 vagas de garagem. Obra na 11a. laje. Construção de Pires & Santos S.A. Preço Cr$ 90 000 000 financiados em 15 meses. Ver e tratar das 9 às 19 horas ou na PREDIAL AQUARELA, Rua México, 11, 12.º andar, tels. 42-6874 e 52-3612. Primeira classe no ramo imobiliário — CRECI 258.

CATETE — Vdo. conj. desocupado 8 milhões, 50% à vista. Santo Amaro, 2 esq. Catete ap. 1 006 — Tel. 22-6115.

ATENÇÃO — Flamengo — Vdo. ap. vazio, frente, c/ sala, qto., coz., banh., área e WC empr. Ver 13 às 17 h. R. Dois Dezembro, 58, ap. 701. Trat. Cyrillo Santos Imoveis. CRECI 717 — Tel.: 49-5217.

CATETE — Vendo ap. 2 qtos., sala, banh., coz., deps. empreg., 2 p/ andar. Entrada 15 milhões, saldo fin. 3 anos. Ver Trav. Carlos de Sá, 15, ap. 302, c/ porteiro. Tratar Sergio Castro. Rua Assembléia, 40, 12.º and. 31-0898 e 31-3629 — CRECI 22.

CATETE — Ap. frente, ocupado s/ cont., c/ 1 sl., 2 qts., dep. Det. 45-2023 (CRECI 330).

CATETE — R. Lisboa 108, ap. 502, frente, sl., qt. sep., j. inv., coz., banh. compl., gr., arm. emb., etc., contr. venc. sendo 17 500 e comb. 42-9217.

FLAMENGO — Rua Senador Vergueiro n. 79, ap. 701, esquina R. Tucumã, ed. c/ 3 anos, e de luxo. 2 p/ andar, 4 q., salão, 2 banhs. em côr, cop., coz., dep. e garagem. 85 milhões c/ 60% fest. em 18 meses. Visitas somente de 13 às 19 h no local ou tel. 47-9383. Sr. Orlando. CRECI 190.

FLAMENGO — Compro ap. de quarto e sala separado, com dep. de empregada — Entr. 6 milhões, saldo prestações de 600 mil — Tratar c/ Dr. Brum na Frisa S/A. Tels.: 32-8803 e 22-0087.

FLAMENGO — Vendo ap. com 120 m2, na Rua Paissandu, com living, 3 qts., copa-coz. dep. compl. de serv. e área c/ tanque. Sinal de 22 milhões e o saldo em 24 meses s/ juros. — Tratar em: Cunha Melo Imóveis. México, 148, 11.º, sala 1 105. Telefones 52-5555 e 22-8397. — Creci 566.

FLAMENGO — Magníficos apartamentos — Todos de frente. — Vendemos na Praia do Flamengo, 60, descortinando maravilhosa vista para o mar e jardins. Prédio sôbre pilotis, construção acelerada com a garantia da SISAL — Todos os apartamentos totalmente indevassáveis com hall, lindo salão conjugado, 3 amplos dormitórios com armários, 2 banheiros sociais, copa-cozinha, 2 quartos e banheiro de criada e garagem. Entrada 8 000 000 e 600 000 por mês. Informações no local na Praia do Flamengo, 60, das 9 às 22 horas ou na PREDIAL AQUARELA, Rua México, 11, 12.º andar. — Tels.: .... 52-3612 e 42-6874. Primeira Classe no ramo imobiliário — CRECI 258.

FLAMENGO — Vdo. ótimo ap. vazio, c/ 2 q. sala, dep. emp., Praia Russel, sinal 15 000. Gávea, 3 q. sala, copa, coz. Sinal 9 000. Major Vaz. Tratar telefone 32-2197. C. 910.

FLAMENGO — 2 Dez. — V. urg. lindo ap. frente vazio, vê a praia, sinteco, pint. c/ 2 qts., 2 salas, coz., banh., área c/ tanq., dep. compl. empreg., garag. na escrit. 50 milh. c/ 50% entr. rest. a comb. 42-6755 — Creci 590.

FLAMENGO — Ap. 2 salas conjugadas, 3 q., copa, 2 varandas, de frente, cozinha, banheiro, área serviço grande, garagem 2 an. por andar. Quarto e banheiro em. Vendo por 50 milhões. Imobiliar. Rua Senador Vergueiro, 167, ap. 10 (2.º andar).

FLAMENGO — Vendo ap. R. Senador Vergueiro, 3 qts., sl., dep., garag. etc. Visitem. Facilito. H. SILVA — R. Gonç. Dias, 89, s/403 — Tels.: 52-3896, 52-3840 — Creci 643.

FLAMENGO — Rua Marquês de Paraná, 81. Vendo ótimo ap. de sl. e qt. sep. banh. compl. e coz. Cr$ 15 000 000 à vista. Inf. no Cibralco, tels. 32-5408, 33-0264 e 32-0591.

FLAMENGO — 3 qts., salas, c/ deps., frente, pronto, negócio, financ. Ver na Rua Ministro Tavares Lira, 32, ap. 512 (2 aps. por andar). Tratar tels. 52-7236 e 32-1810.

FLAMENGO — Vendo ap. de frente, com 1 sala, 2 qts., banh., coz., quarto empregada e pouco dem. Entrega em 7 meses. 15 milhões e 7 prestações de 350 mil. João Cury. — Tels. 42-7700 e 42-5406. — CRECI 112.

FLAMENGO — Rua Honorio de Barros n. 27, ap. 701 — Espetacular ap. 5 quartos, 3 salões, etc. Área construída de 350 m2 — Aceito proposta acima de 80 milhões. Chaves no local com o Sr. Francisco — Tratar direto com o prop. Dr. Hugo — Avenida Erasmo Braga n. 227 grupo 305.

FLAMENGO — Ótimos aps. com vestíbulo, quarto e sala conj., coz. e banh. Ver na portaria com o corretor diàriamente das 8 às 12 horas, na Praia do Flamengo, 72. Os aps. estão ocupados s. contrato mas a desocupação é feita gratuitamente p. nossa firma. Inf. Rocha, Mendonça Imóveis — Av. Nilo Peçanha, 151, 9.º andar. Tels.: 42-0610, 22-0245 e 22-4474 — CRECI 265.

FLAMENGO — Vendo, na Rua Tamoio, 8, próximo Cinema Paissandu, ap. 702, frente, dois p/ andar, nôvo, living em forma de L, sla. jantar, 3 gdes. qtos., 2 banh. côr, copa-coz. azulej. côr até teto, ampla área serviço c/ 2 tanques, 2 qts. empregada e garagem. Ver local c/ FRANCISCO, das 13 às 18 horas e tratar: 42-9774.

FLAMENGO — Vendo ap. de sala, quarto, cozinha, banheiro jardim de inverno, tôdas peças amplas, há vaga para carro. R. Correia Dutra, 26 ap. 606 ao lado da Praia.

FLAMENGO — Vende-se ap. de luxo, composto de saleta, 2 grandes salas, 4 dormitórios com armários, 2 b/ sociais copa, cozinha, 2 quartos emp. demais dep. e garagem. Preço Cr$ 100 000 000 cond. a combinar. Inf. detalhada com Enir Ltda. Rua Ouvidor, 86 5.º — Tels. 31-2532 e 36-3621 — Creci 273.

FLAMENGO — Ap. 807, R. M. Abrantes, 107, frente, vazio, c/ garagem, arm. embuts., 3 qts., sl., dep. completos, c/ sinteco e vulcapiso. Aceito Caixa. Chaves no ap. 808. Inf. 32-3594.

FLAMENGO — A Imob. Luiz Babo, vende, ap. vazio, à Rua Dois de Dezembro, 26 ap. 603, de 2 quartos, sala dep. empregada, etc. Corretor hoje das 9-12. Também amanhã. Preço 30 milhões, a combinar. — Tels. 31-1621, 31-2851 — Creci 466.

PRECISO de vários aps. conj., 1, 2 e 3 qts., vazio ou mesmo alugado p/ clientes, resolvo em 30 dias sem desp. p/ V. S. nos bairros Flamengo, Catete, Laranjeiras, Botafogo. Tratar Av. Pres. Vargas, 590 s. 211 — 23-1214 — CRECI 644. Corretor Veloso.

PRAIA — R. Machado de Assis, 31, ap. 714. Amplo conjugado, bem arejado. Venda à vista. — Tel. 34-6940.

RUA MACHADO DE ASSIS, 71 apt. 601, 602 conjugado, dep. comp. Ent. 6 milhões. Aceito Caixa, podem ser anexados, Dr. Emilio, 27-6787.

RUA PEDRO AMÉRICO, 151, ap. 705, sala, qt., sep., coz., banh., jard. inv., vazio, pintado. — Ac. Cx. À vista — Preço ótimo. Tratar tels. 52-3391 ou 45-3210.

RUA BUARQUE DE MACEDO, 42, ap. 502, 2 salas, 2 quartos, dependências completas, vazio. — Tratar 52-3732.

SALA qt. conj. gde., coz., banh., ótimo ap. Ver R. Sen. Verg., 203 ap. 422, financ. 2 anos ou est. presp. à vista. gde. desc. Pco. barato. det. 23-1214 — Creci 644.

VAZIO conj. gde. coz. banh. compl., ótima vista. Ver R. S. Martins 128/710 c/ ent. 3 000, rest. CAIXA plano antigo ou financ. 2 anos, det. 23-1214 — Creci 644.

VENDO apartamento de luxo — Praia do Flamengo, 70 milhões a combinar. Carlos — Tel.: 46-2916.

LARANJ. — C. VELHO

AGENCIA FEDERAL DE IMOVEIS vende Rua Cristovão Barcelos 121, mag. ap. sala, qt., banh. e coz. vazio. 52-4211 — CRECI 781.

APARTAMENTO LUXO — Vende-se espetacular 170 m2, nôvo, vazio, grande oportunidade Cr$ 65 — Sr. Garcia — CRECI 429 J Tel.: 22-8797.

LARANJEIRAS — Solar Barão de Corumbá. Rua das Laranjeiras, 518. Perto do Colégio Sion. Excelentes apartamentos no melhor ponto e melhor clima da Guanabara! 2 ou 3 amplos quartos, grande sala e depend. completas. Apartamentos de frente para a rua ou de frente para o jardim e todos com: 2 banheiros sociais em côres e garagem em pequeno prédio isolado já incluída no preço. Construção em terreno de 1 200 m2 com jardins e playgrounds. Sinal desde 600 mil e mensalidades de 340 000. Incorporação garantida pela AUXILIADORA PREDIAL S.A. (Capital e Reservas 930 995 072), e construção da Pan Americana de Engenharia S.A. Uma oportunidade única para poucas famílias, de morar bem! Informações no local até as 22 horas ou com M. GUERRA — Av. Rio Branco, 134, Gr. 407 — Tels. 22-4368 e 46-2782 (CRECI 4).

LARANJEIRAS — Vendo ap. fr. 90 c/ozh, vazio, 90m2, 2 qts., sala, dep. comp. emprg., Rua Prof. Estelita Lins, 77, ap. 102. Chaves 101, 20 000. Ac. Cx. Econ. Brasil. Sen. NGE e sinal — Tel.: 22-3057 e 22-5579.

LARANJEIRAS — Rua das Laranjeiras, 227 — Vende-se magnífico ap. duplex em construção composto de: living, sala de jantar, escritório, 4 dormitórios, 2 banheiros sociais, 1 auxiliar e garagem. Acabamento de luxo. Preço: Cr$ .. 45 000 000, sinal Cr$ 10 000 000, o restante a combinar. Tratar: Av Rio Branco, 131 — 15.º andar — Fone 32-1039.

LARANJEIRAS — Vende-se ap. 3 qts., ótima sala, cozinha, depend. empreg. muito bem situado, pode ser financiado pela Caixa — 46-2595.

LARANJEIRAS, 243 — Vdo. ap. frente, sala, 2 qts. etc. de luxo, NCr$ 38 000 — J. Malafaia. Tel. 43-9195 — CRECI 546.

LARANJEIRAS — Vdo. ótimo ap. 3 qts., salão, banh. em côr, copa-coz. Boa dep. empr. etc. 45 milh. 15 milh. entr. Rest. 36 meses. Tel. 52-3457.

BOTAFOGO — URCA

AVENIDA RUI BARBOSA N. 666 — Obra já iniciada. Vende-se ap. c/ 260 m2 c/ salão, sala de jantar, sala íntima, 4 dormitórios c/ armários, 2 banheiros sociais, 1 auxiliar copa-cozinha, 2 vagas para carros. Acabamento de luxo. Incorporação de Eugênio Abbade. Construção da Imob. Const. Abbade Vinci S.A. Inf. Av. Rio Branco, 131 — 15.º andar. Fone: 32-1039.

ATENÇÃO! Vendo na Praia de Botafogo aps. de hall, sala, quarto, banh., cozinha. Sinal de 200 mil cruz., na promessa 200 mil, prestações de 100 mil e saldo financiado. Tratar tel. .... 46-7603 ou 26-0281 com Dona Aluida — Preço de 9 600 - Raro e único negócio — CRECI 763

ATENÇÃO — Praia Botafogo — Ap. vazio conj. kitc. NCr$ 11 mil rest. 250 p/ mês. Ver e trat. R. Fred. Meier, 15 s/ 305. Tel. 49-8633. CRECI 1074.

BOTAFOGO — Vendo excelente apt. de frente, 1a. locação, c/ 2 qts., salão, dep. compl., garagem. Voluntários da Pátria, 415-302 — Tel.: 32-5855 — Daniel. .. ....

BOTAFOGO — Apart. 1a. locação, frente p/ praia, com 3 quartos, 1 salão, ótima cozinha e banheiro em côr, garagem, ótimas depend. empreg. — Preço 42 milhões a comb. — Ver com o porteiro na Rua Voluntários, 1, ap. 1001 — Tels.: 52-5239, 22-6049 e 32-6556.

BOTAFOGO — Sala e quarto separado, c/ dem. emp., vazio e de frente! Vendemos ótimo apartamento na Rua Marquês de Olinda, c/ grande facilidade de pagamento. 31-0497. CRECI 658.

BOTAFOGO — Excelente ap. 2 quartos, sala, deps., pintado à óleo, telefone, ar refrigerado, linda vista p/ Corcovado. 22 milhões sem financiamento. Tratar com proprietário. 26-9933.

BOTAFOGO — Sr. proprietário, preciso de ap. c/ 2 q. sala, dep. para cliente, como também conjugado vazio, despesa comissão p/ conta comprador. Tratar telefone 32-2199. C. 910.

BOTAFOGO — V. Pátria — V. urg. lindo ap. lateral vazio, c/ qt., sala sep., coz. banh. peq. área. 17 milh. c/ 8 entr. rest. a comb. 42-6755 — Creci 590.

BOTAFOGO (Voluntarios) — Vazio, sl. e qt. sep., banh. côr, copa-coz., 2 áreas, sinteco, nautilus, arm., lustres. CRECI 526 — Urgente — Tel. 46-9140.

BOTAFOGO — R. Humaitá — V. excelente ap. vazio de frente, 2 qts., dep. emp., área etc. Preço barato 30 milhões. Aceito Caixa plano antigo e sinal — T. R. Gonçalves Dias, 89, s. 802 — 42-6688 — Sr. Gilberto. CRECI 950.

BOTAFOGO — Vendo ótimo ap. de sala e qto. separado c/ lindo terraço. Ocupado contrato vencido. Tratar 46-1903 — Sr. Sousa.

BOTAFOGO — Vdo. ap. último andar, frente, linda vista praia, Ed. CASA ALTA, sl., 42 m2, 2-3 qts., garagem etc. de luxo, em construção — J. MALAFAIA. Tel. 43-9195 — CRECI 546.

BOTAFOGO — Vendo ap. de frente, vazio, pintado, bem claro, com sala, 2 qts., banh., cozinha e dependências completas. — Aceito troca por ap. em andar mais baixo. Ver na Rua Maria Eugênia n. 23, ap. 302. De 14 às 18 horas. Tratar Milton Magalhães — CRECI 80. Telefone 22-6128, de 13 às 18 horas.

BOTAFOGO — Terrenos — Vendemos alguns lotes situados nas Ruas Maria Eugênia e Euclides Figueiredo. Preço: NCr$ 50,00 por m2 — Tratar com a proprietária, Cia. de Terrenos Cristo Redentor, na Avenida Presidente Vargas, 534, sala 1 905. Telefone: 43-3328.

BOTAFOGO — Vendo vazio, pintado ap. conj. 7 500 à vista, posse imediata. Ver diàriamente. Praia Botafogo 356 portaria c/ Davi.

BOTAFOGO — Vende-se ap. quarto e sala separados, kitch e banheiro. Chaves c/ o porteiro. Rua Marquês de Abrantes, 97, ap. 1 205 — Tratar Tel. 45-6832 — D. Clara.

BOTAFOGO — Ap. construção — Transfiro, sala, quarto etc. Tratar tel. 48-1619 — Construtora idonea.

BOTAFOGO — Vazio, ap. 734, Praia de Botafogo, 356, vd. qrz., sala conj., kit. Chaves porteiro. — Org. Orlando Manfredo, Barão de Iguatemi, 86. Tel. 48-0804. — CRECI 82.

BOTAFOGO — Vendo final construção apartamento com sala, 2 quartos, copa, cozinha e dependência empregada. Apartamento frente prédio de 4 andares, c/ elevadores. Informações Tel. 57-0178 parte da tarde.

COBERTURA — Vendo na Rua Guilhermina Guinle, 296 com sala 20 m2, quarto 12 m2, banh., coz., dep. completas, terraço 60 m2 c/ parte coberta e garagem. Inf. e visitas Ed. Av. Central s/ 813 — Tel. 22-9497 e 42-2392. Joel Goulart — CRECI 59.

COBERTURA — Vendo com ótimo terraço! Saleta, quarto, banheiro côr et coz. Urgente. 36-0962.

NOVO 2 qts., salão, dep. emp., etc. c/ e gar. Vol. Pátria, 270 — 29 mil. Inf. Av. Gomes Freire, 740 s/ 412 — Tel. 22-5893 — Creci 1 012.

PRAIA BOTAFOGO, 430, ap. 102 quarto, sala, cozinha e banheiro. Vende-se 8 milhões de entrada. Ver local, porteiro Antonio e tratar tel. 22-3320 ou 34-7661 c/ Clovis.

RUA VOLUNTÁRIOS DA PÁTRIA 305 — Vendemos 2 aps. de 2 qts., dep. e garagem, sendo um de cobertura. Visitas diàriamente c/ corretor na portaria das 8 às 20 horas. Tratar na Brilhante, Rua Hilário de Gouveia 66, gr. 516 — 57-2086, 57-5187 e 57-4638 — (CRECI 243).

TRAVESSA TAMOIOS — Vdo. ap. c/ 160 m2, 3 qts., 2 sls., banh., copa e coz., 2 qts. emp., dep., etc. NCr$ 70 mil fin. — Inf. 32-3493 — CRECI 409.

VENDO URGENTE! Ideal para família c/ crianças ou pessoa idosa! Lindo ap. c/ hall, sala ampla com jard. inv., banh. côr, quarto e coz. c/ área. 22 milhões. Facilito. 36-0962.

VENDO ou alugo ap. 302 da R. Mena Barreto, 75, c/ salão, 3 qtos., c/ arm. copa-coz. e dep. Chaves ap. 202. Tratar telefone 54-0763.

VENDE-SE OU TROCA-SE ap. 2 qts., sala, depend. empreg., garagem, por ap. de 3qts., preferência Botafogo. Tratar Rua Barão de Lucena, 98 ap. 207.

VENDE-SE — 1 ap. na Rua General Polidoro, 189/201, com 3 quartos, 1 sala e dependências amplas e arejadas. Tratar com o proprietário.

LEME — COPACABANA

APARTAMENTO todo confôrto — 200 m2 — Avenida Copacabana Pôsto 5 — Vendo pronta entrega a 500 cruzs. o m2. Telefone: prop. 56-0362.

AGENCIA FEDERAL DE IMOVEIS vende casa vazia Rua 5 de Julho 284, casa 4, 3 qts., 2 salas. 52-4211 — CRECI 781.

APARTAMENTOS entre 2 praias. Arpoador e Pôsto 6, para entregar em maio dêste ano, com 160 m2, superluxo, com garagem. Facilita pagamento. Ver e tratar R. Joaquim Nabuco, 149.

AQUI — Rua Raimundo Correia, vendo ap. luxo, 4 qts., 3 salas, 2 banh., soc. 100 mil cruz. novos a comb. — 23-9199 — Olívar — Creci 318.

AREA UTIL 60 m2 — Copacabana — Ap. vazio, limpo e arejado. 15 000 de entrada e o resto em 30 meses. Ver hoje das 9 às 12 horas o ap. 507 da Av. Copacabana 945 — Roberto Conte — CRECI 142.

AVENIDA ATLANTICA — Ou imediações, particular compra apartamento de aprox. 300 m2 do 6.º andar para cima. Telefonar para Isidoro — 43-9338 e 43-2407.

AVENIDA ATLANTICA, 2 740 — Ap. 102, P. 4 — Vendo frente, vazio, mag. apto. 1 salão, 1 sala jant., 4 qts., 2 banh. soc., ampla coz., dep. emp., 2 garagens, atapetado, pint. óleo, mobiliado — Sinal 80 milhões — Saldo a combinar.

ATENÇÃO — Pôsto 3 1/2. Vendo lindo ap., frente c/ garagem, 2 qts., sala, j. inverno, deps. emp. Preço 34 c/ 50% ou à vista c/ grande redução. Tel. 57-3879.

AVENIDA ATLANTICA — Frente, mar, 3 806, Pôsto 6. Vendem-se 2 aps., conj., grandes. Chaves no ap. 1 205. Tel.: 47-1849.

APARTAMENTO — 3 qts., sala de frente, todo em esncas, dep. emp. vazio. Pôsto 6. Rua Gastão Baiana, 90. Preço oport. CLOSIGO 23-8688.

A 100 METROS DA Av. Atlântica, R. Xav. da Silveira, 50 (1 604 c/ sl., j. de inv., 2 qts., arm. embt. e demais depend. Vazio, pintura nova — Inf. 45-6350.

AVENIDA COPACABANA — Ap. de frente, c/ 2 salas, 3 qts., armários embutidos, 2 banhs., cozinha, dep. emp. e área c/ tanque. Entrada 25 milhões e o rest. em 2 anos — Venda exclusiva Valdemar Donato — Tels: 48-8000 e 43-8700 — Creci 6.

APARTAMENTO amplo, qt. grande, sala, coz., banh., ótimo arm. embut., luz indireta. Está vazio. R. Min. Viveiros Castro, 15, ap. 217. Vendo barato. Veja no local c/ Odair. CRECI 986.

ATENÇÃO — COPACABANA — Vend. aps. Entr. 120 dias. C/ sl., qt. — Preço: 8 500 000 — Org. DANIEL FERREIRA — R. 7 Setembro, 88, 2.º — Telefone: 22-3638 e 42-0975 — CRECI 236.

AVENIDA Atlântica — P. 5 1/2 — Vendo ap. 268 m2, salão, 2 sls. 3 ou 4 qts. 2 fts. 50 milh. ent. e 2 300 milh. 3 a. 56-0338.

APARTAMENTO FRENTE — Rua Pompeu Loureiro. Vendo: 2 salas, 3 qts., dep. comp., garagem mob. ou vazio, entrega imediata — Tel. 43-2749 — Rubens 65 mil.

BARATÍSSIMO — Final constr. ap. sala, 2 qts. (revers.), área com tanque — 8 mil mais constr. Total 13 mil. Av. Cop. 374, s/ 202. Tel. 37-1889.

BONS APARTAMENTOS — 2 qts., sala, deps. completas, garagem. Parte da construção financiada pela COPEG. Entrega do prédio este ano. Ver e tratar à Rua Fco. Otaviano, 67 — Pôsto 6, das 10 às 12 e 16 às 18 horas — CRECI 279.

COPACABANA — Ótimo ap. sl. 2 qts. e dep. emp. vazio e frente, a ser pintado na côr de preferência do comprador e sinteco. Ver na Rua Felipe de Oliveira, 7, ap. 401 c/ Jucelino. Carlo Imovais — Rua São José, 50-703 — 22-4151 — CRECI 167.

COPACABANA — Terreno — Vendo c/ 26x80 no todo ou parte pago 15 meses s/ juros. Tratar R. Assembléia, 40, 12.º andar. — 31-0910 — CRECI 22.

COPACABANA — Pôsto 6 — Vende-se apartamento de frente, ocupado, 150 m2. Salão, 3 amplos quartos, grande jardim de inverno, banheiro, copa, cozinha, dependências completas de empregada e garagem. Preço Cr$ 55 000 000 a combinar em 2 anos. Tel.: 22-0977.

COPACABANA — Apart. Vendo, quarto sala separado, coz., banh., Av. Cop., negocio urgente, 18 milhões à vista — Tel.: 22-9453.

COPACABANA — Apart. Compra-se — Compro 3 dorm., 2 salas, 2 banhs. social, garagem, urgente, à vista — Tel.: 22-9453.

COPACABANA — Lindo apt. de frente V. Av. Prado Júnior, 12.º and., qt. sala separado, saleta, varanda, ampla cozinha, garagem coletiva 25 milhões 36 meses — Antunes — CRECI 651, t. 52-6565.

COPACABANA — Vendo excelente apart. conj. 1a. locação — Preço e condições ao s/ alcance. — Barata Ribeiro, 153, ap. 1105 — Tel.: 32-5855, Daniel.

COPACABANA — Bairro Peixoto — Rua Maestro Francisco Braga, vendemos luxuoso ap. de 3 qts., sala, copa-cozinha grande, pintado a óleo, dep. comp. para 2 empregadas, todo atapetado, armário embutido c/ finíssimo acabamento, garagem para 2 carros, ampla área de serviço etc. M. inf. tels.: 32-8803 e 22-0087 — FRISA S/A. — CRECI 205.

COPACABANA — Cobertura — Vendemos lindo ap. de frente em primeira locação, pronto para habitar, com saleta, grande sala e amplo quarto e terraço social, descoberto e demais dependências. Ver e tratar na Rua Figueiredo Magalhães, 219, ap. 1 109, esq. da Av. Copacabana ou na PREDIAL AQUARELA — Rua México, 11, 12.º andar. Telefones 52-3612 ou 42-6874 — Primeira classe no ramo imobiliário — CRECI 258.

COPACABANA — Vende-se apartamento de frente, sala, 3 quartos, banheiro, cozinha, grande varanda, dependências de empregadas completas e garagem. Preço: Cr$ 55 000 000. Ver diàriamente Av. Prado Júnior, 237, ap. 1001. Aceita-se Caixa Econômica. Telefone 22-0977.

COPACABANA — Para pronta entrega ap. c/ sala, 2 quartos conj. banh., coz., quarto e dep. emp., área. — Preço: Cr$ 31 000 000 (NCr$ 31 000,00) c/ 50% financ. 2 anos. CIVIA — Trav. Ouvidor 17 (Div. de Vendas 2.º andar). Tel. 52-8166, de 8,30 às 18,00 horas. (CRECI 131).

COPACABANA — Frente, 10.º and. c/ 250 m2 ocupado s/ cont. Cr$ 80 milhões. Unidos. Det. 45-2023 (CRECI 300).

COPACABANA — Para entrega vago ap., frente, na R. B. Ribeiro, 2 salas, 2 quartos c/ arm. emb., banh., coz., dep. empreg., garagem. Preço: Cr$ 40 000 000 (NCr$ 40 000,00) c/ 50% financ. 2 anos. CIVIA — Trav. Ouvidor, 17 (Div. de Vendas 2.º andar) — Tel. 52-8166, de 8,30 às 18,00 horas — (CRECI 131).

COMPRAMOS PARA CLIENTES — Ap. prontos, desocupados ou c/ contr. vencido, de 1 e 2 salas, 2 e 3 quartos. CIVIA — Trav. Ouvidor, 17 (Div. de Vendas 2.º andar) — Tel. 52-8166, de 8,30 às 18,00 horas. (CRECI 131).

COPACABANA — Vendo ap. com linda vista, 3 quartos, living, tôdas peças frente, prédio novo, rua mais elegante, bairro Conjunto Niemeyer 29/902 esquina República do Peru. Chaves informações porteiro. CRECI 1042.

COPACABANA — Vende-se ap. de frente com garagem. 3 quartos, sala, banheiro em côr. Cozinha, área, dep. de empregada, 50% à vista o rest. em 3 anos. Tab. Price. Marcar hora visitas. Ministro Viveiros de Castro 116/501. Tel. 36-6627.

COPACABANA — PARA PRONTA ENTREGA — Ap. de frente à R. Raul Pompéia s/ sala e quarto sep., banh., coz. Preço: Cr$ .... 20 000 000 (NCr$ 20 000,00) com 50% financ. 2 anos. CIVIA-Trv. Ouvidor, 17 (Div. de Vendas 2.º andar). Tel. 52-8166 de 8,30 às 18,00 horas. (CRECI 131).

COPACABANA — Para entrega vago ap. de frente à R. Belfort Roxo c/ sala e quarto sep., banh. e dep. cozinha. Preço Cr$ .... 23 000 000 (NCr$ 23 000,00) com 50% financ. 2 anos. CIVIA-Trv. Ouvidor, 17 (Div. de Vendas 2.º andar). Tel. 52-8166 de 8,30 às 18,00 horas. (CRECI 131).

COPACABANA — Excelente ap. de frente, pronta entrega, 3 bons dormitórios, salão, dep. de emp. completa. R. Belford Roxo, esq. Barata Ribeiro. Preço 57 milhões, facilito R. Gonçalves Dias, 89 sl. 802 — 42-6688 — Sr. Gilberto — CRECI 950.

COPACABANA — Vendo magnífico ap. de sala e quarto separado e deps. de empregada, qto. reversível. Tratar 46-1903 — Sousa.

COPACABANA — Vendo 20 metros da praia, ap. de q., b. e kitch — Alugado contrato vencido — Cr$ 12 milhões com Cr$ 6 de sinal. Milton Magalhães. CRECI 80 — Tel. 22-6128 — De 12 às 18h.

COPACABANA — Compro ap. com s., 2 q. e mais dependências. Corretor Milton Magalhães. CRECI 80. Tel. 22-6128. De 13 às 18 horas.

COPACABANA — Compro, de frente, entre Bolivar e Santa Clara, ap. com sala, qt., banh., cozinha. Solução rápida. Corretor Milton Magalhães. CRECI 80 — Telefone 22-6128 — De 13 às 18 horas.

COPACABANA — Rua Saint Roman, 114. Vendo casa 2 pavts. c/ 5 qts., 2 salas, garagem etc. ter. 500 m2. Cr$ 70 milhões com 25 à vista, saldo combinar. Tels. 42-9034 e 30-3309, Tr. Ouvidor, 11, 8.º, s/ 801. — CRECI 922.

COPACABANA — Sala e quarto sep., c/ dep. emp., garagem em cond., final de constr. Tratar tel. 52-7316 e 32-1830.

COPACABANA X TERESÓPOLIS — Vendo ou troco por ap. pequeno — Rio — Zona Sul, linda casa em Teresópolis, moderna — 3 quartos etc. 36-6418.

COPACABANA — Ap. 3 sl. 3 qts., 3 banh., copa, coz. 2 garagem, 226 m2. 150 milh. fin. Dr. Jesús — 27-3378 — Creci 424.

COPACABANA — Rua Belford Roxo, 391. Vendemos um apartamento em final de construção, com sala e quarto sep., e dependências. Tratar na SECIL com o Sr. Barreto. Tels. 22-9900 e .... 23-0175. CRECI 567.

COPACABANA — Vendo ap. nôvo, 2 qts., sla. dep. completas, garagem, atapetado, armário emb. À Rua Bulhões de Carvalho. Cr$ 42 milhões c/ 20 de entrada, rest. facilitado. Tratar c/ proprietária. Tel. 57-6477.

COPACABANA — Vende-se o ap. 702 da Rua Almirante Gonçalves n. 56, esquina da Avenida Copacabana, com 2 salas, 4 quartos, grande cozinha, 2 banheiros, 2 quartos para empregadas e ótimas dependências de serviço, inclusive garagem, precisando de pinturas, para entrega imediata. Sinal sòmente de Cr$ 40 milhões, com o restante facilitado e financiado em 2 anos, pela Tabela Price. Ver no local, das 16 às 18 horas, e tratar pelo tel. 52-3917, das 10 às 12 horas, com Marcial.

COPACABANA — Pôsto 2 1/2 — Grande oportunidade — Passa-se excelente apartamento de frente com 4 quartos, sala, dois banheiros sociais, demais dependências, inclusive para empregada, com 122 m2 de construção. Preço 36 000. (Trinta e seis milhões de cruzeiros) facilitando parte, tratar pelo fone: 36-0470. Entrega-se vazio.

COPACABANA — Vendemos ótimo ap. frente, vazio, junto à Av. Atlântica, com garagem, 2 salas, 4 qts., banh., varanda env., armários e depend., na Rua Santa Clara, 18, ap. 802. Chaves c/ o porteiro. 70 milhões facilitados. Tratar: F. P. Veiga Engenharia Ltda. Tels 42-5231 e 42-7144 — Creci 832.

COPACABANA — Apartamento vazio, de frente para a Av. Princesa Isabel — Vendo de quarto e sala separados com dependências de empregada. Peças bem grandes. Preço 25 milhões. Tratar: 42-1402, com Henrique, das 13,30 às 15,30 horas.

COPACABANA — Vendo ap. gr. sala, 3 qtos., dep. compl. pint. a óleo c/ sancas e mais quarto costura. 40 milhões, facilitarão. Aceito a Caixa. Alugado fundos. Av. N. S. de Copacabana, 1 246, ap. 104 — Inf. 45-7020.

COPACABANA — Oportunidade para venda ou revenda! Belíssimos apartamentos com 149 m2, pertinho da praia, do lado da sombra, 2 por andar. Salão, 3 ótimos quartos c/ arm. embutidos, copa-cozinha, demais dependências e garagem. Condições ainda de lançamento. Preço 39 mil cruzeiros. Entrada 1 080 e 300 cruzeiros por mês. Restam poucas unidades. Acabamento de luxo. Construção a cargo da Construtora Benjó com inúmeras obras entregues. Atendemos no local das 9 às 22 horas, na Rua Barata Ribeiro, 52, ou no escritório, na Av. Pres. Vargas, 446, 12.º andar, grupo 1 206 — Tels. 23-0216 e 23-1330 — Miguel Benjó.

COPACABANA — Ap. 3, R. Sá Ferreira, 132, 3 qts., inquil. notificado, um por andar. Aceito Caixa. Ver só de manhã. Tel. 32-3574.

COPACABANA — Vendo ap. 701 de frente da Av. Copacabana, 218 c/ 3 salas conjugadas atapetadas, sendo e de jantar com móveis finos Leandro Martins e lustres — 4 quartos, sendo 2 conjugados c/ ar refrigerado, 2 varandas 2 q. emp. copa, coz., garagem 215 m2 de confôrto. 130 milhões c/ 50% financiado. Ver das 9 às 11 horas diàriamente e tratar Dr. Walter — Rua Buenos Aires, 104, 2.º and. sala 22, 32-9772.

DUPLEX COBERTURA — Maravilhosa residência, 10.º andar, Rua Miguel Lemos. Detalhes e visitas c/ Sr. Costa Guedes, 36-0682 — CRECI 279.

DOMINGOS FERREIRA, 125 ap. 606, chaves c/ o porteiro quarto e sala conjugados, banheiro e cozinha. Preço 15 500 c/ 5 500 já financiados pela Cx. Econômica. — Tel. 22-6526 — 52-4343 — Murilo de Souza.

DOMINGOS FERREIRA 238 ap. 1 001 vdo., fte., sl., 2 qts., coz., banh. Cont. venc. 25 milhões, 50% sinal Ac. Cx. 22-6160. CRECI 582.

LEME — R. Gustavo Sampaio, 438, final constr. Vdo. ap. 901, frte. salão, 3 qtos., 2 banheiros garagem, p/ 50 milhões e 902, c/ 3 qtos. p/ 30 milhões. Telefones 22-7226 e 37-4794.

MIGUEL LEMOS 8 ap. 102 — Conjugado, frente, vazio, Av. Copacabana 80 ap. 202, salão, qt. sala e dep. Frente, vazio, vista para o mar. E vários outros de 1 e 2 qts. Visitas diàriamente das 9 às 18 horas. Tratar Brilhante, Rua Hilário de Gouveia 66 gr. 516. Tels. 57-5187, 57-2086 e 57-4638 — CRECI 243.

NEGÓCIO OCASIÃO — Vendo lindo ap. frente 2 sls., 3 qts., armários embutidos, coz., dois emp., garagem. À vista ou financiado. Rua Sá Ferreira. Tratar segunda-feira das 9 às 12 horas. Creci 1 078.

OPORTUNIDADE — Vende-se Sta. Clara, 33, gr. 407, de frente, linda vista p/ o mar, área 24 m2, est. proposta. Ver local Sr. Barroca — Tratar 37-5291.

OCASIÃO — Vendo esplendido ap. sala, 3 qtos., 2 banh. sociais dep. emp., frente, fina decoração. Bolivar, 178, ap. 602. Telefone 26-0149.

PÔSTO 2 — Vdo. c/ vista para o mar, ótimo ap. conj. c/ kitch. e banh. Tel. 25-3368. Creci 206.

PRAÇA EUGÊNIO JARDIM, 55 — Ap. 201 — Living, sala jantar, toilette, 3 quartos c/ armários, sala de almoço, 2 banh. sociais, copa-cozinha, 2 qtos e banh. empregadas, garagem. Preço 130 milhões c/ 50% financiados em 18 meses. Chaves c/ o porteiro Luiz. Inf. 22-6526 — 52-4343 — Murilo de Souza.

QUARTO E SALA — Completo — Vendo por ótimo preço, por motivo fim. Tudo pintado Rua Constante Ramos, 131 ap. 303 fundos — Copacabana.

RUA FRANCISCO OTAVIANO, 112 ap. 201 entre o Arpoador e Pôsto 6. Vendo apartamento superluxo, 305 m2, 2 salas, 4 quartos, dois banheiros, toilette etc., 2 vagas na garagem. Obra em pintura. Ver no local e tratar com o proprietário Sr. Oscar. Tels: — 57-3188.

SÁ FERREIRA 228 — Vendo apartamento c/ ótima sala, banheiro e cozinha. Tratar 25-1669. Base: Cr$ 15 000, à vista.

TRAVESSA GUIMARÃES NATAL, 13 — Vdo. ap. 104 c/ sl., 2 qts., dep., gar. Ac. Cx. c/ financiad antiga. Ver local ou tel. 32-3493 — CRECI 409.

URGENTE — Pôsto 5 — Living, 3 dorms. banh. compl. copa, coz., área e depend. Pintura nova, peças claras, ocupação imediata — 50% em 2 anos — IMOBILIARIA LONDON LTDA — Tels.: 57-2555 e 36-4767.

VENDO ap. voz. sl. qt. sep. área 42 m2, 16 m., à vista. Av. Copacabana, 1100/902. Ver c/ port. tel. 36-5544.

VAZIO FTE., garagem, pilotis, luxo. 2 por andar 220 m2. 3 qts., salão c/ ar. emb. cop., coz., pint. a óleo uma bel. ap. vista panor. finan. 2 anos. est. prosp. Tel. 23-1214 — Creci 644.

VISTA ESPETACULAR para o mar! Todas as peças de frente! Sala, 2 qts., banh., coz., dep. emp. garagem. 42 milhões. 36-0962.

VENDO — Ap. saleta e quarto conjugado, demais dependências, fino acabamento. 20 000. Av. Atlântica 928 — 605. Sr. Leonel, 12 às 16h.

VENDO ap. 2 qts., 2 sls., banh., coz., var., área, tanq., dep. emp. Av. N. S. de Copacabana, 777 1 102. Tem elevador. 8 às 12,45 — 16 às 18,45.

VENDO ótimo ap., c/ salão, 3 quartos e demais dependências, com facilidades. Ver na Av. Princesa Isabel, 262, ap. 805. Chaves porteiro, tratar telefone 37-3987.

IPANEMA — LEBLON

APARTAMENTO — Não ande em vão — Na loja da PLANEJA Imobiliária você encontrará o apartamento que procura — Rua Farme de Amoedo n. 55 — Ipanema — 27-7596 — CRECI 153.

APARTAMENTO — Não venda e nem compre antes de visitar a loja da PLANEJA Imobiliária — Rua Farme de Amoedo n. 55 — Ipanema — 27-7596 — CRECI n. 153.

AVENIDA VIEIRA SOUTO, 416 — Superluxo — Últimos apartamentos de 377 m2. Edifício de 9 andares na Praia de Ipanema. Obra em revestimento. Construção e acabamento de Gomes de Almeida, Fernandes. Avenida Almirante Barroso, 90, gr. 517-519. Telefones 42-1238 e 42-5099 - TAL - Taubaté — Taubaté Administradora — CRECI 84.

AVENIDA VISCONDE DE ALBUQUERQUE, 29 — Últimos apartamentos de 370 m2. Unicamente para família de altíssimo tratamento. Obra já em revestimento. Edifício Villa-Lobos. - Construção e acabamento de Gomes de Almeida, Fernandes. Av. Almirante Barroso, 90, grs. 517-519. Telefones 42-1238 e 42-5099 - TAL - Taubaté Administradora. - CRECI 84.

ARPOADOR — Apartamentos de 250 a 305 m2. Obra em revestimento. Especificações de total luxo. Edifício Monet e Monet. R. Francisco Otaviano, 112 — Peças excepcionalmente bem divididas. Construção e acabamento de Gomes de Almeida, Fernandes. Av. Almirante Barroso, 90, grupos ns. 517-519. Tels. 42-5099 e 42-1238 — TAL — Taubaté Administradora. CRECI 84.

ATENÇÃO — Ipanema — Vendo belíssima residência, estado de nova, 4 qts., 3 salas, 2 banhs., 2 varandas, armários emb., garagem, terreno 10x70, quadra da Lagoa. Base 160 milhões. Aceito ap. c/ 3 qts. em Ipanema, como parte. Visitas tels. 32-1197 — Edif. Odeon, conj. 413/414.

COMPRO ap. Pôsto 6 e Ipanema — Até Cr$ 25 000 000 — 27-4131.

ENTRE AS PRAIAS DE ARPOADOR E COPACABANA — 1 por andar, com 125 m2 — Junto ao Castelinho. Rua Francisco Otaviano n.º 56. Sala, 3 quartos, 2 banheiros sociais em côr, azulejados até o teto, copa-cozinha, dependências completas para empregada. Área de serviço c/ instalação para máquina. Edifício com apenas 7 pavimentos. Construção e acabamento da CONSTRUTORA TUIUTI LTDA. Sinal .... 1 500 000, mensalidades 500 000. Informações no local, hoje e diàriamente de 9 às 22 horas, ou na Av. Rio Branco, 156, s/ 805. Tels. 52-7494 e 32-3813 — JULIO BOGORICIN — CRECI 95.

GARCIA D'AVILA, 23 — Última unidade à venda, o apartamento 1 301 (398 m2) e a cobertura — Prédio em centro de terreno c/ 16 andares. Quadra da praia. Vista belíssima. Especificações de alto luxo e exclusivas. Construção e acabamento de Gomes de Almeida, Fernandes, Av. Almirante Barroso, 90, grs. 517-519. Tels. 42-5099 e 42-1238 - TAL - Taubaté Administradora. CRECI 84.

IPANEMA — Vendo luxuoso ap. 300 m2, 2 salões (95 m2), 4 quartos c/ armários, 2 banheiros, 2 qts. de empregada, prédio novo, 2 garagens — R. Prudente de Morais, 1 420/102 — Inf. Telefone: 31-0375 — (Sr. Paulo). — NCr$ 135 000,00.

Horóscopo

Prof. MAZURKA

Muito cuidado com os negócios que fizer, pois há indícios de prejuízos junto de pessoas espertas.

Capricórnio (21/12 a 20/1) — Número de sorte: 16. Côr: violeta. Pedra: turquesa. É bem provável que haja uma mudança em seus negócios que o conduza a outra posição que lhe dará muito mais benefícios.

Aquário (21/1 a 20/2) — Número de sorte: 28. Côr: azul. Pedra: jacinto. Procure ser alegre no ambiente de trabalho, assim será apreciado e recompensado no futuro. No amor poderá haver assuntos interessantes.

Peixes (21/2 a 20/3) — Número de sorte: 7. Côr: marrom. Pedra: ametista. Uma notícia muito agradável poderá ocorrer durante o dia de hoje; procure estar atento, para tirar benefícios.

Áries (21/3 a 20/4) — Número de sorte: 11. Côr: lilás. Pedra: rubi. Só procure abordar certos assuntos que porventura surjam durante o período, se depois de analisá-los tiver certeza de colhêr os lucros. Caso contrário, deixe-os para outro dia.

Touro (21/4 a 20/5) — Número de sorte: 19. Côr: piscina. Pedra: safira. Esteja alerta se fôr preciso lidar com pessoas espertas, pois poderá ser enganada e muitas contrariedades colherá então.

Gêmeos (21/5 a 20/6) — Número de sorte: 25. Côr: café. Pedra: esmeralda. A sua sensibilidade marcará e lhe dará condições para resolver seus negócios e casos amorosos.

Câncer (21/6 a 20/7) — Número de sorte: 2. Côr: grená. Pedra: ágata. As influências indicam intrigas motivadas pelos negócios feitos sem a devida meditação. No amor faça da compreensão sua arma para realizar seus desejos.

Leão (21/7 a 20/8) — Número de sorte: 9. Côr: creme. Pedra: brilhante. Muita atenção pois poderá haver alguma coisa fora do normal no ambiente de trabalho. Não procure escolher muito nos assuntos do coração, e sim dar seguimento aos atuais.

Virgem (21/8 a 20/9) — Número de sorte: 14. Côr: azul-céu. Pedra: granada. Não precipite seus negócios e nem se iluda com esperanças vãs porque o dia não trará muita coisa além do que já tem. Para o amor poderá haver uma surprêsa.

Libra (21/9 a 20/10) — Número de sorte: 33. Côr: Rosa. Pedra: lápis-lazúli. Hoje você não deve contar com grandes investimentos, porque as influências são muito confusas, isto com relação aos negócios. Quanto ao amor, procure ver e meditar para depois realizar.

Escorpião (21/10 a 20/11) — Número de sorte: 5. Côr: musgo. Pedra: água marinha. Seus sonhos poderão ter bons desfechos hoje, se conseguir por os pingos nos is, e usar de firmeza nas horas decisivas.

Sagitário (21/11 a 20/12) — Número de sorte: 17. Côr: cinza. Pedra: topázio. Sua chance hoje será muito pequena com relação ao sexo oposto. Já para a vida profissional procure movimentar-se que poderá colhêr bons resultados.

Cruzadas

CARLOS DA SILVA

HORIZONTAIS — 1 — antiquados; que caíram em desuso; 9 — conjunto dos utensílios empregados no serviço de mesa; 10 — foram antiga de uma; 12 — duas vêzes; 13 — botequim; 14 — relento da noite; 18 — retaguarda; 19 — referente; respeitante; 21 — estenderemos na lareira; 23 — sorrir; 24 — flor da roseira; 25 — suco branco de alguns vegetais (pl.); 27 — maior; 29 — traiçoeiros; falsos; 31 — trajada; 32 — plano; rasteiro.

VERTICAIS — 1 — obstruir (cavidades dos dentes ou dos ossos); tapar; 2 — ama-sêca; 3 — assobiar como as cobras; silvar; 4 — converter em óxido; 5 — estuda; 6 — eliminar; fazer elisão de; 7 — golpe forte no tambor; 8 — transpirar; 11 — arenoso; 15 — relativos a mel; 16 — cobre com tapête; 17 — virar de pernas para o ar; 20 — reduz a moedas; 22 — restos mortais; 26 — andar; 27 — muar; 28 — símbolo do rádio; 30 — sozinho.

CHARADAS AFERÉTICAS

(Supressão da sílaba inicial da primeira chave)

1 — Perguntaram se a CIÊNCIA OCULTA ensina a fabricar REBUÇADO. 3—2

2 — GRITA a criança quando o pai lhe APLICA a injeção. 2—1

SOLUÇÕES DO NÚMERO ANTERIOR — Horizontais — obolo; ir; banalidade ri; iene; as; ilusória; gas; siamês; arabi; seis; rimado; ire; combi; al; tesadura; ee; lesador. **Verticais** — obrigar; balaricos; ou; laia; oleosidade; idéias; ra; desasselar; inri; dil; usamos; anel; eira; banal; obus; ara; té; ad.

ILHAS

GOVERNADOR

AUXILIAR E RIO DOURO

PETRÓP. — CORREIAS — ITAIPAVA

TERESÓPOLIS-FRIBURGO

DE FRENTE — PRONTOS

— Sinal 4 950 facilitados o saldo aceito Caixas, 2 qts., sala, banh., coz., área serviço c/ tanque, vaga garagem. Ver Rua Engenheiro Maia Filho, 59, Praia das Pitangueiras. Telefones 43-8635 e 43-2679.

CAXIAS — N. IGUAÇU — NILÓPOLIS

PAQUETÁ

ESTADO DO RIO

NITERÓI

LOJAS

CENTRO

ZONA SUL

ZONA NORTE

ILHAS

ESTADO DO RIO

ESCRITÓRIOS e CONSULTÓRIOS

CENTRO

ZONA SUL

SÍTIOS, CHÁCARAS, FAZENDAS

ZONA SUL

ZONA NORTE

ESTADO DO RIO

ZONA RURAL

C. GRANDE — SANTA CRUZ — SEPETIBA

DIVERSOS

— Centro Andar

Procura-se para alugar

Lotes grandes

Realengo

Agenda

LOTERIA — Os duzentos e cinqüenta mil cruzeiros novos da "dobradinha" da Loteria Federal saíram para o Estado de São Paulo. O primeiro prêmio da extração 437, ontem realizada, na sede da Loteria Federal, coube ao bilhete 2.403, vendido no Estado de São Paulo. Resultado: 1.º prêmio, NCr$ 125 000,00, bilhete 2.403, São Paulo; 2.º prêmio, NCr$ 24.000,00, bilhete 36.708, São Paulo; 3.º prêmio, NCr$ 5.000,00, bilhete 22.816, Minas Gerais; 4.º prêmio, NCr$ 4.000,00, bilhete 402, São Paulo; 5.º prêmio, NCr$ 3.000,00, bilhete 13.162, Goiás. Foram premiados com NCr$ 500,00, correspondentes às nove aproximações anteriores e nove aproximações posteriores ao primeiro prêmio, vendidos nos Estados do Paraná, São Paulo e Minas Gerais. Foram premiados com NCr$ 500,00, correspondentes ao milhar final do primeiro prêmio 12.403 — Minas Gerais 22.403 — Minas Gerais 32.403 — Estado do Rio. Os cinco prêmios de NCr$ 500,00, tiveram a seguinte distribuição: 4.792 (Estado do Rio), 22.504 (São Paulo), 13.114 (Rio Grande do Sul), 10.964 (Santa Catarina) e 28.543 (São Paulo). Todos os bilhetes terminados com a centena 403, final do primeiro prêmio, estão premiados com NCr$ 80,00. Todos os bilhetes terminados com as dezenas 00, 01, 02, 04, 05, 06, 08, 16, 92 e 62, estão premiados com NCr$ 24,00. Todos os bilhetes terminados com o algarismo 3 final do primeiro prêmio, estão premiados com NCr$ 24,00.

EMPRESTIMOS — A Carteira de Consignações da Caixa Econômica receberá, hoje, dia 16, as propostas de empréstimos de números até 19 500; os contratos até o número 1 500. O pôsto de recepção de propostas funciona no Edifício-Sede da Caixa, sobreloja, entrada pela Rua Senador Dantas, das 8 às 13 horas, diàriamente.

ENERGIA — A Rio-Light reafirmou, ontem, que sòmente com a reintegração da Usina Nilo Peçanha estará totalmente normalizado o abastecimento de energia elétrica à Cidade, com a extinção do racionamento. Após indicar que dezenas de técnicos e trabalhadores continuam entregues à tarefa de recuperação da Usina, a Emprêsa acentuou que a obediência às instruções das autoridades tem permitido a redução dos cortes de circuitos em certos períodos. Segundo, ainda, a emprêsa concessionária, a maior colaboração que, em benefício geral, os consumidores poderão prestar é não manter ligados, simultâneamente, aparelhos eletrodomésticos, lâmpadas, motores, elevadores etc.

ALIMENTAÇÃO — O Secretário de Saúde, Dr. Hildebrando Monteiro Marinho, promoverá amanhã às 13 horas no Hospital Miguel Couto, um almôço com os representantes da imprensa falada e escrita, com a finalidade de lhes apresentar o nôvo tipo de refeições congeladas que está sendo introduzido nos hospitais do Estado. Na oportunidade, o Secretário de Saúde concederá entrevista coletiva sôbre as vantagens do nôvo sistema de alimentação, inédito em tôda América Latina, e as medidas que vêm sendo tomadas no setor hospitalar para aprimorar o atendimento ao público.

TRENS — Hoje, das 11 às 16 horas, os trens paradouros destinados a Deodoro não farão paradas nas estações de Lauro Müller, São Cristóvão, Mangueira, Rocha, Riachuelo e Sampaio, devido a trabalhos na Rêde Aérea.

MUSICA — A Secretaria do Conservatório Brasileiro de Música fará realizar a partir da 2.ª metade do corrente mês, as **Renovações de Matrículas** para os Cursos de Graduação e Técnico, referente ao ano letivo. Maiores informações na Avenida Graça Aranha, 57, 12.º pavimento. Telefones: 22-0330 ou 42-5502. *** As sextas-feiras, às 17h30m, a Rádio Ministério da Educação e Cultura apresenta **Sesinho no Rádio**, um programa dedicado a instruir e divertir o público infantil. O assunto de amanhã de Sesinho será: **Belezas Naturais do Nosso Brasil**, um pouco de geografia apresentado de maneira alegre.

REUNIÃO — Professôres de Hematologia de todo o Brasil estarão reunidos, de 5 a 10 de março no Copacabana Palace, como participantes do 1.º Congresso Nacional do Colégio Brasileiro de Hematologia. A presidência do conclave caberá ao Secretário Monteiro Marinho, da Saúde, também Presidente do Colégio Brasileiro de Hematologia. Os professôres Victor Hebert e James L. Tullis, dos Estados Unidos, virão para o Congresso.

SCRIPTA — Está em circulação o número de fevereiro de **Scripta**, Carta Econômica Mensal da Fundação Manuel Gonçalves que entre outras coisas, faz um retrospecto da economia brasileira durante o ano passado.

NAVIOS — Chegam amanhã ao Rio, os seguintes: **Rio Tunuyan**, argentino, de Buenos Aires, Montevidéu e Santos, para Vigo, Havre e Hamburgo; **Argentina**, americano, de Buenos Aires, Montevidéu e Santos, para Barbados, San Juan e Nova Iorque, e, os cargueiros **Dom Reiró**, **Del Rio** e **Mormacfir**.

MEDICINA — O médico sanitarista Nílson Guimarães, Vice-Presidente da Federação Internacional de Higiene e Medicina Preventiva, com sede em Viena, recebeu comunicação de que o IV Congresso Internacional promovido pela entidade será realizado em Roma, de 26 a 28 de junho de 1968. O tema do conclave será: **Pesquisa e Organização da Medicina Preventiva**.

EMPREGOS — Hoje existem 98 vagas disponíveis em vários setores industriais dêste Estado, que poderão ser preenchidas por candidatos devidamente habilitados e portadores de Carteira Profissional e Certificado de Reservista. O Departamento Nacional de Mão-de-Obra pede para os interessados passarem na Seção de Colocação da Delegacia Regional do Trabalho, no andar térreo do Palácio do Trabalho, nos dias úteis, das 12 às 16 horas, para o encaminhamento aos empregadores que precisam de trabalhadores qualificados. As emprêsas podem fazer as ofertas de emprêgo por ofício, telegrama ou pelo telefone 22-8408, das 12 às 16 horas. As ofertas de emprêgo são as seguintes: Estucador — 16; Desossador — 1; Carpinteiro — 1; Regulador de Motor Willys — 1; Fresadores — 5; Colocador Fábrica de Bôlsas — 1; Cortador Fábrica de Bôlsas — 2; Caldeireiro — 5; Retocador Gráfico — 1; Canalizador — 5; Contra-Mestre Fábrica de Roupas — 5; Moldador de Casco — 5; Pedreiro — 3; Retificador Ferramenteiro — 4; Serralheiro — 4; Lanterneiro — 6; Bombeiro Hidráulico — 9; Cortador de Carne — 1; Motorista — 22; Impressor Máquina Elza — 1; Eletricista de Automóvel — 1; Ajudante de Colchoeiro — 1; Desenhista Eletrônico — 1; Mecânico de Refrigeração — 1; Supervisor de Fábrica de Plásticos — 1.

GRUMETES — Estão abertas até o dia 27, na Diretoria do Pessoal da Marinha, Rua Acre 21, térreo, das 9 às 17 horas, diàriamente, exceto aos sábados, as inscrições para admissão de 300 grumetes e 100 taifeiros. Os candidatos deverão ter idade superior a 17 anos e inferior a 25 anos, serem solteiros e estarem quites com o Serviço Militar. Inicialmente será exigida a seguinte documentação: a) Certidão de Nascimento com firma reconhecida; b) Documento de quitação com o Serviço Militar; e c) Dois (2) retratos 3 x 4.

ESCOLAS — A Secretaria de Educação inaugura no decorrer do mês as escolas seguintes: dia 24, Olavo Josino de Sales, Praça Jabaeté, Inhaúma, às 9 horas; Pires de Albuquerque, às 10 horas, Praça Ipupiara, em Vaz Lôbo; Otávio Kelly, Praça Ênio, Pavuna, às 11 horas e Firmino Costa, às 12 horas, na Rua Urural, em Coelho Neto. Dia 27, às 9 horas, Mário Casasanta, Rua General Lopes Machado, em Magalhães Bastos; às 10 horas; Henrique da Silva Fontes, Rua Marmuri, em Senador Camará; Oscar Thompson, às 11 horas, Caminho do Mandabuí, Santíssimo. Dia 28, às 9 horas, Joaquina Edison Camargo, Rua Sadão, Vila Kennedy, Bangu; 10 horas, Marieta Cunha da Silva, Conjunto Residencial da COHAB — Vila Aliança — Bangu e Escola Jacques Raimundo, na Rua Pirituba, perto da Av. Santa Cruz, em Bangu.

EMPREGOS

DOMÉSTICOS

AMAS, ARRUMADEIRAS E COPEIRAS

ACOMPANHANTE — com referências, de 20 a 35 anos, para cuidar de senhora de idade, na Rua Campos Sales n. 144, ap. 202 — Tijuca — Dona Nilza.

BABÁ — Precisa-se jovem c/ referências Cr$ 100 mil — Rua Bulhões de Carvalho, 329, ap. 902 — Cop. Pôsto 6.

COPEIRA - ARRUMADEIRA — Precisa-se p/ casa de tratamento c/ prática de serviço à francesa — Paga-se bem. Exige-se referências. Tratar na R. Itiquira, 118 — Leblon — Tel. 47-6098.

COPEIRA-ARRUMADEIRA — Precisa-se com muita prática e referências. Avenida Osvaldo Cruz n. 149 — Flamengo.

COPEIRA-ARRUMADEIRA — Precisa-se dando referências, na Rua Constante Ramos n. 67, ap. 202 — Copacabana.

COPEIRA - ARRUMADEIRA - Precisa-se, c/ prática, que saiba ler. Paga-se bem — Rua Figueiredo Magalhães, 403, ap. 1 001.

COPEIRA — ARRUMADEIRA — Casal com carteira e referências — Rua Teneleiros n. 200 — ap. 601.

COPEIRA — ARRUMADEIRA — Precisa-se com prática e referências para casa de tratamento — Cr$ 65 — Avenida Atlântica n. 3 170 — 9.º, ap. 90. Entre Bolivar e Xavier da Silveira.

CASA de fino trato precisa de copeira arrumadeira e cozinheira lavadeira. Ótimo ordenado. Apresentar referências. Tels. 27-0928 e 26-3497 — Jardim Botânico.

COPEIRA com experiência — Paga-se bem na Rua Paulino Fernandes n. 90 — Botafogo.

COPEIRA — Precisa-se, portuguêsa, com prática, para casa de família de tratamento, que apresente boas referências. Tratar na Praia do Flamengo, 382, 10.º andar, depois das 10 horas.

COPEIRA — Precisa-se com prática, que seja limpa, saiba passar a ferro etc. Exigem-se referências, para um casal sem filhos. Paga-se bem. Tratar na Rua Cupertino Durão, 118, ap. 304 — Leblon.

DAMA DE COMPANHIA — Senhora de respeito oferece-se para tomar conta de pessoa idosa ou doente — Tel.: 25-2264.

DOMÉSTICA — Precisa-se na Rua Alfredo Pinto 66, ap. 203, Tijuca, carteira de identidade e referências. Tratar só à tarde. — Ordenado: Cr$ 40 000.

EMPREGADA — Precisa-se para casal. Tratar na Rua 20 de Abril n. 8, ap. 205 — Centro.

EMPREGADA para todo serviço, sabendo cozinhar bem. Não dorme no emprêgo. Somente com grande prática, referências e carteira. Cr$ 70 000. Telefonar para 27-3733. Deve morar perto.

EMPREGADA p/ todo serviço. Referências de 1 ano. Paga-se bem, Barata Ribeiro, 514, ap. 701.

EMPREGADA — Precisa-se para casa 3 pessoas, carteira, referências. Paga-se 70 000. Rua Sá Ferreira, 210, ap. 204.

EMPREGADA — Senhora só precisa para todo o serviço — Ordenado de 30 mil cruzs. Tratar na Rua Senador Vergueiro n. 118 — ap. 401 — depois das 10 horas.

EMPREGADA — Família diplomata precisa responsável com referências, que queira trabalhar no Uruguai — Tratar na Rua Senador Vergueiro n. 118, ap. 401, após 14 horas.

EMPREGADA para todo o serviço, casa, para pessoa só, que durma no emprêgo. Exigem-se ótimas referências — Beira Mar n. 406, Ap. 903 — Esplanada do Castelo na parte da tarde.

EMPREGADA — Precisa-se 1 de boa aparência, para casal, podendo dormir ou não no emprêgo — Pedem-se referências — Paga-se bem, na Av. Rio Branco n. 185 — sala 605, das 14 horas em diante.

EMPREGADA — Para tomar conta de menino de 3 anos e todo serviço em ap. pequeno em Botafogo — Cr$ 70 — Exigem-se refs. e carteira — Telefonar p/ 22-7827.

EMPREGADA para todo o serviço que saiba cozinhar bem — Precisa-se para 2 pessoas. Leo... Cruz n. 23 — ap. 501.

EMPREGADA — Moça para todo o serviço de casal sem filhos — trivial simples. Dorme no emprêgo — Referências. Ord. de 60 mil — Tratar na Av. Delfim Moreira n. 396 — ap. 401 — Leblon.

EMPREGADA — Precisa-se na R. Dias da Cruz n. 449 — ap. 201.

EMPREGADA — Precisa-se para todo o serviço de 3 pessoas e que possa dormir no emprêgo. Exigem-se prática e referências — Ord. 50 000 na Rua Araguaia n. 533 — Freguesia — Jacarepaguá.

EMPREGADA todo serviço em casa de pessoa só. Salário mínimo e folga sábado e domingo, podendo dormir ou não, na Rua Paula Silva Araújo n. 188, no Engenho de Dentro.

EMPREGADA — Precisa-se, serviços de pequena família, na R. Xavier da Silveira n. 57, ap. 102 — Copacabana.

EMPREGADA — Preciso para serviços domésticos na Rua Barata Ribeiro n. 2 — Sr. Adriano — 36-0756.

EMPREGADA para todo o serviço de senhora só. Entre 30 e 45 anos — Ord. de 40 000 na R. Sen. Vergueiro n. 192 — ap. 902.

EMPREGADA — ARRUMADEIRA das 9 às 12 horas — Menos aos domingos, com documentos. Cr$ 25 000 mensais na Av. Prado Júnior n. 335 — ap. 211. Copacabana.

EMPREGADA doméstica — Precisa-se. Serviço de 3 pessoas. Raul Pompéia, 14, ap. 704.

EMPREGADA — 63/70 mil casal com 1 filha, procura para todo serviço, menos roupa. Apresentar-se com referências, na Rua Farme de Amoedo, 156, ap. 102 — Ipanema.

EMPREGADA para residência, precisa-se para casal. Rua Evaristo da Veiga, 47, ap. 607.

EMPREGADA — Precisa-se, com referências, para todo serviço, menos cozinhar. Rua Cachambi n.º 34, ap. 405 — Méier.

EMPREGADA para serviços domésticos em ap. pequeno. Pessoa de responsabilidade que possa olhar criança pequena. Rua Senador Vergueiro 203, ap. 807, à tarde.

EMPREGADA DOMÉSTICA — Precisa-se que durma no emprêgo e dê referências — Conde Bonfim, 163, ap. 203.

EMPREGADA — Precisa-se, doméstica com documentos e referências, p/ pequena família. — Apresentar-se na R. Morais e Silva, 148/301, das 10 às 13 h. Paga-se bem.

MOÇA com referências — Precisa-se para serviços domésticos. Não lava — Tel. 36-7904 — Copacabana.

MENINA — MOCINHA — Ajudar todo serviço, casa família, dormir emprêgo Cr$ 40 000 — Referências ou documentos — Jorge Rudge, 228, apt. 201 — Vila Isabel.

PRECISA-SE de empregada para todo o serviço. Sabendo trivial fino, Paga-se bem. Tel. 275869.

OFERECEMOS — Ótimas arrumadeiras, copeiras e babás, com boas referências e documentos — Telefone 32-4604.

OFERECE: senhora com mocinha, estudante, p. casa de casal ou família pequena. Tel. 34-9846. De preferência Catete ou Flamengo.

OFERECE-SE moça mineira com boa aparência e referências para todo o serviço de pessoa só — Ordenado à combinar, na R. Carmo Neto n. 213 — Sobrado.

OFEREÇO arrumadeiras, boas cozinheiras, c/ informações. Agência Riachuelo. Tel: 32-5556 e 32-0584.

OFERECE a Missão Evangélica domésticas especiais. Tratar pessoalmente na Rua Santana, 98, sobrado.

OFEREÇO 2 portuguêsas. Uma copeira e 1 cozinheira — Agência Alemã Olga — 37-7191. Av. Copacabana n. 534, ap. 402.

OFEREÇO ótimas babás e copeiras — Duas são portuguêsas. Ótimas referências. — Agência Alemã Olga — 37-7191.

PRECISA-SE empregada todo serviço em casa de família, em Padre Miguel. Rua G, quadra 12, n.º 494, no ponto final do lotação Morundu.

PRECISA-SE de empregada, na Rua Delfina Alves, 124 — Madureira. Paga-se bem, pedem-se referências.

PRECISA-SE empregada, mais de 30 anos, responsável, para arrumar, cozinhar trivial fino, 2 adultos, alto tratamento. Tratar pelo tel. 37-8961 — Copacabana.

PRECISA-SE de copeira, arrumadeira, babá, cozinheira; uma para ir para o exterior, 150,00. Telefone 25-9533, Dona Iolanda.

PRECISA-SE de uma empregada p/ todo serviço, que durma no emprêgo e dê referências. Rua Barata Ribeiro, 615, ap. 301.

PRECISA-SE de môça ou menina para fazer companhia a uma senhora. 37-6571.

PRECISA-SE empregada para todo serviço de um casal. Só aceita-se com referências. Tratar na Rua Duvivier, 24 ap. 1202.

PRECISO empregada, serviço de casal, à hora na Rua Buarque de Macedo n. 5, ap. 73 — Flamengo.

PRECISA-SE de empregada — Folga aos domingos na Rua Bonfim n. 422 — São Cristóvão.

PRECISA-SE de empregada para casa de família na Rua Buenos Aires n. 174 — 1.º andar.

PRECISA-SE de babá com referências. Ótimo ordenado, — 5 de Julho n. 108 — 37-9428.

PRECISA-SE de empregada doméstica para todo o serviço Cr$ 60/80 000 na Rua Siqueira Campos n. 43, ap. 1 215.

PEQUENA família estrangeira precisa uma empregada p/ todo o serviço — 80 mil — Apresentar-se com carteira — Telefone 23-1991 — Dona Madalena.

PRECISA-SE de empregada. Ordenado 60 000. Lad. dos Tabajaras n. 20, ap. 202. Telefone 37-9667.

PRECISA-SE de empregada para todo o serviço, com prática — Paga-se bem — Exige-se carteira — Tratar na Rua Aristides Espínola n. 52 — Leblon.

PRECISA-SE de uma arrumadeira com prática e que durma no emprêgo — Exigem-se referências — Tratar na Rua Andrade Neves n. 315 — Tijuca. Ordenado de 70 000.

PRECISA-SE de empregada para serviços de uma senhora — Eng. Nôvo — Tel. 49-5791.

PRECISA-SE de babá com prática e cozinheira que saiba lavar e passar — Paga-se bem. Tratar na Rua Mascarenhas de Morais n. 92 — ap. 302 — Telefone .. 37-5695.

PRECISA-SE de copeiro — Av. Visconde de Albuquerque, 685.

PRECISA-SE de uma babá, preferência portuguêsa para cuidar de uma criança de um ano. Tel. 47-3816.

PRECISO empregado com boas referências para todos os serviços para casal sem filhos, 60 mil — Av. Cop., 862, ap. 1102.

PRECISA-SE de empregadas estrangeiras e brasileiras, copeiras babás e cozinheiras. Ord. 110 — 60 mil. Trazer doc. Avenida Copacabana n. 534, ap. 402 — Tel. 37-7191.

PRECISA-SE empregada para todo serviço de casa de família, pequena, ordenado 70 mil, exigem-se referências. Tratar Rua Tonelero, 308 ap. 701 — Copacabana.

COZINH. E DOCEIRAS

A AGÊNCIA RIACHUELO, oferece cozinheira, babás etc., c/ informações. Tel. 32-0534 e 32-5556 — D. Conceição.

AGÊNCIA ALEMÃ — Tel. .... 37-7191 — Cozinheiras, babás e copeiras brasileiras e estrangeiras com refs. — Preciso e ofereço — Avenida Copacabana n. 534 — ap. 402.

AGÊNCIA MOTA tem as melhores diaristas, cozinheiras, faxineiras, lavadeiras e passadeiras. Telefone 37-5933, com documentos.

ATENÇÃO — Cozinheira, precisamos, ótimos ordenados. — Rua Senador Dantas, 39, 2.º andar — Sala 206.

COZINHEIRA — Competente, para trivial fino — Exijo referências — Rua Uruguai, 339, ap. 507.

COZINHEIRO — Precisa-se. Tratar na R. Teófilo Otôni, 15 — 1013.

COZINHEIRA — Precisa-se, competente, em casa de família, dormindo no emprêgo, lavando e passando peças miúdas. Ordenado de Cr$ 70 000, na Rua Garibaldi n.º 115 — Tijuca.

COZINHEIRA — Preciso fino variado, 30 a 35 anos, durma emprêgo. 60 mil. Referências. Rua Siqueira Campos 142 ap. 701 — Copacabana.

COZINHEIRA — Precisa-se de uma boa cozinheira, que durma no emprego e dê referências. — Paga-se bem. Rua Marechal Taumaturgo de Azevedo, 51, ap. 101 — Tijuca — Saenz Pena.

COZINHEIRA — Somente serviços de cozinha. Referências mínimo 1 ano de casa. Cr$ 60 000. Rua Mary Pessoa, 175 — Santa Inês. Ponto final ônibus Gávea.

COZINHEIRA — Precisa-se com prática e referências na Rua Gonzaga Bastos n. 390.

COZINHEIRA E BABÁ — Precisam-se com prática, referências, carteira — Paga-se bem ordenado, na Praia do Flamengo n. 176 — ap. 1 001.

COZINHEIRA — Precisa-se, Cr$ 65 000 — Senador Vergueiro n. 52, 7.º and. — Ap. 14. Telefone 25-6216.

COZINHEIRA — De forno e fogão — Preciso com referências — Dormir no emprego, bom ordenado. Tratar pelo telefone .. 25-2241.

COZINHEIRA QUE CUIDE DA ROUPA — Precisa-se com os documentos e referencias — Rua Capuri n. 49 — Telefone ..... 27-4696 — Ônibus 555 no final do Leblon.

COZINHEIRA — Cr$ 90 000. Dormir no emprego — Referências — Rua Fonte da Saudade n. 132 — Humaitá.

COZINHEIRA — Precisa-se com referências — Rua Barão de Jaguaribe n. 192 — Ipanema.

COZINHEIRA — Precisa-se de 30 a 50 anos para o trivial simples apartamento de casal em Copacabana — Trata-se como pessoa da família. Exigem-se ótimas referências. Paga-se bem, dormindo no emprego. Tratar Francisco Manuel n. 23 — Estação Riachuelo — Tel. 49-1298.

COZINHEIRA — NCr$ 70,00 — Precisa-se com referências na Avenida Epitácio Pessoa n. 670 — ap. 604 — 47-1014.

COZINHEIRA — Precisa-se com referências de um ano. Paga-se bem na Avenida Epitácio Pessoa n. 806 — 2.º andar. Tel.: 47-3237.

COZINHEIRA E AJUDANTE. — Precisa-se para pensão na Rua Correia Vasques n. 45 — Exigem-se referências.

COZINHEIRA — Trivial simples variado. Exigem-se referências — boa aparência com carteira. — Dormir no emprego. Paga-se bem — Rua Vicente Licínio n. 150 — Tel. 34-8506 — Praça da Bandeira.

COZINHEIRA — Paga-se bem — Exigem-se referências — Precisa-se na Rua Siqueira Campos n. 143 — 1 003 — Copacabana.

COZINHEIRA — Forno e fogão — Precisa-se de uma com boas referências. — Tratar à noite à Rua Júlio de Castilhos n.º 79 — ap. 201 — Copac.

COZINHEIRA — Precisa-se competente com referências. — Pagam-se Cr$ 70 000. Dormir no emprego. Tratar pelo telefone 38-1614.

COZINHEIRA — Precisa-se de uma para o trivial fino variado. Paga-se bem. Exigem-se os documentos ou referencias — Av. Ataulfo de Paiva n. 80, ap. 819 — Leblon.

COZINHEIRA — Precisa-se casal, 2 filhos. Flamengo — Ordenado de Cr$ 60 000 — Tel. 25-3074.

COZINHEIRA — Para a R. Norval de Gouveia n. 335 — Cascadura, das 9 às 17 horas.

COZINHEIRA — Precisa-se para todo serviço, ordenado 70 mil — Rua Inhanga, 33, apt. 801, Copacabana.

COZINHEIRA — Precisa-se para casal todo o serviço menos lavar — P. refs., das 8 às 15 — 60 000 — Rua Sousa Lima n. 410 — 601 — 27-9985.

COZINHEIRA — Precisa-se com referências — Rua Pires de Almeida n. 8, ap. 502 — Laranjeiras — 25-5775.

COZINHEIRA de trivial fino que lave e passe na Rua Joaquim Nabuco n. 471 — 6.º andar — Santa Teresa.

COZINHEIRA — Precisa-se para o trivial fino, lavar e passar roupa miúda. Pedem-se refer. Cr$ 80 mil. Rua Raimundo Correia, 71, ap. 702.

COZINHEIRA — Referências, trivial, cop., Francisco Sá, 61-402. Ord. combinar.

COZINHEIRA para casal que faça todo serviço. Ordenado: 70 mil cruzeiros. Tratar na Rua Visconde de Pirajá, 514, ap. 502 — Ipanema.

COZINHEIRA E ARRUMADEIRA — Precisa-se de uma — Paga-se bem — Pedem-se referências. Tratar na Rua Visconde de Pirajá, 500, ap. 201 — Ipanema.

COZINHEIRA — Trivial fino, precisa-se, casa senhor só — Paga-se bem — Tratar pessoalmente — Av. Vieira Souto, 364.

DOIS MÉDICOS solteiros procuram cozinheira. Rua Pedro I n.º 7, ap. 307. Oferecem-se cozinheira de 1.ª copeira, fazendo todo serviço, 50 mil. Telefone: 52-8708.

EMPREGADA que saiba cozinhar sem pernoitar — Barata Ribeiro, 211-807.

EMPREGADA para cozinhar e outros serviços leves na Rua Pedro Américo n. 166, ap. 802 — Bloco A.

EMPREGADA — Coz., lav., máq. roupa, fam. peq., com carteira e refer., paga-se bem. R. Grajaú, 217, ap. 401, fundos (2 dias).

FAMÍLIA DE TRATO precisa cozinheira de forno e fogão ou trivial fino. Exigem-se referências. Bom ordenado. Tratar pelo telefone 25-0728, depois das 14 horas.

OFERECEMOS — Cozinheiras de várias categorias, com ótimas referências e documentos. Telefone 52-4604.

OFERECE-SE uma moça com filho para todos os serviços, para casal que trabalhe fora ou pessoa só — Tratar, Ótimas referências — Telefone 25-1174.

OFEREÇO cozinheiras e arrumadeiras etc. Competentes, c/ informações. Agência Riachuelo — Tels: 32-0584 e 32-5556.

OFERECE-SE ótima cozinheira de forno e fogão. Copeira-arrumadeira. Ótimas referências. Agência Alemã Olga — 37-7191.

OFEREÇO ótima cozinheira de todo serviço. Ótimas referências e documentos. Agência Alemã Olga — 37-7191.

PRECISA-SE de 1 p/ cozinha com prática. Folga aos domingos. Rua São Luís Gonzaga, 568-A.

PRECISA-SE DE COZINHEIRA — Paga-se bem. Exigem-se referências. Dorme no emprego. Rua Dona Mariana, 183 — Botafogo. Tel. 26-7516.

PRECISA-SE de cozinheira de forno e fogão. Exigem-se referências e documentos. Rua Santa Clara, 27, 10.º andar.

PRECISA-SE de cozinheira para todo o serviço do casal sem filhos, com mais de 30 anos. — Exigem-se referências — Paga-se bem na Rua Toneleros n. 162 — ap. 5. Tel. 37-5033.

PRECISA-SE de boa cozinheira que arrume e lave na máquina — Necessário dormir fora do emprego porque o apartamento é pequeno — Deve morar na Zona Sul. Pagam-se Cr$ 80 000 ou mais — 46-9223.

PRECISA-SE de 1 cozinheira com urgência. Paga-se bem. Av. Bartolomeu Mitre, 613, ap. 201.

PRECISA-SE com urgência de 1 cozinheira de forno e fogão para a Avenida Vieira Souto n. 364.

PRECISA-SE de cozinheira com referências, 80 mil, na Rua Paulo César de Andrade n. 296, ap. 101 — Parque Guinle — Laranjeiras.

PRECISA-SE de cozinheira que lave e passe roupa de três pessoas, que dê referências e durma no aluguel, na Rua Miguel Lemos n. 24, ap. 501 — Cop.

PRECISA-SE de empregada trivial comum variado — Paga-se bem — Pedem-se referências. Tratar na Av. Copacabana n. 245-D — Ap. 612 — D. Idalina.

PRECISA-SE de empregada para cozinhar e passar e outra menor para arrumar na Rua Miguel Lemos n. 24 — 503. Telefone 36-1709.

PRECISA-SE de cozinheira de forno e fogão, limpa e de boa aparência trazendo referências — Ordenado excelente na Avenida Rui Barbosa n. 500 — ap. 1 201 — Flamengo.

PRECISO 2 cozinheiras mensalistas, uma de 110 000 e outra de 60 000. Av. Copacabana 534 ap. 402 — Trazer documentos.

LAVAD. E PASSADEIRAS

EMPREGADA — Precisa-se para lavar, passar e fazer limpeza — Ordenado de 40 000 na Rua Pernambuco n. 785 — Encantado.

EMPREGADA — Precisa-se com refs. p/ lavar, passar e cozinhar para um casal na Rua Itabaiana n. 204 — Grajaú — Telefone .. 38-5968.

LAVADEIRA — Precisa-se para casa de saúde, devendo morar no emprêgo. Tratar na Rua Cândido Mendes, 271, Glória.

LAVADEIRA — Precisa-se de 1 boa lavadeira e passadeira para trabalhar em casa de família e que more perto do emprego — Paga-se muito bem na R. Gustavo Sampaio n. 710, casa — LEME.

PASSADEIRA — Precisa-se com muita prática para fábrica de camisas esporte — Rua São Francisco Xavier, 862.

PRECISAM-SE passadeiras c/ prática. Rua Almirante Gonçalves n.º 15-B. Lavanderia Branca de Neve. Copacabana.

PASSADEIRAS com prática de fábrica. Favor não apresentar aprendiz. Tratar na Av. Brigadeiro Lima e Silva n.º 910, Duque de Caxias — Estado do Rio.

PRECISA-SE de passadeira na Rua Padre Ildefonso Penalba n. 184, casa 17 — Méier.

TINTURARIA — Passador à máquina, precisa-se. Rua Pedro Manso, 83-A. Madureira.

TINTURARIA TANQUE — Avenida Amaro Cavalcânti n. 57 — Telefone 29-1574 — Precisa-se de passadeiras.

TINTURARIA — Precisa-se de 1 passador para hoffman efetivo. Rua do Resende n. 28.

TINTURARIA — Precisa-se de 1 passadeira para linho na Rua Marquês de Paraná n. 10.

TINTURARIA — Precisa-se de 1 passadeira com prática, na Rua Conselheiro Mayrink, 380 - Rocha.

TINTURARIA CABUÇU — Precisa-se de lavador e que passe em máquina na Rua Cabuçu n. 150 — Lins.

TINTURARIA SÃO LUÍS — Precisa-se de 1 passador com prática. R. Ipiranga, 92-A. Tel. 25-4270.

DIVERSOS

ATENÇÃO — Preciso casal empregados para Cabo Frio, — êle para arrumar e capinar, ela cozinhar de forno e fogão. Exijo referências mínimas de 2 anos — Pago 150 mil — Tratar telefone 26-0281 ou 46-7603 com Alaíde.

COPEIRO-FAXINEIRO — Precisa-se com muita prática e referências. Avenida Osvaldo Cruz, 149 — Flamengo.

CASEIROS MINEIROS — Oferece-se para casa de verão ou sítio — Êle para o jardim e ela para cozinha, lava — Chamar quarto 15 — Telefone 43-5082.

CASAL — Precisa-se, s/ filhos, para chácara, ela serviço doméstico, com prática. R. Capuri, 220 — 27-9234.

CASAL sem filhos oferece-se p/ casa de campo: êle 45 anos, jardineiro, zelador; ela, 40 anos, cozinheira, c/ referências. Recados p/ favor na Av. Automóvel Clube, 2351, fundos, c/ Sr. Abílio, tratar domingo.

LAVADEIRA — Cr$ 4 000 por dia de segunda a quinta-feira — Referências — Rua Fonte da Saudade n/ 132 — Humaitá.

PRONTIFICA-SE a tomar conta de sítio ou chácara — Falar com o Sr. Moisés na Rua Sotero dos Reis n. 93 — Francisco Sá, de 10 às 17 horas.

RAPAZ — Precisa-se com referências para faxineiro casa de família na Rua Itabaiana n. 204 — Grajaú — Tel. 38-5968.

ZELADOR — Precisa-se p/ edifício no Jardim Botânico. Exige-se experiência anterior de no mínimo 5 anos. — Tratar na Avenida Rio Branco n. 156 — 11.º andar, sala 1 126 — das 8 às 9 horas com Dona Terezinha.

PROFISSIONAIS DE ESCRITÓRIO

AUX. DE ESCRITÓRIO

AUXILIAR DE ESCRITÓRIO — Rapaz ou môça. Av. Afrânio de Melo Franco, 330, Paissandu Atlético Clube. Semana de terça a domingo. Tratar c/ Sr. Wilton, 11 às 17 horas.

AUXILIAR DE ESCRITÓRIO — Precisa-se com prática de faturamento, dactilografia e arquivo. Salário inicial Cr$ 120 000 — Apresentar-se na Rua Gen. Canabarro, n. 510.

AUXILIAR — Precisa-se, bom dactilógrafo, de preferência estudante, para meio expediente. — Cartas para o n. 301 308 na portaria dêste Jornal.

AUXILIARES ESCRITÓRIO — Môças e rapazes sem prática com ginasial 2.º ciclo, superior n/ sistema empregos, salários: 100-170 mil. Certo. Av. Rio Branco 151, sobreloja 5-09.

ADMITE-SE funcionário com curso de Contabilidade, para chefia de serviços, de preferência aposentado. Condições na Av. Graça Aranha, 226 — 2.º ander. (B

AUXILIAR DE ESCRITÓRIO — Moças e rapazes desembaraçados, boa letra, conhecimento de máquinas de calcular, escrever. Semana de 5 dias — Sr. Domingos. Rua Monsenhor Manuel Gomes n. 92 — São Cristóvão.

AUXILIAR DE CONTABILIDADE — Moços e rapazes desembaraçados, boa letra, conhecimento máquinas de calcular e escrever — Semana de 5 anos. Sr. Domingos — Rua Monsenhor Manuel Gomes n. 92 — S. Cristóvão.

AUXILIAR de escritório. Precisa-se môça ou senhora com prática em notas fiscais, faturamento, livros fiscais, datilografia, que tenha boa letra, à Rua 7 de Março, 412, em Bonsucesso, esta rua é paralela à Avenida Brasil, na altura do número, 7 290.

AUXILIAR DE COBRANÇA — Precisa-se de um c/ conhecimentos e que escreva à máquina. Salário mínimo — Apresentar-se na Rua da Alfândega n. 107 — 4.º andar — Horário das 9 às 12 horas.

AUXILIAR DE ESCRITÓRIO — Precisa-se de rapaz de quinze a dezesseis anos com instrução de nível ginasial — Respostas do próprio punho para o n.º ... 3 021, na portaria dêste Jornal.

AUXILIAR DE ESCRITÓRIO — Moça de boa aparência, boa letra — Dactilografia e con. contáb. Sal. de 200 mil, tende à Avenida Rio Branco n. 185 — sala 1 021.

ADMITIMOS urgentes: 3 auxs. de escritório — dactil. moça ou rapaz (1) boy menor dactil. c/ carteira (2) moças menores uma para telefone outra dactil. e (1) rapaz para seção de embrulhos — Avenida Rio Branco n. 185 — sala 1 021.

AUXILIAR DE ESCRITÓRIO. — Precisa-se de rapaz com prática de dactilografia e noções de escritório — Travessa do Comércio n. 6, sob.

AUXILIAR DE ESCRITÓRIO — Precisa-se de moça ativa com prática de serviços gerais e algum conhecimento de crediário — Apresentar-se na Rua da Carioca n. 45, das 8 às 10 horas, com o Sr. René.

AUXILIAR DE CONTABILIDADE — Môça, precisamos c/ muita prática, boa aparência — Pres. Vargas, 418, s/ 907.

AUXILIARES — Cr$ 160 — 230 mil, doze môças para dep. pessoal, caixa contábil, dactilógrafas auxiliar de escritório, 3 rapazes para dep. de pessoal, auxiliar de cobrança, b/dactil., correspondentes — Rua Senador Dantas n. 117 — grupo 223.

AGÊNCIA LINK — Aux. contab., ótima letra, prát. comprov. escrit. livros fiscais, Diário e Razão. México, 21, 10.º.

AUXILIAR de escrit., dact., com prática, 180 mil. Dact. (a) (o) 200 mil. Aux. int. externo, Secret. c/ e s/ estenografia, ótima dact. Av. Pres. Vargas, 417-A, s/ 1 310.

AUXILIARES — Precisam-se com prática serv. gerais, dact. Ótima aparência. Sal. 180/200 mil, Av. 13 de Maio, 47, s/ 1 206.

ADMITO aux. escr. M/R, 150; aux. pessoal, 250; dact. (o) c/ inglês, 350; aux. estatística, 350; escrevente dact. firme cálculos, 250; correspondente inglês, port, môça, 500; aux. cont. M/R, 250. Rua 7 de Setembro 63, s/ 702.

AUXILIAR môça/rapaz esc. dact., 120 a 150; cont. dact., 230; corresp., 200; dact. (ex), 220; téc. cont., 300; boys p/ Z. Sul. Av. Pres. Vargas 435, s/ 605.

ADMITE-SE aux. dep. pessoal, 5 vagas, ótimo salário, m/r aux. contab. c/ prát., 4 vagas risub contador c/ técnico, pg. bem. — Av. Rio Branco 185, s/ 923.

ATENÇÃO — Môças e rapazes p/ iniciar escritório c/ primário — Várias vagas através n/ sistema rápido — Rua Lucídio Lago, 91, sala 611.

AUXILIARES escr., môças-rapazes, 150/200; rel. públicas, falando inglês, 350 (rapaz), chefe escr., cont. gerais, 600 mil. Rua México, 111, s/ 605.

AUXILIAR — De escritório dactilógrafo c/ prática de correspondência. Favor comparecer Rua Primeiro de Março, 8, 1º. Irmãos Cunha Ltda.

AUXILIARES CONTABILIDADE p/ S. C., ótima letra, dact. serv. escritório, 2 vagas, 200 000; 2 auxs. escrit. Av. Rio Branco, 151, s/loja s/09.

BACHARELANDO no 3.º ou 4.º ano, preciso para tratar de ações de despejo ou advogado recém-formado. Tratar p/ tel. 26-5358.

ESCRITURÁRIOS — Até 23 anos, solteiros c/ tec. cient. clás. completo, prática escrit. 2 anos, 250 mil. Av. Rio Branco, 151, s/loja s/09.

ESTOQUISTAS homens e moças práticos, referências — Apresentem-se na Rua General José Cristino n. 66 — S. Cristóvão.

ESCRITURÁRIO — Rapaz c/ prática de escrituração bancária — idade de 25 a 32 anos — Morando na Z. Norte. Cia. admite com sal. 200 mil — Atende na Av. Rio Branco n. 185 — sala 1 021.

MOÇA — Admitimos aux. Departamento de Pessoal c/ muita prática — Pres. Vargas, 418, sala 907.

MOÇA — Escritório Cia. Loteamento e Pedreira, precisa-se — serviços gerais, até 32 anos, ginasio, possa no futuro tomar a direção do escritório, lugar calmo, salário de 210 mil e almoço — Rua da Quitanda n. 67, 6.º grupo 603-5 — Não se atende por telefone.

MOÇAS — Sem prática p/ empregos escritório c/ ginasial, 2.º ciclo superior n/ sistema. Salário 100 a 170 000 certo s/ perda de tempo. Av. Rio Branco, 151, sobreloja 5-09.

PRECISA-SE Assist. Depart. Pessoal — prática p/ Zona Norte — Aux. Depart. Pessoal prática de contabs. p/ Zona Sul e dactilógrafos, rapazes — Av. Nilo Peçanha, 151, s/ 1004.

PRECISA-SE de aux. de escritório editôra livros, prática setor de cobrança. Faturamento na Av. Pres. Vargas n. 590, sala 1 312.

BALC. E VITRINISTAS

BALCONISTA — Procura-se c/ conhecimentos de medidas de parafusos. Sábados livres e ótimo salário. Tratar na Av. 13 de Maio, 23, sala 614.

BALCONISTA p/ peças de Volkswagen (p/ trabalhar em Vicente de Carvalho) — Importante firma admite p/ filial, c/ prática. Ótimo salário. Tratar no Centro, na Av. 13 de Maio, 23, grupos 614-3.

BALCONISTAS com prática de mercearia, quitanda, salgados — Avenida Prado Júnior n. 145 — Lido — Copacabana.

BALCONISTA — Precisa-se para loja de ferragens na Rua Siqueira Campos n. 72-A.

BALCONISTA com prática de costura — Precisa-se — Na Rua da Passagem, 74.

MÔÇA para trabalhar em loja feminina. Tratar na Estrada do Portela, 29, loca C.

PRECISA-SE de pessoa com prática de balcão de drogaria. — Exigem-se referências, na Rua Acre n. 38.

PRECISA-SE de môças de boa aparência, que saibam fazer as quatro operações, para trabalhar em balcão de doces — Tratar na Rua da Passagem, 83-D — Quem não preencher os requisitos é favor não se apresentar.

RAPAZ — Precisa-se, maior, c/ boa aparência e primário completo, p/ seção de embrulhos de loja de roupas. Apresentar-se no Largo de São Francisco, 38/40 - c/ D. Déia.

CONTADORES

MÔÇA — Téc. em contabilidade ou estudante. Admito, na Rua Voluntários da Pátria, 191.

SUBCONTADOR — Admite-se técnico c/ CRC. Ótimo salário. — Tratar na Av. 13 de Maio, 23, grupos 614 e 613.

DACTILÓGRAFAS — ESTENÓGRAFAS — SECRETÁRIAS

AGÊNCIA LINK — Secretária Diretoria, corresp. Port/inglês, p/ Av. Brasil, cond. própria e restaurante, México, 21,10.º.

ADMITEM-SE dactilógrafas com prát., 5 vagas, b/ salário m/r aux. escr. senhor aposentado p/ serviço externo. Tratar na Av. Rio Branco 185, s/ 923.

DACTILÓGRAFAS — Cr$ 160/230 mil, 8 môças, prática, brancas, ginasial, 2 p/ correspondentes. Sen. Dantas, 117, gr. 273.

DACTILÓGRAFAS MENORES — C/ ginasial até 3.º ano, prática escritório, boa letra, não morando longe, 70,00. Av. Rio Branco, 151, s/loja s/09.

DACTILÓGRAFAS — C/ prática escritório, c/ 180 batidas, 200/250 mil; c/ 150 batidas, 120/140 mil, solteira. Av. Rio Branco, 151, s/loja s/09.

DACTILÓGRAFA — Adm. uma môça perfeita dactilógrafa, com idade entre 20 e 30 anos, solteira e de boa aparência. Av. Rio Branco, 106-8, sala 1 310.

DACTILÓGRAFA - RECEPCIONISTA — Firma de alto gabarito e fino ambiente admite môça c/ curso secundário, que tenha trabalhado anteriormente em escritório, inclusive c/ prática em datilografia. Horário p/ trabalho de 9 às 17 e semana de 5 dias — Salário inicial de 250 mil — experiência, 3 gratificações anuais. Tratar na Av. 13 de Maio, 23, grupos 614 e 613.

DACTILÓGRAFA — Precisamos eximia c/ ótima aparência. Pres. Vargas, 418, sala 907.

DACTILÓGRAFOS — Môças e rapazes desembaraçados — boa letra, conhecimento de máquinas de calcular e escrever. Semana de 5 dias — Sr. Domingos — Rua Monsenhor Manuel Gomes n. 92 — São Cristóvão.

DACTILÓGRAFA — Precisamos 1 que bata bem à máquina. Ord. 100/120 mil cruzeiros. Tratar às 10 horas com carteira profissional — Av. Franklin Roosevelt n. 146 — gr. 903 — Dona Olga.

ESTENÓGRAFA 1 em port., ótima prática, 350/380 mil; outra em port. inglês, até 40 anos, 800 000. Av. Rio Branco, 151, s/loja s/09.

MOÇA DACTILÓGRAFA — C/ prática p/ Botafogo, tais. gerais, 180 mil; dep. pessoal, 220 000. Av. Rio Branco, 151, s/loja s/09.

MOÇA MENOR — Precisa-se de dactilógrafa. Tratar com o Sr. Dantas na Rua Alzinda Guanabara n. 21, sala 805 — Cinelândia.

SECRETÁRIAS. Corresp. port. ncç. inglês. Sal. A/C corresp. port. e inglês. Sal. 600, mais vagas p/ Centro. Av. Presidente Vargas 435, s/ 605.

SECRETÁRIA BI-LINGUE — Firma de grande projeção e conceito internacional admite esteno-dactilógrafa em Inglês, Português c/ prática comprovada — Excelente ambiente de trabalho, condução própria da firma (ida e volta apanhando na residência), restaurante próprio c/ almôço grátis. Salário real p/ iniciar: 1 000 000 (hum milhão) e reajuste após experiência. Tratar na Av. 13 de Maio, 23, grupos 614 e 613.

VENDEDORES — CORRETORES

ABC MODAS precisa revendedoras, lucro 100%, paga a prazo. Dep. fábrica. S. Paulo, Centro — Ed. Av. Central, 10.º and. Madureira, Est. Portela, 29, 2.º and.

CORRETORES DE IMÓVEIS — Precisamos para venda de apartamentos c/ plantão nas obras — FAVOR NÃO SE APRESENTAR PESSOAS SEM PRÁTICA — Tratar na PREDIAL AQUARELA, Rua México, 11, 12.º andar, grupo 1202-A — CRECI 258.

CORRETORES (AS) — De letras de câmbio — Bico — Precisamos — Sigilo absoluto — Ronaldo . 36-1695.

DEMONSTRADORAS-VENDEDORAS — Salário e comissões. Tratar Rua Siqueira Campos, 282, boxes 10 e 11.

DEMONSTRADORAS — 3 com ou sem prática, base de 100 mil na Rua Castro Menezes n. 129 — Estação de Brás de Pina.

FÁBRICA aceita moças, senhoras e rapazes c/ ord. fixo, diária e prêmios p/ seu quadro externo de vendas. Rua Paulo Silva Araújo n. 188 no Engenho de Dentro.

FÁBRICA - Aceita pessoas - Vendas a domicílio, 160 mil — Rua Silva Mourão, 15 — Transversal Honório) E. Santos.

MOÇA desembaraçada, podendo viajar, habilitada, motorista, prática vendas. Oferece-se para trabalhar, propostas para portaria dêste Jornal 301 557.

PROPRIETÁRIO E COMERCIANTES para ganhar 2 milhões por mês sem sair da casa, com boas referências, apresente-se das 8 às 18 horas na Avenida Rio Branco n. 185, sala 604 tôda. Guanabara — Tratar com o Sr. BRASIL.

PRECISA-SE de rapaz para trabalhar no ramo de venda, idade de 18 a 21 anos — Ajuda de custo e comissão — Tratar na Rua Imperatriz Leopoldina n. 8 sala 1 001 — com o Sr. Lenir das 8h 30m às 9h 30m e das 13 às 14 horas.

REPRESENTANTE exclusivo para carro p/ alimentício. Retirada . NCr$ 50,00 (Cr$ 50 000) diários R. Paulo Silva Araújo, 188. Em de Dentro.

RAPAZ — Precisa-se de jovem bastante ativo e desembaraçado com fina educação para contato externo, informações e auxiliar. Sábados livres, ótimo ambiente de trabalho — Tratar de 7 às 8 horas. Favor não se apresentar quem não estiver ap. — Rua da Lapa n.º 180 — 8.º andar, com o Sr. Ribeiro.

REPRESENTANTES — VIAJANTES — Importante indústria de bôlsas para senhoras precisa de representantes e viajantes de alto gabarito para qualquer Estado e zona do Brasil, não precisa ser exclusivo, oferecendo altíssimo índice de ganho, mediante condições especiais. Os candidatos da Guanabara serão atendidos pessoalmente na Rua São Francisco Xavier n. 865-F, os de outros Estados, cartas para o mesmo endereço.

VENDEDORAS — Artigos papelaria em Laboratórios — Comércio e indústria — com fichário. Rua Riachuelo, 44, 2.º and — Reinaldo.

VENDEDORAS com prática de vendas direta, para lançamento em postos de gasolina de produto nôvo, idade entre 22 e 30 anos — Exige-se boa apresentação e referências — Diàriamente Av. 28 de Setembro, 307, sala 104. Sr. Pereira, das 8 às 12 e das 16 às 19 horas.

VENDEDORAS — A domicílio e p/ loja, ordenado e comissão. Exige-se boa aparência. Tratar na Av. dos Democráticos, 367-A — Higienópolis, de 10 às 12 horas.

VENDEDOR MALHAS — Malharia recém-inaugurada em Petrópolis precisa de representante para as praças da Guanabara - Rio de Janeiro e Minas — Confecções de alta qualidade. Rua Mosela n. 1 494 — Petrópolis ou 38-2298 — Rio à noite.

VENDEDORAS EXTERNAS - Precisa-se de moças maiores para artigos femininos de fácil aceitação (calçados). Paga-se bem. Tratar na Rua Júlia Lopes de Almeida n. 7 — 1.º (no fim da Rua dos Andradas), das 9 às 12 horas e das 15 às 18 horas.

VENDEDORES para óleo lubrificantes máquinas e motores. Rua Sacadura Cabral, 230 (8-12 horas).

VENDEDORAS — Precisa-se de 6 vendedoras que tenham capacidade para vendas de grande novidade. Exigem-se referências e desembaraço. Tratar Av. Copacabana, 435, s/ 709.

VENDEDORES OU VENDEDORAS para automóveis — Precisa-se em Copacabana na Av. Atlântica esq. de Rua Djalma Ulrich.

VENDEDORES — Com prática em roupas infantis — Zonas do Centro e Sul. Tratar na Rua República do Líbano n. 22-A — Sr. Valdir ou pelo telefone ... 52-0978 — Favor não se apresentar quem não estiver capacitado.

RECEPCIONISTAS — TELEFONISTAS

MOÇA — Precisa-se recepcionista dactilógrafa, 19 a 25 anos. Semana 5 dias e salário de 120. Rua Alzinda Guanabara n.º 25, s/ 604, das 9 às 12 horas.

RECEPCIONISTA — Precisa-se de uma moça menor, com ótima aparência e desembaraço para escrit. no Centro. Av. Rio Branco, 106-8, sala 1 310.

RECEPCIONISTA para trabalhar na Zona Sul, indispensável muito boa aparência e instrução. — Apres. das 12 às 14 horas, na Av. Rio Branco 156, s/ 911. Ed. Av. Central.

RECEPCIONISTA — 1-2 exp. — 200 mil mensais na Av. 13 de Maio n. 47, sala 1 806.

DIVERSOS

AUXILIAR GERENTE — Precisa-se para trabalhar em firma locadora de automóveis, que seja dactilógrafo, motorista habilitado — Necessário referências. — Tratar na Rua do Riachuelo n. 132 — fundos.

FÁBRICA DE MÓVEIS — Admite: Folheador, Meios Oficiais de Folheadores e Meios Oficiais de Marceneiros. — Tratar na Rua Lôbo Júnior, 1 795 — Penha Circular — Acompanhados de documentos.

MOÇA MENOR — Limpeza consultório, preferência morando imediações. Av. Ernâni Cardoso, 443-B, sob., Dr. Galileu, 9 às 11 horas.

RELAÇÕES PÚBLICAS — (Moças ou rapazes de gabarito). Pagamos 300 mil e mais 30% de comissão — Erasmo Braga, 227-315.

PROFISSIONAIS DE INDÚSTRIA

METALÚRGICOS E SOLDADORES

SOLDADOR — Precisa-se de bons que saibam trabalhar com solda elétrica e oxigênio. Tratar na Rua do Livramento n. 186.

CARPINTEIROS — MARCENEIROS

CARPINTEIRO DE ESQUADRIAS. — Precisam-se — Paga-se bem — Tratar na firma AIA ENGENHARIA LTDA., na Rua México n. 168, sala 1 007, das 17 às 19 horas.

CARPINTEIRO que conheça de balcões frigoríficos e instalações comerciais, pode ser por ordenado ou sociedade nos negócios — Precisa-se na Rua Manuel Fontenele n. 55-C — Tel. 34-5301.

CARIMBEIRO — Precisa-se para organizar e chefiar Secção de Carimbos com muita prática. Tratar Av. Rio Branco, 185, gr. 1 010.

CARPINTARIA E MARCENARIA D. Ávila LT. — R. Garcia D'Ávila n. 173-A — Ipanema — Precisa de oficial competente, paga bem.

CARPINTEIRO para armários. Precisa, na R. Grajaú, 196.

CARPINTEIRO DE ESQUADRIAS - Precisa-se. Rua Conde Bonfim, 1 033. Tratar na Secretaria do Hospital entre 7 e 8 horas.

PRECISA-SE de carpinteiros de esquadrias — Apresentar-se na Rua Mariz e Barros esquina de Felisberto de Meneses.

PRECISA-SE de 1 ou 2 carpinteiros para trabalhar em armários embutidos. Paga-se de acôrdo com a produção do serviço — Procurar José carpinteiro, na Rua Dona Mariana n. 126 — Telefone 26-0208.

PRECISA-SE de carpinteiro de esquadria. Rua Prudente de Morais, 551.

OPERÁRIOS — MESTRES — CONSTRUÇÃO CIVIL

APONTADOR DE CAMPO — Precisa-se que conheça o sistema Nelia Bianchi — Paga-se bem — Av. Presidente Vargas n. 418 — 10.º andar, com o Sr. José de Sousa das 15 às 16 horas.

BOMBEIRO — Firma construtora precisa de oficial, para obra de fino acabamento. Tratar com o Sr. Mariano, na Rua Moura Brasil, 61 — Laranjeiras.

BOMBEIROS hidráulicos — Precisam-se para obra. Ótimos salários. Apresentar-se no Morro no Pasmado, entrada pela Rua General Severiano, 166. Botafogo.

LADRILHEIROS — Precisam-se — Rua Conde Bonfim, 1 033. Tratar na Secretaria do Hospital entre 7 e 8 horas.

MEIO-OFICIAIS de bombeiro hidráulico — Precisa-se para obras. Ótimos salários. Apresentar-se no Morro do Pasmado, entrada pela Rua General Severiano, 166. Botafogo.

MESTRE GERAL — Firma construtora precisa com muita prática de todos os serviços. Correr obras e comprar materiais - Apresentar-se na Avenida Graça Aranha n. 416 — sala 620 de 14 às 18 horas.

MESTRE PARA PONTES — Para trabalhar em Minas Gerais, de preferência com prática em concreto protendido — EMPEL - Avenida Franklin Roosevelt n. 115 — ap. 605.

PRECISA-SE de estucadores competentes. Tratar na R. Lauro Müller, 1 — Botafogo, com o Sr. Eufrásio.

PINTOR — 2 p. massa corrida e óleo. Cr$ 7 000 diários. Rua Assis Brasil, 96, ap. 401 — Copac. Das 10 às 12 horas, esperar na portaria, Sr. José.

PEDREIRO — ESTUCADOR - Precisa na Rua Alzira Brandão n. 314 — Largo da Segunda-Feira — Tijuca — das 7 às 9 horas.

PEDREIRO — Precisa-se com prática em reparos de telhados. Apresentar-se munidos de documentos no Depto. do Pessoal da Rheem Metalúrgica na Rua Anequirá, 141 — Cordovil.

PEDREIRO — Precisa-se. Tratar na Rua General Roca n. 932 — Tijuca — Com o Sr. Moreira.

ELETRICISTAS — RADIOTÉCNICOS

PRECISO de eletricista de carro a óleo e gasolina — Av. Brigadeiro Lima e Silva, 265-B — Duque de Caxias — Jardim 25 de Agôsto.

GRÁFICOS

COMPOSITOR-FAQUISTA - Gráfica admite para facas de corte e vinco. Tratar na Rua Sinimbu, 503. Entrada pela Rua São Luís Gonzaga, 921.

COMPOSITOR para biscates. NCr$ 0,80 por hora, preciso. Praça do Quintino, 18.

COMPOSITOR — AUXILIAR — Diária de 4 000 na Avenida Suburbana n. 7 132.

ENCADERNADORES — Gráfica admite. Tratar à Rua Sinimbu, 503, entrada pela Rua São Luís Gonzaga, 921.

GRÁFICA — De offset e tipo, admite: encadernadores, retocador e compositor-faquista. Tratar na Rua Sinimbu, 503, entrada pela Rua São Luís Gonzaga, 921.

IMPRESSOR de Off-Set — Precisa-se de um bom impressor para máquina Planeta, tamanho um A, com bastante conhecimento.

RETOCADOR — Gráfica de offset admite. Tratar na Rua Sinimbu, 503, entrada pela Rua São Luís Gonzaga, 921.

REVISOR tipográfico muito competente precisa-se. R. Washington Luís, 10.

TIPOGRAFIA — Precisa-se compositor na Rua Jerônimo de Lemos n. 362 — Vila Isabel.

TIPOGRAFIA — COMPOSITOR — Precisa-se na Rua Barão de São Félix n. 93.

TORNEIROS — FRESAD. — AJUSTADORES

FRESADOR — Precisa-se, na Rua do Livramento n. 138-A.

TORNEIROS MECÂNICOS — Competentes — Tratar na Av. João Ribeiro, 475, fundos, pedimos apresentar-se somente qualificados — Paga-se bem.

TORNEIRO MECÂNICO — Precisa-se na Rua do Livramento n. 138-A.

SAPATEIROS

MONTADOR máquina de montar colado, colador de solas. Precisa-se. R. Caetano, Travessa Carlos Xavier, 304, fundos. Madureira.

MOCASSIM,750 e par mais remunerado. Assentador e costurador de palas. Rua Tenente Franca, 87, Cachambi.

PRECISA-SE sapateiro caixeiro de balcão. Rua Ana Néri, 49-B — São Cristóvão. Perto do Largo do Pedregulho.

PRECISO de sapateiro que faça consertos. Paga-se bem. Rua Marquês de Abrantes, 64 — Flamengo.

PRECISA-SE de pespontadores p/ calçados de senhora — End. na Praia de Botafogo n. 488, salas 101-102.

SAPATEIROS — Precisa-se de pespontadores e viradores. Rua João Pessoa n.º 419. Olinda.

DIVERSOS

BOMBEIRO — Precisa-se para trabalhar por conta própria. Tratar na Rua Benjamim Constant n.º 104, loja 2 — Glória.

FÁBRICA DE BOLSAS — Precisa de costureiras c/ muita prática em artigo fino e de garoto até 16 anos. Paga-se bem. Av. Brasil, 1976 — Caju.

MECÂNICO DE BANCADA com muita prática de aparelhos elétricos — Apresentar-se com referências na Rua das Laranjeiras n. 430, loja 1.

COPEIRA-ARRUMADEIRA — Portuguesa, com prática de casa de tratamento. Paula Freitas, 16, ap. 1201. Tratar das 7 às 8 ou depois das 19 horas.

PRECISA-SE de 1 forneiro e 1 ajudante de meia com muita prática e boas referências. Rua da Lapa, 41.

PRECISO — Morador Centro ou Zona Sul. Rapaz, forte, para todo o serviço, entre 22 e 30 anos, c/ documentação completa. Não atendo pelo telefone. Tratar na Fábrica de Sacos de Papel, com o Sr. Peña, Rua Paissandu, 275. Só até 11 horas.

PRECISA-SE de dois meios oficiais de pintor na Rua Vitor Meireles n. 14 — Na Estação de Riachuelo — Procurar o Sr. Orlando.

PASSADOR - Precisa-se para Tinturaria Praia Vermelha — Praça Gen. Tibúrcio, 83 — Loja 13 — Praia Vermelha.

PRECISA-SE, na Rua Figueira de Melo, 203 — Hime de: Serralheiro — Funileiro — Ajustador mecânico.

PINTORES — Precisam-se. Ver e tratar na Rua Cintra, 616 — Circular da Penha.

SERRALHEIROS — Precisam-se oficiais e 1/2 of. à R. Francisco Bernardino, 92, Estação de Riachuelo. Boas condições.

SERRALHEIROS — Precisam-se. — Rua Anspeçada Melo, 43. Olaria.

OFÍCIOS E SERVIÇOS

ALFAIATES — COST.

COSTUREIRA — Precisa-se para fábrica de estofados. Rua Marina, 387, B. Ribeiro. Ônibus Madureira—Pavuna.

COSTUREIRA — Oferece-se 3 dias na semana — Telefone .. 45-9387 — depois das 9 horas.

COSTUREIRA para casa de família — Paga-se bem na Rua Hilário de Gouveia n. 74, ap. .. 505.

CAMISEIRA — Perfeita — que saiba cortar — Precisa para oficina de conserto de camisas. Av. Rio Branco n. 151, sala 501 — Tel. 31-0804.

COSTUREIRA de camisas sob medida só com muita prática. Não trabalha aos sábados. Av. Copacabana n. 661, sala 210.

COSTUREIRAS — Singer e Overlok, precisa-se c/ prática e máquina. Rua Peçanha da Silva, n. 280 — Jacaré.

COSTUREIRAS — Precisam-se com prática em máquina de duas agulhas. Rua Leopoldina Rêgo, 480/86 — Olaria.

COSTUREIRAS — Precisam-se com prática em máquina industrial p/ camisas, cuecas, bandeiras etc — Rua Leopoldina Rêgo, 480/86 — Olaria.

COSTUREIRA — Precisa-se com prática de corte e costura — Figueiredo Magalhães n. 219 — ap. 704.

FÁBRICA DE CALÇAS P/ HOMEM — Precisa-se de 10 moças c/ prática em bolsos traseiros. Rua Timbaú, 374-A — Bonsucesso.

MOÇAS MENORES — Fábrica — Precisa-se para arrematar — Rua Leopoldina Rêgo, 480-86 — Olaria.

MALHARIA — Precisamos cortadeira e costureiras com prática. Rua Taylor, 90 — Lapa.

PRECISA-SE de oficial de paletó — Trazer amostra na Rua do Quitanda n. 61, 1.º andar.

PRECISO de costureira c/ prática de fazer blusas em casa ou na oficina — Falar com Selma, telefone 22-4530.

BARBEIROS — MANIC.

AJUDANTE DE CABELEIREIRO — Precisa-se com prática — Salões Flamengo — Avenida Rui Barbosa n. 170 — Bloco A — Tel. .. 45-9681.

CABELEIREIROS — MANICURA. — Precisam-se — MARIO CABELEIREIROS LTDA, na Rua Gago Coutinho n. 66 — Parque Guinle.

CABELEIREIRO (A) — Precisa-se de competente — Paga-se bem. — Rua das Laranjeiras n. 394.

CABELEIREIRA — Precisa-se de uma — Paga-se bem na Rua Aristides Lôbo n. 188.

CABELEIREIRA — Precisa-se com prática de penteado na Avenida dos Democráticos n. 357-B — Higienópolis.

CABELEIREIRA EXCELENTE. — Precisa-se de duas, urgente na Rua Clarimundo de Melo n. 130-A — Encantado — D. Eunice.

ENSINA-SE manicura, fornece material. Tratar das 20 às 22 horas de têrça a quinta. R. Voluntários da Pátria, 354 — Dna. Nadir.

MANICURA — Ensino, 10 mil mensal, facilito o mat. — R. Santana, 77, ap. 1204 — Modêlo grátis.

MANICURA E CABELEIREIRA — Precisa-se com urgência na Av. Princesa Isabel n. 346 — c/ B.

PRECISA-SE de manicura profissional. Rua Cândido Benício n.º 1 070-A — Jacarepaguá.

PRECISA-SE de manicura, diàriamente, ou fim de semana. Marquês de Abrantes, 168, loja 12.

PRECISA-SE de ajudante de cabeleireira com prática na Avenida Copacabana n. 613, sala 704.

PRECISA-SE de um barbeiro na Rua Prof. Boscoli n. 74-A — Maria da Graça — Base de 60 p/ cento.

PRECISA-SE de uma boa ajudante de cabeleireira ou cabeleireira — Av. Edison Passos n. 15 — loja 8 — Tel. 38-7668 — Usina.

PRECISA-SE de manicura ajudante, urg. Dá-se garantia na Av. N. S. de Copacabana n. 820 — 201 — Sr. Freitas.

PRECISA-SE de cabeleireiro (a) com muita prática, preferência claro. Avenida Copacabana 387 — ap. 208 — Tel. 37-4456.

PRECISA-SE manicura que trabalhe bem. Rua Bambina n.º 34, 1.º andar. Botafogo.

PRECISA-SE de manicura com prática. Av. Copacabana, 387, ap. 203. Tel. 57-4456.

PRECISA-SE de cabeleireiro com grande competência na R. Cândido Benício n. 508 — Loja B — Jacarepaguá — Procurar o Sr. Carlos ou Antônio.

PRECISA-SE de manicura e ajudante com prática na Rua Conde de Bonfim n. 377 — sala 703.

PRECISA-SE de manicura, boa aparência. Dá-se garantia. Av. N. S. de Copacabana, 796, s/ 301.

DESENHISTAS

DESENHISTA — AUXILIAR DE DESENHISTA — Precisa-se para firma de decorações na R. Haddock Lôbo n. 373-B.

ENFERMEIRAS — LABORATORISTAS

AUXILIAR DE ENFERMAGEM — Cursada, com experiência de cirurgia — Paga-se bem na R. Paulino Fernandes n. 90 — Botafogo

ENFERMEIRO — Oferece-se para doente particular com prática de oxigenoterapia — Telefone 48-1625.

FARMACÊUTICO DIPLOMADO — Aceita propostas para dar nome à farmácia ou laboratório — Fone 27-3220.

GARÇONS

COPEIRO PARA CAFÉ — Precisa-se com prática e documentos na Rua da Alfândega n. 179 — RESTAURANTE PARAÍSO — Guanabara.

COPEIRO — Precisa-se com prática e que entenda de cozinha para trabalhar em bar na Rua Mutuapira n. 49.

COPEIRO com prática — Precisa-se de um para o restaurante Ramalhete do Passeio na Avenida Almirante Sílvio de Noronha n. 220 — Aeroporto.

COPEIRO — Precisa-se c/ prática de servir café na Rua Plínio de Oliveira n. 44 — Centro da Penha.

COPEIRO — Precisa-se para trabalhar em café e copa de lanchonete na Rua Haddock Lôbo n. 149.

COPEIRO com prática de chope e serviço — Precisa-se na Rua da Assembléia n. 34.

COZINHEIRO para restaurante — Precisa-se de duas (2) com prática de lanches na Rua Álvaro de Miranda n. 18 — Pilares.

COPEIRO — Preciso com boa prática na Rua da Alfândega . n. 53.

COPEIRO — Precisa-se com prática. Ordenado NCR$ 1 000,00. Tratar pelo telefone 46-9479.

COZINHEIRO-LANCHEIRO — Precisa-se. Rua Adolfo Bergamini, 372-B — Eng. de Dentro. Chave de Ouro.

COZINHEIRA com prática para lanchonete, precisa-se. Av. 28 de Setembro, 327.

COZINHEIRA — Precisa-se com prática de restaurante. Rua dos Diamantes n.º 92. Rocha Miranda.

EMPREGADO PORTUGUÊS — Precisa-se para trabalhar em botequim. Av. 28 de Setembro, 72. — Vila Isabel.

EMPREGADO com prática de bar para trabalhar na copa. Avenida Suburbana n.º 9 372-A. Cascadura.

GARÇONETE — Precisa-se na cantina Azul, Rua Senador Dantas, 19, 1.º andar.

GARÇOM com bastante prática. — Precisa-se na Rua Barão de São Félix n. 75.

GARÇOM PARA RESTAURANTE DE LUXO — Precisa-se na Rua Dias da Cruz n. 121-B.

LANCHEIRA — Precisa-se na R. Washington Luís n. 51-B.

LANCHEIRO COM PRÁTICA — Precisa-se na Rua Teófilo Otôni n. 71 — Centro — Paga-se bem — Tratar das 12 horas em diante.

LANCHONETE — Precisa de cozinheira com prática de salgadinhos. Rua Buarque de Macedo, 20-A — Flamengo.

OFERECE-SE um copeiro tipo mordomo, tem referências, queiram enviar cartas para o n.º ... 301 253, na portaria dêste Jornal.

PRECISA-SE de 1 copeiro com prática. Av. Salvador de Sá, 224 — Estácio.

PRECISA-SE garçom com prática de botequim — Frei Caneca, 424.

PRECISA-SE de 1 lancheiro com prática de fogão. Rua Teófilo Otôni, 113-B.

PRECISA-SE de 1 garçom c/ prática e documentos. Casa de movimento e horário diurno. Tratar na Rua Francisco Otaviano, 37 — Pôsto 6. Copacabana.

PRECISA-SE de 1 garçom c/ prática. Av. Antenor Navarro, 9.

PRECISA-SE de copeiro para bar com prática de lancheiro com referências na Rua Washington Luís n. 51-B.

PENSÃO — Precisa-se de cozinheira com prática, na Rua Senador Dantas n. 19 — ap. 308.

PRECISA-SE de um rapaz com prática de garçom de boa eficiência — Av. Amaro Cavalcânti n. 2 039-A — Engenho de Dentro.

PRECISA-SE de menor para lanchonete na Avenida Rio Branco n. 156, sobreloja 116.

PRECISA-SE de cozinheiro ou ajudante de cozinha ou forneiro, e com prática na Rua da Glória n. 348-C.

PRECISA-SE de lancheiro e uma moça para caixa com prática na Avenida Copacabana n.º 30-A.

PRECISA-SE de um copeiro com prática de lanchonete na Praça da Bandeira n. 91.

PRECISA-SE de uma ajudante de cozinha para café e restaurante na Rua Santo Cristo n. 69.

PRECISA-SE de uma copeira para pensão comercial com prática na Rua da Carioca n. 59 — 2.º andar.

PRECISA-SE de um copeiro com prática de restaurante na Avenida Nilo Peçanha n. 38-B.

PRECISA-SE garçom para restaurante — Avenida Brás de Pina, 21-A — Penha.

PENSÃO — Precisa-se de uma copeira — Preferência portuguêsa. — Rua Barão de São Félix, 88, Central.

PRECISA-SE moça para pensão, com prática de cozinha. Dormir no emprego. Rua Haddock Lôbo, 86.

PRECISA-SE uma ajudante de cozinha para pensão de todo respeito. Paga-se bem, dorme no emprêgo. Folga aos domingos e feriados. Rua da Alfândega, 191, 1.º.

PRECISO de 1 copeiro. 1 ajudante de cozinha, prático, na Rua Dias Ferreira, 233-B — Leblon.

CHOFERES E MECÂNICOS

BORRACHEIRO — Precisa-se com prática — Rua D. Zulmira, 11-A.

BORRACHEIRO com prática — Precisa-se na Rua Barão de Mesquita, 293, 3.ª loja, entrada pela Rua Uruguai.

CHOFER — Precisa-se para casa de família, com referências. Carteira com mais de 5 anos. Mon... 165.

ELETRICISTA p/ automóveis (para trabalhar em Vicente de Carvalho) — Importante firma admite, c/ prática. Ótimo salário. Tratar na Av. 13 de Maio, 23, grupos 614-3 (Centro).

EMPRESA DE ÔNIBUS precisa de um TRATORISTA PARA CATERPILLAR 12-E devidamente habilitado — um ELETRICISTA — ENROLADOR com prática de Mercedes Benz, de preferência com curso técnico do SENAI ou outro — Apresentar-se com documentos e referências ao Sr. Carlos das 8 às 9 horas na Viação União Ltda., na Rua General Dionísio n. 495 — Bairro 25 de Agôsto — Duque de Caxias — Estado do Rio.

ELETRICISTA DE AUTOMÓVEIS. — Oficina aparelhada precisa urgente de eletricista com prática de 2 a 3 anos, ordenado ou percentagem a combinar. — Rua 24 de Maio n. 520 — .. 29-5433.

ELETRICISTA DE AUTOMÓVEIS. — Precisa-se 100% especializado — Paga-se bem na Rua Almirante Cochrane n. 137 — Tijuca.

ELETRICISTA — Emprêsa de ônibus, R. Verna de Magalhães, 227, fundos.

LANTERNEIRO — Precisa-se para trabalhar por conta própria. Rua Mauá, esq. de Monte Alegre — Santa Teresa.

LANTERNEIRO — Volkswagen c/ prática — TIANA — Av. 28 Setembro, 86, Milton. Dep. do Pessoal.

LUBRIFICADOR DE AUTOMÓVEIS — Precisa-se competente, de preferência linha Willys — Paga-se bem — AUTO RONEL LTDA. — Rua Marialva n. 165 — Esquina da Av. Itaoca.

LANTERNEIROS — Precisam-se c/ prática em ônibus. Tratar na R. Manuel Reis n. 325 — Caxias.

MOTORISTA — Emprêsa de transportes rodoviário precisa c/ prática para serviços de entregas e coletas. Tratar Rua São Januário, 1057, Sr. Reis.

MECÂNICO p/ Volkswagen (para trabalhar em Vicente de Carvalho). Importante firma estrangeira procura, c/ prática. Ótimo salário. Tratar na Av. 13 de Maio n.º 23, grupo 614-3. Centro.

MOTORISTA — Táxi Volks, preciso, depósito 200 000, diária ou meio. Tratar tel. 27-5700, Sr. Luís, das 8 às 10 horas.

MECÂNICO DE MANUTENÇÃO — Para conservação de máquinas industriais, com experiência anterior — Apresentar-se na R. Conselheiro Mayrink, 304 — Jacaré.

MOTORISTAS PARA FNM prática no ramo de cereais - Apresentem-se na Rua General José Cristino n. 66 — São Cristóvão.

MECÂNICO — MOTORISTA — Precisa-se para dep. mat. de construção — Conservação dos carros e direção. Base de Cr$ 180 000. 24 de Maio n. 235 — Pedem-se referências.

MOTORISTAS — Precisamos para completar nosso quadro. Motoristas com prática de serviço de ônibus, várias vagas. Salário de Cr$ 12 340 diários — Rua Viana Drumond n. 45 — Vila Isabel.

MOTORISTA PARTICULAR com mais de 10 anos de carteira e prática em automóveis de passeio. Paga-se bem. Tratar com o Sr. Marco Antônio Miranda, na Av. Rio Branco, 80, 14.º, grupo IV, na Raggio Imóveis.

MOTORISTA — Precisa-se para caminhão de carga, com o mínimo de 2 anos experiência comprovada. Exigem-se referências. Tratar à Ladeira Tabajaras, 6. Frigorífico Tabajaras, c/ Fernando.

MECÂNICO — Precisa-se, oficina de automóveis. Semana de 5 dias. Francisco Otaviano, 35.

MOTORISTA — Precisa-se para trabalhar em caminhão de materiais para construção — Rua República, 110, Quintino Bocaiúva.

MOTORISTAS PROFISSIONAIS — GENEAL S. A. está selecionando candidatos para serviço de vendas ambulantes em vespacars — Poucas vagas — Estágio aprendizagem remunerada — Necessário boa apresentação, referências — Salário - comissões, prêmios, base de 350 mensais — Tratar com Sr. Gildésio a partir do meio-dia na Rua Carmo Neto n. 176 — Mangue.

MOTORISTA p/ trabalhar c/ carrola, precisa-se c/ prática comprovada — serviço local — Rua Monsenhor Manuel Gomes, 364 — Caju.

MOTORISTA — Precisa-se para Volkswagen 63, de praça, período noturno. Diária 13 000. Depósito 100 000. Tel. 58-4613.

OFICIAL MECÂNICO E LANTERNEIRO — Emprêsa especializada na linha Willys dispõe de vagas para os cargos acima — Apresentar-se com documentos na Rua General Polidoro n. 316.

PRECISA-SE de 2 eletricistas para automóveis e um enrolador para motor, na Rua Visconde de Jequitinhonha — Eletro Mec. Neira.

PRECISA-SE de retificador de sede, competente, p/ black decker. Av. Brás de Pina, 1459-C, loja 7. — Vila da Penha.

PRECISA-SE de lanterneiros especializados em Volkswagen. — Tratar na Rua Uruguai n. 148 — Tijuca.

PRECISAM-SE mecânicos Diesel para ônibus e ajudantes fortes, práticos, pref. nordestinos. Tratar na Rua Antunes Maciel, 47 — São Cristóvão.

PINTOR — Precisa-se para automóveis. Rua Cardoso Quintão n.º 631 — T. Coelho.

PINTOR E MECÂNICO de VW - Preciso. Paga bem na Rua Silveira Martins n. 139 - fundos — Catete.

PRECISA-SE de lubrificador e lavador — Rua Cardoso de Morais, 261.

DIVERSOS

AÇOUGUEIRO — Precisa-se com prática. Rua Delfim Carlos, 186 — Olaria.

AJUDANTE de mesa, precisa-se, na Rua Dionísio, 269. Penha. — Pede-se habilitação e referência.

AUXILIAR Gov. de Rouparia — Procura-se pessoa desembaraçada dinâmica e de responsabilidade, com capacidade em cálculos e boa letra, para hotel de classe em Copacabana. Carta do próprio punho dando idade, estado civil e cargos ocupados para o n. 301 350, na portaria dêste Jornal.

ARMAZÉM — Precisa-se de caixeiro com prática de balcão no Largo de São Francisco de Paula n. 4 — R. Mar...

AJUDANTE DE LOJA com boa letra — Precisa-se na Salões Flamengo — Avenida Rui Barbosa n. 170 — Bloco A. Tel. 45-9681.

AGÊNCIA LINK — Encarregado, depósito e prát. expedição e estoque, prática comprovada. Rua México, 21, 10.º.

CAIXEIRO — Entregador, com prática de tinturaria — R. Haddock Lôbo, 373-A.

CAIXEIRO — Precisa-se para balcão de padaria — Exigem-se referências — Paga-se bem na Praça Engenho Nôvo n. ...

CAIXA — Moça e forneiro — Precisam-se com prática de padaria na Rua São Salvador n. 87 — Laranjeiras.

CAIXEIRO — Precisa-se para tinturaria que já tenha trabalhado e possa dar refs. do ramo. — Paga-se bem. Tratar na Rua do Riachuelo n. 191.

CAIXEIROS PARA PADARIA — Precisam-se com prática na Rua das Laranjeiras n. 364.

CAIXEIRO para balcão de padaria — Precisa-se na Praça Barão de Drumond n. 33 — Vila Isabel.

CAIXEIRO — Para padaria. Tratar na Rua Dona Romana n.º 125.

CAIXA PARA RESTAURANTE DE LUXO — Precisa-se na Rua Dias da Cruz n. 121-B.

CAIXEIRO — Com prática de botequim e que tenha carteira de saúde — Rua Capitão Félix, 28 — Tratar na Rua 16, loja 11 — Mercado de S. Cristóvão.

CAIXA DE GRANDE PRÁTICA de padaria com referências na Rua Voluntários da Pátria n. .. 201-B.

ENXUGADOR de automóvel — Precisa-se com prática — Av. Brasil, 1 727 — São Cristóvão.

ENGENHEIRO-AGRIMENSOR - Precisa-se, tempo integral. Av. Rio Branco, 156 — 2726.

FAXINEIRO com prática de cuidar de jardim, lavar carro — Precisa-se. Meio-dia ou somente na parte da manhã — Tratar na Avenida Vieira Souto n. 364.

FUNILEIRO — MÓVEIS DE AÇO — Armaria. Admite-se Rua Monte Alegre, 30-A.

GERENTES para supermercados. Práticos no ramo de cereais. — Apresentem-se na Rua General José Cristino n. 66 — S. Cristóvão.

MECÂNICO DE REFRIGERAÇÃO — Precisa-se. Paga-se bem — Barão de Ubá, 82.

MENOR — Fotografia. Precisa-se de um (uma) com prática perfil. Rua da Lapa, 120, sala 907.

MOÇAS e senhoras para serviço interno de vendas de livros, fregueses certos, trabalho diurno ou até as 22 horas. Ótimo bico. — Tel. 52-8854.

MOÇAS E SENHORAS com aparência e vocação artística. Não precisa prática, damos orientação artística. Não aceitamos menores. Av. 13 de Maio n. 47 sala 1 201.

MOÇAS MAIORES para fábrica de roupas com primário completo — Apresentar-se na Rua Roberto Silva n. 145 — Estação de Ramos.

OFERECE um rapaz para todo serviço de faxina — Tel. 32-1047 — Osmar.

OFERECE-SE um menino de 15 anos para aprendiz em oficina de aparelhos eletrodomésticos — Tratar na Rua Pascal n. 242.

OFERECE-SE soldador elétrico c/ máquina ou sem máquina na R. Tôrres Homem n. 1 196 — ap. 202 — Vila Isabel — Portugal.

PRECISAM-SE de caixeiros para padaria e de ajudantes de mesa com prática de palhetar na Praça Condessa Paulo de Frontin, 32 — Rio Comprido.

PADARIA — Caixeiro com prática para balcão e um ajudante de forno, na Rua Bolivar, 92.

PRECISA-SE de moças para trabalhar em fábrica. Tratar na Rua Olinda, 186 — Cordovil.

PRECISA-SE de 3 caixeiros com prática de padaria; 1 caixa com prática, Av. N. S. de Copacabana, 256.

PRECISA-SE de um padeiro e 1 ajudante na Rua João Pinheiro n. 171 — Piedade.

PRECISA-SE de um padeiro e de um ajudante na Rua Cerqueira Machado n. 952 — Osvaldo Cruz.

PRECISA-SE de caixa e caixeiro com prática para balcão de padaria na Rua Senador Vergueiro n. 114-A.

PADARIA — CONFEITARIA — Precisa-se de ajudante na Rua Senador Pompeu n. 172.

PADARIA — Precisa-se de ajudante de forno para noite com prática na Rua Capitão Jesus n. 100 — Méier.

PRECISA-SE de uma moça ou senhora, pode ser de côr, para bilheteira de um teatro. Ordenado inicial salário mínimo. — Tratar das 15 às 17 horas na Av. Princesa Isabel n. 186 — com o Sr. Araújo.

PORTEIRO — Precisa-se de pessoa de muita responsabilidade e que tenha ótimas referências dêste mesmo serviço para edifício no centro da Cidade — Cartas para o n.º 346 838, na portaria dêste Jornal.

PRECISA-SE de uma môça de boa aparência que entenda de caixa para trabalhar na cantina do Ministério da Guerra no 8.º andar. Tratar com Dona Neir, das 10h30m às 17h30m.

PRECISA-SE de uma moça para caixa de padaria com prática à Rua Visconde de Pirajá n. 278 — Telefone 47-5000.

PRECISA-SE de um senhor com referência para encarregado de um pôsto — Rua Cardoso de Morais, 261.

PADARIA — Precisa-se de auxiliar de balcão. Rua Carolina Machado, 1 962 — Marechal Hermes.

PRECISO de uma moça para trabalhar na caixa na Praça General Tibúrcio n. 83, loja 2 — Praia Vermelha.

PRECISO de um confeiteiro com prática e um meistrinho para dia na Padaria Riocente na Rua Gustavo Sampaio n. 95-B — Leme.

PRECISA-SE de porteiro p/ clube com referências. Tratar na Rua Prof. Valadares n. 262 — Grajaú com Fernando, no horário de 8 a 12 horas, sòmente quinta-feira, dia 16.

PRECISA-SE de caixeiro com prática de balcão padaria. Rua Dias da Cruz, 617 — Méier.

PRECISA-SE de empregados, com apetite para o trabalho para enfardamento e carregamento de papel usado. Rua Marquesa dos Santos, 57.

PRECISA-SE de homem prático de fazenda e responsável para tomar conta. Tel. 22-3344.

SERVENTES (3) para fábrica de plásticos — Solteiro com diploma do primário — É favor trazer — Comparecer à Avenida Rio Branco n.º 185 — 10.º andar, sala 1 021.

TRATORISTA — MECÂNICO — Firma de construção precisa de tratorista — mecânico com muita prática — Endereços Rua México n. 41, grupo 1 307.

ATENÇÃO:

MUITO IMPORTANTE!

Grande Organização de âmbito nacional precisa de elementos altamente qualificados para desempenho de função de contato com sua selecionada clientela na Guanabara.

AOS CANDIDATOS, EXIGIMOS:

- Boa Apresentação
- Desembaraço
- Idade entre 25 e 45 anos
- Instrução Secundária (no mínimo)
- Aptidão para o Serviço Externo
- Tempo integral

AOS CANDIDATOS OFERECEMOS:

- Ensinamentos básicos especificados que os prepararão para o desempenho da função.
- Assistência funcional permanente
- MÉDIA MENSAL DE GANHOS SUPERIORES A CR$ 2.000.000 (comprovada)

Marcar entrevistas com a Assistente da Gerência Srta. Marise, no HOTEL AMBASSADOR — Rua Senador Dantas, 25/7. Tel. 32-8181 sòmente hoje quinta-feira, dia 16, no horário de 9 às 12 e das 14 às 18,30 horas.

Favor Apresentarem-se munidos de documentos.

Sigilo absoluto. (P

TECNICO DE GELADEIRA — conserta tôdas marcas com garantia — Telefone 22-3231 — Rua do Lavradio n. 169-A.

TINTURARIA — Precisa-se de caixeiro ciclista com prática. Rua 24 de Maio, 965.

VIGIA — Precisa-se de pessoa de nacionalidade portuguêsa, c/ longa prática e que possa oferecer amplas fontes de referências — Tratar na Rua Buenos Aires, 110, loja.

Auxiliar para escritório

Admitimos de 21 a 27 anos, residente na Zona Norte, para trabalhar em Pavuna, que tenha boa letra, prática em extração de Notas Fiscais, fichário, serviços gerais, datilografia etc. Apresentar com documentos à Rua Franco de Almeida, 72 (próximo da Av. Brasil, 2 110), das 12 às 15 horas ao Sr. Caleb.

Auxiliar de escritório

Precisa-se com prática de escritório comercial. Tratar na Av. Almirante Barroso, 6 sala 209 c/ documentos.

Contador

Firma industrial em Ramos, precisa com prática mínima de 5 anos. Carta com detalhes e Curriculum Vitae na portaria dêste Jornal, sob o n. 170248.

Colchão Completo

Admite fixador, maquinista e montadores. Tratar Estrada Engenho D'Água, 1 219 — Anil — Jacarepaguá.

Estucadores

Precisa-se de bons profissionais para tarefa diária, duas massas, obras no Flamengo, Botafogo, Copacabana e Ipanema. Paga-se bem. Tratar à Rua do Carmo, 27, grupo 604/5, com o Sr. Ronaldo. (P

Imperial S.A.

Necessita com urgência de môça para trabalhar em Kardex. Apresentar-se à Av. Gomes Freire, 367-A, Sr. Negri ou Sr. Sebastião.

Pintores

Precisa-se de oficiais para trabalhar com massa. Apresentar-se com documentos à Rua México, 90, 4.º andar, sala 410, após às 16 horas. (P

Pedreiros estucadores

Precisa-se de 4, para obra no Norte do País. Salário compensador, ótima ajuda de custo. Tratar com o Dr. Nilson, 6.ª-feira, das 9 às 12 horas, na Av. Graça Aranha, 145, 3.º andar — COLLETT & SONS S.A. (P

Recepcionista — Vendedora

Precisa-se com ótima aparência, curso ginasial para loja de decorações de alto gabarito. — Idade entre 18 e 30 anos. Salário 130 000. Tratar: Rua Barata Ribeiro, 636-A, de 13 às 17 horas.

Torneiro ou Meio oficial

Precisa-se. Rua João Torquato, 283 — Bonsucesso.

Curso de Introdução à Programação de Computadores

Acham-se abertas na ABRACE inscrições para o CURSO DE INTRODUÇÃO à PROGRAMAÇÃO DE COMPUTADORES. Informações à Rua 13 de Maio, 47 — Sala 1809 — Tel.: 52-0061 de segunda às sextas-feiras, das 14 às 21 horas. (P

- Enrolador de Motores Elétricos
- Bombeiro de Manutenção
- Encarregado de Manutenção Elétrica

êste último, com conhecimento de enrolamento de motores, painéis de contrôle e manutenção industrial em geral. — Apresentar-se à Av. Governador Amaral Peixoto, 1 076 — Divisão do Pessoal — Nova Iguaçu. (P

Ferramenteiros e Torneiros

ALUMINIOS MARMICOC S/A

Procura oficiais competentes.

EXIGE-SE amplas referências. Paga-se bem. Tratar à Av. Manuel Teles, 1.500 — em Duque de Caxias — C/ Sr. Santiago. (P

Grande oportunidade

Com Possibilidades de Retirada Mínima de Cr$ 585.000 ou NCr$ 585

Quem deseje fazer sua independência econômica. Oferecemos trabalho de pesquisa de opinião e divulgação cultural a elementos do sexo masculino de boa aparência dinâmico que tenha o curso ginasial completo. O trabalho é inédito e conta com ampla cobertura de televisão e poderá ser desempenhado na Guanabara e nas principais cidades do Estado do Rio de Janeiro.

Tratar: Rua da Alfândega, 107 — 4.º and. das 9 às 11 e das 14,30 às 17 horas. Não atendemos por telefone.

Garde Manger

Organização hoteleira procura profissional com boa experiência.

Paga-se bem. R. Teófilo Otoni, 13, s| 1 013, das 8,30 às 17 horas. (P

LOPES DA COSTA ENGENHARIA

PRECISA:

ESTUCADORES

PEDREIROS

Apresentar-se à obra da Rua Von Martius, 325, Jardim Botânico (Frente TV Globo). (P

Linotipistas e paginadores

Precisa-se na Gráfica Editôra Livro S/A, Rua Tapirapé, 74 — Jacaré.

Saltar à Rua Lino Teixeira, 180 e seguir Bráulio Cordeiro).

Representante — Viajante

Companhia editôra de conceituadas obras, procura representante-viajante, à base de comissão, para venda de livros no atacado, no sul do País.

Cartas para a portaria dêste Jornal, sob o n.º 324 121. (P

Seção de cama e mesa

A CASA JOSÉ SILVA-CONFECÇÕES S/A., precisa de rapazes de ótima apresentação e que tenha prática como balconista de artigos de CAMA E MESA. Apresentar-se ao Sr. Sylvio Cunha, na Av. Barão de Tefé, 34, Dep. do Pessoal.

Torneiro — Mecânico

Com prática de ferramentas de estamparia.

— Sábados livres — Semana de 44½ horas — PAGA-SE BEM.

FAET — R. Bão. de Petrópolis, 347 — RIO COMPRIDO. (P

Cia. Federal de Fundição

Admite:

- MECÂNICO P/ MANUTENÇÃO
- 1/2 OFICIAL DE FERRAMENTEIRO p/ usinagem de ferramentas
- TORNEIROS
- RISCADOR P/ CALDEIRARIA.

Semana de 5 dias.

Apresentarem-se munidos de documentos ao Depto. do Pessoal.

Rua Neri Pinheiro, 240 — Estácio. (P

ESCRITURÁRIAS

THE SYDNEY ROSS CO. oferece excelente oportunidade a môças com prática em escrituração de livros fiscais e boas noções de cálculos. Daremos preferência a môças desembaraçadas, que possuam o curso ginasial completo e residam na Zona Norte. As interessadas deverão dirigir-se ao Depto. do Pessoal — Av. Brasil, 22.155 — Honório Gurgel — segunda-feira, no horário de 8:00 às 10:00 horas. (P

ESTENODATILÓGRAFA

Procuramos uma Estenodatilógrafa em português, com prát. boa instrução e conhecimento dos serviços gerais de escritório. Sábado livre, ótimo ambiente de trabalho.

Apresentar-se munida de carteira profissional e retrato 3x4, na Rua do Rocha, 155, no Serviço do Pessoal dos

LABORATÓRIOS SILVA ARAÚJO ROUSSEL S/A.

RHEEM METALÚRGICA LTDA.

Admite:

- AJUSTADOR — PLAINADOR
- FRESADOR
- AJUSTADOR MECÂNICO

Com experiência comprovada e conhecimentos de desenho.

Apresentarem-se ao Depto. de Recrutamento e Seleção na Rua Anequirá, 141 — Cordovil. (P

SOLDADOR

CIA. CERVEJARIA BRAHMA filial Rio necessita de um SOLDADOR.

EXIGE-SE:

- Boa referência
- Curso primário completo
- Quitação serviço militar.

OFERECE-SE:

- Refeitório no local de trabalho
- Assistência médica hospitalar completa
- Plano de aposentadoria
- Boa remuneração.

Apresentar-se, munido de documentos, à Rua Marquês de Sapucaí, 200, no horário de 8 às 17 horas, diàriamente, exceto aos sábados.

VENDEDORES DE LIVROS

Livraria Editôra ATENAS, convida vendedores para integrar o seu mais nôvo e recém-inaugurado Depto. de Vendas.

OFERECEMOS: Ótima linha de coleções escolhidas, tabela de preços conveniente ao seu cliente, bom material de vendas, zona livre de atividades, proveitos extras de 13.º salário, férias remuneradas, prêmios, etc.

GARANTIMOS: Ganhos altos imediatos, orientação e seguimento técnico-comercial e assistência social permanente, ambiente de trabalho refrigerado com instalações de 1.ª categoria.

PEDIMOS: Desembaraço e boa apresentação.

EXIGIMOS: Apenas uma entrevista com VOCÊ, que é homem de vendas.

Av. Rio Branco, 156 — 28.º — G/2 822. De 8,00 às 11,00 e das 15,00 às 18,30 hs. — Sr. CARLOS. (P

Vigia noturno

Precisa-se urgente, que apresente sólidas referências. Rua Moncorvo Filho, 46, sobrado. (P

Vendedores (as)

Dirigir-se ao nosso Dept. de Vendas. Catálogo de ótimas obras. Rua Leopoldina Rêgo, 478 — Olaria.

Vendedores

ALBINO MENDES & CIA. LTDA., admite para trabalhar no ramo de artefatos de concreto — materiais p/ construção, ladrilhos, marmorites etc., junto ao Ministério da Guerra, Marinha, Aeronáutica, DER, e demais repartições públicas. Apresentar com documentos à Rua Franco de Almeida, 72 (próximo da Av. Brasil, 2 110) das 12 às 14 horas ao Sr. Caleb.

Vendedores de livros

Cr$ 400.000

Grande organização no setor editorial procura contato com vendedores interessados na venda de livros. Oferece a melhor e mais selecionada linha de obras, com os preços mais baixos da praça, comissão de 20% a 25%, registro em carteira, adiantamentos de dinheiro etc.

Dirigir-se ao nosso Dept.º de vendas.

Av. Presidente Vargas, 482 — s/822 (entrada pela Miguel Couto, 105). (P

Vitrofarma S/A.

Caminho do Mateus, 260 — Inhaúma. Precisa de ELETRICISTA DE MANUTENÇÃO, com prática comprovada.

MÁQUINAS E MATERIAIS

MÁQ. INDUSTRIAIS

COMPRESSOR p/ pintura, ar direto, 2 pistões, com pistola nova. Ainda sem uso. Vendo barato. R. Maxwell, 15, c. 9, Maracanã.

GRUPO motor gerador 12/15 KVA Hércules Diesel em perfeito estado. Negócio de ocasião. Vende-se pela melhor oferta. Tratar 46-6065, 27-1025.

GRUPO gerador Clinto Irne — Vendo um seminovo, 4 KVA — Avenida Pres. Wilson 165 sala 1 108 — Tel. 32-2184 com Valter.

GRUPOS GERADORES — De vários tipos e capacidades novos e usados, bom financiamento, na Rua Sacadura Cabral n. 230 — Tels. 23-5251 — 43-6107.

GRUPO gerador Caterpillar. Vendo um 62 KWA 60 ciclos, refrigerado. Tratar após 16 horas. Telefone 32-2013.

MAQUINA EXTRUSORA — Rosca sem fim, fazendo fio de TV, servindo para outros tipos de fios. Vendo melhor oferta. — Praça 11 de Junho, 19-A loja.

MOTORES elétricos, novos, vendemos, GE, abaixo do custo, de 7,5 até 40 HP e 2 de anéis, importados, de 18 e 23 HP c. ou com reostatos. Tel. 23-9093, chamar Internacional Eng. Ltda.

MULTHILITH — 2 066 e 50, vende-se duas favor não apresentar-se quem não tenha possibilidade de intermediário. Praça Moreira de Barros, 24-A — Olaria — Ao lado da Igreja.

MOTOR elétrico, motor para máquinas de costura industrial com reostato. Telefone 27-7802.

MAQUINA solda elétrica Hoquiunds, de 60 a 300 Amp. Vende-se, tel. 34-4838 — Coelho.

REGISTRADORA National elétrica pequena de botão como nova, não tem defeito, qualquer teste negócio. Preço ocasião. Telefone 48-4724.

TORNO mecanico 600 mm, furadeira elétrica de bancada 1/2", transformador para solda elétrica 200 amp. esmerilhadeira elétrica, 2 pedras. Venda por Cr$ 600, 400, 300, 200 respectivamente. Rua Coronel Cabrita 62-B loja. Das 7 às 10 horas. Tel. 36-0269.

TRANSFORMADOR — Compra-se. 100 KVA 6 600 para 13 000. D. Caxias. Tel. 24-24 ou 25-9001 — CB.

VENDO 2 tornos, uma plaina, ferramentas, chaves, máq. solda elétrica, furadeiras etc. 6 000 000 ou 8 000 000 financiado — Venda direta — Rua B. São Francisco, 203 c. 2.

VENDE-SE um torno mecânico e uma solda elétrica. Av. dos Italianos, 859-B — R. Miranda.

VENDE-SE um grupo Diesel gerador de 110 KVA (ASIA) — Preço Cr$ 8 000 000. Rua Proclamação n.º 556 — Bonsucesso.

VENDO 4 grupos geradores de 110/125 KVA Scania Vabis com pouquíssimo uso. Tratar Rua Sacadura 32 s. 602. Tel. 42-6411. Sr. Chaves.

Gerador "Irne"

40 KVA c/ quadro de comando. Vendo. Tel.: 54-1917.

Motores

De 4 HP — 100 mil, 10 HP — 250 mil, pesando 283 kg, trifásico, bucha PRM 1 500, temos 25 desocupar. Rua da Quitanda, 67, 6.º, s| 603/5.

Motor Diesel

"PALMER" funcionando — Vendo. Tel.: 54-1917.

Vende-se

GRUPO GERADOR GEN. MOTORS

De 300 KVA, com 300 horas de uso. Portátil, MONTADO SÔBRE CARRETA. 50/60 ciclos. Voltagem: 110/220/380/440 volts. Com radiador e partida elétrica.

COLLETT & SONS

Engenharia, Comércio e Indústria

Av. Graça Aranha, 145, 3.º andar — Tel.: 22-8833. (P

Grupo Diesel Gerador

PRONTA ENTREGA

Vendo nôvo com motor Scania Vabis, 195 HP e Gerador IRNE 110/125 KVA, 380/220/127 volts, 50/60 ciclos, com chave IRNE. Tratar telefone: 32-3063, Sr. Cassiano. (P

MÁQ. E EQUIPAM. DE ESCRITORIO

ALUGUEL E VENDA de máquinas de escrever e calcular, modernas, novas e reconstruidas — Grande facilidade de pagamento. ICO — Importação — R. Rodrigo Silva, 42 — 4.º — Tel. 52-0651.

COMPRO máquina de escrever e calcular, usadas. Negócio rápido, à vista, a domicílio. — Telefone: 57-0022.

COFRES — Residencial e comercial. Arquivos em todos os tipos, à vista e a prazo. Bêco do Tesouro, 14. Tel. 43-7456 — Esq. da Av. Passos, 53.

MAQUINAS de contabilidade — Audit Olivetti, National 31 e 3 000, Burroughs, Ruf Saldo Duplex e Remington. Um ano de garantia. Tel. 22-3792.

MAQUINAS de somar e protetoras de cheques em geral. Modificações para NCr$ com garantia de seis meses. Preços a partir de NCr$ 10. — Somescal Máquinas — Tel. 43-3040.

MÓVEIS de escritorio — Estilo Colonial. Estante, bureau e cadeira. Bom estado. R. Cotingo, 51-402. Tel.: 58-4373.

MAQUINAS de escrever e somar a partir de 70 000. Preço especial p/ revenda. Av. Rio Branco 9 sl 317.

RUF — Saldo duplex e 7,35 — Ambas com introrat. Duplo. Rua Gonçalves Dias, 30-A, s. 504-506. Tel.: 22-3793.

VENDO 2 arquivos de 3 e 5 gavetas e Kardex de 20. NCr$ .. 250,00. Frederico. 48-5287.

VENDE-SE tipo Securit, uma mesa de 2,40 x 1,13 c/ 4 gavetas, e balcão de 1,03 c/ portas vai-vem de 1,55 e 5 ... Tipo Banco ... fluorescentes. Estado ... Ver e tratar na Rua ... 107, loja A — Tel. 25-7747.

VENDE-SE — Máquina de escrever elétrica americana Smith Corona nova — Semiportátil — tipo ofício. Armando — Tel. 28-0269.

Cofres

Vendemos cofres americanos, vários tamanhos, residenciais, comerciais, de mesa e parede, vendas a vista e facilitada, consulte-nos! Rua Teófilo Otoni, 120 — Fone: 43-4548.

MAT. DE CONSTRUÇÕES

ALVENARIA, pedra, e de mão e 5 o m3; paralelo, e 50; Brita (2) e 8. Paga no local. — Carneiro Mendonça, 406 — 46-4797. — Roberto.

CIMENTO "PARAISO" E MAUÁ" — Tijolos fu., pedra, areia Guandu saibro, telhas, tábuas e ferro — Pôsto na obra. 34-7990 — Silvio.

MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO — Vendo firma bem instalada, Bonsucesso, sem passivo, aluguel baratíssimo, 2 telefones, bom estoque, ótimo crédito, junto tôdas indústrias, cota cimento, azulejo. Vendo motivo saúde, grande facilidade. Base: 80 milhões. Aceito oferta pagamento à vista. Tel.: 32-1619 ou 42-5980, das 13 às 18 horas — Sr. Antônio.

MATERIAIS P/ CONSTRUÇÕES em 4, 7 e 11 prestações, ou à vista com descontos de até 20%, pôsto na obra. Tels. 29-5097 e 49-1710. Rua Adolfo Bergamini, 111/113.

TIJOLOS furados mutíssimo barato, pedra, areia, ferro etc. direto da fonte, pedidos pelos tels. 30-6983 e 30-6663.

TIJOLO FURADO 20 x 20, pôsto na obra, na Guanabara, direto de Três Rios, milheiro Cr$ 65 000 — Tel. 57-6145.

VENDE-SE telhas de cimento amianto usadas (200) 1,83, (50) 1,53 (20) 1,22. Tratar Rua Filomena Nunes, 996.

VENDO portão 3 m larg. 220 alt. 5 m grade, 2 mil tijolos. Av. do Exército, 67, São Cristóvão.

Azulejo Klabin

Direto da fábrica, bco. 4 980 m2 de côr 5 380 m2, cimento Mauá — Saco 4 400, fio elétrico encapado nôvo 14, 6 800, 12, 9 800, 10, 12 800, 8, 20 800, rolos de 100 m — 37-3258, diàriamente.

INSTRUMENTOS E APARELHOS

VENDO um gabinete dentario com aparelho de alta rotação, em perfeito estado e também um telefone. Preço de ocasião, tratar na Rua José Vicente, 65 no Grajaú. Tratar pessoalmente.

FERRAMENTAS

FERRAMENTAS — Vendo a preço de ocasião, 600 enxadas, 100 pás, alavancas de ferro, baldes etc. — Tel. 23-1166 — Araújo.

DIVERSOS

BALCÕES frigoríficos de tôdas as firmas, pronta entrega e também pequenas instalações comerciais completas. Rua Manoel Fontenele, 55-C — Tel.: 24-5301 — Santos.

MAQUINA registradora Hugin KA 23, sueca. Registra até 999 999. Valor real 6 000 000. Vendo por 2 000 000. Tel. 36-1409.

REGISTRADORA Argus, regist. 999 999. Vende-se. Preço ocasião. Tel. 26-1752 — 43-8322, Melo.

Rebites

De ferro tôdas as medidas e tamanhos para estaleiros etc. Vende-se a liquidar 30 toneladas a Cr$ 600 o quilo. Rua da Quitanda, 67, 6.º, s| 603.

AGENCIA DO JORNAL DO BRASIL NO

MEYER

PARA ANÚNCIOS CLASSIFICADOS E ASSINATURAS

RUA DIAS DA CRUZ / 74-B

DAS 8,30 ÀS 17,30 HORAS

SÁBADOS: DAS 8 ÀS 11 HORAS

GRUPO GERADOR 50 KVA

Nôvo na embalagem original, SKODA 50 ciclos — 1 500 RPM completo, inclusive painel de comando.

ELÉTRO MECÂNICA SUÍÇA LTDA.

Rua Clímaco Barbosa, 736 — Tel. 63-1953 e 63-6376 — São Paulo. (P

JENBACH

MOTORES DIESEL S.A.

Temos para pronta entrega:

GRUPOS DIESEL GERADORES JENBACH

125 KVA	220/127 V	60 ciclos
15/18 KVA	220/127 V	50/60 ciclos

Escritório: Av. Presidente Vargas, 446 — 21.º — Tel. 23-3398 e 23-3936

Depósito e Oficina: Av. Brasil, 2 110-A, Telefone 28-2112. (P